



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1713

Segunda-feira - 30 de Março de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2
Antônio Carlos	3
Balneário Rincão	4
Bela Vista do Toldo.....	9
Biguaçu	14
Blumenau	18
Bom Jesus do Oeste	38
Bom Retiro	40
Braço do Trombudo	41
Brusque.....	42
Caçador.....	58
Camboriú.....	236
Campo Alegre	242
Campos Novos.....	245
Canoinhas.....	266
Capinzal	273
Catanduvas.....	331
Caxambu do Sul.....	331
Celso Ramos.....	332
Chapadão do Lageado	332
Concórdia	338
Cordilheira Alta	342
Coronel Freitas.....	343
Coronel Martins.....	363
Correia Pinto.....	365
Curitibanos	367
Forquilha.....	403
Fraiburgo.....	406
Galvão.....	418
Garopaba.....	419
Gaspar	423
Grão Pará	431
Guaramirim.....	441
Guarujá do Sul.....	442
Ibiam	443
Imbituba	471
Indaial.....	475
Iomerê	495
Ipumirim	519
Irineópolis	525
Itá	528
Itapiranga.....	533
Itapoá	534
Joaçaba.....	536
Lages	537
Lauro Muller	542
Leoberto Leal.....	542
Lindóia do Sul	543
Luzerna	543

Macieira.....	546
Mafra	546
Maracajá	547
Maravilha.....	550
Massaranduba.....	551
Modelo	552
Morro da Fumaça	556
Navegantes.....	557
Nova Trento	587
Novo Horizonte	595
Orleans	596
Ouro Verde.....	597
Palhoça	597
Palmitos	599
Papanduva.....	600
Passos Maia	601
Paulo Lopes	604
Penha.....	605
Peritiba.....	610
Pinheiro Preto	617
Ponte Serrada	619
Porto Belo.....	620
Porto União.....	621
Presidente Castello Branco.....	623
Rio do Sul.....	624
Salto Veloso	631
Santiago do Sul.....	655
São Bento do Sul.....	685
São Carlos	688
São João do Oeste	689
São João do Sul	691
São José.....	704
São José do Cedro.....	717
São Lourenço do Oeste.....	719
São Miguel da Boa Vista	723
São Miguel do Oeste.....	773
Schroeder	775
Serra Alta	786
Sombrio.....	808
Timbé do Sul	809
Timbó	810
Tunápolis.....	816
Urussanga	819
Vargeão.....	820
Vidal Ramos.....	841
Videira.....	841
Vitor Meireles.....	868

Associações

AMAVI.....	870
AMMVI	870
EGEM	871

Consórcios

CIGA	872
CIMCATARINA.....	873
CIS Nordeste	907
CVC.....	907

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Charles R. Schwambach - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Leandro Rateke, Marcus V. da Silveira e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

DECRETO Nº 032/2015

DECRETO Nº 032/2015 - DE 20 DE MARÇO DE 2015

"DETERMINA LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e considerando a necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira objetivando manter o equilíbrio das contas públicas no corrente exercício;

DECRETA:

Art. 1º. Fica limitado o empenhamento de despesa e movimentação financeira na Administração Direta Centralizada e nos Fundos Especiais do Município, no montante de R\$ 147.263,23 (cento e quarenta e sete mil e duzentos e sessenta e três reais e vinte e três centavos), conforme detalhamento constante no Anexo Único deste Decreto.

Parágrafo Único. Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais, as resultantes de transferências voluntárias e do Superávit Financeiro do exercício de 2014, as destinadas ao pagamento do serviço da dívida, com pessoal e encargos e aquelas despesas ressalvadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 2º. São responsáveis pela implementação das ações necessárias ao cumprimento deste Decreto, o ordenador de despesas da Administração Direta Centralizada e os Gestores dos Fundos especiais com autonomia orçamentária e financeira.

Parágrafo Único. As unidades Orçamentárias e Administrativas adotarão as medidas e procedimentos, inclusive com relação aos contratos e às licitações, necessárias à redução das despesas e a sua adequação aos limites fixados neste Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 20 de março de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

Demonstrativo para Limitação de Empenho Movimentação Financeira Demonstrativo de Déficit – Anexo Único Art.1º Decreto nº 032 de 20 de março de 2015			
	Valor	Execução	Déficit
Previsão de arrecadação			
Até 1º Bimestre (Maio/Junho)	3.849.217,21	3.701.953,98	-147.263,23
TOTAIS	3.849.217,21	3.701.953,98	-147.263,23

Valores a serem reduzidos da previsão de despesas e movimentação financeira para cobertura do déficit até o segundo bimestre 2015 (Decreto 001/2015 de 09/01/2015)

Bimestre Março/Abril	Bimestre Maio/Junho	Total
73.631,61	73.631,61	147.263,23

Limite Máximo de Despesas para o segundo e terceiro bimestres/2015

Bimestre Março/Abril	Bimestre Maio/Junho	Total
3.707.821,86	3.665.422,77	7.373.244,63

Água doce, 20 de março de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 131/2015

PORTARIA Nº 131/2015 de 18 de março de 2015

"CONTRATA POR TEMPO DETERMINADO MERENDEIRA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Contratar por tempo determinado, Clarice Aparecida de Oliveira, inscrita no CPF sob o nº 049.535.159-86, aprovada no Concurso Público 015/2014, Conforme item 1.1.1 do referido Edital, no cargo de Merendeira, com carga horária de 40 horas semanais, para substituir merendeira que encontra-se em função remanejada por solicitação médica, pelo período de 18/03/2015 até 31/12/2015, podendo ser prorrogado obedecendo a previsão legal, mediante nova portaria ou revogada em caso de modificação da condição médica da substituída.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 18 de março de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 132/2015

PORTARIA Nº 132/2015 de 18 de março de 2015

"NOMEAR PARA O CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Nomear para o cargo em comissão de Diretor do Departamento Financeiro, a servidora Marília Lins da Silva, inscrita no CPF sob o nº 046.084.809-79 a partir de 18/03/2015.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 18 de março de 2015
Novelli Sganzerla Camila Raquel Macagnan
Prefeito Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 133/2015

PORTARIA Nº 133/2015 de 18 de março de 2015
"DAR PROVIMENTO A CARGO PÚBLICO QUE ESPECIFICA".

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Dar provimento em caráter efetivo para Elvira Maria Pazzini, inscrita no CPF sob o nº 693.658.499-34, a partir de 23/03/2015 para exercer o cargo de Merendeira 40 horas, conforme Edital de concurso público nº. 015/2014, o funcionário adquirirá estabilidade no serviço público após três anos de efetivo exercício e aprovação especial de desempenho, não sendo aprovado no estágio será exonerado, ou reconduzido a seu cargo efetivo anteriormente ocupado, conforme artigo 17 e 18 da lei complementar nº015/99 de 28/12/1999.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 18 de março de 2015
Novelli Sganzerla Camila Raquel Macagnan
Prefeito Diretora do Dpto de Recursos Humanos

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 004/2014 AO CONTRATO N.º 008/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE – SC
EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 004/2014 AO CONTRATO N.º 008/2013

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE.

CONTRATADA: RÁDIO TROPICAL FM.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RADIOFÔNICOS PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE.

PAGAMENTO: MENSAL

VALOR: R\$ 1.798,77 (UM MIL SETENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS)

SIGNATÁRIOS: MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE E FERNANDO LOPES DE LIMA, PELA CONTRATADA.

VIGÊNCIA: O CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE 3 (TRÊS) MESES, INICIADO EM 02/01/2015 E TERMINANDO EM 31/03/2015.

Antônio Carlos

PREFEITURA

42º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N 001/2014

42º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 30/03/2015 a 29/04/2015 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 30 de março de 2015.

Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: MEDICO - 20H

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
02º	TELMO TONON RIBEIRO	0688

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 050/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº. 050/2015; Origem: Processo licitatório nº 014/2015 - Pregão Presencial (Registro de Preço): 009/2015; Modalidade: Menor Preço por Lote; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS; Contratada: DANDARA FREIBERGER - ME; Objeto: aquisição parcelada de cestas básicas (gêneros alimentícios) destinados a famílias carentes do município de Antônio Carlos S/C, para distribuição gratuita na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social; Valor: Lote 01: R\$ 37,50 (Trinta e Sete Reais e Cinquenta Centavos) totalizando o valor de 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais); Vigência: 23/03/2015 - 23/03/2016.

Antônio Carlos, 26 de março de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

PORTARIA N 180/2015

PORTARIA Nº 180/2015.

Dispensa servidor ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, CEZAR NILO HOFFMANN, do cargo de AUXILIAR CONTÁBIL FINANCEIRO III, a partir de 31 de março de 2015, pelo término de seu contrato temporário.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 27 de março de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 30 de março de 2015.

Balneário Rincão**PREFEITURA****DECRETO Nº. 246/2015**

DECRETO MUNICIPAL GP nº 246/2015 de 26 de março de 2015.
Declara de utilidade pública área de terra de propriedade do Banco do Brasil S/A e dá outras providências.

Eu DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar 02, de 30 de dezembro de 1998.

DECRETA:

Art. 1º- Fica declarada de utilidade pública para aquisição pelo Município, por compra, doação, permuta, cessão, transação, compensação, desapropriação amigável ou judicial, área de terra de propriedade do Banco do Brasil S/A: a) com área de 288,00m², situado no loteamento Consórcio econômico, Mapa 04/75, correspondente ao lote 10 da quadra 25, devidamente matriculado sob nº 12.231, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Içara/SC; b) com área de 288,00m², situado no loteamento Consórcio econômico, Mapa 04/75, correspondente ao lote 15 da quadra 25, devidamente matriculado sob nº 12.236, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Içara/SC; c) com área de 288,00m², situado no loteamento Consórcio econômico, Mapa 04/75, correspondente ao lote 07 da quadra 25, devidamente matriculado sob nº 12.228, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Içara/SC; d) com área de 288,00m², situado no loteamento Consórcio econômico, Mapa 04/75, correspondente ao lote 05 da quadra 25, devidamente matriculado sob nº 12.226, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Içara/SC; e) com área de 288,00m², situado no loteamento Consórcio econômico, Mapa 04/75, correspondente ao lote 14 da quadra 25, devidamente matriculado sob nº 12.235, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Içara/SC; f) com área de 288,00m², situado no loteamento Consórcio econômico, Mapa 04/75, correspondente ao lote 13 da quadra 25, devidamente matriculado sob nº 12.234, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Içara/SC; g) com área de 288,00m², situado no loteamento Consórcio econômico, Mapa 04/75, correspondente ao lote 01 da quadra 25, devidamente matriculado sob nº 12.222, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Içara/SC; h) com área de 288,00m², situado no loteamento Consórcio econômico, Mapa 04/75, correspondente ao lote 16 da quadra 25, devidamente matriculado sob nº 12.237, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Içara/SC; i) com área de 288,00m², situado no loteamento Consórcio econômico, Mapa 04/75, correspondente ao lote 11 da quadra 25, devidamente matriculado sob nº 12.232, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Içara/SC; j) com área de 288,00m², situado no loteamento Consórcio econômico, Mapa 04/75, correspondente ao lote 17 da quadra 25, devidamente matriculado sob nº 12.238, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Içara/SC; l) com área de 288,00m², situado no loteamento Consórcio econômico, Mapa 04/75, correspondente ao lote 18 da quadra 25, devidamente matriculado sob nº 12.239, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Içara/SC; m) com área de 288,00m², situado no loteamento Consórcio econômico, Mapa 04/75, correspondente ao lote 09 da quadra 25, devidamente matriculado sob nº 12.230, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Içara/SC; n) com área de 288,00m², situado no loteamento Consórcio econômico, Mapa 04/75, correspondente ao lote 12 da quadra 25, devidamente matriculado sob nº 12.233, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Içara/

SC, com as confrontações nos aludidos registros.

Art. 2º - Os imóveis de Matrícula nº 12.222, 12.231, 12.233, 12.235, 12.237, 12.239, estão situados em sua totalidade dentro da área dos terrenos de Marinha, os imóveis Matrícula nº 12.226, 12.230, 12.232, 12.234, 12.236, 12.238 somente parte dos mesmos estão localizados em área dos terrenos de Marinha, já o de Matrícula nº 12.228 é terreno alodial, conforme comprava cópia do mapa de localização do imóvel (anexo).

Art. 3º - As áreas acima descritas tem como finalidade, suprir a ausência de espaço público, colaborando assim com a criação de pontos turísticos, econômico, segurança pública, ou para construções objetivando prestações de serviços públicos municipais, estaduais e federais, consolidando o Município de Balneário Rincão como instância turística da Região Carbonífera e Sul Catarinense.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão/SC, 26 de março de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente decreto no mural da sede da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão em 26 de março de 2015.

DECRETO Nº. 247/2015

DECRETO MUNICIPAL GP nº 247/2015 de 26 de março de 2015.
Declara de utilidade pública área de terra de propriedade do Eduardo de Mello Ferreira e dá outras providências.

Eu DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar 02, de 30 de dezembro de 1998.

DECRETA:

Art. 1º- Fica declarada de utilidade pública para aquisição pelo Município, por compra, doação, permuta, cessão, transação, compensação, desapropriação amigável ou judicial, área de terra de propriedade do Eduardo de Mello Ferreira - CPF nº 026.472.159-44, com área de 288,00m², situado no loteamento Consórcio econômico, Mapa 04/75, correspondente ao lote 03 da quadra 25, devidamente matriculado sob nº 12.224, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Içara/SC, com as confrontações no aludido registro (anexo).

Art. 2º - O imóvel acima mencionado está situado dentro da área dos terrenos de Marinha, conforme comprava cópia do mapa de localização do imóvel (anexo).

Art. 3º - - A área acima descrita tem como finalidade, suprir a ausência de espaço público, colaborando assim com a criação de pontos turísticos, econômico, segurança pública, ou para construções objetivando prestações de serviços públicos municipais, estaduais e federais, consolidando o Município de Balneário Rincão como instância turística da Região Carbonífera e Sul Catarinense.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão/SC, 26 de março de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente decreto no mural da sede da

Prefeitura Municipal de Balneário Rincão em 26 de março de 2015.

DECRETO Nº. 248/2015

DECRETO MUNICIPAL GP nº 248/2015 de 26 de março de 2015.
Declara de utilidade pública área de terra de propriedade do Jair Antônio Spillere e dá outras providências.

Eu DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar 02, de 30 de dezembro de 1998.

DECRETA:

Art. 1º- Fica declarada de utilidade pública para aquisição pelo Município, por compra, doação, permuta, cessão, transação, compensação, desapropriação amigável ou judicial, área de terra de propriedade do Jair Antônio Spillere - CPF nº 288.703.449-91: a) com área de 288,00m², situado no loteamento Consórcio econômico, Mapa 04/75, correspondente ao lote 06 da quadra 25, devidamente matriculado sob nº 12.227, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Içara/SC; b) com área de 288,00m², situado no loteamento Consórcio econômico, Mapa 04/75, correspondente ao lote 08 da quadra 25, devidamente matriculado sob nº 12.229; c) com área de 288,00m², situado no loteamento Consórcio econômico, Mapa 04/75, correspondente ao lote 02 da quadra 25, devidamente matriculado sob nº 12.223; d) com área de 288,00m², situado no loteamento Consórcio econômico, Mapa 04/75, correspondente ao lote 04 da quadra 25, devidamente matriculado sob nº 12.225, com as confrontações nos aludidos registros (anexos).

Art. 2º - Os imóveis de Matrícula nº 12.223 e 12.225 estão situados em sua totalidade dentro da área dos terrenos de Marinha, o imóvel Matrícula nº 12.227 somente parte está localizado em área dos terrenos de Marinha, já o de Matrícula nº 12.229 é imóvel alodial, conforme comprava cópia do mapa de localização do imóvel (anexo).

Art. 3º - As áreas acima descritas tem como finalidade, suprir a ausência de espaço público, colaborando assim com a criação de pontos turísticos, econômico, segurança pública, ou para construções objetivando prestações de serviços públicos municipais, estaduais e federais, consolidando o Município de Balneário Rincão como instância turística da Região Carbonífera e Sul Catarinense.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão/SC, 26 de março de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente decreto no mural da sede da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão em 26 de março de 2015.

DECRETO Nº. 249/2015

DECRETO MUNICIPAL GP nº 249/2015 de 26 de março de 2015.
Declara de utilidade pública área de terra de propriedade do Altamiro Afonso Wiggers e dá outras providências.

Eu DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar 02, de 30 de dezembro de 1998.

DECRETA:

Art. 1º- Fica declarada de utilidade pública para aquisição pelo Município, por compra, doação, permuta, cessão, transação, compensação, desapropriação amigável ou judicial, área de terra de propriedade do Altamiro Afonso Wiggers - CPF nº 305.821.219-49: a) com área de 288,00m², situado no loteamento Consórcio econômico, Mapa 04/75, correspondente ao lote 19 da quadra 25, devidamente matriculado sob nº 12.240, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Içara/SC; b) com área de 288,00m², situado no loteamento Consórcio econômico, Mapa 04/75, correspondente ao lote 20 da quadra 25, devidamente matriculado sob nº 12.241, com as confrontações nos aludidos registros (anexos).

Art. 2º - O imóvel Matrícula nº 12.241 está situado em sua totalidade dentro da área dos terrenos de Marinha, já o imóvel Matrícula nº 12.240 somente parte está localizado em área de dos terrenos de Marinha, conforme comprava cópia do mapa de localização do imóvel (anexo).

Art. 3º As áreas acima descritas tem como finalidade, suprir a ausência de espaço público, colaborando assim com a criação de pontos turísticos, econômico, segurança pública, ou para construções objetivando prestações de serviços públicos municipais, estaduais e federais, consolidando o Município de Balneário Rincão como instância turística da Região Carbonífera e Sul Catarinense.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão/SC, 26 de março de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente decreto no mural da sede da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão em 26 de março de 2015.

DECRETO Nº. 250/2015

DECRETO MUNICIPAL GP nº 250/2015 de 26 de março de 2015.
Declara de utilidade pública área de terra de propriedade do Edison José Spillere e dá outras providências.

Eu DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar 02, de 30 de dezembro de 1998.

DECRETA:

Art. 1º- Fica declarada de utilidade pública para aquisição pelo Município, por compra, doação, permuta, cessão, transação, compensação, desapropriação amigável ou judicial, área de terra de propriedade do Edison José Spillere - CPF nº 225.606.029-20: a) com área de 288,00m², situado no loteamento Consórcio econômico, Mapa 04/75, correspondente ao lote 23 da quadra 25, devidamente matriculado sob nº 12.244, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Içara/SC; b) com área de 288,00m², situado no loteamento Consórcio econômico, Mapa 04/75, correspondente ao lote 22 da quadra 25, devidamente matriculado

sob nº 12.243; c) com área de 288,00m², situado no loteamento Consórcio econômico, Mapa 04/75, correspondente ao lote 21 da quadra 25, devidamente matriculado sob nº 12.242; d) com área de 288,00m², situado no loteamento Consórcio econômico, Mapa 04/75, correspondente ao lote 24 da quadra 25, devidamente matriculado sob nº 12.245, com as confrontações nos aludidos registros (anexos).

Art. 2º - Os imóveis de Matrícula nº 12.243 e 12.245 estão situados em sua totalidade dentro da área dos terrenos de Marinha, já os imóveis Matrícula nº 12.242 e 12.244 somente parte está localizado em área dos terrenos de Marinha, conforme comprava cópia do mapa de localização do imóvel (anexo).

Art. 3º - As áreas acima descritas tem como finalidade, suprir a ausência de espaço público, colaborando assim com a criação de pontos turísticos, econômico, segurança pública, ou para construções objetivando prestações de serviços públicos municipais, estaduais e federais, consolidando o Município de Balneário Rincão como instância turística da Região Carbonífera e Sul Catarinense.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão/SC, 26 de março de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente decreto no mural da sede da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão em 26 de março de 2015.

EXTRATO DE ADITIVO - STATION

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 065/PMBR/2014. OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo o ACRÉSCIMO DE SERVIÇOS, do contrato que tem como objeto contratação de empresa do ramo pertinente para prestação de serviços de conexão a internet via rádio (Comunicação de Multimídia (S.C.M)), a fim de atender as necessidades das Secretarias da Prefeitura do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 05/03/2015, SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Décio Góes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Fernando Germano Selinger.

EXTRATO DE CONTRATO - FMS

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 014/FMS/2015; HOSP. - LOG. COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de medicamento para atendimento de "Processo Judicial", no Município de Balneário Rincão - SC; Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/FMS/2015. ASSINATURA: 09/03/2015; VIGÊNCIA: 31/12/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Edir Santiago de Paula.

CONTRATO Nº. 015/FMS/2015; DE LUCA PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA - EPP; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para manutenção e concerto da Frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão, durante o exercício de 2015; Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/FMS/2015. ASSINATURA: 13/03/2015; VIGÊNCIA: 31/12/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Ricardo De Lucca.

CONTRATO Nº. 016/FMS/2015; PAZETTO COMÉRCIO DE

VEICULOS E SERVIÇOS EIRELI ME; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para manutenção e concerto da Frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão, durante o exercício de 2015; Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/FMS/2015. ASSINATURA: 13/03/2015; VIGENCIA: 31/12/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Ademir Pazetto.

EXTRATO DE CONTRATO - PMBR

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 034/PMBR/2015; RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELI ME; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de forma parcelada, de lajotas sextavada, meio fios e tubo de concreto, areia siltica (argilosa), areia para assentamento de lajotas, saibro (areão), pedra de alicerce e seixo rolado peneirado para serem utilizadas na pavimentação e conservação das diversas ruas no Município de Balneário Rincão. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/PMBR/2015. VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 04/03/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Marcos Ferreira Bortolon.

CONTRATO Nº. 035/PMBR/2015; J.M.C. LTDA ME; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de forma parcelada, de lajotas sextavada, meio fios e tubo de concreto, areia siltica (argilosa), areia para assentamento de lajotas, saibro (areão), pedra de alicerce e seixo rolado peneirado para serem utilizadas na pavimentação e conservação das diversas ruas no Município de Balneário Rincão. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/PMBR/2015. VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 04/03/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Fabio da Rosa Albino.

CONTRATO Nº. 036/PMBR/2015; FRANCIELE MANGILI TRAMONTIN; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de forma parcelada, de lajotas sextavada, meio fios e tubo de concreto, areia siltica (argilosa), areia para assentamento de lajotas, saibro (areão), pedra de alicerce e seixo rolado peneirado para serem utilizadas na pavimentação e conservação das diversas ruas no Município de Balneário Rincão. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/PMBR/2015. VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 04/03/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Luiz Artur Fernandes.

CONTRATO Nº. 037/PMBR/2015; DJALMA ZANETTE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de forma parcelada, de lajotas sextavada, meio fios e tubo de concreto, areia siltica (argilosa), areia para assentamento de lajotas, saibro (areão), pedra de alicerce e seixo rolado peneirado para serem utilizadas na pavimentação e conservação das diversas ruas no Município de Balneário Rincão. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/PMBR/2015. VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 04/03/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Djalma da Silva Zanette.

CONTRATO Nº. 038/PMBR/2015; JAZIDA DE AREÃO RECCO EIRELI - ME; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de forma parcelada, de lajotas sextavada, meio fios e tubo de concreto, areia siltica (argilosa), areia para assentamento de lajotas, saibro (areão), pedra de alicerce e seixo rolado peneirado para serem utilizadas na pavimentação e conservação das diversas ruas no Município de Balneário Rincão. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/PMBR/2015.

VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 04/03/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Helio Recco.

CONTRATO Nº. 039/PMBR/2015; TERRAPLANAGEM BENDO LTDA - EPP; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de forma parcelada, de lajotas sextavada, meio fios e tubo de concreto, areia siltica (argilosa), areia para assentamento de lajotas, saibro (areão), pedra de alicerce e seixo rolado peneirado para serem utilizadas na pavimentação e conservação das diversas ruas no Município de Balneário Rincão. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/PMBR/2015. VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 04/03/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr.ª Deise Ramos Chechetto Bendo.

CONTRATO Nº. 040/PMBR/2015; RHA CONSULTORIA E PROJETOS LTDA; OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para execução dos serviços de layout e engenharia de conceito para sugerir a forma da orla e instalações náuticas na área circunvizinha a lagoa Urussanga Velha, com vistas à Proposta de Instalação Náutica e Recuperação Histórica da Urussanga Velha/Novo Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: Pregão Presencial Nº. 013/PMBR/2015. VIGENCIA: 06 meses; ASSINATURA: 05/03/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Alex Bunese Juk.

CONTRATO Nº. 041/PMBR/2015; COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de cestas básicas a fim de atender as demandas dos benefícios eventuais do Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação - Modalidade: Edital Pregão Presencial Nº. 014/PMBR/2015. VIGENCIA: 31/12/2015 ASSINATURA: 06/03/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. João Rodrigues Junior.

CONTRATO Nº. 042/PMBR/2015; DISTRIMEL MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente, para fornecimento de Materiais Elétricos para serem utilizados pela equipe de manutenção da Iluminação Pública Municipal do Município de Balneário Rincão - SC. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/PMBR/2015. VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 10/03/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Felipe Fragnani Dagostin.

CONTRATO Nº. 043/PMBR/2015; TECNOELETRÔ DELLA VECHIA LTDA - EPP; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente, para fornecimento de Materiais Elétricos para serem utilizados pela equipe de manutenção da Iluminação Pública Municipal do Município de Balneário Rincão - SC. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/PMBR/2015. VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 10/03/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Jádriel Boza Della Vechia.

CONTRATO Nº. 044/PMBR/2015; EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS; OBJETO: Prestação, pela ECT, de serviços e venda de produtos, que atendam às necessidades da CONTRATANTE. Processo de Licitação-Modalidade: Inexigibilidade de Licitação Nº. 021/PMBR/2015. VIGENCIA: 13/03/2016; ASSINATURA: 13/03/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Paulo Oliveira de Andrade e o Sr.º Paulo Roberto Zucco.

CONTRATO Nº. 045/PMBR/2015; PERKSON PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para manutenção e concerto da Frota de Maquinas e veículos do Município de Balneário Rincão e Fundo Municipal de

Saúde, durante o exercício de 2015. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/PMBR/2015. VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 13/03/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Armando Pereira Filho.

CONTRATO Nº. 046/PMBR/2015; GAMAPE COMERCIO DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERVIÇOS LTDA EPP; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para manutenção e concerto da Frota de Maquinas e veículos do Município de Balneário Rincão e Fundo Municipal de Saúde, durante o exercício de 2015. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/PMBR/2015. VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 13/03/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Rafael Jerônimo Lopes Gamba.

CONTRATO Nº. 047/PMBR/2015; TRATORMAX COMERCIO DE PEÇAS LTDA ME; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para manutenção e concerto da Frota de Maquinas e veículos do Município de Balneário Rincão e Fundo Municipal de Saúde, durante o exercício de 2015. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/PMBR/2015. VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 13/03/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Júnior Nunes Passarin.

CONTRATO Nº. 048/PMBR/2015; PAZETTO COMÉRCIO DE VEÍCULOS E SERVIÇOS EIRELI ME; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para manutenção e concerto da Frota de Maquinas e veículos do Município de Balneário Rincão e Fundo Municipal de Saúde, durante o exercício de 2015. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/PMBR/2015. VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 13/03/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Ademir Pazetto.

CONTRATO Nº. 049/PMBR/2015; DE LUCA PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA - EPP; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para manutenção e concerto da Frota de Maquinas e veículos do Município de Balneário Rincão e Fundo Municipal de Saúde, durante o exercício de 2015. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/PMBR/2015. VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 13/03/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Ricardo De Lucca.

CONTRATO Nº. 050/PMBR/2015; SCARSANELLA COMERCIO DE VEICULOS LTDA; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para manutenção e concerto da Frota de Maquinas e veículos do Município de Balneário Rincão e Fundo Municipal de Saúde, durante o exercício de 2015. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/PMBR/2015. VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 13/03/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Raphael do Amaral Scarsanella.

CONTRATO Nº. 051/PMBR/2015; AM TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS LTDA; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para prestação de serviços de transporte escolar para atender alunos da Rede Pública Municipal e Estadual, durante o ano de 2015. Processo de Licitação-Modalidade: Pregão Presencial Nº. 020/PMBR/2015. VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 23/03/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Antoniel Borges França.

CONTRATO Nº. 052/PMBR/2015; Expresso Coletivo IÇARENSE LTDA; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para prestação de serviços de transporte escolar para atender alunos da Rede Pública Municipal e Estadual, durante o ano de 2015. Processo de Licitação-Modalidade: Pregão Presencial Nº. 020/

PMBR/2015. VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 23/03/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Elvio Juarez Peruchi.

CONTRATO Nº. 053/PMBR/2015; TRANSPORTES TROPICAL LTDA ME; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para prestação de serviços de transporte escolar para atender alunos da Rede Pública Municipal e Estadual, durante o ano de 2015. Processo de Licitação-Modalidade: Pregão Presencial Nº. 020/PMBR/2015. VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 23/03/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Daltenor Nascimento Junior.

CONTRATO Nº. 054/PMBR/2015; RAFAEL CASAGRANDE DA ROSA; OBJETO: Contratação de profissional habilitado na área de Biologia, para ministrar oficina com a temática Educação Ambiental, em cumprimento do Projeto Técnico Social (PTTS), Convênio nº 152/2014, firmado entre o Município de Balneário Rincão - SC e Caixa Econômica Federal. Processo de Licitação-Modalidade: Inexigibilidade de Licitação Nº. 024/PMBR/2015. VIGENCIA: 31/05/2015; ASSINATURA: 24/03/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pelo Sr. Rafael Casagrande da Rosa.

.

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

LEI Nº 1.081

LEI Nº 1.081/2015, DE 27 DE MARÇO DE 2015

"DISPÕE SOBRE O CONSELHO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Fica o Conselho Tutelar de Bela Vista do Toldo, órgão municipal de caráter permanente e autônomo, não jurisdicional encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, com funções precípuas de planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades que constituem sua área de competência, conforme previsto na Lei nº 8.069/1990 e integrante da Administração Pública Municipal, com vinculação à Secretaria de Assistência Social, ativ. 2035 - Manutenção do Conselho Tutelar.

Art. 2º. Fica instituída a função pública em regime estatutário de conselheiro tutelar do Município de Bela Vista do Toldo, que será exercida por 5 (cinco) membros titulares e 05 (cinco) suplentes, com mandato de 4(quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

Seção I

Da Manutenção do Conselho Tutelar

Art. 3º. A Lei Orçamentária Municipal deverá estabelecer, dotação específica para implantação, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar, incluindo:

I - O processo de escolha dos conselheiros tutelares

II - Custeio com remuneração e formação continuada;

III - Custeio das atividades inerentes as atribuições dos conselheiros, inclusive para as despesas com adiantamentos e diárias, quando necessário deslocamento para outros municípios em serviço;

IV - Manutenção geral da sede, necessárias ao funcionamento do órgão.

Art. 4º. O Conselho Tutelar funcionará em local de fácil acesso, que ofereça acessibilidade e contará ainda com as seguintes garantias mínimas ao seu funcionamento:

I - placa indicativa da sede;

II - salas mobiliadas para atendimento individual pelos conselheiros tutelares, equipadas com computador com acesso à internet, com impressora;

III - sala para recepção e atendimento ao público;

IV - sala para os serviços administrativos com computador com acesso à internet com impressora;

V - cozinha e área de serviço;

VI - 1 (uma) central telefônica e no mínimo 01 (um) telefone móvel;

VII - veículo exclusivo para desempenho das atribuições dos conselheiros tutelares;

VIII - mobiliário e material de expediente adequado ao funcionamento do órgão;

IX - banheiros com acessibilidade.

Art. 5º. O Conselho Tutelar contará com uma estrutura de recursos humanos, destinada a dar suporte necessário ao seu funcionamento.

§1º. Para a finalidade do caput, devem ser consideradas as seguintes funções permanentes, a serem desempenhadas por servidores públicos municipais efetivos, com perfil adequado às especificidades das atribuições do Conselho Tutelar, a saber:

a) motorista;

b) agente de limpeza e conservação;

c) agente administrativo.

Art. 6º. Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer ao Conselho Tutelar os meios necessários para sistematização de informações relativas às demandas e deficiências na estrutura de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA), ou sistema equivalente.

Parágrafo único: Cabe aos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes, com atuação no município, auxiliar o Conselho Tutelar na coleta de dados e no encaminhamento das informações relativas às demandas das políticas públicas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Seção II

Do Funcionamento do Conselho Tutelar

Art. 7º. A sede do Conselho Tutelar permanecerá aberta ao público, das 8h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Após este horário o Conselho Tutelar atenderá em regime de sobreaviso, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população.

Parágrafo único: Poderá o Poder Executivo Municipal, em acordo com deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o colegiado do Conselho Tutelar, estabelecer, através de emissão de decreto municipal, horário diferenciado ao previsto no caput, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população.

Art. 8º. O conselheiro tutelar fica sujeito à jornada de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho.

§1º. Caberá aos conselheiros tutelares registrar o cumprimento da jornada normal de trabalho, de acordo com as regras estabelecidas ao funcionalismo público municipal.

Seção III

Do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar

Art. 9º. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Bela Vista do Toldo, ocorrerá no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, sendo a posse no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

Art. 10. Os conselheiros tutelares serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos cidadãos do município de Bela Vista do Toldo, em procedimento estabelecido nesta lei e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizado pelo Ministério Público.

§1º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente instituirá a Comissão Especial Eleitoral, que deverá ser constituída por conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, observada a composição paritária entre os mesmos.

a) Poderão compor a Comissão Especial Eleitoral, até 2 (dois) integrantes alheios ao Conselho, a título de colaboradores, desde que

aprovados pela plenária do Conselho.

b)A constituição e atribuições da Comissão Especial Eleitoral deverão constar em resolução emitida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§2º. A candidatura será individual e cada eleitor apto a participar do processo citado poderá votar em apenas 1(um) dos candidatos.

Art. 11. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será organizado mediante edital de Convocação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma desta Lei sem prejuízo no disposto na legislação nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações.

§1º. O edital a que se refere o caput deverá ser publicado com antecedência mínima de 6 (seis) meses antes da realização da eleição.

Art. 12. O processo de eleição para o Conselho Tutelar ocorrerá com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes devidamente habilitados.

§1º. Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas.

Seção IV Dos Requisitos à Candidatura

Art. 13. Somente poderão concorrer ao pleito os candidatos que preencherem os seguintes requisitos:

I.Reconhecida idoneidade moral, comprovada mediante certidão de antecedentes do Distribuidor Judicial da Comarca de Canoinhas - SC;

II.Idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III.Residir no município há mais de 02 (dois) anos;

IV.Escolaridade mínima Ensino Médio completo;

V.Comprovar domicílio eleitoral no município;

VI.Não ter sofrido penalidade de perda de mandato de conselheiro tutelar no período vigente;

VII.Estar no gozo dos direitos políticos;

VIII.Não exercer mandato político;

IX.Estar no pleno gozo das aptidões física e mental para o exercício do cargo de conselheiro tutelar;

X.Comprovar experiência nas áreas de promoção, atendimento e/ou defesa dos direitos da criança e do adolescente de no mínimo 2(dois) anos.

XI.No ato da inscrição, não poderá estar vinculado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

XII.Proceder à entrega da documentação prevista no edital de convocação.

Seção V Da Avaliação Documental e Impugnações

Art. 14. Terminado o período de registro das candidaturas, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 3(três) dias úteis, publicará edital com o nome dos candidatos registrados, deferidos e indeferidos.

§ 1º. Após a publicação do edital de que trata o caput, será facultado ao candidato indeferido pela comissão, o direito a recurso, no prazo de 2 (dias) dias úteis, a contar da referida publicação.

§ 2º. Passado o prazo previsto no §1º a Comissão Especial Eleitoral publicará edital informando o nome dos candidatos deferidos.

§ 3º. Será facultado a qualquer cidadão impugnar os candidatos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da publicação do edital previsto no §2º, indicando os elementos probatórios.

§ 4º. Passado o período de impugnação, será facultado ao candidato impugnado, o direito a recurso junto a Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 2 (dias) dias úteis, contados da publicação de que trata o §3º.

§ 5º. Passado o período de recurso, no prazo de 2 (dias) dias úteis, a Comissão Especial Eleitoral publicará a lista dos candidatos aptos a participar do processo eleitoral.

Art. 15. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral, relativas aos recursos dos candidatos em razão da impugnação, caberá recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação a que se refere o § 5º do Art.14.

Art. 16. Vencidas as fases de impugnação e recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará edital com os nomes dos candidatos habilitados a participarem do processo eleitoral.

Seção VI Da Campanha Eleitoral

Art. 17. É vedado aos candidatos:

I - abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social;

II - doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

III - propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto, nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia.

Art. 18. A violação do disposto no art.17 desta lei, acarretará a cassação do registro da candidatura.

Seção VII Da Votação e Apuração dos Votos

Art. 19. Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral e divulgados com no mínimo, 30(trinta) dias de antecedência.

§ 1º. Cada candidato poderá contar com 1 (um) fiscal de sua indicação para cada local de votação, previamente cadastrado junto a Comissão Especial Eleitoral.

§ 2º. No processo de apuração será permitida a presença do candidato ou seu fiscal indicado por mesa apuradora.

§ 3º. Para o processo de apuração dos votos, a Comissão Especial Eleitoral nomeará representantes para essa finalidade.

Seção VIII Da Proclamação do Resultado, da Nomeação e Posse

Art. 20. Concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará e divulgará o resultado da eleição.

§ 1º. Os nomes dos candidatos eleitos como titulares e suplentes, assim como, o número de sufrágios recebidos, deverá ser publicado no diário oficial do município ou meio equivalente.

§ 2º. Os 5 (cinco) primeiros candidatos mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais candidatos como suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

§ 3º. Havendo empate na votação será considerado eleito o candidato com mais idade.

§ 4º. Os escolhidos serão nomeados e empossados pelo chefe do Poder Executivo Municipal, através de termo de posse assinado onde constem necessariamente seus deveres e direitos, assim como, a descrição da função de Conselheiro Tutelar na forma do disposto no Art. 136 da Lei Federal nº 8.069/90.

§ 5º. Ocorrendo a vacância no cargo, assumirá o suplente que se encontrar na ordem da obtenção do maior número de votos, o qual receberá remuneração proporcional aos dias que atuar no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo

de licenças e férias regulamentares.

§ 6º. No caso da inexistência de suplentes, caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar processo de escolha complementar através de eleição para o preenchimento das vagas.

§ 7º. Deverá a municipalidade garantir a formação prévia dos candidatos ao Conselho Tutelar titulares e suplentes eleitos, antes da posse.

Seção IX Dos Impedimentos

Art. 21. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

Parágrafo único: Estende-se o impedimento do caput ao conselheiro tutelarem relação a autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

Seção X Das atribuições dos Conselhos Tutelares

Art. 22. São atribuições do Conselho Tutelar:

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, aplicando as medidas previstas no artigo 101, I a VII, todos da Lei nº 8.069/90.

II - atender e acompanhar os pais ou responsáveis, aplicando as medidas previstas no artigo 129, I a VII, do mesmo estatuto.

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:
a) requisitar serviços públicos nas áreas da saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou do adolescente.

V - encaminhar a autoridade judiciária os casos de sua competência.

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no artigo 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional.

VII - expedir notificações.

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

X - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar;

XI - elaborar e alterar o seu regimento interno, que deverá ser aprovado por maioria absoluta, atendendo às disposições desta Lei.

§ 1º. As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas por autoridade judiciária mediante provocação da parte interessada ou do representante do Ministério Público.

§ 2º. A autoridade do Conselho Tutelar para aplicar medidas de proteção deve ser entendida como a função de tomar providências, em nome da sociedade e fundada no ordenamento jurídico, para que cesse a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

Seção XI Da Vacância

Art. 23. A vacância da função decorrerá de:

- I - renúncia;
- II - falecimento;

- III - aplicação de sanção administrativa de destituição da função;
- IV - posse e exercício em outro cargo, emprego ou função pública;
- V - condenação por sentença transitada em julgado pela prática de crime que comprometa a sua idoneidade moral.

Art. 24. Os conselheiros tutelares serão substituídos pelos suplentes nos seguintes casos:

I - vacância de função;

II - férias do titular;

III - licenças ou suspensão do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias.

Parágrafo único: O suplente, no efetivo exercício da função de conselheiro tutelar, terá os mesmos direitos, vantagens e deveres do titular.

Seção XII Do Regime Disciplinar e da Perda de Função

Art. 25. São deveres dos membros do Conselho Tutelar:

I - exercer com zelo e dedicação as suas atribuições, conforme a Lei nº 8.069/90;

II - observar as normas legais e regulamentares;

III - atender com presteza ao público, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

IV - zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;

V - manter conduta compatível com a natureza da função que desempenha;

VI - guardar, quando necessário, sigilo sobre assuntos de que tomar conhecimento;

VII - ser assíduo e pontual;

VIII - tratar com urbanidade as pessoas.

Art. 26. Ao conselheiro tutelar é proibido:

I - ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante os expedientes, salvo quando em diligências ou por necessidade do serviço;

II - recusar fé a documento público;

III - opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

IV - delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição que seja de sua responsabilidade;

V - valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem;

VI - receber comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

VII - proceder de forma desidiosa;

VIII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho;

IX - exceder no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;

X - fazer propaganda político-partidária no exercício de suas funções;

XI - aplicar medidas a crianças, adolescentes, pais ou responsável sem a prévia discussão e decisão do Conselho Tutelar de que faça parte, salvo em situações emergenciais, que serão submetidas em seguida ao referendo do colegiado.

Art. 27. O conselheiro tutelar responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de sua função.

Art. 28. São penalidades disciplinares aplicáveis aos membros do Conselho Tutelar:

I - advertência;

II - suspensão do exercício da função;

III - destituição da função;

Art. 29. Na aplicação das penalidades, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, os agravantes e as atenuantes.

Art. 30. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante nos incisos I, II e XI do art. 26 e de inobservância de dever funcional prevista em Lei, regulamento ou norma interna do Conselho Tutelar que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Art. 31. A suspensão será aplicada nos casos de reincidência das faltas punidas com advertência, não podendo exceder 03 (três) meses, período em que não terá direito a receber os subsídios e demais vantagens regulamentares.

Art. 32. O conselheiro tutelar será destituído da função nos seguintes casos:

- I - prática de crime contra a administração pública ou contra a criança e o adolescente;
- II - deixar de prestar a escala de serviços ou qualquer outra atividade atribuída a ele, por 03 (três) vezes consecutivas ou 06 (seis) alternadas, dentro de 01 (um) ano, salvo justificativa aceita pela plenária do Conselho Tutelar;
- III - em caso comprovado de inidoneidade moral;
- IV - ofensa física em serviço, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
- V - posse em cargo, emprego ou outra função remunerados;
- VI - transgressão dos incisos III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X, do art. 26, desta Lei.
- VII - abandono da função por período superior a 30 (trinta) dias;
- VIII - improbidade administrativa;
- IX - reincidência em duas faltas punidas com suspensão;

Art. 33. O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 34. Qualquer cidadão poderá e o membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que tiver ciência de irregularidades no Conselho Tutelar deverá tomar as providências necessárias para sua imediata apuração, representando junto àquele Órgão para que seja instaurada sindicância ou processo administrativo disciplinar.

Parágrafo único: Comunicado da ocorrência, o CMDCA determinará a instauração de sindicância para sua apuração, podendo determinar, de acordo com a gravidade do caso, o afastamento cautelar do acusado, sem prejuízo de sua remuneração, com a imediata convocação de seu suplente.

Art. 35. A sindicância ou processo administrativo deverá ser concluída no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua instauração, prorrogáveis por mais 30 (trinta), devendo seguir, o quanto possível, os trâmites previstos na legislação municipal específica, relativa aos servidores públicos municipais, assegurado o contraditório e direito de defesa ao acusado, e será conduzida por uma comissão de ética composta de:

- a) dois membros do CMDCA, sendo um representante do governo e outro da sociedade civil organizada;
 - b) dois membros do Conselho Tutelar;
 - c) um membro de entidade não governamental, devidamente registrada no CMDCA, que não faça parte de sua composição atual.
- § 1º. Os representantes do CMDCA e do Conselho Tutelar serão escolhidos pela plenária dos respectivos Órgãos, e o representante das entidades não governamentais será escolhido em assembleia própria, a ser convocada pelo CMDCA para tal finalidade.
- § 2º. Cabe ao CMDCA proporcionar os meios necessários para o adequado funcionamento da comissão de ética.
- § 3º. A sindicância será instruída com cópia da representação e da ata da sessão que decidiu pela instauração do procedimento, das quais o acusado será pessoalmente cientificado, bem como notificado a apresentar defesa escrita e arrolar testemunhas, em número não superior a 05 (cinco);
- § 4º. Concluídos e relatados os autos, serão enviados imediatamente ao CMDCA, a quem caberá apreciar e decidir sobre a

imposição das penalidades cabíveis.

Art. 36. O julgamento do membro do Conselho Tutelar pela plenária do CMDCA será realizado em sessão extraordinária, a ser instaurada em não menos que 05 (cinco) e não mais que 10 (dez) dias úteis contados do término da sindicância, com notificação pessoal do denunciante, acusado e representante do Ministério Público;

§ 1º. Serão fornecidas, a todos os membros do CMDCA, cópias da acusação e da defesa, ficando os autos da sindicância a todos disponível para consulta;

§ 2º. Por ocasião da sessão deliberativa será facultado ao acusado, por si ou por intermédio de procurador constituído, apresentar oralmente sua defesa, pelo prazo de 30 (trinta) minutos, prorrogáveis por mais 10 (dez);

§ 3º. Ficam impedidos de participar do julgamento os membros do CMDCA que integraram a comissão de ética, que para o ato serão substituídos por seus suplentes regulamentares;

§ 4º. A condução da sessão de julgamento e a forma da tomada dos votos obedecerá ao disposto no regimento interno do CMDCA;

§ 5º. A perda da função de conselheiro tutelar somente poderá ser decretada mediante decisão de 2/3 dos membros do CMDCA.

§ 6º. Quando a violação cometida pelo conselheiro tutelar constituir ilícito penal caberá ao CMDCA encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público para as providências legais cabíveis.

Seção XIII

Dos Direitos

Art. 37. O conselheiro tutelar, cargo eletivo do Conselho Tutelar, no efetivo exercício da sua função perceberá a título de remuneração o valor correspondente a 01 (um) salário mínimo nacional, devendo ser reajustado nas mesmas bases e condições dos servidores do Município.

§ 1º. Em relação à remuneração referida no caput deste artigo, haverá os descontos devidos junto ao sistema previdenciário do INSS e IRPF.

§ 2º. Gozarão os conselheiros tutelares dos direitos elencados na Lei nº 12.696/2012, que alterou a Lei nº 8.069/90, artigo 134.

Seção XIV

Do Tempo de Serviço

Art. 38. O exercício efetivo da função pública de conselheiro tutelar será considerado tempo de serviço público para os fins estabelecidos em lei.

Parágrafo único: Sendo o conselheiro tutelar servidor ou empregado público municipal, o seu tempo de serviço na função será contado para todos os efeitos, exceto para promoção por merecimento.

Seção XV

Disposições Finais

Art. 39. As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações específicas do orçamento.

Art. 40. Aplicam-se aos conselheiros tutelares, naquilo que não forem contrárias ao disposto nesta Lei ou incompatíveis com a natureza temporária do exercício da função, as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos do município e da legislação correlata referentes ao direito de petição e ao processo de sindicância e administrativo disciplinar.

Art. 41. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário, em especial os artigos 39 a 87 da Lei Municipal nº 1023/2014, de 20 de março de 2014.

Bela Vista do Toldo - SC, 27 de março de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI Nº 1080

LEI Nº 1.080/2015, DE 26 DE MARÇO DE 2015

"ALTERA A EMENTA E DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1072/2014, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica alterado parte do disposto no artigo 1º da Lei Municipal nº 1.072/2014, de 24 de dezembro de 2014, o qual passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º. Fica criado o Conselho Escolar em todos os estabelecimentos de Ensino Fundamental, no âmbito do município de Bela Vista do Toldo - SC.

Art. 2º. Fica alterado parte do disposto no artigo 2º da Lei Municipal nº 1.072/2014, de 24 de dezembro de 2014, o qual passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º. As Unidades Escolares de Ensino Fundamental com mais de 100 (cem) alunos, que fizerem parte da Rede Municipal de Ensino implantarão o Conselho Escolar, órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, que atuará em assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira da Unidade Escolar, conforme dispõe a Lei nº 792/2011, de 13 de setembro de 2011 (Lei de Sistema).

Art. 3º. Fica alterado o inciso XI, do artigo 5º da Lei Municipal nº 1.072/2014, de 24 de dezembro de 2014, o qual passa a ter a seguinte redação:

Art. 5º.

XI - Zelar pelo cumprimento dos dias de efetivo trabalho escolar e horas-aula, estabelecidos na respectiva matriz curricular.

Art. 4º. Fica alterado os §§ 2º e 3º, do artigo 6º da Lei Municipal nº 1.072/2014, de 24 de dezembro de 2014, o qual passa a ter a seguinte redação:

Art. 6º.

§ 2º. Os componentes titulares e suplentes do Conselho serão escolhidos entre seus segmentos mediante eleição direta e secreta.

§ 3º. A Direção da Escola integrará o Conselho, representada por seu Diretor na qualidade de membro nato. Se não houver Diretor na escola, o membro nato passará a ser o pedagogo.

Art. 5º. Os demais dispositivos da Lei Municipal nº 1072/2014,

permanecem inalterados.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 26 de março de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI Nº 1082

LEI Nº 1.082/2015, DE 27 DE MARÇO DE 2015

"ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 786 DE 13 DE JULHO DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica alterado o inciso I do artigo 3º da Lei Municipal nº 786 de 13 de julho de 2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

"I - Disponibilizar, mensalmente a importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), cujo recurso recebido deverá ser utilizado em despesas com manutenção (combustível, lubrificante, peças, acessórios e serviços), das viaturas colocadas a serviço (conveniada), visando proporcionar condições de execução do policiamento de radiopatrulha no município, melhorias das instalações físicas e para cobrir as despesas com material de expediente, limpeza, fardamento, manutenção do aquartelamento, equipamentos operacionais e de instrução, armamento e alimentação do pessoal de serviço".

Art. 2º. Os demais dispositivos da Lei Municipal nº 786 de 13 de julho de 2011 permanecem inalterados.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 27 de março de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Biguaçu**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015 - FMS**

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015 - FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a AQUISIÇÃO DO MEDICAMENTO RANITIDINA PARA O ATENDIMENTO AOS PACIENTES DA UPA 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 30/03/2015, às 13h59min do dia 13/04/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 03/03/2015, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (13/04/2015), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (13/04/2015), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar subestabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de subestabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 30/03/2015.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados - CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com

Biguaçu, SC, 27 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPALPor delegação - Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde**DL 01/2015 FAMABI E OUTROS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2015 FAMABI

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) APARELHOS DE GPS PARA USO DOS TÉCNICOS DA FAMABI.

EMPRESA CONTRATADA: PEGESUL COM. DE EQUIP. TOPOGRÁFICOS LTDA ME

VALOR: R\$ 3.798,00.

VIGÊNCIA: até 31/12/2015.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 17.01

PROJETO/ATIVIDADE: 2.078

ELEMENTO DA DESPESA: 44.90.52.35.00.00.00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, II da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. É dispensável a licitação:

II- para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).

JUSTIFICATIVA: Devido à necessidade de adquirir aparelhos de GPS para uso dos técnicos da FAMABI, optou-se por Dispensa de Licitação, tendo em vista que os valores totais previstos para a aquisição desse objeto para o ano de 2014 não ultrapassarão o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), possibilitando assim a realização de Processo de Dispensa de Licitação de acordo com o art.24, II da Lei 8.666/93.

O valor contratado é compatível com o mercado, conforme orçamentos elencados no processo. A empresa contratada apresentou todos os documentos de regularidade fiscal dentro do prazo de validade.

Biguaçu, 24 de março de 2015.

ANDREA FELIPE
SUPERINTENDENTE DA FAMABI

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 75/2015 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E FORNECIMENTO DE LICENÇA DE ESTOQUE.

EMPRESA CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

VALOR: R\$ 6.423,00 (seis mil quatrocentos e vinte e três reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato.

JUSTIFICATIVA: Tendo em vista a necessidade da implantação do Sistema Estoque, sendo que a empresa contratada é a única e exclusiva desenvolvedora e mantenedora dos demais aplicativos para gestão instalados nesta Municipalidade, e o preço está compatível com aquele que vem sendo utilizado no mercado atualmente.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, I da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.

Biguaçu, 25 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 86/2015 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA NA REDE DO SETOR DE IDENTIDADE DO PROCIDADÃO E AMPLIAÇÃO DE DUAS NOVAS ESTAÇÕES DE TRABALHO.

EMPRESA CONTRATADA: TECNA TELECOM SISTEMAS E TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME

VALOR: R\$ 1.500,00 (um mil quinhentos reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2015

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

03.01.2.011.33.90.39.17.00.00.00

JUSTIFICATIVA: Devido à necessidade da reforma da rede do Setor de Identidade do Pró-cidadão e ampliação de duas novas estações de trabalho, optou-se por Dispensa de Licitação, tendo em vista que os valores totais previstos para a aquisição desse objeto para o ano de 2014 não ultrapassarão o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), possibilitando assim a realização de Processo de Dispensa de Licitação de acordo com o art.24, II da Lei 8.666/93. II- para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).

O contratado apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como a Secretaria de Administração apresentou 03 (três) orçamentos cujos documentos encontram-se acostados ao Processo. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 25 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 93/2015 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ADEQUAÇÃO DO IMÓVEL ONDE FUNCIONARÁ O NOVO POSTO POLICIAL DO BAIRRO BOM VIVER.

EMPRESA CONTRATADA: PAEMI COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA

VALOR: R\$ 11.467,00 (onze mil quatrocentos e sessenta e sete reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2015

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03.01

PROJETO/ATIVIDADE: 2.011

ELEMENTO DA DESPESA: 33.90.39.99.00.00.00

JUSTIFICATIVA: Devido à necessidade da reforma do novo imóvel que abrigará o Posto Policial no Bairro Bom Viver, houve a

necessidade da contratação de empresa especializada com fornecimento e material e serviços de mão de obra para realização da reforma pretendida. Optou-se por Dispensa de Licitação, tendo em vista que os valores totais previstos para a aquisição desse objeto para o ano de 2014 não ultrapassarão o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), possibilitando assim a realização de Processo de Dispensa de Licitação de acordo com o art.24, II da Lei 8.666/93. II- para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).

O contratado apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como a Secretaria de Administração apresentou 03 (três) orçamentos cujos documentos encontram-se acostados ao Processo. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 25 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ERRATA Nº 01 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

ERRATA Nº. 01 AO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 91/2014 - PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SOB O Nº 91/2014

Considerando o afastamento da Pregoeira da Secretaria Municipal de Saúde é necessário adequar a data para realização da sessão de licitação. Neste sentido, altera-se o edital.

Onde se lê no Aviso de Licitação (Pregão Presencial nº. 91/2014 - FMS)

(...)AQUISIÇÃO DE LEITE EM PO INFANTIL PARA FORNECIMENTO AS CRIANÇAS EXPOSTAS AO HIV CADASTRADAS NO SAE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital. (...)

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 17/03/2015, às 13h59min do dia 27/03/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 27/03/2015, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (27/03/2015), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos. (...)

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (27/03/2015), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto. (...)

LEIA-SE no Aviso de Licitação (Pregão Presencial nº. 91/2014 - FMS)

(...) AQUISIÇÃO DE LEITE EM PO INFANTIL PARA FORNECIMENTO AS CRIANÇAS EXPOSTAS AO HIV CADASTRADAS NO SAE DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital. (...)

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 17/03/2015, às 13h59min do dia 01/04/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 01/04/2015, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (01/04/2015), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos. (...)

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (01/04/2015), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto. (...)

As demais informações constantes no Aviso de Licitação permanecem inalteradas.

Biguaçu, 27 de março de 2015.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Saúde

ERRATA Nº 03 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

ERRATA Nº. 03 AO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 86/2014 - PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SOB O Nº 86/2014

Considerando o afastamento da Pregoeira da Secretaria Municipal de Saúde é necessário adequar a data para realização da sessão de licitação. Neste sentido, altera-se o edital.

Onde se lê no Aviso de Licitação (Pregão Presencial nº. 86/2014 - FMS)

(...) AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES PARA A UPA 24 HORAS DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU PARA O ANO DE 2015 cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital. (...)

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 22/01/2015, às 13h59min do dia 04/02/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 04/02/2015, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (04/02/2015), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos. (...)

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (04/02/2015), tem-se que

somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto. (...)

LEIA-SE no Aviso de Licitação (Pregão Presencial nº. 86/2014 - FMS)

(...) AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES PARA A UPA 24 HORAS DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU PARA O ANO DE 2015 cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital. (...)

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 30/03/2015, às 13h59min do dia 10/04/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 10/04/2015, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (10/04/2015), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos. (...)

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (10/04/2015) tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto. (...)

As demais informações constantes no Aviso de Licitação permanecem inalteradas.

Biguaçu, 27 de março de 2015.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 1069/2015

PORTARIA nº 1069 de 27 de março de 2015

Concede Ampliação de Jornada para os Profissionais do Magistério, nos termos do art. 8, caput, da Lei nº 1252/98 e Lei nº 1075/96, para os servidores que indica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Ampliação de Jornada para os Profissionais do Magistério, nos termos do art. 8, caput, da Lei Municipal nº 1252/98, Lei Municipal nº 1075/96 e Comunicação Interna nº 117/2015, exarada pela Procuradoria Geral do Município, estabelecendo efeitos para a seguinte servidora:

Nome/Matrícula	Cargo/Jornada Atual	Cargo/Jornada Nova
Anna Carolina Schweitzer da Luz – 9737	Professor III (Educação Especial) – 30hs	Professor III (Educação Especial) – 40hs

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2015.

Biguaçu, 27 de março de 2015.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1070/2015

PORTARIA nº 1070 de 27 de março de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) MARCIA RODRIGUES DE AZEVEDO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARCIA RODRIGUES DE AZEVEDO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/03/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/03/2015.

Biguaçu, 27 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO Nº 10.085/2014 - PROCESSO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2014 - FMS

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO Nº 10.085/2014
PROCESSO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2014 - FMS

CONTRATO RESCINDIDO: Nº. 10.085/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BIGUAÇU/SC.

CONTRATADA: DRÄGER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU, CONFORME HABILITAÇÃO CONCEDIDA NA PORTARIA Nº. 1.484, DE 18 DE JULHO DE 2014, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

PROCESSO PP Nº 51/2014

O Município de Biguaçu, pessoa jurídica Direito Público Interno, inscrita no CGC/MF, sob o número 82892308/0001-53, estabelecida na Praça Nereu Ramos, 90 - Centro - aqui representado pelo senhor Secretário de Saúde LEANDRO ADRIANO DE BARROS, por delegação e competência (Decreto 149/2012 combinado com a Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), assim estabelece:

CONSIDERANDO que com a avaliação da equipe técnica, o equipamento licitado (item nº 52¹) não é compatível com a estrutura existente no Hospital Regional de Biguaçu,

CONSIDERANDO a manifestação da empresa que precisaria de uma reforma estrutural para dar suporte ao peso e inclusive com a necessidade de se fazer um novo ponto de vácuo, o qual atravessaria o hospital.

CONSIDERANDO que existe no mercado produto que atenderia as necessidades do Município não precisando de nova reforma.

CONSIDERANDO que a Administração tende fazer bom uso da verba pública, principalmente não adquirindo equipamentos que necessitem novos gastos e nova obra atrasando a inauguração do Hospital.

CONSIDERANDO que será realizado novo processo licitatório para aquisição de produto que de fato atenda as necessidades do Município de acordo com a estrutura física disposta no Hospital.

Esta Administração Pública RESOLVE RESCINDIR AMIGAVELMENTE o Contrato 10.235/2012, firmado com a empresa DRÄGER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CGC/MF sob o número 02.535.707/0001-28, com sede na Alameda Pucuruí, nº 51, Tamboré - Barueri/SP, CEP 06460-100, neste ato representado pelo Senhor Reginaldo Tadeu Paiva, portador da carteira de identidade nº 5743555-6 e CPF nº 203.155.898-68, nos termos do art. 79, II e §1º da Lei Federal 8.666/93.

Biguaçu, 18 de março de 2015.

Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

Reginaldo Tadeu Paiva
Dräger Indústria e Comércio Ltda

TP 43/2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 43/2015 PMB

Objeto: Contratação de empresa especializada para capacitação de servidores das áreas do Setor de Compras, Licitação, Contratos, CPD e Secretarias afins, nos cursos de Licitações, Contratos e Controle Interno.

DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Até às 13:45 horas do dia 22/04/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas do dia 22/04/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: site da PMB: www.bigua.sc.gov.br, ou no Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019.

Biguaçu 24 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

Blumenau**PREFEITURA****3º TERMO ADITIVO CONTRATO FMAC EDITAL Nº 005/2011 - FUNDAÇÃO CULTURAL**

A Fundação Cultural de Blumenau, por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura, através de seu Presidente, Sylvio João Zimmermann Neto, no uso de suas atribuições, torna pública a formalização dos aditivos à contratos referentes ao Edital 005/2013 do Fundo Municipal de Apoio à Cultura - FMAC, celebrados entre a contratante, Fundação Cultural de Blumenau e contratados (proponentes) que tiveram seus projetos culturais aprovados e homologados. A contratante e os contratados terão deveres e responsabilidades no cumprimento do disposto nos Contratos de Apoio Financeiro firmados. O prazo para prestação de contas dos recursos repassados será de até 30 dias após a finalização da execução do projeto cultural, conforme datas apazadas nos respectivos contratos assinados pelas partes.

Edital FMAC	Número do Contrato	Contratante	Contratado	Título do Projeto Cultural	Objeto	Objeto do Aditivo	Valor (R\$)	Data da assinatura do Contrato	Data da assinatura do Aditivo	Prazo de Execução
005/2013	107	Fundação Cultural de Blumenau por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura	Gibran José Dambrowski	O Carro dos Sonhos	Constitui objeto do presente Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural n. 045/2013, Área: Cinema e Vídeo, Modalidade: Produção de Roteiro Cinematográfico Intitulado "O Carro dos Sonhos", de responsabilidade do contratado nos moldes descritos no projeto técnico aprovado bem como o cumprimento do contrato firmado.	As partes resolvem celebrar o 3º TERMO ADITIVO, em comum acordo, alterando a Clausula Sexta – Da Contrapartida Social e do produto Cultural	20.000,00	29/05/2014	10/03/2015	até 05/06/2015

Blumenau, 27 de março de 2015.
Sylvio João Zimmermann Neto
Presidente

Fundação Cultural de Blumenau

AVISO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/15 - URB

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL

A COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE BLUMENAU, através do Diretor Presidente, torna público para conhecimento dos interessados que realizará o seguinte procedimento licitatório:

Pregão Presencial nº 004/2015.

Objeto: Locação mensal de máquinas, sem operador e sem fornecimento de combustível, que serão utilizadas na limpeza e manutenção das vias públicas do Município de Blumenau, pelo período de 12 (doze) meses.

Sessão de abertura: 08/04/2015 - 09h00min.

O Edital, com seu elemento constitutivo, poderá ser obtido no endereço eletrônico urb.licitacoes@terra.com.br ou adquirido e retirado na Companhia de Urbanização de Blumenau, à Rua Norberto Seara Heusi, 892, Bairro Asilo - Blumenau/SC, mediante comprovação de depósito de R\$ 20,00 (vinte reais) na Caixa Econômica Federal, Agência 0411, Operação 003, Conta-Corrente: 4646-8, em dias úteis, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.

COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE BLUMENAU
Emerson Vieira
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5687/2015 - SAMAE

PORTARIA N.º 5687/15

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO O SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL MAURÍCIO CARVALHO LAUS

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº. 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

EXONERAR

Com base no artigo 46, inciso I, da Lei Complementar Nº. 660, de 28 de novembro de 2007:

Maurício Carvalho Laus, cadastro 1138-0, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Operações, a partir desta data.

Samae, 26 de março de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5688/2015 - SAMAE

PORTARIA Nº 5688/15

DISPENSAR O SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL MAURÍCIO CARVALHO LAUS DA GRATIFICAÇÃO ESPECIAL

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, de acordo com o art. 20-A, Anexo III da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005 e alterações, RESOLVE:

DISPENSAR

O servidor público autárquico municipal Maurício Carvalho Laus, cadastro 1138-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Eletricista, lotado na Diretoria de Operações, da Gratificação Especial concedida pela Portaria Nº 5300/13, de 29 de janeiro de 2013, para exercício do cargo em Comissão de Diretor de Operações, a contar desta data.

Samae, 26 de março de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5689/2015 - SAMAE

PORTARIA N.º 5689/15

NOMEIA PARA EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO JEAN CARLOS NAUMANN

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

NOMEAR

Com base no artigo 9, inciso II, da Lei Complementar Nº. 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 20, inciso II, Lei

Complementar nº 509, de 17 de março de 2005:

JEAN CARLOS NAUMANN, no cargo de provimento em comissão de Diretor de Operações, a partir desta data.

Samae, 27 de março de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 1.021/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.021/2014, DE 13 DE AGOSTO DE 2014

Concede licença prêmio ao Servidor Carlos Roberto Linhares.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o art. 38 da Lei Complementar Municipal nº 746/2010, de 19 de março de 2010, CONCEDE LICENÇA PREMIO - 03 (três) dias -, no período de 3 a 5 de setembro de 2014, referente ao período aquisitivo de 1º de março de 1993 a 28 de fevereiro de 1998, ao Servidor

CARLOS ROBERTO LINHARES

cadastro funcional nº 1221, ocupante do cargo de Administrador, lotado na Divisão de Administração do Campus.

Blumenau, 13 de agosto de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.022/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.022/2014, DE 13 DE AGOSTO DE 2014

Concede exoneração ao Servidor Wilson Luiz Przysiezny.

O reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o art. 45 da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE EXONERAÇÃO ao Servidor

WILSON LUIZ PRZYSIEZNY

cadastro funcional nº 2856, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Fisioterapia, a contar de 8 de agosto de 2014.

Blumenau, 13 de agosto de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.023/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.023/2014, DE 13 DE AGOSTO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Luciano Félix Florit.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

LUCIANO FÉLIX FLORIT

cadastro funcional nº 3750, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Ciências Sociais e Filosofia,

para participar do II Seminário em Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade, em Campina Grande - PB, no período de 13 a 15 de agosto de 2014.

Blumenau, 13 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.024/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.024/2014, DE 13 DE AGOSTO DE 2014
Concede licença remunerada ao Servidor Thiago Neves Batista.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

THIAGO NEVES BATISTA

cadastro funcional nº 8283, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Medicina Veterinária, considerando sua participação na V Semana Acadêmica de Medicina Veterinária, em Araquari - SC, no dia 11 de agosto de 2014.

Blumenau, 13 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.025/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.025/2014, DE 13 DE AGOSTO DE 2014
Concede licença remunerada à Servidora Iêda Maria Begnini.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

IÊDA MARIA BEGNINI

cadastro funcional nº 3033, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Química, para participar de comissão julgadora de tese de doutorado, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba - PR, no dia 18 de agosto de 2014.

Blumenau, 13 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.026/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.026/2014, DE 13 DE AGOSTO DE 2014
Concede licença remunerada ao Servidor Marcos Antônio Mattedi.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

MARCOS ANTÔNIO MATTEDI

cadastro funcional nº 3709, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, para participar de expedição científica, realizada pelo Departamento de Geografia da Université de Montréal - UdeM, em Montreal - Canadá, no período de 28 de agosto a 14 de setembro de 2014.

Blumenau, 13 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.027/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.027/2014, DE 13 DE AGOSTO DE 2014
Concede licença remunerada à Servidora Marilda Angioni.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

MARILDA ANGIONI

cadastro funcional nº 3956, ocupante do cargo de Assistente Social, lotada na Divisão de Apoio à Extensão, para participar do Curso ABEPSS - Itinerante Sul - Estágio Supervisionado em Serviço Social: desfazer os nós e construir alternativas, em Florianópolis - SC, nos dias 22 e 23 de agosto de 2014.

Blumenau, 13 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.028/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.028/2014, DE 13 DE AGOSTO DE 2014
Concede licença remunerada ao Servidor Edésio Luiz Simionatto.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

EDÉSIO LUIZ SIMIONATTO

cadastro funcional nº 2397, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Química, para participar, como membro titular de banca de doutorado, relativamente ao Programa de Pós-Graduação em Química - PPGQ da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, em Porto Alegre - RS, no dia 12 de setembro de 2014.

Blumenau, 13 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.029/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.029/2014, DE 13 DE AGOSTO DE 2014
Concede licença remunerada ao Servidor Édimo Celso Rudolf.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

ÉDIMO CELSO RUDOLF

cadastro funcional nº 1143, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Engenharia Civil, para participar da 71ª Semana Oficial da Engenharia e Agronomia - SOEA, em Teresina - PI, no período de 12 a 16 de agosto de 2014.

Blumenau, 13 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.030/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.030/2014, DE 15 DE AGOSTO DE 2014
Nomeia Eliane Rodrigues para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 02/2013, NOMEIA

ELIANE RODRIGUES

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, com lotação no Ambulatório Universitário, referência inicial 26.

Blumenau, 15 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.031/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.031/2014, DE 15 DE AGOSTO DE 2014
Nomeia Jéssica Cruz Gonçalves para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2013, NOMEIA

JÉSSICA CRUZ GONÇALVES

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, com lotação no Departamento de Engenharia Elétrica, referência inicial 20.

Blumenau, 15 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.033/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.033/2014, DE 15 DE AGOSTO DE 2014
Concede progressão de referência na Carreira do Magistério Superior da FURB a professores universitários.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e considerando, ainda, o teor do Memorando nº 077/2014 - CPCM, de 13 de agosto de 2014, oriundo da Presidência da Comissão Permanente da Carreira do Magistério, CONCEDE progressão de referência, com base nos incisos I, II, III, IV e V do art. 2º da Resolução nº 37/2010, de 29 de junho de 2010, aos seguintes docentes:

NOME	TOTAL DE PONTOS	REFERÊNCIA	DATA DA ALTERAÇÃO
Ana Lúcia Bertarello Zeni	100,49	PQ09	18/8/2014
Antonio Carlos Marchiori	60,98	PQ06	12/7/2014
Elcio Schuhmacher	87,46	PQ07	24/8/2014
Elisa Probst Hausmann	60,25	PQ06	28/6/2014
Humberto Rebello Narciso	48,09	PQ05	16/6/2014
Leomar dos Santos	103,37	PQ09	19/8/2014
Maria José Ribeiro	96,28	PQ09	28/6/2014
Oklinger Mantovaneli Junior	89,06	PQ07	1º/8/2014
Patrícia Neto Fontes	36,15	PQ04	14/7/2014
Viviane Clotilde da Silva	72,17	PQ07	28/6/2014

Blumenau, 15 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.034/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.034/2014, DE 18 DE AGOSTO DE 2014.
Designa, em substituição, integrante da Comissão Especial Gestora dos Contratos nº 057/2014 e nº 065/2014.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais, DESIGNA:

FERNANDA RIEDIGER SIEGEL - Arquiteta, lotada na Divisão de Administração do Campus, em substituição ao Servidor Wiliam Hodecker,

para, sob a representação da Professora Bethania Hering, integrarem a Comissão Especial Gestora do CONTRATO Nº. 057/2014 - que estabelece a Permissão de uso de bens públicos municipais (lanchonetes), localizados nos Campi 1, 3 e 5 da FURB, destinados à exploração comercial de Cantina (Lanchonete) para servidores, alunos da FURB e comunidade em geral, celebrado entre a Fundação Universidade Regional de Blumenau e a empresa Delmo Leal Da Silva - EPP; e do CONTRATO Nº. 065/2014 - que trata da permissão de Uso de Bens Públicos Municipais (Restaurantes Universitários), localizados nos Campi 1 e 2 da FURB, destinados à exploração comercial de Cantina (Restaurante e Lanchonete) para servidores, alunos da FURB e comunidade em geral, bem como o item 3.7 da Cláusula terceira, celebrado entre a Fundação Universidade Regional de Blumenau e a empresa Delmo Leal da Silva - ME.

Blumenau, 18 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.035/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.035/2014, DE 18 DE AGOSTO DE 2014

Nomeia Vanessa Branco para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem do Trabalho.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 02/2013, NOMEIA

VANESSA BRANCO

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem do Trabalho, com lotação na Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, referência inicial 30.

Blumenau, 18 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.036/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.036/2014, DE 18 DE AGOSTO DE 2014

Nomeia Sidarta Severino Gonçalves de Castro para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico do Trabalho.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 02/2013, NOMEIA

SIDARTA SEVERINO GONÇALVES DE CASTRO

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico do Trabalho, com lotação na Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, referência inicial 32.

Blumenau, 18 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.037/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.037/2014, DE 18 DE AGOSTO DE 2014

Nomeia Edyna Petrochi para ocupar o cargo de provimento efetivo de Contador.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 02/2013, NOMEIA

EDYNA PETROCHI

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Contador, com lotação na Divisão de Administração Contábil e Patrimonial, referência inicial 55.

Blumenau, 18 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.038/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.038/2014, DE 18 DE AGOSTO DE 2014

Nomeia Maiquel Rocha Fernandes para ocupar o cargo de provimento efetivo de Engenheiro de Segurança do Trabalho.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 02/2013, NOMEIA

MAIQUEL ROCHA FERNANDES

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Engenheiro de Segurança do Trabalho, com lotação na Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, referência inicial 55.

Blumenau, 18 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.039/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.039/2014, DE 19 DE AGOSTO DE 2014

Concede licença, sem remuneração, para tratar de interesses particulares, à Servidora Maria Aparecida Zucki Zabel.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso III do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 139 da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA, SEM REMUNERAÇÃO, PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora

MARIA APARECIDA ZUCKI ZABEL

cadastro funcional nº 4134, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotada no Instituto de Serviços, Pesquisa e Inovação, pelo período de 1 (um) ano, a contar de 20 de agosto de 2014.

Blumenau, 19 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.040/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.040/2014, DE 19 DE AGOSTO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Maria Cláudia Schmitt Lobe.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

MARIA CLAUDIA SCHMITT LOBE

cadastro funcional nº 2716, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Medicina, para participar da XXIV Reunião da Sociedade Latino-Americana de Endocrinologia Pediátrica, em Playa del Carmen/Cancun - México, no período de 27 a 30 de agosto de 2014.

Blumenau, 19 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.041/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.041/2014, DE 19 DE AGOSTO DE 2014
Concede licença remunerada ao Servidor Venilton Reinert.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

VENILTON REINERT

cadastro funcional nº 2802, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Comunicação, para participar do projeto Linnaeus-Palme Teacher Exchange, em Halmstad - Suécia, nos seguintes períodos: a) de 27 de agosto a 11 de setembro de 2014, e b) de 3 a 30 de novembro de 2014.

Blumenau, 19 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.042/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.042/2014, DE 19 DE AGOSTO DE 2014
Concede licença remunerada à Servidora Roseli Nazário.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

ROSELI NAZÁRIO

cadastro funcional nº 5301, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Educação, para participar do II Simpósio Luso-Brasileiro em Estudos da Criança - Pesquisa com criança: desafios éticos e metodológicos, em Porto Alegre - RS, nos dias 25 e 26 de agosto de 2014.

Blumenau, 19 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.043/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.043/2014, DE 19 DE AGOSTO DE 2014
Concede exoneração à Servidora Raquel Cristina Chiavini Martelli.

O reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o art. 45 da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE EXONERAÇÃO à Servidora

RAQUEL CRISTINA CHIAVINI MARTELLI

cadastro funcional nº 9399, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotada na Divisão de Administração do Campus, a contar de 21 de agosto de 2014.

Blumenau, 19 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.044/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.044/2014, DE 19 DE AGOSTO DE 2014
Designa, em substituição, integrante da Comissão Permanente de Revisão e Acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional - COPERA-PDI da FURB.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e considerando o teor do MEMORANDO Nº 040/2014/CCHC, de 14 de agosto de 2014, oriundo da Direção do Centro de Ciências Humanas e da Comunicação - CCHC, DESIGNA a Professora

JULIANA DE MELLO MORAES

para, em substituição ao Professor Leonardo Brandão, designado pela Portaria nº 882/2014, de 11 de julho de 2014, integrar a COPERA-PDI da FURB, na condição de representante do Centro de Ciências Humanas e da Comunicação - CCHC.

Blumenau, 19 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.045/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.045/2014, DE 19 DE AGOSTO DE 2014
Designa, em substituição, integrante da Comissão Própria de Avaliação da FURB.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e considerando o teor do MEMORANDO Nº 039/2014/CCHC, de 14 de agosto de 2014, oriundo da Direção do Centro de Ciências Humanas e da Comunicação - CCHC, DESIGNA a Professora

ADILÉIA APARECIDA BERNARDO

para, em substituição ao Professor Nelson Afonso Garcia Santos, designado pela Portaria nº 293/2014, de 10 de março de 2014, integrar a Comissão Própria de Avaliação - CPA da FURB, na condição de representante do Centro de Ciências Humanas e da Comunicação - CCHC.

Blumenau, 19 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.046/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.046/2014, DE 19 DE AGOSTO DE 2014
Concede licença maternidade especial à Servidora Bruna Fritz Felisbino.

o Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e de acordo com o art. 277 da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE ESPECIAL, sem prejuízo da remuneração, à Servidora

BRUNA FRITZ FELISBINO

cadastro funcional nº 8343, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotada no Departamento de Engenharia

Elétrica e de Telecomunicações, pelo prazo de 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar de 15 de novembro de 2014.

Blumenau, 19 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.047/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.047/2014, DE 20 DE AGOSTO DE 2014

Designa o Servidor Humberto Rebello Narciso para exercer a função de Diretor Técnico do Ambulatório Universitário e do Hospital Regional Universitário - HRU - Complexo Integrado de Saúde no Campus V da FURB.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, DESIGNA o Servidor

HUMBERTO REBELLO NARCISO

para exercer a função de Diretor Técnico do Ambulatório Universitário e do Hospital Regional Universitário - HRU - Complexo Integrado de Saúde no Campus V da FURB.

Revoga-se, a contar de 1º de agosto de 2014, a Portaria nº 350/2012.

Blumenau, 20 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.048/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.048/2014, DE 20 DE AGOSTO DE 2014

Designa os integrantes da Comissão Especial de Credenciamento de Leiloeiros Oficiais.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e considerando, ainda, o disposto no Memorando nº 234/2014/DAM, de 18 de agosto de 2014, oriundo da Chefia da Divisão de Administração de Materiais, DESIGNA os Servidores:

- CAROLINE GOEBEL PEREIRA
- FABIANA PASOLD DOS SANTOS
- GEAN MARCO CARLINI
- GUILHERME VARGAS
- LEIDE REGINA DE LIZ

para, sob a Presidência da Servidora Leide Regina de Liz, comporem a Comissão Especial de Credenciamento de Leiloeiros Oficiais.

Blumenau, 20 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.049/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.049/2014, DE 20 DE AGOSTO DE 2014

Designa os integrantes da Comissão Permanente de Leilão da FURB.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e considerando, ainda, o disposto no Memorando nº 235/2014/DAM, de 18 de agosto de 2014, oriundo da chefia da Divisão de Administração de Materiais, DESIGNA os Servidores

SIRLENI SCHMITT
LEURI ARLÊNIO FRITSCH
JOMAR ALBERTO ANDREATA
ALESSANDRO CARVALHO BACK NETO
MARILU LUZZANI KEUNECKE

para, sob a Presidência da Servidora Sirleni Schmitt, comporem a Comissão Permanente de Leilão da FURB.

Revoga-se, a contar desta data, a Portaria nº 941/2013, de 27 de novembro de 2013.

Blumenau, 20 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.050/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.050/2014, DE 20 DE AGOSTO DE 2014

Concede licença prêmio à Servidora Maurizete Mayer.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o art. 38 da Lei Complementar Municipal nº 746/2010, de 19 de março de 2010, CONCEDE LICENÇA PREMIO - 05 (cinco) dias -, no período de 25 a 29 de agosto de 2014, referente ao período aquisitivo de 1º de março de 1998 a 28 de fevereiro de 2003, à Servidora

MAURIZETE MAYER

cadastro funcional nº 2042, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotada na Divisão de Apoio à Extensão.

Blumenau, 20 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.051/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.051/2014, DE 20 DE AGOSTO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Maria Salete da Silva.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

MARIA SALETE DA SILVA

cadastro funcional nº 2388, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Serviço Social, para participar de curso de atualização "Estágio Supervisionado em Serviço Social: desfazer os nós e construir alternativas" - coordenado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS Itinerante Região Sul 1, em Florianópolis - SC, nos dias 22

e 23 de agosto de 2014.

Blumenau, 20 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.052/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.052/2014, DE 20 DE AGOSTO DE 2014
Concede licença remunerada à Servidora Marilda Angioni.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

MARILDA ANGIONI

cadastro funcional nº 9834, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Serviço Social, para participar do Curso ABEPSS - Itinerante Sul 1 - Estágio Supervisionado em Serviço Social: desfazer os nós e construir alternativas, em Florianópolis - SC, nos dias 22 e 23 de agosto de 2014.

Blumenau, 20 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.053/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.053/2014, DE 20 DE AGOSTO DE 2014
Concede licença remunerada ao Servidor Sílvio Luiz Negrão.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

SÍLVIO LUIZ NEGRÃO

cadastro funcional nº 8284, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Medicina Veterinária, para participar, como professor convidado, na disciplina de Bioética, do Curso de Mestrado Stricto Sensu em Ciências da Saúde, na Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, em Dourados - MS, nos seguintes períodos: a) de 1º a 7 de setembro de 2014, e b) de 17 a 21 de novembro de 2014.

Blumenau, 20 agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.054/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.054/2014, DE 20 DE AGOSTO DE 2014
Concede licença remunerada à Servidora Arleide Rosa da Silva.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

ARLEIDE ROSA DA SILVA

cadastro funcional nº 9837, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Química, para participar de módulo didático promovido pelo MBA Internacional em Gestão Estratégica da Inovação, na Universidade Tecnológica de Compiègne - UTC, em Compiègne - França, no período de 1º a 18 de setembro de 2014.

Blumenau, 20 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.055/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.055/2014, DE 21 DE AGOSTO DE 2014
Concede progressão de referência na Carreira do Magistério Superior da FURB a professores universitários.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e considerando, ainda, o teor do Memorando nº 079/2014 - CPCM, de 19 de agosto de 2014, oriundo da Presidência da Comissão Permanente da Carreira do Magistério, CONCEDE progressão de referência, com base no inciso III, do art. 2º da Resolução nº 37/2010, de 29 de junho de 2010, aos seguintes docentes:

NOME	TOTAL DE PONTOS	REFERÊNCIA	DATA DA ALTERAÇÃO
Ana Cláudia Oliveira Hopf	61,31	PQ06	1º/8/2014
Anamaria Araújo da Silva	24,45	PQ03	1º/8/2014
Hélio Flávio Vieira	84,37	PQ08	5/8/2014
Ivone Fernandes Morcilo Lixa	84,08	PQ08	11/8/2014
Kátia Sylvana Beckhauser Ferreira da Silva	49,05	PQ05	1º/8/2014
Miguel Alexandre Wisintainer	61,35	PQ06	1º/8/2014
Mônica Weiler Ceccato	48,85	PQ05	5/8/2014
Paulo Cesar de Jesus	84,36	PQ08	11/8/2014
Rosângela Sloboda	61,57	PQ06	5/8/2014

Blumenau, 21 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.056/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.056/2014, DE 21 DE AGOSTO DE 2014
Nomeia Cristina Passold de Oliveira para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 02/2013, NOMEIA

CRISTINA PASSOLD DE OLIVEIRA

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, com lotação no Ambulatório Universitário, referência inicial 26.

Blumenau, 21 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.057/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.057/2014, DE 21 DE AGOSTO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Michele Debiasi Alberton Magina.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

MICHELE DEBIASI ALBERTON MAGINA

cadastro funcional nº 4824, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Ciências Farmacêuticas, para participar de banca examinadora de tese de doutorado, no Programa de Pós-Graduação em Química da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, em Florianópolis - SC, no dia 22 de agosto de 2014.

Blumenau, 21 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO**PORTARIA Nº 1.058/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 1.058/2014, DE 21 DE AGOSTO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Cleide Gessele.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

CLEIDE GESSELE

cadastro funcional nº 9457, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Serviço Social, para participar de curso de atualização "Estágio Supervisionado em Serviço Social: desfazer os nós e construir alternativas", coordenado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS Itinerante Região Sul 1, em Florianópolis - SC, nos dias 22 e 23 de agosto de 2014.

Blumenau, 21 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO**PORTARIA Nº 1.059/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 1.059/2014, DE 21 DE AGOSTO DE 2014

Concede exoneração à Servidora Rachel Aparecida de Oliveira Rueckert.

O reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o art. 45 da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE EXONERAÇÃO à Servidora

RACHEL APARECIDA DE OLIVEIRA RUECKERT

cadastro funcional nº 4607, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Administração, a contar de 1º de agosto de 2014.

Blumenau, 21 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO**PORTARIA Nº 1.060/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 1.060/2014, DE 21 DE AGOSTO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Débora Delwing Dal Magro.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

DÉBORA DELWING DAL MAGRO

cadastro funcional nº 5265, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Ciências Naturais, para participar da XXIX Reunião Anual da FESBE - Federação de Sociedades de Biologia Experimental, em Caxambu - MG, no período de 26 a 30 de agosto de 2014.

Blumenau, 21 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO**PORTARIA Nº 1.061/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 1.061/2014, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

Concede licença, sem remuneração, para tratar de interesses particulares, ao Servidor Marcos Aurélio Deschamps.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso III do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 139 da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA, SEM REMUNERAÇÃO, PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor

MARCOS AURÉLIO DESCHAMPS

cadastro funcional nº 4460, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Direito, pelo período de 1º de fevereiro de 2014 a 31 de janeiro de 2015.
Esta Portaria entra em vigor com efeito retroativo a 1º de fevereiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Blumenau, 25 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO**PORTARIA Nº 1.062/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 1.062/2014, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

Concede licença prêmio ao Servidor Antonio Dellagiustina.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, e alterações da Lei Complementar Municipal nº 903, de 29 de agosto de 2013, CONCEDE LICENÇA PRÊMIO - 16 (dezesesseis) dias -, referente saldo remanescente do período aquisitivo de 1º de março de 2008 a 28 de fevereiro de 2018, ao Servidor

ANTONIO DELLAGIUSTINA

cadastro funcional nº 1202, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Química, a contar de 4 de setembro de 2014.

Blumenau, 25 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 846

DECRETO LEGISLATIVO Nº 846

CONCEDE TÍTULO DE "CIDADÃO BLUMENAUENSE" AO SENHOR JOSÉ CAMPESTRINI.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte decreto legislativo:

Art. 1º É concedido o título de Cidadão Blumenauense ao Senhor José Campestrini, pelos relevantes serviços prestados ao município de Blumenau.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 26 DE MARÇO DE 2015.

Mário Hildebrandt
Presidente

Marcos da Rosa
Vice-Presidente

Célio Dias
1º Secretário

Marco Antonio Wanrowsky
2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.263

RESOLUÇÃO MD Nº 2.263

INDICA SERVIDORES PÚBLICOS PARA EXERCEREM FUNÇÕES NA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º São indicados, para o período de 22 de março a 21 de setembro de 2015, os servidores públicos Augusto Reiter, Ary Molin Júnior e Elizabeth Vahldiek, para exercerem, respectivamente, as funções de Presidente, Relator e Secretário da Comissão de Avaliação do Estágio Probatório, nos termos dos artigos 2º e 3º, da Resolução MD nº 2.012, de 19 de dezembro de 2013.

Art. 2º Fica determinado à Assessoria Administrativa da Câmara Municipal, para que proceda ao assentamento funcional do disposto nesta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 22 de março de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 20 DE MARÇO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT
Presidente

MARCOS DA ROSA
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS
1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 437

RESOLUÇÃO Nº 437

ACRESCENTA, ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS DA RESOLUÇÃO Nº 423, DE 16 DE MAIO DE 2013, PARA INSTITUIR A CONTROLADORIA INTERNA NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, inciso VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica instituída, nos termos dessa Resolução, observadas as legislações de regência, a Controladoria Interna no âmbito da Câmara Municipal de Blumenau, como Órgão de Direção, com finalidade de controlar os atos de gestão fiscal e de gestão administrativa produzidos pelo Poder Legislativo e de auxiliar o controle externo exercido pelo Tribunal de Contas, visando à observância dos princípios constitucionais da Administração Pública.

Art. 2º No artigo 2º, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, que "Dispõe sobre a organização da Estrutura Administrativa da Câmara Municipal e determina providências conexas", ficam acrescentados a alínea "e" ao inciso II, e alínea "e" ao inciso V, passando a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 2º

e) Controladoria Interna.

.....

V - Unidades de Coordenação de Serviços:

.....

e)Vinculadas à Controladoria Interna:

1- Coordenação de Gestão Fiscal;
2- Coordenação de Gestão Administrativa."

Art. 3º No Capítulo III, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, fica acrescentado após o artigo 36, a Seção V, com as Subseções I e II e os artigos 36-A, 36-B, 36-C, 36-D, 36-E, 36-F e 36-G, com as seguintes redações:

"Seção V

DA CONTROLADORIA INTERNA

Art. 36-A. A Controladoria Interna é o órgão de assessoramento superior, vinculada diretamente à Mesa Diretora e subordinado ao Presidente, com atribuições básicas de controle, por meio de verificação, acompanhamento e providências para correção dos atos de gestão fiscal e de gestão administrativa produzidos pelos órgãos e autoridades no âmbito da Câmara Municipal de Blumenau, especialmente nas seguintes atividades:

I - registros contábeis;

II - execução orçamentária e financeira;

III - atos de gestão administrativa, patrimonial e de pessoal;

IV - licitações, contratos, convênios, acordos e ajustes relativos a compras e serviços;

V - despesas de gabinete e subsídios dos Vereadores;

VI - execução da despesa pública em todas as suas fases;
VII - regularidade e legalidade de todos os atos administrativos e negociais;

VIII - normatização, sistematização e padronização dos procedimentos dos órgãos da Câmara Municipal, visando o atendimento das recomendações e normas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC);

IX - auxílio ao controle externo do TCE-SC;

X - emissão de Relatório de Gestão Fiscal ao TCE-SC, conforme Lei de Responsabilidade Fiscal;

XI - remessa ao Poder Executivo das informações necessárias à consolidação das contas públicas.

Art. 36-B. No apoio ao controle externo, a Controladoria Interna deverá exercer, dentre outras dispostas em regulamento, as seguintes atribuições:

I - organizar e executar por iniciativa própria ou por determinação do TCE-SC, programa semestral de auditoria contábil, financeira, operacional e patrimonial nos órgãos administrativos sob seu controle, enviando ao Tribunal de Contas os respectivos relatórios, na forma estabelecida em Resolução Normativa;

II - realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatórios, certificado de auditoria e parecer que consignarão qualquer irregularidade ou ilegalidade constatada e indicando as medidas adotadas para corrigir as falhas encontradas;

III - alertar formalmente a autoridade ou responsável administrativo competente, para que instaure tomada de contas especial e/ou processo administrativo, sempre que tiver conhecimento de qualquer das ocorrências que ensejam tal providência;

IV - comunicar ao TCE-SC, irregularidades ou ilegalidades de que tenha conhecimento, acerca das quais não foram adotadas quaisquer providências pela Autoridade Administrativa;

V - encaminhar à Presidência da Câmara Municipal, as informações solicitadas pelo TCE-SC.

Art.36-C. A Controladoria Interna possuirá em seu quadro o cargo de provimento em comissão de Controlador Interno, as funções gratificadas de Coordenador de Controle de Gestão Fiscal e Coordenador de Controle de Gestão Administrativa.

Art. 36-D. Constituem-se em garantias aos servidores públicos integrantes da Controladoria:

I - autonomia para o desempenho das atividades junto aos órgãos da Câmara Municipal;

II - acesso a quaisquer documentos, informações e banco de dados indispensáveis e necessários ao exercício das funções de controle interno; e

III - a impossibilidade de destituição da função originária ocupada e inamovibilidade da unidade na qual se encontravam originariamente lotados e onde tenha exercido suas funções, à exceção do cometimento de falta grave.

§ 1º O agente público, ocupante de cargo de provimento efetivo ou em comissão, que exerça uma função pública na Câmara Municipal, que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação da Controladoria Interna no desempenho de suas funções institucionais, ficará sujeito à pena de responsabilidade administrativa, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal.

§ 2º Os servidores públicos lotados na Controladoria Interna deverão guardar sigilo sobre dados e informações pertinentes aos assuntos a que tiverem acesso em decorrência do exercício de suas funções, utilizando-os, exclusivamente, para a elaboração de pareceres e relatórios destinados à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

§ 3º A ação ou omissão dos servidores públicos lotados na Controladoria Interna, em desacordo com os postulados da Administração Pública, no cumprimento da fiscalização e controle das gestões de que trata esta Resolução, sujeita-os à pena de responsabilidade.

Art. 36-E. O Controlador Interno é responsável solidariamente pelas contas consideradas irregulares e por outros atos ilegais levados ao seu conhecimento, exceto se o objeto da irregularidade ou ilegalidade tiver sido comunicado, formalmente, ao chefe do

setor a que estiver vinculado o ato ou fato ocorrido, ao Presidente da Câmara Municipal ou ao Tribunal de Contas, não eximindo o ordenador da despesa de sua responsabilidade, de acordo com a legislação pertinente.

Subseção I

Da Coordenação de Controle de Gestão Fiscal

Art. 36-F. A Coordenação de Controle de Gestão Fiscal é unidade de coordenação de serviços, vinculada à Controladoria Interna, que tem por finalidade controlar e acompanhar os registros contábeis, a execução orçamentária e financeira e a execução da despesa pública da Câmara Municipal.

Parágrafo único. Ao ocupante da Função Gratificada de Coordenador de Controle de Gestão Fiscal, servidor efetivo e estável, com formação em Contabilidade, compete, sob orientação e supervisão do Controlador Interno, exercer o controle e acompanhamento dos registros contábeis, da execução orçamentária e financeira e da execução da despesa pública da Câmara Municipal.

Subseção II

Da Coordenação de Controle de Gestão Administrativa

Art. 36-G. A Coordenação de Controle de Gestão Administrativa é unidade de coordenação de serviços, vinculada à Controladoria Interna, que tem por finalidade controlar e acompanhar os atos administrativos patrimoniais e de gestão de pessoal, as licitações, contratos e convênios de compras e serviços e as despesas de gabinete e subsídios de Vereadores da Câmara Municipal, dentre outros.

Parágrafo único. Ao ocupante da Função Gratificada de Coordenador de Controle de Gestão Administrativa, servidor efetivo e estável, com formação em Administração, Contabilidade ou Direito, compete, sob orientação e supervisão do Controlador Interno, exercer o controle e acompanhamento dos atos administrativos patrimoniais e de gestão de pessoal, das licitações, contratos e convênios de compras e serviços e das despesas de gabinete e os subsídios dos Vereadores da Câmara Municipal."

Art. 4º No Anexo II, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, fica criado 1 (um) cargo de Controlador Interno, de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração, com carga horária de 30 horas semanais de trabalho, com referência de vencimento "I" do quadro de referências de vencimentos dos cargos de provimento em comissão, fixados na Lei Complementar nº 889, de 21 de maio de 2013.

Art. 5º Ficam acrescentados, no Anexo IV, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, as seguintes atribuições gerais do cargo de Controlador Interno:

I - chefiar as atividades da Controladoria Interna;

II - assessorar a Mesa Diretora nos acompanhamentos dos trabalhos da Controladoria Interna;

III - orientar e supervisionar as atividades das Coordenações de Controle;

IV - intermediar entendimentos referentes ao controle externo com o Tribunal de Contas e os procedimentos pertinentes;

V - responder pela regularidade e legalidade dos atos administrativos e negociais da Câmara Municipal, adotando as providências que se fizerem necessárias;

VI - encaminhar, à Mesa Diretora, conteúdos para normatização, sistematização e padronização dos atos administrativos dos órgãos da Câmara Municipal, conforme recomendação ou normatização do TCE-SC.

VII - assinar, juntamente com o Presidente da Câmara Municipal, o Relatório de Gestão Fiscal.

Art. 6º É proibido o exercício das atividades de Controle Interno através de serviços contratados.

Art. 7º As despesas com a execução desta Resolução correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento anual da Câmara Municipal.

Art. 8º As numerações das Seções do Capítulo III, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, ficam assim corrigidas: SEÇÃO I DA DIRETORIA GERAL; SEÇÃO II DA DIRETORIA LEGISLATIVA; SEÇÃO III DA DIRETORIA FINANCEIRA; SEÇÃO IV DA PROCURADORIA GERAL.

Art. 9º Fica revogado o inciso VIII do art. 27 da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 26 DE MARÇO DE 2015.

Mário Hildebrandt
Presidente

Marcos da Rosa
Vice-Presidente

Célio Dias
1º Secretário

Marco Antonio Wanrowsky
2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 438

RESOLUÇÃO Nº 438

ACRESCENTA, ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS DA RESOLUÇÃO Nº 423, DE 16 DE MAIO DE 2013, PARA INSTITUIR A DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

MARIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, inciso VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica instituída, nos termos dessa Resolução, observadas as legislações de regência, a Diretoria de Comunicação no âmbito da Câmara Municipal de Blumenau, como Órgão de Direção, vinculada à Mesa Diretora, com finalidade de supervisionamento da divulgação das atividades do Poder Legislativo.

Art. 2º No artigo 2º, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, que "Dispõe sobre a organização da Estrutura Administrativa da Câmara Municipal e determina providências conexas", ficam acrescentados a alínea "f" ao inciso II, e alínea "f" ao inciso V, passando a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 2º

e) Diretoria de Comunicação.

.....

V - Unidades de Coordenação de Serviços:

a) vinculadas à Diretoria Geral:

- 1 - Coordenação de Ouvidoria;
- 2 - Coordenação de Licitação;
- 3 - Coordenação de Patrimônio e Manutenção (diretamente ligada à Assessoria Administrativa);
- 4 - Coordenação de Serviços de Informática.

.....

f) vinculadas à Diretoria de Comunicação:

- 1- Coordenação de Mídia Eletrônica;
- 2- Coordenação de Mídias Sociais (diretamente ligada à Coordenação Executiva de Comunicação);
- 3- Coordenação de Sítio Oficial (diretamente ligada à Coordenação Executiva de Comunicação);"

Art. 3º As Coordenações de Mídia Eletrônica, Mídias Sociais e Sítio Oficial passam a estar subordinados hierarquicamente à Diretoria de Comunicação.

Art. 4º No Capítulo III, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, fica acrescentado após o artigo 36, a Seção VI, com a Subseção I e os artigos 36-H, 36-I, 36-J, 36-L, 36-M, 36-N, 36-O, com as seguintes redações:

"Seção VI
DA DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Art. 36-H. A Diretoria de Comunicação é órgão de direção, vinculada diretamente à Mesa Diretora, com a finalidade de supervisão da divulgação das atividades da Câmara Municipal, com as seguintes atribuições precípua:

I - divulgar os atos e atividades da Câmara Municipal de interesse público e comunicar a Mesa Diretora acerca de divulgações da imprensa de interesse institucional;

II - prestar os serviços de comunicação e relações públicas do Poder Legislativo por todos os meios, inclusive mídias eletrônicas e sociais, bem como elaboração de informativos dos atos da Câmara Municipal;

III - coordenar os trabalhos da TV Legislativa, os serviços de divulgação dos assuntos de interesse institucional do Poder Legislativo para as emissoras de rádio e TV, bem como coordenar todo o serviço de sonorização interna do Plenário e dependências da Câmara Municipal de Blumenau;

IV - elaborar a produção de programas de rádio e TV para divulgação externa, gerenciando a programação da TV Legislativa e disponibilizando, de forma igualitária, espaço a todos os parlamentares.

Art. 36-I. A Diretoria de Comunicação possuirá em seu quadro os cargos de provimento em comissão de Diretor de Comunicação, Coordenador Executivo de Comunicação, Coordenador de Mídia Eletrônica e Coordenador de Mídias Sociais, de livre nomeação por ato da Mesa Diretora, e a Função Gratificada de Coordenador de Sítio Oficial.

Art. 36-J. Ao Diretor de Comunicação compete a chefia do órgão, o exercício das funções de supervisão da comunicação social da Câmara Municipal e gerenciamento dos contratos de operação de canal de TV e produção jornalística e televisiva.

Art. 36-L. A estrutura interna da Diretoria de Comunicação possuirá, vinculada diretamente, a seguinte Unidade de Coordenação de Serviços:

I - Coordenação de Mídia Eletrônica.

Art. 36-M. A estrutura da Diretoria de Comunicação possuirá o seguinte órgão de assessoramento administrativo vinculado:

I - Coordenadoria Executiva de Comunicação.

Subseção I

Da Coordenação de Mídia Eletrônica

Art. 36-N. A Coordenação de Mídia Eletrônica é unidade de coordenação de serviços, vinculada à Diretoria de Comunicação, que tem por objetivo coordenar os trabalhos de comunicação e divulgação realizados pela TV Legislativa.

Art. 36-O. Ao Coordenador de Mídia Eletrônica compete coordenar os serviços de mídia eletrônica, especialmente os trabalhos de comunicação e divulgação realizados pela TV Legislativa.”

Art. 5º O art. 43, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 43. A Coordenadoria Executiva de Comunicação é órgão de assessoramento administrativo, submetida à supervisão da Diretoria de Comunicação, com as seguintes atribuições precípua:

I - auxiliar a Mesa Diretora na divulgação dos atos institucionais da Câmara Municipal de Blumenau, mantendo relacionamento com os veículos de comunicação e órgãos da imprensa e projetando a imagem do Poder Legislativo;

II - coordenar os acompanhamentos à Presidência, Membros da Mesa e Vereadores em eventos para elaboração das notícias a serem veiculadas;

III - assessorar a Câmara, a Mesa Diretora, Comissões e Vereadores no relacionamento com a imprensa falada e escrita;

IV - elaborar campanhas de divulgação da Câmara e dos trabalhos do Legislativo;

V - coordenar entrevistas coletivas da Presidência e da Mesa Diretora;

VI - manter o site da Câmara Municipal atualizado com a divulgação de notícias sobre as atividades legislativas desenvolvidas;

VII - realizar eventos relativos a atividades da imprensa, de acordo com os comandos da Presidência e da Mesa Diretora;

VIII - manter serviços de clipagem e atividades de rádio-escuta;

IX - manter serviços de fotografia e arquivo de imagens e textos, bem como processos de digitalização de imagens fotográficas para transmissão eletrônica;

X - manter a divulgação institucional por meio de mídias sociais;

XI - coordenar e controlar a atuação de todos os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo de jornalista, que atuam na comunicação ou divulgação dos atos da Câmara Municipal;

XII - elaborar a pauta, para coordenar o atendimento às demandas da Casa relativas à divulgação institucional.

Parágrafo único. A estrutura interna da Coordenadoria Executiva de Comunicação possuirá as seguintes Unidades de Coordenação de Serviços:

I - Coordenação de Mídias Sociais;

II - Coordenação de Sítio Oficial.”

Art. 6º O art. 44, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 44. A Coordenadoria Executiva de Comunicação possuirá em

seu quadro os cargos de provimento em comissão de Coordenador Executivo de Comunicação e Coordenador de Mídias Sociais, de livre nomeação por ato da Mesa, e a Função Gratificada de Coordenador de Sítio Oficial.

§ 1º Ao Coordenador Executivo de Comunicação compete o assessoramento à Presidência e à Mesa Diretora quanto à divulgação, pelos meios de comunicação, de atividades internas e externas da Câmara Municipal, fazendo a interligação de todos os veículos de comunicação deste Poder Legislativo Municipal.”

Art. 7º Revogam-se o § 2º do Art. 44 e os artigos 45 e 46, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013.

Art. 8º O art. 47, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 47. A Coordenação de Mídias Sociais é unidade de coordenação de serviços, vinculada à Coordenadoria Executiva de Comunicação, sob supervisão da Diretoria Comunicação, que tem por objetivo coordenar os trabalhos de comunicação e divulgação institucional realizados nas mídias sociais e sítio oficial da Câmara Municipal.”

Art. 9º No Anexo II, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, fica criado 1 (um) cargo de Diretor de Comunicação, de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração, com carga horária de 30 horas semanais de trabalho, com referência de vencimento “J” do quadro de referências de vencimentos dos cargos de provimento em comissão, fixados na Lei Complementar nº 889, de 21 de maio de 2013.

Art. 10. No Anexo II, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, fica extinto o cargo de cargo de Assessor de Imprensa, de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração, com carga horária de 30 horas semanais de trabalho, com referência de vencimento “H” do quadro de referências de vencimentos dos cargos de provimento em comissão, fixados na Lei Complementar nº 889, de 21 de maio de 2013.

Art. 11. Ficam acrescentados, no Anexo IV, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, as seguintes atribuições gerais do cargo de Diretor de Comunicação:

I - Chefiar, controlar e fiscalizar a divulgação dos atos e atividades da Câmara Municipal de interesse público e comunicar a Mesa Diretora acerca de divulgações da imprensa de interesse institucional;

II - coordenar a prestação os serviços de comunicação e relações públicas do Poder Legislativo por todos os meios, inclusive mídias eletrônicas e sociais, bem como elaboração de informativos dos atos da Câmara Municipal;

III - coordenar os trabalhos da TV Legislativa, os serviços de divulgação dos assuntos de interesse institucional do Poder Legislativo para as emissoras de rádio e TV, bem como coordenar todo o serviço de sonorização interna do Plenário e dependências da Câmara Municipal de Blumenau;

IV - coordenar e dirigir a produção de programas de rádio e TV para divulgação externa e reportagens jornalísticas, gerenciando a programação da TV Legislativa e disponibilizando, de forma igualitária, espaço a todos os parlamentares;

V - orientar e assessorar os órgãos superiores de direção da Câmara nos assuntos relacionados com a divulgação institucional;

VI - viabilizar, controlar, e coordenar o processo de concretização

das diretrizes e orientações estabelecidas pelos órgãos superiores de direção, na área de divulgação institucional.

Art. 12. Ficam alteradas, no Anexo IV, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, as atribuições gerais do cargo de Coordenador Executivo de Comunicação, passando a vigorar a seguinte redação:

I - auxiliar a Mesa Diretora na divulgação dos atos institucionais da Câmara Municipal de Blumenau;

II - relacionar-se e manter o contato com os veículos de comunicação e demais órgãos de imprensa, de forma a atualizar as notícias da Câmara Municipal;

III - coordenar os acompanhamentos à Presidência, Membros da Mesa e Vereadores em eventos, quando necessário, para elaboração das notícias a serem veiculadas;

IV - assessorar a Câmara, a Mesa Diretora, Comissões e Vereadores no relacionamento com a imprensa falada e escrita.

V - assessorar e preparar campanhas de divulgação da Câmara e dos trabalhos do Legislativo;

VI - contatar com agências de publicidade e órgãos de imprensa escrita e falada para divulgação dos trabalhos da Câmara;

VII - coordenar entrevistas coletivas da Presidência e da Mesa Diretora;

VIII - informar à imprensa sobre os dados oficiais da Câmara;

IX - coordenar a atualização do "site" da Câmara Municipal com a divulgação de notícias sobre as atividades legislativas desenvolvidas;

X - planejar e coordenar eventos relativos a atividades da imprensa, de acordo com os comandos da Presidência e da Mesa Diretora;

XI - projetar a imagem da Câmara Municipal perante os veículos de comunicação, coordenando a redação dos textos e encaminhando para divulgação, pela imprensa, dos atos e fatos relevantes relacionados com a Câmara de Vereadores, com a Presidência, com a Mesa Diretora, com as Comissões e com os Vereadores;

XII - coordenar os serviços de clipagem e as atividades de rádio-escuta;

XIII - coordenar os serviços de fotografia e arquivo de imagens e textos e os processos de digitalização de imagens fotográficas para transmissão eletrônica;

XIV - coordenar os assuntos referentes à divulgação institucional por meio de mídias sociais;

XV - fiscalizar a controlar a atuação de todos os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo de jornalista, que atuam na comunicação ou divulgação dos atos da Câmara Municipal;

XVI - elaborar a pauta, para coordenar o atendimento às demandas da Casa relativas à divulgação institucional.

Art. 13. As despesas com a execução desta Resolução correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento anual da Câmara Municipal.

Art. 14. Fica revogado o inciso II do art. 16 da Resolução nº 423,

de 16 de maio de 2013.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 26 DE MARÇO DE 2015.

Mário Hildebrandt
Presidente

Marcos da Rosa
Vice-Presidente

Célio Dias
1º Secretário

Marco Antonio Wanrowsky
2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 439

RESOLUÇÃO Nº 439

ACRESCENTA, ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS DA RESOLUÇÃO Nº 423, DE 16 DE MAIO DE 2013, PARA INSTITUIR A COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

MARIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, inciso VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica instituída, nos termos dessa Resolução, observadas as legislações de regência, a Coordenação de Contabilidade no âmbito da Câmara Municipal de Blumenau, como Unidade de Coordenação de Serviços, vinculada à Diretoria Financeira, com objetivo de executar a contabilidade da Câmara Municipal.

Art. 2º No artigo 2º, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, que "Dispõe sobre a organização da Estrutura Administrativa da Câmara Municipal e determina providências conexas", fica acrescentado o número 2, à alínea "c" do inciso V, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º

.....

V - Unidades de Coordenação de Serviços:

.....

c)vinculadas à Diretoria Financeira:

.....

2 - Coordenação de Contabilidade."

Art. 3º No Capítulo III, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, fica acrescentado após o artigo 30, a Subseção II e os artigos 30-A e 30-B, com as seguintes redações:

"SUBSEÇÃO II

DA COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

Art. 30-A. A Coordenação de Contabilidade é unidade de coordenação de serviços, vinculada à Diretoria Financeira, que tem por objetivo executar a contabilidade da Câmara Municipal.

Art. 30-B. Ao ocupante da Função Gratificada de Coordenador de Contabilidade, servidor efetivo e estável com formação em Contabilidade e comprovação mínima de 2 (dois) anos de exercício de Contador na área pública, compete:

I - fazer o assessoramento técnico ao Diretor Financeiro;

II - executar a elaboração orçamentária da Câmara Municipal;

III - executar os registros contábeis atinentes ao Poder Legislativo;

IV - elaborar a prestação de contas do Poder Legislativo;

V - proceder à movimentação dos recursos financeiros da Câmara Municipal mediante autorização do Diretor Financeiro;

VI - elaborar as emendas aos projetos de Lei de conteúdo orçamentário/financeiro."

Art. 4º Fica revogado o inciso V, do art. 27 da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013.

Art. 5º. O artigo 28 da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 28. A Diretoria Financeira possuirá em seu quadro o cargo de provimento em comissão de Diretor Financeiro, de livre nomeação por ato da Mesa Diretora, e as Funções Gratificadas de Coordenador de Contabilidade e Coordenador de Empenho e Controle de Custos.

§ 1º Compete ao Diretor Financeiro a chefia e direção do órgão e o exercício das funções de planejamento, coordenação, orientação e controle das atividades relacionadas ao processo orçamentário, à contabilidade e à gestão dos serviços de tesouraria."

Art. 6º No Anexo II, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, fica alterado o requisito do cargo de Diretor Financeiro, de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração, com carga horária de 30 horas semanais de trabalho, com referência de vencimento "J" do quadro de referências de vencimentos dos cargos de provimento em comissão, fixados na Lei Complementar nº 889, de 21 de maio de 2013.

Art. 7º Ficam alteradas, no Anexo IV, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, as atribuições gerais do cargo de Diretor Financeiro, passando a vigorar a seguinte redação:

"I - chefiar, controlar e fiscalizar a Diretoria Financeira;

II - manifestar-se nos processos administrativos de ordem financeira;

III - assessorar a Mesa Diretora em matérias orçamentárias, tributárias, financeiras e outras relacionadas à Contabilidade Pública;

IV - assessorar a Mesa Diretora sobre matérias do Plano Plurianual de Investimentos, do Orçamento Anual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

V - supervisionar a elaboração de projetos de Lei sobre matérias orçamentárias e financeiras;

VI - supervisionar o controle da execução do orçamento da Câmara;

VII - acompanhar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal pelos Poderes Executivo e Legislativo do Município;

VIII - supervisionar a realização de auditoria contábil e financeira;

IX - auxiliar e subsidiar a Câmara Municipal no exercício do controle externo das contas municipais, na forma da lei."

Art. 8º As despesas com a execução desta Resolução correrão por

conta de dotações próprias consignadas no orçamento anual da Câmara Municipal.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 26 DE MARÇO DE 2015.

Mário Hildebrandt
Presidente

Marcos da Rosa
Vice-Presidente

Célio Dias
1º Secretário

Marco Antonio Wanrowsky
2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 440

RESOLUÇÃO Nº 440

ACRESCENTA, ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS DA RESOLUÇÃO Nº 423, DE 16 DE MAIO DE 2013, PARA INSTITUIR A COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS, COORDENAÇÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E COORDENAÇÃO DE COMPRAS NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

MARIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, inciso VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica instituída, nos termos dessa Resolução, observadas as legislações de regência, a Coordenação de Gestão de Pessoas no âmbito da Câmara Municipal de Blumenau, como Unidade de Coordenação de Serviços, vinculada à Diretoria Geral, com objetivo de executar todos os atos formais para geração da folha de pagamento da Câmara Municipal.

Art. 2º Fica instituída, nos termos dessa Resolução, observadas as legislações de regência, a Coordenação de Avaliação de Desempenho no âmbito da Câmara Municipal de Blumenau, como Unidade de Coordenação de Serviços, vinculada à Diretoria Geral, supervisionada pela Coordenação de Gestão de Pessoas, que tem por objetivo prestar assessoria aos trabalhos da Comissão de Avaliação de Servidor em Estágio Probatório e a Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 3º Fica instituída, nos termos dessa Resolução, observadas as legislações de regência, a Coordenação de Compras, com o objetivo de coordenar, controlar e executar todo o processo de compra direta da Câmara Municipal.

Art. 4º No artigo 2º, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, que "Dispõe sobre a organização da Estrutura Administrativa da Câmara Municipal e determina providências conexas", ficam acrescentados os números 5, 6 e 7, à alínea "a" do inciso V, passando a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 2º

V - Unidades de Coordenação de Serviços:

a)vinculadas à Diretoria Geral:

.....

5 - Coordenação de Gestão de Pessoas;
6 - Coordenação de Avaliação de Desempenho;
7 - Coordenação de Compras."

Art. 5º No Capítulo III, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, fica acrescentado após o artigo 20, a Subseção III e IV e os artigos 20-A, 20-B, 20-C e 20-D, com as seguintes redações:

"SUBSEÇÃO III**DA COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS**

Art. 20-A Coordenação de Gestão de Pessoas é unidade de coordenação de serviços vinculada à Diretoria Geral, que tem por objetivo executar todos os atos formais para geração da folha de pagamento da Câmara Municipal.

Art. 20-B. Ao ocupante da Função Gratificada de Coordenador de Gestão de Pessoas compete responder pela folha de pagamento da Câmara Municipal, coordenando todas as rotinas de pessoal, supervisionando a equipe, com as seguintes atribuições:

I - Gerenciamento do sistema de folha de pagamento, fazendo todos os lançamentos necessários à rotina de folha;

II - Gerenciamento do aplicativo e envio mensal do SEFIP - Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social, nos prazos legais;

III - Geração e envio da DIRF e RAIS nos prazos legais, e emissão dos comprovantes de rendimento;

IV - Implantação do E-social;

V - Controle de atos de pessoal, no que se refere às nomeações e conferência de documentação necessária ao ingresso;

VI - Controle de atos de pessoal, no que se refere às exonerações e cálculos de rescisões;

VII - Controle de atos de pessoal, no que se refere ao arquivamento e assentamento de situações e direitos funcionais;

VIII - Atendimento de demandas funcionais, tais como concessão de auxílios, licenças, afastamentos, férias, gratificações, declarações, certidões e demais demandas espontâneas;

IX - Encaminhamento e trâmite de processos administrativos relativos ao departamento pessoal;

X - Controle de férias, com poderes de determinação de férias aos servidores prestes a ultrapassar o acúmulo máximo de dois períodos consecutivos, mediante conhecimento prévio do superior imediato do servidor;

XI - Controle de ponto e frequência, fazendo todos os lançamentos pertinentes e gerenciando horas extras e banco de horas;

XII - Contratação de estagiários e gerenciamento dos contratos, mantendo cronograma atualizado de vagas e lotação;

XIII - Implementação de instruções normativas e padronizações referentes aos procedimentos de controle de pessoal e folha de pagamento, mediante conhecimento prévio do Diretor Geral.

SUBSEÇÃO IV**DA COORDENAÇÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO**

Art. 20-C. A Coordenação de Avaliação de Desempenho é unidade de coordenação de serviços, supervisionada pela Coordenação de Gestão de Pessoas, que tem por objetivo prestar assessoria aos trabalhos da Comissão de Avaliação de Servidor em Estágio Probatório e a Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 20-D. Ao ocupante da Função Gratificada de Coordenação de Avaliação de Desempenho compete, sob orientação do

Coordenador de Gestão de Pessoas, prestar assessoria aos trabalhos da Comissão de Avaliação de Servidor em Estágio Probatório e a Comissão Permanente de Avaliação Funcional, da seguinte forma:

I - assessorar quanto à observância da legislação e procedimentos que regulamentam o desenvolvimento do servidor na carreira e suas avaliações;

II - controlar os prazos das avaliações, desenvolvimento na carreira e direito a percepção de benefícios dos servidores da Câmara Municipal;

III - receber os requerimentos, autuar e acompanhar o andamento dos processos administrativos relativos às promoções;

IV - manter os formulários atualizados;

V - manter a guarda e arquivamentos das atas e avaliações, atualizando as fichas funcionais.

Art. 6º No Capítulo IV, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, fica acrescentado após o artigo 40, a Subseção III e os artigos 42-A e 42-B, com as seguintes redações:

"SUBSEÇÃO II**DA COORDENAÇÃO DE COMPRAS**

Art. 42-A. A Coordenação de Compras é unidade de serviços, vinculada à Assessoria Administrativa, com o objetivo de coordenar, controlar e executar todo o processo de compra direta da Câmara Municipal.

Art. 42-B. Ao ocupante da Função Gratificada de Coordenador de Compras compete responder pelas compras diretas da Câmara Municipal, com as seguintes atribuições:

I - gerenciar o sistema de compras, com emissão de pré-empenhos e liquidação das notas fiscais;

II - coordenar os procedimentos de pesquisa de preço;

III - coordenar e controlar as despesas gerais da Câmara;

IV - coordenar o gerenciamento dos contratos vigentes."

Art. 7º As despesas com a execução desta Resolução correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento anual da Câmara Municipal.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 26 DE MARÇO DE 2015.

Mário Hildebrandt
Presidente

Marcos da Rosa
Vice-Presidente

Célio Dias
1º Secretário

Marco Antonio Wanrowsky
2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 441**RESOLUÇÃO Nº 441**

ACRESCENTA, ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS DA RESOLUÇÃO Nº 431, DE 27 DE MARÇO DE 2014, QUE "CRIA A ESCOLA DO LEGISLATIVO NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU".

MARIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, inciso VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica instituída, nos termos dessa Resolução, observadas as legislações de regência, a Coordenação da Escola do Legislativo, no âmbito da Câmara Municipal de Blumenau, como Unidade de Coordenação de Serviços, diretamente ligada a Escola do Legislativo, vinculada à Diretoria Geral, com o objetivo de coordenar e fiscalizar a execução das tarefas desenvolvidas pela Escola do Legislativo.

Art. 2º Fica instituída, nos termos dessa Resolução, observadas as legislações de regência, a Coordenação Pedagógica da Escola do Legislativo, no âmbito da Câmara Municipal de Blumenau, como Unidade de Coordenação de Serviço, diretamente ligada à Escola do Legislativo, vinculada à Diretoria Geral, com o objetivo de prestar assessoria pedagógica junto à Escola.

Art. 3º Fica extinto o cargo de Coordenador Executivo da Escola do Legislativo e revogadas suas atribuições constantes no Anexo IV da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013.

Art. 4º O artigo 3º, da Resolução nº 431, de 27 de março de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Ao ocupante da Função Gratificada de Coordenador da Escola do Legislativo compete, sob orientação e acompanhamento do Diretor Geral:

I - coordenar e fiscalizar a execução das tarefas desenvolvidas pela Escola do Legislativo;

II - gerenciar a execução das atividades e das diretrizes traçadas pelo Conselho Deliberativo da Escola do Legislativo; e

III - organizar o desenvolvimento dos programas de capacitação e treinamento, seminários, palestras, pesquisas e demais atividades afetas aos objetivos específicos da Escola do Legislativo."

Art. 5º O artigo 4º, da Resolução nº 431, de 27 de março de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Ao ocupante da Função Gratificada de Coordenador Pedagógico da Escola do Legislativo, servidor efetivo e estável com formação em Pedagogia, compete promover ações pedagógicas junto à Escola, visando melhorar a qualidade dos projetos desenvolvidos."

Art. 6º O artigo 5º, da Resolução nº 431, de 27 de março de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º A Escola do Legislativo, órgão de Assessoramento Administrativo, vinculada à Diretoria Geral, tem a seguinte estrutura organizacional:

I - 01 (um) Coordenador da Escola do Legislativo;

II - 01 (um) Coordenador Pedagógico da Escola do Legislativo;

III - Conselho Deliberativo."

Art. 7º O artigo 6º, da Resolução nº 431, de 27 de março de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º

III - Coordenador da Escola do Legislativo."

Art. 8º As despesas com a execução desta Resolução correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento anual da Câmara Municipal.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 26 DE MARÇO DE 2015.

Mário Hildebrandt
Presidente

Marcos da Rosa
Vice-Presidente

Célio Dias
1º Secretário

Marco Antonio Wanrowsky
2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 442**RESOLUÇÃO Nº 442**

ACRESCENTA, ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS DA RESOLUÇÃO Nº 423, DE 16 DE MAIO DE 2013, CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

MARIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, inciso VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica criado 1 (um) cargo de Assessor Executivo da Presidência, no Anexo II, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, de provimento em comissão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais de trabalho, com referência de vencimento de letra "H" do quadro de referências de vencimentos dos cargos de provimento em comissão da Câmara Municipal, fixadas no Anexo V, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e na Lei Complementar nº 889, de 21 de maio de 2013.

Art. 2º Fica criado 1 (um) cargo de Coordenador de Serviços, no Anexo II, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, de provimento em comissão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais de trabalho, com referência de vencimento de letra "F" do quadro de referências de vencimentos dos cargos de provimento em comissão da Câmara Municipal, fixadas no Anexo V, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e na Lei Complementar nº 889, de 21 de maio de 2013.

Art. 3º O art. 9º, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, que "Dispõe sobre a organização da Estrutura Administrativa da Câmara Municipal e determina providências conexas", passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º O Gabinete da Presidência terá em seu quadro, os cargos de provimento em comissão de Chefe de Gabinete da Presidência, Assessor Especial da Presidência e Assessor Executivo da Presidência, de livre nomeação por Ato da Mesa Diretora, e a Função Gratificada de Motorista Oficial da Presidência.

§ 1º Ao Chefe de Gabinete da Presidência compete supervisionar o funcionamento do Gabinete e fazer cumprir as determinações da Presidência em assuntos que lhe forem designados.

§ 2º Ao Assessor Especial da Presidência compete assessorar o recebimento, emissão e arquivamento de documentos, assessorar nos agendamentos dos compromissos oficiais e cumprir as determinações do Chefe de Gabinete quanto aos trabalhos internos no Gabinete.

§ 3º Ao Assessor Executivo da Presidência compete assessorar os trabalhos da Presidência nas questões administrativas da Casa, fazendo a ligação com as Diretorias e Gabinetes dos Vereadores.

§ 4º Ao ocupante da Função Gratificada de Motorista Oficial da Presidência compete realizar o transporte oficial do Presidente aos compromissos inerentes ao cargo, e pela condução, controle, zelo e guarda do veículo oficial da Presidência."

Art. 4º O art. 15, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, que "Dispõe sobre a organização da Estrutura Administrativa da Câmara Municipal e determina providências conexas", passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15. A Diretoria Geral possuirá em seu quadro, os cargos de provimento em comissão de Diretor Geral, Assessor Executivo, Coordenador de Serviços, Assessor Administrativo, Coordenador de Patrimônio, Coordenador de Ouvidoria, de livre nomeação por ato da Mesa Diretora, e as Funções Gratificadas de Coordenador de Licitações, Coordenador de Informática, Coordenador de Gestão de Pessoas, Coordenador de Avaliação de Desempenho, Coordenador de Compras, Coordenador da Escola do Legislativo e Coordenador Pedagógico da Escola do Legislativo.

§ 1º Ao Diretor Geral compete a chefia e direção do órgão e o exercício das funções de planejamento, coordenação, organização e supervisão das atividades administrativas, financeiras e parlamentares.

§ 2º Ao Assessor Executivo compete apoiar o Diretor Geral no desenvolvimento das atividades do órgão, assessorá-lo na implementação das diretrizes e orientações expedidas pela Mesa Diretora, executar as tarefas por ele delegadas e representá-lo, sempre que para isso for designado.

§ 3º Ao Coordenador de Serviços compete coordenar o desenvolvimento das atividades do órgão, controlar o arquivo e as correspondências da Diretoria Geral, promover a recepção de autoridades e o agendamento de reuniões."

Art. 5º Ficam acrescentados, no Anexo IV, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, as seguintes atribuições gerais do cargo de Assessor Executivo da Presidência:

"I - prestar assessoramento à Presidência em relação às demandas administrativas das Diretorias da Casa, dando os encaminhamentos;

II - prestar assessoramento à Presidência em relação às demandas administrativas dos Senhores Vereadores, dando os encaminhamentos;

III - assessorar à Presidência na implementação das diretrizes para aprimoramentos do padrão de qualidade dos serviços legislativos e administrativos da Câmara Municipal;

IV - elaborar programas e projetos necessários a implementação de planos de trabalho estabelecidos pela Presidência;

V - realizar estudos, pesquisas e missões técnicas especiais;

VI - promover a recepção de autoridades no Gabinete da Presidência, fazendo atendimentos quando solicitados pelo Presidente;

VII - executar outras tarefas determinadas pela Presidência sempre que solicitado."

Art. 6º Ficam acrescentados, no Anexo IV, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, as seguintes atribuições gerais do cargo

de Coordenador de Serviços:

"I - coordenar o arquivo de documentação, envio e recebimento de correspondências, controle de material e atividades correlatas, inerentes à Diretoria Geral;

II - providenciar a expedição de correspondência e controlar o material de expediente da Diretoria Geral;

III - promover o controle de acesso de pessoas à Diretoria Geral;

IV - promover a recepção de autoridades na Diretoria Geral;

V - realizar o agendamento de reuniões do Diretor Geral e Assessores Executivos;

VI - executar outras tarefas determinadas pelo Diretor Geral e Assessores Executivos, sempre que solicitado."

Art. 7º Ficam alteradas, no Anexo IV, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, as atribuições gerais do cargo de Assessor Especial da Presidência, passando a vigorar a seguinte redação:

"I - coordenar a organização do arquivo de documentos e papéis de interesse do Presidente;

II - coordenar o recebimento e envio das correspondências da Presidência;

III - assessorar o agendamento de compromissos da Presidência, o controle dos convites recebidos para participação de reuniões e solenidades e comunicar oficialmente a presença da Presidência em eventos;

IV - coordenar o controle de material e atividades correlatas, inerente ao funcionamento do Gabinete da Presidência;

V - coordenar e manter atualizados os contatos do Presidente com órgãos e autoridades;

VI - preparar a agenda diária do Presidente;

VII - prestar apoio na organização e funcionamento do Gabinete da Presidência;

VIII - promover o controle de acesso de pessoas ao Gabinete da Presidência, responsabilizando-se pela coleta de assinatura ou despacho da Presidência em documentos administrativos, devolvendo-os aos setores competentes;

IX - fazer a recepção das autoridades e da população no Gabinete da Presidência, coordenando os atendimentos e a agenda."

Art. 8º Ficam alteradas, no Anexo IV, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, as atribuições gerais do cargo de Chefe de Gabinete da Presidência, passando a vigorar a seguinte redação:

"I - prestar assessoramento político à Presidência nas sessões legislativas e nos recessos;

II - prestar assessoramento à Presidência em suas relações político-administrativas com a população, órgãos e entidades públicas e privadas;

III - prestar assessoramento político à Presidência em assuntos que lhe forem designados, bem como atender às pessoas por ele encaminhadas, dando orientação e marcando audiências, quando necessárias;

IV - assessorar a organização e o funcionamento do Gabinete da Presidência;

V - preparar a pauta de assuntos a serem discutidos nas reuniões em que deva participar o Presidente;

VI - preparar o expediente a ser assinado ou despachado pelo Presidente;

VII - promover as medidas necessárias à realização de viagens pelo Presidente;

VIII - controlar a tramitação de documentos e processos de interesse da Presidência;

IX - promover o acompanhamento e controle da comunicação social dos atos da Presidência;

X - exercer outras atividades correlatas."

Art. 9º No Anexo II, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, fica extinto 1 (um) cargo de Assessor Executivo, de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração, com carga horária de 30 horas semanais de trabalho, com referência de vencimento "H" do quadro de referências de vencimentos dos cargos de provimento em comissão, fixados na Lei Complementar nº 889, de 21 de maio de 2013.

Art. 10. No Anexo II, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, fica extinto o cargo de Coordenador de Serviços da Presidência, de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração, com carga horária de 30 horas semanais de trabalho, com referência de vencimento "F" do quadro de referências de vencimentos dos cargos de provimento em comissão, fixados na Lei Complementar nº 889, de 21 de maio de 2013.

Art. 11. As despesas com a execução desta Resolução correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento anual da Câmara Municipal.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 26 DE MARÇO DE 2015.

Mário Hildebrandt
Presidente

Marcos da Rosa
Vice-Presidente

Célio Dias
1º Secretário

Marco Antonio Wanrowsky
2º Secretário

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2015.

Reunião Ordinária do dia 24 de março de 2015.

Terça-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
Marcelo Lanzarin	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Vanderlei Paulo de Oliveira
Zeca Bombeiro	

ORDEM DO DIA

Acatado, em única discussão e votação, o veto total ao Projeto de Lei nº 6.735. Destino: comunique-se ao Executivo e ao arquivo.

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Lei nºs 6.765 e 6.768. Destino: à sanção do Executivo.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 895, 896, 897 e 898. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 333, 334, 335, 336, 337, 338 e 339/2015. Destino: à Secretaria para providências.

Retirados o Projeto de Lei Complementar nº 1.288; o Projeto de Lei nº 6.537 e o Projeto de Decreto Legislativo nº 872. Destino: ao arquivo.

Promulgada a Resolução MD nº 2263. Destino: comunique-se e publique-se.

Encaminhados ao arquivo, conforme o art. 19, § 6º da Lei Orgânica do Município, os Projetos de Lei Complementar nºs 1.427, 1.428 e 1.429; e os Projetos de Lei nºs 6.781, 6.784, 6.791 e 6.794.

Caracterizado trâmite urgentíssimo ao Projeto de Lei nº 6.792 e aos Projetos de Lei Complementar nºs 1.425, 1.430, 1.431, 1.432 e 1.434.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 2015.

Reunião Extraordinária do dia 24 de março de 2015.

Terça-Feira - 18:30 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
Marcelo Lanzarin	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Vanderlei Paulo de Oliveira
Zeca Bombeiro	

ORDEM DO DIA

Aprovados, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 895, 896, 897 e 898. Destino: à Mesa Diretora para promulgação.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE MARÇO DE 2015.

Reunião Ordinária do dia 26 de março de 2015.
Quinta-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
Marcelo Lanzarin	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Vanderlei Paulo de Oliveira
Zeca Bombeiro	

ORDEM DO DIA

Promulgados os Decretos Legislativos nºs 842, 843, 844 e 845.

Caracterizado regime urgentíssimo ao Projeto de Lei Complementar nº 438 e aos Projetos de Resolução nºs 491, 492, 493, 494, 495 e 496.

Acatado, em única discussão e votação, o veto parcial ao Projeto de Lei nº 6.743. Destino: comunique-se ao Executivo.

Aprovadas, em 2ª discussão e votação, a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.438; a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.431; e a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.436. Destino: incorporadas aos respectivos projetos.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Decreto Legislativo nº 899; os Projetos de Lei nºs 6.792 e 6.802; os Projetos de Resolução nºs 491, 492, 493, 494, 495 e 496; e os Projetos de Lei Complementar nºs 1.424, 1.425, 1.431, 1.432, 1.434, 1.433, 1.436 e 1.438 Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 346, 347, 348 e 349/2015 e das Moções nºs 61, 62 e 63/2015. Destino: à Secretaria para providências.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 26 DE MARÇO DE 2015.

Reunião Extraordinária do dia 26 de março de 2015.
Quinta-Feira - 18:30 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
Marcelo Lanzarin	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Vanderlei Paulo de Oliveira
Zeca Bombeiro	

ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais do Projeto de Decreto Legislativo nº 899; os Projetos de Lei nºs 6.792 e 6.802; os Projetos de Resolução nºs 491, 492, 493, 494, 495 e 496; e os Projetos de Lei Complementar nºs 1.424, 1.425, 1.431, 1.432, 1.434, 1.433, 1.436 e 1.438 Destino dos projetos de lei: à sanção do Executivo. Destino do projeto de decreto e dos projetos de resolução: à promulgação.

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO Nº. 72/2015

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 72/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME.
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 414/2015
Objeto: Aquisição de moveis planejados e sob medida para os departamento da Cultura Educação e Saúde.
Valor: R\$ 27.000,00 (Vinte e sete mil reais).
Vigência: 25 de Março de 2015 a 30 de Junho de 2015.
Assinatura: 25 de Março de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4687/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4687/2015 de 25 de Março de 2015.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 0414/2015, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4477/14 de 02 de Janeiro de 2.014, sob o Processo de Licitação nº 0414/2015, que tem por objeto Aquisição de móveis planejados e sob medida para os departamentos da saúde e da educação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionado, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME	Armário com 275 cm de largura, com 280 cm de altura e 50 cm de profundidade com pia de lavabo de 1 mt com pedra de granito preta, com 16 gavetas para fichário na parte inferior, e superior com 3 portas de correr nesta peça com canto de 85 cm x 85 cm com porta acompanhado de um balcão de 83 cm com duas portas de profundidade de 50 cm montada na mesma sala uma bancada acompanhada de uma mesa para escritório para uma pessoa com 2 gavetas, moveis montados com chapa em mdf de 15 mm na cor branca, com corredeiras telescópicas reforçadas, dobradiças de pressão de 35 mm, com rodapé de madeira na cor do móvel e puxador de perfil em alumínio	1,00	5.000,00
2	JACKSON NEIMAR PEDRAS-SANI ME	Armário com 198 cm de largura 280 cm de altura com 60 cm de profundidade este sendo com 1 porta inteira grande, na parte inferior sendo com 15 gavetas todas com corredeiras telescópicas reforçadas porém sendo 2 gavetas com 6 vazados internos e 1 gaveta com 4 vazados internos na parte superior das mesmas, por cima das gavetas um vazado com portas de correr de vidro e acima 2 portas grandes de correr com rodapé de madeira na cor do móvel que será em chapa de mdf de 15 mm na cor branca com puxadores de perfil em alumínio e dobradiças de pressão de 35 mm	1,00	3.000,00

3	JACKSON NEIMAR PEDRAS-SANI ME	Armário com 383 cm de largura com 217 cm de altura e 60 cm de profundidade, este contendo espaço para geladeira seguido de 4 fichários mais 7 gavetas todas em corrediças telescópicas reforçadas e chave, acima 2 portas de correr, e no decorrer do armário 4 portas de abrir todas com chave, dobradiças de pressão de 35 mm e puxadores em perfil em alumínio seguindo ele no canto com uma mesa para escritório de 182 cm de largura e 50 cm de profundidade tendo espaço para monitor, cpu, estabilizador e 4 gavetas todas com corrediças telescópicas reforçadas e chave com puxadores de perfil em alumínio	1,00	3.500,00
4	JACKSON NEIMAR PEDRAS-SANI ME	Armário com 351 cm com 3 portas de correr na cor branca com puxador de perfil em alumínio e altura de 295 cm com 60 cm de profundidade com encaixe para fichário e 6 prateleiras, rodapé de madeira com corrediça telescópica nas gavetas, todo ele em chapa de mdf de 15 mm na cor branca, portas com rodício de metal AD 602 com amortecimento de impacto e com dois esticadores em cada porta de sobrepor para não empenamento da mesma	1,00	3.000,00
5	JACKSON NEIMAR PEDRAS-SANI ME	Mesa para escritório em L com 4 gavetas e corrediças telescópicas, uma porta com prateleiras e espaço para CPU, com gaveta para teclado, em chapa de NDF branca de 15 mm com tampos engrossados de 30 mm	1,00	490,00
6	JACKSON NEIMAR PEDRAS-SANI ME	Mesa de 80 cm de largura por 60 cm de profundidade toda engrossada com chapa de MDF de 30 mm com uma gaveta e rodinhas	1,00	200,00
7	JACKSON NEIMAR PEDRAS-SANI ME	Armário de 330 cm de largura com 220 cm de altura com 58 cm de profundidade com 6 portas com chave, dobradiças de pressão de 35 mm e puxadores de plástico 190 mm, com 6 prateleiras internas, dois fichários e 4 gavetas com corrediças telescópicas, com rodapé de madeira em chapa de MDF de 15 mm na cor branca	1,00	2.700,00
8	JACKSON NEIMAR PEDRAS-SANI ME	balcão de 367 cm de largura 100 cm de altura e 50 cm de profundidade com 5 gavetas e 7 portas todas com prateleiras internas de 58 cm de profundidade com corrediça telescópicas nas gavetas puxadores de plástico 190 mm, dobradiça de 35 mm todo em chapa de MDF 15 mm na cor branca com pés de madeira com tampos engrossados com chapa em MDF de 30 mm e 2 armários de 148 cm de largura 223 cm de altura com 58 cm de profundidade com 3 portas e 4 prateleiras, com corrediça telescópica nas gavetas e puxadores plásticos em 190 mm, dobradiça de 35 mm todo em chapa em MDF de 15 mm na cor branca com pés de madeira	2,00	6.000,00
9	JACKSON NEIMAR PEDRAS-SANI ME	Três prateleiras de madeira com 147 cm de comprimento e 2 prateleiras com 100 cm de comprimento por 30 cm de largura na cor branca com suporte L de metal	1,00	300,00
10	JACKSON NEIMAR PEDRAS-SANI ME	Armário com 480 cm de comprimento com 233 cm de altura e 60 cm de profundidade com 5 divisórias no interior e 3 prateleiras em cada divisória, 5 portas de correr na cor branca com puxador em perfil de alumínio, rodapé em madeira e acabamento na cor do móvel, tudo em chapa de mdf de 15 mm na cor branca	1,00	2.810,00

Vinte e sete mil reais

27.000,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,
aos 25/03/15.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

293.03.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ZILMARA G. ROSAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 293/15 de 26.03.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 25, 26 e 27 de março de 2015, a funcionária Zilmara Gorges Rosar, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
26 de março de 2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

294.03.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE IZABEL AP. T. SERAFIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 294/15 de 26.03.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 26 e 27 de março de 2015, a funcionária Izabel Aparecida Trento Serafim, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
26 de março de 2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

ERRATA CONTRATO 63/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC
ERRATA EXTRATO CONTRATO

O Município de Bom Retiro vem a público retificar Extrato do Contrato nº 63/2015, cujo objeto é Aquisição de Material Médico Hospitalar para atender os Postos de Saúde do município de Bom Retiro/SC. Alterar no Extrato do Contrato:

Onde se lê:

Extrato Contrato 63/2015 Pregão Presencial 10/2015 (FMS)

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro

Contratado: Silmes Comercio de Produtos Odontológicos Ltda. ME.

Objeto: Aquisição de Material Médico Hospitalar para atender os Postos de Saúde do município de Bom Retiro/SC., para ser entregue de forma parcelada no exercício de 2015.

Valor Total: R\$ 31.950,00 (trinta e um mil novecentos e cinquenta reais)

Leia-se:

Extrato Contrato 63/2015 Pregão Presencial 10/2015 (FMS)

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro

Contratado: Silmes Comercio de Produtos Odontológicos Ltda. ME.

Objeto: Aquisição de Material Médico Hospitalar para atender os Postos de Saúde do município de Bom Retiro/SC., para ser entregue de forma parcelada no exercício de 2015.

Valor Total: R\$ 21.150,00 (vinte e um mil cento e cinquenta reais)

Bom Retiro, 27 de março de 2015.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito

EXTRATO CONTRATO 75 A 80/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 75/2015 Pregão Presencial 03/2015 (FMAS)

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FMAS)

Contratado: JLM Comercio de Produtos Alimentícios Ltda. Me.

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios e Material de Limpeza, para suprir as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Retiro, sendo entregues de forma parcelada no exercício de 2015.

Valor Total: R\$ 11.847,24 (onze mil oitocentos e quarenta e sete reais e vinte e quatro centavos)

Extrato Contrato 76/2015 Pregão Presencial 03/2015 (FMAS)

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FMAS)

Contratado: Luiz Fernando Steimbach ME

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios e Material de Limpeza, para suprir as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Retiro, sendo entregues de forma parcelada no exercício de 2015.

Valor Total: R\$ 10.808,15 (dez mil oitocentos e oito reais e quinze centavos)

Extrato Contrato 77/2015 Pregão Presencial 03/2015 (FMAS)

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FMAS)

Contratado: Veronica Dos Santos Orio 06262838929

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios e Material de Limpeza, para suprir as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Retiro, sendo entregues de forma parcelada no exercício de 2015.

Valor Total: R\$ 1.797,90 (um mil setecentos e noventa e sete reais e noventa centavos).

Extrato Contrato 78/2015 Pregão Presencial 03/2015 (FMAS)

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FMAS)

Contratado: Alfredo Comércio Varejista Ltda. ME

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios e Material de Limpeza, para suprir as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Retiro, sendo entregues de forma parcelada no exercício de 2015.

Valor Total: R\$ 6.794,20 (seis mil setecentos e noventa e quatro reais e vinte centavos)

Extrato Contrato 79/2015 Pregão Presencial 03/2015 (FMAS)

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FMAS)

Contratado: Dandara Freiburger ME.

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios e Material de Limpeza, para suprir as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Retiro, sendo entregues de forma parcelada no exercício de 2015.

Valor Total: R\$ 10.842,50 (dez mil oitocentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos)

Extrato Contrato 80/2015 Pregão Presencial 03/2015 (FMAS)

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FMAS)

Contratado: Cleiton de Souza.

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios e Material de Limpeza, para suprir as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Retiro, sendo entregues de forma parcelada no exercício de 2015.

Valor Total: R\$ 1.375,50 (um mil trezentos e setenta e cinco reais e cinquenta centavos)

Bom Retiro, 30 de março de 2015.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

EXTRATO TA CONTRATO 152/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Sétimo Termo Aditivo do Contrato 15/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: Jose Roberto Raphael ME

O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de 07 quilômetros diários no contrato 15/2013 - lote 03, passando a ser a quilometragem total diária de 126,8 km, correspondendo a 5,85% dos quilômetros iniciais, em função do ingresso de novos alunos na rede municipal. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº15/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Extrato Primeiro Termo Aditivo do Contrato 152/2014 (FMAS)

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FMAS)

Contratada: Caprixo Construtora Ltda. ME

Objeto: Contratação de empresa incluindo materiais e mão de obra para Construção da Capela Mortuária Municipal. Fica alterada a Cláusula Segunda (Da Vigência), prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 17 de agosto de 2015, conforme faculta a legislação vigente. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº152/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Bom Retiro, 26 de março de 2015.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 11 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

ATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015

O Município de Braço do Trombudo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que até às 09h30min. Do dia 10/04/2015, está selecionando a melhor proposta de preço por item para Aquisição de implementos agrícolas para o município de Braço do Trombudo/SC, objetivando a execução de ações relativas ao Programa de Aquisição de Máquinas e equipamentos para recuperação de estradas vicinais, conforme Convênio nº 796887/2013, Operação nº 1011991-96/2013, celebrado entre a União Federal por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Município de Braço do Trombudo. Maiores informações serão fornecidas pelo setor de Licitações da Prefeitura Municipal, fone 47 3547-0179 ou no e-mail: licitação@bracodotrombudo.sc.gov.br, ou no site WWW.bracodotrombudo.sc.gov.br.

DATA

Braço do Trombudo, em 27 de março de 2015

Romildo Teske

Prefeito Municipal em Exercício

RESULTADO DE JULGAMENTO 08 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 06/2015

O pregoeiro oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Eletrônico nº 06/2015. Processo licitatório 08/2015. Objeto: contratação de serviços de veículo de Comunicação na modalidade de Televisão Aberta, que tem por objetivo a divulgação dos atos administrativos, das notícias e eventos do município, a ser veiculado em rede regional de televisão, transmitindo o sinal para no mínimo 20 (vinte) municípios da Região do Alto Vale do Itajaí. Com inserções de 30 (trinta) segundos, ou conforme necessidade de divulgação. Deverão ser apresentadas durante os programas da TV com maior audiência. Após análise e julgamento das propostas, foi declarada vencedora do certame a empresa a seguir: FUNDAÇÃO OSNI JOSÉ GONÇALVES RBA TV CNPJ:72.448.640/0001-70, no valor total de R\$ 10.00,00, tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Alair Franz Hein Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 27/03/2015.

RESULTADO DE JULGAMENTO 09 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 07/2015

O pregoeiro oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Eletrônico nº 07/2015. Processo licitatório 09/2015. Objeto: Contratação de serviços de comunicação social para o município de Braço do Trombudo, através de informativos eletrônicos, bem como, com atendimento in loco/semanal de um jornalista qualificado, conforme detalhado no Anexo I deste Edital. Após análise e julgamento das propostas, foi declarada vencedora do certame a empresa a seguir: **RÁDIO DIFUSORA ALTO VALE LTDA** CNPJ:85.782.886/0001-25, no valor total de R\$ 7.155,00, tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Alair Franz Hein Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 27/03/2015.

RESULTADO DE JULGAMENTO 10 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 08/2015

O pregoeiro oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Eletrônico nº 08/2015. Processo licitatório 10/2015. Objeto: Contratação de serviços de comunicação social para o município de Braço do Trombudo, através de informativos eletrônicos, bem como, com atendimento in loco/semanal de um jornalista qualificado, conforme detalhado no Anexo I deste Edital. Após análise e julgamento das propostas, foi declarada vencedora do certame a empresa a seguir: **CONECTE MIDIA LTDA ME** CNPJ: 05.292.155/0001-62, no valor total de R\$ 15.255,00, tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Alair Franz Hein Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 27/03/2015.

RESULTADO DE JULGAMENTO 11 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 09/2015

O pregoeiro oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Eletrônico SRP nº 09/2015 e extrato da Ata de Registro de Preços. Processo licitatório 11/2015. Objeto: Contratação de empresa para realização de aulas de violão e bateria para iniciantes e aulas de gaita, teclado e vocal para todos os níveis, conforme especificado no Anexo I deste Edital. Após análise e julgamento das propostas, foi declarada vencedora do certame a empresa a seguir: **VALDECIR PINCEGER** CNPJ: 15.217.643/0001-68, Item: 1, no valor total de R\$ 21.600,00, tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Fica registrado em Ata. Vigência: 12 (doze) meses da data de assinatura. Alair Franz Hein Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 27/03/2015.

Brusque**PREFEITURA****PORTARIA Nº 9.691, DE 26 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA Nº 9.691, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, a servidora Leticia Battisti, matrícula 708453-2, ocupante do cargo efetivo de Monitora Escolar II - 40 horas, lotada na Secretaria de Educação, a partir de 06 de março de 2015.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de março de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.678, DE 26 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.678, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor Angelo Loffi, matrícula 680788-4, do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Secretaria de Obras, a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.690, DE 26 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.690, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidor que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, o servidor Dagmar Machado Telles, matrícula 724467-0, ocupante do cargo efetivo de Motorista, lotado na Secretaria de Trânsito e Mobilidade, a partir de 03 de março de 2015.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de março de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 656/2015, DE 16 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 656/2015, de 16 de março de 2015

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 716/2014 - referente ao Processo Administrativo de Exoneração nº 03/2014 e dá outras providências."

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, o feriado ocorrido em 17/02/2015 e o ponto facultativo ocorrido em 16/02/2015.

Considerando, os prazos para ampla defesa e contraditório.

Considerando, a grande demanda de trabalho por parte da Comissão, principalmente da Presidente;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor da servidora LENIR DAS GRAÇAS RIBEIRO, ocupante do cargo em provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, portadora do CPF 932.

045.409-44, RG 2.236.029, para apurar os fatos constantes da Denúncia/ memorando 04a/14, encaminhado pela Comissão de Avaliação - Estágio Probatório da Prefeitura Municipal de Brusque e pelo Departamento de Recursos Humanos, datado de 14 de março de 2014, em tese por infringir o art. 13, "b", do Decreto nº 6.287/10 c/c Decreto 6617/2011 e Decreto 7266/2013. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 14/03/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de março de 2015.

DIEGO FAGUNDES

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 743/2015, DE 26 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 743/2015, de 26 de março de 2015

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final nos autos referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 718/2014 - referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 17/2014 e dá outras providências."

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, prazo dado para ampla defesa e contraditório;

Considerando, o acúmulo de serviço por parte da Comissão processante;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor da servidora: ARIANA LARISSA LEHNERT, ocupante do cargo de técnica em enfermagem, nomeada através da portaria nº 6999/2010, de 20 de abril de 2010, vinculado ao regime jurídico estatutário, para apurar os fatos encaminhado através de Denúncia/ memorando nº 01/2014, pela Secretária de Saúde e Vigilância Epidemiológica (datado de 14/01/2014), bem como Formulários de Aviso e Recomendações datadas de 24/05/2012, 03/10/2012, 15/01/2014, além de despacho do Departamento de Recursos Humanos datado de 14/03/2014, onde em tese, a servidora não zela pela economia do material e a conservação do patrimônio público, bem como não exerce com zelo e dedicação as suas atribuições, além de ser inassidua. A conduta da servidora é contrária do que preconiza o art. 174, inciso I, II e IX do Estatuto do Servidor, Lei Complementar 147/09 que dispõe dos deveres dos servidores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 26 de março de 2015.

DIEGO FAGUNDES

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 757/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 757/2015

O Secretário Municipal de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Ceder, com fundamentos no inciso I, artigo 22 da LC 147/2009, e alínea "O", cláusula segunda do Convênio 2013TN002202, firmado entre o município de Brusque, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, Polícia Militar de Santa Catarina e o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/SC, a servidora ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA, matrícula nº 1056077, para o Departamento Estadual de Trânsito de Brusque, com ônus para o município.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30/03/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de março de 2015.

DIEGO FAGUNDES

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 9.693, DE 26 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.693, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidor que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, o servidor Nildo Candido Junior, matrícula 4163222-1, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria de Saúde, a partir de 03 de março de 2015.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de março de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.696, DE 26 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.696, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 146/09, alterada pelas Leis Complementares n.ºs 159/10 e 179/11, e o art. 87 da Lei Complementar nº 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Andreia Mazzolli Keller para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretora da Escola de Ensino Fundamental Padre Carlos Fuzão, lotada na Secretaria de Educação, com gratificação de representação no percentual de 20% (vinte por cento) sobre seu vencimento.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.698, DE 26 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.698, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 146/09, alterada pelas Leis Complementares n.ºs 159/10 e 179/11, e o art. 87 da Lei Complementar nº 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Denise Tatiane Bittencourt Leoni para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretora da Escola de Ensino Fundamental Edith Gama Ramos, lotada na Secretaria de Educação, com gratificação de representação no percentual de 20% (vinte por cento) sobre seu vencimento.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 7.585, DE 25 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº. 7.585, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 23 da lei nº 3.831 de 17.12.2014, a Lei nº 3.772 de 24.10.2014, inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto valor de R\$ 347.227,54 (Trezentos e Quarenta e Sete Mil, Duzentos e vinte e sete Reais e Cinquenta e Quatro Centavos), para atender a programação abaixo especificada:

Órgão: 80	SAMAE		
Unidade: 03	Encargos Gerais do SAMAE		
Função: 28	Encargos Especiais		
Subfunção: 843	Serviço da Dívida Interna		
Programa: 303	Precatórios		
Atividade: 2295	Precatórios do SAMAE		
Despesa: 3.1.90.00.00.00		Aplicações Diretas	347.227,54
Recursos:			Próprios
Vínculo:			0.6.00.00

Art. 2º - Os recursos previstos no artigo anterior correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto § 1º, I Art. 43º da Lei Federal 4.320/64 apurado na fonte de recurso abaixo:

Conta Contábil 2014	Banco/Conta	Conta Contábil 2015 (de/para)	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2014
1125108000000000	Depósitos Transferidos	1135106000000000	0.2.00.00	347.227,54

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 27/03/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 27 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº. 7.586, DE 27 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº. 7.586, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 23 da lei nº 3.831 de 17.12.2014, a Lei nº 3.772 de 24.10.2014, inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto valor de R\$ 6.818.195,344 (Seis Milhões, Oitocentos e Dezoito Mil, Cento e Noventa e Cinco Reais e Quarenta e Quatro Centavos), para atender a programação abaixo especificada:

Órgão: 80	SAMAE		
Unidade: 02	Técnica		
Função: 17	Saneamento		
Subfunção: 512	Saneamento Básico urbano		
Programa: 301	Sistema de Água		
Projeto: 1192	Contr., Ampliação e Ref. Und. de Cap. e Elev.		
Despesa: 4.4.90.00.00.00		Aplicações Diretas	5.000.000,00
Recursos:			Próprios

Vínculo:		0.6.00.00
Órgão: 80	SAMAE	
Unidade: 02	Técnica	
Função: 17	Saneamento	
Subfunção: 512	Saneamento Básico urbano	
Programa: 302	Sistema de Esgoto	
Projeto: 1194	Contr., Ampliação e Ref. do Sistema de Esgoto	
Despesa: 4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	225.000,00
Recursos:		Próprios
Vínculo:		0.6.00.00

Órgão: 80	SAMAE		
Unidade: 01	Administração		
Função: 04	Administração		
Subfunção: 122	Administração Geral		
Programa: 300	Administração SAMAE		
Atividade: 2291	Manutenção e Modernização dos Serviços Administrativos		
Despesa: 3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas		200.000,00
Recursos:			Próprios
Vínculo:			0.6.00.00

Órgão: 80	SAMAE		
Unidade: 02	Técnica		
Função: 17	Saneamento		
Subfunção: 512	Saneamento Básico urbano		
Programa: 0301	Sistema de Água		
Atividade: 2293	Operação e Manutenção do Sistema de Água		
Despesa: 3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	1.375.195,44	
Despesa: 3.3.93.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	9.000,00	
Recursos:		Próprios	
Vínculo:		0.6.00.00	

Órgão: 80	SAMAE		
Unidade: 02	Técnica		
Função: 17	Saneamento		
Subfunção: 512	Saneamento Básico urbano		
Programa: 302	Sistema de Esgoto		
Atividade: 2294	Operação e Manutenção do Esgoto		
Despesa: 3.3.93.00.00.00		Transferências a Consórcios Públicos	9.000,00
Recursos:			Próprios
Vínculo:			0.6.00.00

Art. 2º - Os recursos previstos no artigo anterior correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto § 1º, I Art. 43º da Lei Federal 4.320/64 apurado na fonte de recurso.

Art. 3º o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias passam a incorporar as alterações constantes desta Lei, em conformidade com o art. 151º da Lei Orgânica do Município de Brusque.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 27/03/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 27 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº. 7.588, DE 27 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº. 7.588, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.831 de 17.12.14, a Lei nº 3.772 de 24.10.14, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal em vigência, da Fundação Municipal de Esportes, no valor de R\$ 6.021,39 (Seis mil, vinte e um reais e trinta e nove centavos), para atender a programação abaixo especificada:

09.00Secretaria Municipal de Turismo
09.001Secretaria Municipal de Turismo
0012.0361.0025.2019Manutenção Desenvolv. Ensino Fund. Valor. Magistério
3.1.90.00Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.3.18.00Transf. Do Fundeb - (aplic. Profis.)
VALORR\$ 5.978,58
0.3.19.00Transf. Do Fundeb - (aplic. Outras)
VALORR\$ 42,81

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

II - superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

Conta Contábil	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2014
111129802010100	B.Brasil	0.1.18.00 0.1.19.00	463.607,40 14.602,15
TOTAL GERAL			478.209,55
Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$	
Empenhos à Pagar	0.1.18.00 0.1.19.00	66.184,85 3.980,95	
DDO à Pagar	0.1.18.00 0.1.19.00	376.432,98 9.054,50	
Restos à Pagar	0.1.18.00 0.1.19.00	15.010,99 1.523,89	
TOTAL	0.1.18.00 0.1.19.00	457.628,82 14.559,34	
Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$	
Superávit Financeiro	0.3.18.00 0.3.19.00	5.978,58 42,81	
TOTAL	0.3.18.00 0.3.19.00	5.978,58 42,81	

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 27/03/2015, revogando-se as disposições em contrário. Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 27 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador Geral do Município

DIEGO FAGUNDES
Secretário de Orçamento e Gestão

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe Gabinete do Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO 041/2015 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 041/2015

ESPÉCIE: fornecimento de base para eta e sistema de desidratção de lodo. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Concorrência. PROCESSO LICITATÓRIO: 060/2014. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2015.80002.17.512.301.1192.4490519900.2000; VIGÊNCIA: até 27/03/2016. DATA DA ASSINATURA: 27 de março de 2015; VALOR: R\$ 1.430.000,00. CONTRATADA: Gratt Industria de Maquinas Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 27 de março de 2015.

PUBLIQUE-SE

Rogério Ristow

EXTRATO DO CONTRATO Nº 044/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 044/2015

Espécie: Contrato nº 044/2015, entre o Município de Brusque e Jorge Luiz Schroder, em 03/02/2015. Objeto: Contratação do artista plástico Jorge Luiz Schroder, para confecção de esculturas em concreto estrutura; para a identificação de pontos de macrodrenagem do Município de Brusque/SC. Valor: R\$ 33.200,00. Fundamento legal: Artigo 25, inciso III, da Lei 8.666/93. Origem: Inexigibilidade de Licitação nº 005/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 6 (seis) meses. Signatários: Norberto João Maestri e Jorge Luiz Schroder.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 150/2013 SAMAE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 04 AO CONTRATO 150/2013

ESPÉCIE: planejamento geral do sistema de esgotamento sanitário e elaboração do projeto básico para a primeira etapa de implantação. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Concorrência. PROCESSO LICITATÓRIO: 041/2013. PRAZO EXECUÇÃO: prorroga-se o presente termo por 180 (cento e oitenta dias) contados da data da sua assinatura. DATA DA ASSINATURA: 17/03/2015; CONTRATADA: L'Art Arquitetura e Engenharia Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 17 de março de 2015.

PUBLIQUE-SE

Rogério Ristow

EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 109/2013

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 109/2013

Espécie: 5º Termo Aditivo, Contrato nº 109/2013, entre o Município de Brusque e a empresa WDF SERVIÇOS LTDA, em 13/03/2015. Objeto: prorrogação de prazo. Fundamento legal: artigo artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência nº 029/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: GLEUSA LUCI FISCHER e WILSON JOSE FRANCESCHI.

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002/2013

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002/2013

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 002/2013, entre o Município de Brusque e MARION KUHN MESCHKE, em 09/03/2015. Objeto: prorrogação de prazo. Valor: R\$ 40.536,00. Fundamento legal: artigo artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93. Origem: Dispensa de Licitação nº 001/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: MIRELA ZUCCO MULLER e MARION KUHN MESCHKE.

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 024/2013

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 024/2013

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 024/2013, entre o Município de Brusque e a empresa ATTO CONSULTORIA E ASSESSORIA EM PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO LTDA, em 20/02/2015. Objeto: prorrogação de prazo. Valor: R\$ 178.500,00. Fundamento legal: artigo artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93. Origem: Tomada de Preços nº 002/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: PATRICIA PYKCOZ FREITAS e JULIANA CLÁUDIO.

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 086/2013

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 086/2013

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 086/2013, entre o Município de Brusque e a empresa SANTOS E SANTANAEMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA, em 02/02/2015. Objeto: prorrogação de prazo. Fundamento legal: artigo artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93. Origem: Tomada de Preços nº 007/2013. Signatários: GILMAR VILAMOSKI e ALEX SANDRO COSTA.

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 037/2013

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 037/2013

Espécie: 3º Termo Aditivo, Contrato nº 037/2013 - FMS, entre o Município de Brusque e a empresa SÃO LUCAS ECOMAX - CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA (CIB - CLÍNICA DE IMAGEM BRUSQUE), em 08/03/2015. Objeto: prorrogação de prazo. Valor: R\$ 194.274,00. Fundamento legal: artigo artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93. Origem: Inexigibilidade de Licitação nº 003/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: ANA BEATRIZ BARON LUDVIG e ANA BEATRIZ BARON LUDVIG.

LEI Nº 3.857, DE 25 DE MARÇO DE 2015

LEI nº 3.857, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Concede a revisão geral anual e aumento real aos vencimentos do funcionalismo público municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida, a partir de 1º de março de 2015, a revisão geral anual dos vencimentos dos servidores públicos municipais da Administração Direta e Indireta, das Autarquias e das Fundações Públicas, estatutários e celetistas, ativos e inativos, do Poder Executivo, pela aplicação do INPC no percentual de 7,68% (sete

vírgula sessenta e oito por cento), acumulado nos doze meses anteriores ao mês do reajuste, excetuando-se os servidores contemplados pela Lei Federal nº 11.738/08 e pela Lei Municipal nº 3.425/11.

Art. 2º É concedido aumento real, com vigência a partir de 1º de março de 2015, no percentual de 0,32 (zero vírgula trinta e dois por cento) sobre os vencimentos dos servidores públicos municipais da Administração Direta e Indireta, das Autarquias e das Fundações Públicas, estatutários e celetistas, ativos e inativos, do Poder Executivo, excetuando-se os servidores contemplados pela Lei Federal nº 11.738/08 e pela Lei Municipal nº 3.425/11.

Art. 3º O percentual total de reajustamento previsto por esta Lei, para os servidores que especifica, considerados nos arts. 1º e 2º, é de 8,00% (oito por cento).

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, sendo desnecessárias as demonstrações da estimativa do impacto orçamentário-financeiro e da sua fonte de custeio, na forma do disposto no § 6º, do art. 17 da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.858, DE 25 DE MARÇO DE 2015

LEI nº 3.858, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a concessão de Auxílio Alimentação aos servidores públicos municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a concessão mensal de auxílio alimentação no valor de R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais), que será pago proporcionalmente aos dias trabalhados, aos servidores públicos ativos da administração direta e indireta do Poder Executivo, com jornada de 40 horas semanais, que percebam salário base de até R\$ 1.278,49 (mil, duzentos e setenta e oito reais e quarenta e nove centavos).

Art. 2º Os servidores públicos municipais ativos, com jornada de 40 horas semanais, que percebam salário-base entre R\$ 1.278,49 (mil, duzentos e setenta e oito reais e quarenta e nove centavos) até R\$ 1.704,65 (mil, setecentos e quatro reais e sessenta e cinco centavos), será concedido auxílio alimentação no valor de R\$ 185,00 (cento e oitenta e cinco reais), que será pago proporcionalmente aos dias trabalhados.

Art. 3º Aos servidores públicos municipais ativos, com jornada de

40 horas semanais, que percebam salário-base superior ao valor de R\$ 1.704,65 (mil, setecentos e quatro reais e sessenta e cinco centavos), será concedido o benefício do auxílio alimentação no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) mensais, que será pago proporcionalmente aos dias trabalhados.

Art. 4º Para jornadas inferiores a 40 horas semanais, o auxílio alimentação será pago proporcionalmente, considerando-se o disposto nos artigos anteriores.

Art. 5º O benefício instituído por esta lei:

I - não tem natureza salarial ou remuneratória;

II - não se incorpora ao vencimento, remuneração ou provento, para

quaisquer efeitos;

III - não é considerado para efeito do pagamento de qualquer vantagem pecuniária

ao servidor, inclusive da gratificação natalina;

IV - não constitui base de cálculo da contribuição previdenciária;

V - não configura rendimento tributável ao servidor;

VI - não será acumulado com outras vantagens de espécie semelhante.

Art. 6º O auxílio alimentação será custeado com recursos do órgão da administração direta e indireta em que o servidor estiver em exercício.

Art. 7º Vetado.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará, no que couber, a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 3.075, de 14 de março de 2008 e alterações.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.859, DE 25 DE MARÇO DE 2015

LEI nº 3.859, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Concede a revisão geral anual dos vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Brusque e subsídios dos agentes políticos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido, a partir de 1º de março de 2015, revisão geral anual dos vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Brusque, ativos e inativos, pela aplicação do INPC no percentual de 7,68% (sete vírgula sessenta e oito por cento), acumulado nos doze meses anteriores ao mês do reajuste.

Art. 2º É concedido aumento real, com vigência a partir de 1º de março de 2015, no percentual de 0,32% (zero vírgula trinta e dois por cento) sobre os vencimentos dos servidores ativos e inativos da Câmara Municipal de Brusque.

Art. 3º Aos Servidores ativos da Câmara Municipal de Brusque, será concedido o benefício do auxílio alimentação no valor de R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais) mensais, que será pago proporcionalmente aos dias trabalhados.

Parágrafo único. O benefício do auxílio alimentação instituído por esta lei:

I - não tem natureza salarial ou remuneratória;

II - não se incorpora ao vencimento, remuneração ou provento, para quaisquer efeitos;

III - não é considerado para efeito do pagamento de qualquer vantagem pecuniária ao servidor, inclusive da gratificação natalina;

IV - não constitui base de cálculo da contribuição previdenciária;

V - não configura rendimento tributável ao servidor;

VI - não será acumulado com outras vantagens de espécie semelhante.

Art. 4º Fica concedido a partir de 1º de março de 2015, revisão dos subsídios dos Agentes Políticos do Município, pela aplicação do INPC no percentual de 7,68% (sete vírgula sessenta e oito por cento), acumulado nos doze meses anteriores ao mês do reajuste.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações próprias dos orçamentos vigentes dos respectivos poderes, sendo desnecessárias as demonstrações da estimativa do impacto orçamentário-financeiro e da sua fonte de custeio, na forma do disposto no § 6º, do art. 17 da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 6º O reajuste concedido aos Servidores do Poder Legislativo por esta lei, incidirá sobre o salário base.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.860, DE 25 DE MARÇO DE 2015

LEI nº 3.860, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA DALMAZIO PAOLI, a via identificada como Rua CD-004, transversal da Rua Alberto Klabunde, Bairro Cedrinho, localizada a 125,00 metros sentido bairro/centro, depois da Rua Bento Inácio de Mello.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de: trecho 1: 114,00m, trecho 2: 25,00m, total de: 139,00m; largura da pista de: trecho 1: 7,00m, trecho 2: 6,00m; largura dos passeios: trecho 1: 1,50m, trecho 2: 1,00m.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.861, DE 25 DE MARÇO DE 2015

LEI nº 3.861, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Rua ELSA PÖPPER, a via identificada como Rua PÁ, transversal da Rua Padre Antônio Eising, Bairro Paquetá, localizada a 90,00 metros sentido bairro/centro, depois do cruzamento das Ruas Alberto Klabunde, Santa Cruz e Pe. Antônio Eising.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 120,00 metros, tendo a pista largura de 6,00 metros e passeios de 1,00 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.862, DE 25 DE MARÇO DE 2015

LEI nº 3.862, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA OUVIDIO BONI, a via identificada como Rua AC-001, transversal da Rua Augusto Klabunde, Bairro Águas Claras, localizada a 85,00 metros sentido bairro/centro, antes da Rua Santa Cruz.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 55,00 metros, tendo a pista largura de 4,00 metros e passeios de 1,00 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.863, DE 25 DE MARÇO DE 2015

LEI nº 3.863, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA AUGUSTO HABITZREUTER, a via identificada como Rua SP-044, transversal da Rua São Leopoldo, Bairro São Pedro, localizada a 90 metros sentido bairro/centro, antes da Rua Constante Zen.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 60,00 metros, tendo a pista largura de 5,00 metros e passeios de 1,50 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 758/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 758/2015

O Secretário Municipal de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013; Considerando as reiteradas solicitações realizadas pela Secretaria de Saúde diante da falta de profissionais da área de limpeza; Considerando que os processos seleção simplificados não supriram a demanda necessária de profissionais desta área;

RESOLVE:

Art. 1º - Remover de ofício, com fundamento no parágrafo único, artigo 45, Lei 147/2009, a servidora, em estágio probatório, LAURA DIETRICH, matrícula nº 728144, para a Unidade Básica de Saúde Águas Claras.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30/03/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de março de 2015.

DIEGO FAGUNDES

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 157/2015, DE 26 DE JANEIRO DE 2015

PORTARIA Nº 157/2015, de 26 de janeiro de 2015

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final nos autos referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 718/2014 - referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 17/2014 e dá outras providências."

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, as férias da advogada da indiciada e da Comissão Processante;

Considerando, os feriados ocorridos em 17.02.2015, e ponto facultativo ocorridos 16/02/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor da servidora: ARIANA LARISSA LEHNERT, ocupante do cargo de técnica em enfermagem, nomeada através da portaria nº 6999/2010, de 20 de abril de 2010, vinculado ao regime jurídico estatutário, para apurar os fatos encaminhado através de Denúncia/ memorando nº 01/2014, pela Secretária de Saúde e Vigilância Epidemiológica (datado de 14/01/2014), bem como Formulários de Aviso e Recomendações datadas de 24/05/2012, 03/10/2012, 15/01/2014, além de despacho do Departamento de Recursos Humanos datado de 14/03/2014, onde em tese, a servidora não zela pela economia do material e a conservação do patrimônio público, bem como não exerce com zelo e dedicação as suas atribuições, além de ser inassidua. A conduta da servidora é contrária do que preconiza o art.

174, inciso I, II e IX do Estatuto do Servidor, Lei Complementar 147/09 que dispõe dos deveres dos servidores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 26 de janeiro de 2015.
DIEGO FAGUNDES
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 29/2015, DE 13 DE JANEIRO DE 2015

PORTARIA Nº 29/2015, de 13 de janeiro de 2015

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 12/2014 - referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 03/2014 e dá outras providências.”

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, o prazo concedido para juntada de Substabelecimento do novo advogado;
Considerando, as férias dos advogados contratados e férias dos membros da Comissão;
Considerando, o acúmulo de trabalho por parte de membros da Comissão Processante;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor do servidor ERICKSON DA SILVA FLORES, ocupante do cargo de motorista socorrista do SAMU, portador do CPF nº 942.332.091-00, RG nº 6.213.972, para apurar os fatos constante da denúncia/ Despacho datado de 26 de novembro de 2013, encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos, onde em tese acumula cargos públicos em dois municípios (Prefeitura Municipal de Brusque e na Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú), com fundamentos nos moldes dos arts. 175, inciso XX da Lei Complementar 147/2009 e art. 37 XVI, letra “c” da Constituição Federal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 13 de janeiro de 2015.
DIEGO FAGUNDES
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 694/2015, DE 20 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 694/2015, de 20 de março de 2015

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 717/2014 - referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 16/2014 e dá outras providências.”

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, que o advogado apresentou pedido de Revisão para indiciado que até então não estava representando;

Considerando, prazo concedido para apresentação de Recurso ou

pedido de Reconsideração;

Considerando, o acúmulo de serviço por parte dos membros da Comissão Processante;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor dos servidores: ALEX BARBOSA (mat. 81.266.0-2) e

EBERTON GONÇALVES DE SAIBRO JÚNIOR (mat. 81.298.6-0), ambos ocupante do cargo de AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO, ambos nomeado através da portaria nº 7455/2011, de 25 de abril de 2011, vinculados ao regime jurídico estatutário, para apurar os fatos conforme encaminhado através de Denúncia/ memorando nº 18/GTB/ 14, encaminhada pela Secretária de Trânsito e Mobilidade da Prefeitura Municipal de Brusque, bem como despacho do Departamento de Recursos Humanos datado de 14 de março de 2014, onde em tese podem configurar a infrigência aos seguintes dispositivos art. 188, V e VII, c/c art. 174 V todos da Lei Complementar 147/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 18/03/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 20 de março de 2015.
DIEGO FAGUNDES
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 642/2015, DE 13 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 642/2015, de 13 de março de 2015

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 12/2014 - referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 03/2014 e dá outras providências.”

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, prazo dado para ampla defesa e contraditório;
Considerando, o acúmulo de serviço por parte da Comissão processante;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor do servidor ERICKSON DA SILVA FLORES, ocupante do cargo de motorista socorrista do SAMU, portador do CPF nº 942.332.091-00, RG nº 6.213.972, para apurar os fatos constante da denúncia/ Despacho datado de 26 de novembro de 2013, encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos, onde em tese acumula cargos públicos em dois municípios (Prefeitura Municipal de Brusque e na Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú), com fundamentos nos moldes dos arts. 175, inciso XX da Lei Complementar 147/2009 e art. 37 XVI, letra “c” da Constituição Federal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 13 de março de 2015.
DIEGO FAGUNDES
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 9.672, DE 24 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.672, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, o candidato habilitado em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 001/2013, de 19 de dezembro de 2013, homologado em 25 de abril de 2014, para provimento do cargo efetivo de EDUCADOR SOCIAL, conforme abaixo nominado:

EDUCADOR SOCIAL

NOME
ELIANA JESKE MAURICI

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de março de 2015.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.673, DE 24 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.673, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 002/2013, de 20 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento dos cargos efetivos de COORDENADOR PEDAGÓGICO E PROFESSOR DE HISTÓRIA, conforme abaixo nominados:

COORDENADOR PEDAGÓGICO
ALINE FERNANDA MAESTRI

PROFESSOR DE HISTÓRIA

FLAVIA BOSSONI DIONISIO

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 24/03/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de março de 2015.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.674, DE 24 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.674, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 004/2013, de 19 de dezembro de 2013, homologado em 25 de abril de 2014, para provimento dos cargos efetivos de AGENTE ADMINISTRATIVO E CONTADOR, conforme abaixo nominados:

AGENTE ADMINISTRATIVO
IBANEZ PIRES JUNIOR

CONTADOR

DEIVISSON ANIVAR NERVIS

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de março de 2015.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.675, DE 24 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.675, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, o candidato habilitado em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 008/2013, de 10 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento do cargo efetivo de MÉDICO, conforme abaixo nominados:

MÉDICO

MARCELE CRESPO DYTZ

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.677, DE 25 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA nº 9.677, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

Considerando o parágrafo único, do art. 3º, da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as ações de saúde destinadas a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social;

Considerando a Política Nacional de Atenção Básica, aprovada por meio da Portaria nº 2488/GM/MS, que dispõe sobre as ações de saúde destinadas a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social;

Considerando a inclusão das ações de Saúde Bucal no Programa Saúde da Família, criando condições para consolidar nas ações da prática em saúde bucal, no nível da atenção básica, a validação dos princípios constitucionais do SUS ;

Considerando que o Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 267, de 06 de março de 2001, regulamentou a Portaria nº 1.444/GM, que criou o incentivo de saúde bucal para a inclusão das ações de saúde bucal na estratégia do PSF, como forma de reorganização dessa área no âmbito da Atenção Básica;

Considerando que o Município de Brusque foi credenciado a

receber o incentivo do Governo Federal,

Considerando as atribuições específicas do odontólogo e do auxiliar odontológico no Programa Saúde Bucal;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder gratificação de incentivo ao aprimoramento à Saúde Bucal para os servidores que atuam no Programa Saúde Bucal, lotados na Secretaria de Saúde do Município, e que se encontram em efetivo exercício de suas atividades, na forma indicada nos incisos deste artigo:

I - R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais, para os ocupantes do cargo de Auxiliar de Consultório Odontológico, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais;

II - R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) mensais, para os ocupantes do cargo de Cirurgião-Dentista, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo único. O pagamento da gratificação dependerá do valor repassado pelo Ministério da Saúde para o Programa Saúde Bucal, e corresponderá ao percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos recursos recebidos.

Art. 2º A gratificação de incentivo ao aprimoramento à Saúde Bucal é de caráter indenizatório, e em nenhuma hipótese se incorporará à remuneração do servidor.

Art. 3º A gratificação de incentivo ao aprimoramento à Saúde Bucal não poderá ser cumulada com a gratificação por incentivo denominada PMAQ-AB.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotação orçamentária da Secretaria de Saúde do Município.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de março de 2015.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ANA BEATRIZ BARON LUDVIG

Secretaria de Saúde do Município

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Publicado na Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de março de 2015.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.679, DE 26 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.679, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor Gabriel Rodrigues da Costa Noel, matrícula 878731-1, do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

com efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.680, DE 26 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.680, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor Rafael Kohler Amorim, matrícula 688916-1, do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão, a partir de 03 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.682, DE 26 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.682, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, a servidora Dorotea Maria Dada, matrícula 4774-0, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.683, DE 26 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.683, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidor que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, o servidor Leopoldo Rodrigues, matrícula 677990-2, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Especiais, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão, a partir de 18 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de fevereiro de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.684, DE 26 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.684, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, a servidora Natiele Mello de Paula, matrícula 4155068-1, ocupante do cargo efetivo de Monitora Escolar II - 40 horas, lotada na Secretaria de Educação, a partir de 19 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de fevereiro de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.685, DE 26 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.685, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, a servidora Patrícia Albani Dadam Marchi, matrícula 2313-0, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.692, DE 26 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.692, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidor que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, o servidor Luiz Fernando Dias, matrícula 692212-1, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Especiais, lotado na Secretaria de Obras, a partir de 02 de março de 2015.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de março de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.694, DE 26 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.694, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, a servidora Silvana Aparecida Padilha, matrícula 4155807-1, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, a partir de 02 de março de 2015.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de março de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de março de 2015.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.695, DE 26 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.695, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora Jéssica Voltolini Pereira, matrícula 678830-1, do cargo em comissão de Procuradora Adjunta, Padrão CC-V, lotada na Procuradoria-Geral do Município, a partir de 18 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de março de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de março de 2015.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.697, DE 26 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.697, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 146/09, alterada pelas Leis Complementares n.ºs 159/10 e 179/11, e o art. 87 da Lei Complementar nº 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Joseane Floriani Pereira para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretora do Centro de Educação Infantil Marli Teresinha Benvenutti Buss, lotada na Secretaria de Educação, com gratificação de representação no percentual de 20% (vinte por cento) sobre seu vencimento.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de março de 2015.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.699, DE 27 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.699, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, o candidato habilitado em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 008/2013, de 10 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento do cargo efetivo de PSICÓLOGO, conforme abaixo nominados:

PSICÓLOGO

ANA GABRIELLA BARROS DE LIMA

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de março de 2015.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.700, DE 27 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.700, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, o candidato habilitado em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 002/2013, de 20 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento do cargo efetivo de COORDENADOR PEDAGÓGICO, conforme abaixo nominado:

COORDENADOR PEDAGÓGICO
JUSSARA APARECIDA DA SILVA

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 24/03/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de março de 2015.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.701, DE 27 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.701, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora Danielly Vieira de Souza, matrícula 881147-0, do cargo em comissão de Coordenadora, Padrão CC-V, lotada na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica, a partir de 26 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26 de março de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de março de 2015.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

Caçador**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº 05-2015- FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº 05-2015- FMS

EDITAL: - INEXIGIBILIDADE Nº 05-2015- FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CRÉDITOS PARA CARTÃO DE VALE TRANSPORTE, DESTINADOS AOS USUÁRIOS DOS CAPS AD e CAPS II DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DA EMPRESA AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.060.327/0001-86, com sede na Rua Capitulino de Moraes, nº 110, nesta cidade de Caçador/ SC, Valor R\$ 64.800,00 (sessenta e quatro mil e oitocentos reais), pelo prazo de 12(doze) meses. Maiores informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou ainda por e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 27 de março de 2015.

Roselaine de Almeida Perico

Secretária de Saúde

DECRETO Nº 6.341

DECRETO Nº 6.341, de 16 de março de 2015.

Substitui membro nomeado pelo Decreto nº 5.651/13, para compor o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído o membro da entidade abaixo relacionada, nomeado pelo Decreto nº 5.651, de 24 de julho de 2013, para compor o Conselho Municipal de Assistência Social, na forma que segue:

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

8) Secretaria Municipal da Administração

Titular: Luiz Carlos Zonta

Suplente: Vivian de Lemos Estrowispy

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.354

DECRETO nº 6.354, de 20 de março de 2015.

Dá nova redação ao caput do art. 1º do Decreto nº 5.901/2014, que Nomeia Comissão de Acompanhamento de Concurso Público da Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º O caput do art. 1º do Decreto nº 5.901, de 05 de fevereiro de 2014, que Nomeia Comissão de Acompanhamento de Concurso Público da Secretaria Municipal de Educação, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam nomeados os servidores públicos municipais abaixo relacionados, para, sob a presidência do Secretário Municipal de Educação, comporem a Comissão de Acompanhamento de Concurso Público da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue:” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 20 de março de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto,
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.355

DECRETO nº 6.355, de 20 de março de 2015.

Revoga o Decreto nº 6.293/2015, que Reabre em favor da Prefeitura Municipal de Caçador, pelos saldos apurados em 31 de dezembro de 2014, crédito especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 6.293, de 02 de fevereiro de 2015, que reabre os créditos especiais, abertos pela Lei nº 3.166, de 16 de outubro de 2014 e Decreto nº 6.164 de 17 de outubro de 2014, em favor da Prefeitura Municipal de Caçador, até o limite dos saldos apurados em 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 1.109.403,76 (um milhão, cento e nove mil, quatrocentos e três reais e setenta e seis centavos)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 20 de março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Gilberto Nicolao Haudsch
SECRETÁRIO DA FAZENDA.

DECRETO Nº 6.356

DECRETO Nº 6.356, de 25 de março de 2015.

Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 594,55m² (quinhentos e noventa e quatro metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 19.856, do Registro de Imóveis desta Comarca, localizado na Rua Amantino Burg, Loteamento Ottmar Fleck, nesta cidade, de propriedade de Vili Ivo Schmidt Junior, Adelson de Oliveira e Silvana Mary Borsoi de Oliveira, ficando após o desmembramento constituído de 02 (duas) glebas, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - gleba 1 com 301,55m² (trezentos e um metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados), inicia no marco denominado 'P1', segue confrontando com Márcia Aparecida Bolsanelli Luz (Matrícula - 19.857) com o azimute de 52°48'44" e a distância de 26,00m até o marco 'P2'; segue confrontando com Vili Ivo Schmidt Junior, Adelson de Oliveira e Silvana Mary Borsoi (área de posse) com o azimute de 140°02'20" e a distância de 12,61m até o marco 'P3'; segue confrontando com a Gleba 2 de Vili Ivo Schmidt Junior com o azimute de 232°01'11" e a distância de 21,26m até o marco 'P6'; segue confrontando com a Rua Amantino Burg com o azimute de 300°16'38" e a distância de 13,95m até o marco 'P1'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 301,55m².

II - gleba 2 com 293,00m² (duzentos e noventa e três metros quadrados), inicia no marco denominado 'P3', segue confrontando com Vili Ivo Schmidt Junior, Adelson de Oliveira e Silvana Mary Borsoi (área de posse) com o azimute de 140°02'20" e a distância de 16,14m até o marco 'P4'; segue confrontando com Daglioberto Binder e Talize Foppa (Matrícula - 19.855) com o azimute de 226°55'38" e a distância de 13,50m até o marco 'P5'; segue confrontando com Rua Amantino Burg com o azimute de 296°13'22" e a distância de 19,25m até o marco 'P6'; segue confrontando com Gleba 1 - Adelson de Oliveira e Silvana Mary Borsoi com o azimute de 52°01'11" e a distância de 21,26m até o marco 'P3'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 293,00m².

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 2º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 25 de março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007 - FUNDEMA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007, de 24 de Março de 2015.

Convoca aprovados no Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva, para atuar junto à Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA - Edital nº 04/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

CONVOCA:

Os cidadãos, a seguir relacionados, classificados no Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva - Edital nº 04/2013, para TOMAREM POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, de acordo com o Decreto nº 5.915, de 26/02/2014, que homologou o resultado final do Processo, conforme sequência de classificação:

AUXILIAR DE SERVIÇOS E OBRAS ESPECIAIS

Magnos Worel Carlin

Mauri Bueno

Rita de Cassia de Oliveria

a) Os candidatos deverão se apresentar junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Caçador, munidos de identidade, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perderem o direito ao Ingresso.

b) A posse e o exercício dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de Março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ERRATA – DATA ABERTURA PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 26-2015 – PR – 12-2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

ERRATA - DATA ABERTURA PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 26-2015 - PR - 12-2015 - PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015

OBJETO; REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS TIPO MARMITEX, destinadas aos servidores das diversas Secretarias da Municipalidade, Autarquias, Fundos e Fundações - CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 13/04/2015.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 13/04/2015.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor, Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 26 de março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 25.171

PORTARIA Nº 25.171, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 52, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006, e ainda o que prevê o art. 40, § 19 da Constituição Federal, combinando com as Emendas Constitucionais nº 41 e 47,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal CLARISSE DE ALBUQUERQUE RODRIGUES, matrícula nº 535, ocupante do cargo de Professora, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, o pagamento do ABONO DE PERMANÊNCIA, por ter completado o tempo de contribuição e continuar desempenhando suas funções, com efeitos a contar de 01 de Fevereiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 06 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.182

PORTARIA Nº 25.182, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, lotado junto a Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador - DITTESC, Licença Prêmio a que faz jus, especificando: código, nome do servidor, cargo, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período de Aquisição	Período de Gozo
7991	Eduardo de Bittencourt	Agente Municipal de Segurança e Trânsito	01/07/2008 a 01/07/2013	02/02/2015 a 02/04/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 06 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.183

PORTARIA Nº 25.183, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, lotado junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Licença Prêmio a que faz jus, especificando: código, nome do servidor, cargo, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período de Aquisição	Período de Gozo
286	Claudio Sobieski	Calceteiro	05/10/2008 a 05/10/2013	03/03/2015 a 31/05/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 06 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.184

PORTARIA Nº 25.184, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, lotado junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Licença Prêmio a que faz jus, especificando: código, nome do servidor, cargo, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período de Aquisição	Período de Gozo
10050	João Antonio dos Santos	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	08/02/2010 a 05/10/2015	10/03/2015 a 08/04/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 06 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.312

PORTARIA Nº 25.312, de 18 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Ordinária nº 1.889, de 22/04/2003 e Lei Ordinária nº 1.932, de 02/07/2003, que dispõe sobre o pagamento de gratificação de produtividade,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, gratificação por produtividade, referente ao período de 15/01/2015 a 14/02/2015, especificando: código, nome, cargo, referência, secretaria de lotação e pontuação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Ref.	Sec.	Pontuação
11775	Ariel Bleichuehl Dalla-zem	Fiscal de Obras	22	IPPUC	1.000
11776	Maicon Faccioni de Mello	Fiscal de Obras	22	IPPUC	1.000
154	Silvio José Ferrareze Godinho	Fiscal de Obras	22	IPPUC	1.000

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 25.313

PORTARIA Nº 25.313, de 18 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Ordinária nº 1.889, de 22/04/2003 e Lei Ordinária nº 1.932, de 02/07/2003, que dispõe sobre o pagamento de gratificação de produtividade,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, gratificação por produtividade, referente ao período de 15/01/2015 a 14/02/2015, especificando: código, nome, cargo, referência, secretaria de lotação e pontuação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Ref.	Sec.	Pontuação
12763	Gecione Correa Garcia	Fiscal Tributária	37	023	1.000
12872	Gustavo Spuldaro Tanno	Fiscal Tributária	37	002	1.000
6814	Jaqueline Carneiro Pinzegher	Fiscal Tributária	37	023	1.000
13315	Louise Pereira Ruppel	Fiscal de Postura	22	002	1.000
12577	Mara do Amaral e Silva	Fiscal de Postura	22	023	1.000
801	Nedival Rodrigues Cruz	Fiscal de Postura	22	023	1.000

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 25.344

PORTARIA Nº 25.344, de 25 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, lotada junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Licença Prêmio a que faz jus, especificando: código, nome da servidora, cargo, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período de Aquisição	Período de Gozo
660	Marly Pohlenz Zanin	Assistente Administrativo	21/11/2009 a 21/11/2014	01/03/2015 a 30/03/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 25 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 25.366

PORTARIA Nº 25.366, de 04 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 238, de 22/03/2012, que instituiu a Fundação Municipal de Esportes de Caçador e suas alterações,

RESOLVE:

Nomear o cidadão EVERTON LUIZ CORREA, para exercer o cargo em comissão de Diretor Esportivo de Rendimento, da Fundação Municipal de Esportes de Caçador - FMEC, previsto no "Grupo Ocupacional Comissão", referência CC-4, carga horária 35 horas, a contar de 02 de Março de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 04 de Março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

João Darci Coelho
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

PORTARIA Nº 25.369

PORTARIA Nº 25.369, de 04 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 238, 22/02/2012, que instituiu a Fundação Municipal de Esportes de Caçador - FMEC, e na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONTRATAR por tempo determinado, o cidadão a seguir relacionado, para atuar junto a Fundação Municipal de Esportes de Caçador - FMEC, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, motivo da contratação e período, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Motivo da Contratação	Período da Contratação
Aginaldo Pelegrini de Souza	Professor de Educação Física	25	40h	Aprovado em Processo Seletivo	02/03/2015 a 30/06/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 04 de Março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

João Darci Coelho - PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

PORTARIA Nº 25.419

PORTARIA Nº 25.419, de 24 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 120, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal IVO GILBERTO OLIVENIK, ocupante do cargo de Motorista Utilitário, matrícula nº 709, lotado junto a Secretaria Municipal de Administração, 02 (dois) anos de Licença Sem Vencimentos, para tratar de assuntos particulares, com efeitos a contar de 28 de Março de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de Março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 25.421

PORTARIA Nº 25.421, de 24 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 76, inciso I, da Lei Complementar nº 56/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 58, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006 e suas alterações,

RESOLVE:

DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 93/2006 e suas alterações, o Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS do Servidor Público Municipal SEBASTIÃO MIGUEL CACHOEIRA, ocupante do cargo de Técnico Tributário, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente a 5.266 (cinco mil, duzentos e sessenta e seis) dias, ou 14 (quatorze) anos, 05 (cinco) meses e 06 (seis) dias, conforme Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição nº 20022010.1.00054/13-7, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, datada de 10 de Março de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de Março de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PUBLICAÇÕES 1º BIMESTRE 2015

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	157.848.100,00	157.848.100,00	31.841.009,82	20,17	31.841.009,82	20,17	126.007.090,18
RECEITAS CORRENTES	157.841.669,00	157.841.669,00	31.841.009,82	20,17	31.841.009,82	20,17	126.000.659,18
RECEITA TRIBUTÁRIA	28.328.070,00	28.328.070,00	7.612.515,39	26,87	7.612.515,39	26,87	20.715.554,61
IMPOSTOS	21.771.980,00	21.771.980,00	5.413.000,85	24,86	5.413.000,85	24,86	16.358.979,15
TAXAS	5.862.090,00	5.862.090,00	2.075.392,81	35,40	2.075.392,81	35,40	3.786.697,19
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	694.000,00	694.000,00	124.121,73	17,88	124.121,73	17,88	569.878,27
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	5.564.750,00	5.564.750,00	3.645.717,90	65,51	3.645.717,90	65,51	1.919.032,10
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.570.050,00	3.570.050,00	3.222.438,04	90,26	3.222.438,04	90,26	347.611,96
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	1.994.700,00	1.994.700,00	423.279,86	21,22	423.279,86	21,22	1.571.420,14
RECEITA PATRIMONIAL	2.581.904,00	2.581.904,00	2.065.450,16	80,00	2.065.450,16	80,00	516.453,84
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	16.350,00	16.350,00	243,02	1,49	243,02	1,49	16.106,98
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	2.565.554,00	2.565.554,00	2.065.207,14	80,50	2.065.207,14	80,50	500.346,86
RECEITA AGROPECUÁRIA	49.050,00	49.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49.050,00
Recalça da Produção Vegetal	49.050,00	49.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49.050,00
RECEITA DE SERVIÇOS	2.273.600,00	2.273.600,00	92.810,57	4,08	92.810,57	4,08	2.180.789,43
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	111.882.866,65	111.882.866,65	17.920.082,57	16,02	17.920.082,57	16,02	93.962.784,08
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	110.104.086,65	110.104.086,65	17.417.089,25	15,82	17.417.089,25	15,82	92.686.997,40
Transf. de Conv.	1.776.600,00	1.776.600,00	492.993,32	27,75	492.993,32	27,75	1.283.606,68
Transferências para o Combate à Fome	2.180,00	2.180,00	10.000,00	458,72	10.000,00	458,72	-7.820,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.161.428,35	7.161.428,35	504.433,23	7,04	504.433,23	7,04	6.656.995,12
Multas e Juros de Mora	1.333.500,00	1.333.500,00	171.671,22	12,87	171.671,22	12,87	1.161.828,78
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16.350,00	16.350,00	2.678,02	16,38	2.678,02	16,38	13.671,98
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	2.195.400,00	2.195.400,00	243.920,64	11,11	243.920,64	11,11	1.951.479,36
RECEITAS DIVERSAS	3.616.178,35	3.616.178,35	86.163,35	2,38	86.163,35	2,38	3.530.015,00
RECEITAS DE CAPITAL	6.431,00	6.431,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.431,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	981,00	981,00	0,00	0,00	0,00	0,00	981,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	981,00	981,00	0,00	0,00	0,00	0,00	981,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.450,00	5.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.450,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	5.450,00	5.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.450,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.782.500,00	4.782.500,00	1.661.537,47	34,74	1.661.537,47	34,74	3.120.962,53
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.703.500,00	4.703.500,00	1.661.537,47	35,33	1.661.537,47	35,33	3.041.962,53
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.362.500,00	4.362.500,00	1.661.537,47	38,09	1.661.537,47	38,09	2.700.962,53
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.362.500,00	4.362.500,00	1.661.537,47	38,09	1.661.537,47	38,09	2.700.962,53
Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	341.000,00	341.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	341.000,00
Multas e Juros de Mora	341.000,00	341.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	341.000,00

Continua 1/3

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.782.500,00	4.782.500,00	1.661.537,47	34,74	1.661.537,47	34,74
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	79.000,00	79.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	79.000,00	79.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	162.630.600,00	162.630.600,00	33.502.547,29	20,60	33.502.547,29	20,60
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	162.630.600,00	162.630.600,00	33.502.547,29	20,60	33.502.547,29	20,60
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	162.630.600,00	162.630.600,00	33.502.547,29	20,60	33.502.547,29	20,60
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	1.307.341,81	-	-	303.995,22	-
Superávit Financeiro	-	101.690,39	-	-	8.057,56	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	1.205.651,42	-	-	295.937,66	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	162.630.600,00	162.630.600,00	33.502.547,29	20,60	33.502.547,29	20,60
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	162.630.600,00	162.630.600,00	33.502.547,29	20,60	33.502.547,29	20,60

Continua 2/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	152.269.960,00	6.935.043,03	159.205.003,03	29.443.571,56	29.443.571,56	15.930.420,73	15.930.420,73	10,01
DESPESAS CORRENTES	140.191.505,50	1.307.795,42	141.499.300,92	28.250.015,02	28.250.015,02	15.642.997,27	15.642.997,27	11,06
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	78.817.272,76	205.000,00	79.022.272,76	9.317.026,79	9.317.026,79	8.902.091,61	8.902.091,61	11,27
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	379.320,00	0,00	379.320,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	60.994.912,74	1.102.795,42	62.097.708,16	18.932.988,23	18.932.988,23	6.740.905,66	6.740.905,66	10,86
DESPESAS DE CAPITAL	11.869.454,50	5.627.247,61	17.496.702,11	1.193.556,54	1.193.556,54	287.423,46	287.423,46	1,64
INVESTIMENTOS	9.470.364,50	5.627.247,61	15.097.612,11	1.188.257,91	1.188.257,91	282.124,83	282.124,83	1,87

Continua 2/3

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
								% (grf)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	152.269.960,00	6.935.043,03	159.205.003,03	29.443.571,56	29.443.571,56	15.930.420,73	15.930.420,73	10,01
INVERSOES FINANCEIRAS	219.090,00	0,00	219.090,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	2.180.000,00	0,00	2.180.000,00	5.298,63	5.298,63	5.298,63	5.298,63	0,24
RESERVA DE CONTINGENCIA	209.000,00	0,00	209.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	10.460.640,00	25.400,00	10.486.040,00	1.614.059,74	1.614.059,74	1.170.746,55	1.170.746,55	11,16
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.299.640,00	25.400,00	7.325.040,00	1.379.256,15	1.379.256,15	1.053.325,39	1.053.325,39	14,38
AMORTIZACAO DA DIVIDA	3.161.000,00	0,00	3.161.000,00	234.803,59	234.803,59	117.421,16	117.421,16	3,71
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	162.730.600,00	6.960.443,03	169.691.043,03	31.057.631,30	31.057.631,30	17.101.167,28	17.101.167,28	10,08
AMORTIZACÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	162.730.600,00	6.960.443,03	169.691.043,03	31.057.631,30	31.057.631,30	17.101.167,28	17.101.167,28	10,08
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	16.401.380,01	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	162.730.600,00	6.960.443,03	169.691.043,03	31.057.631,30	31.057.631,30	17.101.167,28	33.502.547,29	19,74

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 6.409.932,59

FONTE:

CACADOR , 27/03/2015

Gilberto Amaro Cornazzetto
Prefeito Municipal
Francieli Antunes de Macedo
Contadora Geral CRC-SC 028965/O-5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR
 Balancete do Razão

Betha Sistemas
 Exercício de 2015
 Fevereiro

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até mês anterior	Do mês	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
ATIVO	270.120.493,05	39.980.524,30	29.308.550,91	69.289.075,21	284.643.436,80
	0,00	31.464.354,54	23.301.776,92	54.766.131,46	0,00
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	0,00	13.567.130,81	11.495.874,46	25.063.005,27	0,00
	270.120.493,05	15.321.555,86	8.756.730,97	24.078.286,83	269.135.774,61
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	0,00	13.253.460,14	12.087.773,05	25.341.233,19	25.304.129,57
	0,00	4.886,82	32.216,80	37.103,62	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	0,00	1.326.839,62	1.284.475,87	2.611.315,49	0,00
	0,00	21.337.157,65	22.085.949,60	43.423.107,25	40.811.791,76
CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	352.987.187,91	7.371.443,03	360.358.630,94	342.225.670,94
	0,00	17.721.960,00	411.000,00	18.132.960,00	0,00
CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	76.819.531,59	51.382.653,59	128.202.185,18	0,00
	0,00	412.084.759,50	58.343.096,62	470.427.856,12	342.225.670,94
CONTROLES DEVEDORES	148.372.497,78	274.522.808,82	30.522.635,61	305.045.444,43	438.965.615,54
	0,00	13.167.850,80	1.284.475,87	14.452.326,67	0,00
CONTROLES CREDORES	0,00	72.181.043,71	43.962.154,57	116.143.198,28	0,00
	148.372.497,78	333.536.001,73	73.200.314,31	406.736.316,04	438.965.615,54
Totais	418.492.990,83	844.638.526,90	187.415.561,09	1.032.054.087,99	1.091.138.852,85
	418.492.990,83	844.638.526,90	187.415.561,09	1.032.054.087,99	1.091.138.852,85

CACADOR , 27/03/2015

Francieli Antunes de Macedo
 Contadora Geral CRC-SC 028965/O-5

Gilberto Amaro Comazzetto
 Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR
Balancete do Razão

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Janeiro

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até mês anterior	Do mês	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
ATIVO	270.120.493,05	0,00	39.980.524,30	39.980.524,30	278.636.662,81
	0,00	0,00	31.464.354,54	31.464.354,54	0,00
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	0,00	0,00	13.567.130,81	13.567.130,81	0,00
	270.120.493,05	0,00	15.321.555,86	15.321.555,86	271.874.918,10
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	0,00	0,00	13.253.460,14	13.253.460,14	13.248.573,32
	0,00	0,00	4.886,82	4.886,82	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	0,00	0,00	1.326.839,62	1.326.839,62	0,00
	0,00	0,00	21.337.157,65	21.337.157,65	20.010.318,03
CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00	352.987.187,91	352.987.187,91	335.265.227,91
	0,00	0,00	17.721.960,00	17.721.960,00	0,00
CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00	76.819.531,59	76.819.531,59	0,00
	0,00	0,00	412.084.759,50	412.084.759,50	335.265.227,91
CONTROLES DEVEDORES	148.372.497,78	0,00	274.522.808,82	274.522.808,82	409.727.455,80
	0,00	0,00	13.167.850,80	13.167.850,80	0,00
CONTROLES CREDITORES	0,00	0,00	72.181.043,71	72.181.043,71	0,00
	148.372.497,78	0,00	333.536.001,73	333.536.001,73	409.727.455,80
Totais	418.492.990,83	0,00	844.638.526,90	844.638.526,90	1.036.877.919,84
	418.492.990,83	0,00	844.638.526,90	844.638.526,90	1.036.877.919,84

CACADOR , 27/03/2015

Francieli Antunes de Macedo
Contadora Geral CRC-SC 028965/O-5

Gilberto Amaro Comazzetto
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página 1 de 42

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
02	CHEFIA DO EXECUTIVO		82.524.491,94	6.858.752,64	0,00	89.383.244,58	6.677.441,08	15.521.712,74
02.01.0	GABINETE DO PREFEITO		6.620.006,50	51.154,00	0,00	6.671.162,50	777.986,82	1.210.133,28
02.01.04	Administração		6.121.006,50	0,00	0,00	6.121.006,50	733.427,59	1.152.475,63
02.01.04.122	Administração Geral		6.121.006,50	0,00	0,00	6.121.006,50	733.427,59	1.152.475,63
02.01.04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		6.121.006,50	0,00	0,00	6.121.006,50	733.427,59	1.152.475,63
04.122.0002.1.004	CONSTRUÇÃO DA SEDE DO PROCON		109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00
04.122.0002.2.002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO		4.304.800,00	0,00	0,00	4.304.800,00	724.175,71	988.658,12
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	1.482.400,00	0,00	0,00	1.482.400,00	10.237,85	128.516,01
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0000					372,75	95.620,49
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	0000					372,75	95.620,49
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0000					9.865,10	30.895,52
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0000					9.865,10	30.895,52
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper Intra-Orçamentárias	0000					0,00	8.339,84
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	0000					0,00	8.339,84
3.1.91.13.03.00.00.00	Contribuição Patronal Para o Regime Proprio	0000					0,00	8.339,84
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000					0,00	0,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0000					0,00	8.339,84
3.3.90.14.01.00.00.00	Diárias no País - Civil	0000					0,00	8.339,84
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0000					709.317,80	849.192,21
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0000					11.275,00	14.385,00
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	0000					11.275,00	14.385,00
3.3.90.30.28.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	0000					8.157,44	10.367,49
3.3.90.30.49.00.00.00	Bilhetes de Passagens	0000					4.699,55	6.549,55
3.3.90.33.00.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0000					2.417,20	2.417,20
3.3.90.33.00.99.00.00	Outros Materiais e Despesas com Locomocao	0000	2.669.800,00	0,00	0,00	2.669.800,00	0,00	202,60
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	0000					883,24	883,24
3.3.90.33.99.00.00.00	Outras Despesas com Locomoção	0000					157,45	314,90
3.3.90.39.00.00.00.00	Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					4.342,34	4.342,34
3.3.90.39.01.00.00.00	Assinatura de Periódicos e Anuidades	0000					4.155,34	4.155,34
3.3.90.39.10.00.00.00	Locação de Imóveis	0000					187,00	187,00
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	0000					685.543,02	769.668,47
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0000					0,00	7.950,00
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0000					0,00	1.469,34
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	0000					0,00	2.250,00
3.3.90.39.70.00.00.00	Confeção de Uniforme, Bandeira e Flâmulas	0000					1.038,70	1.038,70
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0000					3.500,00	8.000,00
3.3.90.39.88.00.00.00	Serviços de Publicidade e Propaganda	0000					0,00	756,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					270,00	270,00
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	0000					0,00	1.200,00
3.3.90.93.02.00.00.00	Restituições	0000					89.941,73	153.764,50
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	590.792,59	591.969,93
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0000					0,00	514.18,91
4.4.90.51.98.00.00.00	Obras Contratadas	0000					0,00	514.18,91
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0000					4.620,06	4.620,06
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	0000					609,06	609,06
04.122.0002.2.003	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE IMPRENSA						609,06	609,06
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	32.809,00	0,00	0,00	32.809,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	26.289,00	0,00	0,00	26.289,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	6.540,00	0,00	0,00	6.540,00	0,00	0,00
04.122.0002.2.004	MANUTENÇÃO DO PROCON							
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	196.200,00	0,00	0,00	196.200,00	4.670,68	25.431,16
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0000					4.670,68	25.431,16
3.3.90.14.01.00.00.00	Diárias no País - Civil	0000	185.300,00	0,00	0,00	185.300,00	2.250,00	2.250,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página 2 de 42

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
02	CHEFIA DO EXECUTIVO		82.524.491,94	6.858.752,64	0,00	89.383.244,58	6.677.441,08	15.521.712,74
02.01.0	GABINETE DO PREFEITO		6.520.006,50	51.154,00	0,00	6.671.162,50	777.986,82	1.210.133,28
02.01.04	Administração		6.121.006,50	0,00	0,00	6.121.006,50	733.427,59	1.152.475,63
02.01.04.122	Administração Geral		6.121.006,50	0,00	0,00	6.121.006,50	733.427,59	1.152.475,63
02.01.04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		6.121.006,50	0,00	0,00	6.121.006,50	733.427,59	1.152.475,63
04.122.0002.2.004	MANUTENÇÃO DO PROCON		196.200,00	0,00	0,00	196.200,00	4.670,68	25.431,16
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0000					200,00	200,00
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0000					200,00	200,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0000					7.349,80	7.349,80
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	0000					7.349,80	7.349,80
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					2.220,68	15.631,36
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0000					40,00	40,00
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0000					3.500,00	3.500,00
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0000					450,00	8.450,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					1.770,68	3.641,36
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	10.900,00	0,00	0,00	10.900,00	0,00	10.900,00
04.122.0002.2.006	MANUTENÇÃO DA PROCUADORIA GERAL DO MUNICIPIO		1.068.200,00	0,00	0,00	1.068.200,00	3.874,92	134.329,56
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000					2.642,14	89.065,46
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0000					81.894,86	81.894,86
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos e salários	0000					0,00	81.894,86
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0000					2.642,14	7.170,60
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0000					2.642,14	7.170,60
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0000	81.750,00	0,00	0,00	81.750,00	0,00	12.340,39
3.1.91.13.03.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	0000					988,78	12.340,39
3.1.91.13.03.00.00.00	Contribuição Patronal Para o Regime Proprio	0000					400,00	1.600,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	32.700,00	0,00	0,00	32.700,00	400,00	1.600,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0000					150,00	231,90
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	0000					150,00	150,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0000					81,90	81,90
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0000					408,78	30.817,81
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0000					0,00	1.392,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					0,00	80,00
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	0000					400,00	400,00
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0000					400,00	400,00
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0000					8,78	28.945,81
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					274,00	274,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	32.700,00	0,00	0,00	32.700,00	274,00	274,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0000					274,00	274,00
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	0000					0,00	0,00
04.122.0002.2.013	CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS A ENTIDADES.		80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	80.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0000	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	80.000,00
04.122.0002.2.015	MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO		19.620,00	0,00	0,00	19.620,00	282,31	19.357,69
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000					282,31	158,31
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0000					158,31	158,31
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	0000					158,31	158,31
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					104,00	104,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	6.540,00	0,00	0,00	6.540,00	0,00	6.540,00
04.122.0002.2.157	MANUTENÇÃO DA INTENDÊNCIA DE TAQUARA VERDE		223.177,50	0,00	0,00	223.177,50	443,97	219.383,02
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000					443,97	3.794,48
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0000					0,00	3.794,48
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos e salários	0000					0,00	2.363,01
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0000					0,00	2.363,01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página 3 de 42

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
02	CHEFIA DO EXECUTIVO		82.524.491,94	6.858.752,64	0,00	89.383.244,58	6.677.441,08	15.521.712,74
02.01.0	GABINETE DO PREFEITO		6.520.006,50	51.154,00	0,00	6.671.162,50	777.986,82	1.210.133,28
02.01.04	Administração		6.121.006,50	0,00	0,00	6.121.006,50	733.427,59	1.152.475,63
02.01.04.122	Administração Geral		6.121.006,50	0,00	0,00	6.121.006,50	733.427,59	1.152.475,63
02.01.04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		6.121.006,50	0,00	0,00	6.121.006,50	733.427,59	1.152.475,63
04.122.0002.2.157	MANUTENÇÃO DA INTENDÊNCIA DE TAQUARA VERDE		223.177,50	0,00	0,00	223.177,50	443,97	3.794,48
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0000	163.500,00	0,00	0,00	163.500,00	443,97	1.431,47
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	21.527,50	0,00	0,00	21.527,50	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	87.200,00	0,00	0,00	87.200,00	0,00	0,00
04.122.0002.2.162	CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA A CENTROS COMUNITÁRIOS	0000	390.002,00	0,00	0,00	390.002,00	44.559,23	57.657,65
02.01.06	Segurança Pública		390.002,00	51.154,00	0,00	441.156,00	44.559,23	57.657,65
02.01.06.182	Defesa Civil		390.002,00	51.154,00	0,00	441.156,00	44.559,23	57.657,65
02.01.06.182.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		64.310,00	0,00	0,00	64.310,00	759,23	5.617,11
06.182.0002.2.156	MANUTENÇÃO DO FUNDO DA DEFESA CIVIL		324.602,00	0,00	0,00	324.602,00	759,23	5.617,11
3.1.90.11.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	1.090,00	51.154,00	0,00	52.244,00	0,00	0,00
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos e salários	0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.59.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.01.14	Direitos da Cidadania		109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00
02.01.14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00
02.01.14.422.0040	PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS		109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00
14.422.0040.2.782	COORDENADORIA MUNICIPAL DA MULHER		109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00
02.02.0	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		4.675.840,00	0,00	0,00	4.675.840,00	174.109,11	1.031.431,56
02.02.04	Administração		4.675.840,00	0,00	0,00	4.675.840,00	174.109,11	1.031.431,56
02.02.04.123	Administração Financeira		4.675.840,00	0,00	0,00	4.675.840,00	174.109,11	1.031.431,56
02.02.04.123.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		4.675.840,00	0,00	0,00	4.675.840,00	174.109,11	1.031.431,56
04.123.0002.2.005	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		4.675.840,00	0,00	0,00	4.675.840,00	174.109,11	1.031.431,56
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	2.528.800,00	0,00	0,00	2.528.800,00	8.007,52	251.046,83
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e salários	0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos e salários	0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página 4 de 42

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçãos	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
02	CHEFIA DO EXECUTIVO		82.524.491,94	6.858.752,64	0,00	89.383.244,58	6.677.441,08	15.521.712,74
02.02.0	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		4.675.840,00	0,00	0,00	4.675.840,00	174.109,11	1.031.431,56
02.02.04	Administração		4.675.840,00	0,00	0,00	4.675.840,00	174.109,11	1.031.431,56
02.02.04.123	Administração Financeira		4.675.840,00	0,00	0,00	4.675.840,00	174.109,11	1.031.431,56
02.02.04.123.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		4.675.840,00	0,00	0,00	4.675.840,00	174.109,11	1.031.431,56
04.123.0002.2.005	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		4.675.840,00	0,00	0,00	4.675.840,00	174.109,11	1.031.431,56
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0000					8.007,52	16.544,24
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	0000					0,00	28,15
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0000					8.007,52	16.516,09
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0000	196.200,00	0,00	0,00	196.200,00	0,00	34.284,75
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	0000					0,00	34.284,75
3.1.91.13.03.00.00.00	Contribuição Patronal Para o Regime Próprio	0000					0,00	34.284,75
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	1.900.000,00	0,00	0,00	1.900.000,00	156.040,69	736.039,08
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0000					3.200,00	4.720,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias no País - Civil	0000					3.200,00	4.720,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0000					22.240,79	31.036,45
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0000					450,00	6.680,00
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	0000					0,00	1.188,66
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	0000					6.231,60	6.231,60
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	0000					13.676,20	13.676,20
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	0000					1.730,99	1.730,99
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0000					132,00	589,00
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0000					0,00	940,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	0000					1.702,67	1.702,67
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	0000					1.702,67	1.702,67
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					77.297,89	536.586,01
3.3.90.39.10.00.00.00	Locação de Imóveis	0000					3.900,00	3.900,00
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0000					0,00	88.069,66
3.3.90.39.12.00.00.00	Locação de Máquinas e Equipamentos	0000					316,08	431,67
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	0000					0,00	41.422,20
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	0000					0,00	4.176,00
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0000					0,00	122,20
3.3.90.39.40.00.00.00	Programa de Alimentação do Trabalhador	0000					0,00	23.400,00
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0000					0,00	60.000,00
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0000					0,00	13.000,00
3.3.90.39.56.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0000					2.638,11	20.638,11
3.3.90.39.69.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	0000					1.563,00	1.563,00
3.3.90.39.72.00.00.00	Vale-Transporte	0000					672,00	1.199,06
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0000					0,00	18.390,00
3.3.90.39.79.00.00.00	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac	0000					5.500,00	11.000,00
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	0000					3.291,46	3.291,46
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópia e Reprodução de Documentos	0000					74,99	218,99
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	0000					182,22	2.264,50
3.3.90.39.96.00.00.00	Manutenção e Conservação de Equip de Proc de Dados	0000					180,00	180,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					58.980,03	241.975,16
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	0000					50.004,63	105.006,54
3.3.90.47.12.00.00.00	Contribuição Para o PIS/PASEP	0000					50.004,63	105.006,54
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	0000					1.594,71	56.987,41
3.3.90.93.02.00.00.00	Restituições	0000					1.594,71	56.987,41
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta decorrente de operação Consócio	0000	29.040,00	0,00	0,00	29.040,00	0,00	29.040,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Materiais Permanente	0000	21.800,00	0,00	0,00	21.800,00	10.060,90	11.739,10
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	0000					10.060,90	10.060,90
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	0000					7.816,00	7.816,00
							2.244,90	2.244,90

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página 5 de 42

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
02	CHEFIA DO EXECUTIVO		82.524.491,94	6.858.752,64	0,00	89.383.244,58	6.677.441,08	15.521.712,74
02.03.0	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA		15.236.577,00	309.223,36	0,00	15.545.800,36	1.106.190,76	2.983.896,51
02.03.15	Urbanismo		15.182.077,00	309.223,36	0,00	15.491.300,36	1.106.190,76	2.983.896,51
02.03.15.451	Infra-Estrutura Urbana		14.753.987,00	309.223,36	0,00	15.063.210,36	1.106.190,76	2.983.896,51
02.03.15.451.0017	INFRA-ESTRUTURA URBANA		14.753.987,00	309.223,36	0,00	15.063.210,36	1.106.190,76	2.983.896,51
15.451.0017.1.001	DESAPROPRIAÇÃO DAS ÁREAS EM TORNO DO PARQUE		1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00
4.5.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0024	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00
15.451.0017.1.039	ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE		1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0024	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00
15.451.0017.1.040	PARQUE CENTRAL 3. ETAPA		1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0024	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00
15.451.0017.1.057	CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS		95.590,00	0,00	0,00	95.590,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0024	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00
15.451.0017.2.071	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA		11.108.267,00	309.223,36	0,00	11.417.490,36	773.356,78	2.302.042,97
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	5.271.700,00	0,00	0,00	5.271.700,00	29.955,81	365.371,41
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0000					19.795,66	366.279,38
3.1.90.11.01.00.00	Vencimentos e salários	0000					10.170,15	29.092,03
3.1.90.13.00.00.00	Obrigações Patronais	0000					10.170,15	29.092,03
3.1.90.13.02.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0000					152.833,17	204.754,71
3.1.91.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Opi-Intra-Orçamentárias	0000	397.000,00	0,00	0,00	397.000,00	152.833,17	204.754,71
3.1.91.13.00.00.00	Obrigações Patronais - Opi-Intra-Orçamentárias	0000					152.833,17	204.754,71
3.3.90.00.00.00.00	Contribuição Patronal Para o Regime Próprio	0000					580.548,28	1.591.907,33
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	5.400.000,00	0,00	0,00	5.400.000,00	9,52	3.708.082,67
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0016	16.895,00	0,00	0,00	16.895,00	480,00	16.895,48
3.3.90.14.00.00.00	Diárias - Civil	0000					480,00	480,00
3.3.90.14.14.00.00	Diárias no País - Civil	0000					466.095,48	1.003.899,68
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	0000					29.700,00	214.130,00
3.3.90.30.01.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0000					0,00	332,82
3.3.90.30.04.00.00	Gás Engraxado	0000					2.507,80	2.507,80
3.3.90.30.22.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	0000					1.000,88	1.000,88
3.3.90.30.26.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	0000					10.471,33	16.521,41
3.3.90.30.39.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0000					0,00	3.126,70
3.3.90.30.42.00.00	Ferramentas	0000					422.415,47	766.280,07
3.3.90.30.99.00.00	Outros Materiais de Consumo	0000					0,00	49.238,48
3.3.90.36.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0000					0,00	49.238,48
3.3.90.36.15.00.00	Locação de Imóveis	0000					51.664,99	506.701,17
3.3.90.38.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					0,00	66.037,46
3.3.90.39.11.00.00	Locação de Softwares	0000					0,00	30.000,00
3.3.90.39.12.00.00	Locação de Máquinas e Equipamentos	0000					2.441,76	5.094,96
3.3.90.39.19.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0000					0,00	57.090,00
3.3.90.39.40.00.00	Programa de Alimentação do Trabalhador	0000					27.960,00	27.960,00
3.3.90.39.41.00.00	Fornecimento de Alimentação	0000					0,00	205.000,00
3.3.90.39.43.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0000					0,00	72.000,00
3.3.90.39.44.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0000					2.750,00	12.750,00
3.3.90.39.58.00.00	Serviços de Telecomunicações	0000					1.152,00	5.568,00
3.3.90.39.72.00.00	Vale-Transporte	0000					1.920,00	1.920,00
3.3.90.39.77.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0000					0,00	180,00
3.3.90.39.81.00.00	Serviços Bancários	0000					1.423,73	1.602,31
3.3.90.39.90.00.00	Serviços de Publicidade Legal	0000					14.017,50	22.498,44
3.3.90.39.99.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					9,52	9,52
3.3.90.47.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	0016						

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página 6 de 42

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Total	Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados		No Período	Até o Período	
02	CHEFIAO DO EXECUTIVO		82.524.491,94	6.858.752,64	0,00	89.383.244,58	6.677.441,08	15.521.712,74	73.861.531,84
02.03.0	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA		15.236.577,00	309.223,36	0,00	15.545.800,36	1.106.190,76	2.983.896,51	12.561.903,85
02.03.15	Urbanismo		15.182.077,00	309.223,36	0,00	15.491.300,36	1.106.190,76	2.983.896,51	12.507.403,85
02.03.15.451	Infra-Estrutura Urbana		14.753.987,00	309.223,36	0,00	15.063.210,36	1.106.190,76	2.983.896,51	12.079.313,85
02.03.15.451.0017	INFRA-ESTRUTURA URBANA		14.753.987,00	309.223,36	0,00	15.063.210,36	1.106.190,76	2.983.896,51	12.079.313,85
15.451.0017.2.071	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA		11.108.267,00	309.223,36	0,00	11.417.490,36	773.356,78	2.302.042,97	9.115.447,39
3.3.90.47.12.00.00.00	Contribuição Para o PIS/PASEP	0016					9,52	9,52	
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	0000					62.307,81	131.588,00	
3.3.90.93.02.00.00.00	Restituições	0000					62.307,81	131.588,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	21.582,00	0,00	0,00	21.582,00	10.000,00	10.000,00	11.582,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0024	0,00	309.223,36	0,00	309.223,36	0,00	0,00	309.223,36
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0083	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0000					10.000,00	10.000,00	
4.4.90.51.99.00.00.00	Outras Obras e Instalações	0000					10.000,00	10.000,00	
15.451.0017.2.072	MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS		1.149.000,00	0,00	0,00	1.149.000,00	0,00	193.180,66	955.819,34
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	485.000,00	0,00	0,00	485.000,00	0,00	190.180,66	304.819,34
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0024	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0042	395.125,00	0,00	0,00	395.125,00	0,00	3.000,00	392.125,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0045	17.985,00	0,00	0,00	17.985,00	0,00	0,00	17.985,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0056	130.800,00	0,00	0,00	130.800,00	0,00	0,00	130.800,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0000					0,00	131.514,00	
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0000					0,00	131.514,00	
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					0,00	58.666,66	
3.3.90.39.10.00.00.00	Locação de Imóveis	0000					0,00	7.000,00	
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0000					0,00	20.000,00	
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					0,00	31.666,66	
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	0042					0,00	3.000,00	
3.3.90.47.12.00.00.00	Contribuição Para o PIS/PASEP	0056	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas						0,00	0,00	
15.451.0017.2.076	MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL		10.900,00	0,00	0,00	10.900,00	0,00	0,00	10.900,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	10.900,00	0,00	0,00	10.900,00	0,00	0,00	10.900,00
15.451.0017.2.077	MANUTENÇÃO, REVITALIZAÇÃO E LIMPEZA DE PRAÇAS E RUAS		10.900,00	0,00	0,00	10.900,00	0,00	0,00	10.900,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	10.900,00	0,00	0,00	10.900,00	0,00	0,00	10.900,00
15.451.0017.2.078	MANUTENÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL		100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	2.904,75	28.694,65	71.305,35
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	2.904,75	28.694,65	71.305,35
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0000					1.396,75	1.746,65	
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0000					1.396,75	1.746,65	
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					1.508,00	26.948,00	
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0000					0,00	440,00	
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0000					500,00	25.500,00	
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					1.008,00	1.008,00	
15.451.0017.2.079	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA		1.997.970,00	0,00	0,00	1.997.970,00	329.929,23	329.929,23	1.668.040,77
3.1.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0017	33.702,00	0,00	0,00	33.702,00	0,00	0,00	33.702,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0017	12.546,00	0,00	0,00	12.546,00	0,00	0,00	12.546,00
3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos	0017	450.000,00	0,00	0,00	450.000,00	0,00	0,00	450.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0017	1.488.770,00	0,00	0,00	1.488.770,00	329.929,23	329.929,23	1.168.840,77
3.3.90.38.00.00.00.00	Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0017					329.929,23	329.929,23	
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0017					329.929,23	329.929,23	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0017	2.952,00	0,00	0,00	2.952,00	0,00	0,00	2.952,00
15.451.0017.2.108	MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL		278.090,00	0,00	0,00	278.090,00	0,00	130.049,00	148.041,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	277.000,00	0,00	0,00	277.000,00	0,00	130.049,00	146.951,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página 7 de 42

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Total	Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados		No Período	Até o Período	
02	CHEFIAO DO EXECUTIVO		82.524.491,94	6.858.752,64	0,00	89.383.244,58	6.677.441,08	15.521.712,74	73.861.531,84
02.03.0	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA		15.236.577,00	309.223,36	0,00	15.545.800,36	1.106.190,76	2.983.896,51	12.561.903,85
02.03.15	Urbanismo		15.182.077,00	309.223,36	0,00	15.491.300,36	1.106.190,76	2.983.896,51	12.507.403,85
02.03.15.451	Infra-Estrutura Urbana		14.753.987,00	309.223,36	0,00	15.063.210,36	1.106.190,76	2.983.896,51	12.079.313,85
02.03.15.451.0017	INFRAESTRUTURA URBANA		14.753.987,00	309.223,36	0,00	15.063.210,36	1.106.190,76	2.983.896,51	12.079.313,85
15.451.0017.2.108	MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL		278.090,00	0,00	0,00	278.090,00	0,00	130.049,00	148.041,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0024	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0000					0,00	130.049,00	
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0000					0,00	130.049,00	
02.03.15.452	Serviços Urbanos		428.090,00	0,00	0,00	428.090,00	0,00	0,00	428.090,00
02.03.15.452.0017	INFRAESTRUTURA URBANA		428.090,00	0,00	0,00	428.090,00	0,00	0,00	428.090,00
15.452.0017.1.051	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PONTES, PONTILHÕES E BUEIROS		210.090,00	0,00	0,00	210.090,00	0,00	0,00	210.090,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0024	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00
15.452.0017.1.053	ACQUIÇÃO DE IMÓVEIS		218.000,00	0,00	0,00	218.000,00	0,00	0,00	218.000,00
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	218.000,00	0,00	0,00	218.000,00	0,00	0,00	218.000,00
02.03.17	Saneamento		54.500,00	0,00	0,00	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00
02.03.17.512	Saneamento Básico Urbano		54.500,00	0,00	0,00	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00
02.03.17.512.0017	INFRAESTRUTURA URBANA		54.500,00	0,00	0,00	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00
17.512.0017.1.052	CANALIZAÇÃO DE CÓRREGOS		54.500,00	0,00	0,00	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00
02.04.0	DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA		4.143.100,00	0,00	0,00	4.143.100,00	1.174.138,96	1.517.036,63	2.626.063,37
02.04.06	Segurança Pública		4.143.100,00	0,00	0,00	4.143.100,00	1.174.138,96	1.517.036,63	2.626.063,37
02.04.06.181	Policimento		4.143.100,00	0,00	0,00	4.143.100,00	1.174.138,96	1.517.036,63	2.626.063,37
02.04.06.181.0004	SERVÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA		4.143.100,00	0,00	0,00	4.143.100,00	1.174.138,96	1.517.036,63	2.626.063,37
06.181.0004.2.016	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA		684.100,00	0,00	0,00	684.100,00	108.163,13	179.597,00	504.503,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	76.141,68	124.014,44	25.985,56
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0054	131.890,00	0,00	0,00	131.890,00	14.844,73	37.510,84	94.379,16
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0055	131.890,00	0,00	0,00	131.890,00	4.142,42	4.437,42	127.452,58
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0000	131.890,00	0,00	0,00	131.890,00	66.259,51	67.679,31	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0054					5.094,85	23.971,66	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0055					2.610,32	2.610,32	
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0054					0,00	11.760,00	
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	0000					237,73	237,73	
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	0055					380,37	380,37	
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	0000					118,75	118,75	
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	0055					340,00	340,00	
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	0000					113,23	113,23	
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Eletrônico e Eletrônico	0054					81,90	81,90	
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Eletrônico e Eletrônico	0055					242,75	242,75	
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	0055					182,35	182,35	
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	0054					390,00	390,00	
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0000					0,00	1.419,80	
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0054					4.325,45	11.442,26	
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0055					1.527,60	1.527,60	
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0000					65.547,05	65.547,05	
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0054					297,50	297,50	
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0000					180,00	180,00	



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página 8 de 42

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Total	Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados		No Período	Até o Período	
02	CHEFIA DO EXECUTIVO		82.524.491,94	6.858.752,64	0,00	89.383.244,58	6.677.441,08	15.521.712,74	73.861.531,84
02.04.0	DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA		4.143.100,00	0,00	0,00	4.143.100,00	1.174.138,96	1.517.036,63	2.626.063,37
02.04.06	Segurança Pública		4.143.100,00	0,00	0,00	4.143.100,00	1.174.138,96	1.517.036,63	2.626.063,37
02.04.06.181	Policamento		4.143.100,00	0,00	0,00	4.143.100,00	1.174.138,96	1.517.036,63	2.626.063,37
02.04.06.181.0004	SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA		4.143.100,00	0,00	0,00	4.143.100,00	1.174.138,96	1.517.036,63	2.626.063,37
06.181.0004.2.016	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA		684.100,00	0,00	0,00	684.100,00	108.163,13	179.597,00	504.503,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0055					0,00	170,00	
3.3.90.36.99.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0000					0,00	2.268,00	
3.3.90.36.99.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0055					0,00	170,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0000					9.882,17	54.067,13	
3.3.90.39.00.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					9.749,88	13.539,18	
3.3.90.39.00.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0054					1.532,10	1.657,10	
3.3.90.39.00.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0055					0,00	80,00	
3.3.90.39.11.00.00.00.00	Locação de Softwares	0000					6.900,00	6.900,00	
3.3.90.39.11.00.00.00.00	Locação de Softwares	0054					2.369,88	6.159,18	
3.3.90.39.19.00.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0054					752,10	752,10	
3.3.90.39.19.00.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0055					0,00	16.000,00	
3.3.90.39.43.00.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0000					0,00	3.000,00	
3.3.90.39.44.00.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0000					0,00	9.000,00	
3.3.90.39.58.00.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0000					960,00	4.210,00	
3.3.90.39.77.00.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0000					26,77	26,77	
3.3.90.39.95.00.00.00.00	Manutenção e Conservação de Equip. de Proc. de Dados	0000					80,00	80,00	
3.3.90.39.95.00.00.00.00	Manutenção e Conservação de Equip. de Proc. de Dados	0054					8.895,40	21.750,36	
3.3.90.39.99.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					400,00	400,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0054					780,00	905,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0055					11.524,30	11.524,30	
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	1.510,00	1.510,00	97.475,70
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0054	80.660,00	0,00	0,00	80.660,00	0,00	0,00	79.150,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0055	80.660,00	0,00	0,00	80.660,00	0,00	0,00	80.060,00
4.4.90.52.00.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0000					11.524,30	11.524,30	
4.4.90.52.00.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0054					0,00	600,00	
4.4.90.52.00.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0055					0,00	1.510,00	
4.4.90.52.12.00.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	0000					2.998,50	2.998,50	
4.4.90.52.33.00.00.00.00	Equipamentos Para Audio, Video e Foto	0000					1.000,80	1.000,80	
4.4.90.52.34.00.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	0000					2.260,00	2.260,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	0000					5.265,00	5.265,00	
4.4.90.52.38.00.00.00.00	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	0000					1.510,00	1.510,00	
4.4.90.52.42.00.00.00.00	Mobiliário em Geral	0054					0,00	600,00	
06.181.0004.2.017	AUXÍLIO FINANCEIRO À ASSOC. DE SERV. SOCIAIS VOL. DE CACADOR.		1.250.000,00	0,00	0,00	1.250.000,00	784.800,00	784.800,00	465.200,00
3.3.50.00.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0000	1.250.000,00	0,00	0,00	1.250.000,00	784.800,00	784.800,00	465.200,00
3.3.50.41.00.00.00.00.00	Contribuições	0000					784.800,00	784.800,00	
3.3.50.41.99.00.00.00.00	Outras Contribuições	0000					784.800,00	784.800,00	
06.181.0004.2.019	MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE TRANSITO, TRANSPORTE E SEGURANÇA DE CACADOR		2.209.000,00	0,00	0,00	2.209.000,00	281.175,83	552.639,63	1.656.360,37
3.1.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	1.462.000,00	0,00	0,00	1.462.000,00	1.983,04	98.825,82	1.362.174,18
3.1.90.11.00.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0000					0,00	95.782,26	
3.1.90.11.01.00.00.00.00	vencimentos e salários	0000					0,00	95.782,26	
3.1.90.13.00.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0000					1.983,04	4.043,56	
3.1.90.13.02.00.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0000					1.983,04	4.043,56	
3.1.91.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Op.Intra-Orçamentárias	0000					0,00	14.669,81	
3.1.91.13.00.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	0000	138.000,00	0,00	0,00	138.000,00	0,00	0,00	123.330,19
3.1.91.13.03.00.00.00.00	Contribuição Patronal Para o Regime Próprio	0000					0,00	14.669,81	
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	279.192,79	438.144,00	61.856,00
3.3.90.14.00.00.00.00.00	Diárias - Civil	0000					100,00	2.000,00	
3.3.90.14.14.00.00.00.00	Diárias no País - Civil	0000					100,00	2.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00.00	Material de Consumo	0000					33.506,71	60.356,67	

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página 9 de 42

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
02	CHEFIA DO EXECUTIVO		82.524.491,94	6.858.752,64	0,00	89.383.244,58	6.677.441,08	15.521.712,74
02.04.0	DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA		4.143.100,00	0,00	0,00	4.143.100,00	1.174.138,96	1.517.086,63
02.04.06	Segurança Pública		4.143.100,00	0,00	0,00	4.143.100,00	1.174.138,96	1.517.086,63
02.04.06.181	Policamento		4.143.100,00	0,00	0,00	4.143.100,00	1.174.138,96	1.517.086,63
02.04.06.181.0004	SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA		4.143.100,00	0,00	0,00	4.143.100,00	1.174.138,96	1.517.086,63
06.181.0004.2.019	MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE TRANSITO, TRANSPORTE E SEGURANÇA DE CAÇADOR		2.209.000,00	0,00	0,00	2.209.000,00	281.175,83	552.639,63
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0000					0,00	17.078,22
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	0000					0,00	237,73
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0000					596,00	8.062,91
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0000					32.950,71	34.977,81
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0000					50.322,96	50.322,96
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	0000					50.322,96	50.322,96
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					195.263,12	325.464,37
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0000					7.320,00	7.760,00
3.3.90.39.12.00.00.00	Locação de Máquinas e Equipamentos	0000					154.280,53	154.280,53
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	0000					0,00	105,00
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0000					2.206,70	2.206,70
3.3.90.39.40.00.00.00	Programa de Alimentação do Trabalhador	0000					0,00	4.000,00
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	0000					15.238,20	15.238,20
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0000					0,00	8.700,00
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0000					1.300,00	11.300,00
3.3.90.39.72.00.00.00	Vale-Transporte	0000					192,00	576,00
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0000					960,00	4.210,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					15.972,39	117.087,94
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00
02.05.0	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		44.447.699,05	458.638,72	0,00	44.906.337,77	2.657.626,77	7.339.756,12
02.05.12	Educação		44.447.699,05	458.638,72	0,00	44.906.337,77	2.657.626,77	7.339.756,12
02.05.12.306	Alimentação e Nutrição		1.420.270,00	0,00	0,00	1.420.270,00	616.121,14	798.056,79
02.05.12.306.0011	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE		1.420.270,00	0,00	0,00	1.420.270,00	616.121,14	798.056,79
12.306.0011.2.064	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR		1.420.270,00	0,00	0,00	1.420.270,00	616.121,14	798.056,79
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000					616.121,14	798.056,79
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0060	436.000,00	0,00	0,00	436.000,00	252.985,50	434.921,15
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0000	984.270,00	0,00	0,00	984.270,00	363.135,64	363.135,64
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0060					252.985,50	434.921,15
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	0000					363.135,64	363.135,64
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	0060					252.985,50	434.921,15
02.05.12.361	Ensino Fundamental		32.796.788,05	244.999,34	0,00	33.041.787,39	1.107.540,77	363.135,64
02.05.12.361.0011	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE		32.796.788,05	244.999,34	0,00	33.041.787,39	1.107.540,77	363.135,64
12.361.0011.1.002	AQUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		518.840,00	0,00	0,00	518.840,00	41.450,00	41.450,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0058	518.840,00	0,00	0,00	518.840,00	41.450,00	41.450,00
4.4.90.52.42.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0058					41.450,00	41.450,00
12.361.0011.1.003	AQUIÇÃO DE VEÍCULOS		107.085,00	0,00	0,00	107.085,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0001	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0089	7.085,00	0,00	0,00	7.085,00	0,00	0,00
12.361.0011.1.030	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS MUNICIPAIS		1.381.560,00	244.999,34	0,00	1.626.559,34	217.504,61	217.504,61
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0001	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0001	254.500,00	0,00	0,00	254.500,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0019	248.847,00	0,00	0,00	248.847,00	4.355,18	4.355,18
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0022	244.999,34	0,00	0,00	244.999,34	213.149,43	31.849,91
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0058	823.713,00	0,00	0,00	823.713,00	0,00	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página 10 de 42

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orcados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
02	CHEFIA DO EXECUTIVO		82.524.491,94	6.858.752,64	0,00	89.383.244,58	6.677.441,08	15.521.712,74
02.05.0	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		44.447.699,05	458.638,72	0,00	44.906.337,77	2.657.626,77	7.338.756,12
02.05.12	Educação		44.447.699,05	458.638,72	0,00	44.906.337,77	2.657.626,77	7.338.756,12
02.05.12.361	Ensino Fundamental		32.796.788,05	244.999,34	0,00	33.041.787,39	1.107.540,77	4.697.442,28
02.05.12.361.0001	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE		32.796.788,05	244.999,34	0,00	33.041.787,39	1.107.540,77	4.697.442,28
12.361.0001.1.030	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS MUNICIPAIS		1.381.560,00	244.999,34	0,00	1.626.559,34	217.504,61	217.504,61
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0019					4.355,18	4.355,18
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0022					213.149,43	213.149,43
4.4.90.51.92.00.00.00	Instalações Incorporáveis ou Inerentes ao Imóvel	0019					4.355,18	4.355,18
4.4.90.51.99.00.00.00	Outras Obras e Instalações	0022					213.149,43	213.149,43
12.361.0001.1.031	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE QUADRAS DE ESPORTES							
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0001	491.030,00	0,00	0,00	491.030,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0001	254.500,00	0,00	0,00	254.500,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0019	63.220,00	0,00	0,00	63.220,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0022	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0058	172.220,00	0,00	0,00	172.220,00	0,00	0,00
12.361.0001.1.106	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE GINÁSIOS DE ESPORTES							
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0001	168.950,00	0,00	0,00	168.950,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0058	64.964,00	0,00	0,00	64.964,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		103.986,00	0,00	0,00	103.986,00	0,00	0,00
12.361.0001.2.045	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		10.697.758,40	0,00	0,00	10.697.758,40	280.408,27	1.178.520,66
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0001	5.322.906,00	0,00	0,00	5.322.906,00	0,00	0,00
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0001					86.688,13	86.688,13
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos e salários	0001					86.688,13	86.688,13
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper Intra-Orçamentárias	0001	327.000,00	0,00	0,00	327.000,00	0,00	0,00
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op. Intra-Orçamentárias	0001					44.804,57	44.804,57
3.1.91.13.03.00.00.00	Contribuição Patronal Para o Regime Proprio	0001					0,00	44.804,57
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	5.450,00	0,00	0,00	5.450,00	3.328,98	4.511,04
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0001	4.447.402,40	0,00	0,00	4.447.402,40	169.940,17	905.337,80
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0162	268.000,00	0,00	0,00	268.000,00	107.139,12	137.139,12
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0001					404,50	940,62
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	0001					404,50	940,62
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0000					2.957,50	2.957,50
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0001					11.619,79	33.070,01
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0001					502,50	12.723,14
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	0000					2.957,50	2.957,50
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	0001					9.506,77	16.687,51
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	0001					1.534,52	1.534,52
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0001					76,00	2.124,84
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					371,48	1.553,54
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0001					157.695,88	871.167,17
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0162					107.139,12	137.139,12
3.3.90.39.10.00.00.00	Locação de Imóveis	0001					0,00	0,00
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0001					3.495,73	72.008,92
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0001					122,20	1.117,60
3.3.90.39.27.00.00.00	Locação de Veículos Para Locomoção	0001					0,00	1.680,00
3.3.90.39.40.00.00.00	Programa de Alimentação do Trabalhador	0001					0,00	55.200,00
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0001					0,00	231.000,00
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0001					0,00	230.000,00
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	0000					0,00	1.182,06
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0001					33.876,25	33.876,25
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	0001					5.040,00	2.658,00
3.3.90.39.72.00.00.00	Vale-Transporte	0001					8.880,00	8.880,00
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0001					6.720,00	120.420,00
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	0000					151,85	151,85

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página 11 de 42

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Total	Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados		No Período	Até o Período	
02	CHEFIA DO EXECUTIVO		82.524.491,94	6.858.752,64	0,00	89.383.244,58	6.677.441,08	15.521.712,74	73.861.531,84
02.05.0	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		44.447.699,05	458.638,72	0,00	44.906.337,77	2.657.626,77	7.338.756,12	37.566.581,65
02.05.12	Educação		44.447.699,05	458.638,72	0,00	44.906.337,77	2.657.626,77	7.338.756,12	37.566.581,65
02.05.12.361	Ensino Fundamental		32.796.788,05	244.999,34	0,00	33.041.787,39	1.107.540,77	4.697.442,28	28.344.345,11
02.05.12.361.1.0011	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE		32.796.788,05	244.999,34	0,00	33.041.787,39	1.107.540,77	4.697.442,28	28.344.345,11
12.361.1.0011.2.045	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		10.697.758,40	0,00	0,00	10.697.758,40	280.408,27	1.178.520,66	9.519.237,74
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	0001					212,59	1.184,43	
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					219,63	219,63	
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0001					106.629,11	110.141,97	
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0162					137.139,12	137.139,12	
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	0001					120,00	120,00	
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxílio-Alimentação em Pecúnia	0001					120,00	120,00	
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0001					100,00	100,00	
3.3.90.92.46.00.00.00	Auxílio-Alimentação	0001					100,00	100,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0001	327.000,00	0,00	0,00	327.000,00	0,00	0,00	327.000,00
12.361.1.0011.2.046	APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 60%		7.874.070,76	0,00	0,00	7.874.070,76	275.269,51	2.024.834,11	5.849.236,65
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0018					102.171,92	1.464.232,85	4.120.837,91
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0018					18.567,53	1.226.782,30	
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	0018					83.604,39	237.450,55	
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0018					83.604,39	237.450,55	
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0018					173.097,59	560.601,26	1.728.398,74
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0018	2.289.000,00	0,00	0,00	2.289.000,00	173.097,59	560.601,26	
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	0018					173.097,59	560.601,26	
3.1.91.13.03.00.00.00	Contribuição Patronal Para o Regime Proprio	0018					173.097,59	560.601,26	
12.361.1.0011.2.047	APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 40%		8.442.133,89	0,00	0,00	8.442.133,89	33.298,76	644.383,28	7.797.750,61
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0019					33.298,76	529.157,64	4.702.842,36
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0019	5.232.000,00	0,00	0,00	5.232.000,00	7.096,36	432.906,13	
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	0019					7.096,36	432.906,13	
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0019					26.232,40	96.251,51	
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0019					26.232,40	96.251,51	
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0019	763.000,00	0,00	0,00	763.000,00	0,00	115.225,64	647.774,36
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	0019					0,00	115.225,64	
3.1.91.13.03.00.00.00	Contribuição Patronal Para o Regime Proprio	0019					0,00	0,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0019	2.100.000,00	0,00	0,00	2.100.000,00	0,00	0,00	2.100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0019	238.133,89	0,00	0,00	238.133,89	0,00	0,00	238.133,89
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0019	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00
12.361.1.0011.2.048	APLICAÇÃO DO SALARIO EDUCAÇÃO		1.045.886,00	0,00	0,00	1.045.886,00	254.341,98	585.481,98	460.404,02
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0058					0,00	331.140,00	16.570,00
3.3.50.41.00.00.00.00	Outras Contribuições	0058					0,00	331.140,00	
3.3.90.41.99.00.00.00	Outras Contribuições	0058					248.853,98	248.853,98	307.622,02
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0058	556.476,00	0,00	0,00	556.476,00	81.186,45	81.186,45	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0058					18.243,80	18.243,80	
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	0058					51.055,10	51.055,10	
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copia e Cozinha	0058					5.390,00	5.390,00	
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higiênizacão	0058					3.307,55	3.307,55	
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	0058					3.190,00	3.190,00	
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0058					167.667,53	167.667,53	
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0058					136.333,53	136.333,53	
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0058					26.880,00	26.880,00	
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0058					4.454,00	4.454,00	
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0058					5.488,00	5.488,00	136.212,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0058	141.700,00	0,00	0,00	141.700,00	5.488,00	5.488,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0058					5.488,00	5.488,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Período: Fevereiro
Página 12 de 42

Códigos		Especificações	Fonte de Recursos		Créditos			Despesa Empenhada			Sabbs
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período			
02 - CHEFIA DO EXECUTIVO											
02.05.0		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	82.524.491,94	6.858.752,64	0,00	89.383.244,58	6.677.441,08	15.521.712,74	73.861.531,84		
02.05.12		Educação	44.447.699,05	458.638,72	0,00	44.906.337,77	2.657.626,77	7.339.756,12	37.566.581,65		
02.05.12.361		Ensino Fundamental	44.447.699,05	458.638,72	0,00	44.906.337,77	2.657.626,77	7.339.756,12	37.566.581,65		
02.05.12.361.0011		EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	32.796.788,05	244.969,34	0,00	33.041.787,39	1.107.540,77	4.697.442,28	28.344.345,11		
02.05.12.361.0011.0001		EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	32.796.788,05	244.969,34	0,00	33.041.787,39	1.107.540,77	4.697.442,28	28.344.345,11		
12.361.0011.2.048		APLICAÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	1.045.886,00	0,00	0,00	1.045.886,00	254.341,98	585.481,98	460.404,02		
4.4.90.52.12.00.00.00		Aparelhos e Utensílios Domésticos									
4.4.90.52.42.00.00.00		Mobiliário em Geral									
12.361.0011.2.048		MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	2.013.884,00	0,00	0,00	2.013.884,00	5.267,64	5.267,64	2.008.616,36		
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicacoes Diretas	130.800,00	0,00	0,00	130.800,00	120,00	120,00	130.680,00		
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicacoes Diretas	585.439,00	0,00	0,00	585.439,00	0,00	0,00	585.439,00		
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicacoes Diretas	937.400,00	0,00	0,00	937.400,00	0,00	0,00	937.400,00		
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicacoes Diretas	218.000,00	0,00	0,00	218.000,00	0,00	0,00	218.000,00		
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicacoes Diretas	142.245,00	0,00	0,00	142.245,00	5.147,64	5.147,64	137.097,36		
3.3.90.14.00.00.00.00		Diárias - Civil					120,00	120,00			
3.3.90.14.14.00.00.00		Diárias no País - Civil					120,00	120,00			
3.3.90.39.00.00.00.00		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					5.147,64	5.147,64			
3.3.90.39.26.00.00.00		Serviços de Transporte Escolar					5.147,64	5.147,64			
12.361.0011.2.783		IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ESCOLA DE ARTES - CIRCO	55.590,00	0,00	0,00	55.590,00	0,00	0,00	55.590,00		
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicacoes Diretas	55.590,00	0,00	0,00	55.590,00	0,00	0,00	55.590,00		
02.05.12.364		Ensino Superior	110.000,00	0,00	0,00	110.000,00	0,00	0,00	110.000,00		
02.05.12.364.0011		EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	110.000,00	0,00	0,00	110.000,00	0,00	0,00	110.000,00		
12.364.0011.2.063		AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES - BOLSAS DE ESTUDO	110.000,00	0,00	0,00	110.000,00	0,00	0,00	110.000,00		
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicacoes Diretas	110.000,00	0,00	0,00	110.000,00	0,00	0,00	110.000,00		
02.05.12.365		Educação Infantil	9.214.851,00	213.639,38	0,00	9.428.490,38	224.579,86	1.134.872,05	8.293.618,33		
02.05.12.365.0011		EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	9.214.851,00	213.639,38	0,00	9.428.490,38	224.579,86	1.134.872,05	8.293.618,33		
12.365.0011.1.036		CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	365.851,00	213.639,38	0,00	579.490,38	137.632,87	270.628,00	308.862,38		
4.4.90.00.00.00.00.00		Aplicacoes Diretas	209.000,00	0,00	0,00	209.000,00	76.004,87	209.000,00	0,00		
4.4.90.00.00.00.00.00		Aplicacoes Diretas	90.906,00	0,00	0,00	90.906,00	0,00	0,00	90.906,00		
4.4.90.00.00.00.00.00		Aplicacoes Diretas	1.090,00	213.639,38	0,00	214.729,38	61.628,00	61.628,00	153.101,38		
4.4.90.00.00.00.00.00		Aplicacoes Diretas	64.855,00	0,00	0,00	64.855,00	0,00	0,00	64.855,00		
4.4.90.51.00.00.00.00		Obras e Instalações					76.004,87	209.000,00	0,00		
4.4.90.51.91.00.00.00		Obras em Andamento					0,00	132.995,13	0,00		
4.4.90.51.96.00.00.00		Obras Contratadas					76.004,87	76.004,87	0,00		
4.4.90.52.00.00.00.00		Equipamentos e Material Permanente					61.628,00	61.628,00	0,00		
4.4.90.52.42.00.00.00		Mobiliário em Geral					61.628,00	61.628,00	0,00		
12.365.0011.2.065		MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	6.649.000,00	0,00	0,00	6.649.000,00	86.946,99	864.244,05	5.784.755,95		
3.1.90.00.00.00.00.00		Aplicacoes Diretas	5.777.000,00	0,00	0,00	5.777.000,00	86.946,99	664.659,54	5.112.330,46		
3.1.90.11.00.00.00.00		Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil					45.805,31	531.088,09	0,00		
3.1.90.11.01.00.00.00		vencimentos e salários					45.805,31	531.088,09	0,00		
3.1.90.13.00.00.00.00		Obrigações Patronais					41.141,68	133.551,45	0,00		
3.1.90.13.02.00.00.00		Contribuições Previdenciárias - INSS					41.141,68	133.551,45	0,00		
3.1.91.00.00.00.00.00		Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias					0,00	119.574,51	0,00		
3.1.91.13.00.00.00.00		Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias					0,00	119.574,51	0,00		
3.1.91.13.03.00.00.00		Contribuição Patronal Para o Regime Próprio					0,00	119.574,51	0,00		
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicacoes Diretas					0,00	80.000,00	0,00		
3.3.90.39.00.00.00.00		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					0,00	80.000,00	0,00		
3.3.90.39.43.00.00.00		Serviços de Energia Elétrica					0,00	30.000,00	0,00		
3.3.90.39.44.00.00.00		Serviços de Água e Esgoto					0,00	50.000,00	0,00		
12.365.0011.2.066		MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO COM AS ACEAS	2.200.000,00	0,00	0,00	2.200.000,00	0,00	0,00	2.200.000,00		
3.3.50.00.00.00.00.00		Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	2.200.000,00	0,00	0,00	2.200.000,00	0,00	0,00	2.200.000,00		

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página 13 de 42

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orcados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
02	CHEFIA DO EXECUTIVO		82.524.491,94	6.858.752,64	0,00	89.383.244,58	6.677.441,08	15.521.712,74
02.05.0	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		44.447.699,05	458.638,72	0,00	44.906.337,77	2.657.626,77	7.339.756,12
02.05.12	Educação		44.447.699,05	458.638,72	0,00	44.906.337,77	2.657.626,77	7.339.756,12
02.05.12.366	Educação de Jovens e Adultos		1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00
02.05.12.366.0011	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE		1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00
12.366.0011.2.052	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA - EJA		1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00
02.05.12.367	Educação Especial		904.700,00	0,00	0,00	904.700,00	709.385,00	195.315,00
02.05.12.367.0011	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE		904.700,00	0,00	0,00	904.700,00	709.385,00	195.315,00
12.367.0011.2.068	CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA PARA AS ENTIDADES DE APOIO AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA		708.500,00	0,00	0,00	708.500,00	708.500,00	0,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0000	708.500,00	0,00	0,00	708.500,00	708.500,00	0,00
3.3.50.41.00.00.00.00	Contribuições	0000						
3.3.50.41.99.00.00.00	Outras Contribuições	0000						
12.367.0011.2.779	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA - AEE		196.200,00	0,00	0,00	196.200,00	885,00	195.315,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0162	196.200,00	0,00	0,00	196.200,00	885,00	195.315,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0162					885,00	
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	0162					885,00	
02.07.0	SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUARIA E DO ABAST.							
02.07.20	Agricultura							
02.07.20.606	Extensão Rural							
02.07.20.606.0026	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL		3.366.607,39	740.000,00	0,00	4.106.607,39	342.148,28	533.146,60
20.606.0026.1.077	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - SIM	0000	3.366.607,39	740.000,00	0,00	4.106.607,39	342.148,28	533.146,60
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	63.026,39	0,00	0,00	63.026,39	0,00	63.026,39
20.606.0026.1.078	AMPLIAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA FEIRA DO PRODUTOR RURAL	0000	17.440,00	0,00	0,00	17.440,00	0,00	17.440,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	16.350,00	0,00	0,00	16.350,00	0,00	16.350,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0024	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00
20.606.0026.1.088	ACQUIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	0000	101.090,00	740.000,00	0,00	841.090,00	0,00	841.090,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0024	1.090,00	740.000,00	0,00	741.090,00	0,00	741.090,00
20.606.0026.1.180	CONSTRUÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS NA ÁREA RURAL.	0000	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
20.606.0026.2.051	MANUTENÇÃO DA PISTA DE ARREIMATE E MANGUEIRA	0000	10.900,00	0,00	0,00	10.900,00	0,00	10.900,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	10.900,00	0,00	0,00	10.900,00	0,00	10.900,00
20.606.0026.2.058	MANUTENÇÃO DO PLANO DIRETOR AGRÍCOLA	0000	6.431,00	0,00	0,00	6.431,00	0,00	6.431,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	6.431,00	0,00	0,00	6.431,00	0,00	6.431,00
20.606.0026.2.091	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA	0000	2.350.500,00	0,00	0,00	2.350.500,00	70.624,78	261.623,10
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	1.471.500,00	0,00	0,00	1.471.500,00	2.692,65	99.488,63
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0000					0,00	91.381,04
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos e salários	0000					0,00	91.381,04
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0000					2.692,65	8.107,59
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0000					2.692,65	8.107,59
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas - Oper Intra-Orçamentárias	0000	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	15.248,02
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op Intra-Orçamentárias	0000					0,00	15.248,02
3.1.91.13.03.00.00.00	Contribuição Patronal Para o Regime Próprio	0000					67.932,13	146.886,45
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	770.000,00	0,00	0,00	770.000,00	0,00	800,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0000					0,00	800,00
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	0000					0,00	800,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página 14 de 42

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
02	CHEFIA DO EXECUTIVO		82.524.491,94	6.858.752,64	0,00	89.383.244,58	6.677.441,08	15.521.712,74
02.07.0	SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUARIA E DO ABAST.		3.366.607,39	740.000,00	0,00	4.106.607,39	342.148,28	533.146,60
02.07.20	Agricultura		3.366.607,39	740.000,00	0,00	4.106.607,39	342.148,28	533.146,60
02.07.20.606	EXTENSÃO RURAL		3.366.607,39	740.000,00	0,00	4.106.607,39	342.148,28	533.146,60
02.07.20.606.0026	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL		3.366.607,39	740.000,00	0,00	4.106.607,39	342.148,28	533.146,60
20.606.0026.2.091	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA		2.350.500,00	0,00	0,00	2.350.500,00	70.624,78	261.623,10
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	0000					14.665,60	30.871,38
3.3.90.30.01.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0000					7.918,20	7.918,20
3.3.90.30.04.00.00	Gás Engarrafado	0000					237,73	237,73
3.3.90.30.17.00.00	Material de Processamento de Dados	0000					1.525,70	1.525,70
3.3.90.30.18.00.00	Materiais e Medicamentos p/Uso Veterinário	0000					0,00	1.149,40
3.3.90.30.23.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviaamentos	0000					0,00	3.390,40
3.3.90.30.24.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	0000					0,00	1.429,70
3.3.90.30.26.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	0000					3.274,30	3.274,30
3.3.90.30.39.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0000					1.892,40	10.241,87
3.3.90.30.99.00.00	Outros Materiais de Consumo	0000					55,00	1.704,08
3.3.90.36.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0000					40.000,00	61.134,50
3.3.90.36.15.00.00	Locação de Imóveis	0000					40.000,00	61.134,50
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					13.296,53	54.080,57
3.3.90.39.11.00.00	Locação de Softwares	0000					0,00	440,00
3.3.90.39.19.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0000					244,40	4.230,10
3.3.90.39.27.00.00	Locação de Veículos Para Locomoção	0000					567,00	7.200,00
3.3.90.39.40.00.00	Programa de Alimentação do Trabalhador	0000					0,00	15.000,00
3.3.90.39.43.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0000					0,00	4.000,00
3.3.90.39.44.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0000					2.200,00	9.200,00
3.3.90.39.58.00.00	Serviços de Telecomunicações	0000					384,00	384,00
3.3.90.39.72.00.00	Vale-Transporte	0000					960,00	960,00
3.3.90.39.77.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0000					0,00	186,70
3.3.90.39.90.00.00	Serviços de Publicidade Legal	0000					217,30	217,30
3.3.90.39.95.00.00	Manutenção e Conservação de Equip de Proc de Dados	0000					8.693,83	11.695,47
3.3.90.39.99.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					0,00	0,00
20.606.0026.2.092	ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO PRODUTOR RURAL		10.900,00	0,00	0,00	10.900,00	0,00	10.900,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	10.900,00	0,00	0,00	10.900,00	0,00	10.900,00
20.606.0026.2.093	PRODUÇÃO DE MUDAS NATIVAS		21.800,00	0,00	0,00	21.800,00	0,00	21.800,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	21.800,00	0,00	0,00	21.800,00	0,00	21.800,00
20.606.0026.2.095	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ANTIGRANIZO		279.040,00	0,00	0,00	279.040,00	271.523,50	7.516,50
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	279.040,00	0,00	0,00	279.040,00	271.523,50	7.516,50
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	0000					231.684,00	231.684,00
3.3.90.30.99.00.00	Outros Materiais de Consumo	0000					231.684,00	231.684,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					39.839,50	39.839,50
3.3.90.39.99.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					39.839,50	39.839,50
20.606.0026.2.097	PROGRAMA DE SUBSÍDIO DE HORA MÁQUINA AO PRODUTOR RURAL		392.400,00	0,00	0,00	392.400,00	0,00	392.400,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	392.400,00	0,00	0,00	392.400,00	0,00	392.400,00
20.606.0026.2.098	PROGRAMA DE SUBSÍDIO PARA A IMPLANTAÇÃO DE AGRO INDÚSTRIAS		11.990,00	0,00	0,00	11.990,00	0,00	11.990,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	11.990,00	0,00	0,00	11.990,00	0,00	11.990,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0024	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00
20.606.0026.2.100	REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS		51.090,00	0,00	0,00	51.090,00	0,00	51.090,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	51.090,00	0,00	0,00	51.090,00	0,00	51.090,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0024	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página 15 de 42

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Total	Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados		No Período	Até o Período	
02	CHEFIA DO EXECUTIVO		82.524.491,94	6.858.752,64	0,00	89.383.244,58	6.677.441,08	15.521.712,74	73.861.531,84
02.08.0	GABINETE DO VICE-PREFEITO		248.520,00	0,00	0,00	248.520,00	2.239,43	21.222,50	227.287,50
02.08.04	Administração		248.520,00	0,00	0,00	248.520,00	2.239,43	21.222,50	227.287,50
02.08.04.122	Administração Geral		248.520,00	0,00	0,00	248.520,00	2.239,43	21.222,50	227.287,50
02.08.04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		248.520,00	0,00	0,00	248.520,00	2.239,43	21.222,50	227.287,50
04.122.0002.2.158	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO VICE-PREFEITO		248.520,00	0,00	0,00	248.520,00	2.239,43	21.222,50	227.287,50
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	237.620,00	0,00	0,00	237.620,00	759,23	19.651,90	217.968,10
3.1.90.11.00.00.00.00	Despesas com Pessoal	0000					0,00	16.765,74	
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0000					0,00	16.765,74	
3.1.90.11.01.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0000					759,23	2.886,16	
3.1.90.13.02.00.00.00	Obrigações Patronais	0000					759,23	2.886,16	
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0000					1.480,20	1.570,60	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	10.900,00	0,00	0,00	10.900,00	418,00	508,40	9.329,40
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0000					418,00	418,00	
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0000					0,00	90,40	
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0000					1.062,20	1.062,20	
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					162,20	162,20	
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0000					900,00	900,00	
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0000							
02.09.0	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO		1.040.750,00	0,00	0,00	1.040.750,00	-25.312,45	65.867,82	974.882,18
02.09.22	Indústria		1.040.750,00	0,00	0,00	1.040.750,00	-25.312,45	65.867,82	974.882,18
02.09.22.661	Promoção Industrial		668.810,00	0,00	0,00	668.810,00	-37.639,20	13.347,50	655.462,50
02.09.22.661.0027	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO		668.810,00	0,00	0,00	668.810,00	-37.639,20	13.347,50	655.462,50
22.661.0027.1.082	REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS.		551.090,00	0,00	0,00	551.090,00	360,80	547,50	550.542,50
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	550.000,00	0,00	0,00	550.000,00	360,80	547,50	549.452,50
3.3.90.00.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0024	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	0000					360,80	360,80	
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					0,00	186,70	
22.661.0027.2.101	MANUTENÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO		111.180,00	0,00	0,00	111.180,00	-38.000,00	12.800,00	96.380,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	-38.000,00	12.800,00	96.200,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0024	545,00	0,00	0,00	545,00	0,00	0,00	545,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0000					-38.000,00	12.800,00	
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0000					0,00	800,00	
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0000	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0024	545,00	0,00	0,00	545,00	0,00	0,00	545,00
22.661.0027.2.104	IMPLANTAÇÃO DE INCUBADORA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA		3.270,00	0,00	0,00	3.270,00	0,00	0,00	3.270,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0000	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0024					0,00	0,00	
22.661.0027.2.154	PROGRAMA FORÇA DO EMPREENDEDOR		1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00
22.661.0027.2.159	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CIAMPEC		1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00
22.661.0027.2.160	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA INOTEC		1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página 16 de 42

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orcados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
02	CHEFIA DO EXECUTIVO		82.524.491,94	6.858.752,64	0,00	89.383.244,58	6.677.441,08	15.521.712,74
02.09.0	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO		1.040.750,00	0,00	0,00	1.040.750,00	-25.312,45	65.867,82
02.09.22	Industria		1.040.750,00	0,00	0,00	1.040.750,00	-25.312,45	65.867,82
02.09.22.662	Produção Industrial		371.940,00	0,00	0,00	371.940,00	12.326,75	52.520,32
02.09.22.662.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00
22.662.0002.1.064	CRIAÇÃO DO CENTRO EMPRESARIAL		1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00
02.09.22.662.0027	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO		370.850,00	0,00	0,00	370.850,00	12.326,75	52.520,32
22.662.0027.2.012	QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL		5.450,00	0,00	0,00	5.450,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	5.450,00	0,00	0,00	5.450,00	0,00	0,00
22.662.0027.2.099	MANUTENÇÃO SECRETARIA DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO		365.400,00	0,00	0,00	365.400,00	12.326,75	52.520,32
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	280.000,00	0,00	0,00	280.000,00	11.714,75	48.330,77
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0000					9.379,28	39.481,00
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	0000					9.379,28	39.481,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0000					2.335,47	8.849,77
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0000					0,00	977,55
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas - Op.Intra-Orçamentárias	0000	45.400,00	0,00	0,00	45.400,00	612,00	3.212,00
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	0000					612,00	3.212,00
3.1.91.13.03.00.00.00	Contribuição Patronal Para o Regime Proprio	0000					0,00	600,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000					600,00	2.600,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					12,00	12,00
3.3.90.39.40.00.00.00	Programa de Alimentação do Trabalhador	0000						
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0000						
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000						
02.11.0	SECRETARIA DA FAZENDA		2.613.500,00	0,00	0,00	2.613.500,00	12.331,00	363.239,32
02.11.04	Administração		2.613.500,00	0,00	0,00	2.613.500,00	12.331,00	363.239,32
02.11.04.123	Administração Financeira		2.613.500,00	0,00	0,00	2.613.500,00	12.331,00	363.239,32
02.11.04.123.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		2.613.500,00	0,00	0,00	2.613.500,00	12.331,00	363.239,32
04.123.0002.2.778	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA		2.613.500,00	0,00	0,00	2.613.500,00	12.331,00	363.239,32
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	2.125.500,00	0,00	0,00	2.125.500,00	-5.575,66	147.809,82
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0000					0,00	138.149,83
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	0000					0,00	138.149,83
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0000					-5.575,66	9.659,99
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0000					-5.575,66	9.659,99
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas - Op.Intra-Orçamentárias	0000	163.500,00	0,00	0,00	163.500,00	0,00	17.557,75
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	0000					0,00	17.557,75
3.1.91.13.03.00.00.00	Contribuição Patronal Para o Regime Proprio	0000					0,00	17.557,75
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	270.000,00	0,00	0,00	270.000,00	16.796,66	196.721,75
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0000					100,00	100,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias no País - Civil	0000					100,00	100,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0000					320,70	3.588,87
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	0000					0,00	2.552,00
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	0000					129,80	129,80
3.3.90.30.29.00.00.00	Material para Audio, vídeo e Foto	0000					109,00	109,00
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0000					0,00	133,00
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0000					81,90	665,07
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					16.335,96	152.032,82
3.3.90.39.01.00.00.00	Assinatura de Periódicos e Anuidades	0000					0,00	896,00
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0000					0,00	122.147,62
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	0000					0,00	2.867,90
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0000					0,00	61,10

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página 17 de 42

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
02	CHEFIA DO EXECUTIVO		82.524.491,94	6.858.752,64	0,00	89.383.244,58	6.677.441,08	15.521.712,74
02.11.0	SECRETARIA DA FAZENDA		2.613.500,00	0,00	0,00	2.613.500,00	12.331,00	363.239,32
02.11.04	Administração		2.613.500,00	0,00	0,00	2.613.500,00	12.331,00	363.239,32
02.11.04.123	Administração Financeira		2.613.500,00	0,00	0,00	2.613.500,00	12.331,00	363.239,32
02.11.04.123.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		2.613.500,00	0,00	0,00	2.613.500,00	12.331,00	363.239,32
04.123.0002.2.778	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA		2.613.500,00	0,00	0,00	2.613.500,00	12.331,00	363.239,32
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0000					550,00	550,00
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	0000					0,00	5.863,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					15.785,96	19.627,20
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	0000					0,00	41.000,06
3.3.90.93.02.00.00.00	Restituições	0000					0,00	41.000,06
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000					1.150,00	1.150,00
4.4.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0000	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00	750,00	750,00
4.4.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	0000					750,00	750,00
4.4.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					400,00	400,00
4.4.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					400,00	400,00
02.12.0	FUNDO MUNICIPAL DE PAVIMENTAÇÃO		131.890,00	5.299.736,56	0,00	5.431.626,56	455.982,40	455.982,40
02.12.15	Urbanismo		131.890,00	5.299.736,56	0,00	5.431.626,56	455.982,40	455.982,40
02.12.15.452	Serviços Urbanos		131.890,00	5.299.736,56	0,00	5.431.626,56	455.982,40	455.982,40
02.12.15.452.0020	MELHORAMENTO DE VIAS URBANAS		131.890,00	5.299.736,56	0,00	5.431.626,56	455.982,40	455.982,40
15.452.0020.1.048	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS		131.890,00	5.299.736,56	0,00	5.431.626,56	455.982,40	455.982,40
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0024	0,00	1.205.651,42	0,00	1.205.651,42	455.982,40	455.982,40
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0024					455.982,40	455.982,40
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0024	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	455.982,40	455.982,40
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	22.890,00	4.094.065,14	0,00	4.116.975,14	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0024					0,00	0,00
03	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		7.415.052,00	0,00	0,00	7.415.052,00	72.962,11	611.850,02
03.01.0	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		7.415.052,00	0,00	0,00	7.415.052,00	72.962,11	611.850,02
03.01.04	Administração		1.694.732,00	0,00	0,00	1.694.732,00	69.559,02	371.747,80
03.01.04.122	Administração Geral		1.694.732,00	0,00	0,00	1.694.732,00	69.559,02	371.747,80
03.01.04.122.0000	ENCARGOS ESPECIAIS		1.694.732,00	0,00	0,00	1.694.732,00	69.559,02	371.747,80
04.122.000.0.003	PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS		543.038,00	0,00	0,00	543.038,00	13.854,52	29.354,52
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	478.074,00	0,00	0,00	478.074,00	0,00	15.500,00
3.1.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	0000					0,00	15.500,00
3.1.90.91.30.00.00.00	Sentenças Indenizatórias	0000					0,00	15.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	64.964,00	0,00	0,00	64.964,00	13.854,52	13.854,52
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0000					13.775,58	13.775,58
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0000					13.775,58	13.775,58
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					78,94	78,94
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					78,94	78,94
04.122.000.0.004	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		163.500,00	0,00	0,00	163.500,00	14.580,16	49.489,39
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	163.500,00	0,00	0,00	163.500,00	14.580,16	49.489,39
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					12.053,79	46.963,02
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					12.053,79	46.963,02
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	0000					2.526,37	2.526,37
3.3.90.93.99.00.00.00	Diversas Indenizações e Restituições	0000					2.526,37	2.526,37
04.122.000.0.005	PAGAMENTO AO PASEP		715.694,00	0,00	0,00	715.694,00	40.924,34	87.203,89
3.3.20.00.00.00.00.00	Transferências a União	0000	715.694,00	0,00	0,00	715.694,00	40.924,34	87.203,89

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Período: Fevereiro
Página 18 de 42

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
03	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		7.415.052,00	0,00	0,00	7.415.052,00	72.962,11	611.850,02
03.01.0	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		7.415.052,00	0,00	0,00	7.415.052,00	72.962,11	611.850,02
03.01.04	Administração		1.694.732,00	0,00	0,00	1.694.732,00	69.559,02	371.747,80
03.01.04.122	Administração Geral		1.694.732,00	0,00	0,00	1.694.732,00	69.559,02	371.747,80
03.01.04.122.0000	ENCARGOS ESPECIAIS		1.694.732,00	0,00	0,00	1.694.732,00	69.559,02	371.747,80
04.122.0000.0.005	PAGAMENTO AO PASEP		715.694,00	0,00	0,00	715.694,00	40.924,34	87.203,89
3.3.20.47.00.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0000					40.924,34	87.203,89
3.3.20.47.12.00.00.00	Contribuição para o PIS/PASEP	0000					40.924,34	87.203,89
04.122.0000.2.113	CONTRIBUIÇÃO PARA AMARP, FECAM E CNM		272.500,00	0,00	0,00	272.500,00	200,00	205.700,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0000	272.500,00	0,00	0,00	272.500,00	200,00	205.700,00
3.3.50.41.00.00.00.00	Contribuições	0000					200,00	205.700,00
3.3.50.41.99.00.00.00	Outras Contribuições	0000	5.720.320,00	0,00	0,00	5.720.320,00	3.403,09	240.102,22
03.01.28	Encargos Especiais		5.720.320,00	0,00	0,00	5.720.320,00	3.403,09	240.102,22
03.01.28.843	Serviço da Dívida Interna		5.720.320,00	0,00	0,00	5.720.320,00	3.403,09	240.102,22
03.01.28.843.0000	ENCARGOS ESPECIAIS		5.720.320,00	0,00	0,00	5.720.320,00	3.403,09	240.102,22
28.843.0000.0.001	PAGAMENTO DE JUROS DA DÍVIDA INTERNA		379.320,00	0,00	0,00	379.320,00	0,00	0,00
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	379.320,00	0,00	0,00	379.320,00	0,00	0,00
28.843.0000.0.002	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA		5.341.000,00	0,00	0,00	5.341.000,00	3.403,09	240.102,22
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	5.341.000,00	0,00	0,00	5.341.000,00	3.388,76	5.298,63
4.6.90.71.00.00.00.00	Principal da Dívida Contratual Resgatado	0000	2.180.000,00	0,00	0,00	2.180.000,00	3.388,76	5.298,63
4.6.90.71.99.00.00.00	Outras Amortizações da Dívida Contratada	0000					3.388,76	5.298,63
4.6.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Intra-Orçamentárias	0000	3.161.000,00	0,00	0,00	3.161.000,00	14,33	234.803,59
4.6.91.71.00.00.00.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	0000					14,33	234.803,59
4.6.91.71.99.00.00.00	Outras amortizações da dívida contratada	0000					14,33	234.803,59
10	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00
10.99.0	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00
10.99.99	Reserva de Contingência		109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00
10.99.99.999	Reserva de Contingência		109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00
10.99.99.999.9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00
99.999.9999.9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0000	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00
Total por Entidade :			90.048.543,94	6.858.752,64	0,00	96.907.296,58	6.750.403,19	16.133.562,76
								80.773.733,82

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página 19 de 42

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
04	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	1.593.983,75	9.003.625,53
04.01.0	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	1.593.983,75	9.003.625,53
04.01.10	Saúde		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	1.593.983,75	9.003.625,53
04.01.10.301	Atenção Básica		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	1.593.983,75	9.003.625,53
04.01.10.301.0008	SAUDE BASICA		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	1.593.983,75	9.003.625,53
10.301.10008.1.025	BLOCO DE INVESTIMENTOS		2.052.070,00	0,00	0,00	2.052.070,00	77.175,16	258.043,27
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0023	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0065	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00	0,00	49.070,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0066	81.750,00	0,00	0,00	81.750,00	0,00	62.489,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0067	81.750,00	0,00	0,00	81.750,00	0,00	81.750,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0371	132.980,00	0,00	0,00	132.980,00	0,00	30.935,16
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0620	1.700.000,00	0,00	0,00	1.700.000,00	77.175,16	1.568.692,57
4.4.90.51.00.00.00	Obras e Instalacoes	0620					77.175,16	131.307,43
4.4.90.51.07.00.00	Reforma	0620					77.175,16	54.132,27
4.4.90.51.98.00.00	Obras Contratadas	0620					77.175,16	77.175,16
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0065					0,00	5.430,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0066					0,00	19.281,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0371					0,00	102.044,84
4.4.90.52.06.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	0371					0,00	3.921,84
4.4.90.52.08.00.00	Aparelhos, Equip. Utens Médicos-odont, Labor e Hosp	0065					0,00	5.430,00
4.4.90.52.08.00.00	Aparelhos, Equip. Utens Médico-odont, Labor e Hosp	0066					0,00	19.281,00
4.4.90.52.12.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	0371					0,00	696,00
4.4.90.52.42.00.00	Mobiliário em Geral	0371					0,00	97.425,00
10.301.0008.2.037	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE BLOCO ATENÇÃO BASICA		30.598.780,56	0,00	0,00	30.598.780,56	1.132.373,59	6.424.863,55
3.1.71.00.00.00.00.00	Consortios Públicos	0620	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
3.1.71.70.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	0620					15.000,00	15.000,00
3.1.71.70.01.00.00.00	Participação em Consórcio Público	0620					15.000,00	15.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0371	950.000,00	0,00	0,00	950.000,00	23.926,76	410.373,14
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0620	20.500.000,00	0,00	0,00	20.500.000,00	383.526,87	1.827.746,67
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0371					20.287,48	323.243,19
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0620					2.284,23	323.243,19
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos e salários	0371					2.284,23	1.166.128,98
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos e salários	0620					2.284,23	1.166.128,98
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0371					3.639,28	87.129,95
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0620					381.242,64	661.617,69
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	0620					245.113,18	297.587,86
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0371					3.639,28	87.129,95
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0620					136.129,46	364.029,83
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas - Oper Intra-Orçamentárias	0620	991.900,00	0,00	0,00	991.900,00	0,00	151.272,54
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op Intra-Orçamentárias	0620					0,00	151.272,54
3.1.91.13.03.00.00.00	Contribuição Patronal Para o Regime Proprio	0620					0,00	151.272,54
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0620	1.880.000,00	0,00	0,00	1.880.000,00	0,00	1.800.000,00
3.3.50.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0620					0,00	1.800.000,00
3.3.50.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0620					0,00	1.800.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0620	3.600,00	0,00	0,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00
3.3.71.70.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	0620					3.600,00	3.600,00
3.3.71.70.01.00.00.00	Participação em Consórcio Público	0620					3.600,00	3.600,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0023	17.440,00	0,00	0,00	17.440,00	0,00	17.440,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0070	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0371	2.480.220,00	0,00	0,00	2.480.220,00	212.652,29	880.772,30
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0620	3.399.530,56	0,00	0,00	3.399.530,56	133.667,67	976.098,90
3.3.90.04.00.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado	0620					0,00	1.580,00
3.3.90.04.04.00.00.00	Obrigações Patronais	0620					7.320,00	126.920,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0620					7.320,00	126.920,00
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	0620					7.320,00	126.920,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página 20 de 42

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
04	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	1.593.983,75	9.003.625,53
04.01.0	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	1.593.983,75	9.003.625,53
04.01.10	Saúde		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	1.593.983,75	9.003.625,53
04.01.10.301	Atenção Básica		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	1.593.983,75	9.003.625,53
04.01.10.301.0008	SAUDE BASICA		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	1.593.983,75	9.003.625,53
10.301.0008.2.037	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE BLOCO ATENÇÃO BASICA		30.598.780,56	0,00	0,00	30.598.780,56	1.132.373,59	6.424.863,55
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	0371					104.359,27	333.847,68
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	0620					9.424,42	107.695,87
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0371					0,00	57.350,00
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0620					5.000,00	102.000,00
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engraxado	0371					0,00	1.426,39
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	0371					5.100,00	10.771,60
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	0371					2.850,00	2.850,00
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	0371					566,21	9.483,52
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Eletrônico e Eletrônico	0371					1.630,89	1.630,89
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Eletrônico e Eletrônico	0620					0,00	991,45
3.3.90.30.30.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	0371					1.694,70	2.259,60
3.3.90.30.35.00.00.00	Material Laboratorial	0371					0,00	6.393,80
3.3.90.30.36.00.00.00	Material Hospitalar	0371					33.775,50	165.890,01
3.3.90.30.36.00.00.00	Material Hospitalar	0620					480,00	480,00
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0371					5.110,40	13.948,82
3.3.90.30.39.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0371					53.631,57	61.843,05
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0620					3.944,42	4.224,42
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	0371					40.006,87	101.713,75
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	0620					16.311,86	34.983,21
3.3.90.32.02.00.00.00	Medicamentos	0371					8.939,67	8.939,67
3.3.90.32.02.00.00.00	Medicamentos	0620					16.311,86	34.983,21
3.3.90.32.03.00.00.00	Gêneros Alimentícios	0371					31.067,20	41.933,20
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	0371					0,00	50.840,88
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0620					492,61	24.139,56
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	0620					492,61	18.639,56
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0620					0,00	5.500,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0371					68.286,15	445.210,87
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0620					67.437,35	630.098,83
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0620					7.800,00	7.800,00
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	0371					30.000,00	30.000,00
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	0620					40.800,00	40.800,00
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0371					255,83	21.781,63
3.3.90.39.22.00.00.00	Exposições, Congressos e Conferências	0620					800,00	800,00
3.3.90.39.24.00.00.00	Serv. de Confec. Manuf e Inst de Sinal Visual Afins	0371					3.450,00	3.450,00
3.3.90.39.40.00.00.00	Programa de Alimentação do Trabalhador	0620					0,00	90.000,00
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	0371					0,00	42.213,80
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0371					1.552,00	1.552,00
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0620					0,00	100.000,00
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0371					10.000,00	13.000,00
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0620					0,00	20.000,00
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	0620					0,00	2.354,12
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0371					0,00	50.000,00
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0620					7.500,00	9.500,00
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	0371					9.154,43	14.025,91
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	0371					0,00	2.369,48
3.3.90.39.72.00.00.00	Vale-Transporte	0620					0,00	33.750,00
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0371					0,00	22.800,00
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0620					0,00	32.800,00
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	0620					0,00	5.000,00
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	0620					0,00	334,07

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página 21 de 42

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
04	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	1.593.983,75	9.003.625,53
04.01.0	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	1.593.983,75	9.003.625,53
04.01.10	Saúde		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	1.593.983,75	9.003.625,53
04.01.10.301	Atenção Básica		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	1.593.983,75	9.003.625,53
04.01.10.301.0008	SAUDE BASICA		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	1.593.983,75	9.003.625,53
10.301.0008.2.037	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE BLOCO ATENÇÃO BASICA		30.598.780,56	0,00	0,00	30.598.780,56	1.132.373,59	6.424.863,55
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0371					13.873,89	244.018,05
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0620					10.537,35	286.950,64
3.3.90.46.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0620					8.480,00	21.480,00
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxílio-Alimentação	0620					8.480,00	21.480,00
3.3.90.48.00.00.00.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	0620					2.000,00	7.000,00
3.3.90.48.01.00.00.00	Auxílio Financeiro a Pessoas Físicas	0620					2.000,00	7.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	0620					22.201,43	22.201,43
3.3.90.93.02.00.00.00	Restituições	0620					22.201,43	22.201,43
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta decorrente de Operação Consórcio	0620	360.000,00	0,00	0,00	360.000,00	360.000,00	360.000,00
3.3.93.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0620					360.000,00	360.000,00
3.3.93.39.50.00.00.00	Serviço Médico-Hospitalar Odontológico Laboratorial	0620					360.000,00	360.000,00
10.301.0008.2.062	BLOCO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE		480.690,00	0,00	0,00	480.690,00	11.079,15	93.186,07
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0066					0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0023					0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0066	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0066	283.400,00	0,00	0,00	283.400,00	2.204,42	46.644,34
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0620	163.500,00	0,00	0,00	163.500,00	8.874,73	46.541,73
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0066					1.723,14	11.437,96
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0620					3.196,80	14.684,60
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0066					0,00	4.410,00
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0620					0,00	9.996,00
3.3.90.30.02.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	0066					570,00	3.350,00
3.3.90.30.02.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	0620					1.026,76	1.813,36
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0066					1.829,80	2.971,70
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0620					126,38	1.864,60
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0066					1.367,00	1.775,00
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0620					0,00	1.775,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	0066					0,00	1.775,00
3.3.90.32.02.00.00.00	Medicamentos	0066					0,00	1.775,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0066					0,00	11.572,40
3.3.90.36.00.00.00.00	Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0620					676,29	16.601,29
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	0066					0,00	11.572,40
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	0620					676,29	16.601,29
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0066					481,28	21.858,98
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0620					5.001,64	15.255,84
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0066					0,00	1.927,70
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0620					4.560,00	4.682,20
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0066					0,00	500,00
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	0066					0,00	12.500,00
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0066					0,00	5.000,00
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0620					0,00	5.000,00
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0066					0,00	1.200,00
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0620					0,00	1.200,00
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	0066					0,00	2.000,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0066					481,28	731,28
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0620					441,64	2.373,64
10.301.0008.2.151	BLOCO DE ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA		1.301.500,00	0,00	0,00	1.301.500,00	11.853,75	255.094,79
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0023	321.000,00	0,00	0,00	321.000,00	2.597,75	95.865,30
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0067	610.500,00	0,00	0,00	610.500,00	7.976,00	573.528,36
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0620	370.000,00	0,00	0,00	370.000,00	1.280,00	122.257,86

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página 22 de 42

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
04	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	1.593.983,75	9.003.625,53
04.01.0	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	1.593.983,75	9.003.625,53
04.01.10	Saúde		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	1.593.983,75	9.003.625,53
04.01.10.301	Atenção Básica		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	1.593.983,75	9.003.625,53
04.01.10.301.0008	SAUDE BASICA		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	1.593.983,75	9.003.625,53
10.301.0008.2.151	BLOCO DE ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA		1.301.500,00	0,00	0,00	1.301.500,00	11.853,75	255.094,79
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0023					0,00	19.345,00
3.3.90.30.35.00.00.00	Material Laboratorial	0023					0,00	3.595,00
3.3.90.30.36.00.00.00	Material Hospitalar	0023					0,00	15.750,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	0023					2.497,75	76.420,30
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	0067					7.976,00	36.971,64
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	0020					1.280,00	96.477,85
3.3.90.32.02.00.00.00	Medicamentos	0023					2.497,75	76.420,30
3.3.90.32.02.00.00.00	Medicamentos	0067					7.976,00	36.971,64
3.3.90.32.02.00.00.00	Medicamentos	0020					1.280,00	96.477,85
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0020					0,00	23.180,00
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	0020					0,00	23.180,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0023					100,00	100,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0020					0,00	3.600,00
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0020					0,00	600,00
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0020					0,00	3.000,00
3.3.90.39.61.00.00.00	Serviços Bancários	0023					100,00	100,00
10.301.0008.2.185	BLOCO DE MÉDIA E ALTA COMPLEX - AMIB, HOSPITALAR		3.226.400,00	0,00	0,00	3.226.400,00	361.502,10	1.972.437,85
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0023					-7.791,00	7.809,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0065					369.293,10	1.964.628,85
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0020					0,00	0,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0065					64.058,14	287.153,27
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0065					8.400,00	80.144,00
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	0065					0,00	285,28
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	0065					1.809,25	2.278,05
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	0065					733,44	2.921,34
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	0065					2.297,87	37.882,36
3.3.90.30.35.00.00.00	Material Laboratorial	0065					35.376,86	86.397,94
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0065					15.359,10	71.173,96
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0065					81,62	6.070,34
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	0065					23.152,80	28.286,70
3.3.90.32.02.00.00.00	Medicamentos	0065					23.152,80	28.286,70
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	0065					0,00	41.671,93
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	0065					0,00	41.671,93
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0023					0,00	5.100,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0065					5.100,00	27.935,00
3.3.90.36.06.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	0023					0,00	5.100,00
3.3.90.36.06.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	0065					5.100,00	5.100,00
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0065					0,00	22.835,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0023					-7.791,00	2.709,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0065					276.982,16	1.579.581,95
3.3.90.39.10.00.00.00	Locação de Imóveis	0065					121.817,88	121.817,88
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	0065					0,00	18.366,66
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	0065					0,00	2.984,12
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0065					2.538,88	47.601,81
3.3.90.39.27.00.00.00	Locação de Veículos Para Locomoção	0065					0,00	119.400,00
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	0065					0,00	22.368,00
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0065					0,00	6.500,00
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	0023					-7.891,00	2.609,00
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	0065					60.950,86	778.472,86

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página 23 de 42

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
04	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	1.593.983,75	9.003.625,53
04.01.0	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	1.593.983,75	9.003.625,53
04.01.10	Saúde		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	1.593.983,75	9.003.625,53
04.01.10.301	Atenção Básica		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	1.593.983,75	9.003.625,53
04.01.10.301.0008	SAUDE BASICA		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	1.593.983,75	9.003.625,53
10.301.0008.2.185	BLOCO DE MÉDIA E ALTA COMPLEX. AMB. HOSPITALAR		3.226.400,00	0,00	0,00	3.226.400,00	361.502,10	1.972.437,85
3.3.90.39.52.00.00.00	Serviços de Reabilitação Profissional	0065					38.150,80	38.150,80
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0065					0,00	50.000,00
3.3.90.39.72.00.00.00	Vale-Transporte	0065					0,00	3.600,00
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0065					0,00	44.625,00
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	0023					100,00	100,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0065					53.523,74	325.694,82
Total por Entidade :			37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	1.593.983,75	9.003.625,53

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página 24 de 42

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
05	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		5.951.500,00	512.690,39	411.000,00	6.053.190,39	707.374,41	1.285.332,24
05.01.0	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		5.951.500,00	512.690,39	411.000,00	6.053.190,39	707.374,41	1.285.332,24
05.01.08	Assistência Social		5.951.500,00	512.690,39	411.000,00	6.053.190,39	707.374,41	1.285.332,24
05.01.08.244	Assistência Comunitária		5.951.500,00	512.690,39	411.000,00	6.053.190,39	707.374,41	1.285.332,24
05.01.08.244.0005	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		5.951.500,00	512.690,39	411.000,00	6.053.190,39	707.374,41	1.285.332,24
06.244.0005	1.014 CONSTRUÇÃO DO CRAS		10.900,00	0,00	0,00	10.900,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	10.900,00	0,00	0,00	10.900,00	0,00	0,00
06.244.0005.2.191	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		559.170,00	274.490,39	157.400,00	676.260,39	62.561,83	116.345,72
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0052	0,00	155.000,00	0,00	155.000,00	0,00	0,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0052	0,00	17.800,00	0,00	17.800,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0052	380.410,00	0,00	157.400,00	223.010,00	20.976,15	65.136,23
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0063	101.370,00	0,00	0,00	101.370,00	31,20	9.505,01
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0098	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0353	0,00	76.390,00	0,00	76.390,00	41.554,48	41.554,48
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0052				540,00	540,00	540,00
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	0052				540,00	540,00	540,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0052				1.290,00	8.971,88	8.971,88
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0063				0,00	583,17	583,17
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0353				1.665,50	1.665,50	1.665,50
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0052				0,00	1.558,20	1.558,20
3.3.90.30.07.00.00.00	Generos de Alimentação	0052				623,00	5.419,98	5.419,98
3.3.90.30.07.00.00.00	Generos de Alimentação	0353				1.576,13	667,00	667,00
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	0052				87,37	87,37	87,37
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	0052				0,00	1.326,70	1.326,70
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0052				0,00	583,17	583,17
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0063				0,00	583,17	583,17
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	0052				13.394,15	13.394,15	13.394,15
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	0052				13.394,15	13.394,15	13.394,15
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0052				0,00	26.537,16	26.537,16
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	0052				0,00	26.537,16	26.537,16
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000				150,00	150,00	150,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0052				5.752,00	15.693,04	15.693,04
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0063				8.921,84	31,20	8.921,84
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0353				39.888,98	39.888,98	39.888,98
3.3.90.39.10.00.00.00	Locação de Imóveis	0353				10.368,10	10.368,10	10.368,10
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0052				0,00	6.159,54	6.159,54
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0063				0,00	6.159,54	6.159,54
3.3.90.39.12.00.00.00	Locação de Máquinas e Equipamentos	0353				7.416,00	7.416,00	7.416,00
3.3.90.39.27.00.00.00	Locação de Veículos Para Locomoção	0052				3.384,00	3.384,00	3.384,00
3.3.90.39.27.00.00.00	Locação de Veículos Para Locomoção	0353				20.228,40	20.228,40	20.228,40
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	0353				64,48	64,48	64,48
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0052				0,00	2.400,00	2.400,00
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0063				0,00	1.200,00	1.200,00
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	0052				78,00	78,00	78,00
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	0063				31,20	31,20	31,20
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000				150,00	150,00	150,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0052				2.290,00	3.671,50	3.671,50
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0063				0,00	1.531,10	1.531,10
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0353				1.812,00	1.812,00	1.812,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	10.900,00	0,00	0,00	10.900,00	0,00	10.900,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0052	10.900,00	0,00	0,00	10.900,00	0,00	10.900,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0353	0,00	25.300,39	0,00	25.300,39	0,00	25.300,39

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Período: Fevereiro
Página 25 de 42

Página 25 de 42

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldos	
			Orcados	Suplementarizados	Anulados	Total	No Período		Até o Período
05	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		5.951.500,00	512.690,39	411.000,00	6.053.190,39	707.374,41	1.285.332,24	4.767.858,15
05.01.0	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		5.951.500,00	512.690,39	411.000,00	6.053.190,39	707.374,41	1.285.332,24	4.767.858,15
05.01.08	Assistência Social		5.951.500,00	512.690,39	411.000,00	6.053.190,39	707.374,41	1.285.332,24	4.767.858,15
05.01.08.244	Assistência Comunitária		5.951.500,00	512.690,39	411.000,00	6.053.190,39	707.374,41	1.285.332,24	4.767.858,15
05.01.08.244.0005	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		5.951.500,00	512.690,39	411.000,00	6.053.190,39	707.374,41	1.285.332,24	4.767.858,15
08.244.0005.2.192	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA COMPLEXIDADE		482.870,00	128.200,00	253.600,00	357.470,00	77.532,06	106.247,37	251.222,63
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0052	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0052	0,00	7.600,00	0,00	7.600,00	0,00	0,00	7.600,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0052	0,00	70.600,00	0,00	70.600,00	0,00	0,00	31,34
3.3.50.41.00.00.00.00	Contribuições	0052							
3.3.50.41.99.00.00.00	Outras Contribuições	0052							
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0050	55.590,00	0,00	0,00	55.590,00	0,00	0,00	55.590,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0052	327.000,00	0,00	253.600,00	73.400,00	6.963,40	35.678,71	37.721,29
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0098	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0052					740,00	4.114,60	
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0052					0,00	2.646,00	
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0052					740,00	1.002,07	
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0052					0,00	466,53	
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0052					0,00	16.288,12	
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	0052					0,00	16.288,12	
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0052					6.223,40	15.295,99	
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0052					0,00	6.159,54	
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0052					0,00	176,00	
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0052					0,00	1.440,00	
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	0052					23,40	23,40	
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0052					6.200,00	7.497,05	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	10.900,00	0,00	0,00	10.900,00	0,00	0,00	10.900,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0052	32.700,00	0,00	0,00	32.700,00	0,00	0,00	32.700,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0098	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00
08.244.0005.2.193	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE		674.780,00	110.000,00	0,00	784.780,00	347.186,80	347.592,71	437.217,29
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0000	520.000,00	0,00	0,00	520.000,00	235.500,00	235.500,00	284.500,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituições Privadas sem Fins Lu	0052	0,00	110.000,00	0,00	110.000,00	110.000,00	110.000,00	0,00
3.3.50.41.00.00.00.00	Contribuições	0000					235.500,00	235.500,00	
3.3.50.41.99.00.00.00	Outras Contribuições	0052					110.000,00	110.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00	0,00	0,00	53.950,10
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0052	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00	549,90	549,90	53.002,99
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0098	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	1.121,10	1.497,01	1.074,20
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0000					349,90	349,90	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0052					1.121,10	1.497,01	
3.3.90.30.04.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0052					1.121,10	1.121,10	
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	0052					0,00	142,84	
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0000					349,90	349,90	
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0052					200,00	200,00	
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0098					15,80	15,80	
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	0000					200,00	200,00	
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					15,80	15,80	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	10.900,00	0,00	0,00	10.900,00	0,00	0,00	10.900,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0052	32.700,00	0,00	0,00	32.700,00	0,00	0,00	32.700,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0098	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página 26 de 42

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orcados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
05	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		5.951.500,00	512.690,39	411.000,00	6.053.190,39	707.374,41	1.285.332,24
05.01.0	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		5.951.500,00	512.690,39	411.000,00	6.053.190,39	707.374,41	1.285.332,24
05.01.08	Assistência Social		5.951.500,00	512.690,39	411.000,00	6.053.190,39	707.374,41	1.285.332,24
05.01.08.244	Assistência Comunitária		5.951.500,00	512.690,39	411.000,00	6.053.190,39	707.374,41	1.285.332,24
05.01.08.244.0005	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		5.951.500,00	512.690,39	411.000,00	6.053.190,39	707.374,41	1.285.332,24
06.244.0005.2.194	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		4.223.780,00	0,00	0,00	4.223.780,00	220.093,72	715.176,44
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	3.000.000,00	0,00	0,00	3.000.000,00	207.058,01	448.067,54
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0000					187.451,83	388.353,17
3.1.90.11.01.00.00.00	Diárias no País - Civil	0000					187.451,83	388.353,17
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0000					19.606,18	59.714,37
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0000					19.606,18	59.714,37
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0000					0,00	20.909,34
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	0000					0,00	20.909,34
3.1.91.13.03.00.00.00	Contribuição Patronal Para o Regime Próprio	0000					0,00	20.909,34
3.3.90.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0000					0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000					0,00	0,00
3.3.90.04.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000					12.755,71	242.879,56
3.3.90.04.00.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado	0052	3.924,00	0,00	0,00	3.924,00	280,00	3.320,00
3.3.90.04.04.00.00.00	Obrigações Patronais	0000					0,00	155,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0000					0,00	155,00
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	0000					120,00	765,00
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	0052					280,00	3.170,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0000					120,00	765,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0052					280,00	3.170,00
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0000					10.148,83	13.703,33
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0052					0,00	150,00
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	0000					3.636,00	3.786,00
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	0052					0,00	150,00
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	0000					6.363,68	6.363,68
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0000					149,15	757,15
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0000					0,00	1.071,50
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	0000					0,00	27.310,00
3.3.90.32.03.00.00.00	Gêneros Alimentícios	0000					0,00	27.310,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	0000					0,00	2.958,34
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	0000					0,00	2.958,34
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0000					0,00	32.100,58
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	0000					0,00	22.470,22
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0000					0,00	9.630,36
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0000					2.486,88	165.887,31
3.3.90.39.10.00.00.00	Locação de Imóveis	0000					686,41	686,41
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0000					0,00	8.664,84
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0000					600,00	837,50
3.3.90.39.27.00.00.00	Locação de Veículos Para Locomoção	0000					0,00	282,00
3.3.90.39.40.00.00.00	Programa de Alimentação do Trabalhador	0000					0,00	10.000,00
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0000					0,00	30.000,00
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0000					0,00	20.000,00
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0000					193,80	52.393,80
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	0000					105,99	105,99
3.3.90.39.72.00.00.00	Vale-Transporte	0000					720,00	1.488,00
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0000					0,00	1.200,00
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	0000					63,52	103,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					117,16	40.125,77
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00	0,00	54.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0052	9.156,00	0,00	0,00	9.156,00	0,00	9.156,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página 27 de 42

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
05	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		5.951.500,00	512.690,39	411.000,00	6.053.190,39	707.374,41	1.285.332,24
05.01.0	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		5.951.500,00	512.690,39	411.000,00	6.053.190,39	707.374,41	1.285.332,24
05.01.08	Assistência Social		5.951.500,00	512.690,39	411.000,00	6.053.190,39	707.374,41	1.285.332,24
05.01.08.244	Assistência Comunitaria		5.951.500,00	512.690,39	411.000,00	6.053.190,39	707.374,41	1.285.332,24
05.01.08.244.0005	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		5.951.500,00	512.690,39	411.000,00	6.053.190,39	707.374,41	1.285.332,24
06.244.0005.2.194	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		4.223.780,00	0,00	0,00	4.223.780,00	220.093,72	715.176,44
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0052	9.156,00	0,00	0,00	9.156,00	0,00	9.156,00
Total por Entidade :			5.951.500,00	512.690,39	411.000,00	6.053.190,39	707.374,41	1.285.332,24

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página 28 de 42

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Total	Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados		No Período	Até o Período	
06	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		87.581,50		0,00	87.581,50	80,00	2.585,30	84.996,20
06.01.0	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		87.581,50		0,00	87.581,50	80,00	2.585,30	84.996,20
06.01.16	Habitação		87.581,50		0,00	87.581,50	80,00	2.585,30	84.996,20
06.01.16.482	Habitação Urbana		87.581,50		0,00	87.581,50	80,00	2.585,30	84.996,20
06.01.16.482.0022	HABITAÇÃO POPULAR		87.581,50		0,00	87.581,50	80,00	2.585,30	84.996,20
16.482.0022.1.061	CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES		71.940,00		0,00	71.940,00	0,00	0,00	71.940,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	70.850,00		0,00	70.850,00	0,00	0,00	70.850,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0024	1.090,00		0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00
16.482.0022.2.083	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO		15.641,50		0,00	15.641,50	80,00	2.585,30	13.056,20
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	14.551,50		0,00	14.551,50	80,00	2.585,30	11.966,20
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0024	1.090,00		0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica	0000					80,00	2.585,30	
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0000					0,00	2.505,30	
3.3.90.39.95.00.00.00	Manutenção e Conservação de Equip de Proc de Dados	0000					80,00	80,00	
Total por Entidade :			87.581,50		0,00	87.581,50	80,00	2.585,30	84.996,20

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESC. DE CACADOR

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Período: Fevereiro
Página 29 de 42

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
07	FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE		158,050,00	0,00	0,00	158,050,00	4,920,00	9,597,30
07.01.0	FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE		158,050,00	0,00	0,00	158,050,00	4,920,00	9,597,30
07.01.08	Assistência Social		158,050,00	0,00	0,00	158,050,00	4,920,00	9,597,30
07.01.08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		158,050,00	0,00	0,00	158,050,00	4,920,00	9,597,30
07.01.08.243.0005	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		158,050,00	0,00	0,00	158,050,00	4,920,00	9,597,30
08.243.0005.2.020	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - F		130,800,00	0,00	0,00	130,800,00	4,920,00	9,597,30
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	119,900,00	0,00	0,00	119,900,00	4,920,00	9,597,30
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0000					4,920,00	7,092,00
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0000					4,920,00	7,092,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					0,00	2,505,30
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0000					0,00	2,505,30
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	10,900,00	0,00	0,00	10,900,00	0,00	0,00
08.243.0005.2.164	CAPACITAÇÃO PARA ADOLESCENTES		27,250,00	0,00	0,00	27,250,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	27,250,00	0,00	0,00	27,250,00	0,00	0,00
Total por Entidade :			158,050,00	0,00	0,00	158,050,00	4,920,00	9,597,30

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : FAMPEC - CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página 30 de 42

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
08	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		1.547.800,00	0,00	0,00	1.547.800,00	83.542,36	85.900,87
08.01.0	FAMPEC - CACADOR		1.547.800,00	0,00	0,00	1.547.800,00	83.542,36	85.900,87
08.01.04	Administração		1.547.800,00	0,00	0,00	1.547.800,00	83.542,36	85.900,87
08.01.04.122	Administração Geral		1.547.800,00	0,00	0,00	1.547.800,00	83.542,36	85.900,87
08.01.04.122.0006	ASSISTÊNCIA SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS		1.547.800,00	0,00	0,00	1.547.800,00	83.542,36	85.900,87
04.122.0006.2.033	MANUTENÇÃO DO FAMPEC		1.547.800,00	0,00	0,00	1.547.800,00	83.542,36	85.900,87
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	1.547.800,00	0,00	0,00	1.547.800,00	83.542,36	85.900,87
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					83.542,36	85.608,21
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0000					83.542,36	85.608,21
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	0000					0,00	292,66
3.3.90.93.02.00.00.00	Restituições	0000					0,00	292,66
Total por Entidade :			1.547.800,00	0,00	0,00	1.547.800,00	83.542,36	1.461.899,13

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : IPASC-INSTIT.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página 31 de 42

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
09	IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CACADOR		9.300.000,00	0,00	0,00	9.300.000,00	812.809,19	1.640.817,90
09.01.0	IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CACADOR		9.300.000,00	0,00	0,00	9.300.000,00	812.809,19	1.640.817,90
09.01.04	Administração		9.300.000,00	0,00	0,00	9.300.000,00	812.809,19	1.640.817,90
09.01.04.122	Administração Geral		9.300.000,00	0,00	0,00	9.300.000,00	812.809,19	1.640.817,90
09.01.04.122.0007	PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS		9.300.000,00	0,00	0,00	9.300.000,00	812.809,19	1.640.817,90
04.122.0007.2.034	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO IPASC		900.000,00	0,00	0,00	900.000,00	63.353,45	150.039,70
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0156	600.000,00	0,00	0,00	600.000,00	52.761,87	104.341,72
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratação por Tempo Determinado	0156					10.821,81	20.264,32
3.1.90.04.99.00.00.00	Outros Serviços Temporários	0156					10.821,81	20.264,32
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0156					39.581,91	76.798,73
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos e salários	0156					35.043,48	69.180,22
3.1.90.11.31.00.00.00	gratificação por exercício de cargos	0156					3.165,43	5.329,12
3.1.90.11.37.00.00.00	gratificação por tempo de serviço	0156					1.373,00	2.289,39
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0156					2.358,15	7.278,67
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0156					2.358,15	7.278,67
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0156					10.591,58	43.684,95
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0156					1.200,00	1.200,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0156					1.200,00	1.200,00
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	0156					1.200,00	1.200,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0156					1.768,03	1.987,83
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	0156					0,00	53,00
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	0156					211,76	259,78
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	0156					0,00	15,80
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	0156					720,00	720,00
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copia e Cozinha	0156					154,45	154,45
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	0156					681,80	681,80
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0156					0,00	103,00
3.3.90.35.00.00.00.00	Serviços de Consultoria	0156					2.480,00	4.960,00
3.3.90.35.99.00.00.00	Outros Serviços de Consultoria	0156					2.480,00	4.960,00
3.3.90.37.00.00.00.00	Locação de Mão-de-obra	0156					0,00	12.000,00
3.3.90.37.07.00.00.00	Estagiários	0156					0,00	12.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0156					4.771,55	22.795,12
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	0156					85,00	85,00
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0156					4.022,98	4.022,98
3.3.90.39.40.00.00.00	Programa de Alimentação do Trabalhador	0156					0,00	600,00
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0156					0,00	800,00
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0156					0,00	500,00
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	0156					0,00	8.900,00
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0156					120,00	120,00
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	0156					183,57	367,14
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0156					0,00	2.000,00
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	0156					0,00	240,00
3.3.90.39.97.00.00.00	Despesas de Teleprocessamento	0156					360,00	1.960,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0156					372,00	742,00
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	0156					372,00	742,00
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxílio-Alimentação em Pecúnia	0156					0,00	2.013,03
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0156	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	2.013,03
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0156					0,00	2.013,03
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	0156					0,00	2.013,03
04.122.0007.2.035	MANUTENÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL A SEGURADOS		8.300.000,00	0,00	0,00	8.300.000,00	749.455,74	1.490.778,20
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0156	8.300.000,00	0,00	0,00	8.300.000,00	749.455,74	1.490.778,20
3.1.90.01.00.00.00.00	Aposentadorias e Reformas	0156					590.101,72	1.172.237,83
3.1.90.01.01.00.00.00	Proventos - Pessoal Civil	0156					590.101,72	1.172.237,83
3.1.90.03.00.00.00.00	Pensões	0156					159.354,02	318.540,37
3.1.90.03.01.00.00.00	Civis	0156					159.354,02	318.540,37

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Período: Fevereiro
Página 32 de 42

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orcados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
09 IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR			9.300.000,00		0,00	9.300.000,00	812.809,19	1.640.817,90
09.01.0 IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR			9.300.000,00		0,00	9.300.000,00	812.809,19	1.640.817,90
09.01.04 Administração			9.300.000,00		0,00	9.300.000,00	812.809,19	1.640.817,90
09.01.04.122 Administração Geral			9.300.000,00		0,00	9.300.000,00	812.809,19	1.640.817,90
09.01.04.122.0007 PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS			9.300.000,00		0,00	9.300.000,00	812.809,19	1.640.817,90
04.122.0007.2.777 RESERVA LEGAL - RPPS			100.000,00		0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
7.9.99.00.00.00.00 RESERVADO RPPS		0156	100.000,00		0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
Total por Entidade :			9.300.000,00		0,00	9.300.000,00	812.809,19	1.640.817,90

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CACADOR

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Período: Fevereiro
Página 33 de 42

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
12	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE		1.991.700,00	0,00	0,00	1.991.700,00	99.850,02	202.782,22
12.01.0	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE		1.991.700,00	0,00	0,00	1.991.700,00	99.850,02	202.782,22
12.01.27	Desporto e Lazer		1.991.700,00	0,00	0,00	1.991.700,00	99.850,02	202.782,22
12.01.27.812	Desporto Comunitário		1.991.700,00	0,00	0,00	1.991.700,00	99.850,02	202.782,22
12.01.27.812.0031	ESPORTE CIDADÃO		1.991.700,00	0,00	0,00	1.991.700,00	99.850,02	202.782,22
27.812.0031.2.109	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES		1.482.700,00	0,00	0,00	1.482.700,00	99.850,02	202.782,22
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0126	500.500,00	0,00	0,00	500.500,00	42.789,55	88.354,98
3.1.90.11.00.00.00.00	Despesas Fixas - Pessoal Civil	0126					36.585,92	68.162,46
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e salários	0126					36.585,92	68.162,46
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0126					6.203,63	20.192,52
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0126					6.203,63	20.192,52
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0126					0,00	781,18
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	0126	49.500,00	0,00	0,00	49.500,00	0,00	781,18
3.1.91.13.03.00.00.00	Contribuição Patronal Para o Regime Próprio	0126					0,00	781,18
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0126	900.000,00	0,00	0,00	900.000,00	57.060,47	113.646,06
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0126					500,00	800,00
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	0126					500,00	800,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0126					6.758,99	23.916,00
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0126					4.410,00	4.710,00
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	0126					453,00	453,00
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	0126					365,60	365,60
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0126					1.075,71	1.075,71
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0126					454,68	17.311,69
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	0126					3.725,00	3.725,00
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	0126					3.725,00	3.725,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0126					46.076,48	85.205,06
3.3.90.39.10.00.00.00	Locação de Imóveis	0126					3.120,00	3.120,00
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0126					0,00	9.362,60
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	0126					560,00	560,00
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0126					390,50	390,50
3.3.90.39.27.00.00.00	Locação de Veículos Para Locomoção	0126					30.240,00	30.240,00
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0126					0,00	10.000,00
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0126					0,00	2.000,00
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0126					0,00	6.000,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0126					11.765,98	23.531,96
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0126	32.700,00	0,00	0,00	32.700,00	0,00	0,00
27.812.0031.2.149	CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS ÀS ENTIDADES DESP. ORG. DO MUNICÍPIO.		109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0126	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00
27.812.0031.2.181	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA-ATLETA		400.000,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0126	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00
Total por Entidade :			1.991.700,00	0,00	0,00	1.991.700,00	99.850,02	202.782,22
								1.788.917,78

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : FUNDO MUNICIPAL SANEAMENTO AMBIENTAL DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página 34 de 42

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
11	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL		7.630,00		0,00	7.630,00	0,00	0,00
11.01.0	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL		7.630,00		0,00	7.630,00	0,00	0,00
11.01.17	Saneamento		7.630,00		0,00	7.630,00	0,00	0,00
11.01.17.512	Saneamento Básico Urbano		7.630,00		0,00	7.630,00	0,00	0,00
11.01.17.512.0035	SANEAMENTO BASICO		7.630,00		0,00	7.630,00	0,00	0,00
17.512.0035.2.174	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL		4.360,00		0,00	4.360,00	0,00	0,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	1.090,00		0,00	1.090,00	0,00	0,00
3.1.1.91.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0000	1.090,00		0,00	1.090,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	1.090,00		0,00	1.090,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	1.090,00		0,00	1.090,00	0,00	0,00
17.512.0035.2.175	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS		1.090,00		0,00	1.090,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	1.090,00		0,00	1.090,00	0,00	0,00
17.512.0035.2.176	AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO		2.180,00		0,00	2.180,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	1.090,00		0,00	1.090,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0024	1.090,00		0,00	1.090,00	0,00	0,00
Total por Entidade :			7.630,00		0,00	7.630,00	0,00	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página 35 de 42

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Total	Despesa Empenhada		Saldo
			Orcados	Suplementados	Anulados		No Período	Até o Período	
13	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA		877.500,00	0,00	0,00	877.500,00	38.061,23	116.451,54	761.048,46
13.01.0	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA		877.500,00	0,00	0,00	877.500,00	38.061,23	116.451,54	761.048,46
13.01.13	Cultura		877.500,00	0,00	0,00	877.500,00	38.061,23	116.451,54	761.048,46
13.01.13.392	Disseio Cultural		877.500,00	0,00	0,00	877.500,00	38.061,23	116.451,54	761.048,46
13.01.13.392.0019	ACERVO CULTURAL		877.500,00	0,00	0,00	877.500,00	38.061,23	116.451,54	761.048,46
13.392.0019.1.032	REFORMA E MANUTENÇÃO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA		22.890,00	0,00	0,00	22.890,00	0,00	0,00	22.890,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	21.800,00	0,00	0,00	21.800,00	0,00	0,00	21.800,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0024	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00
13.392.0019.1.046	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS		53.410,00	0,00	0,00	53.410,00	0,00	0,00	53.410,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	43.600,00	0,00	0,00	43.600,00	0,00	0,00	43.600,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0024	9.810,00	0,00	0,00	9.810,00	0,00	0,00	9.810,00
13.392.0019.2.069	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA		801.200,00	0,00	0,00	801.200,00	38.061,23	116.451,54	684.748,46
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	523.200,00	0,00	0,00	523.200,00	30.230,33	65.131,02	458.068,98
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0000					26.498,95	54.101,19	
3.1.90.11.01.00.00	vencimentos e salários	0000					26.498,95	54.101,19	
3.1.90.13.00.00.00	Obrigações Patronais	0000					3.731,38	11.029,83	
3.1.90.13.02.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0000					3.731,38	11.029,83	
3.1.91.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas - Oper Intra-Orcamentarias	0000	21.800,00	0,00	0,00	21.800,00	0,00	2.187,90	19.612,10
3.1.91.13.00.00.00	Obrigações Patronais - Op Intra-Orcamentarias	0000					0,00	2.187,90	
3.1.91.13.03.00.00	Contribuição Patronal Para o Regime Proprio	0000					0,00	2.187,90	
3.3.50.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0000	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	163.500,00	0,00	0,00	163.500,00	7.830,90	49.132,62	114.367,38
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	0000					0,00	408,10	
3.3.90.30.99.00.00	Outros Materiais de Consumo	0000					0,00	408,10	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					7.830,90	48.724,52	
3.3.90.39.11.00.00	Locação de Softwares	0000					0,00	7.387,60	
3.3.90.39.17.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	0000					525,00	525,00	
3.3.90.39.43.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0000					0,00	12.300,00	
3.3.90.39.44.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0000					0,00	2.300,00	
3.3.90.39.58.00.00	Serviços de Telecomunicações	0000					550,00	13.550,00	
3.3.90.39.77.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0000					3.600,00	6.850,00	
3.3.90.39.99.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000	32.700,00	0,00	0,00	32.700,00	3.155,90	5.811,92	32.700,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000					0,00	0,00	
Total por Entidade :			877.500,00	0,00	0,00	877.500,00	38.061,23	116.451,54	761.048,46

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página 36 de 42

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
01	PODER LEGISLATIVO							
01.01.0	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES							
01.01.01.01	Legislativa							
01.01.01.01.031	Ação Legislativa							
01.01.01.031.1.0001	PROCESSO LEGISLATIVO							
01.031.1.0001.1.191	MODERNIZAÇÃO ESTRUTURA PATRIMONIAL							
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	7.248.500,00	0,00	0,00	7.248.500,00	651.093,97	1.395.294,04
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0000	7.248.500,00	0,00	0,00	7.248.500,00	651.093,97	1.395.294,04
3.3.90.30.02.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	0000						
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	0000						
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	0000						
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	0000						
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços - Pessoa Jurídica	0000						
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	0000						
3.3.90.39.20.00.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	0000						
3.3.90.39.23.00.00.00	Festividades e Homenagens	0000						
3.3.90.39.78.00.00.00	Limpeza e Conservação	0000						
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000						
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0000						
4.4.90.51.07.00.00.00	Reforma	0000						
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0000	1.035.500,00	0,00	0,00	1.035.500,00	0,00	682.108,26
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	0000						
01.031.1.0001.2.2001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS							
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	4.926.800,00	0,00	0,00	4.926.800,00	488.534,19	862.542,75
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0000	3.924.000,00	0,00	0,00	3.924.000,00	249.775,76	474.445,22
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos e Salários	0000					216.574,86	412.104,34
3.1.90.11.40.00.00.00	Férias	0000					212.561,34	408.090,82
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0000					4.013,52	4.013,52
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0000					33.200,90	62.340,88
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0000					33.200,90	62.340,88
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	0000					20.489,93	38.131,17
3.1.91.13.03.00.00.00	Contribuição Patronal Para o Regime Proprio	0000	327.000,00	0,00	0,00	327.000,00	20.489,93	38.131,17
3.1.91.13.14.00.00.00	Contribuição ao RPPS	0000					6.514,11	11.408,22
3.1.91.13.99.00.00.00	Outras Obrigações Patronais	0000					0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	675.800,00	0,00	0,00	675.800,00	13.975,82	24.476,01
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0000					218.268,50	349.966,36
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0000					72.686,25	77.904,98
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	0000					331,35	331,35
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	0000					26.117,65	26.324,05
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	0000					17.568,65	17.568,65
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	0000					28.783,60	28.783,60
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	0000					80,00	420,00
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0000					0,00	108,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0000					-195,00	4.369,33
3.3.90.36.07.00.00.00	Estagiários	0000					851,78	1.703,56
3.3.90.37.00.00.00.00	Locação de Mão-de-obra	0000					851,78	1.703,56
3.3.90.37.02.00.00.00	Limpeza e Conservação	0000					50.352,12	50.352,12
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					50.352,12	50.352,12
3.3.90.39.01.00.00.00	Assinatura de Periódicos e Anuidades	0000					88.640,19	214.267,54
3.3.90.39.03.00.00.00	Comissões e Correlações	0000					0,00	990,00
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	0000					1.350,00	1.440,00
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0000					28,00	4.232,00
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	0000					42.043,08	49.203,08
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	0000					0,00	2.744,05
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0000					10,00	10,00
							262,16	2.688,16

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página 37 de 42

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
01	PODER LEGISLATIVO		7.248.500,00	0,00	0,00	7.248.500,00	651.093,97	1.395.294,04
01.01.0	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		7.248.500,00	0,00	0,00	7.248.500,00	651.093,97	1.395.294,04
01.01.01	Legislativa		7.248.500,00	0,00	0,00	7.248.500,00	651.093,97	1.395.294,04
01.01.01.001	Ação Legislativa		7.248.500,00	0,00	0,00	7.248.500,00	651.093,97	1.395.294,04
01.01.01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO		7.248.500,00	0,00	0,00	7.248.500,00	651.093,97	1.395.294,04
01.01.01.0001.2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS		4.926.800,00	0,00	0,00	4.926.800,00	488.534,19	862.542,75
3.3.90.39.20.00.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	0000					35,00	185,00
3.3.90.39.40.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0000					0,00	27.000,00
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0000					0,00	2.000,00
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	0000					0,00	16.486,25
3.3.90.39.57.00.00.00	Serviços de Processamento de Dados	0000					18.539,00	37.697,00
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0000					0,00	26.003,90
3.3.90.39.59.00.00.00	Serviços de Audio, Vídeo e Foto	0000					0,00	30,00
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia Móvel	0000					0,00	4.000,00
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	0000					105,25	105,25
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0000					8.664,72	9.361,19
3.3.90.39.78.00.00.00	Limpeza e Conservação	0000					460,00	460,00
3.3.90.39.79.00.00.00	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac	0000					4.246,00	4.246,00
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópia e Reprodução de Documentos	0000					0,00	9.211,68
3.3.90.39.97.00.00.00	Despesas de Teleprocessamento	0000					12.635,48	15.770,48
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					271,50	423,50
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	0000					5.738,16	5.738,16
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxílio-Alimentação em Pecúnia	0000					5.738,16	5.738,16
01.031.0001.2.161	MANUTENÇÃO DO PROCESSO E ATIVIDADE PARLAMENTAR		632.200,00	0,00	0,00	632.200,00	146.092,75	157.910,16
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000					146.092,75	157.910,16
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0000					11.862,75	14.873,16
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	0000					11.622,75	11.622,75
3.3.90.30.09.00.00.00	Material Farmacológico	0000					0,00	445,45
3.3.90.30.15.00.00.00	Material para Festividades e Homenagens	0000					0,00	1.746,16
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	0000					240,00	240,00
3.3.90.30.29.00.00.00	Material para Audio, Vídeo e Foto	0000					0,00	818,80
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0000					0,00	160,00
3.3.90.36.18.00.00.00	Manutenção e Conservação de Equipamentos	0000					0,00	160,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					134.230,00	142.877,00
3.3.90.39.01.00.00.00	Assinatura de Periódicos e Anúncios	0000					3.500,00	9.283,00
3.3.90.39.23.00.00.00	Festividades e Homenagens	0000					0,00	2.864,00
3.3.90.39.49.00.00.00	Produções Jornalísticas	0000					119.680,00	119.680,00
3.3.90.39.59.00.00.00	Serviços de Audio, Vídeo e Foto	0000					800,00	800,00
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	0000					10.250,00	10.250,00
01.031.0001.2.163	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO		327.000,00	0,00	0,00	327.000,00	10.163,55	12.263,19
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000					10.163,55	12.263,19
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias no País - Civil	0000					1.229,72	2.849,36
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	0000					1.229,72	2.849,36
3.3.90.18.00.00.00.00	Auxílio Financeiro a Estudantes	0000					1.402,50	1.402,50
3.3.90.18.99.00.00.00	Outros Auxílios Financeiros a Estudantes	0000					1.402,50	1.402,50
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	0000					6.751,33	6.751,33
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	0000					6.367,34	6.367,34
3.3.90.33.99.00.00.00	Outras Despesas com Locomoção	0000					383,99	383,99
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					780,00	1.260,00
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	0000					780,00	1.260,00

Total por Entidade : 7.248.500,00 0,00 0,00 7.248.500,00 651.093,97 1.395.294,04 5.853.205,96

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : FUNDAÇÃO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página 38 de 42

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
14	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		6.794.600,00	0,00	0,00	6.794.600,00	463.013,33	1.024.937,58
14.01.0	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		2.252.380,00	0,00	0,00	2.252.380,00	167.369,72	497.643,25
14.01.15	Urbanismo		218.000,00	0,00	0,00	218.000,00	17.985,00	17.985,00
14.01.15.452	Serviços Urbanos		218.000,00	0,00	0,00	218.000,00	17.985,00	17.985,00
14.01.15.452.0024	MEIO AMBIENTE		109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	14.785,00	14.785,00
15.452.0024.2.077	MANUTENÇÃO, REVITALIZAÇÃO E LIMPEZA DE PRAÇAS E RUAS		109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	14.785,00	14.785,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0080	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	14.785,00	14.785,00
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	0080					10.125,00	10.125,00
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0080					4.660,00	4.660,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0080					4.660,00	4.660,00
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	0080					3.200,00	3.200,00
14.01.15.452.0036	CEMITÉRIO MUNICIPAL		109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	3.200,00	105.800,00
15.452.0036.2.076	MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL		109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	3.200,00	105.800,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0080	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	3.200,00	105.800,00
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	0080					3.200,00	3.200,00
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0080					149.384,72	479.658,25
14.01.18	Gestão Ambiental		2.034.380,00	0,00	0,00	2.034.380,00	149.384,72	479.658,25
14.01.18.541	Preservação e Conservação Ambiental		2.034.380,00	0,00	0,00	2.034.380,00	149.384,72	479.658,25
14.01.18.541.0024	MEIO AMBIENTE		17.440,00	0,00	0,00	17.440,00	0,00	0,00
18.541.0024.1.005	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE		1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0024	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0080	16.350,00	0,00	0,00	16.350,00	0,00	16.350,00
18.541.0024.1.007	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS		44.690,00	0,00	0,00	44.690,00	0,00	44.690,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0024	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0080	43.600,00	0,00	0,00	43.600,00	0,00	43.600,00
18.541.0024.2.171	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		1.966.800,00	0,00	0,00	1.966.800,00	149.384,72	479.658,25
3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0080	1.417.000,00	0,00	0,00	1.417.000,00	105.991,38	219.523,03
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0080					95.819,47	189.640,39
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos e salários	0080					10.171,91	29.882,64
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0080					10.171,91	29.882,64
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0080					0,00	0,00
3.1.91.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper Intra-Orçamentárias	0080					0,00	0,00
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op Intra-Orçamentárias	0080					0,00	0,00
3.1.91.13.03.00.00.00	Contribuição Patronal Para o Regime Próprio	0080					0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0080	310.000,00	0,00	0,00	310.000,00	43.393,34	250.910,40
3.3.90.14.00.00.00	Diárias - Civil	0080					120,00	1.370,00
3.3.90.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	0080					120,00	1.370,00
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	0080					23.570,16	96.860,12
3.3.90.30.01.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0080					0,00	57.948,00
3.3.90.30.04.00.00	Gás Engraxado	0080					237,73	237,73
3.3.90.30.22.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	0080					16.649,20	16.649,20
3.3.90.30.23.00.00	Uniformes, Têxteis e Aquecimento	0080					0,00	5.039,15
3.3.90.30.26.00.00	Material Eletrônico e Eletrônico	0080					1.352,63	1.864,44
3.3.90.30.39.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0080					5.015,60	15.896,80
3.3.90.30.99.00.00	Outros Materiais de Consumo	0080					315,00	1.224,80
3.3.90.36.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0080					0,00	100,00
3.3.90.36.99.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0080					0,00	100,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0080					19.703,18	150.580,28
3.3.90.39.11.00.00	Locação de Softwares	0080					0,00	8.520,30
3.3.90.39.12.00.00	Locação de Máquinas e Equipamentos	0080					360,00	530,00
3.3.90.39.17.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	0080					0,00	9.600,00
3.3.90.39.19.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0080					0,00	7.735,20

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : FUNDAÇÃO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página 39 de 42

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
14	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		6.794.600,00	0,00	0,00	6.794.600,00	463.013,33	1.024.937,58
14.01.0	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		2.252.380,00	0,00	0,00	2.252.380,00	167.389,72	497.843,25
14.01.18	Gestão Ambiental		2.034.380,00	0,00	0,00	2.034.380,00	149.384,72	479.658,25
14.01.18.541	Preservação e Conservação Ambiental		2.034.380,00	0,00	0,00	2.034.380,00	149.384,72	479.658,25
14.01.18.541.0024	MEIO AMBIENTE		2.034.380,00	0,00	0,00	2.034.380,00	149.384,72	479.658,25
18.541.0024.2.171	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		1.966.800,00	0,00	0,00	1.966.800,00	149.384,72	479.658,25
3.3.90.39.40.00.00.00	Programa de Alimentação do Trabalhador	0080					0,00	18.500,00
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	0080					9.320,00	9.320,00
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0080					-3.940,00	46.060,00
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0080					0,00	14.000,00
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0080					1.320,00	11.620,00
3.3.90.39.72.00.00.00	Vale-Transporte	0080					1.200,00	2.544,00
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0080					0,00	3.600,00
3.3.90.39.95.00.00.00	Manutenção e Conservação de Equipo de Proc. de Dados	0080					80,00	80,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0080					11.363,18	18.470,78
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0080	163.500,00	0,00	0,00	163.500,00	0,00	163.500,00
18.541.0024.2.172	CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS E AGENTES PUBLICOS		5.450,00	0,00	0,00	5.450,00	0,00	5.450,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0080	5.450,00	0,00	0,00	5.450,00	0,00	5.450,00
14.02.0	DIVISÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS DO HORTO FLORESTA		196.200,00	0,00	0,00	196.200,00	5.585,02	5.585,02
14.02.18	Gestão Ambiental		196.200,00	0,00	0,00	196.200,00	5.585,02	5.585,02
14.02.18.541	Preservação e Conservação Ambiental		196.200,00	0,00	0,00	196.200,00	5.585,02	5.585,02
14.02.18.541.0024	MEIO AMBIENTE		196.200,00	0,00	0,00	196.200,00	5.585,02	5.585,02
18.541.0024.1.009	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS		32.700,00	0,00	0,00	32.700,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0080	32.700,00	0,00	0,00	32.700,00	0,00	32.700,00
18.541.0024.2.021	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HORTO FLORESTAL		32.700,00	0,00	0,00	32.700,00	5.585,02	5.585,02
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0080	32.700,00	0,00	0,00	32.700,00	5.585,02	5.585,02
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0080	32.700,00	0,00	0,00	32.700,00	5.585,02	5.585,02
3.3.90.30.31.00.00.00	Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	0080					5.585,02	5.585,02
18.541.0024.2.032	PRODUÇÃO E AQUISIÇÃO DE MUDAS ORN. FRUT. COM E NATIVAS		130.800,00	0,00	0,00	130.800,00	0,00	130.800,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0080	21.800,00	0,00	0,00	21.800,00	0,00	21.800,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0196	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	109.000,00
14.03.0	DIVISÃO DE PROTEÇÃO, PRESERVAÇÃO LIC. E EDUC. AMB.		337.900,00	0,00	0,00	337.900,00	22.378,66	314.943,14
14.03.18	Gestão Ambiental		337.900,00	0,00	0,00	337.900,00	22.378,66	314.943,14
14.03.18.541	Preservação e Conservação Ambiental		337.900,00	0,00	0,00	337.900,00	22.378,66	314.943,14
14.03.18.541.0024	MEIO AMBIENTE		337.900,00	0,00	0,00	337.900,00	22.378,66	314.943,14
18.541.0024.2.036	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E PROGRAMAS DE PRESERVAÇÃO		337.900,00	0,00	0,00	337.900,00	22.378,66	314.943,14
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0080	10.900,00	0,00	0,00	10.900,00	0,00	10.900,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0196	327.000,00	0,00	0,00	327.000,00	22.378,66	304.043,14
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0196					22.378,66	22.834,66
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0196					0,00	456,00
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0196					22.378,66	22.378,66
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0196					0,00	122,20
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0196					0,00	122,20

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : FUNDAÇÃO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página 40 de 42

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
14	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		6.794.600,00	0,00	0,00	6.794.600,00	463.013,33	1.024.937,58
14.04.0	DIVISÃO DE CONTROLE DE ZOOSES E DEF. DE ANIMAIS		50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	21.808,72	23.772,22
14.04.10	Saúde							
14.04.10.305	Vigilância Epidemiológica		50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	21.808,72	23.772,22
14.04.10.305.0024	MEIO AMBIENTE		50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	21.808,72	23.772,22
10.305.0024.2.039	VACINAÇÃO E CONTROLE DA POPULAÇÃO ANIMAL		50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	21.808,72	23.772,22
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0080	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	21.808,72	23.772,22
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0080					9.168,72	11.132,22
3.3.90.30.06.00.00.00	Alimentos para Animais	0080					8.148,72	10.112,22
3.3.90.30.18.00.00.00	Materiais e Medicamentos p/Uso Veterinário	0080					1.020,00	1.020,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0080					12.640,00	12.640,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0080					12.640,00	12.640,00
14.05.0	DIVISÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO-FUNSAN		1.102.320,00	0,00	0,00	1.102.320,00	29.250,52	43.236,55
14.05.17	Saneamento							
14.05.17.512	Saneamento Básico Urbano		1.102.320,00	0,00	0,00	1.102.320,00	29.250,52	43.236,55
14.05.17.512.0024	MEIO AMBIENTE		1.102.320,00	0,00	0,00	1.102.320,00	29.250,52	43.236,55
17.512.0024.1.018	ACQUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS							
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0080	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0080	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00	0,00	0,00
17.512.0024.1.021	DRAGAGEM E DESASSOREAMENTO DE RIOS		1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0024	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00
17.512.0024.2.040	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO		392.400,00	0,00	0,00	392.400,00	21.998,51	33.998,51
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0080	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0080	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0099	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	19.960,05	19.960,05
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0099					11.200,00	11.200,00
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0099					7.620,20	7.620,20
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0099					1.139,85	1.139,85
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0099					2.038,46	14.038,46
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0099					454,46	454,46
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	0099					1.584,00	1.584,00
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0099					0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0024	10.900,00	0,00	0,00	10.900,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0080	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0099	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00
17.512.0024.2.041	MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE ABAST. DE ÁGUA		566.040,00	0,00	0,00	566.040,00	7.252,01	9.238,04
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0024	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0080	128.950,00	0,00	0,00	128.950,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0099	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	7.252,01	9.238,04
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0099					4.800,16	6.344,39
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0099					4.375,16	5.919,39
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0099					425,00	425,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0099					2.451,85	2.893,65
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	0099					1.584,25	1.584,25
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0099					792,60	1.234,40
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0099					75,00	75,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0080	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0099	218.000,00	0,00	0,00	218.000,00	0,00	0,00
17.512.0024.2.042	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS		88.290,00	0,00	0,00	88.290,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0080	61.040,00	0,00	0,00	61.040,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0024	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : FUNDAÇÃO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Período: Fevereiro
Página 41 de 42

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada			Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período	
14	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		6.794.600,00	0,00	0,00	6.794.600,00	463.013,33	1.024.937,58	5.769.662,42
14.05.0	DIVISÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO-FUNSAN		1.102.320,00	0,00	0,00	1.102.320,00	29.250,52	43.236,55	1.059.083,45
14.05.17	Saneamento		1.102.320,00	0,00	0,00	1.102.320,00	29.250,52	43.236,55	1.059.083,45
14.05.17.512	Saneamento Básico Urbano		1.102.320,00	0,00	0,00	1.102.320,00	29.250,52	43.236,55	1.059.083,45
14.05.17.512.0024	MEIO AMBIENTE		1.102.320,00	0,00	0,00	1.102.320,00	29.250,52	43.236,55	1.059.083,45
17.512.0024.2.042	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS		88.290,00	0,00	0,00	88.290,00	0,00	0,00	88.290,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0080	26.160,00	0,00	0,00	26.160,00	0,00	0,00	26.160,00
14.06.0	DIVISÃO DE LIMPEZA DE PRAÇAS E RUAS		2.855.800,00	0,00	0,00	2.855.800,00	216.620,69	431.743,68	2.424.056,32
14.06.15	Urbanismo		130.800,00	0,00	0,00	130.800,00	7.120,68	17.508,03	113.291,97
14.06.15.452	Serviços Urbanos		130.800,00	0,00	0,00	130.800,00	7.120,68	17.508,03	113.291,97
14.06.15.452.0037	TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL		109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	4.660,00	14.707,55	94.292,45
15.452.0037.2.780	MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL		109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	4.660,00	14.707,55	94.292,45
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0080	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	4.660,00	14.707,55	94.292,45
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	0080	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47,55	47,55
3.3.90.30.04.00.00	Gás Engarrafado	0080	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.660,00	14.660,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0080	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.660,00	4.660,00
3.3.90.39.41.00.00	Fornecimento de Alimentação	0080	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.39.44.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0080	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.800,48	2.800,48
14.06.15.452.0038	PARQUE CENTRAL		21.800,00	0,00	0,00	21.800,00	2.460,68	2.800,48	18.999,52
15.452.0038.2.781	MANUTENÇÃO DO PARQUE CENTRAL		21.800,00	0,00	0,00	21.800,00	2.460,68	2.800,48	18.999,52
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0080	21.800,00	0,00	0,00	21.800,00	2.460,68	2.800,48	18.999,52
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	0080	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	231,80	231,80
3.3.90.30.26.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	0080	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.568,68	2.568,68
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0080	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	690,00	690,00
3.3.90.39.63.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	0080	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.878,68	1.878,68
3.3.90.39.99.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0080	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	414.235,65	414.235,65
14.06.17	Saneamento		2.725.000,00	0,00	0,00	2.725.000,00	209.500,01	414.235,65	2.310.764,35
14.06.17.512	Saneamento Básico Urbano		2.725.000,00	0,00	0,00	2.725.000,00	209.500,01	414.235,65	2.310.764,35
14.06.17.512.0024	MEIO AMBIENTE		2.725.000,00	0,00	0,00	2.725.000,00	209.500,01	414.235,65	2.310.764,35
17.512.0024.1.047	SERVICO DE COLETA E DISPOSICAO RESIDUOS SOLIDO		2.725.000,00	0,00	0,00	2.725.000,00	209.500,01	414.235,65	2.310.764,35
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0080	2.725.000,00	0,00	0,00	2.725.000,00	209.500,01	414.235,65	2.310.764,35
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0089	1.635.000,00	0,00	0,00	1.635.000,00	180,00	180,00	675.944,35
3.3.90.14.00.00.00	Diárias - Civil	0080	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	380,00	380,00
3.3.90.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	0080	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180,00	180,00
3.3.90.14.14.00.00	Diárias no País - Civil	0080	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	400,00
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	0080	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	400,00
3.3.90.30.01.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0080	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	413.275,65	413.275,65
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0080	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	413.275,65	413.275,65
3.3.90.39.76.00.00	Limpeza e Conservação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por Entidade :			6.794.600,00	0,00	0,00	6.794.600,00	463.013,33	1.024.937,58	5.769.662,42

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CACADOR

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Período: Fevereiro
Página 42 de 42

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldos
			Orcados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	
16 IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CACADOR								
16.01.0 IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CACADOR			1.057.754,00	0,00	0,00	1.057.754,00	83.008,03	156.744,02
			1.057.754,00	0,00	0,00	1.057.754,00	83.008,03	156.744,02
16.01.15 Urbanismo			1.057.754,00	0,00	0,00	1.057.754,00	83.008,03	156.744,02
16.01.15.451 Infra-Estrutura Urbana			1.057.754,00	0,00	0,00	1.057.754,00	83.008,03	156.744,02
16.01.15.451.0034 PLANEJAMENTO URBANO			1.057.754,00	0,00	0,00	1.057.754,00	83.008,03	156.744,02
15.451.0034-2.011 MANUTENÇÃO DO PLANO DIRETOR			70.554,00	0,00	0,00	70.554,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas		0000	70.554,00	0,00	0,00	70.554,00	0,00	0,00
15.451.0034-2.014 MANUTENÇÃO DO IPPUC			965.400,00	0,00	0,00	965.400,00	83.008,03	156.744,02
3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas		0000	965.400,00	0,00	0,00	965.400,00	83.008,03	156.744,02
3.1.90.11.00.00.00.00 Rendimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		0000					61.951,53	126.518,87
3.1.90.11.01.00.00.00 Rendimentos e salários		0000					58.243,91	115.347,93
3.1.90.13.00.00.00.00 Obrigações Patronais		0000					58.243,91	115.347,93
3.1.90.13.02.00.00.00 Contribuições Previdenciárias - INSS		0000					3.707,62	11.170,94
3.1.91.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas - Oper Intra-Orcamentárias		0000					3.707,62	11.170,94
3.1.91.13.00.00.00.00 Obrigações Patronais - Op.Intra-Orcamentárias		0000					3.707,62	11.170,94
3.1.91.13.03.00.00.00 Contribuição Patronal Para o Regime Próprio		0000	58.000,00	0,00	0,00	58.000,00	0,00	8.370,40
3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas		0000					0,00	8.370,40
3.3.90.30.00.00.00.00 Material de Consumo		0000	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	8.370,40
3.3.90.30.01.00.00.00 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos		0000					21.056,50	21.854,75
3.3.90.30.16.00.00.00 Material de Expediente		0000					6.445,20	7.020,15
3.3.90.30.22.00.00.00 Material de Limpeza e Produção de Higieneização		0000					2.205,00	2.205,00
3.3.90.30.26.00.00.00 Material Elétrico e Eletrônico		0000					3.535,00	3.535,00
3.3.90.30.39.00.00.00 Material para Manutenção de Veículos		0000					597,60	597,60
3.3.90.30.39.00.00.00 Outros Materiais de Consumo		0000					107,60	107,60
3.3.90.39.00.00.00.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		0000					0,00	225,15
3.3.90.39.10.00.00.00 Locação de Softwares		0000					0,00	349,80
3.3.90.39.17.00.00.00 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip		0000					14.611,30	14.834,60
3.3.90.39.19.00.00.00 Manutenção e Conservação de Veículos		0000					9.912,30	9.912,30
3.3.90.39.58.00.00.00 Serviços de Telecomunicações		0000					4.350,00	4.350,00
3.3.90.39.99.00.00.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		0000					0,00	223,30
4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas		0000	65.400,00	0,00	0,00	65.400,00	184,00	184,00
15.451.0034-2.075 IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO URBANO.							0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas		0000	21.800,00	0,00	0,00	21.800,00	0,00	0,00
			21.800,00	0,00	0,00	21.800,00	0,00	0,00
Total por Entidade :			1.057.754,00	0,00	0,00	1.057.754,00	83.008,03	156.744,02
Total Geral :			162.730.600,00	7.371.443,03	411.000,00	169.891.043,03	11.288.139,48	31.057.631,30
								138.633.411,72

CACADOR . 27/03/2015

Francieli Antunes de Macedo	Gilberto Amaro Comazzetto
Contadora Geral CRC-SC 028965/O-5	Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro

Página 1 de 36

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
02	CHEFIA DO EXECUTIVO		82.524.491,94	0,00	0,00	82.524.491,94	8.844.271,66	8.844.271,66
02.01.0	GABINETE DO PREFEITO		6.620.006,50	0,00	0,00	6.620.006,50	432.146,46	432.146,46
02.01.04	Administração		6.121.006,50	0,00	0,00	6.121.006,50	419.048,04	419.048,04
02.01.04.122	Administração Geral		6.121.006,50	0,00	0,00	6.121.006,50	419.048,04	419.048,04
02.01.04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		6.121.006,50	0,00	0,00	6.121.006,50	419.048,04	419.048,04
04.122.0002.1.004	CONSTRUÇÃO DA SEDE DO PROCON		109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	109.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	109.000,00
04.122.0002.2.002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO		4.304.800,00	0,00	0,00	4.304.800,00	264.482,41	264.482,41
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	1.482.400,00	0,00	0,00	1.482.400,00	116.278,16	116.278,16
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0000					95.247,74	95.247,74
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos e salários	0000					95.247,74	95.247,74
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0000					21.030,42	21.030,42
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0000					21.030,42	21.030,42
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper Intra-Orçamentárias	0000	43.600,00	0,00	0,00	43.600,00	8.339,84	8.339,84
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op. Intra-Orçamentárias	0000					8.339,84	8.339,84
3.1.91.13.03.00.00.00	Contribuição Patronal Para o Regime Proprio	0000					8.339,84	8.339,84
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	2.669.800,00	0,00	0,00	2.669.800,00	139.864,41	139.864,41
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0000					3.110,00	3.110,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias no País - Civil	0000					3.110,00	3.110,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0000					2.210,05	2.210,05
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0000					1.850,00	1.850,00
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	0000					202,60	202,60
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0000					137,45	137,45
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					83.125,45	83.125,45
3.3.90.39.01.00.00.00	Assinatura de Periódicos e Anuidades	0000					7.950,00	7.950,00
3.3.90.39.10.00.00.00	Locação de Imóveis	0000					1.469,34	1.469,34
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	0000					2.250,00	2.250,00
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0000					4.500,00	4.500,00
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	0000					756,00	756,00
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0000					1.200,00	1.200,00
3.3.90.39.98.00.00.00	Serviços de Publicidade e Propaganda	0000					63.822,77	63.822,77
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					1.177,34	1.177,34
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	0000					51.418,91	51.418,91
3.3.90.93.02.00.00.00	Restituições	0000					51.418,91	51.418,91
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	109.000,00
04.122.0002.2.003	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE IMPRENSA		32.809,00	0,00	0,00	32.809,00	0,00	32.809,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	26.269,00	0,00	0,00	26.269,00	0,00	26.269,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	6.540,00	0,00	0,00	6.540,00	0,00	6.540,00
04.122.0002.2.004	MANUTENÇÃO DO PROCON		196.200,00	0,00	0,00	196.200,00	20.760,48	20.760,48
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	185.300,00	0,00	0,00	185.300,00	20.760,48	20.760,48
3.3.90.35.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0000					7.349,80	7.349,80
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	0000					7.349,80	7.349,80
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					13.410,68	13.410,68
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0000					40,00	40,00
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0000					3.500,00	3.500,00
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0000					8.000,00	8.000,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					1.870,68	1.870,68
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	10.900,00	0,00	0,00	10.900,00	0,00	10.900,00
04.122.0002.2.006	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		1.068.200,00	0,00	0,00	1.068.200,00	130.454,64	130.454,64
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	921.050,00	0,00	0,00	921.050,00	86.423,32	86.423,32
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0000					81.894,86	81.894,86
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos e salários	0000					81.894,86	81.894,86
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0000					4.528,46	4.528,46

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro

Página 2 de 36

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Total	Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados		No Período	Até o Período	
02	CHEFIA DO EXECUTIVO		82.524.491,94	0,00	0,00	82.524.491,94	8.844.271,66	8.844.271,66	73.680.220,28
02.01.0	GABINETE DO PREFEITO		6.620.008,50	0,00	0,00	6.620.008,50	432.146,46	432.146,46	6.187.862,04
02.01.04	Administração		6.121.006,50	0,00	0,00	6.121.006,50	419.048,04	419.048,04	5.701.958,46
02.01.04.122	Administração Geral		6.121.006,50	0,00	0,00	6.121.006,50	419.048,04	419.048,04	5.701.958,46
02.01.04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		6.121.006,50	0,00	0,00	6.121.006,50	419.048,04	419.048,04	5.701.958,46
04.122.0002.2.006	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		1.068.200,00	0,00	0,00	1.068.200,00	130.454,64	130.454,64	937.745,36
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0000					4.528,46	4.528,46	
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - Oper.Intra-Orçamentárias	0000					12.340,39	12.340,39	
3.1.91.13.03.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	0000	81.750,00	0,00	0,00	81.750,00	12.340,39	12.340,39	69.409,61
3.1.91.13.03.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Extra-Orçamentárias	0000					12.340,39	12.340,39	
3.3.90.00.00.00.00.00	Contribuição Patronal Para o Regime Proprio	0000	32.700,00	0,00	0,00	32.700,00	31.690,93	31.690,93	1.009,07
3.3.90.00.00.00.00.00	Obrigações Diretas	0000					1.200,00	1.200,00	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0000					1.200,00	1.200,00	
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	0000					81,90	81,90	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0000					81,90	81,90	
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0000					30.409,03	30.409,03	
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					1.392,00	1.392,00	
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	0000					80,00	80,00	
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0000					28.937,03	28.937,03	
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					0,00	0,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	32.700,00	0,00	0,00	32.700,00	0,00	0,00	32.700,00
04.122.0002.2.013	CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS A ENTIDADES.		80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0000	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00
04.122.0002.2.015	MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO		19.620,00	0,00	0,00	19.620,00	0,00	0,00	19.620,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	13.080,00	0,00	0,00	13.080,00	0,00	0,00	13.080,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	6.540,00	0,00	0,00	6.540,00	0,00	0,00	6.540,00
04.122.0002.2.157	MANUTENÇÃO DA INTENDÊNCIA DE TAQUARA VERDE		223.177,50	0,00	0,00	223.177,50	3.350,51	3.350,51	219.826,99
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	38.150,00	0,00	0,00	38.150,00	3.350,51	3.350,51	34.799,49
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0000					2.363,01	2.363,01	
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos e salários	0000					2.363,01	2.363,01	
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0000					987,50	987,50	
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0000					987,50	987,50	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	163.500,00	0,00	0,00	163.500,00	0,00	0,00	163.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	21.527,50	0,00	0,00	21.527,50	0,00	0,00	21.527,50
04.122.0002.2.162	CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA A CENTROS COMUNITÁRIOS		87.200,00	0,00	0,00	87.200,00	0,00	0,00	87.200,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0000	87.200,00	0,00	0,00	87.200,00	0,00	0,00	87.200,00
02.01.06.182	Defesa Civil		390.002,00	0,00	0,00	390.002,00	13.098,42	13.098,42	376.903,58
02.01.06.182.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		390.002,00	0,00	0,00	390.002,00	13.098,42	13.098,42	376.903,58
06.182.0002.2.166	MANUTENÇÃO DO FUNDO DA DEFESA CIVIL		390.002,00	0,00	0,00	390.002,00	13.098,42	13.098,42	376.903,58
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000					4.857,88	4.857,88	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0000					3.338,20	3.338,20	
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos e salários	0000					3.338,20	3.338,20	
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0000					1.519,68	1.519,68	
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0000					1.519,68	1.519,68	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	324.602,00	0,00	0,00	324.602,00	8.240,54	8.240,54	316.361,46
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0024	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0000					1.500,54	1.500,54	
3.3.90.30.00.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0000					1.500,54	1.500,54	
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					6.740,00	6.740,00	
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0000					40,00	40,00	
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0000					2.500,00	2.500,00	



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro

Página 3 de 36

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
02	CHEFIA DO EXECUTIVO		82.524.491,94	0,00	0,00	82.524.491,94	8.844.271,66	8.844.271,66
02.01.0	GABINETE DO PREFEITO		6.620.008,50	0,00	0,00	6.620.008,50	432.146,46	432.146,46
02.01.06	Segurança Pública		390.002,00	0,00	0,00	390.002,00	13.098,42	13.098,42
02.01.06.182	Defesa Civil		390.002,00	0,00	0,00	390.002,00	13.098,42	13.098,42
02.01.06.182.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		390.002,00	0,00	0,00	390.002,00	13.098,42	13.098,42
06.182.0002.2.156	MANUTENÇÃO DO FUNDO DA DEFESA CIVIL		390.002,00	0,00	0,00	390.002,00	13.098,42	13.098,42
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0000					1.200,00	1.200,00
3.3.90.39.58.00.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0000					3.000,00	3.000,00
02.01.14	Direitos da Cidadania		109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00
02.01.14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00
02.01.14.422.0040	PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS		109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00
14.422.0040.2.782	COORDENADORIA MUNICIPAL DA MULHER		109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00
02.02.0	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		4.675.840,00	0,00	0,00	4.675.840,00	857.322,45	857.322,45
02.02.04	Administração		4.675.840,00	0,00	0,00	4.675.840,00	857.322,45	857.322,45
02.02.04.123	Administração Financeira		4.675.840,00	0,00	0,00	4.675.840,00	857.322,45	857.322,45
02.02.04.123.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		4.675.840,00	0,00	0,00	4.675.840,00	857.322,45	857.322,45
04.123.0002.2.005	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		4.675.840,00	0,00	0,00	4.675.840,00	857.322,45	857.322,45
3.1.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	2.528.800,00	0,00	0,00	2.528.800,00	243.039,31	243.039,31
3.1.90.11.00.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0000					234.502,59	234.502,59
3.1.90.11.01.00.00.00.00	vencimentos e salários	0000					234.502,59	234.502,59
3.1.90.13.00.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0000					8.536,72	8.536,72
3.1.90.13.01.00.00.00.00	FGTS	0000					28,15	28,15
3.1.90.13.02.00.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0000					8.508,57	8.508,57
3.1.91.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0000	196.200,00	0,00	0,00	196.200,00	34.284,75	34.284,75
3.1.91.13.00.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	0000					34.284,75	34.284,75
3.1.91.13.03.00.00.00.00	Contribuição Patronal Para o Regime Proprio	0000					579.998,39	579.998,39
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	1.900.000,00	0,00	0,00	1.900.000,00	1.520,00	1.520,00
3.3.90.14.00.00.00.00.00	Diárias - Civil	0000					1.520,00	1.520,00
3.3.90.14.00.00.00.00.00	Diárias no País - Civil	0000					8.795,66	8.795,66
3.3.90.30.00.00.00.00.00	Material de Consumo	0000					6.230,00	6.230,00
3.3.90.30.01.00.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0000					1.188,66	1.188,66
3.3.90.30.04.00.00.00.00	Gás Engarrafado	0000					437,00	437,00
3.3.90.30.30.00.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0000					940,00	940,00
3.3.90.30.39.00.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0000					459.288,12	459.288,12
3.3.90.39.00.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					88.069,66	88.069,66
3.3.90.39.11.00.00.00.00	Locação de Softwares	0000					115,59	115,59
3.3.90.39.12.00.00.00.00	Locação de Máquinas e Equipamentos	0000					41.422,20	41.422,20
3.3.90.39.16.00.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	0000					4.176,00	4.176,00
3.3.90.39.17.00.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	0000					122,20	122,20
3.3.90.39.19.00.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0000					23.400,00	23.400,00
3.3.90.39.40.00.00.00.00	Programa de Alimentação do Trabalhador	0000					60.000,00	60.000,00
3.3.90.39.43.00.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0000					13.000,00	13.000,00
3.3.90.39.44.00.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0000					18.000,00	18.000,00
3.3.90.39.58.00.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0000					1.199,06	1.199,06
3.3.90.39.69.00.00.00.00	Serviços em Geral	0000					672,00	672,00
3.3.90.39.72.00.00.00.00	Valer-Transporte	0000					18.390,00	18.390,00
3.3.90.39.77.00.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0000					5.500,00	5.500,00
3.3.90.39.79.00.00.00.00	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac	0000					144,00	144,00
3.3.90.39.83.00.00.00.00	Serviços de Cópia e Reprodução de Documentos	0000					2.082,28	2.082,28
3.3.90.39.90.00.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	0000					182.995,13	182.995,13
3.3.90.39.99.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000						

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro

Página 4 de 36

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
02	CHEFIA DO EXECUTIVO		82.524.491,94	0,00	0,00	82.524.491,94	8.844.271,66	8.844.271,66
02.02.0	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		4.675.840,00	0,00	0,00	4.675.840,00	857.322,45	857.322,45
02.02.04	Administração		4.675.840,00	0,00	0,00	4.675.840,00	857.322,45	857.322,45
02.02.04.123	Administração Financeira		4.675.840,00	0,00	0,00	4.675.840,00	857.322,45	857.322,45
02.02.04.123.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		4.675.840,00	0,00	0,00	4.675.840,00	857.322,45	857.322,45
04.123.0002.2.005	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		4.675.840,00	0,00	0,00	4.675.840,00	857.322,45	857.322,45
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	0000					55.001,91	55.001,91
3.3.90.47.12.00.00.00	Contribuição Para o PIS/PASEP	0000					55.001,91	55.001,91
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	0000					55.392,70	55.392,70
3.3.90.93.02.00.00.00	Restituições	0000					55.392,70	55.392,70
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta decorrente de operação Consócio	0000	29.040,00	0,00	0,00	29.040,00	0,00	29.040,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	21.800,00	0,00	0,00	21.800,00	0,00	21.800,00
02.03.0	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA		15.236.577,00	0,00	0,00	15.236.577,00	1.877.705,75	1.877.705,75
02.03.15	Urbanismo		15.182.077,00	0,00	0,00	15.182.077,00	1.877.705,75	1.877.705,75
02.03.15.451	Infra-Estrutura Urbana		14.753.987,00	0,00	0,00	14.753.987,00	1.877.705,75	1.877.705,75
02.03.15.451.0017	INFRAESTRUTURA URBANA		14.753.987,00	0,00	0,00	14.753.987,00	1.877.705,75	1.877.705,75
15.451.0017.1.001	DESAPROPRIAÇÃO DAS ÁREAS EM TORNO DO PARQUE		1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0024	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00
15.451.0017.1.039	ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE		1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0024	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00
15.451.0017.1.040	PARQUE CENTRAL 3. ETAPA		1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0024	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00
15.451.0017.1.057	CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS		96.590,00	0,00	0,00	96.590,00	0,00	96.590,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	40.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00	0,00	54.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0024	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00
15.451.0017.2.071	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		11.108.287,00	0,00	0,00	11.108.287,00	1.528.686,19	9.579.580,81
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	5.271.700,00	0,00	0,00	5.271.700,00	365.405,60	4.906.294,40
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0000					346.483,72	346.483,72
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos e salários	0000					346.483,72	346.483,72
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0000					18.921,88	18.921,88
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0000					18.921,88	18.921,88
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0000	397.000,00	0,00	0,00	397.000,00	51.921,54	51.921,54
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	0000					51.921,54	51.921,54
3.1.91.13.03.00.00.00	Contribuição Patronal Para o Regime Proprio	0000					51.921,54	51.921,54
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	5.400.000,00	0,00	0,00	5.400.000,00	1.111.359,05	4.288.640,95
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0016	16.895,00	0,00	0,00	16.895,00	0,00	16.895,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0000					537.804,20	537.804,20
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0000					184.430,00	184.430,00
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engenariado	0000					332,82	332,82
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0000					6.050,08	6.050,08
3.3.90.30.42.00.00.00	Ferramentas	0000					3.126,70	3.126,70
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0000					343.864,60	343.864,60
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0000					49.238,48	49.238,48
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	0000					49.238,48	49.238,48
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					455.036,18	455.036,18
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0000					65.037,46	65.037,46
3.3.90.39.12.00.00.00	Locação de Máquinas e Equipamentos	0000					30.000,00	30.000,00
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0000					2.653,20	2.653,20
3.3.90.39.40.00.00.00	Programa de Alimentação do Trabalhador	0000					57.090,00	57.090,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro

Página 5 de 36

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
02	CHEFIA DO EXECUTIVO		82.524.491,94	0,00	0,00	82.524.491,94	8.844.271,66	8.844.271,66
02.03.0	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA		15.236.577,00	0,00	0,00	15.236.577,00	1.877.705,75	1.877.705,75
02.03.15	Urbanismo		15.182.077,00	0,00	0,00	15.182.077,00	1.877.705,75	1.877.705,75
02.03.15.451	Infra-Estrutura Urbana		14.753.987,00	0,00	0,00	14.753.987,00	1.877.705,75	1.877.705,75
02.03.15.451.0017	INFRA-ESTRUTURA URBANA		14.753.987,00	0,00	0,00	14.753.987,00	1.877.705,75	1.877.705,75
15.451.0017.2.071	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA		11.108.267,00	0,00	0,00	11.108.267,00	1.528.686,19	1.528.686,19
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0000					205.000,00	205.000,00
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0000					72.000,00	72.000,00
3.3.90.39.56.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0000					10.000,00	10.000,00
3.3.90.39.72.00.00.00	Vale-Transporte	0000					4.416,00	4.416,00
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	0000					180,00	180,00
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	0000					178,58	178,58
3.3.90.39.96.00.00.00	Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					8.480,94	8.480,94
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	0000					69.280,19	69.280,19
3.3.90.93.02.00.00.00	Restituições	0000					69.280,19	69.280,19
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	21.582,00	0,00	0,00	21.582,00	0,00	21.582,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0083	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00
15.451.0017.2.072	MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS		1.149.000,00	0,00	0,00	1.149.000,00	193.180,66	193.180,66
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	495.000,00	0,00	0,00	495.000,00	190.180,66	190.180,66
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0024	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0042	395.125,00	0,00	0,00	395.125,00	3.000,00	3.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0045	17.985,00	0,00	0,00	17.985,00	0,00	17.985,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0056	130.800,00	0,00	0,00	130.800,00	0,00	130.800,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0000					131.514,00	131.514,00
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0000					131.514,00	131.514,00
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					58.686,66	58.686,66
3.3.90.39.10.00.00.00	Locação de Imóveis	0000					7.000,00	7.000,00
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0000					20.000,00	20.000,00
3.3.90.39.96.00.00.00	Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					31.686,66	31.686,66
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	0042					3.000,00	3.000,00
3.3.90.47.12.00.00.00	Contribuição Para o PIS/PASEP	0042					3.000,00	3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0056	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	109.000,00
15.451.0017.2.076	MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL		10.900,00	0,00	0,00	10.900,00	0,00	10.900,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	10.900,00	0,00	0,00	10.900,00	0,00	10.900,00
15.451.0017.2.077	MANUTENÇÃO, REVITALIZAÇÃO E LIMPEZA DE PRAÇAS E RUAS		10.900,00	0,00	0,00	10.900,00	0,00	10.900,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	10.900,00	0,00	0,00	10.900,00	0,00	10.900,00
15.451.0017.2.078	MANUTENÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL		100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	25.789,90	25.789,90
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	25.789,90	25.789,90
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0000					349,90	349,90
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0000					349,90	349,90
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					25.440,00	25.440,00
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0000					440,00	440,00
3.3.90.39.56.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0000					25.000,00	25.000,00
15.451.0017.2.079	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA		1.997.970,00	0,00	0,00	1.997.970,00	0,00	1.997.970,00
3.1.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0017	33.702,00	0,00	0,00	33.702,00	0,00	33.702,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0017	12.546,00	0,00	0,00	12.546,00	0,00	12.546,00
3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos	0017	450.000,00	0,00	0,00	450.000,00	0,00	450.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0017	1.498.770,00	0,00	0,00	1.498.770,00	0,00	1.498.770,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0017	2.952,00	0,00	0,00	2.952,00	0,00	2.952,00
15.451.0017.2.108	MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL		278.090,00	0,00	0,00	278.090,00	130.049,00	148.041,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	277.000,00	0,00	0,00	277.000,00	130.049,00	146.951,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro

Página 6 de 36

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Total	Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados		No Período	Até o Período	
02	CHEFIA DO EXECUTIVO		82.524.491,94	0,00	0,00	82.524.491,94	8.844.271,66	8.844.271,66	73.680.220,28
02.03.0	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA		15.236.577,00	0,00	0,00	15.236.577,00	1.877.705,75	1.877.705,75	13.358.871,25
02.03.15	Urbanismo		15.182.077,00	0,00	0,00	15.182.077,00	1.877.705,75	1.877.705,75	13.304.371,25
02.03.15.451	Infra-Estrutura Urbana		14.753.987,00	0,00	0,00	14.753.987,00	1.877.705,75	1.877.705,75	12.876.281,25
02.03.15.451.0017	INFRA-ESTRUTURA URBANA		14.753.987,00	0,00	0,00	14.753.987,00	1.877.705,75	1.877.705,75	12.876.281,25
15.451.0017.2.108	MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL		278.090,00	0,00	0,00	278.090,00	130.049,00	130.049,00	148.041,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0024	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0000					130.049,00	130.049,00	
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0000					130.049,00	130.049,00	
02.03.15.452	Serviços Urbanos		428.090,00	0,00	0,00	428.090,00	0,00	0,00	428.090,00
02.03.15.452.0017	INFRA-ESTRUTURA URBANA		428.090,00	0,00	0,00	428.090,00	0,00	0,00	428.090,00
15.452.0017.1.051	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PONTES, PONTILHÕES E BUEIROS		210.090,00	0,00	0,00	210.090,00	0,00	0,00	210.090,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0024	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00
15.452.0017.1.053	ACQUIÇÃO DE IMÓVEIS		218.000,00	0,00	0,00	218.000,00	0,00	0,00	218.000,00
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	218.000,00	0,00	0,00	218.000,00	0,00	0,00	218.000,00
02.03.17	Saneamento		54.500,00	0,00	0,00	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00
02.03.17.512	Saneamento Básico Urbano		54.500,00	0,00	0,00	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00
02.03.17.512.0017	INFRA-ESTRUTURA URBANA		54.500,00	0,00	0,00	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00
17.512.0017.1.052	CANALIZAÇÃO DE CÔRREGOS		54.500,00	0,00	0,00	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00
02.04.0	DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA		4.143.100,00	0,00	0,00	4.143.100,00	342.897,67	342.897,67	3.800.202,33
02.04.06	Segurança Pública		4.143.100,00	0,00	0,00	4.143.100,00	342.897,67	342.897,67	3.800.202,33
02.04.06.181	Policimento		4.143.100,00	0,00	0,00	4.143.100,00	342.897,67	342.897,67	3.800.202,33
02.04.06.181.0004	SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA		4.143.100,00	0,00	0,00	4.143.100,00	342.897,67	342.897,67	3.800.202,33
06.181.0004.2.016	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA		684.100,00	0,00	0,00	684.100,00	71.433,87	71.433,87	612.666,13
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	47.872,76	47.872,76	102.127,24
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0054	131.890,00	0,00	0,00	131.890,00	22.666,11	22.666,11	109.223,89
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0055	131.890,00	0,00	0,00	131.890,00	295,00	295,00	131.595,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0000					1.419,80	1.419,80	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0054					18.876,81	18.876,81	
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0054					11.760,00	11.760,00	
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0000					1.419,80	1.419,80	
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0054					7.116,81	7.116,81	
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0000	2.268,00	0,00	0,00	2.268,00	170,00	170,00	2.098,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0055					2.098,00	2.098,00	
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0000					170,00	170,00	
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					170,00	170,00	
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0054					44.184,96	44.184,96	
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0055					3.789,30	3.789,30	
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0000					125,00	125,00	
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0054					80,00	80,00	
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0000					3.789,30	3.789,30	
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0000					16.000,00	16.000,00	
3.3.90.39.99.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0000					3.000,00	3.000,00	
3.3.90.39.99.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0000					9.000,00	9.000,00	
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					3.250,00	3.250,00	
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0055					12.854,96	12.854,96	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro

Página 7 de 36

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
02	CHEFIA DO EXECUTIVO		82.524.491,94	0,00	0,00	82.524.491,94	8.844.271,66	8.844.271,66
02.04.0	DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA		4.143.100,00	0,00	0,00	4.143.100,00	342.897,67	342.897,67
02.04.06	Segurança Pública		4.143.100,00	0,00	0,00	4.143.100,00	342.897,67	342.897,67
02.04.06.181	Policamento		4.143.100,00	0,00	0,00	4.143.100,00	342.897,67	342.897,67
02.04.06.181.0004	SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA		4.143.100,00	0,00	0,00	4.143.100,00	342.897,67	342.897,67
06.18.10004.2.016	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA		684.100,00	0,00	0,00	684.100,00	71.433,87	71.433,87
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0054	80.660,00	0,00	0,00	80.660,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0055	80.660,00	0,00	0,00	80.660,00	600,00	600,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0055	600,00	0,00	0,00	600,00	600,00	600,00
4.4.90.52.42.00.00	Mobiliário em Geral	0055	600,00	0,00	0,00	600,00	600,00	600,00
06.18.10004.2.017	AUXÍLIO FINANCEIRO À ASSOC. DE SERV. SOCIAIS VOL. DE CACADOR.		1.250.000,00	0,00	0,00	1.250.000,00	0,00	0,00
3.3.50.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0000	1.250.000,00	0,00	0,00	1.250.000,00	0,00	0,00
06.18.10004.2.019	MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE TRANSITO, TRANSPORTE E SEGURANÇA DE CACADOR		2.209.000,00	0,00	0,00	2.209.000,00	271.463,80	271.463,80
3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	1.462.000,00	0,00	0,00	1.462.000,00	97.842,78	97.842,78
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0000					95.782,26	95.782,26
3.1.90.11.01.00.00	Vencimentos e salários	0000					95.782,26	95.782,26
3.1.90.13.00.00.00	Obrigações Patronais	0000					2.060,52	2.060,52
3.1.90.13.02.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0000					2.060,52	2.060,52
3.1.91.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0000	138.000,00	0,00	0,00	138.000,00	14.669,81	14.669,81
3.1.91.13.00.00.00	Obrigações Patronais - Co.Intra-Orçamentárias	0000					14.669,81	14.669,81
3.1.91.13.03.00.00	Contribuição Patronal Para o Regime Próprio	0000					14.669,81	14.669,81
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	158.951,21	158.951,21
3.3.90.14.00.00.00	Diárias - Civil	0000					1.900,00	1.900,00
3.3.90.14.14.00.00	Diárias no País - Civil	0000					1.900,00	1.900,00
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	0000					26.849,96	26.849,96
3.3.90.30.01.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0000					17.078,22	17.078,22
3.3.90.30.04.00.00	Gás Engarrafado	0000					237,73	237,73
3.3.90.30.39.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0000					7.506,91	7.506,91
3.3.90.30.99.00.00	Outros Materiais de Consumo	0000					2.027,10	2.027,10
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					130.201,25	130.201,25
3.3.90.39.11.00.00	Locação de Softwares	0000					440,00	440,00
3.3.90.39.17.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	0000					105,00	105,00
3.3.90.39.19.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0000					2.206,70	2.206,70
3.3.90.39.40.00.00	Programa de Alimentação do Trabalhador	0000					4.000,00	4.000,00
3.3.90.39.43.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0000					8.700,00	8.700,00
3.3.90.39.58.00.00	Serviços de Telecomunicações	0000					10.000,00	10.000,00
3.3.90.39.72.00.00	Vale-Transporte	0000					384,00	384,00
3.3.90.39.77.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0000					3.250,00	3.250,00
3.3.90.39.99.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					101.115,55	101.115,55
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00
02.06.0	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		44.447.699,05	0,00	0,00	44.447.699,05	4.682.129,35	4.682.129,35
02.05.12	Educação		44.447.699,05	0,00	0,00	44.447.699,05	4.682.129,35	4.682.129,35
02.05.12.306	Alimentação e Nutrição		1.420.270,00	0,00	0,00	1.420.270,00	181.935,65	181.935,65
02.05.12.306.0011	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE		1.420.270,00	0,00	0,00	1.420.270,00	181.935,65	181.935,65
12.306.0011.2.064	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR		1.420.270,00	0,00	0,00	1.420.270,00	181.935,65	181.935,65
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	436.000,00	0,00	0,00	436.000,00	181.935,65	181.935,65
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0060	984.270,00	0,00	0,00	984.270,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	0000					181.935,65	181.935,65
3.3.90.30.07.00.00	Gêneros de Alimentação	0000					181.935,65	181.935,65

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro

Página 8 de 36

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
02	CHEFIA DO EXECUTIVO		82.524.491,94	0,00	0,00	82.524.491,94	8.844.271,66	73.680.220,28
02.05.0	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		44.447.699,05	0,00	0,00	44.447.699,05	4.682.129,35	39.765.569,70
02.05.12	Educação		44.447.699,05	0,00	0,00	44.447.699,05	4.682.129,35	39.765.569,70
02.05.12.361	Ensino Fundamental		32.796.788,05	0,00	0,00	32.796.788,05	3.589.901,51	29.206.886,54
02.05.12.361.1.0011	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE		32.796.788,05	0,00	0,00	32.796.788,05	3.589.901,51	29.206.886,54
12.361.1.0011.1.1.002	ADQUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		518.840,00	0,00	0,00	518.840,00	0,00	518.840,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0058	518.840,00	0,00	0,00	518.840,00	0,00	518.840,00
12.361.1.0011.1.1.003	ADQUIÇÃO DE VEÍCULOS		107.085,00	0,00	0,00	107.085,00	0,00	107.085,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0001	107.085,00	0,00	0,00	107.085,00	0,00	107.085,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0089	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
12.361.1.0011.1.1.030	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS MUNICIPAIS		1.381.560,00	0,00	0,00	1.381.560,00	0,00	1.381.560,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0001	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00	0,00	54.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0001	254.500,00	0,00	0,00	254.500,00	0,00	254.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0019	248.847,00	0,00	0,00	248.847,00	0,00	248.847,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0058	823.713,00	0,00	0,00	823.713,00	0,00	823.713,00
12.361.1.0011.1.1.106	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE QUADRAS DE ESPORTES		491.030,00	0,00	0,00	491.030,00	0,00	491.030,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0001	254.500,00	0,00	0,00	254.500,00	0,00	254.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0019	63.220,00	0,00	0,00	63.220,00	0,00	63.220,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0022	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0058	172.220,00	0,00	0,00	172.220,00	0,00	172.220,00
12.361.1.0011.1.1.106	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE GINÁSIOS DE ESPORTES		168.950,00	0,00	0,00	168.950,00	0,00	168.950,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0001	64.964,00	0,00	0,00	64.964,00	0,00	64.964,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0058	103.986,00	0,00	0,00	103.986,00	0,00	103.986,00
12.361.1.0011.2.045	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		10.697.758,40	0,00	0,00	10.697.758,40	898.112,39	9.799.646,01
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0001	5.322.906,00	0,00	0,00	5.322.906,00	86.668,13	5.236.237,87
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0001					86.668,13	86.668,13
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos e salários	0001					86.668,13	86.668,13
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0001					44.804,57	44.804,57
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	0001					44.804,57	44.804,57
3.1.91.13.03.00.00.00	Contribuição Patronal Para o Regime Próprio	0001					44.804,57	44.804,57
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000					1.182,06	1.182,06
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0001					735.457,63	735.457,63
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0162					30.000,00	30.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0001					536,12	536,12
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	0001					536,12	536,12
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0001					21.450,22	21.450,22
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0001					12.220,64	12.220,64
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	0001					7.180,74	7.180,74
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0001					2.048,84	2.048,84
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					1.182,06	1.182,06
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0001					713.471,29	713.471,29
3.3.90.39.10.00.00.00	Locação de Imóveis	0162					30.000,00	30.000,00
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0001					3.000,00	3.000,00
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0001					68.513,19	68.513,19
3.3.90.39.27.00.00.00	Locação de Veículos Para Locomoção	0001					995,40	995,40
3.3.90.39.40.00.00.00	Programa de Alimentação do Trabalhador	0001					1.680,00	1.680,00
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0001					55.200,00	55.200,00
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0001					231.000,00	231.000,00
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	0000					1.182,06	1.182,06
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0162					30.000,00	30.000,00
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	0001					1.058,00	1.058,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro

Página 9 de 36

Códigos		Especificações	Fonte de Recursos		Créditos			Despesa Empenhada			Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período			
02		CHIEFA DO EXECUTIVO	82.524.491,94	0,00	0,00	82.524.491,94	8.844.271,66	8.844.271,66	73.680.220,28		
02.05.0		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	44.447.699,05	0,00	0,00	44.447.699,05	4.682.129,35	4.682.129,35	39.765.569,70		
02.05.12		Educação	44.447.699,05	0,00	0,00	44.447.699,05	4.682.129,35	4.682.129,35	39.765.569,70		
02.05.12.361		Ensino Fundamental	32.796.788,05	0,00	0,00	32.796.788,05	3.589.901,51	3.589.901,51	29.206.886,54		
02.05.12.361.0011		EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	32.796.788,05	0,00	0,00	32.796.788,05	3.589.901,51	3.589.901,51	29.206.886,54		
12.361.0011.2.045		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	10.697.758,40	0,00	0,00	10.697.758,40	898.112,39	898.112,39	9.799.646,01		
3.3.90.39.72.00.00.00		Vale-Transporte					3.840,00	3.840,00			
3.3.90.39.77.00.00.00		Vigilância Ostensiva/Monitorada					113.700,00	113.700,00			
3.3.90.39.90.00.00.00		Serviços de Publicidade Legal					971,84	971,84			
3.3.90.39.99.00.00.00		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					3.512,86	3.512,86			
4.4.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	327.000,00	0,00	0,00	327.000,00	0,00	0,00	327.000,00		
12.361.0011.2.046		APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 60%	7.874.070,76	0,00	0,00	7.874.070,76	1.749.564,60	1.749.564,60	6.124.506,16		
3.1.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	5.585.070,76	0,00	0,00	5.585.070,76	1.362.060,93	1.362.060,93	4.223.009,83		
3.1.90.11.00.00.00.00		Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil					1.208.214,77	1.208.214,77			
3.1.90.11.01.00.00.00		Vencimentos e salários					1.208.214,77	1.208.214,77			
3.1.90.13.00.00.00.00		Obrigações Patronais					153.846,16	153.846,16			
3.1.90.13.02.00.00.00		Contribuições Previdenciárias - INSS					153.846,16	153.846,16			
3.1.91.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas - Op. Intra-Orçamentárias	2.289.000,00	0,00	0,00	2.289.000,00	387.503,67	387.503,67	1.901.496,33		
3.1.91.13.00.00.00.00		Obrigações Patronais - Op. Intra-Orçamentárias					387.503,67	387.503,67			
3.1.91.13.03.00.00.00		Contribuição Patronal Para o Regime Próprio					387.503,67	387.503,67			
12.361.0011.2.047		APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 40%	8.442.133,89	0,00	0,00	8.442.133,89	611.084,52	611.084,52	7.831.049,37		
3.1.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	5.232.000,00	0,00	0,00	5.232.000,00	495.858,88	495.858,88	4.736.141,12		
3.1.90.11.00.00.00.00		Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil					425.839,77	425.839,77			
3.1.90.11.01.00.00.00		Vencimentos e salários					425.839,77	425.839,77			
3.1.90.13.00.00.00.00		Obrigações Patronais					70.019,11	70.019,11			
3.1.90.13.02.00.00.00		Contribuições Previdenciárias - INSS					70.019,11	70.019,11			
3.1.91.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas - Op. Intra-Orçamentárias	763.000,00	0,00	0,00	763.000,00	115.225,64	115.225,64	647.774,36		
3.1.91.13.00.00.00.00		Obrigações Patronais - Op. Intra-Orçamentárias					115.225,64	115.225,64			
3.1.91.13.03.00.00.00		Contribuição Patronal Para o Regime Próprio					115.225,64	115.225,64			
3.3.50.00.00.00.00.00		Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	2.100.000,00	0,00	0,00	2.100.000,00	0,00	0,00	2.100.000,00		
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	238.133,89	0,00	0,00	238.133,89	0,00	0,00	238.133,89		
4.4.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00		
12.361.0011.2.048		APLICAÇÃO DO SALARIO EDUCAÇÃO	1.045.886,00	0,00	0,00	1.045.886,00	331.140,00	331.140,00	714.746,00		
3.3.50.00.00.00.00.00		Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	347.770,00	0,00	0,00	347.770,00	331.140,00	331.140,00	16.570.000,00		
3.3.50.41.00.00.00.00		Contribuições					331.140,00	331.140,00			
3.3.50.41.59.00.00.00		Outras Contribuições					331.140,00	331.140,00			
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	556.476,00	0,00	0,00	556.476,00	0,00	0,00	556.476,00		
4.4.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	141.700,00	0,00	0,00	141.700,00	0,00	0,00	141.700,00		
12.361.0011.2.049		MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	2.013.884,00	0,00	0,00	2.013.884,00	0,00	0,00	2.013.884,00		
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	130.800,00	0,00	0,00	130.800,00	0,00	0,00	130.800,00		
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	585.439,00	0,00	0,00	585.439,00	0,00	0,00	585.439,00		
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	937.400,00	0,00	0,00	937.400,00	0,00	0,00	937.400,00		
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	218.000,00	0,00	0,00	218.000,00	0,00	0,00	218.000,00		
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	142.245,00	0,00	0,00	142.245,00	0,00	0,00	142.245,00		
12.361.0011.2.783		IMPLANTÇÃO E MANUTENÇÃO DA ESCOLA DE ARTES - CIRCO	55.590,00	0,00	0,00	55.590,00	0,00	0,00	55.590,00		
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	55.590,00	0,00	0,00	55.590,00	0,00	0,00	55.590,00		
02.05.12.364		Ensino Superior	110.000,00	0,00	0,00	110.000,00	0,00	0,00	110.000,00		
02.05.12.364.0011		EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	110.000,00	0,00	0,00	110.000,00	0,00	0,00	110.000,00		
12.364.0011.2.063		AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES - BOLSAS DE ESTUDO	110.000,00	0,00	0,00	110.000,00	0,00	0,00	110.000,00		
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	110.000,00	0,00	0,00	110.000,00	0,00	0,00	110.000,00		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro

Página 10 de 36

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
02.05.0 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	02.05.12 Educação		82.524.491,94	0,00	0,00	82.524.491,94	8.844.271,66	73.680.220,28
			44.447.699,05	0,00	0,00	44.447.699,05	4.682.129,35	39.765.569,70
			44.447.699,05	0,00	0,00	44.447.699,05	4.682.129,35	39.765.569,70
			9.214.851,00	0,00	0,00	9.214.851,00	910.292,19	8.304.558,81
			9.214.851,00	0,00	0,00	9.214.851,00	910.292,19	8.304.558,81
			365.851,00	0,00	0,00	365.851,00	132.995,13	232.855,87
			209.000,00	0,00	0,00	209.000,00	132.995,13	76.004,87
			90.906,00	0,00	0,00	90.906,00	0,00	90.906,00
			1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00
			64.855,00	0,00	0,00	64.855,00	0,00	64.855,00
				0,00	0,00		132.995,13	132.995,13
				0,00	0,00		132.995,13	132.995,13
			6.649.000,00	0,00	0,00	6.649.000,00	777.297,06	5.871.702,94
			5.777.000,00	0,00	0,00	5.777.000,00	577.722,55	5.199.277,45
				0,00	0,00		486.282,78	486.282,78
				0,00	0,00		486.282,78	486.282,78
				0,00	0,00		92.439,77	92.439,77
				0,00	0,00		92.439,77	92.439,77
			763.000,00	0,00	0,00	763.000,00	119.574,51	643.425,49
				0,00	0,00		119.574,51	119.574,51
			109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	80.000,00	29.000,00
				0,00	0,00		80.000,00	80.000,00
				0,00	0,00		30.000,00	30.000,00
				0,00	0,00		50.000,00	50.000,00
			2.200.000,00	0,00	0,00	2.200.000,00	0,00	2.200.000,00
			2.200.000,00	0,00	0,00	2.200.000,00	0,00	2.200.000,00
			1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00
			1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00
			1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00
			904.700,00	0,00	0,00	904.700,00	0,00	904.700,00
			904.700,00	0,00	0,00	904.700,00	0,00	904.700,00
			708.500,00	0,00	0,00	708.500,00	0,00	708.500,00
			708.500,00	0,00	0,00	708.500,00	0,00	708.500,00
			196.200,00	0,00	0,00	196.200,00	0,00	196.200,00
			196.200,00	0,00	0,00	196.200,00	0,00	196.200,00
			3.366.607,39	0,00	0,00	3.366.607,39	190.998,32	3.175.609,07
			3.366.607,39	0,00	0,00	3.366.607,39	190.998,32	3.175.609,07
			3.366.607,39	0,00	0,00	3.366.607,39	190.998,32	3.175.609,07
			63.026,39	0,00	0,00	63.026,39	0,00	63.026,39
			63.026,39	0,00	0,00	63.026,39	0,00	63.026,39
			17.440,00	0,00	0,00	17.440,00	0,00	17.440,00
			16.350,00	0,00	0,00	16.350,00	0,00	16.350,00
			1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro

Página 11 de 36

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
02	CHEFIA DO EXECUTIVO		82.524.491,94	0,00	0,00	82.524.491,94	8.844.271,66	8.844.271,66
02.07.0	SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUARIA E DO ABAST.		3.366.607,39	0,00	0,00	3.366.607,39	190.998,32	190.998,32
02.07.20	Agricultura		3.366.607,39	0,00	0,00	3.366.607,39	190.998,32	190.998,32
02.07.20.606	EXTENSÃO RURAL		3.366.607,39	0,00	0,00	3.366.607,39	190.998,32	190.998,32
02.07.20.606.0026	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL		3.366.607,39	0,00	0,00	3.366.607,39	190.998,32	190.998,32
20.606.0026.1.088	ACQUIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS		101.090,00	0,00	0,00	101.090,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0024	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00
20.606.0026.1.180	CONSTRUÇÃO DE POÇOS ARTESIAIS NA ÁREA RURAL.		50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
20.606.0026.2.051	MANUTENÇÃO DA PISTA DE ARREIMATE E MANGUEIRA		10.900,00	0,00	0,00	10.900,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	10.900,00	0,00	0,00	10.900,00	0,00	0,00
20.606.0026.2.058	MANUTENÇÃO DO PLANO DIRETOR AGRÍCOLA		6.431,00	0,00	0,00	6.431,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	6.431,00	0,00	0,00	6.431,00	0,00	0,00
20.606.0026.2.091	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA		2.350.500,00	0,00	0,00	2.350.500,00	190.998,32	190.998,32
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	1.471.500,00	0,00	0,00	1.471.500,00	96.795,98	96.795,98
3.1.90.11.01.00.00.00	Despesas Fixas - Pessoal Civil	0000					91.381,04	91.381,04
3.1.90.11.01.00.00.00	Despesas Fixas - Pessoal Civil	0000					91.381,04	91.381,04
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0000					5.414,94	5.414,94
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0000					5.414,94	5.414,94
3.1.91.00.00.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0000					15.248,02	15.248,02
3.1.91.00.00.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0000					15.248,02	15.248,02
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	0000					15.248,02	15.248,02
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	0000					15.248,02	15.248,02
3.3.90.00.00.00.00.00	Contribuição Patronal Para o Regime Próprio	0000					78.954,32	78.954,32
3.3.90.00.00.00.00.00	Contribuição Patronal Para o Regime Próprio	0000					78.954,32	78.954,32
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0000					800,00	800,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias no País - Civil	0000					800,00	800,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0000					16.205,78	16.205,78
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	0000					237,73	237,73
3.3.90.30.18.00.00.00	Medicamentos p/ Uso Veterinário	0000					1.149,40	1.149,40
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviaamentos	0000					3.390,40	3.390,40
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	0000					1.429,70	1.429,70
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0000					8.349,47	8.349,47
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0000					1.849,08	1.849,08
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0000					21.134,50	21.134,50
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	0000					21.134,50	21.134,50
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					40.814,04	40.814,04
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0000					440,00	440,00
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0000					3.985,70	3.985,70
3.3.90.39.40.00.00.00	Programa de Alimentação do Trabalhador	0000					7.200,00	7.200,00
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0000					15.000,00	15.000,00
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0000					4.000,00	4.000,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0000					7.000,00	7.000,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	0000					186,70	186,70
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					3.001,64	3.001,64
20.606.0026.2.092	ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO PRODUTOR RURAL		10.900,00	0,00	0,00	10.900,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	10.900,00	0,00	0,00	10.900,00	0,00	0,00
20.606.0026.2.093	PRODUÇÃO DE MUDAS NATIVAS		21.800,00	0,00	0,00	21.800,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	21.800,00	0,00	0,00	21.800,00	0,00	0,00
20.606.0026.2.095	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ANTIGRANIZO		279.040,00	0,00	0,00	279.040,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	279.040,00	0,00	0,00	279.040,00	0,00	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro

Página 12 de 36

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Total	Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados		No Período	Até o Período	
02	CHEFIA DO EXECUTIVO		82.524.491,94	0,00	0,00	82.524.491,94	8.844.271,66	8.844.271,66	73.680.220,28
02.07.0	SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUARIA E DO ABAST.		3.366.607,39	0,00	0,00	3.366.607,39	190.998,32	190.998,32	3.175.609,07
02.07.20	Agricultura		3.366.607,39	0,00	0,00	3.366.607,39	190.998,32	190.998,32	3.175.609,07
02.07.20.606	Extensão Rural		3.366.607,39	0,00	0,00	3.366.607,39	190.998,32	190.998,32	3.175.609,07
02.07.20.606.0026	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL		3.366.607,39	0,00	0,00	3.366.607,39	190.998,32	190.998,32	3.175.609,07
20.606.0026.2.097	PROGRAMA DE SUBSÍDIO DE HORA MÁQUINA AO PRODUTOR RURAL	0000	392.400,00	0,00	0,00	392.400,00	0,00	0,00	392.400,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		392.400,00	0,00	0,00	392.400,00	0,00	0,00	392.400,00
20.606.0026.2.098	PROGRAMA DE SUBSÍDIO PARA A IMPLANTAÇÃO DE AGRO INDÚSTRIAS	0000	11.990,00	0,00	0,00	11.990,00	0,00	0,00	11.990,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		10.900,00	0,00	0,00	10.900,00	0,00	0,00	10.900,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0024	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00
20.606.0026.2.100	REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS	0000	51.090,00	0,00	0,00	51.090,00	0,00	0,00	51.090,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0024	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00
02.08.0	GABINETE DO VICE-PREFEITO		248.520,00	0,00	0,00	248.520,00	18.983,07	18.983,07	229.536,93
02.08.04	Administração		248.520,00	0,00	0,00	248.520,00	18.983,07	18.983,07	229.536,93
02.08.04.122	Administração Geral		248.520,00	0,00	0,00	248.520,00	18.983,07	18.983,07	229.536,93
02.08.04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		248.520,00	0,00	0,00	248.520,00	18.983,07	18.983,07	229.536,93
04.122.0002.2.158	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO VICE-PREFEITO	0000	248.520,00	0,00	0,00	248.520,00	18.983,07	18.983,07	229.536,93
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	237.620,00	0,00	0,00	237.620,00	18.892,67	18.892,67	218.727,33
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0000					16.765,74	16.765,74	
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos e salários	0000					16.765,74	16.765,74	
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0000					2.126,93	2.126,93	
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0000					2.126,93	2.126,93	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	10.900,00	0,00	0,00	10.900,00	90,40	90,40	10.809,60
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0000					90,40	90,40	
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0000					90,40	90,40	
02.09.0	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO		1.040.750,00	0,00	0,00	1.040.750,00	91.180,27	91.180,27	949.569,73
02.09.22	Indústria		1.040.750,00	0,00	0,00	1.040.750,00	91.180,27	91.180,27	949.569,73
02.09.22.661	Promoção Industrial		668.810,00	0,00	0,00	668.810,00	50.986,70	50.986,70	617.823,30
02.09.22.661.0027	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO		668.810,00	0,00	0,00	668.810,00	50.986,70	50.986,70	617.823,30
22.661.0027.1.082	REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS.	0000	551.090,00	0,00	0,00	551.090,00	186,70	186,70	550.903,30
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	550.000,00	0,00	0,00	550.000,00	186,70	186,70	549.813,30
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0024	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					186,70	186,70	
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					186,70	186,70	
22.661.0027.2.101	MANUTENÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO	0000	111.180,00	0,00	0,00	111.180,00	50.800,00	50.800,00	60.380,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	50.800,00	50.800,00	58.200,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0024	545,00	0,00	0,00	545,00	0,00	0,00	545,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					50.800,00	50.800,00	
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0000					50.000,00	50.000,00	
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0000					800,00	800,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0024	545,00	0,00	0,00	545,00	0,00	0,00	545,00
22.661.0027.2.104	IMPLANTAÇÃO DE INCUBADORA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	0000	3.270,00	0,00	0,00	3.270,00	0,00	0,00	3.270,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0000	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0024	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro

Página 13 de 36

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
02	CHEFIA DO EXECUTIVO		82.524.491,94	0,00	0,00	82.524.491,94	8.844.271,66	8.844.271,66
02.09.0	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO		1.040.750,00	0,00	0,00	1.040.750,00	91.180,27	91.180,27
02.09.22	Industria		1.040.750,00	0,00	0,00	1.040.750,00	91.180,27	91.180,27
02.09.22.661	Promoção Industrial		668.810,00	0,00	0,00	668.810,00	50.966,70	50.966,70
02.09.22.661.0027	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO		668.810,00	0,00	0,00	668.810,00	50.966,70	50.966,70
22.661.0027.2.154	PROGRAMA FORÇA DO EMPREENDEDOR		1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00
22.661.0027.2.159	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CIAMPEC		1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00
22.661.0027.2.160	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA INOTEC		1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00
02.09.22.662	Produção Industrial		371.940,00	0,00	0,00	371.940,00	40.193,57	40.193,57
02.09.22.662.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00
22.662.0002.1.064	criação DO CENTRO EMPRESARIAL		1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00
02.09.22.662.0027	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO		370.850,00	0,00	0,00	370.850,00	40.193,57	40.193,57
22.662.0027.2.012	QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.		5.450,00	0,00	0,00	5.450,00	0,00	5.450,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	5.450,00	0,00	0,00	5.450,00	0,00	5.450,00
22.662.0027.2.099	MANUTENÇÃO SECRETARIA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO		365.400,00	0,00	0,00	365.400,00	40.193,57	40.193,57
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	280.000,00	0,00	0,00	280.000,00	36.616,02	36.616,02
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0000					30.101,72	30.101,72
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	0000					30.101,72	30.101,72
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0000					6.514,30	6.514,30
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0000					977,55	977,55
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas - Oper Intra-Orçamentárias	0000					977,55	977,55
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op Intra-Orçamentárias	0000					977,55	977,55
3.1.91.13.03.00.00.00	Contribuição Patronal Para o Regime Próprio	0000					977,55	977,55
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	45.400,00	0,00	0,00	45.400,00	2.600,00	2.600,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					2.600,00	2.600,00
3.3.90.39.40.00.00.00	Programa de Alimentação do Trabalhador	0000					600,00	600,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0000					2.000,00	2.000,00
02.11.0	SECRETARIA DA FAZENDA		2.613.500,00	0,00	0,00	2.613.500,00	350.908,32	350.908,32
02.11.04	Administração		2.613.500,00	0,00	0,00	2.613.500,00	350.908,32	350.908,32
02.11.04.123	Administração Financeira		2.613.500,00	0,00	0,00	2.613.500,00	350.908,32	350.908,32
02.11.04.123.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		2.613.500,00	0,00	0,00	2.613.500,00	350.908,32	350.908,32
04.123.0002.2.778	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA		2.613.500,00	0,00	0,00	2.613.500,00	350.908,32	350.908,32
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	2.125.500,00	0,00	0,00	2.125.500,00	153.385,48	153.385,48
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0000					138.149,83	138.149,83
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	0000					138.149,83	138.149,83
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0000					15.235,65	15.235,65
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0000					15.235,65	15.235,65
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas - Oper Intra-Orçamentárias	0000					17.557,75	17.557,75
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op Intra-Orçamentárias	0000					17.557,75	17.557,75
3.1.91.13.03.00.00.00	Contribuição Patronal Para o Regime Próprio	0000					17.557,75	17.557,75
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	270.000,00	0,00	0,00	270.000,00	179.965,09	179.965,09
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0000					3.288,17	3.288,17
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	0000					2.552,00	2.552,00
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0000					133,00	133,00
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0000					583,17	583,17

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro

Página 14 de 36

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Total	Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados		No Período	Até o Período	
02	CHEFIA DO EXECUTIVO		82.524.491,94	0,00	0,00	82.524.491,94	8.844.271,66	8.844.271,66	73.680.220,28
02.11.0	SECRETARIA DA FAZENDA		2.613.500,00	0,00	0,00	2.613.500,00	350.908,32	350.908,32	2.262.591,68
02.11.04	Administração		2.613.500,00	0,00	0,00	2.613.500,00	350.908,32	350.908,32	2.262.591,68
02.11.04.123	Administração Financeira		2.613.500,00	0,00	0,00	2.613.500,00	350.908,32	350.908,32	2.262.591,68
02.11.04.123.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		2.613.500,00	0,00	0,00	2.613.500,00	350.908,32	350.908,32	2.262.591,68
04.123.0002.2.778	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA		2.613.500,00	0,00	0,00	2.613.500,00	350.908,32	350.908,32	2.262.591,68
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					135.696,86	135.696,86	
3.3.90.39.01.00.00.00.00	Assinatura de Períodos e Anuladas	0000					896,00	896,00	
3.3.90.39.11.00.00.00.00	Locação de Softwares	0000					122.147,62	122.147,62	
3.3.90.39.17.00.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	0000					2.867,90	2.867,90	
3.3.90.39.19.00.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0000					61,10	61,10	
3.3.90.39.63.00.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	0000					5.883,00	5.883,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					3.841,24	3.841,24	
3.3.90.93.00.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	0000					41.000,06	41.000,06	
3.3.90.93.02.00.00.00.00	Restituições	0000					41.000,06	41.000,06	
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00
02.12.0	FUNDO MUNICIPAL DE PAVIMENTAÇÃO		131.890,00	0,00	0,00	131.890,00	0,00	0,00	131.890,00
02.12.15	Urbanismo		131.890,00	0,00	0,00	131.890,00	0,00	0,00	131.890,00
02.12.15.452	Serviços Urbanos		131.890,00	0,00	0,00	131.890,00	0,00	0,00	131.890,00
02.12.15.452.0020	MELHORAMENTO DE VIAS URBANAS		131.890,00	0,00	0,00	131.890,00	0,00	0,00	131.890,00
15.452.0020.1.048	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS		131.890,00	0,00	0,00	131.890,00	0,00	0,00	131.890,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0024	22.890,00	0,00	0,00	22.890,00	0,00	0,00	22.890,00
03	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		7.415.052,00	0,00	0,00	7.415.052,00	538.887,91	538.887,91	6.876.164,09
03.01.0	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		7.415.052,00	0,00	0,00	7.415.052,00	538.887,91	538.887,91	6.876.164,09
03.01.04	Administração		1.694.732,00	0,00	0,00	1.694.732,00	302.188,78	302.188,78	1.392.543,22
03.01.04.122	Administração Geral		1.694.732,00	0,00	0,00	1.694.732,00	302.188,78	302.188,78	1.392.543,22
03.01.04.122.0000	ENCARGOS ESPECIAIS		1.694.732,00	0,00	0,00	1.694.732,00	302.188,78	302.188,78	1.392.543,22
04.122.0000.0.003	PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS		543.038,00	0,00	0,00	543.038,00	15.500,00	15.500,00	527.538,00
3.1.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	478.074,00	0,00	0,00	478.074,00	15.500,00	15.500,00	462.574,00
3.1.90.91.00.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	0000					15.500,00	15.500,00	
3.1.90.91.30.00.00.00.00	Sentenças Indenizatórias	0000					15.500,00	15.500,00	
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	64.964,00	0,00	0,00	64.964,00	0,00	0,00	64.964,00
04.122.0000.0.004	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		163.500,00	0,00	0,00	163.500,00	34.909,23	34.909,23	128.590,77
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	163.500,00	0,00	0,00	163.500,00	34.909,23	34.909,23	128.590,77
3.3.90.39.00.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					34.909,23	34.909,23	
3.3.90.39.66.00.00.00.00	Serviços Judiciais	0000					46.279,55	46.279,55	669.414,45
04.122.0000.0.005	PAGAMENTO AO PASEP		715.694,00	0,00	0,00	715.694,00	46.279,55	46.279,55	669.414,45
3.3.20.00.00.00.00.00.00	Transferências a União	0000					46.279,55	46.279,55	
3.3.20.47.00.00.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0000					46.279,55	46.279,55	
3.3.20.47.12.00.00.00.00.00	Contribuição para o PIS/PASEP	0000					46.279,55	46.279,55	
04.122.0000.2.113	CONTRIBUIÇÃO PARA AMARP, FECAM E CNM		272.500,00	0,00	0,00	272.500,00	205.500,00	205.500,00	67.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0000	272.500,00	0,00	0,00	272.500,00	205.500,00	205.500,00	67.000,00
3.3.50.41.00.00.00.00.00	Contribuições	0000					205.500,00	205.500,00	
3.3.50.41.99.00.00.00.00	Outras Contribuições	0000					205.500,00	205.500,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro

Página 15 de 36

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
03	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		7.415.052,00	0,00	0,00	7.415.052,00	538.887,91	538.887,91
03.01.0	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		7.415.052,00	0,00	0,00	7.415.052,00	538.887,91	538.887,91
03.01.28	Encargos Especiais		5.720.320,00	0,00	0,00	5.720.320,00	236.699,13	236.699,13
03.01.28.843	Serviço da Dívida Interna		5.720.320,00	0,00	0,00	5.720.320,00	236.699,13	236.699,13
03.01.28.843.0000	ENCARGOS ESPECIAIS		5.720.320,00	0,00	0,00	5.720.320,00	236.699,13	236.699,13
28.843.0000.0.001	PAGAMENTO DE JUROS DA DÍVIDA INTERNA		379.320,00	0,00	0,00	379.320,00	0,00	0,00
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	379.320,00	0,00	0,00	379.320,00	0,00	0,00
28.843.0000.0.002	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA		5.341.000,00	0,00	0,00	5.341.000,00	236.699,13	236.699,13
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	5.341.000,00	0,00	0,00	5.341.000,00	236.699,13	236.699,13
4.6.90.71.00.00.00.00	Principal da Dívida Contratual Resgatado	0000	2.180.000,00	0,00	0,00	2.180.000,00	1.909,87	1.909,87
4.6.90.71.99.00.00.00	Outras Amortizações da Dívida Contratada	0000	3.161.000,00	0,00	0,00	3.161.000,00	1.909,87	1.909,87
4.6.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Intra-Orçamentárias	0000	3.161.000,00	0,00	0,00	3.161.000,00	234.789,26	234.789,26
4.6.91.71.00.00.00.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	0000	3.161.000,00	0,00	0,00	3.161.000,00	234.789,26	234.789,26
4.6.91.71.99.00.00.00	Outras amortizações da dívida contratada	0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00
10.99.0	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00
10.99.99	Reserva de Contingência		109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00
10.99.99.999	Reserva de Contingência		109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00
10.99.99.999.9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00
99.999.9999.9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0000	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00
Total por Entidade :			90.048.543,94	0,00	0,00	90.048.543,94	9.383.159,57	80.665.384,37

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro

Página 16 de 36

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
04	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	7.409.641,78	7.409.641,78
04.01.0	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	7.409.641,78	7.409.641,78
04.01.10	Saúde		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	7.409.641,78	7.409.641,78
04.01.10.301	Atenção Básica		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	7.409.641,78	7.409.641,78
04.01.10.301.0008	SAUDE BASICA		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	7.409.641,78	7.409.641,78
10.301.10008.1.025	BLOCO DE INVESTIMENTOS		2.052.070,00	0,00	0,00	2.052.070,00	180.868,11	180.868,11
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0023	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0065	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00	5.430,00	49.070,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0066	81.750,00	0,00	0,00	81.750,00	19.261,00	62.489,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0067	81.750,00	0,00	0,00	81.750,00	0,00	81.750,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0071	132.980,00	0,00	0,00	132.980,00	102.044,84	30.935,16
4.4.90.00.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0620	1.700.000,00	0,00	0,00	1.700.000,00	54.132,27	1.645.867,73
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0620					54.132,27	54.132,27
4.4.90.51.07.00.00.00	Reforma	0620					54.132,27	54.132,27
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0065					5.430,00	5.430,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0066					19.261,00	19.261,00
4.4.90.52.06.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0371					102.044,84	102.044,84
4.4.90.52.08.00.00.00	Aparelhos, Equip. Utens Médico-Odont, Labor e Hosp	0065					3.921,84	3.921,84
4.4.90.52.08.00.00.00	Aparelhos, Equip. Utens Médico-Odont, Labor e Hosp	0066					5.430,00	5.430,00
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos, Equip. Utens Médico-Odont, Labor e Hosp	0371					19.261,00	19.261,00
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	0371					698,00	698,00
10.301.0008.2.037	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE BLOCO ATENÇÃO BÁSICA		30.598.780,56	0,00	0,00	30.598.780,56	5.292.489,96	25.306.290,60
3.1.71.00.00.00.00.00	Consórcios Públicos	0620	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0371	950.000,00	0,00	0,00	950.000,00	386.446,38	563.553,62
3.1.90.00.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0620	20.500.000,00	0,00	0,00	20.500.000,00	1.444.219,80	19.055.780,20
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0371					302.955,71	302.955,71
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0620					1.163.844,75	1.163.844,75
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos e salários	0371					302.955,71	302.955,71
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos e salários	0620					1.163.844,75	1.163.844,75
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0371					83.490,67	83.490,67
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0620					280.375,05	280.375,05
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	0371					52.474,68	52.474,68
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0371					83.490,67	83.490,67
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0620					227.900,37	227.900,37
3.1.91.00.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	0620					151.272,54	151.272,54
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	0620					151.272,54	151.272,54
3.1.91.13.03.00.00.00	Contribuição Patronal Para o Regime Proprio	0620					151.272,54	151.272,54
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0620					1.800.000,00	1.800.000,00
3.3.50.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0620					1.800.000,00	1.800.000,00
3.3.50.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0620					1.800.000,00	1.800.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0620					0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0023	3.600,00	0,00	0,00	3.600,00	0,00	3.600,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0070	17.440,00	0,00	0,00	17.440,00	0,00	17.440,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0371	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00
3.3.90.04.00.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado	0620	2.480.220,00	0,00	0,00	2.480.220,00	688.120,01	1.812.099,99
3.3.90.04.00.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado	0620	3.399.530,56	0,00	0,00	3.399.530,56	842.431,23	2.557.099,33
3.3.90.14.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Civil	0620					1.580,00	1.580,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Civil	0620					1.580,00	1.580,00
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	0620					119.600,00	119.600,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0371					229.488,41	229.488,41
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0620					96.271,45	96.271,45
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0371					57.350,00	57.350,00
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0620					97.000,00	97.000,00
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	0371					1.426,39	1.426,39

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro

Página 17 de 36

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
04	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	7.409.641,78	7.409.641,78
04.01.0	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	7.409.641,78	7.409.641,78
04.01.10	Saúde		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	7.409.641,78	7.409.641,78
04.01.10.301	Atenção Básica		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	7.409.641,78	7.409.641,78
04.01.10.301.0008	SAUDE BASICA		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	7.409.641,78	7.409.641,78
10.301.0008.2.037	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE BLOCO ATENÇÃO BASICA		30.598.780,56	0,00	0,00	30.598.780,56	5.292.489,96	5.292.489,96
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	0371					5.671,60	5.671,60
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	0371					8.917,31	8.917,31
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	0620					991,45	991,45
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	0371					564,90	564,90
3.3.90.30.35.00.00.00	Material Laboratorial	0371					6.393,80	6.393,80
3.3.90.30.36.00.00.00	Material Hospitalar	0371					132.114,51	132.114,51
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0371					8.838,42	8.838,42
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0371					8.211,48	8.211,48
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0620					280,00	280,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	0371					61.706,88	61.706,88
3.3.90.32.02.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	0620					18.671,35	18.671,35
3.3.90.32.02.00.00.00	Medicamentos	0620					18.671,35	18.671,35
3.3.90.32.03.00.00.00	Gêneros Alimentícios	0371					10.866,00	10.866,00
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	0371					50.840,88	50.840,88
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0620					23.646,95	23.646,95
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	0620					16.146,95	16.146,95
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0620					5.500,00	5.500,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0371					376.924,72	376.924,72
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0620					562.661,48	562.661,48
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0371					21.525,80	21.525,80
3.3.90.39.40.00.00.00	Programa de Alimentação do Trabalhador	0620					90.000,00	90.000,00
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	0371					42.213,80	42.213,80
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0620					100.000,00	100.000,00
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0371					3.000,00	3.000,00
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0620					20.000,00	20.000,00
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	0620					2.364,12	2.364,12
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0371					50.000,00	50.000,00
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0620					2.000,00	2.000,00
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	0371					4.871,48	4.871,48
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	0371					2.369,48	2.369,48
3.3.90.39.72.00.00.00	Vale-Transporte	0620					33.750,00	33.750,00
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0371					22.800,00	22.800,00
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0620					32.800,00	32.800,00
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	0620					5.000,00	5.000,00
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	0620					334,07	334,07
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0371					230.144,16	230.144,16
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0620					276.413,29	276.413,29
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	0620					13.000,00	13.000,00
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxílio-Alimentação em Pecúnia	0620					13.000,00	13.000,00
3.3.90.48.00.00.00.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	0620					5.000,00	5.000,00
3.3.90.48.01.00.00.00	Auxílio Financeiro a Pessoas Físicas	0620					5.000,00	5.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta decorrente de Operação Consórcio	0620	360.000,00	0,00	0,00	360.000,00	0,00	0,00
10.301.0008.2.062	BLOCO DE VIGILÂNCIA EM SAUDE		480.690,00	0,00	0,00	480.690,00	82.106,92	82.106,92
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0066					0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0023					32.700,00	32.700,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0066					1.090,00	1.090,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0066					283.400,00	283.400,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0066					163.500,00	163.500,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0066					9.714,82	9.714,82
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0620					11.487,80	11.487,80

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro

Página 18 de 36

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
04	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	7.409.641,78	7.409.641,78
04.01.0	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	7.409.641,78	7.409.641,78
04.01.10	Saúde		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	7.409.641,78	7.409.641,78
04.01.10.301	Atenção Básica		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	7.409.641,78	7.409.641,78
04.01.10.301.0008	SAUDE BASICA		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	7.409.641,78	7.409.641,78
10.301.0008.2.062	BLOCO DE VIGILANCIA EM SAUDE		480.690,00	0,00	0,00	480.690,00	82.106,92	82.106,92
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0066					4.410,00	4.410,00
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0620					9.996,00	9.996,00
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	0066					2.780,00	2.780,00
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0066					786,60	786,60
3.3.90.30.39.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0066					1.141,90	1.141,90
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0066					1.738,22	1.738,22
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	0620					349,90	349,90
3.3.90.32.02.00.00.00	Medicamentos	0066					1.775,00	1.775,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0066					1.775,00	1.775,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0066					11.572,40	11.572,40
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	0066					15.925,00	15.925,00
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	0066					11.572,40	11.572,40
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0066					15.925,00	15.925,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0066					21.377,70	21.377,70
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0620					10.254,20	10.254,20
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0666					1.927,70	1.927,70
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0066					122,20	122,20
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	0066					500,00	500,00
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0066					12.500,00	12.500,00
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0066					5.000,00	5.000,00
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0066					1.200,00	1.200,00
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0620					1.200,00	1.200,00
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	0620					2.000,00	2.000,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0066					250,00	250,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0620					1.932,00	1.932,00
10.301.0008.2.151	BLOCO DE ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA		1.301.500,00	0,00	0,00	1.301.500,00	243.241,04	243.241,04
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0023					93.287,55	93.287,55
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0067					28.995,64	28.995,64
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0620					120.977,85	120.977,85
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0023					19.345,00	19.345,00
3.3.90.30.36.00.00.00	Material Laboratorial	0023					3.595,00	3.595,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Medicamentos	0023					15.750,00	15.750,00
3.3.90.32.02.00.00.00	Medicamentos	0023					73.922,55	73.922,55
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0023					28.995,64	28.995,64
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	0023					94.197,85	94.197,85
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0023					73.922,55	73.922,55
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0023					28.995,64	28.995,64
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0023					600,00	600,00
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0620					3.000,00	3.000,00
10.301.0008.2.185	BLOCO DE MEDICA E ALTA COMPLEX. AMB. HOSPITALAR		3.226.400,00	0,00	0,00	3.226.400,00	1.610.935,75	1.610.935,75
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0023					15.600,00	15.600,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0065					1.586.335,75	1.586.335,75
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0620					0,00	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Período: Janeiro
Página 19 de 36

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
04	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	7.409.641,78	30.249.798,78
04.01.0	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	7.409.641,78	30.249.798,78
04.01.10	Saúde		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	7.409.641,78	30.249.798,78
04.01.10.301	Atenção Básica		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	7.409.641,78	30.249.798,78
04.01.10.301.0008	SAUDE BASICA		37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	7.409.641,78	30.249.798,78
10.301.0008.2.185	BLOCO DE MEDICA E ALTA COMPLEX. AMB. HOSPITALAR		3.226.400,00	0,00	0,00	3.226.400,00	1.610.935,75	1.615.464,25
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	0065					223.095,13	223.095,13
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0065					71.744,00	71.744,00
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	0065					285,28	285,28
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	0065					468,80	468,80
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	0065					2.187,90	2.187,90
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	0065					35.584,49	35.584,49
3.3.90.30.35.00.00.00	Material Laboratorial	0065					51.021,08	51.021,08
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0065					55.814,86	55.814,86
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0065					5.988,72	5.988,72
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	0065					5.133,90	5.133,90
3.3.90.32.02.00.00.00	Medicamentos	0065					5.133,90	5.133,90
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	0065					41.671,93	41.671,93
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	0065					41.671,93	41.671,93
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0023					5.100,00	5.100,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0065					22.835,00	22.835,00
3.3.90.36.06.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	0023					5.100,00	5.100,00
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0065					22.835,00	22.835,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0023					22.835,00	22.835,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0065					10.500,00	10.500,00
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	0065					1.302.599,79	1.302.599,79
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	0065					18.366,66	18.366,66
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0065					2.984,12	2.984,12
3.3.90.39.27.00.00.00	Locação de Veículos Para Locomoção	0065					45.062,93	45.062,93
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	0065					119.400,00	119.400,00
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0065					22.368,00	22.368,00
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	0023					6.500,00	6.500,00
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	0065					10.500,00	10.500,00
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0065					7.17.522,00	7.17.522,00
3.3.90.39.72.00.00.00	Vale-Transporte	0065					50.000,00	50.000,00
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0065					3.600,00	3.600,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0065					44.625,00	44.625,00
Total por Entidade :			37.659.440,56	0,00	0,00	37.659.440,56	7.409.641,78	30.249.798,78

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro

Página 20 de 36

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
05	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		5.951.500,00	0,00	0,00	5.951.500,00	577.957,83	5.373.542,17
05.01.0	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		5.951.500,00	0,00	0,00	5.951.500,00	577.957,83	5.373.542,17
05.01.08	Assistência Social		5.951.500,00	0,00	0,00	5.951.500,00	577.957,83	5.373.542,17
05.01.08.244	Assistência Comunitária		5.951.500,00	0,00	0,00	5.951.500,00	577.957,83	5.373.542,17
05.01.08.244.0005	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		5.951.500,00	0,00	0,00	5.951.500,00	577.957,83	5.373.542,17
06.244.0005	1.014 CONSTRUÇÃO DO CRAS		10.900,00	0,00	0,00	10.900,00	0,00	10.900,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	10.900,00	0,00	0,00	10.900,00	0,00	10.900,00
06.244.0005.2.191	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		559.170,00	0,00	0,00	559.170,00	53.783,89	505.386,11
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00	150,00	54.350,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0052	380.470,00	0,00	0,00	380.470,00	44.160,08	336.249,92
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0063	101.370,00	0,00	0,00	101.370,00	9.473,81	91.896,19
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0098	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0052					7.681,88	7.681,88
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0063					583,17	583,17
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0052					1.558,20	1.558,20
3.3.90.30.07.00.00.00	Generos de Alimentação	0052					4.796,96	4.796,96
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0052					1.326,70	1.326,70
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0063					583,17	583,17
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0052					26.537,16	26.537,16
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	0052					26.537,16	26.537,16
3.3.90.38.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					150,00	150,00
3.3.90.38.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0052					9.941,04	9.941,04
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0063					8.890,64	8.890,64
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0052					6.159,54	6.159,54
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0063					6.159,54	6.159,54
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0052					2.400,00	2.400,00
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0063					1.200,00	1.200,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					150,00	150,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0052					1.381,50	1.381,50
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0063					1.531,10	1.531,10
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	10.900,00	0,00	0,00	10.900,00	0,00	10.900,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0052	10.900,00	0,00	0,00	10.900,00	0,00	10.900,00
06.244.0005.2.192	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE		482.870,00	0,00	0,00	482.870,00	28.715,31	454.154,69
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00	0,00	54.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0050	55.590,00	0,00	0,00	55.590,00	0,00	55.590,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0052	327.000,00	0,00	0,00	327.000,00	28.715,31	298.284,69
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0098	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0052					3.374,60	3.374,60
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0052					2.646,00	2.646,00
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0052					262,07	262,07
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0052					466,53	466,53
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0052					16.268,12	16.268,12
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	0052					16.268,12	16.268,12
3.3.90.38.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0052					9.072,59	9.072,59
3.3.90.38.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0063					6.159,54	6.159,54
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0052					176,00	176,00
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0052					1.440,00	1.440,00
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0052					1.297,05	1.297,05
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0052	10.900,00	0,00	0,00	10.900,00	0,00	10.900,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0098	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00
06.244.0005.2.193	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE		674.780,00	0,00	0,00	674.780,00	375,91	674.404,09
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0000	520.000,00	0,00	0,00	520.000,00	0,00	520.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro

Página 21 de 36

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
05	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		5.951.500,00	0,00	0,00	5.951.500,00	577.957,83	577.957,83
05.01.0	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		5.951.500,00	0,00	0,00	5.951.500,00	577.957,83	577.957,83
05.01.08	Assistência Social		5.951.500,00	0,00	0,00	5.951.500,00	577.957,83	577.957,83
05.01.08.244	Assistência Comunitária		5.951.500,00	0,00	0,00	5.951.500,00	577.957,83	577.957,83
05.01.08.244.0005	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		5.951.500,00	0,00	0,00	5.951.500,00	577.957,83	577.957,83
06.244.0005.2.193	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE		674.780,00	0,00	0,00	674.780,00	375,91	375,91
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0052	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00	375,91	375,91
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0098	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0052	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	375,91	375,91
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0052	142,64	0,00	0,00	142,64	142,64	142,64
3.3.90.30.00.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0052	233,27	0,00	0,00	233,27	233,27	233,27
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	10.900,00	0,00	0,00	10.900,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0052	32.700,00	0,00	0,00	32.700,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0098	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00
06.244.0005.2.194	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		4.223.780,00	0,00	0,00	4.223.780,00	465.082,72	465.082,72
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	3.000.000,00	0,00	0,00	3.000.000,00	241.009,53	241.009,53
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0000	200.901,34	0,00	0,00	200.901,34	200.901,34	200.901,34
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e salários	0000	200.901,34	0,00	0,00	200.901,34	200.901,34	200.901,34
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0000	40.108,19	0,00	0,00	40.108,19	40.108,19	40.108,19
3.1.90.13.02.00.00.00	Obrigações Previdenciárias - INSS	0000	40.108,19	0,00	0,00	40.108,19	40.108,19	40.108,19
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0000	20.909,34	0,00	0,00	20.909,34	20.909,34	20.909,34
3.1.91.03.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	0000	20.909,34	0,00	0,00	20.909,34	20.909,34	20.909,34
3.1.91.13.00.00.00.00	Contribuições Patronais Para o Regime Proprio	0000	20.909,34	0,00	0,00	20.909,34	20.909,34	20.909,34
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0000	218.000,00	0,00	0,00	218.000,00	0,00	0,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0000	523.200,00	0,00	0,00	523.200,00	230.123,85	230.123,85
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0052	3.924,00	0,00	0,00	3.924,00	3.040,00	3.040,00
3.3.90.04.00.00.00.00	Contratação por Tempo Determinado	0000	155,00	0,00	0,00	155,00	155,00	155,00
3.3.90.04.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0000	155,00	0,00	0,00	155,00	155,00	155,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0000	645,00	0,00	0,00	645,00	645,00	645,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0052	2.890,00	0,00	0,00	2.890,00	2.890,00	2.890,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias no País - Civil	0000	645,00	0,00	0,00	645,00	645,00	645,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias no País - Civil	0052	2.890,00	0,00	0,00	2.890,00	2.890,00	2.890,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0000	3.554,50	0,00	0,00	3.554,50	3.554,50	3.554,50
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0052	150,00	0,00	0,00	150,00	150,00	150,00
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0000	150,00	0,00	0,00	150,00	150,00	150,00
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0052	150,00	0,00	0,00	150,00	150,00	150,00
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0000	1.725,00	0,00	0,00	1.725,00	1.725,00	1.725,00
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0000	608,00	0,00	0,00	608,00	608,00	608,00
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0000	1.071,50	0,00	0,00	1.071,50	1.071,50	1.071,50
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0000	27.310,00	0,00	0,00	27.310,00	27.310,00	27.310,00
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0000	27.310,00	0,00	0,00	27.310,00	27.310,00	27.310,00
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0000	2.958,34	0,00	0,00	2.958,34	2.958,34	2.958,34
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0000	32.100,58	0,00	0,00	32.100,58	32.100,58	32.100,58
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0000	22.470,22	0,00	0,00	22.470,22	22.470,22	22.470,22
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0000	163.400,43	0,00	0,00	163.400,43	163.400,43	163.400,43
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0000	8.664,84	0,00	0,00	8.664,84	8.664,84	8.664,84
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0000	237,50	0,00	0,00	237,50	237,50	237,50
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0000	282,00	0,00	0,00	282,00	282,00	282,00
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0000	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0000	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0000	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0000	52.200,00	0,00	0,00	52.200,00	52.200,00	52.200,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro

Página 22 de 36

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
05	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		5.951.500,00		0,00	5.951.500,00	577.957,83	577.957,83
05.01.0	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		5.951.500,00		0,00	5.951.500,00	577.957,83	577.957,83
05.01.08	Assistência Social		5.951.500,00		0,00	5.951.500,00	577.957,83	577.957,83
05.01.08.244	Assistência Comunitária		5.951.500,00		0,00	5.951.500,00	577.957,83	577.957,83
05.01.08.244.0005	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		5.951.500,00		0,00	5.951.500,00	577.957,83	577.957,83
06.244.0005.2.194	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		4.223.780,00		0,00	4.223.780,00	495.082,72	495.082,72
3.3.90.39.72.00.00.00	Vale-Transporte	0000					768,00	768,00
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0000					1.200,00	1.200,00
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	0000					39,48	39,48
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					40.008,61	40.008,61
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00	0,00	54.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0052	9.156,00	0,00	0,00	9.156,00	0,00	9.156,00
Total por Entidade :			5.951.500,00	0,00	0,00	5.951.500,00	577.957,83	577.957,83

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro

Página 23 de 36

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
06	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		87.581,50		0,00	87.581,50	2.505,30	2.505,30
06.01.0	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		87.581,50		0,00	87.581,50	2.505,30	2.505,30
06.01.16	Habitação		87.581,50		0,00	87.581,50	2.505,30	2.505,30
06.01.16.482	Habitação Urbana		87.581,50		0,00	87.581,50	2.505,30	2.505,30
06.01.16.482.0022	HABITAÇÃO POPULAR		87.581,50		0,00	87.581,50	2.505,30	2.505,30
16.482.0022.1.061	CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES		71.940,00		0,00	71.940,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	70.850,00		0,00	70.850,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0024	1.090,00		0,00	1.090,00	0,00	0,00
16.482.0022.2.083	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO		15.641,50		0,00	15.641,50	2.505,30	2.505,30
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	14.551,50		0,00	14.551,50	2.505,30	2.505,30
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0024	1.090,00		0,00	1.090,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica	0000					2.505,30	2.505,30
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0000					2.505,30	2.505,30
Total por Entidade :			87.581,50		0,00	87.581,50	2.505,30	2.505,30

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESC. DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro

Página 24 de 36

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
07	FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE		158,050,00	0,00	0,00	158,050,00	4,677,30	4,677,30
07.01.0	FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE		158,050,00	0,00	0,00	158,050,00	4,677,30	4,677,30
07.01.08	Assistência Social		158,050,00	0,00	0,00	158,050,00	4,677,30	4,677,30
07.01.08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		158,050,00	0,00	0,00	158,050,00	4,677,30	4,677,30
07.01.08.243.0005	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		158,050,00	0,00	0,00	158,050,00	4,677,30	4,677,30
08.243.0005.2.020	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - F		130,800,00	0,00	0,00	130,800,00	4,677,30	4,677,30
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	119,900,00	0,00	0,00	119,900,00	4,677,30	4,677,30
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0000					2,172,00	2,172,00
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0000					2,172,00	2,172,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					2,505,30	2,505,30
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0000					2,505,30	2,505,30
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	10,900,00	0,00	0,00	10,900,00	0,00	0,00
08.243.0005.2.164	CAPACITAÇÃO PARA ADOLESCENTES		27,250,00	0,00	0,00	27,250,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	27,250,00	0,00	0,00	27,250,00	0,00	0,00
Total por Entidade :			158,050,00	0,00	0,00	158,050,00	4,677,30	4,677,30

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : FAMPEC - CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro

Página 25 de 36

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
08	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		1.547.800,00	0,00	0,00	1.547.800,00	2.358,51	2.358,51
08.01.0	FAMPEC - CACADOR		1.547.800,00	0,00	0,00	1.547.800,00	2.358,51	2.358,51
08.01.04	Administração		1.547.800,00	0,00	0,00	1.547.800,00	2.358,51	2.358,51
08.01.04.122	Administração Geral		1.547.800,00	0,00	0,00	1.547.800,00	2.358,51	2.358,51
08.01.04.122.0006	ASSISTÊNCIA SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS		1.547.800,00	0,00	0,00	1.547.800,00	2.358,51	2.358,51
04.122.0006.2.033	MANUTENÇÃO DO FAMPEC		1.547.800,00	0,00	0,00	1.547.800,00	2.358,51	2.358,51
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	1.547.800,00	0,00	0,00	1.547.800,00	2.358,51	2.358,51
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					2.065,85	2.065,85
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0000					2.065,85	2.065,85
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	0000					292,66	292,66
3.3.90.93.02.00.00.00	Restituições	0000					292,66	292,66
Total por Entidade :			1.547.800,00	0,00	0,00	1.547.800,00	2.358,51	2.358,51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro

Página 26 de 36

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
09	IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CACADOR		9.300.000,00	0,00	0,00	9.300.000,00	828.008,71	828.008,71
09.01.0	IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CACADOR		9.300.000,00	0,00	0,00	9.300.000,00	828.008,71	828.008,71
09.01.04	Administração		9.300.000,00	0,00	0,00	9.300.000,00	828.008,71	828.008,71
09.01.04.122	Administração Geral		9.300.000,00	0,00	0,00	9.300.000,00	828.008,71	828.008,71
09.01.04.122.0007	PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS		9.300.000,00	0,00	0,00	9.300.000,00	828.008,71	828.008,71
04.122.0007.2.034	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO IPASC		900.000,00	0,00	0,00	900.000,00	86.686,25	86.686,25
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0156					51.579,85	51.579,85
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratação por Tempo Determinado	0156					9.442,51	9.442,51
3.1.90.04.99.00.00.00	Outros Serviços Temporários	0156					37.216,82	37.216,82
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0156					34.136,74	34.136,74
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos e salários	0156					2.163,69	2.163,69
3.1.90.11.31.00.00.00	gratificação por exercício de cargos	0156					916,39	916,39
3.1.90.11.37.00.00.00	gratificação por tempo de serviço	0156					4.920,52	4.920,52
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0156					4.920,52	4.920,52
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0156					0,00	0,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0156	48.000,00	0,00	0,00	48.000,00	0,00	48.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0156	152.000,00	0,00	0,00	152.000,00	33.093,37	33.093,37
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0156					219,80	219,80
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	0156					53,00	53,00
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	0156					48,00	48,00
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	0156					15,80	15,80
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0156					103,00	103,00
3.3.90.35.00.00.00.00	Serviços de Consultoria	0156					2.480,00	2.480,00
3.3.90.35.99.00.00.00	Outros Serviços de Consultoria	0156					2.480,00	2.480,00
3.3.90.37.00.00.00.00	Locação de Mão-de-obra	0156					12.000,00	12.000,00
3.3.90.37.07.00.00.00	Estadários	0156					12.000,00	12.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0156					18.023,57	18.023,57
3.3.90.39.40.00.00.00	Programa de Alimentação do Trabalhador	0156					600,00	600,00
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0156					3.600,00	3.600,00
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0156					800,00	800,00
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	0156					500,00	500,00
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0156					8.900,00	8.900,00
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0156					183,57	183,57
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	0156					2.000,00	2.000,00
3.3.90.39.97.00.00.00	Despesas de Teleprocessamento	0156					240,00	240,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0156					1.200,00	1.200,00
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	0156					370,00	370,00
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxílio-Alimentação em Pecúnia	0156					370,00	370,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0156	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	2.013,03	2.013,03
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0156					2.013,03	2.013,03
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	0156					2.013,03	2.013,03
04.122.0007.2.035	MANUTENÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL A SEGURADOS		8.300.000,00	0,00	0,00	8.300.000,00	741.322,46	741.322,46
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0156					741.322,46	741.322,46
3.1.90.01.00.00.00.00	Aposentadorias e Reformas	0156					582.136,11	582.136,11
3.1.90.01.01.00.00.00	Proventos - Pessoal Civil	0156					582.136,11	582.136,11
3.1.90.03.00.00.00.00	Pensões	0156					159.186,35	159.186,35
3.1.90.03.01.00.00.00	Civis	0156					159.186,35	159.186,35
04.122.0007.2.777	RESERVA/LEGAL - RPPS		100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
7.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS		100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
Total por Entidade :			9.300.000,00	0,00	0,00	9.300.000,00	828.008,71	828.008,71

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro

Página 27 de 36

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
12	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE		1.991.700,00	0,00	0,00	1.991.700,00	102.932,20	102.932,20
12.01.0	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE		1.991.700,00	0,00	0,00	1.991.700,00	102.932,20	102.932,20
12.01.27	Desporto e Lazer		1.991.700,00	0,00	0,00	1.991.700,00	102.932,20	102.932,20
12.01.27.812	Desporto Comunitário		1.991.700,00	0,00	0,00	1.991.700,00	102.932,20	102.932,20
12.01.27.812.0031	ESPORTE CIDADÃO		1.991.700,00	0,00	0,00	1.991.700,00	102.932,20	102.932,20
27.812.0031.2.109	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES		1.482.700,00	0,00	0,00	1.482.700,00	102.932,20	102.932,20
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0126	500.500,00	0,00	0,00	500.500,00	45.565,43	45.565,43
3.1.90.11.00.00.00.00	Despesas Fixas - Pessoal Civil	0126					31.576,54	31.576,54
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos e salários	0126					31.576,54	31.576,54
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0126					13.988,89	13.988,89
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0126					13.988,89	13.988,89
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0126	49.500,00	0,00	0,00	49.500,00	781,18	781,18
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	0126					781,18	781,18
3.1.91.13.03.00.00.00	Contribuição Patronal Para o Regime Próprio	0126					781,18	781,18
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0126	900.000,00	0,00	0,00	900.000,00	56.585,59	56.585,59
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0126					300,00	300,00
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	0126					300,00	300,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0126					17.157,01	17.157,01
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0126					300,00	300,00
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0126					16.857,01	16.857,01
3.3.90.38.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0126					39.128,58	39.128,58
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0126					9.362,60	9.362,60
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0126					10.000,00	10.000,00
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0126					2.000,00	2.000,00
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0126					6.000,00	6.000,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0126					11.765,98	11.765,98
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0126	32.700,00	0,00	0,00	32.700,00	0,00	0,00
27.812.0031.2.149	CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS ÀS ENTIDADES DESP. ORG. DO MUNICÍPIO.		109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0126	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00
27.812.0031.2.181	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA ATLETA		400.000,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0126	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00
Total por Entidade :			1.991.700,00	0,00	0,00	1.991.700,00	102.932,20	102.932,20

1.888.767,80

1.888.767,80

1.888.767,80

1.888.767,80

1.379.767,80

454.934,57

48.718,82

843.414,41

32.700,00

109.000,00

109.000,00

400.000,00

400.000,00

1.888.767,80

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : FUNDO MUNICIPAL SANEAMENTO AMBIENTAL DE CACADOR

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Período: Janeiro
Página 28 de 36

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Total	Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados		No Período	Até o Período	
11	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL		7.630,00	0,00	0,00	7.630,00	0,00	0,00	7.630,00
11.01.0	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL		7.630,00	0,00	0,00	7.630,00	0,00	0,00	7.630,00
11.01.17	Saneamento		7.630,00	0,00	0,00	7.630,00	0,00	0,00	7.630,00
11.01.17.512	Saneamento Básico Urbano		7.630,00	0,00	0,00	7.630,00	0,00	0,00	7.630,00
11.01.17.512.0035	SANEAMENTO BASICO		7.630,00	0,00	0,00	7.630,00	0,00	0,00	7.630,00
17.512.0035.2.174	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL		4.360,00	0,00	0,00	4.360,00	0,00	0,00	4.360,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00
3.1.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0000	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00
17.512.0035.2.175	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS		1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00
17.512.0035.2.176	AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO		2.180,00	0,00	0,00	2.180,00	0,00	0,00	2.180,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0024	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00
Total por Entidade :			7.630,00	0,00	0,00	7.630,00	0,00	0,00	7.630,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro

Página 29 de 36

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orcados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
13	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA		877.500,00	0,00	0,00	877.500,00	78.390,31	78.390,31
13.01.0	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA		877.500,00	0,00	0,00	877.500,00	78.390,31	78.390,31
13.01.13	Cultura		877.500,00	0,00	0,00	877.500,00	78.390,31	78.390,31
13.01.13.392	Disseio Cultural		877.500,00	0,00	0,00	877.500,00	78.390,31	78.390,31
13.01.13.392.0019	ACERVO CULTURAL		877.500,00	0,00	0,00	877.500,00	78.390,31	78.390,31
13.392.0019.1.032	REFORMA E MANUTENÇÃO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA		22.890,00	0,00	0,00	22.890,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	21.800,00	0,00	0,00	21.800,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0024	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00
13.392.0019.1.046	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS		53.410,00	0,00	0,00	53.410,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	43.600,00	0,00	0,00	43.600,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0024	9.810,00	0,00	0,00	9.810,00	0,00	0,00
13.392.0019.2.069	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA		801.200,00	0,00	0,00	801.200,00	78.390,31	78.390,31
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	523.200,00	0,00	0,00	523.200,00	34.900,69	34.900,69
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0000					27.602,24	27.602,24
3.1.90.11.01.00.00	vencimentos e salários	0000					27.602,24	27.602,24
3.1.90.13.00.00.00	Obrigações Patronais	0000					7.298,45	7.298,45
3.1.90.13.02.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0000					7.298,45	7.298,45
3.1.91.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas - Oper Intra-Orçamentárias	0000	21.800,00	0,00	0,00	21.800,00	2.187,90	2.187,90
3.1.91.13.00.00.00	Obrigações Patronais - Op Intra-Orçamentárias	0000					2.187,90	2.187,90
3.1.91.13.03.00.00	Contribuição Patronal Para o Regime Proprio	0000					2.187,90	2.187,90
3.3.50.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0000	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	163.500,00	0,00	0,00	163.500,00	41.301,72	41.301,72
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	0000					408,10	408,10
3.3.90.30.99.00.00	Outros Materiais de Consumo	0000					408,10	408,10
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					40.893,62	40.893,62
3.3.90.39.11.00.00	Locação de Softwares	0000					7.387,60	7.387,60
3.3.90.39.43.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0000					12.300,00	12.300,00
3.3.90.39.44.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0000					2.300,00	2.300,00
3.3.90.39.58.00.00	Serviços de Telecomunicações	0000					13.000,00	13.000,00
3.3.90.39.77.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0000					3.250,00	3.250,00
3.3.90.39.99.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					2.666,02	2.666,02
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	32.700,00	0,00	0,00	32.700,00	0,00	0,00
Total por Entidade :			877.500,00	0,00	0,00	877.500,00	78.390,31	78.390,31

Total por Entidade :

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Período: Janeiro
Página 30 de 36

Códigos		Especificações	Fonte de Recursos	Créditos				Despesa Empenhada		Saldos
				Orcados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período	
01		PODER LEGISLATIVO		7.248.500,00	0,00	0,00	7.248.500,00	744.200,07	744.200,07	6.504.299,93
01.01.0		CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		7.248.500,00	0,00	0,00	7.248.500,00	744.200,07	744.200,07	6.504.299,93
01.01.01		Legislativa		7.248.500,00	0,00	0,00	7.248.500,00	744.200,07	744.200,07	6.504.299,93
01.01.01.031		Ação Legislativa		7.248.500,00	0,00	0,00	7.248.500,00	744.200,07	744.200,07	6.504.299,93
01.01.01.031.0001		PROCESSO LEGISLATIVO		7.248.500,00	0,00	0,00	7.248.500,00	744.200,07	744.200,07	6.504.299,93
01.031.00001.1.191		MODERNIZAÇÃO ESTRUTURA PATRIMONIAL		1.362.500,00	0,00	0,00	1.362.500,00	356.274,46	356.274,46	1.006.225,54
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	0000	327.000,00	0,00	0,00	327.000,00	2.882,72	2.882,72	324.117,28
3.3.90.30.00.00.00.00		Material de Consumo	0000					142,72	142,72	
3.3.90.30.24.00.00.00		Material para Manutenção de Bens Imóveis	0000					142,72	142,72	
3.3.90.30.24.00.00.00		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					2.740,00	2.740,00	
3.3.90.39.78.00.00.00		Limpeza e Conservação	0000					2.740,00	2.740,00	
4.4.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	0000	1.035.500,00	0,00	0,00	1.035.500,00	353.391,74	353.391,74	682.108,26
4.4.90.51.00.00.00.00		Obras e Instalações	0000					345.441,74	345.441,74	
4.4.90.51.07.00.00.00		Reforma	0000					345.441,74	345.441,74	
4.4.90.52.00.00.00.00		Equipamentos e Material Permanente	0000					7.950,00	7.950,00	
4.4.90.52.42.00.00.00		Mobiliário em Geral	0000					7.950,00	7.950,00	
01.031.0001.2.001		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS		4.926.800,00	0,00	0,00	4.926.800,00	374.008,56	374.008,56	4.552.791,44
3.1.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	0000	3.924.000,00	0,00	0,00	3.924.000,00	224.669,46	224.669,46	3.699.330,54
3.1.90.11.00.00.00.00		Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0000					195.529,48	195.529,48	
3.1.90.11.01.00.00.00		Vencimentos e Salários	0000					195.529,48	195.529,48	
3.1.90.13.00.00.00.00		Obrigações Patronais	0000					23.139,98	23.139,98	
3.1.90.13.02.00.00.00		Contribuições Previdenciárias - INSS	0000					23.139,98	23.139,98	
3.1.91.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0000					17.641,24	17.641,24	
3.1.91.13.00.00.00.00		Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	0000					17.641,24	17.641,24	
3.1.91.13.03.00.00.00		Contribuição Patronal Para o Regime Próprio	0000	327.000,00	0,00	0,00	327.000,00	17.641,24	17.641,24	309.358,76
3.1.91.13.14.00.00.00		Contribuição ao RPPS	0000					10.500,19	10.500,19	
3.1.91.13.99.00.00.00		Outras Obrigações Patronais	0000					2.246,94	2.246,94	
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	0000	675.800,00	0,00	0,00	675.800,00	131.697,86	131.697,86	544.102,14
3.3.90.30.00.00.00.00		Material de Consumo	0000					5.216,73	5.216,73	
3.3.90.30.07.00.00.00		Gêneros de Alimentação	0000					206,40	206,40	
3.3.90.30.25.00.00.00		Material para Manutenção de Bens Móveis	0000					340,00	340,00	
3.3.90.30.28.00.00.00		Material de Proteção e Segurança	0000					108,00	108,00	
3.3.90.30.39.00.00.00		Material para Manutenção de Veículos	0000					4.564,33	4.564,33	
3.3.90.36.00.00.00.00		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0000					851,78	851,78	
3.3.90.36.07.00.00.00		Estagiários	0000					851,78	851,78	
3.3.90.39.00.00.00.00		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					125.627,35	125.627,35	
3.3.90.39.01.00.00.00		Assinatura de Períodos e Anúnciantes	0000					990,00	990,00	
3.3.90.39.03.00.00.00		Comissões e Corretagens	0000					90,00	90,00	
3.3.90.39.05.00.00.00		Serviços Técnicos Profissionais	0000					4.204,00	4.204,00	
3.3.90.39.11.00.00.00		Locação de Softwares	0000					7.160,00	7.160,00	
3.3.90.39.16.00.00.00		Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	0000					2.744,05	2.744,05	
3.3.90.39.17.00.00.00		Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	0000					10,00	10,00	
3.3.90.39.19.00.00.00		Manutenção e Conservação de Veículos	0000					2.406,00	2.406,00	
3.3.90.39.20.00.00.00		Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	0000					150,00	150,00	
3.3.90.39.40.00.00.00		Serviços de Energia Elétrica	0000					27.000,00	27.000,00	
3.3.90.39.43.00.00.00		Serviços de Água e Esgoto	0000					2.000,00	2.000,00	
3.3.90.39.47.00.00.00		Serviços de Comunicação em Geral	0000					16.486,25	16.486,25	
3.3.90.39.57.00.00.00		Serviços de Processamento de Dados	0000					19.158,00	19.158,00	
3.3.90.39.58.00.00.00		Serviços de Telecomunicações	0000					26.003,90	26.003,90	
3.3.90.39.59.00.00.00		Serviços de Audio, Vídeo e Foto	0000					30,00	30,00	
3.3.90.39.64.00.00.00		Telefonia Móvel	0000					4.000,00	4.000,00	
3.3.90.39.77.00.00.00		Vigilância Ostensiva/Monitorada	0000					696,47	696,47	
3.3.90.39.83.00.00.00		Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	0000					9.211,68	9.211,68	
3.3.90.39.97.00.00.00		Despesas de Teleprocessamento	0000					3.135,00	3.135,00	
3.3.90.39.99.00.00.00		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					152,00	152,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro

Página 31 de 36

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
01	PODER LEGISLATIVO		7.248.500,00	0,00	0,00	7.248.500,00	744.200,07	744.200,07
01.01.0	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		7.248.500,00	0,00	0,00	7.248.500,00	744.200,07	744.200,07
01.01.01	Legislativa		7.248.500,00	0,00	0,00	7.248.500,00	744.200,07	744.200,07
01.01.01.031	Ação Legislativa		7.248.500,00	0,00	0,00	7.248.500,00	744.200,07	744.200,07
01.01.01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO		7.248.500,00	0,00	0,00	7.248.500,00	744.200,07	744.200,07
01.031.0001.2.161	MANUTENÇÃO DO PROCESSO E ATIVIDADE PARLAMENTAR		632.200,00	0,00	0,00	632.200,00	11.817,41	11.817,41
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	632.200,00	0,00	0,00	632.200,00	11.817,41	11.817,41
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0000					3.010,41	3.010,41
3.3.90.30.09.00.00.00	Material Farmacológico	0000					445,45	445,45
3.3.90.30.15.00.00.00	Material para Festividades e Homenagens	0000					1.746,16	1.746,16
3.3.90.30.29.00.00.00	Material para Audio, Vídeo e Foto	0000					818,80	818,80
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0000					160,00	160,00
3.3.90.36.18.00.00.00	Manutenção e Conservação de Equipamentos	0000					160,00	160,00
3.3.90.38.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					8.647,00	8.647,00
3.3.90.39.01.00.00.00	Assinatura de Períodos e Atividades	0000					5.783,00	5.783,00
3.3.90.39.23.00.00.00	Festividades e Homenagens	0000					2.864,00	2.864,00
01.031.0001.2.163	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO		327.000,00	0,00	0,00	327.000,00	2.099,64	2.099,64
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	327.000,00	0,00	0,00	327.000,00	2.099,64	2.099,64
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0000					1.619,64	1.619,64
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	0000					1.619,64	1.619,64
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					480,00	480,00
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	0000					480,00	480,00
Total por Entidade :			7.248.500,00	0,00	0,00	7.248.500,00	744.200,07	744.200,07
								6.504.299,93

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : FUNDAÇÃO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro

Página 32 de 36

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
14	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		6.794.600,00	0,00	0,00	6.794.600,00	561.924,25	6.232.675,75
14.01.0	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		2.252.380,00	0,00	0,00	2.252.380,00	330.273,53	1.922.106,47
14.01.15	Urbanismo		218.000,00	0,00	0,00	218.000,00	0,00	218.000,00
14.01.15.452	Serviços Urbanos		218.000,00	0,00	0,00	218.000,00	0,00	218.000,00
14.01.15.452.0024	MEIO AMBIENTE		109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	109.000,00
15.452.0024.2.077	MANUTENÇÃO, REVITALIZAÇÃO E LIMPEZA DE PRAÇAS E RUAS		109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	109.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0080	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	109.000,00
14.01.15.452.0036	CEMITÉRIO MUNICIPAL		109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	109.000,00
15.452.0036.2.076	MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL		109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	109.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0080	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	109.000,00
14.01.18	Gestão Ambiental		2.034.380,00	0,00	0,00	2.034.380,00	330.273,53	1.704.106,47
14.01.18.541	Preservação e Conservação Ambiental		2.034.380,00	0,00	0,00	2.034.380,00	330.273,53	1.704.106,47
14.01.18.541.0024	MEIO AMBIENTE		2.034.380,00	0,00	0,00	2.034.380,00	330.273,53	1.704.106,47
18.541.0024.1.005	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE		17.440,00	0,00	0,00	17.440,00	0,00	17.440,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0024	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0080	16.350,00	0,00	0,00	16.350,00	0,00	16.350,00
18.541.0024.1.007	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS		44.690,00	0,00	0,00	44.690,00	0,00	44.690,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0024	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	1.090,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0080	43.600,00	0,00	0,00	43.600,00	0,00	43.600,00
18.541.0024.2.171	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		1.966.800,00	0,00	0,00	1.966.800,00	330.273,53	1.636.526,47
3.1.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0080	1.417.000,00	0,00	0,00	1.417.000,00	113.531,65	1.303.468,35
3.1.90.11.00.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0080	93.820,92	0,00	0,00	93.820,92	93.820,92	0,00
3.1.90.11.01.00.00.00.00	Vencimentos e salários	0080	93.820,92	0,00	0,00	93.820,92	93.820,92	0,00
3.1.90.13.00.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0080	19.710,73	0,00	0,00	19.710,73	19.710,73	0,00
3.1.90.13.02.00.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0080	19.710,73	0,00	0,00	19.710,73	19.710,73	0,00
3.1.91.00.00.00.00.00.00	Obrigações Diretas - Oper Intra-Orçamentárias	0080	9.224,82	0,00	0,00	9.224,82	9.224,82	0,00
3.1.91.13.00.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	0080	9.224,82	0,00	0,00	9.224,82	9.224,82	0,00
3.1.91.13.03.00.00.00.00	Contribuição Patronal Para o Regime Proprio	0080	9.224,82	0,00	0,00	9.224,82	9.224,82	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0080	310.000,00	0,00	0,00	310.000,00	207.517,06	102.482,94
3.3.90.14.00.00.00.00.00	Diárias - Civil	0080	1.250,00	0,00	0,00	1.250,00	1.250,00	0,00
3.3.90.14.00.00.00.00.00	Diárias no País - Civil	0080	1.250,00	0,00	0,00	1.250,00	1.250,00	0,00
3.3.90.30.00.00.00.00.00	Material de Consumo	0080	75.289,96	0,00	0,00	75.289,96	75.289,96	0,00
3.3.90.30.01.00.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0080	57.948,00	0,00	0,00	57.948,00	57.948,00	0,00
3.3.90.30.23.00.00.00.00	Uniformes, Têxteis e Avariamentos	0080	5.039,15	0,00	0,00	5.039,15	5.039,15	0,00
3.3.90.30.26.00.00.00.00	Material Eletrônico e Eletrônico	0080	511,81	0,00	0,00	511,81	511,81	0,00
3.3.90.30.39.00.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0080	10.881,20	0,00	0,00	10.881,20	10.881,20	0,00
3.3.90.30.99.00.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0080	909,80	0,00	0,00	909,80	909,80	0,00
3.3.90.36.00.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0080	100,00	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00
3.3.90.36.99.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0080	100,00	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00
3.3.90.39.00.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0080	130.877,10	0,00	0,00	130.877,10	130.877,10	0,00
3.3.90.39.11.00.00.00.00	Locação de Softwares	0080	8.520,30	0,00	0,00	8.520,30	8.520,30	0,00
3.3.90.39.12.00.00.00.00	Locação de Máquinas e Equipamentos	0080	170,00	0,00	0,00	170,00	170,00	0,00
3.3.90.39.17.00.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	0080	9.600,00	0,00	0,00	9.600,00	9.600,00	0,00
3.3.90.39.19.00.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0080	7.735,20	0,00	0,00	7.735,20	7.735,20	0,00
3.3.90.39.40.00.00.00.00	Programa de Alimentação do Trabalhador	0080	18.500,00	0,00	0,00	18.500,00	18.500,00	0,00
3.3.90.39.43.00.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0080	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00
3.3.90.39.44.00.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0080	14.000,00	0,00	0,00	14.000,00	14.000,00	0,00
3.3.90.39.58.00.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0080	10.300,00	0,00	0,00	10.300,00	10.300,00	0,00
3.3.90.39.72.00.00.00.00	Vale-Transporte	0080	1.344,00	0,00	0,00	1.344,00	1.344,00	0,00
3.3.90.39.77.00.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0080	3.600,00	0,00	0,00	3.600,00	3.600,00	0,00
3.3.90.39.99.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0080	7.107,60	0,00	0,00	7.107,60	7.107,60	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0080	163.500,00	0,00	0,00	163.500,00	0,00	163.500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : FUNDAÇÃO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro

Página 33 de 36

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Total	Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados		No Período	Até o Período	
14	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		6.794.600,00	0,00	0,00	6.794.600,00	561.924,25	561.924,25	6.232.675,75
14.01.0	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		2.252.380,00	0,00	0,00	2.252.380,00	330.273,53	330.273,53	1.922.106,47
14.01.18	Gestão Ambiental		2.034.380,00	0,00	0,00	2.034.380,00	330.273,53	330.273,53	1.704.106,47
14.01.18.541	Preservação e Conservação Ambiental		2.034.380,00	0,00	0,00	2.034.380,00	330.273,53	330.273,53	1.704.106,47
14.01.18.541.0024	MEIO AMBIENTE		2.034.380,00	0,00	0,00	2.034.380,00	330.273,53	330.273,53	1.704.106,47
18.541.0024.2.172	CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS E AGENTES PUBLICOS		5.450,00	0,00	0,00	5.450,00	0,00	0,00	5.450,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0080	5.450,00	0,00	0,00	5.450,00	0,00	0,00	5.450,00
14.02.0	DIVISÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS DO HORTO FLORESTA		196.200,00	0,00	0,00	196.200,00	0,00	0,00	196.200,00
14.02.18	Gestão Ambiental		196.200,00	0,00	0,00	196.200,00	0,00	0,00	196.200,00
14.02.18.541	Preservação e Conservação Ambiental		196.200,00	0,00	0,00	196.200,00	0,00	0,00	196.200,00
14.02.18.541.0024	MEIO AMBIENTE		196.200,00	0,00	0,00	196.200,00	0,00	0,00	196.200,00
18.541.0024.1.009	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS		32.700,00	0,00	0,00	32.700,00	0,00	0,00	32.700,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0080	32.700,00	0,00	0,00	32.700,00	0,00	0,00	32.700,00
18.541.0024.2.021	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HORTO FLORESTAL		32.700,00	0,00	0,00	32.700,00	0,00	0,00	32.700,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0080	32.700,00	0,00	0,00	32.700,00	0,00	0,00	32.700,00
18.541.0024.2.032	PRODUÇÃO E AQUISIÇÃO DE MUDAS ORN. FRUT. COM E NATIVAS		130.800,00	0,00	0,00	130.800,00	0,00	0,00	130.800,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0080	21.800,00	0,00	0,00	21.800,00	0,00	0,00	21.800,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0196	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00
14.03.0	DIVISÃO DE PROTEÇÃO, PRESERVAÇÃO LIC. E EDUC. AMB.		337.900,00	0,00	0,00	337.900,00	578,20	578,20	337.321,80
14.03.18	Gestão Ambiental		337.900,00	0,00	0,00	337.900,00	578,20	578,20	337.321,80
14.03.18.541	Preservação e Conservação Ambiental		337.900,00	0,00	0,00	337.900,00	578,20	578,20	337.321,80
14.03.18.541.0024	MEIO AMBIENTE		337.900,00	0,00	0,00	337.900,00	578,20	578,20	337.321,80
18.541.0024.2.036	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E PROGRAMAS DE PRESERVAÇÃO		337.900,00	0,00	0,00	337.900,00	578,20	578,20	337.321,80
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0080	10.900,00	0,00	0,00	10.900,00	0,00	0,00	10.900,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0196	327.000,00	0,00	0,00	327.000,00	578,20	578,20	326.421,80
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0196					456,00	456,00	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0196					456,00	456,00	
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0196					122,20	122,20	
3.3.90.39.19.00.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0196					122,20	122,20	
14.04.0	DIVISÃO DE CONTROLE DE ZOOONOSSES E DEF. DE ANIMAIS		50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	1.963,50	1.963,50	48.036,50
14.04.10	Saúde		50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	1.963,50	1.963,50	48.036,50
14.04.10.305	Vigilância Epidemiológica		50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	1.963,50	1.963,50	48.036,50
14.04.10.305.0024	MEIO AMBIENTE		50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	1.963,50	1.963,50	48.036,50
10.305.0024.2.039	VACINAÇÃO E CONTROLE DA POPULAÇÃO ANIMAL		50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	1.963,50	1.963,50	48.036,50
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0080	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	1.963,50	1.963,50	48.036,50
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0080	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	1.963,50	1.963,50	48.036,50
3.3.90.30.06.00.00.00	Alimentos para Animais	0080					1.963,50	1.963,50	
14.05.0	DIVISÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO-FUNSAN		1.102.320,00	0,00	0,00	1.102.320,00	13.986,03	13.986,03	1.088.333,97
14.05.17	Saneamento		1.102.320,00	0,00	0,00	1.102.320,00	13.986,03	13.986,03	1.088.333,97
14.05.17.512	Saneamento Básico Urbano		1.102.320,00	0,00	0,00	1.102.320,00	13.986,03	13.986,03	1.088.333,97
14.05.17.512.0024	MEIO AMBIENTE		1.102.320,00	0,00	0,00	1.102.320,00	13.986,03	13.986,03	1.088.333,97
17.512.0024.1.018	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS		54.500,00	0,00	0,00	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0080	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : FUNDAÇÃO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro

Página 34 de 36

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Total	Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados		No Período	Até o Período	
14	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		6.794.600,00	0,00	0,00	6.794.600,00	561.924,25	561.924,25	6.232.675,75
14.05.0	DIVISÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO-FUNSAN		1.102.320,00	0,00	0,00	1.102.320,00	13.986,03	13.986,03	1.088.333,97
14.05.17	Saneamento		1.102.320,00	0,00	0,00	1.102.320,00	13.986,03	13.986,03	1.088.333,97
14.05.17.512	Saneamento Básico Urbano		1.102.320,00	0,00	0,00	1.102.320,00	13.986,03	13.986,03	1.088.333,97
14.05.17.512.0024	MEIO AMBIENTE		1.102.320,00	0,00	0,00	1.102.320,00	13.986,03	13.986,03	1.088.333,97
17.512.0024.1.021	DRAGAGEM E DESASSOREAMENTO DE RIOS		1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0024	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00
17.512.0024.2.040	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO		392.400,00	0,00	0,00	392.400,00	12.000,00	12.000,00	380.400,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0080	392.400,00	0,00	0,00	392.400,00	12.000,00	12.000,00	380.400,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0099	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00	0,00	0,00	54.500,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0099	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	12.000,00	12.000,00	97.000,00
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0099	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	12.000,00	12.000,00	97.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0024	10.900,00	0,00	0,00	10.900,00	0,00	0,00	10.900,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0080	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0099	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00
17.512.0024.2.041	MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE ABAST. DE ÁGUA		566.040,00	0,00	0,00	566.040,00	1.986,03	1.986,03	564.053,97
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0024	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0080	128.950,00	0,00	0,00	128.950,00	1.986,03	1.986,03	128.950,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0099	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	1.544,23	1.544,23	107.013,97
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0099	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	1.544,23	1.544,23	107.013,97
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	0099	1.544,23	0,00	0,00	1.544,23	1.544,23	1.544,23	0,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0099	441,80	0,00	0,00	441,80	441,80	441,80	0,00
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	0099	441,80	0,00	0,00	441,80	441,80	441,80	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0080	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0099	218.000,00	0,00	0,00	218.000,00	0,00	0,00	218.000,00
17.512.0024.2.042	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS		88.290,00	0,00	0,00	88.290,00	0,00	0,00	88.290,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0080	61.040,00	0,00	0,00	61.040,00	0,00	0,00	61.040,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0024	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00	0,00	0,00	1.090,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0080	26.160,00	0,00	0,00	26.160,00	0,00	0,00	26.160,00
14.06.0	DIVISÃO DE LIMPEZA DE PRAÇAS E RUAS		2.855.800,00	0,00	0,00	2.855.800,00	215.122,99	215.122,99	2.640.677,01
14.06.15	Urbanismo		130.800,00	0,00	0,00	130.800,00	10.387,35	10.387,35	120.412,65
14.06.15.452	Serviços Urbanos		130.800,00	0,00	0,00	130.800,00	10.387,35	10.387,35	120.412,65
14.06.15.452.0037	TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL		109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	10.047,55	10.047,55	98.952,45
15.452.0037.2.780	MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL		109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	10.047,55	10.047,55	98.952,45
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0080	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	10.047,55	10.047,55	98.952,45
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0080	109.000,00	0,00	0,00	109.000,00	10.047,55	10.047,55	98.952,45
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engraxado	0080	47,55	0,00	0,00	47,55	47,55	47,55	0,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0080	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0080	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00
14.06.15.452.0038	PARQUE CENTRAL		21.800,00	0,00	0,00	21.800,00	339,80	339,80	21.460,20
15.452.0038.2.781	MANUTENÇÃO DO PARQUE CENTRAL		21.800,00	0,00	0,00	21.800,00	339,80	339,80	21.460,20
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0080	21.800,00	0,00	0,00	21.800,00	339,80	339,80	21.460,20
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0080	231,80	0,00	0,00	231,80	231,80	231,80	0,00
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	0080	231,80	0,00	0,00	231,80	231,80	231,80	0,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0080	108,00	0,00	0,00	108,00	108,00	108,00	0,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0080	108,00	0,00	0,00	108,00	108,00	108,00	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : FUNDAÇÃO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro

Página 35 de 36

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
14	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		6.794.600,00	0,00	0,00	6.794.600,00	561.924,25	561.924,25
14.06.0	DIVISÃO DE LIMPEZA DE PRAÇAS E RUAS		2.855.800,00	0,00	0,00	2.855.800,00	215.122,99	215.122,99
14.06.17	Saneamento		2.725.000,00	0,00	0,00	2.725.000,00	204.735,64	204.735,64
14.06.17.512	Saneamento Básico Urbano		2.725.000,00	0,00	0,00	2.725.000,00	204.735,64	204.735,64
14.06.17.512.0024	MEIO AMBIENTE		2.725.000,00	0,00	0,00	2.725.000,00	204.735,64	204.735,64
17.512.0024.1.047	SERVICO DE COLETA E DISPOSICAO RESIDUOS SOLIDO		2.725.000,00	0,00	0,00	2.725.000,00	204.735,64	204.735,64
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0080	1.090.000,00	0,00	0,00	1.090.000,00	204.735,64	204.735,64
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0099	1.635.000,00	0,00	0,00	1.635.000,00	0,00	0,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	0080				380,00	380,00	380,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias no Pais - Civil	0080				380,00	380,00	380,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0080				400,00	400,00	400,00
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustiveis e Lubrificantes Automotivos	0080				400,00	400,00	400,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	0080				203.955,64	203.955,64	203.955,64
3.3.90.39.78.00.00.00	Limpeza e Conservacao	0080				203.955,64	203.955,64	203.955,64
Total por Entidade :			6.794.600,00	0,00	0,00	6.794.600,00	561.924,25	561.924,25
								6.232.675,75

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro

Página 36 de 36

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldo
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
16 IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CACADOR			1.057.754,00	0,00	0,00	1.057.754,00	73.735,99	73.735,99
16.01.0 IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CACADOR			1.057.754,00	0,00	0,00	1.057.754,00	73.735,99	73.735,99
16.01.15 Urbanismo			1.057.754,00	0,00	0,00	1.057.754,00	73.735,99	73.735,99
16.01.15.451 Infra-Estrutura Urbana			1.057.754,00	0,00	0,00	1.057.754,00	73.735,99	73.735,99
16.01.15.451.0034 PLANEJAMENTO URBANO			1.057.754,00	0,00	0,00	1.057.754,00	73.735,99	73.735,99
15.451.0034.2.011 MANUTENÇÃO DO PLANO DIRETOR			70.554,00	0,00	0,00	70.554,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas		0000	70.554,00	0,00	0,00	70.554,00	0,00	0,00
15.451.0034.2.014 MANUTENÇÃO DO IPPUC			965.400,00	0,00	0,00	965.400,00	73.735,99	73.735,99
3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas		0000	965.400,00	0,00	0,00	965.400,00	73.735,99	73.735,99
3.1.90.11.00.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		0000	742.000,00	0,00	0,00	742.000,00	64.567,34	64.567,34
3.1.90.11.01.00.00.00 Vencimentos e salários		0000					57.104,02	57.104,02
3.1.90.13.00.00.00.00 Obrigações Patronais		0000					57.104,02	57.104,02
3.1.90.13.02.00.00.00 Contribuições Previdenciárias - INSS		0000					7.463,32	7.463,32
3.1.91.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas - Oper Intra-Orçamentárias		0000					7.463,32	7.463,32
3.1.91.13.00.00.00.00 Obrigações Patronais - Op. Intra-Orçamentárias		0000	58.000,00	0,00	0,00	58.000,00	8.370,40	8.370,40
3.1.91.13.03.00.00.00 Contribuição Patronal Para o Regime Proprio		0000					8.370,40	8.370,40
3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas		0000					8.370,40	8.370,40
3.3.90.30.00.00.00.00 Material de Consumo		0000	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	798,25	798,25
3.3.90.30.39.00.00.00 Material para Manutenção de Veículos		0000					574,95	574,95
3.3.90.30.99.00.00.00 Outros Materiais de Consumo		0000					225,15	225,15
3.3.90.39.00.00.00.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		0000					349,80	349,80
3.3.90.39.19.00.00.00 Manutenção e Conservação de Veículos		0000					223,30	223,30
4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas		0000	65.400,00	0,00	0,00	65.400,00	0,00	0,00
15.451.0034.2.075 IMPLANTÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO URBANO.			21.800,00	0,00	0,00	21.800,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas		0000	21.800,00	0,00	0,00	21.800,00	0,00	0,00
Total por Entidade :			1.057.754,00	0,00	0,00	1.057.754,00	73.735,99	73.735,99
Total Geral :			162.730.600,00	0,00	0,00	162.730.600,00	19.769.491,82	19.769.491,82

CACADOR , 27/03/2015

Francieli Antunes de Macedo

Contadora Geral CRC-SC 028965/O-5

Cilberto Amaro Comazetto

Prefeito Municipal

Município de CACADOR - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

CACADOR , 27/03/2015

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 07/05/2009 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	7.085,00	0,00	0,00	7.085,00
Investimentos	7.085,00	0,00	0,00	7.085,00
TOTAL	7.085,00	0,00	0,00	7.085,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	34.651,95	0,00	34.651,95

FONTE:

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)	981,00	0,00		981,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	20.657.702,11	404.844,62	0,00	20.252.857,49
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	20.657.702,11	404.844,62	0,00	20.252.857,49
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-20.656.721,11	-404.844,62		-20.251.876,49

FONTE:

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)					R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2014
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					
RECEITAS CORRENTES	4.417.500,00	4.417.500,00	4.748.395,12	4.748.395,12	1.889.638,80
Recarga de Contribuições dos Segurados	4.417.500,00	4.417.500,00	4.748.395,12	4.748.395,12	1.889.638,80
Pessoal Civil	2.197.500,00	2.197.500,00	762.624,64	762.624,64	693.378,00
Ativo	2.197.500,00	2.197.500,00	762.624,64	762.624,64	693.378,00
Inativo	2.132.500,00	2.132.500,00	745.832,05	745.832,05	686.133,64
Pensionista	50.000,00	50.000,00	16.792,59	16.792,59	6.743,40
Pessoal Militar	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	500,96
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	10.000,00	10.000,00	2.204.805,84	2.204.805,84	0,00
Recarga Patrimonial	1.850.000,00	1.850.000,00	1.780.964,64	1.780.964,64	1.191.706,70
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	1.850.000,00	1.850.000,00	1.780.964,64	1.780.964,64	1.191.706,70
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	360.000,00	360.000,00	0,00	0,00	4.554,10
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	360.000,00	360.000,00	0,00	0,00	4.554,10
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.782.500,00	4.782.500,00	1.661.537,47	1.661.537,47	467.984,95
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	9.200.000,00	9.200.000,00	6.409.932,59	6.409.932,59	2.357.623,75
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		Até o Bimestre/2014
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)					
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	1.334.477,69
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	80.700,04
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	80.700,04
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
					1.253.777,65
					Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	1.253.777,65
Pensões	0,00	0,00	0,00	996.820,10
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	257.883,57
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	73,98
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	48.000,00	48.000,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	48.000,00	48.000,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	9.152.000,00	9.152.000,00	6.409.932,59	6.409.932,59
RECEITAS REALIZADAS				
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2015	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
Valor				100.000,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
BENS E DIREITOS DO RPPS				
	JANEIRO	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
		2015	2014	
Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	29.830,52	72.801,02	38.920,67	
Investimentos	67.339.767,86	68.371.601,07	47.731.777,01	

Continua 2/4

Município de CACADOR - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Fonte:

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

Município de CACADOR - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

	RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
				Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)		0,00	0,00	0,00		0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)		0,00	0,00	0,00		0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II		0,00	0,00	0,00		0,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS		%	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00			0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00			0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00			0,00
DESPESAS COM SAÚDE						
(Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
	DOTAÇÃO INICIAL		Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	35.607.370,56	35.607.370,56	8.745.582,26	24,56	3.688.259,41	10,36
Pessoal e Encargos Sociais	22.489.600,00	22.489.600,00	2.404.392,35	10,69	2.014.623,61	8,96
Outras Despesas Correntes	13.117.770,56	13.117.770,56	6.341.189,91	48,34	1.673.635,80	12,76
DESPESAS DE CAPITAL	2.052.070,00	2.052.070,00	258.043,27	12,57	145.707,27	7,10
Investimentos	2.052.070,00	2.052.070,00	258.043,27	12,57	145.707,27	7,10

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	2.052.070,00	2.052.070,00	258.043,27	12,57	145.707,27	7,10
Investimentos	2.052.070,00	2.052.070,00	258.043,27	12,57	145.707,27	7,10
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	37.659.440,56	37.659.440,56	9.003.625,53	23,91	3.833.966,68	10,18
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	%	DESPESAS LIQUIDADAS	%
			Até o Bimestre (h)	(h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	(i/IV)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	8.057.910,00	8.057.910,00	3.569.800,41	39,65	1.354.909,39	35,34
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	8.057.910,00	8.057.910,00	3.569.800,41	39,65	1.354.909,39	35,34
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM	-	-	0,00	0,00	-	-
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹						
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAGAR CANCELADOS²						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
QUE						
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	8.057.910,00	8.057.910,00	3.569.800,41	39,65	1.354.909,39	35,34
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	29.601.530,56	29.601.530,56	5.433.825,12	60,35	2.479.057,29	64,66
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 6						0,00
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI] - (15 x IIIb)/100]						2.479.057,29

Continua 2/4

Município de CACADOR - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
SALDO INICIAL					
	0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)	0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 26 E 28					
LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
SALDO INICIAL					
	-		-		-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Bimestre (I)	% (I/Total I)*100	
			Até Bimestre (m)		% (m/Total m)*100
Atenção Básica	37.659.440,56	37.659.440,56	9.003.625,53	100,00	3.833.966,68
TOTAL	37.659.440,56	37.659.440,56	9.003.625,53	100,00	3.833.966,68

FONTE:

- 1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- 2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- 3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- 4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- 5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
- 6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Município de CACADOR - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

MUNICÍPIO DE CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	22.941.080,00	22.941.080,00	5.594.085,49	5.594.085,49	24,38
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	6.139.800,00	6.139.800,00	3.898.843,95	3.898.843,95	63,50
1.1.1- IPTU	5.090.600,00	5.090.600,00	3.737.891,41	3.737.891,41	73,43
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	32.700,00	32.700,00	864,03	864,03	2,64
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	694.000,00	694.000,00	122.198,08	122.198,08	17,61
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	322.500,00	322.500,00	37.890,43	37.890,43	11,75
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.902.400,00	1.902.400,00	316.520,66	316.520,66	16,64
1.2.1- ITBI	1.902.400,00	1.902.400,00	316.520,66	316.520,66	16,64
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	10.894.500,00	10.894.500,00	1.283.621,35	1.283.621,35	11,78
1.3.1- ISS	10.774.600,00	10.774.600,00	1.263.489,25	1.263.489,25	11,73
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	32.700,00	32.700,00	2.709,14	2.709,14	8,28
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	65.400,00	65.400,00	9.386,34	9.386,34	14,35
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	21.800,00	21.800,00	8.036,62	8.036,62	36,87
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	4.004.380,00	4.004.380,00	95.099,53	95.099,53	2,37
1.4.1- IRRF	4.004.380,00	4.004.380,00	95.099,53	95.099,53	2,37
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	89.841.500,00	89.841.500,00	13.032.985,94	13.032.985,94	14,51
2.1- Cota-Parte FPM	35.113.700,00	35.113.700,00	5.248.278,80	5.248.278,80	14,95
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	35.113.700,00	35.113.700,00	5.248.278,80	5.248.278,80	14,95
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	44.711.500,00	44.711.500,00	6.794.647,56	6.794.647,56	15,20
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº67/1996	251.650,00	251.650,00	33.880,33	33.880,33	13,46
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	665.850,00	665.850,00	128.226,49	128.226,49	19,26
2.5- Cota-Parte ITR	174.400,00	174.400,00	23.150,87	23.150,87	13,27
2.6- Cota-Parte IPVA	8.924.400,00	8.924.400,00	804.801,89	804.801,89	9,02
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	112.782.580,00	112.782.580,00	18.627.071,43	18.627.071,43	16,52
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	4.534.400,00	4.534.400,00	922.646,24	922.646,24	20,35
5.1- Transferências do Salário-Educação	2.882.100,00	2.882.100,00	833.000,58	833.000,58	28,90
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - FNAE	981.000,00	981.000,00	68.892,00	68.892,00	7,02
5.4- Transferências Diretas - FNATE	141.700,00	141.700,00	10.470,29	10.470,29	7,39
5.5- Outras Transferências do FNDE	464.200,00	464.200,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	65.400,00	65.400,00	10.283,37	10.283,37	15,72
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	937.400,00	937.400,00	436.998,64	436.998,64	46,62
6.1- Transferências de Convênios	937.400,00	937.400,00	436.998,64	436.998,64	46,62
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-6.301.200,00	-6.301.200,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	-	-629.400,00	1.359.644,88	1.359.644,88	-163,93
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	9.160.680,00	9.160.680,00	1.400.889,61	1.400.889,61	15,29
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	8.942.300,00	8.942.300,00	1.358.929,33	1.358.929,33	15,20
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	50.330,00	50.330,00	6.776,06	6.776,06	13,46
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	133.170,00	133.170,00	32.056,62	32.056,62	24,07
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	34.880,00	34.880,00	3.127,60	3.127,60	8,97
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	-	23.844.616,65	4.523.474,72	4.523.474,72	18,97
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	23.805.376,65	23.805.376,65	4.516.375,17	4.516.375,17	18,97
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	39.240,00	39.240,00	7.099,55	7.099,55	18,09
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	14.644.696,65	14.644.696,65	3.115.485,56	3.115.485,56	21,27
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	14.414.070,76	14.414.070,76	2.635.980,57	2.635.980,57	18,29
13.1- Com Educação Infantil	6.540.000,00	6.540.000,00	784.244,05	784.244,05	11,99
13.2- Com Ensino Fundamental	7.874.070,76	7.874.070,76	1.851.736,52	1.851.736,52	23,52
14- OUTRAS DESPESAS	9.118.478,89	9.118.478,89	644.383,28	644.383,28	7,07
14.1- Com Educação Infantil	90.906,00	90.906,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	9.027.572,89	9.027.572,89	644.383,28	644.383,28	7,14
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	23.532.549,65	23.532.549,65	3.280.363,85	3.280.363,85	13,94
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					3.280.363,85
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %					58,27
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %					14,25
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					27,48
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	28.195.645,00	28.195.645,00	4.656.767,86	4.656.767,86	16,52
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	8.939.906,00	8.939.906,00	803.254,70	803.254,70	8,99
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	28.349.806,05	28.349.806,05	2.833.087,57	2.833.087,57	9,99
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	16.901.643,65	16.901.643,65	2.496.119,80	2.496.119,80	14,77
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	11.448.162,40	11.448.162,40	336.967,77	336.967,77	2,94
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	37.289.712,05	37.289.712,05	3.636.342,27	3.636.342,27	9,75
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					3.115.485,56
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					7.099,55
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					3.122.585,11
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					513.757,16
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					2,76

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2.775.280,00	2.775.280,00	134.031,65	134.031,65	4,83
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.014.582,00	3.473.220,72	141.494,30	141.494,30	4,07
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	5.789.862,00	6.248.500,72	275.525,95	275.525,95	4,41
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	43.079.574,05	43.538.212,77	3.911.868,22	3.911.868,22	8,98

MUNICÍPIO DE CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	993.857,21	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	993.857,21	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	15.345,65	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.516.375,17	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	4.347.184,73	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	4.201.397,27	0,00
49.2 Restos a Pagar	145.787,46	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	7.099,55	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	191.635,64	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Betha Sistemas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Exercício de 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Fevereiro

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Espécie		Recebido		
		No Mês	Até o Mês	
Receitas Orçamentárias		Recurso	16.856.925,76	33.502.547,29
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		18.141.401,63	36.113.862,78
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		17.330.834,24	34.452.325,31
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		5.896.575,71	7.612.515,39
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS		4.255.109,04	5.413.000,85
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda		3.611.716,65	4.149.511,60
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana		3.416.639,50	3.737.891,41
4.1.1.1.2.02.00.01.00.00	IPTU - Recursos Ordinários	0000	1.564.820,56	1.711.953,94
4.1.1.1.2.02.00.02.00.00	IPTU - Recursos Educação	0001	956.659,22	1.046.609,75
4.1.1.1.2.02.00.03.00.00	IPTU - Recursos Saúde	0618	895.159,72	979.327,72
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza		47.339,68	95.099,53
4.1.1.1.2.04.34.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos		47.339,68	95.099,53
4.1.1.1.2.04.34.01.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Rec. Ordinários	0000	21.681,57	43.555,58
4.1.1.1.2.04.34.02.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Rec. Educação	0001	13.255,11	26.627,87
4.1.1.1.2.04.34.03.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Rec. Saúde	0618	12.403,00	24.916,08
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis		147.737,47	316.520,66
4.1.1.1.2.08.00.01.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - Rec. Ord.	0000	67.663,78	144.966,49
4.1.1.1.2.08.00.02.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - Rec. Educ	0001	41.366,48	88.625,77
4.1.1.1.2.08.00.03.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - Rec. Saud	0618	38.707,21	82.928,40
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação		643.392,39	1.263.489,25
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza		643.392,39	1.263.489,25
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza		643.392,39	1.263.489,25
4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	ISQN - Recursos Ordinários	0000	294.673,71	578.678,11
4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	ISQN - Recursos Educação	0001	180.149,84	353.776,94
4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	ISQN - Recursos Saúde	0618	168.568,84	331.034,20
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		1.564.176,19	2.075.392,81
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia		671.165,06	1.017.575,13
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	0620	32.193,78	44.734,60
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	0000	638.971,28	972.840,53
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços		893.011,13	1.057.817,68
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços		893.011,13	1.057.817,68
4.1.1.2.2.99.01.00.00.00	Taxa de Expediente	0000	13.643,18	30.455,89
4.1.1.2.2.99.06.00.00.00	Taxa de Coleta de Lixo	0000	879.149,63	1.014.610,47
4.1.1.2.2.99.99.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	0000	218,32	12.751,32
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		77.290,48	124.121,73
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	0000	77.290,48	124.121,73
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		913.491,14	3.645.717,90
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		490.211,28	3.222.438,04
4.1.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib Previd. do Regime Próprio		348.789,91	2.967.430,48
4.1.2.1.0.29.07.00.00.00	Contrib de Servidor Ativo Civil	0156	317.491,72	745.832,05
4.1.2.1.0.29.09.00.00.00	Contrib de Servidor Inativo Civil	0156	6.855,04	16.792,59
4.1.2.1.0.29.99.00.00.00	Outras Contrib Previdenciárias	0156	24.443,15	2.204.805,84
4.1.2.1.0.49.00.00.00.00	Contribuição Assist. Médica Servidores Ativos		141.421,37	255.007,56
4.1.2.1.0.49.01.00.00.00	Contribuição Assist. Médica Servidores Ativos	0000	115.664,64	174.370,84
4.1.2.1.0.49.02.00.00.00	Contribuição Assist. Médica Servidores Inativos	0000	25.756,73	80.636,72
4.1.2.2.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO EC		423.279,86	423.279,86
4.1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contrib. p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic	0017	423.279,86	423.279,86
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		768.761,54	2.065.450,16
4.1.3.1.0.00.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS		243,02	243,02
4.1.3.1.1.00.00.00.00.00	ALUGUÉIS	0000	243,02	243,02
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		768.518,52	2.065.207,14
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários		768.518,52	2.065.207,14
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Banc. Vinculados		52.953,76	231.628,78
4.1.3.2.5.01.00.16.00.00	Remuneração de Rendimentos - 16	0016	26,80	55,44
4.1.3.2.5.01.00.17.00.00	Remuneração de Rendimentos - 17	0017	540,30	845,57
4.1.3.2.5.01.00.22.00.00	Remuneração de Rendimentos - 22	0022	8.065,15	16.041,89
4.1.3.2.5.01.00.24.00.00	Remuneração de Rendimentos - 24	0024	8.964,88	145.142,01
4.1.3.2.5.01.00.42.00.00	Remuneração de Rendimentos - 42	0042	365,45	614,49
4.1.3.2.5.01.00.45.00.00	Remuneração de Rendimentos - 45	0045	3,59	5,95
4.1.3.2.5.01.00.54.00.00	Remuneração de Rendimentos - 54	0054	211,38	324,62
4.1.3.2.5.01.00.55.00.00	Remuneração de Rendimentos - 55	0055	1.256,17	2.658,97

Betha Sistemas

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Exercício de 2015

Fevereiro

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Espécie	Recebido	
	No Mês	Até o Mês
Receitas Orçamentárias	Recurso	
4.1.3.2.5.01.00.56.00.00	Remuneração de Rendimentos - 56	0056
4.1.3.2.5.01.00.58.00.00	Remuneração de Rendimentos - 58	0058
4.1.3.2.5.01.00.60.00.00	Remuneração de Rendimentos - 60	0060
4.1.3.2.5.01.00.61.00.00	Remuneração de Rendimentos - 61	0061
4.1.3.2.5.01.00.83.00.00	Remuneração de Rendimentos - 83	0083
4.1.3.2.5.01.00.89.00.00	Remuneração de Rendimentos - 89	0089
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FUNDEB	
4.1.3.2.5.01.02.02.00.00	Rend. Remuneração FUNDEB - 60%	0018
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Remuneração de Depósitos Banc. Vinculados	
4.1.3.2.5.01.03.23.00.00	Remuneração de Depósitos Banc. Vinculados - 23	0023
4.1.3.2.5.01.03.64.00.00	Remuneração de Depósitos Banc. Vinculados - 64	0371
4.1.3.2.5.01.03.65.00.00	Remuneração de Depósitos Banc. Vinculados - 65	0065
4.1.3.2.5.01.03.66.00.00	Remuneração de Depósitos Banc. Vinculados - 66	0066
4.1.3.2.5.01.03.67.00.00	Remuneração de Depósitos Banc. Vinculados - 67	0067
4.1.3.2.5.01.06.00.00.00	Remuneração de Depósitos Banc. Vinculados - 02	0620
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Rec. de Remuneração de Outros Dep. Banc. Rec. V	
4.1.3.2.5.01.10.52.00.00	Rec. de Remuneração de Dep. Banc. Rec. Vinc - f	0052
4.1.3.2.5.01.10.63.00.00	Rec. de Remuneração de Dep. Banc. Rec. Vinc - f	0063
4.1.3.2.5.01.10.98.00.00	Rec. de Remuneração de Dep. Banc. Rec. Vinc - f	0098
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. Rem. de Outros Dep. Bancários	0000
4.1.3.2.5.01.99.89.00.00	Receita de Remuneração de Outros Depósitos Bai	0089
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	
4.1.3.2.5.02.03.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	0080
4.1.3.2.5.02.04.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	0024
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Rem. de Outros Depósitos Bancários	0000
4.1.3.2.5.08.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS	
4.1.3.2.5.08.10.00.00.00	Remuneração dos Investimentos em Renda Fixa	
4.1.3.2.5.08.10.00.01.00	Remun. Fundos de Invest. Renda Fixa	0157
4.1.3.2.5.08.10.00.02.00	Remun. Fundos de Invest. Renda Fixa TxAdm	0157
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	
4.1.6.0.0.41.00.00.00.00	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	0099
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	
4.1.7.2.1.01.02.10.00.00	Cota-Parte do FPM	
4.1.7.2.1.01.02.10.01.00	Cota-Parte do FPM - Rec. Ordinários	0000
4.1.7.2.1.01.02.10.02.00	Cota-Parte do FPM - Rec. Educação	0001
4.1.7.2.1.01.02.10.03.00	Cota-Parte do FPM - Rec. Saúde	0618
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota do ITR - Recursos Ordinários	0000
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota do ITR - Recursos Educação	0001
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota do ITR - Recursos Saúde	0618
4.1.7.2.1.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Ecor	0016
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerai	0045
4.1.7.2.1.22.40.00.00.00	Cota-Parte Royalties p/ Excedente Prod. Petróleo	0042
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	
4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	Piso Atenção Básica Fixo (PAB FIXO)	0371
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00	Atenção Básica	
4.1.7.2.1.33.11.30.00.00	Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	
4.1.7.2.1.33.11.30.01.00	Saúde da Família	0371
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	0371
4.1.7.2.1.33.13.00.00.00	Saúde Bucal - SB	0371
4.1.7.2.1.33.15.00.00.00	PMAQ - Programa de Melhoria do Acesso e Qualida	0371
4.1.7.2.1.33.20.00.00.00	MAC - Ambulatorial e Hospitalar	0065
4.1.7.2.1.33.33.00.00.00	Vigilância em Saúde - Epidemiologia e Control Doen	0066
4.1.7.2.1.33.34.00.00.00	Ações Básicas Farmácia Básica	0067
4.1.7.2.1.33.36.00.00.00	Vigilância sanitária	0066
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Fevereiro

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Espécie	Recebido	
	No Mês	Até o Mês
Receitas Orçamentárias	Recurso	
	16.856.925,76	33.502.547,29
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00 Programa Assistencia para Idoso - API	0052	3.410,52
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00 Prigrama PFMC III	0063	6.536,83
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00 Programa do FNAS	0052	36.650,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00 Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDM		385.264,38
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00 Transferências do Salário-Educação	0058	385.264,38
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00 Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	0060	0,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00 Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAI	0061	0,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00 Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96		0,00
4.1.7.2.1.36.00.01.00.00 ICMS Desnoveração LC 87/96 - Rec. Ordinários	0000	0,00
4.1.7.2.1.36.00.02.00.00 ICMS Desnoveração LC 87/96 - Rec. Educação	0001	0,00
4.1.7.2.1.36.00.03.00.00 ICMS Desnoveração LC 87/96 - Rec. Saúde	0618	0,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00 Outras Transferências da União	0000	2.100,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00 Transferências dos Estados		3.760.047,52
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00 Participação na Receita dos Estados		3.760.047,52
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00 Cota-Parte do ICMS		3.219.414,47
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00 Conta-Parte do ICMS - Rec. Ordinários	0000	1.474.491,79
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00 Conta-Parte do ICMS - Rec. Educação	0001	901.436,06
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00 Conta-Parte do ICMS - Rec. Saúde	0618	843.486,62
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00 Cota-Parte do IPVA		492.801,64
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00 Cota-Parte do IPVA - Rec. Ordinários	0000	225.703,18
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00 Cota-Parte do IPVA - Rec. Educação	0001	137.984,45
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00 Cota-Parte do IPVA - Rec. Saúde	0618	129.114,01
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00 Cota-Parte do IPI sobre Exportação		47.831,41
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00 Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Rec. Ord.	0000	21.906,79
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00 Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Rec. Educ.	0001	13.392,79
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00 Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Rec. saúde	0618	12.531,83
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00 Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde		0,00
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00 Farmácia Básica - Estado	0067	0,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00 TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS		2.170.150,76
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB		2.170.150,76
4.1.7.2.4.01.00.01.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	0019	858.294,62
4.1.7.2.4.01.00.02.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	0018	1.311.856,14
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00 Transf. de Conv.		3,98
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00 Transf. de Conv. da União e de suas Entidades		3,98
4.1.7.6.1.02.00.00.00.00 Transf. de Conv. da União Destin. Progr. Educação	0022	0,00
4.1.7.6.1.98.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	0000	3,98
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00 Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.		0,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00 Outras Transferências de Convênio dos Estados		0,00
4.1.7.6.2.99.00.01.00.00 Transferências de Convênio de Trânsito		0,00
4.1.7.6.2.99.00.01.01.00 Transferências de Convênio de Trânsito - Polícia	0054	0,00
4.1.7.6.2.99.00.01.02.00 Transferências de Convênio de Trânsito - Polícia	0055	0,00
4.1.7.6.2.99.00.01.03.00 Transferências de Convênio de Trânsito - Prefeit	0056	0,00
4.1.7.7.0.00.00.00.00.00 Transferências para o Combate à Fome		0,00
4.1.7.7.2.00.00.00.00.00 Provenientes de Pessoas Jurídicas	0000	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES		286.687,75
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora		128.165,96
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00 Multas/Juros de Mora dos Tributos		18.466,43
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00 Multas/Juros de Mora s/ o IPTU		73,03
4.1.9.1.1.38.00.01.00.00 Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Rec. Ord.	0000	33,46
4.1.9.1.1.38.00.02.00.00 Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Rec. Educ.	0001	20,44
4.1.9.1.1.38.00.03.00.00 Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Rec. Saúde	0618	19,13
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00 Multas/Juros de Mora s/ o ISS		965,20
4.1.9.1.1.40.00.01.00.00 Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Rec. Ord.	0000	442,07
4.1.9.1.1.40.00.02.00.00 Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Rec. Educ.	0001	270,26
4.1.9.1.1.40.00.03.00.00 Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Rec. Saúde	0618	252,87
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora de Outros Tributos		17.428,20
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00 Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	0000	17.428,20
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos		43.491,84
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00 Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU		20.476,34
4.1.9.1.3.11.00.01.00.00 Multas/Juros de Mora Div. Atic. s/ IPTU - R. Ord.	0000	9.378,24
4.1.9.1.3.11.00.02.00.00 Multas/Juros de Mora Div. Atic. s/ IPTU - R. Educ	0001	5.733,34

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Fevereiro

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Espécie		Recebido	
		No Mês	Até o Mês
Receitas Orçamentárias	Recurso	16.856.925,76	33.502.547,29
4.1.9.1.3.11.00.03.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Atic. s/ IPTU - R. Saúde	0618	5.364,76
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS		3.378,18
4.1.9.1.3.13.00.01.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Rec. Ord.	0000	1.547,26
4.1.9.1.3.13.00.02.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Rec. Educ	0001	945,88
4.1.9.1.3.13.00.03.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Rec. Saud	0618	885,04
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	0000	19.637,32
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens		66.207,69
4.1.9.1.9.53.00.00.00.00	Multas Decorrentes de Serviço de Migração		66.207,69
4.1.9.1.9.53.01.00.00.00	Convênio de Trânsito - Civil		66.207,69
4.1.9.1.9.53.01.01.00.00	Convênio de Trânsito - Prefeitura	0056	66.207,69
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		2.414,17
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES		2.414,17
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	0000	2.414,17
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA		123.735,66
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria		123.735,66
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU		63.376,12
4.1.9.3.1.11.00.01.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Rec. Ordinarios	0000	29.026,28
4.1.9.3.1.11.00.02.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Rec. Educação	0001	17.745,32
4.1.9.3.1.11.00.03.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Rec. Saúde	0618	16.604,52
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS		4.374,79
4.1.9.3.1.13.00.01.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Rec. Ordinários	0000	2.003,67
4.1.9.3.1.13.00.02.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Rec. Educação	0001	1.224,93
4.1.9.3.1.13.00.03.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Rec. Saúde	0618	1.146,19
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos		55.984,75
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	0000	55.984,75
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		32.371,96
4.1.9.9.0.00.00.00.00.10	Outras Receitas	0126	301,52
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	0000	32.070,44
4.7.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		810.567,39
4.7.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		810.567,39
4.7.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		810.567,39
4.7.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib. Previd. do Regime Próprio - Intra-Orçam.		810.567,39
4.7.2.1.0.29.01.00.00.00	Contrib. Patr. Servi. Ativo Civil-Intra-Orçam.	0156	317.491,74
4.7.2.1.0.29.13.00.00.00	Contribuição Previdenc para Amortiz do Déficit Atu	0073	255.747,24
4.7.2.1.0.29.15.00.00.00	Contr Previd em Regime de Parcelamento de Débito	0156	237.328,41
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA		-1.284.475,87
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA		-1.284.475,87
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-1.284.475,87
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências		-1.284.475,87
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União		-530.265,02
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União		-530.265,02
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB		-530.231,50
9.1.7.2.1.01.02.10.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	0001	-530.231,50
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	0001	-33,52
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/8	0001	0,00
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados		-754.210,85
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados		-754.210,85
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	0001	-643.882,81
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - II	0001	-98.370,19
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	0001	-11.957,85
Receita Extra Orçamentária	Recurso	0,00	0,00
Total Geral :		16.856.925,76	33.502.547,29

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Fevereiro

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Espécie	Recebido	
	No Mês	Até o Mês

Betha Sistemas

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Exercício de 2015

Janeiro

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Espécie		Recebido		
		No Mês	Até o Mês	
Receitas Orçamentárias		Recurso	16.645.621,53	16.645.621,53
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		17.972.461,15	17.972.461,15
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		17.121.491,07	17.121.491,07
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		1.715.939,68	1.715.939,68
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS		1.157.891,81	1.157.891,81
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda		537.794,95	537.794,95
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana		321.251,91	321.251,91
4.1.1.1.2.02.00.01.00.00	IPTU - Recursos Ordinários	0000	147.133,38	147.133,38
4.1.1.1.2.02.00.02.00.00	IPTU - Recursos Educação	0001	89.950,53	89.950,53
4.1.1.1.2.02.00.03.00.00	IPTU - Recursos Saúde	0618	84.168,00	84.168,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza		47.759,85	47.759,85
4.1.1.1.2.04.34.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos		47.759,85	47.759,85
4.1.1.1.2.04.34.01.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Rec. Ordinários	0000	21.874,01	21.874,01
4.1.1.1.2.04.34.02.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Rec. Educação	0001	13.372,76	13.372,76
4.1.1.1.2.04.34.03.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Rec. Saúde	0618	12.513,08	12.513,08
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis		168.783,19	168.783,19
4.1.1.1.2.08.00.01.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - Rec. Ord.	0000	77.302,71	77.302,71
4.1.1.1.2.08.00.02.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - Rec. Educ	0001	47.259,29	47.259,29
4.1.1.1.2.08.00.03.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - Rec.Saud	0618	44.221,19	44.221,19
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação		620.096,86	620.096,86
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza		620.096,86	620.096,86
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza		620.096,86	620.096,86
4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	ISQN - Recursos Ordinários	0000	284.004,40	284.004,40
4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	ISQN - Recursos Educação	0001	173.627,10	173.627,10
4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	ISQN - Recursos Saúde	0618	162.465,36	162.465,36
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		511.216,62	511.216,62
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia		346.410,07	346.410,07
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	0620	12.540,82	12.540,82
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	0000	333.869,25	333.869,25
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços		164.806,55	164.806,55
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços		164.806,55	164.806,55
4.1.1.2.2.99.01.00.00.00	Taxa de Expediente	0000	16.812,71	16.812,71
4.1.1.2.2.99.06.00.00.00	Taxa de Coleta de Lixo	0000	135.460,84	135.460,84
4.1.1.2.2.99.99.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	0000	12.533,00	12.533,00
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		46.831,25	46.831,25
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	0000	46.831,25	46.831,25
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		2.732.226,76	2.732.226,76
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		2.732.226,76	2.732.226,76
4.1.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib Previd. do Regime Próprio		2.618.640,57	2.618.640,57
4.1.2.1.0.29.07.00.00.00	Contrib de Servidor Ativo Civil	0156	428.340,33	428.340,33
4.1.2.1.0.29.09.00.00.00	Contrib de Servidor Inativo Civil	0156	9.937,55	9.937,55
4.1.2.1.0.29.99.00.00.00	Outras Contrib Previdenciárias	0156	2.180.362,69	2.180.362,69
4.1.2.1.0.49.00.00.00.00	Contribuição Assist. Médica Servidores Ativos		113.586,19	113.586,19
4.1.2.1.0.49.01.00.00.00	Contribuição Assist. Médica Servidores Ativos	0000	58.706,20	58.706,20
4.1.2.1.0.49.02.00.00.00	Contribuição Assist. Médica Servidores Inativos	0000	54.879,99	54.879,99
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		1.296.688,62	1.296.688,62
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		1.296.688,62	1.296.688,62
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários		1.296.688,62	1.296.688,62
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Rec. de Rem. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.		178.675,02	178.675,02
4.1.3.2.5.01.00.16.00.00	Remuneração de Rendimentos - 16	0016	28,64	28,64
4.1.3.2.5.01.00.17.00.00	Remuneração de Rendimentos - 17	0017	305,27	305,27
4.1.3.2.5.01.00.22.00.00	Remuneração de Rendimentos - 22	0022	7.976,74	7.976,74
4.1.3.2.5.01.00.24.00.00	Remuneração de Rendimentos - 24	0024	136.177,13	136.177,13
4.1.3.2.5.01.00.42.00.00	Remuneração de Rendimentos - 42	0042	249,04	249,04
4.1.3.2.5.01.00.45.00.00	Remuneração de Rendimentos - 45	0045	2,36	2,36
4.1.3.2.5.01.00.54.00.00	Remuneração de Rendimentos - 54	0054	113,24	113,24
4.1.3.2.5.01.00.55.00.00	Remuneração de Rendimentos - 55	0055	1.402,80	1.402,80
4.1.3.2.5.01.00.56.00.00	Remuneração de Rendimentos - 56	0056	784,05	784,05
4.1.3.2.5.01.00.58.00.00	Remuneração de Rendimentos - 58	0058	4.672,40	4.672,40
4.1.3.2.5.01.00.60.00.00	Remuneração de Rendimentos - 60	0060	151,26	151,26
4.1.3.2.5.01.00.61.00.00	Remuneração de Rendimentos - 61	0061	63,54	63,54

Betha Sistemas

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Exercício de 2015

Janeiro

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Espécie	Recebido	
	No Mês	Até o Mês
Receitas Orçamentárias	Recurso	
4.1.3.2.5.01.00.83.00.00	Remuneração de Rendimentos - 83	0083
4.1.3.2.5.01.00.89.00.00	Remuneração de Rendimentos - 89	0089
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FUNDEB	
4.1.3.2.5.01.02.02.00.00	Rend. Remuneração FUNDEB - 60%	0018
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Remuneração de Depósitos Banc. Vinculados	
4.1.3.2.5.01.03.23.00.00	Remuneração de Depósitos Banc. Vinculados - 23	0023
4.1.3.2.5.01.03.64.00.00	Remuneração de Depósitos Banc. Vinculados - 64	0371
4.1.3.2.5.01.03.65.00.00	Remuneração de Depósitos Banc. Vinculados - 65	0065
4.1.3.2.5.01.03.66.00.00	Remuneração de Depósitos Banc. Vinculados - 66	0066
4.1.3.2.5.01.03.67.00.00	Remuneração de Depósitos Banc. Vinculados - 67	0067
4.1.3.2.5.01.06.00.00.00	Remuneração de Depósitos Banc. Vinculados - 02	0620
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Rec. de Remuneração de Outros Dep. Banc. Rec. V	
4.1.3.2.5.01.10.52.00.00	Rec. de Remuneração de Dep. Banc. Rec. Vinc - 5	0052
4.1.3.2.5.01.10.63.00.00	Rec. de Remuneração de Dep. Banc. Rec. Vinc - 6	0063
4.1.3.2.5.01.10.98.00.00	Rec. de Remuneração de Dep. Banc. Rec. Vinc - 5	0098
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Rem. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	0000
4.1.3.2.5.01.99.89.00.00	Receita de Remuneração de Outros Depósitos Banc	0089
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	
4.1.3.2.5.02.03.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	0080
4.1.3.2.5.02.04.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	0024
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	0000
4.1.3.2.5.08.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS	
4.1.3.2.5.08.10.00.00.00	Remuneração dos Investimentos em Renda Fixa	
4.1.3.2.5.08.10.00.01.00	Remun. Fundos de Invest. Renda Fixa	0157
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	
4.1.6.0.0.41.00.00.00.00	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	0099
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
4.1.7.2.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	
4.1.7.2.1.01.02.10.00.00	Cota-Parte do FPM	
4.1.7.2.1.01.02.10.01.00	Cota-Parte do FPM - Rec. Ordinários	0000
4.1.7.2.1.01.02.10.02.00	Cota-Parte do FPM - Rec. Educação	0001
4.1.7.2.1.01.02.10.03.00	Cota-Parte do FPM - Rec. Saúde	0618
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Prop. Territorial Rural	
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota do ITR - Recursos Ordinários	0000
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota do ITR - Recursos Educação	0001
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota do ITR - Recursos Saúde	0618
4.1.7.2.1.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Ecor	0016
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	
4.1.7.2.1.22.40.00.00.00	Cota-Parte Royalties p/ Excedente Prod. Petróleo	0042
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	
4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	Piso Atenção Básica Fixo (PAB FIXO)	0371
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00	Atenção Básica	
4.1.7.2.1.33.11.30.00.00	Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	
4.1.7.2.1.33.11.30.01.00	Saúde da Família	0371
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	0371
4.1.7.2.1.33.13.00.00.00	Saúde Bucal - SB	0371
4.1.7.2.1.33.15.00.00.00	PMAQ - Programa de Melhoria do Acesso e Qualida	0371
4.1.7.2.1.33.20.00.00.00	MAC - Ambulatorial e Hospitalar	0065
4.1.7.2.1.33.33.00.00.00	Vigilância em Saúde - Epidemiologia e Control Doen	0066
4.1.7.2.1.33.34.00.00.00	Ações Básicas Farmácia Básica	0067
4.1.7.2.1.33.36.00.00.00	Vigilância sanitária	0066
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	Programa Assistência para Idoso - API	0052
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	Prigrama PFMC III	0063
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	Programa do FNAS	0052
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDN	
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	0058
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	0060

Betha Sistemas

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Exercício de 2015

Janeiro

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Espécie	Recebido	
	No Mês	Até o Mês
Receitas Orçamentárias	Recurso	
	16.645.621,53	16.645.621,53
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAI	0061
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	
4.1.7.2.1.36.00.01.00.00	ICMS Desnoveração LC 87/96 - Rec. Ordinários	0000
4.1.7.2.1.36.00.02.00.00	ICMS Desnoveração LC 87/96 - Rec. Educação	0001
4.1.7.2.1.36.00.03.00.00	ICMS Desnoveração LC 87/96 - Rec. Saúde	0618
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Conta-Parte do ICMS - Rec. Ordinários	0000
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Conta-Parte do ICMS - Rec. Educação	0001
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Conta-Parte do ICMS - Rec. Saúde	0618
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - Rec. Ordinários	0000
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - Rec. Educação	0001
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - Rec. Saúde	0618
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Rec. Ord.	0000
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Rec. Educ.	0001
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Rec. saúde	0618
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Farmácia Básica - Estado	0067
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	
4.1.7.2.4.01.00.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	0019
4.1.7.2.4.01.00.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	0018
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	
4.1.7.6.1.02.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União Destin. Progr. Educação	0022
4.1.7.6.1.98.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	0000
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	
4.1.7.6.2.99.00.01.00.00	Transferências de Convênio de Trânsito	
4.1.7.6.2.99.00.01.01.00	Transferências de Convênio de Trânsito - Polícia	0054
4.1.7.6.2.99.00.01.02.00	Transferências de Convênio de Trânsito - Polícia	0055
4.1.7.6.2.99.00.01.03.00	Transferências de Convênio de Trânsito - Prefeit	0056
4.1.7.7.0.00.00.00.00.00	Transferências para o Combate à Fome	
4.1.7.7.2.00.00.00.00.00	Provenientes de Pessoas Jurídicas	0000
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	
4.1.9.1.1.38.00.01.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Rec. Ord.	0000
4.1.9.1.1.38.00.02.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Rec. Educ.	0001
4.1.9.1.1.38.00.03.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Rec. Saúde	0618
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	
4.1.9.1.1.40.00.01.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Rec. Ord.	0000
4.1.9.1.1.40.00.02.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Rec. Educ.	0001
4.1.9.1.1.40.00.03.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Rec. Saúde	0618
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	0000
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	
4.1.9.1.3.11.00.01.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - R. Ord.	0000
4.1.9.1.3.11.00.02.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - R. Educ.	0001
4.1.9.1.3.11.00.03.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - R. Saúde	0618
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	
4.1.9.1.3.13.00.01.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Rec. Ord.	0000
4.1.9.1.3.13.00.02.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Rec. Educ.	0001
4.1.9.1.3.13.00.03.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Rec. Saud	0618
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	0000
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	

Betha Sistemas

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Exercício de 2015

Janeiro

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Espécie	Recebido		
	No Mês	Até o Mês	
Receitas Orçamentárias	Recurso	16.645.621,53	16.645.621,53
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	263,85	263,85
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	0000 263,85	263,85
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	120.184,98	120.184,98
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributária	120.184,98	120.184,98
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	58.821,96	58.821,96
4.1.9.3.1.11.00.01.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Rec. Ordinários	0000 26.940,44	26.940,44
4.1.9.3.1.11.00.02.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Rec. Educação	0001 16.470,15	16.470,15
4.1.9.3.1.11.00.03.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Rec. Saúde	0618 15.411,37	15.411,37
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	5.011,55	5.011,55
4.1.9.3.1.13.00.01.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Rec. Ordinários	0000 2.295,28	2.295,28
4.1.9.3.1.13.00.02.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Rec. Educação	0001 1.403,24	1.403,24
4.1.9.3.1.13.00.03.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Rec. Saúde	0618 1.313,03	1.313,03
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	56.351,47	56.351,47
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	0000 56.351,47	56.351,47
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	53.791,39	53.791,39
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	0000 53.791,39	53.791,39
4.7.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	850.970,08	850.970,08
4.7.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	850.970,08	850.970,08
4.7.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	850.970,08	850.970,08
4.7.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib. Previd. do Regime Próprio - Intra-Orçam.	850.970,08	850.970,08
4.7.2.1.0.29.01.00.00.00	Contrib. Patr. Servi. Ativo Civil-Intra-Orçam.	0156 428.340,33	428.340,33
4.7.2.1.0.29.13.00.00.00	Contribuição Previdenc para Amortiz do Déficit Atu	0073 185.130,25	185.130,25
4.7.2.1.0.29.15.00.00.00	Contr Previd em Regime de Parcelamento de Débito	0156 237.499,50	237.499,50
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.326.839,62	-1.326.839,62
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.326.839,62	-1.326.839,62
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-1.326.839,62	-1.326.839,62
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências	-1.326.839,62	-1.326.839,62
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-529.294,35	-529.294,35
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-522.518,29	-522.518,29
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-519.424,21	-519.424,21
9.1.7.2.1.01.02.10.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	0001 -519.424,21	-519.424,21
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	0001 -3.094,08	-3.094,08
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	0001 -6.776,06	-6.776,06
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-797.545,27	-797.545,27
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-797.545,27	-797.545,27
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	0001 -715.046,52	-715.046,52
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - II	0001 -62.399,98	-62.399,98
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	0001 -20.098,77	-20.098,77
Receita Extra Orçamentária	Recurso	0,00	0,00
Total Geral :		16.645.621,53	16.645.621,53

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

RP NÃO PROCESSADOS											

FONTE:

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	10.072.377,60	10.072.377,60	9.832.275,38
DEDUÇÕES (II)	4.318.055,77	4.318.055,77	14.413.963,75
Disponibilidade de Caixa Bruta	10.394.523,17	10.394.523,17	19.525.953,23
Demais Haveres Financeiros	427.274,16	427.274,16	407.252,86
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	6.503.741,56	6.503.741,56	5.519.242,34
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	5.754.321,83	5.754.321,83	-4.581.688,37
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	5.754.321,83	5.754.321,83	-4.581.688,37

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2015 (C - A)
VALOR	-10.336.010,20	-10.336.010,20

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	63.248.387,35	63.248.387,35	68.443.877,09
Disponibilidade de Caixa Bruta	-172.828,30	-172.828,30	72.801,02
Investimentos	63.421.740,65	63.421.740,65	68.371.601,07
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	525,00	525,00	525,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-63.248.387,35	-63.248.387,35	-68.443.877,09
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-63.248.387,35	-63.248.387,35	-68.443.877,09

FONTE:

Município de CACADOR - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	162.630.600,00	
Previsão Atualizada		—	162.630.600,00	
Receitas Realizadas		33.502.547,29	33.502.547,29	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	303.995,22	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	162.730.600,00	
Créditos Adicionais		—	6.960.443,03	
Dotação Atualizada		—	169.691.043,03	
Despesas Empenhadas		31.057.631,30	31.057.631,30	
Despesas Liquidadas		17.100.905,21	17.100.905,21	
Superavit Orçamentário		—	16.401.642,08	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		31.057.631,30	31.057.631,30	
Despesas Liquidadas		17.100.905,21	17.100.905,21	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			134.250.347,07	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		6.409.932,59	6.409.932,59	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		6.409.932,59	6.409.932,59	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-10.336.010,20	0,00
Resultado Primário		0,00	14.459.154,73	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	3.399.761,35	0,00	388.291,65	3.011.469,70
EXECUTIVO	3.399.761,35	0,00	388.291,65	3.011.469,70
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	6.504.266,56	0,00	4.440.654,84	2.063.611,72
EXECUTIVO	6.504.266,56	0,00	4.440.654,84	2.063.611,72
TOTAL:	9.904.027,91	0,00	4.828.946,49	5.075.081,42
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		513.757,16	25%	2,76
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.635.980,57	60%	58,27
Liquidadas		2.635.980,57		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	981,00	
Despesa de Capital Líquida		404.844,62	20.252.857,49	

Continua 1/2

Município de CACADOR - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	7.085,00
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.479.057,29	15,00		0,00
Liquidadas	2.479.057,29			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	152.269.960,00	159.205.003,03	29.443.571,56	29.443.571,56	15.930.158,66	15.930.158,66	93,15	10,01
Legislativa	6.921.500,00	6.921.500,00	1.357.162,87	1.357.162,87	586.070,62	586.070,62	3,43	8,47
Ação Legislativa	6.921.500,00	6.921.500,00	1.357.162,87	1.357.162,87	586.070,62	586.070,62	3,43	8,47
Administração	25.668.348,50	25.668.348,50	4.594.312,85	4.594.312,85	3.455.709,59	3.455.709,59	20,21	13,46
Administração Geral	18.738.708,50	18.738.708,50	3.251.484,47	3.251.484,47	2.507.342,04	2.507.342,04	14,66	13,38
Administração Financeira	6.929.640,00	6.929.640,00	1.342.828,38	1.342.828,38	948.367,55	948.367,55	5,55	13,69
Segurança Pública	4.395.102,00	4.446.256,00	1.560.024,47	1.560.024,47	568.238,43	568.238,43	3,32	12,78
Policimento	4.005.100,00	4.005.100,00	1.502.366,82	1.502.366,82	521.954,78	521.954,78	3,05	13,03
Defesa Civil	390.002,00	441.156,00	57.657,65	57.657,65	46.283,65	46.283,65	0,27	10,49
Assistência Social	5.694.550,00	5.770.840,39	1.274.020,20	1.274.020,20	640.258,83	640.258,83	3,74	11,09
Assistência à Criança e ao Adolescente	158.050,00	158.050,00	9.597,30	9.597,30	7.593,06	7.593,06	0,04	4,80
Assistência Comunitária	5.536.500,00	5.612.790,39	1.264.422,90	1.264.422,90	632.665,77	632.665,77	3,70	11,27
Saúde	36.717.540,56	36.717.540,56	8.876.125,21	8.876.125,21	3.684.657,64	3.684.657,64	21,55	10,04
Atenção Básica	36.667.540,56	36.667.540,56	8.852.352,99	8.852.352,99	3.682.694,14	3.682.694,14	21,54	10,04
Vigilância Epidemiológica	50.000,00	50.000,00	23.772,22	23.772,22	1.963,50	1.963,50	0,01	3,93
Educação	40.305.699,05	40.764.337,77	6.499.550,14	6.499.550,14	3.454.299,62	3.454.299,62	20,20	8,47
Alimentação e Nutrição	1.420.270,00	1.420.270,00	798.056,79	798.056,79	127.776,65	127.776,65	0,75	9,00
Ensino Fundamental	29.417.788,05	29.662.787,39	3.976.810,81	3.976.810,81	2.494.762,39	2.494.762,39	14,59	8,41
Ensino Superior	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	8.451.851,00	8.665.490,38	1.015.297,54	1.015.297,54	750.368,92	750.368,92	4,39	8,66
Educação de Jovens e Adultos	1.090,00	1.090,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	904.700,00	904.700,00	709.385,00	709.385,00	81.391,66	81.391,66	0,48	9,00
Cultura	855.700,00	855.700,00	114.263,64	114.263,64	72.942,81	72.942,81	0,43	8,52
Difusão Cultural	855.700,00	855.700,00	114.263,64	114.263,64	72.942,81	72.942,81	0,43	8,52
Direitos da Cidadania	109.000,00	109.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	109.000,00	109.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	16.265.521,00	21.874.480,92	3.418.990,85	3.418.990,85	2.365.960,71	2.365.960,71	13,84	10,82
Infra-Estrutura Urbana	15.356.741,00	15.665.964,36	2.927.515,42	2.927.515,42	2.057.740,02	2.057.740,02	12,03	13,14
Serviços Urbanos	908.780,00	6.208.516,56	491.475,43	491.475,43	308.220,69	308.220,69	1,80	4,96
Habitação	87.581,50	87.581,50	2.585,30	2.585,30	501,06	501,06	0,00	0,57
Habitação Urbana	87.581,50	87.581,50	2.585,30	2.585,30	501,06	501,06	0,00	0,57

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES E UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Saneamento	152.269.960,00	159.205.003,03	29.443.571,56	29.443.571,56	15.930.158,66	15.930.158,66	93,15	10,01
Saneamento Básico Urbano	3.888.360,00	3.888.360,00	457.472,20	457.472,20	439.624,51	439.624,51	2,57	11,31
Gestão Ambiental	2.492.180,00	2.492.180,00	457.472,20	457.472,20	439.624,51	439.624,51	2,57	11,31
Preservação e Conservação Ambiental	2.492.180,00	2.492.180,00	498.975,31	498.975,31	314.681,34	314.681,34	1,84	12,63
Agricultura	3.257.607,39	3.997.607,39	498.975,31	498.975,31	314.681,34	314.681,34	1,84	12,63
Extensão Rural	3.257.607,39	3.997.607,39	517.898,58	517.898,58	161.505,84	161.505,84	0,94	4,04
Indústria	1.000.750,00	1.000.750,00	64.890,27	64.890,27	56.518,45	56.518,45	0,33	5,65
Promoção Industrial	668.810,00	668.810,00	13.347,50	13.347,50	7.878,76	7.878,76	0,05	1,18
Produção Industrial	331.940,00	331.940,00	51.542,77	51.542,77	48.639,69	48.639,69	0,28	14,65
Desporto e Lazer	1.942.200,00	1.942.200,00	202.001,04	202.001,04	123.890,58	123.890,58	0,72	6,38
Desporto Comunitário	1.942.200,00	1.942.200,00	202.001,04	202.001,04	123.890,58	123.890,58	0,72	6,38
Encargos Especiais	2.559.320,00	2.559.320,00	5.298,63	5.298,63	5.298,63	5.298,63	0,03	0,21
Serviço da Dívida Interna	2.559.320,00	2.559.320,00	5.298,63	5.298,63	5.298,63	5.298,63	0,03	0,21
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	109.000,00	109.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Legislativa	10.460.640,00	10.486.040,00	1.614.059,74	1.614.059,74	1.170.746,55	1.170.746,55	6,85	11,16
Ação Legislativa	327.000,00	327.000,00	38.131,17	38.131,17	38.131,17	38.131,17	0,22	11,66
Administração	533.050,00	533.050,00	72.522,73	72.522,73	72.522,73	72.522,73	0,42	13,61
Administração Geral	173.350,00	173.350,00	20.680,23	20.680,23	20.680,23	20.680,23	0,12	11,93
Administração Financeira	359.700,00	359.700,00	51.842,50	51.842,50	51.842,50	51.842,50	0,30	14,41
Segurança Pública	138.000,00	138.000,00	14.669,81	14.669,81	14.669,81	14.669,81	0,09	10,63
Policimento	138.000,00	138.000,00	14.669,81	14.669,81	14.669,81	14.669,81	0,09	10,63
Assistência Social	415.000,00	440.400,00	20.909,34	20.909,34	20.909,34	20.909,34	0,12	4,75
Assistência Comunitária	415.000,00	440.400,00	20.909,34	20.909,34	20.909,34	20.909,34	0,12	4,75
Saúde	991.900,00	991.900,00	151.272,54	151.272,54	151.272,54	151.272,54	0,88	15,25
Atenção Básica	991.900,00	991.900,00	151.272,54	151.272,54	151.272,54	151.272,54	0,88	15,25
Educação	4.142.000,00	4.142.000,00	840.205,98	840.205,98	667.108,39	667.108,39	3,90	16,11
Ensino Fundamental	3.379.000,00	3.379.000,00	720.631,47	720.631,47	547.533,88	547.533,88	3,20	16,20
Educação Infantil	763.000,00	763.000,00	119.574,51	119.574,51	119.574,51	119.574,51	0,70	15,67

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Cultura	10.460.640,00	10.486.040,00	1.614.089,74	1.614.089,74	1.170.746,55	1.170.746,55	6,85	11,16
Difusão Cultural	21.800,00	21.800,00	2.187,90	2.187,90	2.187,90	2.187,90	0,01	10,04
Urbanismo	21.800,00	21.800,00	2.187,90	2.187,90	2.187,90	2.187,90	0,01	10,04
Infra-Estrutura Urbana	455.000,00	455.000,00	213.125,11	213.125,11	60.291,94	60.291,94	0,35	13,25
Saneamento	455.000,00	455.000,00	213.125,11	213.125,11	60.291,94	60.291,94	0,35	13,25
Saneamento Básico Urbano	1.090,00	1.090,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	1.090,00	1.090,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	76.300,00	76.300,00	9.224,82	9.224,82	9.224,82	9.224,82	0,05	12,09
Agricultura	76.300,00	76.300,00	9.224,82	9.224,82	9.224,82	9.224,82	0,05	12,09
Extensão Rural	109.000,00	109.000,00	15.248,02	15.248,02	15.248,02	15.248,02	0,09	13,99
Indústria	109.000,00	109.000,00	15.248,02	15.248,02	15.248,02	15.248,02	0,09	13,99
Produção Industrial	40.000,00	40.000,00	977,55	977,55	977,55	977,55	0,01	2,44
Desporto e Lazer	40.000,00	40.000,00	977,55	977,55	977,55	977,55	0,01	2,44
Desporto Comunitário	49.500,00	49.500,00	781,18	781,18	781,18	781,18	0,00	1,58
Encargos Especiais	49.500,00	49.500,00	781,18	781,18	781,18	781,18	0,00	1,58
Serviço da Dívida Interna	3.161.000,00	3.161.000,00	234.803,59	234.803,59	117.421,16	117.421,16	0,69	3,71
TOTAL (III) = (I + II)	3.161.000,00	3.161.000,00	234.803,59	234.803,59	117.421,16	117.421,16	0,69	3,71
	162.730.600,00	169.691.043,03	31.057.631,30	31.057.631,30	17.100.905,21	17.100.905,21	100,00	10,08
								152.590.137,82

FONTE:

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de CACADOR - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

PREVISO ATUALIZADA 2016	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												
	ESPECIFICAÇÃO												
	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agô/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	10.410.022,83	12.330.146,30	12.883.966,84	12.857.283,81	11.878.882,45	11.981.459,83	11.934.220,09	11.934.895,01	12.837.404,73	14.298.883,91	14.146.600,34	16.473.069,53	153.342.865,27
RECEITA TRIBUTÁRIA	980.458,09	1.146.925,77	773.396,12	1.879.358,29	1.206.125,71	1.015.726,96	1.603.794,33	1.159.727,93	1.314.128,49	1.785.987,96	1.715.939,68	5.895.575,71	20.476.094,94
I.P.T.U.	25.228,88	4.576,43	8.741,24	871.871,93	220.372,22	113.530,95	116.929,28	107.711,72	103.424,38	106.276,40	321.251,91	3.416.639,50	5.416.554,84
I.R.R.F.	139.034,26	617.798,05	169.083,55	115.986,69	103.933,72	132.143,25	605.673,72	142.860,94	332.790,38	427.324,35	47.759,85	47.339,68	2.882.220,43
L.S.S.	420.377,96	404.002,01	412.471,03	453.899,42	541.901,66	493.004,26	615.983,36	577.291,70	579.270,32	669.571,96	620.066,86	643.392,39	10.774.600,00
LT.BL	111.229,62	31.665,40	67.953,52	133.899,67	185.555,35	178.880,81	136.566,55	237.477,72	184.534,27	183.609,50	168.783,19	147.737,47	1.768.893,07
Outras Receitas Tributárias	283.687,37	883.883,88	115.116,76	300.730,58	453.760,77	98.167,69	126.611,42	91.385,85	114.100,14	410.205,65	558.047,87	1.841.466,67	3.390.590,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	157.110,72	165.977,30	159.638,76	164.694,27	164.185,20	172.767,12	172.833,46	200.988,02	201.281,69	205.862,94	438.277,88	747.638,62	4.192.200,00
RECEITA PATRIMONIAL	606.316,66	886.695,89	1.289.059,25	593.547,24	848.063,44	1.759.704,20	255.001,64	1.174.048,41	1.157.523,63	214.872,09	1.290.926,38	762.849,83	2.440.640,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	924,00	182,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.050,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	45.362,51	321.389,46	170.723,40	150.023,37	0,00	0,00	317.247,04	0,00	0,00	0,00	92.810,57	0,00	1.106.581,35
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.191.763,75	9.177.177,56	9.740.296,83	9.528.972,47	9.404.151,68	8.754.731,22	8.919.272,62	9.135.638,95	9.866.166,48	11.385.794,58	10.390.900,35	8.779.329,82	113.275.186,11
Cota-Parte do FPM	1.632.770,91	1.862.474,54	2.483.453,54	1.892.379,95	1.599.548,74	1.943.175,57	1.703.359,38	1.609.850,02	2.130.842,35	3.427.259,66	2.077.897,00	2.120.926,09	24.453.741,75
Cota-Parte do ICMS	2.594.293,23	2.893.981,56	2.906.082,21	2.948.291,31	2.738.902,62	2.874.353,95	3.082.010,12	3.177.556,68	3.355.702,56	3.376.797,26	3.575.233,09	3.219.414,47	37.198.430,06
Cota-Parte do IPVA	554.497,60	628.328,14	688.442,71	641.014,51	726.193,53	678.449,00	702.241,69	708.449,71	470.864,47	332.282,87	312.000,25	482.801,64	8.924.400,00
Cota-Parte do ITR	443,42	540,32	465,91	157.211,36	691,24	3.330,50	22.294,05	206.740,30	17.476,68	15.937,90	18.630,14	4.320,73	446.313,26
Outras Transferências Correntes	988.260,08	1.713.380,56	1.342.345,01	1.734.539,74	2.307.457,39	1.086.215,34	1.189.989,66	1.123.994,82	1.325.805,44	1.821.126,06	1.946.840,05	723.894,52	17.313.636,67
Transferências da LC 87/1989	42.889,01	46.655,69	50.745,94	48.322,83	48.652,85	51.181,11	48.164,08	51.579,69	59.228,84	58.441,64	80.396,08	47.831,41	635.098,37
Transferências da LC 87/1996	0,00	12.843,85	12.843,85	12.843,85	12.843,85	12.843,85	12.843,85	12.843,85	12.843,85	25.687,70	33.680,33	0,00	162.318,83
Transferências do FUNDEB	2.038.609,90	2.054.022,70	2.245.888,66	2.125.359,92	1.968.016,46	2.105.177,90	2.146.399,78	2.244.632,88	2.343.402,29	2.328.281,79	2.346.224,41	2.170.150,76	23.805.376,65
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	420.041,10	628.039,32	530.894,48	530.693,17	255.432,42	278.347,83	282.101,00	267.480,70	288.304,44	705.376,04	217.745,48	286.687,75	4.691.143,73
DEDUÇÕES (II)	1.287.483,84	1.341.939,61	1.494.414,20	1.402.832,07	1.259.582,10	1.380.690,17	1.381.803,29	1.427.590,03	1.515.253,02	1.615.957,88	3.728.595,35	1.223.765,64	19.082.518,20
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	252.393,81	257.440,42	266.533,35	265.302,59	265.394,11	265.463,71	265.212,70	271.597,26	272.900,05	380.697,74	438.277,88	324.346,76	3.526.397,38
Contrib. Patr. Sanit. Ativo Civil-Insa-Orçam.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	428.340,33	317.491,74	746.832,07
Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB	1.035.123,03	1.084.489,19	1.227.880,85	1.136.629,48	1.028.217,69	1.115.228,46	1.116.590,59	1.155.882,77	1.242.352,97	1.232.860,14	745.015,43	655.874,18	12.776.263,08
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-62.939,98	-48.370,19	-160.770,17
Outras Contrib. Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.180.362,69	24.443,15	2.204.805,84
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	9.122.569,99	10.988.206,69	11.169.552,64	11.454.451,74	10.585.300,35	10.600.789,66	10.148.416,80	10.507.314,98	11.322.151,71	12.665.325,83	10.417.003,99	15.246.283,89	134.250.347,07
FONTE:													

FONTE

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	159.979.615,00	31.437.340,15	31.437.340,15	25.697.304,46
Receita Tributária	28.328.070,00	7.612.515,39	7.612.515,39	5.499.491,10
I.P.T.U.	5.090.600,00	3.737.891,41	3.737.891,41	2.500.128,96
I.S.S.	10.774.600,00	1.263.489,25	1.263.489,25	852.786,90
I.T.B.I.	1.902.400,00	316.520,66	316.520,66	165.116,49
I.R.R.F.	4.004.380,00	95.099,53	95.099,53	259.465,82
Outras Receitas Tributárias	6.556.090,00	2.199.514,54	2.199.514,54	1.721.992,93
Receita de Contribuição	9.927.250,00	5.307.255,37	5.307.255,37	1.694.600,24
Receitas Previdenciárias	6.570.000,00	4.628.967,95	4.628.967,95	1.161.362,95
Outras Contribuições	3.357.250,00	678.287,42	678.287,42	533.237,29
Receita Patrimonial Líquida	16.350,00	243,02	243,02	472,14
Receita Patrimonial	2.581.904,00	2.065.450,16	2.065.450,16	1.863.752,00
(-) Aplicações Financeiras	2.565.554,00	2.065.207,14	2.065.207,14	1.863.279,86
Transferências Correntes	111.882.866,65	17.920.082,57	17.920.082,57	17.185.134,02
F.P.M.	28.337.300,00	4.198.623,09	4.198.623,09	4.264.374,71
I.C.M.S.	35.769.200,00	5.435.718,23	5.435.718,23	4.745.930,64
Convênios	1.776.600,00	492.993,32	492.993,32	376.486,13
Outras Transferências Correntes	45.999.766,65	7.792.747,93	7.792.747,93	7.798.342,54
Demais Receitas Correntes	9.825.078,35	597.243,80	597.243,80	1.317.606,96
Divida Ativa	2.195.400,00	243.920,64	243.920,64	176.912,04
Diversas Receitas Correntes	7.629.678,35	353.323,16	353.323,16	1.140.694,92
RECEITAS DE CAPITAL (II)	85.431,00	0,00	0,00	100.000,00
Operações de Crédito (III)	981,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	79.000,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	5.450,00	0,00	0,00	100.000,00
Convênios	5.450,00	0,00	0,00	100.000,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	5.450,00	0,00	0,00	100.000,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	159.985.065,00	31.437.340,15	31.437.340,15	25.797.304,46
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	148.824.340,92	16.696.060,59	16.696.060,59	18.263.456,46
Pessoal e Encargos Sociais	86.347.312,76	9.955.417,00	9.955.417,00	11.397.246,25
Juros e Encargos da Dívida (IX)	379.320,00	0,00	0,00	12.312,52
Outras Despesas Correntes	62.097.708,16	6.740.643,59	6.740.643,59	6.853.897,69
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	148.445.020,92	16.696.060,59	16.696.060,59	18.251.143,94
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	20.657.702,11	404.844,62	404.844,62	930.918,48
Investimentos	15.097.612,11	282.124,83	282.124,83	807.270,43
Inversões Financeiras	219.090,00	0,00	0,00	117.698,03
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	219.090,00	0,00	0,00	117.698,03
Amortização da Dívida (XIV)	5.341.000,00	122.719,79	122.719,79	5.950,02
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	15.316.702,11	282.124,83	282.124,83	924.968,46
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	109.000,00	-	-	-

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RESERVA DO RPPS (XVII)	100.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	163.970.723,03	16.978.185,42	16.978.185,42	19.176.112,40
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-3.985.658,03	14.459.154,73	14.459.154,73	6.621.192,06
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

FONTE:

CACADOR , 27/03/2015

Gilberto Amaro Comazzetto
Prefeito Municipal

Francieli Antunes de Macedo
Contadora Geral CRC-SC 028965/O-5

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Fevereiro

Licitação		Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado
Mod.	Número	Data	Número	Data		
CV	118/2014	30/09/2014	80/2014	30/09/2014	EXPRESSO APOIO A GESTAO PUBLICA LTDA	5.500,00
TP	105/2014	22/09/2014	78/2014	22/09/2014	HIDRANFIRE COM. E ADM. DE OBRAS EIRELI - EPP	10.000,00
TP	108/2014	22/09/2014	79/2014	22/09/2014	OTTIMIZARE ENG.IND. COM. IMP. E EXP.LTDA- EIRELI-	213.149,43
CP	71/2011	10/11/2011	7ª Aditivo_131	10/11/2014	BETHA SISTEMAS LTDA	3.495,73
CP	82/2012	30/10/2012	4ª Aditivo_116	29/01/2015	NL CONSTRUÇÕES LTDA - ME	76.004,87
DL	32/2014	17/03/2014	025/2014	17/03/2014	IBAM - INST.BRAS.DE ADM.MUNICIPAL	82.000,00
DL	78/2014	24/06/2014	51/2014	24/06/2014	COMUNIDADE PAROQ. SAO FCO DE ASSIS-MITRA DIOCESANA	3.900,00
DL	136/2014	24/11/2014	89/2014	24/11/2014	NEIDE MARIA DRIESSEN BAU	50.322,96
DL	2/2015	15/01/2015	03/2015	26/01/2015	SERRARIA CERRO AZUL LTDA	40.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Fevereiro

Licitação			Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado
Mod.	Número	Data	Número	Data			
ILP	14/2013	18/02/2013	3ªAditivo_15	31/12/2014	INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IE/SC	Contratação de empresa especializada para o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de Programas de Estágio de Estudantes. SECRETARIA DA AGRICULTURA (Licitação Nº : 3/2013-IL)	885,34
ILP	14/2013	18/02/2013	3ªAditivo_15	31/12/2014	INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IE/SC	Contratação de empresa especializada para o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de Programas de Estágio de Estudantes. POLICIA MILITAR E POLICIA CIVIL (Licitação Nº : 3/2013-IL)	1.770,68
ILP	14/2013	18/02/2013	3ªAditivo_14	09/12/2014	CENTRO INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE/SC	Contratação de empresa especializada para o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de Programas de Estágio de Estudantes. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO (Licitação Nº : 3/2013-IL)	12.639,80
ILP	14/2013	18/02/2013	3ªAditivo_14	09/12/2014	CENTRO INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE/SC	Contratação de empresa especializada para o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de Programas de Estágio de Estudantes. SECRETARIA DA FAZENDA (Licitação Nº : 3/2013-IL)	635,22
ILP	14/2013	18/02/2013	3ªAditivo_15	31/12/2014	INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IE/SC	Contratação de empresa especializada para o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de Programas de Estágio de Estudantes. GABINETE (Licitação Nº : 3/2013-IL)	885,34
ILP	14/2013	18/02/2013	3ªAditivo_15	31/12/2014	INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IE/SC	Contratação de empresa especializada para o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de Programas de Estágio de Estudantes. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (Licitação Nº : 3/2013-IL)	12.994,93
ILP	14/2013	18/02/2013	3ªAditivo_15	31/12/2014	INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IE/SC	Contratação de empresa especializada para o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de Programas de Estágio de Estudantes. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO (Licitação Nº : 3/2013-IL)	11.019,18

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Fevereiro

Licitação		Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado	
Mod.	Número	Data	Número				Data
ILP	3/2014	21/01/2014	015/2014	14/02/2014	AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	AQUISIÇÃO DE VALES-TRANSPORTES PARA OS SERVIDORES DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, INFRAESTRUTURA E DITTESC CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 003683.	384,00
ILP	3/2014	21/01/2014	015/2014	14/02/2014	AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	(Licitação Nº : 2/2014-IL) AQUISIÇÃO DE VALES-TRANSPORTES PARA OS SERVIDORES DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, INFRAESTRUTURA E DITTESC CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 003683.	1.152,00
ILP	3/2014	21/01/2014	015/2014	14/02/2014	AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	(Licitação Nº : 2/2014-IL) AQUISIÇÃO DE VALES-TRANSPORTES PARA OS SERVIDORES DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, INFRAESTRUTURA E DITTESC CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 003683.	192,00
ILP	3/2014	21/01/2014	015/2014	14/02/2014	AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	(Licitação Nº : 2/2014-IL) AQUISIÇÃO DE 2100 VALES TRANSPORTE PARA OS SERVIDORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CONFORME REQUISICÃO INTERNA 003683.	5.040,00
ILP	3/2014	21/01/2014	015/2014	14/02/2014	AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	AQUISIÇÃO DE VALES-TRANSPORTES PARA OS SERVIDORES DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, INFRAESTRUTURA E DITTESC CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 003683.	672,00
ILP	6/2015	13/01/2015	05/2015	02/02/2015	AGF- ANTI-GRANIZO FRAIBURGO LTDA	(Licitação Nº : 2/2014-IL) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA INSTALAÇÃO, FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DE 24 (VINTE E QUATRO) GERADORES DE SOLO, COM EFICIÊNCIA MÉDIA DE 50 A 60% (DIMINUIÇÃO DE INTENSIDADE DE GRANIZO) DE ACORDO COM A METODOLOGIA FRANCESA. (Licitação Nº : 1/2015-IL)	231.684,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Licitação			Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado
Mod.	Número	Data	Número	Data			
ILP	6/2015	13/01/2015	05/2015	02/02/2015	AGF. ANTI-GRANIZO FRAIBURGO LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA INSTALAÇÃO, FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DE 24 (VINTE E QUATRO) GERADORES DE SOLO, COM EFICIÊNCIA MÉDIA DE 50 A 60% (DIMINUIÇÃO DE INTENSIDADE DE GRANIZO) DE ACORDO COM A METODOLOGIA FRANCESA. (Licitação Nº : 1/2015-IL)	39.839,50
ILP	6/2015	13/01/2015	05/2015	02/02/2015	AGF. ANTI-GRANIZO FRAIBURGO LTDA	O presente contrato tem por objeto, a prestação de serviços de instalação, funcionamento e manutenção de 24 (vinte e quatro) geradores de solo com eficiência média de 50% a 60% na diminuição de intensidade de granizo, de acordo com a metodologia francesa, na área rural do Município de Caxador. (Licitação Nº : 1/2015-IL)	0,00
ILP	9/2015	30/01/2015	4/2015	30/01/2015	MARIA TEREZA COSTA	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE PARA ABERTURA DAS ATIVIDADES ESCOLARES A REALIZAR-SE NO DIA 02 DE FEVEREIRO DE 2015. (Licitação Nº : 2/2015-IL)	2.000,00
ILP	13/2015	10/02/2015			ROMANCE PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	CONTRATAÇÃO DE SHOW NACIONAL - HUMBERTO E RONALDO PARA REALIZAÇÃO DOS FESTEJOS DE COMEMORAÇÃO DE ANIVERSÁRIO DE 81 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE CAXADOR, NO PARQUE DAS ARAUCÁRIAS. (Licitação Nº : 3/2015-IL)	100.000,00
ILP	13/2015	10/02/2015			MMI PRODUÇÕES ARTÍSTICAS MUSICAL	CONTRATAÇÃO DE SHOW NACIONAL - MUNHOZ E MARIANO PARA REALIZAÇÃO DOS FESTEJOS DE COMEMORAÇÃO DE ANIVERSÁRIO DE 81 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE CAXADOR, NO PARQUE DAS ARAUCÁRIAS. (Licitação Nº : 3/2015-IL)	125.000,00
ILP	13/2015	10/02/2015			LUCCO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	CONTRATAÇÃO DE SHOW NACIONAL - LUCAS LUCCO PARA REALIZAÇÃO DOS FESTEJOS DE COMEMORAÇÃO DE ANIVERSÁRIO DE 81 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE CAXADOR, NO PARQUE DAS ARAUCÁRIAS. (Licitação Nº : 3/2015-IL)	160.000,00
ILP	13/2015	10/02/2015			B&D PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	CONTRATAÇÃO DE SHOW NACIONAL - BRUNINHO E DAVI PARA REALIZAÇÃO DOS FESTEJOS DE COMEMORAÇÃO DE ANIVERSÁRIO DE 81 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE CAXADOR, NO PARQUE DAS ARAUCÁRIAS. (Licitação Nº : 3/2015-IL)	50.000,00

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Fevereiro

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Fevereiro

Licitação		Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado
Mod.	Número	Data	Número	Data		
ILP	13/2015	10/02/2015		MAR DE GENTE PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	CONTRATAÇÃO DE SHOW NACIONAL- O RAPPA PARA REALIZAÇÃO DOS FESTEJOS DE COMEMORAÇÃO DE ANIVERSÁRIO DE 81 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE CACADOR, NO PARQUE DAS ARAUCÁRIAS. (Licitação Nº : 3/2015-IL)	153.200,00
PR	90/2010	23/06/2010	4ªAditivo_92	23/06/2014	CONECT INFORMATICA LTDA - EPP	7.541,34
PR	25/2013	19/03/2013	2ªAditivo_27	19/12/2014	RADIO CAÇANUJURE LTDA	33.000,00
PR	67/2013	23/10/2013	2ªAditivo_88	23/10/2014	ALAIANE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA- ME	5.147,64
PR	80/2013	23/10/2013	086/2013	23/10/2013	14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A	3.850,00
PR	80/2013	23/10/2013	086/2013	23/10/2013	14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A	2.500,00
PR	80/2013	23/10/2013	086/2013	23/10/2013	14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A	550,00
PR	80/2013	23/10/2013	086/2013	23/10/2013	14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A	2.750,00
PR	80/2013	23/10/2013	086/2013	23/10/2013	14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A	400,00
PR	80/2013	23/10/2013	086/2013	23/10/2013	14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A	900,00
PR	80/2013	23/10/2013	086/2013	23/10/2013	14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A	450,00
PR	80/2013	23/10/2013	086/2013	23/10/2013	14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A	500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Licitação			Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado
Mod.	Número	Data	Número	Data			
PR	80/2013	23/10/2013	086/2013	23/10/2013	14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A	SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL PARA O GABINETE. (Licitação N° : 58/2013-PR)	3.500,00
PR	80/2013	23/10/2013	086/2013	23/10/2013	14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A	SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL PARA A DITTESC. (Licitação N° : 58/2013-PR)	1.300,00
PR	80/2013	23/10/2013	086/2013	23/10/2013	14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A	SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL PARA A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO (Licitação N° : 58/2013-PR)	600,00
PR	80/2013	23/10/2013	086/2013	23/10/2013	14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A	SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA. (Licitação N° : 58/2013-PR)	2.200,00
PR	80/2013	23/10/2013	086/2013	23/10/2013	14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A	SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL PARA O GABINETE DO VICE PREFEITO (Licitação N° : 58/2013-PR)	900,00
PR	5/2014	26/02/2014	Ata 016/2014	26/02/2014	ITAVOL COMERCIAL LTDA	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA NR 4396 - RECURSOS PRÓPRIOS. (Licitação N° : 2/2014-PR)	2.957,50
PR	5/2014	26/02/2014	Ata 012/2014	26/02/2014	INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR CONFORME REQUISIÇÕES INTERNAS NR 4384, 4385, 4396, 7915, 7912, 7914, 7910, 4398, 4400, 4386, 4388, 4390 E 4392- RECURSOS PRÓPRIOS. (Licitação N° : 2/2014-PR)	116.852,00
PR	5/2014	26/02/2014	Ata 011/2014	26/02/2014	FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDERLOF)	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR CONFORME REQUISIÇÕES INTERNAS NR 4384, 4385, 4396, 7915, 7912, 7914, 7910, 4398, 4400, 4386, 4388, 4390 E 4392- RECURSOS PRÓPRIOS. (Licitação N° : 2/2014-PR)	56.225,00
PR	5/2014	26/02/2014	Ata 013/2014	26/02/2014	MARCOS BULLE DA COSTA	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR CONFORME REQUISIÇÕES INTERNAS NR 4384, 4385, 4396, 7915, 7912, 7914, 7910, 4398, 4400, 4386, 4388, 4390 E 4392- RECURSOS PRÓPRIOS. (Licitação N° : 2/2014-PR)	54.391,00
PR	5/2014	26/02/2014	Ata 015/2014	26/02/2014	NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR CONFORME REQUISIÇÕES INTERNAS NR 4384, 4385, 4396, 7915, 7912, 7914, 7910, 4398, 4400, 4386, 4388, 4390 E 4392- RECURSOS PRÓPRIOS. (Licitação N° : 2/2014-PR)	7.950,00

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Fevereiro

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Fevereiro

Licitação		Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado	
Mod.	Número	Data	Número				Data
PR	5/2014	26/02/2014	Ata 016/2014	26/02/2014	ITAVOL COMERCIAL LTDA	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR CONFORME REQUISICOES INTERNAS NR 4384, 4385, 4396, 7915, 7912, 7914, 7910, 4398, 4400, 4386, 4388, 4390 E 4392- RECURSOS PROPRIOS. (Licitação Nº : 2/2014-PR)	16.150,00
PR	5/2014	26/02/2014	Ata 016/2014	26/02/2014	ITAVOL COMERCIAL LTDA	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 4391, 4389, 4393, 4387, 7917, 7916, 4397, 7913, 7911, 4399, 7909, 4384 E 4385. PNAE (Licitação Nº : 2/2014-PR)	18.262,50
PR	5/2014	26/02/2014	Ata 012/2014	26/02/2014	INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR CONFORME REQUISICÃO NR 4395. AEE (Licitação Nº : 2/2014-PR)	885,00
PR	5/2014	26/02/2014	Ata 012/2014	26/02/2014	INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 4395-PNAE (Licitação Nº : 2/2014-PR)	5.890,00
PR	5/2014	26/02/2014	Ata 014/2014	26/02/2014	PANIFICADORA E CONFETARIA SANTELMO LTDA - F10	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 4391, 4389, 4393, 4387, 7917, 7916, 4397, 7913, 7911, 4399, 7909, 4384 E 4385. PNAE (Licitação Nº : 2/2014-PR)	83.950,00
PR	5/2014	26/02/2014	Ata 012/2014	26/02/2014	INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 4391, 4389, 4393, 4387, 7917, 7916, 4397, 7913, 7911, 4399, 7909, 4384 E 4386. PNAE (Licitação Nº : 2/2014-PR)	99.495,64
PR	5/2014	26/02/2014	Ata 015/2014	26/02/2014	NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 4391, 4389, 4393, 4387, 7917, 7916, 4397, 7913, 7911, 4399, 7909, 4384 E 4386. PNAE (Licitação Nº : 2/2014-PR)	7.950,00
PR	5/2014	26/02/2014	Ata 013/2014	26/02/2014	MARCOS BULLE DA COSTA	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 4391, 4389, 4393, 4387, 7917, 7916, 4397, 7913, 7911, 4399, 7909, 4384 E 4386. PNAE (Licitação Nº : 2/2014-PR)	34.345,00

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Licitação			Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado
Mod.	Número	Data	Número	Data			
PR	5/2014	26/02/2014	Ata 011/2014	26/02/2014	FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDERLOF)	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA NR 4391, 4389, 4393, 4387, 7917, 7916, 4397, 7913, 7911, 4399, 7909, 4384 E 4385. PNAE (Licitação Nº : 2/2014-PR)	46.670,95
PR	5/2014	26/02/2014	1ªAditivo_10	06/01/2015	CLAUDIO TRIBESS - ME	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA NR 4383. PNAE (Licitação Nº : 2/2014-PR)	10.425,00
PR	5/2014	26/02/2014	1ªAditivo_14	06/01/2015	PANIFICADORA E CONFETARIA SANTELMO LTDA - F10	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA NR 7917. PNAE (Licitação Nº : 2/2014-PR)	29.812,50
PR	5/2014	26/02/2014	3ªAditivo_13	06/01/2015	MARCOS BULLE DA COSTA	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA NR 4399. PNAE (Licitação Nº : 2/2014-PR)	1.665,00
PR	5/2014	26/02/2014	1ªAditivo_12	06/01/2015	INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA NR 4386. RECURSOS PROPRIOS (Licitação Nº : 2/2014-PR)	1.417,50
PR	5/2014	26/02/2014	1ªAditivo_10	06/01/2015	CLAUDIO TRIBESS - ME	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA NR 4383. PNAE (Licitação Nº : 2/2014-PR)	10.425,00
PR	5/2014	26/02/2014	1ªAditivo_11	06/01/2015	FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDERLOF)	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA NR 4384. PNAE (Licitação Nº : 2/2014-PR)	9.554,05
PR	5/2014	26/02/2014	1ªAditivo_12	06/01/2015	INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR CONFORME REQUISIÇÕES INTERNAS NR 4387, 4389 E 4391. PNAE (Licitação Nº : 2/2014-PR)	4.690,00
PR	12/2014	13/03/2014	023/2014	13/03/2014	FOCALLE ENGENHARIA VIÁRIA LTDA	LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE MONITORAMENTO DE TRÂNSITO NA CIDADE DE CACADOR. CONFORME REQUISIÇÃO 104610 (Licitação Nº : 7/2014-PR)	110.200,38
PR	12/2014	13/03/2014	023/2014	13/03/2014	FOCALLE ENGENHARIA VIÁRIA LTDA	PELO REEMPENHO DO EMPENHO 1835/2014 REFERENTE A LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE MONITORAMENTO DE TRÂNSITO NA CIDADE DE CACADOR CONFORME REQUISIÇÃO NR 000317 (Licitação Nº : 7/2014-PR)	22.040,07

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Fevereiro

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Fevereiro

Licitação		Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado	
Mod.	Número	Data	Número				Data
PR	12/2014	13/03/2014	023/2014	13/03/2014	FOCALLE ENGENHARIA VIÁRIA LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE MONITORAMENTO DE TRANSITO NA CIDADE DE CAÇADOR. (Licitação Nº : 7/2014-PR)	22.040,08
PR	7/2014	14/03/2014	ATA 026/2014	14/03/2014	PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E DE EXPEDIENTE PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CONFORME REQUISICÃO NR 4953. (Licitação Nº : 3/2014-PR)	3.745,00
PR	7/2014	14/03/2014	ATA 025/2014	14/03/2014	MARCOS BULLE DA COSTA	AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E DE EXPEDIENTE PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CONFORME REQUISICÃO NR 4962. (Licitação Nº : 3/2014-PR)	5.985,00
PR	7/2014	14/03/2014	ATA 023/2014	14/03/2014	DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA	AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E DE EXPEDIENTE PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 4952. (Licitação Nº : 3/2014-PR)	920,00
PR	7/2014	14/03/2014	ATA 022/2014	14/03/2014	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E DE EXPEDIENTE PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 4952. (Licitação Nº : 3/2014-PR)	1.623,80
PR	7/2014	14/03/2014	ATA 024/2014	14/03/2014	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E DE EXPEDIENTE PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 4952. (Licitação Nº : 3/2014-PR)	121,50
PR	7/2014	14/03/2014	ATA 024/2014	14/03/2014	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	AQUISIÇÃO DE 1500 RÉGUAS TRANSPARENTES DESTINADAS AOS ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, CONFORME REQUISICÃO INTERNA 004967. (Licitação Nº : 3/2014-PR)	1.110,00
PR	7/2014	14/03/2014	ATA 022/2014	14/03/2014	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E DE EXPEDIENTE PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CONFORME REQUISICÕES INTERNAS NR 4963, 4964, 4965 E 4966. (Licitação Nº : 3/2014-PR)	4.738,50
PR	22/2014	17/03/2014	024/2014	17/03/2014	CONNECT INFORMATICA LTDA - EPP	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ACESSO A INTERNET PARA UNIDADES ESCOLARES, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E LABORATÓRIO DE INFORMATICA E TELECENTROS. REQUISICÃO NR 8041. (Licitação Nº : 15/2014-PR)	53.317,18

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Fevereiro

Licitação			Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado
Mod.	Número	Data	Número	Data			
PR	13/2014	28/03/2014	ATA 035/2014	28/03/2014	NUTRISOFT REFEICOES INDUSTRIAIS LTDA	AQUISIÇÃO DE 3.000 REFEIÇÕES INDUSTRIAIS PRONTAS TIPO MARMITEX, DESTINADAS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 3544. (Licitação Nº : 8/2014-PR)	27.960,00
PR	13/2014	28/03/2014	ATA 035/2014	28/03/2014	NUTRISOFT REFEICOES INDUSTRIAIS LTDA	AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES INDUSTRIAIS PRONTAS TIPO MARMITEX, DESTINADAS AOS SERVIDORES DA DITTESC CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 104601. (Licitação Nº : 8/2014-PR)	15.238,20
PR	28/2014	04/04/2014	ATA 038/2014	04/04/2014	CAÇADOR COMERCIO DE GAS LTDA - EPP	AQUISIÇÃO DE 05 GÁS GLP P - 13 PARA O TIRO DE GUERRA (Licitação Nº : 21/2014-PR)	237,73
PR	28/2014	04/04/2014	ATA 038/2014	04/04/2014	CAÇADOR COMERCIO DE GAS LTDA - EPP	AQUISIÇÃO DE 08 GÁS GLP P - 13 PARA A DELEGACIA. (Licitação Nº : 21/2014-PR)	380,37
PR	28/2014	04/04/2014	ATA 037/2014	04/04/2014	IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AQUISIÇÃO DE 06 FARDOS DE ÁGUA MINERAL COM GÁS E 06 FARDOS DE ÁGUA MINERAL SEM GÁS DESTINADOS AO GABINETE DO PREFEITO. (Licitação Nº : 21/2014-PR)	157,45
PR	28/2014	04/04/2014	ATA 037/2014	04/04/2014	IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AQUISIÇÃO DE 01 FARDO DE ÁGUA MINERAL COM GÁS E 02 FARDOS DE ÁGUA MINERAL SEM GÁS DESTINADOS AO TIRO DE GUERRA. (Licitação Nº : 21/2014-PR)	38,88
PR	28/2014	04/04/2014	ATA 037/2014	04/04/2014	IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AQUISIÇÃO DE 06 FARDOS DE ÁGUA MINERAL COM GÁS E 06 FARDOS DE ÁGUA MINERAL SEM GÁS DESTINADOS A DITTESC. (Licitação Nº : 21/2014-PR)	157,45
PR	38/2014	15/04/2014	ATA 041/2014	15/04/2014	PANIFICADORA E CONFETARIA SANTELMO LTDA - F10	AQUISIÇÃO DE LANCHES PARA SOLENIDADE DE MATRICULA DOS ATIRADORES DE 2015 NO TIRO DE GUERRA DE CAÇADOR CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 97463. (Licitação Nº : 28/2014-PR)	118,75
PR	33/2014	17/04/2014	ATA 044/2014	17/04/2014	INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA DESTINADOS A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, CONFORME REQUISICÃO DO DEPOSITO CENTRAL (Licitação Nº : 24/2014-PR)	1.412,80
PR	33/2014	17/04/2014	ATA 044/2014	17/04/2014	INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA DESTINADOS A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR, CONFORME REQUISICÃO DO DEPOSITO CENTRAL (Licitação Nº : 24/2014-PR)	1.097,20

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Fevereiro

Licitação			Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado
Mod.	Número	Data	Número	Data			
PR	33/2014	17/04/2014	ATA 043/2014	17/04/2014	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR, CONFORME REQUISICÃO DO DEPOSITO CENTRAL (Licitação Nº : 24/2014-PR)	1.942,00
PR	33/2014	17/04/2014	ATA 044/2014	17/04/2014	INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA DESTINADOS A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR, CONFORME REQUISICÃO DO DEPOSITO CENTRAL (Licitação Nº : 24/2014-PR)	475,20
PR	33/2014	17/04/2014	ATA 042/2014	17/04/2014	AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS LTDA	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA DESTINADOS A DEFESA CIVIL, CONFORME REQUISICÃO DO DEPOSITO CENTRAL (Licitação Nº : 24/2014-PR)	1.231,20
PR	33/2014	17/04/2014	ATA 042/2014	17/04/2014	AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS LTDA	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA DESTINADOS A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR, CONFORME REQUISICÃO DO DEPOSITO CENTRAL (Licitação Nº : 24/2014-PR)	3.711,00
PR	33/2014	17/04/2014	ATA 043/2014	17/04/2014	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA DESTINADOS A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR, CONFORME REQUISICÃO DO DEPOSITO CENTRAL (Licitação Nº : 24/2014-PR)	8.868,00
PR	33/2014	17/04/2014	ATA 042/2014	17/04/2014	AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS LTDA	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA DESTINADOS A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, CONFORME REQUISICÃO DO DEPOSITO CENTRAL (Licitação Nº : 24/2014-PR)	1.095,00
PR	44/2014	28/04/2014	ATA 046/2014	28/04/2014	STANG E STANG LTDA	AQUISIÇÃO DE 1200 LITROS DE GASOLINA COMUM E 1800 LITROS DE OLEO DIESEL PARA OS VEICULOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA. (Licitação Nº : 33/2014-PR)	7.918,20
PR	44/2014	28/04/2014	ATA 045/2014	28/04/2014	SAFRA DIESEL LTDA	AQUISIÇÃO DE 5 BALDES DE ARLA 32 DESTINADOS AOS VEICULOS DA SECRETARIA DE EDUCACAO CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 4998. (Licitação Nº : 33/2014-PR)	202,50
PR	44/2014	28/04/2014	ATA 046/2014	28/04/2014	STANG E STANG LTDA	AQUISIÇÃO DE 1.200 LITROS DE GASOLINA COMUM PARA O GABINETE. (Licitação Nº : 33/2014-PR)	3.939,00
PR	45/2014	28/04/2014	031/2014	28/04/2014	POSTIMIX SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA - EPP	IMPRESSÃO A LASER DE CARNÊS DE IPTU E CARNÊS PARA RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 4111. (Licitação Nº : 34/2014-PR)	12.282,72

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Fevereiro

Licitação			Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado
Mod.	Número	Data	Número	Data			
PR	36/2014	05/05/2014	32/2014	05/05/2014	PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MONITORAMENTO 24 HORAS; INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE SISTEMA ELETRÔNICO DE SEGURANÇA NA GARAGEM DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, SETOR DE BRITAGEM E USINA DE ASFALTO. (Licitação N° : 27/2014-PR)	1.920,00
PR	36/2014	05/05/2014	32/2014	05/05/2014	PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MONITORAMENTO 24 HORAS; INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE SISTEMA ELETRÔNICO DE SEGURANÇA PARA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO NA SECRETARIA DE AGRICULTURA. (Licitação N° : 27/2014-PR)	960,00
PR	36/2014	05/05/2014	32/2014	05/05/2014	PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MONITORAMENTO 24 HORAS; INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE SISTEMA ELETRÔNICO DE SEGURANÇA PARA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO NA GUARDA MUNICIPAL. (Licitação N° : 27/2014-PR)	960,00
PR	36/2014	05/05/2014	32/2014	05/05/2014	PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MONITORAMENTO 24 HORAS; INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE SISTEMA ELETRÔNICO DE SEGURANÇA PARA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO NO TIRO DE GUERRA. (Licitação N° : 27/2014-PR)	960,00
PR	36/2014	05/05/2014	32/2014	05/05/2014	PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MONITORAMENTO 24 HORAS; INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE SISTEMA ELETRÔNICO DE SEGURANÇA NA USINA DE LEITE; GINÁSIO FLAVIO CRUZ, SALAS EXTERNAS GINÁSIO BERGER, DEPÓSITO DA MERENDA DO PET, PREDIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E MARCENARIA DO CAIC. (Licitação N° : 27/2014-PR)	6.720,00
PR	36/2014	05/05/2014	32/2014	05/05/2014	PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	SERVIÇOS DE MONITORAMENTO 24 HORAS; INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE SISTEMA ELETRÔNICO DE SEGURANÇA PARA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS. (Licitação N° : 27/2014-PR)	26.880,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Fevereiro

Licitação		Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado	
Mod.	Número	Data	Número				Data
PR	36/2014	05/05/2014	32/2014	05/05/2014	PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MONITORAMENTO 24 HORAS, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE SISTEMA ELETRÔNICO DE SEGURANÇA PARA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO NA DEFESA CIVIL. (Licitação Nº : 27/2014-PR)	960,00
PR	41/2014	05/05/2014	Ata51/2014	05/05/2014	INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E UTENSÍLIOS, DESTINADOS A REDE MUNICIPAL DE ENSINO E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONFORME REQUISICÕES NR 2899, 2900, 7902, 7903, 7904, 7907 E 7908.- SALARIO EDUCAÇÃO. (Licitação Nº : 30/2014-PR)	13.708,50
PR	41/2014	05/05/2014	Ata52/2014	05/05/2014	MARCOS BULLE DA COSTA	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E UTENSÍLIOS, DESTINADOS A REDE MUNICIPAL DE ENSINO E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONFORME REQUISICÕES NR 2899, 2900, 7902, 7903, 7904, 7907 E 7908.- SALARIO EDUCAÇÃO. (Licitação Nº : 30/2014-PR)	5.310,00
PR	41/2014	05/05/2014	Ata50/2014	05/05/2014	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E UTENSÍLIOS, DESTINADOS A REDE MUNICIPAL DE ENSINO E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONFORME REQUISICÕES NR 2899, 2900, 7902, 7903, 7904, 7907 E 7908.- SALARIO EDUCAÇÃO. (Licitação Nº : 30/2014-PR)	2.790,00
PR	41/2014	05/05/2014	Ata54/2014	05/05/2014	SIPROLIMP-SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA- ME	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E UTENSÍLIOS, DESTINADOS A REDE MUNICIPAL DE ENSINO E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONFORME REQUISICÕES NR 2899, 2900, 7902, 7903, 7904, 7907 E 7908.- SALARIO EDUCAÇÃO. (Licitação Nº : 30/2014-PR)	9.450,00
PR	41/2014	05/05/2014	Ata49/2014	05/05/2014	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E UTENSÍLIOS, DESTINADOS A REDE MUNICIPAL DE ENSINO E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONFORME REQUISICÕES NR 2899, 2900, 7902, 7903, 7904, 7907 E 7908.- SALARIO EDUCAÇÃO. (Licitação Nº : 30/2014-PR)	19.796,60
PR	41/2014	05/05/2014			AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS LTDA	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA DESTINADOS A REDE MUNICIPAL DE ENSINO E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONFORME REQUISICAO NR 7901- SALARIO EDUCAÇÃO. (Licitação Nº : 30/2014-PR)	5.390,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Licitação			Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado
Mod.	Número	Data	Número	Data			
PR	47/2014	05/05/2014	ATA57/2014	05/05/2014	ILHA SERVICE SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	AQUISIÇÃO DE 1 COMPUTADOR PARA O TIRO DE GUERRA CONFORME OFÍCIO 0011TG-05-006, REQUISICÃO INTERNA NR 5634. (Licitação N° : 36/2014-PR)	1.755,00
PR	47/2014	05/05/2014	ATA57/2014	05/05/2014	ILHA SERVICE SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	AQUISIÇÃO DE 02 MICRO COMPUTADORES DESTINADOS AO TIRO DE GUERRA, CONFORME REQUISICÃO INTERNA 005667. (Licitação N° : 36/2014-PR)	3.510,00
PR	47/2014	05/05/2014	ATA57/2014	05/05/2014	ILHA SERVICE SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	AQUISIÇÃO DE 01 MICRO COMPUTADOR DESTINADO AO SETOR DO RH, CONFORME REQUISICÃO INTERNA 005651. (Licitação N° : 36/2014-PR)	1.755,00
PR	49/2014	05/05/2014	ATA59/2014	05/05/2014	CASA DAS VED. COM. DE VED. DE BORRACHAS LTDA - ME	AQUISIÇÃO DE MANGUEIRAS HIDRÁULICAS DESTINADAS A MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS E VEÍCULOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 3549. (Licitação N° : 38/2014-PR)	2.997,00
PR	43/2014	13/05/2014	ATA69/2014	13/05/2014	MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO NO VEÍCULO AZERA PLACA MKQ 2412, CONFORME ORÇAMENTO N° 3125. REQUISICÃO INTERNA 005462. (Licitação N° : 32/2014-PR)	1.038,70
PR	43/2014	13/05/2014	ATA69/2014	13/05/2014	MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA NO VEÍCULO PALIO PLACA DDS 3823 DO FUNDO DA DEFESA CIVIL, CONFORME ORÇAMENTO N° 3006. REQUISICÃO INTERNA 095708. (Licitação N° : 32/2014-PR)	244,40
PR	43/2014	13/05/2014	ATA69/2014	13/05/2014	MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA NO VEÍCULO PALIO PLACA DDS 3823 DO FUNDO DA DEFESA CIVIL, CONFORME ORÇAMENTO N° 3006. REQUISICÃO INTERNA 095708. (Licitação N° : 32/2014-PR)	261,25
PR	43/2014	13/05/2014	ATA69/2014	13/05/2014	MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA NO VEÍCULO PEUGEOT PLACA MHE 5246, CONFORME ORÇAMENTO N° 3028. REQUISICÃO INTERNA 005461. (Licitação N° : 32/2014-PR)	418,00
PR	43/2014	13/05/2014	ATA69/2014	13/05/2014	MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA NO VEÍCULO PEUGEOT PLACA MHE 5246, CONFORME ORÇAMENTO N° 3028. REQUISICÃO INTERNA 005461. (Licitação N° : 32/2014-PR)	162,20

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Fevereiro

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Fevereiro

Licitação			Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado
Mod.	Número	Data	Número	Data			
PR	43/2014	13/05/2014	ATA74/2014	13/05/2014	WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO MECANICA NA VIATURA PALIO MLV-1249 DA RADIO PATRULHA CONFORME CONVENIO DE TRANSITO. ORCAMENTO NR 135. REQUISICÃO INTERNA NR 5317. (Licitação Nº : 32/2014-PR)	617,80
PR	43/2014	13/05/2014	ATA74/2014	13/05/2014	WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO MECANICA NAS VIATURAS PALIO MLV-1249, PALIO MLK-9437, FIESTA MKG-7562 E FIESTA MKG-6972 DA RADIO PATRULHA CONFORME CONVENIO DE TRANSITO. ORCAMENTOS NR 141, 142, 143, 144 E 145. REQUISICOES INTERNAS NR 5325, 5326, 5327, 5328 E 5329. (Licitação Nº : 32/2014-PR)	1.234,57
PR	43/2014	13/05/2014	ATA74/2014	13/05/2014	WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO MECANICA NAS VIATURAS PALIO MLV-1249, PALIO MLK-9437, FIESTA MKG-7562 E FIESTA MKG-6972 DA RADIO PATRULHA CONFORME CONVENIO DE TRANSITO. ORCAMENTOS NR 141, 142, 143, 144 E 145. REQUISICOES INTERNAS NR 5325, 5326, 5327, 5328 E 5329. (Licitação Nº : 32/2014-PR)	898,51
PR	43/2014	13/05/2014	ATA69/2014	13/05/2014	MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SIENA PLACA MLI 5746, CONFORME ORCAMENTO Nº 3019, REQUISICÃO INTERNA 005460. (Licitação Nº : 32/2014-PR)	152,00
PR	43/2014	13/05/2014	ATA74/2014	13/05/2014	WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO MECANICA NA VIATURA PALIO MLV-1249 DA RADIO PATRULHA CONFORME CONVENIO DE TRANSITO. ORCAMENTO NR 135. REQUISICÃO INTERNA NR 5317. (Licitação Nº : 32/2014-PR)	242,82
PR	43/2014	13/05/2014	ATA69/2014	13/05/2014	MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO MECANICA NOS VEICULOS FOCUS PLACA MIR 8664, GOL PLACA MEK 7343 E GOL PLACA MKB 0196, CONFORME ORCAMENTOS Nº 3081, 3082 E 3011. REQUISICOES INTERNAS 002076, 002077 E 002078. CONVENIO DE TRANSITO POLICIA CIVIL. (Licitação Nº : 32/2014-PR)	629,90
PR	43/2014	13/05/2014	ATA69/2014	13/05/2014	MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO MECANICA DOS VEICULOS PALIO DDS-3823 E CORSA MHA-7996 DA SECRETARIA DE AGRICULTURA CONFORME ORCAMENTOS NR 2057 E 2047. REQUISICÃO INTERNA NR 99857. (Licitação Nº : 32/2014-PR)	752,40

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Licitação		Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado	
Mod.	Número	Data	Número				Data
PR	43/2014	13/05/2014	ATA69/2014	13/05/2014	MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA NO VEICULO FIORINO MCR-4143 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONFORME ORÇAMENTO NR 2044. REQUISICÃO INTERNA NR 4903. (Licitação Nº : 32/2014-PR)	76,00
PR	43/2014	13/05/2014	ATA74/2014	13/05/2014	WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA PARA AS VIATURAS FIESTA MIL-4290, FIESTA MKG-7562 E DUSTER MLO-9735 DA POLICIA MILITAR CONFORME ORÇAMENTOS NR 134, 131, 132, 130 E 133. REQUISICÕES INTERNAS NR 5321, 5319, 5316, 5318 E 5320. - RADIO PATRULHA. (Licitação Nº : 32/2014-PR)	486,97
PR	43/2014	13/05/2014	ATA69/2014	13/05/2014	MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA DO VEICULO CORSA MHA-7996 DA SECRETARIA DE AGRICULTURA CONFORME ORÇAMENTO 2047. REQUISICÃO INTERNA NR 99857. (Licitação Nº : 32/2014-PR)	244,40
PR	43/2014	13/05/2014	ATA74/2014	13/05/2014	WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA PARA AS VIATURAS FIESTA MKG-7562 E DUSTER MLO-9735 DA POLICIA MILITAR CONFORME ORÇAMENTOS NR 131, 132, 130 E 133. REQUISICÕES INTERNAS NR 5319, 5316, 5318 E 5320. - RADIO PATRULHA. (Licitação Nº : 32/2014-PR)	1.368,95
PR	43/2014	13/05/2014	ATA74/2014	13/05/2014	WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA NOS VEICULOS PALIO WEEKEND MLV-1249 E PALIO WEEKEND MLK-9437 DA RADIO PATRULHA CONFORME CONVENIO DE TRANSITO. ORÇAMENTOS NR 137 E 138. REQUISICÃO INTERNA NR 5323 E 5324. (Licitação Nº : 32/2014-PR)	366,60
PR	43/2014	13/05/2014	ATA74/2014	13/05/2014	WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA NOS VEICULOS PALIO WEEKEND MLV-1249 E PALIO WEEKEND MLK-9437 DA RADIO PATRULHA CONFORME CONVENIO DE TRANSITO. ORÇAMENTOS NR 137 E 138. REQUISICÃO INTERNA NR 5323 E 5324. (Licitação Nº : 32/2014-PR)	764,75
PR	43/2014	13/05/2014	ATA69/2014	13/05/2014	MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	AQUISIÇÃ DE 1 FILTRO DE OLEO E 5 LITROS DE OLEO PARA MOTOR PARA VTR MGQ-4405 DA POLICIA CIVIL CONFORME CONVENIO DE TRANSITO. ORÇAMENTO NR 2078. REQUISICÃO INTERNA NR 2072. (Licitação Nº : 32/2014-PR)	152,00

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Fevereiro

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Fevereiro

Licitação		Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado
Mod.	Número	Data	Número	Data		
PR	43/2014	13/05/2014	ATA69/2014	13/05/2014	MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA NOS VEICULOS FOCUS PLACA MIR 8864, GOL PLACA MEK 7343 E GOL PLACA MKB 0196, CONFORME ORÇAMENTOS Nº 3081, 3082 E 3011, REQUISIÇÕES INTERNAS 002076, 002077 E 002078. CONVENIO DE TRANSITO POLICIA CIVIL. (Licitação Nº : 32/2014-PR)	670,70
PR	43/2014	13/05/2014	ATA69/2014	13/05/2014	MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME AQUISICÁ DE 1 JOGO DE PALHETA DIANTEIRA E 1 JOGO DE PALHETA TRASEIRA PARA O VEICULO GOL MKB-0196 DA POLICIA CIVIL CONFORME CONVENIO DE TRANSITO. ORÇAMENTO NR 2046. REQUISICÃO INTERNA NR 2067. (Licitação Nº : 32/2014-PR)	123,50
PR	43/2014	13/05/2014	ATA69/2014	13/05/2014	MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA PARA O VEICULO GOL MKB-0336 DA POLICIA CIVIL CONFORME CONVENIO DE TRANSITO. ORÇAMENTO NR 2048. REQUISICÃO INTERNA NR 2068. (Licitação Nº : 32/2014-PR)	61,10
PR	43/2014	13/05/2014	ATA69/2014	13/05/2014	MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME AQUISIÇÃO DE 1 BATERIA 60 AMPERES PARA O VEICULO GOL MKB-0336 DA POLICIA CIVIL CONFORME CONVENIO DE TRANSITO. ORÇAMENTO NR 2048. REQUISICÃO INTERNA NR 2068. (Licitação Nº : 32/2014-PR)	275,50
PR	43/2014	13/05/2014	ATA69/2014	13/05/2014	MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME AQUISIÇÃO DE 1 AMORTECEDOR DIANTEIRO, 5 LITROS DE OLEO DE MOTOR SEMI SINTETICO E 1 FILTRO DE OLEO PARA O VEICULO FIESTA MKM-7401 DA POLICIA CIVIL CONFORME CONVENIO DE TRANSITO. REQUISIÇÕES NR 2065 E 2066. (Licitação Nº : 32/2014-PR)	305,90
PR	43/2014	13/05/2014	ATA69/2014	13/05/2014	MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA PARA O VEICULO GOL MKB-0196 DA POLICIA CIVIL CONFORME CONVENIO DE TRANSITO. ORÇAMENTO NR 2046. REQUISICÃO INTERNA NR 2067. (Licitação Nº : 32/2014-PR)	61,10
PR	43/2014	13/05/2014	ATA69/2014	13/05/2014	MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA PARA O VEICULO FIORINO MCR-4143 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONFORME ORÇAMENTO NR 2044. REQUISICÃO INTERNA NR 4903. (Licitação Nº : 32/2014-PR)	122,20
PR	55/2014	21/05/2014	ATA78/2014	21/05/2014	DISMACENTER IND. E COM. DE MÓVEIS LTDA EPP AQUISIÇÃO DE 2 BALCÕES, 3 MESAS E 2 ARMÁRIOS PARA O GABINETE CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 5677. (Licitação Nº : 44/2014-PR)	2.566,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Licitação			Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado
Mod.	Número	Data	Número	Data			
PR	55/2014	21/05/2014	ATA80/2014	21/05/2014	NELITA GOMES FARIAS - EPP	AQUISIÇÃO DE 5 CADEIRAS E 2 ESTANTES DE AÇO PARA O GABINETE CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA NR 5677. (Licitação Nº : 44/2014-PR)	1.445,00
PR	55/2014	21/05/2014	ATA80/2014	21/05/2014	NELITA GOMES FARIAS - EPP	AQUISIÇÃO DE 1 CADEIRA GIRATÓRIA PARA A PROCURADORIA CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA NR 2171. (Licitação Nº : 44/2014-PR)	274,00
PR	59/2014	27/05/2014	ATA84/2014	27/05/2014	OTTIMIZARE ENG.IND. COM. IMP. E EXP.LTDA- EIRELI-	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERRALHERIA PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE 02 GRADES PARA JANELAS NA EMEB ULYSSES GUIMARAES, CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA 004960. (Licitação Nº : 48/2014-PR)	1.316,00
PR	61/2014	27/05/2014	ATA85/2014	27/05/2014	VDF COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA	AQUISIÇÃO DE 10.000 LITROS DE ÓLEO DIESEL S10 DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA CONFORME A REQUISIÇÃO INTERNA NR 4112. (Licitação Nº : 50/2014-PR)	29.700,00
PR	46/2014	06/06/2014	ATA95/2014	06/06/2014	RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONCERTO, MONTAGEM, SERVIÇO DE TIP-TOP, BALANCEAMENTO E SERVIÇOS DE SOCORRO PARA VEÍCULOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA CONFORME REQUISICÕES INTERNAS NR 3547 E 3548. (Licitação Nº : 35/2014-PR)	985,76
PR	46/2014	06/06/2014	ATA95/2014	06/06/2014	RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP	AQUISIÇÃO DE 1 BICO DE AR PARA RODA SEM CAMARA E 1 CAMARA DE AR ARO 14 PARA VEÍCULOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA CONFORME REQUISICÕES NR 3547 E 3548. (Licitação Nº : 35/2014-PR)	47,00
PR	66/2014	06/06/2014	ATA89/2014	06/06/2014	COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	AQUISIÇÃO DE 20 RECARGAS DE TONER 436 PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO NR 4873. (Licitação Nº : 54/2014-PR)	440,00
PR	77/2014	26/06/2014	ATA98/2014	26/06/2014	MINEROCHA CATARINENSE LTDA	AQUISIÇÃO DE 260 TONELADAS DE PEDRA BRITA N1, 250 TONELADAS DE PEDRA BRITA N2, 220 TONELADAS DE PO DE PEDRA, 235 TONELADAS DE PEDRISCO, 310 TONELADAS DE PEDRA PULMÃO E 250 TONELADAS DE BRITA GRADUADA DESTINADOS A RECAPEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DE VIAS CONFORME REQUISIÇÃO NR 410. (Licitação Nº : 62/2014-PR)	54.315,00

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Fevereiro

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Licitação			Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado
Mod.	Número	Data	Número	Data			
PR	77/2014	26/06/2014	ATA98/2014	26/06/2014	MINEROCHA CATARINENSE LTDA	AQUISIÇÃO DE 250 TONELADAS DE PEDRA BRITA N1, 240 TONELADAS DE PEDRA BRITA N2, 260 TONELADAS DE PÓ DE PEDRA, 230 TONELADAS DE PEDRISCO, 315 TONELADAS DE PEDRA PULMÃO E 250 TONELADAS DE BRITA GRADUADA DESTINADOS A RECAPEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DE VIAS CONFORME REQUISICÃO NR 408. (Licitação N° : 62/2014-PR)	55.155,00
PR	77/2014	26/06/2014	ATA98/2014	26/06/2014	MINEROCHA CATARINENSE LTDA	AQUISIÇÃO DE 260 TONELADAS DE PEDRA BRITA N1, 260 TONELADAS DE PEDRA BRITA N2, 230 TONELADAS DE PÓ DE PEDRA, 230 TONELADAS DE PEDRISCO, 310 TONELADAS DE PEDRA PULMÃO E 250 TONELADAS DE BRITA GRADUADA DESTINADOS A RECAPEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DE VIAS CONFORME REQUISICÃO NR 406. (Licitação N° : 62/2014-PR)	54.870,00
PR	77/2014	26/06/2014	ATA98/2014	26/06/2014	MINEROCHA CATARINENSE LTDA	AQUISIÇÃO DE 930 TONELADAS DE PEDRA BRITA N1, 640 TONELADAS DE PEDRA BRITA N2, 1050 TONELADAS DE PÓ DE PEDRA, 630 TONELADAS DE PEDRISCO, 520 TONELADAS DE PEDRA PULMÃO E 1680 TONELADAS DE BRITA GRADUADA DESTINADOS A RECAPEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DE VIAS CONFORME CONVENIO ESTADO NR 2867/2014, REQUISICÃO NR 3906. (Licitação N° : 62/2014-PR)	199.690,00
PR	77/2014	26/06/2014	ATA98/2014	26/06/2014	MINEROCHA CATARINENSE LTDA	AQUISIÇÃO DE 270 TONELADAS DE PEDRA BRITA N1, 250 TONELADAS DE PEDRA BRITA N2, 240 TONELADAS DE PÓ DE PEDRA, 240 TONELADAS DE PEDRISCO, 320 TONELADAS DE PEDRA PULMÃO E 230 TONELADAS DE BRITA GRADUADA DESTINADOS A RECAPEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DE VIAS CONFORME REQUISICÃO NR 407. (Licitação N° : 62/2014-PR)	55.220,00
PR	77/2014	26/06/2014	ATA98/2014	26/06/2014	MINEROCHA CATARINENSE LTDA	AQUISIÇÃO DE 255 TONELADAS DE PEDRA BRITA N1, 262 TONELADAS DE PEDRA BRITA N2, 229 TONELADAS DE PÓ DE PEDRA, 235 TONELADAS DE PEDRISCO, 317 TONELADAS DE PEDRA PULMÃO E 248 TONELADAS DE BRITA GRADUADA DESTINADOS A RECAPEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DE VIAS CONFORME REQUISICÃO NR 405. (Licitação N° : 62/2014-PR)	55.044,00

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Fevereiro

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Licitação			Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado
Mod.	Número	Data	Número	Data			
PR	77/2014	26/06/2014	ATA98/2014	26/06/2014	MINEROCHA CATARINENSE LTDA	AQUISIÇÃO DE 250 TONELADAS DE PEDRA BRITA N1; 260 TONELADAS DE PEDRA BRITA N2; 225 TONELADAS DE PO DE PEDRA; 240 TONELADAS DE PEDRISCO; 310 TONELADAS DE PEDRA PULMÃO E 245 TONELADAS DE BRITA GRADUADA DESTINADOS A RECAPEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DE VIAS CONFORME REQUISICÃO NR 409. (Licitação N° : 62/2014-PR)	54.515,00
PR	74/2014	11/07/2014	Ata101/2014	11/07/2014	CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA - TORTELLI	AQUISIÇÃO DE 1 ROCADERA PARA O TIRO DE GUERRA CONFORME OFÍCIO 001TG-05-006. REQUISICÃO INTERNA NR 5635. (Licitação N° : 59/2014-PR)	2.260,00
PR	74/2014	11/07/2014	ATA103/2014	11/07/2014	UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	AQUISIÇÃO DE 100 M3 DE AREIA E 700 SACOS DE CIMENTO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 401. (Licitação N° : 59/2014-PR)	25.490,00
PR	74/2014	11/07/2014	ATA102/2014	11/07/2014	CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA CONFORME REQUISICÕES NR 402 E 403. (Licitação N° : 59/2014-PR)	4.782,07
PR	75/2014	15/07/2014	ATA111/2014	15/07/2014	CBB IND E COM DE ASF. E ENGENHARIA LTDA	AQUISIÇÃO DE 30 TONELADAS DE RM-1C DESTINADOS A MANUTENÇÃO E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DAS VIAS URBANAS CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 3539. (Licitação N° : 60/2014-PR)	58.971,90
PR	75/2014	15/07/2014	ATA111/2014	15/07/2014	CBB IND E COM DE ASF. E ENGENHARIA LTDA	AQUISIÇÃO DE 130 TONELADAS DE CAP 50-70 DESTINADO RECAPEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DE VIAS CONFORME CONVENIO ESTADO NR 2867/2014. REQUISICÃO NR 3912. (Licitação N° : 60/2014-PR)	256.292,40
PR	96/2014	14/08/2014	Ata112	14/08/2014	SYSTEMEC INFORMATICA EIRELE - ME	AQUISIÇÃO DE 1 MONITOR 18.5 LCD PARA O SETOR DE COMPRAS DA PREFEITURA DE CACADOR CONFORME REQUISICÃO NR 5633. (Licitação N° : 69/2014-PR)	489,90
PR	96/2014	14/08/2014	Ata112	14/08/2014	SYSTEMEC INFORMATICA EIRELE - ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO EM MICROCOMPUTADOR DA POLICIA MILITAR, CONFORME CONVENIO DE TRANSITO. REQUISICÃO INTERNA 005314. (Licitação N° : 69/2014-PR)	80,00
PR	96/2014	14/08/2014	Ata112	14/08/2014	SYSTEMEC INFORMATICA EIRELE - ME	AQUISIÇÃO DE 1 FONTE ATX PARA MICROCOMPUTADOR DA POLICIA MILITAR, CONFORME CONVENIO DE TRANSITO. REQUISICÃO INTERNA 005315. (Licitação N° : 69/2014-PR)	81,90

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Fevereiro

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Licitação			Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado
Mod.	Número	Data	Número	Data			
PR	96/2014	14/08/2014	Ata112	14/08/2014	SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA INSTALAÇÃO DE MODEM ADSL NO TIPO DE GUERRA CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA 9656. (Licitação Nº : 69/2014-PR)	26,77
PR	96/2014	14/08/2014	Ata112	14/08/2014	SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	AQUISIÇÃO DE 1 MODEN ADSL PARA O TIPO DE GUERRA CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA NR 5656. (Licitação Nº : 69/2014-PR)	113,23
PR	96/2014	14/08/2014	Ata112	14/08/2014	SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO DE REDE DE COMPUTADORES NA SEDE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA NR 99875. (Licitação Nº : 69/2014-PR)	217,30
PR	96/2014	14/08/2014	Ata112	14/08/2014	SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	AQUISIÇÃO MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE REDE DE COMPUTADORES NA SEDE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA NR 99875. (Licitação Nº : 69/2014-PR)	1.525,70
PR	96/2014	14/08/2014	Ata112	14/08/2014	SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	CONCERTO DE IMPRESSORA HP 1120 DO SETOR DE RH CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA NR 73490. (Licitação Nº : 69/2014-PR)	180,00
PR	96/2014	14/08/2014	Ata112	14/08/2014	SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	CONCERTO DE COMPUTADOR DO RH CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA NR 3178. (Licitação Nº : 69/2014-PR)	60,00
PR	96/2014	14/08/2014	Ata112	14/08/2014	SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	CONCERTO DE CPU DA IMPRENSA CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA NR 4870. (Licitação Nº : 69/2014-PR)	160,00
PR	96/2014	14/08/2014	Ata112	14/08/2014	SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	AQUISIÇÃO DE 1 FONTE PARA O SETOR DE TRIBUTAÇÃO CONFORME REQUISIÇÃO NR 4879. (Licitação Nº : 69/2014-PR)	81,90
PR	95/2014	18/08/2014	ATA114/2014	18/08/2014	REUNIDAS TURISMO SA	TRANSPORTE DE AGRICULTORES PARA CANOINHAS-SC PARA PARTICIPAR DE MOBILIZAÇÃO PROL AGRICULTORES FAMILIARES NO DIA 09/03/2015 CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA NR 99876. (Licitação Nº : 68/2014-PR)	567,00
PR	104/2014	28/08/2014	ATA118/2014	28/08/2014	S.C COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME	PLOTAGEM DE 2 VEICULOS PLACAS: MJK-6707 E MHI-3386 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO COMPLEMENTO A REQUISIÇÃO INTERNA NR 8013 CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA NR 4934. (Licitação Nº : 74/2014-PR)	800,00
PR	104/2014	28/08/2014	ATA118/2014	28/08/2014	S.C COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME	PLOTAGEM DE 2 VEICULOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GOL E FIESTA CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA NR 4932. (Licitação Nº : 74/2014-PR)	800,00

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Fevereiro

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Fevereiro

Licitação			Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado
Mod.	Número	Data	Número	Data			
PR	100/2014	29/08/2014	ATA119/2014	29/08/2014	SSAT SINALIZACAO E ADESIVOS LTDA	AQUISIÇÃO DE TINTAS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA, PLACAS DE SINALIZAÇÃO E ADVERTÊNCIA PARA A DITTESC CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 4244. (Licitação Nº : 72/2014-PR)	32.793,26
PR	100/2014	29/08/2014	ATA119/2014	29/08/2014	SSAT SINALIZACAO E ADESIVOS LTDA	AQUISIÇÃO DE TINTAS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA, PLACAS E POSTES DESTINADOS A DITTESC CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 104603. (Licitação Nº : 72/2014-PR)	65.508,17
PR	115/2014	16/09/2014	ATA124/2014	16/09/2014	ADELVO BASQUERA-EPP (OSBI-EXTINTORES)	AQUISIÇÃO DE 10 CARGAS DE OXIGÊNIO DESTINADOS A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA PARA SOLDA DE BOCA DE LOBO CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 413. (Licitação Nº : 79/2014-PR)	800,00
PR	121/2014	29/10/2014	Ata 130/2014	29/10/2014	LIDER INFORMATICA	LOCAÇÃO DE MÁQUINAS FOTOCOPIADORAS EM REGIME DE COMODATO, 10336 CÓPIAS A4 E 50 CÓPIAS A3, CONFORME REQUISICAO INTERNA 005669.. (Licitação Nº : 83/2014-PR)	316,08
PR	124/2014	29/10/2014	Ata 129/2014	29/10/2014	ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA NA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 5664. (Licitação Nº : 85/2014-PR)	212,00
PR	124/2014	29/10/2014	Ata 129/2014	29/10/2014	ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 5664. (Licitação Nº : 85/2014-PR)	129,80
PR	124/2014	29/10/2014	Ata 129/2014	29/10/2014	ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA NA SECRETARIA DE AGRICULTURA, CONFORME REQUISICÃO INTERNA 094348. (Licitação Nº : 85/2014-PR)	372,00
PR	124/2014	29/10/2014	Ata 129/2014	29/10/2014	ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA NA DELEGACIA DE POLICIA CIVIL CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 2074. (Licitação Nº : 85/2014-PR)	480,00
PR	124/2014	29/10/2014	Ata 129/2014	29/10/2014	ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO DESTINADOS A MANUTENÇÃO ELÉTRICA NA DELEGACIA DE POLICIA CIVIL CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 2074. (Licitação Nº : 85/2014-PR)	182,35
PR	124/2014	29/10/2014	Ata 129/2014	29/10/2014	ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA NO PREDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL, CONFORME REQUISICÕES INTERNAS 005663 E 005666. (Licitação Nº : 85/2014-PR)	1.220,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Fevereiro

Licitação			Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado
Mod.	Número	Data	Número	Data			
PR	124/2014	29/10/2014	Ata 129/2014	29/10/2014	ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO NA SECRETARIA DE AGRICULTURA, CONFORME REQUISICÃO INTERNA 094348. (Licitação Nº : 85/2014-PR)	208,65
PR	124/2014	29/10/2014	Ata 129/2014	29/10/2014	ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO DESTINADO AO TIPO DE GUERRA CONFORME OFÍCIO 001TG05-006, REQUISICÃO INTERNA NR 9636. (Licitação Nº : 85/2014-PR)	242,75
PR	124/2014	29/10/2014	Ata 129/2014	29/10/2014	ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA NO PRÉDIO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA NA RUA ALFREDO CACHOEIRA, 1100 CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 99858. (Licitação Nº : 85/2014-PR)	1.289,34
PR	124/2014	29/10/2014	Ata 129/2014	29/10/2014	ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA NO PRÉDIO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA NA RUA ALFREDO CACHOEIRA, 1100 CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 99858. (Licitação Nº : 85/2014-PR)	856,00
PR	124/2014	29/10/2014	Ata 129/2014	29/10/2014	ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA NO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL, CONFORME REQUISICÕES INTERNAS 005663 E 005666. (Licitação Nº : 85/2014-PR)	1.455,66
PR	124/2014	29/10/2014	Ata 129/2014	29/10/2014	ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA PADRÃO ELÉTRICO NO PRÉDIO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA NA RUA ALFREDO CACHOEIRA, 1100 CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 99858. (Licitação Nº : 85/2014-PR)	1.776,31
PR	124/2014	29/10/2014	Ata 129/2014	29/10/2014	ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA NA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, CONFORME REQUISICÃO INTERNA 000412. (Licitação Nº : 85/2014-PR)	1.000,00
PR	124/2014	29/10/2014	Ata 129/2014	29/10/2014	ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA NA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, CONFORME REQUISICÃO INTERNA 000412. (Licitação Nº : 85/2014-PR)	1.000,88
PR	124/2014	29/10/2014	Ata 129/2014	29/10/2014	ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA NA PREFEITURA MUNICIPAL, CONFORME REQUISICÃO INTERNA 005655. (Licitação Nº : 85/2014-PR)	344,00
PR	124/2014	29/10/2014	Ata 129/2014	29/10/2014	ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PADRÃO ELÉTRICO NO PRÉDIO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA NA RUA ALFREDO CACHOEIRA, 1100 CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 99858. (Licitação Nº : 85/2014-PR)	584,00

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Licitação			Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado
Mod.	Número	Data	Número	Data			
PR	124/2014	29/10/2014	Ata 129/2014	29/10/2014	ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA NO CONTROLE INTERNO, CONFORME REQUISICÃO INTERNA 005671. (Licitação Nº : 85/2014-PR)	104,00
PR	124/2014	29/10/2014	Ata 129/2014	29/10/2014	ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA NO CONTROLE INTERNO, CONFORME REQUISICÃO INTERNA 005671. (Licitação Nº : 85/2014-PR)	158,31
PR	124/2014	29/10/2014	Ata 129/2014	29/10/2014	ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONFORME REQUISICÕES INTERNAS NR 4948, 4949 E 4950. (Licitação Nº : 85/2014-PR)	1.534,52
PR	124/2014	29/10/2014	Ata 129/2014	29/10/2014	ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA NA PREFEITURA MUNICIPAL, CONFORME REQUISICÃO INTERNA 005655. (Licitação Nº : 85/2014-PR)	256,13
PR	130/2014	01/12/2014	ATA 134/2014	01/12/2014	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	AQUISIÇÃO DE 7.000 PASTAS PARA PROCESSO CONFORME REQUISICÃO NR 5631. (Licitação Nº : 89/2014-PR)	1.323,00
PR	130/2014	01/12/2014	ATA 135/2014	01/12/2014	GRÁFICA E EDITORA LÍDER LTDA - EPP	AQUISIÇÃO DE 2.000 FOLHAS TIMBRADAS PARA SECRETARIAS MUNICIPAIS CONFORME REQUISICÃO NR 5640. (Licitação Nº : 89/2014-PR)	240,00
PR	122/2014	05/12/2014	ATA 138/2014	05/12/2014	UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS A MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 4999. (Licitação Nº : 84/2014-PR)	825,94
PR	122/2014	05/12/2014	ATA 137/2014	05/12/2014	CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E FERRAMENTAS PARA MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS CONFORME REQUISICÕES NR 8045, 8046, 8047, 8048, 8049, 4904, 8042, 8043, 8044, 8050, 4902, 4901- SALARIO EDUCAÇÃO. (Licitação Nº : 84/2014-PR)	1.521,37
PR	122/2014	05/12/2014	ATA 138/2014	05/12/2014	UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E FERRAMENTAS PARA MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS CONFORME REQUISICÕES NR 8045, 8046, 8047, 8048, 8049, 4904, 8042, 8043, 8044, 8050, 4902, 4901- SALARIO EDUCAÇÃO. (Licitação Nº : 84/2014-PR)	261,86
PR	122/2014	05/12/2014	ATA 137/2014	05/12/2014	CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS CONFORME REQUISICÕES INTERNAS NR 4939, 4940 E 4941. (Licitação Nº : 84/2014-PR)	1.410,44

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Fevereiro

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Fevereiro

Licitação			Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado
Mod.	Número	Data	Número	Data			
PR	122/2014	05/12/2014	ATA138/2014	05/12/2014	UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMAS NO CMEI SONHO ENCANTADO CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA 004959. (Licitação Nº : 84/2014-PR)	1.498,71
PR	122/2014	05/12/2014	ATA138/2014	05/12/2014	UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRAULICOS E FERRAMENTAS PARA MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA NR 4975, 4976, 4978, 4983 E 4983. (Licitação Nº : 84/2014-PR)	2.021,29
PR	122/2014	05/12/2014	ATA136/2014	05/12/2014	ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO DESTINADOS A MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA NR 4970, 4971 E 4972. (Licitação Nº : 84/2014-PR)	2.421,51
PR	122/2014	05/12/2014	ATA137/2014	05/12/2014	CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRAULICOS E FERRAMENTAS PARA MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS CONFORME REQUISIÇÕES NR 4973, 4974, 4977, 4979, 4980, 4981, 4982, 4984, 4985, 4986, 4987, 4988, 4989, 4990 E 4991. (Licitação Nº : 84/2014-PR)	2.574,82
PR	122/2014	05/12/2014	ATA136/2014	05/12/2014	ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRAULICOS E FERRAMENTAS PARA MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS CONFORME REQUISIÇÕES NR 8045, 8046, 8047, 8048, 8049, 4904, 8042, 8043, 8044, 8050, 4902, 4901- SALARIO EDUCAÇÃO. (Licitação Nº : 84/2014-PR)	241,38
PR	137/2014	05/12/2014	90/2014	05/12/2014	PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA ME	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÃO DE GESTÃO ESCOLAR ON-LINE PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS, CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA 004995. (Licitação Nº : 93/2014-PR)	75.475,01
PR	138/2014	10/12/2014	91/2014	10/12/2014	MARCOS JOEL LOCATELLI- ME	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MOTONIVELADORA COM FORNECIMENTO DE CASCALHO/MACADAME, DESTINADA AS AÇÕES DA DEFESA CIVIL. (Licitação Nº : 94/2014-PR)	12.988,40
PR	138/2014	10/12/2014	91/2014	10/12/2014	MARCOS JOEL LOCATELLI- ME	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MOTONIVELADORA COM FORNECIMENTO DE CASCALHO/MACADAME, DESTINADA AS AÇÕES DA DEFESA CIVIL. (Licitação Nº : 94/2014-PR)	26.089,50

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Fevereiro

Licitação		Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado
Mod.	Número	Data	Número	Data		
PR	140/2014	19/12/2014	ATA 140/2014	19/12/2014	BRINQMÓVEIS LTDA (BRINQUEADOS PARANÁ) AQUISIÇÃO DE 50 ARMÁRIOS COM DUAS PORTAS PARA ESCOLAS MUNICIPAIS MARIA LUIZA, ALTO BONITO, ULYSSES GUIMARAES, ESPERANÇA, ALCIDES TOMBINI, RODOLFO NICKEL E SANTA CLARA CONFORME REQUISIÇÃO NR 8040- SALÁRIO EDUCAÇÃO. (Licitação N° : 95/2014-PR)	28.500,00
PR	140/2014	19/12/2014	ATA 140/2014	19/12/2014	BRINQMÓVEIS LTDA (BRINQUEADOS PARANÁ) AQUISIÇÃO DE 35 CONJUNTOS PROFESSOR MESA E CADEIRA DESTINADOS AS ESCOLAS MARIA LUIZA, ALTO BONITO, ULYSSES, ALCIDES TOMBINI, RODOLFO NICKEL, SANTA CLARA E ESPERANÇA CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA NR 8039- SALÁRIO EDUCAÇÃO. (Licitação N° : 95/2014-PR)	12.950,00
PR	4/2015	02/02/2015	ATA 08/2015	02/02/2015	LA SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA- ME AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PLANO DE AÇÕES ARTICULADA - PAR TERMO DE COMPROMISSO PAR 201401311, PROCESSO 23400006192201442. AQUISIÇÃO DE 1 FOGAO INDUSTRIAL 6 BOCAS, 3 LIQUIDIFICADORES SEMI INDUSTRIAL 2 LITROS E 1 MIXER DE ALIMENTOS-LINHA DOMESTICA CONFORME REQUISIÇÕES INTERNAS NR 4918 E 4919. CONTA 42.779-9 BANCO 001 AG 0375. (Licitação N° : 2/2015-PR)	2.370,00
PR	4/2015	02/02/2015	ATA 09/2015	02/02/2015	LIDER SUPR. PARA INFORMATICA LTDA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PLANO DE AÇÕES ARTICULADA - PAR TERMO DE COMPROMISSO PAR 201401311, PROCESSO 23400006192201442. AQUISIÇÃO DE 4 ARMÁRIOS ALTO EM AÇO, CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA NR 4920. CONTA 42.779-9 BANCO 001 AG 0375. (Licitação N° : 2/2015-PR)	1.548,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Fevereiro

Licitação		Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado
Mod.	Número	Data	Número	Data		
PR	4/2015	02/02/2015	ATA 11/2015	02/02/2015	NORMÉLIA LOTTERMANN - EPP (EDUCAR MÓVEIS)	15.996,00
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PLANO DE AÇÕES ARTICULADA - PAR TERMO DE COMPROMISSO PAR 201401311, PROCESSO 23400006192201442. AQUISIÇÃO DE 6 MESAS RETANGULARES MONOBLOCO, 12 BANCOS RETANGULARES MONOBLOCO, 12 CONJUNTOS DE COLCHONETE PARA REPOUSO, 24 CONJUNTOS PARA ALUNO TAMANHO 1, 24 CONJUNTOS PARA ALUNO TAMANHO 3, 4 CONJUNTOS PARA PROFESSOR, 16 CONJUNTOS COLETIVOS TAMANHO 1, 4 MESAS DE TRABALHO E 4 CADEIRAS COM BRAÇOS, RODINHAS E ALTURA REGULAVEL CONFORME REQUISITOS INTERNAS NR 4922, 4923, 4924, 4925 E 4926. CONTA 42.779-9 BANCO 001 AG 0375. (Licitação N° : 2/2015-PR)						
PR	4/2015	02/02/2015	ATA 12/2015	02/02/2015	VERONICA MARIA FERREIRA DE ALBUQUERQUE - ME	1.504,00
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PLANO DE AÇÕES ARTICULADA - PAR TERMO DE COMPROMISSO PAR 201401311, PROCESSO 23400006192201442. AQUISIÇÃO DE 2 CONJUNTO DE COLCHONETE PARA TROCADOR E 1 TÚNEL LUDICO CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA NR 4927. CONTA 42.779-9 BANCO 001 AG 0375. (Licitação N° : 2/2015-PR)						
PR	4/2015	02/02/2015	ATA 13/2015	02/02/2015	VW COMÉRCIO ATACADISTA LTDA	1.804,00
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PLANO DE AÇÕES ARTICULADA - PAR TERMO DE COMPROMISSO PAR 201401311, PROCESSO 23400006192201442. AQUISIÇÃO DE 1 MAQUINA DE LAVAR ROUPA E 6 CADEIRAS DE ALIMENTAÇÃO CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA NR 4928. CONTA 42.779-9 BANCO 001 AG 0375. (Licitação N° : 2/2015-PR)						
PR	4/2015	02/02/2015	ATA 01/2015	02/02/2015	ANDRADE PASSINI COMÉRCIO DE MATERIAIS LTDA - ME	646,00
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PLANO DE AÇÕES ARTICULADA - PAR TERMO DE COMPROMISSO PAR 201401311, PROCESSO 23400006192201442. AQUISIÇÃO DE 2 MICROONDAS 30 LITROS CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA NR 4906. CONTA 42.779-9 BANCO 001 AG 0375. (Licitação N° : 2/2015-PR)						

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Fevereiro

Licitação		Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado
Mod.	Número	Data	Número			
PR	4/2015	02/02/2015	ATA 02/2015	02/02/2015	ANDRÉIA LORENZI	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PLANO DE AÇÕES ARTICULADA - PAR TERMO DE COMPROMISSO PAR 201401311, PROCESSO 23400006192201442. AQUISIÇÃO DE 1 GELADEIRA VERTICAL INDUSTRIAL E 16 BERÇOS COM COLCHÃO CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 4907. CONTA 42.779-9 BANCO 001 AG 0375. (Licitação N° : 2/2015-PR)
PR	4/2015	02/02/2015	ATA 05/2015	02/02/2015	GAMA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP	
PR	4/2015	02/02/2015	ATA 06/2015	02/02/2015	GESUL COMERCIAL LTDA	
PR	4/2015	02/02/2015	ATA 07/2015	02/02/2015	KALBRINK MATERIAIS E EQUIP. EDUCATIVOS LTDA-ME	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Fevereiro

Licitação		Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado	
Mod.	Número	Data	Número				Data
PR	4/2015	02/02/2015	ATA03/2015	02/02/2015	BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PLANO DE AÇÕES ARTICULADA - PAR TERMO DE COMPROMISSO PAR 201401311, PROCESSO 23400006192201442. AQUISIÇÃO DE 1 CENTRÍFUGA DE FRUTAS, 4 POLTRONAS INDIVIDUAL ESTOFADAS, 1 FREEZER VERTICAL E 1 FOGÃO 4 BOCAS DE USO DOMESTICO CONFORME REQUISIOES INTERNAS NR 4908 E 4909. CONTA 42.779-9 BANCO 001 AG 0375. (Licitação Nº : 2/2015-PR)	4.117,00
PR	4/2015	02/02/2015	ATA 10/2015	02/02/2015	MM COMERCIO EQUIPAMENTOS LTDA ME	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PLANO DE AÇÕES ARTICULADA - PAR TERMO DE COMPROMISSO PAR 201401311, PROCESSO 23400006192201442. AQUISIÇÃO DE 2 GELADEIRAS VERTICAL INDUSTRIAL CONFORME REQUISIOÇÃO INTERNA NR 4921. CONTA 42.779-9 BANCO 001 AG 0375. (Licitação Nº : 2/2015-PR)	2.650,00
PR	4/2015	02/02/2015	ATA 04/2015	02/02/2015	DISMACENTER IND. E COM. DE MÓVEIS LTDA EPP	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PLANO DE AÇÕES ARTICULADA - PAR TERMO DE COMPROMISSO PAR 201401311, PROCESSO 23400006192201442. AQUISIÇÃO DE 10 CADEIRAS ESTOFADAS COM BRACO, 4 ARMÁRIO ROUPEIRO EM AÇO E 1 MESA DE REUNIÃO CONFORME REQUISIOES INTERNAS NR 4910 E 4911. CONTA 42.779-9 BANCO 001 AG 0375. (Licitação Nº : 2/2015-PR)	3.182,00
PR	125/2014	09/02/2015			ARMANDO ANTONIO BORTOLINI - ME	AQUISIÇÃO DE TOLDOS PARA EMEB WAL SIN NUNES GARCIA CONFORME REQUISIOÇÃO NR 4951- FUNDEB. (Licitação Nº : 86/2014-PR)	4.355,18

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Janeiro

Licitação		Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado	
Mod.	Número	Data	Número				Data
CV	118/2014	30/09/2014	80/2014	30/09/2014	EXPRESSO APOIO A GESTAO PUBLICA LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DAR SUPORTE TÉCNICO E APOIO ADMINISTRATIVO, ASSESSORIA CONTÁBIL NAS ÁREAS ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL CONFORME REQUISICÇÃO NR 4473. (Licitação Nº : 32014-CV)	5.500,00
TP	106/2014	21/11/2014	88/2014	21/11/2014	CONSTRUTORA E INCORP. GG BRUSCHI LTDA - EPP	CONSTRUÇÃO DO MURO DE CONTENÇÃO NA CRECHE DO LOTEAMENTO SANTA TEREZINHA - BAIRRO MARTELO CONFORME REQUISICÇÃO NR 4811. (Licitação Nº : 7/2014-TP)	132.995,13
CP	71/2011	10/11/2011	7ª Aditivo_131	10/11/2014	BETHA SISTEMAS LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE TECNICO DO SISTEMA PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO BETHA FOLHA CONFORME SOSES NR 100352, 104839 E 105854. (Licitação Nº : 2/2011-CC)	549,28
CP	71/2011	10/11/2011	7ª Aditivo_131	10/11/2014	BETHA SISTEMAS LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE TECNICO DO SISTEMA PARA SECRETARIA DE FAZENDA BETHA TRIBUTOS CONFORME SOSES NR 105876, 104374, 104613, 104159, 103001, 102787 E 103225. (Licitação Nº : 2/2011-CC)	20.741,22
CP	71/2011	10/11/2011	7ª Aditivo_131	10/11/2014	BETHA SISTEMAS LTDA	PAGAMENTO DE SOSES 107551-FOLHA E 107343-PATRIMONIO. (Licitação Nº : 2/2011-CC)	857,10
CP	71/2011	10/11/2011	7ª Aditivo_131	10/11/2014	BETHA SISTEMAS LTDA	LOCAÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA, PLANEJAMENTO, TESOUREARIA, COMPRAS E LICITAÇÕES, PATRIMÔNIO PÚBLICO, FOLHA DE PAGAMENTO, RECURSOS HUMANOS, PONTO ELETRÔNICO, TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL, ATENDIMENTO AO CIDADÃO VIA INTERNET, ESCRITURAÇÃO FISCAL VIA INTERNET, CONTROLE DE FROTA, CONTROLE DE ESTOQUE, CONTROLE DE NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS, CONTROLE DE ÍNDICES DE GESTAO, CONTROLE DE PROCURADORIA, OLVIDORIA, CONTROLE DE LEGISLAÇÃO, SISTEMA DE PROTOCOLO CENTRAL, SISTEMA DO SERVIDOR PÚBLICO E FLY TRANSPARÊNCIA. (Licitação Nº : 2/2011-CC)	64.997,46

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Janeiro

Licitação		Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado
Mod.	Número	Data	Número			
CP	71/2011	10/11/2011	7ª Aditivo_131	10/11/2014	BETHA SISTEMAS LTDA	64.997,46
LOCAÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA, PLANEJAMENTO, TESOUREARIA, COMPRAS E LICITAÇÕES, PATRIMÔNIO PÚBLICO, FOLHA DE PAGAMENTO, RECURSOS HUMANOS, PONTO ELETRÔNICO, TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL, ATENDIMENTO AO CIDADÃO VIA INTERNET, ESCRITURAÇÃO FISCAL VIA INTERNET, CONTROLE DE FROTA, CONTROLE DE ESTOQUE, CONTROLE DE NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS, CONTROLE DE ÍNDICES DE GESTÃO, CONTROLE DE PROCURADORIA, OUVIDORIA, CONTROLE DE LEGISLAÇÃO, SISTEMA DE PROTOCOLO CENTRAL, SISTEMA DO SERVIDOR PÚBLICO E FLY TRANSPARÊNCIA. (Licitação N° : 2/2011-CC)						
CP	71/2011	10/11/2011	7ª Aditivo_131	10/11/2014	BETHA SISTEMAS LTDA	86.663,28
LOCAÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA, PLANEJAMENTO, TESOUREARIA, COMPRAS E LICITAÇÕES, PATRIMÔNIO PÚBLICO, FOLHA DE PAGAMENTO, RECURSOS HUMANOS, PONTO ELETRÔNICO, TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL, ATENDIMENTO AO CIDADÃO VIA INTERNET, ESCRITURAÇÃO FISCAL VIA INTERNET, CONTROLE DE FROTA, CONTROLE DE ESTOQUE, CONTROLE DE NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS, CONTROLE DE ÍNDICES DE GESTÃO, CONTROLE DE PROCURADORIA, OUVIDORIA, CONTROLE DE LEGISLAÇÃO, SISTEMA DE PROTOCOLO CENTRAL, SISTEMA DO SERVIDOR PÚBLICO E FLY TRANSPARÊNCIA. (Licitação N° : 2/2011-CC)						
CP	71/2011	10/11/2011	7ª Aditivo_131	10/11/2014	BETHA SISTEMAS LTDA	3.495,73
PELA LOCAÇÃO DOS SISTEMAS BIBLIOTECA, MÓDULO ESCOLA E MÓDULO SECRETARIA E ESCOLA. (Licitação N° : 2/2011-CC)						
CP	113/2014	26/01/2015			LOVERS AGÊNCIA DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE EIRELI	24.776,77
PRODUÇÃO DA CAMPANHA IPTU 2015- CRIAÇÃO CAMPANHA IPTU 2015, ANÚNCIO JORNAL, ROTEIRO VT 30, SPOT 30, OUTDOOR E BANNER INTERNET CONFORME ORÇAMENTO DE PRODUÇÃO NR 890. REQUISIÇÃO INTERNA NR 104811. (Licitação N° : 3/2014-CC)						

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Janeiro

Licitação		Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado
Mod.	Número	Data	Número			
DL	57/2011	15/06/2011	3ªADITIVO_74	15/06/2014	GABRIEL DELANO DOS SANTOS	7.349,80
<p>O objeto do presente instrumento é a locação de 02 (duas) salas para funcionamento do PROCON, sendo:</p> <p>"Sala 01 (um) com área de 78,80 m2, com divisórias formando quatro ambientes, um depósito, um banheiro com lavatório e vaso sanitário e um interfone;</p> <p>"Sala 04 (quatro) com área de 61,20 m2, com divisórias formando três ambientes, um banheiro com lavatório e vaso sanitário e um interfone;</p> <p>"Localização dos imóveis: Avenida Senador Salgado Filho, 33, Cacoror, SC;</p> <p>(Licitação Nº : 9/2011-DL)</p>						
DL	36/2013	26/03/2013	2ªAditivo_	07/07/2014	MITRA DIOCESANA DE CACADOR	1.469,34
DL	41/2013	12/04/2013	1º Adit_35	11/04/2014	VILMAR XAVIER	2.182,65
DL	54/2013	27/05/2013	1ªAditivo_45	27/05/2014	VICENTE BERTONI	5.743,65
DL	54/2013	27/05/2013	1ªAditivo_43	27/05/2014	SILVINO SCOLARO	6.897,35
DL	62/2013	28/06/2013	2ªAditivo_53	23/12/2014	ACADEF-ASS.CACAD. DEFICIENTES FISICOS	31.666,66
DL	66/2013	11/07/2013	2ªADITIVO_58	11/07/2014	LUCIANA RASADOR	2.042,67
DL	72/2013	23/07/2013	1ªAditivo_64	23/07/2014	VALDECIR CÉSAR LAZARI	4.322,16
DL	87/2014	16/07/2014	59/2014	16/07/2014	CLAUDINO ZARUR CORDEIRO	5.250,00
<p>LOCAÇÃO DE PARTE DE UM IMÓVEL RURAL, PARA RETIRADA DE CASCALHO, LOCALIZADO NA LINHA CACHOEIRA DE PROPRIEDADE DO SR. CLAUDINO ZARUR CORDEIRO. (Licitação Nº : 9/2014-DL)</p>						

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Janeiro

Licitação		Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado
Mod.	Número	Data	Número			
DL	86/2014	22/07/2014	63/2014	JOSÉ RICARDO KUHN	LOCAÇÃO DE PARTE DE UM TERRENO RURAL, PARA FUNCIONAMENTO DA USINA DE ASFALTO, LOCALIZADO NA COLÔNIA POLIDORO - LINHA CARA, RODOVIA SC 453. (Licitação Nº : 8/2014-DL)	13.800,00
DL	123/2014	09/10/2014	82/2014	ANGELINA MANICA BORGHETTI	Locação de imóvel de propriedade de Angelina Borghetti, sito a rua José Reichmann, nº 85, Bairro DER, Caçador-SC, matrícula nº 24.599, para instalação da Secretaria Municipal de Agricultura. (Licitação Nº : 15/2014-DL)	21.134,50
DL	139/2014	10/12/2014	92/2014	RENI PEDRO PELICER	LOCAÇÃO DE PARTE DE UM TERRENO RURAL, SEM BEFEITORIAS, COM ÁREA DE 211.220,00 M2, SITUADO NA LINHA SANTANA, DE PROPRIEDADE DE RENI PEDRO PELICER, PARA RETIRADA DE CASCALHO. (Licitação Nº : 17/2014-DL)	9.000,00
DL	142/2014	31/12/2014	91-A/2014	EBCT	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS DISPONIBILIZADOS PELA EMPRESA BRASILEIRA E CORREIOS E TELÉGRAFOS PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO. (Licitação Nº : 18/2014-DL)	150.000,00
DL	142/2014	31/12/2014	91-A/2014	EBCT	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS DISPONIBILIZADOS PELA EMPRESA BRASILEIRA E CORREIOS E TELÉGRAFOS DESTINADAS A DITESS. (Licitação Nº : 18/2014-DL)	100.000,00
ILP	14/2013	18/02/2013	3ªAditivo_15	INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IEI/SC	Contratação de empresa especializada para o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de Programas de Estágio de Estudantes. SECRETARIA DA AGRICULTURA (Licitação Nº : 3/2013-IL)	885,34
ILP	14/2013	18/02/2013	3ªAditivo_14	CENTRO INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE/SC	Contratação de empresa especializada para o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de Programas de Estágio de Estudantes. SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA (Licitação Nº : 3/2013-IL)	2.761,04
ILP	14/2013	18/02/2013	3ªAditivo_15	INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IEI/SC	Contratação de empresa especializada para o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de Programas de Estágio de Estudantes. GABINETE (Licitação Nº : 3/2013-IL)	885,34
ILP	14/2013	18/02/2013	3ªAditivo_15	INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IEI/SC	Contratação de empresa especializada para o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de Programas de Estágio de Estudantes. PROCON (Licitação Nº : 3/2013-IL)	1.770,68

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Janeiro

Licitação		Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado
Mod.	Número	Data	Número	Data		
ILP	14/2013	18/02/2013	3ªAditivo_15	31/12/2014	INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IEI/SC	885,34
ILP	14/2013	18/02/2013	3ªAditivo_14	09/12/2014	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CONJUNTAS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES. PROCURADORIA (Licitação Nº : 3/2013-IL)	12.729,86
ILP	14/2013	18/02/2013	3ªAditivo_14	09/12/2014	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CONJUNTAS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO (Licitação Nº : 3/2013-IL)	635,22
ILP	14/2013	18/02/2013	3ªAditivo_14	09/12/2014	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CONJUNTAS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES. SECRETARIA DA FAZENDA (Licitação Nº : 3/2013-IL)	885,34
ILP	14/2013	18/02/2013	3ªAditivo_14	09/12/2014	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CONJUNTAS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES. PROCURADORIA (Licitação Nº : 3/2013-IL)	10.974,32
ILP	14/2013	18/02/2013	3ªAditivo_15	31/12/2014	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CONJUNTAS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES. POLICIA MILITAR E POLICIA CIVIL (Licitação Nº : 3/2013-IL)	1.770,68
ILP	14/2013	18/02/2013	3ªAditivo_14	09/12/2014	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CONJUNTAS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES. DITTESC (Licitação Nº : 3/2013-IL)	885,34
ILP	14/2013	18/02/2013	3ªAditivo_15	31/12/2014	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CONJUNTAS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO (Licitação Nº : 3/2013-IL)	8.153,13

ESTADO DE SANTA CATARINA **PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Janeiro

Licitação		Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado
Mod.	Número	Data	Número			
ILP	14/2013	18/02/2013	3ªAditivo_15	31/12/2014	INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IE/SC	2.656,02
Contratação de empresa especializada para o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de Programas de Estágio de Estudantes.						
SECRETARIA DA FAZENDA. (Licitação Nº : 3/2013-IL)						
ILP	14/2013	18/02/2013	3ªAditivo_14	09/12/2014	CENTRO INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE/SC	885,34
Contratação de empresa especializada para o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de Programas de Estágio de Estudantes.						
SECRETARIA DE AGRICULTURA (Licitação Nº : 3/2013-IL)						
ILP	3/2014	21/01/2014	015/2014	14/02/2014	AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	672,00
AQUISIÇÃO DE 280 VALES TRANSPORTE PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONFORME REQUISICÃO INTERNA 003677.						
(Licitação Nº : 2/2014-IL)						
ILP	3/2014	21/01/2014	015/2014	14/02/2014	AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	384,00
AQUISIÇÃO DE 160 VALES TRANSPORTE PARA A DITTESC, CONFORME REQUISICÃO INTERNA 003677.						
(Licitação Nº : 2/2014-IL)						
ILP	3/2014	21/01/2014	015/2014	14/02/2014	AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	4.416,00
AQUISIÇÃO DE 1840 VALES TRANSPORTE PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, CONFORME REQUISICÃO INTERNA 003677.						
(Licitação Nº : 2/2014-IL)						
ILP	3/2014	21/01/2014	015/2014	14/02/2014	AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	3.840,00
AQUISIÇÃO DE 1600 VALES TRANSPORTE PARA OS SERVIDORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CONFORME REQUISICÃO INTERNA 003679.						
(Licitação Nº : 2/2014-IL)						
PR	15/2010	22/02/2010	4º aditivo_18	22/02/2014	CONNECT INFORMATICA LTDA - EPP	440,00
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA ACESSO À INTERNET VIA RÁDIO, ACESSO ADSL, HOSPEDAGEM, E-MAIL, ANTI-VÍRUS, ANTI-SPAM, CONTROLE DE ANEXOS E ACESSO FTP DESTINADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR, POR UM PERÍODO DE 02 MESES. (Licitação Nº : 8/2010-PR)						

ESTADO DE SANTA CATARINA **PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Janeiro

Licitação		Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado
Mod.	Número	Data	Número			
PR	15/2010	22/02/2010	4º aditivo_18	22/02/2014	CONECT INFORMATICA LTDA - EPP	440,00
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA ACESSO A INTERNET VIA RADIO, ACESSO ADSL, HOSPEDAGEM, E-MAIL, ANTI-VIRUS, ANTI-SPAM, CONTROLE DE ANEXOS E ACESSO FTP DESTINADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR, POR UM PERÍODO DE 02 MESES. (Licitação Nº : 8/2010-PR)						
PR	15/2010	22/02/2010	4º aditivo_18	22/02/2014	CONECT INFORMATICA LTDA - EPP	4.756,00
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA ACESSO A INTERNET VIA RADIO, ACESSO ADSL, HOSPEDAGEM, E-MAIL, ANTI-VIRUS, ANTI-SPAM, CONTROLE DE ANEXOS E ACESSO FTP DESTINADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR, POR UM PERÍODO DE 02 MESES. (Licitação Nº : 8/2010-PR)						
PR	15/2010	22/02/2010	4º aditivo_18	22/02/2014	CONECT INFORMATICA LTDA - EPP	40,00
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA ACESSO A INTERNET VIA RADIO, ACESSO ADSL, HOSPEDAGEM, E-MAIL, ANTI-VIRUS, ANTI-SPAM, CONTROLE DE ANEXOS E ACESSO FTP DESTINADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR, POR UM PERÍODO DE 02 MESES. (Licitação Nº : 8/2010-PR)						
PR	15/2010	22/02/2010	4º aditivo_18	22/02/2014	CONECT INFORMATICA LTDA - EPP	40,00
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA ACESSO A INTERNET VIA RADIO, ACESSO ADSL, HOSPEDAGEM, E-MAIL, ANTI-VIRUS, ANTI-SPAM, CONTROLE DE ANEXOS E ACESSO FTP DESTINADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR, POR UM PERÍODO DE 02 MESES. (Licitação Nº : 8/2010-PR)						
PR	15/2010	22/02/2010	4º aditivo_18	22/02/2014	CONECT INFORMATICA LTDA - EPP	20,00
AUTENTICAÇÃO DE ACESSO ADSL PARA ESCOLA IRMÃO VENÂNCIO JOSE. (Licitação Nº : 8/2010-PR)						
PR	15/2010	22/02/2010	4º aditivo_18	22/02/2014	CONECT INFORMATICA LTDA - EPP	40,00
AUTENTICAÇÃO DE ACESSO ADSL PARA O PROCON (Licitação Nº : 8/2010-PR)						
PR	15/2010	22/02/2010	4º aditivo_18	22/02/2014	CONECT INFORMATICA LTDA - EPP	440,00
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA ACESSO A INTERNET VIA RADIO, ACESSO ADSL, HOSPEDAGEM, E-MAIL, ANTI-VIRUS, ANTI-SPAM, CONTROLE DE ANEXOS E ACESSO FTP DESTINADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR, POR UM PERÍODO DE 02 MESES. (Licitação Nº : 8/2010-PR)						

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Janeiro

Licitação		Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado
Mod.	Número	Data	Número	Data		
PR	15/2010	22/02/2010	4º aditivo_18	22/02/2014	CONNECT INFORMATICA LTDA - EPP	40,00
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA ACESSO A INTERNET VIA RADIO, ACESSO ADSL, HOSPEDAGEM, E-MAIL, ANTIMIRUS, ANTISPAM, CONTROLE DE ANEXOS E ACESSO FTP DESTINADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR, POR UM PERÍODO DE 02 MESES. (Licitação Nº : 8/2010-PR)						
PR	11/2011	03/03/2011	3º Aditivo_31	01/08/2014	HBINFO PROVEDOR LTDA ME	86.948,40
Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de infraestrutura computacional, com serviço de alta disponibilidade, englobando hardwares, softwares, links de comunicação e suporte operacional aos órgãos da administração direta, e diversas secretarias do município de Caxador (Licitação Nº : 6/2011-PR)						
PR	76/2011	30/09/2011	3º Aditivo_119	30/09/2014	ROMÃO CORRETORA DE SEGUROS LTDA	505,75
Contratação de seguro contra sinistros para o Edifício da Prefeitura Municipal de Caxador. (Licitação Nº : 43/2011-PR)						
PR	19/2012	13/03/2012	2º Aditivo_28	12/03/2014	EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA	10.085,82
O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviços de solução em gestão de frota de veículos e de equipamentos motorizados acoplados e rebocáveis que possuam tanque de combustível próprio, abrangendo as funções de cadastramento e gerenciamento dos custos, sejam eles com abastecimento, com manutenção (peças e serviços) e com obrigações legais; que contemple todas as despesas efetuadas por meio de contratos, compras diretas, pronto pagamento. (Licitação Nº : 14/2012-PR)						
PR	86/2012	10/08/2012	2º ADITIVO_75	13/08/2014	CONNECT INFORMATICA LTDA - EPP	9.702,00
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO A INTERNET VIA FIBRA DE UM LINK DE 2 MIB FULL, COM GARANTIA DE BANDA DE 24 X 7, COM IP FIXO REAL COM REDUNDANCIA, MANUTENÇÃO E AUTENTICAÇÃO ADSL (Licitação Nº : 55/2012-PR)						
PR	5/2014	26/02/2014	Ata 016/2014	26/02/2014	ITAVOL COMERCIAL LTDA	14.455,00
AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 4375-RECURSOS PRÓPRIOS. (Licitação Nº : 2/2014-PR)						
PR	5/2014	26/02/2014	Ata 011/2014	26/02/2014	FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDERLOF)	10.032,55
AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 4380-RECURSOS PRÓPRIOS. (Licitação Nº : 2/2014-PR)						

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Janeiro

Licitação			Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado
Mod.	Número	Data	Número	Data			
PR	5/2014	26/02/2014	Ata 010/2014	26/02/2014	CLAUDIO TRIBESS - ME	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA NR 4379- RECURSOS PRÓPRIOS. (Licitação Nº : 2/2014-PR)	24.102,60
PR	5/2014	26/02/2014	Ata 012/2014	26/02/2014	INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR CONFORME REQUISIÇÕES INTERNAS NR 4371, 4372, 4373 E 4374- RECURSOS PRÓPRIOS. (Licitação Nº : 2/2014-PR)	86.532,20
PR	5/2014	26/02/2014	Ata 013/2014	26/02/2014	MARCOS BULLE DA COSTA	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR CONFORME REQUISIÇÕES INTERNAS NR 4376 E 4377- RECURSOS PRÓPRIOS. (Licitação Nº : 2/2014-PR)	27.622,00
PR	5/2014	26/02/2014	Ata 014/2014	26/02/2014	PANIFICADORA E CONFETARIA SANTELMO LTDA - F10	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA NR 4378- RECURSOS PRÓPRIOS. (Licitação Nº : 2/2014-PR)	19.191,30
PR	15/2014	28/02/2014	ATA17/2014	28/02/2014	CERES - COM. E TRANSP. DE DERIV. DE PETROLEO LTDA	AQUISIÇÃO DE 40.000 LITROS DE OLEO DIESEL PARA MANUTENÇÃO DE MAQUINAS E VEÍCULOS DA SEC. DE INFRAESTRUTURA CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA NR 3516. (Licitação Nº : 9/2014-PR)	90.800,00
PR	20/2014	14/03/2014	ATA 027/2014	14/03/2014	ARTCARD LTDA	CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE CRACHÁS EM PVC PARA ALUNOS DO TRANSPORTE ESCOLAR CONFORME REQUISIÇÃO NR 8024. (Licitação Nº : 13/2014-PR)	893,75
PR	17/2014	19/03/2014	ATA 029/2014	19/03/2014	CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONFEÇÃO DE BOCAS DE LOBO PARA O PERIMETRO URBANO DO MUNICÍPIO CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA NR 3523. (Licitação Nº : 10/2014-PR)	4.450,00
PR	24/2014	25/03/2014	ATA 032/2014	25/03/2014	MADECAMPOS MADEIRAS LTDA - ME	AQUISIÇÃO DE MADEIRAS DE EUCALIPTO E PINUS PARA MANUTENÇÃO DE PONTES CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA NR 3522. (Licitação Nº : 17/2014-PR)	37.100,00
PR	26/2014	03/04/2014	ATA 036/2014	03/04/2014	BOLSONELLO E CIA LTDA- EPP	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA LAVAGEM DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA CONFORME REQUISIÇÃO NR 3530. (Licitação Nº : 19/2014-PR)	1.035,00
PR	28/2014	04/04/2014	ATA 038/2014	04/04/2014	CAÇADOR COMERCIO DE GAS LTDA - EPP	AQUISIÇÃO DE 07 GÁS GLP P -13 DESTINADOS A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. (Licitação Nº : 21/2014-PR)	332,82

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Janeiro

Licitação		Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado	
Mod.	Número	Data	Número				Data
PR	28/2014	04/04/2014	ATA 037/2014	04/04/2014	IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AQUISIÇÃO DE 01 FARDO DE ÁGUA MINERAL SEM GÁS DESTINADA A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (Licitação Nº : 21/2014-PR)	12,64
PR	28/2014	04/04/2014	ATA 037/2014	04/04/2014	IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AQUISIÇÃO DE 02 FARDOS DE ÁGUA SEM GÁS E 01 FARDO DE ÁGUA COM GÁS DESTINADAS AO GABINETE DA VICE PREFEITA. (Licitação Nº : 21/2014-PR)	38,88
PR	28/2014	04/04/2014	ATA 037/2014	04/04/2014	IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AQUISIÇÃO DE 35 BOMBONAS DE ÁGUA MINERAL 20 LITROS DESTINADAS A DITTESC. (Licitação Nº : 21/2014-PR)	408,22
PR	28/2014	04/04/2014	ATA 037/2014	04/04/2014	IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AQUISIÇÃO DE 25 BOMBONAS DE ÁGUA MINERAL DESTINADA A SECRETARIA DE AGRICULTURA. (Licitação Nº : 21/2014-PR)	291,58
PR	28/2014	04/04/2014	ATA 037/2014	04/04/2014	IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AQUISIÇÃO DE ÁGUA DESTINADA A SECRETARIA DA FAZENDA. (Licitação Nº : 21/2014-PR)	583,17
PR	28/2014	04/04/2014	ATA 037/2014	04/04/2014	IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AQUISIÇÃO DE ÁGUA DESTINADA AO AEROPORTO. (Licitação Nº : 21/2014-PR)	349,90
PR	28/2014	04/04/2014	ATA 037/2014	04/04/2014	IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AQUISIÇÃO DE 6 FARDOS DE ÁGUA MINERAL COM GÁS E 6 FARDOS DE AGUA MINERAL SEM GÁS DESTINADO AO GABINETE DO PREFEITO. (Licitação Nº : 21/2014-PR)	157,45
PR	28/2014	04/04/2014	ATA 037/2014	04/04/2014	IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AQUISIÇÃO DE 3 FARDOS DE ÁGUA SEM GÁS E 1 FARDO DE ÁGUA COM GÁS DESTINADO AO GABINETE DO VICE PREFEITO. (Licitação Nº : 21/2014-PR)	51,52
PR	28/2014	04/04/2014	ATA 038/2014	04/04/2014	CAÇADOR COMERCIO DE GAS LTDA - EPP	AQUISIÇÃO DE 25 GÁS GLP P - 13 PARA A COPA DA PREFEITURA. (Licitação Nº : 21/2014-PR)	1.188,66
PR	28/2014	04/04/2014	ATA 038/2014	04/04/2014	CAÇADOR COMERCIO DE GAS LTDA - EPP	AQUISIÇÃO DE 5 GÁS GLP P - 13 DESTINADOS A SECRETARIA DE AGRICULTURA. (Licitação Nº : 21/2014-PR)	237,73
PR	28/2014	04/04/2014	ATA 038/2014	04/04/2014	CAÇADOR COMERCIO DE GAS LTDA - EPP	AQUISIÇÃO DE 5 GÁS GLP P - 13 DESTINADOS A DITTESC. (Licitação Nº : 21/2014-PR)	237,73
PR	44/2014	28/04/2014	ATA 046/2014	28/04/2014	STANG E STANG LTDA	AQUISIÇÃO DE 20.000 LITROS DE OLEO DIESEL BIODIESEL PARA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA NR 5645. (Licitação Nº : 33/2014-PR)	47.580,00
PR	44/2014	28/04/2014	ATA 045/2014	28/04/2014	SAFRA DIESEL LTDA	AQUISIÇÃO DE 100 BALDES DE ARLA 32 DESTINADOS AS ATIVIDADE DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA CONFORME REQUISIÇÃO NR 300. (Licitação Nº : 33/2014-PR)	4.050,00

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Janeiro

Licitação		Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado
Mod.	Número	Data	Número	Data		
PR	44/2014	28/04/2014	ATA 046/2014	28/04/2014	STANG E STANG LTDA	AQUISIÇÃO DE 4.000 LITROS DE GASOLINA COMUM PARA A POLÍCIA MILITAR, CONFORME CONVENIO DE TRANSITO - RADIO PATRULHA. (Licitação Nº : 33/2014-PR)
PR	44/2014	28/04/2014	ATA 046/2014	28/04/2014	STANG E STANG LTDA	AQUISIÇÃO DE 2500 LITROS DE GASOLINA COMUM E 2000 LITROS DE DIESEL PARA VEICULOS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. (Licitação Nº : 33/2014-PR)
PR	44/2014	28/04/2014	ATA 046/2014	28/04/2014	STANG E STANG LTDA	AQUISIÇÃO DE 5.500 LITROS DE GASOLINA COMUM PARA VEICULOS DA DITTESC. (Licitação Nº : 33/2014-PR)
PR	44/2014	28/04/2014	ATA 046/2014	28/04/2014	STANG E STANG LTDA	AQUISIÇÃO DE 2000 LITROS DE GASOLINA COMUM PARA VEICULOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO. (Licitação Nº : 33/2014-PR)
PR	44/2014	28/04/2014	ATA 046/2014	28/04/2014	STANG E STANG LTDA	AQUISIÇÃO DE 300 LITROS DE GASOLINA COMUM E 260 LITROS DE DIESEL PARA VEICULOS DA DEFESA CIVIL. (Licitação Nº : 33/2014-PR)
PR	36/2014	05/05/2014	32/2014	05/05/2014	PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	SERVIÇOS DE MONITORAMENTO 24 HORAS, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE SISTEMA ELETRÔNICO DE SEGURANÇA DESTINADOS AS ESCOLAS DO MUNICÍPIO. (Licitação Nº : 27/2014-PR)
PR	36/2014	05/05/2014	32/2014	05/05/2014	PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MONITORAMENTO 24 HORAS, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE SISTEMA ELETRÔNICO DE SEGURANÇA PARA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO. ALARME NO ARQUIVO DA PREFEITURA. (Licitação Nº : 27/2014-PR)
PR	36/2014	05/05/2014	32/2014	05/05/2014	PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	SERVIÇOS DE MONITORAMENTO 24 HORAS, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE SISTEMA ELETRÔNICO DE SEGURANÇA PARA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO. CAMERAS PARA O PREDIO SEDE PREFEITURA. (Licitação Nº : 27/2014-PR)
PR	36/2014	05/05/2014	32/2014	05/05/2014	PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	VIGILÂNCIA PRESENCIAL PARA O PREDIO SEDE DA PREFEITURA PELO PERÍODO DE 2 MESES. (Licitação Nº : 27/2014-PR)
PR	36/2014	05/05/2014	32/2014	05/05/2014	PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	SERVIÇOS DE MONITORAMENTO 24 HORAS, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE SISTEMA ELETRÔNICO DE SEGURANÇA PARA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO. ALARME PARA A SALA DE SINDICÂNCIA. (Licitação Nº : 27/2014-PR)

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Janeiro

Licitação		Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado	
Mod.	Número	Data	Número				Data
PR	36/2014	05/05/2014	32/2014	05/05/2014	PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	SERVICOS DE MONITORAMENTO 24 HORAS, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE SISTEMA ELETRONICO DE SEGURANÇA PARA CONSERVAÇÃO DO PATRIMONIO PUBLICO. ALARMES PARA O ESTACIONAMENTO E O PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL. (Licitação Nº : 27/2014-PR)	2.400,00
PR	36/2014	05/05/2014	32/2014	05/05/2014	PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MONITORAMENTO 24 HORAS, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE SISTEMA ELETRÔNICO DE SEGURANÇA PARA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO. SISTEMA DE CÂMERAS DE VÍDEO. (Licitação Nº : 27/2014-PR)	3.250,00
PR	36/2014	05/05/2014	32/2014	05/05/2014	PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	SERVICOS DE MONITORAMENTO 24 HORAS, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE SISTEMA ELETRÔNICO DE SEGURANÇA PARA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO. MONITORAMENTO COM CAMERAS TIRO DE GUERRA. (Licitação Nº : 27/2014-PR)	3.250,00
PR	49/2014	05/05/2014	ATA59/2014	05/05/2014	CASA DAS VED. COM. DE VED. DE BORRACHAS LTDA - ME	AQUISIÇÃO DE MANGUEIRAS HIDRÁULICAS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS E VEÍCULOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA CONFORME REQUISICAO INTERNA NR 3518. (Licitação Nº : 38/2014-PR)	1.693,00
PR	48/2014	12/05/2014	ATA62/2014	12/05/2014	AGOSTINI E GERAHARDT LTDA - EPP	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE 29 M2 DE PAREDE DIVISÓRIA DE EUCATEX CONFORME REQUISICAO NR 003826. (Licitação Nº : 37/2014-PR)	2.027,10
PR	43/2014	13/05/2014	ATA69/2014	13/05/2014	MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO SIENA PLACA MLI 5746, CONFORME ORÇAMENTO Nº 2005. REQUISICAO INTERNA 005457. (Licitação Nº : 32/2014-PR)	437,00
PR	43/2014	13/05/2014	ATA69/2014	13/05/2014	MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	AQUISIÇÃO DE PECAS PARA MANUTENÇÃO NOS VEICULOS DA SECRETARIA DA EDUCACAO GOL PLACA MHD 3876, BOXER PLACA MHI 3386, FIESTA PLACA MHD 3816 E FLORINO PLACA MCR 4143. ORÇAMENTOS Nº 2007, 2017, 1969, 1980 E 2006. REQUISICOES INTERNAS Nº 008031, 008032, 008030 E 008033. (Licitação Nº : 32/2014-PR)	2.031,10
PR	43/2014	13/05/2014	ATA70/2014	13/05/2014	BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA NO ONIBUS PLACA MKX 1716 DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CONFORME ORÇAMENTO Nº 013442. REQUISICAO INTERNA 008034. (Licitação Nº : 32/2014-PR)	140,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Janeiro

Licitação			Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado
Mod.	Número	Data	Número	Data			
PR	43/2014	13/05/2014	ATA/70/2014	13/05/2014	BRESSANAUTOPECAS LTDA	AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA NO ONIBUS PLACA MKX 1716 DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CONFORME ORÇAMENTO Nº 013442. REQUISIÇÃO INTERNA 008034. (Licitação Nº : 32/2014-PR)	17,74
PR	43/2014	13/05/2014	ATA/70/2014	13/05/2014	BRESSANAUTOPECAS LTDA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA NO ONIBUS PLACA BWA 6397, NO MICRO ONIBUS PLACA LZR 7684 E NA SPRINTER PLACA MCA 0310, CONFORME CONVENIO DE TRANSITO - RADIO PATRULHA. ORÇAMENTOS Nº 015456, 014299 E 014758. REQUISIÇÕES INTERNAS Nº 005309, 005307 E 005308. (Licitação Nº : 32/2014-PR)	1.190,00
PR	43/2014	13/05/2014	ATA/70/2014	13/05/2014	BRESSANAUTOPECAS LTDA	AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA NO ONIBUS PLACA BWA 6397, NO MICRO ONIBUS PLACA LZR 7684 E NA SPRINTER PLACA MCA 0310, CONFORME CONVENIO DE TRANSITO - RADIO PATRULHA. ORÇAMENTOS Nº 015456, 014299 E 014758. REQUISIÇÕES INTERNAS Nº 005309, 005307 E 005308. (Licitação Nº : 32/2014-PR)	617,04
PR	43/2014	13/05/2014	ATA/69/2014	13/05/2014	MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	PRESTACÃO DE SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA NO VEICULO SIENA PLACA MLI 5746, CONFORME ORÇAMENTO Nº 2005. REQUISIÇÃO INTERNA 005457. (Licitação Nº : 32/2014-PR)	122,20
PR	43/2014	13/05/2014	ATA/69/2014	13/05/2014	MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	PRESTACÃO DE SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA NO VEICULO PALIO PLACA MFV 8862, CONFORME ORÇAMENTO Nº 2061. REQUISIÇÃO INTERNA 005458. (Licitação Nº : 32/2014-PR)	61,10
PR	43/2014	13/05/2014	ATA/69/2014	13/05/2014	MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	PRESTACÃO DE SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA NO VEICULO CORSA PLACA MIO 3378, CONFORME ORÇAMENTO Nº 2035. REQUISIÇÃO INTERNA 005456. (Licitação Nº : 32/2014-PR)	80,00
PR	43/2014	13/05/2014	ATA/70/2014	13/05/2014	BRESSANAUTOPECAS LTDA	AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA NO FURGÃO PLACA MDK 2396 DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, CONFORME ORÇAMENTOS Nº 013559 E 013025. REQUISIÇÃO INTERNA 099851. (Licitação Nº : 32/2014-PR)	1.437,27
PR	43/2014	13/05/2014	ATA/70/2014	13/05/2014	BRESSANAUTOPECAS LTDA	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA NO FURGÃO PLACA MDK 2396 DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, CONFORME ORÇAMENTOS Nº 013559 E 013025. REQUISIÇÃO INTERNA 099851. (Licitação Nº : 32/2014-PR)	700,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Janeiro

Licitação		Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado
Mod.	Número	Data	Número	Data		
PR	43/2014	13/05/2014	ATA69/2014	13/05/2014	MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO GOL PLACA MHD 3876, BOXER PLACA MHI 3386, FIESTA PLACA MHD 3816 E FIORINO PLACA MCR 4143. ORÇAMENTOS N° 2007, 2017, 1969, 1960 E 2006. REQUISIÇÕES INTERNAS N° 008031, 008032, 008030 E 008033. (Licitação N° : 32/2014-PR)	855,40
PR	43/2014	13/05/2014	ATA69/2014	13/05/2014	MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA NOS VEÍCULOS DA DITTESC GOL PLACA MHD 4146, STRADA PLACA MJA 4523, MOTO PLACA MIE 9994, MOTO PLACA MID 5162, MOTO PLACA MLE 1454 E MOTO PLACA MDZ 5312. ORÇAMENTOS N° 1205, 1917, 1388, 1353, 1223, 1214, 1347, 1372, 1368, 1203, 1869, 1220, 1218, 1219, 1868 E 1217. REQUISIÇÕES INTERNAS N° 002798, 002796, 004229, 004233, 004225, 002799, 004231, 004228, 004227, 002797, 004232, 004224, 004222, 004223, 004230 E 002800. (Licitação N° : 32/2014-PR)	7.259,90
PR	43/2014	13/05/2014	ATA69/2014	13/05/2014	MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA NOS VEÍCULOS CORSA PLACA MHA 7996, PALIO PLACA DDS 3823, PAGERO PLACA CHV/2476 E FIESTA PLACA MHL 8076, CONFORME ORÇAMENTOS N° 1317, 1703, 1377, 1207, 1828, 1887, 1823, 1930 E 1704. REQUISICÃO INTERNA N° 094350. (Licitação N° : 32/2014-PR)	6.912,20
PR	43/2014	13/05/2014	ATA69/2014	13/05/2014	MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA NOS VEÍCULOS CORSA PLACA MHA 7996, PALIO PLACA DDS 3823, PAGERO PLACA CHV/2476 E FIESTA PLACA MHL 8076, CONFORME ORÇAMENTOS N° 1317, 1703, 1377, 1207, 1828, 1887, 1823, 1930 E 1704. REQUISICÃO INTERNA N° 094350. (Licitação N° : 32/2014-PR)	2.750,70
PR	43/2014	13/05/2014	ATA74/2014	13/05/2014	WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO MECANICA NOS VEICULOS PALIO PLACA MLV 1249, PALIO PLACA MLK 9437, FIESTA PLACA MKG 6562, FIESTA PLACA MKG 6972 E LOGAN PLACA MLQ 5896, CONFORME CONVENIO DE TRANSITO - RADIO PATRULHA. ORÇAMENTOS N° 123, 119, 121, 118, 120 E 122. REQUISIÇÕES INTERNAS N° 005303, 005301, 005302, 005305, 005304 E 005306. (Licitação N° : 32/2014-PR)	2.599,30

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Janeiro

Licitação		Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado
Mod.	Número	Data	Número			
PR	43/2014	13/05/2014	ATA69/2014	13/05/2014	MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA NO VEÍCULO PALIO PLACA MIV 8962, CONFORME ORÇAMENTO N° 2081. REQUISICÃO INTERNA 005458. (Licitação N° : 32/2014-PR)
PR	43/2014	13/05/2014	ATA74/2014	13/05/2014	WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA NOS VEÍCULOS PALIO PLACA MLV 1249, PALIO PLACA MLK 9437, FIESTA PLACA MKG 6562, FIESTA PLACA MKG 6972 E LOGAN PLACA MLQ 5895, CONFORME CONVENIO DE TRANSITO - RADIO PATRULHA, ORÇAMENTOS N° 123, 119, 121, 118, 120 E 122. REQUISICÕES INTERNAS N° 005303, 005301, 005302, 005305, 005304 E 005306. (Licitação N° : 32/2014-PR)
PR	43/2014	13/05/2014	ATA69/2014	13/05/2014	MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA NOS VEÍCULOS DA DITTESC GOL PLACA MHD 4146, STRADA PLACA MJA 4523, MOTO PLACA MIE 9994, MOTO PLACA MID 5162, MOTO PLACA MLE 1454 E MOTO PLACA MDZ 5312, ORÇAMENTOS N° 1205, 1917, 1388, 1353, 1223, 1214, 1347, 1372, 1368, 1203, 1869, 1220, 1218, 1219, 1868 E 1217. REQUISICÕES INTERNAS N° 002798, 002796, 004228, 004233, 004225, 002799, 004231, 004228, 004227, 002797, 004232, 004224, 004222, 004223, 004230 E 002800. (Licitação N° : 32/2014-PR)
PR	50/2014	13/05/2014	ATA63/2014	13/05/2014	KERBER PRÉ MOLDADOS LTDA	AQUISIÇÃO DE 100 TUBOS DE 100CM DE DIAMETRO DESTINADOS A REFORMA E CONSTRUÇÃO DE BUEIROS, CÔRREGOS E PONTES CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 3536. (Licitação N° : 39/2014-PR)
PR	50/2014	13/05/2014	ATA66/2014	13/05/2014	DELCOIR BOESING - ARTEFATOS DE CIMENTO SIDART	AQUISIÇÃO DE 100 TUBOS DE 80CM DE DIAMETRO DESTINADOS A REFORMA E CONSTRUÇÃO DE BUEIROS, CÔRREGOS E PONTES CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 3537. (Licitação N° : 39/2014-PR)
PR	50/2014	13/05/2014	ATA64/2014	13/05/2014	AGRIMASTER ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME	AQUISIÇÃO DE 300 UNIDADES DE TUBOS DE CONCRETO 40CM DE DIAMETRO DESTINADOS AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 298. (Licitação N° : 39/2014-PR)
PR	50/2014	13/05/2014	ATA66/2014	13/05/2014	DELCOIR BOESING - ARTEFATOS DE CIMENTO SIDART	AQUISIÇÃO DE 500 UNIDADES DE TUBOS DE CONCRETO 60CM DE DIAMETRO DESTINADOS AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 297. (Licitação N° : 39/2014-PR)

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Janeiro

Licitação		Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado
Mod.	Número	Data	Número	Data		
PR	50/2014	13/05/2014	ATA67/2014	13/05/2014	ELIMAR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME - CONCREMAIS	3.696,00
					AQUISIÇÃO DE 200 UNIDADES DE TUBOS DE CONCRETO 30CM DE DIAMETRO DESTINADOS AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA NR 299. (Licitação N° : 39/2014-PR)	
PR	51/2014	15/05/2014	ATA77/2014	15/05/2014	MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS BARBOSA 8127041092	535,00
					PRESTACÃO DE SERVIÇO PARA LAVAGEM COMPLETA DE VEÍCULOS PEQUENOS E LAVAGEM COMPLETA DE VEÍCULOS UTILITARIOS PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA, CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA 094347. (Licitação N° : 40/2014-PR)	
PR	52/2014	19/05/2014	36/2014	19/05/2014	REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	1.392,00
					CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTACÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS ELETRÔNICOS, COM APLICAÇÃO DE PEÇAS, CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA 005619. (Licitação N° : 41/2014-PR)	
PR	52/2014	19/05/2014	36/2014	19/05/2014	REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	105,00
					PRESTACÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM AR CONDICIONADO, CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA 005624. (Licitação N° : 41/2014-PR)	
PR	52/2014	19/05/2014	36/2014	19/05/2014	REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	4.176,00
					CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTACÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS ELETRÔNICOS, COM APLICAÇÃO DE PEÇAS, CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA 005614. (Licitação N° : 41/2014-PR)	
PR	52/2014	19/05/2014	36/2014	19/05/2014	REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	2.250,00
					CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTACÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS ELETRÔNICOS, COM APLICAÇÃO DE PEÇAS, CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA 005617. (Licitação N° : 41/2014-PR)	
PR	52/2014	19/05/2014	36/2014	19/05/2014	REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	2.784,00
					CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTACÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS ELETRÔNICOS, COM APLICAÇÃO DE PEÇAS, CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA 005622. (Licitação N° : 41/2014-PR)	
PR	56/2014	19/05/2014	35/2014	19/05/2014	L B COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	41.422,20
					PRESTACÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DO PRÉDIO SEDE DA PREFEITURA PARA O PERÍODO DE 5 MESES CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA NR 005604. (Licitação N° : 45/2014-PR)	

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Janeiro

Licitação			Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado
Mod.	Número	Data	Número	Data			
PR	54/2014	20/05/2014	ATA81/2014	20/05/2014	AGROPECUARIA SMR LTDA ME(AGRO TERRA)	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS, DESTINADOS AO PROGRAMA DE APOIO A BACIA LEITEIRA E MELHORAMENTO GENÉTICO DO REBANHO BOVINO ATENDIDO PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA, CONFORME REQUISICÃO INTERNA 094345. (Licitação Nº : 43/2014-PR)	244,40
PR	54/2014	20/05/2014	ATA83/2014	20/05/2014	EMBRIOSEMEN EQUIP. AGROPECUARIOS LTDA - ME	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS, DESTINADOS AO PROGRAMA DE APOIO A BACIA LEITEIRA E MELHORAMENTO GENÉTICO DO REBANHO BOVINO ATENDIDO PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA, CONFORME REQUISICÃO INTERNA 094346. (Licitação Nº : 43/2014-PR)	905,00
PR	61/2014	27/05/2014	ATA85/2014	27/05/2014	VDF COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA	AQUISIÇÃO DE 15.000 LITROS DE OLEO DIESEL S-10 DESTINADOS AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA CONFORME REQUISICÃO INTERNA NR 296. (Licitação Nº : 50/2014-PR)	42.000,00
PR	46/2014	06/06/2014	ATA95/2014	06/06/2014	RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERTO, MONTAGEM, TIP TOP E TROCA DE PNEUS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA CONFORME REQUISICÕES INTERNAS NR 3525 E 3526. (Licitação Nº : 35/2014-PR)	534,00
PR	46/2014	06/06/2014	ATA95/2014	06/06/2014	RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP	AQUISIÇÃO DE BICOS DE AR E CÂMARAS DE AR PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA CONFORME REQUISICÕES INTERNAS NR3525 E 3526. (Licitação Nº : 35/2014-PR)	141,00
PR	66/2014	06/06/2014	ATA89/2014	06/06/2014	COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	AQUISIÇÃO DE 65 RECARGAS DE TONER 285A, 15 RECARGAS DE TONER 5949A, 16 RECARGAS DE TONER 280A E 20 RECARGAS DE TONER 436A CONFORME REQUISICÃO NR 4871. (Licitação Nº : 54/2014-PR)	2.552,00
PR	60/2014	25/06/2014	ATA97/2014	25/06/2014	MINEROCHA CATARINENSE LTDA	LOCAÇÃO DE VIBROACABADORA DE ASFALTO COM ESTEIRA 120 HORAS DESTINADOS A RECAPEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DE VIAS CONFORME REQUISICÃO NR 3908. (Licitação Nº : 49/2014-PR)	30.000,00
PR	77/2014	26/06/2014	ATA98/2014	26/06/2014	MINEROCHA CATARINENSE LTDA	AQUISIÇÃO DE 1.040 TONELADAS DE PEDRA BRITA N1, 1410 TONELADAS DE PO DE PEDRA E 966 TONELADAS DE PEDRISCO DESTINADOS A RECAPEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DE VIAS CONFORME REQUISICÃO NR 3909. (Licitação Nº : 62/2014-PR)	131.514,00

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Janeiro

Licitação		Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado	
Mod.	Número	Data	Número				Data
PR	77/2014	26/06/2014	ATA98/2014	26/06/2014	MINEROCHA CATARINENSE LTDA	AQUISIÇÃO DE 970 TONELADAS DE PEDRA BRITA N1, 300 TONELADAS DE PEDRA BRITA N2, 960 TONELADAS DE PO DE PEDRA, 695 TONELADAS DE PEDRISCO, 496 TONELADAS DE PEDRA PULMÃO E 400 TONELADAS DE BRITA GRADUADA DESTINADOS A RECAPEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DE VIAS CONFORME REQUISICÃO NR 3907. (Licitação Nº : 62/2014-PR)	140.109,00
PR	77/2014	26/06/2014	ATA98/2014	26/06/2014	MINEROCHA CATARINENSE LTDA	AQUISIÇÃO DE 704 TONELADAS DE PEDRA BRITA N1, 305 TONELADAS DE PEDRA BRITA N2, 1000 TONELADAS DE PO DE PEDRA, 600 TONELADAS DE PEDRA PULMÃO E 990 TONELADAS DE BRITA GRADUADA DESTINADOS A RECAPEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DE VIAS CONFORME REQUISICÃO NR 3910. (Licitação Nº : 62/2014-PR)	130.049,00
PR	77/2014	26/06/2014	ATA98/2014	26/06/2014	MINEROCHA CATARINENSE LTDA	AQUISIÇÃO DE 506 TONELADAS DE PEDRA BRITA N1, 800 TONELADAS DE PO DE PEDRA E 400 TONELADAS DE BRITA GRADUADA DESTINADOS A RECAPEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DE VIAS CONFORME REQUISICÃO NR 3911. (Licitação Nº : 62/2014-PR)	65.016,00
PR	74/2014	11/07/2014	ATA103/2014	11/07/2014	UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA CONFORME REQUISICÕES INTERNAS NR 3531, 3532, 3533 E 3534. (Licitação Nº : 59/2014-PR)	26.827,60
PR	74/2014	11/07/2014	ATA103/2014	11/07/2014	UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS DESTINADAS A MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA CONFORME REQUISICÕES NR 3531,3532,3533 E 3534, (Licitação Nº : 59/2014-PR)	3.126,70
PR	69/2014	14/07/2014	ATA104/2014	14/07/2014	ANILDO ANTUNES - ME	AQUISIÇÃO DE 30 JALECOS DESTINADOS A SERVIDORES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, CONFORME REQUISICÃO INTERNA 094341. (Licitação Nº : 63/2014-PR)	860,40
PR	69/2014	14/07/2014	ATA105/2014	14/07/2014	BRAGHINI IND. E COM. DE CONFECÇÕES LTDA - ME	AQUISIÇÃO DE 30 CALÇAS E 10 MACACÕES DESTINADOS A SERVIDORES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, CONFORME REQUISICÃO INTERNA 094340. (Licitação Nº : 63/2014-PR)	1.540,00
PR	69/2014	14/07/2014	ATA109/2014	14/07/2014	FS IND. E COM. DE UNIFORMES LTDA	AQUISIÇÃO DE 30 CAMISETAS MANGA CURTA DESTINADAS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, CONFORME REQUISICÃO INTERNA 094343. (Licitação Nº : 63/2014-PR)	450,00

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Janeiro

Licitação			Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado
Mod.	Número	Data	Número	Data			
PR	69/2014	14/07/2014	ATA107/2014	14/07/2014	CENTRAL DOS UNIFORMES LTDA - ME	AQUISIÇÃO DE 30 CAMISETAS DESTINADAS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA 094342. (Licitação Nº : 63/2014-PR)	540,00
PR	96/2014	14/08/2014	Ata112	14/08/2014	SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	SERVIÇOS TÉCNICOS DE INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO EM COMPUTADOR DA SECRETARIA DA FAZENDA CONFORME REQUISIÇÃO NR 1466. (Licitação Nº : 69/2014-PR)	160,00
PR	96/2014	14/08/2014	Ata112	14/08/2014	SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE CPU DA PROCURADORIA CONFORME REQUISIÇÃO Nº : 79663. (Licitação Nº : 69/2014-PR)	81,90
PR	96/2014	14/08/2014	Ata112	14/08/2014	SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	SERVIÇOS TÉCNICOS DE INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO DE CPU DA PROCURADORIA CONFORME REQUISIÇÃO NR 79663. (Licitação Nº : 69/2014-PR)	80,00
PR	96/2014	14/08/2014	Ata112	14/08/2014	SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	SERVIÇOS TÉCNICOS DE INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO EM COMPUTADOR DO PROCON CONFORME REQUISIÇÃO NR 52188. (Licitação Nº : 69/2014-PR)	100,00
PR	95/2014	18/08/2014	ATA114/2014	18/08/2014	REUNIDAS TURISMO SA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS COM VEICULO DE 15 LUGARES DE CAÇADOR-SC A ITAPEMA-SC PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA NR 8014. (Licitação Nº : 68/2014-PR)	1.680,00
PR	97/2014	18/08/2014	ATA116/2014	18/08/2014	CLINICA DR. BRIDI LTDA	PERÍCIA MEDICA PARA A SERVIDORA JOSEFA FERREIRA DE AGOSTINHO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA NR 2693. (Licitação Nº : 70/2014-PR)	1.182,06
PR	104/2014	28/08/2014	ATA118/2014	28/08/2014	S.C COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME	AQUISIÇÃO DE 3 PLACAS PARA OBRA CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA NR 5628. (Licitação Nº : 74/2014-PR)	684,00
PR	104/2014	28/08/2014	ATA117/2014	28/08/2014	EVALDO MARTIN SCHULZE-ME(NOVA ERA - COMUNICAÇÃO	CONFECÇÃO DE 1 BANNER EM LONA VINÍLICA MEDINDO 1,50M X 2,00M PARA EVENTO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO NO PARQUE DE EXPOSIÇÃO NO DIA 15/02/2015 CONFORME REQUISIÇÃO NR 8028. (Licitação Nº : 74/2014-PR)	78,00
PR	104/2014	28/08/2014	ATA118/2014	28/08/2014	S.C COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME	PLOTAGEM DE 2 VEICULOS PALCAS: MJK-6707 E MHI-3386 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA NR 8013. (Licitação Nº : 74/2014-PR)	800,00
PR	121/2014	29/10/2014	Ata 130/2014	29/10/2014	LIDER INFORMATICA	LOCAÇÃO DE MÁQUINAS FOTOCOPIADORAS EM REGIME DE COMODATO, 3853 CÓPIAS CONFORME REQUISIÇÃO NR 5627. (Licitação Nº : 83/2014-PR)	115,59

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Janeiro

Licitação			Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado
Mod.	Número	Data	Número	Data			
PR	124/2014	29/10/2014	Ata 129/2014	29/10/2014	ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO NO GABINETE DO PREFEITO CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA NR 5611. (Licitação Nº : 85/2014-PR)	202,60
PR	124/2014	29/10/2014	Ata 129/2014	29/10/2014	ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA NO GABINETE DO PREFEITO CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA NR 5611. (Licitação Nº : 85/2014-PR)	292,00
PR	130/2014	01/12/2014	ATA 134/2014	01/12/2014	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	AQUISIÇÃO DE 15.000 JOGOS DE NOTAS FISCAIS DE PRODUTOR RURAL E 1.500 CAPAS PARA BLOCO DE NOTAS DE PRODUTOR RURAL CONFORME REQUISIÇÃO NR 91699. (Licitação Nº : 89/2014-PR)	5.883,00
PR	130/2014	01/12/2014	ATA 135/2014	01/12/2014	GRÁFICA E EDITORA LÍDER LTDA - EPP	CONFECÇÃO DE 600 CARTÕES DE VISITA DESTINADO AO PREFEITO E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, CONFORME REQUISIÇÃO INTERNA 004448. (Licitação Nº : 89/2014-PR)	72,00
PR	122/2014	05/12/2014	ATA137/2014	05/12/2014	CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMAS NO CMEI SONHO ENCANTADO CONFORME REQUISIÇÃO NR 8026. (Licitação Nº : 84/2014-PR)	108,31
PR	122/2014	05/12/2014	ATA138/2014	05/12/2014	UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMAS NO CMEI SONHO ENCANTADO CONFORME REQUISIÇÃO NR 8026. (Licitação Nº : 84/2014-PR)	1.443,27
PR	122/2014	05/12/2014	ATA136/2014	05/12/2014	ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMAS NO CMEI SONHO ENCANTADO CONFORME REQUISIÇÃO NR 8026. (Licitação Nº : 84/2014-PR)	27,74
PR	122/2014	05/12/2014	ATA137/2014	05/12/2014	CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS CONFORME REQUISIÇÃO NR 8020. (Licitação Nº : 84/2014-PR)	305,31
PR	122/2014	05/12/2014	ATA136/2014	05/12/2014	ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS CONFORME REQUISIÇÃO NR 8018. (Licitação Nº : 84/2014-PR)	28,59
PR	122/2014	05/12/2014	ATA138/2014	05/12/2014	UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	AQUISIÇÃO DE 1 CAIXA DE AGUA DE 1000 LITROS DESTINADA A EMEB RODOLFO NICKEL CONFORME REQUISIÇÃO NR 8019. (Licitação Nº : 84/2014-PR)	340,44
PR	122/2014	05/12/2014	ATA138/2014	05/12/2014	UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	AQUISIÇÃO DE 240M2 DE CERAMICA, 65 SACOS DE ARGAMASSA E 40 KG DE REJUNTE PARA REFORMA DE PISO NA EMEB PIERINA SANTIN PERRET CONFORME REQUISIÇÃO NR 8015. (Licitação Nº : 84/2014-PR)	4.323,91

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Rol de Licitações, de Justificativas de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, e/ou Contratos - Anexo TC 09

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Janeiro

Licitação		Contrato		Adjudicatário	Objeto	Valor adjudicado ou contratado
Mod.	Número	Data	Número			
PR	122/2014	05/12/2014	ATA137/2014	CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS CONFORME REQUISICÃO NR 8017. (Licitação Nº : 84/2014-PR)	183,17

Camboriú

PREFEITURA

ANULAÇÃO CC 001/2015 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU
ANULAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 001/2015-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº. 009/2015 cujo objeto é: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, SINALIZAÇÃO E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA RIO AMAZONAS, TRECHO III: ESTACA 24+10,00M PP A ESTACA 150+00PF, BAIRRO RIO PEQUENO, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO BÁSICO E SEUS ELEMENTOS CONSISTENTES EM ANEXO - CONTRATO BADESC, como segue: "RESOLVE ANULAR CONFORME ART. 49 CAPUT DA LEI 8.666/1993 E ALTERAÇÕES".

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 29 de Março de 2015.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015 - FUNDESB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 006/2015 - FUNDESB - Ata do Sistema de Registro de Preços 007/2015 - FUNDESB - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL (GALERIA) PARA SER APLICADO EM REDES PLUVIAIS E CÔRREGOS EM TODO O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 27/03/2016
1ª Publicação.

DECRETO N.º 2.017/2015

DECRETO N.º 2.017/2015

Autoriza uso de bem público municipal para a instalação de indústria, aplicando-se a Lei n.º 961/1993 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei Municipal n.º 961 de 29 de março de 1993 e;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela Empresa BOLDA METAL COMÉRCIO DE FERRAGENS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.069.593/0001-69, que requer a revogação do Decreto n.º 1.645/2013, devolvendo a posse da área 38 do Distrito Industrial ao Município de Camboriú;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela Empresa MM INDÚSTRIA DE PRÉ-MOLDADOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 79.521.381/0001-04, que solicita nova área de terras de propriedade do Município para abrigar suas instalações físicas e, por conseguinte, para dar continuidade e ampliar as suas atividades;

CONSIDERANDO a Ata da Reunião da Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, de 28 de agosto de 2014, que analisou a documentação da Empresa MM INDÚSTRIA DE PRÉ-MOLDADOS LTDA EPP e emitiu parecer favorável referente à autorização do uso de bem público, indicando uma área para a instalação desta;

CONSIDERANDO a razoabilidade no deferimento do benefício solicitado e estando presente o interesse público, diante da possibilidade de retorno em desenvolvimento socioeconômico ao Município, especialmente aumento de arrecadação e de empregos diretos e indiretos;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida a Empresa MM INDÚSTRIA DE PRÉ-MOLDADOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 79.521.381/0001-04, para instalação e início de suas atividades, autorização de uso do imóvel de propriedade do Município, adiante descrito:

I - uma área localizada no Distrito Industrial, com área total de 1.503,00 m², representada pela ÁREA 38, com as seguintes medidas e confrontações: faz frente ao LESTE com a Rua dos Trabalhadores, onde mede 36,00 metros; fundos ao OESTE com a Área 37, onde mede 36,00 metros; estrema ao NORTE com a Área 40, onde mede 41,75 metros; estrema ao SUL com a Área 36, onde mede 41,75 metros.

Art. 2º A autorização de uso da área descrita no artigo 1º será por período indeterminado, podendo converter-se em doação definitiva após 05 (cinco) anos de atividade da empresa, demonstrada a solidez do empreendimento, nos termos da Carta Consulta apresentada pela empresa beneficiada, bem como em razão de avaliação a ser realizada pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú - CIC, após o decurso do referido prazo, que levará em conta:

I - disposição que vincule o imóvel à finalidade industrial proposta;
II - obediência aos prazos para início e término da construção e funcionamento do empreendimento;
III - atendimento ao número mínimo de empregos que serão criados conforme promessa na Carta Consulta.

Art. 3º Se a empresa beneficiada com a autorização de uso não se instalar na forma requerida no prazo de 12 (doze) meses, com a possibilidade de prorrogação por igual período, caso exista interesse do Município, ou ainda, cessar suas atividades, perderá todos os benefícios concedidos, inclusive a utilização do imóvel de propriedade do Município.

Parágrafo único. Decorrido o prazo previsto no caput deste artigo, caso a empresa beneficiada não cumpra as exigências previstas neste decreto e/ou estiver ocupando o imóvel para outros fins não previstos na Carta Consulta, será estipulado pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, para efeito de indenização e por meio do devido processo legal, um valor mensal a título de aluguel até o cumprimento das disposições da Carta Consulta ou até que o imóvel seja revertido e reincorporado ao Município.

Art. 4º Se a empresa perder os benefícios concedidos ou cessar suas atividades não terá direito a qualquer indenização por parte da municipalidade, resguardada a possibilidade de retirada de

todos os bens móveis e imóveis existente sobre a área compreendida pela respectiva autorização de uso.

Art. 5º Fica facultado à Diretoria do Centro Industrial de Camboriú realizar inspeções de avaliação, a qualquer tempo, destinadas ao levantamento das atividades que estão sendo desenvolvidas.

Art. 6º A empresa beneficiada com a autorização de uso estará isenta do pagamento de IPTU, referente ao imóvel descrito no artigo 1º, pelo período de 05 (cinco) anos, contados da publicação do presente Decreto.

Art. 7º Todas as obras de infraestrutura realizadas na área prevista neste Decreto serão de inteira responsabilidade da empresa, sem ônus para o Município, de modo que esta deverá obedecer as leis municipais de ordenamento territorial.

Parágrafo único. A empresa beneficiada fica responsável por dotar-se da infraestrutura adequada, sendo sua responsabilidade a instalação de:

I - abastecimento de água;

II - rede de distribuição de energia elétrica;

III - rede telefônica;

IV - sistema de escoamento de água pluviais;

V - vias de circulação no torno do seu imóvel em condições de tráfego permanente, obedecendo ao determinado para o local quanto às medidas de ruas e calçadas;

VI - limpeza e preparação do terreno para a instalação de sua planta industrial.

Art. 8º Fica revogado o Decreto Municipal n.º 1.645/2013.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 25 de março de 2015.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 2.018/2015

DECRETO N.º 2.018/2015

Fica revogado o Decreto 1.815 de 06 de março de 2014.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 79, VII, da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei n.º 961 de 29 de março de 1993;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto 1.815 de 06 de março de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 25 de março de 2015.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 2.019/2015

DECRETO N.º 2.019/2015

Fica alterado o Decreto Municipal n.º 1.651, de 03 de junho de 2013.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil, pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela Empresa ERELI MAFRA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.038.775/0001-32, que requer a revogação do Decreto n.º 1.644/2013, devolvendo a posse da área 37 do Distrito Industrial ao Município de Camboriú; CONSIDERANDO o requerimento formulado pela Empresa RF COMÉRCIO DE MÁRMORES E GRANITOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.460.674/0001-43, que solicita nova área de terras de propriedade do Município para abrigar suas instalações físicas e, por conseguinte, para dar início de suas atividades;

CONSIDERANDO a Ata da Reunião da Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, de 08 de dezembro de 2014, que analisou a documentação da Empresa RF COMÉRCIO DE MÁRMORES E GRANITOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.460.674/0001-43, e emitiu parecer favorável referente à troca da área concedida, indicando que se altere o inciso I, do artigo 1º do Decreto n.º 1.651/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso I do artigo 1º do Decreto Municipal n.º 1.651/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º (...)

I - uma área localizada no Distrito Industrial, com área total de 1.503,00 m2, representada pela ÁREA 37, com as seguintes medidas e confrontações: faz frente ao OESTE com a Avenida dos Empresários, onde mede 36,00 metros; fundos ao LESTE com a Área 38, onde mede 36,00 metros; estrema ao NORTE com a Área 39, onde mede 41,75 metros; estrema ao SUL com a Área 35, onde mede 41,75 metros.

Art. 2º Fica revogado o Decreto Municipal n.º 1.644/2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 25 de março de 2015.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 2.020/2015

DECRETO N.º 2.020/2015

Autoriza uso de bem público municipal para a instalação de indústria, aplicando-se a Lei n.º 961/1993 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei Municipal n.º 961 de 29 de março de 1993 e;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela Empresa DECORTEC TINTAS LTDA. EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.473.089/0001-67, que solicita nova área de terras de propriedade do Município para abrigar suas instalações físicas e, por conseguinte, para dar continuidade e ampliar as suas atividades;

CONSIDERANDO a Ata da Reunião da Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, de 08 de dezembro de 2014, que analisou a documentação da Empresa DECORTEC TINTAS LTDA. EPP e emitiu parecer favorável referente a autorização do uso de bem público, indicando uma área para a instalação desta;

CONSIDERANDO a razoabilidade no deferimento do benefício solicitado e estando presente o interesse público, diante da possibilidade de retorno em desenvolvimento socioeconômico ao Município, especialmente aumento de arrecadação e de empregos diretos e indiretos;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida a Empresa DECORTEC TINTAS LTDA. EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.473.089/0001-67, para instalação e continuidade de suas atividades, autorização de uso do imóvel de propriedade do Município, adiante descrito:

I - uma área localizada no Distrito Industrial, com área total de 1.503,00 m2, representada pela ÁREA 33, com as seguintes medidas e confrontações: faz frente ao OESTE com a Avenida dos Empresários, onde mede 36,00 metros; fundos ao LESTE com a Área 34, onde mede 36,00 metros; estrema ao NORTE com a Área 35, onde mede 41,75 metros; estrema ao SUL com a Área 29/31, onde mede 41,75 metros.

Art. 2º A autorização de uso da área descrita no artigo 1º será por período indeterminado, podendo converter-se em doação definitiva após 05 (cinco) anos de atividade da empresa, demonstrada a solidez do empreendimento, nos termos da Carta Consulta apresentada pela empresa beneficiada, bem como em razão de avaliação a ser realizada pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú - CIC, após o decurso do referido prazo, que levará em conta:

I - disposição que vincule o imóvel à finalidade industrial proposta;

II - obediência aos prazos para início e término da construção e funcionamento do empreendimento;

III - atendimento ao número mínimo de empregos que serão criados conforme promessa na Carta Consulta.

Art. 3º Se a empresa beneficiada com a autorização de uso não se instalar na forma requerida no prazo de 12 (doze) meses, com a possibilidade de prorrogação por igual período, caso exista interesse do Município, ou ainda, cessar suas atividades, perderá todos os benefícios concedidos, inclusive a utilização do imóvel de propriedade do Município.

Parágrafo único. Decorrido o prazo previsto no caput deste artigo, caso a empresa beneficiada não cumpra as exigências previstas neste decreto e/ou estiver ocupando o imóvel para outros fins não previstos na Carta Consulta, será estipulado pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, para efeito de indenização e por meio do devido processo legal, um valor mensal a título de aluguel até o cumprimento das disposições da Carta Consulta ou até que o imóvel seja revertido e reincorporado ao Município.

Art. 4º Se a empresa perder os benefícios concedidos ou cessar suas atividades não terá direito a qualquer indenização por parte da municipalidade, resguardada a possibilidade de retirada de todos os bens móveis e imóveis existente sobre a área compreendida pela respectiva autorização de uso.

Art. 5º Fica facultado à Diretoria do Centro Industrial de Camboriú realizar inspeções de avaliação, a qualquer tempo, destinadas ao levantamento das atividades que estão sendo desenvolvidas.

Art. 6º A empresa beneficiada com a autorização de uso estará isenta do pagamento de IPTU, referente ao imóvel descrito no artigo 1º, pelo período de 05 (cinco) anos, contados da publicação do presente Decreto.

Art. 7º Todas as obras de infraestrutura realizadas na área prevista neste Decreto serão de inteira responsabilidade da empresa, sem ônus para o Município, de modo que esta deverá obedecer as leis municipais de ordenamento territorial.

Parágrafo único. A empresa beneficiada fica responsável por dotar-se da infraestrutura adequada, sendo sua responsabilidade a instalação de:

I - abastecimento de água;

II - rede de distribuição de energia elétrica;

III - rede telefônica;

IV - sistema de escoamento de água pluviais;

V - vias de circulação no torno do seu imóvel em condições de tráfego permanente, obedecendo ao determinado para o local quanto às medidas de ruas e calçadas;

VI - limpeza e preparação do terreno para a instalação de sua planta industrial.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 25 de março de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 2.021/2015

DECRETO N.º 2.021/2015

Fica alterado o Decreto Municipal n.º 1.767, de 10 de dezembro de 2013.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil, pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela Empresa ANA AREAIS, ARGAMASSA E SERVIÇOS LTDA. - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.135.224/0002-94, que solicita novas áreas de terras de propriedade do Município para abrigar suas instalações físicas e, por conseguinte, ampliar e dar continuidade de suas atividades;

CONSIDERANDO a Ata da Reunião da Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, de 08 de dezembro de 2014, que analisou a documentação da Empresa ANA AREAIS, ARGAMASSA E SERVIÇOS LTDA. - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.135.224/0002-94, e emitiu parecer favorável referente à ampliação da área concedida,

indicando que se altere o inciso I, do artigo 1º do Decreto n.º 1.767/2013;

CONSIDERANDO a razoabilidade no deferimento do benefício solicitado e estando presente o interesse público, diante da possibilidade de retorno em desenvolvimento socioeconômico ao Município, especialmente aumento de arrecadação e de empregos diretos e indiretos;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso I do artigo 1º do Decreto Municipal n.º 1.767/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º (...)

I - uma área localizada no Distrito Industrial, com área total de 8.439,89 m2, representada pelas ÁREAS 45/48/49/50, com as seguintes medidas e confrontações: faz frente ao NORTE com as áreas 46 e 47, onde mede 136,61 metros; estrema ao SUL com as áreas 25 e 26, onde mede 63,00 metros; estrema ao LESTE com a Avenida dos Empresários, onde mede 30,00 metros; estrema ao OESTE com a Rua José Francisco Bernardes, Servidão Projetada e área 51, onde mede 47,91 metros, segue com 29,86 metros e termina com 42,50 metros.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 25 de março de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

LEI COMPLEMENTAR N.º 077/2015

LEI COMPLEMENTAR N.º 077/2015

Altera dispositivos da Lei Complementar Municipal n.º 38/12 de 02 de janeiro de 2012 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterada a terminologia "o motorista que ficar à disposição da presidência da Câmara, perceberá uma gratificação de 30% (trinta por cento) do seu vencimento" no artigo 15-A da Lei Complementar n.º 38/2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15-A (...)

"(...) o motorista que ficar à disposição da presidência da Câmara, perceberá uma gratificação de 45% (quarenta e cinco por cento) do seu vencimento (...)"

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 27 de março de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

LEI N.º 2.790/2015

LEI N.º 2.790/2015

Dispõe sobre a autorização de repasse de recursos financeiros ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camboriú e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a repassar recursos financeiros ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camboriú, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.550.558/0001-78, com sede na Rua José Francisco Bernardes, n.º 144, Centro, Camboriú/SC, no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 2º O repasse de recursos financeiros previsto no artigo 1º desta Lei será destinado ao custeio das despesas com a realização da exposição agrícola junto ao evento Exporural Camboriú, que ocorrerá entre os dias 10 a 12 de abril de 2015, com a finalidade de comemorar o aniversário do Município de Camboriú.

Art. 3º O valor autorizado no artigo 1º desta Lei é proveniente de dotação orçamentária pertencente ao orçamento vigente do Município de Camboriú.

Art. 4º O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camboriú deverá prestar contas das despesas realizadas com os valores aprovados por meio da presente Lei no prazo máximo de 40 (quarenta) dias, a contar da data de recebimento do recurso.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC

Em, 27 de março de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

LEI N.º 2.791/2015

LEI N.º 2.791/2015

Autoriza a Chefe do Poder Executivo Municipal a executar despesas com o XXXIII Congresso Internacional de Missões - Gideões Missionários da Última Hora.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a custear as despesas de infra-estrutura de apoio para realização do evento "XXXIII Congresso Internacional de Missões - Gideões Missionários da Última Hora", que será realizado neste Município, no período de 25 de abril a 04 de maio de 2015.

Art. 2º Os recursos referidos no artigo 1º desta Lei correrão por conta de dotação pertencente à Prefeitura Municipal de Camboriú - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Projeto/Atividade 2.017/78 - Manutenção dos Eventos Turísticos e de Lazer do Município, no montante de até R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 27 de março de 2015.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

LEI N.º 2.792/2015

LEI N.º 2.792/2015

Altera a Lei Municipal n.º 1460 de 31 de dezembro de 2001 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a redação do artigo 1º da Lei Municipal n.º 1.460/01, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica denominada de: "Rua Francisco Ramiro Matias", a rua situada na localidade do Morretes, registrada na Secretaria do Planejamento como Estrada Rural "A" devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Finanças sob o código 6402, na Cidade de Camboriú.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 27 de março de 2015.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

PR 13/15 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2015-FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONFEÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO IMPRESSO, PARA SER UTILIZADOS NOS ATENDIMENTOS DOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 16:00 horas do dia 13 (Treze) de Abril de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 27 de Março de 2015.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

PR 24/2015 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 024/2015-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CONDIONADOR DE AR E CLIMATIZADORES COM MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAL, INCLUINDO INSTALAÇÃO E PLANTÃO TÉCNICO, PARA CLIMATIZAÇÃO, DESTINADO A EVENTOS REALIZADOS PELO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ NO GINÁSIO DE ESPORTES DO CENTRO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 16:00 horas do dia 16 (Dezesseis) de Abril de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 27 de Março de 2015.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

RESUMO DE CONTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 037/2013

RESUMO DE CONTRATO

ADITIVOS

FUNDESB

Terceiro termo aditivo

Contrato nº 037/2013

Processo: Carta Convite Nº. 018/2013

Contratado: PREMIER ENGENHARIA E CONSULTORIA SS LTDA

Data: 09/12/2014

Objeto: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem prorrogar o prazo por mais 120 dias, vigorando de 26 de dezembro de 2014 até 24 de abril de 2015, em virtude do item final "ASSESSORAMENTO TÉCNICO EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS LICITATÓRIOS QUE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA VENHA A DESENVOLVER PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS SANITÁRIOS" que encontrar-se em andamento, conforme solicitação e justificativa em anexo.

MARCIO DA ROSA
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

RESUMO DE RESCISÃO CONTRATUAL Nº 011/2015 E 016/2015RESUMO DE CONTRATO
RESCISÃO CONTRATUAL

PMC

Termo de Rescisão ao
Contrato nº 011/2015
Processo: Concorrência Pública Nº 001/2015
Empresa: A J POTTER & CIA LTDA
Data: 27/03/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, SINALIZAÇÃO E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA RIO AMAZONAS, TRECHO III: ESTACA 24+10,00M PP A ESTACA 150+00PF, BAIRRO RIO PEQUENO, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO BÁSICO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO - CONTRATO BADESC.

Distrato: As partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, e resolvem, de comum acordo e de livre e espontânea vontade rescindi-lo nesta data, com base no artigo 49 da Lei 8666/93, razão pela qual dão as partes mútua quitação, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

Termo de Rescisão ao
Contrato nº 016/2015
Processo: Concorrência Pública Nº 001/2015
Empresa: VOGELSANGER PAVIMENTAÇÃO LTDA
Data: 27/03/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, SINALIZAÇÃO E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA RIO AMAZONAS, TRECHO III: ESTACA 24+10,00M PP A ESTACA 150+00PF, BAIRRO RIO PEQUENO, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO BÁSICO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO - CONTRATO BADESC.

Distrato: As partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, e resolvem, de comum acordo e de livre e espontânea vontade rescindi-lo nesta data, com base no artigo 49 da Lei 8666/93, razão pela qual dão as partes mútua quitação, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

MARCIO DA ROSA
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE ERRATA 004/2015- EDITAL DE CHAMAMENTO 001/2015 DO CONCURSO PUBLICO 025/2013

TERMO DE ERRATA 004/2015__

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar que o edital do Edital de Chamamento nº 001/2015 do CONCURSO PUBLICO 025/2013 PUBLICADO EM 20/03/2015 no site da Prefeitura Municipal de Camboriú e no Site DOM/SC, erro de digitação:

Onde se lê:

CARGO: SUPERVISOR EDUCACIONAL

12.CLASSIFICADO	KASSIA PEREIRA DE BRITO
-----------------	-------------------------

-Leia-se

CARGO: SUPERVISOR EDUCACIONAL

18.CLASSIFICADO	EDENILTON DA SILVA MUNIZ
-----------------	--------------------------

Camboriú SC, 18 de Março de 2015
MÁRCIO DA ROSA
Secretário Municipal de Administração

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 67/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2015 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte e sete dias do mês de março de 2015, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual prestação de serviços de arbitragem para os eventos esportivos promovidos pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ: 12.937.137/0001-56, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 32/2015, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)
01	40	Serviço	Arbitragem para Campeonato Municipal de Futebol de Campo, Adulto, Masculino, 02 tempos de 45', com 01 árbitro, 02 bandeiras e 01 mesário	397,00
02	40	Serviço	Arbitragem para Campeonato Municipal de Futebol Suíço, Adulto, Masculino, 02 tempos de 20', com 01 árbitro e 01 mesário	115,00
03	40	Serviço	Arbitragem para Campeonato Municipal de Futsal, 02 tempos de 20' (17 corridos + 3 cronometrados), com 02 árbitros e 01 mesário	188,00
04	40	Serviço	Arbitragem para Campeonato Municipal de Futebol Suíço Veterano, Cat 35. 02 tempos de 20', com 01 árbitro e 01 mesário	115,00
05	40	Serviço	Arbitragem para Campeonato Municipal de Vôlei de Areia, Masculino e Feminino, 01 set até 21 pontos, com 01 árbitro e 01 mesário	115,00
06	40	Serviço	Arbitragem para Campeonato Municipal de Futebol de Areia, 02 tempos de 20' (17 corridos + 3 cronometrados), com 01 árbitro e 01 mesário	115,00
07	40	Serviço	Arbitragem para Campeonato Municipal de Interbairros de Futsal, 02 tempos de 20' (17 corridos + 3 cronometrados), com 02 árbitros e 01 mesário	188,00
08	40	Serviço	Arbitragem para Campeonato de Torcida de Futsal, 02 tempos de 20' (17 corridos + 3 cronometrados), com 02 árbitros e 01 mesário	188,00
09	40	Serviço	Arbitragem para Campeonato Municipal Torneio de Futsal da Ovelha, 02 tempos de 20' (17 corridos + 3 cronometrados), com 02 árbitros e 01 mesário	188,00
10	3	Serviço	Arbitragem para Campeonato Municipal de Futebol Suíço, Adulto, Masculino, 02 tempos de 25', com 01 árbitro e 01 mesário. (Jogos da semifinal e final).	115,00
11	3	Serviço	Arbitragem para Campeonato Municipal de Futebol Suíço Veterano, Cat 35. 02 tempos de 25', com 01 árbitro e 01 mesário. (Jogos da semifinal e final).	115,00
12	3	Serviço	Arbitragem para Campeonato Municipal de Interbairros de Futsal, 02 tempos de 15' cronometrados, com 02 árbitros e 01 mesário. (Jogos da semifinal e final).	188,00
13	3	Serviço	Arbitragem para Campeonato de Torcida de Futsal, 02 tempos de 15' cronometrados, com 02 árbitros e 01 mesário. (Jogos da semifinal e final).	188,00
14	3	Serviço	Arbitragem para Campeonato Municipal Torneio de Futsal da Ovelha, 02 tempos de 15' cronometrados, com 02 árbitros e 01 mesário. (Jogos da semifinal e final).	188,00

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafo, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA
Representante legal

DECRETO Nº 8.929 DE 27 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.929 DE 27 DE MARÇO DE 2015

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 91; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo do Poder Executivo Municipal, a Servidora ocupante do cargo público e exercendo a função de Arquiteta, HELOISA CRISTINA FLORES, Matrícula Funcional nº 000784, Registro no Sistema sob nº 955412, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, declarando vacância no cargo público de Arquiteto, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 27 de Março de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
27 de Março de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.930 DE 27 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.930 DE 27 DE MARÇO DE 2015

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 088 de 15 de Março de 2012, em seu Artigo 69 Inciso I; Decreta:

Art.1º) Autorizar alteração da carga horária de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, ao Servidor Público Municipal ALAN CLVERSON DE LIMA, Registro no Sistema sob nº 955447, ocupante do cargo público de Professor II, exercendo a função de Professor da Educação Física, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02 de Março de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de Março de 2015.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
27 de Março de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.931 DE 27 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.931 DE 27 DE MARÇO DE 2015

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CMECA, DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.897, em seu Artigo 3º; Decreta:

Art.1º) Nomear os seguintes membros titulares e respectivos suplentes para comporem o Conselho Municipal de Educação - CMECA deste Município.

I) DOIS REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

a) Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Maira Joceli Pereira de Miranda;
Suplente: Taciana Amorim Cunha.

b) Secretaria Municipal de Finanças:
Titular: Francieli Nataly Munhoz;
Suplente: Adriana Aparecida Pykocz Ruzsack.

II) TRÊS REPRESENTANTES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL:

a) Educação Infantil:
Titular: Lucemar Schmansky Pasda;
Suplente: Taise Cubas Munhoz Dreveck.

b) Ensino Fundamental (anos iniciais):
Titular: Jeane Iensen Clemente;
Suplente: Erotides Urbanek.

c) Ensino Fundamental (anos finais):
Titular: Brigitte Sueli Van Den Akker Steuernagel;
Suplente: Luis Rogério de Vargas Valério.

III) UM REPRESENTANTE DOS DIRETORES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL:

Titular: Lílian Aparecida Peters;
Suplente: Ernani dos Santos.

IV) UM REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR:

Titular: Luiz Tadeu Valério Munhoz;
Suplente: Paula Rosiliane Cordeiro da Cruz Waldmann.

V) UM REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL:

Titular: Marco Aurélio Beckhauser;
Suplente: Mário César Deonízio.

GABINETE DO PREFEITO**VI) UM REPRESENTANTE DO SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL:**

Titular: Cristiane do Rocio Odia;
Suplente: Wanderléia Furtado Barabach.

VII) DOIS REPRESENTANTES DE PAIS OU RESPONSÁVEIS DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO:

a) Centros Municipais de Educação Infantil:
Titular: Carla Cristina Olescowitz da Conceição;
Suplente: Sonia Kruger Schiessl.

b) Escolas Municipais de Ensino Fundamental:
Titular: Luciane do Carmo Simões;
Suplente: Rosenilda Fuckner.

VIII) UM REPRESENTANTE DOS SERVIDORES TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS PARA ASSESSORIA TÉCNICA:

Titular: José Carlos Neneve Cordeiro;
Suplente: Elaine Martins.

Art.2º) A Diretoria do Conselho Municipal de Educação será composta pelos seguintes membros:

Presidente: BRIGITTE SUELI VAN DEN AKKER STEUERNAGEL.

Vice-Presidente: LUIZ TADEU VALÉRIO MUNHOZ.

VI) UM REPRESENTANTE DO SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL:

Titular: Cristiane do Rocio Odia;
Suplente: Wanderléia Furtado Barabach.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto nº 8.444 de 10 de Julho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
27 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito-

DECRETO Nº 8.932 DE 27 DE MARÇO DE 2015**GABINETE DO PREFEITO****DECRETO Nº 8.932 DE 27 DE MARÇO DE 2015**

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB, DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.898, em seu Artigo 3º; Decreta:

Art.1º) Nomear os seguintes membros titulares e respectivos suplentes para comporem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB deste Município.

I) DOIS REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:**a) Secretaria Municipal de Educação:**

Titular: Taciana Amorim Cunha;
Suplente: Lais Marion Steffen.

b) Secretaria Municipal de Finanças:

Titular: Luana Talita Rocha;
Suplente: Adriana Aparecida Pykocz Ruzsack.

II) UM REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS:

Titular: Bernadete Terezinha Schuta Odia;
Suplente: Jeane Iensen Clemente.

III) UM REPRESENTANTE DOS DIRETORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS:

Titular: Janete Dranka;
Suplente: Marilda Schadeck.

IV) UM REPRESENTANTE DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS:

Titular: José Carlos Neneve Cordeiro;
Suplente: Elaine Martins.

V) DOIS REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS SEM VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:

Titular: Rosilene Rocha de Lima Rebelo;
Suplente: Carla Cristina Olescowitz da Conceição;
Titular: Maricléia S. de A. Moreira;
Suplente: Márcia Giseli B. Dalcampi.

VI) DOIS REPRESENTANTES DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA, UM DOS QUAIS INDICADO POR UMA ENTIDADE SECUNDARISTA:**GABINETE DO PREFEITO**

Titular: Sabrina Pasda;
Suplente: Alessandro Behling;
Titular: Juliana Lemos;
Suplente: Emerson Milcevsky.

VII) UM REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO SEM VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:

Titular: Luiz Tadeu Valério Munhoz;
Suplente: Paula Roseliane Cordeiro da Cruz Waldmann.

VIII) UM REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR:

Titular: Luciana de Fátima Alves Ferreira Rodrigues;
Suplente: Rosilene Idalêncio.

IX) DOIS REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, SEM VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

Titular: Anídia Stolf;
Suplente: Ivo Kestering;
Titular: Crista Ruth Pfeiffer Larsen;
Suplente: Daniel Reichert.

Art.2º) A Diretoria do Conselho Municipal de Educação será composta dos seguintes membros:

Presidente: LUIZ TADEU VALÉRIO MUNHOZ.

Vice-Presidente: ANÍDIA STOLF.
Secretária: JANETE DRANKA.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 8.510 de 18 de Agosto de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
27 de Março de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretário Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.845 DE 27 DE MARÇO DE 20155

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.845 DE 27 DE ABRIL DE 2015
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública, RITA ZEOTKO SCHOLZE, Matrícula Funcional nº 000579, Registro no Sistema sob nº 954768, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Administrativo III, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 30 de Março de 2015 á 28 de Abril de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
27 de Março de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

DECRETO Nº. 7.268/15 DE 26/03/2015 REVOGA PROCESSO LICITATÓRIO QUE MENCIONA

DECRETO Nº7268 /2015 DE 26/03/2015
REVOGA PROCESSO LICITATÓRIO QUE MENCIONA.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando que, após a publicação do edital de abertura do processo licitatório nº 40/2015, Pregão Presencial 14/2015 constatou-se a disponibilidade de pessoal do quadro de servidores do município para a prestação dos serviços que se pretendia contratar; e que, desse modo, era possível diminuir consideravelmente o custo da manutenção dos serviços;

Considerando que a administração deve sempre procurar observar os princípios da economicidade, eficiência e supremacia do interesse público;

Com amparo no artigo 49 da Lei 8.666/93, c/c art. 100, incisos VII - IX da Lei Orgânica;

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Processo Licitatório nº 40/2015, modalidade Pregão Presencial nº 14/2015 tornando-o nulo e sem efeitos.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 26 de março de 2015
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº. 02/2015 DE 25/03/2015 ALTERA REDAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 04/2009 DE 10/07/2009 QUE DISPÕE SOBRE OS PRINCÍPIOS DA POLÍTICA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E DO CONSELHO TUTELAR.

LEI COMPLEMENTAR Nº 02/2015 DE 25/03/2015
ALTERA REDAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 04/2009 DE 10/07/09 - QUE DISPOE SOBRE OS PRINCÍPIOS DA POLÍTICA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E DO CONSELHO TUTELAR

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. O caput do art. 18 da LC nº 04/09 passa a vigorar com a seguinte redação, revogando-se os §2º e §3º:

“Art. 18 - O Conselho tutelar será composto de cinco membros efetivos com mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução.”

Art. 2º. O Art. 26 da LC nº 04/09 e seus parágrafos passam a

vigorar com a seguinte redação:

Art. 26. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar observará as seguintes diretrizes:

I - Processo de escolha mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do município de Campos Novos, realizado em data unificada em todo território nacional, a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - candidatura individual, não sendo admitida a composição de chapas;

III - fiscalização pelo Ministério Público; e

IV - a posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§1º. Os 5 (cinco) candidatos mais votados serão nomeados e empossados pelo Chefe do Poder Executivo e os demais candidatos seguintes serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

§2º. O mandato será de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

§3º. O conselheiro tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente.

§4º. Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a antecedência de no mínimo 06 (seis) meses, publicar o edital do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, observadas as disposições contidas na Lei nº 8.069, de 1990, e na legislação local.

§5º. O edital do processo de escolha deverá prever, entre outras disposições:

a) o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do certame, de forma que o processo de escolha se inicie com no mínimo 6 (seis) meses antes do dia estabelecido para o certame;

b) a documentação a ser exigida dos candidatos, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos previstos no art. 133 da Lei nº 8.069, de 1990;

c) as regras de divulgação do processo de escolha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções previstas na lei de criação dos Conselhos Tutelares;

d) criação e composição de comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha; e

e) formação dos candidatos escolhidos como titulares e dos 5 (cinco) primeiros candidatos suplentes.

§6º. O Edital do processo de escolha para o Conselho Tutelar não poderá estabelecer outros requisitos além daqueles exigidos dos candidatos pela Lei nº 8.069, de 1990, e pela legislação local correlata.

§7º. A relação de condutas ilícitas e vedadas seguirá o disposto na legislação local com a aplicação de sanções de modo a evitar o abuso do poder político, econômico, religioso, institucional e dos meios de comunicação, dentre outros.

Art. 26-A. Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente conferir ampla publicidade ao processo de escolha dos membros para o Conselho Tutelar, mediante publicação de Edital de Convocação do pleito no diário oficial do Município, ou meio equivalente, afixação em locais de amplo acesso ao público, chamadas na rádio, jornais e outros meios de divulgação.

§1º. A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre as atribuições do Conselho Tutelar e sobre a importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e da juventude, conforme dispõe o art. 88, inciso VII, da Lei nº 8.069, de 1990.

§2º. Obter junto à Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas eletrônicas, bem como elaborar o software respectivo, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

§3º. Em caso de impossibilidade de obtenção de urnas eletrônicas, obter junto à Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento das listas de eleitores a fim de que votação seja feita manualmente.

Art. 26-B. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá delegar a condução do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar local a uma comissão especial, a qual deverá ser constituída por composição paritária entre conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, observados os mesmos impedimentos legais previstos no art. 14 desta Resolução.

§1º. A comissão, assim como as atribuições da comissão referida no caput deste artigo, devem constar na resolução regulamentadora do processo de escolha.

§2º. A comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha deverá analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação, candidatos que não atendam os requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios.

§3º. Diante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à comissão especial eleitoral:

I - notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa; e

II - realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências.

§4º. Das decisões da comissão especial eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

§5º. Esgotada a fase recursal, a comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

§6º. Cabe ainda à comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha:

I - realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

II - estimular e facilitar o encaminhamento de notificação de fatos que constituam violação das regras de divulgação do processo de escolha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

III - analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

IV - providenciar a confecção das cédulas, conforme modelo a ser aprovado;

V - escolher e divulgar os locais do processo de escolha;

VI - selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como, seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha, na forma da resolução

regulamentadora do pleito;

VII - solicitar, junto ao comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal local, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais do processo de escolha e apuração;

VIII - divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial do processo de escolha; e

IX - resolver os casos omissos.

§7º. O Ministério Público será notificado, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, e todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

Art. 26-C. Os Conselheiros Tutelares (titular e suplente), antes de sua posse, obrigatoriamente, participarão de curso de formação e capacitação específico para o exercício da função.

Art. 3º. O art. 28 da LC nº 04/09 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 28. Estão impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do caput ao conselheiro tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca estadual ou do Distrito Federal.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 25 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 705/15

PORTARIA Nº 705/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARCIA APARECIDA BERLANDA MELO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, MARCIA APARECIDA BERLANDA MELO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 721/15

PORTARIA Nº 721/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARILISA GANZALA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, MARILISA GANZALA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 723/15

PORTARIA Nº 723/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARILUCI RAMOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente;

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, MARILUCI RAMOS para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 729/15

PORTARIA Nº 729/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIZETE DE FATIMA BECKER TOIGO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, MARIZETE DE FATIMA BECKER TOIGO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 904/15

PORTARIA Nº 904/15 de 23/03/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FRANCIELLI DE OLIVEIRA KUNEN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, FRANCIELLI DE OLIVEIRA KUNEN para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de março de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de março de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº109/15

PORTARIA Nº 109/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANTONIO CHIOCHETTA NETO

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ANTONIO CHIOCHETTA NETO referente ao período aquisitivo de 11/01/2014 a 11/01/2015 a serem gozadas no período de 12/01/15 a 05/02/2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº113/15

PORTARIA Nº 113/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) SANTO MARIA DA SILVA

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) SANTO MARIA DA SILVA referente ao período aquisitivo de 17/02/2013 a 16/02/2014 a serem gozadas no período de 22/12/2014 a 20/01/2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº114/15

PORTARIA Nº 114/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) SIMONE FAVARO

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) SIMONE FAVARO referente ao período aquisitivo de 08/03/2013 a 07/05/2013 a serem gozadas no período de 04/02/2014 a 23/02/2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº115/15

PORTARIA Nº 115/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) SIRLEI MARIA DA SILVA FAEDO

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) SIRLEI MARIA DA SILVA FAEDO referente ao período aquisitivo de 01/01/2014 a 31/12/2014 a serem gozadas no período de 22/12/2014 a 20/01/2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº116/15

PORTARIA Nº 116/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) TEREZINHA ROVANE FAGUNDES DE PAULA

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) TEREZINHA ROVANI FAGUNDES DE PAULA referente ao período aquisitivo de 17/01/2013 a 16/01/2014 a serem gozadas no período de 20/01/2015 a 19/02/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº117/15

PORTARIA Nº 117/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) WILTON FAGUNDES

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) WILTON FAGUNDES referente ao período aquisitivo de 05/01/2012 a 04/01/2013 a serem gozadas no período de 22/12/2014 a 20/01/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº118/15

PORTARIA Nº 118/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ADAIR JOSE SPIASSI

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ADAIR JOSE SPIASSI referente ao período aquisitivo de 21/03/2013 a 20/03/2014 a serem gozadas no período de 22/12/2014 a 21/01/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº119/15

PORTARIA Nº 119/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) AILTON NUNES DORNELLES

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) AILTON NUNES DORNELLES referente ao período aquisitivo de 20/04/2013 a 19/04/2014 a serem gozadas no período de 22/12/2014 a 21/01/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº120/15

PORTARIA Nº 120/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) AMAZONAS CORDEIRO DE CAMPOS

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) AMAZONAS CORDEIRO DE CAMPOS referente ao período aquisitivo de 23/06/2013 a 22/06/2014 a serem gozadas no período de 22/12/2014 a 21/01/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº121/15

PORTARIA Nº 121/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANA CAROLINA V. MATTE

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ANA CAROLINA V. MATTE referente ao período aquisitivo de 01/03/13 a 28/02/14 a serem gozadas no período de 18/12/14 a 17/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº122/15

PORTARIA Nº 122/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANTONIO DE JESUS VIATER

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ANTONIO DE JESUS VIATER referente ao período aquisitivo de 01/03/2013 a 28/02/2014 a serem gozadas no período de 05/01/2015 a 03/02/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº123/15

PORTARIA Nº 123/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CLAUDINO ROQUE DE LIMA

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CLAUDINO ROQUE DE LIMA referente ao período aquisitivo de 06/01/2014 a 05/01/2015 a serem gozadas no período de 05/01/2015 a 03/02/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº124/15

PORTARIA Nº 124/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DANIELA MENIN

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) DANIELA MENIN referente ao período aquisitivo de 03/10/2013 a 02/10/2014 a serem gozadas no período de 18/12/2014 a 17/01/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº125/15

PORTARIA Nº 125/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) FRANCELINA B. FRANÇA

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) FRANCELINA B. FRANÇA referente ao período aquisitivo de 01/03/2012 a 28/02/2013 a serem gozadas no período de 22/12/2014 a 21/01/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº126/15

PORTARIA Nº 126/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) GENECI BORGES PEREIRA

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) GENECI BORGES PEREIRA referente ao período aquisitivo de 04/08/2012 a 03/08/2013 a serem gozadas no período de 22/12/2014 a 21/01/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº127/15

PORTARIA Nº 127/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JOÃO MARIA CAMPOS DAS CHAGAS

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JOÃO MARIA CAMPOS DAS CHAGAS referente ao período aquisitivo de 09/09/2011 a 08/09/2012 a serem gozadas no período de 05/01/2015 a 03/02/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº129/15

PORTARIA Nº 129/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) LUCIANE CAMARGO TEIXEIRA

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) LUCIANE CAMARGO TEIXEIRA referente ao período aquisitivo de 03/12/2013 a 02/12/2014 a serem gozadas no período de 22/12/2014 a 21/01/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº130/15

PORTARIA Nº 130/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARGARIDA MOREIRA

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARGARIDA MOREIRA referente ao período aquisitivo de 01/01/2014 a 31/12/2014 a serem gozadas no período de 22/12/2014 a 21/01/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº131/15

PORTARIA Nº 131/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARIA SALETE NAZARIO CHIODI

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARIA SALETE NAZARIO CHIODI referente ao período aquisitivo de 20/08/2012 a 19/08/2013 a serem gozadas no período de 22/12/2014 a 21/01/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº132/15

PORTARIA Nº 132/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARIA VITORIA PINTO

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARIA VITORIA PINTO referente ao período aquisitivo de 01/03/2013 a 28/02/2014 a serem gozadas no período de 06/01/2015 a 04/02/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº133/15

PORTARIA Nº 133/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARIA ZENAIDE DE SOUZA

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARIA ZENAIDE DE SOUZA referente ao período aquisitivo de 21/11/2013 a 20/11/2014 a serem gozadas no período de 22/12/2014 a 21/01/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº134/15

PORTARIA Nº 134/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) OMAR JR. ANTUNES

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) OMAR JR. ANTUNES referente ao período aquisitivo de 01/03/2013 a 28/02/2014 a serem gozadas no período de 05/01/2015 a 03/02/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº135/15

PORTARIA Nº 135/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) PAULO DOS REIS

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) PAULO DOS REIS referente ao período aquisitivo de 01/03/2013 a 28/02/2014 a serem gozadas no período de 06/01/2015 a 04/02/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº136/15

PORTARIA Nº 136/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ROSEMERI DAS GRAÇAS CORDEIRO

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ROSEMERI DAS GRAÇAS CORDEIRO referente ao período aquisitivo de 03/12/2013 a 02/12/2014 a serem gozadas no período de 22/12/2014 a 21/01/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº137/15

PORTARIA Nº 137/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) TEREZINHA VENTURIN

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) TEREZINHA VENTURIN referente ao período aquisitivo de 01/02/2013 a 31/01/2014 a serem gozadas no período de 12/01/2015 a 10/02/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº138/15

PORTARIA Nº 138/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) PAULO CESAR DOS SANTOS

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) PAULO CESAR DOS SANTOS referente ao período aquisitivo de 01/01/2014 a 31/12/2014 a serem gozadas no período de 22/12/2014 a 21/01/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº139/15

PORTARIA Nº 139/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) VILMA PADILHA MECABÔ

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) VILMA PADILHA MECABÔ referente ao período aquisitivo de 01/01/2014 a 31/12/2014 a serem gozadas no período de 22/12/2014 a 21/01/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº140/15

PORTARIA Nº 140/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) VALDECIR PETRONILIO DE SOUZA

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) VALDECIR PETRONILIO DE SOUZA referente ao período aquisitivo de 20/01/2010 a 19/01/2011 a serem gozadas no período de 12/01/2015 a 10/02/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº141/15

PORTARIA Nº 141/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) THEMIS ALMEIDA PEDROSO ROSSI

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) THEMIS ALMEIDA PEDROSO ROSSI referente ao período aquisitivo de 01/02/2011 a 31/01/2012 a serem gozadas no período de 22/12/2014 a 21/01/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº149/15

PORTARIA Nº 149/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MINEIA CECILIA D. BOFF

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MINEIA CECILIA D. BOFF referente ao período aquisitivo de 04/04/2013 a 03/04/2014 a serem gozadas no período de 22/12/2014 a 21/01/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº150/15

PORTARIA Nº 150/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARCIA TEREZINHA F. RIGHES

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARCIA TEREZINHA F. RIGHES referente ao período aquisitivo de 03/01/2013 a 02/01/2014 a serem gozadas no período de 22/12/2014 a 21/01/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº151/15

PORTARIA Nº 151/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARCIA CORRÊA

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARCIA CORRÊA referente ao período aquisitivo de 03/02/2013 a 03/02/2014 a serem gozadas no período de 26/01/2015 a 24/02/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº163/15

PORTARIA Nº 163/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) EDA APARECIDA CORRÊA

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) EDA APARECIDA CORRÊA referente ao período aquisitivo de 16/08/2012 a 15/08/2013 a serem gozadas no período de 22/12/2014 a 21/01/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº1632/14

PORTARIA Nº 1632/14 de 08/12/2014

EXONERA CARGO COMISSIONADO O (A) SERVIDOR (A) ABREU WIATTER ANTUNES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar cargo comissionado o (a) servidor (a) ABREU WIATTER ANTUNES do cargo de GERENTE EXECUTIVO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 01 de dezembro de 2014.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 08 de Dezembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº164/15

PORTARIA Nº 164/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CLEUSA MARIA MACHADO DE ANDRADE GOMES

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CLEUSA MARIA MACHADO DE ANDRADE GOMES referente ao período aquisitivo de 01/02/2012 a 31/01/2013 a serem gozadas no período de 05/01/2015 a 04/02/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº165/15

PORTARIA Nº 165/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) WALTER FERNANDO DE SOUZA

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) WALTER FERNANDO DE SOUZA referente ao período aquisitivo de 06/02/2011 a 05/02/2012 a serem gozadas no período de 05/01/2015 a 04/02/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº166/15

PORTARIA Nº 166/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) SUELAMAR CORONA

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) SUELAMAR CORONA referente ao período aquisitivo de 01/12/2013 a 30/11/2014 a serem gozadas no período de 05/01/2015 a 04/02/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº169/15

PORTARIA Nº 169/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) PATRICIA DE OLIVEIRA

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) PATRICIA DE OLIVEIRA referente ao período aquisitivo de 05/07/2013 a 05/07/2014 a serem gozadas no período de 22/12/2014 a 21/01/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº170/15

PORTARIA Nº 170/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) OSVALDINA DA SILVA

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) OSVALDINA DA SILVA referente ao período aquisitivo de 01/03/2013 a 28/02/2014 a serem gozadas no período de 05/01/2015 a 04/02/2014.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº171/15

PORTARIA Nº 171/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MIGUELA A. DE SOUZA

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MIGUELA A. DE SOUZA referente ao período aquisitivo de 01/03/2012 a 28/02/2013 a serem gozadas no período de 01/01/2015 a 31/01/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº172/15

PORTARIA Nº 172/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARILAINA A. MARIANO DA CRUZ

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARILAINA A. MARIANO DA CRUZ referente ao período aquisitivo de 01/03/2013 a 28/02/2014 a serem gozadas no período de 22/12/2014 a 21/01/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº173/15

PORTARIA Nº 173/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARIA SUELI FRANÇA

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARIA SUELI FRANÇA referente ao período aquisitivo de 03/04/2013 a 02/04/2014 a serem gozadas no período de 01/01/2015 a 31/01/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº178/15

PORTARIA Nº 178/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) IVONE ALVES CORRÊA

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) IVONE ALVES CORRÊA referente ao período aquisitivo de 01/03/2012 a 28/02/2013 a serem gozadas no período de 18/12/2014 a 17/01/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº179/15

PORTARIA Nº 179/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ELIAS MANOEL DE ANDRADE

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ELIAS MANOEL DE ANDRADE referente ao período aquisitivo de 01/03/2013 a 28/02/2014 a serem gozadas no período de 16/12/2014 a 14/01/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº180/15

PORTARIA Nº 180/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ELENICE AP. DE OLIVEIRA FORNARA

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ELENICE AP. DE OLIVEIRA FORNARA referente ao período aquisitivo de 16/03/2013 a 15/03/2014 a serem gozadas no período de 01/01/2015 a 30/01/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº181/15

PORTARIA Nº 181/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CLEUDES MARIA FLORES

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CLEUDES MARIA FLORES referente ao período aquisitivo de 26/08/2013 a 25/08/2014 a serem gozadas no período de 22/12/2014 a 21/01/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº182/15

PORTARIA Nº 182/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CLEMIR DE FÁTIMA MACHADO

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CLEMIR DE FATIMA MACHADO referente ao período aquisitivo de 01/03/2013 a 28/02/2014 a serem gozadas no período de 22/12/2014 a 21/01/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº183/15

PORTARIA Nº 183/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CLAUDEMIR DA FONSECA

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CLAUDEMIR DA FONSECA referente ao período aquisitivo de 04/05/2012 a 01/05/2013 a serem gozadas no período de 05/01/2015 a 04/02/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº184/15

PORTARIA Nº 184/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ADRIANA FERREIRA

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ADRIANA FERREIRA referente ao período aquisitivo de 01/03/12 a 28/02/13 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 09/02/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº185/15

PORTARIA Nº 185/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ADELIR R. DE ANDRADE

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ADELIR R. DE ANDRADE referente ao período aquisitivo de 01/03/13 a 28/02/14 a serem gozadas no período de 15/12/14 a 14/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº186/15

PORTARIA Nº 186/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ADELAR ANTONIO PINTO

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ADELAR ANTONIO PINTO referente ao período aquisitivo de 18/06/12 a 17/06/13 a serem gozadas no período de 17/12/14 a 15/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº187/15

PORTARIA Nº 187/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CLAUDIA VELOSO MILANI

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CLAUDIA VELOSO MILANI referente ao período aquisitivo de 01/02/12 a 31/01/13 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº188/15

PORTARIA Nº 188/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CLÉIA ESTEVES M. DE ALMEIDA

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CLÉIA ESTEVES M. DE ALMEIDA referente ao período aquisitivo de 02/01/12 a 01/01/13 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº189/15

PORTARIA Nº 189/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DANIELA GUZATTI MARTENDAL

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) DANIELA GUZATTI MARTENDAL referente ao período aquisitivo de 16/01/14 a 15/01/15 a serem gozadas no período de 19/01/15 a 17/02/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº194/15

PORTARIA Nº 194/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ELIANE LOPES

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ELIANE LOPES referente ao período aquisitivo de 02/08/13 a 01/08/14 a serem gozadas no período de 19/01/15 a 17/02/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº195/15

PORTARIA Nº 195/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) HELENA LUCIA GRANZOTTO DEVILA

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) HELENA LUCIA GRANZOTTO DEVILA referente ao período aquisitivo de 02/07/12 a 01/07/13 a serem gozadas no período de 12/01/15 a 10/02/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº196/15

PORTARIA Nº 196/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) HELENA MICHELIN

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) HELENA MICHELIN referente ao período aquisitivo de 01/04/11 a 31/03/12 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº242/15

PORTARIA Nº 242/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CELITA S. SOUZA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CELITA S. SOUZA referente ao período aquisitivo de 01/04/12 a 31/03/13 a serem gozadas no período de 09/02/15 a 10/03/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº247/15

PORTARIA Nº 247/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DHIEMIS METZ PINHEIRO

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) DHIEMIS METZ PINHEIRO referente ao período aquisitivo de 01/08/13 a 31/07/14 a serem gozadas no período de 01/01/15 a 30/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº248/15

PORTARIA Nº 248/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DORACI RODRIGUES MOREIRA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) DORACI RODRIGUES MOREIRA referente ao período aquisitivo de 11/07/13 a 10/07/14 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 21/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº249/15

PORTARIA Nº 249/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ELIANE DE FATIMA T. DE MACEDO

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ELIANE DE FATIMA T. DE MACEDO referente ao período aquisitivo de 09/09/13 a 08/09/14 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 21/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº250/15

PORTARIA Nº 250/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ELIANE SIMONE A. DALPISSOL

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ELIANE SIMONE A. DALPISSOL referente ao período aquisitivo de 09/09/13 a 08/09/14 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 21/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº251/15

PORTARIA Nº 251/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) FABIO CESAR ANTUNES

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) FABIO CESAR ANTUNES referente ao período aquisitivo de 30/08/13 a 29/08/14 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 21/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº252/15

PORTARIA Nº 252/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) IONE APARECIDA Z. ROSA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) IONE APARECIDA Z. ROSA referente ao período aquisitivo de 09/09/13 a 08/09/14 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 21/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº255/15

PORTARIA Nº 255/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) LOURDES ANTUNES LINS

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) LOURDES ANTUNES LINS referente ao período aquisitivo de 01/01/14 a 31/12/14 a serem gozadas no período 22/12/14 a 21/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº259/15

PORTARIA Nº 259/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARIA ZELIA DE SOUZA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARIA ZELIA DE SOUZA referente ao período aquisitivo de 01/06/12 a 31/05/13 a serem gozadas no período 22/12/14 a 21/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº260/15

PORTARIA Nº 261/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MERCIA REGINA P. SILVESTREIN

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MERCIA REGINA P. SILVESTREIN referente ao período aquisitivo de 05/03/13 a 04/03/14 a serem gozadas no período 01/01/15 a 31/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº261/15

PORTARIA Nº 261/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MERCIA REGINA P. SILVESTREIN

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MERCIA REGINA P. SILVESTREIN referente ao período aquisitivo de 05/03/13 a 04/03/14 a serem gozadas no período 01/01/15 a 31/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº262/15

PORTARIA Nº 262/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) NELSON LUIZ DE PAULA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) NELSON LUIZ DE PAULA referente ao período aquisitivo de 10/01/13 a 09/01/14 a serem gozadas no período 29/12/14 a 27/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº263/15

PORTARIA Nº 263/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) PAULO ROBERTO BARBOSA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) PAULO ROBERTO BARBOSA referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 21/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº264/15

PORTARIA Nº 264/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) SANDRA PELENTIR DISSEGNA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) SANDRA PELENTIR DISSEGNA referente ao período aquisitivo de 01/03/13 a 01/03/14 a serem gozadas no período 26/01/15 a 25/02/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº265/15

PORTARIA Nº 265/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) SILVANA MARIA MECABÔ

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) SILVANA MARIA MECABÔ referente ao período aquisitivo de 19/02/13 a 18/02/14 a serem gozadas no período 19/12/14 a 18/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº266/15

PORTARIA Nº 266/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) SINCLAIR AP. P. ZOTTI

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) SINCLAIR AP. P. ZOTTI referente ao período aquisitivo de 07/03/13 a 06/03/14 a serem gozadas no período 01/01/15 a 31/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº267/15

PORTARIA Nº 267/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ZELI CORREIA DE OLIVEIRA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ZELI CORREIA DE OLIVEIRA referente ao período aquisitivo de 01/07/13 a 30/06/14 a serem gozadas no período 18/12/14 a 17/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº268/15

PORTARIA Nº 268/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR GILSON CESAR LOPES

Jairo Luft, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao servidor GILSON CESAR LOPES, referente ao período aquisitivo de 17/10/13 a 16/10/14 a serem gozadas no período de 12/01/15 a 26/01/15

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº269/15

PORTARIA Nº 269/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ROSELI DE FATIMA K. FAGUNDES

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ROSELI DE FATIMA K. FAGUNDES referente ao período aquisitivo de 01/03/13 a 28/02/14 a serem gozadas no período 22/12/14 a 21/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº270/15

PORTARIA Nº 270/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ELIRCE DE MELO SCHUTZ

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ELIRCE DE MELO SCHUTZ referente ao período aquisitivo de 09/09/13 a 08/09/14 a serem gozadas no período 22/12/14 a 21/01/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº271/15

PORTARIA Nº 271/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JEFFERSON ISMAEL FRANÇA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JEFFERSON ISMAEL FRANÇA referente ao período aquisitivo de 19/03/12 a 18/03/13 a serem gozadas no período 22/12/14 a 21/01/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº272/15

PORTARIA Nº 272/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JANETE P. AMALCABURIO

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JANETE P. AMALCABURIO referente ao período aquisitivo de 18/02/13 a 17/04/14 a serem gozadas no período 22/12/14 a 21/01/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº284/15

PORTARIA Nº 284/15 DE 19/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CAROLINA FLESCH

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário CAROLINA FLESCH, para exercer o cargo de ASSISTENTE SOCIAL, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 12 de janeiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 19 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº286/15

PORTARIA Nº 286/15 de 19/02/2015

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) PRISCILA APARECIDA BIALLY

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido o (a) servidor (a) PRISCILA APARECIDA BIALLY do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 19 de Fevereiro de 2013

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº287/15

PORTARIA Nº 287/15 de 19/02/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) EDILSA CARDOSO DOS PASSOS SWIDERSKI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) EDILSA CARDOSO DOS PASSOS SWIDERSKI do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM-SAMU. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 19 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº288/15

PORTARIA Nº 288/15 de 19/02/2015

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) MIRIAN CESTARI NIEBUHR

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido o (a) servidor (a) MIRIAN CESTARI NIEBUHR do cargo de PSICOLOGA. Retroagindo seus efeitos a 18 de fevereiro de 2015. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 19 de Fevereiro de 2013

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº289/15

PORTARIA Nº 289/15 de 19/02/2015

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) KARINE ANDREIA VARELA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido o (a) servidor (a) KARINE ANDREIA VARELA do cargo de KARINE ANDREIA VARELA. Retroagindo seus efeitos a 18 de fevereiro de 2015. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 19 de Fevereiro de 2013

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº291/15

PORTARIA Nº 291/15 de 19/02/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) MARISOL BEATRIZ ALVES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) MARISOL BEATRIZ ALVES do cargo de PROFESSORA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 19 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº292/15

PORTARIA Nº 292/15 de 19/02/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) MARINES CECHIN ROTINI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) MARINES CECHIN ROTINI do cargo de PROFESSORA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 19 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº293/15

PORTARIA Nº 293/15 de 19/02/2015

DISPENSA A SERVIDORA ROSANA MARIA THIBES MACHADO DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar a servidora ROSANA MARIA THIBES MACHADO, das funções de DIRETORA, designadas pela portaria nº 985/13 de 16 de Abril de 2013, retroagindo seus efeitos a 01 de Abril de 2013, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 19 de fevereiro de 2015

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº294/15

PORTARIA Nº 294/15 DE 19/02/2015

EXONERA POR FALECIMENTO O (A) APOSENTADA (A) ROSINA IVONE SPEGIORIN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por falecimento o (a) aposentada (a) ROSINA IVONE SPEGIORIN, conforme certidão de óbito nº 108241 01 55 2015 4 00022 256 0002934 68, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 19 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº298/15

PORTARIA Nº 298/15 de 19/02/2015

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) ROSANA MARIA THIBES MACHADO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido o (a) servidor (a) ROSANA MARIA THIBES MACHADO do cargo de PROFESSORA. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de Fevereiro de 2013

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº38/15

PORTARIA Nº 38/15 DE 26/01/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIA RIBEIRO MARTINS

Jairo Luft, Prefeito Municipal em Exercício de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário MARIA RIBEIRO MARTINS, para exercer o cargo de GARI, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 23 de janeiro de 2015.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº39/15

PORTARIA Nº 39/15 DE 26/01/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ADELIR AMERICANO

Jairo Luft, Prefeito Municipal em Exercício de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ADELIR AMERICANO, para exercer o cargo de PEDREIRO, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 22 de janeiro de 2015.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº40/15

PORTARIA Nº 40/15 DE 26/01/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GENECY CANDIAGO WAGNER

Jairo Luft, Prefeito Municipal em Exercício de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário GENECY CANDIAGO WAGNER, para exercer o cargo de TÉCNICO EM APOIO ADMINISTRATIVO com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 20 de janeiro de 2015.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº42/15

PORTARIA Nº 42/15 de 26/01/2015

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA ELIANA MAI,

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora ELIANA MAI do cargo de Professora. Junto a Secretaria da Educação e Cultura. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 22/01/2015.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº47/15

PORTARIA Nº 47/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) PAULO ROBERTO BARBOSA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) PAULA RAMOS referente ao período aquisitivo de 01/01/14 a 31/12/14 a serem gozadas no período de 02/02/15 a 03/02/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº73/15

PORTARIA Nº 73/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) GISLAINE MARIANO DA CRUZ

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) GISLAINE MARIANO DA CRUZ referente ao período aquisitivo de 27/09/13 a 26/09/14 a serem gozadas no período de 23/02/15 a 24/03/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO 163/2014 EMPRESA GIROTTTO

Termo de Rescisão do Contrato Administrativo nº 163/2014
Termo de rescisão referente ao contrato nº 163/2014 que fazem entre si, o Município de Campos Novos e a Empresa Girottto Serviço de Limpeza Ltda. ME, para o fim que a seguir se declara.

O Município de Campos Novos, entidade jurídica de direito público interno com sede administrativa na Rua Expedicionário 323, centro na cidade de Campos Novos, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 82.939.232/0001-74, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Nelson Cruz, portador do CPF nº 445.587.329-53, doravante denominado de CONTRATANTE e a empresa Girottto Serviço de Limpeza Ltda. ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 00.464.2019/0001-41, com sede na Rua 14 de Agosto, 1571, E, Bairro Esplanada, em Chapecó, Santa Catarina, representada legalmente por Odinei Girottto, denominada CONTRATADA, por esse instrumento resolvem rescindir o contrato que tem como objeto a Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de limpeza e conservação, conforme proposta padronizada, em conformidade com as disposições da Lei 8666/93 e suas alterações posteriores, mediante as cláusulas a

seguir:

Cláusula primeira - Da Fundamentação legal.

1.1.A rescisão contratual em questão encontra amparo no disposto no Art. 79, inciso II, e Art. 77 e 78 da Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

Cláusula segunda - Da Rescisão contratual

2.1. A rescisão contratual é amigável, por acordo entre as partes, com o intuito de melhor satisfazer o interesse público, havendo conveniência para a administração.

Cláusula terceira - Da Justificativa

3.1. Em função do aumento dos custos com pessoal e produtos de limpeza tornou-se impossível a execução do contrato por parte da contratada. Nesse sentido, não há meios da contratada manter a execução do contrato, já que implicaria em custo excessivo e desproporcional em seu desfavor. Da mesma forma, a presente rescisão é conveniente para a administração, já que com a manutenção do contrato, os serviços seriam prejudicados.

Diante disso, a rescisão amigável torna-se a medida mais adequada para evitar prejuízos às partes.

Salienta-se ainda que os motivos que originaram a presente rescisão contratual não decorreram de culpa - em sentido amplo - de nenhuma das partes.

Cláusula quarta - Das Disposições Finais.

4.1. Fica rescindido o Contrato 163/2014 e seus aditivos a partir da data de assinatura deste Termo de Rescisão Contratual, com eficácia a partir de 01 de abril de 2015, devendo o mesmo ser publicado, conforme disposto no § 1º, do Art. 109 da Lei de Licitações vigente.

E, estando assim justos e acertados, assinam o presente Termo de Rescisão em três vias de igual teor e forma, lido e achado conforme, perante duas testemunhas que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Campos Novos, 16 de março de 2015.

Odinei Girottto

Girottto Serviço de Limpeza Ltda. ME

Nelson Cruz

Prefeito Municipal

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

TERMO DE RESCISÃO PARCIAL DO CONTRATO 337/2013 EMPRESA SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS

CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO Nº 337/2013

TERMO DE RESCISÃO 01/2015

O Município de Campos Novos, CNPJ 82.939.232/0001/74, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Nelson Cruz, e a Empresa Selbetti Gestão de Documentos S.A, inscrito sob CNPJ nº 83.483.230/0001-86, com amparo no disposto do Artigo 79, inciso II, resolvem rescindir parte do contrato administrativo 337/13, mediante as seguintes cláusulas.

Cláusula Primeira: O Município e o contratado rescindem amigavelmente o item 03 do contrato administrativo 337/2013, dando mútua quitação desse item.

Cláusula Segunda: Os demais itens e cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam o presente termo em duas vias de igual teor, para que surtam os efeitos legais.

Campos Novos, 05 de março de 2015

MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

NELSON CRUZ

PREFEITO

SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS S.A
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO Nº 03/2015

DECRETO Nº 3/2015

DISPÕE SOBRE ANÁLISE DAS CONTAS DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES REFERENTE AOS MESES DE OUTUBRO, NOVEMBRO DE DEZEMBRO DE 2014.

O cidadão Nelson Carafa, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Ficam APROVADAS as Contas da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, referente aos meses de Outubro, Novembro de Dezembro de 2014.

Art. 2º. O presente projeto será submetido a análise das Comissões Permanentes de Orçamento, Finanças e Tributação e Constituição, Justiça e Redação Final.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 11 de março de 2015.

Nelson Carafa

Presidente da Mesa

DECRETO Nº 04/2015

DECRETO Nº 4/2015

ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

DECRETA:

Art. 1º. Em virtude do feriado da Páscoa, o horário de funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores (expediente interno/externo), no dia 02 de abril do corrente ano (quinta-feira), será das 07:00 horas às 13:00 horas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 27 de março de 2015.

Nelson Carafa

Presidente da Mesa

PORTARIA Nº 17/2015

Portaria Nº 17/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA ANA CARLA WOLFF LOPES.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 20(vinte) dias de férias que detém a funcionária ANA CARLA WOLFF LOPES, referente ao período aquisitivo de 19/03/2014 à 18/03/2015, a contar de 10/03/2015.

Art. 2º. Ficam indenizadas 10(dez) dias das férias da servidora ANA CARLA WOLFF LOPES, ocupante do cargo de Assessora Administrativa da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 3º. Caberá ao departamento competente o registro na ficha funcional do servidor das anotações decorrentes deste Ato.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 26 de Março de 2015.

Nelson Carafa

Presidente da Mesa

SAMAE - Campos Novos

PORTARIA 027/2015

PORTARIA SAMAE CNO 027/2015, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

O Diretor do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos - SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

EXONERAR, a pedido, a servidora LEONI SALLETE MOREIRA DA SILVA, Auxiliar de Serviços Gerais, Padrão 2.1.G, na forma da Lei, a partir desta data.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes

Diretor do SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

PORTARIA Nº 245/2015

PORTARIA Nº. 245/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990;

SUSPENDER VANTAGENS

Art. 1º - Ficam suspensas por prazo indeterminado as concessões de vantagens de ordem pessoal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 246/2015

PORTARIA Nº. 246/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a MIRIAN CORREA, efetiva no cargo de Técnico Administrativo - CAPS, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2013/2014, a desfrutar no período de 16/03/2015 a 14/04/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 247/2015

PORTARIA Nº. 247/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido SIMONE NEUBURGER LANGER, comissionada no cargo de Chefe de Setor, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 20/03/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 248/2015

PORTARIA Nº. 248/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Municipal nº 2.741/1996; da Lei Municipal nº 3.386/2001; da Lei Municipal nº 3.511/2001; da Lei Municipal nº 4.485/2010 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada a EBM Maria Lovatel Pires, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional CINTIA DANIELLE BAUKAT aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 012/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 19/03/2015, conforme comunicação interna nº 107/SME/2015.

Art. 2º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada ao CEI Carlos Drummond de Andrade, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional MARIELI ENGEL aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 012/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 19/03/2015, conforme comunicação interna nº 106/SME/2015.

Art. 3º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada ao GEM Frei Fabiano Gadzinski, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional SIMONE NEUBURGER LANGER aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 012/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de

23/03/2015, conforme comunicação interna nº 108/SME/2015.

Art. 4º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada a EBM Severo de Andrade, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional NELCI TERESINHA SCHUPEL TITON aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 012/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 23/03/2015, conforme comunicação interna nº 110/SME/2015.

Art. 5º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada a EBM Severo de Andrade, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional IRACY DE LOURDES CARNEIRO DOMINIAK aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 012/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 23/03/2015, conforme comunicação interna nº 109/SME/2015.

Art. 6º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada a EBM Maria Izabel DE Lima Cubas, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional NEUCIMARA PANFIL aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 012/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 23/03/2015, conforme comunicação interna nº 111/SME/2015.

Art. 7º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada ao CEI Nathan Zugmann, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional MARIZETE HACK DE OLIVEIRA aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 012/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 23/03/2015, conforme comunicação interna nº 113/SME/2015.

Art. 8º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada a EBM Maria Izabel de Lima Cubas, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional ANA PAULA ROSA KRYCZYK aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 012/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 23/03/2015, conforme comunicação interna nº 112/SME/2015.

Art. 9º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 10 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 249/2015

PORTARIA Nº. 249/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990, da Lei Municipal nº 2.830/1997 e da Lei Municipal nº 5.139/2013; resolve:

NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 1º - Fica nomeada FLÁVIA MACCARINI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Setor, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 23/03/2015, conforme comunicação interna nº 093/SMAFO/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 250/2015

PORTARIA Nº. 250/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Municipal nº 2.741/1996; da Lei Municipal nº 3.386/2001; da Lei Municipal nº 3.511/2001; da Lei Municipal nº 4.485/2010 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada ao GEM Frei Fabiano Gadzinski, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional ELISANGELA ERZINGER aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 012/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 23/03/2015, conforme comunicação interna nº 115/SME/2015.

Art. 2º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada ao GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional NELCI KOCHAN aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 012/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 23/03/2015, conforme comunicação interna nº 114/SME/2015.

Art. 3º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 251/2015
PORTARIA Nº. 251/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada a EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional LUCIANE SCHIMITBERGER aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 012/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 06/04/2015, conforme comunicação interna nº 119/SME/2015.

Art. 2º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada a EBM Professor Alzirinha da Silva Corrêa, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional ANDRIELE BAIL aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 012/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 24/03/2015, conforme comunicação interna nº 117/SME/2015.

Art. 3º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada a EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional SUSY APARECIDA GAPSKI aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 012/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 24/03/2015, conforme comunicação interna nº 116/SME/2015.

Art. 4º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 252/2015
PORTARIA Nº. 252/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

RETIFICAR PORTARIA

Art. 1º - Fica retificado o Artigo 1º da Portaria nº. 186/2015, passando a vigorar da seguinte forma:

"Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a MÁRIO RIBEIRO, efetivo no cargo de Motorista de Caminhão, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/03/2015, conforme comunicação interna nº 076/DP/2015, sendo que a partir do 31º dia do afastamento de suas atribuições competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS a concessão do benefício de auxílio doença ao servidor."

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 253/2015
PORTARIA Nº. 253/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais da profissional VANDERLEIA APARECIDA DE SOUZA LIMA, concursada no cargo de Monitor de Educação Infantil, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 26/03/2015, conforme comunicação interna nº 103/DP/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 254/2015

PORTARIA Nº. 254/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido ELIANE CRISTINA BARBOSA DA SILVA, efetiva no cargo de Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, no CEI Fernando Pessoa, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/03/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 255/2015

PORTARIA Nº. 255/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009, resolve:

PRORROGAR LICENÇA

Art. 1º - Fica concedida Prorrogação de Licença Geração a DEISE THAIS NATSUME, efetiva no cargo de Assistente Social, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, cuja licença será gozada no período de 04/04/2015 a 02/06/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 256/2015

PORTARIA Nº. 256/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido ANNE CAROLINE CAUS, concursada no cargo de Enfermeiro - ESF, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 24/03/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 257/2015

PORTARIA Nº. 257/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 13 (treze) dias de Licença Prêmio a JAIR ZATTAR, efetivo no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Industrial, Comércio e Turismo, referente ao período aquisitivo de 2010/2015, a desfrutar no período de 25/03/2015 a 06/04/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº PMC 35/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 55/2015
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. PMC 35/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 14/04/2015, às 15h00min, licitação para AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO NOVO, ZERO KILOMETRO e 01 CAÇAMBA BASCULANTE NOVA, DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO RURAL. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 14/04/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e prego (acesso identificado): www.licitacoes-e.com.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 32/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 52/2015
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 32/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 14/04/2015, às 10h05min, licitação REGISTRO DE PREÇO DE METRO QUADRADO DE SERVIÇO PARA SUBSTITUIÇÃO DE CALHAS, PARA ATENDIMENTO ÀS SOLICITAÇÕES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. Recebimento de propostas até as 10h00min do dia 14/04/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 33/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 53/2015
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 33/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 15/04/2015, às 09h05min, licitação para AQUISIÇÃO DE 20 METROS CUBICOS DE PRANCHÕES DE EUCALIPTO DESTINADOS A SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICIPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 15/04/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 34/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 54/2015
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 34/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 15/04/2015, às 14h05min, licitação AQUISIÇÃO DE 15 BLOQUEADORES ECOLÓGICOS INTELIGENTES PARA BOCAS DE LOBO A SEREM IMPLANTADOS NAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DES-TE EDITAL. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 15/04/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 13/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 56/2015
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. PMC 13/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 16/04/2015, às 09h15min, licitação para SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA AVENIDA MOISES DAMASO DA SILVEIRA, COM EXTENSÃO TOTAL DE 366,81 METROS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 16/04/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 14/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 57/2015
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. PMC 14/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 16/04/2015, às 14h15min, licitação para SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS A CONSTRUÇÃO DE 01 BANHEIRO PARA P.N.E, COM 34,60 M2, E MURO NO PATIO DE ARREIMATE DE GADO, NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE, NO BAIRRO PIEDADE, NESTA CIDADE DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 16/04/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 27/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/2

Processo / Ano: 45/2015		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores: 12.520,00						
Licitação.....:	27/2015 - PR									
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL									
Objeto.....:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) ESPECIALIZADA (S) PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REPAROS MECÂNICOS NO VEÍCULO CAMINHONETE CHEVROLET S10 N° 110 - PLACA ERM 2609 ANO 2011 E PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REPAROS MECANICOS NO CAMINHÃO M.B AXOR 2644S N°. 99 PLACAS MHO-8531.									
Fornecedor		Nome do Fornecedor		Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1		- 311043416		- PEÇAS PARA CAMINHONETE PLACA ERM 2609 - Unidade: C.J						
6028	AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA		1,000	0,0000	3.299,2269	3.299,23	Venceu	1	*****	
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1,000	0,0000	3.371,7000	3.371,70	Perdeu	2		
Item.....: 2		- 311043415		- MÃO DE OBRA VEÍCULO CAMINHONETE PLACA ERM 2609 - Unidade: C.J						
6028	AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA		1,000	0,0000	1.420,7731	1.420,77	Venceu	1	*****	
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1,000	0,0000	1.452,0000	1.452,00	Perdeu	2		
Item.....: 3		- 311043417		- PEÇAS PARA CAMINHÃO M.B AXOR 2644 N° 99 PLACA MHO 8531 - Unidade: C.J						
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1,000	0,0000	6.960,6639	6.960,66	Venceu	1	*****	
6028	AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0		
Item.....: 4		- 311043418		- MÃO DE OBRA PARA CAMINHÃO M.B AXOR 2644 N° 99 PLACA MHO 8531 - Unidade: C.J						
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1,000	0,0000	839,3361	839,34	Venceu	1	*****	

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 45/2015

Licitação.....: 27/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) ESPECIALIZADA (S) PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REPAROS MECÂNICOS NO VEÍCULO CAMINHONETE CHEVROLET S10 Nº 110 - PLACA ERM 2609 ANO 2011 E PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REPAROS MECÂNICOS NO CAMINHÃO M.B AXOR 2644S Nº. 99 PLACAS MHO-8531.

Processo Administrativo: 12.520.00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
6028	AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 4 - 311043418 - MÃO DE OBRA PARA CAMINHÃO M.B AXOR 2644 Nº 99 PLACA MHO 8531 - Unidade: C.J

Canoinhas, Em/...../.....

PAULO CESAR SAFANELLI - Pregoeiro(a)

MARCIANO FERNANDES CORREA - SUPLENTE

PAULO CESAR SAFANELLI - PREGOEIRO

ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO

CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - EQUIPE DE APOIO

DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - 28.754/SC

VANESSA LANGER - CRC/SC 028524/O-0

Capinzal

PREFEITURA

CONVÊNIO 002/FMS

CONVÊNIO (FMS) Nº 002 DE 5 DE MARÇO DE 2015

CONVENIENTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONVENIADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - MUNICÍPIO DE ZORTÉA

OBJETO: O atendimento dos moradores do Bairro Vista Alegre, com o atendimento a saúde básica, tendo o Fundo Municipal de Saúde de Capinzal o ônus de remunerar os atendimentos prestados pelo Fundo Municipal de Saúde de Zortéa, com base em relatório a ser emitido por especialidade até o dia 10 de cada mês, o qual conterà o nome do paciente, procedimento realizado e/ou medicamento disponibilizado.

LEGISLAÇÃO AUTORIZATIVA: Lei Municipal nº 3.161, de 4 de março de 2.015.

VIGÊNCIA: 05/03/2016

VALOR: R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais pelos Serviços Prestados.

CONVÊNIO Nº 002/2015

CONVÊNIO Nº 002, DE 05 MARÇO DE 2015

CONVENIENTE: Município de Capinzal

CONVENIADO: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

OBJETO: Estabelecimento de um sistema de cooperação técnica, administrativa e financeira na execução das atividades e manutenção da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) buscando o melhor, mais célere e eficiente atendimento das necessidades básicas de aprendizagem, no acesso à educação e na defesa dos direitos e interesses dos portadores de necessidades especiais como parte integrante do Sistema Municipal de Ensino. LEGISLAÇÃO AUTORIZATIVA: Art. 116 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, em consonância com o inciso XII do art. 58 da Lei Orgânica do Município de Capinzal e na Lei Municipal nº 3.160, de 4 de março de 2015.

VIGÊNCIA: 31/12/2015

VALOR: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) mensais (Total R\$ 90.000,00)

Edital 011/2015

EDITAL Nº 011, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Notifica recursos recebidos do Governo Federal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Capinzal, da liberação de recursos financeiros, em 26 de março de 2015, provenientes do Termo de Compromisso PAR nº 206660/2013, celebrado com o Ministério da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - 2ª Parcela, cujo objeto é a construção da Quadra da Escola Municipal Belisário Pena, no valor de R\$ 127.466,49 (cento e vinte e sete mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e quarenta e nove centavos).

Capinzal - SC, 27 de março de 2015.

Andevir Isganzella
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor do presente Edital na data supra.

Orlando Tholl

Secretário da Administração e Finanças

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0078/2015 TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA 0003/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0078/2015

Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia Nº 0003/2015

OBJETO: Implantação de Iluminação no Campo de Futebol do Bairro São Cristóvão e Construção de Arquibancada no Campo de Futebol do Loteamento João Evangelista Parizotto.

ENTREGA E ABERTURA: Documentos e propostas, até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 30/04/2015.

MENOR PREÇO ITEM

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELO ZOCOLLI, 155.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739, FAX Nº (0xx49) 3555-8744

Capinzal, 30 de março de 2015 .

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal de Capinzal

PORTARIA 040/2015

PORTARIA Nº 040, DE 14 DE JANEIRO DE 2015

Concede Licença Maternidade à servidora, na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Maternidade, pelo período de 01 de fevereiro a 31 de maio de 2015, conforme atestado médico, à servidora Jaqueline Isganzella Gaideczka, matrícula nº 311847/02, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2015.

Capinzal, SC, em 14 de janeiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 041/2015

PORTARIA Nº 041, DE 14 DE JANEIRO DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 103/2015, resolve:

Art. 1º Fica concedida progressão por cursos de formação ao servidor João Paulo da Silva, matrícula nº 329878/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, nível 200, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 200, referência C.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em janeiro de 2015.

Capinzal - SC, em 14 de janeiro de 2015
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 043/2015

PORTARIA Nº 043, DE 15 DE JANEIRO DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 110/2015, resolve:

Art. 1º Fica concedida progressão por cursos de formação à servidora Roselaine Bevilaqua, matrícula nº 332984/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, nível 246, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 246, referência C.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em janeiro de 2015.

Capinzal - SC, em 14 de janeiro de 2015
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 497/2015

PORTARIA Nº 497, DE 20 DE MARÇO DE 2015

Coloca servidor à disposição, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no § 2º do artigo 18 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, e no memorando 0099/2015/SECE, resolve:

Art. 1º Fica à disposição da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, a contar de 12 de janeiro de 2015, a servidora Leila Vieira Kerschner Dambrós, matrícula nº 313165/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Escrivário, nível 153, referência G, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 12 de janeiro de 2015

Capinzal - SC, em 20 de março de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

RGF 1º BIMESTRE 2015

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	28.573.902,26	0,00
Pessoal Ativo	27.160.448,09	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	860.628,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	552.826,17	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	28.573.902,26	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	62.879.810,37	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	28.573.902,26	45,44
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	37.727.886,22	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	35.841.491,91	57,00
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	33.955.097,60	54,00
FONTE:		

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	27.470.395,37	0,00
Pessoal Ativo	26.056.941,20	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	860.628,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	552.826,17	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	27.470.395,37	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	62.879.810,37	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	27.470.395,37	43,69
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	33.955.097,60	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	32.257.342,72	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	30.559.587,84	48,60
FONTE:		

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015
		Até o Mês
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.653.892,33	1.456.855,99
Dívida Mobiliária	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.653.892,33	1.456.855,99
Interna	1.653.892,33	1.456.855,99
Externa	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	8.955.586,60	10.054.846,18
Disponibilidade de Caixa Bruta	8.975.629,46	11.846.296,09
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	20.042,86	1.791.449,91
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-7.301.694,27	-8.597.990,19
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	62.340.370,81	62.879.810,37
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	2,65%	2,32%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-11,71%	-13,67%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	74.808.444,97	75.455.772,44
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	67.327.600,47	67.910.195,20

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015
		Até o Mês
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	1.653.892,33	1.456.855,99
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	1.653.892,33	1.456.855,99

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015
		Até o Mês
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	226.912,05
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.631.404,27	2.544.977,90
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015
		Até o Mês
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO		
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015
		Até o Mês
Investimentos	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00

Capinzal, 29/03/2015

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC 017849/O-8

FONTE:

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015
		Até o Mês
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.653.892,33	1.456.855,99
Dívida Mobiliária	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.653.892,33	1.456.855,99
Interna	1.653.892,33	1.456.855,99
Externa	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	8.955.586,60	10.054.846,18
Disponibilidade de Caixa Bruta	8.975.629,46	11.846.296,09
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	20.042,86	1.791.449,91
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-7.301.694,27	-8.597.990,19
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	62.340.370,81	62.879.810,37
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	2,65%	2,32%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-11,71%	-13,67%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	74.808.444,97	75.455.772,44
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	67.327.600,47	67.910.195,20

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015
		Até o Mês
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	1.653.892,33	1.456.855,99
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	1.653.892,33	1.456.855,99

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015
		Até o Mês
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	226.912,05
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.631.404,27	2.544.977,90
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015
		Até o Mês
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO		
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015
		Até o Mês
Investimentos	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00

Capinzal, 29/03/2015

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC 017849/O-8

FONTE:

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015
		Até o Mês
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.653.892,33	1.456.855,99
Dívida Mobiliária	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.653.892,33	1.456.855,99
Interna	1.653.892,33	1.456.855,99
Externa	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	8.955.586,60	10.054.846,18
Disponibilidade de Caixa Bruta	8.975.629,46	11.846.296,09
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	20.042,86	1.791.449,91
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-7.301.694,27	-8.597.990,19
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	62.340.370,81	62.879.810,37
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	2,65%	2,32%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-11,71%	-13,67%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	74.808.444,97	75.455.772,44
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	67.327.600,47	67.910.195,20

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015
		Até o Mês
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	1.653.892,33	1.456.855,99
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	1.653.892,33	1.456.855,99

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015
		Até o Mês
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	226.912,05
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.631.404,27	2.544.977,90
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015
		Até o Mês
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO		
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015
		Até o Mês
Investimentos	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00

Capinzal, 29/03/2015

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC 017849/O-8

FONTE:

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Bimestre de referência	Até o Bimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	1.456.855,99	1.456.855,99
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	1.456.855,99	1.456.855,99
Interna	1.456.855,99	1.456.855,99
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	1.456.855,99	1.456.855,99
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	62.879.810,37	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	1.456.855,99	2,32
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	10.060.769,66	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	9.054.692,69	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	4.401.586,73	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	1.456.855,99	2,32

FONTE:

Capinzal, 29/03/2015

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC 017849/O-8

RREO 1º BIMESTRE 2015

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	79.980.000,00	79.980.000,00	9.906.273,93	12,39	9.906.273,93	12,39	70.073.726,07
RECEITAS CORRENTES	77.283.365,00	77.283.365,00	9.906.273,93	12,82	9.906.273,93	12,82	67.377.091,07
RECEITA TRIBUTÁRIA	7.214.610,14	7.214.610,14	724.413,13	10,04	724.413,13	10,04	6.490.197,01
IMPOSTOS	5.855.196,46	5.855.196,46	700.449,37	11,96	700.449,37	11,96	5.154.747,09
TAXAS	345.283,00	345.283,00	23.963,76	6,94	23.963,76	6,94	321.319,24
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.014.130,68	1.014.130,68	0,00	0,00	0,00	0,00	1.014.130,68
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	991.920,00	991.920,00	177.830,96	17,93	177.830,96	17,93	814.089,04
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	13.920,00	13.920,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.920,00
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	978.000,00	978.000,00	177.830,96	18,18	177.830,96	18,18	800.169,04
RECEITA PATRIMONIAL	742.789,11	742.789,11	165.089,96	22,23	165.089,96	22,23	577.699,15
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	47.786,63	47.786,63	1.698,46	3,55	1.698,46	3,55	46.088,17
RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS	685.354,52	685.354,52	158.088,52	23,07	158.088,52	23,07	527.266,00
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	8.840,00	8.840,00	5.302,98	59,99	5.302,98	59,99	3.537,02
Outras Receitas Patrimoniais	807,96	807,96	0,00	0,00	0,00	0,00	807,96
RECEITA AGROPECUÁRIA	191.077,43	191.077,43	23.206,76	12,15	23.206,76	12,15	167.870,67
Receita da Produção Vegetal	737,43	737,43	0,00	0,00	0,00	0,00	737,43
Receita da Produção Animal e Derivados	820,00	820,00	0,00	0,00	0,00	0,00	820,00
Outras Receitas Agropecuárias	189.520,00	189.520,00	23.206,76	12,25	23.206,76	12,25	166.313,24
RECEITA INDUSTRIAL	682,82	682,82	0,00	0,00	0,00	0,00	682,82
RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	682,82	682,82	0,00	0,00	0,00	0,00	682,82
RECEITA DE SERVIÇOS	5.600.169,76	5.600.169,76	860.811,00	15,37	860.811,00	15,37	4.739.358,76
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	58.685.099,29	58.685.099,29	7.634.498,30	13,01	7.634.498,30	13,01	51.050.600,99
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	56.575.417,61	56.575.417,61	7.492.053,17	13,24	7.492.053,17	13,24	49.083.364,44
Transf. de Instituições Privadas	20.340,00	20.340,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.340,00
Transf. de Pessoas	4.225,00	4.225,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.225,00
Transf. de Conv.	2.085.116,68	2.085.116,68	142.445,13	6,83	142.445,13	6,83	1.942.671,55
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.857.016,45	3.857.016,45	320.423,82	8,31	320.423,82	8,31	3.536.592,63
Multas e Juros de Mora	532.642,21	532.642,21	49.087,06	9,22	49.087,06	9,22	483.555,15
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	168.156,25	168.156,25	8.676,26	5,16	8.676,26	5,16	159.479,99
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	849.152,43	849.152,43	224.701,56	26,46	224.701,56	26,46	624.450,87
RECEITAS DIVERSAS	2.307.065,56	2.307.065,56	37.958,94	1,65	37.958,94	1,65	2.269.106,62
RECEITAS DE CAPITAL	2.696.635,00	2.696.635,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.696.635,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	134.235,00	134.235,00	0,00	0,00	0,00	0,00	134.235,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	134.235,00	134.235,00	0,00	0,00	0,00	0,00	134.235,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	79.980.000,00	79.980.000,00	9.906.273,93	12,39	9.906.273,93	12,39	70.073.726,07
	1.062.400,00	1.062.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.062.400,00
	1.062.400,00	1.062.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.062.400,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	79.980.000,00	79.980.000,00	9.906.273,93	12,39	9.906.273,93	12,39	70.073.726,07
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilidade Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilidade Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	79.980.000,00	79.980.000,00	9.906.273,93	12,39	9.906.273,93	12,39	70.073.726,07
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	79.980.000,00	79.980.000,00	9.906.273,93	12,39	9.906.273,93	12,39	70.073.726,07
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	423.322,61	—	—	193.492,48	—	—
Superávit Financeiro	—	423.322,61	—	—	193.492,48	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)				
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	79.980.000,00	81.994.290,47	8.904.544,27	8.904.544,27	73.089.746,20	7.593.846,52	7.593.846,52	74.400.443,95	6.328.912,21
DESPESAS CORRENTES	61.607.362,17	61.890.194,78	8.313.460,75	8.313.460,75	54.787.070,77	7.103.114,01	7.103.114,01	54.787.070,77	5.845.466,70
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33.263.364,73	33.602.729,14	4.500.275,30	4.500.275,30	29.102.453,84	4.491.378,45	4.491.378,45	29.111.350,69	4.146.678,43
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	310.000,00	310.000,00	29.751,08	29.751,08	280.248,92	29.751,08	29.751,08	280.248,92	29.751,08
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.033.997,44	27.977.455,64	3.783.434,37	3.783.434,37	24.194.021,27	2.581.984,48	2.581.984,48	25.395.471,16	1.669.037,19

Continua 2/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i) = (e-h)	(j) = (g-h)		(l)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	79.980.000,00	81.994.290,47	8.904.544,27	8.904.544,27	73.089.746,20	7.593.846,52	7.593.846,52	74.400.443,95	6.328.912,21
DESPESAS DE CAPITAL	18.347.637,83	20.079.105,69	591.083,52	591.083,52	19.588.373,18	490.732,51	490.732,51	19.588.373,18	483.445,51
INVESTIMENTOS	17.037.637,83	18.769.105,69	394.047,18	394.047,18	18.375.058,51	293.696,17	293.696,17	18.475.409,52	286.409,17
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.310.000,00	1.310.000,00	197.036,34	197.036,34	1.112.963,66	197.036,34	197.036,34	1.112.963,66	197.036,34
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	79.980.000,00	81.994.290,47	8.904.544,27	8.904.544,27	73.089.746,20	7.593.846,52	7.593.846,52	81.994.290,47	6.328.912,21
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	79.980.000,00	81.994.290,47	8.904.544,27	8.904.544,27	73.089.746,20	7.593.846,52	7.593.846,52	81.994.290,47	6.328.912,21
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	1.001.729,66	—	—	2.312.427,41	—	9.906.273,93
TOTAL (XIV) = (XI + XII)	79.980.000,00	81.994.290,47	8.904.544,27	9.906.273,93	—	7.593.846,52	9.906.273,93	—	16.235.186,14

FONTE:

Capinzal, 29/03/2015

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	79.980.000,00	79.980.000,00	9.906.273,93	12,39	9.906.273,93	12,39
RECEITAS CORRENTES	77.283.365,00	77.283.365,00	9.906.273,93	12,82	9.906.273,93	12,82
RECEITA TRIBUTÁRIA	7.214.610,14	7.214.610,14	724.413,13	10,04	724.413,13	10,04
IMPOSTOS	5.855.196,46	5.855.196,46	700.449,37	11,96	700.449,37	11,96
TAXAS	345.283,00	345.283,00	23.963,76	6,94	23.963,76	6,94
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.014.130,68	1.014.130,68	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	991.920,00	991.920,00	177.830,96	17,93	177.830,96	17,93
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	13.920,00	13.920,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	978.000,00	978.000,00	177.830,96	18,18	177.830,96	18,18
RECEITA PATRIMONIAL	742.789,11	742.789,11	165.089,96	22,23	165.089,96	22,23
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	47.786,63	47.786,63	1.698,46	3,55	1.698,46	3,55
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	685.354,52	685.354,52	158.088,52	23,07	158.088,52	23,07
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	8.840,00	8.840,00	5.302,98	59,99	5.302,98	59,99
Outras Receitas Patrimoniais	807,96	807,96	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	191.077,43	191.077,43	23.206,76	12,15	23.206,76	12,15
Receita da Produção Vegetal	737,43	737,43	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	820,00	820,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	189.520,00	189.520,00	23.206,76	12,25	23.206,76	12,25
RECEITA INDUSTRIAL	682,82	682,82	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	682,82	682,82	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	5.600.169,76	5.600.169,76	860.811,00	15,37	860.811,00	15,37
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	58.685.099,29	58.685.099,29	7.634.498,30	13,01	7.634.498,30	13,01
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	56.575.417,61	56.575.417,61	7.492.053,17	13,24	7.492.053,17	13,24
Transf. de Instituições Privadas	20.340,00	20.340,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Pessoas	4.225,00	4.225,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Conv.	2.085.116,68	2.085.116,68	142.445,13	6,83	142.445,13	6,83
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.857.016,45	3.857.016,45	320.423,82	8,31	320.423,82	8,31
Multas e Juros de Mora	532.642,21	532.642,21	49.087,06	9,22	49.087,06	9,22
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	168.156,25	168.156,25	8.676,26	5,16	8.676,26	5,16
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	849.152,43	849.152,43	224.701,56	26,46	224.701,56	26,46
RECEITAS DIVERSAS	2.307.065,56	2.307.065,56	37.958,94	1,65	37.958,94	1,65
RECEITAS DE CAPITAL	2.696.635,00	2.696.635,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	134.235,00	134.235,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	134.235,00	134.235,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	79.980.000,00	79.980.000,00	9.906.273,93	12,39	9.906.273,93	12,39	70.073.726,07
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.062.400,00	1.062.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.062.400,00
	1.062.400,00	1.062.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.062.400,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	79.980.000,00	79.980.000,00	9.906.273,93	12,39	9.906.273,93	12,39	70.073.726,07
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	79.980.000,00	79.980.000,00	9.906.273,93	12,39	9.906.273,93	12,39	70.073.726,07
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	79.980.000,00	79.980.000,00	9.906.273,93	12,39	9.906.273,93	12,39	70.073.726,07
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)							
Superávit Financeiro	—	423.322,61	—	—	193.492,48	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	423.322,61	—	—	193.492,48	—	—
	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	79.980.000,00	81.994.290,47	8.904.544,27	8.904.544,27	73.089.746,20	7.593.846,52	7.593.846,52	74.400.443,95	6.328.912,21
DESPESAS CORRENTES	61.607.362,17	61.890.184,78	8.313.460,75	8.313.460,75	54.787.070,77	7.103.114,01	7.103.114,01	54.787.070,77	5.845.466,70
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33.263.364,73	33.602.729,14	4.500.275,30	4.500.275,30	29.102.453,84	4.491.378,45	4.491.378,45	29.111.350,69	4.146.678,43
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	310.000,00	310.000,00	29.751,08	29.751,08	280.248,92	29.751,08	29.751,08	280.248,92	29.751,08
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.033.997,44	27.977.455,64	3.783.434,37	3.783.434,37	24.194.021,27	2.581.984,48	2.581.984,48	25.395.471,16	1.669.037,19

Continua 2/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i) = (e-h)	(j) = (g-h)		(l)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	79.980.000,00	81.994.290,47	8.904.544,27	8.904.544,27	73.089.746,20	7.593.846,52	7.593.846,52	74.400.443,95	6.328.912,21
DESPESAS DE CAPITAL	18.347.637,83	20.079.105,69	591.083,52	591.083,52	19.588.373,18	490.732,51	490.732,51	19.588.373,18	483.445,51
INVESTIMENTOS	17.037.637,83	18.769.105,69	394.047,18	394.047,18	18.375.058,51	293.696,17	293.696,17	18.475.409,52	286.409,17
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.310.000,00	1.310.000,00	197.036,34	197.036,34	1.112.963,66	197.036,34	197.036,34	1.112.963,66	197.036,34
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	79.980.000,00	81.994.290,47	8.904.544,27	8.904.544,27	73.089.746,20	7.593.846,52	7.593.846,52	81.994.290,47	6.328.912,21
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	79.980.000,00	81.994.290,47	8.904.544,27	8.904.544,27	73.089.746,20	7.593.846,52	7.593.846,52	81.994.290,47	6.328.912,21
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	1.001.729,66	—	—	2.312.427,41	—	9.906.273,93
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	79.980.000,00	81.994.290,47	8.904.544,27	9.906.273,93	—	7.593.846,52	9.906.273,93	—	16.235.186,14

FONTE:

Capinzal, 29/03/2015

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	79.980.000,00	79.980.000,00	9.906.273,93	12,39	9.906.273,93	12,39
RECEITAS CORRENTES	77.283.365,00	77.283.365,00	9.906.273,93	12,82	9.906.273,93	12,82
RECEITA TRIBUTÁRIA	7.214.610,14	7.214.610,14	724.413,13	10,04	724.413,13	10,04
IMPOSTOS	5.855.196,46	5.855.196,46	700.449,37	11,96	700.449,37	11,96
TAXAS	345.283,00	345.283,00	23.963,76	6,94	23.963,76	6,94
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.014.130,68	1.014.130,68	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	991.920,00	991.920,00	177.830,96	17,93	177.830,96	17,93
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	13.920,00	13.920,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	978.000,00	978.000,00	177.830,96	18,18	177.830,96	18,18
RECEITA PATRIMONIAL	742.789,11	742.789,11	165.089,96	22,23	165.089,96	22,23
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	47.786,63	47.786,63	1.698,46	3,55	1.698,46	3,55
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	685.354,52	685.354,52	158.088,52	23,07	158.088,52	23,07
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	8.840,00	8.840,00	5.302,98	59,99	5.302,98	59,99
Outras Receitas Patrimoniais	807,96	807,96	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	191.077,43	191.077,43	23.206,76	12,15	23.206,76	12,15
Receita da Produção Vegetal	737,43	737,43	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	820,00	820,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	189.520,00	189.520,00	23.206,76	12,25	23.206,76	12,25
RECEITA INDUSTRIAL	682,82	682,82	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	682,82	682,82	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	5.600.169,76	5.600.169,76	860.811,00	15,37	860.811,00	15,37
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	58.685.099,29	58.685.099,29	7.634.498,30	13,01	7.634.498,30	13,01
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	56.575.417,61	56.575.417,61	7.492.053,17	13,24	7.492.053,17	13,24
Transf. de Instituições Privadas	20.340,00	20.340,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Pessoas	4.225,00	4.225,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Conv.	2.085.116,68	2.085.116,68	142.445,13	6,83	142.445,13	6,83
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.857.016,45	3.857.016,45	320.423,82	8,31	320.423,82	8,31
Multas e Juros de Mora	532.642,21	532.642,21	49.087,06	9,22	49.087,06	9,22
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	168.156,25	168.156,25	8.676,26	5,16	8.676,26	5,16
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	849.152,43	849.152,43	224.701,56	26,46	224.701,56	26,46
RECEITAS DIVERSAS	2.307.065,56	2.307.065,56	37.958,94	1,65	37.958,94	1,65
RECEITAS DE CAPITAL	2.696.635,00	2.696.635,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	134.235,00	134.235,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	134.235,00	134.235,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	79.980.000,00	79.980.000,00	9.906.273,93	12,39	9.906.273,93	12,39	70.073.726,07
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.062.400,00	1.062.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.062.400,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.062.400,00	1.062.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.062.400,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	79.980.000,00	79.980.000,00	9.906.273,93	12,39	9.906.273,93	12,39	70.073.726,07
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	79.980.000,00	79.980.000,00	9.906.273,93	12,39	9.906.273,93	12,39	70.073.726,07
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	79.980.000,00	79.980.000,00	9.906.273,93	12,39	9.906.273,93	12,39	70.073.726,07
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	423.322,61	—	—	193.492,48	—	—
Superávit Financeiro	—	423.322,61	—	—	193.492,48	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	79.980.000,00	81.994.290,47	8.904.544,27	8.904.544,27	73.089.746,20	7.593.846,52	7.593.846,52	74.400.443,95	6.328.912,22
DESPESAS CORRENTES	61.607.362,17	61.890.184,78	8.313.460,75	8.313.460,75	54.787.070,77	7.103.114,01	7.103.114,01	54.787.070,77	5.845.466,71
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33.263.364,73	33.602.729,14	4.500.275,30	4.500.275,30	29.102.453,84	4.491.378,45	4.491.378,45	29.111.350,69	4.146.678,44
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	310.000,00	310.000,00	29.751,08	29.751,08	280.248,92	29.751,08	29.751,08	280.248,92	29.751,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.033.997,44	27.977.455,64	3.783.434,37	3.783.434,37	24.194.021,27	2.581.984,48	2.581.984,48	25.395.471,46	1.669.037,11

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(i) = (e-h)	(j)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	79.980.000,00	81.994.290,47	8.904.544,27	8.904.544,27	73.089.746,20	7.593.846,52	7.593.846,52	74.400.443,95	6.328.912,21
DESPESAS DE CAPITAL	18.347.637,83	20.079.105,69	591.083,52	591.083,52	19.588.373,18	490.732,51	490.732,51	19.588.373,18	483.445,51
INVESTIMENTOS	17.037.637,83	18.769.105,69	394.047,18	394.047,18	18.375.058,51	293.696,17	293.696,17	18.475.409,52	286.409,11
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	1.310.000,00	1.310.000,00	197.036,34	197.036,34	1.112.963,66	197.036,34	197.036,34	1.112.963,66	197.036,34
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	79.980.000,00	81.994.290,47	8.904.544,27	8.904.544,27	73.089.746,20	7.593.846,52	7.593.846,52	81.994.290,47	6.328.912,21
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	79.980.000,00	81.994.290,47	8.904.544,27	8.904.544,27	73.089.746,20	7.593.846,52	7.593.846,52	81.994.290,47	6.328.912,21
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	1.001.729,66	—	—	2.312.427,41	—	9.906.273,93
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	79.980.000,00	81.994.290,47	8.904.544,27	9.906.273,93	—	7.593.846,52	9.906.273,93	—	16.235.186,14

FONTE:

Capinzal, 29/03/2015

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	79.980.000,00	79.980.000,00	9.906.273,93	12,39	9.906.273,93	12,39
RECEITAS CORRENTES	77.283.365,00	77.283.365,00	9.906.273,93	12,82	9.906.273,93	12,82
RECEITA TRIBUTÁRIA	7.214.610,14	7.214.610,14	724.413,13	10,04	724.413,13	10,04
IMPOSTOS	5.855.196,46	5.855.196,46	700.449,37	11,96	700.449,37	11,96
TAXAS	345.283,00	345.283,00	23.963,76	6,94	23.963,76	6,94
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.014.130,68	1.014.130,68	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	991.920,00	991.920,00	177.830,96	17,93	177.830,96	17,93
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	13.920,00	13.920,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	978.000,00	978.000,00	177.830,96	18,18	177.830,96	18,18
RECEITA PATRIMONIAL	742.789,11	742.789,11	165.089,96	22,23	165.089,96	22,23
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	47.786,63	47.786,63	1.698,46	3,55	1.698,46	3,55
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	685.354,52	685.354,52	158.088,52	23,07	158.088,52	23,07
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	8.840,00	8.840,00	5.302,98	59,99	5.302,98	59,99
Outras Receitas Patrimoniais	807,96	807,96	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	191.077,43	191.077,43	23.206,76	12,15	23.206,76	12,15
Receita da Produção Vegetal	737,43	737,43	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	820,00	820,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	189.520,00	189.520,00	23.206,76	12,25	23.206,76	12,25
RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	682,82	682,82	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	5.600.169,76	5.600.169,76	860.811,00	15,37	860.811,00	15,37
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	58.685.099,29	58.685.099,29	7.634.498,30	13,01	7.634.498,30	13,01
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	56.575.417,61	56.575.417,61	7.492.053,17	13,24	7.492.053,17	13,24
Transf. de Instituições Privadas	20.340,00	20.340,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Pessoas	4.225,00	4.225,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Conv.	2.085.116,68	2.085.116,68	142.445,13	6,83	142.445,13	6,83
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.857.016,45	3.857.016,45	320.423,82	8,31	320.423,82	8,31
Multas e Juros de Mora	532.642,21	532.642,21	49.087,06	9,22	49.087,06	9,22
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	168.156,25	168.156,25	8.676,26	5,16	8.676,26	5,16
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	849.152,43	849.152,43	224.701,56	26,46	224.701,56	26,46
RECEITAS DIVERSAS	2.307.065,56	2.307.065,56	37.958,94	1,65	37.958,94	1,65
RECEITAS DE CAPITAL	2.696.635,00	2.696.635,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	134.235,00	134.235,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MOVEIS	134.235,00	134.235,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	79.980.000,00	79.980.000,00	9.906.273,93	12,39	9.906.273,93	12,39	70.073.726,07
	1.062.400,00	1.062.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.062.400,00
	1.062.400,00	1.062.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.062.400,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	79.980.000,00	79.980.000,00	9.906.273,93	12,39	9.906.273,93	12,39	70.073.726,07
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	79.980.000,00	79.980.000,00	9.906.273,93	12,39	9.906.273,93	12,39	70.073.726,07
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	79.980.000,00	79.980.000,00	9.906.273,93	12,39	9.906.273,93	12,39	70.073.726,07
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	423.322,61	—	—	193.492,48	—	—
Superávit Financeiro	—	423.322,61	—	—	193.492,48	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)				
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	79.980.000,00	81.994.290,47	8.904.544,27	8.904.544,27	73.089.746,20	7.593.846,52	7.593.846,52	74.400.443,95	6.328.912,21
DESPESAS CORRENTES	61.607.362,17	61.890.194,78	8.313.460,75	8.313.460,75	54.787.070,77	7.103.114,01	7.103.114,01	54.787.070,77	5.845.466,70
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33.263.364,73	33.602.729,14	4.500.275,30	4.500.275,30	29.102.453,84	4.491.378,45	4.491.378,45	29.111.350,69	4.146.678,43
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	310.000,00	310.000,00	29.751,08	29.751,08	280.248,92	29.751,08	29.751,08	280.248,92	29.751,08
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.033.997,44	27.977.455,64	3.783.434,37	3.783.434,37	24.194.021,27	2.581.984,48	2.581.984,48	25.395.471,16	1.669.037,19

Continua 2/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i) = (e-h)	(j) = (g-h)		(l)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	79.980.000,00	81.994.290,47	8.904.544,27	8.904.544,27	73.089.746,20	7.593.846,52	7.593.846,52	74.400.443,95	6.328.912,21
DESPESAS DE CAPITAL	18.347.637,83	20.079.105,69	591.083,52	591.083,52	19.588.373,18	490.732,51	490.732,51	19.588.373,18	483.445,51
INVESTIMENTOS	17.037.637,83	18.769.105,69	394.047,18	394.047,18	18.375.058,51	293.696,17	293.696,17	18.475.409,52	286.409,17
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.310.000,00	1.310.000,00	197.036,34	197.036,34	1.112.963,66	197.036,34	197.036,34	1.112.963,66	197.036,34
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	79.980.000,00	81.994.290,47	8.904.544,27	8.904.544,27	73.089.746,20	7.593.846,52	7.593.846,52	81.994.290,47	6.328.912,21
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	79.980.000,00	81.994.290,47	8.904.544,27	8.904.544,27	73.089.746,20	7.593.846,52	7.593.846,52	81.994.290,47	6.328.912,21
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	1.001.729,66	—	—	2.312.427,41	—	9.906.273,93
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	79.980.000,00	81.994.290,47	8.904.544,27	9.906.273,93	—	7.593.846,52	9.906.273,93	—	16.235.186,14

FONTE:

Capinzal, 29/03/2015

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				% (b/Total b)			% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	79.980.000,00	81.994.290,47	8.304.544,27	100,00	73.089.746,20	7.593.846,52	100,00	74.400.443,95
Ação Legislativa	2.805.000,00	2.805.000,00	193.475,95	2,17	2.611.524,05	193.475,95	2,55	2.611.524,05
Administração	2.805.000,00	2.805.000,00	193.475,95	2,17	2.611.524,05	193.475,95	2,55	2.611.524,05
Administração Geral	10.882.741,25	10.882.741,25	1.432.475,96	16,09	9.450.265,29	1.191.059,72	15,68	9.691.681,53
Segurança Pública	10.882.741,25	10.882.741,25	1.432.475,96	16,09	9.450.265,29	1.191.059,72	15,68	9.691.681,53
Policiamento	839.895,00	923.853,20	49.908,34	0,56	873.944,86	49.908,34	0,66	873.944,86
Defesa Civil	396.200,00	396.200,00	19.567,15	0,22	366.632,85	19.567,15	0,26	366.632,85
Assistência Social	453.695,00	537.653,20	30.341,19	0,34	507.312,01	30.341,19	0,40	507.312,01
Assistência ao Idoso	1.707.543,18	1.707.543,18	30.410,70	0,34	1.677.132,48	30.410,70	0,40	1.677.132,48
Assistência à Criança e ao Adolescente	51.500,00	51.500,00	1.806,03	0,02	49.693,97	1.806,03	0,02	49.693,97
Assistência Comunitária	959.664,00	959.664,00	20.085,49	0,23	939.578,51	20.085,49	0,26	939.578,51
Saúde	696.379,18	696.379,18	8.519,18	0,10	687.860,00	8.519,18	0,11	687.860,00
Atenção Básica	13.910.229,66	13.910.229,66	1.398.897,73	15,71	12.511.331,93	1.398.897,73	18,42	12.511.331,93
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	11.988.851,86	11.988.851,86	1.115.352,23	12,53	10.873.499,63	1.115.352,23	14,59	10.873.499,63
Suporte Profilático e Terapêutico	87.440,00	87.440,00	516,00	0,01	86.924,00	516,00	0,01	86.924,00
Vigilância Sanitária	926.417,80	926.417,80	273.601,26	3,07	652.816,54	273.601,26	3,60	652.816,54
Vigilância Epidemiológica	118.400,00	118.400,00	3.275,00	0,04	115.125,00	3.275,00	0,04	115.125,00
Vigilância Alimentação e Nutrição	69.184,00	69.184,00	0,00	0,00	69.184,00	0,00	0,00	69.184,00
Alimentação	719.936,00	719.936,00	6.153,24	0,07	713.782,76	6.153,24	0,08	713.782,76
Educação	18.963.797,04	19.303.161,45	2.362.375,39	26,53	16.940.786,06	2.362.375,39	31,11	16.940.786,06
Ensino Fundamental	15.693.105,10	16.032.469,51	1.886.547,66	21,19	14.145.921,85	1.886.547,66	24,84	14.145.921,85
Ensino Médio	59.200,00	59.200,00	0,00	0,00	59.200,00	0,00	0,00	59.200,00
Ensino Superior	46.400,00	46.400,00	0,00	0,00	46.400,00	0,00	0,00	46.400,00
Educação Infantil	3.036.131,94	3.036.131,94	475.827,73	5,34	2.560.304,21	475.827,73	6,27	2.560.304,21
Educação de Jovens e Adultos	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
Educação Especial	108.960,00	108.960,00	0,00	0,00	108.960,00	0,00	0,00	108.960,00
Cultura	974.656,00	974.656,00	130.986,18	1,47	843.669,82	130.986,18	1,72	843.669,82
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
Difusão Cultural	954.656,00	954.656,00	130.986,18	1,47	823.669,82	130.986,18	1,72	823.669,82
Urbanismo	15.649.659,05	16.996.876,91	1.025.906,70	11,52	15.970.970,21	1.025.906,70	13,51	15.970.970,21
Infra-Estrutura Urbana	3.973.640,00	3.973.640,00	46.875,11	0,53	3.926.764,89	46.875,11	0,62	3.926.764,89
Serviços Urbanos	10.117.103,05	11.464.320,91	847.645,82	9,52	10.616.675,09	847.645,82	11,16	10.616.675,09
Transportes Coletivos Urbanos	1.558.916,00	1.558.916,00	131.385,77	1,48	1.427.530,23	131.385,77	1,73	1.427.530,23
Habitação	623.015,00	623.015,00	0,00	0,00	623.015,00	0,00	0,00	623.015,00
Habitação Urbana	623.015,00	623.015,00	0,00	0,00	623.015,00	0,00	0,00	623.015,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				% (b/Total b)			% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)								
Saneamento	79.980.000,00	81.984.290,47	8.904.544,27	100,00	73.089.746,20	7.593.846,52	100,00	74.400.443,95
Saneamento Básico Rural	5.816.582,50	5.816.582,50	1.476.004,03	16,58	4.340.578,47	455.388,01	6,00	5.361.194,49
Saneamento Básico Urbano	135.000,00	135.000,00	0,00	0,00	135.000,00	0,00	0,00	135.000,00
Gestão Ambiental	5.681.582,50	5.681.582,50	1.476.004,03	16,58	4.205.578,47	455.388,01	6,00	5.226.194,49
Preservação e Conservação Ambiental	89.520,00	89.520,00	0,00	0,00	89.520,00	0,00	0,00	89.520,00
Recuperação de Áreas Degradadas	58.896,00	58.896,00	0,00	0,00	58.896,00	0,00	0,00	58.896,00
Recursos Hídricos	16.704,00	16.704,00	0,00	0,00	16.704,00	0,00	0,00	16.704,00
Agricultura	13.920,00	13.920,00	0,00	0,00	13.920,00	0,00	0,00	13.920,00
Vigilância Sanitária	1.153.664,00	1.153.664,00	87.083,54	0,98	1.066.580,46	87.083,54	1,15	1.066.580,46
Promoção da Produção Vegetal	48.000,00	48.000,00	0,00	0,00	48.000,00	0,00	0,00	48.000,00
Promoção da Produção Animal	973.600,00	973.600,00	77.407,36	0,87	896.192,64	77.407,36	1,02	896.192,64
Defesa Sanitária Animal	23.200,00	23.200,00	6.085,20	0,07	17.114,80	6.085,20	0,08	17.114,80
Extensão Rural	50.400,00	50.400,00	3.590,98	0,04	46.809,02	3.590,98	0,05	46.809,02
Comércio e Serviços	58.464,00	58.464,00	0,00	0,00	58.464,00	0,00	0,00	58.464,00
Promoção Comercial	1.074.500,00	1.074.500,00	15.606,59	0,18	1.058.893,41	15.606,59	0,21	1.058.893,41
Turismo	542.460,00	542.460,00	6.131,59	0,07	536.328,41	6.131,59	0,08	536.328,41
Comunicações	532.040,00	532.040,00	9.475,00	0,11	522.565,00	9.475,00	0,12	522.565,00
Telecomunicações	50.000,00	50.000,00	2.715,70	0,03	47.284,30	2.715,70	0,04	47.284,30
Transporte	50.000,00	50.000,00	2.715,70	0,03	47.284,30	2.715,70	0,04	47.284,30
Transporte Rodoviário	1.322.300,00	1.322.300,00	54.170,61	0,61	1.268.129,39	54.170,61	0,71	1.268.129,39
Desporto e Lazer	1.322.300,00	1.322.300,00	54.170,61	0,61	1.268.129,39	54.170,61	0,71	1.268.129,39
Desporto Comunitário	709.993,00	953.743,00	25.521,73	0,29	928.221,27	25.521,73	0,34	928.221,27
Encargos Especiais	709.993,00	953.743,00	25.521,73	0,29	928.221,27	25.521,73	0,34	928.221,27
Administração Geral	3.381.904,32	3.381.904,32	619.005,12	6,95	2.762.899,20	570.339,63	7,51	2.811.564,69
	3.381.904,32	3.381.904,32	619.005,12	6,95	2.762.899,20	570.339,63	7,51	2.811.564,69

Continua 2/3

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				% (b/Total b)			% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	79.980.000,00	81.984.290,47	8.904.544,27	100,00	73.089.746,20	7.593.846,52	100,00	74.400.443,95
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	79.980.000,00	81.984.290,47	8.904.544,27	100,00	73.089.746,20	7.593.846,52	100,00	74.400.443,95

FONTE:

Capinzal, 29/03/2015

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC 017849/O-8

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Capinzal - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

RECEITA CORRENTES (I)	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016	
	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agô/2014	Set/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015		TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.924.188,30	5.313.268,82	6.778.081,48	4.827.549,02	7.023.295,70	5.408.250,87	5.197.748,45	4.890.477,04	5.979.441,29	8.046.625,35	5.471.038,05	5.643.582,14	68.504.346,51	88.904.956,33
IPI, IPTU	428.005,59	548.284,76	1.053.895,32	395.555,20	438.154,36	355.789,73	315.437,79	323.253,35	317.143,11	469.520,12	304.242,60	420.170,53	5.398.471,46	7.214.610,14
IRPJ, IRRF	0,00	230.340,14	794.833,68	83.977,35	88.072,86	75.183,62	10.809,65	4.357,01	6.289,12	12.789,92	553,09	0,00	1.278.186,54	1.423.261,44
IUS, IUS	205.360,71	55.443,92	58.191,01	82.338,42	73.993,60	59.952,68	74.513,90	74.398,85	66.272,00	110.171,61	42.796,25	140.728,13	1.044.125,08	1.114.778,02
ITBI	110.489,99	117.772,01	130.945,32	133.571,30	118.808,02	122.725,61	134.395,14	163.164,99	147.062,69	193.594,26	190.879,69	133.572,18	1.696.821,20	2.011.459,00
Outras Receitas Tributárias	59.673,02	58.709,62	81.691,63	86.261,22	143.430,39	86.017,06	74.192,49	72.017,76	80.825,05	94.184,04	58.042,96	133.873,05	1.039.938,31	1.305.759,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	52.481,87	85.999,07	18.333,68	7.395,91	12.846,39	12.506,76	19.526,61	9.394,74	16.694,25	58.890,29	11.867,59	11.996,17	318.400,33	1.359.413,68
RECEITA PATRIMONIAL	67.688,50	66.876,48	64.894,40	0,00	126.803,07	69.034,51	62.039,25	0,00	163.537,57	79.634,67	96.237,52	81.593,44	878.139,41	978.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	42.279,78	46.678,02	46.341,11	55.146,31	64.237,77	70.334,16	49.413,70	56.113,25	61.542,81	149.209,66	79.487,79	81.071,51	805.855,87	674.039,11
RECEITA INDUSTRIAL	18.438,17	7.373,20	20.905,23	8.941,61	11.507,06	8.542,82	9.802,65	11.091,52	12.159,65	10.979,48	10.155,46	13.050,30	142.548,15	191.077,43
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	662,82
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	484.606,58	456.034,16	467.172,88	465.540,17	470.827,14	484.999,20	475.181,73	489.595,22	480.229,32	525.318,53	387.718,09	473.062,91	5.641.315,93	5.600.169,76
Cota-Parte do FPM	3.796.460,48	4.073.270,37	4.290.993,95	3.831.867,77	5.786.730,82	3.939.659,42	4.188.940,94	3.919.932,59	4.289.491,94	6.678.183,68	4.394.818,88	4.463.355,34	53.604.978,18	68.388.360,82
Cota-Parte do ICMS	753.595,58	860.092,19	1.146.765,61	859.559,97	739.253,26	896.852,12	786.165,86	743.007,70	983.465,71	1.581.812,15	1.198.671,33	1.223.611,20	11.771.256,68	19.197.570,34
Cota-Parte do IPIVA	1.591.327,02	1.527.530,81	1.558.403,88	1.570.593,82	1.461.427,01	1.531.342,89	1.641.589,96	1.694.409,61	1.866.480,25	1.795.090,01	1.749.484,58	1.611.479,32	19.600.129,16	26.894.856,91
Cota-Parte do ITR	176.160,82	176.596,11	198.528,86	177.659,45	213.321,30	175.184,06	175.470,76	170.574,19	87.519,48	59.463,17	92.255,48	134.508,00	1.835.231,68	2.009.277,00
Outras Transferências Correntes	276,68	45,48	9.435,84	483,24	135,53	555,74	2.771,53	22.460,41	292,76	3.889,70	39,84	175,14	4.323,89	57.874,57
Transferências da LC 87/1996	489.462,17	685.744,75	448.633,66	372.252,82	2.581.718,18	480.457,22	724.481,12	389.849,28	410.465,17	2.295.139,07	392.851,01	625.337,49	9.876.392,94	8.594.397,93
Transferências do FUNDEB	21.184,06	23.047,56	25.088,42	23.876,35	24.328,45	25.263,41	23.793,00	25.480,30	29.258,97	28.870,10	35.470,31	21.691,56	306.352,88	328.677,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	787.502,15	793.459,23	867.572,83	821.012,88	760.232,53	813.217,13	829.901,86	867.084,25	905.241,75	899.400,78	915.046,33	846.553,63	10.106.222,45	11.273.656,00
DEDUÇÕES (II)	84.709,20	114.771,83	881.882,59	78.507,96	125.035,48	508.882,03	98.932,39	90.751,11	645.336,89	133.794,21	209.176,71	111.247,11	3.063.037,51	3.857.016,45
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	508.620,64	518.813,71	588.876,46	527.718,19	488.355,79	527.195,77	526.965,32	532.539,59	594.756,60	596.416,15	615.384,08	598.292,84	6.624.536,14	9.704.261,33
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	4.415.567,86	4.794.465,11	6.189.205,02	4.299.830,83	6.534.339,91	4.881.064,10	4.670.783,13	4.357.837,45	5.384.684,89	7.450.209,20	4.856.453,97	5.045.289,30	62.879.810,37	77.200.695,00
FONTE														

MARILISA APARECIDA PADILHA
CONTADOR(A - CRC 017849/O-8)

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		R\$ 1,00				
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECETAS REALIZADAS		R\$ 1,00	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014		
RECETAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES						
Receita de Contribuições dos Segurados						
Pessoal Civil						
Ativo						
Inativo						
Pensionista						
Pessoal Militar						
Ativo						
Inativo						
Pensionista						
Para Cobertura de Déficit Atuarial						
Em Regime de Débitos e Parcelamentos						
Outras Recetas de Contribuições						
Recalta Patrimonial						
Recaltas Imobiliárias						
Recaltas de Valores Mobiliários						
Outras Recaltas Patrimoniais						
Recalta de Serviços						
Outras Recetas Correntes						
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS						
Demais Recetas Correntes						
RECETAS DE CAPITAL						
Alienação de Bens, Direitos e Ativos						
Amortização de Empréstimos						
Outras Recetas de Capital						
RECETAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)						
TOTAL DAS RECETAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)						
DESPESAS						
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
ADMINISTRAÇÃO						
Despesas Correntes						
Despesas de Capital						
PREVIDÊNCIA SOCIAL						

Continua 1/4

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atual						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2015		2014	
Caixa			0,00			0,00

Continua 2/4

Município de Capinzal - SC

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

BENS E DIREITOS DO RPPS		PERÍODO DE REFERÊNCIA			
		2015		2014	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0			

Continua 3/4

Município de Capinzal - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Capinzal, 29/03/2015

ANDEVIR ISGANZELLA

PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA

CONTADORA - CRC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		R\$ 1,00		
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECETAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECETAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)				
RECETAS CORRENTES				
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECETAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECETAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECETAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atual						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA						
Valor						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2015		2014	
Caixa			0,00			0,00

Continua 2/4

Município de Capinzal - SC

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

BENS E DIREITOS DO RPPS		PERÍODO DE REFERÊNCIA			
		2015		2014	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00			

Continua 3/4

Município de Capinzal - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Capinzal, 29/03/2015

ANDEVIR ISGANZELLA

PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA

CONTADORA - CRC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		R\$ 1,00				
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECETAS REALIZADAS		R\$ 1,00	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014		
RECETAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECETAS CORRENTES						
Receita de Contribuições dos Segurados						
Pessoal Civil						
Ativo						
Inativo						
Pensionista						
Pessoal Militar						
Ativo						
Inativo						
Pensionista						
Para Cobertura de Déficit Atuarial						
Em Regime de Débitos e Parcelamentos						
Outras Recetas de Contribuições						
Recalta Patrimonial						
Recaltas Imobiliárias						
Recaltas de Valores Mobiliários						
Outras Recaltas Patrimoniais						
Recalta de Serviços						
Outras Recetas Correntes						
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS						
Demais Recetas Correntes						
RECETAS DE CAPITAL						
Alienação de Bens, Direitos e Ativos						
Amortização de Empréstimos						
Outras Recetas de Capital						
RECETAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)						
TOTAL DAS RECETAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)						
DESPESAS						
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
ADMINISTRAÇÃO						
Despesas Correntes						
Despesas de Capital						
PREVIDÊNCIA SOCIAL						

Continua 1/4

Município de Capinzal - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00		0,00		0,00	0,00
Aposentadorias	0,00		0,00		0,00	0,00
Pensões	0,00		0,00		0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00		0,00		0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00		0,00		0,00	0,00
Reformas	0,00		0,00		0,00	0,00
Pensões	0,00		0,00		0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00		0,00		0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00		0,00		0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00		0,00		0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00		0,00		0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00		0,00		0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00		0,00		0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00		0,00	-	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR			APORTES REALIZADOS			
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						0,00
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
Valor						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2015		2014	
Caixa				0,00		0,00

Continua 2/4

Município de Capinzal - SC

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

BENS E DIREITOS DO RPPS		PERÍODO DE REFERÊNCIA			
		2015		2014	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
		0,00			

Continua 3/4

Município de Capinzal - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Capinzal, 29/03/2015

ANDEVIR ISGANZELLA

PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA

CONTADORA - CRC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		R\$ 1,00				
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECETAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014		
RECETAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES						
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Recetas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recalta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recaltas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recaltas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Recaltas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recalta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECETAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Recetas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECETAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECETAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS						
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
ADMINISTRAÇÃO						
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/4

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atual						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2015		2014	
Caixa			0,00			0,00

Continua 2/4

Município de Capinzal - SC

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

BENS E DIREITOS DO RPPS		PERÍODO DE REFERÊNCIA			
		2015		2014	
		PREVISÃO ATUALIZADA		RECETAS REALIZADAS	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS		PREVISÃO INICIAL	Até o Bimestre/2015		Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais		0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)		0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)		0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3/4

Município de Capinzal - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Capinzal, 29/03/2015

ANDEVIR ISGANZELLA

PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA

CONTADORA - CRC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)					
	1.500.000,00	0,00			1.500.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	20.079.105,69	591.083,52	490.732,51	0,00	19.488.022,17
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	20.079.105,69	591.083,52	490.732,51	0,00	19.488.022,17
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-18.579.105,69	-591.083,52	-	-	-17.988.022,17

FONTE:

Capinzal, 29/03/2015

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.653.892,33	1.653.892,33	1.456.855,99
DEDUÇÕES (II)	8.955.586,60	8.955.586,60	10.054.846,18
Disponibilidade de Caixa Bruta	8.975.629,46	8.975.629,46	11.846.296,09
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	20.042,86	20.042,86	1.791.449,91
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-7.301.694,27	-7.301.694,27	-8.597.990,19
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-7.301.694,27	-7.301.694,27	-8.597.990,19

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2015 (C - A)
VALOR	-1.296.295,92	-1.296.295,92

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-53.347,50

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Capinzal, 29/03/2015

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	76.599.374,99	9.748.185,41	9.293.877,80
Receita Tributária	7.214.610,14	724.413,13	383.552,49
I.P.T.U.	1.423.261,44	553,09	88,07
I.S.S.	2.011.458,00	324.451,87	211.707,76
I.T.B.I.	1.305.759,00	191.916,03	114.945,07
I.R.R.F.	1.114.718,02	183.528,38	11.872,38
Outras Receitas Tributárias	1.359.413,68	23.963,76	44.939,21
Receita de Contribuição	991.920,00	177.830,96	129.609,10
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	991.920,00	177.830,96	129.609,10
Receita Patrimonial Líquida	58.799,10	7.001,44	5.936,29
Receita Patrimonial	742.789,11	165.089,96	74.362,20
(-) Aplicações Financeiras	683.990,01	158.088,52	68.425,91
Transferências Correntes	58.685.099,29	7.634.498,30	7.338.068,10
F.P.M.	15.358.056,27	1.937.826,08	1.968.038,88
I.C.M.S.	21.467.885,53	2.688.771,30	2.537.333,15
Convênios	2.085.116,68	142.445,13	101.722,83
Outras Transferências Correntes	19.774.040,81	2.865.455,79	2.730.973,24
Demais Receitas Correntes	9.648.946,46	1.204.441,58	1.436.711,82
Dívida Ativa	849.152,43	224.701,56	185.967,47
Diversas Receitas Correntes	8.799.794,03	979.740,02	1.250.744,35
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.696.635,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	1.500.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	134.235,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.062.400,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	1.062.400,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.062.400,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	77.661.774,99	9.748.185,41	9.293.877,80

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	61.890.184,78	8.313.460,75	7.620.554,32	7.103.114,01	6.416.374,92
Pessoal e Encargos Sociais	33.602.729,14	4.500.275,30	4.317.197,11	4.491.378,45	4.289.936,37
Juros e Encargos da Dívida (IX)	310.000,00	29.751,08	53.403,49	29.751,08	53.403,49
Outras Despesas Correntes	27.977.455,64	3.783.434,37	3.249.953,72	2.581.984,48	2.073.035,06
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	61.580.184,78	8.283.709,67	7.567.150,83	7.073.362,93	6.362.971,43
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	20.079.105,69	591.083,52	393.560,83	490.732,51	393.560,83
Investimentos	18.769.105,69	394.047,18	192.233,00	293.696,17	192.233,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.310.000,00	197.036,34	201.327,83	197.036,34	201.327,83
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	18.769.105,69	394.047,18	192.233,00	293.696,17	192.233,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	25.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	80.374.290,47	8.677.756,85	7.759.383,83	7.367.059,10	6.555.204,43
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.712.515,48	1.070.428,56	1.534.493,97	2.381.126,31	2.738.673,37
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-697.405,63

FONTE:

Capinzal, 29/03/2015

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	76.599.374,99	9.748.185,41	9.293.877,80
Receita Tributária	7.214.610,14	724.413,13	383.552,49
I.P.T.U.	1.423.261,44	553,09	88,07
I.S.S.	2.011.458,00	324.451,87	211.707,76
I.T.B.I.	1.305.759,00	191.916,03	114.945,07
I.R.R.F.	1.114.718,02	183.528,38	11.872,38
Outras Receitas Tributárias	1.359.413,68	23.963,76	44.939,21
Receita de Contribuição	991.920,00	177.830,96	129.609,10
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	991.920,00	177.830,96	129.609,10
Receita Patrimonial Líquida	58.799,10	7.001,44	5.936,29
Receita Patrimonial	742.789,11	165.089,96	74.362,20
(-) Aplicações Financeiras	683.990,01	158.088,52	68.425,91
Transferências Correntes	58.685.099,29	7.634.498,30	7.338.068,10
F.P.M.	15.358.056,27	1.937.826,08	1.968.038,88
I.C.M.S.	21.467.885,53	2.688.771,30	2.537.333,15
Convênios	2.085.116,68	142.445,13	101.722,83
Outras Transferências Correntes	19.774.040,81	2.865.455,79	2.730.973,24
Demais Receitas Correntes	9.648.946,46	1.204.441,58	1.436.711,82
Dívida Ativa	849.152,43	224.701,56	185.967,47
Diversas Receitas Correntes	8.799.794,03	979.740,02	1.250.744,35
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.696.635,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	1.500.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	134.235,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.062.400,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	1.062.400,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.062.400,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	77.661.774,99	9.748.185,41	9.293.877,80

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	61.890.184,78	8.313.460,75	7.620.554,32	7.103.114,01	6.416.374,92
Pessoal e Encargos Sociais	33.602.729,14	4.500.275,30	4.317.197,11	4.491.378,45	4.289.936,37
Juros e Encargos da Dívida (IX)	310.000,00	29.751,08	53.403,49	29.751,08	53.403,49
Outras Despesas Correntes	27.977.455,64	3.783.434,37	3.249.953,72	2.581.984,48	2.073.035,06
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	61.580.184,78	8.283.709,67	7.567.150,83	7.073.362,93	6.362.971,43
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	20.079.105,69	591.083,52	393.560,83	490.732,51	393.560,83
Investimentos	18.769.105,69	394.047,18	192.233,00	293.696,17	192.233,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.310.000,00	197.036,34	201.327,83	197.036,34	201.327,83
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	18.769.105,69	394.047,18	192.233,00	293.696,17	192.233,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	25.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	80.374.290,47	8.677.756,85	7.759.383,83	7.367.059,10	6.555.204,43

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.712.515,48	1.070.428,56	1.534.493,97	2.381.126,31	2.738.673,37
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-697.405,63

FONTE:

Capinzal, 29/03/2015

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	76.599.374,99	9.748.185,41	9.293.877,80
Receita Tributária	7.214.610,14	724.413,13	383.552,49
I.P.T.U.	1.423.261,44	553,09	88,07
I.S.S.	2.011.458,00	324.451,87	211.707,76
I.T.B.I.	1.305.759,00	191.916,03	114.945,07
I.R.R.F.	1.114.718,02	183.528,38	11.872,38
Outras Receitas Tributárias	1.359.413,68	23.963,76	44.939,21
Receita de Contribuição	991.920,00	177.830,96	129.609,10
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	991.920,00	177.830,96	129.609,10
Receita Patrimonial Líquida	58.799,10	7.001,44	5.936,29
Receita Patrimonial	742.789,11	165.089,96	74.362,20
(-) Aplicações Financeiras	683.990,01	158.088,52	68.425,91
Transferências Correntes	58.685.099,29	7.634.498,30	7.338.068,10
F.P.M.	15.358.056,27	1.937.826,08	1.968.038,88
I.C.M.S.	21.467.885,53	2.688.771,30	2.537.333,15
Convênios	2.085.116,68	142.445,13	101.722,83
Outras Transferências Correntes	19.774.040,81	2.865.455,79	2.730.973,24
Demais Receitas Correntes	9.648.946,46	1.204.441,58	1.436.711,82
Dívida Ativa	849.152,43	224.701,56	185.967,47
Diversas Receitas Correntes	8.799.794,03	979.740,02	1.250.744,35
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.696.635,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	1.500.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	134.235,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.062.400,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	1.062.400,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.062.400,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	77.661.774,99	9.748.185,41	9.293.877,80

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	61.890.184,78	8.313.460,75	7.620.554,32	7.103.114,01	6.416.374,92
Pessoal e Encargos Sociais	33.602.729,14	4.500.275,30	4.317.197,11	4.491.378,45	4.289.936,37
Juros e Encargos da Dívida (IX)	310.000,00	29.751,08	53.403,49	29.751,08	53.403,49
Outras Despesas Correntes	27.977.455,64	3.783.434,37	3.249.953,72	2.581.984,48	2.073.035,06
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	61.580.184,78	8.283.709,67	7.567.150,83	7.073.362,93	6.362.971,43
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	20.079.105,69	591.083,52	393.560,83	490.732,51	393.560,83
Investimentos	18.769.105,69	394.047,18	192.233,00	293.696,17	192.233,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.310.000,00	197.036,34	201.327,83	197.036,34	201.327,83
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	18.769.105,69	394.047,18	192.233,00	293.696,17	192.233,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	25.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	80.374.290,47	8.677.756,85	7.759.383,83	7.367.059,10	6.555.204,43

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.712.515,48	1.070.428,56	1.534.493,97	2.381.126,31	2.738.673,37
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-697.405,63

FONTE:

Capinzal, 29/03/2015

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP NÃO PROCESSADOS											
	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014	Em Exercícios Anteriores				Em 31 de Dezembro de 2014						
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	20.042,86	20.042,86	-	-	87.713,54	2.543.690,73	1.385.828,88	859.313,28	11.295,24	1.760.795,75	1.760.795,75
EXECUTIVO	0,00	20.042,86	20.042,86	0,00	0,00	87.713,54	1.448.637,22	827.880,56	301.374,96	0,00	1.234.975,80	1.234.975,80
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	83.192,55	55.721,16	55.721,16	0,00	27.471,39	27.471,39
FUNDO MUNIC. DE REEQUIP.CORPO DE BOMBEIR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.996,29	46.996,29	46.996,29	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.000,00	26.000,00	26.000,00	0,00	0,00	0,00
GOVERNO MUNICIPAL	0,00	2.001,00	2.001,00	0,00	0,00	0,00	82.979,96	82.979,96	82.979,96	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇAO E FINANÇAS	0,00	457,00	457,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	15.250,00	15.250,00	0,00	0,00	0,00	437.250,97	46.555,12	46.555,12	0,00	390.695,85	390.695,85
SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURAL E ESPORTI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87.713,54	754.193,45	551.614,03	25.098,43	0,00	816.808,56	816.808,56
SECRETARIA DA SAUDE E DESENVOLVIMENTO SC	0,00	2.334,86	2.334,86	0,00	0,00	0,00	18.034,00	18.034,00	18.034,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.095.053,51	557.938,32	557.938,32	11.295,24	525.819,95	525.819,95
SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.095.053,51	557.938,32	557.938,32	11.295,24	525.819,95	525.819,95
SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	20.042,86	20.042,86	0,00	0,00	87.713,54	2.543.690,73	1.385.828,88	859.313,28	11.295,24	1.760.795,75	1.760.795,75

FONTE:

Capinzal, 29/03/2015

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPALMARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	134.235,00	83,57	134.151,43
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	134.235,00	0,00	134.235,00
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	0,00	83,57	-83,57
TOTAL	134.235,00	83,57	134.151,43

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO APAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	134.235,00	0,00	0,00	0,00	0,00	518.309,43	134.235,00
Investimentos	134.235,00	0,00	0,00	0,00	0,00	518.309,43	134.235,00
TOTAL	134.235,00	0,00	0,00	0,00	0,00	518.309,43	134.235,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	8.676,00	-518.225,86	-509.549,86

FONTE:

Capinzal, 29/03/2015

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Capinzal, 29/03/2015

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	79.969.096,00
Previsão Atualizada		—	79.969.096,00
Receitas Realizadas		9.906.273,93	9.906.273,93
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	193.492,48
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	79.980.000,00
Créditos Adicionais		—	2.014.290,47
Dotação Atualizada		—	81.994.290,47
Despesas Empenhadas		8.904.544,27	8.904.544,27
Despesas Liquidadas		7.593.846,52	7.593.846,52
Superavit Orçamentário		—	2.312.427,41
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		8.904.544,27	8.904.544,27
Despesas Liquidadas		7.593.846,52	7.593.846,52
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			62.879.810,37
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Liquidadas		0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		0,00	-2.561.230,23
Resultado Primário		0,00	2.381.126,31
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	2.631.404,27	11.295,24	859.313,28
EXECUTIVO	2.631.404,27	11.295,24	859.313,28
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	20.042,86	0,00	20.042,86
EXECUTIVO	20.042,86	0,00	20.042,86
TOTAL:	2.651.447,13	11.295,24	879.356,14
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.740.078,93	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.467.743,68	60%
Liquidadas		1.467.743,68	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	1.500.000,00
Despesa de Capital Líquida		490.732,51	19.588.373,18

Continua 1/2

Município de Capinzal - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	134.235,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	134.235,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre		Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.275.480,30		15,00	0,00
Liquidadas	1.275.480,30			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Capinzal, 29/03/2015

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC 017849/O-8

Município de Capinzal - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	79.980.000,00	
Previsão Atualizada		—	79.980.000,00	
Receitas Realizadas		9.906.273,93	9.906.273,93	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	193.492,48	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	79.980.000,00	
Créditos Adicionais		—	2.014.290,47	
Dotação Atualizada		—	81.994.290,47	
Despesas Empenhadas		8.904.544,27	8.904.544,27	
Despesas Liquidadas		7.593.846,52	7.593.846,52	
Superavit Orçamentário		—	2.312.427,41	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		8.904.544,27	8.904.544,27	
Despesas Liquidadas		7.593.846,52	7.593.846,52	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			62.879.810,37	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-2.561.230,23	0,00
Resultado Primário		0,00	2.381.126,31	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	2.631.404,27	11.295,24	859.313,28	1.760.795,75
EXECUTIVO	2.631.404,27	11.295,24	859.313,28	1.760.795,75
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	20.042,86	0,00	20.042,86	0,00
EXECUTIVO	20.042,86	0,00	20.042,86	0,00
TOTAL:	2.651.447,13	11.295,24	879.356,14	1.760.795,75
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.740.078,93	25%	25,50
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.467.743,68	60%	83,04
Liquidadas		1.467.743,68		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	1.500.000,00	
Despesa de Capital Líquida		490.732,51	19.588.373,18	

Continua 1/2

Município de Capinzal - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	134.235,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	134.235,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.275.480,30	15,00		0,00
Liquidadas	1.275.480,30			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Capinzal, 29/03/2015

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA - CRC 017849/O-8

Catanduvás**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS Nº 0002/2015 E 0003/2015**

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0002/2015

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvás - SC, CNPJ sob nº 73.240.236/0001-79.

CONTRATADO: Luciano Justi ME, CNPJ sob nº 10.445.564/0001-91.

OBJETO: Prestação de serviços de divulgação das atividades legislativas da Câmara Municipal, por meio da imprensa escrita, em jornal de circulação local e regional.

VALOR MENSAL: R\$ 500,00 (Quinhentos reais).

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 02/03/2015 a 31/12/2015.

DATA: 02.03.2015.

SALETE RIBEIRO CHIARELLO

Presidente da Câmara Municipal de Catanduvás

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0003/2015

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvás - SC, CNPJ sob nº 73.240.236/0001-79.

CONTRATADO: Simone Aparecida Alves de Lima, CNPJ sob nº 17.578.399/0001-95.

OBJETO: Prestação de serviços de divulgação, por meio on-line, das atividades legislativas da Câmara Municipal de Vereadores.

VALOR MENSAL: R\$ 300,00 (Quinhentos reais).

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 3.000,00 (Três mil reais).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 02/03/2015 a 31/12/2015.

DATA: 02.03.2015.

SALETE RIBEIRO CHIARELLO

Presidente da Câmara Municipal de Catanduvás

Caxambu do Sul**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO 20/2015**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL

AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº. 20/2015

Edital: Inexigibilidade Nº. 01/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE TRANSPORTE COLETIVO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS E DE CURSOS TÉCNICOS PROFISSIONALIZANTES, RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, ATÉ AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO NA CIDADE DE CHAPECÓ – SC, ATRAVÉS DA DISPONIBILIZAÇÃO DE PASSE MENSAL.

Contratada: REUNIDAS TURISMO S/A.

Valor: R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais).

Fundamento: Artigo 25, inciso I, da Lei 8.666/93.

CAXAMBU DO SUL, 27 de Março de 2015.

VILMAR FOPPA

PREFEITO MUNICIPAL

Celso Ramos**PREFEITURA****40 E 41/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 25/2015
PROCESSO: 40/2015

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL, 25/2015, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS E ELETROELETRONICOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS DESTE EDITAL.

Trata-se de licitação EXCLUSIVA para participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais, conforme permite e obriga o inciso I do art. 48 da Lei nº 123/06. Entrega da documentação e proposta até as 14 horas do dia 13/04/2015, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 - setor de Licitações.
Celso Ramos, 30 de março de 2015.
INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS - PREFEITA MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC
EDITAL TOMADA DE PREÇOS 5/2015
PROCESSO: 41/2015

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de TOMADA DE PREÇOS 5/2015, tipo MENOR PREÇO, objetivando a LOCAÇÃO DE PROVEDOR DE INTERNET, BANDA LARGA 24 HORAS POR DIA, COM 1 (UM) LINK DE INTERNET DEDICADO VELOCIDADE DE 20 MB FULL DUPLEX, COM GARANTIA DE 100% DE BANDA COM RESPECTIVO SUPORTE DE ASSISTÊNCIA E MANUTENÇÃO.

Trata-se de licitação EXCLUSIVA para participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais. Entrega da documentação e proposta até as 16:30 horas do dia 15/04/2015, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 - setor de Licitações.

Celso Ramos, 30 de março de 2015.
INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS
PREFEITA MUNICIPAL.

Chapadão do Lageado**PREFEITURA****PORTARIA Nº. 177/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº. 177/2015

"CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL PARA ORGANIZAR O PROCESSO DE SELEÇÃO E ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea c, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Lei Municipal nº. 0568, de 01.03.2013, art. 11 da Resolução 170/2014 do CONANDA e ata nº 91 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial para organizar o Processo de Seleção e Escolha dos Membros do Conselho Tutelar do Município de Chapadão do Lageado - SC, para o quadriênio 2016/2019.

Art. 2º Para compor a Comissão de que trata o "caput" do art. 1º, ficam nomeados os seguintes membros:

- I - Deise Regina dos Santos Cruz;
- II - Simone Iara da Silveira;
- III - Eloína Portes dos Santos; e
- IV - Geni Knabem Rodrigues.

Art. 3º Fica nomeada como Presidente da Comissão Especial a Sra. Deise Regina dos Santos Cruz.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 27 de março de 2015.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**RELATÓRIO 1.º BIMESTRE 2015**

Município de CHAPADÃO DO LAGEADO - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	0,00
Previsão Atualizada		—	0,00
Receitas Realizadas		0,00	0,00
Déficit Orçamentário		—	79.601,04
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	0,00
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	660.000,00
Créditos Adicionais		—	0,00
Dotação Atualizada		—	660.000,00
Despesas Empenhadas		79.903,46	79.903,46
Despesas Liquidadas		79.601,04	79.601,04
Superavit Orçamentário		—	0,00
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		79.903,46	79.903,46
Despesas Liquidadas		79.601,04	79.601,04
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			0,00
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Liquidadas		0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		0,00	-30.681,66
Resultado Primário		0,00	-79.601,04
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		0,00	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%
Liquidadas		0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		0,00	25.000,00
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			2048
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de CHAPADÃO DO LAGEADO - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	15,00	0,00
Liquidadas	0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

CHAPADÃO DO LAGEADO, 26/03/2015

NIBAR DA SILVA
PRESIDENTE

CLEUSA FRANCISCO SCHNEIDER
TESOUREIRO

ELAINE AP. FRANZ DA SILVA
CONTADORA CRC 02499/O

Município de CHAPADÃO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")									
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) Legislativa Ação Legislativa	660.000,00	660.000,00	79.903,46	79.903,46	79.601,04	79.601,04	100,00	12,06	580.398,96
	660.000,00	660.000,00	79.903,46	79.903,46	79.601,04	79.601,04	100,00	12,06	580.398,96
	660.000,00	660.000,00	79.903,46	79.903,46	79.601,04	79.601,04	100,00	12,06	580.398,96
TOTAL (III) = (I + II)	660.000,00	660.000,00	79.903,46	79.903,46	79.601,04	79.601,04	100,00	12,06	580.398,96

FONTE:

CHAPADÃO DO LAGEADO, 26/03/2015

NIBAR DA SILVA PRESIDENTE	ELAINE AP. FRANZ DA SILVEIRA CONTADORA CRC 02499/O-3	CLEUSA FRANCISCO SCHNEIDER TESOUREIRO
------------------------------	---	--

1) Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de CHAPADÃO DO LAGEADO - SC
CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	79.601,04	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	79.601,04	0,00
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)						
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)								
DESPESAS CORRENTES	660.000,00	0,00	660.000,00	79.903,46	79.903,46	79.601,04	79.601,04	12,06
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	635.000,00	0,00	635.000,00	79.903,46	79.903,46	79.601,04	79.601,04	12,54
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	441.000,00	0,00	441.000,00	68.811,27	68.811,27	68.811,27	68.811,27	15,60
	194.000,00	0,00	194.000,00	11.092,19	11.092,19	10.789,77	10.789,77	5,56
DESPESAS DE CAPITAL	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de CHAPADÃO DO LAGEADO - SC
CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/2

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	660.000,00	0,00	660.000,00	79.903,46	79.903,46	79.601,04	79.601,04	580.398,96
INVESTIMENTOS	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	660.000,00	0,00	660.000,00	79.903,46	79.903,46	79.601,04	79.601,04	580.398,96
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	660.000,00	0,00	660.000,00	79.903,46	79.903,46	79.601,04	79.601,04	580.398,96
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	660.000,00	0,00	660.000,00	79.903,46	79.903,46	79.601,04	79.601,04	580.398,96

FONTE:
CHAPADÃO DO LAGEADO, 26/03/2015

NIBAR DA SILVA PRESIDENTE	CLEUSA FRANCISCO SCHNEIDER TESOUREIRO	ELAINE AP. FRANZ DA SILVEIRA CONTADORA CRC 02499/O-3
------------------------------	--	---

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2015 - PMC

Objeto: aquisição de bicicletas e câmeras digitais que serão entregues como premiação no Concurso da IV Semana Municipal Anti-drogas do COMEN - Conselho Municipal de Entorpecentes, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 14/04/2015.

Abertura: dia 14/04/2015 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 26 de março de 2015.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 37/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 37/2015 - PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de exames para realização dos periódicos dos Servidores Públicos Municipais do Município de Concórdia conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 22/04/2015.

Abertura: dia 22/04/2015 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 22 de Março de 2015.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2015 - PMC

Obras E Serviços De Engenharia

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obras em regime de empreitada global (material e mão de obra) de construção de uma casa, uma balsa e trapiche em forma de plataforma, com recursos próprios e recursos oriundos do Convênio 792311/2013 firmado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário/Caixa para apoio aos pescadores e piscicultores deste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 22/04/2015, ÀS 16h00min.

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 17/04/2015, às 16h00min.

O recebimento do Envelope 02 - PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 22/04/2015, às 16h00min.

Abertura: dia 23/04/2015, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 27 de março de 2015.

RUI MAR SCORTEGAGNA

Secretário Municipal de Agricultura Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 3/2015 -PMC

Contrato Nº : 3/2015

Aditivo Nº : 1 TA/2015

Tipo Aditivo : Valor(Equilíbrio)

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : HODIERN TRANSPORTES LTDA - EPP

Licitação : Inexigibilidade 3/2015

Objeto : O presente contrato tem por objeto a aquisição estimada de 127.360 (cento e vinte e sete mil, trezentos e sessenta reais) vales-transportes para os servidores públicos municipais de Concórdia, de acordo com a Lei Municipal nº 2.428, de 24 de maio de 1990, regulamentada pelo Decreto nº 4.686, de 24 de setembro de 2003

Vigência : Início: 17/03/2015 Término: 31/12/2015

Assinatura : 17/03/2015

Valor R\$: 293.342,44 (Duzentos e Noventa e Três Mil, Trezentos e Quarenta e Dois Reais e Quarenta e Quatro Centavos)

Dotação : 309 - 18.001.2501.333903972000000.01000001

Dotação : 112 - 08.001.2027.333903972000000.01000001

Dotação : 218 - 13.001.2102.333903972000000.01020000

Dotação : 174 - 11.001.2040.333903972000000.01000001

Dotação : 67 - 06.004.2018.333903972000000.01010000

Dotação : 57 - 06.002.2017.333903972000000.01010000

Dotação : 281 - 16.001.2401.333903972000000.01000001

Dotação : 292 - 17.001.2451.333903972000000.01000001

Dotação : 95 - 07.001.2026.333903972000000.01000001

Dotação : 136 - 09.001.2032.333903972000000.01000001

Dotação : 20 - 04.001.2007.333903972000000.01000001

Dotação : 10 - 02.001.2002.333903972000000.01000001

Dotação : 34 - 05.001.2010.333903972000000.01000001

Dotação : 153 - 10.001.2036.333903972000000.01000001

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 181/2012 -PMC

Contrato Nº : 181/2012/2012

Aditivo Nº : 3 TA/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : INVIOSAT SERVIÇOS LTDA EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2012

Objeto : PRORROGAÇÃO E REAJUSTE CONTRATUAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO NOS CENTROS DE BEM ESTAR SOCIAL, UNIDADES ADMINISTRATIVAS E ESCOLARES DE ENSINO FUNDAMENTAL E DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DESTE MUNICÍPIO.

Vigência : Início: 16/03/2015 Término: 24/03/2016

Assinatura : 16/03/2015

Valor R\$: 25.404,36 (Vinte e Cinco Mil, Quatrocentos e Quatro Reais e Trinta e Seis Centavos)

Dotação : 46 - 06.002.2013.333903977000000.01010000

Dotação : 89 - 07.001.2022.333903977000000.01000001

Dotação : 136 - 09.001.2032.333903977000000.01000001

Dotação : 194 - 12.001.2043.333903977000000.01110000

Dotação : 281 - 16.001.2401.333903977000000.01000001

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 408/2014 -PMC

Contrato Nº : 408/2014

Aditivo Nº : 3 TA/2015

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 11/2014

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra, no regime de empreitada por preços máximos unitários (material, mão de obra e equipamentos) de alargamento de pista na Rua João Suzin Marini, Centro, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Vigência : Início: 23/03/2015 Término: 23/04/2015

Assinatura : 23/03/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 127 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 103/2011 -PMC

Contrato Nº : 103/2011/2011

Aditivo Nº : 4 TA/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : INVIOSAT SEGURANÇA LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 2/2011

Objeto : Vigilância ostensiva e monitoramento eletrônico

Vigência : Início: 17/03/2015 Término: 21/03/2016

Assinatura : 17/03/2015

Valor R\$: 32.554,20 (Trinta e Dois Mil, Quinhentos e Cinquenta e Quatro Reais e Vinte Centavos)

Dotação : 20 - 04.001.2007.333903401000000.01000001

Dotação : 20 - 04.001.2007.333903977000000.01000001

Dotação : 22 - 04.001.2009.333903977000000.01800000

EXTRATO 6º TA CONTRATO Nº 70/2013 -PMC

Contrato Nº : 70/2013

Aditivo Nº : 6 TA/2015

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : FLAVIO ALBERTO ZAGO ME

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento.

Vigência : Início: 23/03/2015 Término: 31/12/2015

Assinatura : 23/03/2015

Valor R\$: 2.890,72 (Dois Mil, Oitocentos e Noventa Reais e Setenta e Dois Centavos)

Dotação : 51 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 52 - 06.002.2016.333903926000000.01360000

Dotação : 54 - 06.002.2016.333903926000000.01370003

Dotação : 56 - 06.002.2016.333903926000000.01620001

Dotação : 85 - 06.006.2011.333903926000000.01370003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 110/2015 -PMC

Contrato Nº : 110/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : JACOB BIEZUS COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA

Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 17/2015

Objeto : Aquisição de peças e serviço para conserto do veículo oficial, PMC 350 placa MGI 3153 modelo Chevrolet Captiva.

Vigência : Início: 17/03/2015 Término: 16/04/2015

Assinatura : 17/03/2015

Valor R\$: 3.967,10 (Três Mil, Novecentos e Sessenta e Sete Reais e Dez Centavos)

Dotação : 10 - 02.001.2002.333903039000000.01000001

Dotação : 10 - 02.001.2002.333903919000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 111/2015 -PMC

Contrato Nº : 111/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : PÁTRIA SEGURANÇA LTDA

Licitação : Pregão Presencial 26/2015

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços continuados de Vigilância e Monitoramento Eletrônico do Centro Administrativo Municipal.

Vigência : Início: 23/03/2015 Término: 22/03/2016

Assinatura : 23/03/2015

Valor R\$: 39.480,00 (Trinta e Nove Mil e Quatrocentos e Oitenta Reais)

Dotação : 20 - 04.001.2007.333903977000000.01000001

Dotação : 20 - 04.001.2007.333903401000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 112/2015 -PMC

Contrato Nº : 112/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : SANTASUL - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - ME

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 2/2015

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em do regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para execução obra de pavimentação asfáltica em CAUQ e drenagem pluvial da Rua Mauro Matiolo e a ligação desta com a pavimentação já existente na Rua João Frigo, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo D do Edital.

Vigência : Início: 23/03/2015 Término: 22/07/2015

Assinatura : 23/03/2015

Valor R\$: 412.472,76 (Quatrocentos e Doze Mil, Quatrocentos e Setenta e Dois Reais e Setenta e Seis Centavos)

Dotação : 127 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

EXTRATO DO CONTRATO Nº 113/2015 -PMC

Contrato Nº : 113/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : AUTO PEÇAS 4R LTDA

Licitação : Pregão Presencial 25/2015

Objeto : Contratação de empresa especializada para fornecimento de peças e mão de obra para retífica do motor Cummins 8.3, série C do caminhão VW24220, ano 2001, PMC 045 e do motor Cummins 8.3, série C do caminhão caçamba VW 26220, ano 2002, PMC 048 e aquisição de peças para conserto do diferencial do caminhão VW 24220, ano 2001, PMC 045.

Vigência : Início: 23/03/2015 Término: 22/05/2015

Assinatura : 23/03/2015

Valor R\$: 46.900,00 (Quarenta e Seis Mil e Novecentos Reais)

Dotação : 176 - 11.001.2041.333903001000000.01000001

Dotação : 176 - 11.001.2041.333903039000000.01000001

Dotação : 176 - 11.001.2041.333903919000000.01000001

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE DILIGENCIAS E CONVOCAÇÃO PARA A SESSÃO DE ABERTURA DA PROPOSTA PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015 - FMEC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015 - FMEC

Objeto: Aquisição de troféus e medalhas para premiação de equipes e atletas nos diversos eventos promovidos pela FMEC, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE DILIGENCIAS E CONVOCAÇÃO PARA A SESSÃO DE ABERTURA DA PROPOSTA

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e quinze, na Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Concórdia, reuniram-se a pregoeira Senhora NAIANA CRISTINA FRIGO FESTUGATO e sua Equipe de Apoio, constituída pelos servidores Senhora LIDIANE DAL PRA e senhor LAURINDO FRANCISCO KUFNER, todos designados pelo Decreto nº 285/2014, com a finalidade de efetuar diligências, conforme artigo 43 § 3º da LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 destinadas a esclarecer informações sobre a empresa: MONUMENTAL INDÚSTRIA E COMERCIO DE TROFEUS LTDA ME. Após diligências a pregoeira e sua equipe de apoio constataram que a licitante MONUMENTAL INDÚSTRIA E COMERCIO DE TROFEUS LTDA ME encontrava-se em situação que fere o disposto no subitem 3.1 do edital que reza: "Não poderão participar da presente licitação, empresas que estejam cumprindo as sanções previstas no artigo 87, III e IV da Lei Federal nº 8.666/1993, nos casos de suspensão, desde que tenham sido penalizadas pela Administração Municipal de Concórdia - SC, bem como empresas nas seguintes condições: a) com falência decretada; b) em consórcio; c) estrangeiras". A licitante MONUMENTAL INDÚSTRIA E COMERCIO DE TROFEUS LTDA ME encontrava-se, na data de abertura deste certame em suspensão temporária de participação em licitação bem como com impedimento de contratar com a Administração Pública de Concórdia, pelo prazo de dois anos, contados da data de três de janeiro de dois e quatorze, conforme publicação no Diário Oficial dos Municípios, edição 1398, página 8. Ante o exposto, convocamos a segunda colocada, dos lotes 01, 02, 03 e 04, qual seja: ESPORTE ESPETACULAR - COM. DE ARTIGOS ESPORT. LTDA para nova sessão pública, a ocorrer no dia 1º (primeiro) de abril, às 08h30min, para que seja procedida a análise de sua proposta e habilitação. Em consequência o Lote 05, restou DESERTO. De destacar que a convocação para nova sessão pública será veiculada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br), em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente ata aprovada e assinada pela pregoeira e pelos membros da Equipe de Apoio.

Concórdia, SC, 26 de março de 2015.

NAIANA CRISTINA FRIGO FESTUGATO

Pregoeira

PORTARIA Nº 17/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015-FMEC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
PORTARIA Nº 17/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, e considerando

- a necessidade de adequar horário de atendimento das Escolinhas de Iniciação Esportiva e Equipes de Rendimento da FMEC;
- a concordância do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar a partir do dia 23 de março de 2015, horário especial de trabalho ao servidor MÁRIO ALBERTO SOARES DE CAMPOS, ocupante do cargo de Professor, na forma abaixo:

I - Terças, Quintas e Sextas -feiras: Das 08h às 12h e das 15h às 19h;

II - Segundas e Quartas-feiras: Das 08h às 12h e das 14h às 18h;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogar a Portaria nº 31/2014, de 1º de setembro de 2014.

Fundação Municipal de Esportes.
VILMAR ANTÔNIO BENTZ
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA Nº 18/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015-FMEC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
PORTARIA Nº 18/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, e considerando

- a necessidade de adequar horário de atendimento das Escolinhas de Iniciação Esportiva e Equipes de Rendimento da FMEC;
- a concordância do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar a partir do dia 23 de março de 2015, horário especial de trabalho à servidora CARINA ANDREIA MARIANI, ocupante do cargo de Técnico Desportivo, na forma abaixo:

I - Segundas-feiras: Das 13h às 16h30;

II - Terças -feiras: Das 08h30 às 11h30, das 13h às 15h e das 19h às 22h;

III - Quartas-feiras: Das 07h às 11h30 e das 13h às 16h30;

IV - Quintas-feiras: Das 07h às 11h30, das 13h às 15h e das 20h30 às 22h;

V - Sextas-feiras: Das 07h30 às 11h30 e das 13h às 16h30;

VI - Sábados: Das 08h30 às 11h30 e das 15h às 17h.

Parágrafo único. A servidora ficará liberada de suas funções nas segundas-feiras no período matutino.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.
VILMAR ANTÔNIO BENTZ
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA Nº 19/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015-FMEC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
PORTARIA Nº 19/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, e considerando a solicitação da servidora;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar a partir do dia 23 de março de 2015, horário especial de trabalho à servidora EDILENE CONTE CHITOLINA, ocupante do cargo de agente de serviços gerais, na forma abaixo:

I - De Segunda à Sextas-Feiras: Das 07h15 às 11h15 e das 13h às 17h.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.
VILMAR ANTÔNIO BENTZ
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA Nº 20/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015-FMEC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
PORTARIA Nº 20/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, e considerando

- a necessidade de adequar horário de atendimento das Escolinhas de Iniciação Esportiva;
- a concordância do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar a partir do dia 23 de março de 2015, horário especial de trabalho ao servidor LADI DEMARCHI, ocupante do cargo de Técnico Desportivo, na forma abaixo:

I - Segundas-feiras: Das 08h às 12h;

II - Terças e Quintas-feiras: Das 08h às 12h, 13h30 às 16h30 e das 17h às 19h;

III - Quartas-feiras: Das 08h às 10h30;

IV - Sextas-feiras: Das 08h às 12h e das 13h30 às 19h;

V - Sábados: Das 08h às 12h e das 13h30 às 15h30.

Parágrafo único. O servidor ficará liberado de suas funções nas segundas e quartas-feiras, no período vespertino.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.
VILMAR ANTÔNIO BENTZ
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA Nº 21/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015-FMEC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
PORTARIA Nº 21/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, e considerando a solicitação do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar a partir do dia 23 de março de 2015, horário especial de trabalho ao servidor VALMIR CORASSA, ocupante do cargo de responsável de setor, na forma abaixo:

I - De Segunda à Sextas-Feiras: Das 08h às 11h15 e das 13h15 às 17h.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.
VILMAR ANTÔNIO BENTZ
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA Nº 22/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015-FMEC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
PORTARIA Nº 22/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

A Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a Portaria nº 27/2014, de 1º de setembro de 2014, que fixa horário especial de trabalho a servidora LORENA MARIA ROTTA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 1º de março de 2015.

Fundação Municipal de Esportes.
VILMAR ANTÔNIO BENTZ
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Cordilheira Alta

PREFEITURA

EDITAL LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA 01/2015

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA tipo MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com a Lei 8.666/93, e normas estabelecidas no Edital.

Processo Administrativo n. 47/2015.

Edital: Concorrência n. 001/2015.

Tipo: Menor preço.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica no pátio das empresas Ludovico Tozzo e Nilo Tozzo, sendo que o asfalto será sobre pavimento com pedras irregulares existentes conforme edital e anexos.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 04/05/2015.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 04/05/2015.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou pelo site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta SC, 26 de março de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

EDITAL LICITAÇÃO TP 01/2015

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, de acordo com a Lei 8.666/93 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 45/2015.

Tomada de Preço n. 01/2015.

Tipo: Menor preço global.

Objeto: A presente licitação tem por objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE POÇO ARTESIANO COM INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO ELETRO-MECÂNICO PARA ABASTECIMENTO DA POPULAÇÃO DA COMUNIDADE DE LINHAS TRÊS IRMÃOS, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA..

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 17/04/2015.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 17/04/2015.

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 26 de março de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

EDITAL PROCESSO SELETIVO 003/2015

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, torna público que realizará o Processo Seletivo Simplificado n.º 003/2015, destinado para preenchimento de vagas em caráter temporário e emergencial para os cargos de: Auxiliar de Serviços Gerais, Agente Comunitário de Saúde, Operador de Máquinas, Engenheiro Civil, Odontólogo, Nutricionista, Assistente Social, Psicólogo, professor de Educação Física, Professor de Artes, Professor de História, Professor de Geografia, Professor de Ciências, Professor de Inglês, Professor de Matemática, Professor de Informática e Professor de Português;

A inscrição somente será efetuada via Internet, no endereço eletrônico: <http://www.cursivani.com.br>, no período compreendido de 30/03/2015 a 13/04/2015.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo Fone 49 - 33589100.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cordilheira Alta (SC),
em 25 de janeiro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Coronel Freitas**PREFEITURA****LEI MUNICIPAL N. 2.043**

LEI MUNICIPAL N. 2.043, 09 de dezembro de 2014.

Autoriza o Prefeito Municipal a conceder subvenção social a Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira, para fins que menciona.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Prefeito Municipal autorizado a realizar repasse financeiro, a título de subvenção social, a Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira, entidade sem fins lucrativos, CNPJ n. 01122913/0002-97, no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), por mês, pelo período de 12 meses, de janeiro a Dezembro de 2015, conforme rege o art. 16 da lei 4.320/1964.

Art. 2º. A subvenção prevista no art. 1º deve ser utilizada para pagamento dos serviços essenciais de assistência médica na forma de plantões, sobreavisos de médicos, suturas e despesas de custeio e manutenção da instituição, objetivando que a população tenha acesso a médicos para atendimentos urgentes durante 24hrs por dia, no único hospital da cidade.

Art. 3º. A entidade subvencionada deve prestar contas ao Município na forma contábil, conforme exige o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, obedecendo-se a Lei Federal n. 4.320/64.

Art. 4º. As despesas decorrentes do presente projeto de Lei serão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de dezembro de 2014.

Mauri José Zucco Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

LEI MUNICIPAL N. 2.044

LEI MUNICIPAL N. 2.044, 19 de dezembro de 2014.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por excesso de arrecadação no orçamento vigente do fundo municipal de saúde, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 122 - Administração geral

Programa: 19 - Saúde para todos

Ação: 2.091 - Manutenção do fundo municipal de saúde

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 - Recursos próprios R\$ 70.000,00.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do excesso de arrecadação no DR. 01.0000 - Recursos Ordinários.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 19 de dezembro de 2014.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

LEI MUNICIPAL N. 2.045

LEI MUNICIPAL Nº. 2.045, 19 de dezembro de 2014.

DISPÕE SOBRE A INDENIZAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA, COM A RESTITUIÇÃO DOS VALORES RETIDOS ILEGALMENTE PELO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. É concedida indenização por dano material ao Fundo Municipal de Assistência do Município de Coronel Freitas, que consistirá no pagamento de valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

Parágrafo único: Sobre a indenização prevista no caput não incidirá o imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza.

Art. 2º. O pagamento da indenização ocorrerá em 18 (dezoito)

parcelas de valores fixos, observando as datas e valores da tabela a seguir:

TABELA PARA PAGAMENTO AO FMA		
Parcela	DATA	VALOR
1ª	Até 31/12/2014	R\$ 90.000,00 (noventa mil reais)
2ª	Até 15/01/2015	R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)
3ª	Até 15/03/2015	R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)
4ª	Até 15/05/2015	R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)
5ª	Até 15/06/2015	R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)
6ª	Até 15/07/2015	R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)
7ª	Até 15/08/2015	R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)
8ª	Até 15/09/2015	R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)
9ª	Até 15/10/2015	R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)
10ª	Até 15/11/2015	R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)
11ª	Até 15/12/2015	R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)
12ª	Até 15/01/2016	R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)
13ª	Até 15/02/2016	R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)
14ª	Até 15/03/2016	R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)
15ª	Até 15/04/2016	R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)
16ª	Até 15/05/2016	R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)
17ª	Até 15/06/2016	R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)
18ª	Até 15/07/2016	R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)
TOTAL		R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais)

Art. 3º. O pagamento das parcelas 5ª (quinta) a 18ª (décima oitava) ocorrerão sob a condição da Câmara Municipal de Vereadores de Coronel Freitas solicitar no mês de pagamento da parcela, o repasse mensal de seu duodécimo até o valor limite de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

Parágrafo único: O limite da solicitação de repasse mensal estipulado no caput será atualizado para o ano de 2016 (dois mil e dezesseis) seguindo a seguinte fórmula de cálculo: orçamento anual da Câmara de Vereadores para o ano de 2016 (dois mil e dezesseis), dividido por 12 (doze), menos R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 4º. No caso de não observância da condição disposta no art. 3º, o pagamento da parcela do referido mês fica suspenso/bloqueado, observando-se que a suspensão, somente pode ocorrer em parcelas intercaladas, independentemente se a Câmara Municipal de Vereadores solicitar valores maiores em meses sucessivos, significando dessa forma que os pagamentos ao Fundo serão de no mínimo R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) a cada 60 (sessenta) dias.

Art. 5º. Ao final do prazo da tabela do art. 2º, caso existam valores suspensos/bloqueados em razão do disposto do art. 4º, os mesmos serão quitados em parcelas sucessivas de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), iniciando a primeira em 15/09/2016 e as demais a cada 60 dias nos meses subsequentes, até que se quite todos os valores que foram bloqueados/suspensos.

Art. 6º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por dotação orçamentária própria, suplementadas se necessário.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de dezembro de 2014.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

LEI MUNICIPAL N. 2.046

LEI MUNICIPAL N. 2.046, 22 de dezembro de 2014.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Coronel Freitas, SC, para o Exercício de 2015.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município de Coronel Freitas para o exercício de 2015 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 28.898.408,25 (vinte e oito milhões, oitocentos e noventa e oito mil, quatrocentos e oito reais e vinte e cinco centavos).

DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º. O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 28.898.408,25 (vinte e oito milhões, oitocentos e noventa e oito mil, quatrocentos e oito reais e vinte e cinco centavos) e fixa a Despesa em R\$ 28.898.408,25 (vinte e oito milhões, oitocentos e noventa e oito mil, quatrocentos e oito reais e vinte e cinco centavos), sendo R\$ 1.070.125,00 (um milhão, setenta mil, cento e vinte e cinco reais) para o Poder Legislativo e R\$ 27.828.283,25 (vinte e sete milhões, oitocentos e vinte e oito mil, duzentos e oitenta e três reais e vinte e cinco centavos) para o Poder Executivo.

O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 1.869.088,00 (um milhão, oitocentos e sessenta e nove mil e oitenta e oito reais) fixa a Despesa em R\$ 6.144.015,33 (seis milhões, cento e quarenta e quatro mil, quinze reais e trinta e três centavos).

O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Médica - FMA para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 447.350,00 (quatrocentos e quarenta e sete mil, trezentos e cinquenta reais) e fixa a despesa em R\$ 447.350,00 (quatrocentos e quarenta e sete mil, trezentos e cinquenta reais).

§ 1º. A Receita da Unidade Gestora Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

PREFEITURA MUNICIPAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	29.929.612,25
1.1. Receita Tributária	3.585.401,65
1.2. Receita de Contribuições	198.050,40
1.3. Receita Patrimonial	82.035,80
1.4. Receita agropecuária	345,00
1.4. Receita de Serviços	40.020,00
1.5. Transferências Correntes	25.709.325,60
1.6. Outras Receitas Correntes	314.433,80
2. RECEITAS DE CAPITAL	101.530,00

2.1. Operações de Crédito	1.000,00
2.2. Alienação de Bens	41.000,00
2.3. Amortização de empréstimo	1.150,00
2.4. Transferências de Capital	58.380,00
Deduções da receita formação do FUNDEB	-3.449.172,00
TOTAL	26.581.970,25

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	1.858.288,00
1.1. Receita Tributária	18.720,00
1.2. Receita Patrimonial	18.600,50
1.3. Receita de Serviços	115,00
1.4. Transferências Correntes	1.818.437,50
1.5. Outras Receitas Correntes	2.415,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	10.800,00
2.1. Transferências de Capital	10.800,00
TOTAL	1.869.088,00

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - FMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	447.350,00
1.1. Receita de Contribuições	414.000,00
1.2. Receita Patrimonial	32.200,00
1.3. Outras receitas Correntes	1.150,00
TOTAL	447.350,00

§ 2º. As Despesas dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Câmara Municipal	1.070.125,00
02. Secretaria Municipal de Administração e Finanças	4.041.962,50
03. Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito	371.000,00
04. Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes	7.988.472,82
05. Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	1.395.437,50
06. Secretaria Municipal de Transp. Obras e Serv. Urbanos	5.505.412,88
07. Secretaria Municipal de Saúde	6.144.015,33
08. Fundo Municipal de Assistência Médica - FMA	447.350,00
09. Fundo Rotativo Habitacional	97.037,50
10. Fundo Municipal de Assistência Social	1.388.750,00
11. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	364.846,50
12. Fundo Municipal da Infância e Adolescência	14.375,00
99. Reserva de Contingência	69.623,22
TOTAL	28.898.408,25

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	1.070.125,00
04. ADMINISTRAÇÃO	4.847.432,22
06. SEGURANÇA PÚBLICA	829.690,50
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.403.125,00
10. SAÚDE	6.591.365,33
12. EDUCAÇÃO	7.188.797,82
13. CULTURA	374.875,00
15. URBANISMO	1.854.750,00
16. HABITAÇÃO	97.037,50
17. SANEAMENTO	200.100,00
18. GESTÃO AMBIENTAL	287,50
20. AGRICULTURA	1.395.150,00
25. ENERGIA	344.300,40
26. TRANSPORTE	2.276.571,98
27. DESPORTO E LAZER	424.800,00
TOTAL	28.898.408,25

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0000	Amortização de Dívidas, Precatórios e Sentenças Judiciais
1001	Conclusão Construção sede própria
1002	Aquisição de Móveis, Equipamentos e Mobiliário em Geral
1004	Aquisição de Móveis e Equipamentos
1005	Aquisição de Móveis e Equipamentos
1006	Construção do novo centro administrativo
1007	Construção de pontes e pontilhões
1008	Recuperação de bueiros e pontes
1009	Reforma das quadras esportivas nas escolas
1011	Ampliação e Reformas da rede física do Ensino Infantil e Fundamental
1015	Aquisição de veículos
1021	Aquisição de computadores e instalação de internet
1022	Eventos culturais
1026	Reforma e ampliação dos Vestiários, arquibancada e Copa do Estádio Municipal de Futebol
1030	Aquisição de móveis, equipamentos e implementos esportivos
1031	Construção de Creches
1032	Construção de Abrigo para estudantes
1033	Aquisição de máquina, veículos, equipamentos e mobiliário
1039	Captação, Tratamento e Distribuição de Água do Rio Chapecó
1041	Aquisição de Máquinas, Veículos, Equipamentos e Mobiliário
1042	Pavimentação com pedras irregulares nas comunidades do interior
1043	Pavimentação Asfáltica Rodovia da Integração
1050	Instalação e troca de Lixeiras em todas as Vias Urbanas
1052	Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário
1055	Ampliação e Reforma da Garagem Municipal
1057	Asfaltamento de vias urbanas
1061	Construir Rótula
1063	Instalação de Câmeras de Segurança em Parceria com os Departamentos da Polícia Civil e Militar
1065	Ampliação e Manutenção do Parque de Exposições

1067	Infra-estrutura para área habitacional
1068	Construção de casas populares
1069	Aquisição de áreas de terra
1070	Realização de feiras
1072	Implantação de incubadora e condomínios empresariais
1073	Reformas e adaptações de salas para oficinas
1074	Aquisição de veículo, imobilizado geral equipamentos
1078	Construção de um centro dia para idosos
1081	Construção do ESF IV
1082	Ampliar, reformar e manter as unidades de saúde
1085	Construção de garagem para veículos da saúde
1086	Pavimentação na Linha Cairu
1087	Aquisição de caminhão completo e equip. para combate a incêndios
2001	Manutenção da Câmara de Vereadores
2002	Manutenção da Estrutura do Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito
2003	Manutenção das Atividades de Administração do Município
2004	Manutenção do programa ESF
2005	Manutenção Reforma e Ampliação do Centro Administrativo
2006	Reserva de contingência
2007	Manutenção do Transporte Escolar
2008	Merenda Escolar
2012	Manutenção do Administrativo de Educação
2013	Atendimento Alunos do 2º
2019	Manutenção da educação infantil
2020	Manutenção do ensino fundamental
2021	Manutenção e ampliação do acervo do museu
2022	Organizar os pontos turísticos do município
2023	Manutenção da Departamento da cultura
2026	Manutenção do departamento de esportes
2027	Manutenção das Creches
2028	Manutenção e Assistência ao Produtor Rural
2039	Lei de Incentivos
2044	Manutenção, abertura e conservação de estradas Vicinais
2048	Manutenção do Convênio do Trânsito
2049	Manutenção e Melhoria da Iluminação Pública
2050	Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos
2051	Manutenção da Coleta e Destino do Lixo Urbano
2053	Rever, reorgan. e legalizar a ocupação urbana reprimindo a ocupação irregular, Programa meu Cantinho
2054	Manutenção do Fundo Rotativo Habitacional
2055	Manutenção do Fundo municipal de assistência médica as servidores municipais
2056	Manutenção da secretaria
2057	Elaborar e manter o plano estratégico do município de Coronel Freitas
2058	Apoiar e incentivar prioritariamente o associativismo e as pequenas cooperativas
2059	Programa menor aprendiz
2060	Incentivos econômicos, estruturais para empresas existentes e para atração de novas
2061	Manutenção dos programas e projetos previstos no Plano de Ação e Aplicação
2062	Serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI)

2063	Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de PSC/LA
2064	Serviço de proteção social para pessoas deficientes, idosos e suas famílias
2065	Manutenção do programa SCFV
2066	Família substituta
2067	Manutenção do serviço de acolhimento institucional casa lar
2070	Gestão Cadiúnico – IGDM
2072	Gestão SUAS IGDE-SUAS
2073	Manutenção do CRAS/PAIF
2078	Programa de geração de trabalho a renda, segurança alimentar e inclusão produtiva
2079	Manutenção do conselho tutelar
2080	Dinamizar o CRAS
2082	Aquisição de Veículos, Equipamentos e Mobiliários em geral.
2083	Aquisição de Medicamentos
2084	Manutenção do Programa das ACS
2087	Indenizações e restituições
2088	Transferência a consórcios públicos, subvenções, contribuições e auxílios
2091	Manutenção do fundo municipal de saúde
2092	Manutenção da Vigilância em Saúde
2102	Manutenção do Programa saúde bucal
2104	Manutenção do programa NASF
2105	Manutenção da Assistência Social

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	25.022.797,53
3.1.00.00. – Pessoal e Encargos Sociais	14.172.567,33
3.2.00.00. – Juros e Encargos da Dívida	51.150,00
3.3.00.00. – Outras Despesas Correntes	10.412.605,20
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	3.805.987,50
4.4.00.00 – Investimentos	3.524.837,50
4.6.00.00 – Amortização da Dívida	281.150,00
9.9.99.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	69.623,22
TOTAL	28.898.408,25

Art. 3º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. Intempéries	69.623,22
SOMA	69.623,22

§ 1º. A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º. Não se efetivando até o dia 10/12/2015 os riscos fiscais relacionados aos eventos: Intempéries; Fatos não Previstos em Execução de Obras e Serviços e Campanhas de Saúde; ou se efetivando

a cobrança da dívida ativa de acordo com o previsto no Orçamento da Receita, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2015 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

§ 3º. Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art.4º- A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fonte de Recursos, para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal (Art. 167,VI da CF).

Parágrafo único. As fontes e destinações de recursos, bem como o detalhamento, poderá sofrer alterações, inclusões ou exclusões, através de ato do Poder Executivo, de acordo com as necessidades.

Art. 5º. O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 5% (cinco por cento) da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, observado o disposto no art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

I - abrir créditos suplementares à conta do produto de operações de crédito até o limite dos valores autorizados em lei;

II - abrir créditos suplementares à conta dos recursos consignados sob a denominação de Reserva de Contingência, observado o disposto no inciso III do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

III - adotar, durante a execução orçamentária, as medidas necessárias para ajustar a programação das despesas autorizadas ao efetivo ingresso das receitas, dentro dos limites constitucionais e legais; e

IV - abrir crédito especial durante a execução orçamentária quando as ações já estiverem programadas no Plano Plurianual 2014-2017.

Parágrafo primeiro - Para abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata este artigo, serão utilizados como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada uma das destinações de recursos, observada a tendência do exercício, ou proveniente de cancelamento de restos a pagar;

II - o superávit financeiro do exercício anterior apurado em cada uma das destinações de recursos e;

III - O remanejamento de dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Parágrafo segundo - Se exclui desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por leis municipais específicas aprovadas no exercício;

Art. 6º. Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado por destinação de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRº 219/2004F e Portaria STN.

§ 2º. O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42º e 50º, I da LRF e Portaria STN nº 219/2004.

Art. 7º. Os recursos oriundos de convênios e seus rendimentos, não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º. As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 9º. Durante o exercício de 2015, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art.10. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da federação.

Art. 11. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 12º. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2015, a partir de 1º de janeiro.

Gabinete do Prefeito, 22 de dezembro de 2014.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

LEI MUNICIPAL N. 2.047

LEI MUNICIPAL Nº. 2.047, 22 de dezembro de 2014.
Dispõe sobre a alteração dos anexos II e III da Lei 1315/2002 e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. O anexo II da Lei Municipal 1315/2002, passa a vigorar com nova redação:

Anexo II

Valor da Taxa, considerando o Fator de Absorção 1.0 (um ponto zero) fixado em 91,90 UFRM, conforme parágrafo segundo do Art.

105.

ZONAS DE ABSORÇÃO FATOR (multiplicação x)UFRM = RESULTADO

Valor da Taxa, considerando o Fator de Absorção 1.0 (um ponto zero) fixado em 91,90 UFRM, conforme parágrafo segundo do Art. 105.

ZONAS DE ABSORÇÃO FATOR (multiplicação x)UFRM = RESULTADO

Zona 1 (TERRENOS CONSTRUIDOS) (TERRENOS BALDIOS)

CENTRO: LADO

Setor 1 1.0 0 x 91,90. = 91,90.. UFRM ! 0.50 x 91,90 = 45,95 UFRM

OESTE DA AVENIDA

Setor 2 0,75 x 91,90 = 68,93 UFRM ! 0,38 x 91,90 = 34,92 UFRM

Setor 3 0,50 x 91,90 = 45,95 . UFRM ! 0,25 x 91,90 = 22,98 UFRM

Setor 4 0,40 x 91,90 = 36,76 UFRM ! 0,20 x 91,90 = 18,38 UFRM

Setor 5 0,30 x 91,90 = 27,58 UFRM ! 0,15 x 91,90 = 13,79 UFRM

Setor 7 0,70 x 91,90 = 64,34 UFRM ! 0,35 x 91,90 = 32,17 UFRM

Setor 8 0,90 x 91,90 = 82,71 UFRM ! 0,45 x 91,90 = 41,36 UFRM

Setor 9 0,90 x 91,90 = 82,71 UFRM ! 0,45 x 91,90 = 41,36 UFRM

Setor 10 0,90 x 91,90 = 82,71 UFRM ! 0,45 x 91,90 = 41,36 UFRM

Setor 11 0,60 x 91,90 = 55,14 UFRM ! 0,30 x 91,90 = 27,57 UFRM

Zona 2 (TERRENOS CONSTRUIDOS) (TERRENOS BALDIOS)

CENTRO: LADO

Setor 1 1.0 0 x 91,90. = 91,90.. UFRM ! 0.50 x 91,90 = 45,95 UFRM

LESTE DA AVENIDA

Setor 2 0,75 x 91,90 = 68,93 UFRM ! 0,38 x 91,90 = 34,92 UFRM

Setor 3 0,50 x 91,90 = 45,95 . UFRM ! 0,25 x 91,90 = 22,98 UFRM

Setor 4 0,40 x 91,90 = 36,76 UFRM ! 0,20 x 91,90 = 18,38 UFRM

Setor 5 0,30 x 91,90 = 27,58 UFRM ! 0,15 x 91,90 = 13,79 UFRM

Setor 7 0,70 x 91,90 = 64,34 UFRM ! 0,35 x 91,90 = 32,17 UFRM

Setor 8 0,90 x 91,90 = 82,71 UFRM ! 0,45 x 91,90 = 41,36 UFRM

Setor 9 0,90 x 91,90 = 82,71 UFRM ! 0,45 x 91,90 = 41,36 UFRM

Setor 10 0,90 x 91,90 = 82,71 UFRM ! 0,45 x 91,90 = 41,36 UFRM

Setor 11 0,60 x 91,90 = 55,14 UFRM ! 0,30 x 91,90 = 27,57 UFRM

Zona 3 = TRÊS PALMEIRAS

Setor 2 0,75 x 91,90 = 68,93 UFRM ! 0,38 x 91,90 = 34,92 UFRM

Setor 3 0,50 x 91,90 = 45,95 . UFRM ! 0,25 x 91,90 = 22,98 UFRM

Setor 7 0,70 x 91,90 = 64,34 UFRM ! 0,35 x 91,90 = 32,17 UFRM

Setor 11 0,60 x 91,90 = 55,14 UFRM ! 0,30 x 91,90 = 27,57 UFRM

Zona 4 = PASSO DA AREIA

Setor 3 0,50 x 91,90 = 45,95 . UFRM ! 0,25 x 91,90 = 22,98 UFRM

Setor 5 0,30 x 91,90 = 27,58 UFRM ! 0,15 x 91,90 = 13,79 UFRM

Setor 7 0,70 x 91,90 = 64,34 UFRM ! 0,35 x 91,90 = 32,17 UFRM

Setor 11 0,60 x 91,90 = 55,14 UFRM ! 0,30 x 91,90 = 27,57 UFRM

Zona 5 = SÃO FELIX

Setor 3 0,50 x 91,90 = 45,95 . UFRM ! 0,25 x 91,90 = 22,98 UFRM

Setor 7 0,70 x 91,90 = 64,34 UFRM ! 0,35 x 91,90 = 32,17 UFRM

Zona 6 = GRAN-BEL

Setor 3 0,50 x 91,90 = 45,95 . UFRM ! 0,25 x 91,90 = 22,98 UFRM

Setor 4 0,40 x 91,90 = 36,76 UFRM ! 0,20 x 91,90 = 18,38 UFRM

Zona 7 = CIARINI

Setor 3 0,50 x 91,90 = 45,95 . UFRM ! 0,25 x 91,90 = 22,98 UFRM

Setor 4 0,40 x 91,90 = 36,76 UFRM ! 0,20 x 91,90 = 18,38 UFRM

Zona 8 = SÃO SEBASTIAO

Setor 3 0,50 x 91,90 = 45,95 . UFRM ! 0,25 x 91,90 = 22,98 UFRM
 Setor 4 0,40 x 91,90 = 36,76 UFRM ! 0,20 x 91,90 = 18,38 UFRM
 Setor 6 0,20 x 91,90 = 18,38 UFRM ! 0,10 x 91,90 = 9,19 UFRM

Zona 9 = HABITACIONAL

Setor 4 0,40 x 91,90 = 36,76 UFRM ! 0,20 x 91,90 = 18,38 UFRM
 Setor 11 0,60 x 91,90 = 55,14 UFRM ! 0,30 x 91,90 = 27,57 UFRM

Zona 10 = ANGELO PELIZZA

Setor 3 0,50 x 91,90 = 45,95 . UFRM ! 0,25 x 91,90 = 22,98 UFRM
 Setor 11 0,60 x 91,90 = 55,14 UFRM ! 0,30 x 91,90 = 27,57 UFRM

Zona 11 = FLORESTA

Setor 3 0,50 x 91,90 = 45,95 . UFRM ! 0,25 x 91,90 = 22,98 UFRM
 Setor 4 0,40 x 91,90 = 36,76 UFRM ! 0,20 x 91,90 = 18,38 UFRM
 Setor 11 0,60 x 91,90 = 55,14 UFRM ! 0,30 x 91,90 = 27,57 UFRM

Zona 12 = MARCOS A. BASSO

Setor 3 0,50 x 91,90 = 45,95 . UFRM ! 0,25 x 91,90 = 22,98 UFRM
 Setor 7 0,70 x 91,90 = 64,34 UFRM ! 0,35 x 91,90 = 32,17 UFRM

Art. 2º. O anexo III da Lei Municipal 1315/2002, passa a vigorar com nova redação:

ANEXO III

PLANTA GENÉRICA DE VALORES DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Bairro Centro: Lado Oeste da Avenida

ZONA 1 - SETOR 1 -

Quadra 69 - Metade frente p/ Av. Santa Catarina
 Quadra 61 - Lotes 16-17-18-19-20-20A e p/ lote nº 15
 Quadra 51 - Lotes 16-16A-17-18-19-20
 Quadra 45 - Lote 20,
 Quadra 77 - Frente a Av. Santa Catarina
 Quadra 83 - Lote 16

ZONA 1 - SETOR 2 -

Quadra 88 - Lote 14-14-A
 Quadra 98 - Lotes 07-08-09-10-11 16-a
 Quadra 58 - Lote 6
 Quadra 83 - Lotes 15
 Quadra 93 - Lotes 11 - p/11 16 a - p/14 e p/15
 Quadra100 - Lote 02
 Quadra 97 - Lotes 4ª - 4B - 4C - 06
 Quadra 39 - Lotes 11 e 11A - 12-13-14-15A - 15B
 Quadra 38 - Lote 06-07-08-09-10
 Quadra 30 - Lotes 05-06-07-08-09-10
 Quadra 31 - Lotes 12-13-14-15 -15ª
 Quadra 23 - Lotes 11ª - 11b
 Quadra 17 - Lotes 11-11A-12-13-14-15-19
 Quadra 16 - Lotes 09 - 10 - 10ª
 Quadra 12 - Lotes 34 e 35
 Quadra 06 - Lotes 26 - 26a

ZONA 1 - SETOR 3 -

Quadra 92 - Lotes 1-2-3-4
 Quadra 88 - Lotes 12-12A -13-13A 13B
 Quadra 73A-Lotes 15 - 16 - 17 - 18 - 19
 Quadra 22 - Lotes 1 - 2 - 2a -03 6
 Quadra 6 - Lotes 23a -23 - 24 - 24a - 25 - 25a
 Quadra 7 - Lote 31B
 Quadra530 - Lotes 8 e 9
 Quadra 531 - Lotes 2-3-4-5-6-7-8-9-10 Quadra 11 - Lotes 21-22-23-24-25-26-21a - 28ª

Quadra 16 - Lotes 01-02-03-04-05 - 05ª

Quadra 30 - Lotes 02 - 03 - 04

Quadra 21 - Toda Quadra

Quadra 29 - Toda Quadra

ZONA 1 - SETOR 4 - Quadra 550 - Toda

ZONA 1 - SETOR 7 -

Quadra100 - Lotes 1-1a -1b- 3-4-

Quadra 88 - Lote 11

Quadra 23 - Lote 12-13-14

Quadra 16 - Lotes 6-7-8Quadra 11 - Lotes todos frente com a Rua Rio G.Do Sul

Quadra 12 - Lotes 31-32-33

Quadra 6 - Lotes 26-27-28-29-30-30a

Quadra 7 - Lotes 31-32-33-34-35

Quadra 51 - Lotes 11-12-13-14

Quadra 97 - Lotes 1-2-2a - 2b - 6a - 6 c

Quadra 22 - Toda frente com a rua Rio Grande do Sul

Quadra 68 - Lotes 3-3 - 3B-10A

Quadra 37 - Lotes 81-86

Quadra 38 - Lotes 01-02-03-05-06

Quadra 73A-Lotes 1-2-3-4-5-6-7-8-9-10-11-11a -12-13-14

Quadra 92 - Lote 05 -10- 6A - 6C

Quadra 87 - Lotes 10 - 10a

Quadra 30 - Lotes 01-A E 01

ZONA 1 - SETOR 8 -

Quadra 23 - Lotes 16-17-18-19-20

Quadra 31 - Lotes 16-16a -17-18-19-20

Quadra 39 - Lotes 16-17-18-19-20

Quadra 45 - Lotes 16-17-18

Quadra 98 - Lotes 12-13-14-15-15ª - 16

Quadra 83 - Lotes 17-18-19-20-

Quadra 88 - Lotes 15-16-20-20ª

Quadra 93 - Lotes 16-17-17A-18-19-20

Quadra 17 - Lote 20

ZONA 1 - SETOR 09

Quadra 51 - Lotes 15 - 20a

Quadra 61 - Lotes 11-11a

ZONA 1 - SETOR 10 -

Quadra 51 - Lote p/14

Quadra 77 - Lotes 11-12-13-14-15-15A-15B-20ª-20b

Quadra 76 - Lotes 6-7-8-9-10

Quadra 68 - Toda quadra, menos lotes 3-3ª -3b-10a

Quadra 60 - Lotes 6-7-8-9-10-10A-10B-10D

Quadra 61 - Lotes 12-13-14-15

Quadra 69 - Lotes- frente p/ Rua Alm. Barroso.

Quadra 45 - 20a - 20b - 20c

ZONA 1 - SETOR 11 -

Quadra 30 - Lotes 01- 01a

Quadra 37 - Lotes 85-86-87-88-89-90

Quadra 17 - Lotes 16-17-18

Quadra 92 - Lotes 7-8-9-6B

Quadra 22 - Lotes 03-04

Bairro Centro: Lado Leste da Avenida

ZONA 2 - SETOR 1 -

Quadra 70 - Metade da Quadra, frente p/ Av.SC

Quadra 62 - Lotes 21-22-23-24-25

Quadra 52 - Lotes 21A-20-21-22-23-24-25

Quadra 78 - Lotes Toda frente com a av. santa Catarina

Quadra 84 - Lote 21

ZONA 2 - SETOR 2 -

Quadra 62 - Lotes 27-28-29-30-30A
 Quadra 63 - Lotes 36A-37-31-31C
 Quadra 101- Lotes 5-5a -5b-5c-6
 Quadra 54 - Lotes 41-42-43-44-45-45a -44ª
 Quadra 55 - Lotes todos menos 56 e 56ª
 Quadra 48 - Lotes 50 50b
 Quadra 53 - Lote 35
 Quadra 49 - Lotes 55-56-57-58-59-60
 Quadra 99 - Lotes 22-23-24-25-26
 Quadra 71 - Toda frente com a Rua Pará
 Quadra 56 - Lotes 61a- 61-62-63-64-65

ZONA 2 - SETOR 3 -

Quadra 503 - Lotes 11- 11-a
 Quadra 70 - Metade da Quadra, Frente p/ Rua Marechal Floriano Peixoto
 Quadra 73 - Lotes 31-32-33-34-35
 Quadra 74 - Lotes 01-03-05-07-09
 Quadra 42 - Lotes 48-48a - 48b 49
 Quadra 66 - Lotes 66-67-68-69-70
 Quadra 79 - Toda Quadra
 Quadra72a - Lotes Toda Quadra
 Quadra72b - Lotes Toda Quadra

ZONA 2 SETOR 4

Quadra 66 - Lotes 67-68-69
 Quadra 74 - Lotes 01a -2-2a - 4-6-8-10-07a-09AQuadra 73 - Lotes 36-37-38-39-40-40A

ZONA 2 SETOR 7

Quadra101 - Toda
 Quadra 65 - Lotes 60-55a
 Quadra 33 - Lote 35
 Quadra 84 - Lotes 28 - 29
 Quadra 2B - Toda Quadra
 Quadra 3 - Toda Bairro São Francisco
 Quadra 1 - Toda Quadra" " "
 Quadra 94 - Lotes 26 à 30
 Quadra 95 - Toda Quadra
 Quadra 89 - Lotes 27-28-2a -28b-30
 Quadra 90 - Toda Quadra
 Quadra503 - Lotes 01 - 10
 Quadra 85 - Lotes 32-33-34-35-31-39-40
 Quadra 78 - Lotes 26-26A
 Quadra 64 - Lotes p/41-46-p/46-47-50
 Quadra 66 - Lotes 61-62-63-64-65-61a
 Quadra 53 - Lotes 30-32-33
 Quadra 48 - Lotes 46-46A-46B-47-48-49-49A
 Quadra 41 - Lotes 36-37-38-38A-39
 Quadra 42 - Lotes 41-42-43-44-45-50
 Quadra 50 - Lotes 64 - 65
 Quadra 49 - Lotes 51-52-53-54-56-57-58
 Quadra 33 - Lotes 31-32-34-35A
 Quadra 8 - Lote 25
 Quadra 1 - Toda Quadra
 Quadra 52 - Lotes 26-27-28-29-27ª-27b-27c
 Quadra 56 - Lotes 65-65A-65b-66-67-68-69-70-69ª-70a
 Quadra 43 - Lote 55

ZONA 2 SETOR 8

Quadra 24 - Lotes 21-22-23
 Quadra 32 - Lotes 21-21A-22-23-24-25
 Quadra 40 - Lotes 21-22-23-23A-24-25
 Quadra 46 - Lotes 21-22-22A-23
 Quadra 18 - Lote 25a
 Quadra 84 - Lotes 22-23-24-25-25a
 Quadra 89 - Lotes 21-21a - 22-22a-23-24-25
 Quadra 94 - Lotes 21-21a 22-23-24-25
 Quadra 99 - Lotes 17-18-18a - 19-20-21

ZONA 2 SETOR 9

Quadra 52 - Lotes 30-30A
 Quadra 64 - Lotes 41-42-43-44-45-49-50
 Quadra 65 - Toda menos os lotes 60-55a
 Quadra 53 - Lotes 36-37-38-39-40
 Quadra 62 - Lotes 26-27-p21-27A - 30A
 Quadra 54 - Lotes 46-47-48-49-50-50a
 Quadra 63 - Lotes 31-31A-31B

ZONA 2 SETOR 10

Quadra 84 - Lotes 26-27-30-30A-21A
 Quadra 46 - Lotes 26-27-28-29-30
 Quadra 40 - Lotes 26-26A-27-27A-28-29-30-28A- 29A-30A
 Quadra 89 - Lote 26-26a
 Quadra 78 - Lotes 30 - 30a - 30b
 Quadra 47 - Toda Quadra
 Quadra 41 - Lotes 31-32-33-34-35-35A
 Quadra 33 - Lote 35
 Quadra 32 - Lotes 26-26A-27-28-29-30-30A
 Quadra 24 - Lotes 26-27-28-24-25

ZONA 2 SETOR 11

Quadra 85 - Lotes 36-37-41
 Quadra 78 - Lotes 27-28-29
 Quadra 53 - Lotes 31a-31b-31c-31d-31e-31f-34
 Quadra 18 - Lotes 23-24
 Quadra 71 - Toda menos a frente com a Rua Para
 Quadra 83 - Lotes 13 e 14.
 Bairro Três Palmeiras:

ZONA 3 SETOR 2

Quadra 60 - Lotes 1-2-3
 Quadra 58 - Lotes 5- 5A
 Quadra 57 - Lotes 83-p84-89-89a - 90
 Quadra 59 - Toda Quadra
 Quadra 67 - Toda Quadra, frente com a Rua Para
 Quadra109 - Lotes 2-4-6-8-10-12
 Quadra107 - Lotes 18-20

ZONA 3 SETOR 3

Quadra113 - Toda
 Quadra112 - Toda frente com Rua Ver. Itacir Brisot
 Quadra107 - Lotes 1 à 17
 Quadra 82 - Toda quadra ao oeste do Rio Taquaruçu
 Quadra 57 - Lote p/84
 Quadra 75 - Lotes 83 e 84
 Quadra110 - Lotes 1-3-5
 Quadra108 - Lotes 01 à 06
 Quadra 81 - Lotes 83-a p/84 - p/85
 Quadra 87 - 2a-2b-3a-4a-5a-6-7-9-7a-8a-9a

ZONA 3 SETOR 7

Quadra 76 - Lotes 1-2-3-4-4A-5
 Quadra 67 - Lotes todos menos a frente com a Rua Para
 Quadra 75 - Lotes 81-82-85-86-87-88-89-90
 Quadra109 - Lotes 1-3-5-7-9-11
 Quadra110 - Lotes 2-4-6-7-8-9
 Quadra107 - Lote 19
 Quadra111 - Lote 1
 Quadra108 - Lote 7
 Quadra112 - Toda frente com Rua Amazonas

Zona 3 Setor 11

Quadra24A- Lotes 1-2-3-4-5-6-7-8-9-10
 Quadra 81- Lotes 81a-82-83-84-85-86-87-88-89-90
 Quadra 75 - Lotes 85 e p/85
 Quadra 58 - Lotes 4-4a -4b

Bairro Passo da Areia:

ZONA 4 SETOR 3

Quadra 04 - Lotes 22-23
 Quadra 44 - Lotes 67-67a - 68 - 69
 Quadra521- Lotes 2-3-4
 Quadra 02 - Toda Quadra
 Quadra520- Lotes 2a-3-4-6-7-8-8a -9-10
 Quadra 3 - Lotes 12-13-14-15
 Quadra 50 - Lotes - 67 - 68
 Quadra 18 - Lotes 26c - 26b
 Quadra 8 - Lotes 41-42-43-44
 Quadra 7 - Lotes 36-37-38
 Quadra 12 - Lotes 36-37-42-43-44-38-39-40
 Quadra 34 - Toda - Menos os lotes de frente com a Rua Duque de Caxias

ZONA 4 SETOR 4
 Quadra 03 - Lote 11
 Quadra 04 - Lotes 19-20-21-24-25-26-27-28
 Quadra 09 - Lotes 56-57-58-59-60

Loteamento Bortese
 ZONA 4 SETOR 5
 Quadra 569 - Toda
 Quadra 570 - Toda
 Quadra 571 - Toda

ZONA 4 SETOR 7
 Quadra 04 - Lotes 22-23
 Quadra 50 - Lotes 61-61a- 66-66a
 Quadra 44 - Lotes 61a-61b-61c-62-63-64-65-65a-70-70a
 Quadra521- Lote 01
 Quadra 18 - Lotes 26-26a-27-27A-28-29-30
 Quadra 13 - Toda Quadra
 Quadra 14 - Lotes 51-52-53-55-55a-60-60a
 Quadra 8 - Lotes 45 à 50
 Quadra 7 - Lotes 39-40-
 Quadra 43 - Lotes 1-2-3-4-5-6
 Quadra 35 - Toda Quadra
 Quadra 01 - Toda Quadra
 Quadra 25 - Toda Quadra
 Quadra 09 - Lotes 51-52-53-54-55
 Quadra 12 - Lotes 41
 Quadra 19 - Lotes 31-31a -32-33-34-35-40
 Quadra 03 - Lote 16

ZONAS 4 SETOR 11
 Quadra 14 - Lotes 56-56a-57-58-59
 Quadra 19 - Lotes 33a-36-36a-37-37a-38-39
 Quadra520- Lotes 01-2-5-11
 Quadra532- Lotes 01-02-03-04-05

Bairro: São Félix e Maffessoni
 ZONA 5 SETOR 3
 Quadra104- Lotes 5 à 10
 Quadra105- Lotes 15 à 23
 Quadra106- Lotes 28-29-30
 Quadra 2A- Lotes 23 à 26
 Quadra 3A- Lotes 21-03-04-07-08
 Quadra 2 - Metade frente com a rua Mato Grosso

ZONA 5 SETOR 7
 Quadra104- Lotes 1-2-3-4-
 Quadra105- Lotes 11-12-13-14
 Quadra106- Lotes 24-25-26-27
 Quadra 1A- Lotes 1-2-3-4-5-6-7-8-11-13
 Quadra 2 - Metade frente a rua R.G. do Sul
 Quadra 2A- Lote 30
 Quadra530- Lotes 01-03-04-05-,05a
 Quadra03a- Lotes 01-02-09-10a -10.

ZONA 5 SETOR 11
 Quadra 1A- Lotes 8-10-12-14à18
 Quadra 2a- Lotes 22-27-28-29
 Quadra 3a- Lotes 05-06-P/19-20
 Quadra530- Lotes 06-06a-06b

Bairro Gran-Bel
 ZONA 6 SETOR 3
 Quadra 514-Toda QuadraQuadra 513-Toda Quadra

ZONA 6 SETOR 7
 Quadra 516-Toda Quadra
 Quadra 515-Toda Quadra

Loteamento Ciarini:
 ZONA 7 SETOR 3
 Quadra 517-Toda Quadra
 Quadra 518-Toda Quadra
 Quadra 519-Toda Quadra
 Quadra 02 -Toda Quadra
 Quadra 03 -Toda Quadra
 Quadra 04 -Lotes 01-02-03-04-05-06
 Quadra 08 -Lotes 01 - 13 à 24
 Quadra 09 -Lotes 15
 Quadra 10 -Toda Quadra

ZONA 7 SETOR 4
 Quadra 08 - Lotes 02 à 12
 Quadra 04 - Lotes 07 à 16
 Quadra 07 - Toda Quadra
 Quadra 09 - Lotes 01 à 14 e 16 à 21
 Quadra 06 - Lotes 16 à 22Quadra 06 - Lotes 01 à 15 - 23
 Quadra 05 - Toda Quadra

Bairro São Sebastião:
 ZONA 8 SETOR 3
 Quadra 500 -Toda Quadra
 Quadra 501 -Lotes 8-9-10
 Quadra 502 -Lotes 18-20-22-24-26-28-30-32
 Quadra 507 -Lotes 01-02-03-04

ZONA 8 SETOR 4
 Quadra 502 -Lotes 19-21-23-25-27-29-31-33
 Quadra 507 -Lotes 06-07-08-09-63-59-61
 Quadra 501 -Lotes 11-12-13
 Todo Bairro - Irmã Colonatta e Vista Alegre

ZONA 8 SETOR 6
 Quadra 506 -Lotes 56-57-58-60
 Quadra 505 -Toda Quadra
 Quadra 504 -Toda Quadra
 Quadra 509 -Toda Quadra
 Quadra 510 -Toda Quadra
 Quadra 511 -Lotes 92-93
 Quadra 508 -Lotes 64-65
 Quadra 501 -Lotes 14 à 17
 Quadra 512 -Toda Quadra

Loteamento Jardim América:

ZONA 08 SETOR 04
 Quadra 575 - Toda Quadra
 Quadra 576 - Toda Quadra
 Quadra 577 - Toda Quadra
 Quadra 578 - Toda Quadra
 Quadra 579 - Toda Quadra
 Quadra 580 - Toda Quadra
 Quadra 581 - Toda Quadra
 Quadra 582 - Toda Quadra

Quadra 584 - Toda Quadra
Quadra 585 - Toda Quadra
Quadra 586 - Toda Quadra
Quadra 587 - Toda Quadra
Quadra 588 - Toda Quadra
Quadra 589 - Toda Quadra
Quadra 590 - Toda Quadra
Quadra 591 - Toda Quadra
Quadra 592 - Toda Quadra
Quadra 593 - Toda Quadra
Quadra 594 - Toda Quadra
Quadra 595 - Toda Quadra
Quadra 596 - Toda Quadra
Quadra 597 - Toda Quadra
Quadra 598 - Toda Quadra
Quadra 599 - Toda Quadra

Bairro Habitacional

ZONA 9 SETOR 04

Quadra 520 -Toda Quadra - menos o lote 12 e 14

Quadra 521 -Toda Quadra

Quadra 522 -Toda Quadra

Quadra 523 -Toda Quadra

Quadra 524 -Toda Quadra

ZONA 9 SETOR 011

Quadra 520 Lote 12 - 14

Quadra 522 Lote 05

Quadra 524 Lote 06

Bairro Angelo Pelizza

ZONA 10 SETOR 03 Menos o Setor 07, todos os demais

ZONA 10 SETOR 07Quadra C Lotes Frente com a Rua Joao A. Gollo

Bairro floresta

ZONA 11 SETOR 03 Loteamento Floresta todo

Loteamento: Marcos A. Basso

ZONA 12 SETOR 03 Quadra 532 - Lote 01-02-03-04-05-06-07

Cinqüentenário REALIZA I

ZONA 16 SETOR 3

Quadra 561 - Toda frente com a Rua Sadi Bassoli

Quadra 562 - Toda Quadra

Quadra 563 - Toda Quadra

Quadra 567 - Toda Quadra

Quadra 568 - Toda Quadra

Quadra 566 - Toda frente com a Rua Odila Zamarchi Grando

Quadra C - Toda Quadra

ZONA 16 SETOR 04

Quadra 564 - Toda Quadra

Quadra 565 - Toda Quadra

Quadra 566 - Toda frente com as Ruas Gervasio Gollo e Daniel Lopatto

ZONA 16 SETOR 07

Quadra 533 - Toda Quadra

Quadra 535 - Toda Quadra

Quadra 560 - Toda Quadra

Quadra 561 - Toda Frente com a Rua Paraná

Quadra A-B - Todas

Loteamento Zenaide Bertazo

ZONA 17 SETOR 05

Todo o loteamento, menos a área verde

Quadra 553 - Lotes 01-02-03-04

Bairro: Floresta II

ZONA 18 SETOR 03

Quadra 07 - Lote 04

Quadra 08 - Lotes 09 à 16

Quadra 09 - Lotes 06-07-08-09-13-14-15

Quadra 10 - Lotes 01-02-03-04

Quadra 11 - Lotes 01-02-03-04-05-06-09

Quadra 12 - Lotes 01-04-05-06-07-11

Quadra 13 - Lotes 01-02

ZONA 18 SETOR 05

Quadra 01 - Toda Quadra

Quadra 02 - Toda Quadra

Quadra 03 - Toda Quadra

Quadra 04 - Toda Quadra

Quadra 05 - Toda Quadra

Quadra 06 - Toda Quadra

Quadra 07 - Lotes 01-02-03

Quadra 08 - Lotes 01 à 08

Quadra 09 - Lotes 01-02-03-04-05-10-11-12

Quadra 11 - Lotes 07-08

Quadra 12 - Lotes 08-09-10

Quadra 13 - Lotes 03-04-05

ZONA 19 SETOR 07

Quadra 542 - Toda Quadra

Quadra 541 - Toda Quadra

Quadra 543 - Toda Quadra

Quadra 544 - Toda Quadra

Quadra 545 - Toda Quadra

Quadra 546 - Toda Quadra

Quadra 547 - Toda Quadra

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 22 de dezembro de 2014.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

LEI MUNICIPAL N. 2.048

LEI MUNICIPAL Nº. 2.048, 22 de dezembro de 2014.

Confere isenção tributária as instituições que menciona. E, dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Apresenta - a Câmara Municipal de Vereadores projeto de lei para estudo e votação;

Art. 1º. Ficam isentos do pagamento de todos os tributos Municipais as entidades denominadas a Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira, matriz (CNPJ n. 02.122.913.0001-06) sediada no Município de Chapecó/SC e Filial (CNPJ n. 02.122.913/0002-97), sediada no Município de Coronel Freitas/SC.

Parágrafo Único - Para fins da presente lei consideram-se tributos municipais os impostos, taxas, contribuições, empréstimos compulsórios e demais prestações compulsórias, em moeda ou cujo valor nela possa se exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei, cobrada mediante atividade administrativa

plenamente vinculada, de competência do Município de Coronel Freitas/SC.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 22 de dezembro de 2014.

Mauri José Zucco Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

LEI MUNICIPAL N. 2.049

LEI MUNICIPAL Nº. 2.049, 22 de dezembro de 2014.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA ALUGUEL SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica criado, no âmbito municipal, o Programa Bolsa Aluguel Social, que consiste na concessão, pelo Poder Executivo, de benefício financeiro destinado ao pagamento de aluguel de imóvel de terceiros a famílias em situação habitacional de emergência e de vulnerabilidade social, e que não possuam outro imóvel próprio, no Município ou fora dele.

§ 1º. Também serão contemplados, pessoas ou famílias em situação de vulnerabilidade social que estão na iminência ou acabaram de ficar sem qualquer tipo de abrigo.

§ 2º. Para os efeitos da presente Lei, família em situação de emergência é aquela que teve sua moradia destruída ou interditada em função de deslizamentos, inundações, incêndio, insalubridade habitacional ou outras condições que impeçam o uso seguro da moradia e que resida há pelo menos um ano no mesmo imóvel.

§ 3º. O subsídio da Bolsa Aluguel Social será destinado exclusivamente ao pagamento de locação residencial.

§ 4º. O valor mensal da Bolsa Aluguel Social será de 110 UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal de Coronel Freitas.

§ 5º. A concessão de Bolsa Aluguel Social fica limitada à quantidade máxima de 05 (cinco) bolsa aluguel social, simultaneamente, que atendam aos requisitos e condições exigidas nesta Lei, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 2º. A interdição do imóvel será reconhecida por laudo da Defesa Civil do Município de Coronel Freitas, confeccionado por intermédio dos meios técnicos cabíveis e aplicáveis ao caso.

§ 1º. No ato da interdição de qualquer imóvel serão cadastros os respectivos moradores, com a definição de um responsável por moradia.

§ 2º. Será dada preferência a inclusão no Programa, a família que possua nesta ordem, as seguintes condições:

I - maior risco de habitabilidade, em grau a ser estipulado no parecer técnico da Defesa Civil;

II - presença de crianças de 0 a 12 anos;

III - portadores de necessidades especiais, idosos a partir de 60 anos ou doentes.

Art. 3º. A partir das informações ofertadas pela Defesa Civil, a Secretaria de Assistência Social, cadastrará as famílias em situações de risco.

§ 1º. O Departamento de Habitação, da Secretaria Municipal de Assistência Social, diligenciará para obter os demais dados necessários à inclusão das famílias no Programa, mediante a realização de visitas à área ou outras providências que se fizerem necessárias.

§ 2º. O Departamento Habitação reconhecerá o preenchimento das condições por parte das famílias, considerando as disposições dessa Lei e de seu regulamento.

§ 3º. Para os casos das famílias ou pessoas, que não se encontram em área de risco, mas tão somente em situação de vulnerabilidade social e estão na iminência ou acabaram de ficar sem qualquer tipo de abrigo, em lugar do Laudo da Defesa Civil, será exigido Estudo Social elaborado por profissional da Assistência Social.

Art. 4º. Somente poderão ser objeto de locação, nos termos do Programa criado por esta Lei, os imóveis localizados no Município de Coronel Freitas, que possuam condições de habitabilidade e estejam situados fora de área de risco, contratados com os devidos proprietários ou respectivos representantes legais.

Art. 5º. A eleição do imóvel a ser locado, a negociação, a contratação da locação e o pagamento mensal aos locadores será de responsabilidade exclusiva do titular do benefício.

Art. 6º. Administração Pública não será responsável por qualquer ônus financeiro ou legal com relação ao locador, em caso de inadimplência ou descumprimento de qualquer cláusula contratual por parte do beneficiário.

Art. 7º. O benefício será concedido em prestações mensais mediante depósito bancário em conta sob a titularidade do responsável identificado de acordo com o § 1º do artigo 2º.

§ 1º. A titularidade para o pagamento dos benefícios será preferencialmente concedida à mulher responsável pela família.

§ 2º. O pagamento que se refere o caput somente será efetivado mediante apresentação do contrato de locação devidamente assinado pelas partes contratantes, contendo cláusula expressa de ciência pelo locatário que o locador é beneficiário do Programa Bolsa Aluguel Social.

§ 3º. A continuidade do pagamento está condicionada a apresentação mensal dos recibos de quitação dos aluguéis do mês anterior, que deverá ser apresentado até o décimo dia útil do mês seguinte ao vencimento, sob pena de suspensão do benefício até a comprovação, observado o limite apontado no artigo 8º.

Art. 8º. O benefício será concedido pelo prazo de até seis meses, prorrogável uma única vez por igual período.

Parágrafo único - Para a prorrogação do benefício, a Secretaria Municipal de Assistência Social deverá promover a reavaliação socioeconômica da família beneficiada.

Art. 9º. É vedada a concessão do benefício a mais de um membro da mesma família cadastrada, sob pena de cancelamento do benefício.

Parágrafo Único - O não atendimento de qualquer comunicado emitido pela Secretaria de Assistência Social ou do Departamento de Habitação, implicará no desligamento do beneficiário do Programa Bolsa Aluguel Social.

Art. 10. Cessará o benefício, perdendo o direito a família que:

- I - deixar de atender, a qualquer tempo, aos critérios estabelecidos na presente Lei;
- II - sublocar o imóvel objeto da concessão do benefício;
- III - prestar declaração falsa ou empregar os valores recebidos para fim diferente do proposto nesta Lei, qual seja, para pagamento de aluguel residencial;
- IV - deixar de ocupar o imóvel locado.

Art. 11. As despesas decorrentes deste programa correrão por dotação orçamentária própria, suplementadas se necessário.

Art. 12. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 22 de dezembro de 2014.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

LEI MUNICIPAL N. 2.050

LEI MUNICIPAL Nº. 2.050, 22 de dezembro de 2014.

cria o Conselho Municipal de Direitos do Idoso - CMI - NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal do Idoso, órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo, fiscalizador e normativo da Política Municipal do Idoso, de composição paritária, com a finalidade de congregar esforços junto às instituições oficiais e da sociedade civil de atenção ao idoso, estabelecendo diretrizes e aplicabilidade dessa política em consonância com a Política Nacional e Estatuto do Idoso no âmbito do Município de Coronel Freitas - SC.

Parágrafo único - O Conselho Municipal de Direitos do Idoso fica vinculado à estrutura da Secretaria Municipal de Assistência Social, que deverá dotá-lo de recursos humanos, materiais e financeiros necessários ao seu funcionamento.

Art. 2º. Compete ao Conselho Municipal de Direitos do Idoso:

- I - formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar a Política Municipal dos Direitos dos Idosos, zelando pela sua execução;
- II - elaborar proposições, objetivando aperfeiçoar a legislação pertinente à Política Municipal dos Direitos do Idoso;
- III - indicar as prioridades a serem incluídas no planejamento

municipal quanto às questões que dizem respeito ao idoso;
IV - cumprir e zelar pelo cumprimento das normas constitucionais e legais referentes ao idoso, sobretudo a Lei Federal nº. 8.842, de 04/07/94, a Lei Federal nº. 10.741, de 1º/10/03 (Estatuto do Idoso) e leis pertinentes de caráter estadual e municipal, denunciando à autoridade competente e ao Ministério Público o descumprimento de qualquer uma delas;

V - fiscalizar as entidades governamentais e não-governamentais de atendimento ao idoso, conforme o disposto no artigo 52 da Lei nº. 10.741/03.

VI - propor, incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos, programas e pesquisas voltados para a promoção, a proteção e a defesa dos direitos do idoso;

VII - inscrever os programas das entidades governamentais e não-governamentais de assistência ao idoso;

VIII - zelar pela efetiva descentralização político-administrativa e pela participação de organizações representativas dos idosos na implementação de política, planos, programas e projetos de atendimento ao idoso;

IX - atuar na definição de alternativas de atenção à saúde do idoso na rede pública e privada conveniada de serviços ambulatoriais e hospitalares;

X - incentivar e apoiar a realização de pesquisas, estudos e seminários, campanhas, encontros e outros eventos correlacionados com a promoção, proteção, a defesa dos direitos e melhoria da qualidade de vida do idoso;

XI - propor aos órgãos da administração pública municipal a inclusão de recursos financeiros na proposta orçamentária destinada a execução da Política Municipal do Idoso;

XII - Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros nas diversas áreas, destinados à execução da Política Municipal do Idoso;

XIII - Articular a integração de integração entre instituições oficiais e da sociedade civil que atuam com idosos;

XIV - elaborar e aprovar o seu regimento interno;

X - Realizar outras ações que se fizerem necessárias à proteção do direito da pessoa idosa.

Parágrafo único - Aos membros do Conselho Municipal de Direito do Idoso será facilitado o acesso a todos os setores da administração pública municipal, especialmente às Secretarias e aos programas prestados à população, a fim de possibilitar a apresentação de sugestões e propostas de medidas de atuação, subsidiando as políticas de ação em cada área de interesse do idoso.

Art. 3º. O Conselho Municipal de Direitos do Idoso é composto, de forma paritária, por membros do Poder Executivo Municipal e da sociedade civil, e será constituído:

I - 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Assistência Social;

II - 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Saúde;

III - 01 (um) representante da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes;

IV - 03 (três) representantes da sociedade civil, a saber: a) 02 (dois) representantes de grupo de convivência de idosos, legalmente constituído; b) 01 (um) representante do Sindicato da Agricultura Familiar.

1º. Cada membro do Conselho Municipal de Direitos do Idoso terá um suplente.

§2º. Todos os membros do Conselho Municipal de Direitos do Idoso e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Prefeito, respeitadas as indicações previstas nesta Lei.

§3º. Os membros do Conselho terão um mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por um mandato de igual período, enquanto no desempenho das funções ou cargos nos quais foram nomeados ou indicados.

§4º. O titular de órgão ou entidade indicará seu representante,

que poderá ser substituído, a qualquer tempo, mediante nova indicação do representado.

§5º. Nas ausências ou impedimentos dos Conselheiros titulares, assumirão seus respectivos suplentes.

Art. 4º. Os representantes serão indicados, na condição de titular e suplente, com os respectivos órgãos de origem, devendo, necessariamente, residir no Município.

Art. 5º. Os conselheiros titulares e respectivos suplentes, serão designados por ato do Prefeito Municipal, cabendo-lhe também, por ato próprio, destituí-lo, sempre que fatos relevantes de violação legal ocorrerem a juízo do Plenário do Conselho.

Art. 6º. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal de Direitos do Idoso serão escolhidos, mediante votação, dentre os seus membros, por maioria absoluta.

§ 1º. O Vice-Presidente do Conselho Municipal de Direitos do Idoso substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos, e, em caso de ocorrência simultânea em relação aos dois, a presidência será exercida pelo conselheiro mais idoso.

§ 2º. O Presidente do Conselho Municipal de Direitos do Idoso poderá convidar para participar das reuniões ordinárias e extraordinárias membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público, além de pessoas de notória especialização em assuntos de interesse do idoso.

Art. 7º. Cada membro do Conselho Municipal terá direito a um único voto na sessão plenária, excetuando o Presidente que também exercerá o voto de qualidade.

Art. 8º. A função de conselheiro do CMI não será remunerada, sendo considerada de relevante interesse público e o seu exercício é considerado prioritário, justificando as ausências a quaisquer outros serviços, quando determinadas pelo comparecimento às suas Assembléias, reuniões ou outras participações de interesse do Conselho.

Art. 9º. Para melhor desempenho de suas atividades, o Conselho Municipal de Direito do Idoso poderá instalar Comissões Técnicas constituídas por membros dos Conselhos Municipal, de caráter temporário ou permanente.

Art. 10. O Conselho Municipal de Direitos do Idoso elaborará o seu regimento interno, no prazo máximo de sessenta dias a contar da data de sua instalação, o qual será aprovado por ato próprio e homologado por Decreto do Prefeito Municipal.

Parágrafo único - O regimento interno disporá sobre o funcionamento do Conselho Municipal de Direitos do Idoso, das atribuições de seus membros, entre outros assuntos.

Art. 11. Os recursos orçamentários e financeiros necessários a implantação e funcionamento do Conselho Municipal de Direitos do Idoso serão oriundos de dotação própria e consignados no orçamento do Município.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 22 de dezembro de 2014.

Mauri José Zucco Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

LEI MUNICIPAL N. 2.051

LEI MUNICIPAL nº. 2.051, 22 de dezembro de 2014.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBA POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar verba por anulação de dotações no orçamento vigente do fundo municipal de saúde, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 304 - Vigilância Sanitária

Programa: 20 - Vigilância em Saúde

Ação: 2.092 - Manutenção da Vigilância em Saúde

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos

R\$ 6.000,00

Art. 2º. A fonte de recurso para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes de anulações de dotações orçamentárias, a seguir discriminadas:

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 122 - Administração Geral

Programa: 19 - Saúde para Todos

Ação: 2.091 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos

R\$ 6.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 22 de dezembro de 2014.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

LEI MUNICIPAL N. 2.052

LEI MUNICIPAL Nº. 2.052, 02 de março de 2015.

Dispõe sobre a alteração a Lei Municipal Nº. 1.960/2014, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 e a Lei Municipal Nº 2.004/2014, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015, e alteração da Lei Municipal Nº. 2.046/2014, Lei Orçamentária Anual e Suplementar Verbas no orçamento vigente e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Cesar Luis Martinelli, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.018- Conclusão da construção do Centro de Eventos Culturais adequando todos os programas, fixadas na Lei Nº. 1.960/2014. que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 na Lei Nº. 2.004/2014, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA		
				2015	TOTAL
1.018	Conclusão da construção do Centro de Eventos Culturais	01	1	536.500,00	536.500,00

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$536.500,00(quinhentos e trinta e seis mil e quinhentos reais), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.06 - Departamento de Cultura

Função: 13 - Cultura

Sub-função:122- Administração Geral

Programa: 6 - Cultura, arte através da história, emoção e talento

Ação: 1.018 - Conclusão da Construção do Centro de Eventos Culturais

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 03.0000 - Recursos ordinários - R\$302.000,00

Destinação de Recurso: 01.0024 - Transferências de Convênios- R\$227.633,17

Destinação de Recurso: 03.0024 - Transferências de Convênios- R\$6.866,83

Art. 3º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do excesso de arrecadação na referida destinação de recursos através dos convênios 0305.207-49/2009 e 0305.394-17/2009 e do superávit do exercício anterior conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Excesso de arrecadação	1.018	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0024	227.633,17
Superávit do exercício anterior	1.018	4.4.90.00.00.00.00.00	03.0000	302.000,00
Superávit do exercício anterior	1.018	4.4.90.00.00.00.00.00	03.0024	6.866,83

Art. 4º. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.054 - Infraestrutura e urbanização (pavimentação com pedras irregulares em vias urbanas), fixadas na Lei Nº. 1.960/2014 que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 na Lei Nº. 2.004/2014, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA		
				2015	TOTAL
1.054	Infra-estrutura e urbanização (pavimentação com pedras irregulares em vias urbanas),	01	1	280.010,00	280.010,00

Art. 5º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$ 280.095,91 (duzentos e oitenta mil noventa e cinco reais e noventa e um centavos), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços urbanos

Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451- Infra-estrutura Urbana

Programa: 15 - Urbanização da Cidade

Ação: 1.054 - Infra-estrutura e urbanização (pavimentação com pedras irregulares em vias urbanas)

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 03.0000 - Recursos ordinários - R\$ 139.500,00

Destinação de Recurso: 01.0024 - Transferências de Convênios - Saúde - R\$130.510,00

Destinação de Recurso: 03.0024 - Superávit do Exercício anterior - R\$ 10.085,91

Art. 6º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do excesso de arrecadação na referida destinação de recursos proveniente do Convênio 0331.705-12/2010 e 0322.084-11/2010 - Ministério das Cidades e do superávit do exercício anterior, conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Excesso de arrecadação	1.054	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0024	130.510,00
Superávit do exercício anterior	1.054	4.4.90.00.00.00.00.00	03.0024	10.085,91
Superávit do exercício anterior	1.054	4.4.90.00.00.00.00.00	03.0000	139.500,00

Art. 7º. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.068- Construção de casas populares, fixadas na Lei Nº. 1.960/2014. que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 na Lei Nº. 2.004/2014, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA		
				2015	TOTAL
1.068	Construção de Casas Populares	01	1	277.800,00	277.800,00

Art. 8º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$276.650,00(duzentos e setenta e seis mil, seiscentos e cinquenta reais), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 09.00 - Fundo Municipal de Habitação

Unidade: 09.01 - Fundo Municipal de Habitação

Função: 16 - Habitação

Sub-função:482-Habitação Urbana

Programa: 28 - Habitação

Ação:1.068 -Construção de Casas Populares

Classificação da Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 03.0000 - Superávit do exercício anterior - R\$10.800,00

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 03.0000 - Superávit do exercício anterior - R\$2.850,00

Destinação de Recurso: 01.0024 - Transferências de Convênios- R\$248.918,61

Destinação de Recurso: 03.0024 - Superávit do exercício anterior-R\$14.081,39

Art. 9º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do excesso de arrecadação na referida destinação de recursos através do convênio 0342.879-48/2010 - Ministério das Cidades, conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Excesso de arrecadação	1.068	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0024	248.918,61
Superávit do exercício anterior	1.068	4.4.90.00.00.00.00.00	3.0000	13.650,00
Superávit do exercício anterior	1.068	4.4.90.00.00.00.00.00	3.0024	14.081,39

Art. 10º. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.057- Asfaltamento de vias urbanas, fixadas na Lei Nº. 1.960/2014. que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 na Lei Nº. 2.004/2014, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA		
				2015	TOTAL
1.057	Asfaltamento de vias urbanas	01	1	3.667.800,00	3.667.800,00

Art. 11º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$ 3.466.800,00(três milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, oitocentos reais), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
 Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos
 Função: 15 - Urbanismo
 Sub-função: 451-Infra-estrutura urbana
 Programa: 15 - Urbanização da cidade
 Ação: 1.057 -Asfaltamento de vias Urbanas
 Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00
 Destinação de Recurso: 03.0000 - Superávit do exercício anterior - R\$474.100,00
 Destinação de Recurso: 01.0024 - Transferências de Convênios- R\$1.107.021,48
 Destinação de Recurso: 01.0083 - Operações de crédito- R\$1.500.000,00
 Destinação de Recurso: 03.0024 - Superávit do exercício anterior-R\$385.678,52.

Art. 12º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do excesso de arrecadação na referida destinação de

recursos através dos convênios 1002.800-58/2012 - Ministério do Turismo, 2014TR002500 FUNDAM - Estado, 1.010.022-40/2013 Ministério das Cidades, 801332/2014 Ministério das Cidades e PAC2-Operação de Crédito, conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Excesso de arrecadação	1.057	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0083	1.500.000,00
Excesso de arrecadação	1.057	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0024	1.107.021,48
Superávit do exercício anterior	1.057	4.4.90.00.00.00.00.00	03.0000	474.100,00
Superávit do exercício anterior	1.057	4.4.90.00.00.00.00.00	03.0024	385.678,52

Art. 13º. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.017- Cidade Digital, fixadas na Lei Nº. 1.960/2014. que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 na Lei Nº. 2.004/2014, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA		
				2015	TOTAL
1.017	Cidade Digital	01	1	880.520,05	880.520,05

Art. 14º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$880.520,05(oitocentos e oitenta mil, quinhentos e vinte reais e cinco centavos), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 03.00 - Secretaria de Administração e Finanças
 Unidade: 03.02 - Departamento de Administração e Finanças
 Função: 04 - Administração
 Sub-função: 122I - Administração geral
 Programa: 003 - Administração geral
 Ação: 1.017 -Cidade Digital
 Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00
 Destinação de Recurso: 03.0000 - Superávit do exercício anterior - R\$255.375,00
 Classificação da Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00
 Destinação de Recurso: 03.0024 - Superávit do exercício anterior-R\$625.145,05

Art. 15º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do superávit do exercício anterior do Convênio Nº 01.0034.00/2012 Ministério da Ciência e Tecnologia conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Superávit do exercício anterior	1.017	4.4.90.00.00.00.00.00	03.0000	255.375,00
Superávit do exercício anterior	1.017	3.3.90.00.00.00.00.00	03.0024	625.145,05

Art. 16º. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.052- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário, fixadas na Lei Nº. 1.960/2014. que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 na Lei Nº. 2.004/2014, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA		
				2015	TOTAL
1.052	Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário	01	1	3.900.100,00	3.900.100,00

Art. 17º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$3.700.000,00(três milhões e setecentos mil reais), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
 Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos
 Função: 17 - Saneamento
 Sub-função: 512-Saneamento Básico Urbano
 Programa: 15 - Urbanização da cidade
 Ação: 1.052 - Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário
 Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00
 Destinação de Recurso: 03.0024 - Superávit do exercício anterior -R\$171.108,98
 Destinação de Recurso: 01.0024 - Transferência de Convênios -R\$3.528.891,02

Art. 18º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do superávit do exercício anterior e do excesso de arrecadação do Convênio nº SC1207114040 - FUNASA conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Superávit do exercício anterior	1.052	4.4.90.00.00.00.00.00	03.0024	171.108,98
Excesso de arrecadação	1.052	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0024	3.528.891,02

Art. 19º. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.060-Revitalização da Avenida Santa Catarina, fixadas na Lei Nº. 1.960/2014, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 na Lei Nº. 2.004/2014, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA		
				2015	TOTAL
1.060	Revitalização da Avenida Santa Catarina	01	1		

Art. 20º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$ 450.000,00(quatrocentos e cinquenta mil reais), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
 Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos
 Função: 15 - Urbanismo
 Sub-função: 451-Infra-estrutura Urbana
 Programa: 16 - Embelezamento da cidade
 Ação: 1.060 - Revitalização da Avenida Santa Catarina
 Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00
 Destinação de Recurso: 01.0024 - Transferência de Convênios -R\$400.000,00
 Destinação de Recurso: 03.0000 - Superávit do Exercício Anterior -R\$50.000,00

Art. 21º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do superávit do exercício anterior e do excesso de arrecadação da Proposta de Convênio nº 11665 - FUNDAM conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Superávit do exercício anterior	1.060	4.4.90.00.00.00.00.00	03.0000	50.000,00
Excesso de arrecadação	1.060	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0024	400.000,00

Art. 22º. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.043- Pavimentação Asfáltica Rodovia da Integração, fixadas na Lei Nº. 1.960/2014, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 na Lei Nº. 2.004/2014, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA		
				2015	TOTAL
1.043	Pavimentação Asfáltica Rodovia da Integração	01	1	6.637.500,00	6.637.500,00

Art. 23º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$6.637.500,00(seis milhões, seiscentos e trinta e sete mil e quinhentos reais), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
 Unidade: 06.02 - Departamento de Transportes e Obras
 Função: 26 - Transporte

Sub-função:782-Transporte Rodoviário
 Programa: 13 - Estradas vicinais
 Ação:1.043 - Pavimentação Asfáltica Rodovia da Integração
 Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00
 Destinação de Recurso: 01.0024 - Transferência de Convênios -R\$6.337.500,00
 Destinação de Recurso: 03.0000 - Superávit do Exercício Anterior -R\$300.000,00

Art. 24º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do superávit do exercício anterior e do excesso de arrecadação do Convênio Nº 1.008.825-47/2013 e 1.013.253-61/2013 Ministério do Turismo conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Superávit do exercício anterior	1.043	4.4.90.00.00.00.00.00	03.0000	300.000,00
Excesso de arrecadação	1.043	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0024	6.337.500,00

Art. 25º. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 2.082- Aquisição de Veículos, equipamentos e mobiliário em geral, fixadas na Lei Nº. 1.960/2014. que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 na Lei Nº. 2.004/2014, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA		
				2015	TOTAL
2.082	Aquisição de Veículos, equipamentos e mobiliário em geral	01	1	186.119,89	186.119,89

Art. 26º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$13.719,89 (treze mil, setecentos e dezenove reais e oitenta e nove centavos), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde
 Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde
 Função: 10 - Saúde
 Sub-função:301-Atenção Básica
 Programa: 19 - Saúde Para Todos
 Ação:2.082 - Aquisição de veículos, equipamentos e mobiliário em geral
 Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00
 Destinação de Recurso: 03.0002- Superávit do Exercício Anterior -R\$2.000,00
 Destinação de Recurso: 03.0064- Superávit do Exercício Anterior - R\$11.719,89

Art. 27º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do superávit do exercício anterior conforme Convênio Nº1120-1 Ministério da Saúde conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Superávit do exercício anterior	2.082	4.4.90.00.00.00.00.00	03.0000	2.000,00
Superávit do exercício anterior	2.082	4.4.90.00.00.00.00.00	03.0024	11.719,89

Art. 28º. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 2.005- Manutenção reforma e ampliação do centro administrativo, fixadas na Lei Nº. 1.960/2014. que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 na Lei Nº. 2.0043/2014, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA		
				2015	TOTAL
2.005	Manutenção reforma e ampliação do centro administrativo	01	1	200.000,00	200.000,00

Art. 29º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 03.00 - Secretaria de Administração e Finanças
 Unidade: 03.02 - Departamento de Administração e Finanças
 Função: 4 - Administração
 Sub-função:122-Administração geral
 Programa: 0003 - Administração geral
 Ação:2.005 - Manutenção reforma e ampliação do centro administrativo
 Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00
 Destinação de Recurso: 03.0000- Superávit do Exercício Anterior -R\$86.562,50
 Destinação de Recurso: 01.0000- Recursos ordinários -R\$13.437,50

Art. 30º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do superávit do exercício anterior e da anulação da seguinte dotação:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Superávit do exercício anterior	2.005	4.4.90.00.00.00.00.00	03.0000	86.562,50
Anulação de dotação	2.005	3.3.90.00.00.00.00.00	01.0000	13.437,50

Art. 31º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 32º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de março de 2015.

César Luis Martinelli

Prefeito em Exercício

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Priscila Stanga

Diretora de Administração e Finanças

LEI MUNICIPAL N. 2.053

LEI MUNICIPAL Nº. 2.053, 02 de março de 2015.

INSTITUI NO ÂMBITO DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL A NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA - NFS-E O RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS - RPS E O LIVRO ELETRÔNICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Cesar Luis Martinelli, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica instituída a Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, a ser emitida por todas as pessoas físicas ou jurídicas, contribuintes do imposto sobre serviço de qualquer natureza (ISSQN), estabelecidas no Município de Coronel Freitas.

§ 1º. A Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e é documento obrigatório a ser emitido ao término da prestação de serviços, esteja ou não o contribuinte inscrito no Cadastro Mobiliário de Contribuintes - CMC, ou gozando de isenção, imunidade ou qualquer outro benefício fiscal.

Art. 2º. Fica instituída no âmbito da legislação municipal a figura do Recibo Provisório de Serviço - RPS, destinado a operacionalizar o uso da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, cabendo ao regulamento dispor sobre sua forma e utilização.

Parágrafo único. Emitido o RPS este deverá ser convertido em NF-e em até o décimo (10º) dia do mês subsequente as sua emissão.

Art. 3º. Fica instituído o Livro Eletrônico de declaração mensal para lançamentos das bases tributáveis dos serviços prestados e tomados, com fim de apuração do ISSQN mensal do Município de Coronel Freitas.

Parágrafo Único - Considera-se Livro Eletrônico o meio informatizado e disponibilizado no sítio da página web deste Município, com o endereço www.coronelfreitas.sc.gov.br para escrituração e declaração mensal do ISSQN decorrente de serviços prestados e tomados por empresas sediadas no Município de Coronel Freitas ou por tomadores de serviços executados neste Município.

Art. 4º. O Município regulamentará as normas relativas ao uso e emissão do Livro Eletrônico e demais aspectos pertinentes através de Decreto.

Art. 5º. A geração de NFS-e, constitui declaração de confissão de dívida do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, incidente na operação, ficando a falta ou insuficiência do recolhimento do imposto, sujeita à cobrança administrativa ou judicial.

Parágrafo único. Sobre a insuficiência ou não do recolhimento do ISSQN no prazo legal incidirão os devidos acréscimos moratórios estabelecidos na legislação municipal.

Art. 6º. Nas infrações relativas à NFS-e, aplicar-se-á multa no valor igual a:

I - 10UFRM (dez Unidade Fiscal de Referencia) para cada NFS-e não emitida ou de outro documento ou declaração exigida pela Administração;

II - 5 UFRM (cinco Unidade Fiscal de Referencia) para cada emissão indevida de NFS-e tributáveis como isentos, imunes ou não tributáveis; (NR)

III - 10 UFRM (dez Unidade Fiscal de Referencia Municipal) para cada NFS-e indevidamente cancelada, conforme disposto em regulamento.

Art. 6º. Nas infrações relativas à emissão de RPS, aplicar-se-á multa de valor igual a:

I - 10 UFRM (dez Unidade Fiscal de Referência Municipal) para cada RPS não emitida;
II - 10UFRM (Dez Unidade Fiscal de Referência) para cada RPS emitido e não convertido em NFS-e, nos prazos regulamentares;

§1º. Aplicar-se-á a multa igual a 200% (duzentos por cento) do valor do imposto não recolhido, no caso da constatação da não emissão do RPS em procedimento fiscal.

§2º. A conversão espontânea do RPS realizada após o prazo estabelecido no parágrafo único, do art. 2º da presente Lei Complementar, implicará em multa diária correspondente a 0,82% (zero vírgula oitenta e dois por cento) até atingir o máximo de 20% (vinte por cento), se realizado até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sendo que, expirado este prazo, a multa devida será igual a 100% (cem por cento) do valor ao respectivo imposto.

Art. 7º. Sem prejuízo de outras imputações fiscais e penais, configura crime de estelionato e outras fraudes, bem como de falsidade ideológica, o uso indevido do sistema de Nota Fiscal Serviços Eletrônica- NFS-e, tendente a acobertar operações de prestação de serviços inexistentes, com o objetivo de:

I - aumentar a renda para efeito de financiamentos e congêneres;
II - registrar despesas ou créditos indevidos a tributos federais, estaduais ou municipais.

Parágrafo único. A infração ao presente artigo será punida com multa igual a 20 (vinte) UFRM.

Art. 8º. É de competência do Departamento de Tributos, da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, todos os atos relativos a operacionalização do sistema da NFS-e.

Parágrafo único. As especificidades dos procedimentos de rotina não previstos no regulamento da NFS-e, poderão ser baixadas por meio de Decreto do Executivo Municipal.

Art. 9. O Executivo Municipal regulamentará a presente Lei Complementar no prazo de 30 (trinta) dias a contar de sua publicação.

Art. 10 . A utilização da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e torna-se obrigatória a partir de 31 de dezembro de 2015.

Art. 11. Esta Lei Complementar entra em vigor no prazo de 30 dias a contar de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de março de 2015.

Cesar Luis Martinelli
Prefeito em Exercício

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Priscila Stanga
Diretora de Administração e Finanças

LEI MUNICIPAL N. 2.054

LEI MUNICIPAL Nº. 2.054, 02 de março de 2015.

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 6º. DA LEI MUNICIPAL N. 1.972/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Cesar Luis Martinelli, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. O artigo 6º. Da Lei Municipal Nº. 1.972/2013, passa vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6ª. Sendo assegurada a alimentação mediante recurso pecuniário, poderá o Município de Coronel Freitas dispender no máximo R\$ 700,00 (setecentos reais)." (NR)

Parágrafo único - O cumprimento da obrigação é com embasamento na Portaria Nº 30 de 12/02/2014 - Projeto Mais Médicos para o Brasil.

Art. 2º. As despesas decorrente desta lei estão previstas no orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de março de 2015.

Cesar Luiz Martinelli
Prefeito em Exercício

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Priscila Stanga
Diretora de Administração e Finanças

LEI MUNICIPAL N. 2.055

LEI MUNICIPAL N. 2.055, 11 de março de 2015.

Dá Nova redação aos Incisos I, II e III, do Artigo 10, da Lei Municipal N. 1.698/2009, e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Os Incisos I, II e III, do artigo 10 da Lei Municipal 1.698/2009, passa a vigorar com nova redação:

"Art. 10

I - Fixo no valor mensal de R\$ 60,00 (sessenta reais) para as empresas que auferiram receita bruta anual até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);

II - Fixo no valor mensal de R\$ 96,00 (noventa e seis reais) para as microempresas que auferiram receita bruta anual entre R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) a R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais);

III - Fixo no valor mensal de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) para as microempresas que auferiram receita bruta anual entre R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) a R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais);

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Coronel Freitas, 11 de março de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

LEI MUNICIPAL N. 2.056

LEI MUNICIPAL Nº. 2.056, 11 de março de 2015.

AUTORIZA O PREFEITO MUNICIPAL A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL A ASSOCIAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS DE CORONEL FREITAS - PARA OS FINS QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal expressamente autorizado a conceder subvenção social a Associação dos Universitários de Coronel Freitas, CNPJ nº 07.649.115/0001-50, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) mensais a partir do mês de março a julho de 2015.

§ 1º. O valor expresso no "caput" deste artigo destina-se a auxiliar no pagamento do transporte aos estudantes.

§ 2º. Compete a Associação fornecer a lista de estudantes a Administração, cuja condição deverá ser comprovada semestralmente através de atestado de frequência, fornecido pela instituição de ensino.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta lei, correrão por conta de dotação do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 11 de março de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

Coronel Martins

PREFEITURA

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 021/2015

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 021/2015
MÊS/ANO: MARÇO/2015 NÚMERO CONTRATO: PMCM 021/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 20/03/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente licitação consiste na aquisição de um Carreta agrícola basculante hidráulica, fabricadas em chape de aço, rodado tandem, capacidade mínima de 6 toneladas, engate rápido, pneus novos, pé de apoio regulável e móvel com espessura camisa pistão 111mm, espessura haste pistão 58mm, curso pistão 1,76m, medida chassi superior 50x200x50x3500mmx1/4, medida chassi inferior 50x200x50x3000mmx1/4, espessura assoalho 3mm, medidas assoalho 2000x3500, espessura tampas laterais 2mm, dimensões caçamba 2mx3,5mx1,06 altura largura entre pneus: 2,35 e pintura em PU.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente Contrato tem início na data de sua assinatura e término em 30 de Julho de 2015, podendo ser prorrogado em caso de necessidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO COMPETENTE

Fica eleito o foro da Comarca de São Domingos - SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 06.161.649/0001-70
CONTRATADO: JEAN PYER VIVIAN EIRELI ME

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 022/2015

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 022/2015

MÊS/ANO: MARÇO/2015 NÚMERO CONTRATO: PMCM 022/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 20/03/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente licitação consiste na aquisição de uma ensiladeira 12 facas, com comando hidráulico, quebra grãos, produção de 20 a 30 toneladas por hora, rotação de tomada de força de 540RPM.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente Contrato tem início na data de sua assinatura e término em 30 de Julho de 2015, podendo ser prorrogado em caso de necessidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO COMPETENTE

Fica eleito o foro da Comarca de São Domingos - SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 21.344.856/0001-54
CONTRATADO: AGROINDUSTRIAL FREITAS EIRELI ME

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 022 DE CONVÊNIO DE 20 DE MARÇO DE 2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 022 DE CONVÊNIO DE 20 DE MARÇO DE 2015.

MÊS/ANO: JUNHO/2014. NÚMERO CONVÊNIO: 2014TR1722
PMCM 009/2014
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 03/06/2014

DA MOTIVAÇÃO

Considerando o requerimento do Conveniente;
Considerando o teor do Parecer Jurídico emitido pela Consultoria Jurídica;
Considerando que não haverá prejuízo ao erário;
Considerando as disposições legais que amparam o ato, celebra-se o presente Termo Aditivo, nos seguintes termos e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Prazo:

O objeto do presente Termo Aditivo é a prorrogação do Prazo de Vigência e Prestação de Contas do Convênio nº 2014TR1722 para até 31 de Dezembro de 2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Da Ratificação

Todas as demais Cláusulas do Contrato ora Aditado permanecem íntegras e inalteradas para todos os efeitos jurídicos

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA: (1/2): 2
CNPJ: 05.593.175/0001-73

CONTRATADO: ESTADO DE SANTA CATARINA – SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – SDR – SÃO LOURENÇO DO OESTE.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 023 DE CONVÊNIO DE 20 DE MARÇO DE 2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 023 DE CONVÊNIO DE 20 DE MARÇO DE 2015.

MÊS/ANO: JUNHO/2014. NÚMERO CONVÊNIO: 2014TR2375
PMCM 011/2014
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 25/06/2014

DA MOTIVAÇÃO

Considerando o requerimento do Conveniente;
Considerando o teor do Parecer Jurídico emitido pela Consultoria Jurídica;
Considerando que não haverá prejuízo ao erário;
Considerando as disposições legais que amparam o ato, celebra-se o presente Termo Aditivo, nos seguintes termos e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Prazo:

O objeto do presente Termo Aditivo é a Prorrogação do Prazo de Vigência do Convênio nº 2014TR2375 para até 30 de Junho de 2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Da Ratificação

Todas as demais Cláusulas do Contrato ora Aditado permanecem íntegras e inalteradas para todos os efeitos jurídicos

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA: (1/2): 2
CNPJ: 05.593.175/0001-73

CONTRATADO: ESTADO DE SANTA CATARINA – SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – SDR – SÃO LOURENÇO DO OESTE.

DECRETO Nº 066, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 066, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público n. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADA para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 06 de novembro de 2013), a Sra. RAFAELA PICCHI MOREIRA, para exercer o Cargo de SERVENTE - 40H, pelo Provimento de cargo Efetivo, enquadrado no anexo I Grupo 1 - Serviços Gerais - SEG, da Lei Complementar Municipal nº 034 de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 27 de março de 2015
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 065, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº. 065, DE 26 DE MARÇO DE 2015.
DECRETA PONTO FACULTATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO
MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina,
no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo item VI
e XL do artigo 94 da Lei Orgânica do Município de 28/10/1994,
resolve:

DECRETAR:

Art. 1º Fica estabelecido Ponto Facultativo, no dia 02 de abril de
2015, quinta-feira o dia todo, em todas as repartições públicas
municipais, em virtude dos feriados da Semana Santa, conforme
segue abaixo:

- Gabinete do Prefeito Municipal;
- Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças;
- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos.
- Secretaria Municipal de Assistência Social.
- Secretaria Municipal de Saúde.
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento econômico.
- Conselho Tutelar.
- Correio.
- Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer.
- Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Na Secretaria Municipal de Saúde haverá Plantão/Sobreavi-
so para atendimentos e procedimentos de Urgência e Emergência
durante este período.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 26 de março de 2015.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

Correia Pinto

PREFEITURA

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO 15/2015 PMCP

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO Nº 015/2015
PREFEITURA

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida
Duque de Caxias, 1569 - Centro em Correia Pinto, Estado de Santa
Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a ER-
RATA ao edital do Pregão Presencial - Processo n.º 15/2015 PMCP,
REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO
DE TUBOS E MEIOS-FIOS, CONFORME DESCRITIVO NO ANE-
XO I DO EDITAL, alterando-se data e hora de abertura da licita-
ção, onde se lê: "02/04/2015, às 18:00 horas", passa a ser lido:
"08/04/2015, às 14:00 horas".

Correia Pinto, 30 de março de 2015.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES
Pregoeiro Municipal

II ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS - PROCESSO 13/2015 PMCP

II ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
TOMADA DE PREÇOS 13/2015

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida
Duque de Caxias, 1569 - Centro em Correia Pinto, Estado de Santa
Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a ER-
RATA ao edital da Tomada de Preços - Processo n.º 13/2015 PMCP,
alterando-se o objeto da licitação, onde se lê: "CONTRATAÇÃO
DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE PROJETO
DE ENGENHARIA RODOVIÁRIA, REFERENTE A IMPLANTAÇÃO DE
TREVO DE ACESSO NA RODOVIA BR 116, KM 237,00, CONFOR-
ME ANEXOS DO EDITAL", passa a ser lido: "CONTRATAÇÃO DE
EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE EN-
GENHARIA RODOVIÁRIA, REFERENTE A IMPLANTAÇÃO DE TRE-
VO DE ACESSO NA RODOVIA BR 116, KM 237,00, CONFORME
ANEXOS DO EDITAL", mantendo-se o mesmo horário e data de
abertura dos envelopes, às 14:00 horas do dia 07 de abril de 2015.

Correia Pinto, 30 de março de 2015.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

NATHASA AMARAL PEREIRA
Presidente da Comissão de Licitação

TERMO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO- TOMADA DE PREÇOS - PROCESSO 12/2015 PMCP

TERMO DE ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO
PROCESSO Nº 12/2015 PMCP - TOMADA DE PREÇOS
Anulação de processo Licitatório

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORREIA PINTO/SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as Leis 10.520/02 e 8.666/93 e alterações;

CONSIDERANDO que em razão de erro nos valores do Projeto Básico - Orçamento (Planilha de Quantitativos e Custos Unitários), o processo licitatório 12/2015 PMCP torna-se anulado.

RESOLVE:

ANULAR em todos os seus termos, por interesse público decorrente de fato superveniente o processo licitatório tombado sob o nº. 12/2015 PMCP, e consequentemente a licitação por Tomada de Preços com o mesmo número, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE PROJETO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA AVENIDA TANCREDO NEVES, CONFORME ANEXOS DO EDITAL.

Correia Pinto, SC, 30 de março de 2015.

Vânio Forster

Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.565/2015

DECRETO Nº 4.565/2015

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA FORMA DA LEI Nº 5.429/2015 .

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos,

DECRETA

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.429/2015 no montante de R\$ 41.696,00 (quarenta e um mil , seiscientos e noventa e seis reais) a saber :

ANULAÇÃO:

02.00CHEFIA EXECUTIVO

02.08SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

27.812.0029.2073MANUT. DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS E RECREATIVAS

3390000000.00.1000APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 41.696,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 41.696,00

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.429/2015 no montante de R\$ 41.696,00 (quarenta e um mil seiscientos e noventa e seis reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO:

02.00CHEFIA EXECUTIVO

02.08SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

27.812.0029.2073MANUT. DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS E RECREATIVAS

3350000000.00.1000TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR R\$ 41.696,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 41.696,00

Art. 3º . Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das anulações previstas no art. 1º.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 24 de março de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e quatro dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.566/2015

DECRETO Nº 4.566/2015

REGULAMENTA ABONO PRODUTIVIDADE INSTITUÍTO PELO ARTIGO 72 B DA LEI COMPLEMENTAR N. 026/2002.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos

DECRETA

Art. 1º O abono produtividade previsto no art. 72 B da Lei Complementar n. 026/2002 e instituído pela Lei Complementar n. 131/2015 de natureza indenizatória será concedido ao servidor público municipal efetivo, bem como ao empregado público, não readaptado, que no período de 30 (trinta) dias tiver 100% (cem por cento) de frequência comprovada no exercício de suas atribuições.

§ 1º, Considera-se como período de aquisição os dias transcorridos no período entre o dia 19 do mês até o dia 18 do mês subsequente.

§ 2º A comprovação da frequência se dará através do controle do registro de ponto.

§ 3º. Para os motoristas e servidores que realizem atividades fora das sedes administrativas, será aceita justificativa formalizada pelo Secretário respectivo comprovando o exercício das funções.

Art. 3º. O abono assiduidade é fixado no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) pagos a cada mês que se comprovar a frequência prevista neste decreto.

Art. 4º. Para efeitos do recebimento do abono assiduidade, computar-se como ausência a falta ao trabalho, ainda que justificada ou decorrente de licença ou concessão de qualquer natureza, exceto as ausências em virtude de:

I - atendimento a convocação da Justiça Eleitoral durante o período letivo.

II - servir ao Tribunal de Júri;

III - Um dia para doação de sangue

Art. 5º. Também não se concederá abono produtividade ao servidor que, no período aquisitivo sofrer penalidade disciplinar em qualquer de suas modalidades, ou que esteja em licença para tratar de assuntos particulares, além das demais previsões constantes do regulamento.

Art. 6º. O benefício de que trata este decreto será devido apenas aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, bem como aos empregados públicos, não se incorporando à remuneração ou ao vencimento para qualquer efeito.

Art. 7º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Curitibanos, 24 de março de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e quatro dias do mês de março do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº14/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº14/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Curitiba torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: O Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de medicamentos para distribuição gratuita em Unidades de Saúde do Município. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 10/04/2015, às 15H00, e início da sessão do Pregão no dia 13/04/2015, às 08h30 no auditório da Prefeitura Municipal de Curitiba. Os interessados poderão ter acesso a íntegra do Edital em www.curitiba.sc.gov.br, contudo o conteúdo da web não substitui o oficial disponibilizado junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitiba, sito a rua Maximino de Moraes, 376.

Curitiba, 04 de março de 2015.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2015

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para CONTRATAÇÃO DE EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA EVENTOS REALIZADOS PELA SMELC NO ANO DE 2015, CONFORME PREVISÃO DE ATIVIDADES E EVENTOS ESPORTIVOS DESTE ANO, MEMORANDO E ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 10/04/2015. A partir das 14:00 horas do dia 10/04/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

I - Objeto

1 - Prestação de serviços de arbitragem para os eventos municipais da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer para o ano de 2015, conforme anexo I deste Edital.

II - Dotação orçamentária

2.1 A despesa para a aquisição do objeto licitado correrá por conta de Dotações próprias do orçamento da Prefeitura do ano de 2015, até o valor máximo por item descrito no anexo I, e de acordo com as especificações orçamentárias previstas no parecer contábil em anexo.

109 - 02.08 2.073 3.3.90.00.00.00.00.00 3.3.90.39.99.00.00.00

III - Participação

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes neste Edital e seus anexos.

IV - Impugnação ao ato convocatório

4.1 As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até dois dias úteis antes da data fixada para o fim do recebimento das propostas, no Departamento de Licitações de Curitiba, situado na Rua Cel. Vidal Ramos, 860 em Curitiba.

4.2 Caberá à Autoridade Competente decidir sobre a impugnação

no prazo de dois dias após o limite de envio de impugnações.

4.3 Em caso de deferimento da impugnação contra o ato convocatório, será tomada uma das seguintes providências:

- a) Anulação ou revogação do edital;
- b) Alteração e republicação do edital, reabertura do prazo de envio de propostas, alteração da data da sessão pública do pregão;
- c) Alteração no edital e manutenção do prazo de envio de propostas e da data da sessão pública do pregão, nos casos em que, inquestionavelmente, a alteração não tenha afetado a formulação das propostas.

V - Proposta

5.1 A proposta deverá ser apresentada em envelope fechado, até o horário e data definido no preâmbulo do edital, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres: Envelope nº 1 - Proposta

Departamento de Licitações de Curitiba

Pregão nº 68/2015

5.2 A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas seqüencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.

5.3 A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

- a) nome do proponente, endereço completo, telefone, CNPJ;
- b) número do Pregão;
- c) para cada item que o licitante vier a participar, a descrição do objeto ofertado, em conformidade com o Anexo I, contendo a marca e modelo do produto cotado, o preço unitário, em moeda corrente nacional, com duas casas decimais, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. No preço proposto deverão estar incluídas, além do lucro, todas as despesas, tributos e custos, diretos ou indiretos, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.

d) prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias.

e) Apresentar todos os documentos exigidos na descrição do item.

VI - Habilitação

6.1 Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em envelope fechado, até o horário e data definidos no preâmbulo do edital, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Envelope nº 2 - Habilitação

Departamento de Licitações de Curitiba

Pregão nº 68/2015

6.2 Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

6.3 O envelope deverá conter os seguintes documentos:

6.4 Quanto à qualificação jurídica:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual (dispensável em caso de apresentação deste documento para o credenciamento do proponente durante a sessão pública);
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais (dispensável em caso de apresentação deste documento para o credenciamento do proponente durante a sessão pública);
- c) documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem (dispensável em caso de apresentação deste documento para o credenciamento do proponente durante a sessão pública);
- d) decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

6.5 Quanto à regularidade fiscal:

- a) Certidão Negativa da Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais (administrado pela Secretaria da Receita Federal);
- b) Certidão Negativa de Débitos - CND (emitida pela Previdência Social);
- c) Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (F.G.T.S.) (emitida pela Caixa Econômica Federal);
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual através de Certidão (CND) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio ou sede do licitante.
- e) Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio ou sede do licitante.
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

VII - Sessão Pública do Pregão

7.1 No horário e data definidos no preâmbulo do edital, o pregoeiro fará a abertura da sessão pública do pregão, procedendo aos seguintes atos, em sequência:

Credenciamento

7.2 O proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

7.3 Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006, os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte deverão credenciar-se e apresentar certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 103/2007, expedida com no máximo 30 dias antes da abertura do processo licitatório.

7.4 O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

7.5 Não será desclassificada a proposta em função do não credenciamento do proponente, porém o mesmo ficará impedido de participar da etapa de lances ou manifestar intenção de recurso.

7.6 Depois de encerrada a etapa de credenciamento, não serão aceitos novos representantes dos proponentes na sessão pública, salvo na condição de ouvintes, sem poderes para efetuar lances ou manifestar intenção de recurso.

Análise preliminar de aceitabilidade das propostas

7.7 O pregoeiro procederá à abertura das propostas e fará a análise quanto a compatibilidade do objeto ofertado em relação ao especificado no edital e quanto ao preço inexequível, baixando diligências caso sejam necessárias, e procederá à classificação das propostas para a etapa de lances.

Seleção das propostas para a etapa de lances

7.8 O pregoeiro selecionará as propostas para a etapa de lances obedecendo aos seguintes critérios:

7.9 Primeiro critério: serão selecionadas a menor proposta e todas os demais que não sejam superiores a 10% da menor proposta;

7.10 Segundo critério: não havendo pelo menos três propostas selecionadas no critério anterior, serão ainda selecionadas as menores propostas, até o limite de três, para a etapa de lances.

Etapas de lances orais

7.11 Tendo sido credenciado e a proposta selecionada, poderão os autores manifestar lances orais. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

7.12 Os lances deverão ser formulados por preço unitário, em moeda corrente nacional, com duas casas decimais, em valores distintos e decrescentes em relação ao preço do autor.

7.13 Poderá o pregoeiro estabelecer redução mínima em cada

lance, bem como estabelecer tempo máximo para o proponente ofertar seu lance.

7.14 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes desse item declinarem da formulação de lances.

7.15 Encerrada a etapa de lances, serão ordenadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

7.16 Ocorrendo empate previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06 será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.16.1 Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte seja iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada

7.16.2 Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma:

I - a micro empresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 7.16.2 - I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 7.16.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no item 7.18.1, será realizado sorteio, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.16.3. Para as situações previstas nos item 7.18 a microempresa e empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.17 O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à obtenção de proposta mais vantajosa ao interesse público.

7.18 Após a negociação, exitosa ou não, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta, decidindo motivadamente a respeito.

Habilitação

7.19 O pregoeiro fará a abertura do envelope dos documentos de habilitação do licitante que tenha ofertado o menor lance para o item.

7.20 Os documentos serão rubricados pelo pregoeiro e pela equipe de apoio e serão anexados ao processo da licitação.

7.21 Havendo irregularidades na documentação que não permitam a habilitação, o proponente será inabilitado, procedendo o pregoeiro à habilitação do segundo proponente classificado, e assim sucessivamente em caso de inabilitação dos proponentes.

7.22 A regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

7.22.1 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que este apresente alguma restrição.

7.22.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

7.22.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato,

ou revogar a licitação.

Recurso

7.23 Habilitado o proponente, o pregoeiro solicitará aos demais credenciados se desejam manifestar interesse em interpor recurso.

7.24 Havendo interesse, o proponente deverá manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, cabendo ao Pregoeiro deliberar sobre o aceite do recurso.

7.25 A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a proponente pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

7.26 O proponente que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo Pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias para a apresentação do recurso, limitado às razões apresentadas durante a sessão pública, o qual deverá ser protocolado no Departamento de Licitações de Curitiba, dirigido à Autoridade Competente. Os demais proponentes ficam desde logo intimados para apresentar as contra-razões no prazo de 03 (três) a contar do término do prazo do recorrente. A Autoridade Competente manifestará sua decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

7.27 Encerrado o prazo para manifestação de recurso o Pregoeiro declarará encerrada a sessão pública do pregão.

VIII - Adjudicação e Homologação

8.1 Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará sobre a adjudicação do objeto licitado.

8.2 No caso de interposição de recurso, caberá à Autoridade Competente, após decisão do recurso, opinar pela adjudicação do objeto licitado.

8.3 A Autoridade Competente homologará o resultado da licitação, convocando o vencedor a assinar o Contrato no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

8.4 O Município de Curitiba, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não mantiver as condições de habilitação ou se recusar injustificadamente a assinar o Contrato, retomará a Sessão Pública e convidará os demais proponentes classificados na ordem determinada após a etapa de lances, dando continuidade aos procedimentos da sessão pública, adjudicação e homologação.

IX - Contrato

9.1 O Município de Curitiba disporá do prazo de 60 (sessenta) dias para convocar o licitante vencedor a assinar o contrato, contados a partir da data da apresentação da proposta vencedora.

9.2 O contrato reger-se-á, no que concerne à sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666/93, observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

9.3 O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela Administração a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

9.4 As obrigações das partes, forma de pagamento e sanções cominadas são as descritas na Minuta do Contrato constante do Anexo II deste Edital.

9.5 Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e a proposta apresentada pelo adjudicatário.

X - Entrega e pagamento

10.1 A Contratada disporá do prazo de até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência para prestar o serviço, contados da solicitação do Departamento Competente;

10.2 A entrega do objeto deste edital será feita na forma prevista na minuta do contrato em anexo.

10.3 Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela Contratada no prazo de 02 (dois) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 02 (dois) dias, sob pena de aplicação de multa e demais

cominações previstas em Lei e neste Edital.

10.4 O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução do contrato, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

XI - Penalidades

11.1 Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Municipal e, será descredenciado nos sistemas de informações publicando a decisão em jornal de circulação municipal, estadual e diário oficial, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das seguintes multas:

a) multa de 1,00% (um por cento) do valor do contrato, se já assinado, ou estimado do contrato, se não assinado, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias;

b) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, se já assinado, ou estimado do contrato, se não assinado, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;

11.2 Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pelo Município de Curitiba.

11.3 Da aplicação das penas, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

11.4 O recurso ou o pedido de reconsideração relativos às penalidades acima dispostas será dirigido a autoridade que praticou o ato, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

XII - Disposições finais

12.1 Os envelopes de habilitação não abertos estarão disponíveis no Departamento de Licitações para retirada por seus respectivos proponentes, no prazo de trinta dias após a assinatura do contrato decorrente da licitação. Caso não sejam retirados no prazo anterior, serão inutilizados.

12.2 Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação ou proposta relativa ao presente pregão.

12.3 A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

12.4 O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

12.5 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

12.6 No interesse da Município de Curitiba, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

a) adiada sua abertura;

b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

12.7 Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Curitiba, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

12.8 - Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto ao Departamento de Licitações pelo telefone: (49) 3241-1555, nos dias úteis, em horário das 13:00hs às 19:00horas.

12.9 - Faz parte deste Edital:

a) Anexo I - Minuta de Contrato

12.10 - E, para que ninguém alegue ignorância foi o presente Edital afixado no mural da Prefeitura Municipal de Curitiba oficialmente através do Decreto No. 2142 de 12.08.93, junto a Portaria

da Prefeitura Municipal, e publicado em resumo em jornal de circulação semanal de âmbito Municipal, Estadual e no Diário Oficial dos Municípios.

Curitiba, 27 de Março de 2015.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente Edital cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba, 27 de Março de 2015.

Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município

MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços que fazem a Prefeitura Municipal de Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu titular Sr. José Antonio Guidi, doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado, com sede inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93 e com Pregão Presencial, têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de arbitragem para os eventos municipais da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer para o ano de 2015, conforme autorização de fornecimento nº em anexo.

CLAUSULA SEGUNDA - A VIGÊNCIA do presente contrato é a contar da assinatura deste termo, com término previsto para 31/12/2015. A contratada disporá do prazo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência para prestação do serviço, conforme solicitação do departamento competente.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos, através de recursos próprios do orçamento da Prefeitura previstos em projeto atividade e de acordo com as qualificações orçamentárias abaixo:

Todos os pagamentos cumpriram todas determinações previstas neste contrato e no edital de pregão presencial nº 68/2015 conforme descrito baixo:

A Prefeitura pagará à CONTRATADA pelo objeto acima descrito, a importância de total de R\$

a serem pagos quinzenalmente, conforme a prestação de serviços e apresentação de nota fiscal, além das condições já previstas neste contrato e no edital de pregão presencial nº 68/2015.

Parágrafo Primeiro: Sem índice de reajuste.

Parágrafo Segundo: A Prefeitura efetuará o pagamento dos materiais mencionados neste contrato por meio de crédito em conta bancária, observadas as disposições previstas neste contrato.

Parágrafo Terceiro: O Contratado deverá informar através de declaração o nome do Banco, número da agência e da conta corrente, em nome da contratada para depósito, ficando vedado o

depósito para terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações do MUNICÍPIO:

I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este CONTRATO;

II. notificar o CONTRATADO por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

1 - Entregar os materiais acima descritos, nas condições previstas no Edital de chamamento de acordo com a legislação em vigor.

2 - Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo município, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União;

CLÁUSULA SEXTA- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que contera necessariamente, a cláusula "Não a Ordem", tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA SÉTIMA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo município ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro

As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo

Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica o município desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos do CONTRATADO, o valor da multa devida.

CLÁUSULA OITAVA- RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

I. por ato unilateral e escrito pelo município, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades

previstas na Cláusula anterior;
II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para o município;
III. por via judicial, nos termos da legislação.
IV - No final do prazo estabelecido ou ainda na entrega total dos materiais acima descritos, previstos na cláusula primeira deste contrato.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 10% (dez por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando o município a aplicar o disposto no artigo 80, incisos I a IV, da Lei 8.666/93, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente CONTRATO as especificações do objeto, proposta de preços e Edital de pregão presencial nº 68/2015

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA- FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Curitiba,
José Antonio Guidi
Prefeito Municipal/Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado. Curitiba,

Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 65/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 65/2015

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007 e 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E POLÍCIA MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 10/04/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo. A partir das 16:00 horas do dia 10/04/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 25 de Março de 2015.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 67/2015

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 67/2015

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Município de Curitiba e a empresa Maria Girardi - ME., com o valor total de R\$ 3.850,00 (Três mil oitocentos e cinquenta reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS TÁTICOS PARA A POLÍCIA MILITAR, TENDO EM VISTA QUE NÃO HOUVE INTERESSADOS NA LICITAÇÃO Nº 55/2015, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO V DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 Inciso V - Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso V da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 27 de março de 2015.

Diego Sebem Wordell
Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto
Membro

Talita Daiane Schwinden
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de

acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso V dou como aprovada.

Curitiba, 27 de março de 2015.

Claudio Vieira França

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 27 de março de 2015.

Jose Antonio Guidi

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2015

ALTERA LEI COMPLEMENTAR Nº 026/2002 PARA INSTITUIR O ABONO PRODUTIVIDADE.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica acrescentado à Lei Complementar n. 026/2002 Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Curitiba, o art. 72-B com a seguinte redação:

Art. 72 B - Fica instituído o abono produtividade, de natureza indenizatória a ser concedido ao servidor público municipal efetivo, bem como ao empregado público, não readaptado, que no período de 30 (trinta) dias tiver 100% (cem por cento) de frequência comprovada no exercício de suas atribuições.

Parágrafo único: Para os efeitos do "caput" deste artigo computar-se-á como ausência, a falta ao trabalho, ainda que justificada ou decorrente de licença de qualquer natureza, ressalvando-se apenas a ausência para atendimento a convocação da Justiça Eleitoral; o serviço ao tribunal do Júri e um dia para doação de sangue.

Art. 2º. O abono produtividade instituído por esta lei consistirá em valor pecuniário, de caráter indenizatório, cujo valor e critérios serão definidos em regulamento específico aprovado pela autoridade competente.

Art. 3º. O benefício de que trata esta lei será devido apenas aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, e aos ocupantes de emprego público, excluídos os ocupantes de cargo em comissão ou em função gratificada, não se incorporando à remuneração ou ao vencimento para qualquer efeito.

Art. 4º. O caput do art. 33 da Lei Complementar n. 026/2002 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 33. Para efeitos previdenciários, são considerados como de efetivo exercício, os afastamentos em virtude de:

Art. 5º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do período aquisitivo subsequente à publicação desta lei.

Curitiba, 24 de março de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e quatro dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº 132/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 132/2015

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI COMPLEMENTAR Nº 24/2002 QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO PESSOAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitiba, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - A Lei Complementar nº 24/2002, de 25 de abril de 2002, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal do Magistério Público Municipal passa a vigorar com as alterações previstas nesta lei:

"Art. 18 A - Aos Professores, auxiliares de creche e professores do centro integrado assistivo, regentes de classe e em efetivo exercício na sala de aula, será concedida a gratificação pelo exercício em sala de aula nos seguintes percentuais:

I - 20% (vinte por cento) sobre o valor do vencimento do cargo efetivo aos professores do Ensino Fundamental e Centro Integrado Assistivo de 1º a 5º ano;

II - 10% (dez por cento) sobre o valor do vencimento do cargo efetivo aos professores de Ensino Fundamental de 6º a 9º ano;

III - 10% (dez por cento) sobre o valor do vencimento do cargo efetivo aos professores e auxiliares de creche da Educação Infantil.

§1º - A gratificação tem caráter indenizatório e não se incorpora aos vencimentos para nenhum efeito.

§2º - O pagamento da gratificação será suspenso no caso do membro do magistério afastar-se das atividades inerentes ao seu cargo por qualquer motivo, e o vencimento pago será proporcional aos dias de efetivo exercício em sala de aula.

Art. 18 B - A gratificação do exercício em sala de aula também será estendida aos servidores ocupantes dos cargos de Especialistas em Assuntos Educacionais e Pedagogos, em efetivo exercício nos Centros de Educação Infantil e Núcleos Municipais, no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor do vencimento do cargo efetivo proporcional aos dias de efetivo exercício na função."

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 24 de março de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e quatro dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº 133/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 133/2015

INSERE DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR N.º 47 DE 10 DE OUTUBRO DE 2006 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitiba, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica inserido o artigo 119-A na Lei Complementar n.º 47 de 10 de outubro de 2006, com a seguinte redação:

Art. 119-A As edificações ou construções novas ficam obrigadas a possuir um reservatório ou cisterna adicional para coleta de água pluvial, cuja capacidade deverá ser de no mínimo 500 (quinhentos) litros e no máximo 5.000,00 (cinco mil) litros de água.

§ 1º As edificações ou construções com área inferior a 70 m² (setenta metros quadrados) ficam desobrigadas do cumprimento do caput deste artigo, desde que não façam parte de condomínio ou complexo industrial.

§ 2º A água deverá ser coletada das coberturas, podendo ser complementada com telhados de garagens e anexos próximos.

§ 3º A água proveniente das chuvas deverá ter como finalidade o uso em irrigação de hortas e jardins, limpeza de calçadas e pisos, lavagem de automóveis e similares e outros fins que não sejam o consumo humano direto.

§ 4º Nas construções destinadas a abrigar animais, poderá se assim entender o proprietário, ser utilizada a água pluvial para abastecimento dos bebedouros, desde que não venha infringir a legislação.

Art. 2º O Poder Executivo deverá regulamentar a presente Lei Complementar no prazo máximo de 180 dias.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigência na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, 24 de março de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e quatro dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal
Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.428/2015

LEI Nº 5.428/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO N. SRA. APARECIDA

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Jardelino Moraes Cunha, inscrito no CPF sob n. 026.802.069-83, do lote urbano, Bairro N. Sra. Aparecida, em

forma de retângulo com área de 262,50m² (duzentos e sessenta e dois metros e cinquenta decímetros quadrados), ao lado leste da Rua Oliveira Pires, distando 17,50 metros ao sul da Rua Orocimbo Caetano da Silva, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazer parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 21,00 metros com Lea Carolina Toscan;
Ao Sul, 21,00 metros com Andreia Banderloff;
Ao Leste, 12,50 metros com Carlos Roberto da Silva;
Ao Oeste, 12,50 metros com a Rua Oliveira Pires.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 23 de março de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos onze dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal
João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.429/2015

LEI Nº 5.429/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL .

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.329/2014 no montante de R\$ 41.696,00 (quarenta e um mil, seiscentos e noventa e seis reais) a saber :

ANULAÇÃO:

02.00CHEFIA EXECUTIVO

02.08SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

27.812.0029.2073MANUT. DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS E RE-CREATIVAS

3390000000.00.1000APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 41.696,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 41.696,00

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.329/2014 no montante de R\$ 41.696,00 (quarenta e um mil, seiscentos e noventa e seis reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO:

02.00CHEFIA EXECUTIVO

02.08SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

27.812.0029.2073MANUT. DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS E RE-CREATIVAS

3350000000.00.1000TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR R\$ 41.696,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 41.696,00

Art. 3º . Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das anulações previstas no art. 1º.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 24 de março de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e quatro dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal
Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.430/2015

LEI Nº 5.430/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CURITIBANOS - A.D.C.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a Associação Desportiva Curitiba, inscrita no CNPJ nº 08.582.180/0001-79, para manutenção das atividades da ASSOCIAÇÃO, durante o ano de 2015 conforme projeto aprovado pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

Art. 2º - Pelo convênio ora celebrado o Município repassará a Associação beneficiária a importância de R\$ 99.996,00 (noventa e nove mil novecentos e noventa e seis reais) cujo repasse será efetuado em 8 parcelas mensais, de R\$ 12.499,50 (doze mil quatrocentos e noventa e nove reais, e cinquenta centavos).

Art. 3º- As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

02.00CHEFIA DO EXECUTIVO

02.08SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

27.812.0029.2073MANUT DAS ATIV ESPORT. E RECREATIVAS

33500000.0000.0123TRANSF. A INST. S/ FINS LUCR.

Art. 4º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Curitiba, 24 de março de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e quatro dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Francisco Carlos do Carmo
Secretário Municipal de Esportes e Lazer

TERMO DE CONVÊNIO Nº 002/2015

TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM O MUNICIPIO DE CURITIBANOS E A ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CURITIBANOS

O MUNICIPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, Sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal, doravante denominado de interveniente e de outro lado a ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CURITIBANOS, inscrita no CNPJ nº 08.582.180/0001-79, neste ato representada por seu presidente resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos estabelecidos a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA: O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município à Associação para cobertura das despesas com a participação do Futebol de Salão categoria masculino adulto e sub 13 masculino junto ao Campeonato Estadual de Futsal, torneios amistosos, demais eventos da modalidade dentro do estado,

representando oficialmente o Município, cabendo à interveniente a fiscalização do cumprimento das obrigações da associação.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelo convênio ora celebrado o Município repassará a Associação beneficiária a importância de R\$ 99.996,00 (noventa e nove mil novecentos e noventa e seis reais) destinados as categorias acima nominadas que será efetuado em 8 parcelas mensais, de R\$ 12.499,50 (doze mil quatrocentos e noventa e nove reais, e cinquenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: Os valores repassados destinam-se ao pagamento das seguintes despesas: taxas da Federação e Confederação, transporte, alimentação, alimentação e hidratação em viagem, hidratação, compra de material esportivo, taxa de arbitragem, despesas médicas, medicamentos, exames laboratoriais e de imagem (raio-x, tomografia, ressonância magnética), fisioterapia, psicóloga, hospedagem, divulgação da equipe, divulgação do evento, material gráfico, publicidade da equipe e do evento.

CLÁUSULA QUARTA: A ASSOCIAÇÃO obriga-se a encaminhar relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos conforme instruções do Manual de Prestação de Contas do Município, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

IV - a obrigatoriedade de prestação de contas na forma estabelecida pela Instrução Normativa N. TC-14/2012, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e demais disposições da legislação municipal;

V - o compromisso de o conveniente movimentar os recursos na conta bancária única e específica do convênio;

VI - a obrigação de o conveniente prestar contas dos recursos recebidos;

VIII - a faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo;

IX - a vigência do convênio, fixada de acordo com o prazo previsto para a execução do objeto;

X - a obrigatoriedade de eventual devolução de recursos, nos casos previstos neste Decreto;

CLAUSULA QUINTA : A ASSOCIAÇÃO deverá determinar a abertura de conta especial em agência oficial bancária para o recebimento dos recursos, encaminhando mensalmente ao MUNICÍPIO a devida e respectiva prestação de contas dos recursos recebidos.

PARÁGRAFO ÚNICO : Somente será liberada a parcela subsequente após a aprovação da prestação de contas da parcela anterior.

CLÁUSULA SEXTA: O presente convênio terá prazo de oito meses, iniciando-se em 25 de março de 2015 e vigente até 10 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA SÉTIMA Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 5.430/2015 de 24 de março de 2015, poderá ser rescindido pelo descumprimento de quaisquer das obrigações aqui previstas, pela superveniência de norma legal, ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da ASSOCIAÇÃO durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo, por ato de um dos partícipes, mediante prévio aviso daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente convênio.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento, o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes.

Curitiba, 24 de março de 2015

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Associação Desportiva Curitiba

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1 BIMESTRE 2015

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	77.164.039,00	77.164.039,00	13.763.055,73	17,84	13.763.055,73	17,84	63.400.983,27
RECEITAS CORRENTES	76.783.239,00	76.783.239,00	12.804.907,03	16,68	12.804.907,03	16,68	63.978.331,97
RECEITA TRIBUTÁRIA	11.077.299,00	11.077.299,00	1.431.302,02	12,92	1.431.302,02	12,92	9.645.996,98
IMPOSTOS	8.963.186,00	8.963.186,00	941.306,05	10,50	941.306,05	10,50	8.021.879,95
TAXAS	2.004.403,00	2.004.403,00	424.437,87	21,18	424.437,87	21,18	1.579.965,13
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	109.710,00	109.710,00	65.588,10	59,76	65.588,10	59,76	44.151,90
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.813.966,00	3.813.966,00	520.761,86	13,65	520.761,86	13,65	3.293.204,14
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.885.070,00	1.885.070,00	293.124,14	15,55	293.124,14	15,55	1.591.945,86
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.928.896,00	1.928.896,00	227.637,72	11,80	227.637,72	11,80	1.701.258,28
RECEITA PATRIMONIAL	1.048.221,00	1.048.221,00	782.522,44	74,65	782.522,44	74,65	265.698,56
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.048.221,00	1.048.221,00	782.522,44	74,65	782.522,44	74,65	265.698,56
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	57.853.257,00	57.853.257,00	9.490.405,40	16,40	9.490.405,40	16,40	48.362.851,60
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	57.497.156,00	57.497.156,00	9.490.405,40	16,51	9.490.405,40	16,51	48.006.750,60
Transferências de Instituições Privadas	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Transf. de Pessoas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Transf. de Conv.	341.101,00	341.101,00	0,00	0,00	0,00	0,00	341.101,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.990.496,00	2.990.496,00	579.915,31	19,39	579.915,31	19,39	2.410.580,69
Multas e Juros de Mora	1.191.639,00	1.191.639,00	206.836,23	17,36	206.836,23	17,36	984.802,77
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	90.865,00	90.865,00	179.351,17	197,38	179.351,17	197,38	-88.486,17
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.146.470,00	1.146.470,00	178.273,53	15,55	178.273,53	15,55	968.196,47
RECEITAS DIVERSAS	561.522,00	561.522,00	15.454,38	2,75	15.454,38	2,75	546.067,62
RECEITAS DE CAPITAL	380.800,00	380.800,00	958.148,70	251,61	958.148,70	251,61	-577.348,70
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	19.000,00	19.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00
Operações de Crédito Internas	19.000,00	19.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
Alienação de Bens Móveis	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	350.800,00	350.800,00	958.148,70	273,13	958.148,70	273,13	-607.348,70
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	349.800,00	349.800,00	958.148,70	273,91	958.148,70	273,91	-608.348,70
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.932.467,50	3.932.467,50	477.270,65	12,14	477.270,65	12,14	3.455.196,85
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.932.467,50	3.932.467,50	477.270,65	12,14	477.270,65	12,14	3.455.196,85
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.932.467,50	3.932.467,50	477.270,65	12,14	477.270,65	12,14	3.455.196,85
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.932.467,50	3.932.467,50	477.270,65	12,14	477.270,65	12,14	3.455.196,85

Continua 1/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.932.467,50	3.932.467,50	477.270,65	12,14	477.270,65	12,14	3.455.196,85
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	81.096.506,50	81.096.506,50	14.240.326,38	17,56	14.240.326,38	17,56	66.856.180,12
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	81.096.506,50	81.096.506,50	14.240.326,38	17,56	14.240.326,38	17,56	66.856.180,12
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	81.096.506,50	81.096.506,50	14.240.326,38	17,56	14.240.326,38	17,56	66.856.180,12
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)							
Superávit Financeiro	—	260.056,06	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	260.056,06	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)							(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	77.164.039,00	81.507.489,21	21.758.722,63	21.758.722,63	59.748.766,58	7.881.905,78	7.881.905,78	73.625.583,43	7.366.445,26
DESPESAS CORRENTES	68.209.480,12	68.259.480,12	16.814.279,46	16.814.279,46	61.243.586,68	7.015.893,44	7.015.893,44	61.243.586,68	6.534.050,82
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	42.318.933,75	42.318.933,75	5.776.280,60	5.776.280,60	36.542.653,15	5.551.611,15	5.551.611,15	36.767.322,60	5.428.388,17
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	636.000,00	636.000,00	7.508,74	7.508,74	628.491,26	7.508,74	7.508,74	628.491,26	6.988,73
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.254.546,37	25.304.546,37	11.030.490,12	11.030.490,12	14.274.056,25	1.456.773,55	1.456.773,55	23.847.772,82	1.098.673,92
DESPESAS DE CAPITAL	7.065.718,88	11.359.169,09	4.944.443,17	4.944.443,17	10.493.156,75	866.012,34	866.012,34	10.493.156,75	832.394,44
INVESTIMENTOS	6.007.458,88	10.300.909,09	4.877.686,78	4.877.686,78	5.423.222,31	799.255,95	799.255,95	9.501.653,14	770.775,95
Amortização da Dívida	1.058.260,00	1.058.260,00	66.756,39	66.756,39	991.503,61	66.756,39	66.756,39	991.503,61	61.618,49
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.888.840,00	1.888.840,00	0,00	0,00	1.888.840,00	0,00	0,00	1.888.840,00	0,00

Continua 2/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(i)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	3.932.467,50	3.932.467,50	606.981,99	606.981,99	3.325.485,51	606.981,99	606.981,99	3.325.485,51	447.246,03
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.932.467,50	3.932.467,50	606.981,99	606.981,99	3.325.485,51	606.981,99	606.981,99	3.325.485,51	447.246,03
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	81.096.506,50	85.439.956,71	22.365.704,62	22.365.704,62	63.074.252,09	8.488.887,77	8.488.887,77	85.439.956,71	7.813.691,29
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	81.096.506,50	85.439.956,71	22.365.704,62	22.365.704,62	63.074.252,09	8.488.887,77	8.488.887,77	85.439.956,71	7.813.691,29
SUPERÁVIT (XIII)									
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	81.096.506,50	85.439.956,71	22.365.704,62	22.365.704,62	63.074.252,09	8.488.887,77	8.488.887,77	85.439.956,71	7.813.691,29

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 447.289,63

FONTE:

CURITIBANOS, 27/03/2015

JOSE ANTONIO GUIDI Prefeito Municipal	AMAUURY SILVA Secretário de Administração	FLAVIO LUIZ ZILIO Contador
--	--	-------------------------------

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2014	4.624.575,32	4.152.148,14	472.427,18	13.743.881,76
2015	4.321.900,55	4.188.016,42	133.884,13	13.877.765,89
2016	4.065.451,37	4.128.614,84	-63.163,47	13.814.602,42
2017	3.792.196,93	4.147.538,29	-355.341,36	13.459.261,06
2018	3.538.493,87	4.143.487,19	-604.993,32	12.854.267,74
2019	3.283.931,52	4.170.466,90	-886.535,38	11.967.732,36
2020	3.029.233,92	4.219.658,42	-1.190.424,50	10.777.307,86
2021	2.740.491,55	4.389.640,00	-1.649.148,45	9.128.159,41
2022	2.504.797,28	4.431.388,55	-1.926.591,27	7.201.568,14
2023	2.258.546,57	4.517.759,15	-2.259.212,58	4.942.355,56
2024	1.967.515,94	4.752.244,07	-2.784.728,13	2.157.627,43
2025	1.763.492,99	4.763.007,10	-2.999.514,11	-841.886,68
2026	1.559.992,38	4.794.550,11	-3.234.557,73	-4.076.444,41
2027	1.412.801,05	4.689.458,40	-3.276.657,35	-7.353.101,76
2028	1.244.542,08	4.662.929,27	-3.418.387,19	-10.771.488,95
2029	1.087.531,41	4.624.878,42	-3.537.347,01	-14.308.835,96
2030	939.322,43	4.581.962,97	-3.642.640,54	-17.951.476,50
2031	809.338,72	4.507.058,26	-3.697.719,54	-21.649.196,04
2032	674.639,18	4.463.235,54	-3.788.596,36	-25.437.792,40
2033	569.105,25	4.355.956,26	-3.786.851,01	-29.224.643,41
2034	468.812,96	4.252.246,34	-3.783.433,38	-33.008.076,79
2035	379.236,93	4.136.298,26	-3.757.061,33	-36.765.138,12
2036	304.571,25	3.995.678,93	-3.691.107,68	-40.456.245,80
2037	240.144,23	3.843.918,83	-3.603.774,60	-44.060.020,40
2038	191.180,88	3.664.940,31	-3.473.759,43	-47.533.779,83
2039	147.640,14	3.487.268,98	-3.339.628,84	-50.873.408,67
2040	110.621,81	3.307.072,51	-3.196.450,70	-54.069.859,37
2041	78.428,66	3.128.603,75	-3.050.175,09	-57.120.034,46
2042	57.661,98	2.933.088,39	-2.875.426,41	-59.995.460,87
2043	42.097,51	2.737.901,19	-2.695.803,68	-62.691.264,55
2044	32.415,66	2.539.786,50	-2.507.370,84	-65.198.635,39
2045	22.651,26	2.354.861,71	-2.332.210,45	-67.530.845,84
2046	15.080,10	2.176.207,11	-2.161.127,01	-69.691.972,85
2047	9.581,64	2.003.820,50	-1.994.238,86	-71.686.211,71
2048	8.079,43	1.832.871,60	-1.824.792,17	-73.511.003,88
2049	5.751,03	1.675.237,13	-1.669.486,10	-75.180.489,98
2050	4.538,27	1.522.809,45	-1.518.271,18	-76.698.761,16
2051	1.301,69	1.388.169,56	-1.386.867,87	-78.085.629,03
2052	1.226,07	1.242.632,22	-1.241.406,15	-79.327.035,18
2053	434,07	1.120.487,04	-1.120.052,97	-80.447.088,15
2054	408,48	995.522,31	-995.113,83	-81.442.201,98
2055	0,00	893.894,18	-893.894,18	-82.336.096,16
2056	0,00	797.400,89	-797.400,89	-83.133.497,05
2057	0,00	710.236,07	-710.236,07	-83.843.733,12
2058	0,00	630.511,11	-630.511,11	-84.474.244,23
2059	0,00	554.936,13	-554.936,13	-85.029.180,36
2060	0,00	486.338,05	-486.338,05	-85.515.518,41
2061	0,00	421.320,96	-421.320,96	-85.936.839,37
2062	0,00	362.909,12	-362.909,12	-86.299.748,49
2063	0,00	312.659,29	-312.659,29	-86.612.407,78
2064	0,00	272.096,87	-272.096,87	-86.884.504,65
2065	0,00	235.696,13	-235.696,13	-87.120.200,78
2066	0,00	201.065,10	-201.065,10	-87.321.265,88
2067	0,00	172.286,91	-172.286,91	-87.493.552,79
2068	0,00	141.394,41	-141.394,41	-87.634.947,20
2069	0,00	118.538,97	-118.538,97	-87.753.486,17
2070	0,00	101.031,96	-101.031,96	-87.854.518,13
2071	0,00	83.890,19	-83.890,19	-87.938.408,32
2072	0,00	71.020,05	-71.020,05	-88.009.428,37
2073	0,00	59.844,48	-59.844,48	-88.069.272,85
2074	0,00	50.364,61	-50.364,61	-88.119.637,46
2075	0,00	40.696,06	-40.696,06	-88.160.333,52

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2076	0,00	33.873,31	-33.873,31	-88.194.206,83
2077	0,00	28.086,45	-28.086,45	-88.222.293,28
2078	0,00	22.681,75	-22.681,75	-88.244.975,03
2079	0,00	18.686,98	-18.686,98	-88.263.662,01
2080	0,00	15.100,67	-15.100,67	-88.278.762,68
2081	0,00	12.447,85	-12.447,85	-88.291.210,53
2082	0,00	10.023,93	-10.023,93	-88.301.234,46
2083	0,00	7.456,55	-7.456,55	-88.308.691,01
2084	0,00	5.511,15	-5.511,15	-88.314.202,16
2085	0,00	4.630,59	-4.630,59	-88.318.832,75
2086	0,00	2.319,26	-2.319,26	-88.321.152,01
2087	0,00	1.919,86	-1.919,86	-88.323.071,87
2088	0,00	0,00	0,00	-88.323.071,87

Projeção atuarial elaborada em 30/03/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

CURITIBANOS, 28/03/2015

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	10.121.723,00	10.121.723,00	1.118.972,95	11,06		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	3.236.324,00	3.236.324,00	2.692,13	0,08		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	1.316.520,00	1.316.520,00	195.567,94	14,85		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.291.300,00	3.291.300,00	587.151,44	17,84		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.119.042,00	1.119.042,00	155.894,54	13,93		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	50.466,00	50.466,00	6.832,41	13,54		
Dívida Ativa dos Impostos	680.202,00	680.202,00	100.466,97	14,77		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	427.869,00	427.869,00	70.367,52	16,45		
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	40.482.724,00	40.482.724,00	6.598.754,31	16,23		
Cota-Parte FPM	20.500.000,00	20.500.000,00	3.633.423,80	17,72		
Cota-Parte ITR	131.652,00	131.652,00	9.418,58	7,15		
Cota-Parte IPVA	3.000.000,00	3.000.000,00	372.909,16	12,43		
Cota-Parte ICMS	16.500.000,00	16.500.000,00	2.509.468,75	15,21		
Cota-Parte IP-E-Exportação	219.420,00	219.420,00	43.534,02	19,84		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	131.652,00	131.652,00	0,00	0,00		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	131.652,00	131.652,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	50.604.447,00	50.604.447,00	7.687.727,26	15,19		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	5.362.140,00	5.362.140,00	970.091,10	18,09		
Provenientes da União	4.994.612,00	4.994.612,00	925.947,58	18,54		
Provenientes dos Estados	312.673,00	312.673,00	40.843,52	13,06		
Provenientes de Outros Municípios	54.855,00	54.855,00	3.300,00	6,02		
RECETAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	68.826,00	68.826,00	4.792,14	6,96		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	5.430.966,00	5.430.966,00	974.883,24	17,95		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	14.076.946,00	14.076.946,00	4.641.231,51	32,97	1.641.033,34	11,66
Pessoal e Encargos Sociais	9.353.597,00	9.353.597,00	1.382.749,74	14,78	1.373.229,64	14,68
Outras Despesas Correntes	4.723.349,00	4.723.349,00	3.258.481,77	68,99	267.803,70	5,67
DESPESAS DE CAPITAL	806.689,00	1.066.745,06	394.485,06	36,98	0,00	0,00
Investimentos	806.689,00	1.066.745,06	394.485,06	36,98	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	806.689,00	1.066.745,06	394.485,06	36,98	0,00	0,00
	806.689,00	1.066.745,06	394.485,06	36,98	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	14.883.635,00	15.143.691,06	5.035.716,57	33,25	1.641.033,34	10,84
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO						
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	5.362.140,00	5.622.196,06	2.985.402,49	55,28	443.889,00	27,05
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	5.362.140,00	5.622.196,06	2.985.402,49	55,28	443.889,00	27,05
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	5.362.140,00	5.622.196,06	2.985.402,49	55,28	443.889,00	27,05
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	9.521.495,00	9.521.495,00	2.050.314,08	40,72	1.197.144,34	72,95
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						15,57
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]³						43.985,25

Continua 2/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
Inscritos em 2014									
TOTAL				0,00	68,93	33.567,78	-33.567,78	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º				RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
				SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)				SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2014				68,93	0,00				68,93
TOTAL (VIII)				68,93	0,00				68,93
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGO 24, § 1º E 2º				LIMITE NÃO CUMPRIDO					
				SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)				SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
				-	-				-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)				DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
						Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica				12.651.036,00	12.911.092,06	3.174.920,31	63,05	1.493.300,77	91,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial				2.095.461,00	2.095.461,00	1.858.206,26	36,90	146.025,49	8,90
Vigilância Epidemiológica				137.138,00	137.138,00	2.590,00	0,05	1.707,08	0,10
TOTAL				14.883.635,00	15.143.691,06	5.035.716,57	100,00	1.641.033,34	100,00

FONTE:

- 1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $(V(h+h) - (15 \times IIIb)/100)$

CURITIBANOS, 28/03/2015

JOSE ANTONIO GUIDI	ANAUURY SILVA	FLAVIO LUIZ ZILIO
Prefeito Municipal	Secretário de Administração	Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

CURITIBANOS, 28/03/2015

JOSE ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

AMAURY SILVA

Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO

Contador

Município de CURITIBANOS - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	81.096.506,50	
Previsão Atualizada		—	81.096.506,50	
Receitas Realizadas		14.240.326,38	14.240.326,38	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	0,00	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	81.096.506,50	
Créditos Adicionais		—	4.343.450,21	
Dotação Atualizada		—	85.439.956,71	
Despesas Empenhadas		22.365.704,62	22.365.704,62	
Despesas Liquidadas		8.488.887,77	8.488.887,77	
Superávit Orçamentário		—	5.751.438,61	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		22.365.704,62	22.365.704,62	
Despesas Liquidadas		8.488.887,77	8.488.887,77	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			72.647.609,99	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		1.551.142,17	1.551.142,17	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		1.103.852,54	1.103.852,54	
Liquidadas		1.103.852,54	1.103.852,54	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		447.289,63	447.289,63	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-3.673.091,91	0,00
Resultado Primário		0,00	5.043.181,30	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	5.258.076,50	163.005,09	1.666.826,39	3.428.245,02
EXECUTIVO	5.258.076,50	163.005,09	1.666.826,39	3.428.245,02
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	557.151,69	0,00	385.017,66	172.134,03
EXECUTIVO	557.151,69	0,00	385.017,66	172.134,03
TOTAL:-	5.815.228,19	163.005,09	2.051.844,05	3.600.379,05
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		340.592,12	25%	4,43
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.617.062,15	60%	60,89
Liquidadas		1.617.062,15		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	19.000,00	
Despesa de Capital Líquida		866.012,34	10.493.156,75	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	4.321.900,55	2.258.546,57	569.105,25	8.079,43
Despesas Previdenciárias (V)	4.188.016,42	4.517.759,15	4.355.956,26	1.832.871,60
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	133.884,13	-2.259.212,58	-3.786.851,01	-1.824.792,17

Continua 1/2

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	11.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	2.000,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.197.144,34	15,00	15,57
Liquidadas	1.197.144,34		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

CURITIBANOS, 28/03/2015

JOSE ANTONIO GUIDI
 Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
 Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
 Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				% (b/Total b)			% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	77.164.039,00	81.507.489,21	21.758.722,63	97,29	59.748.766,58	7.881.905,78	7.881.905,78	73.625.583,43
Ação Legislativa	2.756.432,00	2.756.432,00	344.114,77	1,54	2.412.317,23	270.757,93	270.757,93	2.485.674,07
Administração	2.756.432,00	2.756.432,00	344.114,77	1,54	2.412.317,23	270.757,93	270.757,93	2.485.674,07
Planejamento e Orçamento	7.697.969,67	7.697.969,67	1.662.663,43	7,43	6.035.306,24	852.754,83	852.754,83	6.845.214,84
Administração Geral	686.476,80	686.476,80	95.405,70	0,43	591.071,10	84.239,12	84.239,12	602.237,68
Administração Financeira	2.478.971,05	2.478.971,05	429.356,84	1,92	2.049.614,21	284.354,57	284.354,57	2.194.616,48
Controle Interno	4.431.821,82	4.431.821,82	1.123.192,47	5,02	3.308.629,35	473.044,88	473.044,88	3.958.776,94
Segurança Pública	100.700,00	100.700,00	14.708,42	0,07	85.991,58	11.116,26	11.116,26	89.583,74
Policimento	874.717,00	874.717,00	181.621,60	0,81	693.095,40	36.683,90	36.683,90	838.033,10
Defesa Civil	79.000,00	79.000,00	177.198,27	0,79	616.518,73	36.000,57	36.000,57	759.716,43
Assistência Social	79.000,00	79.000,00	4.423,33	0,02	74.576,67	683,33	683,33	78.316,67
Assistência à Criança e ao Adolescente	3.327.476,00	3.327.476,00	317.782,01	1,42	3.009.693,99	201.937,58	201.937,58	3.125.538,42
Assistência Comunitária	427.586,50	427.586,50	29.749,51	0,13	397.836,99	19.205,22	19.205,22	408.381,28
Serviço da Dívida Interna	2.263.889,50	2.263.889,50	280.523,76	1,25	1.983.365,74	175.223,62	175.223,62	2.088.665,88
Previdência Social	636.000,00	636.000,00	7.508,74	0,03	628.491,26	7.508,74	7.508,74	628.491,26
Previdência do Regime Estatutário	6.253.754,70	6.253.754,70	1.076.613,93	4,81	5.177.140,77	1.076.338,76	1.076.338,76	5.177.415,94
Saúde	6.253.754,70	6.253.754,70	1.076.613,93	4,81	5.177.140,77	1.076.338,76	1.076.338,76	5.177.415,94
Atenção Básica	15.828.939,00	16.089.995,06	6.097.387,32	27,26	9.992.607,74	1.500.607,49	1.500.607,49	14.589.387,57
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	11.828.211,00	12.088.287,06	3.020.125,03	13,50	9.068.142,03	1.338.505,49	1.338.505,49	10.749.781,57
Vigilância Epidemiológica	2.095.461,00	2.095.461,00	1.858.206,26	8,31	237.254,74	146.025,49	146.025,49	1.949.435,51
Alimentação e Nutrição	137.138,00	137.138,00	2.590,00	0,01	134.548,00	1.707,08	1.707,08	135.430,92
Educação	1.769.129,00	1.769.129,00	1.216.466,03	5,44	552.662,97	14.369,43	14.369,43	1.754.759,57
Ensino Fundamental	22.210.893,80	22.210.893,80	4.810.762,30	21,51	17.400.131,50	2.087.312,86	2.087.312,86	20.123.580,94
Ensino Médio	12.561.281,50	12.561.281,50	3.356.743,25	15,01	9.204.538,25	1.107.694,64	1.107.694,64	11.453.586,86
Ensino Superior	261.109,80	261.109,80	75.336,85	0,34	185.772,95	9.032,85	9.032,85	252.076,95
Educação de Jovens e Adultos	93.253,50	93.253,50	0,00	0,00	93.253,50	0,00	0,00	93.253,50
Educação Especial	21.942,00	21.942,00	1.378.682,20	6,16	7.817.827,80	970.585,37	970.585,37	8.225.924,63
Cultura	76.797,00	76.797,00	0,00	0,00	21.942,00	0,00	0,00	21.942,00
Difusão Cultural	766.600,00	766.600,00	50.370,78	0,23	716.229,22	39.420,78	39.420,78	727.179,22
Urbanismo	766.600,00	766.600,00	50.370,78	0,23	716.229,22	39.420,78	39.420,78	727.179,22
Serviços Urbanos	5.394.031,58	9.014.595,75	5.576.731,98	24,93	3.437.863,77	1.188.121,50	1.188.121,50	7.826.474,25
Preservação e Conservação Ambiental	5.372.831,58	8.993.395,75	5.576.731,98	24,93	3.416.663,77	1.188.121,50	1.188.121,50	7.805.274,25
	21.200,00	21.200,00	0,00	0,00	21.200,00	0,00	0,00	21.200,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de CURITIBANOS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Habituação	77.164.039,00	81.507.489,21	21.758.722,63	21.758.722,63	97,29	7.881.905,78	7.881.905,78	92,85
Habituação Urbana	460.138,80	460.138,80	10.336,58	10.336,58	0,05	1.602,79	1.602,79	0,02
Saneamento	460.138,80	460.138,80	10.336,58	10.336,58	0,05	1.602,79	1.602,79	0,02
Saneamento Básico Urbano	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	782.336,45	782.336,45	80.136,66	80.136,66	0,36	74.177,53	74.177,53	0,87
Controle Ambiental	770.336,45	770.336,45	79.530,00	79.530,00	0,36	74.177,53	74.177,53	0,87
Agricultura	12.000,00	12.000,00	606,66	606,66	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	2.009.328,80	2.324.328,80	533.271,83	533.271,83	2,38	97.746,51	97.746,51	1,15
Promoção da Produção Agropecuária	1.141.358,80	1.456.358,80	531.771,83	531.771,83	2,38	97.746,51	97.746,51	1,15
Indústria	867.970,00	867.970,00	1.500,00	1.500,00	0,01	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	438.161,60	438.161,60	10.137,20	10.137,20	0,05	10.137,20	10.137,20	0,12
Comércio e Serviços	438.161,60	438.161,60	10.137,20	10.137,20	0,05	10.137,20	10.137,20	0,12
Turismo	430.000,00	430.000,00	9.105,48	9.105,48	0,04	843,81	843,81	0,01
Energia	430.000,00	430.000,00	9.105,48	9.105,48	0,04	843,81	843,81	0,01
Energia Elétrica	1.930.896,00	1.930.896,00	124.465,57	124.465,57	0,56	124.465,57	124.465,57	1,47
Transporte	1.930.896,00	1.930.896,00	124.465,57	124.465,57	0,56	124.465,57	124.465,57	1,47
Transporte Aéreo	604.756,50	604.756,50	311.040,48	311.040,48	1,39	32.006,31	32.006,31	0,38
Transporte Rodoviário	148.956,50	148.956,50	19.733,81	19.733,81	0,09	11.706,90	11.706,90	0,14
Desporto e Lazer	455.800,00	455.800,00	291.306,67	291.306,67	1,30	20.299,41	20.299,41	0,24
Desporto Comunitário	1.333.369,00	1.481.198,98	374.577,85	374.577,85	1,67	99.387,57	99.387,57	1,17
Lazer	1.167.369,00	1.167.369,00	224.263,87	224.263,87	1,00	99.387,57	99.387,57	1,17
Encargos Especiais	196.000,00	313.829,98	150.313,98	150.313,98	0,67	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	2.166.898,10	2.166.898,10	187.602,86	187.602,86	0,84	187.602,86	187.602,86	2,21
Outros Encargos Especiais	1.319.057,10	1.319.057,10	66.756,39	66.756,39	0,30	66.756,39	66.756,39	0,79
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	847.841,00	847.841,00	120.846,47	120.846,47	0,54	120.846,47	120.846,47	1,42
	1.888.840,00	1.888.840,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Legislativa	3.932.467,50	3.932.467,50	606.981,99	606.981,99	2,71	606.981,99	606.981,99	7,15
Ação Legislativa	98.739,00	98.739,00	13.183,66	13.183,66	0,06	13.183,66	13.183,66	0,16
Administração	98.739,00	98.739,00	13.183,66	13.183,66	0,06	13.183,66	13.183,66	0,16
Administração Geral	1.272.000,00	1.272.000,00	172.720,58	172.720,58	0,77	172.720,58	172.720,58	2,03
Saúde	1.272.000,00	1.272.000,00	172.720,58	172.720,58	0,77	172.720,58	172.720,58	2,03
Atenção Básica	822.825,00	822.825,00	154.795,28	154.795,28	0,69	154.795,28	154.795,28	1,82
	822.825,00	822.825,00	154.795,28	154.795,28	0,69	154.795,28	154.795,28	1,82

Continua 2/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

REO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016	
		Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015		TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)															
RECEITA TRIBUTÁRIA															
IPTU/L															
IRR/L															
I.S.S.															
I.T.E.B.															
Outras Receitas Tributárias															
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES															
RECEITA PATRIMONIAL															
RECEITA AGROPECUÁRIA															
RECEITA INDUSTRIAL															
RECEITA DE SERVIÇOS															
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES															
Cota-Parte do FPM															
Cota-Parte do ICMS															
Cota-Parte do IPVA															
Cota-Parte do ITR															
Outras Transferências Correntes															
Transferências da LC 87/1999															
Transferências da LC 87/1996															
Transferências do FUNDEB															
OUTRAS RECEITAS CORRENTES															
DEDUÇÕES (II)															
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor															
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB															
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)															

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

ANALURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.552.107,00	2.552.107,00	1.073.871,52	774.879,03
RECEITAS CORRENTES	2.552.107,00	2.552.107,00	1.073.871,52	774.879,03
Recatta de Contribuições dos Segurados	1.885.070,00	1.885.070,00	293.124,14	258.815,45
Pessoal Civil	1.885.070,00	1.885.070,00	293.124,14	258.815,45
Ativo	1.865.070,00	1.865.070,00	289.641,62	255.162,66
Inativo	10.000,00	10.000,00	2.024,12	2.304,65
Pensionista	10.000,00	10.000,00	1.458,40	1.348,14
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recatta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recattas Imobiliárias	634.124,00	634.124,00	601.549,18	516.063,58
Recattas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	634.124,00	634.124,00	601.549,18	516.063,58
Recatta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	32.913,00	32.913,00	179.198,20	0,00
Demais Receitas Correntes	32.913,00	32.913,00	179.198,20	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.932.467,50	3.932.467,50	477.270,65	763.102,37
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	6.484.574,50	6.484.574,50	1.551.142,17	1.537.981,40
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	6.624.574,50	6.624.574,50	1.155.409,44	966.627,90
ADMINISTRAÇÃO	370.819,80	370.819,80	78.795,51	36.301,59
Despesas Correntes	351.072,00	351.072,00	78.795,51	36.301,59
Despesas de Capital	19.747,80	19.747,80	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	6.253.754,70	6.253.754,70	1.076.613,93	930.326,31
			1.076.338,76	Continua 1/4

Município de CURITIBANOS - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	1.076.613,93	930.326,31	1.076.338,76	930.326,31
Aposentadorias	0,00	0,00	843.694,41	738.055,27	843.419,24	738.055,27
Pensões	0,00	0,00	232.685,92	192.271,04	232.685,92	192.271,04
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	233,60	0,00	233,60	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	6.253.754,70	6.253.754,70	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	6.253.754,70	6.253.754,70	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	6.624.574,50	6.624.574,50	1.155.409,44	1.003.343,02	1.103.852,54	966.627,90
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	(140.000,00)	(140.000,00)	-	-	447.289,63	571.353,50
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						581.551,28
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						581.551,28
Recursos para Formação de Reserva						581.551,28
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						1.450.000,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2015		2014	
Caixa			0,00		0,00	
						Continua 2/4

Município de CURITIBANOS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2015		2014	
	882.465,35 17.279.986,91 0,00		385.836,78 13.262.036,13 0,00	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	3.932.467,50	3.932.467,50	477.270,65	763.102,37
RECEITAS CORRENTES (VIII)	3.932.467,50	3.932.467,50	477.270,65	763.102,37
Recarga de Contribuições Patronais	3.932.467,50	3.932.467,50	477.270,65	513.102,37
Pessoal Civil	3.932.467,50	3.932.467,50	477.270,65	513.102,37
Ativo	3.932.467,50	3.932.467,50	477.270,65	513.102,37
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	250.000,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	3.932.467,50	3.932.467,50	477.270,65	763.102,37

Continua 3/4

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

CURITIBANOS, 27/03/2015

JOSE ANTONIO GUIDI Prefeito Municipal	AMAURY SILVA Secretário de Administração	FLAVIO LUIZ ZILIO Contador
--	---	-------------------------------

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Feb 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.861.916,04	2.861.916,04	2.795.159,65
DEDUÇÕES (II)	13.091.086,39	13.091.086,39	16.701.834,14
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.648.238,08	13.648.238,08	17.084.492,80
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	23,18
(-) Restos a Pagar Processados (Exeto Precatórios)	557.151,69	557.151,69	382.681,84
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-10.229.170,35	-10.229.170,35	-13.906.674,49
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	375.224,27	375.224,27	370.812,04
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-10.604.394,62	-10.604.394,62	-14.277.486,53

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Feb 2015 (C - A)
VALOR	-3.673.091,91	-3.673.091,91

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-580.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Feb 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	17.038.260,02	17.038.260,02	18.162.452,26
Disponibilidade de Caixa Bruta	720.443,45	720.443,45	882.465,35
Investimentos	16.317.816,57	16.317.816,57	17.279.986,91
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-17.038.260,02	-17.038.260,02	-18.162.452,26
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-17.038.260,02	-17.038.260,02	-18.162.452,26

FONTE:

CURITIBANOS, 27/03/2015

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	79.667.485,50	12.499.655,24	11.965.901,86
Receita Tributária	11.077.299,00	1.431.302,02	1.392.103,00
I.P.T.U.	3.236.324,00	2.692,13	146.903,88
I.S.S.	3.291.300,00	587.151,44	473.684,58
I.T.B.I.	1.316.520,00	195.567,94	151.716,39
I.R.R.F.	1.119.042,00	155.894,54	158.251,31
Outras Receitas Tributárias	2.114.113,00	489.995,97	461.546,84
Receita de Contribuição	7.746.433,50	998.032,51	1.042.323,95
Receitas Previdenciárias	5.817.537,50	770.394,79	771.917,82
Outras Contribuições	1.928.896,00	227.637,72	270.406,13
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	1.048.221,00	782.522,44	655.341,72
(-) Aplicações Financeiras	1.048.221,00	782.522,44	655.341,72
Transferências Correntes	57.853.257,00	9.490.405,40	8.852.397,22
F.P.M.	16.400.000,00	2.906.739,08	2.952.058,28
I.C.M.S.	13.200.000,00	2.007.575,13	1.668.681,31
Convênios	341.101,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	27.912.156,00	4.576.091,19	4.231.657,63
Demais Receitas Correntes	2.990.496,00	579.915,31	679.077,69
Dívida Ativa	1.146.470,00	178.273,53	164.216,13
Diversas Receitas Correntes	1.844.026,00	401.641,78	514.861,56
RECEITAS DE CAPITAL (II)	380.800,00	958.148,70	20.726,45
Operações de Crédito (III)	19.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	11.000,00	0,00	21.675,00
Transferências de Capital	350.800,00	958.148,70	-948,55
Convênios	349.800,00	958.148,70	-948,55
Outras Transferências de Capital	1.000,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	350.800,00	958.148,70	-948,55
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	80.018.285,50	13.457.803,94	11.964.953,31

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	72.191.947,62	17.421.261,45	17.392.470,41	7.622.875,43	7.114.954,06
Pessoal e Encargos Sociais	46.251.401,25	6.383.262,59	5.714.397,41	6.158.593,14	5.533.197,11
Juros e Encargos da Dívida (IX)	636.000,00	7.508,74	12.394,04	7.508,74	12.394,04
Outras Despesas Correntes	25.304.546,37	11.030.490,12	11.665.678,96	1.456.773,55	1.569.362,91
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	71.555.947,62	17.413.752,71	17.380.076,37	7.615.366,69	7.102.560,02
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	11.359.169,09	4.944.443,17	5.893.273,36	866.012,34	67.251,33
Investimentos	10.300.909,09	4.877.686,78	5.827.645,68	799.255,95	1.623,65
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.058.260,00	66.756,39	65.627,68	66.756,39	65.627,68
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	10.300.909,09	4.877.686,78	5.827.645,68	799.255,95	1.623,65
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	438.840,00	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	1.450.000,00	-	-	-	-

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

<u>DESPESAS PRIMÁRIAS</u>	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
	0,00				
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	83.745.696,71	22.291.439,49	23.207.722,05	8.414.622,64	7.104.183,67
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-3.727.411,21	-8.833.635,55	-11.242.768,74	5.043.181,30	4.860.769,64
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				616.039,00	

FONTE:

CURITIBANOS, 27/03/2015

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+h)	
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados		
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	533.610,81	361.476,78	-	172.134,03	133.841,78	5.124.234,72	1.877.374,20	1.666.826,39	163.005,09	3.428.245,02	3.600.379,05
EXECUTIVO	0,00	533.610,81	361.476,78		172.134,03	133.841,78	5.124.234,72	1.877.374,20	1.666.826,39	163.005,09	3.428.245,02	3.600.379,05
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	321.528,69	186.591,59	0,00	134.937,10	132.641,78	2.123.772,05	1.120.827,53	1.035.753,85	162.750,96	1.057.909,02	1.192.846,12
CHEFIA DO EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	171,60	0,00	0,00	0,00	171,60	171,60
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	0,00	14,28	14,28	0,00	0,00	1.200,00	66.993,24	56.943,12	56.943,12	85,20	11.164,92	11.164,92
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	30.812,38	30.812,38	0,00	0,00	0,00	4.811,87	3.767,00	3.767,00	0,00	1.044,87	1.044,87
FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	330,00	0,00	0,00	0,00	330,00	330,00
FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL	0,00	81.108,10	78.890,29	0,00	2.217,81	0,00	2.592.180,99	562.620,58	437.524,15	0,00	2.154.656,84	2.156.874,65
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.201,91	0,00	0,00	0,00	3.201,91	3.201,91
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSES	0,00	100.147,36	65.165,24	0,00	34.979,12	0,00	332.773,06	133.215,97	132.838,27	168,93	199.765,86	234.744,98
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	-	23.540,88	23.540,88	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTARIOS) (II)	0,00	23.540,88	23.540,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUTIVO	0,00	23.540,88	23.540,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	23.540,88	23.540,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	23.540,88	23.540,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	557.151,69	385.017,66	0,00	172.134,03	133.841,78	5.124.234,72	1.877.374,20	1.666.826,39	163.005,09	3.428.245,02	3.600.379,05

FONTE:

FONTE:

CURITIBANOS, 27/03/2015

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito MunicipalAMAURY SILVA
Secretário de AdministraçãoFLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	10.121.723,00	10.121.723,00	1.118.972,95	1.118.972,95	11,06
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.185.315,00	4.185.315,00	146.844,75	146.844,75	3,51
1.1.1- IPTU	3.236.324,00	3.236.324,00	2.692,13	2.692,13	0,08
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	16.456,00	16.456,00	172,76	172,76	1,05
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	548.550,00	548.550,00	80.136,10	80.136,10	14,61
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	383.985,00	383.985,00	63.843,76	63.843,76	16,63
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.317.617,00	1.317.617,00	195.776,44	195.776,44	14,86
1.2.1- ITBI	1.316.520,00	1.316.520,00	195.567,94	195.567,94	14,85
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.097,00	1.097,00	208,50	208,50	19,01
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.499.749,00	3.499.749,00	620.457,22	620.457,22	17,73
1.3.1- ISS	3.291.300,00	3.291.300,00	587.151,44	587.151,44	17,84
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	32.913,00	32.913,00	6.451,15	6.451,15	19,60
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	131.652,00	131.652,00	20.330,87	20.330,87	15,44
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	43.884,00	43.884,00	6.523,76	6.523,76	14,87
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.119.042,00	1.119.042,00	155.894,54	155.894,54	13,93
1.4.1- IRRF	1.119.042,00	1.119.042,00	155.894,54	155.894,54	13,93
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	40.482.724,00	40.482.724,00	6.568.754,31	6.568.754,31	16,23
2.1- Cota-Parte FPM	20.500.000,00	20.500.000,00	3.633.423,80	3.633.423,80	17,72
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	20.500.000,00	20.500.000,00	3.633.423,80	3.633.423,80	17,72
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	16.500.000,00	16.500.000,00	2.509.468,75	2.509.468,75	15,21
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	131.652,00	131.652,00	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	219.420,00	219.420,00	43.534,02	43.534,02	19,84
2.5- Cota-Parte ITR	131.652,00	131.652,00	9.418,58	9.418,58	7,15
2.6- Cota-Parte IPVA	3.000.000,00	3.000.000,00	372.909,16	372.909,16	12,43
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	50.604.447,00	50.604.447,00	7.687.727,26	7.687.727,26	15,19
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	2.153.697,00	2.153.697,00	557.731,19	557.731,19	25,90
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.316.520,00	1.316.520,00	474.632,22	474.632,22	36,05
5.2- Transferências Diretas - PDDE	5.486,00	5.486,00	1.110,00	1.110,00	20,23
5.3- Transferências Diretas - FNAE	446.000,00	446.000,00	36.202,00	36.202,00	8,12
5.4- Transferências Diretas - FNATE	142.720,00	142.720,00	7.670,59	7.670,59	5,37
5.5- Outras Transferências do FNDE	232.000,00	232.000,00	18.240,00	18.240,00	7,86
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	10.971,00	10.971,00	19.876,38	19.876,38	181,17
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	411.939,00	411.939,00	11.128,23	11.128,23	2,70
6.1- Transferências de Convênios	400.391,00	400.391,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	11.548,00	11.548,00	11.128,23	11.128,23	96,36
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.194,00	2.194,00	9.448,89	9.448,89	430,67
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.567.830,00	2.567.830,00	578.308,31	578.308,31	22,52
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	8.096.544,00	8.096.544,00	1.313.306,80	1.313.306,80	16,22
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	4.100.000,00	4.100.000,00	726.684,72	726.684,72	17,72
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	3.300.000,00	3.300.000,00	501.893,62	501.893,62	15,21
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	26.330,00	26.330,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	43.884,00	43.884,00	8.706,78	8.706,78	19,84
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	26.330,00	26.330,00	1.883,70	1.883,70	7,15
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	600.000,00	600.000,00	74.137,98	74.137,98	12,36
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	15.962.805,00	15.962.805,00	2.655.596,63	2.655.596,63	16,64
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	15.907.950,00	15.907.950,00	2.627.359,67	2.627.359,67	16,52
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	54.855,00	54.855,00	28.236,96	28.236,96	51,48
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	7.811.406,00	7.811.406,00	1.314.052,87	1.314.052,87	16,82
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	11.972.103,75	11.972.103,75	1.617.062,15	1.617.062,15	13,51
13.1- Com Educação Infantil	6.505.803,00	6.505.803,00	905.468,83	905.468,83	13,92
13.2- Com Ensino Fundamental	5.466.300,75	5.466.300,75	711.593,32	711.593,32	13,02
14- OUTRAS DESPESAS	3.990.701,25	3.990.701,25	329.594,17	329.594,17	8,26
14.1- Com Educação Infantil	1.135.498,50	1.135.498,50	71.051,78	71.051,78	6,26
14.2- Com Ensino Fundamental	2.855.202,75	2.855.202,75	258.542,39	258.542,39	9,06
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	15.962.805,00	15.962.805,00	1.946.656,32	1.946.656,32	12,19
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.946.656,32
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					60,89
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					12,41
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					26,70
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					641.155,53
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ²	12.651.111,75	12.651.111,75	1.921.931,82	1.921.931,82	15,19
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	9.647.292,00	9.647.292,00	1.105.227,56	1.105.227,56	11,46
23.1- Creche	4.823.646,00	4.823.646,00	552.613,77	552.613,77	11,46
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.820.650,75	3.820.650,75	488.260,30	488.260,30	12,78
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.002.995,25	1.002.995,25	64.353,47	64.353,47	6,42
23.2- Pré-escola	4.823.646,00	4.823.646,00	552.613,79	552.613,79	11,46
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.820.650,75	3.820.650,75	488.260,31	488.260,31	12,78
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.002.995,25	1.002.995,25	64.353,48	64.353,48	6,42
24- ENSINO FUNDAMENTAL	11.910.912,00	11.910.912,00	1.218.809,92	1.218.809,92	10,23
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	8.321.503,50	8.321.503,50	970.135,71	970.135,71	11,66
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.589.408,50	3.589.408,50	248.674,21	248.674,21	6,93
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	21.558.204,00	21.558.204,00	2.324.037,48	2.324.037,48	10,78
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.314.052,87
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					28.236,96
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					641.155,53
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.983.445,36
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					340.592,12
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					4,43
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.327.491,00	1.327.491,00	20.525,00	20.525,00	1,55
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.239.145,00	1.239.145,00	9.050,32	9.050,32	0,73
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.566.636,00	2.566.636,00	29.575,32	29.575,32	1,15
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	24.124.840,00	24.124.840,00	2.353.612,80	2.353.612,80	9,76

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		1.850.298,51	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		2.627.359,67	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		2.035.175,42	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		1.651.282,36	0,00
49.2 Restos a Pagar		383.893,06	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		28.236,96	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		2.470.719,72	0,00

CURITIBANOS, 27/03/2015

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito MunicipalAMAURY SILVA
Secretário de AdministraçãoFLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 641.155,53, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	19.000,00	0,00			19.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	11.359.169,09	4.944.443,17	866.012,34	0,00	6.414.725,92
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	11.359.169,09	4.944.443,17	866.012,34	0,00	6.414.725,92
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-11.340.169,09	-4.944.443,17	-	-	-6.395.725,92

FONTE:

CURITIBANOS, 28/03/2015

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 57/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 57/PMF/2015.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de parque infantil a ser instalado em diversos locais do Município de Forquilha/SC, no período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 10 de abril de 2015 às 15:30 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha/SC, 27 de março de 2015.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 58/PMF/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital de Pregão Presencial Nº. 58/PMF/2015.

OBJETIVO: Permissão pública para exploração de serviços funerários por até 02 (duas) empresas no município de Forquilha/SC, condicionada a outorga onerosa, em conformidade com a Lei nº 8.987/95 e subsidiariamente pelas Leis nº 8.666/93 e nº. 10.520/02, e com a legislação municipal pertinente.

DATA DE ABERTURA: Dia 11 de maio de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou por e-mail processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha/SC, 27 de março de 2015.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira Municipal

DECRETO Nº 065, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 065, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA, POR CONCURSO, OS QUE RELACIONA, PARA EXERCEREM O CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MERENDA E LIMPEZA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato das vagas Agente de Serviços Gerais - Merenda e Limpeza:

CONSIDERANDO que ELIANE IZABEL SACOMAN BORDIGNON nomeada pelo Decreto n. 024/2015, de 02 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais - Merenda e Limpeza, classificada em 29º lugar, no Concurso Público, Edital n. 001/2014, não se apresentou para posse no prazo determinado;

CONSIDERANDO que as nomeadas em questão foram classificadas no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas, por concurso, VIVIAN DOS SANTOS MEREINIO e LENISE MARIA DA COSTA CUNHA para exercerem o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MERENDA E LIMPEZA, classificadas em 31º e 32º lugar, respectivamente, no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 2º As nomeadas terão o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse.

§ 1º A relação de documentos, exames médicos necessários e instruções para posse do respectivo cargo poderão ser requeridos no Departamento de Pessoal do Município, situado na Av. 25 de Julho, n. 3400, Centro, Forquilha/SC;

§ 2º Se a documentação necessária para posse não for apresentada no prazo estipulado no caput, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 25 de março de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 25 de março de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 067, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 067, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO VALOR E DO SISTEMA DE RODÍZIO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de conformidade com a Lei Municipal nº 2.076, de 25 de março de 2015,

DECRETA:

Art. 1º A tabela de preços referente à prestação de serviços funerários no Município de Forquilha, cujos valores são fixados pelo Poder Executivo municipal, passa a ser a seguinte:

	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	VALOR R\$
GRUPO 1	Urna de madeira simples, sem visor, quatro alças duras	195,00
	Aluguel de castiçais (jogo de paramentos, velas e véu)	122,00
	Preparação do corpo (tamponamento simples)	275,00
	Traslado	49,25
	Total	641,25

	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	VALOR R\$
GRUPO 2	Urna de madeira, simples, sem visor, na cor branca, quatro alças duras	412,00
	Aluguel de castiçais (jogo de paramentos, velas e véu)	122,00
	Preparação do corpo (tamponamento simples)	275,00
	Traslado	49,25
	Total	858,25

	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	VALOR R\$
GRUPO 3	Urna de madeira, envernizada, com desenho na tampa, sem visor, quatro alças duras	647,50
	Aluguel de castiçais (jogo de paramentos, velas e véu)	122,00
	Preparação do corpo (tamponamento simples)	275,00
	Traslado	49,25
	Total	1.093,75

	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	VALOR R\$
GRUPO 4	Urna de madeira envernizada, com desenho na tampa, seis alças duras, sem visor	871,88
	Aluguel de castiçais (jogo de paramentos, velas e véu)	122,00
	Preparação do corpo (tamponamento simples)	275,00
	Traslado	49,25
	Total	1.318,13

	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	VALOR R\$
GRUPO 5	Urna de madeira com visor, envernizada, tampa lisa, seis alças	1.311,28
	Aluguel de castiçais (jogo de paramentos, velas e véu)	122,00
	Preparação do corpo (tamponamento simples)	275,00
	Traslado	49,25
	Total	1.757,53

	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	VALOR R\$
GRUPO 6	Urna de madeira com visor, envernizada, semi-luxo, com desenho na tampa, seis alças com detalhes	1.625,00
	Aluguel de castiçais (jogo de paramentos, velas e véu)	122,00
	Preparação do corpo (tamponamento simples)	275,00
	Traslado	49,25
	Ornamentação de urna	230,00
	Total	2.301,25

	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	VALOR R\$
GRUPO 7	Urna de madeira envernizada, com visor, semi-luxo, tampa e laterais em relevo, seis alças com detalhe	1.988,95
	Aluguel de castiçais (jogo de paramentos, velas e véu)	122,00
	Preparação do corpo (tamponamento simples)	275,00
	Traslado	49,25
	Ornamentação de urna	230,00
	Total	2.665,20

	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	VALOR R\$
GRUPO 8	Urna de madeira envernizada, com visor, semi-luxo, com bíblia ou cruz, alças varão.	2.422,75
	Aluguel de castiçais (jogo de paramentos, velas e véu)	122,00
	Preparação do corpo (tamponamento simples)	275,00
	Traslado	49,25
	Ornamentação de urna	230,00
	Placa de luto ou bandeira para velório	187,90
	Total	3.286,90

	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	VALOR R\$
GRUPO 9	Urna envernizada de madeira, luxo, entalhada, com visor inteiro, tampa e laterais em relevo, seis alças com detalhes	3.020,00
	Aluguel de castiçais (jogo de paramentos, velas e véu)	122,00
	Preparação do corpo (tamponamento simples)	275,00
	Traslado	49,25
	Ornamentação de urna	230,00
	Placa de luto ou bandeira para velório	187,90
	Total	3.884,15

Parágrafo único. Os demais serviços classificados como facultativos e não relacionados na tabela acima, e que eventualmente sejam oferecidos pela concessionária ou permissionária, deverão seguir a tabela referencial da ABREDIF - Associação Brasileira de Empresas e Diretores Funerários.

Art. 2º Para garantir a divisão equitativa, os serviços funerários serão prestados, em forma de rodízio, entre as empresas concessionárias ou permissionária.

§ 1º O funcionamento do rodízio e os demais itens relativos à Central de Luto do Serviço Funerário poderão ser estabelecidos em regulamento próprio, ficando, desde já, considerados como casos excepcionais ao sistema de rodízio, com exclusão da escolha aleatória:

I - o caso de acidente com mais de 1 (um) óbito quando da mesma família;

II - O caso de óbito de parente até o segundo grau consanguíneo

em linha reta ou colateral dos sócios de concessionária ou permissionária do serviço funerário do município de Forquilha, sendo da sua responsabilidade a comprovação do parentesco, sob pena de aplicação de multa e exclusão de realização de funerais por 3 (três) vezes.

§ 2º Fica determinado que, para a garantia de divisão equitativa dos serviços, em qualquer hipótese de exclusão da escolha aleatória, será, a concessionária ou permissionária escolhida, eliminada do próximo serviço de funeral da escolha aleatória.

Art. 3º As empresas concessionárias ou permissionárias do serviço público funerário municipal poderão criar planos funerários com vistas a facilitar o acesso ao serviço e/ou complementá-lo.

§ 1º Às empresas concessionárias ou permissionárias de serviços funerários não é assegurado o direito de exclusividade no oferecimento de planos funerários, mas somente em relação à prestação dos serviços, sendo facultado a outras empresas o oferecimento de planos que garantam o custeio do serviço funeral a ser prestado pelas empresas concessionárias ou permissionárias do município.

§ 2º As relações decorrentes da contratação de planos funerários com ex-concessionárias ou ex-permissionária de serviço público deverão ser regidas pelas regras de direito privado, e as relações jurídicas controvertidas deverão ser compostas entre as partes interessadas, sem intervenção do Poder Público Municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 123, de 1º de outubro de 2014.

Forquilha/SC, 25 de março de 2015.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 25 de março de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 066, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº. 066, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA POR CONCURSO, OS QUE RELACIONA, PARA EXERCEREM O CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato das vagas de Agente Administrativo.

CONSIDERANDO que RAQUEL GENUINO TEIXEIRA GRASSI nomeada para exercer o cargo de Agente Administrativo, classificada em 3º lugar no Concurso Público, Edital n. 001/2014 apresentou termo de desistência de sua nomeação;

CONSIDERANDO que os nomeados em questão foram classificados no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas, por concurso, DAIANE BOTEON MARINI DE MATTIA e FABIANA ROSA para exercerem o cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, classificadas em 8º e 9º lugar, respectivamente, no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 2º Os servidores nomeados terão o prazo de 30 (trinta) dias

para tomar posse.

§ 1º A relação de documentos, exames médicos necessários e instruções para posse do respectivo cargo poderão ser requeridos no Departamento de Pessoal do Município, situado na Av. 25 de Julho, n. 3400, Centro, Forquilha/SC;

§ 2º Se a documentação necessária para posse não for apresentada no prazo estipulado no caput, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 25 de março de 2015.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 25 de março de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

Fraiburgo

PREFEITURA

EDITAL 001 - 2015 MUNICÍPIO CONVOCANDO LINDEIROS

EDITAL Nº 001/2015

PROCESSO Nº 2489/2015

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, nos termos dos Artigos 81 e 82 da Lei Federal 5.172/66, do disposto no Decreto-Lei 195/67, do disposto na Lei Municipal Complementar nº 053/2003 (Código Tributário Municipal) e Lei Municipal nº 2274/2014, visando a viabilização de obras públicas, que beneficiarão os imóveis localizados na Av. Edson Luiz Chelli, Rua Alemanha, Rua Trajano Gomes Rocha, Av. Carl Fischer, Rua Hilário Marcondes Weber, Rua Nilda Dias Gomes, Av. Irmãos Schenatto, Rua Suíça, Rua Dioni Sandro Rezzadori, Av. Presidente Afonso Pena, Av. Sibila Weirich, Av. Irmãos de Carli (bairro das Nações e Fischer), NOTIFICA e CONVOCA os interessados e beneficiários, para examinarem o memorial descritivo do projeto, o orçamento do custo do melhoramento, a delimitação da zona beneficiada, o fator de absorção do benefício da valorização, a parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição, o plano de rateio e os valores correspondentes, cujos documentos encontram-se fixados e publicados no mural público da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, situada na Av. Rio das Antas nº 185, ficando, nos termos da legislação em vigor, facultado aos interessados, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, procederem às impugnações. O valor da contribuição terá por base a valorização dos imóveis, os quais serão avaliados previamente e após a realização da obra pela Comissão Especial designada pela Portaria nº 444/2015.

IVO BIAZZOLO
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL 001-2015 COMISSÃO COMUNICANDO DIA AVALIAÇÃO

COMUNICADO / CONVOCAÇÃO

A Comissão Mista de Avaliação nomeada pela Portaria nº 444 de 05 de fevereiro de 2015, composta pelos membros Diego Michelin Ferreira, Wigand Leonhardt, Elvito Coldebella, Aldair Moraes e Flávio André de Oliveira, CONVOCA os lindeiros da Av. Edson Luiz Chelli, Rua Alemanha, Rua Trajano Gomes Rocha, Av. Carl Fischer, Rua Hilário Marcondes Weber, Rua Nilda Dias Gomes, Av. Irmãos Schenatto, Rua Suíça, Rua Dioni Sandro Rezzadori, Av. Presidente Afonso Pena, Av. Sibila Weirich, Av. Irmãos de Carli, beneficiados pela realização de obra pública, constante do Edital nº 001/2015, cujos documentos encontram-se afixados no mural público da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, para que tomem conhecimento dos critérios de avaliação dos imóveis, os quais estão afixados no referido mural, bem como COMUNICA que no dia 31/03/2015 a partir das 08:30 horas estará procedendo à avaliação dos imóveis in loco, podendo ser acompanhada pelos proprietários dos imóveis beneficiados, cujos valores serão publicados no mural público a partir do dia 06/04/2015. A Comissão, através de seus membros, coloca-se à disposição dos proprietários lindeiros para esclarecimentos, bem como para agendamento das avaliações.

A COMISSÃO

EDITAL ACT Nº 0008/2015 - PROFESSOR

EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0008, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

O Sr. IVO BIAZZOLO, PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

FAZ SABER:

Encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT de Professores, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público na área de educação, para preenchimento de vagas durante o ano letivo de 2015, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220, de 04 de junho de 1997 e suas alterações, nas condições e prazos abaixo estabelecidas.

1 - DAS INSCRIÇÕES

1.1. As inscrições serão realizadas no período de 30 de março de 2015 a 11 de dezembro de 2015, nos seguintes horários: das 8:30 às 11:30 horas e 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente, na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal de Fraiburgo, do Município de Fraiburgo, localizada na Av. Rio das Antas, 185, centro, CEP 89.580-000.

1.2 No ato de inscrição o candidato deverá atender os seguintes requisitos:

- a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou ter nacionalidade portuguesa desde que reconhecido o mesmo direito a brasileiros residentes em Portugal, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) ter completado 18 (dezoito anos) de idade até o último dia da inscrição;
- c) estar em gozo dos direitos políticos;
- d) estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- e) estar em dia com as obrigações eleitorais;
- f) não ser ocupante de cargo de provimento efetivo junto ao Município de Fraiburgo, similar a função pública que deseja inscrever-se neste no edital.

1.3 O candidato interessado em participar do processo seletivo deverá realizar a(s) inscrição(ões) no local e prazos estabelecidos conforme item 1.1 do presente Edital, optando pelo código correspondente a função de Professor e área de atuação que pretende trabalhar desde que atenda os requisitos de habilitação, conforme quadros abaixo:

I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código	Área de Atuação	Disciplina	Carga Horária Semanal	Vencimento
01	Ensino Fundamental	Língua Portuguesa	20 horas	R\$ 961,00
02	Ensino Fundamental	Língua Inglesa	20 horas	R\$ 961,00
03	Ensino Fundamental	Atendimento Educacional Especializado	20 horas	R\$ 961,00
04	Ensino Fundamental	Intérprete de Libras	20 horas	R\$ 961,00

II - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO

Código	Área de Atuação	Disciplina	Carga Horária Semanal	Vencimento
05	Ensino Fundamental	Língua Portuguesa	20 horas	R\$ 961,00

06	Ensino Fundamental	Língua Inglesa	20 horas	R\$ 961,00
07	Ensino Fundamental	Atendimento Educacional Especializado	20 horas	R\$ 961,00
08	Ensino Fundamental	Intérprete de Libras	20 horas	R\$ 961,00

1.3.1Ao inscrever-se para os quadros de inscrições de que trata o item 1.3, deste edital, o candidato deverá atender os requisitos da área de atuação, disciplina e nível de escolaridade exigidos para a habilitação que deseja realizar a sua inscrição, quais sejam: Obrigatória Formação Superior Completa em Pedagogia ou Curso Normal Superior (Libras e AEE), Superior Completa na Área de Atuação e/ou Licenciatura Plena (Língua Portuguesa e Língua Inglesa).

1.3.2Para o código 3 - Professor de Atendimento Educacional Especializado: Obrigatória Formação Superior Completa e/ou Licenciatura Plena e Pós-Graduação Atendimento Educacional Especializado ou Educação Especial.

1.3.3Para o código 7 - Professor de Atendimento Educacional Especializado: Obrigatória Formação Superior Completa e/ou Licenciatura Plena em Pedagogia com no mínimo 180 (cento e oitenta) horas aulas em Atendimento Educacional Especializado - AEE ou Pós Graduação *latu sensu* cursando em Educação Especial ou Pós Graduação *latu sensu* Atendimento Educacional Especializado - AEE cursando;

1.3.4 Não será computado para fins de classificação a pontuação das horas aulas de curso ou especialização em Atendimento Educacional Especializado - AEE, em razão de ser habilitação mínima para estas vagas.

1.3.5 Para o código 8 - Interprete de Libras: Os candidatos deverão ter formação mínima em Ensino Superior e no mínimo 40 horas de curso específico na área de Libras.

1.3.6 Não será computado para fins de pontuação as horas aulas de curso ou especialização em Libras e Atendimento Educacional Especializado apresentados, em razão de ser habilitação mínima para as vagas dos códigos 3 e 4.

1.4Ao inscrever-se para o quadro especial o candidato deverá atender os requisitos da área de atuação, mesmo não possuindo o nível de escolaridade completo exigido para a habilitação, descrito no item 1.3.1, deste Edital.

1.5No ato da inscrição o candidato deverá apresentar fotocópia frente e verso dos seguintes documentos:

- I - Carteira de Identidade;
- II - CPF (Cadastro de Pessoa Física);
- III - Certidão de Casamento ou Nascimento;
- IV - Certidão de Nascimento dos Filhos com até 16 anos;
- V - Para portadores de deficiência física, atestado de capacidade e condições para o exercício da função;
- VI - Diplomas, Certificados e ou comprovantes de Cursos;
- VII - Certidões de Tempo de Serviço na área de atuação;
- VIII - Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- IX - Comprovante de Residência;

1.6A inscrição será efetivada pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que fornecerá ao inscrito o respectivo comprovante, após a conferência da ficha de inscrição e dos documentos relacionados.

1.7Não será admitida inscrição condicional, com falta de documentos, enviada pelo correio, e-mail, fax, ou outro meio que não o previsto neste Edital.

1.8Não poderá ser efetuada mais de 1 (uma) inscrição para o mesmo código atribuído à área de atuação e disciplina nos quadros de inscrição, devendo o inscrito optar por apenas uma destas.

1.9O candidato que efetuar inscrição para o quadro I, não poderá inscrever-se no quadro II, deste edital.

1.10Efetuada a inscrição, não será aceito pedido de alteração da inscrição e documentos anexados, exceto dos dados referentes ao endereço do candidato e do número do telefone, requeridos por escrito.

1.11Após a data e horário, fixados como termo final do prazo para realização da inscrição e recebimento de documentos, não serão admitidas quaisquer outras inscrições ou entregas de documentos, sob qualquer condição ou pretexto.

1.12Não será cobrado nenhum valor a título de taxa de inscrição.

2 - DA CLASSIFICAÇÃO

2.1A classificação do processo seletivo será através da soma dos pontos atribuídos aos títulos, abaixo estabelecidos:

I - QUADRO DE PONTOS REFERENTE QUADROS GERAIS DE INSCRIÇÃO

PONTOS	TÍTULOS
04 06	Cursos de Pós-Graduação em educação ou áreas afins (especialização, Mestrado, Doutorado e PHD): - 1 (um) Curso Concluído - 2 (dois) Cursos Concluídos.
02	Curso de ensino Médio completo com habilitação em: - Magistério
03 04 05 06 07	Somente para o código 4 - Intérprete de Libras Cursos de atualização e ou aperfeiçoamento em Libras concluídos até a data de inscrição (carga horária não considerada como exigência mínima), que somem: - até 50 horas - de 51 horas até 100 horas - de 101 horas até 150 horas - de 151 horas até 200 horas - acima de 200 horas
01 02 03 04 05	Cursos de atualização e ou aperfeiçoamento em educação, iniciados a partir do ano de 2012 e concluídos até a data de inscrição (no máximo serão aceitos 10 (dez) títulos) que somem: - até 50 horas ou Pós-Graduação não concluída - de 51 horas até 100 horas - de 101 horas até 150 horas - de 151 horas até 200 horas - acima de 200 horas
01 02 03 04 05	Certidão de Tempo de Serviço em Educação, contagem até a data de inscrição: - de 24 meses até 48 meses - de 49 meses até 96 meses - de 97 meses até 144 meses - de 145 meses até 192 meses - acima de 192 meses

II - QUADRO DE PONTOS REFERENTE QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÕES

PONTOS	TÍTULOS
02	- Cursando 2º Fase
03	- Cursando 3º Fase
04	- Cursando 4º Fase
05	- Cursando 5º Fase
06	- Cursando 6º Fase
07	- Cursando 7º Fase
08	- Cursando 8º Fase
02	Curso de ensino Médio completo com habilitação em: - Magistério
03	Somente para o código 8 - Intérprete de Libras
04	Cursos de atualização e ou aperfeiçoamento em Libras con-
05	cluídos até a data de inscrição (carga horária não considerada
06	como exigência mínima), que somem:
07	- até 50 horas
05	- de 51 horas até 100 horas
06	- de 101 horas até 150 horas
07	- de 151 horas até 200 horas
	- acima de 200 horas
01	Cursos de atualização e ou aperfeiçoamento em educação,
02	iniciados a partir do ano de 2012 e concluídos até a data
03	de inscrição (no máximo serão aceitos 10 (dez) títulos) que
04	somem:
05	- até 50 horas
03	- de 51 horas até 100 horas
04	- de 101 horas até 150 horas
05	- de 151 horas até 200 horas
	- acima de 200 horas
01	Certidão de Tempo de Serviço em Educação, contagem até a
02	data de inscrição:
03	- de 24 meses até 48 meses
04	- de 49 meses até 96 meses
05	- de 97 meses até 144 meses
	- de 145 meses até 192 meses
	acima de 192 meses

2.2Na computação dos pontos os títulos já considerados como pré-requisitos ao cargo não serão somados novamente.

2.3 Para o Código 3 - Professor de Atendimento Educacional Especializado, será considerado a título de Pós-Graduação apenas a Especialização que não tenha sido utilizada anteriormente, como pré-requisito ao Cargo.

2.4No cálculo do tempo de serviço computar-se-á a fração de 15 (quinze) dias, ou mais, como 01 (um) mês completo.

2.5.O candidato declara, para os fins de direito, que as cópias apresentadas são verdadeiras e está ciente que poderá, a qualquer momento, ser convocado a apresentar os originais dos documentos apresentados.

2.5.1Ocorrendo qualquer divergência entre o documento apresentado e o original o candidato será excluído do processo seletivo, sem prejuízo das sanções legais.

2.6Os títulos obtidos no exterior deverão ser validados por instituição nacional, na forma da lei e se redigidos em língua estrangeira, acompanhados por tradução feita por tradutor oficial.

2.7Não serão pontuados:

- Os títulos não entregues no prazo e local determinado.
- Títulos obtidos em cursos que não sejam na disciplina para a qual o candidato está inscrito ou na área de Educação.

c) Títulos entregues acima do número máximo estabelecido - no máximo 2(duas) Pós-Graduações e 10(dez) cursos de atualização e ou aperfeiçoamento em educação.

d) Os documentos comprobatórios de tempo de serviço que não se relacionem com as atribuições da área de atuação e disciplina.

2.8A classificação ocorrerá distintamente por código dos quadros de inscrições, os quais estão vinculados com a área de atuação e disciplina, em ordem decrescente da soma total dos pontos obtidos.

2.9 Em caso de empate, terá melhor classificação o candidato que atender os seguintes critérios por ordem de eliminação:

- 1º) obter maior número de pontos a título cursos de Pós-Graduação em educação ou áreas afins;
- 2º) obter maior número de pontos a título de cursos de atualização e ou aperfeiçoamento em educação;
- 3º) obter maior número de pontos a título de tempo de serviço em educação;
- 4º) portador de deficiência física, com capacidade e condições para o exercício da função;
- 5º) maior idade.

2.10 Será eliminado do processo seletivo o candidato que:

- apresentar dados inverídicos na sua inscrição;
- não atender os requisitos de habilitação necessários para a área de atuação e disciplina escolhidas, observadas as disposições do quadro especial de inscrição;
- descumprir qualquer item deste Edital;
- deixar de entregar a ficha de inscrição e documentos na quantidade declarada, nos prazos determinados;
- houver sido punido em Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicante perante o Município de Fraiburgo, por infração disciplinar, com aplicação de penalidade de advertência, repreensão, suspensão, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão, destituição de função gratificada, enquanto perdurar seus efeitos, nos termos das Leis Complementares 012/97 ou 109/10.

2.11 Imediatamente após a inscrição do candidato será realizado o exame da documentação apresentada e satisfeitas as exigências deste Edital, será deferida a inscrição e o candidato passará a integrar a lista de classificação, nos termos estabelecidos neste Edital.

2.12Após o julgamento da inscrição de cada candidato, será imediatamente divulgada a lista dos candidatos considerados aptos, bem como das inscrições indeferidas, na página oficial do município na internet no link www.fraiburgo.sc.gov.br/editaisact/2015

2.13A classificação do presente Edital ocorrerá por código do quadro de inscrição e será atualizada a cada inscrição realizada, diretamente na pagina oficial do município, no endereço eletrônico citado no item 2.12, observada ainda a disposição prevista no item 3.6, ambos deste Edital.

2.14O candidato que se sentir prejudicado na classificação, terá até 24 horas após a publicação de divulgação da lista citada nos itens anteriores, para apresentar recurso, devendo este ser por escrito, fundamentado e encaminhado a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

2.15A homologação do resultado deste Edital ocorrerá automaticamente a cada divulgação realizada nos termos previstos nos itens 2.12, 2.13 e 3.6, todos deste Edital.

3 - DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

3.1A convocação obedecerá à ordem rigorosa da classificação do momento em que for realizada, com a ampla divulgação na página

oficial do município (www.fraiburgo.sc.gov.br).

3.1.1A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes divulgará na página oficial do município na internet (www.fraiburgo.sc.gov.br) a existência de vaga de Professor e ser preenchida pelos candidatos aptos, de acordo com a classificação do momento da divulgação da vaga, devendo constar data e hora exata desta divulgação.

3.2O Candidato concorrerá às vagas de Professor e Auxiliar de Sala que o Município de Fraiburgo, tenha que contratar para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público na área de educação, durante o ano letivo de 2015, podendo ser prorrogado.

3.3O candidato convocado ficará a disposição da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, onde deverá exercer as funções de Professor na área de educação onde o Município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

3.4A convocação para preenchimento das vagas que surgirem no período de vigência deste Edital ocorrerá mediante Termo de Convocação, tendo o candidato 03 (três) dias para comparecer, no horário de expediente do Departamento de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, munido com os documentos relacionados no item 3.9 deste Edital.

3.5A não manifestação no prazo estipulado no item anterior implicará na eliminação do candidato do processo seletivo.

3.6 A cada convocação realizada será divulgada na página oficial no município na internet (www.fraiburgo.sc.gov.br) a nova classificação do respectivo código, com a exclusão do(s) candidato(s) convocado(s).

3.6.1Os novos candidatos que realizarem a inscrição após a convocação referida neste item, passarão a integrar a lista de classificação juntamente com os demais inscritos, observadas os critérios de classificação previstos neste Edital e aguardarão nova convocação, de acordo com a existência de vaga, divulgadas nos termos do item 3.1, deste Edital.

3.7O professor contratado será remunerado em conformidade com o vencimento vinculado ao código ao qual efetuou sua inscrição, além das vantagens previstas em lei.

3.8O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo, sendo que o contratado será remunerado pelo número de horas semanais efetivamente trabalhadas, de acordo com a grade aprovada pelo Conselho Municipal de Educação.

3.8.1O interesse público poderá determinar a ampliação ou redução de carga horária.

3.9No ato da contratação o candidato deverá apresentar:
I - Atestado de aptidão para o desempenho da atividade, fornecido por Médico do Trabalho ou pela equipe multiprofissional do município, conforme dispuser o regulamento específico;
II - Declaração que o exercício da função pública de professor não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;
III - Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pelo Departamento de Gestão de Pessoal.

3.10Todos os candidatos convocados, quando exigido, deverão submeter-se a avaliação através de anamnese clínica e social, a

ser realizada por equipe multiprofissional do município, conforme dispuser regulamento próprio.

3.10.1 O candidato que se recusar a submeter-se a avaliação descrita, observadas as condições do regulamento específico, será excluído deste processo seletivo.

3.11O ato convocatório cessará os efeitos quando expirar o prazo do contrato e seus aditivos, ou na data final de sua validade previamente estabelecida.

3.12O candidato que efetuou mais de uma inscrição e que o ato convocatório estiver em vigor, deverá observar a compatibilidade da carga horária em caso de nova convocação, em caso de incompatibilidade será automaticamente eliminado da lista onde está vinculado.

3.13As normas de contratação seguirão o regime especial instituído pela Lei Municipal n. 1.220/97 e suas alterações, não gerando qualquer vínculo efetivo com o Município.

4 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1O quadro de inscrição I do item 1.3 deste Edital foi criado para atender de maneira geral as necessidades temporárias de excepcional interesse público na área de educação, para preenchimento de vagas que surgirem durante o ano letivo de 2015.

4.2O quadro de inscrição II foi criado excepcionalmente para inscrições de candidatos que não possuem o nível de escolaridade completo, mas atendem os requisitos da área de atuação e serão convocados caso não hajam mais candidatos aptos a serem convocados do Quadro Geral de Inscrição - Quadro I.

4.3Não será oferecido transporte para Professor que resida fora do Município de Fraiburgo.

4.4Para o candidato já aposentado o tempo de serviço será contado somente aquele trabalhado após a sua aposentadoria.

4.4.1É responsabilidade do candidato aposentado, prestar esta informação no ato da inscrição, sob pena de desclassificação deste Edital a qualquer momento.

4.5O candidato deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se após a confirmação, impressão e assinatura responsável pelas mesmas.

4.6A inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo.

4.7Caso o candidato não queira ou tenha impedimento de exercer a função ao qual foi convocado, será eliminado da lista pertencente ao processo seletivo que esteja vinculado.

4.8A desistência do contrato vigente implicará na desistência automática para a próxima convocação.

4.9A rescisão do contrato vigente, a pedido do contratado, em qualquer função pública do Município de Fraiburgo, implicará no impedimento automático para contratação por este Edital.

4.10 O contratado por este Edital que efetuar a rescisão do contrato por sua iniciativa, fica impedido automaticamente de contratar novamente com o Município de Fraiburgo, através de qualquer outro processo seletivo, durante o ano letivo de 2015.

4.11O processo seletivo de que trata este Edital será realizado sob a coordenação da Secretaria Municipal da Educação, Cultura

e Esportes e supervisionado pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

4.120 presente Edital poderá ser impugnado em pedido fundamentado encaminhado a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, em até 02(dois) dias úteis da sua publicação.

4.130s casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital.

Fraiburgo, SC, 24 de março de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0891/2015

PORTARIA N.º 0891, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0543/2015 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de VERA LUCIA SANTIAGO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 613.502.149-49, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de abril de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0892/2015

PORTARIA N.º 0892, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0542/2015 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUANA APARECIDA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 006.272.379-08, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE

ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de abril de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0893/2015

PORTARIA N.º 0893, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0604/2015 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, a carga horária da servidora FÁBIANA DE FREITAS WEBER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 026.081.149-11, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 01 de abril de 2015 até 20 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0894/2015

PORTARIA N.º 0894, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0604/2015 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de FÁBIANA DE FREITAS WEBER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 026.081.149-11, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 21 de abril de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0895/2015

PORTARIA Nº 0895, DE 27 DE MARÇO DE 2015.
Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0605/2015 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, a carga horária da servidora MARINÊS TELLES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 023.381.769-79, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, no período de 01 de abril de 2015 até 20 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0896/2015

PORTARIA Nº 0896, DE 27 DE MARÇO DE 2015.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0605/2015 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARINÊS TELLES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 023.381.769-79, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 21 de abril de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0897/2015

PORTARIA Nº 0897, DE 27 DE MARÇO DE 2015.
Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a comunicação interna nº 0545/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 20 horas semanais a professora RITA DE CÁSSIA CORDEIRO, que assumiu a Coordenação Pedagógica no CEM Antonio Porto Burda;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora ANALICE APARECIDA ANGOLERI BORBA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 019.890.809-10, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, no período de 01 de abril de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0898/2015

PORTARIA Nº 0898, DE 27 DE MARÇO DE 2015.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0544/2015 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUCIMARA DE MELLO GOETTEN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 042.843.579-30 contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de abril de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0899/2015

PORTARIA N.º 0899, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0040, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de BERNADETE APARECIDA RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 687.870.579-72, contratada em caráter temporário na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 19 de abril de 2015 até 01 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0900/2015

PORTARIA N.º 0900, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de BERENICE CONRADI DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 656.704.939-15 contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de abril de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0901/2015

PORTARIA N.º 0901, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0040, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALINE SAVIAN CONCI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 064.399.609-54, contratada em caráter temporário na função de FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 02 de abril de 2015 até 01 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0902/2015

PORTARIA N.º 0902, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0041, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LURIELLY ANGELICA PINHEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 080.808.339-23, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de abril de 2015 até 01 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0903/2015

PORTARIA N.º 0903, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0040, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIA ESTER DE LARA MATTEUCI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 534.347.149-87, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0904/2015

PORTARIA N.º 0904, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GISLANE MUSSOLIN PEREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 041.264.609-93, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de abril de 2015 até 01 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0905/2015

PORTARIA N.º 0905, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0040, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CRISTIANE CARDOSO DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 036.693.109-16, contratada em caráter temporário na função de ODONTÓLOGO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de abril de 2015 até 01 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0906/2015

PORTARIA N.º 0906, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0040, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de NATALIA FANTINEL BAHIA DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 009.033.639-92, contratada em caráter temporário na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de abril de 2015 até 01 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0907/2015

PORTARIA N.º 0907, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0042, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANTONIO RODRIGUES ALVES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 028.521.058-02, contratado em caráter temporário na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de abril de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0908/2015

PORTARIA N.º 0908, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0040, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ADRIANA APARECIDA GONÇALVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 040.385.479-22, contratada em caráter temporário na função de AGENTE EPIDEMIOLÓGICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de abril de 2015 até 01 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0909/2015

PORTARIA N.º 0909, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0040, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SIRLEI SCHÄBERLE GATTI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 538.445.139-49, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de abril de 2015 até 01 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0910/2015

PORTARIA N.º 0910, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0042, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JAILSON FRANCISCO WROBLEWSKI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 047.868.479-76, contratado em caráter temporário na função de MOTORISTA com carga horária de 40 horas semanais, no período de 06 de abril de 2015 até 01 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0911/2015

PORTARIA N.º 0911, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050, de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SUZI ABIGAIL RÖNNAU, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 754.640.209-34, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2015 até 01 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0912/2015

PORTARIA N.º 0912, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0040, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0040/2015, da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LAÍS SUELLEN NASCIMENTO DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 048.223.549-70, contratada em caráter temporário na função de ASSISTENTE SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2015 até 30 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0913/2015

PORTARIA N.º 0913, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0044, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0041/2015, da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SANTINA LOURENÇO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 918.652.049-00, contratada em caráter temporário na função de INSTRUTOR DE TRABALHOS MANUAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0914/2015

PORTARIA N.º 0914, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0001, de 08 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a ofício nº 020/2015, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de NELSON RIBEIRO DA SILVA PIRES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 938.491.339-15, contratado em caráter temporário na função de AGENTE OPERACIONAL, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de abril de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0915/2015

PORTARIA N.º 0915, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0001, de 08 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a ofício nº 020/2015, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de EVERTON GOMES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 050.204.889-17, contratado em caráter temporário na função de AGENTE OPERACIONAL, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de abril de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0916/2015

PORTARIA N.º 0916, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0001, de 08 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a ofício nº 020/2015, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ADELINO DE ASSIS MOTA RODRIGUES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 868.906.629-20, contratado em caráter temporário na função de AGENTE OPERACIONAL, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de abril de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0917/2015

PORTARIA N.º 0917, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0040, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CAROLINE ISRAEL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 005.020.469-61, contratada em caráter temporário na função de FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de abril de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0918/2015

PORTARIA Nº 0918, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato de CLAUDIO RODRIGUES, brasileiro casado, inscrito no CPF sob o n.º. 072.439.559-83, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0919/2015

PORTARIA Nº 0919, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0001, de 08 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com o ofício nº 017/2015 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ALEXSANDRO DA COSTA LISBOA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 052.194.099-05, na função de AGENTE OPERACIONAL, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de abril de 2015 até 01 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0920/2015

PORTARIA Nº 0920, DE 27 DE MARÇO DE 2015.
Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna n.º 055/2015, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ANGELICA PATRICIA VIZOLLI DE ALMEIDA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 080.520.599-33, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0921/2015

PORTARIA Nº 0921, DE 27 DE MARÇO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna 024/2015, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CLAUDIO RODRIGUES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 072.439.559-83, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de abril 2015 até 30 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0922/2015

PORTARIA Nº 0922, DE 27 DE MARÇO DE 2015.
Dispõe sobre a demissão de Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais:

Considerando as disposições da Lei Complementar nº 109/2010, especialmente o art.131, inciso II e art. 133;

RESOLVE:

Art. 1º Demitir, a servidora HELOISA CARLA LAZZARI, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 486.290.659-15, nomeada no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, em 26 de março de 2015, por abandono do cargo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

RESOLUÇÃO CME 002-2015 APROVAÇÃO PERÍODO DE AVALIAÇÃO ED INFANTIL

Resolução nº. 002/2015 do Conselho Municipal de Educação de Fraiburgo

O Conselho Municipal de Educação do Município de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais em especial no que lhe confere o art. 3o, II e IV do Regimento Interno, em reunião realizada no dia 24/03/2015,

CONSIDERANDO, que a avaliação na Educação Infantil deve ser um instrumento de reflexão sobre a prática pedagógica na busca de melhores caminhos para orientar as aprendizagens das crianças;

CONSIDERANDO, que a avaliação, conforme estabelecido na Lei nº 9.394/96, deve ter a finalidade de acompanhar e repensar o trabalho realizado;

CONSIDERANDO, que a observação sistemática, crítica e criativa do comportamento de cada criança, de grupos de crianças, das brincadeiras e interações entre as crianças no cotidiano, e a utilização de múltiplos registros realizados, feita ao longo do período em diversificados momentos, são condições necessárias para compreender como a criança se apropria de modos de agir, sentir e pensar culturalmente constituídos;

CONSIDERANDO, que o professor deve providenciar instrumentos de registro que permitam as famílias e as etapas seguintes da

Educação Básica conhecer os processos de aprendizagens vivenciadas na Educação Infantil, em especial na pré-escola e as condições em que eles se deram;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovada a avaliação na Educação Infantil de maneira descritiva, a qual deverá ser entregue na Secretaria da Unidade Escolar para digitação e acompanhamento no sistema;

Art. 2º - Fica aprovada a avaliação na Educação Infantil pelo período TRIMESTRAL, obedecendo calendário estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação;

Art. 3º - Fica aprovado, que em caso de transferência, as observações parciais da criança deverão acompanhá-la para garantir a continuidade dos processos educativos vividos.

Registre-se e Publique-se.

Fraiburgo, 27 de março de 2015.

Conselheiros:

Rosemeri Aparecida Morsoletto Conte

Rojandro Polo

Tatiana Carla Scalabrin

Elisangela Dalagnol

João Ademir Cancelier

Claudete Dias dos Santos

(*) Publicada a presente resolução em 27 de março de 2015 nesta Secretaria Municipal de Educação.

Claudete Gheller Mathias
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Galvão

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO 022/2015

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 022/2015, Edital de Pregão Presencial - Sistema de Registro de Preço 015/2015, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 13 de abril de 2015, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE FILTROS PARA A FROTA DE VEICULOS DO MUNICIPIO DE GALVÃO, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão - SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br

Galvão - SC, 27 de março de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

PORTARIA N.º 219/2015.

PORTARIA N.º 219, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, SÉLIO DEFREYN, CPF n.º 802.342.409-20, das funções comissionadas do cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA, da Prefeitura Municipal de Garopaba, em 27 de março de 2015.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos a partir de 27/03/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 30/03/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO - 02/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO
MÊS DE FEVEREIRO DE 2015

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	3.942.047,98
1.2 - ITBI	304.123,93
1.3 - ISS	529.224,75
1.4 - FPM	2.422.282,53
1.5 - IRRF	61.875,55
1.6 - ICMS	1.031.242,21
1.7 - IPI	18.333,28
1.8 - IPVA	242.644,33
1.9 - ITR	188,57
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	0,00
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	194.473,49
1.12 - Multas e Juros de Mora	58.523,94
TOTAL	8.804.960,56

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 25% das Receitas Oriundas de Impostos	2.201.240,14
2.2 - Cota-Parte do FUNDEB	1.217.262,08
2.3 - Rendimento de Aplicação - FUNDEB	0,00
2.3 - Convênios	1.414.307,30
TOTAL	4.832.809,52

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Contribuição ao FUNDEB	742.938,18	746.067,31	3.129,13
3.2 - Professor em Efetivo Exercício - Fundeb 60%	730.357,25	975.331,31	244.974,06
3.3 - Manutenção do Ensino - Fundeb 40%	486.904,83	0,00	-486.904,83
3.4 - Manutenção do Ensino - 25% Constitucional	1.458.301,96	546.230,71	-912.071,25
3.5 - Convênios e Transferências	1.414.307,30	23.083,65	-1.391.223,65
TOTAL	4.832.809,52	2.290.712,98	-2.542.096,54

OBS.: 1 - Este formulário deverá ser publicado bimestralmente. Art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases.2 - O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;
Art. 69, § 4º da Lei de Diretrizes e Bases.

Garopaba, 25 de março de 2015.

% APLICADO : 14,68%

Aplicado a menor : -908.942,12

PREFEITO MUNICIPAL

TEC. CONTABILIDADE

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE - 02/2015**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA****CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE****MÊS DE FEVEREIRO DE 2015**

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	3.942.047,98
1.2 - ITBI	304.123,93
1.3 - ISS	529.224,75
1.4 - FPM	2.422.282,53
1.5 - IRRF	61.875,55
1.6 - ICMS	1.031.242,21
1.7 - IPI	18.333,28
1.8 - IPVA	242.644,33
1.9 - ITR	188,57
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	0,00
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	194.473,49
1.12 - Multas e Juros de Mora	58.523,94
TOTAL	8.804.960,56

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 15% das Receitas Oriundas de Impostos	1.320.744,08
2.2 - Rendimento de Aplicação	11.758,15
2.3 - Convênios PAB / PSF / PACS / etc.	1.327.627,81
TOTAL	2.660.130,04

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Gastos com Saúde - 15% Constitucional	1.320.744,08	1.474.468,30	153.724,22
3.2 - Convênios e Transferências	1.339.385,96	513.226,73	-826.159,23
			0,00
			0,00
			0,00
TOTAL	2.660.130,04	1.987.695,03	-672.435,01

% aplicado = 16,75%

Aplicado a maior = 153.724,22

Garopaba, 25 de março de 2015.

PREFEITO MUNICIPAL**TEC. CONTABILIDADE****SECR. MUNIC. DA SAÚDE**

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - 02/2015

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	25.021.500,67	0,00
Pessoal Ativo	24.402.296,07	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	584.449,60	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	34.755,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.301.667,03	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	783.353,83	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	33.267,73	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	485.045,47	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	23.719.833,64	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	23.719.833,64	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	47.411.710,42	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	50,03	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	25.602.323,63	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	24.322.207,45	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	23.042.091,26	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

GAROPABA, 25/03/2015

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Marcos Alexandre de Campos
Secretário de Orc. e Contabilidade

Leia Cristina de Abreu Vieira
Diretora Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

Gaspar

PREFEITURA

PORTARIA Nº 3.602, DE 19 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 3.602, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA SILVIA RAQUEL SCHREIBER BONIATI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar à disposição da Secretaria Municipal de Administração e Finanças a servidora SILVIA RAQUEL SCHREIBER BONIATI, portadora do CPF nº 003.127.150-21, ocupante do cargo de Psicóloga, a partir de 16/03/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 16/03/2015.

Gaspar, 19 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DECRETO Nº 6.305, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 6.305, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

SUPLEMENTA SALDO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO VIGENTE NA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO E NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso VI, da Lei Municipal nº 3.620, de 27 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por superávit financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO:

Órgão: 11 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Unidade: 23 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Função: 03 ESSENCIAL À JUSTIÇA
SubFunção: 092 REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL
Programa: 0020 Gestão da Procuradoria do Município
Atividade: 2100 Manutenção da Procuradoria Geral
Dotação: 302 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º Fica suplementado, por superávit financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS:

Órgão: 08 SECR. MUNIC. DE TRANSPORTES E OBRAS
Unidade: 14 DITRAN - DIRETORIA DE TRÂNSITO
Função: 26 TRANSPORTE
SubFunção: 782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO
Programa: 0015 Gestao do Ditrان

Atividade: 2078 Manutenção da Ditrان
Dotação: 315 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 70.000,00
Dotação: 316 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DECRETO Nº 6.310, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 6.310, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, aprovado para o cargo abaixo especificado, com carga horária e lotação conforme segue:

Nome	Cargo	C/H	Colocação	Lotação
FABIO ADRIANO AMARO	AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS III – MECÂNICO PMG	40	1º	SECRETARIO DE TRANSPORTES E OBRAS

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.303, DE 10 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 6.303, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, aprovados para os cargos abaixo especificados, com carga horária e lotação conforme segue:

Nome	Cargo	C/H	Colocação	Lotação
VALDINEIA GOMES RIBEIRO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40	20º	SECRETARIA DE SAÚDE
ADRIANA REGINA DA CRUZ TRINDADE	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40	21º	SECRETARIA DE SAÚDE
ANDREIA SCHACKOW	TÉCNICA DE ENFERMAGEM	40	19º	SECRETARIA DE SAÚDE

CLAITON ELIAS	ENGENHEIRO CIVIL	40	1º	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
JOHN SCHNEIDER	FARMACÊUTICO	40	1º	SECRETARIA DE SAÚDE

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,
Gaspar, 10 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.304, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 6.304, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

EXONERA, A PEDIDO, A SERVIDORA SUEDE DANIEL SCHMITT DIAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora SUEDE DANIEL SCHMITT DIAS, portadora do CPF nº 079.063.009-55, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir de 24/03/2015, a qual foi nomeada pelo Decreto nº 6.279/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Gaspar, 10 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.309, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 6.309, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no art. 84, da Lei Municipal nº 1.305 de 09 de outubro de 1991,

Considerando o aumento da demanda em todas as unidades de Saúde do Município de Gaspar;

Considerando a necessidade de profissionais especializados para o atendimento da população nos serviços de saúde;

Considerando o interesse público na prestação do serviço de saúde com qualidade;

DECRETA

Art. 1º Fica autorizada a realização de até 80 horas de serviço extraordinário, individualmente, pelos servidores abaixo, no pelo período de 17 de março a 14 de abril de 2015, conforme a necessidade assim exigir, mediante escala a ser definida pela Secretaria Municipal de Saúde:

I.Rosa Maria Melato;
II.Rose Venturine;
III.Odete Fistarol;
IV.Dauria F. da Silva;
V.Luzia Bizzatto - CAR;

VI.Ednei Borba - SAMU;
VII.Altair de Souza - SAMU;
VIII.Jorge Pereira - SAMU;
IX.Karolina Lenfer - SAMU;
X.Helenir Pazetti - Unidade Central;
XI.Geane Glauser - Unidade Central;
XII.Angelita Cesari - SAMU;
XIII.Elisângela Urbano;
XIV.Denis Alencar Moritz - Motorista de Ambulância;
XV.Jorge Luis Dellarosa - Motorista de Ambulância;
XVI.Edio Luis Spindola - Motorista;
XVII.Edson Carlos Pereira - Motorista;
XVIII.Alaito Coeli Primo;
XIX.Walter Poencio de Lima;
XX.Edmilson Freitag Terres;
XXI.Adir Luiz Stiz;
XXII.Luciana Gobbi.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.311, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 6.311, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

EXONERA, A PEDIDO, A SERVIDORA DEBORA FERNANDES.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora DEBORA FERNANDES, do cargo de Diretora de Ensino - EJA, portadora do CPF nº 786.005.029-34, a partir de 20/03/2015, a qual foi nomeada pelo Decreto nº 3.188/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Gaspar, 10 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.315, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 6.315, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, aprovado para o cargo abaixo especificado, com carga horária e lotação conforme segue:

Nome	Cargo	C/H	Colocação	Lotação
HUGO FRATARI PAES LEME	AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS I	40	4º	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Gaspar, 10 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.316, DE 10 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 6.316, DE 10 DE MARÇO DE 2015.
NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, aprovado para o cargo abaixo especificado, com carga horária e lotação conforme seguem:

Nome	Cargo	C/H	Colocação	Lotação
JOHN SCHNEIDER	FARMACÊUTICO	40	1º	SECRETARIA DE SAÚDE

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Gaspar, 10 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.317, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 6.317, DE 10 DE MARÇO DE 2015.
NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, aprovado para o cargo abaixo especificado, com carga horária e lotação conforme seguem:

Nome	Cargo	C/H	Colocação	Lotação
WAGNER DE ARAUJO DOS SANTOS ROSA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40	17º	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Gaspar, 10 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.318, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 6.318, DE 10 DE MARÇO DE 2015.
NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, aprovado para o cargo abaixo especificado, com carga horária e lotação conforme seguem:

Nome	Cargo	C/H	Colocação	Lotação
ANA FLAVIA WESSLING	ASSISTENTE SOCIAL	40	5º	SECRETARIA DE SAÚDE

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Gaspar, 10 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.320, DE 10 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 6.320, DE 10 DE MARÇO DE 2015.
EXONERA O SERVIDOR ROBERT WAGNER DE OLIVEIRA VIEIRA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado o servidor ROBERT WAGNER DE OLIVEIRA VIEIRA, CPF 000.478.913-00, do cargo de Agente de Serviços Especializados I, a partir de 17/03/2015, o qual foi nomeado pelo Decreto n. 6.203/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Gaspar, 10 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.321, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 6.321, DE 10 DE MARÇO DE 2015.
EXONERA A SERVIDORA SUZI DANIELLI DA SILVA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada a servidora SUZI DANIELLI DA SILVA, CPF 041.726.749-50, ocupante do cargo de Berçarista, a partir de 17/03/2015, a qual foi nomeada pelo Decreto n. 062/2003.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Gaspar, 10 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.322, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 6.322, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, aprovados para os cargos abaixo especificados, com carga horária e lotação conforme seguem:

Nome	Cargo	C/H	Colocação	Lotação
CINARA APARECIDA CARDOSO VARELA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	40	16º	SECRETARIA DE SAÚDE
PAULO JOSE QUADRO JUNIOR	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	40	17º	SECRETARIO DE SAÚDE
REGINALDO DE CASTRO VIANA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	40	18º	SECRETARIO DE SAÚDE

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.323, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 6.323, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

EXONERA, A PEDIDO, A SERVIDORA MARIA MIRIAM MULLER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora MARIA MIRIAM MULLER, portadora do CPF nº 539.488.319-04, ocupante do cargo em comissão de Secretária escolar, a partir de 23/03/2015, a qual foi nomeada pelo Decreto 5.378/2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Gaspar, 10 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.324, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 6.324, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

SUPLEMENTA SALDO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO VIGENTE NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso VI, da Lei Municipal nº 3.620, de 27 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por superávit financeiro, no valor

indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade: 06 EDUCAÇÃO INFANTIL
Função: 12 EDUCAÇÃO
SubFunção: 365 EDUCAÇÃO INFANTIL
Programa: 0009 Gestão de Educação Infantil
Atividade: 1099 Aquisição de Material Permanente
Dotação: 76 4.4.90.00.00.00.00.00 0 Aplicações Diretas R\$ 38.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

DECRETO Nº 6.324, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 6.324, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

SUPLEMENTA SALDO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO VIGENTE NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso VI, da Lei Municipal nº 3.620, de 27 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por superávit financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade: 06 EDUCAÇÃO INFANTIL
Função: 12 EDUCAÇÃO
SubFunção: 365 EDUCAÇÃO INFANTIL
Programa: 0009 Gestão de Educação Infantil
Atividade: 1099 Aquisição de Material Permanente
Dotação: 76 4.4.90.00.00.00.00.00 0 Aplicações Diretas R\$ 38.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

DECRETO Nº 6.333, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 6.333, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

EXONERA A SERVIDORA MARCIA ADRIANA CANSIAN.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora MARCIA ADRIANA CANSIAN, portadora do CPF nº 887.771.469-72, ocupante do cargo em comissão de Secretária Municipal de Saúde, a partir de 31/03/2015, a qual foi nomeada pelo Decreto n. 5.162/2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Gaspar, 26 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.334, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 6.334, DE 26 DE MARÇO DE 2015.
EXONERA A SERVIDORA RUBIA HARDT.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada a servidora RUBIA HARDT, portadora do CPF nº 720.316.629-53, ocupante do cargo em comissão de Superintendente PACS/PSF, a partir de 30/03/2015, a qual foi nomeada pelo Decreto n. 5.669/2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Gaspar, 26 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.335, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 6.335, DE 26 DE MARÇO DE 2015.
DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA RUTE DE AMARAL TAVARES.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1o. Fica declarada a vacância do cargo de provimento efetivo de Merendeira/Servente, da servidora RUTE DE AMARAL TAVARES, a qual foi nomeada pelo Decreto n. 1.225/2006, em decorrência de sua aposentadoria por Idade, a partir de 31/03/2015.

Art. 2o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 26 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

EXTRATO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 01/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 01/2015
Vigência: 20 (vinte) meses a partir da publicação do presente.
Partes: Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC (CNPJ nº 83.565.648/0001-32) e Município de Gaspar (CNPJ nº 83.102.244/0001-02)
Objeto: Cessão de servidor municipal para prestação de serviços na unidade da JUCESC - Gaspar, com fundamento na Lei nº 8.934/94, regulamentada pelo Decreto nº 1.800/96 e Instrução Normativa nº 4/2013 do Departamento de Registro Empresarial e Integração.

Gaspar/SC, 27 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 01/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 01/2015
Vigência: 10 (dez) anos
Cedente: Município de Gaspar (CNPJ nº 83.102.244/0001-02)
Cessionário: Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CNPJ nº 06.096.391/0001-76)
Objeto: cessão de uso pelo CEDENTE em favor do CESSIONÁRIO, a título gratuito, de 01 (um) automóvel, marca/modelo M. BENZ/ Sprinter 415 CDI, tipo ESP/CAMINHÃO/AMBULÂNCIA, diesel, chassi 8AC906633EE096542, placas MMC-6761, ano fab. 2014, modelo 2014, cor vermelha.

Gaspar/SC, 27 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

LEILÃO ADMINISTRATIVO Nº 048/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC
LEILÃO ADMINISTRATIVO Nº 048/2015
OBJETO: Alienação de bens móveis inservíveis (VEÍCULOS, MÁQUINAS E SUCATAS). VISITAÇÃO: De 06/03/2015 a 17/03/2015 mediante agendamento com Mathusalém - (47) 3332-8902. ABER-TURA: dia 22/04/2015 às 9h, na Secretaria Municipal de Transportes e Obras, na Avenida Frei Godofredo, nº 1635, bairro Santa Terezinha em Gaspar/SC. A íntegra do Edital está disponível no site www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 26 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

PORTARIA Nº 3.603, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.603, DE 19 DE MARÇO DE 2015.
PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 03/2014, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DA SERVIDORA CRISTINA JARDIM DA SILVA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1o Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 22 de março de 2015, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 03/2014, instaurado para apurar a responsabilidade da servidora CRISTINA JARDIM DA SILVA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 19 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

PORTARIA Nº 3.604, DE 19 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 3.604, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº 03/2014, INSTAURADA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÕES DE TRÂNSITO RELATIVAS A VEÍCULO DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91 e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 30 de março de 2015, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº 03/2014, instaurada para apurar a responsabilidade por infrações de trânsito relativas a veículo de propriedade do Município de Gaspar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 19 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 3.591, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.591, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015.

COLOCA À DISPOSIÇÃO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - JUCESC, A SERVIDORA EDILSE SPEZZATTO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o interesse público na cooperação operacional do Município de Gaspar à JUCESC a fim de manter o atendimento ágil e o desenvolvimento adequado do empresário gasparense, tendo em vista o grande número de empresas estabelecidas na municipalidade e região que geram demanda diária para o funcionamento dos serviços da Junta Comercial,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar à disposição da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC, a partir desta data, a servidora EDILSE SPEZZATTO, matrícula nº 9722, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especializados I, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gaspar, 24 de fevereiro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 3.601, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA Nº 3.601, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

HOMOLOGA CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a conclusão de estágio probatório dos servidores abaixo relacionados:

Nome	Cadastro	Cargo	Data de Posse	Término do Estágio Probatório
ALINE LUIZA SIMON	9118	Professora	01/02/2012	31/01/2015
ANDREIA ZENDRON ZABEL	9104	Professora	02/02/2012	19/02/2015
BEATRIZ GENI STIEGEMAIER ELIAS	9130	Professora	01/02/2012	31/01/2015
CAROLINA ZUCCO PYTLOVANSKI	9094	Psicóloga	01/02/2012	31/01/2015
DANIELLE DOS SANTOS KRAUSS	9113	Professora	06/02/2012	05/02/2015
ELIANE DEUCHER	9120	Professora	01/02/2012	31/01/2015
ELISANGELA CORREIA	8748	Professora	01/02/2011	31/01/2015
EMANUELE KARINA OECHSLER	9123	Professora	01/02/2012	31/01/2015
FERNANDA BRIGIDO DA SILVA	91119	Professora	01/02/2012	31/01/2015
FERNANDA PEREIRA SAUTNER	9129	Professora	01/02/2012	31/01/2015
JOSEMAR DE SOUZA	9133	Auxiliar Administrativo	06/02/2012	05/02/2015
KATIA REGINA MORETTI	9103	Professora	01/02/2012	31/01/2015
MARILI SPENGLER DE CORDOVA	9124	Professora	02/02/2012	01/02/2015
MIRTES MILENE COUTO GRAVATO	9107	Professora	01/02/2012	31/01/2015
NILZETE GUIMARAES REIS	9423	Bibliotecária	15/02/2012	14/02/2015
PRISCILA PEREIRA MARCELINO	9121	Professora	01/02/2012	31/01/2015
ROSANGELA MARIA WALTER TILL	9754	Professora	02/02/2012	01/02/2015
ROSANGELA SANTOS BELOTO	7977	Professora	01/02/2010	31/01/2015
SCHIRLENE DE FATIMA SCHMITT FROELICH	9131	Professora	01/02/2012	31/01/2015
YEDA BRANDL LAURINDO	9112	Professora	01/02/2012	31/01/2015

Art. 2º Os servidores que obtiveram aprovação ficam por este ato declarados ESTÁVEIS NO SERVIÇO PÚBLICO, nos termos do artigo 41, § 4º, da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 19 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

SAMAE - GASPAR**AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2015 - SAMAE**

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº 8/2015

OBJETO: Aquisição de equipamentos eletromecânicos.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 28/04/2015

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 28/04/2015 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 25 de março de 2015..

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

DECISÃO ADMINISTRATIVA DE 26 DE MARÇO DE 2015- SAMAE

GABINETE DO

DIRETOR-PRESIDENTE

DECISÃO

Processo Administrativo 001/2015.

Pregão Presencial nº. 51/2014.

Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar-SAMAE
Departamento de Compras e Licitações.

Empresa: R.A de Campos Departamento EIRELI-ME.

I. RELATÓRIO.

Trata-se de Procedimento Administrativo instaurado através da Portaria nº 12, de 27 de janeiro de 2015, de fls. 000004, dos autos, para apurar responsabilidade acerca do descumprimento de cláusulas constantes no edital de licitação na modalidade Pregão Presencial nº. 51/2014 - menor preço -, para aquisição de eletrodomésticos consistentes em uma cafeteira elétrica, uma máquina de lavar e um refrigerador/geladeira, pela empresa R.A de Campos Departamento EIRELI-ME.

Para embasar o pedido de abertura do procedimento administrativo, o Departamento de Compras, mediante memorando interno datado de 14 de janeiro de 2015, de fls. 000012, dos autos, relatou, em síntese, que: i) [...] a empresa R.A de Campos Departamento EIRELI-ME não está cumprindo o prazo de entrega dos bens e, além de ser devidamente notificada, não se manifestou a respeito do assunto [...].

A empresa foi devidamente notificada para efetuar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a entrega dos bens, conforme se depreende pela leitura na Notificação de fls. 000013 e 000014, dos autos.

Com o fito de possibilitar o contraditório e a ampla defesa, foi expedida notificação em desfavor da empresa para apresentar defesa, arrolar testemunhas, assistir a eventuais depoimentos e praticar todos os demais atos necessários ao pleno exercício das garantias constitucionais, conforme se observa pela leitura da

Notificação de fls. 000033, dos autos.

Dentro do prazo legal para apresentar defesa, a empresa manifestou interesse em realizar a entrega dos bens, conforme se vê pela leitura do e-mail de fls. 000041, dos autos.

No dia 11 de março de 2015, a empresa em comento efetuou a entrega de todos os bens acima mencionados, conforme acusação de recebimento estampado no corpo de fls. 000042 e 000043, dos autos.

II. DO PROCEDIMENTO.

Folhando as peças processuais, constata-se que a Comissão de Processo Administrativo observou a regularidade formal e instrumental do procedimento administrativo em comento, bem como, mediante notificações, oportunizou a empresa o seu direito de defesa e de entrega dos bens.

Para que não parem dúvidas acerca da observância do exercício do direito de defesa e da entrega, constam dos autos os avisos de recebimentos de fls. 000015 e 000040.

Porém, a empresa R.A de Campos Departamento EIRELI-ME que-
dou-se inerte quanto ao prazo para a entrega dos bens e apresentação de sua defesa.

Compulsando os autos, não se detecta quaisquer irregularidades na sua formação e trâmite. Ou seja, a Comissão observou com rigor todas as fases - instauração, instrução, oferta do prazo para defesa e relatório final.

O procedimento administrativo foi devidamente instruído, nele constando a notificação da empresa para ciência dos atos do procedimento contra ela instaurado, para, querendo, apresentar defesa, e o relatório final, com orientação para o arquivamento administrativo.

III. DO MÉRITO.

Pela leitura dos documentos constantes nos autos, é forçoso reconhecer que a empresa R.A. de Campos Departamento EIRELI-ME foi a vencedora do certame licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 51/2014, para os itens 3, 4, e 5 do Anexo IV, da Proposta de Preços e cláusula 1 do Contrato 50/2014, firmado em 22 de setembro de 2014 e publicada em 24/09/2014, no DOM/SC, ed. 1578, fl.171.

Impende destacar que: "a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. Em outras palavras, estabelecidas as regras do certame, tornam-se obrigatórias para aquela licitação durante todo o procedimento e para todos os seus participantes, inclusive para o órgão ou entidade licitadora" (MEIRELLES, Hely Lopes Meirelles. Licitação e Contrato Administrativo. 15ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010, p. 51).

Diante de fatos incontroversos, contrários às normas legais e contratuais, foi instaurado o procedimento administrativo nº. 001/2015, para a averiguação dos fatos ofertados pelo Departamento de Compras, do não fornecimento, injustificado, dos bens pela empresa fornecedora.

Veja-se, o não cumprimento do contrato faz incidir a redação do artigo 78, incisos I e II da Lei nº 8.666/93, cujo texto abaixo se transcreve:

"Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos".

Registre-se, caberia à empresa vencedora do certame, que teve seus preços registrados pelo SAMAE, cumprir fielmente as avenças celebradas, sobremaneira quando a autarquia estabeleceu expressamente o modo e o prazo para a entrega dos bens.

A inexecução do avençado no contrato enseja responsabilidade para o inadimplente, ocasionando sanções contratuais e legais proporcionais à falta cometida, no caso, entrega tardia dos bens, objeto da licitação.

A aplicação das sanções administrativas aos licitantes e contratados da Administração (fornecedores) tem previsão legal e visa, em última análise, a preservar o interesse público, quando este é abalado por atos ilícitos cometidos por fornecedores em procedimentos de aquisição pública.

A aplicação de sanções administrativas tem, ainda, caráter educativo, pois mostra aos contratados que a administração não tolera condutas ilícitas, com caráter repressivo, para impedir que o Estado e a sociedade sofram prejuízos pelo descumprimento pelos fornecedores de suas obrigações.

Da análise de todas as peças e documentos que compõem Procedimento Administrativo nº. 001/2015, a Comissão Permanente concluiu que restou demonstrado que a empresa contratada não entregou, no prazo fixado, os bens solicitados, apesar de ter sido notificada, causando prejuízo ao SAMAE.

IV. CONCLUSÃO.

A conclusão do relatório final da Comissão não discrepa das provas constantes nos autos. A prova está em consonância com os documentos acostados, demonstram claramente que a empresa fornecedora não efetuou a entrega dos bens no prazo avençado.

Ressalta-se, o Administrador está adstrito ao princípio da legalidade, e apesar do relatório de conclusão estar em consonância com as provas constantes nos autos, divirjo do relatório final no que diz respeito ao arquivamento.

Não se pode esquecer que a Lei de Licitações autoriza aplicação de sanções às empresas que não cumprem integralmente ou parcialmente as cláusulas contratuais.

No caso, a empresa é confessa ao reconhecer seu inadimplemento quanto ao prazo de entrega dos bens.

Nessa toada, pelas provas produzidas nos autos e levando-se em consideração os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, decido: i) aplicar sanção de advertência à empresa R.A de Campos Departamento EIRELI-ME de não mais participar de certames dos quais não possa cumprir com as obrigações assumidas e conforme as especificações do edital, sob pena de aplicação de penalidade mais severa; e ii) pela anotação restritiva no cadastro de fornecedores da empresa R.A de Campos Departamento EIRELI-ME.

Dê-se ciência à empresa R.A de Campos Departamento EIRELI-ME, oportunizando-lhe prazo para recurso, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93.

A publicação da decisão no DOM/SC.

Após, tomadas às providências necessárias, archive-se.

Gaspar, 26 de março de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor-Presidente.

EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 2/2012 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
- CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2015

=====

Número do contrato: 2/2012 - Número do Aditivo: 6 (Aditivo de Reajuste)

Data vigência: 01/03/2015

Data vencimento: 31/12/2015

Número da Licitação: 7/2012 - Modalidade: Dispensa

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: LAERCIO JOSE KRAUSS - CNPJ do contratado: 528.152.939-00

Objeto: Locação de imóvel para abrigar as instalações do SAMAE, quais sejam, a sede administrativa, a garagem de veículos e máquinas, o almoxarifado e a sala de leituristas.

Valor acrescido: R\$ 3.079,50 (três mil setenta e nove reais e cinquenta centavos)

=====

Gaspar (SC), em 09 de março de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 20/2014 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

- CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2015

=====

Número do contrato: 20/2014 - Número do Aditivo: 2 (Aditivo Reajuste 1)

Data vigência: 17/03/2015

Data vencimento: 31/12/2015

Número da Licitação: 31/2014 - Modalidade: Dispensa

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE

Objeto: Empresa especializada em administração de estágio para estudantes (agente integrador de estágio), de acordo com a Lei nº 11.788 de 25 de Setembro de 2008 e com a Lei n. 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, através do estágio. O estágio poderá ser obrigatório ou não, deverá ser pedagogicamente útil, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho, no ambiente de trabalho.

Valor acrescido: R\$ 624,04 (seiscentos e vinte e quatro reais e quatro centavos).

Gaspar (SC), em 17 de março de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 35-2012 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

- CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2015

=====

Número do contrato: 35/2012 - Número do Aditivo: 6 (Aditivo de Reajuste)

Data vigência: 13/03/2015

Data vencimento: 31/12/2015

Número da Licitação: 47/2012 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: BRASIL SUL SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA - CNPJ do contratado:

01.657.361/0001-78

Objeto: Prestação de serviços de vigilância patrimonial humana da Sede do SAMAE, localizada na Rua: Barão do Rio Branco, nº 500 - Bairro: Centro.

Valor acrescido: R\$ 16.372,62 (dezesesseis mil trezentos e setenta e dois reais e sessenta e dois centavos).

=====

Gaspar (SC), em 13 de março de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 8/2014 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

- CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2015

=====

Número do contrato: 8/2014 - Número do Aditivo: 2 (Aditivo Reajuste 1)

Data vigência: 17/03/2015

Data vencimento: 31/12/2015

Número da Licitação: 13/2014 - Modalidade: Dispensa

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE

Objeto: Empresa especializada em administração de estágio para estudantes (agente integrador de estágio), de acordo com a Lei nº 11.788 de 25 de Setembro de 2008 e com a Lei n. 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, através do estágio. O estágio poderá ser obrigatório ou não, deverá ser pedagogicamente útil, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho, no ambiente de trabalho.

Valor acrescido: R\$ 1.153,24 (um mil cento e cinquenta e três reais e vinte e quatro centavos)

Gaspar (SC), em 17 de março de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Grão Pará**PREFEITURA****DECRETO DF 023/2015 - ORÇAMENTO**

DECRETO DF N. 023, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT FINANCEIRO, NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 1981, de 16 de dezembro de 2014,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

14.00	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE – FMS		
14.04	DEPARTAMENTO DA VIGILANCIA EM SAUDE		
2.042	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		
3.3.90.00. 00. 00. 00.3166	Aplicações Diretas	R\$	1.600,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores referente aos seguintes recursos:

CODIGO	DESCRIÇÃO	VALOR	
3166	Vigilância Epidemiológica (em Saúde) - Superávit Financeiro	R\$	1.600,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
27 de Março de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito de Grão-Pará

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 27 de Março de 2015.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

JUSTIFICATIVA QUEBRA ORDEM CRONOLÓGICA DB S.A./2015

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento da despesa abaixo relacionada de condição imprescindível ao prosseguimento do bom funcionamento dos serviços da municipalidade, haja vista o objeto da despesa ser necessário e eficaz para o prédio da Prefeitura de Grão-Pará e, ainda, obter o Município desconto com pagamento à vista, que contempla o interesse público.

Despesa a ser saldada mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos:

Fornecedor: DB.S.A. Comércio de Móveis e Eletrodomésticos
Empenho: 1068/2015
Valor: R\$ 69,30

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 26 de março de 2015.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

ANEXOS DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 1º BIMESTRE DE 2015

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	30.707.504,00	30.707.504,00	2.753.947,98	8,97	2.753.947,98	8,97	27.953.556,02
RECEITAS CORRENTES	19.875.004,00	19.875.004,00	2.616.847,98	13,17	2.616.847,98	13,17	17.258.156,02
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.022.777,75	2.022.777,75	102.066,53	5,05	102.066,53	5,05	1.920.711,22
IMPOSTOS	1.591.857,75	1.591.857,75	63.176,21	3,97	63.176,21	3,97	1.528.681,54
TAXAS	218.295,00	218.295,00	33.229,17	15,22	33.229,17	15,22	185.065,83
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	212.625,00	212.625,00	5.661,15	2,66	5.661,15	2,66	206.963,85
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	83.000,00	83.000,00	14.662,20	17,67	14.662,20	17,67	68.337,80
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	83.000,00	83.000,00	14.662,20	17,67	14.662,20	17,67	68.337,80
RECEITA PATRIMONIAL	21.420,00	21.420,00	12.500,70	58,36	12.500,70	58,36	8.919,30
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	21.420,00	21.420,00	12.500,70	58,36	12.500,70	58,36	8.919,30
RECEITA DE SERVIÇOS	906.200,00	906.200,00	115.997,33	12,80	115.997,33	12,80	790.202,67
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.660.910,00	16.660.910,00	2.350.570,38	14,11	2.350.570,38	14,11	14.310.339,62
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	16.067.160,00	16.067.160,00	2.348.266,98	14,62	2.348.266,98	14,62	13.718.893,02
Transferências de Instituições Privadas	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Transf. de Pessoas	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Transf. de Conv.	573.750,00	573.750,00	2.303,40	0,40	2.303,40	0,40	571.446,60
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	180.696,25	180.696,25	21.050,84	11,65	21.050,84	11,65	159.645,41
Multas e Juros de Mora	50.481,25	50.481,25	2.600,98	5,15	2.600,98	5,15	47.880,27
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.417,50	1.417,50	393,74	27,78	393,74	27,78	1.023,76
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	72.097,50	72.097,50	17.835,42	24,74	17.835,42	24,74	54.262,08
RECEITAS DIVERSAS	56.700,00	56.700,00	220,70	0,39	220,70	0,39	56.479,30
RECEITAS DE CAPITAL	10.832.500,00	10.832.500,00	137.100,00	1,27	137.100,00	1,27	10.695.400,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.700.000,00	1.700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.700.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.700.000,00	1.700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.700.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	402.500,00	402.500,00	137.100,00	34,06	137.100,00	34,06	265.400,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	402.500,00	402.500,00	137.100,00	34,06	137.100,00	34,06	265.400,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.730.000,00	8.730.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.730.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	8.730.000,00	8.730.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.730.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	30.707.504,00	30.707.504,00	2.753.947,98	8,97	2.753.947,98	8,97	27.953.556,02
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00					0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	30.707.504,00	30.707.504,00	2.753.947,98	8,97	2.753.947,98	8,97	27.953.556,02
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	72.102,91	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	30.707.504,00	30.707.504,00	2.753.947,98	8,97	2.826.050,89	8,97	27.953.556,02
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	547.859,67	—	—	439.496,40	—	—
Superávit Financeiro	—	547.859,67	—	—	439.496,40	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

[illegible]

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	30.707.504,00	31.255.363,67	5.006.245,89	5.006.245,89	26.249.117,76	2.826.050,89	2.826.050,89	31.255.363,67	2.426.808,41
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	2.753.947,96
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	30.707.504,00	31.255.363,67	5.006.245,89	5.006.245,89	—	2.826.050,89	2.826.050,89	—	5.180.756,39

FONTE:

GRÃO PARÁ, 27/03/2015

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
Técnico Contábil CRC-SC 12.498/O-8

DIONE HEINZEN
Secretário da Administração e Fazenda

EDMAR KEMPER NANDI
Controlador Geral

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	30.707.504,00	31.255.363,67	5.006.245,89	5.006.245,89	100,00	2.826.050,89	2.826.050,89	28.429.312,78
Legislativa	693.000,00	693.000,00	86.287,82	86.287,82	1,72	86.287,82	86.287,82	606.712,18
Ação Legislativa	693.000,00	693.000,00	86.287,82	86.287,82	1,72	86.287,82	86.287,82	606.712,18
Administração	1.829.175,00	1.829.175,00	456.165,50	456.165,50	9,11	262.194,23	262.194,23	1.566.980,77
Planejamento e Orçamento	83.750,00	83.750,00	9.507,69	9.507,69	0,19	9.507,69	9.507,69	74.242,31
Administração Geral	1.282.925,00	1.282.925,00	375.345,55	375.345,55	7,50	181.374,28	181.374,28	1.101.550,72
Administração Financeira	462.500,00	462.500,00	71.312,26	71.312,26	1,42	71.312,26	71.312,26	391.187,74
Assistência Social	1.240.634,00	1.315.154,63	169.509,70	169.509,70	3,39	79.441,60	79.441,60	1.235.713,03
Assistência ao Idoso	283.250,00	296.250,00	1.852,22	1.852,22	0,04	425,33	425,33	295.824,67
Assistência ao Portador de Deficiência	27.150,00	27.879,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.879,60
Assistência à Criança e ao Adolescente	382.434,00	427.825,41	99.055,82	99.055,82	1,98	38.200,29	38.200,29	389.625,12
Assistência Comunitária	548.000,00	563.199,62	68.601,66	68.601,66	1,37	40.815,98	40.815,98	522.383,64
Saúde	4.269.812,00	4.277.442,48	853.934,11	853.934,11	17,06	561.965,26	561.965,26	3.715.477,22
Atenção Básica	3.481.062,00	3.481.062,00	665.257,42	665.257,42	13,29	520.573,47	520.573,47	2.960.488,53
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	335.000,00	342.630,48	161.638,00	161.638,00	3,23	19.764,10	19.764,10	322.866,38
Suporte Profilático e Terapêutico	330.750,00	330.750,00	19.387,65	19.387,65	0,39	13.976,65	13.976,65	316.773,35
Vigilância Sanitária	69.500,00	69.500,00	2.409,00	2.409,00	0,05	2.409,00	2.409,00	67.091,00
Vigilância Epidemiológica	53.500,00	53.500,00	5.242,04	5.242,04	0,10	5.242,04	5.242,04	48.257,96
Educação	8.546.917,73	8.580.497,64	727.380,56	727.380,56	14,53	616.613,39	616.613,39	7.963.884,25
Ensino Fundamental	3.956.510,00	3.960.605,60	185.830,16	185.830,16	3,71	172.829,59	172.829,59	3.787.776,01
Ensino Médio	106.250,00	106.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	106.250,00
Ensino Profissional	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Ensino Superior	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Educação Infantil	3.966.157,73	3.988.302,50	466.401,06	466.401,06	9,32	387.440,30	387.440,30	3.600.862,20
Educação de Jovens e Adultos	378.000,00	385.339,54	75.149,34	75.149,34	1,50	56.343,50	56.343,50	328.996,04
Cultura	123.650,00	123.650,00	25.256,19	25.256,19	0,50	7.585,47	7.585,47	116.064,53
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	10.400,00	10.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.400,00
Patrimônio Cultural	113.250,00	113.250,00	25.256,19	25.256,19	0,50	7.585,47	7.585,47	105.664,53
Direitos da Cidadania	129.250,00	129.250,00	34.641,47	34.641,47	0,69	19.517,61	19.517,61	109.732,39
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	129.250,00	129.250,00	34.641,47	34.641,47	0,69	19.517,61	19.517,61	109.732,39
Urbanismo	3.922.815,27	4.099.692,53	580.592,27	580.592,27	11,60	251.244,49	251.244,49	3.648.448,04
Infra-Estrutura Urbana	2.730.315,27	2.907.192,53	286.877,26	286.877,26	5,73	176.877,26	176.877,26	2.730.315,27
Serviços Urbanos	1.192.500,00	1.192.500,00	293.715,01	293.715,01	5,87	74.367,23	74.367,23	1.118.132,77
Habituação	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00
Habituação Urbana	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre		Até o Bimestre (d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	30.707.504,00	31.255.363,67	5.006.245,89	5.006.245,89	100,00	2.826.050,89	2.826.050,89	100,00	28.428.312,78
	2.058.000,00	2.058.000,00	220.561,71	220.561,71	4,41	97.808,69	97.808,69	3,46	1.960.191,31
	80.000,00	80.000,00	20.000,00	20.000,00	0,40	0,00	0,00	0,00	80.000,00
	1.978.000,00	1.978.000,00	200.561,71	200.561,71	4,01	97.808,69	97.808,69	3,46	1.880.191,31
	65.750,00	65.750,00	18.252,48	18.252,48	0,36	9.905,80	9.905,80	0,35	55.844,20
	65.750,00	65.750,00	18.252,48	18.252,48	0,36	9.905,80	9.905,80	0,35	55.844,20
	1.484.250,00	1.484.250,00	118.676,89	118.676,89	2,37	45.577,79	45.577,79	1,61	1.438.672,21
	1.080.000,00	1.080.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.080.000,00
	404.250,00	404.250,00	118.676,89	118.676,89	2,37	45.577,79	45.577,79	1,61	358.672,21
	550.500,00	550.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	550.500,00
	140.500,00	140.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140.500,00
	410.000,00	410.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	410.000,00
	271.300,00	271.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	271.300,00
	271.300,00	271.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	271.300,00
	3.273.255,00	3.528.706,39	717.592,99	717.592,99	14,33	461.722,45	461.722,45	16,34	3.066.983,94
	3.273.255,00	3.528.706,39	717.592,99	717.592,99	14,33	461.722,45	461.722,45	16,34	3.066.983,94
	523.250,00	523.250,00	53.073,73	53.073,73	1,06	38.056,13	38.056,13	1,35	485.193,87
	523.250,00	523.250,00	53.073,73	53.073,73	1,06	38.056,13	38.056,13	1,35	485.193,87
	1.476.745,00	1.476.745,00	944.320,47	944.320,47	18,86	288.130,16	288.130,16	10,20	1.188.614,84
	770.000,00	770.000,00	631.273,32	631.273,32	12,61	113.835,87	113.835,87	4,03	656.164,13
506.745,00	506.745,00	207.625,33	207.625,33	4,15	68.872,47	68.872,47	2,44	437.872,55	
200.000,00	200.000,00	105.421,82	105.421,82	2,11	105.421,82	105.421,82	3,73	94.578,18	
119.000,00	119.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	119.000,00	
TOTAL (III) = (I + II)	30.707.504,00	31.255.363,67	5.006.245,89	5.006.245,89	100,00	2.826.050,89	2.826.050,89	100,00	28.428.312,78

FONTE:

GRÃO PARÁ, 27/03/2015

AMILTON ASCARI Prefeito Municipal	VILSON PONCIANO Técnico Contábil CRC-SC 12.498/O-3	DIONE HEINZEN Secretário da Administração e Fazenda
--------------------------------------	---	--

EDMAR KEMPER NANDI Controlador Geral

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.638.635,25	1.638.635,25	68.922,24	68.922,24	4,21
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	256.777,50	256.777,50	1.588,14	1.588,14	0,62
1.1.1- IPTU	262.500,00	262.500,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.417,50	1.417,50	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	42.525,00	42.525,00	1.474,85	1.474,85	3,47
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	14.175,00	14.175,00	113,29	113,29	0,80
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(63.840,00)	(63.840,00)	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	66.622,50	66.622,50	5.842,53	5.842,53	8,77
1.2.1- ITBI	66.622,50	66.622,50	5.842,53	5.842,53	8,77
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.153.955,25	1.153.955,25	40.569,53	40.569,53	3,52
1.3.1- ISS	1.153.955,25	1.153.955,25	36.411,64	36.411,64	3,16
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	0,00	41,97	41,97	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	-	0,00	3.712,97	3.712,97	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	402,95	402,95	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	161.280,00	161.280,00	20.922,04	20.922,04	12,97
1.4.1- IRRF	161.280,00	161.280,00	20.922,04	20.922,04	12,97
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	14.631.435,00	14.631.435,00	2.178.996,10	2.178.996,10	14,89
2.1- Cota-Parte FPM	7.796.250,00	7.796.250,00	1.211.141,28	1.211.141,28	15,53
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.796.250,00	7.796.250,00	1.211.141,28	1.211.141,28	15,53
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.953.500,00	5.953.500,00	886.318,88	886.318,88	14,89
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	31.185,00	31.185,00	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPVA-Exportação	92.137,50	92.137,50	15.594,78	15.594,78	16,93
2.5- Cota-Parte ITR	7.087,50	7.087,50	97,86	97,86	1,38
2.6- Cota-Parte IPVA	751.275,00	751.275,00	65.843,30	65.843,30	8,76
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	16.270.070,25	16.270.070,25	2.247.918,34	2.247.918,34	13,82
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	463.650,00	463.650,00	55.651,04	55.651,04	12,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	231.000,00	231.000,00	54.391,92	54.391,92	23,55
5.2- Transferências Diretas - PDDE	1.050,00	1.050,00	908,08	908,08	86,48
5.3- Transferências Diretas - PNAE	118.650,00	118.650,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - FNATE	82.950,00	82.950,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	351,04	351,04	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.637.500,00	3.637.500,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	3.637.500,00	3.637.500,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	169.260,00	169.260,00	25.667,24	25.667,24	15,16
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	4.270.410,00	4.270.410,00	81.318,28	81.318,28	1,90
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.926.287,00	2.926.287,00	435.798,81	435.798,81	14,89
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.559.250,00	1.559.250,00	242.228,19	242.228,19	15,53
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.190.700,00	1.190.700,00	177.263,61	177.263,61	14,89
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	6.237,00	6.237,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPVA-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	18.427,50	18.427,50	3.118,93	3.118,93	16,93
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.417,50	1.417,50	19,56	19,56	1,38
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	150.255,00	150.255,00	13.168,52	13.168,52	8,76
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.976.100,00	1.976.100,00	352.108,14	352.108,14	17,82
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.974.000,00	1.974.000,00	351.184,68	351.184,68	17,79
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	2.100,00	2.100,00	923,46	923,46	43,97
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-952.287,00	-952.287,00	-84.614,13	-84.614,13	8,89
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.481.655,00	1.481.655,00	334.214,67	334.214,67	22,56
13.1- Com Educação Infantil	966.650,00	966.650,00	241.539,59	241.539,59	24,48
13.2- Com Ensino Fundamental	495.005,00	495.005,00	92.675,08	92.675,08	18,72
14- OUTRAS DESPESAS	494.445,00	494.445,00	80.529,96	80.529,96	16,29
14.1- Com Educação Infantil	337.150,00	337.150,00	33.580,19	33.580,19	9,96
14.2- Com Ensino Fundamental	157.295,00	157.295,00	46.949,77	46.949,77	29,85
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.976.100,00	1.976.100,00	414.744,63	414.744,63	20,99
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					414.744,63
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					94,92
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					22,87
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					-17,79
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					12.990,82
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	4.067.517,56	4.067.517,56	561.979,59	561.979,59	13,82
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.394.967,73	2.394.967,73	367.889,13	367.889,13	15,36
23.1- Creche	814.325,00	814.325,00	134.305,12	134.305,12	16,49
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	423.075,00	423.075,00	95.209,89	95.209,89	22,50
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	391.250,00	391.250,00	39.095,23	39.095,23	9,99
23.2- Pré-escola	1.580.642,73	1.580.642,73	233.584,01	233.584,01	14,78
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	900.725,00	900.725,00	179.909,89	179.909,89	19,97
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	679.917,73	679.917,73	53.674,12	53.674,12	7,89
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.633.550,00	1.633.550,00	202.352,00	202.352,00	12,39
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	652.300,00	652.300,00	139.624,85	139.624,85	21,41
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	981.250,00	981.250,00	62.727,15	62.727,15	6,39
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	4.028.517,73	4.028.517,73	570.241,13	570.241,13	14,16
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-84.614,13
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					923,46
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-83.690,67
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					653.931,80
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					29,09
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	231.000,00	231.000,00	21.517,32	21.517,32	9,31
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.870.150,00	3.903.729,91	10.512,55	10.512,55	0,27
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	4.101.150,00	4.134.729,91	32.029,87	32.029,87	0,77
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	8.129.687,73	8.163.247,64	602.271,00	602.271,00	7,38

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	26.010,41	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	351.184,68	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	371.762,69	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	360.669,06	0,00
49.2 Restos a Pagar	10.893,63	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	923,46	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	6.355,86	0,00

GRÃO PARÁ, 27/03/2015

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
Técnico Contábil CRC-SC 12.498/O-8

DIONE HEINZEN
Secretário da Administração e Fazenda

EDMAR KEMPER NANDI
Controlador Geral
FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Guaramirim

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2015 - FMAS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO 001/2015 - FMAS

Processo Licitatório: 002/2015 - FMAS
Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto da Licitação: LOCAÇÃO DE IMÓVEL NA RUA HERVINO HANEMANN, Nº 149, BAIRRO AVAÍ, PARA FUNCIONAMENTO DO CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CENTRAL..

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Heinz Hanemann (SC), inscrito no CPF sob o nº 122.956.809-30, residente e domiciliado na Rua Hervino Hanemann, nº 149, bairro Avaí, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Vigência: 02/03/2015 a 02/03/2016

Valor: R\$15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais).

GUARAMIRIM (SC), 27/03/2015.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2015 - PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO 003/2015 - PMG

Processo Licitatório: 030/2015 - PMG
Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto da Licitação: LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA ESTRADA JACU-AÇU, DISTANTE 10KM DO CENTRO DE GUARAMIRIM/SC, PARA INSTALAÇÃO DE DEPÓSITO CENTRAL DO SETOR DE PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Sociedade Esportiva e Recreativa Comercial (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.784.686/0001-86, com sede na Estrada Jacu-Açu, s/nº, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Vigência: 09/03/2015 a 09/03/216

Valor: R\$28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais).

GUARAMIRIM (SC), 27/03/2015.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 58/2014 - PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 058/2014 - PMG

Processo Licitatório: 058/2014 - PMG
Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto da Licitação: LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA JOÃO FRANCISCO LYRA, Nº 111, BAIRRO AMIZADE, GUARAMIRIM, SC PARA INSTALAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: AVIC PARTICIPAÇÕES LTDA. ME (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 73.388.696/0001-49, com sede na Rua Presidente Epitácio Pessoa, nº 933, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Vigência: 10/03/2015 a 10/09/2015.

Valor: R\$58.560,00 (cinquenta e oito mil quinhentos e sessenta reais).

GUARAMIRIM (SC), 27/03/2015.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 074/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 074/2014 - PMG

Processo de licitação: 136/2014 - PMG
Modalidade: Dispensa de Licitação.

Objeto da Licitação: Contratação de empresa de engenharia elétrica para elaboração de projetos, estudos técnicos, elaboração de pareceres e assessoria técnica em iluminação pública municipal e instalação em geral.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: CRAVO ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA-ME, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 02.215.332/0001-19, localizado na Rua Dr. Heitor Blum, n.º 230, estreito, Florianópolis (SC). Objeto do Aditivo: a) Fica alterada a cláusula oitava do contrato nº 74/2014, prorrogando o termo final de vigência do contrato para 31/03/2015.

Data da Assinatura: 19/12/2014 Vigência 31/03/2015.

GUARAMIRIM (SC), 19/12/2014.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 175/2015

PORTARIA Nº. 175/2015

RETORNA DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS Soeli de Fátima Rosa.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Retorna de licença sem vencimentos Soeli de Fátima Rosa, na função de Recepcionista, vinculada à Secretaria de Administração e Finanças, a partir de 16 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de março de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO - PREF 45, 46 E 47**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 45/2015

PROCESSO LICITATORIO Nº. 18/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: RODRIGO WOLFART 06973985955

OBJETO: Contratação de prestação de serviços para lavagens completa e conserto de pneus para a frota de veículos e máquinas da municipalidade de Guarujá do Sul, Polícia Civil e Polícia Militar do município de Guarujá do Sul.

VALOR TOTAL: R\$ 4.841,50

VIGENCIA: 31/12/2015.

Guarujá do Sul, SC, 27 de março de 2015.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 46/2015

PROCESSO LICITATORIO Nº. 18/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: ELENILTO GUZATTO SECCO ME

OBJETO: Contratação de prestação de serviços para lavagens completa e conserto de pneus para a frota de veículos e máquinas da municipalidade de Guarujá do Sul, Polícia Civil e Polícia Militar do município de Guarujá do Sul.

VALOR TOTAL: R\$ 37.549,50

VIGENCIA: 31/12/2015.

Guarujá do Sul, SC, 27 de março de 2015.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 47/2015

PROCESSO LICITATORIO Nº. 18/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: R.C. COMERCIO E TRANSPORTES LTDA ME

OBJETO: Contratação de prestação de serviços para lavagens completa e conserto de pneus para a frota de veículos e máquinas da municipalidade de Guarujá do Sul, Polícia Civil e Polícia Militar do município de Guarujá do Sul.

VALOR TOTAL: R\$ 12.014,00

VIGENCIA: 31/12/2015.

Guarujá do Sul, SC, 27 de março de 2015.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

Ibiam

PREFEITURA

RELATÓRIO LRF - RREO 1º BIM 2015

Município de Ibiam - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

PREÇO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)	R\$ 1,00
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		10.858.925,00	10.858.925,00	1.821.792,48	16,78	1.821.792,48	16,78	9.037.132,52	
RECEITAS CORRENTES		10.858.910,00	10.858.910,00	1.821.792,48	16,78	1.821.792,48	16,78	9.037.117,52	
RECEITA TRIBUTÁRIA		333.850,00	333.850,00	65.695,72	19,68	65.695,72	19,68	268.154,28	
IMPOSTOS		264.000,00	264.000,00	51.507,17	19,51	51.507,17	19,51	212.492,83	
TAXAS		47.850,00	47.850,00	14.188,55	29,65	14.188,55	29,65	33.661,45	
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL		77.420,00	77.420,00	22.903,89	29,58	22.903,89	29,58	54,516,11	
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		77.420,00	77.420,00	22.903,89	29,58	22.903,89	29,58	54,516,11	
RECEITA AGROPECUÁRIA		2.200,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00	
Outras Receitas Agropecuárias		2.200,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00	
RECEITA DE SERVIÇOS		135.300,00	135.300,00	7.436,55	5,50	7.436,55	5,50	127.863,45	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		10.245.130,00	10.245.130,00	1.720.732,85	16,80	1.720.732,85	16,80	8.524.397,15	
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		10.144.130,00	10.144.130,00	1.720.732,85	16,96	1.720.732,85	16,96	8.423.397,15	
Transf. de Conv.		101.000,00	101.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101.000,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		65.010,00	65.010,00	5.023,47	7,73	5.023,47	7,73	59.986,53	
Multas e Juros de Mora		16.610,00	16.610,00	999,11	6,02	999,11	6,02	15.610,89	
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		22.000,00	22.000,00	102,15	0,46	102,15	0,46	21.897,85	
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		15.400,00	15.400,00	3.922,21	25,47	3.922,21	25,47	11.477,79	
RECEITAS DIVERSAS		11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	
RECEITAS DE CAPITAL		15,00	15,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		15,00	15,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		15,00	15,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		—	—	—	—	—	—	—	
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		10.858.925,00	10.858.925,00	1.821.792,48	16,78	1.821.792,48	16,78	9.037.132,52	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Internas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Ibiaram - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	10.858.925,00	10.858.925,00	1.821.792,48	16,78	1.821.792,48	16,78
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	10.858.925,00	10.858.925,00	1.821.792,48	16,78	1.821.792,48	16,78
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	199.659,05	—	—	49.927,84	—
Superávit Financeiro	—	199.659,05	—	—	49.927,84	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	10.858.925,00	876.059,05	11.734.984,05	3.817.259,09	3.817.259,09	1.437.443,02	1.437.443,02	12,25
DESPESAS CORRENTES	10.174.580,00	74.135,14	10.248.715,14	3.144.347,07	3.144.347,07	1.322.618,50	1.322.618,50	12,91
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.988.300,00	-51.500,00	5.936.800,00	1.528.556,35	1.528.556,35	933.131,85	933.131,85	15,72
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	50.000,00	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	17.828,06	17.828,06	35,66
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.136.280,00	125.635,14	4.261.915,14	1.565.790,72	1.565.790,72	371.658,59	371.658,59	8,72
DESPESAS DE CAPITAL	673.345,00	801.923,91	1.475.268,91	672.912,02	672.912,02	114.824,52	114.824,52	7,78
INVESTIMENTOS	512.845,00	801.923,91	1.314.768,91	532.830,22	532.830,22	91.477,54	91.477,54	6,96
INVERSOES FINANCEIRAS	10.500,00	0,00	10.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	150.000,00	0,00	150.000,00	140.081,80	140.081,80	23.346,98	23.346,98	15,56
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	11.000,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	10.858.925,00	876.059,05	11.734.984,05	3.817.259,09	3.817.259,09	1.437.443,02	1.437.443,02	12,25
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Ibiaram - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
							% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	10.858.925,00	876.059,05	11.734.984,05	3.817.259,09	3.817.259,09	1.437.443,02	12,25	10.297.541,03
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	384.349,46	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	10.858.925,00	876.059,05	11.734.984,05	3.817.259,09	3.817.259,09	1.437.443,02	15,52	10.297.541,03

FONTE:

Ibiaram, 27/03/2015

Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser
Contadora

Município de Ibiam - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Ibiam - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Ibiam, 27/03/2015

Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser
Contadora

Município de Ibiam - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	330,00	0,00	0,00	330,00
Investimentos	330,00	0,00	0,00	330,00
TOTAL	330,00	0,00	0,00	330,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Ibiam, 27/03/2015

Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser
Contadora

Município de Ibiam - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
				Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)		271.810,00	271.810,00	53.403,56	19,65	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU		55.000,00	55.000,00	282,84	0,51	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI		33.000,00	33.000,00	15.201,18	46,06	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		55.000,00	55.000,00	14.477,52	26,32	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF		121.000,00	121.000,00	21.725,27	17,95	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos		1.760,00	1.760,00	221,46	12,58	
Dívida Ativa dos Impostos		4.400,00	4.400,00	1.223,53	27,81	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa		1.650,00	1.650,00	271,76	16,47	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)		11.028.600,00	11.028.600,00	1.899.190,28	17,22	
Cota-Parte FPM		6.600.000,00	6.600.000,00	1.211.141,28	18,35	
Cota-Parte ITR		2.200,00	2.200,00	21,24	0,97	
Cota-Parte IPVA		132.000,00	132.000,00	21.197,41	16,06	
Cota-Parte ICMS		3.960.000,00	3.960.000,00	655.302,02	16,55	
Cota-Parte IPI-Exportação		55.000,00	55.000,00	11.528,33	20,96	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		279.400,00	279.400,00	0,00	0,00	
Desoneração ICMS (LC 87/96)		26.400,00	26.400,00	0,00	0,00	
Outras		253.000,00	253.000,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II		11.300.410,00	11.300.410,00	1.952.593,84		17,28

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
				Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS		373.610,00	373.610,00	46.551,00	12,46	
Provenientes da União		373.610,00	373.610,00	46.551,00	12,46	
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS		2,00	2,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		2.750,00	2.750,00	1.074,11	39,06	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		376.362,00	376.362,00	47.625,11		12,65

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.308.971,50	2.313.106,64	996.134,81	43,06	327.562,65	14,16
Pessoal e Encargos Sociais	1.255.600,00	1.254.100,00	389.870,15	31,09	218.207,06	17,40
Outras Despesas Correntes	1.053.371,50	1.059.006,64	606.264,66	57,25	109.355,59	10,33

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Ibiara - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	54.502,00	394.425,91	334.770,24	84,88	13.490,54	3,42
Investimentos	54.502,00	394.425,91	334.770,24	84,88	13.490,54	3,42
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.363.473,50	2.707.532,55	1.330.905,05	49,16	341.053,19	12,60
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	% (h/IV)*100	DESPESAS LIQUIDADAS	% (i/IV)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIFORME	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	375.812,00	702.212,00	371.441,18	27,91	9.660,70	2,83
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	374.710,00	374.710,00	47.541,18	3,57	4.000,00	1,17
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	1.102,00	327.502,00	323.900,00	24,34	5.660,70	1,66
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	375.812,00	702.212,00	371.441,18	27,91	9.660,70	2,83
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	1.987.661,50	2.005.320,55	959.463,87	72,09	331.392,49	97,17
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 6						16,97
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI - (15 x IIIb)/100]						38.503,41

Continua 2/4

Município de Ibiam - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
				INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º				
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (i)		
		0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)		0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 26 E 28				
LIMITE NÃO CUMPRIDO		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (k)			
-	-	-		

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total i)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	2.332.303,50	2.676.362,55	1.330.905,05	100,00	341.053,19	100,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.750,00	2.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	13.420,00	13.420,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.363.473,50	2.707.532,55	1.330.905,05	100,00	341.053,19	100,00

FONTE:

- 1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i)] - (15 \times IIIb)/100$

Continua 3/4

Município de Ibiom - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

Ibiom, 27/03/2015

Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser
Contadora

Município de Ibiam - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Ibiam, 27/03/2015

Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser
Contadora

Município de Ibiam - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial	—		10.858.925,00
Previsão Atualizada	—		10.858.925,00
Receitas Realizadas	1.821.792,48		1.821.792,48
Déficit Orçamentário	—		0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	—		49.927,84
DESPESAS			
Dotação Inicial	—		10.858.925,00
Créditos Adicionais	—		876.059,05
Dotação Atualizada	—		11.734.984,05
Despesas Empenhadas	3.817.259,09		3.817.259,09
Despesas Liquidadas	1.437.443,02		1.437.443,02
Superavit Orçamentário	—		384.349,46
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		3.817.259,09	3.817.259,09
Despesas Liquidadas		1.437.443,02	1.437.443,02
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			10.236.081,90
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Liquidadas		0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		-20.000,00	-541.963,02
Resultado Primário		122.580,00	402.620,61
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	85.331,36	516,00	16.801,53
EXECUTIVO	85.331,36	516,00	16.801,53
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	7.441,91	0,00	7.352,64
EXECUTIVO	7.106,59	0,00	7.047,96
LEGISLATIVO	335,32	0,00	304,68
TOTAL:	92.773,27	516,00	24.154,17
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		484.478,80	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%
Liquidadas		0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		114.824,52	1.360.444,39

Continua 1/2

Município de Ibiam - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	330,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	331.392,49	15,00	16,97	
Liquidadas	331.392,49			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Ibiam, 27/03/2015

Clóvis José Busatto
 Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser
 Contadora

Município de Ibiara - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	10.858.925,00	11.734.984,05	3.817.259,09	3.817.259,09	1.437.443,02	1.437.443,02	100,00	12,25
Ação Legislativa	600.000,00	600.000,00	478.273,30	478.273,30	69.013,90	69.013,90	4,80	11,50
Administração	600.000,00	600.000,00	478.273,30	478.273,30	69.013,90	69.013,90	4,80	11,50
Administração Geral	1.891.396,00	1.891.396,00	609.337,76	609.337,76	270.274,78	270.274,78	18,80	14,29
Segurança Pública	1.891.396,00	1.891.396,00	609.337,76	609.337,76	270.274,78	270.274,78	18,80	14,29
Policimento	52.260,00	52.260,00	5.034,26	5.034,26	2.009,26	2.009,26	0,14	3,84
Assistência Social	52.260,00	52.260,00	5.034,26	5.034,26	2.009,26	2.009,26	0,14	3,84
Assistência ao Idoso	425.951,00	425.951,00	120.702,21	120.702,21	64.812,18	64.812,18	4,51	15,22
Assistência à Criança e ao Adolescente	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Comunitária	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Social	395.951,00	395.951,00	120.702,21	120.702,21	64.812,18	64.812,18	4,51	16,37
Previdência Básica	521.000,00	521.000,00	124.448,67	124.448,67	117.787,98	117.787,98	8,19	22,61
Saúde	521.000,00	521.000,00	124.448,67	124.448,67	117.787,98	117.787,98	8,19	22,61
Atenção Básica	2.416.623,50	2.760.682,55	1.340.132,08	1.340.132,08	344.067,22	344.067,22	23,94	12,46
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.332.303,50	2.676.362,55	1.330.905,05	1.330.905,05	341.053,19	341.053,19	23,73	12,74
Vigilância Sanitária	2.750,00	2.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	14.520,00	14.520,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	52.050,00	52.050,00	9.227,03	9.227,03	3.014,03	3.014,03	0,21	5,79
Ensino Fundamental	2.158.285,50	2.158.285,50	285.026,25	285.026,25	214.526,33	214.526,33	14,92	9,94
Ensino Médio	1.670.552,00	1.670.552,00	226.963,98	226.963,98	167.667,17	167.667,17	11,56	10,04
Ensino Superior	58.300,00	58.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	44.000,00	44.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	385.433,50	385.433,50	58.062,27	58.062,27	46.859,16	46.859,16	3,26	12,16
Diffusão Cultural	50.200,00	50.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	50.200,00	50.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	175.002,00	175.002,00	71.041,15	71.041,15	7.443,61	7.443,61	0,52	4,25
Serviços Urbanos	25.001,00	25.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação	150.001,00	150.001,00	71.041,15	71.041,15	7.443,61	7.443,61	0,52	4,96
Habitação Rural	2.001,00	2.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Ibiom - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Saneamento	10.858.925,00	11.734.984,05	3.817.259,09	3.817.259,09	1.437.443,02	1.437.443,02	100,00	12,25
Saneamento Básico Rural	130.002,00	200.002,00	18.500,00	18.500,00	6.690,00	6.690,00	0,47	3,34
Saneamento Básico Urbano	25.001,00	25.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	105.001,00	175.001,00	18.500,00	18.500,00	6.690,00	6.690,00	0,47	3,82
Preservação e Conservação Ambiental	3.300,00	3.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	3.300,00	3.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	582.501,00	724.501,00	161.771,83	161.771,83	128.189,69	128.189,69	8,92	17,69
Promoção da Produção Agropecuária	542.500,00	542.500,00	92.771,83	92.771,83	59.189,69	59.189,69	4,12	10,91
Indústria	40.001,00	182.001,00	69.000,00	69.000,00	69.000,00	69.000,00	4,80	37,91
Promoção Industrial	11.001,00	11.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	11.001,00	11.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	1.444.902,00	1.764.902,00	298.745,30	298.745,30	141.529,89	141.529,89	9,85	8,02
Desporto e Lazer	1.444.902,00	1.764.902,00	298.745,30	298.745,30	141.529,89	141.529,89	9,85	8,02
Desporto Comunitário	46.500,00	46.500,00	12.193,20	12.193,20	12.193,20	12.193,20	0,85	26,22
Encargos Especiais	46.500,00	46.500,00	12.193,20	12.193,20	12.193,20	12.193,20	0,85	26,22
Outros Encargos Especiais	335.000,00	335.000,00	292.053,08	292.053,08	58.904,98	58.904,98	4,10	17,58
	335.000,00	335.000,00	292.053,08	292.053,08	58.904,98	58.904,98	4,10	17,58

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Ibiom - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	10.858.925,00	11.734.984,05	3.817.259,09	3.817.259,09	1.437.443,02	1.437.443,02	100,00	12,25
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	10.858.925,00	11.734.984,05	3.817.259,09	3.817.259,09	1.437.443,02	1.437.443,02	100,00	12,25

FONTE:

Ibiom, 27/03/2015

Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal

Elza Rinakli Coser
Contadora

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Itaim - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

REO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016	R\$ 1,00	
		Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agô/2014	Set/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015			TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)																
RECEITA TRIBUTÁRIA																
I.P.T.U.		841.695,89	1.036.989,92	1.105.490,88	917.561,89	936.171,34	892.154,55	889.893,72	893.552,10	1.081.202,10	1.366.013,47	1.100.185,13	1.101.626,81	12.162.937,80	13.014.030,00	
IRR.F		18.900,46	54.161,80	46.092,18	57.191,37	48.588,07	28.759,44	27.945,28	40.397,84	29.183,12	77.059,92	37,52	65.839,94	494.156,94	333.850,00	
I.S.S.		3.418,46	15.225,38	17.866,42	9.103,07	8.631,52	9.593,37	10.619,61	9.800,39	9.101,11	47.701,78	0,00	282,84	61.828,91	55.000,00	
LT.B.L.		3.891,72	34.893,57	9.324,22	6.794,92	25.403,43	6.117,03	8.337,32	25.947,50	17.186,71	22.890,98	37,52	14.440,00	175.000,92	55.000,00	
Outras Receitas Tributárias		851,00	2.750,00	5.905,58	300,00	4.987,31	2.498,70	8.000,00	3.940,41	1.170,00	4.396,10	0,00	15.201,18	48.670,28	33.000,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		10.739,28	1.482,85	2.459,43	6.184,85	2.097,85	4.767,30	731,21	926,71	1.204,12	586,20	0,00	14.190,65	45.370,45	69.850,00	
RECEITA PATRIMONIAL		9.544,41	15.984,33	12.228,71	6.346,44	14.223,34	11.316,45	11.498,26	11.854,11	10.262,12	10.037,25	9.669,79	13.234,10	136.209,31	77.420,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00	
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS		10.677,83	8.802,06	9.465,50	12.439,79	10.320,58	7.415,50	17.394,00	16.488,44	15.579,10	20.180,98	0,00	7.435,55	135.590,73	135.300,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		799.627,96	951.847,54	995.996,07	838.657,42	859.839,64	840.000,99	828.849,78	820.309,04	1.022.109,60	1.255.098,30	1.090.375,67	1.010.194,90	11.312.896,91	12.400.250,00	
Cota-Parte do F.P.M.		796.793,29	430.046,10	573.099,30	429.779,59	369.126,63	448.426,05	393.082,94	371.503,84	491.732,86	540.132,51	599.335,67	611.805,61	5.634.854,79	6.600.000,00	
Cota-Parte do I.C.M.S.		269.434,17	292.124,78	286.942,60	301.255,52	279.952,21	293.700,62	314.916,87	324.881,78	358.211,64	345.037,06	346.559,91	368.733,11	3.761.561,27	3.960.000,00	
Cota-Parte do I.P.V.A.		15.663,90	16.577,16	17.877,16	14.353,22	16.538,35	15.205,52	13.331,69	14.072,64	9.886,04	7.969,94	7.893,48	13.303,93	162.693,73	132.000,00	
Cota-Parte do ITR.		0,00	13,30	0,00	0,00	6,05	43,33	688,86	1.099,97	80,89	0,00	0,00	21,24	1.953,64	2.200,00	
Outras Transferências Correntes		60.742,75	164.091,15	54.653,10	42.602,20	146.743,86	32.120,34	55.703,03	55.474,09	105.900,46	304.743,97	72.636,69	19.426,23	1.114.839,87	1.019.650,00	
Transferências da LC 61/1989		4.103,09	4.469,35	4.861,13	4.629,98	4.756,43	4.902,84	4.613,82	4.941,01	5.673,75	5.593,35	7.228,08	4.300,25	60.078,08	55.000,00	
Transferências da LC 87/1996		0,00	1.310,66	1.310,66	1.310,66	1.310,66	1.310,66	1.310,66	1.310,66	1.310,66	2.621,32	0,00	0,00	13.106,60	26.400,00	
Transferências do FUNDEB		42.890,76	43.215,04	47.251,72	44.715,85	41.405,45	44.291,33	45.199,91	47.225,05	49.303,30	46.985,15	53.710,84	52.604,53	563.738,93	605.000,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		3.555,23	6.214,19	41.728,42	3.326,87	3.199,71	4.661,77	4.228,40	4.302,67	4.038,16	3.647,02	102,15	4.921,32	84.123,91	65.010,00	
DEDUÇÕES (II)																
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		139.198,71	146.908,15	178.816,03	150.267,68	134.337,89	152.717,69	145.599,15	143.321,78	173.381,01	180.271,67	192.205,03	187.632,69	1.926.347,48	2.155.120,00	
Dedução Receita Outras Taxas Prestação de Serviço		139.198,71	146.908,15	178.816,03	150.267,68	134.337,89	152.717,69	145.599,15	143.321,78	173.381,01	180.271,67	192.205,03	187.632,69	1.926.347,48	2.155.120,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)		702.497,18	888.081,77	926.674,85	767.694,21	801.833,45	738.436,86	744.294,57	750.030,32	907.821,09	1.185.741,80	907.980,10	913.995,70	10.236.081,90	10.858.910,00	

Elza Rinaldi Coser
Contadora

Município de Ibiara - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)				R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recarga de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Recargas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Recargas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Recargas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Recargas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Recargas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
(4) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS • RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/3

Município de Ibiara - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
Valor				0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Ibiom - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015
				Até o Bimestre/2014
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre/2015
				Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Ibiom, 27/03/2015

Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser
Contadora

Município de Ibiam - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	235.032,12	235.032,12	94.950,32
DEDUÇÕES (II)	1.814.620,79	1.814.620,79	2.216.502,01
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.822.062,70	1.822.062,70	2.385.769,94
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	7.441,91	7.441,91	169.267,93
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.579.588,67	-1.579.588,67	-2.121.551,69
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.579.588,67	-1.579.588,67	-2.121.551,69

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2015 (C - A)
VALOR	-541.963,02	-541.963,02

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-20.000,00

<u>RÉGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Ibiam, 27/03/2015

Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser
Contadora

Município de Ibiam - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	10.781.490,00	1.798.888,59	1.798.888,59	1.726.717,97
Receita Tributária	333.850,00	65.695,72	65.695,72	47.195,72
I.P.T.U.	55.000,00	282,84	282,84	0,00
I.S.S.	55.000,00	14.477,52	14.477,52	7.583,15
I.T.B.I.	33.000,00	15.021,54	15.021,54	5.439,48
I.R.R.F.	121.000,00	21.725,27	21.725,27	18.907,09
Outras Receitas Tributárias	69.850,00	14.188,55	14.188,55	15.266,00
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	77.420,00	22.903,89	22.903,89	16.198,94
(-) Aplicações Financeiras	77.420,00	22.903,89	22.903,89	16.198,94
Transferências Correntes	10.245.130,00	1.720.732,85	1.720.732,85	1.671.972,22
F.P.M.	5.280.000,00	968.913,06	968.913,06	984.019,48
I.C.M.S.	3.168.000,00	524.241,76	524.241,76	484.298,77
Convênios	101.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	1.696.130,00	227.578,03	227.578,03	203.653,97
Demais Receitas Correntes	202.510,00	12.460,02	12.460,02	7.550,03
Dívida Ativa	15.400,00	3.922,21	3.922,21	3.055,13
Diversas Receitas Correntes	187.110,00	8.537,81	8.537,81	4.494,90
RECEITAS DE CAPITAL (II)	15,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	15,00	0,00	0,00	0,00
Convênios	15,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	15,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	10.781.505,00	1.798.888,59	1.798.888,59	1.726.717,97
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	10.248.715,14	1.322.618,50	1.322.618,50	1.109.218,04
Pessoal e Encargos Sociais	5.936.800,00	933.131,85	933.131,85	837.586,13
Juros e Encargos da Dívida (IX)	50.000,00	17.828,06	17.828,06	9.159,71
Outras Despesas Correntes	4.261.915,14	371.658,59	371.658,59	262.472,20
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	10.198.715,14	1.304.790,44	1.304.790,44	1.100.058,33
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.475.268,91	114.824,52	114.824,52	43.978,40
Investimentos	1.314.768,91	91.477,54	91.477,54	7.639,00
Inversões Financeiras	10.500,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	10.500,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	150.000,00	23.346,98	23.346,98	36.339,40
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.325.268,91	91.477,54	91.477,54	7.639,00

Município de Ibiam - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	11.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	11.534.984,05	1.396.267,98	1.396.267,98	1.107.697,33
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-753.479,05	402.620,61	402.620,61	619.020,64
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	122.580,00

FONTE:

Ibiam, 27/03/2015

Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser
Contadora

Município de Itaim - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	7.441,91	7.352,64	-	89,27	-	85.331,36	17.004,73	16.801,53	516,00	68.013,83
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	7.106,59	7.047,96	0,00	58,63	0,00	85.331,36	17.004,73	16.801,53	516,00	68.013,83
CHEFIA DO EXECUTIVO	0,00	7.106,59	7.047,96	0,00	58,63	0,00	63.079,49	3.877,41	3.877,41	516,00	58.696,08
FUNDOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.251,87	13.127,32	12.924,12	0,00	9.327,75
LEGISLATIVO	0,00	335,32	304,68	0,00	30,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER LEGISLATIVO											
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	335,32	304,68	0,00	30,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	7.441,91	7.352,64	0,00	89,27	0,00	85.331,36	17.004,73	16.801,53	516,00	68.013,83

FONTE:

Itaim, 27/03/2015

Olívris José Busatto
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser
Contadora

MUNICÍPIO DE IBIAM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	271.810,00	271.810,00	53.403,56	53.403,56	19,65
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	60.500,00	60.500,00	357,60	357,60	0,59
1.1.1- IPTU	55.000,00	55.000,00	282,84	282,84	0,51
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.100,00	1.100,00	74,76	74,76	6,80
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	3.300,00	3.300,00	0,00	0,00	0,00
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	33.000,00	33.000,00	15.201,18	15.201,18	46,06
1.2.1- ITBI	33.000,00	33.000,00	15.201,18	15.201,18	46,06
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	57.310,00	57.310,00	16.119,51	16.119,51	28,13
1.3.1- ISS	55.000,00	55.000,00	14.477,52	14.477,52	26,32
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	660,00	660,00	146,70	146,70	22,23
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.100,00	1.100,00	1.223,53	1.223,53	111,23
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	560,00	560,00	271,76	271,76	48,41
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	121.000,00	121.000,00	21.725,27	21.725,27	17,95
1.4.1- IRRF	121.000,00	121.000,00	21.725,27	21.725,27	17,95
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.775.600,00	10.775.600,00	1.899.190,28	1.899.190,28	17,62
2.1- Cota-Parte FPM	6.600.000,00	6.600.000,00	1.211.141,28	1.211.141,28	18,35
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.600.000,00	6.600.000,00	1.211.141,28	1.211.141,28	18,35
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.960.000,00	3.960.000,00	655.302,02	655.302,02	16,55
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº67/1996	26.400,00	26.400,00	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	55.000,00	55.000,00	11.528,33	11.528,33	20,96
2.5- Cota-Parte ITR	2.200,00	2.200,00	21,24	21,24	0,97
2.6- Cota-Parte IPVA	132.000,00	132.000,00	21.197,41	21.197,41	16,06
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	11.047.410,00	11.047.410,00	1.952.593,84	1.952.593,84	17,67
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	129.800,00	129.800,00	29.392,37	29.392,37	22,64
5.1- Transferências do Salário-Educação	70.400,00	70.400,00	25.808,00	25.808,00	36,66
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	16.500,00	16.500,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	42.900,00	42.900,00	3.584,37	3.584,37	8,36
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	99.003,00	99.003,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	99.003,00	99.003,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	255.200,00	255.200,00	1.791,70	1.791,70	0,70
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	484.003,00	484.003,00	31.184,07	31.184,07	6,44
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.155.120,00	2.155.120,00	379.837,72	379.837,72	17,62
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.320.000,00	1.320.000,00	242.228,22	242.228,22	18,35
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	792.000,00	792.000,00	131.090,26	131.090,26	16,55
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	5.280,00	5.280,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	11.000,00	11.000,00	2.305,67	2.305,67	20,96
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	440,00	440,00	4,24	4,24	0,96
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	26.400,00	26.400,00	4.239,33	4.239,33	16,06
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	611.600,00	611.600,00	109.885,25	109.885,25	17,97
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	605.000,00	605.000,00	109.315,37	109.315,37	18,07
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	6.600,00	6.600,00	569,88	569,88	8,63
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.550.120,00	-1.550.120,00	-270.522,35	-270.522,35	17,45
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE IBIAM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	518.210,00	518.210,00	0,00	0,00	0,00
13.1- Com Educação Infantil	256.000,00	256.000,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	262.210,00	262.210,00	0,00	0,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	93.390,00	93.390,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	93.390,00	93.390,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	611.600,00	611.600,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					0,00
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					0,00
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1+19.2)) %					100,00
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 *					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	2.761.852,50	2.761.852,50	488.148,46	488.148,46	17,67
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	377.732,50	377.732,50	46.859,16	46.859,16	12,41
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.563.852,00	1.563.852,00	167.667,17	167.667,17	10,72
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	355.600,00	355.600,00	0,00	0,00	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.208.252,00	1.208.252,00	167.667,17	167.667,17	13,88
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.941.584,50	1.941.584,50	214.526,33	214.526,33	11,05
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-270.522,35
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					569,88
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-269.952,47
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					484.478,80
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					24,81
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	70.400,00	70.400,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	163.351,00	163.351,00	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	233.751,00	233.751,00	0,00	0,00	0,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.175.335,50	2.175.335,50	214.526,33	214.526,33	9,86

MUNICÍPIO DE IBIAM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	109.315,37	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	569,88	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	109.885,25	0,00

Ibiam, 27/03/2015

Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser
Contadora

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 651,86, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de Ibiam - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	1.475.268,91	114.824,52	0,00	1.360.444,39
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.475.268,91	114.824,52	0,00	1.360.444,39
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.475.268,91	-114.824,52		-1.360.444,39

FONTE:

Ibiam, 27/03/2015

Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser
Contadora

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 048.2015

DECRETO PMI Nº 048, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a constituição do Conselho da Cidade de Imbituba - CONCIDADE/IMBITUBA e, dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Lei Complementar nº 4.493, de 11 de Dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituído o Conselho da Cidade de Imbituba - CONCIDADE/IMBITUBA, compostos de 15 (quinze) membros titulares e respectivos suplentes, escolhidos através de eleição em plenárias, com os seguintes Conselheiros:

I - 5 (cinco) representantes do Poder Público, assim distribuídos:

a) Eduardo dos Passos Nunes, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação, e Jarlex Teixeira, Suplente;

b) Antônio Clésio Costa, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável, e Hemerson Mafra, Suplente;

c) Paulo Juchem Sefton, representante da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, e Iramaia Pittigliani, Suplente;

d) Andreza Correa Pacheco, representante da representante da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, e Gláucia Maindra, Suplente; e

e) Daniel Vinício Arantes Neto, representante da Procuradoria Geral do Município, e Sabrina Machado Stefanos da Silva, Suplente.

II - 5 (cinco) representantes da Sociedade Civil, representando as 5 (cinco) Estratégias do PDDSI, assim distribuídos:

a) Encantos do Sul, representante da Estratégia I - Imbituba, capital do turismo diversificado, e Projeto Baleia Franca Brasil - PBF/BRASIL, Suplente;

b) Órgão de Gestão de Mão-de-Obra do Trabalho Portuário Avulso do Porto Organizado de Imbituba - OGMO, representante da Estratégia II - Imbituba, um Porto de oportunidades, e Sindicato dos Operadores Portuários de Imbituba, Suplente;

c) Loja Maçônica 15 de novembro nº 25, representante da Estratégia III - Imbituba, Identidade natural e cultural, Rotary Club de Imbituba, Suplente;

d) Associação Comercial e Industrial de Imbituba - ACIM, representante da Estratégia IV - Imbituba, Modelo de ordenamento urbano-ambiental, Associação de Moradores de Nova Brasília - AMNB, Suplente; e

e) Câmara de Dirigentes Lojistas de Imbituba - CDL, representante da Estratégia V - Imbituba, Modelo de gestão com participação, Sindicato do Comércio Varejista e Atacadista de Imbituba, Garopaba, Imaruí e Paulo Lopes - SINDILOJAS, Suplente.

III - 5 (cinco) representantes das 5 (cinco) Regiões de

Planejamento, indicadas no Mapa 5, da Lei Complementar nº 2.623, de 19 de março de 2005, assim distribuídos:

a) Aldo Rui Horvath Júnior, representante da Região I - Sul;

b) Roel Antônio Ruiz, representante da Região II - Sudeste, e Eduardo Faustino da Rosa;

c) Sérgio Florêncio Custódio, representante da Região III - Leste, e Ademir Rosa da Costa, Suplente;

d) Gelson J. Da Rosa, representante da Região IV - Oeste, e Stephan M. Sena, Suplente; e

e) Pedro Silva, representante da Região V - Norte.

§ 1º As vagas remanescentes para suplente representante das Regiões de Planejamento, não preenchidas na plenária regional específica, serão preenchidas em plenárias promovidas pelo próprio Conselho da Cidade de Imbituba - CONCIDADE/IMBITUBA e informadas ao Poder Executivo Municipal.

§ 2º O Conselho da Cidade de Imbituba - CONCIDADE/IMBITUBA é um órgão colegiado, de natureza permanente, de caráter consultivo, deliberativo e propositivo, que reúne representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, sendo componente da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, constituindo-se parte integrante da gestão urbana do Município e do Sistema Nacional de Política Urbana, ao qual compete:

I - propor, debater e aprovar diretrizes e normas para implantação dos programas a serem formulados pelos órgãos da Administração Pública Municipal relacionados à Política Urbana;

II - apreciar e propor diretrizes para a formulação e implementação das políticas de desenvolvimento urbano sustentável do município;

III - emitir orientações e recomendações referentes à aplicação da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e demais leis e atos normativos relacionados ao desenvolvimento urbano municipal;

IV - propor aos órgãos competentes medidas e normas para implementação, acompanhamento e avaliação da legislação urbanística;

V - promover mecanismos de cooperação entre os governos da União, Estado, municípios vizinhos, Região Metropolitana e a sociedade, na formulação e execução da política municipal e regional de desenvolvimento urbano;

VI - elaborar e aprovar seu regimento interno, sua forma de funcionamento e das suas câmaras setoriais, bem como a articulação e integração com os demais Conselhos Municipais;

VII - tornar efetiva a participação da Sociedade Civil nas diversas etapas do planejamento e gestão urbanos;

VIII - criar instrumentos e mecanismos de integração das políticas de desenvolvimento urbano;

IX - garantir a continuidade das políticas, planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano do município;

X - monitorar e fortalecer o processo de implementação do orçamento municipal em consonância com as deliberações dos processos participativos relativos às políticas setoriais de desenvolvimento urbano;

XI - convocar e organizar as Conferências da Cidade de Imbituba;

XII - encaminhar as diretrizes e instrumentos da política de desenvolvimento urbano e das políticas setoriais em consonância com as deliberações da Conferência da Cidade de Imbituba;

XIII - dar publicidade e divulgar seus trabalhos e decisões;

XIV - propor a realização de estudos, pesquisas, debates, seminários, audiências públicas ou cursos afetos à política municipal de desenvolvimento urbano;

XV - propor ações e adotar procedimentos e mecanismos, visando combater a segregação sócio-espacial no município;

XVI - acompanhar e avaliar a implementação e a gestão do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba - PDDSI, bem como a legislação correlata, zelando pelo cumprimento dos planos, programas, projetos e instrumentos a eles relacionados;

XVII - propor e opinar sobre a atualização, complementação, ajustes e alterações no PDDSI;

XVIII - promover, através de seus representantes, debates sobre os planos e projetos que incidam nas Regiões de Planejamento do PDDSI;

XIX - analisar e deliberar sobre Operações Concertadas e Projetos Especiais;

XX - aprovar o regimento interno da Conferência Municipal da Cidade;

XXI - estabelecer o regimento interno do CONCIDADE/IMBITUBA;

XXII - analisar planos, programas e projetos que, devido a sua escala, impactos ou conflitos, necessitem de parecer de dois ou mais Conselhos Municipais;

XXIII - avaliar assuntos de notório interesse público, motivado por indivíduos ou organizações sociais desde que plenamente justificados; e

XXIV - analisar e deliberar sobre demais assuntos relacionados ao desenvolvimento urbano do município.

§ 3º A Presidência do CONCIDADE/IMBITUBA será exercida por um de seus Conselheiros Titulares, eleito pelos membros titulares do mesmo.

Art. 2º Os integrantes do Conselho da Cidade de Imbituba - CONCIDADE/IMBITUBA serão empossados no prazo máximo de 30 (trinta) dias da edição deste Decreto.

Parágrafo único. A função do membro do CONCIDADE/IMBITUBA não será remunerada, sendo seu exercício considerado serviço de relevante interesse público

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andréa Aguiar

Secretária Executiva

DECRETO PMI Nº 049.2015

DECRETO PMI Nº 049, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

Altera a redação do §1º do artigo 22 do Decreto PMI nº 269, de 03 de novembro de 2014, que Institui o Procedimento de Manifestação de Interesse em projeto de Parcerias Público-Privadas, nas modalidades patrocinada e administrativa, e em projetos de concessão comum e permissão, no âmbito do Município de Imbituba e dá outras providências

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 32, inciso I, aliena "h" e art. 93, inc. VII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a redação do §1º do artigo 22 do Decreto PMI nº 269, de 03 de novembro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"§1º A Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas - CGPPP será presidida pelo Chefe do Gabinete e terá em sua composição, como membros efetivos, o Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública, o Chefe do Gabinete, um Procurador, representando a Procuradoria-Geral do Município e, como membro eventual, o titular da Secretaria diretamente relacionada com o serviço ou a atividade objeto de parceria público-privado."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andréa Aguiar

Secretária Executiva

PORTARIA PMI-SEDURB Nº 002, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA PMI/SEDURB Nº 002, de 30 de março de 2015.

Subdelega competências para os atos que menciona.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, SANEAMENTO E HABITAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade de subdelegação de competência ou de atribuições como instrumento de desconcentração administrativa, objetivando assegurar maior rapidez às decisões, situando-se na proximidade dos órgãos, fatos ou pessoas ou problemas a atender.

CONSIDERANDO a racionalidade necessária ao exercício das funções da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação, demandando uma divisão no desempenho daquelas funções, tecnicamente recomendável, objetivando ainda a qualificação técnica dos serviços prestados e a economia de tempo para tanto.

RESOLVE:

Art. 1º Observadas às disposições legais e regulamentares, subdelegar competência, na ausência do titular da pasta, a servidora pública efetiva, Gestora da Unidade de Viabilidade Urbanística, Lisiane Bittencourt Vieira, no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação, para a prática dos atos previstos na legislação vigente e, especialmente, aqueles

elencados neste ato, ficando atribuídos os seguintes atos:

- I.Licença para Construção (Lei nº 377, de 16-12-1974 - Código de Obras);
- II.Licença para a instalação (Lei nº 377, de 16-12-1974 - Código de Obras);
- III.Alvará de Uso (Capítulo XIX da Lei nº 377, de 16-12-1974 - Código de Obras);
- IV.Alvará de Licença (Lei nº 846 de 02-01-1986 - Código de Posturas);
- V.Aprovação de projetos (Lei nº 377, de 16-12-1974 - Código de Obras);

Art. 2º Fica a servidora indicada no caput do artigo 1º responsável pelos atos praticados em razão da subdelegação prevista na presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de março de 2015.

Eduardo dos Passos Nunes

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

PORTARIA PMI/GGP Nº 201/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 201, de 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a nomeação de servidor de carreira em função gratificada de Gerente, do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, ainda com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor de carreira abaixo descrito, na função gratificada de Gerente, para a atuação junto ao respectivo órgão superior.

GERENTE – LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Gerente de Infra-estrutura Regional Oeste	SEAPI	Jaelson Ferreira Ribeiro	432.868.289-04	01/04/2015

Art. 2º O servidor de carreira nomeado para a função gratificada de Gerente, perceberá a gratificação de 50% (cinquenta por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 31, § 2º, III da LC nº 4.514/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de abril de 2015.

Imbituba, 27 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito Municipal
(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 202/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 202, de 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Admissão de Agente de Combate às Endemias - PCAA, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 3.330, de 30 de abril de 2008, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital - 01/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Hebert de Souza Alves	Agente de Combate às Endemias - PCAA	049.115.099-70	25/03/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 27 de março de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 203/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 203, de 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei nº 2.141, de 14 de maio de 2001, considerando ainda, o disposto no Processo Administrativo nº 2.600, de 23 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora, CLEUCINÉIA DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o n.º 036.839.209-04, Professora II - 20h, matrícula n.º 6036, LICENÇA SEM VENCIMENTOS, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 02 de março de 2015, ficando impossibilitado qualquer contratação para suprir o presente afastamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito Municipal
(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 204/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 204, de 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Revogação da PORTARIA PMI/GGP Nº 197, de 27 de março de 2015, que trata da nomeação de servidora de carreira em função gratificada de Coordenadora do Centro de Referência de Saúde da Mulher, do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, ainda com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a PORTARIA PMI/GGP Nº 197, de 27 de março de 2015, que trata da nomeação de servidora de carreira, Sra. Marília Mendonça, brasileira, Assistente Social, inscrita no CPF sob o nº 343.242.919-34, na função gratificada de Coordenadora do Centro de Referência de Saúde da Mulher, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de março de 2015.

Elísio Sgrott
Prefeito Municipal
(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 205/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 205, de 01 de abril de 2015.

Dispõe sobre a nomeação de servidora de carreira em função gratificada de Gerente, do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, ainda com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora de carreira abaixo descrita, na função gratificada de Gerente, para a atuação junto ao respectivo órgão superior.

GERENTE – LC nº 4.514/2015

Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Gerente dos Programas do Centro de Referência de Saúde da Mulher	SEMUSA	Marília Mendonça	343.242.919-34	01/04/2015

Art. 2º A servidora de carreira nomeada para a função gratificada de Gerente, perceberá a gratificação de 50% (cinquenta por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 31, § 2º, III da LC nº 4.514/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de abril de 2015.

Imbituba, 01 de abril de 2015.

Elísio Sgrott
Prefeito Municipal
(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 206/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 206, de 01 de abril de 2015.

Dispõe sobre a Alteração da nomenclatura da nomeação de servidora de carreira em função gratificada de Coordenadora descrita na Portaria PMI/GGP nº 196/2015, do órgão superior correspondente, nos moldes do Decreto PMI nº 057, de 27 de março de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, ainda com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto no Decreto PMI nº 057, de 27 de março de 2015 e com base na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, a nomenclatura da nomeação de servidora de carreira em função gratificada de Coordenadora, conforme descrito na Portaria PMI/GGP nº 196/2015, do órgão superior correspondente, nos moldes do Decreto PMI nº 057, de 27 de março de 2015, conforme expresse.

COORDENADORA – LC nº 4.514/2015

Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Coordenadoria Executiva da Policlínica	SEMUSA	Maria Luiza Speck de Souza	290.198.349-91	01/04/2015

Art. 2º A servidora de carreira nomeada para a função gratificada de Coordenador(a), perceberá gratificação de 33% (trinta e três por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 31, § 2º, II da LC nº 4.514/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de abril de 2015.

Imbituba, 01 de abril de 2015.

Elísio Sgrott
Prefeito Municipal
(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015 (SEMUSA)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SEMUSA
PROCESSO Nº 23/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 13 de abril de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para possível aquisição de instrumental de enfermagem para uso da secretaria municipal de saúde.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 30 de março de 2015.

Maria Martins dos Passos Souza
Secretaria Municipal de Saúde

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CANCELA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015 (SEMUSA)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SEMUSA

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que fica anulado o Processo Licitatório nº 19/2015, na modalidade de Pregão Presencial nº 15/2015, devido o não comparecimento de interessados caracterizando a licitação como deserta.

Imbituba, 30 de março de 2015.

Dilson Petrassem Junior
Pregoeiro Oficial

PUBLICAÇÃO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 29/2014(SAÚDE)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

A Prefeitura Municipal de Imbituba por meio do Fundo Municipal de Saúde comunica a todos os interessados, que fica revogado o Processo Licitatório nº 36/2014, na modalidade de Pregão Presencial nº 29/2014, por solicitação da Secretária de Saúde, devido a descrição do objeto licitado estar "obsoleta".

Imbituba, 30 de março de 2015.

Dilson Petrassem Junior
Pregoeiro Oficial

Indaial

PREFEITURA

ATA Nº 010/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2015
EDITAL DE PREGÃO Nº 008/2015-10430
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2015

Ao segundo dia do mês de março de dois mil e quinze, de um lado o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS - OGRP; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo Licitatório nº 020/2015 - Edital de Pregão nº 008/2015-10430, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

1.1.EMPREITEIRA KJ LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 15.004.025/0001-30, estabelecida à Rua Helena Scoz, nº 148 - Bairro Centro, no município de Rodeio - Estado de Santa Catarina.

2.DO OBJETO:

2.1. Constitui-se como objeto da presente Ata, o registro de preços para a realização dos serviços de roçada e eventuais podas de árvores, conforme as especificações constantes no Anexo VI - Termo de Referência do Objeto, do Edital de Pregão no 008/2015-10430.

3. VALORES REGISTRADOS:

3.1.Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

3.1.1.Empresa Empreiteira KJ LTDA EPP:

Item 01 - valor unitário de R\$ 0,09 (nove centavos), perfazendo valor total de R\$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais).

3.2.Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita realização dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga de equipamentos, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

4. REAJUSTE DE PREÇOS:

4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência

de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.

4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5. EXECUÇÃO DAS CONTRATAÇÕES:

5.1.A contratação dos serviços objeto do presente Registro de Preços será realizada pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da Ordem de Compra/Serviços.

5.1.1.A Ordem de Compra/Serviços conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item do produto, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.

5.1.2.O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra/Serviços por qualquer outro instrumento hábil para a contratação dos serviços.

5.2.Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

6.FISCALIZAÇÃO:

6.1.O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.

6.2.À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

6.2.2.Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

6.2.3.Rejeitar todo e qualquer serviço de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua correção imediata;

6.2.4.Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

6.3.O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos serviços objeto do edital.

7.PRAZO DE VALIDADE:

7.1.O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

8.OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

9.1.Assegurar a realização dos serviços constantes no objeto, conforme as especificações constantes no item 2 desta Ata.

9.2.Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto à execução dos serviços.

9.3.Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso.

9.4.Emitir relatórios dos serviços prestados, sempre que solicitado, atendendo à demanda num prazo de até 48 (quarenta e oito)

horas.

9.5.Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução dos serviços, assegurado o direito de defesa.

9.6.Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente de trabalho, bem como sobre o respectivo seguro, de que venham a ser vítimas os seus empregados atuantes na execução dos serviços.

9.7.Responsabilizar-se pela execução de todos os serviços, considerando as exigências operacionais, o atendimento à legislação atual e alterações publicadas durante a sua realização, e a manutenção do padrão de atendimento adequado.

9.8.Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos.

9.9.Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.10.Manter durante a vigência da Ata as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução dos serviços, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.11.Manter, durante toda a vigência da Ata as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 020/2015 - Edital de Pregão nº 008/2015-10430.

9.12.Manter atualizados os registros e anotações trabalhistas dos profissionais alocados na prestação dos serviços e exibi-los sempre que exigidos pelo OGRP.

9.13.Acatar solicitação do OGRP do afastamento e/ou dispensa de empregado e/ou equipamentos cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento dos serviços, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

9.13.1.Constituem motivos para afastamento e/ou dispensa de empregado, os constantes no art. 482 da Lei Federal nº 5.452/43.

9.14.Fornecer aos seus prestadores de serviços todos os materiais relativos ao EPI necessário para a perfeita realização dos serviços, se for o caso.

9.OBRIGAÇÕES DO OGRP:

9.1.Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

9.2.Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.

9.3. Fiscalizar a realização dos serviços, registrando as ocorrências, bem como atestar a realização dos mesmos em conformidade com os demais itens.

9.4.Recusar os serviços em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os serviços realizados.

10.SANÇÕES:

10.1.Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.

10.2.Multa, de acordo com os seguintes critérios:

a)No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos serviços;

b)No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;

c)No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;

d)No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;

e)Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no da realização dos serviços em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;

f)Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da realização dos serviços, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;

g)No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.

10.3.Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".

10.4.Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

a)Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;

b)Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

c)Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

d)Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5.O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.

11. RESCISÃO DA ATA:

11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:

a)descumprir as condições da ata de registro de preços;

b)não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c)não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,

d)sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7º da Lei Federal no 10.520/02.

11.2.Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1.Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2.Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.

12.3.A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

12.4.O FORNECEDOR está terminantemente proibido de efetuar a transferência à terceiros das obrigações da realização dos serviços objeto desta Ata de Registro de Preços.

13.FORO:

13.1.O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial/SC.

14.LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

14.1.Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a)Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b)Lei Orgânica do Município de Indaial;
- c)Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- d)Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e)Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f)Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g)Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h)Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- i)Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
- j)Decreto Municipal no 654/2014.

15. AS PARTES:

15.1.Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 02 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Prefeito Municipal	EMPREITEIRA KJ LTDA EPP Dilair Garcia Sócio Administrador
---	---

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

CONTRATO Nº 011/2015
CONTRATO Nº 011/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL E A EMPRESA COLOR - BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONER LTDA - ME, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - GABINETE DO PREFEITO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SECRETARIA DE OBRAS - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO - SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SECRETÁRIO DE SAÚDE - FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, COLOR - BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONER LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.018.430/0001-05, com sede na Rua Amadeu Felipe da Luz, nº 59, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Rafael Busarello, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 049.802.169-60 e Cédula de Identidade nº 5.053.008, com endereço na Rua Amadeu Felipe da Luz, nº 59, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1.O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 264/2014 - Edital de Pregão nº 100/2014-10430, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1.O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6ª da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, locação de impressoras multifuncionais, conforme quantitativos e especificações à seguir:

ITEM	EQUIP.	FRAN- QUIA/ CÓPIAS	PRODUTO/ESPECIFICA- ÇÕES	VALOR UNIT. EM (R\$)	VALOR TOTAL EM (R\$)
LOTE 01					
01	23	69.000	Impressora multifuncional, com tecnologia de impressão laser monocromática, Modelo I.	0,036	2.484,00

02	48	96.000	Impressora multifuncional, com tecnologia de impressão laser monocromática, Modelo II.	0,036	3.456,00
03	31	49.600	Impressora, com tecnologia de impressão laser monocromática, Modelo III.	0,036	1.785,60

3.2.LOCAL DE ENTREGA:

3.2.1.Os equipamentos serão instalados nos locais indicados no Anexo VI, do edital mencionado na cláusula primeira.

3.2.2.Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo ao que ficou paralisado.

CLÁUSULA QUARTA: VALOR DO CONTRATO

4.1.O valor total do presente contrato é de R\$7.725,60 (sete mil setecentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos).

4.2.Nos preços unitários, além daqueles já previstos no objeto, estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que é necessário para a execução total e completa dos serviços, bem como lucro, conforme projetos e especificações constantes do Edital, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1.Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste edital, serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015 e as respectivas para os exercícios seguintes:

- 02.01.004.122.002.2020.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 02.02.002.062.002.2022.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 02.05.014.422.002.2025.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 02.08.004.122.002.2028.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 02.09.022.122.002.2800.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 02.09.022.363.002.2802.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 02.10.023.695.002.2801.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 04.01.004.122.004.2062.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 04.02.004.129.004.2067.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 05.01.012.361.005.2100.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 06.01.020.122.006.2150.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 08.01.015.451.008.2205.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 09.01.015.452.009.2236.339039120000.01000000 - Recurso Próprio

- 09.02.015.181.009.2231.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 09.02.015.182.009.2238.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 10.01.017.512.010.2263.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 21.01.006.181.021.2304.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 26.01.006.182.026.2420.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 30.01.010.301.030.2441.339039120000.01710900 - PAB Fixo
- 30.01.010.301.030.2441.339039120000.03710900 - PAB Fixo E.A
- 30.01.010.301.030.2441.339039120000.01711003 - ESF/PMAQ
- 30.01.010.301.030.2441.339039120000.01711701 - MAC União
- 30.01.010.301.030.2441.339039120000.03711701 - MAC União E.A
- 30.01.010.301.030.2441.339039120000.01020000 - Recurso Próprio/Saúde
- 30.01.010.301.030.2453.339039120000.01710900 - PAB Fixo
- 30.01.010.301.030.2453.339039120000.03710900 - PAB Fixo E.A
- 30.01.010.304.030.2449.339039120000.01001500 - Vig. Sanit. Municipal
- 30.01.010.305.030.2450.339039120000.01711600 - VSE
- 30.01.010.303.030.2448.339039120000.01715700 - SAPI
- 30.01.010.303.030.2448.339039120000.03715700 - SAPI E.A.
- 31.01.008.244.031.2517.339039120000.01520024 - PBF/União
- 31.01.008.244.031.2517.339039120000.01535505 - PSB/Estado
- 31.01.008.244.031.2517.339039120000.01520023 - PBV/União III
- 31.01.008.244.031.2513.339039120000.01520010 - IGD/União
- 31.01.008.244.031.2516.339039120000.01520022 - PFMC/União
- 31.01.008.244.031.2503.339039120000.01520012 - Alta Complexidade - Estado
- 31.01.008.244.031.2505.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 40.01.027.812.040.2600.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 41.01.013.391.041.2656.339039120000.01000000 - Recurso Próprio

CLÁUSULA SEXTA: DO PAGAMENTO

6.1.Os pagamentos serão mensais. A cada 30 (trinta) dias, a CONTRATANTE realizará a medição dos serviços efetivamente realizados no período, atestando a execução dos mesmos. Findo o período, a medição será realizada no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos.

6.1.1.A CONTRATADA apresentará até o 2º (segundo) dia corrido da aprovação da medição, que será mensal, nota fiscal fatura correspondente aos valores dos serviços executados a preços unitários e subtotais do contrato.

6.1.2.Estes pagamentos decorrentes dos serviços realmente executadas serão efetuados no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data de apresentação da fatura, desde que compatível com a medição realizada pela CONTRATANTE.

6.2.Para recebimento dos pagamentos a contratada terá que apresentar junto com a nota fiscal, cópia da guia de pagamento do FGTS relativa aos funcionários que atuaram na execução do objeto do contrato.

6.3. Dos pagamentos realizados, serão retidos na fonte o INSS, o IR (Imposto de Renda), e o ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza).

6.4. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

6.6. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue:

Banco Unicred
Agência 1204-1
Conta 96612-6

CLÁUSULA SÉTIMA: REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1.A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

7.1.1.REAJUSTE DE PREÇOS:

7.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato serão reajustados pelo IGP-DI - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas, após 12 meses da data de realização do orçamento básico do edital que originou o presente contrato, de acordo com o art. 3º, § 1º da Lei Federal nº 10.192/01.

7.1.2.REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

7.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1.O prazo deste Contrato é de 02 de janeiro de 2015 até 02 de janeiro de 2017, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos de 12 (doze) meses, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses.

8.1.1.Os serviços de locação deverão se iniciar em 02 de janeiro de 2015. Caso não for possível o início nesta data, a CONTRATANTE regulamentará uma nova data, mediante termo aditivo.

8.1.1.Os serviços de instalação dos equipamentos ocorrerá no período de 26 à 30 de janeiro de 2015.

8.1.2.O contrato terá seu vencimento depois de decorrido o prazo do item 8.1 e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

8.1.3.O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

8.2. O presente Contrato poderá ser cancelado pela CONTRATANTE depois de 90 (noventa) dias de sua vigência, considerado

período probatório, mediante comunicação prévia com antecedência de 30 (trinta) dias, sem que este ato possa gerar quaisquer direitos indenizatórios à CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA: DEVERES DA CONTRATADA

9.1. Assegurar a realização dos serviços constantes no objeto, conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

9.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato.

9.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso.

9.4. Emitir relatórios dos serviços prestados, sempre que solicitado, atendendo à demanda num prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

9.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou terceirizados, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa.

9.6. Responsabilizar-se por quaisquer obrigações civis ou trabalhistas, e direito de seus empregados ou terceirizados, em decorrência da execução deste Contrato.

9.7. Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente de trabalho, bem como sobre o respectivo seguro, de que venham a ser vítimas os seus empregados atuantes na execução do objeto do presente Contrato.

9.8. Responsabilizar-se pela execução de todos os serviços referentes ao Contrato, considerando as exigências operacionais, o atendimento à legislação atual e alterações publicadas durante a vigência do Contrato e a manutenção do padrão de atendimento adequado.

9.9. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos.

9.10. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.11. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.12. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 264/2014 - Edital de Pregão nº 100/2014-10430.

9.1.13. Cumprir rigorosamente com todas as obrigações previstas no Anexo VI, do edital mencionado na cláusula primeira.

CLÁUSULA DÉCIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

10.1. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.2. Fiscalizar a prestação dos serviços objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos

mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.3. Recusar o recebimento dos serviços em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: FISCALIZAÇÃO

11.1. O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

11.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

11.2.1. Solicitar à CONTRATADA o afastamento ou a substituição de qualquer de seus empregados ou de prepostos, por ineficiência, incompetência, má conduta ou falta de respeito a seus dirigentes, seus empregados ou terceiros;

11.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

11.2.3. Rejeitar todo e qualquer serviço de má qualidade ou não especificado, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

11.2.4. Impugnar todo e qualquer serviço feito em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

11.2.5. Ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a CONTRATADA e sem que esta tenha direito à indenização, caso, dentro de 48 (quarenta e oito) horas a contar da entrega da notificação correspondente, não seja atendida qualquer reclamação por falha ou incorreção no serviço prestado.

11.3. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo da prestação dos serviços objeto do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES

12.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

12.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

a) - No valor de 0,2% (dois décimos percentual) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado.

b) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por inobservância do item 15.4 do presente contrato.

c) - No valor de 3,0% (três por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências.

e) - No valor de 3,0% (três por cento) do valor do contrato por descumprimento dos Deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Segunda, desde que não previstos em outras cláusulas.

f) - No valor de 4,0% (quatro por cento) do valor do contrato no caso de execução de serviços em desacordo com o projeto sem autorização expressa da CONTRATANTE;

g) - No valor de 5,0% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de recusa do reparo do serviço mal executado apontado pela Fiscalização;

h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

i) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de abandono dos serviços sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE.

j) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

12.1.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "g" e "j".

12.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do contrato;

b) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

c) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

d) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.2.As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa.

12.4.O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1.Constituem motivo para rescisão do contrato:

13.1.1. O não cumprimento, ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

13.1.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

13.1.3. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.4. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

13.1.5. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

13.1.6. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.1.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

13.1.8. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

13.1.9. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

13.1.10. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos serviços já realizados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.1.11. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

13.1.12. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.1.13. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 12.4 do presente contrato.

13.2.Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

13.2.1. Determinado por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos itens 13.1.1 à 13.1.9 e 13.1.11 à 13.1.13.

13.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

13.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

13.3.A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4.Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 13.1.8 à 13.1.11, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

13.5.Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1.O presente contrato poderá ser alterado mediante as seguintes condições:

14.1.1. Unilateralmente pela Administração:

a) - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não haja a desconfiguração do objeto;

b) - quando necessário acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; e,

c) - para a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto.

14.1.2. Por acordo das partes:

a) - quando necessária a modificação do modo de prestação dos serviços, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de prestação do serviço; e,

c) - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS -

15.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

15.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

15.4. É terminante proibida a subcontratação de qualquer etapa e/ou parcela dos serviços objeto deste edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO

16.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial - Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- c) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- d) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal; e,
- i) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: AS PARTES

18.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para

único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, em 02 de janeiro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	COLOR – BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONER LTDA – ME Rafael Busarello Contratada
--	---

GABINETE DO PREFEITO João Vicente Schroeder Chefe de Gabinete	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Márcio Antonio Ferrari Secretário Municipal
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal	SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO Remir José de Faveri Secretário Municipal
SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal
SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Jânio Vilson de Aviz Secretário Municipal	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Lindomar Lindner Secretário Municipal
SECRETÁRIO DE SAÚDE Enílson Erley de Freitas Secretário Municipal	FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Siegrid Wamser Ribeiro Diretora Executiva
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH Ademir Packer Diretor Executivo	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL Nivald Reichel Coordenador de Defesa Civil

PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO

Silmara Fruet
OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

CONTRATO Nº 012/2015

CONTRATO Nº 012/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL E A EMPRESA REPROGRAFIA DAUFENBACH LTDA - EPP, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - GABINETE DO PREFEITO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SECRETARIA DE OBRAS - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO - SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SECRETÁRIO DE SAÚDE - FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE

ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R.1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, REPROGRAFIA DAUFENBACH LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.398.513/0001-53, com sede na Rua Bernardo Dornbusch, nº 589, sala 01, bairro Baependi, na cidade de Jaraguá do Sul - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Almir Daufenbach, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 637.139.509/20 e Cédula de Identidade nº 1.896.738-8, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 264/2014 - Edital de Pregão nº 100/2014-10430, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1.O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6º da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a locação de impressoras multifuncionais, conforme quantitativos e especificações a seguir:

ITEM	EQUIP.	FRAN- QUIA/ CÓPIAS	PRODUTO/ESPECIFICA- ÇÕES	VALOR UNITÁ- RIO EM (R\$)	VALOR TOTAL EM (R\$)
04	03	1.500	Impressora multifuncional, com tecnologia de impressão LED, ou cera, color, Modelo IV.	0,35	525,00
05	09	10.000	Impressora multifuncional, com tecnologia de impressão jato de tinta, Modelo V.	0,49	490,00

3.2.LOCAL DE ENTREGA:

3.2.1.Os equipamentos serão instalados nos locais indicados no Anexo VI, do edital mencionado na cláusula primeira.

3.2.2.Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo ao que ficou paralisado.

CLÁUSULA QUARTA: VALOR DO CONTRATO

4.1.O valor total do presente contrato é de R\$1.015,00(um mil e quinze reais).

4.2.Nos preços unitários, além daqueles já previstos no objeto, estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à

perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infelizmente do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que é necessário para a execução total e completa dos serviços, bem como lucro, conforme projetos e especificações constantes do Edital, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste edital, serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015 e as respectivas para os exercícios seguintes:

- 02.01.004.122.002.2020.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 02.02.002.062.002.2022.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 02.05.014.422.002.2025.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 02.08.004.122.002.2028.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 02.09.022.122.002.2800.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 02.09.022.363.002.2802.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 02.10.023.695.002.2801.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 04.01.004.122.004.2062.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 04.02.004.129.004.2067.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 05.01.012.361.005.2100.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 06.01.020.122.006.2150.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 08.01.015.451.008.2205.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 09.01.015.452.009.2236.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 09.02.015.181.009.2231.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 09.02.015.182.009.2238.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 10.01.017.512.010.2263.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 21.01.006.181.021.2304.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 26.01.006.182.026.2420.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 30.01.010.301.030.2441.339039120000.01710900 - PAB Fixo
- 30.01.010.301.030.2441.339039120000.03710900 - PAB Fixo E.A
- 30.01.010.301.030.2441.339039120000.01711003 - ESF/PMAQ
- 30.01.010.301.030.2441.339039120000.01711701 - MAC União
- 30.01.010.301.030.2441.339039120000.03711701 - MAC União E.A
- 30.01.010.301.030.2441.339039120000.01020000 - Recurso Próprio/Saúde
- 30.01.010.301.030.2453.339039120000.01710900 - PAB Fixo
- 30.01.010.301.030.2453.339039120000.03710900 - PAB Fixo E.A
- 30.01.010.304.030.2449.339039120000.01001500 - Vig. Sanit. Municipal
- 30.01.010.305.030.2450.339039120000.01711600 - VSE

- 30.01.010.303.030.2448.339039120000.01715700 - SAPI
- 30.01.010.303.030.2448.339039120000.03715700 - SAPI E.A.
- 31.01.008.244.031.2517.339039120000.01520024 - PBF/União
- 31.01.008.244.031.2517.339039120000.01535505 - PSB/Estado
- 31.01.008.244.031.2517.339039120000.01520023 - PBV/União III
- 31.01.008.244.031.2513.339039120000.01520010 - IGD/União
- 31.01.008.244.031.2516.339039120000.01520022 - PFMC/União
- 31.01.008.244.031.2503.339039120000.01520012 - Alta Complexidade - Estado
- 31.01.008.244.031.2505.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 40.01.027.812.040.2600.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 41.01.013.391.041.2656.339039120000.01000000 - Recurso Próprio

CLÁUSULA SEXTA: DO PAGAMENTO

6.1.Os pagamentos serão mensais. A cada 30 (trinta) dias, a CONTRATANTE realizará a medição dos serviços efetivamente realizados no período, atestando a execução dos mesmos. Findo o período, a medição será realizada no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos.

6.1.1.A CONTRATADA apresentará até o 2º (segundo) dia corrido da aprovação da medição, que será mensal, nota fiscal fatura correspondente aos valores dos serviços executados a preços unitários e subtotais do contrato.

6.1.2.Estes pagamentos decorrentes dos serviços realmente executadas serão efetuados no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data de apresentação da fatura, desde que compatível com a medição realizada pela CONTRATANTE.

6.2.Para recebimento dos pagamentos a contratada terá que apresentar junto com a nota fiscal, cópia da guia de pagamento do FGTS relativa aos funcionários que atuaram na execução do objeto do contrato.

6.3. Dos pagamentos realizados, serão retidos na fonte o INSS, o IR (Imposto de Renda), e o ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza).

6.4. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

6.6. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue:

Banco Caixa Econômica Federal
Agência 1074
Conta 641-7

CLÁUSULA SÉTIMA: REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1.A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado

mediante os seguintes critérios:

7.1.1.REAJUSTE DE PREÇOS:

7.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato serão reajustados pelo IGP-DI - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas, após 12 meses da data de realização do orçamento básico do edital que originou o presente contrato, de acordo com o art. 3º, § 1º da Lei Federal nº 10.192/01.

7.1.2.REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

7.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1.O prazo deste Contrato é de 02 de janeiro de 2015 até 02 de janeiro de 2017, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos de 12 (doze) meses, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses.

8.1.1.Os serviços de locação deverão se iniciar em 02 de janeiro de 2015. Caso não for possível o início nesta data, a CONTRATANTE regulamentará uma nova data, mediante termo aditivo.

8.1.1.Os serviços de instalação dos equipamentos ocorrerá no período de 26 à 30 de janeiro de 2015.

8.1.2.O contrato terá seu vencimento depois de decorrido o prazo do item 8.1 e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

8.1.3.O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

8.2. O presente Contrato poderá ser cancelado pela CONTRATANTE depois de 90 (noventa) dias de sua vigência, considerado período probatório, mediante comunicação prévia com antecedência de 30 (trinta) dias, sem que este ato possa gerar quaisquer direitos indenizatórios à CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA: DEVERES DA CONTRATADA

9.1.Assegurar a realização dos serviços constantes no objeto, conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

9.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato.

9.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso.

9.4. Emitir relatórios dos serviços prestados, sempre que solicitado, atendendo à demanda num prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

9.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou terceirizados, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa.

9.6. Responsabilizar-se por quaisquer obrigações civis ou trabalhistas, e direito de seus empregados ou terceirizados, em decorrência da execução deste Contrato.

9.7. Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente de trabalho, bem como sobre o respectivo seguro, de que venham a ser vítimas os seus empregados atuantes na execução do objeto do presente Contrato.

9.8. Responsabilizar-se pela execução de todos os serviços referentes ao Contrato, considerando as exigências operacionais, o atendimento à legislação atual e alterações publicadas durante a vigência do Contrato e a manutenção do padrão de atendimento adequado.

9.9. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos.

9.10. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.11. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.12. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 264/2014 - Edital de Pregão nº 100/2014-10430.

9.1.13. Cumprir rigorosamente com todas as obrigações previstas no Anexo VI, do edital mencionado na cláusula primeira.

CLÁUSULA DÉCIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

10.1. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.2. Fiscalizar a prestação dos serviços objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.3. Recusar o recebimento dos serviços em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: FISCALIZAÇÃO

11.1. O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

11.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

11.2.1. Solicitar à CONTRATADA o afastamento ou a substituição de qualquer de seus empregados ou de prepostos, por ineficiência, incompetência, má conduta ou falta de respeito a seus dirigentes, seus empregados ou terceiros;

11.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

11.2.3. Rejeitar todo e qualquer serviço de má qualidade ou não especificado, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

11.2.4. Impugnar todo e qualquer serviço feito em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

11.2.5. Ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a CONTRATADA e sem que esta tenha direito à indenização, caso, dentro de 48 (quarenta e oito) horas a contar da entrega da notificação correspondente, não seja atendida qualquer reclamação por falha ou incorreção no serviço prestado.

11.3. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo da prestação dos serviços objeto do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES

12.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

12.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

a) - No valor de 0,2% (dois décimos percentual) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado.

b) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por inobservância do item 15.4 do presente contrato.

c) - No valor de 3,0% (três por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências.

e) - No valor de 3,0% (três por cento) do valor do contrato por descumprimento dos Deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Segunda, desde que não previstos em outras cláusulas.

f) - No valor de 4,0% (quatro por cento) do valor do contrato no caso de execução de serviços em desacordo com o projeto sem autorização expressa da CONTRATANTE;

g) - No valor de 5,0% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de recusa do reparo do serviço mal executado apontado pela Fiscalização;

h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

i) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de abandono dos serviços sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE.

j) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

12.1.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "g" à "j".

12.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do contrato;

b) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

c) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

d) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.2.As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa.

12.4.O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1.Constituem motivo para rescisão do contrato:

13.1.1. O não cumprimento, ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

13.1.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

13.1.3. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.4. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

13.1.5. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

13.1.6. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.1.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

13.1.8. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

13.1.9. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

13.1.10. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos serviços já realizados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.1.11. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior,

regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

13.1.12. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.1.13. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 12.4 do presente contrato.

13.2.Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

13.2.1. Determinado por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos itens 13.1.1 à 13.1.9 e 13.1.11 à 13.1.13.

13.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

13.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

13.3.A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4.Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 13.1.8 à 13.1.11, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

13.5.Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1.O presente contrato poderá ser alterado mediante as seguintes condições:

14.1.1. Unilateralmente pela Administração:

a) - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não haja a desconfiguração do objeto;

b) - quando necessário acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; e,

c) - para a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto.

14.1.2. Por acordo das partes:

a) - quando necessária a modificação do modo de prestação dos serviços, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de prestação do serviço; e,

c) - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS -

15.1.Todos os prazos previstos no presente contrato são contados

como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

15.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

15.4. É terminante proibida a subcontratação de qualquer etapa e/ou parcela dos serviços objeto deste edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO

16.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial - Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- c) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- d) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal; e,
- i) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: AS PARTES

18.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, em 02 de janeiro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	COLOR – BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONER LTDA – ME Rafael Busarello Contratada
--	---

GABINETE DO PREFEITO João Vicente Schroeder Chefe de Gabinete	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Márcio Antonio Ferrari Secretário Municipal
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal	SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO Remir José de Faveri Secretário Municipal

SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal
SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Jânio Vilson de Aviz Secretário Municipal	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Lindomar Lindner Secretário Municipal
SECRETÁRIO DE SAÚDE Enílson Erley de Freitas Secretário Municipal	FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Siegrid Wamser Ribeiro Diretora Executiva
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH Ademir Packer Diretor Executivo	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL Nivald Reichel Coordenador de Defesa Civil

PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO

Silmara Fruet
OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

DECRETO Nº 1342/15

. DECRETO Nº 1342/15

. De 26 de março de 2015

DISPÕE SOBRE O REGISTRO E CONTROLE DA FREQUÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INDAIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos VIII e XII da Lei Orgânica do Município, o disposto no inciso XIII, do artigo 7º, da Constituição Federal e a Lei Complementar 105/10, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e considerando a necessidade de regulamentar a jornada de trabalho dos servidores, no que refere-se ao registro do ponto, horas-extras, banco de horas, visando a aplicação da legislação vigente,

DECRETA:
CAPÍTULO I
DO REGISTRO E CONTROLE DA FREQUÊNCIA

Art. 1º. O registro de frequência para controle da jornada de trabalho é medida obrigatória para todos os servidores, inclusive ocupantes de cargos comissionados, lotados nos órgãos da administração direta e indireta, fundações e autarquias, como meio de aferir o comparecimento ao trabalho, de acordo com o disposto no §3º do artigo 32 da Lei Complementar nº 105/2010.

§1º Até a implantação total do sistema eletrônico do controle de frequência nos locais de trabalho (biometria ou via web) o registro será através de cartão ponto, sendo que a folha individual de frequência será admitida apenas nos locais onde não dispuser de relógio ponto, desde que devidamente homologados diariamente pela chefia imediata e encaminhado ao Departamento de RH ao

dia subsequente do registro.

§2º Nas Unidades Administrativas onde houver relógio eletrônico ou mecânico funcionando de forma adequada, fica vedada a utilização de folha ponto.

§3º O registro de frequência é exclusivo para cada servidor, sendo expressamente proibido que um servidor registre a frequência de outro, pois tal procedimento constitui falta grave e estarão passíveis, ambos os servidores, quem autorizou e quem registrou, de sofrerem as penalidades previstas em Lei.

§4º Somente estão dispensados do registro de frequência os Secretários Municipais (CC1), Diretores Municipais (CC2), Assessores Técnicos (CC-6), Procurador Geral do Município (CC1), Chefe de Gabinete (CC1) e Diretores da Fundação Indaialense de Cultura e Fundação Municipal de Esportes.

§5º O servidor que, excepcionalmente, estiver em cumprimento de missão fora de seu local de trabalho e que, comprovadamente, não puder efetuar a marcação do ponto, terá essa marcação abonada pelo Secretário Municipal ou correlato do órgão a que se vincular, mediante solicitação/comunicação instruída com a prova do ocorrido e com a justificativa do Chefe Imediato, de acordo com o Anexo III deste Decreto

§6º Poderá ser autorizada a isenção na marcação de ponto no intervalo de descanso de intrajornada, dada a natureza do serviço, devidamente justificada pela unidade de controle de frequência e comunicada ao Departamento de Recursos Humanos.

Art. 2º. A frequência será apurada do primeiro ao último dia do mês e as variações em relação às horas extras, faltas, atrasos e adicionais previstos em lei serão pagos ou descontados no mês subsequente.

Parágrafo Único - Para fins de comprovação de presença o servidor deverá guardar o comprovante, ao menos até a assinatura do espelho da folha ponto referente ao período, sendo que a administração pública não se responsabilizará por nenhum comprovante deixado para trás ou descartado pelo servidor e não emitirá segunda via.

Art. 3º. É expressamente vedado abonar faltas injustificadas ao trabalho.

Art. 4º. Define-se como "HORAS FALTAS" a ausência injustificada do servidor ao trabalho, durante sua jornada diária integral, considerando a semana de segunda a domingo sendo descontado na proporção:

I - um dia de falta: a remuneração do dia que tiver faltado;

II - dois ou mais dias de falta: a remuneração dos dias que tiver faltado e as dos descansos semanais remunerados, referente à semana que ocorreu a falta.

Art. 5º. Define-se como "HORAS ATRASO" a ausência parcial na jornada diária do servidor, sendo:

I - na entrada, após o horário definido para início do expediente normal de trabalho ou retorno do intervalo;

II - na saída, antes do horário definido para término do expediente normal de trabalho ou do intervalo.

Art. 6º. Define-se como "FALTA DE MARCAÇÃO" a falta do registro no controle de ponto/frequência (biometria, cartão ponto ou folha individual de frequência) na entrada ou saída do expediente e/ou

nos intervalos de descanso.

Parágrafo Único. Para efeito do desconto da falta de marcação será observado:

I - para jornadas diárias que exijam o registro de entrada e saída, inclusive para descanso intrajornada, considerando quatro marcações diárias, a cada falta de marcação será descontado 25% da jornada diária; e

II - para jornadas diárias que exijam o registro apenas de entrada e saída, considerando duas marcações diárias, a cada falta de marcação será descontado 50% da jornada diária.

Art. 7º. Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes a 05 (cinco) minutos antes e após o horário normal de expediente, observado o limite máximo de 15 (quinze) minutos diários.

Parágrafo Único - Não serão aceitas justificativas cujo motivo seja o esquecimento de registrar o Ponto.

CAPÍTULO II DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS

Art. 8º. Devidamente justificado, será permitido serviço em hora extraordinária de trabalho para atender situações excepcionais e temporárias, por interesse da administração e do serviço público, mediante prévia autorização da autoridade competente, conforme Anexo I deste Decreto, onde deverá conter os seguintes requisitos:

I - Caracterização da excepcionalidade;

II - Descrição dos serviços a serem executados;

III - Demonstração da impossibilidade ou inconveniência de os serviços descritos serem prestados ao longo da jornada ordinária dos servidores;

IV - Fixação de prazo para início e término dos servidores;

V - Identificação dos servidores a serem habilitados à realização dos serviços extraordinários.

§1º Somente serão computadas como horas extraordinárias, com direito a compensação ou pagamento, aquelas previamente autorizadas e registradas em sistema eletrônico, cartão ponto, e/ou registro manual da folha individual de frequência, devidamente vistas pelo Secretário ou responsável da pasta de lotação do servidor, observada a jornada semanal do cargo.

§2º As horas extraordinárias, quando autorizadas, ficam limitadas a 80 (oitenta) horas mensais, conforme previsto na Lei Complementar nº 105/2010.

§3º As horas extraordinárias, devidamente justificadas e autorizadas, serão compensadas ou remuneradas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal de trabalho nos dias úteis e de 100% (cem por cento), aos sábados, domingos e feriados.

§4º As horas extraordinárias para pagamento em pecúnia, deverão ser autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo, podendo delegar tal atribuição ao Secretário de Administração e Finanças ou Responsável pelo Departamento de RH, nos moldes do Anexo IV do presente Decreto.

§5º É vedado o pagamento de horas extras aos ocupantes Cargos Comissionados, cujo excesso de jornada deverá ser objeto de Banco de Horas para compensação de acordo com o presente Decreto, desde que devidamente registrada por meio do controle

de ponto.

CAPÍTULO III DO BANCO DE HORAS PARA COMPENSAÇÃO

Art. 9º. Poderá ser compensada a hora de trabalho realizada sob o regime extraordinário, por meio de crédito em banco de horas, quando houver convocação de servidor público municipal para prestação de serviço em regime extraordinário de trabalho nos órgãos e entidades da administração direta e indireta, autárquica e fundacional do Município.

Parágrafo Único - Considera-se serviço extraordinário de trabalho, para efeito deste Decreto, aquele prestado em período que exceda a carga horária de trabalho definida em lei para o cargo.

Art. 10. As horas extraordinárias registradas em banco de horas deverão ser compensadas no prazo máximo de 06 (seis) meses a contar da realização, preferencialmente dentro do mesmo exercício financeiro.

§1º As horas folgas serão concedidas mediante solicitação prévia e escrita, nos moldes do Anexo II deste Decreto, após autorização expressa da chefia imediata, com a devida e prévia comunicação ao Departamento de Recursos Humanos para registro e controle, a fim de evitar prejuízo ao desenvolvimento dos trabalhos.

§2º O banco de horas será gerenciado pelo Departamento de Recursos Humanos e pelas unidades equivalentes nos órgãos e entidades da administração municipal indireta, que manterá quadro atualizado com as horas extraordinárias realizadas, as horas compensadas e o saldo de horas a compensar por servidor, observado o registro do ponto.

§3º O número de horas e o período em que ocorrerá a compensação serão registrados em formulário próprio, elaborado pelo Município, que, depois de assinado pelo servidor e pela chefia imediata, deverá ser encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos.

Art. 11. A conversão das horas a serem compensadas obedecerá os seguintes critérios:

- a) uma hora de serviço extraordinário por uma hora a ser compensada, quando realizada durante os dias úteis de trabalho;
- b) uma hora de serviço extraordinário por uma hora e meia a ser compensada, quando realizada durante o horário considerado no turno de dias úteis e/ou aos sábados;
- c) uma hora de serviço extraordinário por duas a serem compensadas, quando realizada em domingos ou nos feriados.

Art. 12. É vedado faltar ao trabalho, sem prévia comunicação e autorização, para posterior compensação das faltas no banco de horas.

Art. 13. Somente serão computadas para efeito de crédito em banco de horas, as horas trabalhadas em caráter extraordinário, devidamente registradas no ponto, a partir de abril de 2015.

Art. 14. Em caso de exoneração e/ou rescisão do contrato de trabalho as horas constantes do banco de horas serão convertidas em pecúnia.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. O registro do ponto, conforme regulamentado pelo presente Decreto, serão utilizados para a concessão dos benefícios previstos em Lei e relacionados ao efetivo trabalho dos servidores, como o Vale Alimentação e o Prêmio Assiduidade.

Art. 16. Aos servidores escalados para exercer horas de sobreaviso e horas de plantão, regulado por lei própria, não terão direito ao recebimento de horas extraordinárias ou compensação de horas, referentes ao período previsto nas respectivas escalas.

Art. 17. O descumprimento ou a inobservância das normas deste Decreto sujeitará o servidor e a chefia imediata a processo administrativo disciplinar.

Art. 18. Fica estipulado o prazo de 30(trinta) dias, impreritavelmente, a contar da publicação deste Decreto, para as adaptações e organização dos departamentos para o cumprimento do disposto no presente instrumento legal.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de abril de 2015.

Município de Indaial, em 26 de março de 2015
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 26 de março de 2015)

MÁRCIO ANTÔNIO FERRARIJOÃO VICENTE SCHROEDER
Secretário de Administração e Finanças - Chefe de Gabinete

ANEXO I AUTORIZAÇÃO PARA HORAS EXTRAS (Art. 12 do Decreto)

DA SECRETARIA _____

AO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Informamos que o(a) servidor(a) _____

lotado(a) _____,

_____ está autorizado a realizar até _____ (_____) horas extraordinárias no período de _____ / _____ / _____ a _____ / _____ / _____, em razão da necessidade abaixo descrita: _____

Obs.: Caracterizar a excepcionalidade e demonstrar a impossibilidade ou inconveniência de os serviços descritos serem prestados ao longo da jornada ordinária do servidor.

As horas aqui autorizadas serão computadas no Banco de Horas e poderão ser convertidas em pecúnia, a critério da Administração.

Indaial, em _____ / _____ / _____ .

Chefe Imediato

Secretário

Servidor

Ciente:

Departamento de RH

ANEXO II NOTIFICAÇÃO DE FOLGAS (art. 13 - §2º - Decreto)

DA SECRETARIA _____

AO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Informamos que o(a) servidor(a) _____
_____,lotado (a) _____
_____ tem direito a _____ (_____) dia(s)
de folga, que deverá(ao) ser usufruído(s):

() Em período a ser marcado.

() No período de ____/____/____ a ____/____/____

Obs.: As referidas folgas foram adquiridas em consequência de:

Indaial, em ____/____/____ .

Chefe Imediato

Secretário

Servidor

Ciente:

Departamento de RH

ANEXO III
COMUNICADO DE ALTERAÇÃO DE PONTO
(§5º - Art. 1º - Decreto)

DA SECRETARIA _____

AO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Informamos que o(a) servidor(a) _____
_____,lotado(a) _____
_____ não teve o ponto registrado nos períodos abaixo, em razão de
_____Desta forma, para fins de correção no ponto do servidor, ficam
registrados os seguintes horários:DataHoras - Entrada/Descanso/Saída
____/____/____ das ____:____ as ____:____ e das ____:____ as ____:____.

Indaial, em ____/____/____ .

Chefe Imediato

Secretário

Servidor

Ciente:

Departamento de RH

ANEXO IV
AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO HORAS-EXTRAS

DA SECRETARIA _____

AO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Solicitamos o pagamento de ____ (_____) horas-extras
ao(a) servidor(a) _____

_____, lotado(a) _____

_____, conforme banco de horas do período de ____ até ____.
Indaial, em ____/____/____ .

Chefe Imediato

Servidor

DEFERIDO ()***

INDEFERIDO ()

*** A serem pagas no mês de ____/201__.

Secretário

Ciente:

Departamento de RH

DECRETO Nº 1344/15

. DECRETO Nº 1344/15

. De 26 de março de 2015

Concede gratificação/

Rodrigo Gonzaga

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no
uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos
I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base no Anexo
II da Lei Complementar 83 de 22 de dezembro de 2008,**DECRETA:**Art. 1º - Fica concedida gratificação da ordem de 30% (trinta por
cento) sobre os vencimentos do servidor RODRIGO GONZAGA,
ocupante do cargo de Técnico em Informática, do quadro de pes-
soal desta Prefeitura, que além das atribuições do cargo ficara
responsável pela assistência técnica do Polo da UAB Indaial.Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,
com efeitos a partir de 1º de abril de 2015.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 26 de março de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Portaria em 26 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1345/15

. DECRETO Nº 1345/15

. De 26 de março de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no MUNICIPIO DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, nos uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5115/14,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 89.816,54 (oitenta e nove mil e oitocentos e dezesseis reais e cinquenta e quatro centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0361.0005.1109.3449000000000000	01325409	44.908,27
05.001.0012.0361.0005.1104.3449000000000000	01325409	44.908,27

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de provável Excesso de Arrecadação a ser apurado no Exercício Financeiro de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 26 de março de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 26 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1346/15

. DECRETO Nº 1346/15

. De 27 de março de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no F.MUN.INF.E ADOLES.DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.115, de 19 de dezembro de 2014,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do F.MUN.INF.E ADOLES.DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
32	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
32.001	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
32.001.0014	DIREITOS DA CIDADANIA

32.001.0014.0243	ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE
32.001.0014.0243.0032	AÇÕES QUE VISAM A GARANTIA DOS DIREITOS
32.001.0014.0243.0032.2550	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03000000	Recursos Ordinários - E.A.
	Valor: (15.000,00)

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 27 de março de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 27 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2014

MUNICIPIO DE INDAIAL

Licitação nº 053/2015.

Pregão Presencial nº 023/2015-10430

Objeto: Contratação dos serviços de impressão dos carnês de IPTU.

Entrega dos envelopes: 10/04/2015 as 09:15h.

Abertura das propostas: 10/04/2015 as 09:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

RESCISÃO AO CONTRATO Nº 022/2010

RESCISÃO AO CONTRATO Nº 022/2010

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - ASSESSORIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SECRETARIA DE OBRAS - SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, BACK SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 85.787.737/0001-59, com sede na rua General Osório, nº 220, bairro Jardim América, na cidade de Rio do Sul - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Ênio José Back, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no CPF sob nº 379.357.809/78 e Cédula de Identidade nº 1/R-865.790, residente e domiciliado na Rua José Francisco Dias Areias, nº 02 esquina com a rua Cleide Bernard, bairro Trindade, cidade de

Florianópolis - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração da presente Rescisão de Contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. Considerando a Comunicação Interna nº 142/2015 do Gestor de Contratos/Diretor de Administração, bem como o pedido da Contratada (anexos), o contrato firmado entre as partes fica rescindido a partir de 14 de março de 2015, como causa superveniente de rescisão bilateral, de acordo com o artigo 79, inciso II da Lei nº 8.666/93.

E, por estarem justos e acordados assinam o presente Termo de Rescisão em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins.

Indaial/SC, em 14 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	BACK SERVIÇOS VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA Ênio José Back Contratada
ASSESSORIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO Marcelo Lanznaster	SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal
SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Jânio Vilson de Aviz Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

RESCISÃO AO CONTRATO Nº 250/2014

RESCISÃO AO CONTRATO Nº 250/2014

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - GABINETE DO PREFEITO - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina,, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e SOFTPLAN PLANEJAMENTO E SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 82.845.322/0001-04, estabelecida à Rod. SC 401, km 01 nº 10 - Bairro João Paulo, no município de Florianópolis - Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo Sr. Ilson Aparecido Stabile, brasileiro, separado judicialmente, analista de sistemas, inscrito no CPF sob nº 433.346.799-34, e RG nº 6.071.102-SSP/SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a Rescisão Contratual mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. O contrato firmado entre as partes fica rescindido a partir do dia 27 de março de 2015, de acordo com o artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93, dando - se geral e total quitação do mesmo.

E, por estarem justos e acordados assinam o presente Termo de Rescisão em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins.

Indaial/SC, em 27 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	SOFTPLAN PLANEJAMENTO E SISTEMAS LTDA Ilson Aparecido Stabile Contratada
GABINETE DO PREFEITO João Vicente Schroeder Chefe de Gabinete	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

TERMO ADITIVO 002 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 260/2014

EDITAL DE PREGÃO Nº 096/2014-10430

TERMO ADITIVO 002 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS - OGRP; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo Licitatório nº 260/2014 - Edital de Pregão nº 096/2014-10430, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

1.1.POSTO ALEXANDRE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 95.801.668/0001-44, estabelecida à Av. Manoel Simão, nº 863 - Bairro das Nações, no município de Indaial - Estado de Santa Catarina.

2.DO OBJETO:

2.1. Constitui-se como objeto da presente Ata, o registro de preços para a aquisição de Combustíveis Gasolina Aditivada, Etanol Comum e Diesel S10, conforme as especificações constantes no Anexo VI - Termo de Referência do Objeto, do Edital de Pregão no

096/2014-10430.

2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou recondicionados.

3. VALORES REGISTRADOS:

3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

3.1.1. Empresa POSTO ALEXANDRE LTDA:

Lote 01 - Item 01 - valor unitário de R\$ 3,19 (três reais e dezenove centavos);

Lote 01 - Item 02 - valor unitário de R\$ 2,63 (dois reais e sessenta e três centavos);

Lote 02 - Item 03 - valor unitário de R\$ 2,77 (dois reais e setenta e sete centavos);

4.0. AS PARTES:

4.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 05 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Prefeito Municipal	POSTO ALEXANDRE LTDA Ari Ferrari Sócio Administrador

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO 003 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 260/2014

EDITAL DE PREGÃO Nº 096/2014-10430

TERMO ADITIVO 003 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS - OGRP; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93

e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo Licitatório nº 260/2014 - Edital de Pregão nº 096/2014-10430, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

1.1. POSTO ALEXANDRE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 95.801.668/0001-44, estabelecida à Av. Manoel Simão, nº 863 - Bairro das Nações, no município de Indaial - Estado de Santa Catarina.

2. DO OBJETO:

2.1. Constitui-se como objeto da presente Ata, o registro de preços para a aquisição de Combustíveis Gasolina Aditivada, Etanol Comum e Diesel S10, conforme as especificações constantes no Anexo VI - Termo de Referência do Objeto, do Edital de Pregão nº 096/2014-10430.

2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou recondicionados.

3. VALORES REGISTRADOS:

3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

3.1.1. Empresa POSTO ALEXANDRE LTDA:

Lote 01 - Item 01 - valor unitário de R\$ 3,199 (três reais, cento e noventa e nove milésimos de centavo);

Lote 01 - Item 02 - valor unitário de R\$ 2,63 (dois reais e sessenta e três centavos);

Lote 02 - Item 03 - valor unitário de R\$ 2,77 (dois reais e setenta e sete centavos);

4.0. AS PARTES:

4.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 06 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Prefeito Municipal	POSTO ALEXANDRE LTDA Ari Ferrari Sócio Administrador

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 001 DO CONTRATO Nº 269/2014
TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 269/2014

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado na Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 15.552.935/0001-05, representado pelo Sr. Lindomar Lindner, Secretário da Assistência Social, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e o INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 33.645.482/0001-96, com sede no Largo IBAM, nº1, bairro Botafogo, na cidade do Rio Janeiro - Estado do Rio de Janeiro, neste ato representado por seu representante legal Sr. Paulo Timm, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob nº 457.512.429-04, RG sob nº 2/R 849.400, residente à Rua Negreiros Lobatto, nº 30, apto 104 - Bairro Lagoa, na cidade do Rio de Janeiro - Estado de Rio de Janeiro, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tendo em vista a homologação do resultado do Processo Licitatório nº 245/2014, Termo de Dispensa nº 002/2014 - 18201, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei nº 8.666 de 21/06/93, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, o presente Termo Aditivo visa: 1) A inclusão, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 15.552.935/0001-05, situado à Rua Leoberto Leal, nº 191, Bairro Tapajós, Indaial/SC - CEP: 89.130-000; 2) À alteração do endereço da Contratada, qual seja, Rua Buenos Aires, nº 19, Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20.070-021; 3) À alteração da cláusula quinta, item 5.1., do contrato original que tem como objeto a contratação de empresa para a realização da elaboração, aplicação e julgamento de processo seletivo simplificado para a seleção de profissionais na área de Educador de Abrigo, com os critérios constantes na proposta de preços e plano de trabalho da CONTRATADA, com previsão de 200 (duzentos) candidatos, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS

5.1. O prazo será de 09 de fevereiro de 2015 a 10 de abril de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial (SC), 09 de fevereiro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM Paulo Timm Contratada
--	--

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Lindomar Lindner Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC 13.215
--	--

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

Iomerê

PREFEITURA

ATA DE R. DE PREÇOS Nº 10/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0010/2015

Aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI, no uso de suas atribuições, resolve Registrar os Preços da empresa: MIL PLANTAS INDÚSTRICA E COMÉRCIO LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Brasil, nº 07 Centro na cidade de Videira-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 08.987.698/0001-92, neste ato representado pelo Sr. Amarildo Viecele, doravante denominado FORNECEDOR, para eventual fornecimento do serviço descrito abaixo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 850 de 02 de janeiro de 2009 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata, decorrentes do Pregão Presencial nº 0016/2015, Registro de Preços nº 0007/2015. Integram a presente ata, independente de suas transcrição, os termos e especificações constantes do Processo Administrativo Licitatório nº 0016/2015.

O prazo de vigência do registro de preços será de 12(doze) meses, contados da assinatura desta ata.

Os preços registrados são os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR REGISTRADO R\$
01	Amor perfeito gigante	Un	0,65
02	Boca de leão	Un	0,63
03	Petúnia	Un	0,64
04	Calendula	Un	0,63
05	Cravina	Un	0,64
06	Alisson	Un	0,64
07	Funcionaria	Un	0,66
08	Tagete	Un	0,64
10	Celozia	Un	0,67
11	Sálvia vermelha	Un	0,67
12	Sálvia azul	Un	0,67
13	Vinca colorida	Un	0,68
14	Tagetão	Un	0,67

Iomerê, 23 de março de 2015.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

JOSNEI BAVARESCO
PREGOEIRO

MIL PLANTAS INDÚSTRICA E COMÉRCIO LTDA - ME
AMARILDO VIECELE

ATA DE R. DE PREÇOS Nº 11/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0011/2015

Aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI, no uso de suas atribuições, resolve Registrar os Preços da empresa: SAVIAN ADMINISTRADORA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Lauro Muller, nº 205 Centro na cidade de Videira-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 80.934.912/0001-70, neste ato representado pelo Sr. Messias Savian Sobrinho, doravante denominado FORNECEDOR, para eventual fornecimento do serviço descrito abaixo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 850 de 02 de janeiro de 2009 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata, decorrentes do Pregão Presencial nº 0016/2015, Registro de Preços nº 0007/2015. Integram a presente ata, independente de suas transcrição, os termos e especificações constantes do Processo Administrativo Licitatório nº 0016/2015.

O prazo de vigência do registro de preços será de 12(doze) meses, contados da assinatura desta ata.

Os preços registrados são os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR REGISTRADO R\$
09	Onze horas	Un	0,65

Iomerê, 23 de março de 2015.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

JOSNEI BAVARESCO
PREGOEIRO

SAVIAN ADMINISTRADORA LTDA EPP
MESSIAS SAVIAN SOBRINHO

CONTRATO CTACT15/013

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO CTACT15/13

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João Rech, 500, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado pelo prefeito municipal, LUCIANO PAGANINI, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado, ALESSANDRA FERREIRA DOS SANTOS, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 063.748.449-55 RG 5.232.498, residente na Rod. SC 355, Centro - Iomere-SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas e princípios aplicáveis de direito comum e de direito administrativo pertinentes, especialmente pela Lei nº 0061, de 17 de setembro de 1997.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Faxineiro, comprometendo-se a CONTRATADA a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à sua função, segundo as necessidades da CONTRATANTE. Parágrafo Único: Parágrafo Único: a presente contratação é feita

em caráter temporário e emergencial, sem processo seletivo, ante a ausência de aprovados em processos seletivos realizados para suprir a necessidade temporária destes serviços

CLÁUSULA SEGUNDA - DA LOTAÇÃO

2.1 - A CONTRATADA prestará seus serviços junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO HORÁRIO DE TRABALHO

3.1 - A carga horária da CONTRATADA será de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda a sextas feiras.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelos serviços desempenhados, o valor previsto na Lei nº 320/05, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Município de Iomerê, equivalente a 1,80 salários mínimos municipais.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato passa a vigorar a partir de sua assinatura, iniciando-se em 02 de março de 2015 e tendo seu término previsto para 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado ou podendo ser rescindido em virtude da nomeação de servidor aprovado em concurso público para a mesma função, sem direito a qualquer indenização pelo período restante de vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1 - Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se a CONTRATADA não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização a CONTRATADA pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na cláusula quinta.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VÍNCULO

7.1 - Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pela CONTRATADA, não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato.

Assim ajustadas e contratadas, firmam o presente instrumento, com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma.

Iomerê, 02 de março de 2015.

LUCIANO PAGANINI ALESSANDRA FERREIRA DOS SANTOS
CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

Paula Pasqual
Assessor Jurídico
OAB/ -SC 16164

CONTRATO CTACT15/014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO CTACT15/14

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João Rech, 500, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado pelo prefeito municipal, LUCIANO PAGANINI, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado, JULIANA SCUR BELLEBONI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 693.590.409-91 RG 2.111.386, residente a Av. Pedro Penso, Centro - Iomere-SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas e princípios aplicáveis de direito comum e de direito administrativo pertinentes, especialmente pela Lei nº 0061, de 17 de setembro de 1997.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Faxineiro, comprometendo-se a CONTRATADA a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à sua função, segundo as necessidades da CONTRATANTE. Parágrafo Único: Parágrafo Único: a presente contratação é feita em caráter temporário e emergencial, sem processo seletivo, ante a ausência de aprovados em processos seletivos realizados para suprir a necessidade temporária destes serviços

CLÁUSULA SEGUNDA - DA LOTAÇÃO

2.1 - A CONTRATADA prestará seus serviços junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO HORÁRIO DE TRABALHO

3.1 - A carga horária da CONTRATADA será de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda a sextas feiras.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelos serviços desempenhados, o valor previsto na Lei nº 320/05, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Município de Iomerê, equivalente a 1,80 salários mínimos municipais.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato passa a vigorar a partir de sua assinatura, iniciando-se em 02 de março de 2015 e tendo seu término previsto para 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado ou podendo ser rescindido em virtude da nomeação de servidor aprovado em concurso público para a mesma função, sem direito a qualquer indenização pelo período restante de vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1 - Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se a CONTRATADA não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização a CONTRATADA pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na cláusula quinta.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VÍNCULO

7.1 - Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pela CONTRATADA, não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato.

Assim ajustadas e contratadas, firmam o presente instrumento, com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma.

Iomerê, 02 de março de 2015.

LUCIANO PAGANINI
CONTRATANTE

JULIANA SCUR BELLEBONI
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Paula Pasqual
Assessor Jurídico
OAB/ -SC 16164

CONTRATO CTACT15/015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO CTACT15/15

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João Rech, 500, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado pelo prefeito municipal, LUCIANO PAGANINI, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado, MARCOS ANTONIO RIBEIRO DE LIMA, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 893.426.29-72 RG 3.320.072, residente a Rua São Luiz, Centro - Iomere-SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas e princípios aplicáveis de direito comum e de direito administrativo pertinentes, especialmente pela Lei nº 0061, de 17 de setembro de 1997.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Agente de Serviços Gerais, comprometendo-se o CONTRATADO a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à sua função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA LOTAÇÃO

2.1 - O CONTRATADO prestará seus serviços junto à Secretaria Municipal de Agricultura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO HORÁRIO DE TRABALHO

3.1 - A carga horária do CONTRATADO será de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda a sextas feiras.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, pelos serviços desempenhados, o valor previsto na Lei nº 320/05, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Município de Iomerê, equivalente a 1,80 salários mínimos municipais.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato passa a vigorar a partir de sua assinatura, iniciando-se em 03 de março de 2015 e tendo seu término previsto para 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado ou podendo ser rescindido em virtude da nomeação de servidor aprovado em concurso público para a mesma função, sem direito a qualquer indenização pelo período restante de vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1 - Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se a CONTRATADA não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização a CONTRATADA pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na cláusula quinta.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VÍNCULO

7.1 - Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo CONTRATADO, não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato.

Assim ajustadas e contratadas, firmam o presente instrumento, com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma.

Iomerê, 03 de março de 2015.

LUCIANO PAGANINI
CONTRATANTE

Marcos Ant. Ribeiro de Lima
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Paula Pasqual
Assessor Jurídico
OAB/ -SC 16164

CONTRATO CTACT15/016

gCONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO CTACT15/16

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João Rech, 500, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado pelo prefeito municipal, Luciano Paganini, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado, MARCIO OSS, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 008.261.259-56 e RG 4.508.116, residente a Rua Luiz Nora Centro - Iomerê - SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas e princípios aplicáveis de direito comum e de direito administrativo pertinentes, especialmente pela Lei nº. 0373/06, de 22 de junho de 2006, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Motorista Socorrista, no âmbito do SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, unidade básica, instalada no Município de Iomerê, comprometendo-se o CONTRATADO a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à sua função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA LOTAÇÃO

2.1 - A CONTRATADA prestará seus serviços junto à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO HORÁRIO DE TRABALHO

3.1 - A carga horária da CONTRATADA será de 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, com 72 (setenta e duas) horas de descanso remunerado, devendo ser observada a escala de plantão a ser definida pela Secretaria de Saúde do Município de Iomerê.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, pelos serviços desempenhados, o valor previsto na Lei nº 373/2006 do Município de Iomerê, equivalente a 2,40 (dois vírgula quarenta) salários mínimos municipal.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato passa a vigorar a partir de sua assinatura, iniciando-se em 12 de março de 2015 e tendo seu término previsto para 31 de dezembro de 2015 podendo ser prorrogado.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUTAL

6.1 - O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes, mediante notificação ou aviso escrito, com antecedência mínima de trinta (30) dias, exceto por motivo de força maior.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

8.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato.

Assim ajustadas e contratadas, firmam o presente instrumento, com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma.

Iomerê, 11 de março de 2015.

LUCIANO PAGANINI
CONTRATANTE

MARCIO OSS
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Paula Pasqual
Assessor Jurídico
OAB/SC 16164

CONTRATO CTACT15/017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO CTACT15/17

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João Rech, 500, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado pelo prefeito municipal, LUCIANO PAGANINI, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado, VANESSA BARBIERI brasileira, inscrita no CPF sob nº 061.914.629-05 e RG 5.467.568-5, residente na Rua Fraiburgo, Dois Pinheiros - Videira SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas e princípios aplicáveis de direito comum e de direito administrativo pertinentes, especialmente pela Lei nº 0061, de 17 de setembro de 1997.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Nutricionista, comprometendo-se a CONTRATADA a desempenhar com

zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à sua função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

Parágrafo Único: Parágrafo Único: a presente contratação é feita em caráter temporário e emergencial, sem processo seletivo, ante a ausência de aprovado em processos seletivos realizados para suprir a necessidade temporária destes serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA LOTAÇÃO

2.1 - A CONTRATADA prestará seus serviços junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO HORÁRIO DE TRABALHO

3.1 - A carga horária da CONTRATADA será de 20 (vinte) horas semanais, de segunda a sextas feiras.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelos serviços desempenhados, o valor previsto na Lei nº 320/05, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Município de Iomerê, equivalente a 3,85 salários mínimos municipais.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato passa a vigorar a partir de sua assinatura, iniciando-se em 20 de março de 2015 e tendo seu término previsto para 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado ou podendo ser rescindido em virtude da nomeação de servidor aprovado em concurso público para a mesma função, sem direito a qualquer indenização pelo período restante de vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUTAL

6.1 - Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se a CONTRATADA não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização a CONTRATADA pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na cláusula quinta.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VÍNCULO

7.1 - Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pela CONTRATADA, não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato.

Assim ajustadas e contratadas, firmam o presente instrumento, com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma.

Iomerê, 18 de março de 2015.

LUCIANO PAGANINI
CONTRATANTE

VANESSA BARBIERI
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Paula Pasqual
Assessor Jurídico
OAB/SC 16164

CONTRATO CTACT15/018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO CTACT15/18

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João Rech, 500, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado pelo prefeito municipal, LUCIANO PAGANINI, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado, VANESSA CRISTINA DA SILVA, brasileira, professora, inscrita no CPF sob nº 094.576.939-30 e RG 5.895.590, residente a Rodovia 453, Interior - Iomere - SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas e princípios aplicáveis de direito comum e de direito administrativo pertinentes, especialmente pela Lei nº 0061, de 17 de setembro de 1997.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1- O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Professor AEE- Educação Fundamental, comprometendo-se a CONTRATADA a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à sua função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

Parágrafo Único: Parágrafo Único: a presente contratação é feita em caráter temporário e emergencial, sem processo seletivo, ante a ausência de aprovado em processos seletivos realizados para suprir a necessidade temporária destes serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA LOTAÇÃO

2.1 - A CONTRATADA prestará seus serviços junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, nas escolas municipais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO HORÁRIO DE TRABALHO

3.1 - A carga horária da CONTRATADA será de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda a sextas feiras.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelos serviços desempenhados, o valor previsto na Lei nº 320/05, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Município de Iomerê, equivalente a 2,68 salários mínimos municipais.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato passa a vigorar a partir de sua assinatura, iniciando-se em 23 de março de 2015 e tendo seu término previsto para 20 de dezembro de 2015, podendo ser rescindido em virtude da nomeação de servidor aprovado em concurso público para a mesma função, sem direito a qualquer indenização pelo período restante de vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1 - Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se a CONTRATADA não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização a CONTRATADA pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na cláusula quinta.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VÍNCULO

7.1 - Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pela CONTRATADA, não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato.

Assim ajustadas e contratadas, firmam o presente instrumento, com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma.

Iomerê, 20 de março de 2015.

LUCIANO PAGANINI
CONTRATANTE

VANESSA CRISTINA DA SILVA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Paula Pasqual
Assessor Jurídico
OAB/SC 16164

CONTRATO CTACT15/019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO CTACT15/19

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João Rech, 500, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado pelo prefeito municipal, LUCIANO PAGANINI, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado, MARILDA WOLINGER DE PAULA, brasileira, professora, inscrita no CPF sob nº 387.140.789-53 e RG 2.406.916, residente a Rua da Liberdade, Morada do Sol - Videira - SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas e princípios aplicáveis de direito comum e de direito administrativo pertinentes, especialmente pela Lei nº 0061, de 17 de setembro de 1997.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1- O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Professor III, comprometendo-se a CONTRATADA a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à sua função, segundo as necessidades da CONTRATANTE. Parágrafo Único: Parágrafo Único: a presente contratação é feita em caráter temporário e emergencial, sem processo seletivo, ante a ausência de aprovado em processos seletivos realizados para suprir a necessidade temporária destes serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA LOTAÇÃO

2.1 - A CONTRATADA prestará seus serviços junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, nas escolas municipais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO HORÁRIO DE TRABALHO

3.1 - A carga horária da CONTRATADA será de 20 (vinte) horas semanais, de segunda a sextas feiras.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelos serviços desempenhados, o valor previsto na Lei nº 320/05, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Município de Iomerê, equivalente a 1,69 salários mínimos municipais.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato passa a vigorar a partir de sua assinatura, iniciando-se em 26 de março de 2015 e tendo seu término previsto para 20 de dezembro de 2015, podendo ser rescindido em virtude da nomeação de servidor aprovado em concurso público

para a mesma função, sem direito a qualquer indenização pelo período restante de vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1 - Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se a CONTRATADA não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização a CONTRATADA pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na cláusula quinta.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VÍNCULO

7.1 - Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pela CONTRATADA, não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato.

Assim ajustadas e contratadas, firmam o presente instrumento, com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma.

Iomerê, 26 de março de 2015.

LUCIANO PAGANINI MARILDA WOLINGER DE PAULA
CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

Paula Pasqual
Assessor Jurídico
OAB/SC 16164

CONTRATO Nº 15/022 - PMI

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINTA.
CT15/022

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal LUCIANO PAGANINI, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINTA - COOPERTRINTA pessoa jurídica, situada na Rua Francisco Nava, 194, Centro, na cidade de Arroio Trinta/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.591.970/0001-58, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, ajustam e contratam o fornecimento de gêneros alimentícios para alimentação escolar, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

É objeto deste contrato a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de

acordo com a chamada pública nº 0002/2015, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição, conforme segue:

ITEM	CARACTERÍSTICAS	QTDE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
Banana do tipo caturra	Características: tamanho médio em processo de amadurecimento. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira	900	2,55	2.295,00
Mamão	Características: casca fina, lisa, amarela, sem manchas e amassados, polpa macia. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira	400	4,20	1.680,00
Laranja Pêra Doce	Características: casca íntegra e de cor alaranjada, odor agradável e doce. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira	400	3,10	1.240,00
Maçã fuji	Características: casca íntegra, sem manchas, batidas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira	700	4,05	2.835,00
Maracujá	Características: tamanho médio em processo de amadurecimento. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira	30	9,80	294,00
Manga	Características: casca íntegra, sem manchas, batidas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira	100	4,20	420,00
Melão	Características: casca íntegra, sem manchas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira	350	3,92	1.372,00
Melancia	Características: casca íntegra, sem manchas e amassados. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira	300	2,25	675,00
Abacate	Características: verde, de boa qualidade e livre de batidas. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira	50	6,45	322,50
Abacaxi pérola	Características: boa qualidade e livre de defeitos. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira	90	8,50	765,00
Batata inglesa	Características: boa qualidade e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente	150	4,50	675,00

Abobrinha	Características: casca coriácea com paredes espessas e de cor verde. Embalados em plástico de polietileno transparente	30	3,90	117,00
Abóbora moranga	firme, tenra, de boa qualidade, livre de batidas e manchas	50	3,45	172,50
Batata doce	Características: boa qualidade e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente	80	3,50	280,00
Batata salsa	Características: boa qualidade e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente	35	9,98	349,30
Beterraba	Características: firme, tenra, razoavelmente macia, redondas de cor vermelho-vivo e com pele lisa. Embalados em plástico de polietileno transparente	80	3,50	280,00
Cenoura	Características: tenra, firme, sem manchas e batidas na casca. Embalados em plástico de polietileno transparente	80	3,75	300,00
Chuchu	Características: verde, tenro, firme, sem manchas na casca e no interior. Embalados em plástico de polietileno transparente	80	3,50	280,00
Mandioca descascada e congelada	Características: embalagens de 1 kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação, prazo de validade e informação nutricional. Deve estar totalmente congelada sem indícios de descongelamento e recongelamento	40	6,80	272,00
Pepino	Características: aparência fresca, tenra, sem defeitos e de cor verde. Embalados em plástico de polietileno transparente	40	4,90	196,00
Tomate	Características: bem formados, lisos, livre de defeitos, cor vermelho-vivo (maduro) e ligeiramente mole. Embalados em plástico de polietileno transparente	200	5,25	1.050,00
Cebola	Características: de primeira qualidade, livre de defeitos, fresca e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente	100	3,75	375,00
Rabanete	Características: aparência fresca, tenra, sem defeitos e de cor vermelha. Embalados em plástico de polietileno transparente	10	7,50	75,00
Repolho branco	Características: aparência fresca, tenro, firme, sem batidas e de tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente	90	4,20	378,00

Radiche	Característica folha comprida, larga, levemente aveludada, de sabor amargo suave	35	3,98	139,30
Tempero verde (salsinha e cebolinha)	Características: aparência fresca, boa qualidade e livre de defeitos. Embalados em plástico de polietileno transparente	100	3,80	380,00
Alho fresco	Características: Embalagens de até 100	4	18,20	72,80
Vagem	Características: aparência fresca, tenra, sem defeitos e de cor verde ou verde com contorno marrom. Embalados em plástico de polietileno transparente	10	7,25	72,50
Alface	Características: Boa qualidade, fresca, embalada em sacos plásticos de polietileno transparente ou em caixas plásticas	350	3,98	1.393,00
Acelga	Características: Boa qualidade, fresca, embalada em sacos plásticos de polietileno transparente ou em caixas plásticas	50	5,25	262,50
Agrião	verdura de folhas pequenas, verdes-escuras, sabor levemente picante	50	3,85	192,50
Brócolis	Características: boa qualidade. Embalados em plástico de polietileno transparente	50	4,85	242,50
Chicória	Características: Boa qualidade, fresca, embalada em sacos plásticos de polietileno transparente ou em caixas plásticas	50	3,98	199,00
Couve folha	Características: Boa qualidade, fresca, embalada em sacos plásticos de polietileno transparente ou em caixas plásticas	50	3,45	172,50
Couve-flor	Características: boa qualidade e livre de defeitos. Embalados em plástico de polietileno transparente	60	5,06	303,60
Carne suína do tipo bife, fresca	deve apresentar odor e cor característicos, acondicionado em embalagem de 1kg, íntegra, adequada e resistente, com rotulagem especificando o peso, tipo de carne, data de fabricação, data de validade, e com registro de inspeção animal	20	16,95	339,00
Carne suína do tipo costelinha, fresca	deve apresentar odor e cor característicos, acondicionado em embalagem de 1kg, íntegra, adequada e resistente, com rotulagem especificando o peso, tipo de carne, data de fabricação, data de validade, e com registro de inspeção animal	15	18,20	273,00

Carne lombo fatiado	Embalagem de polietileno de 1 kg. Elaborado com matéria prima selecionada. Deve constar data de validade, fabricação e peso. Registro no SIF. Entregue e acondicionado em adequada temperatura	35	19,20	672,00
Feijão preto tipo 1	selecionado, da última safra, constando no mínimo 90% de grãos na cor característica, variedade correspondente de tamanho e formatos naturais, maduros, limpos e secos. Será permitido o limite de 2 de impurezas e materiais estranhos, obedecendo a Portaria 161 de 24/07/87 - M.A. Embalagem de 1 Kg, devendo estar intacta, bem vedada e constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto	80	7,20	576,00
Feijão carioca	Embalagem de até 1kg	20	8,50	170,00
Feijão vermelho	Embalagem de até 1kg	20	9,50	190,00
Milho para pipoca	Embalagem de até 1kg	05	7,45	37,25
Ovos frescos	Características: fresco, casca livre de rachaduras e sujidades. Embalagens contendo 1 dúzia cada, devendo estar intacta e constar prazo de validade	80	4,92	393,60
Suco de uva 100% natural	Tipo colonial, sem conservantes. Acondicionado em garrafa de vidro, contendo 500ml do produto. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação e prazo de validade	70	10,70	749,00
Suco integral natural (diversos sabores)	Embalagem de até 2 litros. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária	120	15,50	1.860,00
Bolacha caseira de fubá	Embalagem de 500 g a 1 kg. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária	40	17,50	700,00
Bolacha caseira açucarada	Embalagem de 500 g a 1 kg. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária	30	17,50	525,00

Bolacha caseira de açúcar mascavo	Embalagem de 500 g a 1 kg. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária	25	19,98	499,50
Bolo caseiro de cenoura	Embalagem de 500 g a 1 kg. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária. Não deve conter cobertura	20	15,90	318,00
Bolo caseiro de fubá	Embalagem de 500 g a 1 kg. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária. Não deve conter cobertura	20	15,90	318,00
Bolo caseiro de laranja	Embalagem de 500 g a 1 kg. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária. Não deve conter cobertura	20	15,90	318,00
Grostoli	Embalagem de 500 g a 1 kg com unidades de 25g em média. Deverão estar polvilhados com açúcar e canela. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária. Não deve conter cobertura	50	16,90	845,00
Tortéi do tipo caseiro enrolado (recheio salgado)	Embalagem de 1 kg. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária. Não deve conter cobertura	10	16,20	162,00
Tortéi do tipo caseiro pastelzinho (recheio salgado)	Embalagem de 1 kg. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária. Não deve conter cobertura	20	17,20	344,00
Agnoline do tipo caseiro (recheio de frango)	Embalagem de 500g. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária	70	19,80	1.386,00

Pão do tipo caseiro	Embalagem plástico estéril. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária. Não deve conter cobertura	100	8,80	880,00
Pão do tipo caseiro integral	Embalagem plástico estéril. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária. Não deve conter cobertura	100	9,60	960,00
Cuca caseira	Embalagem de 500 g a 1 kg. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária. Não deve conter cobertura	70	11,50	805,00
Lasanha caseira (sabores diferenciados)	Embalagem de 500 g a 1 kg. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária. Não deve conter cobertura	20	20,50	410,00
Macarrão caseiro congelado tipo espaguete grosso	Embalagem de 500 g. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária. Não deve conter cobertura	60	9,80	588,00
Macarrão caseiro congelado tipo furado grosso	Embalagem de 500 g. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária	45	9,80	441,00
Macarrão caseiro congelado tipo cabelo de anjo	Embalagem de 500 g. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária	40	9,80	392,00
Doce caseiro de frutas (sabores diversos)	Embalagem de até 1 kg. Hermeticamente fechadas. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária	70	19,90	1.393,00
Mel natural de abelha	Embalagem de 500 g. Apresentando rótulo nutricional e registro no SIF/ Ministério da Agricultura	10	19,00	190,00

CLÁUSULA SEGUNDA: DO COMPROMISSO E VALOR

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante da chamada pública nº 0002/2015.

O valor a ser pago pelo fornecimento dos gêneros alimentícios será de R\$ 36.862,85 (trinta e seis mil oitocentos e sessenta e dois reais e oitenta e cinco centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: DO LIMITE LEGAL

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 9.000,00 (nove mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA: DAS INFORMAÇÕES

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA: DAS ENTREGAS

Os gêneros alimentícios deverão ser entregues conforme solicitado, no prazo máximo de até 5 dias após a autorização de fornecimento nas quantidades e locais indicados na solicitação emitida pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte; O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega.

No valor mencionado na cláusula primeira estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO PROGRAMA MERENDA ESCOLAR
Complem. Elemento	33.90.30.07 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	0037 - PDDE
Reduzido	25

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PAGAMENTO

O pagamento pela aquisição do objeto da presente licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após as entregas, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura ou NF do Produtor Rural;

O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação;

A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente às entregas efetivas e emissão da nota fiscal;

Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município poderá aplicar ao CONTRATADO as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o CONTRATADO sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização. O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- Modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- Fiscalizar a execução do contrato;
- Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura até 31/12/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

É competente o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas deste instrumento contratual.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o

presente contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Iomerê, 02 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

CONTRATANTE

COOP. DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINTA
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Paula Pasqual

OAB/SC 16164

CONTRATO Nº 15/023 - PMI

CONTRATO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA MERCADO RZ LTDA.

CT15/023

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa MERCADO RZ LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua XV de novembro, nº 357 na cidade de Videira-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.373.157/0001-15, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição do objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, nas Leis nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de gêneros alimentícios abaixo descritos e especificados destinados à merenda escolar, com fornecimento fracionado e com entrega nas escolas, conforme requisição da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

ITEM	UNID	MARCA	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT R\$	VALOR TOTAL R\$
1	KG	ALTO ALEGRE	AÇUCAR REFINADO	380	2,00	760,00
2	KG	DAJU	AMIDO DE MILHO	10	5,39	53,90
3	KG	ALFINETE	ARROZ PARBOILIZADO	250	2,36	590,00
4	KG	KIARROZ	ARROZ CATETO INTEGRAL	40	3,44	137,60
5	KG	IN NATURA	BANANA CATURRA	850	1,8	1.530,00
6	KG	IN NATURA	MAMÃO	450	3,75	1.687,50
7	KG	IN NATURA	LARANJA	400	2,19	876,00
8	KG	IN NATURA	MAÇA	650	4,77	3.100,50
9	KG	IN NATURA	MANGA	150	3,55	532,50
10	KG	IN NATURA	MELÃO	350	3,8	1.330,00
11	KG	IN NATURA	MELANCIA	300	1,8	540,00
12	UM	IN NATURA	ABACATE	50	5,84	292,00
13	KG	IN NATURA	ABACAXI PEROLA	100	6,04	604,00
14	KG	IN NATURA	BATATA INGLESA	120	4,88	585,60

15	KG	IN NATURA	ABOBRINHA DO TIPO PAULISTA	50	1,94	97,00
16	KG	IN NATURA	ABOBORA DO TIPO MORANGA	70	3,18	222,60
17	KG	IN NATURA	BATATA DOCE	60	2,88	172,80
18	KG	IN NATURA	BATATA SALSA	50	11,94	597,00
19	KG	IN NATURA	BETERRABA	60	2,54	152,40
20	KG	IN NATURA	CENOURA	60	2,88	172,80
21	KG	IN NATURA	CHUCHU	50	2,14	107,00
22	KG	IN NATURA	MANDIOCA	50	6,12	306,00
23	KG	IN NATURA	PEPINO	30	2,88	86,40
24	KG	IN NATURA	TOMATE	200	3,88	776,00
25	KG	IN NATURA	CEBOLA	100	2,64	264,00
26	KG	IN NATURA	RABANETE	10	4,88	48,80
27	KG	IN NATURA	REPOLHO	90	1,84	165,60
28	UM	IN NATURA	RADICHE	50	1,79	89,50
29	MÇ	IN NATURA	TEMPERO VERDE	80	2,78	222,40
30	KG	IN NATURA	ALHO FRESCO	4	21,89	87,56
31	KG	IN NATURA	VAGEM	30	6,37	191,10
32	UM	IN NATURA	ALFACE	300	1,79	537,00
33	UM	IN NATURA	ACELGA FRESCA	50	3,98	199,00
34	MÇ	IN NATURA	AGRIÃO	50	3,78	189,00
35	UM	IN NATURA	BROCOLIS	80	3,98	318,40
36	UM	IN NATURA	CHICORIA	50	1,79	89,50
37	UM	IN NATURA	COUVE FOLHA	30	1,79	53,70
38	UM	IN NATURA	COUVE FLOR	80	4,08	326,40
39	LT	FRIMESA	BEBIDA LACTEA	1000	3,37	3.370,00
40	LT	LACTOPLASA	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA	1000	2,82	2.820,00
41	LT	TIROL	LEITE SEM LACTOSE	30	4,74	142,20
42	UM	TIROL	IOGURTE SEM LACTOSE	30	2,02	60,60
43	KG	ISABELA	BISCOITO SALGADO INTEGRAL	25	12,07	301,75
44	KG	ISABELA	BISCOITO SALGADO COM GERGELIM	35	12,41	434,35
45	KG	DIANA	BISCOITO SALGADO TIPO AGUA E SAL	20	10,87	217,40
46	KG	ISABELA	BISCOITO SALGADO TIPO COQUE-TEL	25	11,45	286,25
47	KG	PARATI	BISCOITO DOCE SABOR MILHO	20	12,16	243,20
48	KG	KRONE	BISCOITO DOCE TIPO BOLACHA MEL SEM GLACÊ	20	12,31	246,20
49	KG	ISABELA	BICOITO DO TIPO KUKI	20	12,16	243,20
50	KG	DIANA	BISCOITO DOCE AO LEITE TIPO MARIA	25	10,33	258,25
51	KG	DIANA	BISCOITO DO TIPO MAISENA	20	10,18	203,60
52	KG	PRODASA	BISCOITO DOCE, TIPO LAMINADO DE LEITE	20	11,77	235,40
53	KG	CAFE PELE	CAFÉ SOLUVEL GRANULADO	20	56	1.120,00

54	KG	GR	CANELA EM PÓ	0,5	84,59	42,30
55	KG	GR	CANELA EM RAMA	0,5	84,59	42,30
56	KG	GR	CRAVO DA INDIA	0,5	114,45	57,23
57	KG	GR	NOZ MOSCADA MOÍDA	0,4	89,57	35,83
58	KG	GR	OREGANO	0,5	48,27	24,14
59	KG	GR	COLORAU	4	6,17	24,68
60	KG	SOSAL	SAL IODADO REFI-NADO	35	1,24	43,40
61	KG	ALCAFOODS	CEREAL MATINAL DE MILHO COM AÇUCAR	30	15,24	457,20
62	KG	ALCAFOODS	CEREAL MATINAL DE MILHO SABOR CHOCOLATE	20	16,96	339,20
63	KG	NUTRIMEN-TAL	CEREAL INFANTIL	5	29,39	146,95
64	KG	NATURALE	GRANOLA	30	17,89	536,70
65	KG	CAROL	SEMENTE DE LINHAÇA MARROM EMBALADA	2	15,39	30,78
66	KG	CAROL	SEMENTE DE GER-GELIM	2	19,48	38,96
67	KG	CAROL	GRÃO DE BICO	4	12,18	48,72
68	KG	CAROL	LENTILHA	15	8,77	131,55
69	LT	SOY	LEITE DE SOJA LÍQUIDO	50	4,87	243,50
70	KG	VITAO	AVEIA EM FLOCOS	3	8,72	26,16
71	KG	BIG LAC	LEITE EM PO	40	19,47	778,80
72	KG	VITAO	PROTEINA TEXTU-RIZADA DE SOJA	4	9,91	39,64
73	KG	VITAO	FARINHA DE AVEIA	3	12,66	37,98
74	KG	NUTRIMEN-TAL	FARINHA LACTEA	3	27,3	81,90
75	KG	SHOWCAU	ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂ-NEO	30	6,64	199,20
76	KG	GR	CHOCOLATE GRA-NULADO	2	11,42	22,84
77	KG	LEAO	CHÁ MATE SABOR MAÇA	1	99,78	99,78
78	KG	LEAO	CHÁ DE SAQUINHO SABOR MATE COM PÊSSEGO	1	99,77	99,77
79	KG	LEAO	CHÁ SABOR ERVA CIDREIRA	1	110,34	110,34
80	KG	LEAO	CHÁ DE ERVA DOCE	1	110,34	110,34
81	KG	LEAO	CHÁ MATE	1	99,77	99,77
82	KG	DUCOCO	COCO RALADO SEM AÇUCAR	3	24,54	73,62
83	KG	TIROL	CREME DE LEITE TIPO UHT	8	7,4	59,20
84	KG	TIROL	LEITE CONDEN-SADO	20	7,4	148,00
85	LT	DR OETKER	ESSENCIA DE BAUNILHA AÇÚCAR - LÍQUIDO	0,5	103,16	51,58
86	KG	INCOTRIL	DOCE DE LEITE	12	7,97	95,64
87	KG	OLE	EXTRATO DE TOMATE	40	8,03	321,20
88	KG	ROYAL	FERMENTO EM PÓ	5	21,39	106,95

89	UM	COAMO	ÓLEO DE SOJA (LATA DE 900 ML)	100	2,77	277,00
90	LT	CHEMIM	VINAGRE DE MAÇA	50	1,89	94,50
91	LT	VALE FERTIL	AZEITE DE OLIVA	6	33,27	199,62
92	KG	GOMES DA COSTA	SARDINHA ENLATA EM OLEO	10	25,19	251,90
93	KG	FRINORA	CARNE BOVINA COXÃO MOLE BIFE	35	17,92	627,20
94	KG	FRINORA	CARNE BOVINA ACEM	60	13,59	815,40
95	KG	FRINORA	CARNE BOVINA DE PRIMEIRA MOIDA	120	15,68	1.881,60
96	KG	FRINORA	CARNE DO TIPO LIGUICINHA TOSCANA	10	9,56	95,60
97	KG	FRINORA	CARNE BOVINA - MUSCULO	50	12,64	632,00
98	KG	FRINORA	CARNE SUINA BISTECA	40	11,05	442,00
99	KG	FRINORA	CARNE SUINA DO TIPO COSTELINHA SUINA FRESCA	15	11,85	177,75
100	KG	FRINORA	CARNE LOMBO FATIADO	20	19,91	398,20
101	KG	MACEDO	COXA E SOBRECOSTA DE FRANGO	170	5,83	991,10
102	KG	MACEDO	PEITO DE FRANGO CONGELADO	150	9,07	1.360,50
103	KG	MACEDO	DRUMET DE FRANGO	40	11,7	468,00
104	KG	LAR	ERVILHA DO TIPO CONGELADO	25	11,72	293,00
105	KG	DAJU	MILHO PARA CANJICA BRANCA	40	5,94	237,60
106	KG	LAR	MILHO VERDE CONGELADO	25	11,77	294,25
107	KG	MAE VEIA	FEIJÃO PRETO	80	4,2	336,00
108	KG	VO TITA	FEIJÃO CARIOCA	10	4,4	44,00
109	KG	MAE VEIA	FEIJÃO VERMELHO	30	9,2	276,00
110	KG	DAJU	MILHO PARA PIPOCA	5	5,5	27,50
111	KG	JUREIA	FARINHA DE MANDIOCA	10	5,3	53,00
112	KG	LIBARDONI	FUBÁ	70	2,05	143,50
113	KG	BEATRIZ	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL	100	1,95	195,00
114	KG	SANANDUVA	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL	10	3,44	34,40
115	KG	LORENZ	FARINHA DE POLVILHO DOCE	9	7,64	68,76
116	KG	LORENZ	FARINHA DE POLVILHO AZEDO	7	7,82	54,74
117	KG	APTI	GELATINA EM PÓ SABOR ABACAXI	8	13,5	108,00
118	KG	APTI	GELATINA EM PÓ SABOR CEREJA	10	13,5	135,00
119	KG	APTI	GELATINA SABOR FRAMBOESA	8	13,5	108,00
120	KG	APTI	GELATINA EM PÓ SABOR LIMÃO	10	13,5	135,00
121	KG	APTI	GELATINA SABOR MORANGO	8	13,5	108,00
122	KG	APTI	GELATINA EM PÓ SABOR UVA	8	13,5	108,00

123	KG	APTI	PÓ PARA PUDIM	95	11,85	1.125,75
124	KG	SEVENHANI	SAGU	40	8,2	328,00
125	KG	ISABELA	MACARRÃO COM VEGETAIS DE LETRINHAS	20	7,23	144,60
126	KG	CLAYBOM	MARGARINA VEGETAL COM SAL	15	7,71	115,65
127	KG	OGLIARI	MACARRÃO COM OVOS TIPO PARAFUSO	40	4,24	169,60
128	DZ	CORRENT	OVOS	70	4	280,00
132	LT	SABORE	SUCO UVA 100% NATURAL	60	16,72	1.003,20
133	LT	SUCO NELI	SUCO INTEGRAL DIVERSOS SABORES	100	7,96	796,00
134	KG	SANTA BARBARA	QUEIJO TIPO MUZZARELA	70	21,88	1.531,60
135	KG	GRAN MESTRI	QUEIJO RALADO DO TIPO PARMESÃO	5	54,96	274,80
136	KG	PERDIGAO	SALSICHA DO TIPO HOT DOG	65	7,79	506,35
137	KG	JCW	PRESUNTO	70	24,38	1.706,60
138	UM	RITTER	BARRA DE CEREAL SABOR CASTANHAS	90	1,31	117,90
139	UM	RITTER	BARRA DE CEREAL DE FRUTAS	90	1,31	117,90
140	UM	RITTER	BARRA DE CEREAL SABOR COCO	90	1,31	117,90
141	UM	RITTER	BARRA DE CEREAL DE AMENDOIM	90	1,31	117,90
142	KG	ZANIN	CANJIQUELHA OU QUIRERA	5	3,5	17,50
150	KG	EDYNEI	TORTEI CASEIRO ENROLADO	10	12,5	125,00
151	KG	EDYNEI	TORTEI CASEIRO PASTELZINHO	10	12,5	125,00
152	KG	EDYNEI	AGNOLINE	50	22	1.100,00
156	KG	EDYNEI	LASANHA CASEIRA	10	19,89	198,90
157	KG	EDYNEI	MACARRÃO CASEIRO CONG. TIPO ESPAGUETE GROSSO	45	12,93	581,85
158	KG	EDYNEI	MACARRÃO CASEIRO CONG. TIPO FURADO GROSSO	45	12,93	581,85
159	KG	EDYNEI	MACARRÃO CASEIRO CABELO DE ANJO	40	12,93	517,20
160	KG	ZENI	DOCE CASEIRO DE FRUTAS	50	13,91	695,50
161	KG	EXTRAMEL	MEL NATURAL DE ABELHA	5	16,89	84,45
162	LT	PURITY	ALIMENTO A BASE DE SOJA COM SABOR	100	5,2	520,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Este contrato decorre da homologação do resultado do Pregão Presencial nº 0006/2015, objeto do Processo Administrativo Licitação nº 0006/2015, que a este se vincula e à proposta vencedora da licitação, sujeitando-se as partes contratantes às suas cláusulas e condições, bem ainda às disposições contidas na Lei Federal nº

8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo para entrega dos Gêneros Alimentícios será a partir da assinatura do contrato, até 31.07.2015, conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR A SER PAGO

O valor a ser pago pelo fornecimento dos gêneros alimentícios será de R\$ 57.553,21 (cinquenta e sete mil quinhentos e cinquenta e três reais e vinte e um centavos) na forma individualizada com os respectivos preços unitários da cláusula primeira.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO

Em nenhuma hipótese será admitido o reajustamento de preços.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO

As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO PROGRAMA MERENDA ESCOLAR
Complem. Elemento	33.90.30.07 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	0100 -Recursos Ordinários 0037 - PDDE
Reduzido	24 e 25

Todo pagamento será efetuado mediante emissão e apresentação de documento fiscal hábil, tendo o Município um prazo de até 10 (dez) dias para efetivar o pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DIREITO DE FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização do objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a CONTRATADA das responsabilidades que lhes são afetas, na forma da Lei.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

É responsabilidade da contratada:

- Entregar os produtos nas mesmas marcas constantes da proposta, não sendo permitida a substituição de marca, exceto com a devida autorização da Nutricionista Responsável Técnica (RT);
- Arcar com todas as despesas relacionadas às entregas, para com todas as unidades escolares;
- Entregar os produtos em bom estado de conservação, aparência e acondicionados em adequadas embalagens;
- Os produtos que necessitem de pesagem para entrega (frutas e verduras) deverão ser embalados (em caixas de polietileno), pesados e etiquetados para facilitar a conferência;
- Todos os produtos industrializados deverão apresentar Rótulo Nutricional e orientações com relação aos ingredientes, fabricação e prazos de validade;
- Entregar produtos com prazo de validade não inferior a 5 (cinco) meses;
- Entregar os produtos na data estipulada pelo pedido Mensal e Semanal;
- Horários de entrega: Período Matutino até 9:00hs e Período Vespertino até 14:0hs.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Dentre outras obrigações, para o fiel cumprimento dos termos deste contrato, caberá à CONTRATANTE:

- Receber os produtos conforme a marca constante na proposta do licitante;
- Recusar produtos que apresentem defeito ou que não estejam em bom estado de conservação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido independentemente de qualquer notificação judicial ou extra-judicial no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A prática de ilícitos, a execução deficiente, irregular ou inadequada referente o objeto deste Contrato, o descumprimento de prazos e condições estabelecidas, faculta à CONTRATANTE, nos termos da Lei, a aplicação das seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa de 10,0%(dez por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, no caso da rescisão por inexecução ou eventual pedido de rescisão sem justo motivo;

III - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, no caso de qualquer inadimplemento contratual injustificado, calculada sobre o valor total atualizado do contrato;

IV- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal, pelo prazo de 02 (dois) anos;

V- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal;

§ 1º: As sanções previstas nos incisos I, IV e V desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos II e III, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATANTE.

§ 2º: Os critérios para atualização do valor total do contrato serão os mesmos a que se refere a cláusula quinta deste contrato.

§ 3º: A multa incidirá, em qualquer caso, sobre os valores contratuais vigentes na data da sua aplicação, e a partir daí atualizados monetariamente até a data da quitação.

§ 4º: Os valores de quaisquer multas aplicadas à CONTRATADA serão deduzidos dos créditos que eventualmente tenha direito ou cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Quando houver algum imprevisto que impossibilite ao contratado a entrega dos produtos, objeto da licitação, na data prevista, este deverá comunicar a contratante com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, justificando o motivo para possibilitar a reprogramação dos cardápios.

Como o supermercado é considerado por lei um serviço de alimentação, o mesmo deverá adequar-se as resoluções RDC 216, 359 e 360.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, que é Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 02 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

MERCADO RZ LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

CONTRATO Nº 15/024 - PMI

CONTRATO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA JJMCL PANIFICADORA, CONFEITARIA E SERVIÇOS LTDA. CT15/024

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa JJMCL PANIFICADORA, CONFEITARIA E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Pedro Penso, nº 355, na cidade de Iomerê-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 17.524.852/0001-80, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição do objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, nas Leis nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de gêneros alimentícios abaixo descritos e especificados destinados à merenda escolar, com fornecimento fracionado e com entrega nas escolas, conforme requisição da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
129	KG	PÃO PARA CACHORRO QUENTE	150	12,50	1.875,00
130	KG	PÃO DOCE	130	12,50	1.625,00
131	KG	PÃO FRANCES	150	9,00	1.350,00
143	KG	BOLACHA CASEIRA DE FUBÁ	30	17,88	536,40
144	KG	BOLACHA CASEIRA AÇUCARADA	15	17,88	268,20
145	KG	BOLACHA CASEIRA DE AÇUCAR MASCAVO	15	19,37	290,55
146	KG	BOLO CASEIRA DE CENOURA	30	13,41	402,30
147	KG	BOLO CASEIRO DE FUBÁ	25	13,41	335,25
148	KG	BOLO CASEIRO DE LARANJA	30	13,41	402,30
149	KG	GROSTOLI	50	13,90	695,00
153	KG	PÃO TIPO CASEIRO	100	10,41	1.041,00
154	KG	PÃO CASEIRO INTE-GRAL	100	11,40	1.140,00
155	KG	CUSA CASEIRA	70	12,40	868,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Este contrato decorre da homologação do resultado do Pregão Presencial nº 0006/2015, objeto do Processo Administrativo Licitatório nº 0006/2015, que a este se vincula e à proposta vencedora da licitação, sujeitando-se as partes contratantes às suas cláusulas e condições, bem ainda às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo para entrega dos Gêneros Alimentícios será a partir da assinatura do contrato, até 31.07.2015, conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR A SER PAGO

O valor a ser pago pelo fornecimento dos gêneros alimentícios será de R\$ 10.829,00, (dez mil oitocentos e vinte e nove reais) na forma individualizada com os respectivos preços unitários da cláusula primeira.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO

Em nenhuma hipótese será admitido o reajustamento de preços.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO

As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO PROGRAMA MERENDA ESCOLAR
Complem. Elemento	33.90.30.07 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	0100 -Recursos Ordinários 0037 - PDDE
Reduzido	24 e 25

Todo pagamento será efetuado mediante emissão e apresentação de documento fiscal hábil, tendo o Município um prazo de até 10 (dez) dias para efetivar o pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DIREITO DE FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização do objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a CONTRATADA das responsabilidades que lhes são afetas, na forma da Lei.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

É responsabilidade da contratada:

- Entregar os produtos nas mesmas marcas constantes da proposta, não sendo permitida a substituição de marca, exceto com a devida autorização da Nutricionista Responsável Técnica (RT);
- Arcar com todas as despesas relacionadas às entregas, para com todas as unidades escolares;
- Entregar os produtos em bom estado de conservação, aparência e acondicionados em adequadas embalagens;
- Os produtos que necessitarem de pesagem para entrega (frutas e verduras) deverão ser embalados (em caixas de polietileno), pesados e etiquetados para facilitar a conferência;
- Todos os produtos industrializados deverão apresentar Rótulo Nutricional e orientações com relação aos ingredientes, fabricação e prazos de validade;
- Entregar produtos com prazo de validade não inferior a 5 (cinco) meses;
- Entregar os produtos na data estipulada pelo pedido Mensal e Semanal;
- Horários de entrega: Período Matutino até 9:00hs e Período Vespertino até 14:0hs.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Dentre outras obrigações, para o fiel cumprimento dos termos deste contrato, caberá à CONTRATANTE:

- Receber os produtos conforme a marca constante na proposta do licitante;
- Recusar produtos que apresentem defeito ou que não estejam em bom estado de conservação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido independentemente de qualquer notificação judicial ou extra-judicial no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A prática de ilícitos, a execução deficiente, irregular ou inadequada referente o objeto deste Contrato, o descumprimento de prazos e condições estabelecidas, faculta à CONTRATANTE, nos termos da Lei, a aplicação das seguintes penalidades:

- advertência;

II - multa de 10,0%(dez por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, no caso da rescisão por inexecução ou eventual pedido de rescisão sem justo motivo;

III - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, no caso de qualquer inadimplemento contratual injustificado, calculada sobre o valor total atualizado do contrato;

IV- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal, pelo prazo de 02 (dois) anos;

V- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal;

§ 1º: As sanções previstas nos incisos I, IV e V desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos II e III, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATANTE.

§ 2º: Os critérios para atualização do valor total do contrato serão os mesmos a que se refere a cláusula quinta deste contrato.

§ 3º: A multa incidirá, em qualquer caso, sobre os valores contratuais vigentes na data da sua aplicação, e a partir daí atualizados monetariamente até a data da quitação.

§ 4º: Os valores de quaisquer multas aplicadas à CONTRATADA serão deduzidos dos créditos que eventualmente tenha direito ou cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Quando houver algum imprevisto que impossibilite ao contratado a entrega dos produtos, objeto da licitação, na data prevista, este deverá comunicar a contratante com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, justificando o motivo para possibilitar a reprogramação dos cardápios.

Como o supermercado é considerado por lei um serviço de alimentação, o mesmo deverá adequar-se as resoluções RDC 216, 359 e 360.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, que é Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 02 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

CONTRATANTE

JJMCL PANIF. CONFEITARIA E SERVIÇOS LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

CONTRATO Nº 15/025 - PMI

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA LIGA ESPORTIVA VIDEIRENSE.
CT15/025

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa LIGA ESPORTIVA VIDEIRENSE, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Campos Novos, na cidade de Videira-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 78.511.466/0001-49, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição do objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, nas Leis nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1- O presente contrato tem como objeto serviços de arbitragem em competições esportivas a serem realizadas no Município de IOMERÊ, conforme segue:

ITEM	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	JG	100	Arbitragem Futsal: com 02 árbitros e 01 mesário	180,00	18.000,00
02	JG	40	Arbitragem Futebol de campo: com 01 árbitro e 02 bandeirinhas	370,00	14.800,00
03	JG	40	Arbitragem futebol suíço: com 02 árbitros e 01 mesário	170,00	6.800,00
04	JR	15	Arbitragem Bocha: com 01 árbitro	150,00	2.250,00
05	JG	40	Arbitragem Voleibol: com 02 árbitros e 02 mesário	180,00	7.200,00
06	JG	40	Arbitragem Voleibol de areia: com 02 árbitros	65,00	2.600,00
TOTAL					51.650,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

2.1 - Os serviços serão executados no Município de Iomerê, nos locais onde serão realizadas as competições esportivas, nos horários a serem definidos, de acordo com a programação das competições a serem elaboradas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes - Departamento de Esportes.

2.2 - Para a execução dos serviços objeto do presente contrato, deverá disponibilizar profissionais capacitados e que possuam experiência no ramo de arbitragem, de acordo com cada modalidade esportiva descrita no Item 1.1, sem custo de transporte, alimentação e água.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento pelos serviços/objeto do presente Contrato será feito em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após efetiva entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

3.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação. A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da aquisição, mediante emissão da nota fiscal.

3.3 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção

monetária.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação específica do orçamento do exercício de 2015:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DEPTO ESPORTES
Complem. Elemento	3.3.90.39.99 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	00 – RECURSOS ORDINÁRIOS
Código Reduzido	56

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

5.1 De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 - Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 - O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura com duração até o dia 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 - O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0007/2015 - Pregão Presencial 0007/2015.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, danos materiais ou pessoais que venham a ocorrer em face da execução do presente objeto deste contrato, inclusive perante terceiros, e, por toda e qualquer má execução da prestação do serviço.

9.2 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos sociais e trabalhistas, bem como a segurança, higiene e medicina do trabalho, despesas com alimentação e deslocamento, dos profissionais que prestarão os serviços objeto deste certame.

9.3 - A Contratada obriga-se a dispor de pessoal especializado para prestação dos serviços, nos dias, horários e locais em que acontecerão as competições esportivas, com antecedência mínima de uma hora do início das competições.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 - Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as

disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 02 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ LIGA ESPORTIVA VIDEIRENSE
CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

CONTRATO Nº 15/026 - PMI

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MINISTRAR AULAS DE TEATRO QUE ENTE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA VENTO NEGRO COMPANHIA DE TEATRO.
CT15/026

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, do Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.612.744/0001-20, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, doravante denominado de CONTRATANTE e VENTO NEGRO COMPANHIA DE TEATRO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.765.272/0001-04, situada na rua Av. Santa Catarina nº 228, Bairro centro - Caçador(SC), doravante denominado de CONTRATADO, ajustam e contratam a prestação de serviços, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito no que mais couber, regendo-se pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de oficinas de teatro, para alunos da oficina do saber no município de Iomerê.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

2.1 - Os serviços objeto do presente contrato serão prestados mediante comparecimento pessoal do CONTRATADO na sede do CONTRATANTE, no total de 4 (quatro) horas semanais, os dias da semana e horários será definido com a secretaria de educação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1 - O valor mensal a ser pago ao CONTRATADO pela prestação dos serviços será de R\$ 500,00 (quinhentos reais), totalizando no exercício o valor R\$ 4.383,34 (quatro mil trezentos e oitenta e três reais e trinta e quatro centavos).

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

5.1 - A inexecução contratual, parcial ou total, submeterá o responsável às penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e na suspensão temporária da participação em processos licitatórios e no impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 12 (doze) meses e multa de 15% (quinze por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 - O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 - O presente contrato terá vigência a partir de 13 de março de 2015, quando deverá ser iniciada a prestação de serviço e terá duração até o dia 04 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1 - Os serviços contratados serão fiscalizados pelo CONTRATANTE, sempre que se julgar necessário.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - Será de responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas relativas a prestação dos serviços conforme previsto neste Edital, bem como:

- a) participar em apresentações oficiais do Município e festividades;
- b) ser responsável pelas aulas conforme horários e dias previamente definidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

10.1 - Os trabalhos objeto do presente contrato serão prestados pelo CONTRATADO na condição de profissional liberal e não gerará nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

§ 1º. O CONTRATADO será responsabilizado civil e criminalmente pelos danos causados a Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

§ 2º. O CONTRATADO obriga-se a manter durante a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas.

§ 3º. O presente contrato decorre de dispensa de licitação, nos termos do artigo 24, inciso XXIV da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 - As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir qualquer questão oriunda do presente contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Iomerê(SC), 02 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

VENTO NEGRO COMPANHIA DE TEATRO
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____
CPF : _____ CPF : _____

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

CONTRATO Nº 15/027 - PMI

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TREINADOR DE TÊNIS DE MESA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A SAPO DOIDO ENSINO E ESTIMULAÇÃO PSICOMOTORA INFANTIL LTDA ME.

CT15/027

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, no município de Iomerê - SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa SAPO DOIDO ENSINO E ESTIMULAÇÃO PSICOMOTORA INFANTIL LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Josefina Henn, nº 144 na cidade de Videira-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 19.837.638/0001-00, neste ato representado pelo Sr. Augusto Tiago Correa, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato, na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, na Lei 10.520/02 aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1- O presente contrato tem como objeto a contratação de prestação de serviços de aulas de tênis de mesa, conforme segue:

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL R\$
1	Mês	Serviços em ministrar aulas de tênis de mesa	1.110,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO E REAJUSTE

2.1 - Os serviços serão executados na sede da contratante, cumprindo carga horária de 15 (quinze) horas semanais.

2.2 - Caso seja renovado o presente contrato, será reajustado anualmente pelo INPC ou outro índice oficial que venha substituí-lo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR TOTAL DO CONTRATO E DO PAGAMENTO

3.1 - O valor total do Contrato é de R\$ 11.100,00, (onze mil e cem reais) dividido em parcelas mensais de R\$ 1.110,00 (um mil cento e dez reais).

3.2 - O pagamento pela prestação dos serviços, objeto da presente licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, acompanhados da respectiva Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

3.3 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a realização dos serviços e emissão da nota fiscal.

3.4 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	04 – Secretaria de Educação. Cultura e Esporte
Unidade Orçamentária	04.03 – Departamento de Esportes
Projeto/Atividade	2027 – Manutenção Departamento de Esportes
Complem. Elemento	3390.0000 – Aplicações Diretas
Reduzido	56

CLÁUSULA QUINTA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

5.1 - O presente contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0009/2015 - na modalidade de Pregão Presencial

nº 0009/2015.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1 - A inexecução contratual, parcial ou total, submeterá o responsável às penalidades previstas no artigo 87 da Lei 8666/93, na suspensão temporária da participação em Licitações e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 2 (dois) anos e multa de 20% (vinte por cento) do valor contratado.

6.2 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por um prazo de 02 (dois) anos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - Será de responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas relativas a prestação dos serviços conforme previsto neste Edital, bem como:

a) participar em todas as competições regionais, quando o Município estiver participando;

b) ser responsável pelas aulas conforme horários e dias previamente definidos.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1 - O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

9.1 - O presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado, se houver interesse de ambas as partes, conforme determina a Lei nº 8.666/93 e estabelecido no edital que o originou.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

10.1 - Os serviços porventura não executados durante a vigência do presente contrato serão automaticamente cancelados e o saldo do empenho será estornado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

11.1 - Aplicam-se a execução deste contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o foro da Comarca de Videira - SC, Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 03 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ SAPO DOIDO ENSINO E LTDA ME
CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

CONTRATO Nº 15/028 - PMI

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA HARMONIZE INDÚSTRIA E COMÉRCIO TÊXTIL LTDA.

CT15/028

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa HARMONIZE INDÚSTRIA E COMÉRCIO TÊXTIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Emílio Vescovi, nº 153 na cidade de Videira -SC, inscrita no CNPJ sob o nº 04.489.202/0001-08, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição, conforme abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - O presente contrato tem por objeto aquisição de uniformes escolares, uniformes para servidores da sec. de Obras e Agricultura.

ITEM	QTDA-DE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$
01	88	Camisetas manga curta, confeccionadas em malha PV (67% poliéster e 33% viscose), com gramatura de 148,38g/m², anti pilling, cor branca. Gola redonda.	1.040,00
02	436	Camiseta manga curta, confeccionadas em malha PV (67% poliéster e 33% viscose), com gramatura de 148,38g/m², anti pilling, cor mescla. Gola redonda.	4.790,00
03	67	Camisetas manga longa, confeccionadas em malha PV (67% poliéster e 33% viscose), com gramatura de 148,38g/m², anti pilling, cor branca. Gola redonda.	863,00
04	464	Camisetas, manga longa, confeccionadas em malha PV (67% poliéster e 33% viscose), com gramatura de 148,38g/m², anti pilling, cor mescla. Gola redonda.	6.700,00
05	107	Calça Balarina, confeccionada em malha suplex, cor a definir, cintura com elástico.	2.267,00
06	120	Calça em seletel, 100% Poliéster, gramatura de 114g/m², cor a definir. Forro fino, elástico na cintura, dois bolsos na frente.	2.810,00
07	120	Bermuda em seletel Masculina, 100% Poliéster, gramatura de 114g/m², cor a definir, elástico na cintura.	2.000,00
08	126	Bermuda Feminina, confeccionada em malha suplex, cor a definir, cintura com elástico.	1.675,00
09	205	Jaqueta em seletel 100% Poliéster, gramatura de 114g/m², cor a definir, forro fino, (100% poliéster), bolsos na frente, com zíper até o pé da gola.	8.149,00
10	40	Jaleco professor confeccionado em tecido Dry (100% poliéster), manga estilo regata larga, com zíper e abertura frontal, bolsos na parte frontal, capuz e elástico nas laterais, na cor branca com estampa logo da escola.	1.176,00
11	60	CALÇAS, de brim misto em cor cinza com elástico e bolsos frente e verso.	2.130,00

12	60	CAMISA, gola pólo tecido Piquet 50% poliéster 50% algodão em cor cinza com serigrafia e logo.	1.380,00
13	20	JALECO, em seletel tecido 100% poliéster em cor azul dois bolsos frente, manga curta.	690,00
14	05	MACACÃO, manga longa em tecido brim misto em cor azul com serigrafia e logo.	392,50
TOTAL			36.062,50

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

2.1 - A empresa vencedora do certame, deverá fazer as entregas fracionadas conforme necessidades, em até 10 dias úteis após os pedidos formalizados pelo Município de Iomerê, nas quantidades e especificidades descritos na Autorização de Fornecimento.

2.2 - As despesas de deslocamento, acondicionamento, conservação e transporte dos itens desta licitação até o município de Iomerê ficarão a cargo da empresa vencedora. Todas as demais despesas relacionadas com a prestação dos serviços correrão por conta da proponente vencedora da licitação.

2.3 - As costuras com fios e linhas deverá ser 100% poliéster.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento pela aquisição dos materiais objeto do presente Contrato será feito em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após efetiva entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal - Eletrônica.

3.1.1 - O arquivo XML da NF-e deverá ser enviado ao e-mail: contab@iomere.sc.gov.br

3.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.3 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da aquisição, mediante emissão da nota fiscal.

3.4 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.5 - O valor a ser pago pelo fornecimento do objeto do presente contrato é de R\$ 36.062,50 (trinta e seis mil sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente contrato correrão a conta do orçamento do exercício de 2015.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

5.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 - Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 - O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura com duração até o dia 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 - O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0008/2015 - Pregão Presencial nº 0008/2015.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - Será de responsabilidade do CONTRATADO:

- a) fornecer o objeto deste Contrato, de acordo com as especificações exigidas;
- b) fornecer o objeto deste Contrato, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) manter-se, durante toda execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e em condições de habilitação.

9.2 - Todas as demais despesas relacionadas com a prestação dos serviços correrão por conta da proponente vencedora da licitação

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 - Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato,

bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 04 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

CONTRATANTE

HARMONIZE IND. E COMÉRCIO TÊXTIL LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

CONTRATO Nº 15/029 - PMI

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MEDALHAS E TROFÉUS ESPORTIVOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA TOTAL SPORTS LTDA ME.
CT15/029

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa TOTAL SPORTS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 13.248.252/0001-86, com endereço na rua XV de novembro nº 558, Centro na cidade de Videira-SC, neste ato representada pelo Sr. Anderson Cordeiro Pirolli, denominado de CONTRATADO, ajustam e contratam o fornecimento do objeto abaixo, que se regerá pelo disposto neste contrato, pela Lei 8.666-93 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de medalhas e troféus, conforme tabela abaixo:

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	VLR UNIT R\$	VLR TOTAL R\$
1	150	UN	MEDALHA FUNDIDA METÁLICA DE ZAMAK - COR DOURADA	3,96	594,00
2	150	UN	MEDALHA FUNDIDA METÁLICA DE ZAMAK - COR PRATA	3,96	594,00
3	300	UN	MEDALHA FUNDIDA METÁLICA DE ZAMAK - COR BRONZE	3,96	1.188,00
4	1	UN	TROFÉU COM ALTURA DE 49 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 14 CM DE	91,34	91,34
5	1	UN	TROFÉU COM ALTURA DE 41 CM	87,35	87,35
6	1	UN	TROFÉU COM ALTURA DE 34 CM	79,41	79,41
7	1	UN	TROFÉU COM ALTURA DE 89 CM	177,69	177,69
8	1	UN	TROFÉU COM ALTURA DE 82 CM	148,9	148,90
9	1	UN	TROFÉU COM ALTURA DE 73 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 14,6 CM	148,9	148,90
10	2	UN	TROFÉU COM ALTURA DE 81 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 18 CM	158,83	317,66
11	2	UN	TROFÉU COM ALTURA DE 73 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 14 CM	143,94	287,88
12	2	UN	TROFÉU COM ALTURA DE 64 CM	133,02	266,04
13	6	UN	TROFÉU COM ALTURA DE 49 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 17,6 CM	88,35	530,10
14	6	UN	TROFÉU COM ALTURA DE 47 CM	69,49	416,94
15	9	UN	TROFÉU COM ALTURA DE 39 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 12,1 CM	63,53	571,77
16	4	UN	TROFÉU COM ALTURA DE 79 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 14,6 CM	102,24	408,96
17	4	UN	TROFÉU COM ALTURA DE 68 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 12,1 CM	99,27	397,08
18	4	UN	TROFÉU COM ALTURA DE 55 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 10,1 CM	77,43	309,72

19	4	UN	TROFÉU COM ALTURA DE 51 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 13,2 CM	44,67	178,68
20	4	UN	TROFÉU COM ALTURA DE 44 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 12,1 CM	41,69	166,76
21	4	UN	TROFÉU COM ALTURA DE 42 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 10 CM	36,73	146,92
22	8	UN	TROFÉU COM ALTURA DE 39 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 10 CM	46,65	373,20
23	4	UN	TROFÉU COM ALTURA DE 38 CM, COM ESTATUETA FIXA DE BOLA	37,72	150,88
24	4	UN	TROFÉU COM ALTURA DE 33 CM, COM UMA ESTATUETA FIXA DE BOLA	36,73	146,92
25	1	UN	TROFÉU COM ALTURA DE 42 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 7,6 CM	57,57	57,57
26	1	UN	TROFÉU COM ALTURA DE 38 CM, COM UMA COPA INTERNA	56,58	56,58
27	1	UN	TROFÉU COM ALTURA DE 33 CM, COM UMA COPA INTERNA	49,63	49,63
28	1	UN	TROFÉU COM ALTURA DE 85 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 14,6 CM	168,75	168,75
29	1	UN	TROFÉU COM ALTURA DE 78 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 13,2 CM	158,83	158,83
30	1	UN	TROFÉU COM ALTURA DE 71 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 12,1 CM	143,94	143,94
31	1	UN	TROFÉU COM ALTURA DE 81 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 17,6 CM	168,75	168,75
32	1	UN	TROFÉU COM ALTURA DE 75 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 14,6 CM	153,86	153,86
33	1	UN	TROFÉU COM ALTURA DE 63 CM, COM BASE OCTOGONAL DE 12,1 CM	138,97	138,97

Fazem parte deste instrumento, independente de transcrição, todos os termos e especificações constantes do Edital referente ao Processo Administrativo Licitatório nº 0010/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA**2.1. Condições de entrega:**

Após a emissão da Autorização de Fornecimento, o contratado terá o prazo de até 20 (vinte) dias consecutivos para a entrega do objeto na Prefeitura Municipal, com sede na Rua João Rech, nº 500, Centro, Iomerê/SC.

2.3. A vigência do contrato se inicia na sua assinatura e vigorará até 31.12.2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O valor do Contrato é de R\$ 8.875,98 (oito mil oitocentos e setenta e cinco reais e noventa e oito centavos).

3.2. O pagamento será realizado em uma única parcela, após o recebimento no e-mail contab@iomere.sc.gov.br e aceita da Nota Fiscal Eletrônica. A Nota Fiscal Eletrônica deverá conter os seguintes dizeres: MUNICÍPIO DE IOMERÊ, RUA JOÃO RECH, nº 500, CENTRO, IOMERÊ, SC, CNPJ 01.612.744/0001-20.

CLÁUSULA QUARTA - DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

4.1. Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015 do Município:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DEPTO ESPORTES
Complem. Elemento	3390.3014 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	00 – RECURSOS PRÓPRIOS
Código Reduzido	56

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1. Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA receber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

6.2. Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) promover, através de seu responsável da Secretaria Municipal da Educação, o acompanhamento e a fiscalização do objeto entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.
- b) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato.

6.3. Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto de acordo com as especificações e quantidades de cada item, conforme solicitação.
- b) A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- c) A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da entrega do objeto, bem como toda e qualquer despesa com a entrega do material na sede administrativa do Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1. A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e,
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

7.2. Ainda nos termos do artigo 7º, da Lei 10.520, de 17 de julho

de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES

8.1. A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1. Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

10.1. A inexecução e a rescisão do Contrato serão reguladas pelo Art. 58, inciso II e Art. 77 a 80, seus parágrafos e incisos, da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

10.2. Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações, em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1. Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial nº 0010/2015, Processo Licitatório nº 0010/2015, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n.8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E GERAIS

13.1. Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. É competente o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente contrato. E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 05 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

TOTAL SPORTS LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

CONTRATO Nº 15/030 - PMI

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA AUTO POSTO CAPRICHIO LTDA.
CT15/030

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa AUTO POSTO CAPRICHIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 02.064.763/0001-21, com endereço na rua Saul Brandalise, nº 400, Centro na cidade de Videira-SC, neste ato representada pelo Sr. Vitor Vanzela, denominado de CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição do objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, nas Leis nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de gasolina aditivada para abastecimento do veículo do gabinete para o período de março a dezembro de 2015, conforme tabela abaixo:

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR UNIT. R\$
01	6.000	Litros	Gasolina aditivada	Ipiranga	3,34

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

Os preços serão fixos, podendo ser revistos quando houver reajuste no preço dos combustíveis. A Contratada deverá apresentar à Administração as notas fiscais anteriores e posteriores à data de concessão do reajuste, para avaliação da evolução dos preços e para fins de revisão contratual, conforme disposto no art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei nº 8.666/93.

Outras situações que autorizem o reajuste dos valores previamente contratados, dependerão de análise e ficarão sujeitas a critérios de julgamento do Contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PAGAMENTOS E VALOR

O pagamento pela aquisição do objeto do presente contrato será feito em favor da CONTRATADA mediante depósito bancário em sua conta corrente, após a entrega do objeto, acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

O valor do contrato é de R\$ 20.040,00 (vinte mil e quarenta reais), sendo os pagamentos conforme as aquisições, durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Será de responsabilidade da Contratada:

Fornecer os combustíveis, objetos deste contrato, de acordo com as especificações técnicas do Departamento Nacional de Combustíveis;

Fornecer o objeto desta licitação, nos preços e prazos estipulados na sua proposta;

Apresentar, sempre que solicitado pelo Município, documentos relacionados ao cumprimento do objeto do contrato, em especial, certidões negativas.

Assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

Obriga-se a manter durante todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor do Contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; a declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e,
- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

Ainda nos termos do artigo 7º, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.

Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município poderá aplicar a contratada as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- Demais sanções previstas na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 0011/2015, modalidade de Pregão Presencial nº 0011/2015, para todos os efeitos legais e jurídicos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

A demora na entrega do objeto do contrato, ou justificativas inaceitáveis pela demora, ensejarão a rescisão imediata do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato, correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015, conforme segue:

Órgão	GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçamentária	GABINETE DO PREFEITO
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO
Complem. Elemento	33.90.30.01 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	0100 -Recursos Ordinários
Reduzido	07

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

O contrato inicia na sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se a execução deste contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

É competente o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente contrato.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 10 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

AUTO POSTO CAPRICHOS TDA
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

CONTRATO Nº 15/031 - PMI

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO PATRIMONIAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA.
CT15/031

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante

denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua da Consolação, nº 137, Centro, na cidade de Xanxerê-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.753.029/0001-93, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam o objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, pelas Leis nº 8.666-93, nº 10.520-02 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - O objeto deste contrato é a contratação de empresa especializada de prestação de serviços de Levantamento Patrimonial, realizando registro de inventário físico financeiro, registro fotográfico de bens e etiquetamento dos bens móveis de propriedade do município, bem como de seus fundos e secretarias:

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
1	01	Un	Levantamento Patrimonial, realizando registro de inventário físico financeiro, registro fotográfico de bens e etiquetamento dos bens móveis de propriedade do município, bem como de seus fundos e secretarias, incluindo os dados no sistema Betha.	11.990,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 - Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência deste contrato, caso seja renovado o presente contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 - Este contrato decorre da homologação do resultado do Pregão Presencial nº 0012/2015, Processo Administrativo Licitatório nº 0012/2015, que a este se vincula e à proposta vencedora da licitação, independente de sua transcrição, sujeitando-se as partes contratantes às suas cláusulas e condições, bem ainda às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PAGAMENTOS E VALOR

4.1 - O pagamento pela prestação dos serviços do presente contrato será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, acompanhados da respectiva Nota Fiscal;

4.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação;

4.3 - A forma de pagamento será em até 10 (dez) dias após a entrega da Nota Fiscal;

4.4 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária;

4.5 - O valor do contrato é de R\$ 11.990,00 (onze mil novecentos e noventa reais).

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

5.1 - Executar os serviços, objetos deste Edital de acordo com as propostas e especificações exigidas;

5.2 - Executar o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

5.3 - Demais obrigações inerentes a execução do contrato serão detalhadas quando da elaboração do contrato de prestação de serviços após a abertura do certame;

5.4 - Responder por danos materiais ou físicos causados, culpa ou dolosamente, por seus empregados, quando em serviço, a servidores da contratante ou a terceiros, nas áreas cobertas pelo contrato, devendo ser adotadas providências necessárias, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, após o comunicado da contratante.

Será de responsabilidade da contratante:

5.5 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar nas notas fiscais a efetiva execução dos serviços objeto do contrato, por meio do Secretário de Administração e Finanças;

5.6 - Efetuar os pagamentos à contratada conforme o contrato.

CLÁUSULA SEXTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Pela inexecução total ou parcial o Município poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeita a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total dos equipamentos;

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO E VIGÊNCIA

8.1 - O prazo de vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 31.12.2015, podendo ser prorrogado nos termos do inc. II, do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015 do Município:

Órgão	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Projeto/Atividade	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
Complem. Elemento	3390.3905 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	100 – Aplicações Diretas
Código Reduzido	013

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite ao contratado o cumprimento das obrigações ora contraídas, o mesmo deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 16 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

CONTRATANTE

FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 204/2015 DE 24 DE MARÇO DE 2015.
REVOGA PORTARIA 137/2014 DE 05 DE MARÇO DE 2014 QUE CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 84 da Lei 001/2002 do estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras Providências.

REVOGA

Art. 1º - Fica revogada a portaria 137/2014 de 05 de Março de 2014 que concedeu à HEDIO MEINE, ocupante do cargo de Motorista, admitido por concurso público pela portaria 1295/1995, gratificação de função de 100% (cem por cento) sobre o piso salarial do município. Situação esta que encontra amparo na legislação pertinente, tornando legitima a pretensão.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produza efeitos retroativos a partir de 08 de Março de 2015.

Ipumirim - SC, 24 de Março de 2015.

VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 198/2015 DE 24 DE MARÇO DE 2015.
CONCEDE FERIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A CELSO LUIZ ALVES DE MELLO, matrícula 18-3, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 01/04/2013 a 31/03/2014 e gozo de 09/03/2015 a 07/04/2015 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos retroativos a partir de 09/03/2015.

Ipumirim - SC, 24 de março de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 199/2015 DE 24 DE MARÇO DE 2015.
CONCEDE FERIAS A SERVIDOR NOMEADO EM CARGO POLITICO DE SECRETARIA A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A MARCIA FACCIN DE CONTO, matrícula 2084, férias de 20 dias, relativas ao período aquisitivo de 2013 a /2014 e gozo de 16/03/2015 a 04/04/2015 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos retroativos a partir de 16/03/2015.

Ipumirim - SC, 24 de Março de 2015.

VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 200/2015 DE 24 DE MARÇO DE 2015.
CONCEDE FERIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A MARIO ROOS, matrícula 484-7, férias de 10 dias, relativas ao período aquisitivo de 27/01/2014 a 26/01/2015, conforme previsto no art. 127, § 1º da Lei Complementar 01/2002, 10 dias convertidos em pecúnio.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 20/03/2015.

Ipumirim - SC, 24 de março de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 201/2015 DE 24 DE MARÇO DE 2015.
CONCEDE FERIAS A SERVIDORA NOMEADA EM CARGO POLITICO DE SECRETARIA A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A MARINEIDE PICK PILATTI, matrícula 1331-5, férias de 15 dias, relativas ao período aquisitivo de 2013 a /2014 e gozo de 19/03/2015 a 02/04/2015 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos retroativos a partir de 19/03/2015.

Ipumirim - SC, 24 de Março de 2015.

VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 202/2015 DE 24 DE MARÇO DE 2015.
CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A JANETE CLARICE BERNARDI LOCATELLI, matrícula 66-3, férias de 15 dias, relativas ao período aquisitivo de 02/04/2014 a 01/04/2015 e gozo de 16/03/2015 a 30/03/2015 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 16/03/2015.

Ipumirim - SC, 24 de março de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 203/2015 DE 24 DE MARÇO DE 2015.
CONCEDE FERIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A DARCIMIR AUGUSTO MONTAG, matrícula 1687-0, férias de 20 dias, relativas ao período aquisitivo de 02/08/2013 a 01/08/2014 e gozo de 09/03/2015 a 28/03/2015 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 09/03/2015.

Ipumirim - SC, 24 de março de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 205/2015 DE 24 DE MARÇO DE 2015.
CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE SERVENTE PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 002/2002, que Dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

CONTRATA

TERESINHA DA SILVA, sob a Matrícula 2402-3, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 22920277 e do CPF 645.807.179-53, para ocupar o cargo em caráter temporário de Servente, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos

da Lei Complementar 002/2002, nível salarial Nível 20, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Secretaria de Urbanismo, para o período de 02/03/2015 a 30/12/2015 ou até o preenchimento da vaga por Concurso Público em função que a titular Celia Bianchesi pediu exoneração do Cargo de Efetiva.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos retroativos a partir de 02/03/2015.

Ipumirim - SC, 24 de março de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 206/2015 DE 24 DE MARÇO DE 2015.
CONCEDE FERIAS A SERVIDOR NOMEADO EM CARGO POLITICO DE SUPERVISOR GERAL A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A HILDO CARLOS SABADIN, matrícula 2112, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2014 a /2015 e gozo de 02/03/2015 a 31/03/2015.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos retroativos a partir de 02/03/2015.

Ipumirim - SC, 24 de Março de 2015.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 207/2015 DE 24 DE MARÇO DE 2015.
EXONERA SERVIDORA NOMEADA POR CONCURSO PUBLICO A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ANA LUIZA FONTANA VASSELAI METZ, Matrícula 2013-3, com domicílio na Cidade e Município de Arbutã, Carteira de Identidade nº. 4.134.383 e do CPF 052.779.329-92, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior 10 Horas, com carga horária de 10 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 274/2012, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 11 de março de 2015.

Ipumirim - SC, 24 de março de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 208/2015 DE 24 DE MARÇO DE 2015.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO MEMBRO DO MAGISTERIO PUBLICO MUNICIPAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Teste Seletivo 001/2014. CONTRATA

ALANA CARLA GUERINI, sob a Matrícula 2404-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5893333 e do CPF 092.503.469-05, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professora de Artes, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado 10 Horas, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 10 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Isidoro Giacomio Savaris, para o período de 02/03/2015 a 16/12/2015.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos retroativo a partir de 02/03/2015.

Ipumirim - SC, 24 de março de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 209/2015 DE 24 DE MARÇO DE 2015.

REDUZ CARGA HORARIA DA PORTARIA 295/2012 QUE NOMEOU POR CONCURSO PUBLICO NO CARGO EFETIVO DE PROFESSOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002.

R E D U Z

Fica reduzida a carga horária da portaria 295/2012 que nomeou, sob a Matrícula 2021-4, EDSON PEDROSO, com domicílio na Cidade e Município de Joaçaba - SC, Carteira de Identidade nº. 2421579 e do CPF 832.077.679-15, para o cargo de provimento efetivo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor "Latu Sensu", com carga horária de 40 horas semanais passando para 30 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, Disciplina de Educação Física.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim - SC, 24 de Março de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 210/2015 DE 24 DE MARÇO DE 2015.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO MEMBRO DO MAGISTERIO PUBLICO MUNICIPAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Teste Seletivo 001/2014. CONTRATA

WILIAN LUIZ ARTMANN, sob a Matrícula 2405-8, com domicílio na Cidade e Município de Xavantina, Carteira de Identidade nº. 3.910.677-2 e do CPF 055.923.009-56, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu 40 horas, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Departamento de Esportes e NUM Professor Claudino Locatelli, para o período de 02/03/2015 a 16/12/2015.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 24/03/2015.

Ipumirim - SC, 24 de março de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 211/2015 DE 24 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A IDIANE REGINA POTTRATZ WILDNER, matrícula 2070-2, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 03/12/2013 a 02/12/2014 e gozo de 01/03/2015 a 30/03/2015 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos retroativo a partir de 01/03/2015.

Ipumirim - SC, 24 de março de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A IDIANE REGINA POTTRATZ WILDNER, matrícula 2070-2,

férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 03/12/2013 a 02/12/2014 e gozo de 01/03/2015 a 30/03/2015 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos retroativo a partir de 01/03/2015.

Ipumirim - SC, 24 de março de 2015.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 212/2015 DE 24 DE MARÇO DE 2015.
EXONERA POR TERMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

IDIANE REGINA POTTRATZ WILDNER, Matrícula 2270-5, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.334.076 e do CPF 076.010.599-52, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 173/2014, a presente portaria produzirá efeitos retroativo a partir de 01 de março de 2015.

Ipumirim - SC, 24 de março de 2015.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 213/2015 DE 24 DE MARÇO DE 2015.
CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO MEMBRO DO MAGISTERIO PUBLICO MUNICIPAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Teste Seletivo 001/2014. CONTRATA

IDIANE REGINA POTTRATZ WILDNER, sob a Matrícula 2406-6, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.334.076 e do CPF 076.010.599-52, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professora anos Iniciais do Ensino Fundamental, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, para o período de 02/03/2015 a 18/12/2015.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria

produzirá efeito retroativo a partir de 02/03/2015.

Ipumirim - SC, 24 de março de 2015.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 214/2015 DE 24 DE MARÇO DE 2015.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO A PEDIDO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

DANIELI FLORINDA VORTMANN, Matrícula 2354-0, com domicílio na Cidade e Município de Arbutã, Carteira de Identidade nº. 5.611.944 e do CPF 087.245.729-00, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial Nível 20, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 085/2015, a presente portaria produzirá efeito retroativo a partir de 20 de março de 2015.

Ipumirim - SC, 24 de março de 2015.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 215/2015 DE 24 DE MARÇO DE 2015.
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ELUANA SCHWERTZ, Matrícula 2345-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5.398.339-4 e do CPF 085.765.889-19, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial Nível 20, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 067/2015, a presente portaria produzirá efeito retroativo a partir de 06 de março de 2015.

Ipumirim - SC, 24 de março de 2015.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 216/2015 DE 24 DE MARÇO DE 2015.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO MEMBRO DO MAGISTERIO PUBLICO MUNICIPAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Teste Seletivo 001/2014. CONTRATA

ELUANA SCHWERTZ, sob a Matrícula 2407-4, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5.398.339-4 e do CPF 085.765.889-19, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professora de Educação Física, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior 30 Horas, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 30 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Isidoro Giacomini Savaris, para o período de 09/03/2015 a 18/12/2015.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 09/03/2015.

Ipumirim - SC, 24 de março de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 217/2015 DE 24 DE MARÇO DE 2015.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO MEMBRO DO MAGISTERIO PUBLICO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Teste Seletivo 001/2014 CONTRATA

DILVIANA CASON, sob a Matrícula 2408-2, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3781981 e do CPF 036.991.419-85, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professora de Educação Física, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior 10 Horas, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 10 horas semanais, lotação: Departamento de Esportes, para o período de 16/03/2015 a 18/12/2015.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 16/03/2015.

Ipumirim - SC, 24 de março de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 218/2015 DE 24 DE MARÇO DE 2015.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando também a homologação do resultado do Teste Seletivo 003/2013, prorrogado pela portaria 457/2014. CONTRATA

ELIZANDRA CRISTINA HABOSKI SCHMIDT, sob a Matrícula 2409-0, com domicílio na Cidade e Município de Faxinal dos Guedes-SC, Carteira de Identidade nº. 5955821 e do CPF 078.575.079-70, para ocupar o cargo em caráter temporário de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial Nível 20, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o período de 02/03/2015 a 18/12/2015.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 02/03/2015.

Ipumirim - SC, 24 de março de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 219/2015 DE 24 DE MARÇO DE 2015.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando também a homologação do resultado do Teste Seletivo 003/2013, prorrogado pela portaria 457/2014. CONTRATA

EDIANE CARLA HOFFMANN, sob a Matrícula 2410-4, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4134365 e do CPF 063.697.599-10, para ocupar o cargo em caráter temporário de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial

Nível 20, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o período de 02/03/2015 a 18/12/2015.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 02/03/2015.

Ipumirim - SC, 24 de março de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 220/2015 DE 24 DE MARÇO DE 2015.

ALTERA CARGA HORARIA DA PORTARIA 152/2015 QUE CONTRATOU EM CARATER TEMPORARIO MEMBRO DO MAGISTERIO PUBLICO MUNICIPAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002.

A L T E R A

Fica alterada a portaria que contratou ANGELA MARIA DEMARCO FIORENTIN, sob a Matrícula 2378-7, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.757.438-0 e do CPF 707.652.609-30, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professora para reforço Escolar, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, passando de 20 horas semanais para 30 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, para o período de 02/03/2015 a 14/12/2015. Ou até o preenchimento da vaga por Concurso Público.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeito retroativo a partir de 02/03/2015.

Ipumirim - SC, 24 de Março de 2015.

VALDIR ZANELLA

Prefeito.

PORTARIA Nº. 221/2015 DE 24 DE MARÇO DE 2015.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando também a homologação do resultado do Teste Seletivo 003/2013, prorrogado pela portaria 457/2014.
CONTRATA

JANIA RAIMUNDI DE MELLO, sob a Matrícula 2411-2, com domicílio

na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.958.500 e do CPF 050.028.099-10, para ocupar o cargo em caráter temporário de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial Nível 20, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o período de 09/03/2015 a 18/12/2015.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 09/03/2015.

Ipumirim - SC, 24 de março de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 222/2015 DE 24 DE MARÇO DE 2015.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando também a homologação do resultado do Teste Seletivo 003/2013, prorrogado pela portaria 457/2014.
CONTRATA

CRISTINA FERRAZZO TORRES DOS REIS, sob a Matrícula 2412-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5962009 e do CPF 097.653.539-44, para ocupar o cargo em caráter temporário de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial Nível 20, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o período de 11/03/2015 a 18/12/2015.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 11/03/2015.

Ipumirim - SC, 24 de março de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO N.º 2.790/2015

DECRETO Nº 2.790/2015.

DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOR COMISSÕES DE SINDICÂNCIA, INQUÉRITO E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001 e fundamentado nas disposições dos artigos n.º 169 e 170 da Lei Complementar n.º 001/97 de 30/12/1997 e,

CONSIDERANDO a importância das sindicâncias, dos inquéritos e processos administrativos disciplinares, a fim de apurar responsabilidades de servidores municipais em atos e fatos da administração;

CONSIDERANDO, a existência de servidores aptos ao exercício de tais funções nos diversos setores do serviço público municipal;

CONSIDERANDO ainda, a necessidade de se dar andamento ágil a tais feitos,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os servidores abaixo relacionados para compor as Comissões de Sindicância, Inquérito e Processo Administrativo Disciplinar da Administração Pública Municipal, durante todo o exercício de 2015, instaurados para cada caso específico, através de Portaria do Prefeito Municipal:

I. José Osnir Cardoso-Código nº14

II. Marcia Helena Cristofolini-Código nº 1080

III. Marina Cristiane da Silva-Código nº1600

IV. Rosana Donda Rückl- Código nº 192

V. Sezinanda Aparecida dos Santos-Código nº522.

Art. 2º Os servidores aludidos no artigo 1º, farão jus ao recebimento de "gratificação" de que trata a Lei Complementar nº 058//2012, de 28 de março de 2012, mensalmente, por até 04 (quatro) meses, quando participarem de Comissões de Sindicância, Inquérito e/ou Processo Administrativo Disciplinar devidamente instaurados por Portaria específica, podendo receber simultaneamente por até 02 (dois) processos os valores previstos na Lei.

Art. 3º Para cada procedimento ou processo, a Portaria de Instauração deverá indicar o Relator e o Secretário da Comissão.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto nº 2.546/2014 e demais disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 25 de Março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

DECRETO N.º 2.791/2015

DECRETO Nº. 2.791, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA GRUPO DE TRABALHO COM VISTAS A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE IRINEÓPOLIS - SC.

O Prefeito do Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o Grupo de Trabalho, composto por servidores públicos e representantes da sociedade civil, abaixo relacionados, tendo a responsabilidade de coordenar, acompanhar e encaminhar ações com vistas a elaboração do Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, conforme disposto na Legislação Federal:

I. Rodrigo Antônio Jurck - Representante da Secretaria Munic. da Administração

II. Antônio Osmilton L. da Costa - Representante do Conselho Municipal de Saúde

III. Sergio Roberto Binder - Representante da Secretaria Munic. da Infraestrutura

IV. Ana Paula Reichardt - Representante da Secretaria Munic. da Saúde

V. Ana Leticia Binder - Representante da Associação de Acadêmicos.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 27 de Março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DO PROCESSO Nº 12/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 12/2015

TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2015

RETIFICAÇÃO

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que o Processo Licitatório nº 12/2015, Tomada de Preços nº 03/2015, que seria realizado no dia 02 de abril de 2015, será realizado no dia 15 de abril de 2015 às 09:00 horas, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM PROJETO BÁSICO. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 15:00 hs, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro, Irineópolis SC, Fone 47 36251111 e 36251144, no site www.irineopolis.sc.gov.br

Irineópolis, 27 de março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 34/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 34/2015

Contratante - Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada - Alvadi Coelho

Objeto - ELABORAÇÃO DE LAUDO DE AVALIAÇÃO DE 02 (DUAS) GLEBAS RURAIS SITUADAS EM COLONIA VELHA NO PERÍMETRO URBANO DE IRINEÓPOLIS MATRICULADAS SOB OS Nºs 20355 e 9667 NO SERVIÇO REGISTRAL DA COMARCA DE PORTO UNIÃO/SC, com a emissão da respectiva ART - Anotação de Responsabilidade Técnica.

VALOR - R\$ 4.344,00 (quatro mil, trezentos e quarenta e quatro reais)

Vigência - 06/03/2015 a 30/06/2015.

Base Legal - Lei Federal nº 8.666/93 consolidada.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATORIO Nº 14/2015 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 14/2015

PREGÃO PRESENCIAL N.º 08/2015

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 14 de abril de 2015, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação MENOR PREÇO POR ITEM de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a "AQUISIÇÃO DE 01 ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, COM A FINALIDADE DE PROPORCIONAR MELHORES CONDIÇÕES DE TRAFEGABILIDADE E RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS, CONFORME PROPOSTA DE TRABALHO, ATRAVÉS DE RECURSOS DE CONVÊNIO E PRÓPRIOS". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111, e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 27 de março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA N º 113/2015

PORTARIA N º 113/2015.

HOMOLOGA RESULTADO DO TESTE SELETIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO - EDITAL N º 001/2015/SMDC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 I e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º -HOMOLOGAR o resultado do Teste Seletivo da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário - Edital nº 001/2015/SMDC, com sua respectiva classificação final, conforme anexo único, parte integrante deste ato.

Art 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 26 de Março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

ANEXO ÚNICO - PORTARIA Nº 113/2015

TESTE SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EDITAL Nº 001/2015/SMDC

NOME	CLASSIFICAÇÃO	NOTA CURRÍCULO	NOTA ENTREVISTA	TOTAL	Nº da Inscrição
Jeniffer Aline Avancini	1º	5,0	5,0	10,0	017
Josilaine Montoski	2º	4,0	5,0	9,0	003
Carla Daiane Rodrigues	3º	5,0	4,0	9,0	019
Caroline Augusta Koderer	4º	4,0	4,0	8,0	004
Samara Andressa Ruckl	5º	3,0	5,0	8,0	013
Gessica Greschechen	6º	4,0	4,0	8,0	010
Jéssica Luana Nicoluzzi	7º	3,0	4,0	7,0	018
Paulo Michahouski Maidel	8º	3,0	4,0	7,0	026
Andrea Calza Martins	9º	3,0	3,5	6,5	016
Guido Rafael Ressel	10º	2,0	4,5	6,5	012
Meiriele Sabina Parra	11º	2,0	4,5	6,5	008
Janaine Estriser	12º	3,0	3,5	6,5	007
Ana Luiza Damaris Negrin	13º	2,0	4,0	6,0	005
Maiara Estriser	14º	2,0	4,0	6,0	025
Julio Andrei Nascimento	15º	2,0	4,0	6,0	011
Suzana Zielinski	16º	2,0	3,75	5,75	023
Natalia Bueno Ferreira	17º	2,0	3,5	5,5	024
Ana Paula Ap. Pasqualli França	18º	2,0	3,5	5,5	014
Daniele Benda Antocheski	19º	2,0	3,25	5,25	021
Adriane Banak Zaions	20º	1,0	3,5	4,5	015
Taylon Kuyava Stein	21º	1,0	3,25	4,25	002
Lucas Roberto Mikoski Dias	22º	0,0	3,75	3,75	022
Valquiria Senn Batista	Desclassificada	2,0	Não compareceu	2,0	009
Jessica Caroline Teodoro	Desclassificada	2,0	Não compareceu	2,0	006
Jaine Jamile Nicoluzzi	Não possui idade exigida no edital				020
Marislaine Bonete	Não possui idade exigida no edital				001

PORTARIA N º 114/2015

PORTARIA Nº. 114/2015.

SUBSTITUI MEMBRO EM COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001 e fundamentado nas disposições do art. 7º, § 5º da Lei nº 1315/2007 de 27/07/2007,

RESOLVE:

Art. 1º - SUBSTITUIR por motivo de exoneração a pedido do serviço público municipal, na Comissão de Processo Administrativo nº 008/2014, instituída pela Portaria nº 546/2014, o servidor Edson Luiz Rosa, nomeando para fazer parte da composição da referida Comissão e designando para as funções de Relatora, a servidora SEZINANDA APARECIDA DOS SANTOS, código nº 522, ocupante do cargo efetivo de Atendente de Creche, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município, em exercício do cargo comissionado de Diretora de Departamento, com a finalidade de apuração, análise e julgamento dos fatos descritos na supracitada Portaria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 26 de Março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

RESOLUÇÃO Nº 03/2015

RESOLUÇÃO N º. 003/2015.

"CONCEDE LICENÇA A TÍTULO DE PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDOR EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º -Conceder Licença à Título de Prêmio por Assiduidade, no período de 01/04/2015 à 30/04/2015, ao servidor efetivo EDINILSON BRAND.

Art 2º -Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, 25 de Março de 2015.

WIANEY DE CASSIA O. G. TELES DOS SANTOS

Presidente.

RESOLUÇÃO Nº 04/2015

RESOLUÇÃO Nº 004/2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis cidadã WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 105, inciso VII da Lei Complementar nº 07/2001, de 15.10.2001, e em conformidade com a Lei Complementar nº 01/97, de 30/12/1997,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares à servidora abaixo relacionada:

NomeCargo Período de Férias

1Rosane Aparecida de OliveiraAuxiliar de Enfermagem01/04 a 30/04/2015

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis (SC), em 25 de Março de 2015.

WIANEY DE CASSIA O. G. TELES DOS SANTOS

Presidente.

Itá

PREFEITURA

EDITAL 002 PROCESSO SELETIVO 002/2015

EDITAL 002 DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 002/2015

A PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e considerando o disposto no inciso IV do artigo 2º da Lei Complementar nº 031/2006, que "dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público e dá outras providências" torna público, para o conhecimento dos interessados, a Homologação das Inscrições do Processo Seletivo 002/2015, objetivando a formação de cadastro reserva para a contratação em caráter temporário de estagiários para atuação nas diversas secretarias da Administração Municipal.

Inscrições Homologadas

Inscrição nº	Nome
001	Genuir José Andrioli Junior
002	Fernanda Scheneider Maba
003	Cristiane Silvia Mertins Marcanzoni
004	Macson Rodio
005	Ian Rick Bartniski
006	Jonathan Daniel Moreira
007	André Luis Tombini
008	Cristiane Mara Dallelaste Telles
010	Claudia Michele Brandt
011	Igor Luan Hartmann
012	Raissa de Freitas Schmoller Raspini
013	Amanda Paula Roy Pereira da Silva
014	Paulo Vinicius Hassemer
015	Willian Romildo Gehardt Nietiedt
016	Claudia Regina Buche
017	Milena Jussara Pedroso
018	Gabriel Alves da Silva
019	Luana Kellen Bedin
020	Janieli Canal
021	Arian Luis Zeni
022	Erica Tamires Jesus de Carvalho
023	Paola Cristina Antunes
024	Tatiane Armelinda Guedes
025	Tales Vieira Wienke
026	Willian Wagner de Brito Coura
027	Alessandra Hall
028	Juliana Gollo
029	Andrei de Souza Golo
030	Darlei de Souza Golo
031	Luiz Gabriel Bittencourt
032	Kiria Poliana Bittencourt
033	Daniel Marcelo Minski
034	Lilian Rafaela Minella
036	Amanda Porn

037	Yuri Bisol Castilho
038	Samara da Silva Dahmer
039	Juliano Fedrizzi
040	Elisei Luis Golo
041	Anderson Rhoden
042	Ana Maria Rhoden
043	Indiara Giombelli

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

Inscrição nº	Nome
009	*Aline Inaraí da Costa
035	**João Vitor Gonçalves Correia

*Documentação incompleta;

**Estudante do Ensino Fundamental;

Itá/SC, 30 de março de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

PROCESSO SELETIVO 001/2015 - EXTRATO RECURSOS

MUNICÍPIO DE ITÁ/SC

EXTRATO DE EDITAL Nº 003/2015

REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA

O Município de ITÁ/SC TORNA PÚBLICO o resultado dos recursos do Gabarito Preliminar, bem como divulga o relatório de notas da Prova Objetiva. PERÍODO DE RECURSOS: dia 27/03/2015, no horário das 7h30min às 11h30min. O Edital na íntegra encontra-se divulgado no Mural Oficial de Avisos e Publicações da Prefeitura e nos sites www.objetivas.com.br e www.ita.sc.gov.br. ITÁ, 26 de março de 2015. LEIDE MARA BENDER – Prefeita Municipal.

PROCESSO SELETIVO 001/2015 - HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ITÁ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL EDITAL DE Nº 002/2015

REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA.

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de ITÁ/SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, e Regime Jurídico - Lei Complementar nº 035, de 11 de dezembro de 2006 e alterações, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1.A PROVA OBJETIVA, para todos os cargos, será aplicada no dia 15/03/2015 (domingo), às 14h, na Escola Municipal de Educação Básica Valentin Bernardi, sita à Rua Salto Santiago nº 396, Vila Gerasul, no Município de Itá/SC.

1.1.Desde já, ficam todos os candidatos convocados a comparecerem com antecedência de 1 (uma) hora ao local das provas, portando documento de identidade original que bem os identifique e esteja em bom estado de conservação, bem como o comprovante de inscrição no Concurso Público (boleto bancário devidamente quitado) e caneta esferográfica azul ou preta de ponta grossa.

1.2.Serão aceitos como documentos de identidade: Carteiras e/

ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Polícia Militar; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por Lei Federal, são válidos como documento de identidade, como, por exemplo, as Carteiras do CRA, CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/97) e Cédula de Identidade para Estrangeiros. **NÃO SERÁ ACEITA CÓPIA DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE, MESMO QUE AUTENTICADA.** Caso o candidato tenha documento de Identidade aberto, avariado ou com foto desatualizada, deverá portar outro documento (dentre os acima citados).

2.HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES: todos os candidatos inscritos tiveram sua inscrição homologada, conforme relatório nominal de candidatos, Anexo I deste Edital, que está divulgado no Mural Oficial de Avisos e Publicações da Prefeitura Municipal, bem como, em caráter meramente informativo, pelos sites www.objetivas.com.br e www.ita.sc.gov.br.

3.Gabarito Preliminar da Prova Objetiva, que será realizada em 15/03/2015, será divulgado no dia 16/03/2015, a partir das 14h, no Mural Oficial de Avisos e Publicações da Prefeitura Municipal, bem como, em caráter meramente informativo, pelos sites www.objetivas.com.br e www.ita.sc.gov.br.

4.Os candidatos interessados em interpor recursos relativos ao Gabarito Preliminar poderão fazê-lo no dia 17/03/2015, em conformidade com o disposto no Capítulo 7, do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura, situada à Rua Principal nº 16 - Bairro Vila Gerasul - Itá/SC, no horário das 7h30min às 11h30min. No mesmo período e local de recursos haverá vista da Prova Padrão de todos os cargos, sob fiscalização. Este é o único momento para vista de Prova Padrão.

5.O ato público de correção eletrônica dos cartões de respostas, conforme previsto no item 6.1.2 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015 será realizado no dia 17/03/2015, às 14h, na sede da Objetiva Concursos.

6.O resultado da Prova Objetiva, após a análise dos recursos eventualmente interpostos contra o Gabarito Preliminar, será divulgado a partir do dia 26/03/2015.

Prefeitura Municipal de Itá/SC, 24 de fevereiro de 2015.

Registre-se e publique-se.

LEIDE MARA BENDER,

Prefeita Municipal.

PROCESSO SELETIVO 001/2015 - RELATÓRIO CANDIDATOS

AUXILIAR DE CLASSE Nome	Inscrição
ADEMAR DIAS DO CARMO	276
ADRIANA MARTIORI	204
AMANDA PAULA ROY PEREIRA DA SILVA	288
ANA PAULA REMOCRI	298
CHAIANA PAULA FANTIN	208
CLARICE DREXLER	302
CLARICE KOCH COVATTI	281
CLAUDIA MARIA DOS SANTOS	216
CLECI TONIOLO	230
CRISTIANE DE OLIVEIRA	249
DANIELA NADIA FERREIRA	280
DENISE SIMON	229
DIANA CARLA DE ARAUJO	217
DIONEI TERESINHA DOS SANTOS DINNEBIER	207
DIRLEI SALETE OLDONI BORDIGNON	268
ELIANE SALETE SCHAPARINI BRAND	295
ELISANDRA KOLBOW	326
ELISANGELA CERVELIN	260
FABIANA FELIX BUENO	287
FABIOLA PAULA LOMBARDI	225
FERNANDA ANA BIANCHI	309
GISELE MELANIA SCUSSEL PADOVA	324
GISLAINE SEIBEL MARCANZONI	236
GUILHERME GOMES AZZOLINI	247
GUIOMARA GOMES MARCANZONI	243
IASSANE GECICA SPAGNOLO	237
IEDA MARIA SIMON	240
INES MARIA LEISER	248
IVAN PADILHA DOS SANTOS	228
IVONE TERESINHA NOSSAL BEVILAQUA	275
IVONETE DENIS WOLLMANN BURNIER	219
JOANE CAMILA SCHIAVINI NICODEM	264
JOSE DANIEL PERTUSATTI NUNES DA SILVA	245
KELIN CATIA DE PICOLI	239
KELIN REGINA BRUSAMARELLO	262
LARISSA TACCA	211
LIDIA SALETE CERVELIN	220
MAIARA CARLA VALMORBIDA	244
MARAISE DREON DALL BELLO	321
MARCIANE DELCI CARBONERA	233
MARILI CRISTINA MINELLA	329
MICHELI FATIMA FURLAN	308
NOIMI LURDES SCHINELL	301
ODETE MARIA HABOSKI RESMINI	222
RAQUEL MARIA BOHRER	310
ROSELEI ILHA	250
ROSELI FATIMA GOLO DALLASTE	242
ROSMERI ILHA	305
SILIZANE PADILHA DOS SANTOS	215
SIMONE PATRICIA SALVI KLEIN	251

SIRLEI MARIA STRINGUI	279
SONIA DA SILVA	209
TATIANA RAMOS DOS SANTOS	286

TATIANE MARCOLINO DE OLIVEIRA GOMES	238
VANESSA ALVES	285
VANESSA DALL BELLO	320
VANESSA PAULA PIQUETTI	292
VANUSA MARIA NERIS PERIN	284

MÉDICO VETERINÁRIO	
Nome	Inscrição
ALAN EDUARDO BAZZAN	246
ALESSANDRO CASERI	291
ANGELISA HAHN BIAZUS	315
BRUNO RICARDO CONTESSOTO DA SILVA	261
CAMILA DE OLIVEIRA	306
CAMILA PAULA BARON	269
CAMILE DEFILTRO	234
CAROLINE DO COUTO	311
CAROLINE ROSA MONTEIRO	294
CASIEL BALDISSARELLI	231
CEZAR AUGUSTO DE AVILA SILVA	270
CLEO HEITLING RITTES	203
CRISTINA BEATRIZ MANJABOSCO	205
DANIEL SOMENSI	289
DANIELE CAMILLO	299
DENISE SIMON	227
EDUARDA BASSO	272
EDUARDO JONAS MARTINI DOS SANTOS	307
FELIPE ROCKENBACH	266
GESSICA PERIN	254
GIAN CARLO SEGANFREDO	273
GIOVANNI TIAGO ZANELLA	263
GUILHERME AUGUSTO GOETTEMES	304
ISIS BURTET JANKUS	293
JAIME SARDA ARAMBURU JUNIOR	206
JANIER LUIS KAPPES	271
JAQUELINE FERNANDA BOMBASSARO	201
JESSICA MIDORI TAKESHITA	323
JESSICA SCORTEGAGNA	327
JOAO AUGUSTO SOLDI	300
JONILZA APARECIDA MARTINS HOLLAS	325
JORDANA MAGRO	255
JULIANA LAZAROTO	221
KASSIO ADILTON WENTZ	232
KLEBER FELIPE LINHARES	274
LEANDRO ANDERSON RHODEN	253
LEANDRO DA ROSA CAMARATTA	235
LEANDRO PAULO DALLA COSTA	322
LUCAS GIACOMIN	267
MARCELA DA SILVA TRINDADE	278
MARCIO NASCIMENTO ANHAIA	226
MATEUS ELOIR GABRIEL	314

MATHEUS MAUSBACH SIMAO	290
MEILINGUI LUIZA OLDONI	223
PAULO HENRIQUE MORETTO KEHL	317
RAFAEL LUIZ OLIVO	313
RAFAELA BIFFI	252

RAIZA NICOLLE CORTE	277
REGINA CARLA GUSATTO	258
RENAN CAMILLO DE BORTOLI	319
RENATO DOS SANTOS	312
ROBERTO VIVIAN	328
RODRIGO COSTA FERREIRA	283
RONALDO LIMA DE LIMA	202
ROSEMA SANTIN	316
SANDRA BERENICE KURTZ SILVA	282
SARA HELEN ZARTH	256
SARA LETICIA VON ROEDER MICHEL SCHRAIBER	297
SILVIO RENATO CORREA PACHECO	210
TAILANA CRISTINA DE BORBA	296
TALITA VIEIRA	241
VANESSA RODRIGUES PEREIRA	257
VICENTE BIRNFELD DE ANDRADE	318

PROCESSO SELETIVO 001/2015 - ANEXO - NOTAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ
RELATÓRIO DE NOTAS DA PROVA OBJETIVA
ANEXO I DO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - 26/03/2015
REALIZAÇÃO OBJETIVA CONCURSOS LTDA.**

AUXILIAR DE CLASSE

Nome	Inscrição	LP	MAT	C GER	CONH	Resultado
ADRIANA MARTIORI	204	4,00	4,00	6,00	50,00	64,00
AMANDA PAULA ROY PEREIRA DA SILVA	288	12,00	16,00	6,00	30,00	64,00
ANA PAULA REMOCRI	298	8,00	8,00	8,00	35,00	59,00
CLARICE DREXLER	302	12,00	0,00	8,00	45,00	65,00
CLARICE KOCH COVATTI	281	12,00	8,00	8,00	30,00	58,00
CLAUDIA MARIA DOS SANTOS	216	4,00	12,00	6,00	40,00	62,00
CLECI TONIOLO	230	4,00	16,00	8,00	45,00	73,00
DANIELA NADIA FERREIRA	280	12,00	16,00	8,00	40,00	76,00
DENISE SIMON	229	12,00	16,00	10,00	45,00	83,00
DIANA CARLA DE ARAUJO	217	12,00	4,00	4,00	35,00	55,00
DIONEI TERESINHA DOS SANTOS DINNEBIER	207	4,00	8,00	4,00	40,00	56,00
DIRLEI SALETE OLDONI BORDIGNON	268	8,00	8,00	8,00	40,00	64,00
ELIANE SALETE SCHAPARINI BRAND	295	4,00	12,00	8,00	30,00	54,00
FABIOLA PAULA LOMBARDI	225	16,00	12,00	8,00	45,00	81,00
FERNANDA ANA BIANCHI	309	16,00	4,00	6,00	40,00	66,00
GISLAINE SEIBEL MARCANZONI	236	4,00	12,00	8,00	45,00	69,00
GUIOMARA GOMES MARCANZONI	243	12,00	0,00	10,00	30,00	52,00
IASSANE GECICA SPAGNOLO	237	0,00	4,00	8,00	35,00	47,00 R
IEDA MARIA SIMON	240	0,00	12,00	6,00	40,00	58,00
INES MARIA LEISER	248	20,00	4,00	10,00	50,00	84,00
IVAN PADILHA DOS SANTOS	228	12,00	12,00	6,00	40,00	70,00
IVONE TERESINHA NOSSAL BEVILAQUA	275	8,00	4,00	8,00	30,00	50,00
IVONETE DENIS WOLLMANN BURNIER	219	20,00	8,00	8,00	50,00	86,00
JOANE CAMILA SCHIAVINI NICODEM	264	20,00	12,00	8,00	45,00	85,00
JOSE DANIEL PERTUSATTI NUNES DA SILVA	245	8,00	4,00	2,00	10,00	24,00 R
KELIN CATIA DE PICOLI	239	12,00	4,00	4,00	45,00	65,00
KELIN REGINA BRUSAMARELLO	262	4,00	8,00	4,00	40,00	56,00
MAIARA CARLA VALMORBIDA	244	16,00	12,00	8,00	45,00	81,00
MARAISE DREON DALL BELLO	321	12,00	4,00	4,00	20,00	40,00 R
MARILI CRISTINA MINELLA	329	12,00	16,00	8,00	45,00	81,00
MICHELI FATIMA FURLAN	308	12,00	16,00	6,00	40,00	74,00
ODETE MARIA HABOSKI RESMINI	222	4,00	4,00	8,00	30,00	46,00 R
ROSELEI ILHA	250	4,00	0,00	8,00	30,00	42,00 R
ROSELI FATIMA GOLO DALLASTE	242	8,00	4,00	6,00	35,00	53,00
SILIZANE PADILHA DOS SANTOS	215	8,00	12,00	6,00	35,00	61,00
SIMONE PATRICIA SALVI KLEIN	251	16,00	16,00	4,00	30,00	66,00
SIRLEI MARIA STRINGUI	279	4,00	16,00	6,00	35,00	61,00
SONIA DA SILVA	209	4,00	12,00	8,00	50,00	74,00
TATIANE MARCOLINO DE OLIVEIRA GOMES	238	8,00	4,00	6,00	40,00	58,00
VANESSA ALVES	285	4,00	12,00	6,00	45,00	67,00
VANESSA DALL BELLO	320	12,00	12,00	4,00	45,00	73,00
VANUSA MARIA NERIS PERIN	284	20,00	8,00	8,00	45,00	81,00

MÉDICO VETERINÁRIO

Nome	Inscrição	LP	MAT	C GER	CONH	Resultado
ALAN EDUARDO BAZZAN	246	12,00	16,00	6,00	25,00	59,00
ANGELISA HAHN BIAZUS	315	20,00	16,00	6,00	25,00	67,00
CAMILA PAULA BARON	269	8,00	12,00	10,00	30,00	60,00
DANIEL SOMENSI	289	8,00	16,00	6,00	20,00	50,00
EDUARDA BASSO	272	4,00	4,00	4,00	15,00	27,00 R
EDUARDO JONAS MARTINI DOS SANTOS	307	0,00	12,00	6,00	20,00	38,00 R
GUILHERME AUGUSTO GOETTEMMS	304	12,00	16,00	10,00	25,00	63,00
JAQUELINE FERNANDA BOMBASSARO	201	16,00	12,00	8,00	25,00	61,00
JORDANA MAGRO	255	8,00	16,00	6,00	20,00	50,00
JULIANA LAZAROTO	221	0,00	8,00	2,00	25,00	35,00 R
KLEBER FELIPE LINHARES	274	8,00	16,00	2,00	20,00	46,00 R
LEANDRO ANDERSON RHODEN	253	16,00	8,00	4,00	25,00	53,00
MEILINGUI LUIZA OLDONI	223	0,00	8,00	4,00	10,00	22,00 R
RAFAELA BIFFI	252	0,00	12,00	8,00	20,00	40,00 R
REGINA CARLA GUSATTO	258	16,00	4,00	2,00	10,00	32,00 R
RENAN CAMILLO DE BORTOLI	319	8,00	12,00	8,00	25,00	53,00
RENATO DOS SANTOS	312	16,00	12,00	8,00	35,00	71,00
ROBERTO VIVIAN	328	4,00	16,00	6,00	25,00	51,00





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ
RELATÓRIO DE NOTAS DA PROVA OBJETIVA
ANEXO I DO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO N° 003/2015 - 26/03/2015
REALIZAÇÃO OBJETIVA CONCURSOS LTDA.

RODRIGO COSTA FERREIRA	283	8,00	12,00	8,00	20,00	48,00 R
ROSEMA SANTIN	316	12,00	12,00	10,00	30,00	64,00
SARA HELEN ZARTH	256	16,00	12,00	10,00	20,00	58,00
SILVIO RENATO CORREA PACHECO	210	8,00	16,00	6,00	10,00	40,00 R
TALITA VIEIRA	241	8,00	4,00	4,00	20,00	36,00 R

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 54, DE 25 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 54, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a transferência de alunos em escolas municipais e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o inciso V do art. 59, c/c a alínea "o" do inciso I do art. 75, ambos da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO a necessidade de reforma e ampliação da Escola Municipal Bela Vista;

Decreta:

Art. 1º. Fica autorizada a transferência dos alunos matriculados no 6º ano da Escola Municipal Bela Vista para a Escola Municipal Funei, sita à Rua da Matriz, cidade e município de Itapiranga SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 25 de março de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos.

DECRETO Nº 53, DE 25 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 53, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta da previsão de "Superavit Financeiro" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.939 de 25 de novembro de 2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente de 2015, por conta do "Superavit Financeiro", verificado no exercício anterior, nas seguintes fontes de Recurso:

151 - Rec. Tes. Exerc. Anterior - Recursos Ordinários, no valor de R\$ 498.000,00.

06.03 - Secretaria Mun. Educ. Cult. e Desporto - Outras Fontes
13.392.0153.2036- Manutenção da Biblioteca Municipal e Museu Público Municipal
31.90.00.00.00.00.00.0151 - Aplicações Diretas R\$ 198.000,00

27.812.0073.2022 - Manutenção das Atividades do Setor de Cultura e Esporte
31.90.00.00.00.00.00.0151 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 25 de março de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

DECRETO Nº 55, DE 26 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 55, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, exercício de 2015, por conta da previsão da "Operação de Crédito Autorizada" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.939 de 25 de novembro de 2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga, por conta da "Operação de Crédito Autorizada", na fonte de recursos 116 - Operação de Crédito Interna, no valor de R\$ 2.998.940,00 (dois milhões novecentos e noventa e oito mil, novecentos e quarenta reais), na seguinte dotação orçamentária:

03.03 - Secretaria Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos - Urbanismo
15.451.0076.1006- Construção e Manutenção de Asfalto, Calçamento e Passeios
44.90.00.00.00.00.00.0116 - Aplicações Diretas R\$ 2.998.940,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 26 de março de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

Itapoá

PREFEITURA

ATA DO PREGÃO Nº 15-2015 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO - DESERTA

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DE ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

Data	27/03/2015	Horário: 09h:30m
Licitação /Modalidade	PREGÃO	Nº 15/2015
	REGISTRO DE PREÇO	Nº 06/2015
	PROCESSO	Nº 27/2015

OBJETO:

Aquisição de gêneros de alimentação para uso do Abrigo Provisório, Benefício Eventual e para Secretaria Municipal (em reuniões e eventos), conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

Ao vigésimo sétimo dia do mês de março do ano de dois mil e quinze, às 09h30min, na sede da Prefeitura Municipal de Itapoá/SC, reuniram-se a Pregoeira Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA e a Equipe de apoio, composta por Isabela R. Dutra Pohl e Mariza Aparecida Filla, conforme Decreto nº 2388/2015, para os procedimentos inerentes a Sessão de Pregão em epigrafe, conforme Edital respectivo e seus anexos. A Pregoeira deu início a sessão constatando que não houve entrega de envelopes, desta forma o presente certame foi DESERTO. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão indo esta assinada por todos os presentes exatamente às 09h40min.

Itapoá, 27 de março de 2015.

FERNANDA CRISTINA ROSA PREGOEIRA OFICIAL	
ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL MEMBRO	MARIZA APARECIDA FILLA MEMBRO

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº24/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº24/2015

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratado: VALERIN PACHECO, brasileiro, solteiro, portador do CI. RG nº 3.644.470-3 SSI/SC, e inscrito no CNPF/MF sob nº 799.895.439-68, residente e domiciliado a Rua Angelina Pedroso, nº 288, Balneário São José.

Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2015 - PROCESSO Nº 34/2015.

Objeto: Constitui o objeto deste contrato a locação de um Imóvel tipo pavilhão em alvenaria, contendo 02 (dois) banheiros, com aproximadamente 1260m2 de área e construída e 1.700 m2 de pátio livre, localizado à Rua José da Silva Pacheco, nº 1.185, no Lote nº 11 da Quadra nº 04, no loteamento Balneário São José, registrado no Registro de Imóveis da Comarca de Itapoá, sob a matrícula de nº 64.012, livro nº 02, ficha nº 01.

VALOR R\$: \$ 25.600,00 (vinte e cinco mil e seiscentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 26/03/2015

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato terá início em 30/03/2015, finalizando-se em 30/11/2015, podendo ser prorrogado, renovado ou rescindido a qualquer tempo de acordo com o

interesse da Administração Pública.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO/VAGAS REMANESCENTES EDITAL N.º 19/2015

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO/VAGAS REMANESCENTES Edital N.º 19/2015

ARTE

Class.	Proto-colo	Nome
1	01	Daniella Terezinha Pagnocelli (habilitada)
2	02	Patrícia Perpetua Guedes (estudante)
3	03	Priscila Scholze Becker (estudante)
4	04	Graziela Benkendork (Ensino Superior em Designer c/ horas de curso na área da Arte)

EDUCAÇÃO FÍSICA

Class.	Proto-colo	Nome
1	01	Rafael dos Santos da Silveira (habilitado)
2	02	Dyana Erclia Bernardino (habilitado)
3	03	Amanda Monique Rodrigues (estudante)
4	04	Thiago Camargo (estudante)
5	05	Valdinei Pacheco (estudante)
6	06	Ludili Janaina Proenã (estudante)
7	07	Joari Soares Rosa (estudante)
8	08	Daiane Ercego Alves de Almeida (estudante)
9	09	Julio Cesar Mendes Ribas (habilitado)

Itapoá, 27 de março de 2015

Terezinha Fávaro da Silveira

Secretária de Educação

SECRETARIA DE SAÚDE: CLASSIFICAÇÃO FINAL EDITAL 013/2015

CLASSIFICAÇÃO FINAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 013/2015 - RECEPCIONISTA

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições legais, torna público a Classificação Final do Processo Seletivo Simplificado para o cargo de Recepcionista

CLASS.	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
1ª	Sueli Eulalia Quadros	93
2º	Ticiane Reis Abrantes	91
3º	Daniella Terezinha Pagnoncelli	90
4º	Marlon E. De Carvalho	89
5º	Juliana Cardoso Corbetta	88
6º	Natalia Fernanda Bezerra Pirola	87
7º	Amanda Barbosa da Silva	87
8º	Ingrid Meirjurgem Saad	86
9º	Gabriele de Melo Machado	85

10º	Thaila Geisy Kuboski	84
11º	Michele Dayse da Silva	83
12º	Jean Cromacio da Silva	83
13º	Vanessa Pereira Schmoeller	83
14º	Marcia Rosa da Costa Correa	81
15º	Larissa Carvalho	81
16º	Dalila Afonso da Silva	81
17º	Juliane Maia Mendes de Oliveira	79
18º	Cilene Rosilene Bezerra	79
19º	Regina Gloria dos Santos Martins	78
20º	Fabricio Campana Peres	77
21º	Bruna de Pauli Almeida	77
22º	Fernanda Oliveira da Paixão Belinelli	76
23º	Jacqueline Reis de Lima Marquete	74
24º	Fernanda Fallgatter da Silveira	74
25º	Cristiane do Socorro Costa da Silva	73
26º	Cristiane Aparecida Moro	72
27º	Mari Iolanda Kohlbeck	72
CLASS.	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
28º	Sussimara da Silva	72
29º	Adelyne Angelica Hagge	72
30º	Ana Denise Moreira	71
31º	Leda Bertoli Alexandrino	70
32º	Silvane Lindebeck	70
33º	Talita Aparecida Coelho Chagas	70
34º	Sonia Aparecida dos Santos	69
35º	Liziany de Fatima Koppe	69
36º	Jaqueline Ivanski	69
37º	Francine Ramos	69
38º	Natalia Dani Benck	69
39º	Tassiane Cordeiro	68
40º	Monaliza Maia da Luz	68
41º	Eveliny de Souza Silva	67
42º	Caroline Pereira	67
43º	Regina Missel Vasques	66
44º	Patricia de Oliveira	66
45º	Kelli Vanusa Lemonie	66
46º	Jhanefer Fernandes dos Santos	66
47º	Hellye Jacqueline Wojakevicz	65
48º	Luciana Pedroso Sprigigo	65
49º	Jhessica Galante Cabral de Jesus	65
50º	Mariana de Souza Gonsalves	65
51º	Caoany Olegario Schendroski	65
52º	Gisele Aparecida de Oliveira	64
53º	Leticia da Silva Bucoff Gonçalves	63
54º	Marilize Nunes de Jesus da Silva	62
55º	Thais Vicente da Silva Vargas	61

Itapoá, 27 de Março de 2015.
 Marciane Rech
 Enfermeira Coordenadora ESF

Joseane Maria Soares de Lima
 Agente Administrativo II

Susinei Ribeiro Schultz
 Agente Administrativo II

TERMO ADITIVO Nº 19/2015

TERMO ADITIVO Nº 19/2015 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 39/2014. (2º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Planejamento e Urbanismo, o Sr. MÁRCIO ROBERTO GONZATTO, portador do CI. RG nº 49539990 SSP/SC e do CNPF/MF nº 452.547.969-87 e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, de outro lado a Empresa GEO CONSULTORES ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA com sede à Rodovia Alfredo Analceto da Silva, KM 1, Bairro: Sertão dos Correias, na cidade de Tubarão/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 00.141.979/0001-18 e Inscrição Estadual: Isento, representada neste ato pelo sócio-procurador, o Sr. ALNAHAR OLIVEIRA, portador do CNPF/MF nº 037.834.639-39 e do CI. RG nº 4.137.878-4 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar a Contratação de empresa para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para regularização fundiária das glebas I e II, em atendimento à exigência da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina - FATMA, conforme memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade CONVITE Nº 09/2014 - PROCESSO Nº 47/2014, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 39/2014, em 30 (trinta) dias corridos contados a partir do dia 31/03/2015, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 39/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 39/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 27 de março de 2015.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA GEO CONSULTORES ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA ALNAHAR OLIVEIRA
MÁRCIO ROBERTO GONZATTO SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E URBANISMO	
Testemunhas: NOME: CNPF/MF:	NOME: CNPF/MF:

Joaçaba

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA - FMCE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA PARA ESCOLHA DE REPRESENTANTES E SUPLENTES VISANDO A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE

A Fundação Municipal de Cultura e Esportes (FMCE) convoca por meio do presente Edital todas as Associações, Clubes e Ligas Desportivas que representam o Município de Joaçaba em competições esportivas para participarem da Assembleia para a escolha de representantes junto ao Conselho Municipal de Esportes - CME, na data e local abaixo especificados, conforme determina a Lei Municipal nº 4568/26 DE DEZEMBRO DE 2014 e suas alterações:

DO OBJETO

Trata o presente Edital de convocação para Assembleia para escolha dos representantes e suplentes que comporão o Conselho Municipal de Esporte (CME), por parte das Entidades representativas descritas no artigo 2º (Representantes da Sociedade Civil) da Lei Municipal nº 3940/2009, para o mandato de 2014/2016.

DO LOCAL E DAS DATAS

As Entidades interessadas em indicar membros para composição do CME deverão participar da Assembleia, que será realizada no dia 10 de Abril de 2015, às 17h na FME, situada a Rua Tiradentes, nº 170, Casa da Cidadania, Joaçaba, SC.

DA PARTICIPAÇÃO

Poderão indicar membros para o CME, nos termos do artigo 2º da Lei Municipal nº 3940/2009, representantes das Associações, Clubes e Ligas Desportivas que representam o Município de Joaçaba nas competições esportivas em que participam.

DOS DOCUMENTOS

As entidades interessadas deverão apresentar no momento da Assembleia os seguintes documentos:

- Cópia da ata de eleição da Diretoria, em caso de participação do Presidente, ou carta de preposição conforme o caso;
- Cópia do Estatuto da entidade atualizado;
- Documento de identidade.

DA TRAMITAÇÃO DO PROCESSO

Após o credenciamento das Entidades participantes que terão direito a voto, as mesmas poderão fazer a indicação dos nomes dos interessados em fazerem parte do CME.

Indicados os nomes serão os mesmos postos em votação, sendo que os 03 (tres) que obtiverem o maior número de votos serão os representantes titulares junto ao CME, e os 04 (quatro) subsequentes serão os suplentes.

Havendo empate, haverá realização de sorteio entre os inscritos. Os membros indicados tomarão posse e terão mandato de 02 (dois) anos, conforme determina o artigo 4º da Lei Municipal nº 4568/26 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba (SC) para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução deste Edital, esgotadas as vias administrativas.

Joaçaba, 27 de Março de 2015.

Rony Edson Lenz

Superintendente da FMCE

EXTRATO PL 6/2015/FMAS - PP 5/2015/FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2015/FMAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2015/FMAS

Objeto: Registro de Preços de locação de brinquedos infláveis e mecânicos para área externa, com disponibilização de monitores, destinados aos eventos organizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba, SC. Data da abertura: Dia 28/04/2015, a partir das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 28/04/2015, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br

Joaçaba, 27 de março de 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MÁRIO WOLFART

Secretário

RESOLUÇÃO Nº01/2015 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº01/2015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

“DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SERVIDORES PARA CONDUZIREM VEÍCULOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO”

O Secretario Municipal de Educação de Joaçaba (SC), no uso de suas atribuições, RESOLVE:

Art.1º - Autorizar os seguintes servidores a conduzirem os veículos da Secretaria de Educação, conforme relação abaixo:

- Danusa de Britto Oliveira;
- Eliane Ferronato;
- Fernanda Lunardi;
- Gabriela Pratto;
- Rafael Martini Veiga.

Parágrafo Único - A Carteira Nacional de Habilitação deverá estar dentro da data de validade.

Art.2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 27 de março de 2015.

José Luiz Junqueira de Carvalho

Secretário de Educação

Lages

PREFEITURA

CONTRATO Nº 01 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS

EXTRATO DE CONTRATO:

O MUNICÍPIO DE LAGES / SC TORNA PÚBLICO:

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS MUNICIPAIS/ QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE LAGES, REPRESENTADO PELA SECRETARIA DA FAZENDA MUNICIPAL E O BANCO DO BRASIL S.A. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CGC/MF nº 82.777.301/0001-90, por intermédio da Secretaria Municipal da Fazenda, com sede na Rua Benjamin Constant, nº 13, centro, Lages/SC.

CONTRATADA: BANCO DO BRASIL S.A., através de sua agência 0307-7 LAGES-SC, inscrita no CGC/MF nº 00.000.000/0307-75.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: prestação pelo BANCO, dos serviços de arrecadação dos tributos e demais receitas públicas do município e respectiva prestação de contas, por meio magnético ou mediante entrega física dos documentos, dos valores arrecadados com extensão da prestação dos serviços de arrecadação dos tributos e demais receitas públicas a todos os pontos de atendimento do BANCO, inclusive por intermédio de terceiros contratados e, em especial, ao BANCO POPULAR DO BRASIL e BANCO POSTAL, conforme os termos deste contrato.

CLÁUSULA QUINZE - o presente contrato terá prazo de vigência de no máximo 05 anos podendo, entretanto ser rescindido a qualquer tempo por qualquer das partes, sem que tenham direito a quaisquer indenizações ou compensações, mediante denuncia escrita com 30 dias de antecedência, contados a partir da data do recebimento da referida comunicação pela outra parte.

Lages/SC, 25 de novembro de 2011.
Município de Lages.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 03/2015 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 03/2015 SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADO: SAFRA DIESEL LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 76.578.202/0001-87, com sede na Rodovia SC-480, 941 E, Chapecó/Goio-en - Chapecó/SC - CEP: 89.801-970.

Processo Licitatório nº 03/2015, correlato a Pregão Presencial nº 02/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Contratação de Empresa para Fornecimento de combustível Óleo Diesel S-10 e tanque de armazenamento (em regime de comodato), para instalação na estação de recalque de água tratada ERAT2, Estação de água bruta ERAB3, e estação de tratamento de água ETA, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital Correlato. - SEMASA - Secretaria Municipal de Águas e Saneamentos; Manutenção, reposição de componentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

De acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Águas e Saneamento (SEMASA) com a anuência da Secretaria da Fazenda e com Parecer Jurídico (PROGEM) favorável, ADITA-SE para 2,95 (dois reais e noventa e cinco centavos) o valor inicial do contrato, com Efeitos a partir do dia 27/02/2015 - data de interposição do

requerimento administrativo.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 26 de Março de 2015.

Benjamin Schultz
Secretário SEMASA.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2013 FUNREBOM

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

3º TERMO ADITIVO CONTRATO 01/2013 -

CONTRATANTE: FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE LAGES - FUNREBOM, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0003-52, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: SERGIO ANTONIO SILVA TODESCHINI, inscrito no CPF sob n.º 250.656.969-34, residente e domiciliado à Rua do Rosário, 128 - Lages/SC - CEP: 88.502-240 - fone: 49/99279958.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Profissional Autônomo na Área de Engenharia Civil, para Prestação de Serviços de Assessoria, Análise de Projeto de Prevenção contra Incêndio, Emissão de Parecer Técnico e Vistorias, na Seção de Atividades Técnicas do Corpo de Bombeiros de Lages.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 15 de Março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 52/2014 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 052/2014 PML- 3º TERMO ADITIVO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: CCL CONSTRUTORA LTDA, com sede a Rodovia BR 282, nº 46 - São Sebastião - CEP: 88520-305 - Lages /SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Pavimentação Asfáltica das Ruas Ana Costa, Modesto Casagrande, Acre e Sergipe, nesta cidade, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital correlato,

- Lote 01 - Rua Ana Costa;

- Lote 02 - Rua Modesto Casagrande;

- Lote 03 - Rua Acre;

- Lote 04 - Rua Sergipe.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, fica prorrogado em mais 6 (seis) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica prorrogado por mais 6 (seis) meses, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 30 de Dezembro de 2014.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 121/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 121/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA - EPP inscrita no CNPJ n.º 07.773.491/0001-52 com sede a AV. Caldas Júnior, 550 SL 01 - Santa Helena - Lages/SC CEP 88.504-420.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 66/2015, correlato a Pregão Presencial nº 30/2015,

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios para as Equipes da Secretaria de Infraestrutura, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 02 (dois) dias após assinatura da Autorização de Fornecimento, na Garagem da PML, Secretaria de Infraestrutura;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente até 31/12/2015.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de 6.210,00 (seis mil duzentos e dez reais).

Lages, 26 de Março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 122/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 122/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: DANDARA FREIBERGER - ME inscrita no CNPJ n.º 16.976.123/0001-00 com sede a Rua Antônio Jovita Duarte, 5619 - Forquilhas - São José/SC CEP 88.107-100.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 66/2015, correlato a Pregão Presencial nº 30/2015,

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios para as Equipes da Secretaria de Infraestrutura, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 02 (dois) dias após assinatura da Autorização de Fornecimento, na Garagem da PML, Secretaria de Infraestrutura;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente até 31/12/2015.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 51.220,00 (cinquenta e um mil e duzentos e vinte reais).

Lages, 26 de Março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 123/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 123/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: JULIO CESAR ROFRIGUES DELFES EPP inscrita no CNPJ n.º 82.894.718/0001-33 com sede a Rua Maria Ribeiro Ramos, 242 - São Cristóvão - Lages/SC CEP 88.509-340.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 66/2015, correlato a Pregão Presencial nº 30/2015,

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios para as Equipes da Secretaria de Infraestrutura, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 02 (dois) dias após assinatura da Autorização de Fornecimento, na Garagem da PML, Secretaria de Infraestrutura;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente até 31/12/2015.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 10.530,00 (dez mil e quinhentos e trinta reais).

Lages, 26 de Março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 124/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 124/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: NEW WAY COMERCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA inscrita no CNPJ n.º 14.320.137/0001-38 com sede a Rua Jose Luciano Nunes, 176 - Centro - Camboriú/SC CEP 88.340-539.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 66/2015, correlato a Pregão Presencial nº 30/2015,

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios para as Equipes da Secretaria de Infraestrutura, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 02 (dois) dias após assinatura da Autorização de Fornecimento, na Garagem da PML, Secretaria de Infraestrutura;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente até 31/12/2015.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais).

Lages, 26 de Março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 125/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 125/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME inscrita no CNPJ n.º 07.814.016/0001-87 com sede a Rua Olavo Bilac, 1842 E,B - Jardim América - Chapecó/SC CEP 89.803-426.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 66/2015, correlato a Pregão Presencial nº 30/2015,

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios para as Equipes da Secretaria de Infraestrutura, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 02 (dois) dias após assinatura da Autorização de Fornecimento, na Garagem da PML, Secretaria de Infraestrutura;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente até 31/12/2015.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 7.370,72 (sete mil trezentos e setenta reais e setenta e dois centavos).

Lages, 26 de Março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 126/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 126/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: SUPER VAREJÃO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA - ME inscrita no CNPJ n.º 83.197.277/0001-83 com sede a Rua Araci Pain, 19 - Araucária - Lages/SC CEP 88.512-680.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 66/2015, correlato a Pregão Presencial nº 30/2015,

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios para as Equipes da Secretaria de Infraestrutura, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 02 (dois) dias após assinatura da Autorização de Fornecimento, na Garagem da PML, Secretaria de Infraestrutura;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente até 31/12/2015.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 2.754,00 (dois mil setecentos e cinquenta e quatro reais).

Lages, 26 de Março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 14/2015 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 14/2015 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: RESTAURANTE E PASTELARIA MULTISABORES LTDA ME, inscrito no CNPJ nº 08.781.421/0001-09, com sede a Av. Luiz de Camões, nº 1116 - Coral - Lages/SC CEP 88.523-000. Processo Licitatório nº 14/2015, correlato ao Pregão Presencial 13/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para o fornecimento de refeições para a Secretaria Municipal da Saúde, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega, diariamente entre 11h00min e 13h00min e 20h00min e 21h30min, no Pronto Atendimento Municipal, Samu e centro de Zoonoses, nesta cidade, em conformidade com as solicitações da Secretaria Municipal da Saúde;

2.4 Do Contrato ficam adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/201.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

O valor a ser pago será de R\$ 293.700,00 (duzentos e noventa e seis mil e setecentos reais).

Lages 20 de Março de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO Nº 120/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 119/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP inscrita no CNPJ n.º 05.919.156/0001-94 com sede a Rua Francisco de Paula Rodrigues Alves, 825 D - Bela Vista - Chapecó/SC CEP 89.804-084.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 66/2015,

correlato a Pregão Presencial nº 30/2015,
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios para as Equipes da Secretaria de Infraestrutura, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 02 (dois) dias após assinatura da Autorização de Fornecimento, na Garagem da PML, Secretaria de Infraestrutura;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente até 31/12/2015.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 8.788,30 (oito mil setecentos e oitenta e oito reais e trinta centavos).

Lages, 26 de Março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 119/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 120/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP inscrita no CNPJ n.º 05.919.156/0001-94 com sede a Rua Francisco de Paula Rodrigues Alves, 825 D - Bela Vista - Chapecó/SC CEP 89.804-084.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 66/2015, correlato a Pregão Presencial nº 30/2015,

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios para as Equipes da Secretaria de Infraestrutura, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 02 (dois) dias após assinatura da Autorização de Fornecimento, na Garagem da PML, Secretaria de Infraestrutura;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente até 31/12/2015.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 8.788,30 (oito mil setecentos e oitenta e oito reais e trinta centavos).

Lages, 26 de Março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

PP 43-2015 PML

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 43/2015 PML

Objeto: Aquisição de Margarina

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 14/04/2015 às 16:00

Valor Estimado: R\$ 68.085,00

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 27 de março de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

RERRATIFICAÇÃO CC 05-2015 PML

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO:EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 05/2015 PML

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA/AUTÔNOMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LAGES.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedido de esclarecimento, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados que se fizeram necessárias algumas alterações no Edital em comento.

Um novo edital, com todas as alterações será publicado no site: www.lages.sc.gov.br.

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 09:00 horas do dia 01/04/2015, para às 09:00 do dia 05/05/2015.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 27 de março de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

RERRATIFICAÇÃO Nº 02 CC 04-2015 PML

RERRATIFICAÇÃO Nº 02

ASSUNTO:EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 04/2015 PML

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA/AUTÔNOMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE PARA ENTIDADES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedido de esclarecimento, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados que se fizeram necessárias algumas alterações no Edital em comento.

Um novo edital, com todas as alterações será publicado no site: www.lages.sc.gov.br.

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 09:00 horas do dia 30/03/2015, para às 09:00 do dia 04/05/2015.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 27 de março de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

RERRATIFICAÇÃO Nº 02 PP 26-2015 PML
RERRATIFICAÇÃO Nº 02

ASSUNTO:EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2015 PML
OBJETO:AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E MADEIRAS PARA USO EM CONSTRUÇÕES E REFORMAS DE CASAS EM DIVERSOS BAIRROS DO MUNICÍPIO.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados que se fizeram necessárias algumas alterações no Edital em comento. Um novo edital, com todas as alterações será publicado no site: www.lages.sc.gov.br.

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 09:00 horas do dia 31/03/2015, para às 14:30 do dia 24/04/2015.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 27 de março de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

TERMO ADITIVO Nº 01 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO:

O MUNICIPIO DE LAGES / SC TORNA PÚBLICO:

TERMO ADITIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS MUNICIPAIS/ QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE LAGES, REPRESENTADO PELA SECRETARIA DA FAZENDA MUNICIPAL E O BANCO DO BRASIL S.A.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CGC/MF nº 82.777.301/0001-90, por intermédio da Secretaria Municipal da Fazenda, com sede na Rua Benjamin Constant, nº 13, centro, Lages/SC.

CONTRATADA: BANCO DO BRASIL S.A., através de sua agencia 0307-7 LAGES-SC, inscrita no CGC/MF nº 00.000.000/0307-75.

CLÁUSULA PRIMEIRA - o presente Termo Aditivo tem por objeto alterar o "caput" da cláusula sétimo do contrato: Pela prestação dos serviços de arrecadação, objeto do presente contrato, o MUNICÍPIO pagará ao BANCO tarifas nas seguintes bases:

a)R\$ 2,06 por recebimento de documento com código de barras padrão FEBRABAN no canal PGT e prestação de contas através de meio eletrônico;

b)R\$ 2,06 por recebimento de documento com código de barras padrão FEBRABAN no canal URA e prestação de contas através de meio eletrônico;

c)R\$ 2,06 por recebimento de documento com código de barras padrão FEBRABAN no canal internet e prestação de contas através de meio eletrônico;

d)R\$ 2,06 por recebimento de documento com código de barras padrão FEBRABAN no canal Terminal de Autoatendimento e prestação de contas através de meio eletrônico;

e)R\$ 2,06 por recebimento de documento com código de barras padrão FEBRABAN no canal Gerenciador Financeiro e prestação de contas através de meio eletrônico;

f)R\$ 2,06 por recebimento de documento com código de barras padrão FEBRABAN no canal Correspondente Bancário e prestação de contas através de meio eletrônico;

g)R\$ 2,06 por recebimento de documento com código de barras padrão FEBRABAN no canal Banco Postal e prestação de contas através de meio eletrônico;

h)R\$ 4,50 por recebimento de documento com código de barras padrão FEBRABAN no canal Caixa e prestação de contas através de meio eletrônico;

i)R\$ 5,00 por recebimento de documento com código de barras

padrão FEBRABAN no canal CABB e prestação de contas através de meio eletrônico;

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original.

Lages/SC, 08 de dezembro de 2014.

Município de Lages.

Lauro Muller

PREFEITURA

CHAMADA PARA CADASTRO DE FORNECEDORES / PMLM/2015

CHAMADA PARA CADASTRO DE FORNECEDORES.
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER

O MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER, por meio do Presidente da Comissão Municipal Permanente de Licitação conforme premonisa a Lei n.8.666/93 estará realizando cadastro de fornecedores no município para o exercício de 2015, o horário de atendimento será das 8 às 12 horas e das 13 as 16 horas no referido setor, no Paço Municipal Dr. Francisco Xavier do Rego, Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 27 de março de 2015.
Jair Fernandes Madeira.
Presidente da Comissão de Licitação.

Leoberto Leal

PREFEITURA

DECRETO N.º 029/2015

DECRETO Nº 029, DE 27 DE MARÇO DE 2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso I da Lei nº 1.112 de 16 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da seguridade social, na dotação com a seguinte estrutura e respectivos valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	30.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	30.000,00
Função	10	Saúde	30.000,00
Sub-função	301	Atenção Básica	30.000,00
Programa	06	Saúde com Excelência	30.000,00
Atividade	2.016	Atenção Básica – Componente Piso de Atenção Básica Variável – PAB Variável	30.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas de Capital	30.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	25.500,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	4.500,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	30.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0038	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS União	30.000,00
Detalhamento	13	Programa de melhoria do Acesso e da Qualidade – PMAQ	30.000,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			30.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação na seguinte fonte:

Fonte/Detalhamento	Fonte/Detalhamento	Valor
Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS União/ Programa de melhoria do Acesso e da Qualidade - PMAQ	0.1.0038/13	30.000,00
TOTAL DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		30.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 27 de março de 2015.
TATIANE DUTRA ALVES A CUNHA
Prefeita Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 19/2015

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2015

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de cestos de lixeiras, suportes metálicos, e placas para identificação de logradouros públicos, as 14:00 horas do dia 13 de abril de 2015, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 13:45 horas do mesmo dia, no setor de protocolo geral, situado na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 27 de março de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

PORTARIA 043/15

PORTARIA Nº 043/15 de 16 de março de 2015.

"ALTERA PORTARIA QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- ALTERAR a PORTARIA Nº 139/13 de 16 de maio de 2013, que CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho/CLT, ROSEMARY SCHUMAUTZ SCHEURMANN, para exercer as funções de Auxiliar de Serviços Gerais, 44 horas semanais, em conformidade com o inciso I do art.2º e art.4º da Lei nº 181 de 09 de dezembro de 1999, em substituição à servidora ROSANE MARIA GELLER MATTES, afastada por Auxílio Doença, alterada pela Portaria 002/2015 de 06 de janeiro de 2015, quanto ao motivo da contratação para, em substituição a ROSELI DA SILVEIRA PINTO, em licença saúde, a partir de 16 de março de 2015 até o retorno da titular.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16 de março de 2015.

Luzerna(SC), 16 de março de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 044/15

PORTARIA Nº 044/15 de 16 de março de 2015.

"ATRIBUI CARGA HORÁRIA SUPLEMENTAR A SERVIDORA QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- ATRIBUIR, temporariamente, até 18 de dezembro de 2015, ou o retorno da titular, CARGA HORÁRIA SUPLEMENTAR de mais 20 horas semanais a servidora MIRIAM MARIA SCHLINDWEIN, Professora II, 20 horas semanais, no Ensino Fundamental do 1º ao 5ºano, sendo 28 horas de trabalho com alunos e 12 horas de trabalho pedagógico, em substituição a VIVIANE CRISTINA DELLAI PIAIA, em licença saúde e posterior licença gestação, em conformidade com o inciso II do art. 9º, art.12, inciso III, e o §4º do art.13, da Lei Complementar nº 033/03 e alterações posteriores, a partir de 16 de março de 2015.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16 de março de 2015.

Luzerna(SC), 16 de março de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 045/15

PORTARIA Nº 045/15 de 17 de março de 2015.

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho/CLT, ROSANA ELWANGER, para exercer as funções de Auxiliar de Serviços Gerais, 44 horas semanais, em conformidade com o inciso I do art.2º e art.4º da Lei nº 181 de 09 de dezembro de 1999, aprovada no Processo Seletivo - Edital nº 002/2015 de 25 de fevereiro de 2015, homologado em 03 de março de 2015, em substituição à servidora INEIVA IRENA SPIER, em auxílio doença, a partir de 17 de março de 2015 até o retorno da titular.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17 de março de 2015.

Luzerna(SC), 17 de março de 2015.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna**PORTARIA 046/15**

PORTARIA Nº 046/15 de 19 de março de 2015.

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho/CLT, MARISETE VINGLA DE MATOS SCHALY, para exercer as funções de Professora II, 20 horas semanais, no Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, sendo 16 horas de trabalho com alunos e 04 horas de trabalho pedagógico, em substituição a LICIANE DE FÁTIMA TELLES, em licença saúde e posterior licença maternidade, com remuneração do vencimento inicial do emprego de Professor II, Classe "A", do Quadro de Empregos Públicos e Vencimentos dos Servidores do Magistério Público Municipal, Anexo III, parte integrante da Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003 e alterações posteriores, em conformidade com o inciso I do art.2º e art.4º da Lei nº 181 de 09 de dezembro de 1999 e inciso II do art.9º e art.12, inciso IV, da Lei Complementar nº 033/03 e alterações, aprovada no Processo Seletivo Edital nº 001/2015 de 06 de fevereiro de 2015, homologado em 18 de fevereiro de 2015, a partir de 19 de março de 2015 até 18 de dezembro de 2015, ou o retorno da titular, o que ocorrer antes.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19 de março de 2015.

Luzerna(SC), 19 de março de 2015.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna**PORTARIA 047/15**

PORTARIA Nº 047/15 de 20 de março de 2015.

"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTO para o servidor GILMAR MOTTA, Operador de Máquinas II, Nível 07, Classe "B", 44 horas semanais, do Grupo II - Atividades de Nível Operacional/ANO, do Anexo I, da Tabela de Empregos de Provimento Efetivo da Lei Complementar nº 035 de 18/03/2004, com fulcro no inciso IV, do art.40 da Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004, por 02 (dois) anos a contar de 20 de março de 2015, podendo ser interrompida a qualquer tempo à bem do serviço público, sendo convocado o servidor para reassumir suas atividades.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 20 de março de 2015.

Luzerna(SC), 20 de março de 2015.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna**PORTARIA 048**

PORTARIA Nº 048/15 de 27 de março de 2015.

"CONSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Fica constituída COMISSÃO DE SINDICÂNCIA para apurar responsabilidades de servidores públicos relacionadas aos danos causados em pára-brisa traseiro de veículo pertencente ao Senhor EDUARDO BATISTA quando da realização dos serviços de corte de grama em via pública com máquinas de fio, na Rua São Roque s/nº, esquina com a Rua do Lazer, tendo saltado pedra ou outro objeto sólido, que atingiu o veículo.

Art.2º- A comissão, a que se refere o artigo anterior, é composta dos seguintes membros, sob a Presidência do primeiro:

MAURÍCIO JOSÉ BITTENCOURT
INDIANARA VALDUGA ALVES
PAULA BÜTNER

Art. 3º - Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Portaria, para a Comissão, ora constituída, concluir os seus trabalhos e apresentar o relatório final.

Art.4º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 27 de março de 2015.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

RECEITAS FEDERAIS DO DIA 24/03/2015 A 26/03/2015**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**Notificação de Recebimento de Recursos
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 1/1

Data: 27/03/2015

Hora: 18:35:12

Período: 24/03/2015 - 26/03/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 24/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	2.768,18
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.845,46
Total de recursos recebidos em 24/03/2015:			4.613,64

Recursos recebidos em: 25/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	5.352,15
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	8.028,22
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	4.168,67
Total de recursos recebidos em 25/03/2015:			17.549,04

Recursos recebidos em: 26/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	4.229,09
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	6.343,63
Total de recursos recebidos em 26/03/2015:			10.572,72

TOTAL GERAL: 32.735,40

Luzerna, SC, 27 de março de 2015.

Recebido em ____/____/____.

Macieira**PREFEITURA**

PUBLICAÇÃO RESUMIDA CONTRATO
ADMINISTRATIVO Nº 0002/2015 FMS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório nº 0002/2015.

Pregão Presencial nº 00012015.

Contrato Administrativo nº 0002/2015.

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de motor novo ou usado, para substituição do motor do veículo ambulância FORD TRANSIT, ano/modelo 2010, placas MIF 2337, com mão de obra, teste do motor e reparos inclusos, pertencente à Secretaria Municipal de Saúde de Macieira, conforme especificações e condições estabelecidas no anexo I do Edital.

Contratada: MECANICA ZAGO SB LTDA EPP.

Vigência do Contrato: De acordo com a vigência da garantia, ou seja, de 03 meses.

Valor Global: R\$ 31.550,00 (trinta e um mil quinhentos e cinquenta reais).

Pagamento: Até o 10º dia útil subsequente após a entrega, prestação dos serviços e emissão da Nota Fiscal.

Macieira, 24 de março de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Mafra**PREFEITURA****EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - Nº 025/2015**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel S-10) para os veículos de uso da Secretaria Municipal de Saúde que fazem o transporte de pacientes à Florianópolis/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08:30hr do dia 13/04/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 27 de março de 2015.

Roberto Agenor Scholze

Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil

Pregoeiro Municipal

LEI MUNICIPAL Nº. 4106

Lei MUNICIPAL nº. 4106

DE 25 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL À 'ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA CULTURA MAFRENSE - AACM' E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Subvenção Social à 'Associação Amigos da Cultura Mafrense - AACM', entidade civil de direito privado, com sede a Rua Marechal Deodoro, s/n, centro, em Mafra/SC, inscrita no CNPJ sob nº. 08.024.830/0001-60, declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº. 3.510, de 22 de abril de 2010.

Art. 2º O Município de Mafra repassará à 'Associação Amigos da Cultura Mafrense - AACM', o valor global de R\$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais), a ser pago em 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 2.040,00 (dois mil e quarenta reais), com a primeira parcela para pagamento até o dia 30 (trinta) de março de 2015 e as demais para o dia 15 (quinze) de cada mês subsequente, finalizando a última parcela em 15 (quinze) de dezembro de 2015.

§ 1º A liberação da primeira parcela, bem como das demais, ficará condicionada à apresentação dos documentos exigidos pelo Controle Interno do Município, com base na Lei nº. 13.019, de 31 de julho de 2014, e na Instrução Normativa NTC nº. 14/2012 do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

§ 2º A entidade beneficiada pela presente Lei deverá apresentar à Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento e à Câmara de Vereadores, no prazo de 30 (trinta) dias após a liberação de cada parcela, a respectiva prestação de contas.

§ 3º A não apresentação da prestação de contas no prazo determinado no parágrafo anterior acarretará o impedimento da entidade beneficiada em receber novas contribuições, bem como deverá proceder à devolução dos valores já recebidos.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

14. Fundo Municipal de Assistência Social
14.02 Fundo Municipal de Assistência Social
082440014.2.073000 Frente Ação Social
(178) 3.3.50.00 Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Fonte: 100 Recursos Ordinários.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maíra, 25 de março de 2015.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

5º TA AO CONTRATO 13/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Extrato de Termo Aditivo

5º Termo Aditivo ao Contrato nº 13/2014

Contratante: Município de Maracajá

Contratado: Camilo & Ghisi Ltda

Objeto: Aditiva prazo ao Contrato 13/2014

Cláusula Primeira - Fica alterada a Cláusula Sétima e seu Parágrafo Único, referente ao prazo de execução do objeto e vigência do contrato inicial que passa a ter a seguinte redação: Cláusula Sétima: o prazo deste aditivo para execução dos serviços é de 03 (três) meses, passando o prazo inicial para 17 (dezesete meses) meses. Parágrafo Único: O prazo deste aditivo é de 03 (três) meses, passando o prazo inicial do contrato para 18 (dezoito) meses.

Maracajá, 09 de março de 2015

DECRETO 14/2015

DECRETO Nº 14 DE 26 DE MARÇO DE 2015.

HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ A SERVIDORA LÚCIA DE FÁTIMA LEANDRO DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e:

Considerando, o processo administrativo de Aposentadoria por Invalidez requerida por Lúcia de Fátima Leandro dos Santos;
Considerando, o laudo da junta médica oficial do município que invalida definitivamente para o trabalho a servidora;
Considerando, o teor da Lei Municipal Complementar nº 28/2011;
Considerando, o parecer administrativo nº 001/2015 do Presidente do FUMPREVI e os documentos que a instruem;
Considerando, a decisão do Conselho administrativo do FUMPREVI que aprovou a Aposentadoria por Invalidez requerida por Lúcia de Fátima Leandro dos Santos;
Considerando, o Parecer do Controlador Interno do Município de Maracajá/SC.

DECRETA:

Art. 1º Homologa o processo administrativo que concedeu, em 05 de março de 2015, a Aposentadoria por Invalidez da servidora LÚCIA DE FÁTIMA LEANDRO DOS SANTOS, brasileira, nascida em 11 de setembro de 1959, portadora do CPF nº 027.014.299-19, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 0293.

Art. 2º Com fundamento na legislação vigente, a análise técnica do Parecer Administrativo nº 001/2015 do FUMPREVI, indica a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez (Proventos Proporcionais) com o valor de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), com vigência na data de publicação do respectivo ato de aposentadoria do servidor, sendo os proventos reajustáveis através do critério do valor real, nos mesmos índices e na mesma data dos benefícios do regime geral de previdência, nos termos do parágrafo 8º do artigo 40 da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Os proventos de aposentadoria por Invalidez da servidora homologado no art. 1º deste decreto, não poderão ser inferiores ao valor do salário mínimo nacional.

Art. 3º Exonera a servidora LÚCIA DE FÁTIMA LEANDRO DOS SANTOS, brasileira, nascida em 11 de setembro de 1959, portadora do CPF nº 027.014.299-19, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 0293, em razão do pedido de Aposentadoria por Invalidez, homologada no art.1º desse Decreto.

Art. 4º Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 26 de Março de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal, na Secretaria de Administração em 26 de março de 2015.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

DECRETO 15/2015

DECRETO Nº 15 DE 26 DE MARÇO DE 2015.

HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ A SERVIDORA IEDA CRISTIANO MONTEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e:

Considerando, o processo administrativo de Aposentadoria por Invalidez requerida por Ieda Cristiano Monteiro;
Considerando, o laudo da junta médica oficial do município que invalida definitivamente para o trabalho a servidora;
Considerando, o teor da Lei Municipal Complementar nº 28/2011;
Considerando, o parecer administrativo nº 004/2015 do Presidente do FUMPREVI e os documentos que a instruem;
Considerando, a decisão do Conselho administrativo do FUMPREVI que aprovou a Aposentadoria por Invalidez requerida por Ieda Cristiano Monteiro;
Considerando, o Parecer do Controlador Interno do Município de Maracajá/SC.

DECRETA:

Art. 1º Homologa o processo administrativo que concedeu, em 12 de março de 2015, a Aposentadoria por Invalidez da servidora IEDA CRISTIANO MONTEIRO, brasileira, nascida em 22 de abril de 1961, portadora do CPF nº 538.421.119-91, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº 0268.

Art. 2º Com fundamento na legislação vigente, a análise técnica do Parecer Administrativo nº 004/2015 do FUMPREVI, indica a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez (Proventos Proporcionais) com o valor de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), com vigência na data de publicação do respectivo ato de aposentadoria do servidor, sendo os proventos reajustáveis através do critério do valor real, nos mesmos índices e na mesma data dos benefícios do regime geral de previdência, nos termos do parágrafo 8º do artigo 40 da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Os proventos de aposentadoria por Invalidez da servidora homologado no art. 1º deste decreto, não poderão ser inferiores ao valor do salário mínimo nacional.

Art. 3º Exonera a servidora IEDA CRISTIANO MONTEIRO, brasileira, nascida em 22 de abril de 1961, portadora do CPF nº 538.421.119-91, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº 0268, em razão do pedido de Aposentadoria por Invalidez, homologada no art.1º desse Decreto.

Art. 4º Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 26 de Março de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal, na Secretaria de Administração em 26 de março de 2015.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

DECRETO 16/2015

DECRETO Nº 16 DE 26 DE MARÇO DE 2015.

HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ AO SERVIDOR VANDERLEI DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e:

Considerando, o processo administrativo de Aposentadoria por Invalidez requerida por Vanderlei de Souza;
Considerando, o laudo da junta médica oficial do município que invalida definitivamente para o trabalho o servidor;
Considerando, o teor da Lei Municipal Complementar nº 28/2011;
Considerando, o parecer administrativo nº 002/2015 do Presidente do FUMPREVI e os documentos que a instruem;
Considerando, a decisão do Conselho administrativo do FUMPREVI que aprovou a Aposentadoria por Invalidez requerida por Vanderlei de Souza;
Considerando, o Parecer do Controlador Interno do Município de Maracajá/SC.

DECRETA:

Art. 1º Homologa o processo administrativo que concedeu, em 05 de março de 2015, a Aposentadoria por Invalidez do servidor VANDERLEI DE SOUZA, brasileiro, nascido em 28 de março de 1966, portador do CPF nº 642.408.869-53, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 0326.

Art. 2º Com fundamento na legislação vigente, a análise técnica do Parecer Administrativo nº 002/2015 do FUMPREVI, indica a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez (Proventos Integrais) com o valor de R\$ 922,63 (novecentos e vinte e dois reais, sessenta e três centavos), com vigência na data de publicação do respectivo ato de aposentadoria do servidor, sendo os proventos reajustáveis através do critério do valor real, nos mesmos índices e na mesma data dos benefícios do regime geral de previdência, nos termos do parágrafo 8º do artigo 40 da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Os proventos de aposentadoria por Invalidez do servidor homologado no art. 1º deste decreto, não poderão ser inferiores ao valor do salário mínimo nacional.

Art. 3º Exonera o servidor VANDERLEI DE SOUZA, brasileiro, nascido em 28 de março de 1966, portador do CPF nº 642.408.869-53, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 0326, em razão do pedido de Aposentadoria por Invalidez, homologada no art.1º desse Decreto.

Art. 4º Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 26 de Março de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal, na Secretaria de Administração em 26 de Março de 2015.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

DECRETO 17/2015

DECRETO Nº 17 DE 26 DE MARÇO DE 2015.

HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ AO SERVIDOR VALMIR GONÇALVES PEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e:

Considerando, o processo administrativo de Aposentadoria por Invalidez requerida por Valmir Gonçalves Pedro;
Considerando, o laudo da junta médica oficial do município que invalida definitivamente para o trabalho o servidor;
Considerando, o teor da Lei Municipal Complementar nº 28/2011;
Considerando, o parecer administrativo nº 003/2015 do Presidente do FUMPREVI e os documentos que a instruem;
Considerando, a decisão do Conselho administrativo do FUMPREVI que aprovou a Aposentadoria por Invalidez requerida por Valmir Gonçalves Pedro;
Considerando, o Parecer do Controlador Interno do Município de Maracajá/SC.

DECRETA:

Art. 1º Homologa o processo administrativo que concedeu, em 11 de março de 2015, a Aposentadoria por Invalidez do servidor VANDERLEI DE SOUZA, brasileiro, nascido em 20 de agosto de 1972, portador do CPF nº 983.448.629-49, ocupante do cargo de Operador de Tratores Agrícolas, matrícula nº 0525.

Art. 2º Com fundamento na legislação vigente, a análise técnica do Parecer Administrativo nº 003/2015 do FUMPREVI, indica a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez (Proventos Proporcionais) com o valor de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), com vigência na data de publicação do respectivo ato de aposentadoria do servidor, sendo os proventos reajustáveis através do critério do valor real, nos mesmos índices e na mesma data dos benefícios do regime geral de previdência, nos termos do parágrafo 8º do artigo 40 da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Os proventos de aposentadoria por Invalidez do servidor homologado no art. 1º deste decreto, não poderão ser inferiores ao valor do salário mínimo nacional.

Art. 3º Exonera o servidor VALMIR GONÇALVES PEDRO, brasileiro, nascido em 20 de agosto de 1972, portador do CPF nº 983.448.629-49, ocupante do cargo de Operador de Tratores Agrícolas, matrícula nº 0525, em razão do pedido de Aposentadoria por Invalidez, homologada no art.1º desse Decreto.

Art. 4º Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 26 de Março de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal, na Secretaria de Administração em 26 de Março de 2015.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

DECRETO 18/2015

DECRETO Nº 18 DE 26 DE MARÇO DE 2015.

HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ AO SERVIDOR VALMOR TOMAZ DE OLIVEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e:

Considerando, o processo administrativo de Aposentadoria por Invalidez requerida por Valmor Tomaz de Oliveira;
Considerando, o laudo da junta médica oficial do município que invalida definitivamente para o trabalho o servidor;
Considerando, o teor da Lei Municipal Complementar nº 28/2011;
Considerando, o parecer administrativo nº 015/2014 do Presidente do FUMPREVI e os documentos que a instruem;
Considerando, a decisão do Conselho administrativo do FUMPREVI que aprovou a Aposentadoria por Invalidez requerida por Valmor Tomaz de Oliveira;
Considerando, o Parecer do Controlador Interno do Município de Maracajá/SC.

DECRETA:

Art. 1º Homologa o processo administrativo que concedeu, em 03 de março de 2015, a Aposentadoria por Invalidez do servidor VALMOR TOMAZ DE OLIVEIRA, brasileiro, nascido em 17 de janeiro de 1948, portador do CPF nº 249.397.490-53, ocupante do cargo de Pintor, matrícula nº 0336.

Art. 2º Com fundamento na legislação vigente, a análise técnica do Parecer Administrativo nº 015/2014 do FUMPREVI, indica a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez (Proventos Proporcionais) com o valor de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), com vigência na data de publicação do respectivo ato de aposentadoria do servidor, sendo os proventos reajustáveis através do critério do valor real, nos mesmos índices e na mesma data dos benefícios do regime geral de previdência, nos termos do parágrafo 8º do artigo 40 da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Os proventos de aposentadoria por Invalidez do servidor homologado no art. 1º deste decreto, não poderão ser inferiores ao valor do salário mínimo nacional.

Art. 3º Exonera o servidor VALMOR TOMAZ DE OLIVEIRA, brasileiro, nascido em 17 de janeiro de 1948, portador do CPF nº 249.397.490-53, ocupante do cargo de Pintor, matrícula nº 0336, em razão do pedido de Aposentadoria por Invalidez, homologada no art.1º desse Decreto.

Art. 4º Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 26 de Março de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal, na Secretaria de Administração em 26 de Março de 2015.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

DECRETO 19/2015

DECRETO Nº 19 DE 26 DE MARÇO DE 2015.

HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ A SERVIDORA JANETE DA SILVA SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e:

Considerando, o processo administrativo de Aposentadoria por Invalidez requerida por Janete da Silva Souza;
Considerando, o laudo da junta médica oficial do município que invalida definitivamente para o trabalho a servidora;
Considerando, o teor da Lei Municipal Complementar nº 28/2011;
Considerando, o parecer administrativo nº 005/2015 do Presidente do FUMPREVI e os documentos que a instruem;
Considerando, a decisão do Conselho administrativo do FUMPREVI que aprovou a Aposentadoria por Invalidez requerida por Janete da Silva Souza;
Considerando, o Parecer do Controlador Interno do Município de Maracajá/SC.

DECRETA:

Art. 1º Homologa o processo administrativo que concedeu, em 23 de março de 2015, a Aposentadoria por Invalidez da servidora JANETE DA SILVA SOUZA, brasileira, nascida em 26 de novembro de 1959, portadora do CPF nº 983.450.609-00, ocupante do cargo de Merendeira, matrícula nº 0355.

Art. 2º Com fundamento na legislação vigente, a análise técnica do Parecer Administrativo nº 005/2015 do FUMPREVI, indica a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez (Proventos Proporcionais) com o valor de R\$ 922,63 (novecentos e vinte e dois reais, sessenta e três centavos), com vigência na data de publicação do respectivo ato de aposentadoria do servidor, sendo os proventos reajustáveis através do critério do valor real, nos mesmos índices e na mesma data dos benefícios do regime geral de previdência, nos termos do parágrafo 8º do artigo 40 da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Os proventos de aposentadoria por Invalidez da servidora homologado no art. 1º deste decreto, não poderão ser inferiores ao valor do salário mínimo nacional.

Art. 3º Exonera a servidora JANETE DA SILVA SOUZA, brasileira, nascida em 26 de novembro de 1959, portadora do CPF nº 983.450.609-00, ocupante do cargo de Merendeira, matrícula nº 0355, em razão do pedido de Aposentadoria por Invalidez, homologada no art.1º desse Decreto.

Art. 4º Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 26 de Março de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal, na Secretaria de Administração em 26 de março de 2015.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

Maravilha**PREFEITURA****PROCESSO LICITATÓRIO N. 1.348/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 1.348/2015 - Modalidade Pregão Presencial n. 011/2015 - Sistema de Registro de Preços - SRP.

PREGÃO DESTINADO EXCLUSIVAMENTE À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (LC 123/2006). A Excelentíssima Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preço - SRP, para posterior aquisição, conforme necessidade, de material odontológico para o Município de Maravilha, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93 e LC 123/06, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 10 de abril de 2015 até às 09h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min. e das 13h 30 min. às 18 horas.

Maravilha - SC, 27 de março de 2015.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita de Maravilha.

Massaranduba

PREFEITURA

CO 44.2014 AD44.3 - PRAZO - UBS BENAJMIN CONSTANT - VB

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 44 / 2014

TERCEIRO TERMO ADITIVO 44 / 3

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

Processo Licitatório nº. 24/2014- FMS

Tomada de Preços O. S. Engª nº.01/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP

OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão-de-obra inerentes a reforma e ampliação de USB - Unidade Básica de Saúde, na localidade de Benjamin Constant, conforme projeto e planilha orçamentária. Área total de 215,85m².

VIGENCIA: 18.03.2015 a 15.04.2015

Massaranduba, 13 de Março de 2015.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

SUZANE E. F. REINKE

Gestora

LIC 20.2015 PRP 16.201 - MÃO DE OBRA PAV. RUAS E MATERIAIS

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 20/2015

PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS

Nº. 16/2015

O Município de Massaranduba, torna público que de acordo com o Decreto Municipal nº. 2.051, de 11 de Outubro de 2010, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por lote, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição DE MÃO DE OBRA REFERENTE A MANUTENÇÃO DE RUAS PAVIMENTADAS COM LAJOTAS E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, ao longo de 12 meses.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 10/04/2015

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 10/04/2015. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 26de Março de 2015.

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito

Modelo

PREFEITURA

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR CONCURSO PÚBLICO 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MODELO

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2015

Nos termos do Edital nº 001/2015, O Instituto de Consultoria em Administração Pública e a Comissão de Acompanhamento do concurso público da PREFEITURA MUNICIPAL DE MODELO, TORNAM PÚBLICA A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR, conforme abaixo:

AGENTE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO												
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MATEM.	EST. SOC.	C. ESP.	T. P. O.	TÍTULOS	PRÁTICA	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
108436	RAFAEL FELIPE ESCHER	1,60	0,80	0,20	4,40	7,00	--	--	7,00	1º	CLASSIFICADO (A)	30/12/1995
108178	WILLIAN LOIR SCHLOSSER TERNUS	1,20	0,60	0,40	4,00	6,20	--	--	6,20	2º	CLASSIFICADO (A)	13/02/1997
AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA												
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MATEM.	EST. SOC.	C. ESP.	T. P. O.	TÍTULOS	PRÁTICA	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
108161	BRUNA FERNANDA KUSTER RAUEN	1,60	0,40	1,00	3,60	6,60	--	--	6,60	1º	CLASSIFICADO (A)	14/03/1987
108364	ALTAIR EVANDRO RINTZEL	1,20	0,40	0,40	3,60	5,60	--	--	5,60	2º	CLASSIFICADO (A)	15/05/1994
108467	JANETE TIECKER	0,40	0,20	0,80	3,60	5,00	--	--	5,00	3º	CLASSIFICADO (A)	03/05/1984
108286	ELISANDRA ANA JUNGES	1,20	--	0,60	3,20	5,00	--	--	5,00	4º	CLASSIFICADO (A)	26/07/1984
108110	NEIVA TEREZINHA DE CAMPOS DA COSTA	1,20	--	0,40	2,40	4,00	--	--	4,00	--	DESCCLASSIFICADO (A)	30/06/1976
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS EXTENOS												
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MATEM.	EST. SOC.	CO-NHEC ESPECÍFICOS	T. P. O.	TÍTULOS	PRÁTICA	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
108484	IVETE MARIA PLETSCH DA LUZ	0,40	--	0,60	3,60	4,60	--	--	4,60	1º	CLASSIFICADO (A)	25/04/1969
108202	ELIANE RODRIGUES DA SILVA	0,40	0,20	0,40	3,20	4,20	--	--	4,20	2º	CLASSIFICADO (A)	16/12/1975
108387	JULIETA ORTIZ	0,40	0,60	0,60	0,80	2,40	--	--	2,40	--	DESCCLASSIFICADO (A)	04/04/1981
AUXILIAR EDUCACIONAL												
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MATEM.	EST. SOC.	C. ESP.	T. P. O.	TÍTULOS	PRÁTICA	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
108188	JULIANE PICCOLI SCHMITT	1,20	0,40	0,80	4,80	7,20	--	--	7,20	1º	CLASSIFICADO (A)	02/09/1995
108296	CATIANE APARECIDA BEGNINI	1,20	--	0,60	5,20	7,00	--	--	7,00	2º	CLASSIFICADO (A)	01/01/1991
108193	AMANDA BATISTA BORGES	0,80	--	0,60	4,80	6,20	--	--	6,20	3º	CLASSIFICADO (A)	12/05/1986
108246	VERONICE STRAPAZZON BALDIN	1,20	--	1,00	4,00	6,20	--	--	6,20	4º	CLASSIFICADO (A)	19/02/1981
108220	DIANA CHAVES	1,60	0,20	0,80	3,60	6,20	--	--	6,20	5º	CLASSIFICADO (A)	23/12/1981
108267	IVETE REGINA RINTZEL	1,60	0,60	0,80	3,20	6,20	--	--	6,20	6º	CLASSIFICADO (A)	29/12/1992

108320	JULIANA WER-LANG	0,40	0,20	0,60	4,80	6,00	--	--	6,00	7°	CLASSIFICADO (A)	16/06/1984
108107	JANICE BILLIG	1,20	0,20	1,00	3,60	6,00	--	--	6,00	8°	CLASSIFICADO (A)	29/01/1992
108372	JUCIÉLI VANI	1,20	--	0,60	4,00	5,80	--	--	5,80	9°	CLASSIFICADO (A)	16/06/1992
108065	CRISTIANA MAR-LI PFEIFER	1,20	0,20	0,40	4,00	5,80	--	--	5,80	10°	CLASSIFICADO (A)	26/08/1987
108216	ROSILENE TRA-VERSSINI BIRK	1,60	0,20	0,60	3,20	5,60	--	--	5,60	11°	CLASSIFICADO (A)	13/03/1975
108060	PATRÍCIA BIGO-LIN GRANZOTO	0,80	--	0,60	4,00	5,40	--	--	5,40	12°	CLASSIFICADO (A)	08/10/1985
108377	ELIZETE PAVALI-CINI RAUBER	1,20	0,20	0,40	2,80	4,60	0,50	--	5,10	13°	CLASSIFICADO (A)	08/12/1976
108366	JAINE ANDRESSA ALBANI	0,40	0,40	0,80	3,20	4,80	--	--	4,80	--	DESCCLASSIFICADO (A)	05/01/1995
108374	ADILCI SIE-BAUER	0,80	--	0,20	3,20	4,20	0,50	--	4,70	--	DESCCLASSIFICADO (A)	05/07/1985
108455	SANDRA LIANI PULTER	0,80	0,20	0,60	2,40	4,00	--	--	4,00	--	DESCCLASSIFICADO (A)	07/06/1980
108268	JUCELIA APARECIDA DE QUADRO	--	0,20	0,60	2,40	3,20	0,50	--	3,70	--	DESCCLASSIFICADO (A)	01/05/1988
108337	ANDRESSA NE-MERSKI	0,80	0,20	0,20	2,40	3,60	--	--	3,60	--	DESCCLASSIFICADO (A)	30/03/1995
108066	CINAIDE BALDI-NA LAMBRECHT	0,80	--	0,60	2,00	3,40	--	--	3,40	--	DESCCLASSIFICADO (A)	07/09/1972
108076	DONISETE EU-ZÉBIO	0,40	0,20	0,40	2,00	3,00	--	--	3,00	--	DESCCLASSIFICADO (A)	09/07/1986
108386	SIMONE DEOLI-VEIRA STEFFENS	0,40	0,20	0,20	2,00	2,80	--	--	2,80	--	DESCCLASSIFICADO (A)	13/12/1989
108258	DAIANE MICHE-LE SCHUH	0,80	0,20	0,40	1,20	2,60	--	--	2,60	--	DESCCLASSIFICADO (A)	10/07/1989

MOTORISTA

INSCRI- ÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MATEM.	EST. SOC.	CO- NHEC ESPECÍ- FICOS	T. P. O.	TÍTULOS	PRÁTICA	TOTAL FINAL	CLASSIFI- CAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
108098	MAURÍCIO HEN-RIQUE RAUBER	2,00	1,00	0,80	5,60	9,40	--	8,50	8,95	1°	CLASSIFICADO (A)	20/12/1982
108062	GELSON SIMAO	1,60	0,60	1,00	5,60	8,80	--	9,00	8,90	2°	CLASSIFICADO (A)	15/06/1986
108063	GILSON HISTER	1,60	0,80	0,60	4,80	7,80	--	9,50	8,65	3°	CLASSIFICADO (A)	24/08/1990
108382	ADEMIR SOUZA LEITE TURMINA	2,00	0,40	0,60	4,40	7,40	--	9,50	8,45	4°	CLASSIFICADO (A)	17/01/1985
108376	JOSIMAR MA-CHADO	1,20	0,80	0,60	6,00	8,60	--	8,00	8,30	5°	CLASSIFICADO (A)	26/06/1987
108243	SILVANDRO CECATTO	0,80	0,40	0,80	5,20	7,20	--	9,00	8,10	6°	CLASSIFICADO (A)	18/03/1981
108396	ARCIZIO NICO-LAU WERNER	1,20	0,60	1,00	4,80	7,60	--	8,50	8,05	7°	CLASSIFICADO (A)	30/12/1961
108225	JUCIANO GRE-GORIO WRZE-SINSKI	1,20	0,80	0,80	4,80	7,60	--	8,50	8,05	8°	CLASSIFICADO (A)	15/01/1985
108165	CLAIRTON JOSé BEVILAQUA	1,20	0,60	0,40	4,80	7,00	--	9,00	8,00	9°	CLASSIFICADO (A)	14/04/1972
108490	ERIVELTO JOSé PISONI	1,60	0,60	0,80	5,20	8,20	--	7,50	7,85	10°	CLASSIFICADO (A)	14/03/1983
108327	TIAGO MARTINS	1,20	0,60	0,40	4,40	6,60	--	9,00	7,80	11°	CLASSIFICADO (A)	31/05/1989
108400	ELTON BAUER-MANN	1,20	0,40	0,60	4,00	6,20	--	9,00	7,60	12°	CLASSIFICADO (A)	08/07/1962
108224	IVANOR NASCI-MENTO	0,80	0,60	0,60	5,20	7,20	--	7,50	7,35	13°	CLASSIFICADO (A)	17/11/1981
108276	JOEL FERNANDO EBERHART	1,60	0,20	0,60	4,80	7,20	--	7,00	7,10	14°	CLASSIFICADO (A)	15/06/1984
108389	ERALDO FACCO	--	0,40	1,00	3,20	4,60	--	9,50	7,05	15°	CLASSIFICADO (A)	08/12/1961

108434	CLAUDEMIR TEODORO	0,80	0,40	0,80	3,60	5,60	--	7,50	6,55	16°	CLASSIFICADO (A)	26/12/1986
108064	JOEL MACIEL	1,20	0,40	0,60	2,40	4,60	--	7,50	6,05	17°	CLASSIFICADO (A)	04/05/1992
108402	ALMERINDO JOSE RINTZEL	--	0,20	0,40	2,80	3,40	--	9,00	6,20	—	DESCCLASSIFICADO (A)	31/03/1980
108295	RODRIGO ALBERTO RAUBER	2,00	1,00	1,00	5,60	9,60	--	--	4,80	—	DESCCLASSIFICADO (A)	16/04/1985

OPERADOR DE MÁQUINAS

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MATEM.	EST. SOC.	CO-NHEC ESPECÍFICOS	T. P. O.	TÍTULOS	PRÁTICA	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
108391	GEOVANI LUIS ALBANI	1,60	0,80	1,00	5,60	9,00	--	8,00	8,50	1°	CLASSIFICADO (A)	19/04/1990
108282	VOLNEI ALBANI	1,60	0,80	0,60	4,00	7,00	--	9,25	8,13	2°	CLASSIFICADO (A)	15/08/1976
108271	NELVO ALBANI	1,20	1,00	0,40	4,00	6,60	--	9,00	7,80	3°	CLASSIFICADO (A)	03/05/1975
108477	JOSEMAR VALENTE	0,80	0,40	0,80	4,00	6,00	--	9,50	7,75	4°	CLASSIFICADO (A)	20/06/1986
108443	ANDREI ZANCO	1,60	0,60	0,80	5,60	8,60	--	5,00	6,80	5°	CLASSIFICADO (A)	22/06/1991
108378	ALDAIR VALDECIR WALL	1,60	0,80	0,60	5,60	8,60	--	4,25	6,43	6°	CLASSIFICADO (A)	09/03/1985
108367	ANDRE CARLOS SCHLOSSER	0,40	--	0,20	5,20	5,80	--	6,25	6,03	7°	CLASSIFICADO (A)	09/08/1986
108466	JEAN CARLO NERES	2,00	1,00	0,20	4,40	7,60	--	4,00	5,80	8°	CLASSIFICADO (A)	16/12/1993
108067	EVAIR RODRIGO KOTTWITZ	2,00	0,80	0,80	5,20	8,80	--	--	4,40		DESCCLASSIFICADO (A)	28/12/1993
108380	MARCELO FICAGNA	1,60	0,60	0,80	4,80	7,80	--	--	3,90		DESCCLASSIFICADO (A)	03/01/1991
108265	LEOCIR JOSÉ CANTELE	--	0,40	0,40	3,60	4,40	--	--	2,20	--	DESCCLASSIFICADO (A)	19/03/1970

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20H

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MATEM.	EST. SOC.	C. ESP.	T. P. O.	TÍTULOS	PRÁTICA	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
108135	DANIELA FRANDOLOSO MARINS	1,20	0,60	0,40	6,65	8,85	0,50	--	9,35	1°	CLASSIFICADO (A)	19/09/1985
108177	CRISTIANE FUZNATO	1,00	0,40	0,20	6,30	7,90	0,50	--	8,40	2°	CLASSIFICADO (A)	16/03/1983
108175	ADRIELI OLTRAMARI	1,00	0,60	0,40	5,95	7,95	--	--	7,95	3°	CLASSIFICADO (A)	20/03/1992
108319	ELIZANDRA KOMINKIEWICZ WRZESINSKI	1,40	0,20	0,60	5,25	7,45	0,50	--	7,95	4°	CLASSIFICADO (A)	08/11/1990
108379	SIRLEI MARINS DA COSTA	1,40	0,20	0,20	5,60	7,40	0,50	--	7,90	5°	CLASSIFICADO (A)	04/04/1980
108488	MIRTES PESCADOR SGANZERLA	1,20	--	0,20	5,95	7,35	0,50	--	7,85	6°	CLASSIFICADO (A)	14/07/1965
108468	SANDRA KARINA TEIXEIRA THOMAS	1,00	0,20	0,40	5,60	7,20	0,50	--	7,70	7°	CLASSIFICADO (A)	15/12/1979
108394	MARGARETE SCHLINTWEIN TURELLA	1,00	0,20	--	5,95	7,15	0,50	--	7,65	8°	CLASSIFICADO (A)	05/07/1965
108071	DIANA CENTA BERNARDY	0,80	--	0,40	5,95	7,15	0,50	--	7,65	9°	CLASSIFICADO (A)	03/04/1990
108403	KELLY CRISTINA DA CRUZ VALMORBIDA	1,00	0,20	0,20	5,60	7,00	0,50	--	7,50	10°	CLASSIFICADO (A)	01/02/1991
108078	VIVIANE BALDIN	0,80	--	0,20	5,95	6,95	0,50	--	7,45	11°	CLASSIFICADO (A)	03/01/1979
108395	LOVANI TEREZINHA BARON	0,80	--	0,40	5,60	6,80	0,50	--	7,30	12°	CLASSIFICADO (A)	24/10/1963

108405	CLAUDIA INÊS SCHMITZ AL-GAYER	0,80	0,20	0,60	5,60	7,20	--	--	7,20	13°	CLASSIFICADO (A)	10/02/1990
108077	SIMPLICIA MARIA DA CUNHA	1,40	0,20	0,20	4,90	6,70	0,50	--	7,20	14°	CLASSIFICADO (A)	23/02/1963
108287	LUCIA ILETE KIRCH FRANDOLOSO	1,00	0,40	0,40	4,90	6,70	0,50	--	7,20	15°	CLASSIFICADO (A)	17/05/1969
108108	CLAISE TERESINHA KRAEMER CEREZOLLI	0,80	0,20	0,20	5,95	7,15	--	--	7,15	16°	CLASSIFICADO (A)	02/05/1993
108075	ROSANE CRISTINA JACOBY	0,60	0,20	0,20	5,60	6,60	0,50	--	7,10	17°	CLASSIFICADO (A)	07/10/1979
108331	MICHELI CRISTIANE DA VEIGA KRIESER	0,80	0,20	0,40	5,60	7,00	--	--	7,00	18°	CLASSIFICADO (A)	24/10/1983
108312	MAGALI CARMEN SIGNOR	0,60	0,20	--	5,60	6,40	0,50	--	6,90	19°	CLASSIFICADO (A)	16/08/1966
108384	NILDA SALETE CUOCHINSKI	1,20	0,20	--	4,90	6,30	0,50	--	6,80	20°	CLASSIFICADO (A)	08/03/1975
108061	LÚCIAEUZÉBIO	1,00	--	0,40	4,90	6,30	0,50	--	6,80	21°	CLASSIFICADO (A)	11/08/1983
108336	DIRLEI MARINS ALLEBRANDT	1,00	0,20	0,20	4,90	6,30	0,50	--	6,80	22°	CLASSIFICADO (A)	17/08/1976
108192	GLACI BALDIN SIEBAUER	1,00	0,40	0,20	4,55	6,15	0,50	--	6,65	23°	CLASSIFICADO (A)	17/10/1972
108215	MIRIAM FREY CECATTO	1,00	0,40	0,40	4,20	6,00	0,50	--	6,50	24°	CLASSIFICADO (A)	12/04/1972
108261	GRAZIANE FRIGO HASLINGER	1,40	--	--	4,55	5,95	0,50	--	6,45	25°	CLASSIFICADO (A)	18/01/1985
108330	ROSANE VALENTE FREY	0,80	0,20	0,40	4,55	5,95	0,50	--	6,45	26°	CLASSIFICADO (A)	28/12/1978
108478	MARINÊS MARIA KEGLER EBERHART	0,60	--	0,40	4,90	5,90	0,50	--	6,40	27°	CLASSIFICADO (A)	20/08/1978
108210	RAQUEL CRISTINA COIMBRA DE PAULA	0,60	--	0,40	4,90	5,90	0,50	--	6,40	28°	CLASSIFICADO (A)	15/01/1990
108385	DERLICE TURMINA	1,20	0,20	0,60	3,85	5,85	0,50	--	6,35	29°	CLASSIFICADO (A)	10/01/1983
108444	SANDRA LETICIA SCHUSTER LAMBRECHT	1,20	0,20	--	4,90	6,30	--	--	6,30	30°	CLASSIFICADO (A)	18/01/1988
108328	SIDRIANA FATIMA BACH METDLER	1,20	--	0,40	4,20	5,80	0,50	--	6,30	31°	CLASSIFICADO (A)	31/10/1975
108381	ELISETE MARIA SPEROTTO BAMPI	1,00	0,40	0,20	4,20	5,80	0,50	--	6,30	32°	CLASSIFICADO (A)	14/05/1969
108365	JANETE TEREZINHA EBERHARDT	1,00	--	0,40	4,20	5,60	0,50	--	6,10	33°	CLASSIFICADO (A)	20/03/1986
108407	MARGARETE ASSIS DE ALMEIDA SOUZA	0,60	0,60	0,20	4,20	5,60	0,50	--	6,10	34°	CLASSIFICADO (A)	28/06/1977
108370	ROSANGELA KNORST DEOTTI	0,80	0,20	0,40	3,50	4,90	0,50	--	5,40	35°	CLASSIFICADO (A)	15/06/1966
108194	MAGALEI SALETE JOHANN DE GREGORI	0,80	--	0,20	3,85	4,85	0,50	--	5,35	36°	CLASSIFICADO (A)	16/06/1988
108257	MARISA SALETE VIEIRA GRAEFF	0,80	0,20	--	3,85	4,85	0,50	--	5,35	37°	CLASSIFICADO (A)	08/03/1982
108438	VANESSA DA SILVA	1,20	0,40	0,20	3,15	4,95	--	--	4,95	--	DESCCLASSIFICADO (A)	18/01/1990
108279	ELIZETE MÜLLER SCATOLIN	0,80	--	0,40	3,15	4,35	0,50	--	4,85	--	DESCCLASSIFICADO (A)	24/10/1966
108139	MAILA PATRICIA NAZARIO ROCHA	0,80	0,20	0,20	3,15	4,35	--	--	4,35	--	DESCCLASSIFICADO (A)	16/02/1984

Modelo, SC, 27 de março de 2015.

ERRATA AO EDITAL 085/2015 FMS

Errata ao Edital 85/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 85/2015 - Modalidade Pregão n. 009/2015

A Senhora Gestora do Fundo Municipal de Saúde do Município de Modelo, SC, MARCIA TERESINHA JACOBY, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que o Pregão Presencial Nº009/2015, com o seguinte objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO, ZERO QUILOMETRO, PARA COMPOR A FROTA E DAR CONTINUIDADE AOS SERVIÇOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO. Teve sua data de abertura alterada para o dia 13 de abril de 2015, às 08:00. Sendo mantidas as demais condições do edital. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 27 de Março de 2015.

MARCIA TERESINHA JACOBY

Gestora FMS

RESULTADO DO RECURSO AO GABARITO PROVISÓRIO/NOTAS PRELIMINARES CONCURSO PÚBLICO 001/2015

RESULTADO DO RECURSO RELATIVO AO GABARITO PROVISÓRIO

O Instituto de Consultoria em Administração Pública - ICAP e a Comissão de Acompanhamento do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Modelo/SC TORNA PÚBLICO, o resultado dos recursos interpostos, quanto às Notas Preliminares:

I) DEFERIR os seguintes requerimentos:

Inscrição	Cargo	DECISÃO
108312	Professor de Ed. Infantil	Deferir o recurso.
108395	Professor de Ed. Infantil	Deferir o recurso.
108177	Professor de Ed. Infantil	Deferir o recurso.
108468	Professor de Ed. Infantil	Deferir o recurso.
108098	Motorista	Deferir o recurso.

II) INDEFERIR os seguintes requerimentos:

Inscrição	Cargo	DECISÃO
108320	Auxiliar Educacional	Indeferir o recurso.

Modelo, SC, 27 de março de 2015.

Morro da Fumaça

PREFEITURA

PROCESSO SELETIVO Nº. 008/2015

MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA - SC. PROCESSO SELETIVO Nº. 008/2015. A Comissão do Processo Seletivo Nº 008/2015, nomeada pelo Decreto Nº 037/2015, torna público que se encontram abertas as inscrições no período de 15 de Abril de 2015 a 17 de Abril de 2015, das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:00h, na Secretaria Municipal de Saúde de Morro da Fumaça, relativos a admissão dos profissionais para os cargos de: 1 - Médico Clínico Geral; 2 - Médico Psiquiatra; 3 - Nutricionista; 4 - Enfermeiro; 5 - Fisioterapeuta; 6 - Odontólogo; 7 - Terapeuta Ocupacional; 8 - Assistente Social; 9 - Psicólogo; 10 - Técnico de Enfermagem; 11 - Auxiliar de Consultório Dentário, para preenchimento de cargos constantes do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, para admissão em caráter temporário e cadastro de reserva, através de aplicação de prova escrita/objetiva de acordo com as instruções constantes no Edital disponível na Secretaria de Saúde, Rua Deputado Antônio Guglielmi Sobrinho, 367, Centro, Morro da Fumaça - SC. Morro da Fumaça em 30 de Março de 2015. VIVIANE INACIO DA SILVA - Presidente da Comissão de Processo Seletivo.

Navegantes

PREFEITURA

ATA DE VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS FINALIZAÇÃO - R P PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015 PMN

ATA DE VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS / FINALIZAÇÃO - R.P PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015

Os responsáveis pela análise das amostras referente o pregão nº 11/2015 PMN, objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA A PREFEITURA E CENTROS EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, verificaram e deram o parecer - aprovação/reprovação dos produtos apresentados conforme segue:

ITENS	Licitantes colocados	Aprovação/reprovação	resultado
03	9º VENCOLI	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	FRACASSADO
18	5º BLU DISTRIBUIDORA	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	FRACASSADO
25	4º COMERCIAL MULTIVILLE 5º BLUNAC	REPROVADO-NÃO APRESENTAÇÃO AMOSTRA	FRACASSADO
42	6º NEW WAY E 7º FORNECEDORA	REPROVADO-NÃO APRESENTAÇÃO AMOSTRA	FRACASSADO

ATA REGISTRO DE PREÇOS PMN Nº 020/2015.

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PMN 020/2015
O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 020/2015, relativa ao Pregão Presencial nº 020/2015 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA A QUENTE COM CAMINHÃO ESPECIAL E EQUIPAMENTOS PARA FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CAUQ (CONCRETO USINADO QUENTE) E FRIO PARA ATENDER A NECESSIDADE E MANUTENÇÃO DE REPAROS DA MANTA DE ASFALTO DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Fornecedor: T.E.S TECNOLOGIA DE SOLOS LTDA.

Item: 01.

Valor Total: R\$ 288.000,00.

Vigência: 16/03/2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

ATAS, I,II PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2015 PMN

Ata Pregão Presencial nº 45/2015 PMN

ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DOS LICITANTES INFOPLAN, PROVILLE, ILHA SERVICE, CEK INFORMATICA, ROMAZE, DATEN, MARCELO WEINRICH, ARQUIMEDES, TODOS DEVIDAMENTE CREDENCIADOS, NA OCASIÃO FOI FORNECIDO OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO PARA VERIFICAÇÃO DOS LICITANTES, NÃO HAVENDO APONTAMENTOS PASSOU-SE PARA A PROXIMA ETAPA, ANTES FOI INFORMADO QUE ERAM BENEFICIÁRIOS DA LEI 123/2006 (ME/EPP) OS LICITANTES INFOPLAN, PROVILLE,CEK, MARCELO WEINRICH. EM SEGUIDA FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTAS DOS LICITANTES NO QUAL CONTINHA OS VALORES E FOLDERS (ESTES ÚLTIMOS)

ANALISADOS PELOS TÉCNICOS RICARDO FELIZBINO E ANTONIO, neste momento o pregoeiro informou que a licitação iria acontecer até as 11:40 caso não fosse finalizada a sessão, a mesma seria suspensa e retornaria o seu acontecimento as 13:30 do mesmo dia no mesmo local. As 11 h foi disponibilizado aos licitantes que verificassem as propostas, como não finalizaram a verificação o pregoeiro suspendeu a sessão para retornar as 13:30 continuando da verificação das propostas.

REABERTO CERTAME AS 13:30 COM A FINALIZAÇÃO DA VERIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, AO SEU TERMINO FOI DADO A PALAVRA AOS LICITANTES QUE APONTARAM CONFORME SEGUE: PROVILLE APONTA QUE A ROMAZE , MARCELO, DATEN, NÃO POSSUÍAM GARANTIA DE 3 ANOS DO MONITOR CONFORME RELAÇÃO DE ITENS, CONFORME CONFIRMAÇÃO DO SR RICARDO REALMENTE NÃO HAVIA A GARANTIA (TODOS OS 3 CITADOS ESTÃO DESCLASSIFICADOS POR ESTE MOTIVO) ; A ilha service não atendeu quanto a ser membro na dmtf na categoria (board) ou (leadership) (solicitado no descritivo do item), e a categoria da fonte era bronze quando no edital solicitava gold, por estes 2 motivos a ilha service também foi desclassificada; a comissão verificou que o licitante marcelo também foi desclassificado por apresentar fonte de 180w quando no edital solicitava no mínimo 240w, APÓS PASSOU-SE PARA ETAPA DE LANCES, EM SEGUIDA FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E CONSTATADO QUE OS LICITANTES PROVILLE E ARQUIMEDES (VENCEDORES DOS LANCES) ATENDERAM QUANTO A APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO. Passado a palavra aos licitantes quanto a menção de recursos mencionaram Arquimedes quanto a proposta, proville contra a habilitação, ilha servisse referente ao questionamento. Finalizada a sessão encaminhasse os autos à autoridade competente.

Navegantes, 27 de março de 2015

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 17/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONCORRÊNCIA Nº 17/2015 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA IMPLANTAÇÃO DE 02 (DOIS) ELEVADORES NO HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES - 4ª (QUARTA) ETAPA, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO 2014TR 002723 DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 29/04/2014 até às 8:50 hs. Abertura envelopes: 29/04/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 27 de março de 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 15/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA, PARA CUMPRIMENTO DE TAC (TERMO DE AJUSTE DE CONDOTA), FIRMADO COM MINISTÉRIO PÚBLICO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 10/04/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 10/04/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 27 de março de 2015.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

DECRETO 236 DECLARA IMÓVEL DE UTILIDADE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 236 DE 27 DE MARÇO DE 2015
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA IMÓVEL QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, inciso XV, da Lei Orgânica do Município, com fundamento das políticas públicas estabelecidas no Plano Diretor Municipal (Leis Complementares nº 55, 56 e 57 de 22 de julho de 2008) e no Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, bem como considerando o preceito constitucional de que a propriedade deve cumprir seu fim social;

DECRETA:

Art. 1.º Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, amigável ou judicial, um terreno situado no lugar Balneário Navegantes, zona urbana deste Município de Navegantes-SC, na vigésima quinta quadra do lado ímpar, da Avenida José Alcebíades Laurentino, representado pelas Áreas A - B - C - D - E - F - G e H do desmembramento sem denominação oficial do redsmembramento dos lotes nº 05 - 06 - 07 da quadra N, do desmembramento denominado Jardim Balneário Navegantes, com a área total de 1470 metros quadrados, registrado sob a matrícula nº 3.197 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Navegantes, de propriedade de Sandra Cristina da Silva, acrescido da benfeitoria lá existente, representada por edificação com área construída de 1475 metros quadrados, não averbada na matrícula do bem (3.197) perante o Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

§ 1.º A desapropriação pretendida destina-se a abrigar edifício público.

Art. 2.º A área do terreno descrita no art.1º possui as seguintes medidas e confrontações: FRENTE ao NORTE da avenida acima citada, onde mede 42,00 metros; FUNDOS ao SUL no lado par da Rua Manoel Felício Adriano, a mesma medida; EXTREMA ao LESTE com terras de Adriana Cristina Colzani Demarchi, Fernando Steinbach e de Danielle Cardoso de Andrade (lote nº 04), ficando distante, nesta extrema, da esquina com a Rua H, sem denominação oficial, em 42,00 metros, e OESTE com terras de Pirâmide

Empreendimentos Ltda., (lote nº 08), medindo em cada uma das extremas 35,00 metros.

Art. 3.º Fica, o Município de Navegantes, autorizado a promover a desapropriação do terreno e benfeitorias, na forma da legislação vigente, cabendo, ao Poder Executivo Municipal, praticar os atos necessários à sua efetivação.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE MARÇO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de março de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 1º BIMESTRE/2015

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	233.667.978,23	233.667.978,23	41.155.409,12	17,61	41.155.409,12	17,61	192.512.569,11
RECEITAS CORRENTES	192.803.225,85	192.803.225,85	39.853.683,64	20,67	39.853.683,64	20,67	152.949.542,21
RECEITA TRIBUTÁRIA	42.298.344,00	42.298.344,00	13.009.791,21	30,76	13.009.791,21	30,76	29.288.552,79
IMPOSTOS	39.200.000,00	39.200.000,00	12.096.520,71	30,86	12.096.520,71	30,86	27.103.479,29
TAXAS	2.098.344,00	2.098.344,00	1.015.964,57	48,42	1.015.964,57	48,42	1.082.379,43
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.000.000,00	1.000.000,00	-102.694,07	0,00	-102.694,07	0,00	1.102.694,07
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	9.404.191,19	9.404.191,19	1.787.235,02	19,00	1.787.235,02	19,00	7.616.956,17
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	5.904.191,19	5.904.191,19	1.027.106,56	17,40	1.027.106,56	17,40	4.877.084,63
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	3.500.000,00	3.500.000,00	760.128,46	21,72	760.128,46	21,72	2.739.871,54
RECEITA PATRIMONIAL	3.947.550,00	3.947.550,00	1.291.887,67	32,73	1.291.887,67	32,73	2.655.662,33
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	3.937.818,00	3.937.818,00	1.291.887,67	32,81	1.291.887,67	32,81	2.645.930,33
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	9.732,00	9.732,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.732,00
RECEITA DE SERVIÇOS	17.635.296,00	17.635.296,00	3.030.259,33	17,18	3.030.259,33	17,18	14.605.036,67
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	114.428.567,66	114.428.567,66	19.925.442,45	17,41	19.925.442,45	17,41	94.503.125,21
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	112.700.363,66	112.700.363,66	19.903.473,67	17,66	19.903.473,67	17,66	92.796.889,99
Transferências de Instituições Privadas	13.524,00	13.524,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.524,00
Transf. de Pessoas	27.036,00	27.036,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.036,00
Transf. de Conv.	1.687.644,00	1.687.644,00	21.968,78	1,30	21.968,78	1,30	1.665.675,22
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.089.277,00	5.089.277,00	809.067,96	15,90	809.067,96	15,90	4.280.209,04
Multas e Juros de Mora	2.442.790,00	2.442.790,00	353.614,28	14,48	353.614,28	14,48	2.089.175,72
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	53.250,00	53.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.250,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	2.266.500,00	2.266.500,00	396.767,84	17,51	396.767,84	17,51	1.869.732,16
RECEITAS DIVERSAS	326.737,00	326.737,00	58.685,84	17,96	58.685,84	17,96	268.051,16
RECEITAS DE CAPITAL	40.864.752,38	40.864.752,38	1.301.725,48	3,19	1.301.725,48	3,19	39.563.026,90
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	24.250.000,00	24.250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.250.000,00
Operações de Crédito Internas	24.250.000,00	24.250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.250.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	16.614.752,38	16.614.752,38	1.301.725,48	7,83	1.301.725,48	7,83	15.313.026,90
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	30.412,00	30.412,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.412,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	16.584.340,38	16.584.340,38	1.301.725,48	7,85	1.301.725,48	7,85	15.282.614,90
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	10.731.113,89	10.731.113,89	1.818.730,14	16,95	1.818.730,14	16,95	8.912.383,75
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	10.731.113,89	10.731.113,89	1.818.730,14	16,95	1.818.730,14	16,95	8.912.383,75
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	10.481.113,89	10.481.113,89	1.818.638,36	17,35	1.818.638,36	17,35	8.662.475,53
Receitas Intra-Orçamentárias - Contribuições Sociais	10.481.113,89	10.481.113,89	1.818.638,36	17,35	1.818.638,36	17,35	8.662.475,53
RECEITA DE SERVIÇOS	250.000,00	250.000,00	91,78	0,04	91,78	0,04	249.908,22

Continua 1/3

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	10.731.113,89	10.731.113,89	1.818.730,14	16,95	1.818.730,14	16,95
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	244.399.092,12	244.399.092,12	42.974.139,26	17,58	42.974.139,26	17,58
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	244.399.092,12	244.399.092,12	42.974.139,26	17,58	42.974.139,26	17,58
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	244.399.092,12	244.399.092,12	42.974.139,26	17,58	42.974.139,26	17,58
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	0,00	—	—	0,00	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	226.680.212,04	-3.000,00	226.677.212,04	67.170.935,92	67.170.935,92	25.070.747,97	25.070.747,97	11,06
DESPESAS CORRENTES	135.995.580,03	20.000,00	136.015.580,03	47.128.556,37	47.128.556,37	22.833.963,26	22.833.963,26	16,79
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	72.739.140,66	0,00	72.739.140,66	13.476.656,31	13.476.656,31	12.928.947,77	12.928.947,77	17,77
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	63.106.439,37	20.000,00	63.126.439,37	33.651.900,06	33.651.900,06	9.905.015,49	9.905.015,49	15,69
DESPESAS DE CAPITAL	74.945.581,76	-23.000,00	74.922.581,76	20.042.379,55	20.042.379,55	2.236.784,71	2.236.784,71	2,99
INVESTIMENTOS	69.445.581,76	-23.000,00	69.422.581,76	15.990.285,92	15.990.285,92	1.293.071,04	1.293.071,04	1,86
Amortização da Dívida	5.500.000,00	0,00	5.500.000,00	4.052.093,63	4.052.093,63	943.713,67	943.713,67	17,16
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.739.050,25	0,00	15.739.050,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	13.650.633,76	3.000,00	13.653.633,76	2.964.526,93	2.964.526,93	2.572.806,05	2.572.806,05	18,84
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.996.247,76	0,00	12.996.247,76	2.545.745,10	2.545.745,10	2.545.745,10	2.545.745,10	19,59
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	554.386,00	3.000,00	557.386,00	418.781,83	418.781,83	27.060,95	27.060,95	4,85
Amortização da Dívida	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	240.330.845,80	0,00	240.330.845,80	70.135.462,85	70.135.462,85	27.643.554,02	27.643.554,02	11,50
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	240.330.845,80	0,00	240.330.845,80	70.135.462,85	70.135.462,85	27.643.554,02	27.643.554,02	11,50
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	15.330.585,24	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	240.330.845,80	0,00	240.330.845,80	70.135.462,85	70.135.462,85	27.643.554,02	42.974.139,26	17,88
								212.687.291,78

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 3.114.348,01

FONTE:

NAVEGANTES, 27/03/2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador - CRC/SC - 15.192-O

Município de NAVEGANTES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	41.982.150,00	41.982.150,00	12.635.284,06	30,10
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	9.500.000,00	9.500.000,00	6.216.537,10	65,44
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	4.500.000,00	4.500.000,00	1.024.864,09	22,77
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	22.500.000,00	22.500.000,00	4.626.379,93	20,56
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.700.000,00	2.700.000,00	228.739,59	8,47
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	117.150,00	117.150,00	12.553,75	10,72
Dívida Ativa dos Impostos	2.160.000,00	2.160.000,00	396.767,84	18,37
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	505.000,00	505.000,00	129.441,76	25,63
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	58.934.414,52	58.934.414,52	10.610.368,97	18,00
Cota-Parte FPM	24.894.414,52	24.894.414,52	4.844.565,06	19,46
Cota-Parte ITR	5.000,00	5.000,00	1.496,35	29,93
Cota-Parte IPVA	5.000.000,00	5.000.000,00	540.610,36	10,81
Cota-Parte ICMS	28.500.000,00	28.500.000,00	5.133.346,08	18,01
Cota-Parte IPI-Exportação	440.000,00	440.000,00	90.351,12	20,53
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	95.000,00	95.000,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	95.000,00	95.000,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	100.916.564,52	100.916.564,52	23.245.653,03	23,03

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	23.797.831,00	23.797.831,00	7.894.078,37	33,17	4.776.513,56	20,07
Pessoal e Encargos Sociais	14.490.452,00	14.490.452,00	3.507.379,42	24,20	3.026.028,47	20,88
Outras Despesas Correntes	9.307.379,00	9.307.379,00	4.386.698,95	47,13	1.750.485,09	18,81
DESPESAS DE CAPITAL	16.424.640,09	16.424.640,09	3.061.952,33	18,64	325.419,66	1,98
Investimentos	16.424.640,09	16.424.640,09	3.061.952,33	18,64	325.419,66	1,98

Continua 1/4

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	16.424.640,09	16.424.640,09	3.061.952,33	18,64	325.419,66	1,98
Investimentos	16.424.640,09	16.424.640,09	3.061.952,33	18,64	325.419,66	1,98
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	40.222.471,09	40.222.471,09	10.956.030,70	27,24	5.101.933,22	12,68
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO						
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVEF DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS Recursos de Operações de Crédito Outros Recursos OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹ DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS² DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	23.064.619,00	23.064.619,00	5.467.376,74	49,90	2.268.949,50	44,47
	12.495.266,85	12.495.266,85	3.842.508,48	35,07	1.978.681,84	38,78
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	10.569.352,15	10.569.352,15	1.624.868,26	14,83	290.267,66	5,69
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	-	-	0,00	0,00	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	23.064.619,00	23.064.619,00	5.467.376,74	49,90	2.268.949,50	44,47
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	17.157.852,09	17.157.852,09	5.488.653,96	50,10	2.832.983,72	55,53
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 6						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/10%]						
-653.864,23						

Continua 2/4

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2014	397.907,98	0,00	0,00	0,00	397.907,98	0,00	0,00	
Inscritos em 2013	360.950,66	0,00	0,00	0,00	360.950,66	0,00	0,00	
Inscritos em 2012	5.669,46	0,00	0,00	0,00	5.669,46	0,00	0,00	
Inscritos em Exercícios Anteriores a 2011	8.754,67	0,00	0,00	0,00	8.754,67	0,00	0,00	
TOTAL	773.282,77	0,00	0,00	0,00	773.282,77	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS								
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
		0,00	0,00			0,00		
		0,00	0,00			0,00		
		0,00	0,00			0,00		
		0,00	0,00			0,00		
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00			
LIMITE NÃO CUMPRIDO								
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 24 E 26	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
	-	-			-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
		Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100			
	21.111.261,09	21.111.261,09	5.498.447,14	50,19	3.071.065,86	60,19		
	17.148.886,00	17.148.886,00	4.689.809,50	42,81	1.608.684,52	31,53		
	740.824,00	740.824,00	411.254,86	3,75	319.255,46	6,26		
	492.372,00	492.372,00	258.898,05	2,36	45.890,45	0,90		
	729.128,00	729.128,00	97.621,15	0,89	57.036,93	1,12		

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de NAVEGANTES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Bimestre (I)	% (I/Total I)*100	Até Bimestre (m) % (m/Total m)*100
Vigilância Epidemiológica	729.128,00	729.128,00	97.621,15	0,89	57.036,93 1,12
TOTAL	40.222.471,09	40.222.471,09	10.956.030,70	100,00	5.101.933,22 100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h+j" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100$

NAVEGANTES, 27/03/2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA	MARCIO CAPELLA	JOEL VIEIRA
Prefeito	Secretário de Finanças	Contador - CRC/SC - 15.192

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

NAVEGANTES, 27/03/2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

MARCIO CAPELLA

Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA

Contador - CRC/SC - 15.192-O

Município de NAVEGANTES - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	244.399.092,12
Previsão Atualizada		—	244.399.092,12
Receitas Realizadas		42.974.139,26	42.974.139,26
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	0,00
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	240.330.845,80
Créditos Adicionais		—	0,00
Dotação Atualizada		—	240.330.845,80
Despesas Empenhadas		70.135.462,85	70.135.462,85
Despesas Liquidadas		27.643.554,02	27.643.554,02
Superavit Orçamentário		—	15.330.585,24
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		70.135.462,85	70.135.462,85
Despesas Liquidadas		27.643.554,02	27.643.554,02
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			185.726.439,86
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		3.886.417,67	3.886.417,67
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		772.069,66	772.069,66
Liquidadas		772.069,66	772.069,66
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		3.114.348,01	3.114.348,01
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		-10.120,39	-16.933.669,10
Resultado Primário		1.247.701,87	14.982.411,24
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	6.450.850,85	1.767,87	826.724,38
EXECUTIVO	6.450.850,85	1.767,87	826.724,38
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.515.523,63	0,00	1.017.635,73
EXECUTIVO	1.515.523,63	0,00	1.017.635,73
TOTAL:	7.966.374,48	1.767,87	1.844.360,11
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		4.390.575,51	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		6.244.481,99	60%
Liquidadas		6.244.481,99	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	24.250.000,00
Despesa de Capital Líquida		2.236.784,71	72.735.797,05

Continua 1/2

Município de NAVEGANTES - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		2.832.983,72	15,00	12,19
Liquidadas		2.832.983,72		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

NAVEGANTES, 27/03/2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador - CRC/SC - 15.192

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	226.680.212,04	226.680.212,04	67.170.935,92	67.170.935,92	25.070.747,97	25.070.747,97	90,69	11,06
Essencial à Justiça	1.627.000,00	1.627.000,00	497.982,25	497.982,25	403.931,40	403.931,40	1,46	24,83
Representação Judicial e Extrajudicial	1.627.000,00	1.627.000,00	497.982,25	497.982,25	403.931,40	403.931,40	1,46	24,83
Administração	13.811.767,47	13.811.767,47	4.025.786,70	4.025.786,70	1.610.453,70	1.610.453,70	5,83	11,66
Planejamento e Orçamento	1.643.980,00	1.643.980,00	249.002,88	249.002,88	228.079,50	228.079,50	0,83	13,87
Administração Geral	4.005.000,00	4.005.000,00	1.849.771,49	1.849.771,49	530.288,55	530.288,55	1,92	13,24
Administração Financeira	960.650,00	960.650,00	292.743,93	292.743,93	199.797,03	199.797,03	0,72	20,80
Normalização e Fiscalização	70.000,00	70.000,00	190,00	190,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tecnologia da Informatização	2.800.000,00	2.800.000,00	191.689,92	191.689,92	8.789,92	8.789,92	0,03	0,31
Formação de Recursos Humanos	1.800.000,00	1.800.000,00	594.282,16	594.282,16	433.833,66	433.833,66	1,57	24,10
Administração de Receitas	365.360,00	365.360,00	315.316,02	315.316,02	29.259,71	29.259,71	0,11	8,01
Comunicação Social	813.680,00	813.680,00	249.593,08	249.593,08	101.259,93	101.259,93	0,37	12,44
Previdência do Regime Estatutário	1.353.097,47	1.353.097,47	283.197,22	283.197,22	79.145,40	79.145,40	0,29	5,85
Segurança Pública	4.536.882,00	4.536.882,00	815.141,24	815.141,24	363.860,08	363.860,08	1,32	8,03
Policciamento	1.639.338,00	1.639.338,00	134.013,78	134.013,78	19.120,43	19.120,43	0,07	1,17
Defesa Civil	1.300.000,00	1.300.000,00	224.250,80	224.250,80	205.735,14	205.735,14	0,74	15,83
Informação e Inteligência	1.597.544,00	1.594.544,00	456.876,66	456.876,66	139.004,51	139.004,51	0,50	8,72
Assistência Social	7.436.262,43	7.436.262,43	1.563.811,82	1.563.811,82	505.869,52	505.869,52	1,83	6,80
Assistência ao Idoso	190.000,00	190.000,00	25.842,72	25.842,72	3.109,62	3.109,62	0,01	1,64
Assistência ao Portador de Deficiência	10.956,00	10.956,00	10.945,80	10.945,80	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	2.489.011,43	2.489.011,43	835.818,96	835.818,96	260.035,08	260.035,08	0,94	10,45
Assistência Comunitária	4.746.295,00	4.746.295,00	691.204,34	691.204,34	242.724,82	242.724,82	0,88	5,11
Previdência Social	650.000,00	650.000,00	3.152,00	3.152,00	3.152,00	3.152,00	0,01	0,48
Previdência do Regime Estatutário	650.000,00	650.000,00	3.152,00	3.152,00	3.152,00	3.152,00	0,01	0,48
Saúde	38.505.057,09	38.505.057,09	10.638.125,92	10.638.125,92	4.784.028,44	4.784.028,44	17,31	12,42
Atenção Básica	19.287.539,09	19.287.539,09	5.180.542,36	5.180.542,36	2.753.161,08	2.753.161,08	9,96	14,27
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	17.255.194,00	17.255.194,00	4.689.809,50	4.689.809,50	1.608.684,52	1.608.684,52	5,82	9,32
Suporte Profilático e Terapêutico	740.824,00	740.824,00	411.254,86	411.254,86	319.255,46	319.255,46	1,15	43,09
Vigilância Sanitária	492.372,00	492.372,00	258.898,05	258.898,05	45.890,45	45.890,45	0,17	9,32
Vigilância Epidemiológica	729.128,00	729.128,00	97.621,15	97.621,15	57.036,93	57.036,93	0,21	7,82

Continua 1/5

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/5

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (i)	226.680.212,04	226.677.212,04	67.170.935,92	67.170.935,92	25.070.747,97	25.070.747,97	90,69	201.606.464,07
Trabalho	1.189.385,00	1.189.385,00	294.798,96	294.798,96	265.531,31	265.531,31	0,96	923.853,69
Empregabilidade	50.000,00	50.000,00	29.793,59	29.793,59	5.593,29	5.593,29	0,02	44.406,71
Fomento ao Trabalho	1.139.385,00	1.139.385,00	265.005,37	265.005,37	259.938,02	259.938,02	0,94	879.446,98
Educação	65.184.338,12	65.184.338,12	19.168.963,77	19.168.963,77	9.555.843,89	9.555.843,89	34,57	55.628.494,23
Alimentação e Nutrição	4.100.050,00	4.100.050,00	891.486,92	891.486,92	34.736,16	34.736,16	0,13	4.065.313,84
Ensino Fundamental	31.530.038,12	31.530.038,12	10.956.415,69	10.956.415,69	5.446.179,42	5.446.179,42	19,70	26.083.858,70
Educação Infantil	29.138.250,00	29.138.250,00	7.281.898,36	7.281.898,36	4.040.190,51	4.040.190,51	14,62	25.098.059,49
Educação de Jovens e Adultos	270.000,00	270.000,00	29.049,55	29.049,55	24.624,55	24.624,55	0,09	245.375,45
Educação Especial	146.000,00	146.000,00	10.113,25	10.113,25	10.113,25	10.113,25	0,04	135.886,75
Cultura	2.003.765,00	2.003.765,00	208.508,25	208.508,25	98.583,84	98.583,84	0,36	1.905.181,16
Difusão Cultural	2.003.765,00	2.003.765,00	208.508,25	208.508,25	98.583,84	98.583,84	0,36	1.905.181,16
Urbanismo	10.400.000,00	10.400.000,00	2.569.287,79	2.569.287,79	1.662.408,92	1.662.408,92	6,01	8.737.591,08
Infra-Estrutura Urbana	1.900.000,00	1.900.000,00	234.155,49	234.155,49	234.155,49	234.155,49	0,85	1.665.844,51
Serviços Urbanos	8.500.000,00	8.500.000,00	2.335.132,30	2.335.132,30	1.428.253,43	1.428.253,43	5,17	7.071.746,57
Saneamento	16.811.989,00	16.811.989,00	6.619.567,54	6.619.567,54	2.280.430,69	2.280.430,69	8,25	14.531.558,31
Saneamento Básico Urbano	16.811.989,00	16.811.989,00	6.619.567,54	6.619.567,54	2.280.430,69	2.280.430,69	8,25	14.531.558,31
Gestão Ambiental	2.590.926,00	2.590.926,00	294.469,26	294.469,26	54.615,58	54.615,58	0,20	2.536.310,42
Preservação e Conservação Ambiental	1.999.940,00	1.999.940,00	220.912,52	220.912,52	1.460,00	1.460,00	0,01	1.998.480,00
Controle Ambiental	590.986,00	590.986,00	73.556,74	73.556,74	53.155,58	53.155,58	0,19	537.830,42
Agricultura	1.481.000,00	1.481.000,00	196.884,97	196.884,97	131.354,44	131.354,44	0,48	1.349.645,56
Abastecimento	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
Extensão Rural	1.411.000,00	1.411.000,00	196.884,97	196.884,97	131.354,44	131.354,44	0,48	1.279.645,56
Comércio e Serviços	2.702.390,30	2.702.390,30	1.341.301,58	1.341.301,58	1.006.521,00	1.006.521,00	3,64	1.695.869,30
Serviços Financeiros	50.000,00	50.000,00	21.915,23	21.915,23	12.315,13	12.315,13	0,04	37.684,87
Turismo	2.652.390,30	2.652.390,30	1.319.386,35	1.319.386,35	994.205,87	994.205,87	3,60	1.658.184,43
Energia	3.553.250,00	3.553.250,00	1.007.690,00	1.007.690,00	281.979,73	281.979,73	1,02	3.271.270,27
Energia Elétrica	3.553.250,00	3.553.250,00	1.007.690,00	1.007.690,00	281.979,73	281.979,73	1,02	3.271.270,27
Transporte	27.759.732,38	27.759.732,38	11.641.598,06	11.641.598,06	543.840,16	543.840,16	1,97	27.215.892,22
Transportes Coletivos Urbanos	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Transporte Rodoviário	27.659.732,38	27.659.732,38	11.641.598,06	11.641.598,06	543.840,16	543.840,16	1,97	27.115.892,22

Continua 2/5

Continuação 3/5

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Desporto e Lazer	226.680.212,04	226.677.212,04	67.170.935,92	67.170.935,92	25.070.747,97	25.070.747,97	90,69	201.606.464,07
Desporto de Rendimento	2.636.417,00	2.636.417,00	411.094,39	411.094,39	197.801,48	197.801,48	0,72	2.438.615,52
Desporto Comunitário	340.000,00	340.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	340.000,00
Encargos Especiais	2.296.417,00	2.296.417,00	411.094,39	411.094,39	197.801,48	197.801,48	0,72	2.098.615,52
Serviço da Dívida Interna	8.061.000,00	8.061.000,00	5.872.771,42	5.872.771,42	1.320.541,79	1.320.541,79	4,78	6.740.458,21
Outros Encargos Especiais	5.650.000,00	5.650.000,00	4.052.093,63	4.052.093,63	943.713,67	943.713,67	3,41	4.706.286,33
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.411.000,00	2.411.000,00	1.820.677,79	1.820.677,79	376.828,12	376.828,12	1,36	2.034.171,88
	15.739.050,25	15.739.050,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.739.050,25
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Essencial à Justiça	13.650.633,76	13.653.633,76	2.964.526,93	2.964.526,93	2.572.806,05	2.572.806,05	9,31	11.080.827,71
Representação Judicial e Extrajudicial	78.000,00	78.000,00	12.192,57	12.192,57	12.192,57	12.192,57	0,04	65.807,43
Administração	78.000,00	78.000,00	12.192,57	12.192,57	12.192,57	12.192,57	0,04	65.807,43
Planejamento e Orçamento	1.251.801,89	1.251.801,89	338.067,53	338.067,53	239.874,69	239.874,69	0,87	1.011.927,20
Administração Geral	245.000,00	245.000,00	30.248,13	30.248,13	30.248,13	30.248,13	0,11	214.751,87
Administração Financeira	238.801,89	238.801,89	120.261,44	120.261,44	22.068,60	22.068,60	0,08	216.733,29
Formação de Recursos Humanos	96.000,00	96.000,00	14.193,71	14.193,71	14.193,71	14.193,71	0,05	81.806,29
Comunicação Social	580.000,00	580.000,00	141.406,43	141.406,43	141.406,43	141.406,43	0,51	438.593,57
Previdência do Regime Estatutário	42.000,00	42.000,00	26.927,36	26.927,36	26.927,36	26.927,36	0,10	15.072,64
Segurança Pública	50.000,00	50.000,00	5.030,46	5.030,46	5.030,46	5.030,46	0,02	44.969,54
Policimento	156.442,00	159.442,00	22.056,51	22.056,51	22.027,00	22.027,00	0,08	137.415,00
Defesa Civil	8.070,00	8.070,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.070,00
Informação e Inteligência	83.000,00	83.000,00	13.561,51	13.561,51	13.561,51	13.561,51	0,05	69.438,49
Assistência Social	65.372,00	68.372,00	8.495,00	8.495,00	8.465,49	8.465,49	0,03	59.906,51
Assistência à Criança e ao Adolescente	174.000,00	174.000,00	39.331,37	39.331,37	24.955,13	24.955,13	0,09	149.044,87
Assistência Comunitária	59.000,00	59.000,00	13.193,94	13.193,94	8.239,83	8.239,83	0,03	50.760,17
Previdência Social	115.000,00	115.000,00	26.137,43	26.137,43	16.715,30	16.715,30	0,06	98.284,70
Previdência do Regime Estatutário	3.000.000,00	3.000.000,00	664.064,01	664.064,01	664.064,01	664.064,01	2,40	2.335.935,99
Saúde	3.000.000,00	3.000.000,00	664.064,01	664.064,01	664.064,01	664.064,01	2,40	2.335.935,99
Atenção Básica	1.823.722,00	1.823.722,00	317.904,78	317.904,78	317.904,78	317.904,78	1,15	1.505.817,22
	1.823.722,00	1.823.722,00	317.904,78	317.904,78	317.904,78	317.904,78	1,15	1.505.817,22

Continua 3/5

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/5

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	13.650.633,76	13.653.633,76	2.964.526,93	2.964.526,93	2.572.806,05	2.572.806,05	9,31	18,84
Trabalho	167.000,00	167.000,00	35.828,39	35.828,39	26.008,36	26.008,36	0,09	15,57
Fomento ao Trabalho	167.000,00	167.000,00	35.828,39	35.828,39	26.008,36	26.008,36	0,09	15,57
Educação	5.713.551,87	5.713.551,87	1.278.971,34	1.278.971,34	1.095.348,34	1.095.348,34	3,96	19,17
Ensino Fundamental	3.250.500,00	3.250.500,00	689.426,91	689.426,91	597.743,40	597.743,40	2,16	18,39
Educação Infantil	2.410.351,87	2.410.351,87	583.127,20	583.127,20	491.187,71	491.187,71	1,78	20,38
Educação de Jovens e Adultos	33.000,00	33.000,00	4.566,51	4.566,51	4.566,51	4.566,51	0,02	13,84
Educação Especial	19.700,00	19.700,00	1.850,72	1.850,72	1.850,72	1.850,72	0,01	9,39
Cultura	85.801,00	85.801,00	10.042,10	10.042,10	10.042,10	10.042,10	0,04	11,70
Difusão Cultural	85.801,00	85.801,00	10.042,10	10.042,10	10.042,10	10.042,10	0,04	11,70
Urbanismo	840.000,00	840.000,00	178.358,08	178.358,08	130.739,94	130.739,94	0,47	15,56
Serviços Urbanos	840.000,00	840.000,00	178.358,08	178.358,08	130.739,94	130.739,94	0,47	15,56
Saneamento	80.000,00	80.000,00	27.137,92	27.137,92	7.183,81	7.183,81	0,03	8,98
Saneamento Básico Urbano	80.000,00	80.000,00	27.137,92	27.137,92	7.183,81	7.183,81	0,03	8,98
Gestão Ambiental	28.555,00	28.555,00	1.435,58	1.435,58	1.435,58	1.435,58	0,01	5,03
Controle Ambiental	28.555,00	28.555,00	1.435,58	1.435,58	1.435,58	1.435,58	0,01	5,03
Agricultura	87.000,00	87.000,00	21.594,22	21.594,22	12.586,37	12.586,37	0,05	14,47
Extensão Rural	87.000,00	87.000,00	21.594,22	21.594,22	12.586,37	12.586,37	0,05	14,47
Comércio e Serviços	37.000,00	37.000,00	13.226,16	13.226,16	4.127,00	4.127,00	0,01	11,15
Turismo	37.000,00	37.000,00	13.226,16	13.226,16	4.127,00	4.127,00	0,01	11,15
Desporto e Lazer	27.760,00	27.760,00	4.316,37	4.316,37	4.316,37	4.316,37	0,02	15,55
Desporto Comunitário	27.760,00	27.760,00	4.316,37	4.316,37	4.316,37	4.316,37	0,02	15,55
Encargos Especiais	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 4/5

Continuação 5/5

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	13.650.633,76	13.653.633,76	2.964.526,93	2.964.526,93	2.572.806,05	2.572.806,05	9,31	18,84
Encargos Especiais	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	240.330.845,80	240.330.845,80	70.135.462,85	70.135.462,85	27.643.554,02	27.643.554,02	100,00	11,50

FONTE:

NAVEGANTES, 27/03/2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito	MARCIO CAPELLA Secretário de Finanças	JOEL VIEIRA Contador - CRC/SC - 15.192-O
-------------------------------------	--	---

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

RECEITAS CORRENTES (I)	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	15.268.850,32	15.643.235,32	15.906.107,78	14.609.695,22	14.888.241,46	17.025.770,49	15.526.716,56	16.247.864,24	16.672.666,19	19.076.811,27	21.843.535,01	20.132.222,00	202.843.216,06
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.329.092,31	3.035.050,20	2.802.126,55	2.892.896,33	2.737.452,10	3.078.093,59	3.376.804,04	3.354.032,24	3.250.593,39	3.475.528,08	6.474.555,90	6.535.235,31	44.333.460,04
I.P.T.U.	489.995,67	377.629,14	254.900,50	240.641,24	272.543,46	234.146,60	256.410,27	290.203,95	240.111,82	370.477,30	3.037.350,51	3.179.186,59	9.500.000,00
IRR.F	162.610,70	377.791,01	232.853,44	324.383,47	238.077,39	253.732,81	240.063,60	247.669,76	237.973,07	691.714,70	25.407,21	203.242,38	2.700.000,00
I.S.S.	1.992.998,83	1.819.986,84	1.759.617,30	1.758.048,12	1.694.848,14	1.927.550,84	1.893.952,31	2.036.174,83	2.233.526,48	1.931.761,00	2.345.007,01	2.281.372,92	22.600.000,00
I.T.B.I.	383.271,44	344.037,79	400.733,32	345.115,96	248.784,53	454.598,49	850.969,56	613.474,16	416.715,31	273.924,53	592.156,01	432.708,08	4.900.000,00
Outras Receitas Tributárias	300.215,67	115.595,42	154.121,96	295.697,54	283.198,58	208.063,85	138.408,30	166.109,54	122.285,71	206.650,55	474.545,16	438.725,34	3.096.344,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	705.443,29	737.130,26	719.251,68	728.844,98	747.275,50	722.731,28	715.271,80	771.565,65	796.286,35	1.225.748,58	836.543,99	950.691,03	9.404.191,19
RECEITA PATRIMONIAL	334.070,34	503.958,23	683.619,18	407.662,30	417.439,67	2.494.466,73	223.549,37	605.411,42	576.901,06	253.590,89	782.413,04	509.474,63	3.947.550,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.416.131,18	1.527.281,39	1.388.698,70	1.096.116,46	1.577.795,03	1.075.171,72	1.354.674,14	1.688.098,83	1.143.594,07	1.607.199,65	1.612.872,25	1.417.387,08	16.884.990,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.185.499,65	9.485.602,31	10.030.784,65	9.128.491,67	8.909.212,44	9.328.540,57	9.362.679,22	9.345.761,92	10.510.707,89	11.766.124,78	11.676.986,27	10.370.529,55	126.215.450,56
Cota-Parte do F.P.M.	1.507.173,15	1.720.184,40	2.292.357,23	1.719.119,96	1.476.506,52	1.793.704,22	1.672.331,72	1.486.015,41	1.966.931,40	3.163.624,29	2.397.342,66	2.447.222,40	23.542.513,36
Cota-Parte do I.C.M.S.	2.248.897,96	2.190.633,82	2.226.762,61	2.259.105,04	2.099.352,22	2.202.451,11	2.361.586,01	2.434.777,81	2.886.216,96	2.587.421,33	2.713.656,06	2.419.688,02	28.430.440,97
Cota-Parte do I.P.V.A.	356.696,59	417.463,73	417.614,10	426.832,05	471.751,95	418.564,12	449.383,72	382.643,76	224.156,48	188.362,66	233.003,38	307.606,98	5.000.000,00
Outras Transferências Correntes	1.893.235,99	1.729.795,49	1.347.375,25	1.175.077,06	1.573.286,13	1.398.765,14	1.425.104,74	1.282.895,30	1.716.201,82	1.927.093,42	2.119.933,39	1.313.185,28	21.817.510,00
Transferências da LC 61/1989	30.815,33	33.515,35	36.453,44	34.719,96	35.688,23	36.766,06	34.598,75	37.052,37	42.547,14	41.981,68	56.042,23	33.702,89	454.469,41
Transferências da LC 87/1996	0,00	9.843,39	9.843,39	9.843,39	9.843,39	9.843,39	9.843,39	9.843,39	9.843,39	19.686,78	0,00	0,00	98.433,90
Transferências do FUNDEB	3.359.763,57	3.384.158,04	3.700.271,68	3.501.689,85	3.242.456,19	3.468.440,12	3.539.601,91	3.698.187,82	3.860.932,71	3.836.020,78	4.154.973,69	3.848.054,49	43.594.550,85
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	298.613,75	354.232,93	321.727,02	367.663,48	499.066,72	326.763,60	493.737,99	472.044,18	394.593,43	748.629,29	460.163,56	348.904,40	5.089.277,00
DEDUÇÕES (II)	1.243.819,09	1.303.986,17	1.435.648,17	1.340.740,13	1.301.464,96	1.346.056,46	1.334.000,33	1.328.706,54	1.399.882,04	1.893.310,38	1.540.369,01	1.608.810,92	17.116.776,20
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	415.119,25	429.810,81	439.020,86	450.826,84	482.767,17	453.791,63	454.339,34	455.791,03	453.803,78	893.349,53	459.953,40	567.153,16	5.904.191,19
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	828.699,84	874.155,36	996.627,31	889.913,29	818.697,79	892.266,83	879.660,99	872.915,51	986.078,26	999.960,85	1.080.415,61	1.041.657,76	11.786.882,90
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	14.025.031,43	14.339.269,15	14.470.459,61	13.268.955,09	13.586.776,50	15.679.712,03	14.195.716,23	14.918.657,70	15.232.784,15	17.182.500,89	20.303.166,00	18.524.411,08	186.899.034,66

FONTE:

NAVEGANTES: 27/03/2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador - CRC/SC - 15.192-O

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS				RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00	
				PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
RECEITAS CORRENTES				8.582.766,19	8.582.766,19	2.067.779,31	2.067.779,31	1.369.217,64
Receita de Contribuições dos Segurados				8.582.766,19	8.582.766,19	2.067.779,31	2.067.779,31	1.369.217,64
Pessoal Civil				5.904.191,19	5.904.191,19	1.027.106,56	1.027.106,56	802.663,79
Ativo				5.904.191,19	5.904.191,19	1.027.106,56	1.027.106,56	802.663,79
Inativo				5.887.066,03	5.887.066,03	1.021.749,35	1.021.749,35	798.374,85
Pensionista				10.982,66	10.982,66	3.564,83	3.564,83	2.696,52
Pessoal Militar				6.142,50	6.142,50	1.792,38	1.792,38	1.592,42
Ativo				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias				2.620.000,00	2.620.000,00	1.017.524,75	1.017.524,75	566.553,85
Receitas de Valores Mobiliários				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais				2.620.000,00	2.620.000,00	1.017.524,75	1.017.524,75	566.553,85
Receita de Serviços				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes				58.575,00	58.575,00	23.148,00	23.148,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				53.250,00	53.250,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes				5.325,00	5.325,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)				10.481.113,89	10.481.113,89	1.818.638,36	1.818.638,36	1.430.635,99
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)				19.063.880,08	19.063.880,08	3.886.417,67	3.886.417,67	2.799.853,63
DESPESAS				DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)								
ADMINISTRAÇÃO				2.614.097,47	2.614.097,47	102.975,19	102.975,19	66.787,38
Despesas Correntes				1.964.097,47	1.964.097,47	99.823,19	99.823,19	66.787,38
Despesas de Capital				1.616.097,47	1.616.097,47	99.823,19	99.823,19	64.497,38
PREVIDÊNCIA SOCIAL				348.000,00	348.000,00	0,00	0,00	2.290,00
				650.000,00	650.000,00	3.152,00	3.152,00	0,00

Continua 1/4

Município de NAVEGANTES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	3.152,00	3.152,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	3.152,00	3.152,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	650.000,00	650.000,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	650.000,00	650.000,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	3.050.000,00	3.050.000,00	669.094,47	669.094,47	525.750,07
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	5.664.097,47	5.664.097,47	772.069,66	772.069,66	592.537,45
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	13.399.782,61	13.399.782,61	3.114.348,01	3.114.348,01	2.207.316,18
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			14.804.555,08		
BENS E DIREITOS DO RPPS			JANEIRO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
				2015	2014
Bancos Conta Movimento			34.968,37	124.672,29	61.348,44
Investimentos			32.027.051,37	33.272.882,29	20.707.405,62

Continua 2/4

Município de NAVEGANTES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	10.481.113,89	10.481.113,89	1.818.638,36	1.818.638,36
RECEITAS CORRENTES (VII)	10.481.113,89	10.481.113,89	1.818.638,36	1.818.638,36
Receita de Contribuições Patronais	10.481.113,89	10.481.113,89	1.818.638,36	1.818.638,36
Pessoal Civil	10.481.113,89	10.481.113,89	1.818.638,36	1.818.638,36
Ativo	9.839.031,80	9.839.031,80	1.705.291,83	1.705.291,83
Inativo	435.171,49	435.171,49	78.222,60	78.222,60
Pensionista	206.910,60	206.910,60	35.123,93	35.123,93
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VII + IX - X)	10.481.113,89	10.481.113,89	1.818.638,36	1.818.638,36

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	3.050.000,00	3.050.000,00	669.094,47	669.094,47
ADMINISTRAÇÃO	3.050.000,00	3.050.000,00	669.094,47	669.094,47
Despesas Correntes	3.050.000,00	3.050.000,00	669.094,47	669.094,47
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	3.050.000,00	3.050.000,00	669.094,47	669.094,47

FONTE:

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

NAVEGANTES, 27/03/2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito	MARCIO CAPELLA Secretário de Finanças	JOEL VIEIRA Contador - CRC/SC - 15.192-0
-------------------------------------	--	---

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	9.882.439,77	9.882.439,77	5.876.487,85
DEDUÇÕES (II)	24.058.689,08	24.058.689,08	36.986.406,26
Disponibilidade de Caixa Bruta	25.556.916,87	25.556.916,87	42.023.379,42
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	-2.571,20
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.498.227,79	1.498.227,79	5.034.401,96
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-14.176.249,31	-14.176.249,31	-31.109.918,41
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	365.989,98	365.989,98	365.989,98
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-14.542.239,29	-14.542.239,29	-31.475.908,39

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2015 (C - A)
VALOR	-16.933.669,10	-16.933.669,10

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-10.120,39

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	30.633.448,78	30.633.448,78	33.381.907,74
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.979,45	13.979,45	124.672,29
Investimentos	30.636.765,17	30.636.765,17	33.272.882,29
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	17.295,84	17.295,84	15.646,84
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-30.633.448,78	-30.633.448,78	-33.381.907,74
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-30.633.448,78	-30.633.448,78	-33.381.907,74

FONTE:

NAVEGANTES, 27/03/2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador - CRC/SC - 15.192-O

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	199.596.521,74	40.380.526,11	40.380.526,11	35.061.773,63
Receita Tributária	42.298.344,00	13.009.791,21	13.009.791,21	11.147.629,74
I.P.T.U.	9.500.000,00	6.216.537,10	6.216.537,10	5.822.134,72
I.S.S.	22.500.000,00	4.626.379,93	4.626.379,93	3.318.911,36
I.T.B.I.	4.500.000,00	1.024.864,09	1.024.864,09	742.039,31
I.R.R.F.	2.700.000,00	228.739,59	228.739,59	235.914,97
Outras Receitas Tributárias	3.098.344,00	913.270,50	913.270,50	1.028.629,38
Receita de Contribuição	19.885.305,08	3.605.873,38	3.605.873,38	2.678.141,58
Receitas Previdenciárias	16.385.305,08	2.845.744,92	2.845.744,92	2.233.299,78
Outras Contribuições	3.500.000,00	760.128,46	760.128,46	444.841,80
Receita Patrimonial Líquida	9.732,00	0,00	0,00	720,00
Receita Patrimonial	3.947.550,00	1.291.887,67	1.291.887,67	847.138,21
(-) Aplicações Financeiras	3.937.818,00	1.291.887,67	1.291.887,67	846.418,21
Transferências Correntes	114.428.567,66	19.925.442,45	19.925.442,45	17.886.477,89
F.P.M.	19.915.531,62	3.875.652,10	3.875.652,10	3.936.077,69
I.C.M.S.	22.800.000,00	4.106.677,06	4.106.677,06	3.698.702,36
Convênios	1.687.644,00	21.968,78	21.968,78	872,02
Outras Transferências Correntes	70.025.392,04	11.921.144,51	11.921.144,51	10.250.825,82
Demais Receitas Correntes	22.974.573,00	3.839.419,07	3.839.419,07	3.348.804,42
Dívida Ativa	2.266.500,00	396.767,84	396.767,84	328.815,31
Diversas Receitas Correntes	20.708.073,00	3.442.651,23	3.442.651,23	3.019.989,11
RECEITAS DE CAPITAL (II)	40.864.752,38	1.301.725,48	1.301.725,48	555.237,25
Operações de Crédito (III)	24.250.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	16.614.752,38	1.301.725,48	1.301.725,48	555.237,25
Convênios	16.584.340,38	1.301.725,48	1.301.725,48	555.237,25
Outras Transferências de Capital	30.412,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	16.614.752,38	1.301.725,48	1.301.725,48	555.237,25
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	216.211.274,12	41.682.251,59	41.682.251,59	35.617.010,88
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	149.619.213,79	25.406.769,31	25.406.769,31	20.568.055,38
Pessoal e Encargos Sociais	85.735.388,42	15.474.692,87	15.474.692,87	13.506.318,32
Juros e Encargos da Dívida (IX)	200.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	63.683.825,37	9.932.076,44	9.932.076,44	7.061.737,06
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	149.419.213,79	25.406.769,31	25.406.769,31	20.568.055,38
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	74.972.581,76	2.236.784,71	2.236.784,71	2.351.152,72
Investimentos	69.422.581,76	1.293.071,04	1.293.071,04	1.444.737,79
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	5.550.000,00	943.713,67	943.713,67	906.414,93
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	69.422.581,76	1.293.071,04	1.293.071,04	1.444.737,79
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	15.739.050,25	-	-	-

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	15.739.050,25	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	234.580.845,80	26.699.840,35	26.699.840,35	22.012.793,17
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-18.369.571,68	14.982.411,24	14.982.411,24	13.604.217,71
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	1.247.701,87

FONTE:

NAVEGANTES, 27/03/2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador - CRC/SC - 15.192-O

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF - art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2014	Liquidados	Pagos
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014							
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	133.033,84	1.378.172,57	1.015.310,91	-	498.895,50	1.458.716,94	4.992.133,91	1.288.877,89	826.724,38
EXECUTIVO	117.831,85	1.356.073,55	983.211,89	0,00	480.693,51	1.458.716,94	4.828.755,17	1.261.907,91	816.376,97
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	488.809,23	122.801,62	106.377,50
FUNDO MUN.REEQUIP CORPO BOMBEIROS DE IN	8.749,93	34.031,08	10.170,02	0,00	0,00	699.534,58	361.884,50	896,22	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	3.917,00	3.917,00	0,00	0,00	0,00	800,00	800,00	800,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.490,00	0,00	0,00
GABINETE DO VICE PREFEITO	0,00	38.217,42	38.217,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	8.927,74	517.538,79	270.260,36	0,00	256.206,17	25.550,00	1.667.929,12	424.679,88	375.333,05
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	16.236,66	0,00	0,00	0,00	16.236,66	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	888,00	0,00	0,00	0,00	888,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA	6.396,25	0,00	0,00	0,00	6.396,25	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCACAO	51.741,23	0,00	0,00	0,00	51.741,23	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERV. MUNICIPAIS	4.560,00	0,00	0,00	0,00	4.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DO BEM ESTAR SOCIAL	0,00	1.727,33	1.727,33	0,00	0,00	0,00	101.134,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUN.CRIANÇA ADOLESCENTE E JU	0,00	2.181,05	2.181,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUN.MEIO AMBIENTE AGRICULTUR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.416,66	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DA SEGURANCA E DEFE	3.969,26	61.594,27	3.094,27	0,00	62.469,26	0,00	1.019.064,60	103.229,06	103.229,06
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E L	0,00	1.429,95	1.429,95	0,00	0,00	0,00	141.531,75	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIA	0,00	25.704,00	0,00	0,00	25.704,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESEV. ECONÔMICC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	13.979,80	48.481,00	40.962,83	0,00	21.497,97	623.687,08	896.190,39	177.809,71	170.024,72
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	0,00	620.874,90	620.874,90	0,00	0,00	0,00	98.105,54	74.467,09	4.101,72
SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASIC	2.382,98	376,76	376,76	0,00	2.382,98	0,00	23.936,10	17.000,00	17.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO.CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	109.945,28	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO	6.588,24	0,00	0,00	0,00	6.588,24	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDACAO HOSPITALAR DE NAVEGANTES	6.588,24	0,00	0,00	0,00	6.588,24	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDACAO HOSPITALAR DE NAVEGANTES	4.611,88	0,00	0,00	0,00	4.611,88	0,00	6.065,41	4.964,38	4.569,66
FUNDACAO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES	4.611,88	0,00	0,00	0,00	4.611,88	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.065,41	0,00	0,00
FUNDACAO MUN. DE ESPORTES DE NAVEGANTES	149,37	200,00	200,00	0,00	149,37	0,00	1.538,36	358,80	0,00
FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES	3.562,50	6.928,00	6.928,00	0,00	3.562,50	0,00	111.676,40	19.809,94	5.777,75
FUNDACAO MUNICIPAL DE VIGILANCIA DE NAVEG	3.562,50	0,00	0,00	0,00	3.562,50	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDACAO MUNICIPAL DE VIGILANCIA DE NAVEC	0,00	6.928,00	6.928,00	0,00	0,00	0,00	111.676,40	19.809,94	5.777,75
FUNDACAO MUNICIPAL DE VIGILANCIA E TRANSI	290,00	0,00	0,00	0,00	290,00	0,00	15.198,57	1.836,86	0,00
FUNDACAO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE NAVEC	290,00	0,00	0,00	0,00	290,00	0,00	15.198,57	1.836,86	0,00
FUNDACAO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE N	0,00	14.971,02	14.971,02	0,00	0,00	0,00	28.900,00	0,00	0,00
INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DO MUN. NAVEGANT	0,00	14.971,02	14.971,02	0,00	0,00	0,00	28.900,00	0,00	0,00
INSTITUTO PREV. SOCIAL SERV. MUNIC. NAVEGA	-	4.317,22	2.324,82	-	1.992,40	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	1.992,40	0,00	0,00	1.992,40	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUTIVO	0,00	1.992,40	0,00	0,00	1.992,40	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	1.992,40	0,00	0,00	1.992,40	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	1.992,40	0,00	0,00	1.992,40	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF - art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS			RP NÃO PROCESSADOS			
	Inscritos	Em 31 de Dezembro de 2014		Inscritos	Em 31 de Dezembro de 2014		
	Em Exercícios Anteriores	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Pagos	Saldo
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	2.324,82	-	1.992,40	-	-	-
EXECUTIVO	0,00	2.324,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DO MUN. NAVEGANT	0,00	2.324,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INSTITUTO PREV. SOCIAL SERV. MUNIC. NAVEGA	0,00	2.324,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	133.033,84	1.017.635,73	0,00	497.887,90	1.455.716,94	826.724,38	5.622.388,60

FONTE:

NAVEGANTES, 27/03/2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito	MARCIO CAPELLA Secretário de Finanças	JOEL VIEIRA Contador - CRC/SC - 15.192-O
-------------------------------------	--	---

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1.00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	41.982.150,00	41.982.150,00	12.635.284,06	12.635.284,06	30,10
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	12.003.250,00	12.003.250,00	6.720.503,62	6.720.503,62	55,99
1.1.1- IPTU	10.034.668,30	10.034.668,30	6.218.636,75	6.218.636,75	61,97
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	53.250,00	53.250,00	1.367,88	1.367,88	2,57
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	2.450.000,00	2.450.000,00	377.388,46	377.388,46	15,40
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.109.082,91	1.109.082,91	125.210,18	125.210,18	11,29
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(1.643.751,21)	(1.643.751,21)	(2.099,65)	(2.099,65)	0,13
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	4.510.650,00	4.510.650,00	1.024.864,09	1.024.864,09	22,72
1.2.1- ITBI	5.074.739,80	5.074.739,80	1.051.923,07	1.051.923,07	20,73
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	10.650,00	10.650,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	(574.739,80)	(574.739,80)	(27.058,98)	(27.058,98)	4,71
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	22.768.250,00	22.768.250,00	4.661.176,76	4.661.176,76	20,47
1.3.1- ISS	22.847.316,50	22.847.316,50	4.627.768,33	4.627.768,33	20,26
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	53.250,00	53.250,00	11.185,87	11.185,87	21,01
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	160.000,00	160.000,00	19.379,38	19.379,38	12,11
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	92.184,08	92.184,08	4.231,58	4.231,58	4,59
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(384.500,58)	(384.500,58)	(1.388,40)	(1.388,40)	0,36
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.700.000,00	2.700.000,00	228.739,59	228.739,59	8,47
1.4.1- IRRF	2.700.000,00	2.700.000,00	228.739,59	228.739,59	8,47
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	58.934.414,52	58.934.414,52	10.610.368,97	10.610.368,97	18,00
2.1- Cota-Parte FPM	24.894.414,52	24.894.414,52	4.844.565,06	4.844.565,06	19,46
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	24.894.414,52	24.894.414,52	4.844.565,06	4.844.565,06	19,46
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	28.500.000,00	28.500.000,00	5.133.346,08	5.133.346,08	18,01
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	95.000,00	95.000,00	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	440.000,00	440.000,00	90.351,12	90.351,12	20,53
2.5- Cota-Parte ITR	5.000,00	5.000,00	1.496,35	1.496,35	29,93
2.6- Cota-Parte IPVA	5.000.000,00	5.000.000,00	540.610,36	540.610,36	10,81
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	100.916.564,52	100.916.564,52	23.245.653,03	23.245.653,03	23,03
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO DE ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	6.359.600,00	6.359.600,00	1.563.726,25	1.563.726,25	24,59
5.1- Transferências do Salário-Educação	4.550.000,00	4.550.000,00	1.396.823,61	1.396.823,61	30,70
5.2- Transferências Diretas - PDDE	10.650,00	10.650,00	1.000,00	1.000,00	9,39
5.3- Transferências Diretas - PNAE	1.689.400,00	1.689.400,00	146.530,00	146.530,00	8,67
5.4- Transferências Diretas - PNATE	30.000,00	30.000,00	2.936,51	2.936,51	9,79
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	79.550,00	79.550,00	16.436,13	16.436,13	20,66
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	819.500,00	819.500,00	152.982,67	152.982,67	18,67
6.1- Transferências de Convênios	819.500,00	819.500,00	152.982,67	152.982,67	18,67
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	63.900,00	63.900,00	24.201,90	24.201,90	37,87
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	7.243.000,00	7.243.000,00	1.740.910,82	1.740.910,82	24,04
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	11.786.882,90	11.786.882,90	2.122.073,37	2.122.073,37	18,00
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	4.978.882,90	4.978.882,90	968.912,96	968.912,96	19,46
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	5.700.000,00	5.700.000,00	1.026.669,02	1.026.669,02	18,01
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	19.000,00	19.000,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	88.000,00	88.000,00	18.070,20	18.070,20	20,53
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	1.000,00	1.000,00	299,25	299,25	29,93
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	1.000.000,00	1.000.000,00	108.121,94	108.121,94	10,81
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	45.823.276,04	45.823.276,04	8.032.671,16	8.032.671,16	17,53
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	45.663.526,04	45.663.526,04	8.004.028,18	8.004.028,18	17,53
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	159.750,00	159.750,00	28.642,98	28.642,98	17,93
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	33.876.643,14	33.876.643,14	5.881.954,81	5.881.954,81	17,36
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	38.491.551,87	38.491.551,87	6.244.481,99	6.244.481,99	16,22
13.1- Com Educação Infantil	22.210.351,87	22.210.351,87	3.286.268,38	3.286.268,38	14,80
13.2- Com Ensino Fundamental	16.281.200,00	16.281.200,00	2.958.213,61	2.958.213,61	18,17
14- OUTRAS DESPESAS	7.331.724,17	7.331.724,17	1.245.250,02	1.245.250,02	16,98
14.1- Com Educação Infantil	385.000,00	385.000,00	32.943,18	32.943,18	8,56
14.2- Com Ensino Fundamental	6.946.724,17	6.946.724,17	1.212.306,84	1.212.306,84	17,45
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	45.823.276,04	45.823.276,04	7.489.732,01	7.489.732,01	16,34
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					7.489.732,01
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					77,74
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					15,50
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					6,76
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					248.628,77
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 *					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	25.229.141,13	25.229.141,13	5.811.413,26	5.811.413,26	23,03
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	29.395.351,87	29.395.351,87	4.531.378,22	4.531.378,22	15,42
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	31.457.924,17	31.457.924,17	6.018.423,85	6.018.423,85	19,13
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	23.227.924,17	23.227.924,17	4.170.520,45	4.170.520,45	17,95
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	8.230.000,00	8.230.000,00	1.847.903,40	1.847.903,40	22,45
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	60.853.276,04	60.853.276,04	10.549.802,07	10.549.802,07	17,34
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					5.881.954,81
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					28.642,98
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					248.628,77
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					6.159.226,56
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					4.390.575,51
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					18,89
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	4.603.250,00	4.603.250,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.783.363,95	2.783.363,95	92.134,76	92.134,76	3,31
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	7.386.613,95	7.386.613,95	92.134,76	92.134,76	1,25
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	68.239.889,99	68.239.889,99	10.641.936,83	10.641.936,83	15,59

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		648.659,89	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		8.004.028,18	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		3.655.803,85	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		3.655.803,85	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		28.642,98	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		5.025.527,20	0,00

NAVEGANTES, 27/03/2015

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador - CRC/SC - 15.192-O

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 248.628,77, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Nova Trento

PREFEITURA

CHAMAMENTO Nº 006/2015

CHAMAMENTO PÚBLICO 006/2015

"DIVULGA CLASSIFICAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER DE URGÊNCIA DE PROFISSIONAIS PARA OCUPAREM OS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL QUE COMPÕE A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, SC, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Classificação do chamamento público para contratação em caráter de urgência de profissionais é a seguinte:

CARGO: PROFESSOR HABILITADO DE INGLES 10H

CLASS.	NOME COM- PLETO	DATA DE NASCIMEN- TO	NOTA PROVA TITULOS	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEM- PO SERVI- ÇO	NOTA FINAL
01	Juceli Maria Armellini	24/05/1982	-	-	02	2,0

CARGO: PROFESSOR HABILITADO DE ENSINO RELIGIOSO

CLASS.	NOME COM- PLETO	DATA DE NASCIMEN- TO	NOTA PROVA TITULOS	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SERVI- ÇO	NOTA FINAL
01	José Arlindo Trainotti	26/03/1959	-	-	02	2,0

CARGO: PROFESSOR NÃO HABILITADO DE ARTES

CLASS.	NOME COM- PLETO	DATA DE NASCIMEN- TO	NOTA PROVA TITULOS	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SERVIÇO	NOTA FINAL
01	Amanda Elisa Dell Antonia	28/11/1996	1,5	-	-	1,5

Com relação ao critério de desempate , proceder-se-á ao desempate usando os seguintes critérios:

- considerada com maior idade, para os que se enquadrarem nessa condição (art. 27, parágrafo único, da Lei 10.741/2003, Lei do Idoso, quando um dos candidatos tiver 60 anos ou mais);
- Maior idade;
- obtiver maior número de pontos na prova prática, quando couber;
- obtiver maior número de pontos na prova escrita de conhecimentos específicos;
- o que possuir maior número de dependentes;
- Sorteio.

Nova Trento, 24 de março de 2015.
Miliani Piffer Mazzola
Diretora de Recursos Humanos

CONTRATO Nº 053/2015

CONTRATO Nº 053/2015

Origem: Processo Nº 029/2015 - Pregão Presencial nº 017/2015.
Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60.
Contratada: ASSCON-PP ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E PRIVADA LTDA. EPP, inscrita no CNPJ nº 17.688.208/0001-48, sediada na Rua Dr. Maruri, nº1204, Sala 03, centro, cidade de Concórdia/SC, CEP 89700-000. Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada para realização de concurso público, em atendimento a demanda de preenchimento de cargos em caráter efetivo para o município de NOVA TRENTO, ser executado pela Proponente vencedora, de acordo com o termo de referência constante no ANEXO I do Edital de Pregão 017/2015. O valor total é de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Vigência: 90 dias.

Nova Trento, 26 de março de 2015.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 049/2015

DECRETO nº 049/2015

convoca os CLASSIFICADOS no CHAMAMENTO PÚBLICO 005/2015 que nomina para comparecimento e apresentação de documentação junto ao setor de recursos humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo Único do presente Decreto para comparecerem junto ao Setor de Recursos Humanos, do dia 27 ao dia 28 de março de 2015, munidos da documentação abaixo relacionada, observado o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - Cópia da Carteira de Identidade;

II - Cópia do CPF;

III - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

V - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

VI - 01 (uma) foto 3/4

VII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

VIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar, se for o caso;

IX - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

X - Cópia dos Diplomas/Certificados dos cursos de especialização, capacitação e aperfeiçoamento na área de atuação, se for o caso (os que foram apresentados na hora da inscrição);

XI - Inscrição no PIS/PASEP;

XII - Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos);

XIII - Declaração de não ter sido dispensado em processo seletivo anterior nos últimos 03 (três) anos, por motivos de penalidades resultantes de processo administrativo disciplinar, por abandono ao serviço sem justificativa;

XIV - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 26 de março de 2015.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único
(Decreto nº 049/2015)

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CLASS.	NOME COMPLETO
05	Ana Claudia Battista

DECRETO Nº 050/'2015

DECRETO nº 050/2015

convoca os aprovados no processo seletivo 10/2014 que nomina para comparecimento e apresentação de documentação junto ao setor de recursos humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo Único do presente Decreto para comparecerem junto ao Setor de Recursos Humanos, no dia 30 de março de 2015, munidos da documentação abaixo relacionada, observando o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - Cópia da Carteira de Identidade;

II - Cópia do CPF;

III - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

V - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

VI - 01 (uma) foto 3/4

VII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

VIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar, se for o caso;

IX - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

X - Cópia dos Diplomas/Certificados dos cursos de especialização, capacitação e aperfeiçoamento na área de atuação, se for o caso (os que foram apresentados na hora da inscrição);

XI - Inscrição no PIS/PASEP;

XII - Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos);

XIII - Declaração de não ter sido dispensado em processo seletivo anterior nos últimos 03 (três) anos, por motivos de penalidades resultantes de processo administrativo disciplinar, por abandono ao serviço sem justificativa;

XIV - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 2º A efetiva contratação dos convocados dar-se-á a partir do dia 30 do mês de março de 2015.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 27 de março de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único
(Decreto nº 050/2015)

CARGO: MOTORISTA II

Classificação	Nome completo
03	Ricardo Marilac da Cunha
04	Anizio Luiz Pereira

PORTARIA Nº 206/2015 (CORRETA)

PORTARIA Nº 206/2015

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 011/2014, de 05/12/2014, convocada conforme Decreto nº 019/2015 "A", JESSICA DE MOURA RAMBOR, matrícula nº 6601, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Anos Iniciais) na Escola de Ensino Fundamental Aguti, Município de Nova Trento, a contar de 09 de fevereiro de 2015 a 03 de março de 2015, em substituição a Titular Emilia Irani Tomasi Leite, afastada conforme a Portaria nº 082/2015 (Licença Prêmio).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de fevereiro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 09 de fevereiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esporte, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora JESSICA DE MOURA RAMBOR, brasileira, solteira, residente e domiciliada na ST Geral Lageado, s/n, Bairro Lageado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 113.727.519-71, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, e observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Anos Iniciais) na Escola de Ensino Fundamental Aguti, Município de Nova Trento, em substituição a Titular Emilia Irani Tomasi Leite, afastada conforme a Portaria nº 082/2015 (Licença Prêmio).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 779,52 (hum mil cento e cinquenta e dois reais e nove centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 09 de fevereiro de 2015 a 03 de março de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3

(um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 09 de fevereiro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Jessica de Moura Rambor

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 09 de fevereiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 321/2015 (CORRETA)

PORTARIA Nº 321/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 10/2014, de 27/11/2014, convocada conforme Decreto nº 030/2015, JESSICA DE MOURA RAMBOR, matrícula nº 6663, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitado, Referência A, (Ensino Fundamental Área I - Sala Multifuncional AEE) com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Ensino Fundamental Aguti - Aguti, no Município de Nova Trento, a contar de 04 de março de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 10 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 10 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora JESSICA DE MOURA RAMBOR, brasileira, solteira, residente e domiciliada na ST Geral Lageado, s/n, Bairro Lageado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 113.727.519-71, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado

das atribuições para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, (Ensino Fundamental Área I - Sala Multifuncional AEE) com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Ensino Fundamental Aguti - Aguti, no Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.559,04 (hum mil quinhentos e cinquenta e nove reais e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 04 de março de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado,
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (quatro) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 04 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Jessica de Moura Rambor
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 04 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 354/2015

PORTARIA Nº 354/2015

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 006/2015, de 19/03/2015, convocado conforme Decreto nº 048/2015, JOSÉ ARLINDO TRAINOTTI, matrícula nº 6675, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 10 (dez) horas semanais (Ensino Fundamental Área II - Religião), na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 26 de março de 2015 a 09 de maio de 2015, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 25 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e o Senhor JOSÉ ARLINDO TRAINOTTI, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Estrada Geral, s/nº, Bairro Ponta Fina Sul, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 074.753.548-57, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 10 (dez) horas semanais (Ensino Fundamental Área II - Religião), na Escola Municipal de Educação Básica

Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 389,76 (trezentos e oitenta e nove reais e setenta e seis centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 26 de março de 2015 a 09 de maio de 2015, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado,

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal.

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 02 (duas) horas diárias, totalizando 10 (dez) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 26 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

José Arlindo Trainotti

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, 26 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHAS:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 355/2015

PORTARIA Nº 355/2015

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 006/2015, de 19/03/2015, convocada conforme Decreto nº 048/2015, AMANDA ELISA DELL'ANTONIA, matrícula nº 6676, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 15 (quinze) horas semanais (Ensino Fundamental Área II - Artes), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento, a contar de 26 de março de 2015 a 09 de maio de 2015, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 25 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora AMANDA ELISA DELL'ANTONIA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Alferes, nº 1764, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 058.823.769-80, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 15 (quinze) horas semanais (Ensino Fundamental Área II - Artes), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 584,64 (quinhentos e oitenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e

sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 26 de março de 2015 a 09 de maio de 2015, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado,

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal.

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 03 (três) horas diárias, totalizando 15 (quinze) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 26 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Amanda Elisa Dell'Antonia

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, 26 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHAS:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 356/2015

PORTARIA Nº 356/ 2015

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 076/2015, que Concedeu Licença Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, GENESIA CATARINA CECCATO CADORIN, matrícula nº 1050, concursada no cargo de Professor Nível I, Referência M, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Creche Municipal Espreado e Escola Municipal de Educação Básica Padre José da Poian - Salto, Município de Nova Trento, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 24 de março de 2015 a 22 de maio de 2015, conforme resultado pericial datado de 25/03/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 25 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 357/2015

PORTARIA Nº 357/2015

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 187/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 011/2014, de 05/12/2014, convocada conforme Decreto nº 019/2015 "A", ANA MARIA TAMANINI, matrícula nº 6583, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil - Creche), na Creche Municipal Espreado, Município de Nova Trento, a contar de 24 de março de 2015 a 22 de maio de 2015, em substituição a titular Genésia Catarina Ceccato Cadorin, afastada conforme Portaria nº 356/2015 (Licença Tratamento Saúde).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 25 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora ANA MARIA TAMANINI, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Madre Paulina, nº 1959, Vígolo, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 664.863.359-04, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, e observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil - Creche), na Creche Municipal Espreado, Município de Nova Trento, em substituição a titular Genésia Catarina Ceccato Cadorin, afastada conforme Portaria nº 356/2015 (Licença Tratamento Saúde).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.152,09 (hum mil cento e cinquenta e dois reais e nove centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 24 de março de 2015 a 22 de maio de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado,
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal.
- V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos

o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 24 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Ana Maria Tamanini

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 24 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 358/2015

PORTARIA Nº 358/2015

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 234/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 11/2014, de 05/12/2014, convocada conforme Decreto nº 019/2015 "A", VILIANE CARDOSO FERREIRA, matrícula nº 6622, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil - Pré Escolar), na Escola Municipal de Educação Básica Padre José da Poian - Salto, Município de Nova Trento, a contar de 24 de março de 2015 a 22 de maio de 2015, em substituição a titular Genésia Catarina Ceccato Cadorin, afastada conforme Portaria nº 356/2015 (Licença Tratamento Saúde).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 25 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora VILIANE CARDOSO FERREIRA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Independência, nº 437, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 051.781.159-61, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil - Pré Escolar), na Escola Municipal de Educação Básica Padre José da Poian - Salto, Município de Nova Trento, em substituição a titular Genésia Catarina Ceccato Cadorin, afastada conforme Portaria nº 356/2015 (Licença Tratamento Saúde).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 779,52 (setecentos e setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 24 de março de 2015 a 22 de maio de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;
- V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas

diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 24 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Viliane Cardoso Ferreira

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 24 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2015

HOMOLOGAÇÃO: 26/03/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA DE NOVA TRENTO

OBJETO: Constitui-se objeto do presente Pregão, a Contratação de empresa especializada para realização de concurso público, em atendimento a demanda de preenchimento de cargos em caráter efetivo para o município de Nova Trento, conforme termo de referência, especificações e quantitativos descritos no anexo I deste Edital.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESA VENCEDORA:

ASSCON-PP ASSESSORIA E CONSULTORIA PUBLICA E PRIVADA LTDA EPP (CNPJ Nº 17.688.208/0001-48) - Valor Total: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Nova Trento/SC, 26 de março de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

Novo Horizonte

PREFEITURA

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 04/2013

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREDORES DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 04/2013

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte

CONTRATATO : Betha Sistemas Ltda

DO REAJUSTE Tendo em vista o transcurso do prazo previsto para conceder reajuste à empresa contratada, conforme item "f" da cláusula terceira do contrato originário, o valor a ser pago pela contratante será reajustado tendo por base o IGPM/FGV acumulado nos últimos 12 (doze) meses, no percentual de 3,8499%. Assim, o saldo remanescente devido do contrato passa a ser: Para a locação: de R\$ 8.651,70(oito mil seiscentos e cinquenta e um reais e setenta centavos) para R\$ 8.957,03 (oito mil, novecentos e cinquenta e sete reais e três centavos) e para os serviços: de R\$ 1.486,70 (um mil quatrocentos e oitenta e seis reais e setenta centavos) para R\$ 1.543,94 (um mil quinhentos e oitenta e seis reais e setenta centavos).

DAS DOTAÇÕES: 01.031.0001.2.001-3.3.90 - Aplicações diretas.

Novo Horizonte-SC, 26 de março de 2015

José Ivanir Dallanora

Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PL Nº 024/2015-CONVITE 006/2015

PROCESSO LICITATORIO Nº 024/2015

CONVITE Nº 006/2015

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

A Comissão Permanente de Licitação, do município de Novo Horizonte/SC, torna público que no dia 27/03/2015, até o horário marcado para início da sessão pública, ou seja 09:00 horas, referente ao Processo Licitatório Nº 024/2015- CONVITE Nº 006/2015, cujo o objeto é a seleção de propostas para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TRANSMISSÃO E RETRANSMISSÃO PARA INSTALAÇÃO NAS TORRES NOVAS DE SINAL DE INTERNET COM ABRAGÊNCIA EM TODO O TERRITÓRIO MUNICIPAL VISANDO ATENDER AO PROGRAMA "CIDADE DIGITAL" CRIADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 515/2014 DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos, que foram convidadas 03 (três) empresas, e que até o horário marcado para início da sessão, não apresentaram os envelopes de documentação e proposta, mostrando nenhum interesse das licitantes convidadas em participar do certame, sendo o Processo Licitatório nº 024/2015 - Convite nº 006/2015, declarado DESERTO.

Novo Horizonte/SC, em 27 de Março de 2015

Comissão Permanente de Licitação

EXTRATO CONTRATUAL Nº 044/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 044/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada.: OLANI FATIMA ROVARIS & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Valor : 43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)

Vigência : Início: 26/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2015

Recursos : Dotação: 2.003.3.1.90.00.00.00.00 (7) Saldo: 356.345,95

Objeto : O objeto do presente contrato é a Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria jurídica na sede do Município de Novo Horizonte, em outras Comarcas, Tribunal de Justiça e Superiores bem como tribunal de contas do Estado de Santa Catarina, conforme condições estabelecidas no contrato e no edital.

Novo Horizonte/SC, 26 de Março de 2015

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL Nº 022/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2015

CONVITE Nº 005/2015

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 26/03/2015

CONTRATADO: OLANI FATIMA ROVARIS & ADVOGADOS ASSOCIADOS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O objeto da presente licitação consiste na seleção de propostas para a Contratação de empresa para a prestação de serviços de Assessoria Jurídica na sede do Município de Novo Horizonte/SC, em outras Comarcas, Tribunal de Justiça e Superiores bem como Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, conforme condições descritas neste edital e seus anexos.

VALOR DA DESPESA: R\$ 43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)

DATA: 26/03/2015

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.

Orleans

PREFEITURA

AVISO Nº 1 A 60 - REVOGAÇÕES

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

NOTA DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO Nº 29/2015.
Objeto: AQUISIÇÃO DE ALEVINOS PARA DOAÇÃO A PISCICULTORES
Motivo: LICITAÇÃO DESERTA. NÃO HOUVE PARTICIPANTES.

Orleans, 24 de fevereiro de 2015.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

NOTA DE ANULAÇÃO DA DISPENSA Nº 1/2015.
Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA INSTALAR UMA EXTENSÃO DO C.E.I. DEBORA LAURENTINO.
Motivo: A CASA NÃO ESTÁ MAIS SENDO UTILIZADA PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Orleans, 17 de Março de 2015.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

NOTA DE ANULAÇÃO DA DISPENSA Nº 6/2015.
Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA O FUNCIONAMENTO DE UMA CRECHE NO BAIRRO NOVA ORLEANS
Motivo: O CONTRATADO NÃO ACEITOU O VALOR DO CONTRATO.

Orleans, 02 de Março de 2015.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

NOTA DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO Nº 30/2015.
Objeto: AQUISIÇÃO DE LAJOTA UNISTEIN PARA USO NA MANUTENÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS.
Motivo: POR INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO.

Orleans, 25 de fevereiro de 2015.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

NOTA DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO Nº 34/2015.
Objeto: CONSTRUÇÃO DA PRIMEIRA ETAPA DO GINÁSIO DE ESPORTES DA COMUNIDADE DE RIO DAS FURNAS, ORLEANS, SC, CONFORME CONVENIO Nº 2014TR003613, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA E O MUNICÍPIO DE ORLEANS
Motivo: LICITAÇÃO DESERTA. NÃO HOUVE PARTICIPANTES.

Orleans, 05 de março de 2015.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

NOTA DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO Nº 59/2015.
Objeto: CONSTRUÇÃO DA PRIMEIRA ETAPA DO GINÁSIO DE ESPORTES DA COMUNIDADE DE RIO DAS FURNAS, ORLEANS, SC, CONFORME CONVENIO Nº 2014TR003613, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA E O MUNICÍPIO DE ORLEANS
Motivo: LICITAÇÃO DESERTA. NÃO HOUVE PARTICIPANTES.

Orleans, 26 de março de 2015.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

NOTA DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO Nº 60/2015.
Objeto: AQUISIÇÃO DE LARVICIDA BIOLÓGICO BTI PARA CONTINUIDADE DO PROGRAMA DE CONTROLE INTEGRADO DO MOSQUITO BORRACHUDO NO MUNICÍPIO DE ORLEANS CONFORME ESPECIFICAÇÃO ANEXO.
Motivo: POR INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO.

Orleans, 26 de fevereiro de 2015.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Ouro Verde

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO 0018/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE OURO VERDE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS 0018/2015 Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais de ferragem para as secretarias de Administração, serviços urbanos, agricultura, Assistência Social, setor rodoviário, Educação Cultura e esportes do município de Ouro Verde com as especificações constantes no Edital. Entrega dos Envelopes: Até as 08h15min dia 14/04/2015. Início da sessão Pública. Às 08h20min dia 14/04/2015. Base legal: lei nº10. 520 de 17 de julho de 2002, c/aplicação subsidiária da lei 8.666/93 e suas alterações. Informações: Secretaria Geral de ADM e setor de licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007,

Ouro Verde (SC), 30 de Março de 2015.
Rosane Minetto Selig
Prefeita Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.800, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 1.800, DE 25 DE MARÇO DE 2015.
REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DENTRO DA MESMA ATIVIDADE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.153, de 16 de dezembro de 2014, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a remanejar o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na dotação orçamentária abaixo:

17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 1.043 - Farmácia Popular R\$ 10.000,00

SUPLEMENTA

530 3.3.90.00.00.00.00.00.3.330256 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

ANULA

416 3.1.90.00.00.00.00.00.1.380256 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 25 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.802, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 1. 802, DE 27 DE MARÇO DE 2015.
PONTO FACULTATIVO. Semana Santa.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais e considerando o Decreto Estadual nº 036, de 09 de fevereiro de 2015 e o Decreto Estadual nº 103, de 26 de março de 2015, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Em decorrência da comemoração da Semana Santa fica autorizado Ponto Facultativo aos servidores públicos municipais no dia 02 de abril de 2015.

Parágrafo Único. O atendimento dos serviços públicos essenciais na data mencionada no caput deverá ser garantido pelos Órgãos competentes, através de escalas de serviços.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 27 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.210, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 4.210, de 25 de março de 2015.

Institui o Fórum Permanente de Educação. Institui para implementação, acompanhamento, avaliação, revisão e emendas do Plano Municipal de Educação do Município de Palhoça e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Institui o Fórum Permanente de Educação para implementação, discussão, acompanhamento, avaliação, revisão e emendas do Plano Municipal de Educação do Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O Fórum Permanente de Educação será assim constituído:

I - pelo(a) titular da Secretaria Municipal de Educação;

II - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração;

III - 01 (um) representante do Poder Legislativo Municipal;

IV - 03 (três) representantes da Educação Básica da Rede Municipal;

V - 03 (três) representantes dos Diretores das Escolas Públicas;

VI - 01 (um) representante da Educação Especial;

VII - 01 (um) representante da EAD e Novas Tecnologias;

VIII - 01 (um) representante da Educação Étnico-racial e Indígena;

IX - 01 (um) representante das Escolas do Campo;

X - 01 (um) representante das Escolas Estaduais;

XI - 01 (um) representante do Ensino Profissionalizante;

XII - 01 (um) representante do Ensino Superior;

XIII - 03 (três) representantes dos Funcionários da Secretaria Municipal de Educação;

XIV - 02 (dois) representantes dos pais de alunos das Escolas Públicas;

XV - 01 (um) representante do FUNDEB;

XVI - 03 (três) representantes dos professores da Rede Municipal;

XVII - 01 (um) representante dos Diretores das Escolas Particulares;

XVIII - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

XIX - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde; e

XX - 01 (um) representante do Conselho Municipal de Educação.

Parágrafo Único. A nomeação será formalizada por ato do Chefe do Poder Executivo, que indicará os representantes titulares e suplentes do Fórum Permanente de Educação.

Art. 3º O Fórum Permanente de Educação terá como atribuição:

I - Finalizar a proposta do Plano Municipal de Educação, adequando-a ao Plano Estadual e Nacional de Educação e encaminhá-la ao Poder Executivo;

II - Fazer avaliação permanente do Plano Municipal de Educação;

III - Convocar juntamente à Secretaria Municipal de Educação a Conferência Municipal de Educação, bianualmente, após aprovado o Plano Municipal de Educação;

IV - Definir em regimento próprio sua organização e funcionamento;

V - Organizar formas de discussão com a sociedade, visando levantar anseios em relação à Educação; e

VI - Elaborar o seu Regimento Interno, para aprovação do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º O Fórum terá acesso às informações e estatísticas educacionais, administrativas e financeiras necessárias para o bom desempenho do seu trabalho.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Educação ficará responsável em tomar as providências para a constituição do Fórum Permanente de Educação.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Palhoça, 25 de março de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº30/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL

30/2015

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto aquisição de grades de ferro para serem instalados nas casas de gás, janelas, portas, ar condicionado e bebedouros da Secretaria de Educação e Assistência Social de Palhoça, através de Registro de Preços.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

ITEM 1 - MAURICIO SAVULSKI DE MATOS ME foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 58.800,00 (cinquenta e oito mil e oitocentos reais).

Palhoça, 27 de Março de 2015.

André José Silveira
Pregoeiro

TOMADA DE PREÇOS 44/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº44/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Tomada de Preços nº44/2015, no dia 29 de abril de 2015, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. A TOMADA DE PREÇOS nº44/2015 tem como objeto a contratação de empresa especializada, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material, para execução do sistema de drenagem e pavimentação da rua Candido Isidoro da Silva no bairro Guarda do Cubatão (LOTE 01) drenagem da Rua Laura Eliza da Silva no bairro Guarda do Cubatão (LOTE 02) e drenagem e pavimentação da rua José Caetano Silveira no bairro Aririú (LOTE 03), de acordo com as especificações contidas nos anexos. O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min horas ou pelo site: www.palhoça.atende.net.

Palhoça 27 de março de 2015.
COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

Palmitos**PREFEITURA****DECRETO 031/15**

DECRETO Nº 031/2015. De 23 de março de 2015.	DETERMINA NOVOS PRAZOS PARA PAGAMENTO DO IPTU NO MUNICÍPIO DE PALMITOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas pela Lei nº 3.841/2015, de 23 de março de 2015.
---	---

DECRETA

Art. 1º Fica, pelo presente Decreto, determinado novos prazos para os vencimentos dos pagamentos do IPTU, em cota única ou parcelado.

§ 1º Fica concedido o desconto de 10% (dez por cento) para o pagamento em cota única do IPTU, até o dia 12/05/2015;

§ 2º Para pagamento do IPTU parcelado, fica determinada as seguintes datas de vencimentos:

a) 1ª parcela para até o dia 12-05-2015;

b) 2ª parcela para até o dia 10-07-2015;

c) 3ª parcela para até o dia 10-09-2015.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor no dia primeiro de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 23 de março de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

LEI 3.842/2015

LEI Nº. 3.842/2015. De 23 de março de 2015.	AUTORIZA O LEGISLATIVO MUNICIPAL A REALIZAR DESPESAS COM DESLOCAMENTO E FIXA O VALOR DE DIÁRIAS A SEREM CONCEDIDAS AOS VEREADORES E FUNCIONÁRIOS NO CUMPRIMENTO DA REPRESENTATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:
--	---

Art. 1º - Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a realizar o pagamento de ajuda de custo a Vereadores e Funcionários que se afastarem temporariamente dos limites territoriais do Município de Palmitos, a serviço ou pelos interesses do Poder Legislativo, do

Município de Palmitos ou da Comunidade, sendo-lhes assegurado:
I - o pagamento de passagens terrestres ou aéreas no trajeto compreendido entre o Município de Palmitos, Município de destino e retorno;

II - o pagamento de inscrições para eventos de atualização (cursos, encontros, seminários, congressos, etc), cujo tema seja de interesse público ou do Poder Legislativo;

III - a percepção de diárias, nos seguintes valores:

a) Para deslocamentos para os municípios cujas Câmaras integram a Associação das Câmaras Municipais do Oeste Catarinense - ACAMOSC e os situados a oeste de Joaçaba/SC: R\$ 140,00 (cento e quarenta reais);

b) Para a capital do Estado de Santa Catarina e demais cidades catarinenses não abrangidas na alínea "a", e para o restante da Região Sul do Brasil: R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais);

c) Para a Capital Federal e para as Capitais e demais Municípios dos Estados das regiões Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste: R\$ 900,00 (novecentos reais);

Art. 2º - As diárias serão calculadas por período de 24 (vinte e quatro) horas, contados da partida, considerando como uma diária a fração superior a 12 (doze) horas, sendo concedida ½ (meia) diária quando os períodos forem superiores a 4 (quatro) horas e igual ou inferiores a 12 (doze) horas.

LEI Nº. 3.842/2015.

De 23 de março de 2015.

Art. 3º - O direito às diárias será comprovado:

a) mediante a apresentação do roteiro de viagem pelo seu recebedor; ou

b) por declaração ou protocolo da autoridade ou órgão visitado; ou

c) certificado de conclusão ou declaração, no caso de cursos, encontros, congressos, seminários, etc.

Art. 4º - Os valores das diárias serão reajustados no mês de janeiro de cada ano, utilizando-se as taxas do IGP-M dos meses que antecederam a fixação anterior.

Art. 5º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, notadamente a Lei Municipal nº 3.632/2013 de 05 de março de 2013.

Município de Palmitos/SC, 23 de março de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Papanduva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2015. Objeto: Aquisição de escavadeira hidráulica nova, 0 (zero) hora para o uso da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com recursos oriundos do contrato de financiamento nº 2013040401 firmado com o BADESC. Tipo: Menor preço por item; Entrega dos envelopes: Até o dia 13 de abril de 2015 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: dia 13/04/2015 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. Contrato de Financiamento com o BADESC nº 2013040401. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 27 de março de 2015

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 010/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Contrato nº 010/2014, referente ao Edital de Dispensa de Licitação 041/2013. Objeto: Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Papanduva ao CIGA para atendimento de objeto disciplinado no Contrato de Programa 029/2013. Contratado: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIPAL (CIGA), totalizando o montante de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), sendo dividos em 10 (dez) parcelas de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais. Vigência: O contrato entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2015.

Papanduva/SC, 11 de março de 2015.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 011/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Contrato nº 011/2014. Objeto: Este contrato tem por objeto a contratação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA. Contratado: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIPAL (CIGA), totalizando o montante de R\$ 8.040,00 (oito mil e quarenta reais), sendo dividos em 10 (dez) parcelas de R\$ 804,00 (oitocentos e quatro reais) mensais. Vigência: O contrato entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até 31 de dezembro de 2015.

Papanduva/SC, 11 de março de 2015.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2523, DE 27.03.2015 - DISPÕE SOBRE A EXCLUSÃO DE ITEM EM EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO

DECRETO Nº 2523, DE 27.03.2015.

Dispõe sobre a exclusão do item 03 do Edital de Processo Licitatório n. 19/2015, modalidade Pregão Presencial n. 19/2015 e dá outras providências.

DARIO SCHICOVSKI, PREFEITO MUNICIPAL DE PAPANDUVA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 49 da Lei n. 8666/93; considerando que foram verificadas incompatibilidades na descrição do item 03 do Edital em questão, em especial quanto à descrição do objeto (Escavadeira hidráulica), devendo ser elaborada uma reanálise quanto às características técnicas do equipamento a ser adquirido, visando atender ao interesse público e aos fins aos quais se destina, bem como garantindo a competitividade a fim de que a licitação cumpra sua função principal que é permitir a escolha da proposta mais vantajosa;

CONSIDERANDO que de acordo com a Súmula 473 do egrégio Supremo Tribunal Federal, "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial", justamente como é o caso em apreço;

DECRETA:

Art. 1º. Fica excluído do Edital de Processo Licitatório n. 19/2015, na modalidade de Pregão Presencial n. 19/2015, o item 03, assim descrito: uma Escavadeira hidráulica nova, 0 (zero) hora, ano de fabricação no mínimo 2014, montada sobre esteiras, com motor da marca da própria fabricante da escavadeira, com no mínimo 06 cilindros, a diesel, turbo alimentada potência bruta mínima de 150 HP, com peso operacional de no mínimo de 21.000 kg e no máximo de 24.000kg, cabine ROPS, fechada, com ar condicionado de fabrica, cinto de segurança, limpador de para-brisas frontal, faróis de trabalho, equipada com braço com comprimento de no mínimo 2,40m, com lança no mínimo de 5,70m de comprimento, com caçamba de no mínimo 1 m³, com profundidade máxima de escavação de no mínimo 6,5m, Sapatas com largura mínima 600mm, com sistema de monitoramento via satélite sem custo de locação, com garantia mínima de 01 ano sem limite de horas. Preço Máximo unitário: R\$ 430.000,00.

§ 1º. Os demais itens contidos no objeto do processo licitatório não sofrem alteração e o procedimento seguirá em seus ulteriores termos.

§ 2º. Determina-se a elaboração de procedimento licitatório específico para a aquisição da escavadeira hidráulica.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva - SC, em 27 de março de 2015.
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha
Secretário da Administração

Passos Maia**PREFEITURA****ATO 002/PM/ED1/15**

Ato 002/PM/ED1/15

SEGUNDA RETIFICAÇÃO

DO EDITAL Nº 001/2015 DE CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público, atendendo recomendação do Ministério Público da Comarca de Ponte Serrada,

RESOLVE

1.Retificar o edital 001/2015 nos seguintes quesitos:

- a)Reduzir o valor da taxa de inscrição;
- b)Estabelecer forma de isenção para doadores de sangue e para membro de família de baixa renda;
- c)Prorrogar o prazo de inscrição com consequente alteração do cronograma do edital.

1.1.Do Valor da Taxa de inscrição:

1.1.1.O item 4.6 do edital passa a ter o seguinte teor:

"4.6. O valor da taxa de inscrição é de:

- a)Para cargos com exigência de curso superior: R\$ 120,00 (cento e vinte reais);
- b)Para cargos com exigência de curso de ensino médio: R\$ 70,00 (setenta reais);
- c)Para cargos com exigência de ensino fundamental ou alfabetização: R\$ 50,00 (cinquenta reais).

1.1.2.Os candidatos que já efetuaram o pagamento da taxa de inscrição, poderão requerer o valor pago a maior, da seguinte forma:

- a)Preencher o requerimento que será anexado ao edital 001/2015, anexo VI, informando o número da conta corrente para devolução do valor.
- b)Protocolar o requerimento na Prefeitura Municipal de Passos Maia ou enviá-lo através das agências dos correios com SEDEX/AR para Prefeitura Municipal de Passos Maia, Avenida Padre João Botero, 485, Passos Maia - SC, CEP 89687-000.
- c)O município fará a devolução do valor pago a maior em até 15 dias após recebimento do requerimento."

1.2.Da Isenção da Taxa de Inscrição

1.2.1.O item 4.13 do edital passa a ter o seguinte teor:

"4.13. Da Isenção da Taxa de Inscrição

4.13.1. Os candidatos poderão requerer a isenção da taxa de inscrição desde que atendam os seguintes requisitos:

- a)Doadores de sangue desde que atendam aos requisitos da Lei Estadual número 10.567, de 07 de novembro de 1997.
- b)Candidato membro de família comprovadamente de baixa renda.

4.13.2. Para solicitar isenção da taxa de inscrição conforme os casos acima citados o candidato deve proceder da seguinte forma:

4.13.3. O candidato doador de sangue para se beneficiar da isenção deverá requerer a isenção da taxa de inscrição através do anexo V do edital protocolando na prefeitura ou encaminhando via correio sedex AR, até a data constante do cronograma, aos cuidados do Instituto O Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233, centro, Taió - SC, CEP 89190-000, os documentos que comprovem

seu direito à isenção.

4.13.3.1. O candidato doador de sangue, deverá enviar até a data prevista no cronograma, os seguintes documentos:

a) Cópia do comprovante de inscrição;

b) Requerimento firmado com pedido expresso de isenção da taxa de inscrição (anexo V),

c) Cópia autenticada ou original de comprovação da condição de doador de sangue que deverá ser expedido por órgão oficial ou entidade credenciada coletora, discriminando o número e as correspondentes datas em que foram realizadas as doações, em número não inferior a 03 (três), vezes anuais.

4.13.4. Ao candidato de família de baixa renda poderá ser concedida isenção da taxa de inscrição desde que comprove não poder arcar com tal ônus (baixa renda), nos termos dos Decretos do Governo Federal nºs 6.135/2007 e 6.593/2008.

4.13.4.1. Para requerer a solicitação de isenção do pagamento da inscrição, deverá requerer a isenção da taxa de inscrição através do anexo V do edital e protocolando na prefeitura ou encaminhando via correio sedex AR, até a data constante do cronograma, aos cuidados do Instituto O Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233, centro, Taió - SC, CEP 89190-000, os documentos que comprovem seu direito à isenção.

a) Comprovante de sua inscrição preenchendo o Formulário de Inscrição, via Internet.

b) Requerimento firmado com pedido expresso de isenção da taxa de inscrição (anexo V), no qual indicará o Número de Identificação Social - NIS, atribuído pelo CadÚnico do Governo Federal, com declaração do serviço social do seu município validando o número informado.

4.13.4.2. A veracidade das informações prestadas pelo candidato, no formulário específico, será consultada junto ao órgão gestor do CadÚnico, podendo a Prefeitura de Passos Maia a qualquer tempo realizar diligências quanto à situação declarada pelo candidato, ficando o mesmo sujeito à eliminação do concurso, além das sanções previstas em lei no caso de omissão ou falsidade de informações.

4.13.5. Não serão aceitos pedidos de isenção da taxa de inscrição, após a data especificada no cronograma.

4.13.6. Após análise dos pedidos de isenção, será divulgado Edital contendo a relação dos isentos do pagamento da taxa de inscrição, abrindo-se prazo recursal de 2 (dois) dias úteis para contestação dos requerimentos indeferidos.

4.13.7. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção da taxa de inscrição indeferidos deverão efetuar o pagamento do boleto bancário da inscrição até a data limite, conforme cronograma, sob pena de eliminação do Concurso Público.

4.13.8. É de total responsabilidade do candidato verificar/acompanhar o resultado do pedido de isenção, inclusive sobre eventual indeferimento no prazo supra descrito, para todos os efeitos legais."

1.3. Prorrogação do Prazo de Inscrição e alteração do cronograma do edital;

1.3.1. O item 1.2 do edital passa a ter o seguinte teor:

1.2 A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

Evento	Data Provável
Inscrições exclusivamente pela internet (on-line) no período de:	02 a 29/04/15
Isonção da Inscrição prazo final para requerer a isenção	13/04/15
Divulgação da lista de isentos	20/04/15
Recursos contra indeferimento da isenção	21 e 22/04/15
Pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos prazo final dia:	30/04/15

Vaga para Deficiente e condição especial para realizar a prova, prazo final para envio por Sedex/AR do requerimento.	30/04/15
Listagem dos inscritos: divulgação das inscrições deferidas e indeferidas de todos os candidatos e decisão vaga deficiente e condição especial	06/05/15
Recursos contra indeferimento das inscrições e decisão vaga deficiente e condição especial	07 e 08/05/15
Homologação das inscrições e locais das provas	12/05/15
APLICAÇÃO DAS PROVAS (escritas objetivas e Práticas, conforme o cargo exija)	24/05/15
Gabarito Preliminar divulgação no site Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	25/05/15
Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova objetiva escrita.	26 e 27/05/15
Gabarito Definitivo da prova objetiva divulgação no site do Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	01/06/15
Classificação Preliminar.	02/06/15
Recursos contra a classificação preliminar	03 e 04/06/15
Classificação Final	05/06/15
Homologação do resultado final	Após 05/06/15

2. As demais regras desse edital permanecem inalteradas.

3. Esse edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Passos Maia, 27 de Março de 2015

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

ANEXO V

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no cargo de _____ Inscrição nº _____ do Concurso Público - Edital 001/2015 da Prefeitura Municipal de Passos Maia, residente e domiciliado a Rua/Av. _____ nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____.

Venho REQUER a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, declarando que me ENQUADRO NA CONDIÇÃO de:

[] Doador de sangue, efetuando no último ano doações nas seguintes datas: _____, _____ e _____.

[] Possuir Baixa renda, nos termos dos Decretos do Governo Federal nºs 6.135/2007 e 6.593/2008.

Meu Número de Identificação Social - NIS é: _____, atribuído pelo CadÚnico do Governo Federal.

Nestes Termos firma a presente declaração e Pede Deferimento do requerimento

_____, _____ de _____ de 2015
(local e data)

Assinatura do Declarante/Requerente

ANEXO VI

REQUERIMENTO DE VALOR PAGO A MAIOR

Eu _____
_____, portador do documento de CPF nº _____,
inscrito no Concurso Público - Edital 001/2015 da Prefeitura Mu-
nicipal de Passos Maia, residente e domiciliado a Rua/Av. _____
_____, nº _____, Bairro _____, Cidade
_____, Estado _____, CEP _____.

Venho REQUER a Vossa Senhoria DEVOLUÇÃO do valor pago a
maior da taxa de inscrição do cargo de _____
_____, inscrição
número: _____.

Informo que o valor pago a maior a ser devolvido é de R\$
_____ e deve ser depositado na seguinte conta ban-
cária:

Banco: _____

[] Conta em seu Nome [] conta de terceiro

Titular da Conta: _____

Número da Agência: _____

Número da conta: _____

Tipo da conta: [] corrente [] Poupança - número da operação

Nestes Termos firma a presente declaração e
Pede Deferimento do requerimento

_____, _____ de _____ de 2015
(local e data)

Assinatura do Declarante/Requerente

EXTRATO TERMO ADITIVO N. 0004/2015 AO CONTRATO N.0015/2013

TERMO ADITIVO nº 0004/2015 AO CONTRATO nº0015/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 0005/2013

PREGÃO PRESENCIAL nº 0005/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC

CONTRATADO: PASSOSMAIENSE TUR LTDA ME

OBJETO: Contratação de serviços de transporte escolar para alu-
nos do ensino infantil, fundamental e médio da rede municipal e
estadual de ensino, no Município de Passos Maia/SC.

DA SUPRESSÃO QUANTITATIVA DO OBJETO: Considerando as alte-
rações no trajeto percorrido, conforme requerimento e mapa ane-
xos, considerando, ainda, a previsão legal de supressão conforme
disposto no art. 65, I, "b", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de
1993, a quilometragem determinada no item 2 do Edital de Pregão
Presencial nº 005/2013 passará a ser de 77 Km diários.

DO VALOR CONTRATUAL: Considerando o reajuste contratual, o
preço fixado na cláusula terceira do Contrato Administrativo n.
0015/2013, passará a ter a ser de R\$ 4,06 (quatro reais e seis
centavos), por quilômetro de transporte realizado.

Passos Maia - SC, 05 de março de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO N. 0004/2015 AO CONTRATO N.0017/2013

TERMO ADITIVO 0004/2015 AO CONTRATO 0017/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 0005/2013

PREGÃO PRESENCIAL nº 0005/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC

CONTRATADO: RCST LTDA ME

OBJETO: Contratação de serviços de transporte escolar para alu-
nos do ensino infantil, fundamental e médio da rede municipal e
estadual de ensino, no Município de Passos Maia/SC.

DO ACRÉSCIMO DO OBJETO: Considerando as alterações no tra-
jeto percorrido, conforme requerimento e mapa anexos, conside-
rando, ainda, a previsão legal de acréscimo conforme disposto no
art. 65, I, "b", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a quilo-
metragem determinada no item 1 do Edital de Pregão Presencial
nº 005/2013 passará a ser de 105 Km diários.

DO VALOR CONTRATUAL: Considerando o reajuste contratual, o
preço fixado na cláusula terceira do Contrato Administrativo n.
0017/2013, passará a ter a ser de R\$ 3,98 (três reais e noventa e
oito centavos) por quilômetro de transporte realizado.

Passos Maia - SC, 05 de março de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO N. 0005/2015 AO CONTRATO N. 0016/2013

TERMO ADITIVO nº 0005/2015 AO CONTRATO nº 0016/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 0005/2013

PREGÃO PRESENCIAL nº 0005/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC

CONTRATADO: TRANSPORTES COLETIVOS PASSOS MAIA LTDA
ME

OBJETO: Contratação de serviços de transporte escolar para alu-
nos do ensino infantil, fundamental e médio da rede municipal e
estadual de ensino, no Município de Passos Maia/SC.

DA SUPRESSÃO QUANTITATIVA DO OBJETO: Considerando as alte-
rações no trajeto percorrido, conforme requerimento e mapa ane-
xos, considerando, ainda, a previsão legal de supressão conforme
disposto no art. 65, I, "b", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de
1993, a quilometragem determinada no item 3 do Edital de Pregão
Presencial nº 005/2013 passará a ser de 103 Km diários.

DO VALOR CONTRATUAL: Considerando o reajuste contratual, o
preço fixado na cláusula terceira do Contrato Administrativo n.
0016/2013, passará a ter a ser de R\$ 3,87 (três reais e oitenta e
sete centavos) por quilômetro de transporte realizado.

Passos Maia - SC, 05 de março de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO N. 0005/2015 AO CONTRATO N.0014/2013

TERMO ADITIVO 0005/2015 AO CONTRATO 0014/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 0005/2013

PREGÃO PRESENCIAL nº 0005/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC

CONTRATADO: JAIR PERTILE ME

OBJETO: Contratação de serviços de transporte escolar para alu-
nos do ensino infantil, fundamental e médio da rede municipal e
estadual de ensino, no Município de Passos Maia/SC.

DA SUPRESSÃO QUANTITATIVA DO OBJETO: Considerando as alte-
rações no trajeto percorrido, conforme requerimento e mapa ane-
xos, considerando, ainda, a previsão legal de supressão conforme

disposto no art. 65, I, "b", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a quilometragem determinada no item 4 do Edital de Pregão Presencial nº 0005/2013 passará a ser de 138 Km diários.

DO VALOR CONTRATUAL: Considerando o reajuste contratual, o preço fixado na cláusula terceira do Contrato Administrativo n. 0014/2013, passará a ter a ser de R\$ 4,06 (quatro reais e seis centavos) por quilômetro de transporte realizado.

Passos Maia - SC, 05 de março de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015

DATA DA ABERTURA: 13.04.2015, às 9h00min

A Câmara Municipal de Vereadores de Passos Maia/SC, representada neste ato por seu Presidente Sr. José da Rocha Bueno, torna público que, fará realizar procedimento licitatório, de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/93 e pelo Decreto Legislativo CMV nº 004/2015, de 05 de janeiro de 2015, no dia 13 de Abril de 2015, às 9:00 horas, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 002/2015, tipo MENOR PREÇO MENSAL, com a finalidade de contratação de empresa para a prestação de serviços de radiodifusão, com abrangência de sinal em todo o Município de Passos Maia/SC, para divulgação de atos oficiais e publicidades em geral de interesse do Poder Legislativo Municipal de Passos Maia/SC, através de fornecedor selecionado em certame licitatório de Edital nº 002/2015.

Valor limite de R\$ 4.100,00 (Quatro Mil e Cem reais), mensal.

Outras informações sobre a presente licitação serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail camara@passosmaia.sc.gov.br, fone/fax (49) 34347 0146.

Passos Maia/SC, 27 de Março de 2015

JOSÉ DA ROCHA BUENO

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passos Maia/SC.

Paulo Lopes

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2015

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2015

O Município de Paulo Lopes, através da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, com sede à Rua José Pereira da Silva, Centro, Paulo Lopes/SC, torna público que, de acordo com o inciso II do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO: Processo nº. 028/2015; DL nº. 08/2015;

Contratada: Nobre Seguradora do Brasil S/A; CNPJ: 85.031.114/0001-85; Objeto: Contratação de seguros de responsabilidade civil e de acidentes pessoais de passageiros para veículos de placa MHU0136, QHH6297, MLZ7572 e MER8944 pertencentes a frota de veículos da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes. Valor estimado: R\$ 5.516,08 (cinco mil quinhentos e dezesseis reais e oito centavos)

Paulo Lopes, 27 de março de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2015

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2015

O Município de Paulo Lopes, através da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, com sede à Rua José Pereira da Silva, Centro, Paulo Lopes/SC, torna público que, de acordo com o inciso X do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO: Processo nº. 029/2015; DL nº. 09/2015;

Locador: Adolfo Tenfen; CPF: 455.266.309-78; Objeto: Locação do imóvel nº 3 [1.1.002] situado à Rua Santa Catarina, nº 198 sala 01 para instalação do Centro de Referência da Assistência Social -CRAS; Valor estimado: R\$ 10.800,00 (dez e oitocentos reais)

Paulo Lopes, 27 de março de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 09/2015

Extrato do contrato nº 09/2015 conforme Processo Licitatório nº 025/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES. Contratado: BRITAGEM VOGELSANGER LTDA inscrita no CNPJ nº 84.689.066/0001-20. Objeto: Contratação de empresa especializada para executar obra de pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização da Rua Simeão Bernardino Leal - Trecho 3 com extensão de 158,50 metros, localizada no bairro Ribeirão Grande, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme especificações constantes do projeto básico. Valor do Contrato: R\$ 137.917,03 (cento e trinta e sete mil, novecentos e dezessete reais e três centavos). Vigência: 23/06/2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2015

Extrato do contrato nº 10/2015 conforme Processo Licitatório nº 020/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES. Contratado: BRITAGEM VOGELSANGER LTDA inscrita no CNPJ n.º 84.689.066/0001-20. Objeto: Contratação de empresa especializada para executar obra de drenagem e pavimentação asfáltica de trecho da Rua Gerassino de Assis no Bairro Penha, Município de Paulo Lopes. Valor do Contrato: R\$ 229.996,35 (duzentos e vinte e nove mil novecentos e noventa e seis reais e trinta e cinco centavos). Vigência: 31/12/2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2015

Extrato do contrato nº 11/2015 conforme Processo Licitatório nº 021/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES. Contratado: SETEP CONSTRUÇÕES S.A inscrita no CNPJ n.º 83.665.141/0001-50. Objeto: Contratação de empresa especializada para executar obra de drenagem e pavimentação asfáltica de trecho da Rua Heleodoro Serafim Schmidt no Bairro Ribeirão, Município de Paulo Lopes. Valor do Contrato: R\$ 256.368,23 (duzentos e cinquenta e seis mil trezentos e sessenta e oito reais e vinte e três centavo). Vigência: 31/12/2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 12/2015

Extrato do contrato nº 12/2015 conforme Processo Licitatório nº 014/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES. Contratado: ABRIX CONSTRUÇÕES LTDA inscrita no CNPJ n.º 07.973.179/0001-02. Objeto: Contratação de empresa para execução de reforma em ginásio de esporte no Bairro Centro, município de Paulo Lopes, com fornecimento de materiais e mão de obra. Valor do Contrato: 141.060,41 (cento e quarenta e um mil sessenta reais e quarenta e um centavos). Vigência: 31/12/2015.

Penha**PREFEITURA****1º TERMO DE ADITIVO Nº 09/2015- FMAS**

1º Termo aditivo nº 09/2015- FMAS

Ao Contrato nº 11/2014 FMAS

Licitação: Processo Adm. nº 06/2014 - FMAS modalidade Dispensa de Licitação Nº 03/2014 - FMAS

Objeto: Locação de um imóvel na Rua Margarida Vieira, 516, Praia de Armação, Penha/SC, com 93 m² em alvenaria, sendo 1 (um) sala para recepção, 4 (quatro) salas, 2 (dois) banheiros e 1 (um) área externa, para funcionamento do CRAS - Centro de Referência da Assistência Social.

Os signatários deste instrumento do 1º Termo aditivo nº 09/2015, de um lado, DIRCEO FRANCISCO NACK, portadora do CPF nº 466.368.979/53, residente na Rua Margarida Vieira, 516, Praia de Armação, Penha/SC, telefone (47) -33456262, 91919698 e de outro lado, a Prefeitura Municipal de Penha, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.102.327/0001-00, representada pelo Sr. Mário Guaracy de Souza, E.E Prefeito Municipal, têm justo e contratado o seguinte, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

CLAUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na clausula primeira do contrato administrativo nº 11/2014 -FMAS, assim fica aditado do dia 27.03.2015 até o dia 27.03.2016.

CLAUSULA SEGUNDA

O valor presente na clausula segunda do contrato administrativo nº 11/2014 FMAS ficará reajustado para R\$ 942,66 (NOVECIENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS E SESSENTA E SEIS CENTAVOS) mensais e com o valor anual de 11.311,92 (ONZE MIL, TREZENTOS E ONZE REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS) conforme índice IPCA(IBGE).

Cujo pagamento correrá por conta da seguinte dotação:

Órgão: 40 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 40.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Programa de Trabalho 08.244.008 - Assistência Comunitária

Atividade: 2.070 - Proteção Social Básica

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas

Código reduzido:000007

CLAUSULA TERCEIRA

As demais clausulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 27 de Março de 2015.

MÁRIO GUARACY DE SOUZA
E.E PREFEITO

DIRCEO FRANCISCO NACK
CONTRATADA

TESTEMUNHAS: _____

NOME: GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO: _____

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

2º TERMO ADITIVO Nº 36/2015-PMP

2º Termo aditivo nº 36/2015- PMP

Ao Contrato nº 57/2013 PMP

Licitação: Processo Adm. nº 09/2013 - PMP modalidade Dispensa de Licitação Nº 01/2013 - PMP

Objeto: locação de um imóvel localizado na Rua Manoel Henrique de Assis, nº214, Centro, Penha/SC

Os signatários deste instrumento do 2º Termo aditivo nº 36/2015, de um lado, SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PENHA, portadora do CNPJ/CPF nº 82.932.096/0001-90, residente à Rua Manoel Henrique de Assis, nº 214, Bairro Centro, Penha/SC e de outro lado, a Prefeitura Municipal de Penha, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.102.327/0001-00, representada pelo Sr. Mário Guaracy de Souza, E.E Prefeito Municipal, têm justo e contratado o seguinte, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

CLAUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na clausula primeira do contrato administrativo nº 57/2013 PMP fica aditado do dia 27.03.2015 até o dia 27.03.2016.

CLAUSULA SEGUNDA

O valor presente na clausula segunda do contrato administrativo nº 57/2013 PMP ficará reajustado para R\$ 1.937,06 (Um mil, novecentos e trinta e sete reais e seis centavos) mensais e com o valor anual de 23.244,73 (VINTE E TRÊS MIL, DUZENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E SETENTA E TRÊS CENTAVOS) conforme índice IPCA(IBGE).

Cujo pagamento correrá por conta da seguinte dotação:

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DA PESCA E AGRICULTURA
Unidade: 03 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
Projeto/Atividade: 04.122.0011.2.037 - Manutenção e Funcionamento do Departamento de Agricultura
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas
Código reduzido: 109

CLAUSULA TERCEIRA

As demais clausulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 27 de Março de 2015.

MÁRIO GUARACY DE SOUZA
E.E PREFEITO

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PENHA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS: _____
NOME: GUSTAVO JOÃO DA SILVA CPF: 095.172.079-13

DE ACORDO: _____
DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

2º TERMO ADITIVO Nº 39/2015-PMP

2º Termo aditivo nº 39/2015 PMP

Contrato nº 93/2014 PMP

Licitação: Processo Licitatório nº 37/14 - PMP, modalidade Tomada de Preços nº 07/14 - PMP

Objeto: Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material e mão de obra, para Urbanização e recuperação, pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária da Avenida Governador Ivo Silveira, Praia Alegre, Centro, Penha/SC, com extensão 1.047,11m

Pelo presente instrumento de 2º Termo Aditivo nº 39/2015-PMP ao Contrato Administrativo 93/2014, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu, E.E. Prefeito Municipal, S.r. Mario Guaracy de Souza, Brasileiro, viúvo, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA, com sede na cidade de Balneário Piçarras/SC, na Rua Henrique Todeschini, nº 300, no bairro Centro, cep 88380-000, telefone 47-3345-0803, e-mail baltt@terra.com.br, inscrita no CNPJ sob o nº 00.145.589/0001-16, neste ato representada pelo Sr. Rogerio Luis Baltt, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a recapeamento asfáltico com passeios e sinalização viária, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica realizado o aditivo de supressão de valor, ao contrato nº 93/2014, que corresponde ao total de R\$ 1.388,36 (UM MIL TREZENTOS E OITENTA E OITO REAIS E SEIS CENTAVOS), conforme especificado na planilha em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais clausulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 27 de Março de 2015.

BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA
CONTRATADA

MÁRIO GUARACY DE SOUZA
PREFEITURA

TESTEMUNHAS: _____
NOME: GUSTAVO JOÃO DA SILVA
DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2º TERMO ADITIVO Nº 40/2015-PMP

2º Termo aditivo nº 40/2015 PMP

Contrato nº 89/2014 PMP

Licitação: Processo Licitatório nº 36/14 - PMP, modalidade Tomada de Preços nº 06/14 - PMP

Objeto: Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material e mão de obra, para Urbanização, pavimentação asfáltica e sinalização viária da Avenida Elizabete Konder Reis, Armação, Penha/SC, com extensão 779,20m.

Pelo presente instrumento de 2º Termo Aditivo nº 40/2015-PMP ao Contrato Administrativo 89/2014, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu, E.E.

Prefeito Municipal, S.r. Mario Guaracy de Souza, Brasileiro, viúvo, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA, com sede na cidade de Balneário Piçarras/SC, na Rua Henrique Todeschini, nº 300, no bairro Centro, cep 88380-000, telefone 47-3345-0803, e-mail baltt@terra.com.br, inscrita no CNPJ sob o nº 00.145.589/0001-16, neste ato representada pelo Sr. Rogerio Luis Baltt, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a recapeamento asfáltico com passeios e sinalização viária, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica realizado o aditivo de supressão de valor, ao contrato nº 89/2014, que corresponde ao total de R\$ 20.014,43 (VINTE MIL, QUATORZE REAIS E QUARENTA E TRÊS CENTAVOS), conforme especificado na planilha em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 27 de Março de 2015.

BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA
CONTRATADA

MARIO GUARACY DE SOUZA
PREFEITURA

TESTEMUNHAS: _____
NOME: GUSTAVO JOÃO DA SILVA
DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE ERRATA- 1º TERMO ADITIVOº 06/2015-PMP AO CONTRATO Nº142/2014

AVISO DE ERRATA

1º Termo aditivo nº 06/2015 PMP

Ao contrato nº 142/2014 PMP

Licitação: Processo Licitatório nº. 06/2015 -PMP, modalidade Pregão Presencial nº.41/2014 -PMP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ACOMPANHAMENTO, RELATÓRIOS E LAUDOS DE INSPEÇÃO PARA OBTENÇÃO DO SELO SIM (SELO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL) NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

.Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 06/2015 PMP ao Contrato Administrativo para prestação de serviços, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio da SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, divorciado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa CUGNIER VET SERVIÇOS DE APOIO A PECUÁRIA LTDA, com sede na cidade de Itajaí/SC, na Avenida Sete de Setembro, nº 869, no bairro Fazenda, Cep 88301-203, telefone 47-33483300, inscrita no CNPJ sob o nº 20.060.791/0001-52, neste ato representada Osvaldo de Carvalho Filho, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Onde se Lê:

CLAUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na cláusula quarta do contrato administrativo nº 142/2014PMP fica prorrogada até o dia 28/03/2015, a contar do dia 28/01/2015.

Leia-se:

CLAUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na cláusula quarta do contrato administrativo nº 142/2014PMP fica prorrogada até o dia 28/02/2015, a contar do dia 28/01/2015.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 26 de março de 2015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

DE ACORDO: _____
DANIELE S. DE S. LUNGE
Secretária de Administração

DECRETO 2276

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DECRETO Nº 2276/2015

Cria a Comissão Executiva e de Sistematização do Plano Municipal de Educação do Município de Penha e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL de Penha e.e., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo(s) art.(s) 157 nº 10.071 da Lei Orgânica do Município de Penha.

D E C R E T A

DA COMISSÃO EXECUTIVA E DE SISTEMATIZAÇÃO

Art. 1º Constitui-se a Comissão Executiva e de Sistematização do Plano Municipal de Educação - PME, em cumprimento ao § 2º art. 8º da Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, art. 87 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 166 da Constituição do Estado de Santa Catarina e art.157 da Lei Orgânica Municipal, a qual compete a coordenação do desenvolvimento do processo de adequação e promoção do Plano Municipal de Educação, composta dos seguintes membros:

Misael Cordeiro	Secretário Municipal de Educação
Nelson Fortunato Inácio	Coordenador Geral Educacional
Sandra dos Santos Tavares	Coordenadora Educacional
Sirlene Maria de Souza	Coordenadora Educacional
Luciméri Pinto	Coordenadora Educacional
Iolanda de Souza Amaro	Coordenadora Educacional
Maria Aparecida da Costa de Souza	Assessora Educacional
Marcos Henrique Wagner	Auxiliar de Coordenação
Elza Pinto	Auxiliar de Coordenação
Cley Anderson da Silva	Coordenador de Esportes
Fabiano de Souza	Coordenador de Tecnologia

§ 1º A Comissão Executiva e de Sistematização do Plano Municipal de Educação compromete-se a adotar uma metodologia participativa e democrática, envolvendo entidades representativas dos seguintes segmentos sociais: escolas públicas e da iniciativa privada (professores, servidores e pais), poder público, sindicatos, movimentos sociais e redes da sociedade civil, entidades empresariais, estudantes e universidades.

§ 2º São atribuições da Comissão Executiva e de Sistematização do Plano Municipal de Educação:

- I.elaborar a metodologia e os procedimentos do processo de sistematização do Plano Municipal de Educação;
- II.definir as estratégias de coleta de dados e diagnosticar as necessidades levantadas;
- III.definir formas e dinâmicas de funcionamento da consulta popular e de participação dos órgãos públicos e entidades privadas que participarão como atores da construção do Plano Municipal de Educação;
- IV.criar, se necessário, subcomissões e/ou grupos de trabalhos por temática de abrangência e relevância na educação do Município;
- V.elaborar regimento para organização dos trabalhos da Conferência Municipal de Educação e das reuniões temáticas;
- VI.analisar dados e informações sobre a oferta e a demanda educacional no território do município;
- VII.estabelecer coerência e conexão entre o plano de educação e o projeto de desenvolvimento local.
- VIII.formular metas, estratégias e indicadores com base nos levantamentos realizados;
- IX.avalisar os investimentos necessários para cada meta;
- X.analisar a coerência do conjunto das metas e sua vinculação com as metas estaduais e nacionais;
- XI.coordernar a redação do documento-referência do Plano Municipal de Educação;
- XII.gerenciar o desenvolvimento do processo de construção democrática do Plano Municipal de Educação juntamente com Conselho Municipal de Educação, para que seja o mais amplo, plural e democrático possível;
- XIII.organizar e realizar as reuniões temáticas;
- XIV.organizar e realizar Conferência Municipal de Educação;
- XV.sistematizar o documento-referência;
- XVI.apresentar o documento finalizado ao Prefeito Municipal.

DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 2º O Conselho Municipal de Educação - órgão consultivo, normativo e deliberativo - participará da elaboração do Plano Municipal da Educação, nos termos do art. 126, da Lei Municipal nº 2248/2008 (Lei do Sistema Municipal de Ensino)

Parágrafo único. São atribuições do Conselho Municipal de Educação no processo de construção do Plano Municipal de Educação:

- I.mobilizar a comunidade, os diversos atores públicos e a sociedade civil para construção do v, na forma de plenárias e reuniões setorializadas;
- II.coordernar a Conferência Municipal de Educação, na qual será debatido e aprovado o documento do Plano Municipal de Educação;
- III.respeitar e fomentar o debate em sociedade;
- IV.discutir os problemas de Educação suscitados pela população;
- V.fiscalizar a execução do Plano Municipal de Educação nos termos do(s) art.13, inciso IV do Sistema Municipal de Educação Lei nº 2248/08;
- VI.analisar as estratégias apresentadas pela Comissão Executiva e de Sistematização.

DA PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

Art. 3º Para a construção do Plano Municipal de Educação serão convidadas para participar da Conferência Municipal de Educação, das plenárias livres, dos fóruns e das reuniões temáticas, as seguintes entidades representativas:

- I.Secretaria Municipal de Educação;
- II.Conselho Municipal de Educação (COMED);
- III.Câmara de Vereadores,
- IV.Conselhos de Acompanhamento e Controle Social (FUNDEB);
- V.Pais, alunos, servidores, professores e gestores de escolas públicas e privadas;
- VI.Sindicatos;
- VII.Associações,
- VIII.Instituições de ensino superior e técnico profissionalizante;
- IX.Secretarias e Gerências de Governo.

§ 1º Outras entidades representativas de caráter público ou privado poderão requerer sua adesão ao processo de construção do Plano Municipal de Educação mediante requerimento, com prova do ato constitutivo, à Comissão Executiva e de Sistematização do Plano Municipal de Educação, estabelecida na Secretaria Municipal de Educação de Penha.

§ 2º As entidades representativas terão função consultiva na construção do Plano Municipal de Educação e direito a voz e voto, por seus delegados, na Conferência Municipal de Educação.

§ 3º A participação individualizada do munícipe será garantida por meio de canal permanente de comunicação com a Comissão Executiva e de Sistematização do Plano Municipal de Educação, em formulário on line, hospedado no site da prefeitura municipal de Penha, bem como poderá se apresentar à direção da escola mais próxima de sua casa e inscrever-se para participar.

§ 4º As plenárias livres e os fóruns deverão documentar suas discussões e propostas em Formulário para Debate do Plano Municipal de Educação, fornecido pela Comissão Executiva e de Sistematização do Plano Municipal de Educação, no qual constarão os nomes dos participantes, acompanhado do número do registro geral de identificação pessoal.

DAS PLENÁRIAS LIVRES

Art. 4º Na plenária, com participação livre de toda a sociedade, serão propostos temas relacionados com a educação na cidade de Penha, com destaque para as necessidades setorializadas.

§ 1º Para a realização da plenária livre é necessária a participação de, no mínimo, 25 pessoas, observado o parágrafo 4º do art. 3º deste decreto; a organização dessas plenárias será de responsabilidade de seus articuladores, que elegerão um coordenador.

§ 2º O coordenador poderá ser candidato a delegado; a cada 04 (quatro) representantes das plenárias livres elege-se um delegado, que será escolhido na Reunião Temática; se eleito, terá direito a voz e voto na Conferência Municipal de Educação.

DOS FÓRUNS

Art. 5º Cada escola da cidade de Penha (seja vinculada à rede municipal, estadual, federal ou à iniciativa privada) poderá realizar, sob sua organização, fóruns de debate dentro e fora da sala de aula, a fim de proceder ao levantamento de demandas da comunidade local, entrevistas, pesquisas de opinião e outras atividades, observado o parágrafo 4º do art. 3º deste decreto.

§ 1º Cada escola, por seu diretor e/ou coordenador pedagógico, divulgará na comunidade local, para os servidores e pais de alunos, os dias e horários de suas reuniões, incentivando-os a participar das atividades da Reunião Temática e da Conferência Municipal de Educação.

§ 2º As escolas municipais poderão utilizar do período das Horas Atividades para realizar os fóruns; as escolas municipais que não possuem esta modalidade de atividade, organizarão seus encontros livremente, garantindo-se a ampla participação da escola e da sociedade.

§ 3º Cada escola da rede pública municipal terá por obrigação eleger delegados para participar, com direito a voz e voto, da Reunião Temática e da Conferência Municipal de Educação, considerando:

- a.Grupo de até 25 participantes: eleito um (01) delegado;

- b.Grupo de 26 a 40 participantes: eleitos dois (02) delegados;
c.Grupo de 41 a 55 participantes: eleitos três (03) delegados;
d.Acima de 55 participantes: eleitos quatro (04) delegados.

DA REUNIÃO TEMÁTICA

Art. 6º A Reunião Temática é o evento preparatório para a Conferência Municipal de Educação.

§ 1º Participarão da Reunião Temática as entidades representativas definidas no art. 3º deste decreto, os delegados oriundos das escolas municipais, os coordenadores das plenárias livres, os delegados natos do Conselho Municipal de Educação, bem como, a comissão executiva e de sistematização do Plano Municipal de Educação.

§ 2º A Reunião Temática será organizada em Grupos de Trabalho - GTs, com os seguintes temas:

Exemplos de GTs formados por área de abrangência da educação	Exemplos de GTs formados por metas do Plano Nacional de Educação
Educação infantil; Ensino fundamental; Ensino médio; Ensino superior; Educação de Jovens e Adultos; Educação Profissional; Educação Inclusiva; Educação Especial; Educação e Direitos Humanos; Educação a Distância; Desigualdades, discriminações e diversidades; Educação e Meio Ambiente; Valorização dos(as) Profissionais do Magistério e da Educação; Gestão Educacional e Regime de Colaboração; Financiamento da Educação; Gestão Democrática, Controle Social e Participação; Outros temas (Educomunicação, Orientação Sexual, Educação para o trânsito, Cidadania, etc.).	Meta 1 Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos Meta 2: Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE....

§ 3º Nos Grupos de Trabalhos - GTs, mediante consenso ou votação dos participantes do GT, serão definidas as prioridades para o Plano Municipal de Educação, as quais, após consolidadas em proposições, serão apresentadas para deliberação e aprovação na Conferência Municipal de Educação.

§ 4º A organização dos trabalhos será definida no regimento para organização dos trabalhos da Conferência Municipal de Educação e das reuniões temáticas.

DOS DELEGADOS

Art. 7º No período da Reunião Temática, em sessão pública, será realizado processo eleitoral para votação e escolha dos delegados oriundos das plenárias livres, conforme previsto no art. 4º, parágrafo 2º deste decreto, os quais serão eleitos por voto direto e secreto de todos os participantes da Reunião Temática.

§ 1º Na oportunidade do processo eleitoral haverá o credenciamento dos delegados indicados pelas entidades representativas, bem como os previamente eleitos nos fóruns realizados nas escolas municipais, conforme previsto no art. 5º, parágrafo terceiro e art. 6º parágrafo primeiro deste decreto.

§ 2º Todos os membros do Conselho Municipal de Educação terão direito e voz e voto na Conferência Municipal de Educação.

DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 8º A Conferência Municipal de Educação apreciará as contribuições oriundas da participação popular e aprovará, por seus delegados - membros do Conselho Municipal de Educação, representantes credenciados das entidades representativas, delegados

eleitos pelas escolas municipais e delegados eleitos na Reunião Temática representantes das plenárias livres - o texto final do Plano Municipal de Educação da cidade de Penha; após a comissão executiva sistematizará e organizará o documento final.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º Os casos omissos nesse decreto serão regulamentados pela Comissão Executiva e de Sistematização do Plano Municipal de Educação.

Art. 10 As atividades da Comissão Executiva e de Sistematização do Plano Municipal de Educação estarão findadas, assim como os efeitos legais desse decreto, quando da aprovação e sanção da Lei do Plano Municipal de Educação.

Art. 11 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Penha, 24 de março de 2015.

MARIO GUARACY DE SOUZA

Prefeito Municipal e.e.

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

PP01/2015 - FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2015 - FMAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015 - FMAS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE ÔNIBUS PARA O TRANSPORTE DO GRUPO DE CONVIVÊNCIA DA TERCEIRA IDADE ATENDIDO PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC. Entrega dos Envelopes até: 13/04/2015 às 17:00 horas na Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 14/04/2015 às 09:00 horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:30m.

Penha/SC, 27 de março de 2015.

Mário Guaracy de Souza

Prefeito Municipal e.e.

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 20/2015 – CREDENCIAMENTO UNIVERSAL 01/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital do Processo de Licitação 20/2015 e CREDENCIAMENTO UNIVERSAL Nº 01/2015.

Objeto: Contratação de Emissora de Rádio com difusão AM com abrangência em todo o território do Município de Peritiba por meio de sistema de credenciamento, para divulgação de publicidade de informativos, dos atos, programas, obras, serviços, avisos, notícias, matérias, roteiros e campanhas de interesse do Município de Peritiba.

Inscrições a partir de 27 de Março de 2015. Edital na íntegra e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122, site do município ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

RREO 1º BIMESTRE 2015



Município de PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.280.000,00	13.280.000,00	2.027.007,93	15,26	2.027.007,93	15,26	11.252.992,07
RECEITAS CORRENTES	13.120.000,00	13.120.000,00	2.003.015,67	15,27	2.003.015,67	15,27	11.116.984,33
RECEITA TRIBUTÁRIA	351.500,00	351.500,00	61.562,57	17,51	61.562,57	17,51	289.937,43
IMPOSTOS	266.000,00	266.000,00	40.955,31	15,40	40.955,31	15,40	225.044,69
TAXAS	85.500,00	85.500,00	20.607,26	24,10	20.607,26	24,10	64.892,74
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	132.000,00	132.000,00	22.389,35	16,96	22.389,35	16,96	109.610,65
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	130.000,00	130.000,00	22.389,35	17,22	22.389,35	17,22	107.610,65
RECEITA PATRIMONIAL	50.000,00	50.000,00	12.175,00	24,35	12.175,00	24,35	37.825,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	50.000,00	50.000,00	12.175,00	24,35	12.175,00	24,35	37.825,00
RECEITA DE SERVIÇOS	307.380,00	307.380,00	46.839,10	15,24	46.839,10	15,24	260.540,90
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.172.904,00	12.172.904,00	1.852.438,61	15,22	1.852.438,61	15,22	10.320.465,39
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.082.904,00	12.082.904,00	1.852.438,61	15,33	1.852.438,61	15,33	10.230.465,39
Transf. de Conv.	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	106.216,00	106.216,00	7.611,04	7,17	7.611,04	7,17	98.604,96
Multas e Juros de Mora	14.520,00	14.520,00	4.146,01	28,55	4.146,01	28,55	10.373,99
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	14,44	0,00	14,44	0,00	-14,44
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	44.000,00	44.000,00	2.062,59	4,69	2.062,59	4,69	41.937,41
RECEITAS DIVERSAS	47.696,00	47.696,00	1.388,00	2,91	1.388,00	2,91	46.308,00
RECEITAS DE CAPITAL	160.000,00	160.000,00	23.992,26	15,00	23.992,26	15,00	136.007,74
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	160.000,00	160.000,00	23.992,26	15,00	23.992,26	15,00	136.007,74
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	13.280.000,00	13.280.000,00	2.027.007,93	15,26	2.027.007,93	15,26	11.252.992,07
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



Município de PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	13.280.000,00	13.280.000,00	2.027.007,93	15,26	2.027.007,93	15,26
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	13.280.000,00	13.280.000,00	2.027.007,93	15,26	2.027.007,93	15,26
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	179.933,72	—	—	148.420,97	—
Superávit Financeiro	—	179.933,72	—	—	148.420,97	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	13.280.000,00	13.735.783,72	4.496.677,93	4.496.677,93	9.239.105,79	1.806.435,05	1.806.435,05	11.929.348,67	1.486.932,15
DESPESAS CORRENTES	11.383.000,00	11.364.000,00	4.037.323,42	4.037.323,42	9.781.730,67	1.582.269,33	1.582.269,33	9.781.730,67	1.412.027,05
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.651.060,00	5.650.560,00	1.099.800,92	1.099.800,92	4.550.759,08	989.205,56	989.205,56	4.661.354,44	907.686,22
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	54.000,00	54.000,00	53.999,00	53.999,00	1,00	5.343,34	5.343,34	48.656,66	5.343,34
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.677.940,00	5.659.440,00	2.883.523,50	2.883.523,50	2.775.916,50	587.720,43	587.720,43	5.071.719,57	498.997,49
DESPESAS DE CAPITAL	1.872.000,00	2.346.783,72	459.354,51	459.354,51	2.122.618,00	224.165,72	224.165,72	2.122.618,00	74.905,10
INVESTIMENTOS	1.457.500,00	1.932.283,72	296.254,51	296.254,51	1.636.029,21	197.108,11	197.108,11	1.735.175,61	47.847,49
INVERSOES FINANCEIRAS	240.000,00	240.000,00	0,00	0,00	240.000,00	0,00	0,00	240.000,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	174.500,00	174.500,00	163.100,00	163.100,00	11.400,00	27.057,61	27.057,61	147.442,39	27.057,61
RESERVA DE CONTINGENCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	13.280.000,00	13.735.783,72	4.496.677,93	4.496.677,93	9.239.105,79	1.806.435,05	1.806.435,05	13.735.783,72	1.486.932,15
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3



Município de PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	13.280.000,00	13.735.783,72	4.496.677,93	4.496.677,93	9.239.105,79	1.806.435,05	1.806.435,05	13.735.783,72	1.486.932,15
SUPERÁVIT (XII)	—	—	—	—	—	—	220.572,88	—	2.027.007,93
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	13.280.000,00	13.735.783,72	4.496.677,93	4.496.677,93	—	1.806.435,05	2.027.007,93	—	3.513.940,08

FONTE:

PERITIBA , 27/03/2015

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

ADRIANA BOLL
Contadora CRC-023751/O-6

REGINA INÊS BRAND
Controlador Geral do Município

TARCISIO REINALDO BERVIAN
Secretário de Administração e Finanças



Município de PERITIBA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.280.000,00	13.735.783,72	4.496.677,93	4.496.677,93	100,00	1.806.435,05	1.806.435,05	100,00
Legislativa	665.000,00	665.000,00	138.985,59	138.985,59	3,09	63.224,44	63.224,44	3,50
Ação Legislativa	665.000,00	665.000,00	138.985,59	138.985,59	3,09	63.224,44	63.224,44	3,50
Administração	1.640.080,00	1.640.080,00	579.800,66	579.800,66	12,89	255.601,16	255.601,16	14,15
Administração Geral	1.485.080,00	1.485.080,00	552.803,42	552.803,42	12,29	236.129,17	236.129,17	13,07
Administração Financeira	155.000,00	155.000,00	26.997,24	26.997,24	0,60	19.471,99	19.471,99	1,08
Segurança Pública	65.500,00	65.500,00	2.100,00	2.100,00	0,05	530,01	530,01	0,03
Policimento	35.500,00	35.500,00	2.100,00	2.100,00	0,05	530,01	530,01	0,03
Defesa Civil	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	633.500,00	633.500,00	90.398,73	90.398,73	2,01	43.525,71	43.525,71	2,41
Assistência ao Idoso	31.300,00	31.300,00	14.858,98	14.858,98	0,33	1.906,16	1.906,16	0,11
Assistência à Criança e ao Adolescente	24.000,00	24.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Comunitária	578.200,00	578.200,00	75.539,75	75.539,75	1,68	41.619,55	41.619,55	2,30
Saúde	3.133.620,00	3.252.573,72	1.421.366,01	1.421.366,01	31,61	609.081,48	609.081,48	33,72
Atenção Básica	2.106.620,00	2.225.573,72	598.777,33	598.777,33	13,32	438.569,57	438.569,57	24,28
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	730.000,00	730.000,00	693.740,00	693.740,00	15,43	36.260,00	36.260,00	6,34
Suporte Profilático e Terapêutico	269.000,00	269.000,00	111.791,97	111.791,97	2,49	157.208,03	157.208,03	2,97
Vigilância Epidemiológica	28.000,00	28.000,00	17.056,71	17.056,71	0,38	2.377,48	2.377,48	0,13
Educação	2.745.100,00	2.775.100,00	859.153,22	859.153,22	19,11	413.412,67	413.412,67	22,89
Alimentação e Nutrição	56.000,00	56.000,00	4.828,32	4.828,32	0,11	2.825,95	2.825,95	0,16
Ensino Fundamental	1.668.100,00	1.698.100,00	552.020,32	552.020,32	12,28	298.371,90	298.371,90	16,52
Ensino Médio	56.000,00	56.000,00	17.801,60	17.801,60	0,40	446,00	446,00	0,02
Ensino Superior	147.000,00	147.000,00	131.942,80	131.942,80	2,93	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	813.000,00	813.000,00	152.560,18	152.560,18	3,39	111.768,82	111.768,82	6,19
Educação de Jovens e Adultos	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	294.000,00	294.000,00	62.348,48	62.348,48	1,39	16.807,93	16.807,93	0,93
Difusão Cultural	294.000,00	294.000,00	62.348,48	62.348,48	1,39	16.807,93	16.807,93	0,93
Direitos da Cidadania	8.500,00	8.500,00	7.712,64	7.712,64	0,17	642,72	642,72	0,04
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	8.500,00	8.500,00	7.712,64	7.712,64	0,17	642,72	642,72	0,04
Urbanismo	393.000,00	393.000,00	145.463,63	145.463,63	3,23	37.174,83	37.174,83	2,06
Infra-Estrutura Urbana	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Urbanos	368.000,00	368.000,00	145.463,63	145.463,63	3,23	37.174,83	37.174,83	2,06
Habitação	295.500,00	295.500,00	24.399,00	24.399,00	0,54	4.695,14	4.695,14	0,26
Habitação Rural	172.000,00	172.000,00	9.000,00	9.000,00	0,20	2.576,64	2.576,64	0,14
Habitação Urbana	123.500,00	123.500,00	15.399,00	15.399,00	0,34	2.118,50	2.118,50	0,12

Continua 1/3



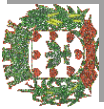
Município de PERITIBA - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.280.000,00	13.735.783,72	4.496.677,93	4.496.677,93	100,00	1.806.435,05	1.806.435,05	11.929.348,67
Saneamento	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Saneamento Básico Rural	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Saneamento Básico Urbano	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Gestão Ambiental	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00
Agricultura	1.220.000,00	1.250.980,00	399.302,50	399.302,50	8,88	201.668,29	201.668,29	1.049.311,71
Extensão Rural	1.194.000,00	1.224.980,00	399.302,50	399.302,50	8,88	201.668,29	201.668,29	1.023.311,71
Promoção da Produção Agropecuária	26.000,00	26.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.000,00
Indústria	124.000,00	124.000,00	87.495,13	87.495,13	1,95	238,48	238,48	123.761,52
Promoção Industrial	112.000,00	112.000,00	87.324,33	87.324,33	1,94	67,68	67,68	111.932,32
Produção Industrial	12.000,00	12.000,00	170,80	170,80	0,00	170,80	170,80	11.829,20
Comércio e Serviços	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00
Turismo	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00
Comunicações	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Telecomunicações	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Energia	145.000,00	145.000,00	129.387,21	129.387,21	2,88	21.259,22	21.259,22	123.740,78
Energia Elétrica	145.000,00	145.000,00	129.387,21	129.387,21	2,88	21.259,22	21.259,22	123.740,78
Transporte	1.160.200,00	1.436.050,00	356.166,40	356.166,40	7,92	86.698,29	86.698,29	1.349.351,71
Transportes Coletivos Urbanos	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Transporte Rodoviário	1.154.200,00	1.430.050,00	356.166,40	356.166,40	7,92	86.698,29	86.698,29	1.343.351,71
Desporto e Lazer	122.000,00	122.000,00	16.081,45	16.081,45	0,36	2.346,99	2.346,99	119.653,01
Desporto Comunitário	122.000,00	122.000,00	16.081,45	16.081,45	0,36	2.346,99	2.346,99	119.653,01
Encargos Especiais	465.000,00	465.000,00	176.517,28	176.517,28	3,93	49.527,69	49.527,69	415.472,31
Serviço da Dívida Interna	465.000,00	465.000,00	176.517,28	176.517,28	3,93	49.527,69	49.527,69	415.472,31

Continua 2/3



Município de PERITIBA - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.280.000,00	13.735.783,72	4.496.677,93	4.496.677,93	9.239.105,79	1.806.435,05	100,00	11.929.348,67
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	13.280.000,00	13.735.783,72	4.496.677,93	4.496.677,93	9.239.105,79	1.806.435,05	100,00	11.929.348,67

FONTE:

PERITIBA , 27/03/2015

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

ADRIANA BOLL
Contadora CRC-023751/O-6

REGINA INÊS BRAND
Controlador Geral do Município

TARCISIO REINALDO BERVIAN
Secretário de Administração e Finanças

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 21/2015

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA ABERTURA DE
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 021/2015
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O prefeito de Pinheiro Preto faz saber a todos os interessados, que o edital de licitação nº 021/2015, modalidade Pregão Presencial, passou a vigorar com as seguintes alterações, tendo sido reduzido o número mínimo de HPs:

1. DO OBJETO

O presente processo tem por objeto a aquisição de um Rolo Compactador Vibratório de Solo, novo, ano de fabricação e modelo 2015, auto propelido, cabine fechada com ar condicionado original de fábrica e certificação ROPS/FOPS, equipamentos com motor turbo de no mínimo 4 cilindros, alimentado a diesel, com potência mínima de 100 HPs, que atenda as normas ambientais TIER3, direção hidráulica, painel com horímetro, espelhos retrovisores externo, espelho retrovisor interno, janelas laterais, limpadores e lavadores do para-brisa dianteiro, indicadores (combustível, voltagem, frequencímetro/tacômetro, carga da bateria, filtro de ar, filtro hidráulico, freios, pressão de óleo do motor), luzes de trabalho, luzes de direção, dispositivo de segurança para partida em neutro, capacidade de subir rampas de no mínimo 55%, peso operacional mínimo 10.500kg, largura mínima de rolagem de 2.000 mm, eixo traseiro com limitador de derrapagem, tração nas rodas e no cilindro, sistema de freio de emergência multiuso, livre de ajustes, equipado com alarme de marcha ré, buzina, luzes de trabalho, assento ajustável e cinto de segurança.

Desta forma, fica redesignada a data de 16/04/2015 para ter lugar a sessão de julgamento, CUJO CREDENCIAMENTO OCORRERÁ das 09:45 às 10:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:00 hs.. Os demais termos e cláusulas do edital permanecem inalteradas.

Pinheiro Preto, 27 de março de 2015.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 022/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 022/2015
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 15/04/2015, licitação modalidade Pregão Presencial n. 022/2015, visando aquisição de portas, esquadrias, vidros, portas de vidro, estrutura metálica, cobertura e materiais elétricos para Creche Municipal. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 15/04/2015, cujo credenciamento ocorrerá das 09:45 às 10 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:00 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 27 DE MARÇO DE 2015
EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO N.º: 102/2015

(Ementa)

CONTRATO N.º: 102/2015

OBJETO: Serviço de reciclagem, industrialização e destino final lixo do hospitalar.

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇO. nº 020/2014

EMPRESA CONTRATADA: SERVIOSTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA

VALOR: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.000,00 (um mil reais)

DATA DO CONTRATO: 24 de março de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

DECRETO Nº 4.198, DE 27 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 4.198, DE 27 DE MARÇO DE 2015

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 02 DE ABRIL DE 2015

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, VIII, da Lei Orgânica, e

CONSIDERANDO o feriado de 03 de abril de 2015 - Sexta-feira Santa;

CONSIDERANDO que diversos órgãos públicos federais e estaduais não darão expediente;

CONSIDERANDO que as atividades ficam restritas, cujos gastos, então, não justificam a manutenção de tais das atividades,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo no Município no dia 02 de abril de 2015.

Parágrafo único. A unidade sanitária deverá manter plantão, na forma de escala determinada pela secretaria da saúde.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, devendo ser encaminhada cópia às empresas municipais e a todos os Órgãos e Entidades Públicas Municipais.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 27 de março de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.199, DE 27 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 4.199, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA AUTORIDADE MUNICIPAL DE TRÂNSITO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e atendendo o disposto na Lei Municipal nº 1.222, de 05 de outubro de 2006, DECRETA:

Art. 1º Nomeia ANGELA NATIELI PERDONCINI, inscrita no CPF

sob nº 081.996.789-09, para exercer a função de Diretor de Trânsito, Dirigente máximo do Órgão Municipal Executivo de Trânsito e Rodoviário.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de fevereiro de 2015.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 27 de Março de 2015.
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 127, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 127, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

DECLARA SEM EFEITO O CONTRATO Nº 07/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que referido contrato não chegou a ser firmado, tendo sido negociado melhor preço,

RESOLVE:

Art. 1º Fica declarado sem efeito o nº de contrato 07/2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 27 DE MARÇO DE 2015.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 90, DE 02 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 90, DE 02 DE MARÇO DE 2015

RETIFICA PORTARIA Nº 15 DE 12 DE JANEIRO DE 2015.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando nova negociação havida com a empresa licitante, a qual aceitou reduzir ainda mais o preço cotado;
Considerando o disposto na Portaria nº 15, de 12 de janeiro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologado o valor da Licitação nº 20/2014, modalidade Tomada de Preços, em R\$ 1.000,00 (mil reais) mensais, adjudicando o objeto à empresa SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 02 DE MARÇO DE 2015

EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

REPUBLICADA POR INCORREÇÃO RESOLUÇÃO N.º 01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Av. ARTHUR COSTA E SILVA FONE/FAX: 49 35621556

email: besocial@pinheiropreto.sc.gov.br

RESOLUÇÃO N.º 01/2015 Pinheiro Preto, 20 de fevereiro de 2015.

DISCIPLINA A APROVAÇÃO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, RELATIVO AO EXERCÍCIO

FINANCEIRO DE 2014.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal N.º 758/96 de 12 de março de 1996 e Decreto Executivo Municipal N.º 3859 de 05 de agosto de 2013.

Considerando a decisão do Conselho Municipal de Assistência Social devidamente nomeado através do Decreto executivo Municipal N.º 3.859 de 05 de agosto de 2013 de cuja decisão está consignada em ata;

Considerando que o Conselho Municipal de Assistência Social, visa deliberar, fiscalizar e regulamentar as ações sociais desenvolvidas na área da assistência social no município de Pinheiro Preto.

RESOLVE

Art.º. 1º. Aprovar a prestação de contas do fundo municipal de assistência social, relativo ao exercício financeiro de 2014.

Art.º. 2º. As metas de atendimento do referido Demonstrativo, são 2.500 famílias referenciadas para o atendimento no PAIF e 74 famílias cadastradas no CADÚNICO em atendimento no Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos (SCFV).

Art.º 3º. O CMAS de Pinheiro Preto aprova na integralidade a utilização dos recursos financeiros recebidos pelo FMAS no ano de 2014.

Art.º 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pinheiro Preto - SC, 20 de fevereiro de 2015.

Elaine Timm Duarte

Presidente CMAS

RESOLUÇÃO Nº 002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

Av. Arthur Costa e Silva Fone/Fax: 49 3562 1556

Email: besocial@pinheiropreto.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 002/2015

Dispõe sobre a Prestação de Contas e Reprogramação de Saldo dos Serviços de Proteção Social Básica e Benefícios Eventuais, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto (FMAS).

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas dos Recursos ao Cofinanciamento da Proteção Social Básica, proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social.

Art. 2º Aprovar a reprogramação de saldo remanescente destinados aos serviços ofertados pelo município no âmbito da Proteção Social Básica segundo a Tipificação Nacional de Serviços SocioAssistenciais, Resolução nº 109/2009, e conforme plano de aplicação apresentado e aprovado por este Conselho.

Art. 3º Aprovar a Prestação de contas dos recursos repassados pelo FEAS para o FMAS para custeio dos Benefícios Eventuais.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pinheiro Preto - SC, 25 de março de 2015.

Elaine Timm Duarte

Presidente do CMAS

Ponte Serrada

PREFEITURA

EXTRATO 011/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 011/2015 FMS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 010/2015 FMS

O Município de Ponte Serrada, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS válido por 12 meses para possível aquisição de prótese dentárias, reembasamento de próteses e consertos de próteses dentárias em geral, para a distribuição da secretária municipal de saúde de Ponte Serrada.

Recebimento de Envelopes: até as 13:50MIN do dia 14/04/2015.

Abertura: às 14h00min horas do dia 14/04/2014.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e das 13:00 às 17:00h e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 27 de março de 2014.

EDUARDO COPPINI

EXTRATO 015/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 015/2015 PREGÃO PRESENCIAL N.º 011/2015

O Município de Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade Pregão Presencial objetivando a contratação de profissional ou empresa especializada, para elaboração e apresentação de vinhetas de utilidades pública ou institucional, e apresentação dos programas nos espaços radiofônicos e de eventos do município.

Recebimento de Envelopes: até as 07h50min do dia 14/04/2015.

Abertura: às 08h00min horas do dia 14/04/2015.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 27 de março de 2015.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO 035/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 035/2015
PREGÃO PRESENCIAL N.º 025/2015

O Município de Ponte Serrada, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS válido por 12 meses para possível contratação de empresa para prestação de serviço de consertos nas vias públicas de Ponte Serrada.

Recebimento de Envelopes: até as 08:50MIN do dia 17/04/2015.

Abertura: às 08h00min horas do dia 17/04/2014.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e das 13:00 às 17:00h e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 27 de março de 2014.

EDUARDO COPPINI

Porto Belo

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº. 001/2015 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PORTO BELO/SC - CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PORTO BELO/SC - CMAS
RESOLUÇÃO Nº. 001/2015

Dispõe sobre a aprovação do Demonstrativo de Prestação de Contas do ano de 2014, e do Superávit de 2014, do Fundo Municipal de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Assistência Social e suas Unidades de Serviços: Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, referente aos recursos do Fundo Estadual de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Belo/SC (CMAS) em reunião extraordinária, realizada no dia 26 de março de 2015, no uso de suas competências e atribuições que lhes são conferidas pela Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social e pela Lei Municipal Nº 944 de 2 de abril de 1997, que instituiu o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS ,

Resolve:

Art. 1º Emitir Parecer Favorável com a deliberação de aprovação total do Demonstrativo de Prestação de Contas do ano de 2014, do Fundo Municipal de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Assistência Social e suas Unidades de Serviços: Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, dos recursos provenientes de convênio estabelecido entre o Município de Porto Belo/SC e a Secretaria de Assistência Social do Município de Porto Belo/SC, em razão da realização de cofinanciamento Estadual dos Serviços Socioassistenciais tipificados dos Benefícios Eventuais, dos Serviços da Proteção Social Básica e dos Serviços da Proteção Especial de Média Complexidade conforme tabela apresentada pela SMAS em reunião do dia 26 de março de 2015:

Recursos Disponibilizados para:	Valores em R\$	
	Recursos Municipais	Recursos FEAS
Recursos para Custeio da Proteção Social Especial de Alta Complexidade:	-	-
Recursos para Investimento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade:	-	-
Recursos para Custeio da Proteção Social Especial de Média Complexidade:	21.398,40	45.619,20
Recursos para Investimento da Proteção Social Especial de Média Complexidade:	7.900,90	30.412,80
Recursos para Custeio da Proteção Social Básica:	160.774,81	26.678,16
Recursos para Investimento da Proteção Social Básica:	32.547,33	-
Recursos para Custeio dos Benefícios Eventuais:	9.629,43	3.213,76

Art. 2º Emitir Parecer Favorável com a deliberação de aprovação total da Reprogramação do superávit 2014, apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, para a realização no ano de 2015, dos recursos provenientes de convênio estabelecido entre o Município de Porto Belo/SC e a Secretaria de Assistência Social do Município de Porto Belo/SC, em razão da realização de cofinanciamento Estadual dos Serviços Socioassistenciais tipificados dos Benefícios Eventuais, dos Serviços da Proteção Social Básica e

dos Serviços da Proteção Especial de Média Complexidade assim distribuído: SUAS Estado Proteção Social Básica Custeio: 7.821,10 (sete mil, oitocentos e vinte e um reais e dez centavos); SUAS Média Complexidade Custeio: 14.481,05 (quatorze mil, quatrocentos e oitenta e um reais e cinco centavos) e, SUAS Média Investimentos: 1.981,03 (um mil e novecentos e oitenta e um reais e três centavos) e, Gestão/Benefícios Eventuais: R\$ 1.234,05 (um mil duzentos e trinta e quatro reais e cinco centavos) totalizando o montante de R\$ 25.517,23 (vinte e cinco mil, quinhentos e dezessete reais e vinte e três centavos).

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, 26 de março de 2015.

Soraia Joselita Depin

Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO Nº. 002/2015 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PORTO BELO/SC - CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PORTO BELO/SC - CMAS
RESOLUÇÃO Nº. 002/2015

Dispõe sobre a aprovação do Demonstrativo de Prestação de Contas do ano de 2014 e Reprogramação de Recursos da União - Superávit Financeiro: do Fundo Municipal de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Assistência Social e suas Unidades de Serviços e da Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Belo/SC (CMAS) em reunião extraordinária, realizada no dia 26 de março de 2015, no uso de suas competências e atribuições que lhes são conferidas pela Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social e pela Lei Municipal Nº 944 de 2 de abril de 1997, que instituiu o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS ,

Resolve:

Art. 1º Emitir Parecer Favorável com a deliberação de aprovação total do Demonstrativo de Prestação de Contas do ano de 2014, do Fundo Municipal de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Assistência Social e suas Unidades de Serviços: Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, conforme tabela abaixo, apresentada pela SMAS em reunião extraordinária do CMAS, em 26 de março de 2015:

Valores do FMAS - Exercício 2014	
Superávit do exercício anterior (2013)	443.435
Orçamento Inicial	1.071.620
Créditos Adicionais Suplementares	953.228
Despesas Empenhadas	1.645.620
Despesas Liquidadas	1.526.553
Despesas Pagas	1.476.940
Transferências do Município	1.155.444
Receita Total	333.525
Rendimentos de Aplicação Financeira	32.576
Transferências da União	195.025
Transferências do Estado	75.511
Superávit apurado no exercício (2014)	318.658

Art. 2º Emitir Parecer Favorável com a deliberação de aprovação total da proposta de Reprogramação de Superávit Financeiro assim distribuídos: Centro de Referência de Assistência Social - CRAS - Valor: R\$ 42.148,80; SCFV - Centro de Referência de Assistência Social - CRAS - Valor: 38.494,77; Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS - Valor: R\$ 35.879,59; GESTÃO/ACESSUAS TRABALHO - Valor: R\$ 142.563,28; GESTÃO/IGD-SUAS - Valor: R\$ 11.427,90; GESTÃO/PPD - Deficiente - Valor: R\$ 384,89 e, GESTÃO/BOLSA FAMÍLIA - Valor: R\$ 39.424,39

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, 26 de março de 2015.
Soraia Joselita Depin
Presidente do CMAS

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 684/2015

DECRETO Nº 684, de 25 de março de 2015.

Dispõe sobre Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005,

DECRETA:

Art. 1º CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, com proventos integrais, à Servidora Pública Municipal Sra. ESTER FARAH SALIBA DE PAULA, portadora do RG nº 1.618.281-8 SSP/PR e CPF nº 544.660.599-34, no Cargo de Cirurgiã Dentista, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Estatutário, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 25 de março de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

MARGARETH FLISSAK
Presidente do IMPRESS

EXTRATO DE CONTRATO 031/2015 - PREFEITURA

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 031/2015 - Prefeitura

Partes: Município de Porto União e Clodomir Bahr Junior - ME.

Objeto: Fornecimento de material de divulgação para o desenvolvimento de ações do Projeto "Educação em Saúde Ambiental". Valor Total: R\$ 3.187,50 (Três mil cento e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Vigência: até 31 de dezembro de 2015.

Base legal: Pregão Presencial 011/2015- Prefeitura, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 17 de março de 2015.

Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

Clodomir Bahr Junior - ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 032/2015 - PREFEITURA

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 032/2015 - Prefeitura

Partes: Município de Porto União e Fernando Barbosa Nogueira - ME.

Objeto: Fornecimento de material de divulgação para o desenvolvimento de ações do Projeto "Educação em Saúde Ambiental".

Valor Total: R\$ 9.015,00 (Nove mil e quinze reais).

Vigência: até 31 de dezembro de 2015.

Base legal: Pregão Presencial 011/2015- Prefeitura, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 17 de março de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Fernando Barbosa Nogueira - ME.

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 033/2015 - PREFEITURA

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 033/2015 - Prefeitura

Partes: Município de Porto União e Andrea C. Schuckes Bomm EIRELI - EPP.

Objeto: Fornecimento de material de divulgação para o desenvolvimento de ações do Projeto "Educação em Saúde Ambiental".

Valor Total: R\$ 33.900,00 (trinta e três mil e novecentos reais).

Vigência: até 31 de dezembro de 2015.

Base legal: Pregão Presencial 011/2015- Prefeitura, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 17 de março de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Andrea C. Schuckes Bomm EIRELI - EPP.

Contratada

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 004/2015 - EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 004/2015- EDUCAÇÃO

Extrato de Edital de Pregão Presencial 004/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de produtos alimentícios para manutenção dos cursos de formação continuada e PNAIC (Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa). O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 13 de abril de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 27 de março de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 007/2015 - EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 005/2015- EDUCAÇÃO

Extrato de Edital de Pregão Presencial 007/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de material elétrico para realização de pequenos consertos e reposição nas Escolas da Rede Municipal de Ensino e Educação Infantil. O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 14 de abril de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 27 de março de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 003/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 033/2015- Prefeitura

Extrato de Edital de Tomada de Preços 003/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação por menor preço por item, para contratação de 04 (quatro) maestros para bandas marciais e 01 (um) professor de dança folclórica, com carga horária de 06 (seis) horas semanais. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 15 de abril de 2015 na Prefeitura Municipal, com abertura dos envelopes no mesmo local, dia e horário. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 27 de março de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.310/2015

LEI Nº 4.310, de 24 de março de 2015.

Dispõe sobre a retrocessão de área de terras ao Patrimônio Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a retrocessão ao Patrimônio Municipal da área de terras destinada à Empresa JOANA AFONSO, conforme disposto na Lei Municipal nº 2288/97, com total de 1447,16m2 (mil quatrocentos e quarenta e sete metros e dezesseis decímetros quadrados), situada na Área Industrial de Porto União, SC.

Parágrafo único. A área de terras de que trata este artigo tem as seguintes medidas e confrontações: 30,00m de frente para a rua Valfrido Soares dos Santos; 50,00 m ao lado direito confrontando com uma rua sem nome; 50,00m ao lado esquerdo com terras pertencentes a Municipalidade; e 30,00m aos fundos também confrontando com terras da Municipalidade, perfazendo o total de 1447,16m2 (mil quatrocentos e quarenta e sete metros e dezesseis decímetros quadrados).

Art. 2º A retrocessão da área de terras ao Patrimônio Municipal, se dará com fulcro no artigo 5º da Lei Municipal nº 2288/97, por descumprimento do artigo 2º, Incisos I, II, III e IV da mesma Lei, e será destinada à implantação de outra empresa que se habilitar, mediante Lei autorizativa.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 24 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 011/2015 - PREFEITURA

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 024/2015- Prefeitura

Pregão Presencial 011/2015

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

Clodomir Bahr Junior - ME,

Fernando Barbosa Nogueira - ME,

Andrea C. Schuckes Bomm EIRELI - EPP.

Porto União SC, 16 de março de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Presidente Castello Branco**PREFEITURA****CONTRATO NR. 43/2015**

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 43/2015

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
OBJETO:	O presente contrato tem por objeto a aquisição de medicamentos para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social do Município de Presidente Castello Branco/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, para o ano de 2015.
VALOR R\$:	R\$ 28.793,97 (vinte e oito mil, setecentos e noventa e três reais, com noventa e sete centavos).
DATA:	25/03/2015 a 31/12/2015.

Claudio Sartori

Prefeito Municipal

Marisa Petkov Talini

Secretária Municipal de Saúde e Bem-Estar Social

Rio do Sul

PREFEITURA

ALINE CRISTIANE VICENTI CONTEZINI - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 90/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ALINE CRISTINA SCOZ, portador(a) do CPF nº 069.570.069-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 90/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 90/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ALINE CRISTINA SCOZ

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

DECRETO Nº 4618, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4618, de 25 de março de 2015.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.535, de 16 de dezembro de 2014 e da Lei nº 5.565, de 25 de março de 2015,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica suplementada até o limite de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos:
----------	--

07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA		
2.021	Manutenção do Gabinete do Secretário da Fazenda		
3.4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
3.4.4.00.00	Investimentos		
3.4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
	TOTAL	R\$	50.000,00

Art. 2º-	Em contrapartida a suplementação constante no artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:
----------	--

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO		
2.028	Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação		
3.3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
	TOTAL	R\$	50.000,00

Art. 3º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO.

25 de março de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4617, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4617, de 25 de março de 2015.

“ANULA DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E SUPLEMENTA DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.535, de 16 de dezembro de 2014 e da Lei nº 5.564, de 25 de março de 2015,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica suplementada até o limite de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos:
----------	--

30.00	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
30.01	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
2.073	Manutenção da Fundação Municipal de Esportes		
3.3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	25.000,00
	TOTAL	R\$	25.000,00

Art. 2º-	Em contrapartida a suplementação constante no artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:		
----------	--	--	--

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO		
2.028	Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação		
3.3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	25.000,00
	TOTAL	R\$	25.000,00

Art. 3º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.		
----------	--	--	--

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.		
----------	---	--	--

GABINETE DO PREFEITO
25 de março de 2015
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4619, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4619, de 25 de março de 2015.
"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.535, de 16 de dezembro de 2014 e da Lei nº 5.566, de 25 de março de 2015,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica suplementada até o limite de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:		
----------	--	--	--

06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.03	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		
2.018	Manutenção do Departamento de Recursos Humanos		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.91.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	600.000,00
	TOTAL	R\$	600.000,00

Art. 2º-	Em contrapartida a suplementação constante no artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:		
----------	--	--	--

07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA		
0.001	Pagamento da Dívida Fundada Interna		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.6.00.00	Amortização da Dívida		
4.6.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	600.000,00
	TOTAL	R\$	600.000,00

Art. 3º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.		
----------	--	--	--

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.		
----------	---	--	--

GABINETE DO PREFEITO.
25 de março de 2015.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4620, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4620 de 25 de março de 2015.
"CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE CONCURSO INTERNO PARA AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Art. 19, da Lei Complementar nº 075 de 20/11/2001 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Especial de Concurso Interno para Ampliação de Carga Horária, integrada pelos Srs. Givanildo Silva, Carmela Suzana da Veiga Ferreira, Débora Roiwas, Marlise Fronza e Sandra Aparecida Dela Justina para, sob a Presidência do primeiro, coordenar todas as etapas do Concurso Interno para Ampliação de Carga Horária - Edital 001/2015, inclusive realizar o julgamento de quaisquer recursos referentes ao Concurso Interno.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.
25 de março de 2015.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 002/2015

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 002/2015
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUÍNTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC
Aos 26/03/2015, na Secretaria Geral, para publicação, foram apresentados os seguintes acórdãos:

Recurso Ordinário nº 007/2014
Protocolo nº 148684/2014
Recorrente: EDETRIZ REFLORESTAMENTO S/A
Relator: Conselheiro Elói Venturi

DECISÃO: Por unanimidade, negado provimento ao recurso..
--

EMENTA: TRIBUTÁRIO - OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA - DECLARAÇÃO DE SERVIÇOS PRESTADOS E TOMADOS: ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE SERVIÇOS PRESTADOS E TOMADAS, POSITIVAS OU NEGATIVAS, FORAM EFETUADAS FORA DO PRAZO ESTABELECIDO NA LEI MUNICIPAL E APÓS A APLICAÇÃO DA PENALIDADE PELO AGENTE FISCAL, MANTENDO-SE PORTANTO O AUTO DE INFRAÇÃO - APLICAÇÃO DA UNIDADE INDEXADORA - ESTÁ DE CONFORMIDADE COM ART. 322 DO CTM.

Recurso Ordinário nº 008/2014
Protocolo nº 148685/2014
Recorrente: EDETRIZ REFLORESTAMENTO S/A
Relator: Conselheiro Elói Venturi

DECISÃO: Por unanimidade, negado provimento ao recurso..

EMENTA: TRIBUTÁRIO - OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA - DECLARAÇÃO DE SERVIÇOS PRESTADOS E TOMADOS: ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE SERVIÇOS PRESTADOS E TOMADAS, POSITIVAS OU NEGATIVAS, FORAM EFETUADAS FORA DO PRAZO ESTABELECIDO NA LEI MUNICIPAL E APÓS A APLICAÇÃO DA PENALIDADE PELO AGENTE FISCAL, MANTENDO-SE PORTANTO O AUTO DE INFRAÇÃO - APLICAÇÃO DA UNIDADE INDEXADORA - ESTÁ DE CONFORMIDADE COM ART. 322 DO CTM.

Leonice Witte
Secretaria Geral do Conselho Municipal de Contribuintes

JULIANA JANUARIO ALVES HEINZ - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 38/2015, firmado em 28/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA JANUARIO ALVES HEINZ, portador(a) do CPF nº 070.327.789-84, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 38/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 38/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

JULIANA JANUARIO ALVES HEINZ
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

PORTARIA 0222/2015

PORTARIA Nº. 0222/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Alterar ao percentual da gratificação paga à servidora ANA CLAUDIA DEMARCH FRANCESCHI, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor (40h), designada para atuar como Diretora da Unidade Escolar -Centro Educacional Sebastião Back, em face da quantidade de alunos atualmente matriculados no Centro Educacional sendo tipificado como "Médio Porte", fazendo jus além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de 45% (quarenta e cinco por cento) do seu vencimento base, em cumprimento ao Art. 4º da Lei Complementar Nº 194/2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de março de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lso

PORTARIA Nº 0214/RH

PORTARIA N.º 0214/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progressão Funcional, referente ao triênio de 2011 a 2014, nos termos do art. 12 A, §1º, incisos I e II e §2º da Lei Complementar n. 075/2001, alterada pelas Leis Complementares n. 159/2006 e 234/2011 e, Decreto n. 446/2004, alterado pelo Decreto n. 2323/2011, em razão da aprovação obtida pelas avaliações de desempenho e qualificação, aos servidores:

SERVIDOR	MATRICULA
MIRIAM GARCIA	76791-7
SUELI HENN ZABEL	95460-6

Art. 2º Os servidores identificados no art. 1º são integrantes do quadro permanente da carreira do magistério e ocupantes do cargo de provimento efetivo Professor, pertencentes ao nível I, classe "B", adquirindo com a progressão a referência de vencimento correspondente a classe "C".

Art. 3º Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional serão devidos a partir de janeiro de 2015, conforme o disposto no Art. 10º do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de março de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0215/RH

PORTARIA N.º 0215/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progressão Funcional, referente ao triênio de 2011 a 2014, nos termos do art. 12 A, §1º, incisos I e II e §2º da Lei Complementar n. 075/2001, alterada pelas Leis Complementares n. 159/2006 e 234/2011 e, Decreto n. 446/2004, alterado pelo Decreto n. 2323/2011, em razão da aprovação obtida pelas avaliações de desempenho e qualificação, aos servidores:

SERVIDOR	MATRICULA
CIMARA BENTA DA SILVA	98485-2
IRIS WESSLING ROMANIO	94188-2
ROMI KUSTERKO	79740-2

Art. 2º Os servidores identificados no art. 1º são integrantes do quadro permanente da carreira do magistério e ocupantes do cargo de provimento efetivo Professor, pertencentes ao nível II, classe "A", adquirindo com a progressão a referência de vencimento correspondente a classe "B".

Art. 3º Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional serão devidos a partir de janeiro de 2015, conforme o disposto no Art. 10º do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de março de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0216/RH

PORTARIA N.º 0216/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progressão Funcional, referente ao triênio de 2011 a 2014, nos termos do art. 12 A, §1º, incisos I e II e §2º da Lei Complementar n. 075/2001, alterada pelas Leis Complementares n. 159/2006 e 234/2011 e, Decreto n. 446/2004, alterado pelo Decreto n. 2323/2011, em razão da aprovação obtida pelas avaliações de desempenho e qualificação, a servidora CRISTIANE LESSA CORREA, matrícula 96423-7.

Art. 2º A servidora identificada no art. 1º é integrante do quadro permanente da carreira do magistério e ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, pertencente ao nível II, classe "B", adquirindo com a progressão a referência de vencimento correspondente a classe "C".

Art. 3º Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional serão devidos a partir de janeiro de 2015, conforme o disposto no Art. 10º do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de março de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0217/RH

PORTARIA N.º 0217/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progressão Funcional, referente ao triênio de 2011 a 2014, nos termos do art. 12 A, §1º, incisos I e II e §2º da Lei Complementar n. 075/2001, alterada pelas Leis Complementares n. 159/2006 e 234/2011 e, Decreto n. 446/2004, alterado pelo Decreto n. 2323/2011, em razão da aprovação obtida pelas avaliações de desempenho e qualificação, aos servidores:

SERVIDOR	MATRICULA
DAIZE GIOVANELLA	98094-1
DINALVA MARIA SEMEONI	82899-9
DULCE BINI TINTI	99554-4
DULCE SAUTNER DESTRO	98108-1
ELIANE DA COSTA	71650-8
JOANA ALVES DE OLIVEIRA SANTOS	86029-7
KARLA KARDAUKE	98833-5
LAURECI CLAUDINO PERINI	86649-3
LEILA MARA AMORIM KRAJESKI	94048-3
LUCIANA GOEDERT	97667-2
NOELI TEREZINHA MARCELINO SCHWEITZER	95583-2
SIRLEI APARECIDA SCHMITT	105562-1

Art. 2º Os servidores identificados no art. 1º são integrantes do quadro permanente da carreira do magistério e ocupantes do cargo de provimento efetivo Professor, pertencentes ao nível III, classe "A", adquirindo com a progressão a referência de vencimento correspondente a classe "B".

Art. 3º Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional serão devidos a partir de janeiro de 2015 conforme o disposto no Art. 10º do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de março de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0218/RH

PORTARIA N.º 0218/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progressão Funcional, referente ao triênio de 2011 a 2014, nos termos do art. 12 A, §1º, incisos I e II e §2º da Lei Complementar n. 075/2001, alterada pelas Leis Complementares n. 159/2006 e 234/2011 e, Decreto n. 446/2004, alterado pelo Decreto n. 2323/2011, em razão da aprovação obtida pelas avaliações de desempenho e qualificação, aos servidores:

SERVIDOR	MATRICULA
ALCIONE CERONI RUCKERT	98213-1
CASSIA CRISTINA DE SOUZA WESTPHAL	97888-1
CINTIA ROLING MENDONÇA	96229-3
CRISTIANE RASSINI	96865-6
DEBORA OSSEMER SCHLUP	98353-1
DEISE MONTIBELER	86770-3
EDOLAR PAVANELLO	97330-3
ERIVONETE COSTA LUCIO	86045-3
EVELISE SUCATELLI MATE	97209-4
FLAVIA CIRLEI CERCAL	97926-1
FRANCISCA AURICELIA ALVES DE MATOS	86010-6
GREICE APARECIDA DA CONCEIÇÃO	98086-1
GRETI ELAINE DOS SANTOS ERN	93726-6
IRIS HERWEG HEINRICH	76031-5
IVO RENATO MERIZI	98850-1
JANETE SCHMIDT HOELLER	76821-4
LEOCADIA SBORZ	79286-2
LILIAN RODE BARBOSA	99520-4
LUCIANE KIRCHNER	93939-2
MARGARET ODEBRECHT	95125-2
MICHELE KNOPF	98434-5
NILZA COELHO	93793-3
ROSA FERREIRA DE MATOS	93416-7
SANDRA MARA SCHONS XAVIER	94960-2
SENELI FERREIRA DA SILVA ZONTA	98965-5
SILVANA DO NASCIMENTO	98035-1
SIMONE APARECIDA PEREIRA MULLER	79332-2

Art. 2º Os servidores identificados no art. 1º são integrantes do quadro permanente da carreira do magistério e ocupantes do cargo de provimento efetivo Professor, pertencentes ao nível III, classe "B", adquirindo com a progressão a referência de vencimento correspondente a classe "C".

Art. 3º Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional serão devidos a partir de janeiro de 2015 conforme o disposto no Art. 10º do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de março de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0219/RH

PORTARIA N.º 0219/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progressão Funcional, referente ao triênio de 2011 a 2014, nos termos do art. 12 A, §1º, incisos I e II e §2º da Lei Complementar n. 075/2001, alterada pelas Leis Complementares n. 159/2006 e 234/2011 e, Decreto n. 446/2004, alterado pelo Decreto n. 2323/2011, em razão da aprovação obtida pelas avaliações de desempenho e qualificação, aos servidores:

SERVIDOR	MATRICULA
ADRIANA CLAUDINO MACHADO SALLA	85448-3
ANGELA CRISTINA HAMANN SCUSSEL	96210-2
CRISTIANA DALPIAZ GIRARDI	79715-2
DALILA MARCHI ROSSETTI	86746-2
DEISE FERREIRA	98078-1
ELENICE FLOR SORA	97896-1
ELIANA VIRGINIA PHILIPPI	79189-2
ELIANE LEA VICENTE TESTONI	90395-3
ELISIANA KNOPF	94064-3
FLORENTINA STUPP SILVA	99376-1
GENIR CEOLA	97934-1
GLAUCEMARA BONACOLSI	94951-2
GLORIA JANAINA MERIZ AVI	97942-1
IRACI ROSA OSTERNO TONET	96318-2
JANAINA DA SILVA	97497-2
JANARA ELIANA DOEGE	84360-5
LILIAM DA LUZ TONETI	98248-1
LUCIANO DIAS	78654-2
MARCIA CATARINA SIQUEIRA FACHINI	85383-3
MARILENE BACK ESPINDOLA	86550-3
MARILENE RIZZI	96725-2
MARILSE ELIANE MATTOS POMPILIO	98299-1
MERI ADRIANA BAADE BECKER	99309-1
NEUZA MARGARETE GIACOMOZZI SCHLUP	95079-2
RAQUEL HAFFERMANN CONSTANTE	86053-4
RUBIANA CARLA SLOMP	79200-2
SILENE SCHMITZ CONTEZINI	93742-2
SILVIA VIGNOLA	98256-1
SOLANGE BRANGER	79367-3
TAISA ADAM ERN	93440-3
VALQUIRIA MONTAGNA	98221-1
WILMARA ADRIANA STADNIK BUBLITZ	98892-1

Art. 2º Os servidores identificados no art. 1º são integrantes do quadro permanente da carreira do magistério e ocupantes do cargo de provimento efetivo Professor, pertencentes ao nível III, classe "C", adquirindo com a progressão a referência de vencimento correspondente a classe "D".

Art. 3º Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional serão devidos a partir de janeiro de 2015 conforme o disposto no Art. 10º do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de março de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 0220/RH

PORTARIA Nº. 0220/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Remover para o CE Prefeito Luiz Adelar Soldatelli, a partir de 23/03/2015, a servidora SIMONE MARIA DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais, nível "A", lotada no CEI Prefeito Matheus Alves da Conceição, em conformidade com o Art. 41, inciso IV, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de março de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Csvg

PORTARIA Nº 0221/RH

PORTARIA Nº. 0221/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Remover para o CEI Prefeito Matheus Alves da Conceição, a partir de 23/03/2015, a servidora NORMA PINHEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais, nível "A", lotada no CE Roberto Machado, em conformidade com o Art. 41, inciso IV, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de março de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Csvg

PORTARIA Nº 0223/RH

PORTARIA N. 0223/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora EDLAMAR LEONOR FURTADO DE SOUZA, matrícula 3512701, ocupante do cargo de provimento efetivo de Pedagogo, a Progressão Funcional, referente ao triênio de

2010 a 2013, nos termos do art. 12 A, §1º, incisos I e II e §2º da Lei Complementar n. 075/2001, alterada pelas Leis Complementares n. 159/2006 e 234/2011 e, Decreto n. 446/2004, alterado pelo Decreto n. 2323/2011, em razão da aprovação obtida pelas avaliações de desempenho e qualificação e recurso anexo ao protocolo n. 143828/2013.

Art. 2º A servidora identificada no art. 1º é integrante do quadro permanente da carreira do magistério e ocupante do cargo de provimento efetivo Pedagogo, pertencente ao nível III, classe "A", adquirindo com a progressão a referência de vencimento correspondente à classe "B".

Art. 3º Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional serão devidos a partir de janeiro de 2014, conforme o disposto no Art. 10º do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de março de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Lso

PORTARIA Nº 0230/2015

PORTARIA Nº. 0230/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Tratar de Assuntos Particulares, nos termos do Protocolo 152101/2015, ao servidor municipal JULLIAN HERMANN CREUTZBERG, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, durante o período de 2 anos consecutivos, sem remuneração, de acordo com o Art. nº. 137, da Lei Complementar nº. 207 de 28/09/2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de março de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Apmf

PORTARIA Nº 0231/2015

PORTARIA Nº. 0231/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Paternidade, durante o período de 12/02/2015 a 18/02/2015, de acordo com o Art. 253, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, ao servidor EDUARDO RINNERT SCHULZE, ocupante do cargo comissionado de Chefe Gabinete do Prefeito, conforme certidão de nascimento 0044620 20 do cartório de registro civil do município de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de ANNA CLARA SCHULZE.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de março de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Apmf

PREGÃO PRESENCIAL 035/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2015

OBJETO: Contratação de serviços de infraestrutura para eventos, incluindo montagem, desmontagem e transporte das estruturas ao Centro de Eventos Hermann Hinrich Purnhagen nos dias 14 a 19 de abril de 2015. Evento Motosul. Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 10/04/2015, às 08:30h., no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 10/04/2015, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 26 de março de 2015.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

PREGÃO PRESENCIAL 036/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2015

OBJETO: Contratação de serviços de segurança desarmada no Centro de Eventos Hermann Hinrich Purnhagen nos dias 14 a 19 de abril de 2015. Evento Motosul. Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 10/04/2015, às 10:00h., no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 10:30h do dia 10/04/2015, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 26 de março de 2015.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

TERMO DE CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO Nº 010/2014 - ELIANE KLOCK CHIARELLI**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) ELIANE KLOCK CHIARELLI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação no cargo de provimento ACT Assistente Social, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 010/2014.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 10 de março de 2015.
Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO Nº 011/2014 - SCHEILA MARA BRESSAN**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) SCHEILA MARA BRESSAN com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente na Secretaria Municipal de Educação, sito a Rua Barão do Rio Branco, n.220, Bairro Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de PROFESSOR- EDUCAÇÃO ESPECIAL, 40h, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 011/2014.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 26 de março de 2015.
Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO Nº 011/2014 - TAINARA CRISTINA VIEIRA KARSTEN**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) TAINARA CRISTINA VIEIRA KARSTEN com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente na Secretaria Municipal de Educação, sito a Rua Barão do Rio Branco, n.220, Bairro Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de PROFESSOR- INGLÊS, 30h, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 011/2014.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 26 de março de 2015.
Confirmação Recebimento (Assinatura):

Salto Veloso

CÂMARA MUNICIPAL

ERRATA DE LICITAÇÃO - PROCESSO N. 001/2015

ERRATA DE LICITAÇÃO - PROCESSO N. 001/2015

PREGÃO PRESENCIAL 001/2015

No anexo VII, item 2 - dos serviços técnicos, do edital de Licitação do pregão presencial n. 001/2015, onde lê-se:

2. Serviços Técnicos:

ITEM	QTDE	UN	SERVIÇOS	PARC.	CUSTO UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL PROPOSTO R\$
1.	01	Serv.	Serviços de Migração, Implantação e Treinamento para os usuários.	01	2.000,00		
2.	2000	KM	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco.	01	0,80		
3.	50	Diária	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco.	01	140,00		
VALOR TOTAL R\$							

VALOR GLOBAL PROPOSTO R\$

Leia-se:

2. Serviços Técnicos:

ITEM	QTDE	UN	SERVIÇOS	PARC.	CUSTO UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL PROPOSTO R\$
1.	01	Serv.	Serviços de Migração, Implantação e Treinamento para os usuários.	01	2.000,00		
2.	2000	KM	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco.	01	0,80		
3.	50	Diária	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco.	01	140,00		
4	100	Hs	Assistência técnica após implantação dos aplicativos quando solicitado.	01	85,00		
VALOR TOTAL R\$							
VALOR GLOBAL PROPOSTO R\$							

Informa-se que a alteração deu-se em face da constatação da necessidade de assistência técnica após a implantação do sistema.

Diante da alteração acima relacionada, em cumprimento ao disposto no artigo 21 § 4o da Lei 8.666/93, informa-se que será publicado novamente o edital.

Salto Veloso-SC, 26 de março de 2015.

VALDENIR JOSÉ ZAMBONI

PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SALTO VELOSO

EXTRATO DE AVISO DE LICITAÇÃO

Extrato de Aviso de Licitação

CÂMARA DE VEREADORES DE SALTO VELOSO

CNPJ: 08.607.626/0001-72

Processo Licitatório nº 001/2015

PREGÃO PRESENCIAL 01/2015

OBJETO:

O objeto da presente licitação é a contratação de serviço especializado na área de informática, para licenciamento de sistemas de gestão pública integrados, não exclusivo, com acesso simultâneo de usuários, conforme características descritas no ANEXO I, compreendendo os seguintes sistemas e serviços:

1.1- Sistemas

- a) Sistema de Contabilidade pública.
- b) Sistema de Compras e licitações.
- c) Sistema de Folha de Pagamento.
- d) Sistema de Patrimônio Público.
- e) Portal da Transparência.

1.2 - Serviços:

- a) Manutenção legal e corretiva, necessária ao aprimoramento dos mesmos, durante o período contratual.
- b) Conversão, customização, instalação, treinamento, implantação e treinamento dos usuários, se necessário.
- c) Suporte técnico operacional nos sistemas contratados, após a implantação quando solicitado.

PRAZO:

A contratação será de 01 de maio de 2015 a 31 de dezembro de 2015, podendo ser renovada por acordo de ambas as partes até o limite conforme determina a Lei de Licitações nº 8.666/93.

VALOR:

Valor máximo mensal: R\$ 1.173,00(um mil cento e setenta e três reais).

DATA DE ABERTURA E CREDENCIAMENTO

A data de abertura e credenciamento será no dia 09/04/2015 até as 14h00min.

EDITAL:

O edital na íntegra poderá ser retirado no site: www.camarasaltoveloso.sc.gov.br, também junto à sede da Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso - SC no Endereço: Rua Padre Agostinho Rombaldi, 170, centro, Salto Veloso - SC, ou pelo telefone (49)3536-0035.

CÂMARA DE VEREADORES DE SALTO VELOSO

CNPJ: 08.607.626/0001-72

Repr. por VALDENIR JOSÉ ZAMBONI

Presidente da Câmara de Vereadores

LICITAÇÃO N. 001/2015

Processo Administrativo n. 001/2015

Licitação: Pregão Presencial n. 001/2015

Objeto: Locação de sistemas de gestão pública, integrados, não exclusiva, com acesso simultâneo de usuários, incluindo serviços de implantação dos sistemas, conversão dos dados, e treinamentos para os usuários, suporte técnico após implantação dos sistemas e importação de sistema gerenciador de bancos de dados.

01. INTRODUÇÃO:

01.01 - A CAMARA DE VEREADORES DE SALTO VELOSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa a Rua Padre Agostinho Rombaldi, 170, Centro, Salto Veloso-SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.607.626/0001-72, representado neste ato por seu Presidente Sr. Valdenir José Zamboni, brasileiro, casado, agricultor, inscrito no CPF n. 744.246.379-72 e RG n. 2.405.884-0, residente e domiciliado na Linha Alto Veloso, Interior, Salto Veloso -SC, TORNA PÚBLICO que de acordo com Decreto n. 3.555, de 08 de Agosto de 2000, a Lei Federal n. 10.520 de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente a Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993 e Legislação Municipal, e demais legislações aplicáveis, realizará processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço, nas condições fixadas neste edital e seus anexos, conforme segue:

01.02 - No endereço Rua Padre Agostinho Rombaldi, 170, Centro, Salto Veloso-SC, junto ao setor de protocolo, estará recebendo os envelopes da documentação e proposta de preços dos interessados até às 14h00min do dia 09 de abril de 2015, e abertura dos envelopes de propostas no mesmo dia às 14h00min, na sede da Câmara de Vereadores de Salto Veloso;

01.03 - O início da abertura dos envelopes 001 - PROPOSTA DE PREÇO, dar-se-á às 14h00min do dia 09 de abril de 2015, no mesmo endereço indicado no sub item 1.2, após o recebimento dos credenciais será efetuado a abertura das propostas, comparado os preços cotados e aberto os lances verbais, chegando-se ao vencedor, depois proceder-se-á, nesta mesma data, à abertura dos envelopes 002 - HABILITAÇÃO, contendo os documentos de habilitação.

2. OBJETO

2.1- Constitui objeto deste Pregão Presencial, contratação de empresa especializada em informática para prestação de serviços de implantação, treinamento e fornecimento mediante locação/licenciamento, atualização, manutenção, acompanhamento e suporte técnico de sistemas específicos para gestão pública que funcionem a partir de base de dados única (ou a partir de bases distintas, observadas neste último caso as integrações mínimas que interligarão todos os módulos licitados), em executável único ou em vários, sem necessidade de vinculação modular idêntica à requisitada no presente edital, em ambiente desktop sem necessidade do uso de navegadores ou links de internet (exceto quanto aos módulos expressamente requisitados em ambiente web), que possuam consulta rápida aos dados cadastrais do sistema generalizada através de tecla de função, possibilitando o acesso de qualquer local do sistema sem o uso dos menus dos aplicativos, que emitam todos os seus relatórios em formato gráfico, que permitam abrir mais de uma opção do menu principal na mesma janela e sem a necessidade de se fazer novo acesso ao sistema. Por exemplo, manter aberto ao mesmo tempo cadastros distintos na mesma janela do aplicativo, que possuam help 'online', sensível ao contexto, sobre o modo de operação de cada uma das tarefas (Esta documentação deverá conter tópicos remissivos para detalhamento de um determinado assunto; a consulta deverá ser feita por capítulos ou por palavras-chaves que remetam a um determinado trecho da documentação), que possuam auditoria automática nas tabelas de todos os sistemas (registrando todas as operações de inclusão, exclusão e alteração efetuadas; registrando a data, hora e usuário responsável pela alteração; registrando as informações anteriores para possibilitar a consulta dos dados historicamente, antes da alteração efetuada; dispondo de ferramentas de consulta onde seja possível criar consultas através da escolha de campos

e tabelas de forma visual, com a geração automática do script de consulta SQL; possibilitando a criação de consulta aos dados das tabelas de auditoria em linguagem SQL com o uso de todos os comandos compatíveis com ela e com o banco de dados), que permitam gerenciar os usuários conectados ao banco de dados, possibilitando identificar as máquinas conectadas; aplicativos; data/hora da última requisição; desconectar usuários; enviar mensagens para os usuários; que permitam enviar as informações previamente processadas por e-mail, que podem ser no formato TXT ou HTML, bem como criar consultas com a finalidade de "Alerta", consultas que só irão disparar um determinado e-mail se tal situação ocorrer. Por exemplo: criar uma consulta para o sistema da contabilidade onde será enviado um e-mail caso o limite de gastos com o pessoal seja ultrapassado, e que permitam o envio de informações por SMS.

2.2- A descrição completa dos serviços e a sua execução, objetos do presente Edital de Pregão Presencial, encontra-se em Anexo.

2.3 - O edital poderá ser consultado por qualquer interessado no Mural Público da Câmara Municipal, ou através do site: www.camarasaltoveloso.sc.gov.br

2.4 - Caso haja interesse na obtenção do edital este será entregue a qualquer interessado até o dia da sessão, no horário e local especificado no item 01.03 do referido edital.

2.5 - Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido.

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

3.1 - Poderão participar do presente certame todas as empresas interessadas com atuação em ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste edital e seus anexos.

Os Proponentes deverão participar isoladamente, não se permitindo consórcios;

3.2- Estarão impedidos de participar de qualquer fase dos processos interessados que se enquadre em uma ou mais das situações a seguir:

a) Estejam constituídos sob a forma de consórcio ou regime de subcontratação;

b) Estejam cumprindo penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública motivada pela hipótese prevista no artigo 88 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, Consolidadas;

c) Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;

d) Estejam sob falência, concordata, dissolução ou liquidação.

e) O disposto no art. 9º da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, Consolidadas.

f) Estejam em situação irregular perante as Fazendas: Trabalhista, União, Federal, Estadual, INSS, FGTS e Municipal.

g) Tenham em seu quadro, empregados menores de dezoito (18) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou ainda, empregado com idade inferior a dezesesseis (16) anos, efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze (14) anos.

h) Pessoa física;

i) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

j) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com o órgão licitante, bem como empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal.

4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME:

4.1 - O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

a) Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

b) Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

c) Abrir as propostas de preços;

d) Analisar a aceitabilidade das propostas;

e) Desclassificar propostas indicando os motivos;

f) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

g) Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

h) Declarar o vencedor;

i) Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;

j) Elaborar a ata da sessão;

k) Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;

l) Convocar o vencedor para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;

m) Abrir processo administrativo para apuração de irregularidade visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

5. APRESENTAÇÃO E ENTREGA DOS ENVELOPES:

5.1 - Envelopes "Proposta de Preços" e "Documentação de Habilitação" deverão ser indevassáveis, fechados e entregues ao Pregoeiro, no setor de protocolo ou na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo:

Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso

Rua Padre Agostinho Rombaldi, 170, Centro, Salto Veloso-SC.

Sala da Secretaria de Administração

Data: 09/04/2015 até as 14h00min.

5.2 - Os envelopes deverão ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso

Departamento de Compras

Pregão Presencial n.001/2015

Envelope N. 0001 - PROPOSTA DE PREÇOS

Razão Social da Proponente

Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso

Departamento de Compras

Pregão Presencial n.001/2015

Envelope N. 0002 - HABILITAÇÃO

Razão Social da Proponente

5.3 - A Câmara Municipal de Salto Veloso, através do Departamento de Compras e Licitações, somente considerará os envelopes de "Proposta de Preços" e "Documentação de Habilitação" que forem entregues ao Pregoeiro designado, no local, data e horário definido neste edital.

6. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CREDENCIAMENTO E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES:

6.1 - No dia, hora e local estabelecido no item 5.1, realizado sessão pública para o credenciamento do representante legal da licitante e demais atos.

6.2 - O representante da licitante deverá apresentar-se junto ao Pregoeiro, devidamente munido de:

a) Cédula de identidade (cópia);

b) Documentação para credenciamento, conforme modelo do Anexo I;

c) Contrato Social Consolidado da Empresa;

d) Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, conforme o modelo do Anexo II.

6.3 - As licitantes deverão credenciar representante com poderes para formular lances verbais e praticar todos os demais atos e operações inerentes ao processo licitatório, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular.

Os documentos para o Credenciamento deverão serem entregues ao pregoeiro fora dos envelopes.

6.4 - Em se tratando de sócio ou proprietário a licitante deverá apresentar original ou cópia do registro comercial, do ato constitutivo, do estatuto ou do contrato social.

6.5 - A não apresentação do credenciamento, a incorreção do documento credencial ou ausência do representante, não implicará

exclusão da proposta no certame. Contudo, não serão aceitos lances verbais e nem manifestação em nome da licitante neste ato.

6.6 - Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes, o Pregoeiro não mais aceitará novo licitante, dando início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Financeira e posteriormente a Documentação para a Habilitação.

7 - PROPOSTAS DE PREÇOS:

7.1 - As propostas de preços (envelope n.001) deverão ser preenchidas em língua portuguesa, no próprio documento de cotação de preço entregue ao proponente, ou, ser datilografadas ou impressas, em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, e a última assinada pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, e deverão constar:

- a) Razão social, endereço, telefone, "fax-símile" e o CNPJ/MF da proponente;
 - b) Nome do titular ou do representante legalmente constituído com respectiva assinatura;
 - c) Data;
 - d) Preço unitário e total por item, grafado em algarismos, com duas casas decimais após a vírgula; em moeda brasileira corrente;
- 7.2 - Na proposta de preços deverão constar, sob pena de desclassificação:

- a) cotação para os itens dispostos no Anexo VII, não sendo aceita oferta de fornecimento de itens parciais do objeto lícitado;
- b) declaração, sob as penas da lei, que a solução técnica proposta atende as exigências mínimas contidas no Anexo VI,
- c) declaração de ciência da obrigação de contratual de manter os softwares licitados em acordo com as exigências de ordem legal federal e estadual, independentemente do consentimento de terceiros que possam deter direitos de propriedade intelectual sobre os softwares a serem ofertados.

7.3 - Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

7.4 - Na formulação da proposta, a licitante deverá computar todos os custos relacionados com o fornecimento, ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

7.5 - As propostas apresentadas serão consideradas válidas por 60 (sessenta) dias contados da sua apresentação.

8. DA HABILITAÇÃO:

8.1 - Para comprovação da habilitação jurídica:

8.1.1 - Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou a alteração consolidada;

8.1.2 - Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;

8.1.3 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.1.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.1.5 - Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação, conforme o modelo do Anexo III.

8.1.6 - Declaração, sob penas da lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menor de dezoito (18) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda em qualquer trabalho, menores de dezesseis (16) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze (14) anos, conforme o Modelo do Anexo IV.

8.1.7 - Declaração do proponente de que não pesa conta si, fatos impeditivos de contratar com a Administração Pública Municipal, de acordo com o disposto no art. 97 da Lei Federal 8.666/93.

8.1.8 - O ato constitutivo da empresa de que trata o item 8.1.1

a 8.1.4, deverá estar contemplada, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades compatíveis com a natureza e objeto da licitação.

8.2 - Para comprovação da regularidade fiscal:

8.2.1 - Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF;

8.2.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal, do domicílio ou sede da proponente;

8.2.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente.

8.2.4 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

8.2.5 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

8.2.6 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente.

8.2.7 - Prova de regularidade com a Fazenda Federal relativa à Dívida Ativa da União, mediante apresentação de Certidão fornecida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

8.2.8 - Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhista.

8.2.9 - Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com antecedência máxima de 60 (sessenta) dias da abertura dos envelopes, quando não constar em seu corpo a validade.

8.3 - Quanto à qualificação técnica:

8.3.1 - Comprovação de Aptidão para desempenho de Atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, mediante apresentação de atestado de aptidão técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a proponente licenciou softwares similares aos requisitados no presente certame.

8.4 - As certidões que não apresentarem o prazo de validade em seu corpo serão consideradas válidas desde que emitidas com antecedência máxima de até 60 (sessenta) dias da data prevista para a apresentação dos envelopes "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO".

8.5 - Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, pelo Pregoeiro ou Membros da Equipe de Apoio.

8.6 - A autenticação dos documentos pelo Pregoeiro ou Membros da Equipe de Apoio, poderá ser feita inclusive durante as sessões, desde que o proponente tenha enviado a cópia no envelope-documentação e apresente o original até o momento da análise dos respectivos documentos.

8.7 - Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do PREGOEIRO.

8.8 - O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação.

Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente será inabilitada.

8.9 - Não será aceito protocolo de entrega ou solicitação de substituição de documento àquele exigido no EDITAL e seus ANEXOS.

8.10 - Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial exceto aqueles documentos que pela

própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

8.11 - Poderá ser substituída a documentação de habilitação pelo Certificado de Registro Cadastral da Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso: Na condição de validade do C.R.C. apresentado pelas licitantes está atrelada à manutenção de sua regularidade junto ao órgão cadastrador. Desta forma, no decurso do julgamento da fase de habilitação, a Comissão Permanente de Licitações averiguará a situação cadastral dos licitantes junto ao Cadastro de Licitantes do Município de Salto Veloso, inabilitando aqueles cujo CRC estiver cancelado, suspenso, vencido ou ainda quando a documentação apresentada para o competente cadastramento não estiver em plena vigência ou não apresentar os documentos exigido neste certame.

9. SESSÃO DO PREGÃO:

9.1 - Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o Pregoeiro declarará aberta à sessão do PREGÃO, oportunidade em que não mais aceitará novo proponente, dando início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

9.2 - Da Classificação das Propostas

9.2.1 - O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes que contêm a proposta Financeira avaliando o cumprimento das condições exigidas no edital.

9.2.2 - O Pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento (10%) à proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais.

9.2.3 - Serão abertos preliminarmente os envelopes contendo as Propostas de Preços, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de MENOR PREÇO e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de melhor oferta.

9.2.4 - Se não houver, no mínimo três (03) propostas de preços nas condições definidas na cláusula anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de três (03), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

9.2.5 - Caso duas ou mais propostas comerciais em igualdade de condições fiquem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances.

9.2.6 - A Licitante que desistir de sua proposta escrita está sujeita às sanções administrativas previstas nestas Instruções.

9.3 - Dos Lances Verbais:

9.3.1 - As licitantes classificadas terão a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais, que deverão ser formulados de forma sucessiva, com valores distintos e decrescentes, a partir da proposta financeira classificada de maior valor e os demais lances, em ordem decrescente de valor, podendo o pregoeiro, definir no momento, lances mínimos.

9.3.2 - Para a formulação de lances, poderá ser concedido tempo para o atendimento a eventuais necessidades de avaliação e de consulta à empresa pelo seu representante, por meio de telefone ou outros meios disponíveis.

9.3.3 - Na hipótese em que houver mais de uma proposta igual de menor valor global, sem que tenha havido oferta de lances verbais, a ordem de classificação dar-se-á mediante novo sorteio a ser realizado, na mesma sessão pública, pelo Pregoeiro.

9.3.4 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o Licitante desistente às penalidades legais e às sanções administrativas previstas nestas Instruções.

9.3.5 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado

pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

9.3.6 - Caso não se realize lance verbal, será verificado a conformidade entre a proposta escrita e o valor estimado para a contratação.

9.4 - Do Julgamento:

9.4.1 - O critério de julgamento será exclusivamente o de Menor Preço ofertado.

9.4.2 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

9.4.3 - Caso não se realize lance verbal, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.

9.4.4 - Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

9.4.5 - Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

9.4.6 - Constatado o atendimento pleno às exigências edital, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.

9.4.7 - Se a oferta não for aceitável ou se a Licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação da habilitação da Licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda as Instruções, sendo a respectiva licitante declarado vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.

9.4.8 - Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro poderá negociar para que seja obtido um melhor preço.

9.4.9 - Na reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio, e pelos licitantes.

9.4.10 - Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao pregão, o Pregoeiro devolverá, aos licitantes, julgados desclassificados no certame, os envelopes "Documentação de Habilitação" inviolados, podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.

9.4.11 - Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os Licitantes presentes.

9.4.12 - A bem dos serviços, o Pregoeiro, se julgar conveniente, reserva-se do direito, de suspender a licitação, em qualquer uma das suas fases, para efetivar as análises indispensáveis e desenvolver as diligências que se fizerem necessárias, internamente, condicionando a divulgação do resultado preliminar da etapa que estiver em julgamento, à conclusão dos serviços.

10. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO:

10.1 - Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação com a adjudicação do objeto ao ofertante da melhor proposta, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

10.2 - Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, com imediata emissão da confirmação, que discriminará e documentará as condições específicas para a contratação.

11. IMPUGNAÇÃO E RECURSO ADMINISTRATIVO:

11.1 - Até três dias antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este edital.

11.2 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de três (03) dias úteis para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.3 - O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões no prazo de três (03) dias úteis, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.4 - Não serão admitidos recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela Licitante.

11.5 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

11.6 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7 - O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal.

12. ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO:

12.1 - Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Competente.

12.2 - Decididos os recursos por ventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará a adjudicação e determinará a contratação, no prazo previsto neste edital.

13. CONTRATO:

13.1 - Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal da proposta vencedora será convocado para firmar o termo de contrato ou instrumento equivalente, conforme minuta em Anexo, e da proposta aceita.

13.2 - O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação para assinar o contrato.

13.3 - Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da assinatura do contrato, ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato.

13.4 - O representante legal da proposta vencedora deverá assinar o contrato, dentro do prazo máximo de cinco (05) dias úteis a contar do recebimento da comunicação para tal, através de fax-símile ou correio eletrônico.

13.5 - Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do contrato ou instrumento equivalente, decorrente desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

13.6 - O contrato poderá ser prorrogado por períodos de 12 (doze) meses conforme inciso II do artigo 57 da Lei nº 8666/93 consolidada. Se de comum acordo entre as partes, reajustando-se os valores pela aplicação da variação do IGPM da FGV dos 12 (doze) meses anteriores, retroagindo-se o índice de algum mês se não estiver disponível em tempo hábil.

14. DO PAGAMENTO:

14.1 - O pagamento será efetuado mediante a apresentação e entrega, conforme consta no contrato.

14.2 - Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à licitante para as devidas correções.

15. DAS PENALIDADES:

15.1 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui estabelecidas.

15.2 - O descumprimento total ou parcial do contrato sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades:

15.2.1 - Advertência;

15.2.2 - Multa;

15.2.3 - No caso de não cumprimento do prazo de entrega do objeto, será aplicável à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 2% do valor contratual;

15.2.4 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Prefeitura o Município de Lajeado Grande poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo n. 87 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, Consolidadas, sendo que no caso de multa esta corresponderá a 2% sobre o valor total do contrato limitado a 10% do valor contratual.

15.2.5 - Multa de dez por cento (10%) do valor contratual quando a contratada ceder o contrato, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização da contratante, devendo reassumir o contrato no prazo máximo de cinco (05) dias, da data da aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;

15.3 - Suspensão do direito de participar em licitações/contratos de qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de até dois (02) anos quando, por culpa da CONTRATADA, ocorrer a suspensão, e se for o caso, descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Município de Lajeado Grande, pelo prazo de cinco (05) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;

15.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com órgãos da administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

15.5 - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

16.1 - As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta de recursos alocados no orçamento vigente da Câmara Municipal de Salto Veloso, conforme relacionado abaixo:

Câmara Municipal de Salto Veloso

2019 - Manutenção Das Atividades Legislativas

3.3.90.00.00 - Aplicação Diretas

16.2 - O valor global máximo que o órgão licitante se propõe a pagar pela execução total do contrato no período de 12 (doze) meses, é de R\$ 14.076,00 (catorze mil e setenta e seis reais) sendo que a cada renovação, até o limite de mais 48 (quarenta e oito) meses, será reajustado pelo IGP-M(FGV).

17. DAS OBRIGAÇÕES DO VENCEDOR:

17.1 - Cumprir todas as cláusulas e condições do presente Edital de Pregão;

17.2 - Entregar o objeto contratado no prazo estipulado e conforme especificado no Edital;

17.3 - O proponente vencedor obriga-se pela entrega dos objetos em que por ventura for vencedor, colocando-os à disposição da prefeitura no endereço especificado.

18. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO:

18.1 - O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias a contar da intimação para assinatura do contrato.

18.2 - No interesse da Administração, o valor do contrato decorrente desta licitação poderá ser acrescido ou reduzido em até 25%

(vinte e cinco por cento), com o aumento ou supressão dos quantitativos correspondentes, sem que disso resulte para a licitante vencedora direito a qualquer reclamação ou indenização.

18.3 - Na hipótese da ocorrência de atrasos nas entregas decorrentes de motivo de força maior (fatores imponderáveis), os fatos deverão ser submetidos, por escrito, ao Órgão licitador, com as justificativas correspondentes, para análise e decisão, desde que dentro do prazo estabelecido para a sua entrega.

18.4 - A justificativa não é causa excludente de penalização, quando imotivada.

18.5 - Caso seja verificada a impropriedade do(s) serviço(s) no ato da entrega, o(s) mesmo(s) será (ão) imediatamente rejeitado(s), no todo ou em parte, a critério do setor responsável pelo seu recebimento, sendo o fornecedor notificado a proceder a sua substituição, no mesmo prazo fixado inicialmente para a entrega, concedendo-lhe, ainda, 05 (cinco) dias úteis para a retirada do(s) material (is) ou produto(s) rejeitado(s).

18.6 - Se a retirada não ocorrer no prazo referido no subitem acima, o fornecedor arcará com todos danos derivados.

18.7 - A recusa da adjudicatária em entregar o(s) serviços(s) no prazo fixado na convocação caracterizará inadimplência das obrigações contratuais, sujeitando-a as penalidades previstas neste Edital e na legislação vigente.

18.8 - Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, o processo licitatório retornará ao Pregoeiro para convocação das licitantes remanescentes na apresentação da documentação de habilitação para exame, respeitada a ordem de classificação das propostas, e assim sucessivamente, até apuração de uma que atenda aos requisitos do Edital.

18.9 - Transcorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega dos envelopes propostas, sem a convocação para a contratação, ficam as proponentes liberadas dos compromissos assumidos na licitação, salvo se ratificadas as condições da proposta até o vencimento desse prazo, por igual período.

18.10 - O fornecedor deverá manter durante todo o período da contratação as condições de sua qualificação.

18.11 - O contrato terá sua vigência fixada de acordo com o no modelo Orçamento Estimado dos Itens da Licitação / Modelo de proposta de preços.

19. DO PREÇO

19.1 - O preço Deverá ser cotado em moeda nacional.

19.2 - O preço ofertado será líquido, já inclusos todos os impostos, fretes, encargo, embalagens e demais encargos que por ventura possam existir, devendo ser discriminado numericamente e preferencialmente por extenso.

19.3 - Havendo discordância entre preços unitários e totais, resultantes de cada item, prevalecerão os primeiros. Ocorrendo discordância entre valores numéricos e por extenso prevalecerão estes últimos.

19.4 - O valor máximo que a Câmara Municipal de Salto Veloso se propõe a pagar, incidindo todos os encargos e despesas são de:

a) Locação de Sistema por doze meses (item 01) R\$ 1.173,00(um mil cento e setenta e três reais) mensais totalizando um valor anual de R\$ 14.076,00(catorze mil e setenta e seis reais)

b) Implantação de Sistema (item 02) R\$ 2.000,00(dois mil reais)

20. DO REAJUSTE

20.1 - O preço cotado não será reajustado.

21. DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

21.1- O software deverá ser instalado pela contratada, na sede do órgão licitante dentro do prazo fixado no Termo de Referência/ Projeto Básico do Edital.

21.2 - Todas as despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto do termo de contrato correrão exclusivamente por conta da contratada, inclusive aquelas relacionadas com os programas em si, os serviços de instalação, funcionamento, conversão total de dados, apresentação, treinamento de pessoal, além dos

deslocamentos, diárias, estadias, e, custo com pessoal para atendimentos técnicos in-loco, quando requisitado pela Câmara Municipal de Salto Veloso.

21.3 - A Contratada poderá alterar os seus procedimentos, em função dos avanços tecnológicos e outros motivos, desde que venham a otimizá-los, devendo para isso, obter a autorização prévia da Administração Municipal.

21.4 - A Contratada deverá obrigatoriamente fornecer, sem qualquer ônus para a Contratante, todos os itens de apoio à implantação do Sistema.

21.5 - No caso de necessidade de atendimento in-loco, a Câmara Municipal de Salto Veloso notificará a contratada que terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias) horas dê início ao atendimento requisitado.

21.6 - Imediatamente após a assinatura do termo de contrato, a contratada deverá dar início aos trabalhos de implantação do sistema.

O prazo máximo para que o sistema esteja totalmente implantado e plenamente operante em todas suas funções, não poderá ser superior a 30 dias, contados da data da assinatura do termo de contrato.

21.7 - Depois de implantado o sistema a empresa contratada deverá realizar a apresentação oficial do sistema aos usuários e técnicos a Câmara Municipal de Salto Veloso, visando apurar o efetivo atendimento de todas as condições exigidas pelo edital, e, o funcionamento pleno do sistema.

21.8 - Constatadas irregularidades no funcionamento do sistema, a Câmara Municipal de Salto Veloso poderá determinar à contratada a correção da falha, devendo o sistema ser adequado inteiramente ao exigido pelo edital, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

21.9 - No caso de recusa da empresa em corrigir o problema, na reincidência, ou mesmo em caso de ultrapassado o prazo concedido, a Câmara Municipal de Salto Veloso poderá, com fundamento nos artigos 77, e 78 na Lei nº 8.666/93, determinar a rescisão unilateral do contrato, e aplicar à contratada as penalidades legais previstas.

22. DISPOSIÇÕES GERAIS:

22.1 - Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

22.2 - Será dada vista aos proponentes interessados tanto das Propostas de Preços como dos Documentos de Habilitação apresentados na Sessão.

22.3 - É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

22.4 - É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela depois de aberta a sessão do pregão.

22.5 - O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos conforme previsto no parágrafo 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

22.6 - É vedado à contratada sub contratar total ou parcialmente o fornecimento.

22.7 - A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

22.8 - O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura da licitação sendo possível à promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

22.9 - Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento

das propostas, os Licitantes farão constar em sua documentação: endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

22.10 - No interesse da Câmara Municipal de Salto Veloso, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) adiada a abertura da licitação;

b) alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

22.11 - O Edital poderá ser retirado em sua íntegra na Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso, na Rua Padre Agostinho Rombaldi, 170, Centro, Salto Veloso -SC, ou no Site: www.camarasaltoveloso.sc.gov.br, podendo obter informações através do Fone: (49) 3536-0035.

22.12 - A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

22.13 - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

23. DA VALIDADE DA PROPOSTA:

23.1 - O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data limite para apresentação das propostas nesta licitação.

24. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

24.1 - Da Empresa de Pequeno Porte e Micro Empresa.

Lei Complementar n. 123 de 15 de dezembro de 2006

Os proponentes para beneficiar-se da Lei Complementar n. 123 de 15 de dezembro de 2006 deverão comprovar a condição de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da respectiva legislação.

24.2 - Com relação a apresentação da documentação, se houve entre os proponentes alguma ME - Micro Empresa ou EPP - Empresa de Pequeno Porte, estas poderão valer-se do disposto no Art. 42 e 43 da Lei Complementar n. 123/2006 de 14 de dezembro de 2006.

24.3 - No julgamento dar-se-á o direito de preferência a ME - Micro Empresa ou EPP - Empresas de Pequeno Porte, sendo obedecido os critérios dos Art. 44 e 45 da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006.

25. DO FORO:

25.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para as ações que porventura decorram do presente Edital, independentemente de qual seja o domicílio do Licitante.

26. ANEXOS DO EDITAL:

26.1 - Integram este Edital, os seguintes anexos:

a) Anexo I - Carta de Credenciamento;

b) Anexo II - Modelo da declaração de cumprimento da habilitação;

c) Anexo III - Modelo de declaração de superveniência de fato impeditivo da qualificação;

d) Anexo IV - Declaração de não empregabilidade de menores;

e) ANEXO V - Declaração de fatos impeditivos de contratar com a Administração Pública;

f) Anexo VI - Termo de Referência e Condições gerais de execução dos serviços

g) Anexo VII - Orçamento Estimado dos Itens Licitados;

i) Anexo VIII - Minuta do Contrato.

Salto Veloso-SC, 26 de março de 2015.

Valdenir José Zamboni

Presidente

Zuriel Bussi

Câmara Municipal de Salto Veloso Pregoeiro

ANEXO I

MODELO DE CREDENCIAMENTO

Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso-SC

Pregão Presencial n. 001/2015

A empresa, inscrito no CNPJ n. , com sede à . . ., neste ato representada pelo(s) diretores ou sócios, com qualificação completa (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu Procurador o Senhor (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere amplos poderes para junto Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso -SC, praticar os atos necessários com relação à licitação na modalidade de Pregão Presencial, usando dos recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, e em especial, para esta licitação.

Local, data

assinatura, do representante legal

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE COM OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A

Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso -SC

Pregão Presencial n. 001/2015

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ nº.

. . ., sediada (endereço completo) _____,

DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação no presente Pregão Presencial e, ainda, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data, _____, ____ de _____ de 2015.

(nome e identidade do representante legal)

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA QUALIFICAÇÃO

A

Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso-SC

Pregão Presencial n. 001/2015

O signatário da presente, em nome da proponente, declara para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do artigo 32, parágrafo 2º e artigo 97 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

Local, de de 2015.

(carimbo, nome e assinatura do responsável legal)

(carteira de identidade número e órgão emissor)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI EMPREGADOS MENORES:

A

Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso-SC

Pregão Presencial n. 001/2015

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do Processo Licitatório em evidência, instaurado pela Câmara

Municipal de Vereadores de Salto Veloso -SC, que atende ao inciso V, do artigo 27, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, que se refere ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, de que não possuem em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito (18) anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e de menores de dezesseis (16) anos trabalhando em qualquer tipo de função, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze (14) anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Local e Data, ____ de ____ de 2015.

Representante Legal.

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A

Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso-SC

Pregão Presencial n. 001/2015

O signatário da presente, em nome da proponente , declara para todos os fins de direito, a inexistência de fatos impeditivos de contratar com a Administração Pública, de acordo com o disposto no art. 97 da Lei Federal 8.666/93

Local, de de 2015.

(carimbo, nome e assinatura do responsável legal)

(carteira de identidade número e órgão emissor)

ANEXO VI

Termo de Referência e Condições gerais de execução dos serviços

A - DETALHAMENTO DO OBJETO

1.O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada em licenciamento de uso de aplicativos gestão Pública

2.Serviços de Migração, Implantação, Treinamento inicial;

3.Serviços de suporte técnico, quando solicitado;

4.Serviços de manutenção legal e corretiva dos aplicativos implantados.

5.Serviços de treinamento reforço para aplicativos implantados, quando solicitado;

6.Com intuito de um melhor dimensionamento do parque computacional do ente licitante, para assegurarmos que todos os computadores da rede interna compartilharão a demanda de processamento de dados gerada pela execução dos aplicativos licitados, desonerando-se o servidor e otimizando o resultado do processamento global, serão obrigatoriamente exigidos aplicativos cujo processamento seja executado na própria estação cliente, mediante a instalação do executável e demais arquivos correlatos diretamente nesta, os quais deverão ser automaticamente atualizados a partir do servidor de banco de dados. Em caráter excepcional, os aplicativos que por sua natureza ou finalidade sejam editacionalmente requisitados em ambiente web ficam desobrigados do atendimento da presente regra.

7.Os aplicativos deverão ser multitarefa, permitindo ao usuário o acesso a diversas rotinas simultaneamente em uma única janela do aplicativo a partir de um único login, com possibilidade de minimizar e maximizar quando desejar, realizando várias consultas ou operações simultaneamente.

8.Os aplicativos deverão possuir consulta rápida aos dados cadastrais, generalizada através de tecla de função, possibilitando o acesso de qualquer local do aplicativo aos cadastros, dispensando-se a funcionalidade nos casos em que o aplicativo seja executado através de um browser, não desenvolvido pela CONTRATANTE.

9.Os aplicativos deverão permitir a sua total operabilidade com ou sem uso do mouse (habilitação das teclas "enter" e "tab").

10.Os aplicativos desktop deverão permitir abrir mais de uma opção do menu principal, simultaneamente, sem a necessidade de se fazer novo acesso ao aplicativo. Por exemplo, manter aberto ao mesmo tempo cadastros e relatórios distintos na mesma janela da

barra de ferramentas sem necessidade de novo login.

11.Os aplicativos deverão possuir help 'online', sensível ao contexto, sobre o modo de operação de cada uma das tarefas. Esta documentação deverá conter tópicos remissivos para detalhamento de um determinado assunto. A consulta deverá ser feita por capítulos ou por palavras-chaves que remetam a um determinado trecho da documentação.

12.Os aplicativos deverão permitir o cadastro e o processamento de relatórios em lotes de um ou mais relatórios que terão como saída à impressora ou um arquivo no formato PDF. Deverá ter a característica de agrupar os relatórios em um único arquivo e numerar as páginas dos relatórios de forma que fique contínua.

13.Os aplicativos deverão permitir a personalização do menu dos aplicativos desktop pelo usuário, possibilitando:

13.1.Alterar as descrições e teclas de acessibilidade (ALT+);

13.2.Adicionar/alterar a teclas de atalho (CTRL+, SHIFT+, ALT+ etc.);

13.3.Inserir ícones na barra de ferramentas do aplicativo;

13.4.Inserir menus de acesso rápido para relatórios do aplicativo ou específicos do usuário;

13.5.Copiar o menu de outros usuários.

14.Possuir o acesso rápido aos relatórios do aplicativo, de acordo com o cadastro que está aberto, através de tecla de função, possibilitando o acesso de qualquer local do aplicativo.

15.Possuir auditoria automática nas tabelas de todos os aplicativos:

15.1.Registrar todas as operações de inclusão, exclusão e alteração efetuadas;

15.2.Registrar a data, hora e usuário responsável pela alteração;

15.3.Registrar as informações anteriores para possibilitar a consulta dos dados historicamente, antes da alteração efetuada;

15.4.Dispor de ferramentas de consulta onde seja possível criar consultas através da escolha de campos e tabelas de forma visual, com a geração automática do script de consulta SQL;

15.5.Possibilitar a criação de consulta aos dados das tabelas de auditoria em linguagem SQL com o uso de todos os comandos compatíveis com ela e com o banco de dados.

16.Os aplicativos deverão permitir a emissão de relatório ou gráfico referente aos acessos ao aplicativo, demonstrando os usuários que efetuaram login, data e hora de entrada e saída.

17.Permitir reconstrução do banco de dados, possibilitando minimizar o tamanho do banco de dados, em função das transações que já foram excluídas e continuam ocupando espaço.

18.Permitir realizar backup do banco de dados, com as seguintes funcionalidades:

18.1.Permitir configurar a periodicidade e os usuários que receberão avisos sobre a necessidade de backup do banco de dados;

18.2.Permitir configurar os usuários que poderão executar o backup do banco de dados;

18.3.Permitir agendamento do backup;

18.4.Permitir efetuar a compactação e descompactação do backup realizado para fins de armazenamento, inclusive quando disparado pelo agendamento;

18.5.Permitir efetuar o backup da base de dados enquanto os usuários estão trabalhando nos aplicativos;

18.6.Possibilitar o backup incremental (somente das alterações executadas);

18.7.Possuir relatório de backups efetuados.

19.Permitir enviar as informações previamente processadas por e-mail, que podem ser no formato TXT ou HTML.

20.Permitir configurar hipóteses de "Auditoria", que deverão disparar um e-mail automaticamente, sem intervenção ou possibilidade de ingerência do usuário, ao gestor ou controlador responsável.

Por exemplo: criar uma consulta para o aplicativo da contabilidade onde será enviado um e-mail ao Prefeito caso o limite de gastos com o pessoal seja ultrapassado.

21. Permitir que o usuário crie diversas consultas e agrupe todas em uma única lista de execução do próprio aplicativo, possibilitando ainda que a execução de um script seja agendada através do agendador de tarefas do Windows.

22. Por questões de conveniência, e à exceção dos aplicativos que, por sua finalidade ou natureza, devam funcionar em ambiente web, não serão admitidos aplicativos que rodem na rede interna/intranet a partir de navegadores de internet, de modo a evitar-se que o município fique refém do uso de navegadores de internet compatíveis com a aplicação, ou ainda, que fique refém do uso de versões obsoletas de determinados navegadores compatíveis com a aplicação. A presente especificação visa ainda evitar que os comuns erros dos navegadores (travamento) influenciem na usabilidade da ferramenta, paralisando o aplicativo e exigindo novos logins e perda de tempo operacional, bem como evitar que o processamento de dados seja prejudicado em face do "delay" causado pelo processamento excessivo de dados ocasionado pelas comunicações entre usuário x navegador x servidor de aplicativo x servidor de banco de dados x servidor de aplicativo x navegador x usuário.

B - SERVIÇOS CORRELATOS E CONDIÇÕES DE SEU RECEBIMENTO

Os serviços, objeto desta licitação, também compreendem:

1. Migração das Informações em Uso.

1.1. A migração dos dados cadastrais e informações dos aplicativos em uso na entidade serão de responsabilidade da CONTRATADA, devendo os mesmos ser disponibilizados pela CONTRATANTE.

1.2. A CONTRATANTE deverá designar responsável pela validação dos dados migrados após a sua entrega, sendo que tais procedimentos deverão ser formais e instrumentalizados. O pagamento será realizado à CONTRATADA mediante apresentação de nota fiscal devidamente liquidada pelo departamento competente, sem prejuízo da aplicação de penalidades em caso de identificação futura de erros e incorreções.

1.3. Os pagamentos dos serviços de migração serão realizados de forma individual para cada base migrada, após a validação do responsável, conforme previsto no item anterior, e após liquidação no departamento competente.

2. Implantação dos Aplicativos

2.1. Para cada um dos aplicativos licitados, quando couber, deverão ser cumpridas as atividades de:

2.1.1. Instalação, configuração e parametrização de tabelas e cadastros;

2.1.2. Adequação de relatórios e logotipos;

2.1.3. Estruturação dos níveis de acesso e habilitações dos usuários;

2.1.4. Adequação das fórmulas de cálculo para atendimento aos critérios adotados por esta municipalidade e ajuste nos cálculos, quando mais de uma fórmula de cálculo é aplicável simultaneamente.

2.2. Acompanhamento dos usuários no prédio sede da entidade, em tempo integral na fase de implantação do objeto.

2.3. Na implantação dos aplicativos acima discriminados, deverão ser cumpridas, quando couber, as seguintes etapas:

2.3.1. Instalação e configuração dos aplicativos licitados;

2.3.2. Customização dos aplicativos;

2.3.3. Adequação de relatórios, telas, layouts e logotipos;

2.3.4. Parametrização inicial de tabelas e cadastros;

2.3.5. Estruturação de acesso e habilitações dos usuários;

2.3.6. Adequação das fórmulas de cálculo para atendimento aos critérios adotados pelo Município;

2.3.7. Ajuste de cálculo, quando mais de uma fórmula de cálculo é aplicável simultaneamente.

2.4. A CONTRATANTE deverá designar responsável pela validação dos aplicativos implantados após a sua conclusão, sendo que tais procedimentos deverão ser formais e instrumentalizados.

2.5. Os pagamentos dos serviços de implantação serão realizados de forma individual para cada aplicativo implantado, após a validação do responsável, conforme previsto no item anterior, sem prejuízo da aplicação de penalidades em caso de identificação futura de erros e incorreções, e após liquidação no departamento competente.

2.6. Todas as decisões e entendimentos havidos entre as partes durante o andamento dos trabalhos e que impliquem em modificações ou implementações nos planos, cronogramas ou atividades pactuados, deverão ser prévias e formalmente acordados e documentados entre as partes.

2.7. A CONTRATADA responderá pelas perdas, reproduções indevidas e/ou adulterações que por ventura venham a ocorrer nas informações da CONTRATANTE, quando estas estiverem sob sua responsabilidade.

2.8. A CONTRATADA e os membros da equipe deverão guardar sigilo absoluto sobre os dados e informações do objeto da prestação de serviços ou quaisquer outras informações a que venham a ter conhecimento em decorrência da execução das atividades previstas no contrato, respondendo contratual e legalmente pela inobservância desta alínea, inclusive após o término do contrato.

2.9. O prazo para conclusão dos serviços de implantação será de 180 (cento e oitenta) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço.

3. Treinamento de Implantação.

3.1. A CONTRATADA deverá apresentar o Plano de Treinamento ao Departamento de Informática, que deverá ser realizado dentro do prazo de Implantação, compreendendo o uso das funções do aplicativo pertencente a sua área de responsabilidade, conhecimento sobre as parametrizações a serem usadas, uso das rotinas de segurança, de back-up e restores, rotinas de simulação e de processamento, conforme tabela abaixo:

APLICATIVOS	Nº DE USUÁRIOS	CARGA HORÁRIA
Contabilidade Pública	01	04
Compras e Licitação	01	04
Patrimônio via internet	01	04
Folha de Pagamento	01	04
Portal da Transparência	----	04

3.2. Os Planos de Treinamento, a serem entregues em até cinco dias contados da assinatura do contrato, ainda deverão conter os seguintes requisitos mínimos:

3.2.1. Nome e objetivo de cada módulo de treinamento;

3.2.2. Público alvo;

3.2.3. Conteúdo programático;

3.2.4. Conjunto de material a ser distribuído em cada treinamento, incluindo apostilas, documentação técnica, etc.;

3.2.5. Carga horária de cada módulo do treinamento;

3.2.6. Processo de avaliação de aprendizado;

3.2.7. Recursos utilizados no processo de treinamento (equipamentos, aplicativos, filmes, slides, etc.).

3.3. O treinamento para o nível técnico compreendendo: suporte aos aplicativos ofertados, nos aspectos relacionados ao gerador de relatórios e linguagem em que estes foram desenvolvidos, permitindo que a equipe técnica da entidade possa efetuar checklist de problemas ocorridos antes da abertura de chamado para suporte do Licitante.

3.4. As turmas devem ser dimensionadas por módulo, sendo que cada turma não poderá ter mais de vinte (vinte) participantes.

3.5. A CONTRATANTE resguardar-se-á o direito de acompanhar, adequar e validar o treinamento contratado com instrumentos próprios, sendo que, se o treinamento for julgado insuficiente, caberá à contratada, sem ônus para o CONTRATANTE, ministrar o devido reforço.

3.6. Os pagamentos dos serviços de treinamento serão realizados de forma individual para cada aplicativo treinado, após a validação do responsável, conforme previsto no item anterior, sem prejuízo da aplicação de penalidades em caso de identificação de insuficiência, e após liquidação no departamento competente.

3.7. Este treinamento deverá ser realizado quando contratado os serviços de implantação.

4. Suporte Técnico.

4.1. A prestação de serviços de suporte técnico poderá ser realizada na sede da entidade, ou por meio digital por técnico habilitado, apto a promover o devido suporte ao aplicativo, visando:

4.1.1. Esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos aplicativos;

4.1.2. Auxílio na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos, desde que não exista backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança;

4.1.3. Elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos aplicativos após a implantação e utilização dos mesmos, como: gerar/validar arquivos para Órgão Governamental, Instituição Bancária, Gráfica, Tribunal de Contas, auxílio na legislação, na contabilidade e na área de informática, entre outros.

4.2. Será aceito suporte aos aplicativos licitados via acesso remoto mediante autorização previa, sendo de responsabilidade da contratada o sigilo e segurança das informações.

4.3. O recebimento dos serviços de suporte técnico in loco ocorrerá mediante apresentação de documento próprio da CONTRATADA, que pormenorizadamente relate os serviços prestados e o tempo despendido para cada serviço.

4.4. Os pagamentos dos serviços de suporte técnico in loco serão realizados de forma conjunta, agrupando todas as solicitações de serviços realizadas no mês a qual será emitida em fatura em separado, após a validação do responsável, e após liquidação no departamento competente.

5. Treinamento de reciclagem.

5.1. O treinamento de novos usuários, na sede da entidade ou via web, para a operação ou utilização dos aplicativos em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc., não será considerado como Treinamento de Implantação e deverá ser faturado a parte. Quando solicitado a CONTRATADA formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE.

5.2. O treinamento de novos usuários poderá ocorrer na sede da entidade ou via web, para a operação ou utilização dos aplicativos

em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc. Quando solicitado a CONTRATADA formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE.

5.3. O treinamento via web será considerado prestado independentemente da ocorrência de problemas com o provedor de internet, com o fornecimento de energia ou com qualquer outro fator correlato de responsabilidade do CONTRATANTE, podendo ser novamente faturado quando feito sem culpa da CONTRATADA.

5.4. O recebimento dos serviços de treinamento ocorrerá mediante apresentação de documento próprio da CONTRATADA, que pormenorizadamente relate os serviços prestados e o tempo despendido para cada serviço e após liquidação no departamento competente.

C. RECURSOS COMPUTACIONAIS.

Os aplicativos deverão rodar:

Arquitetura operacional	CLIENTE/SERVIDOR-THIN CLIENT
Protocolo de comunicação de rede	TCP/IP
Sistema operacional do servidor	WINDOWS ou LINUX
Sistema operacional cliente (estações)	WINDOWS 95/98 e posteriores ou Thinclient Acessando serviços de terminal remoto do servidor WTS.
Quando em ambiente web (Datacenter)	Rodar a partir do INTERNET EXPLORER 6.0 ou posterior, em Datacenter sob total responsabilidade da Licitante.

Os aplicativos deverão rodar com a seguinte configuração mínima de hardware:

Hardware servidor	DUAL CORE COM 4.0 GHZ – 4GB RAM
Hardware cliente	PENTIUM III COM 900 MHZ – 512MB RAM

D - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DOS APLICATIVOS

1. APLICATIVO DE CONTABILIDADE PÚBLICA.

1.1. O aplicativo de Contabilidade Pública deverá registrar todos os fatos contábeis ocorridos e possibilitar o atendimento à legislação vigente, à análise da situação da administração pública, e a obtenção de informações contábeis e gerenciais necessárias à tomada de decisões.

1.2. Efetuar a escrituração contábil nos aplicativos Financeiro, Patrimonial e de Compensação em partidas dobradas e no Sistema Orçamentário em partidas simples, de conformidade com os artigos 83 a 106 da Lei 4.320/64, inclusive com registro em livro Diário.

1.3. Possibilitar a integração com o aplicativo de Compras.

1.4. Gerar relatórios gerenciais de Receita, Despesa, Restos a Pagar, Depósitos de Diversas Origens, Bancos e outros, de acordo com o interesse do Tribunal de Contas, bem como Boletim Financeiro Diário.

1.5. Elaborar os anexos e demonstrativos do balancete mensal e do balanço anual, na forma da Lei 4.320/64, Lei Complementar 101/00 - LRF e Resolução do Tribunal de Contas.

1.6. Gerar os razões analíticos de todas as contas integrantes dos aplicativos Financeiro, Patrimonial e de Compensação.

1.7. Permitir informar documentos fiscais na Ordem de Pagamento.

1.8. Possibilitar a consulta ao aplicativo, sem alterar o cadastro original.

1.9. Possibilitar o registro de empenhos por Estimativa, Global e Ordinário.

1.10.Possibilitar o registro de Sub-empenhos sobre o empenho Global.

1.11.Possibilitar a anulação dos empenhos por estimativa no final do exercício, visando a não inscrição em Restos a Pagar.

1.12.Possibilitar o controle do pagamento de Empenho, Restos a Pagar e Despesas Extras, em contrapartida com várias Contas Pagadoras.

1.13.Possibilitar inscrever automaticamente no sistema de Compensação dos empenhos de Adiantamentos, quando da sua concessão e o lançamento de baixa respectivo, quando da prestação de contas.

1.14.Controlar o prazo de vencimento dos pagamentos de empenhos, emitindo relatórios de parcelas a vencer e vencidas, visando o controle do pagamento dos compromissos em ordem cronológica.

1.15.Possibilitar o registro do pagamento total ou parcial da despesa e a anulação do registro de pagamento, fazendo os lançamentos necessários.

1.16.Possibilitar a inclusão de vários descontos, tanto no fluxo extra orçamentário como no orçamentário, com registros automáticos nos aplicativos orçamentário e financeiro.

1.17.Fazer os lançamentos de receita e despesa automaticamente nos aplicativos Financeiro, Orçamentário, Patrimonial e de compensação, conforme o caso.

1.18.Efetuar o lançamento do cancelamento de restos a pagar em contrapartida com a receita orçamentária, em rubrica definida pelo usuário.

1.19.Possibilitar o controle de Restos a Pagar em contas separadas por exercício, para fins de cancelamento, quando for o caso.

1.20.Executar o encerramento do exercício, com todos os lançamentos automáticos e com a apuração do resultado.

1.21.Emitir Notas de Pagamento, de Despesa extra, de Empenhos e de Sub-empenhos.

1.22.Emitir ordens de Pagamento de Restos a Pagar, Despesa Extra e de Empenho.

1.23.Possibilitar a consolidação dos balancetes financeiro das autarquias juntamente com o balancete financeiro da prefeitura.

1.24.Possibilitar que cada unidade orçamentária processe o respectivo empenho.

1.25.Possibilitar o controle de despesa por tipo relacionado ao elemento de despesa.

1.26.Cadastrar e controlar as dotações constantes do Orçamento do Município e das decorrentes de créditos adicionais especiais e extraordinários.

1.27.Cadastrar e controlar os Créditos Suplementares e as anulações de dotações.

1.28.Registrar empenho global, por estimativa, ordinário e Sub-empenhos.

1.29.Registrar anulação parcial ou total de empenho.

1.30.Registrar bloqueio e desbloqueio de dotações.

1.31.Elaborar demonstrativo do excesso de arrecadação e do excesso de arrecadação pela tendência do exercício.

1.32.Controlar as dotações orçamentárias, impossibilitando a utilização de dotações com saldo insuficiente para comportar a despesa.

1.33.Possibilitar consultar ao aplicativo sem alterar o cadastro original.

1.34.Gerar relatórios gerenciais de execução da despesa, por credores, por classificação, por período de tempo e outros de interesse do Município.

1.35.Gerar relatórios de saldos disponíveis de dotações, de saldos de empenhos globais e outros de interesse do Município.

1.36.Possibilitar iniciar os movimentos contábeis no novo exercício mesmo que o anterior ainda não esteja encerrado, possibilitando a atualização automática dos saldos contábeis no exercício já iniciado.

1.37.Emitir Notas de Empenho, Sub-empenhos, Liquidação, Ordens de Pagamento, Restos a pagar, Despesa extra e suas respectivas notas de anulação, possibilitando sua emissão por intervalo

e/ou aleatoriamente.

1.38.Permitir a anulação total e parcial do empenho, ordens de pagamento, nota de despesa extraorçamentária e a exclusão da anulação, possibilitando auditoria destas operações.

1.39.Emitir relatórios padrão TCE para solicitação de Certidão Negativa.

1.40.Possibilitar que cada unidade orçamentária processe o respectivo empenho.

1.41.Possibilitar o controle de despesa por tipo relacionado ao elemento de despesa, permitindo a emissão de relatórios das despesas por tipo.

1.42.Permitir o cadastramento de fonte de recurso com identificador de uso, grupo, especificação e detalhamento, conforme Portaria da STN ou Tribunal de Contas do Estado.

1.43.Cadastrar e controlar as dotações constantes no Orçamento do Município e as decorrentes de Créditos Adicionais Especiais e Extraordinários.

1.44.Permitir que nas alterações orçamentárias se possa adicionar diversas dotações e subtrair de diversas fontes para um mesmo decreto.

1.45.Registrar bloqueio e desbloqueio de valores nas dotações, inclusive com indicação de tipo cotas mensais e limitação de empenhos.

1.46.Elaborar demonstrativo do excesso de arrecadação e do excesso de arrecadação pela tendência do exercício, e com possibilidade de emissão consolidada, e agrupando por recurso.

1.47.Controlar as dotações orçamentárias, impossibilitando a utilização de dotações com saldo insuficiente para comportar a despesa.

1.48.Emitir as planilhas que formam o Quadro de Detalhamento da Despesa.

1.49.Gerar relatórios gerenciais de execução da despesa, por credores, por classificação, por período de tempo e outros de interesse do Município.

1.50.Gerar relatórios de saldos disponíveis de dotações, de saldos de empenhos globais e outros de interesse do Município.

1.51.Efetuar o controle automático dos saldos das contas, apontando eventuais estouros de saldos ou lançamentos indevidos.

1.52.Efetuar o acompanhamento do cronograma de desembolso das despesas para limitação de empenho, conforme o artigo 9º da Lei 101/00 - LRF, de 04 de maio de 2000.

1.53.Possuir relatório para acompanhamento das metas de arrecadação, conforme o art. 13 da Lei 101/00 - LRF de 04 de maio de 2000.

1.54.Possuir processo de encerramento mensal, que verifique eventuais divergências de saldos, e que após o encerramento não possibilite alterações em lançamentos contábeis já efetuados.

1.55.Possuir cadastros de Convênios e Prestação de Contas de Convênio, Contratos e Caução.

1.56.Emitir relatórios demonstrativos dos gastos com Educação, Saúde e Pessoal, com base nas configurações efetuadas nas despesas e nos empenhos.

1.57.Emitir os relatórios do Contas Públicas para publicação, conforme IN 28/99 do TCU e Portaria 275/00;

1.58.Emitir relatórios: Pagamentos Efetuados, Razão da Receita, Pagamentos em Ordem Cronológica, Livro Diário, Extrato do Credor, Demonstrativo Mensal dos Restos a Pagar, Relação de Restos a Pagar e de Cheques Compensados e Não Compensados.

1.59.Possibilitar que os precatórios sejam relacionados com a despesa destinada ao seu pagamento.

1.60.Permitir gerar arquivos para o sistema do Tribunal de Contas do Estado referente aos atos administrativos, dados contabilizados, dados financeiros e dados do orçamento.

1.61.Gerar relatório para conferência de inconsistências a serem corrigidas no aplicativo antes de gerar os arquivos para os Tribunais de Contas.

1.62.Emitir relatórios com as informações para o SIOPS.

1.63.Emitir relatórios com as informações para o SIOPE.

1.64.Gerar os arquivos conforme o MANAD - Manual Normativo

de Arquivos Digitais para a Secretaria da Receita da Previdência.

1.65. Permitir o cadastramento de devolução de receita utilizando rubricas redutoras conforme Manual de Procedimentos da Receita Pública da STN.

1.66. Permitir que seja feita a contabilização do regime próprio de previdência em conformidade com a Portaria 916 do ministério de previdência, com emissão dos respectivos demonstrativos.

1.67. Possibilitar a emissão de relatório com as deduções para o Imposto de Renda.

1.68. Possibilitar a emissão de gráficos comparativos entre a receita prevista e arrecadada e a despesa fixada e realizada.

1.69. Possuir rotina de emissão de cheques para pagamento das despesas, com a possibilidade de efetuar a baixa no momento do pagamento ao fornecedor.

1.70. Possuir relatório de saldo das contas por fonte de recurso, Possibilitar sua emissão demonstrando apenas as fontes em que existir diferença de saldo.

1.71. Possuir relatório da administração direta de consórcio Anexo 1 - Repasse de recursos dos municípios aos consórcios públicos

1.72. Possuir relatório da entidade consórcio Anexo 2 - Prestação de contas dos consórcios públicos

2. APLICATIVO DE COMPRAS.

2.1. O aplicativo de Compras deverá possibilitar acompanhamento dos processos licitatórios desde a preparação até seu julgamento, registrando as etapas de:

2.1.1. Publicação do processo;

2.1.2. Emissão do mapa comparativo de preços;

2.1.3. Emissão das Atas referente Documentação e Julgamento das propostas;

2.1.4. Interposição de recurso;

2.1.5. Anulação e revogação;

2.1.6. Impugnação; Parecer da comissão julgadora;

2.1.7. Parecer jurídico;

2.1.8. Homologação e adjudicação;

2.1.9. Autorizações de fornecimento;

2.1.10. Contratos e aditivos;

2.1.11. Liquidação das autorizações de fornecimento;

2.1.12. Gerar empenhos para a contabilidade e liquidação dos empenhos

2.2. Possibilitar separação dos itens do processo e suas respectivas quantidades por centro de custo e por despesa.

2.3. Permitir montar os itens do processo administrativo, processo licitatório e coleta de preços por lotes.

2.4. Permitir cadastro de fornecedores, informando: Ramos de atividade - Documentos e certidões negativas - Materiais fornecidos.

2.5. Emitir Certificado de Registro Cadastral com numeração sequencial.

2.6. Permitir uso do código de materiais por grupo e classe com definição da máscara ou de forma sequencial, ou sequencial com grupo e classe.

2.7. Possuir cadastro de materiais para informar: Material perecível; Material estocável; Material de consumo ou permanente; tipo do combustível; Descrição; Grupo e classe; Dados da última compra como: data, quantidade, preço e fornecedor.

2.8. Permitir agrupamento de várias solicitações de compras dos diversos setores para um novo processo licitatório de compra direta ou processo administrativo automaticamente.

2.9. Controlar solicitações de compra, não permitindo que usuários de outros centros de custo acessem ou cadastrem solicitações não pertencentes ao seu centro de custo e que a quantidade de cada item possa ser dividida por uma ou mais despesas.

2.10. Controlar despesas realizadas e a realizar de uma mesma natureza, para que não ultrapasse os limites legais estabelecidos para cada modalidade de licitação.

2.11. Permitir controlar gastos por unidade orçamentária através de limites mensais preestabelecidos pelo usuário.

2.12. Controlar data de validade das certidões negativas e outros documentos dos fornecedores, com emissão de relatório por fornecedor contendo a relação das negativas vencidas/por vencer.

2.13. Permitir integração com aplicativo de contabilidade, efetuando os seguintes processos:

2.13.1. Bloqueio do valor da licitação, da compra direta ou do termo aditivo;

2.13.2. Geração de empenhos e liquidações;

2.13.3. Atualização de dados cadastrais de fornecedores e da despesa.

2.14. Permitir desbloqueio do saldo remanescente da despesa na geração do último empenho do processo.

2.15. Possibilitar integração com o aplicativo tributário para consultar os débitos dos participantes no processo licitatório ou na compra direta.

2.16. Permitir gravação, em meio magnético, dos itens do processo licitatório para fornecedores digitar o preço de cada item com leitura dos preços informados e preenchimento automático no cadastro de itens do processo, exibindo os itens em lista ou separados por lotes.

2.17. Possibilitar consultas de preços, por materiais ou por fornecedores, praticados em licitações ou despesas anteriores.

2.18. Permitir consulta dos fornecedores de determinado material ou ramo de atividade.

2.19. Permitir identificar em quais processos licitatórios determinado fornecedor participou, visualizando sua situação em cada item do processo.

2.20. Possibilitar emissão da autorização de compra ou fornecimento por centro de custo, por dotação ou global.

2.21. Emitir todos os relatórios exigidos por Lei, como por exemplo: Termo de abertura e autorização do processo licitatório; Parecer jurídico e contábil; Publicação do edital; Atas do pregão; Emissão de contratos; Notas de autorização de fornecimento;

2.22. Emitir Edital de Licitação.

2.23. Controlar quantidades entregues parcialmente pelo fornecedor, possibilitando a emissão de relatório de forma resumida e detalhada, contendo as quantidades entregues, os valores e o saldo pendente.

2.24. Possibilitar gravação, em meio magnético dos itens da coleta de preço para cotação pelos fornecedores com leitura dos preços informados e preenchimento automático dos preços dos itens.

2.25. Permitir cadastro de compras diretas, informando: Data da Compra; Fornecedor; Centro de Custo; Objeto da Compra; Local de Entrega e Forma de Pagamento.

2.26. Gerar Processos Administrativos ou compra direta pelo preço médio ou menor preço cotado do Registro de Preços.

2.27. Gerar entrada do material no almoxarifado a partir da liquidação visualizando a movimentação no estoque.

2.28. Permitir criação e edição de modelos de editais, contratos, autorização de compras, atas e outros relatórios desejados a partir dos modelos existentes no aplicativo.

2.29. Permitir geração de arquivos para Tribunal de Contas relativos às licitações.

2.30. Permitir que os centros de custos requisitantes de cada item do processo licitatório sejam levados para o contrato de aditivo.

2.31. Manter histórico das alterações do contrato, informando o de tipo alteração (acréscimo, diminuição, equilíbrio econômico financeiro, prorrogação, rescisão) e se foi unilateral ou bilateral.

2.32. Registrar rescisão do contrato ou aditivo, informando: motivo, data do termo e da publicação, valor da multa e indenização, fundamento legal e imprensa oficial.

2.33. Permitir registro da suspensão ou rescisão de contrato, controlando a data limite da situação de inabilitado.

2.34. Possibilitar cópia os itens de outro processo licitatório, já cadastrado.

- 2.35.Possibilitar cópia os itens de outra compra direta.
- 2.36.Permitir agrupamento de itens do processo licitatório por centro de custos.
- 2.37.Permitir alteração a data de emissão das autorizações de fornecimento.
- 2.38.Possuir cronograma de pagamentos dos contratos, possibilitando controlar a situação (pago, vencido ou a vencer).
- 2.39.Possuir cronograma de entrega dos itens dos contratos, controlando a situação (entregue, vencido a vencer).
- 2.40.Controlar solicitações de compra pendentes, liberadas e reprovadas.
- 2.41.Emitir relação das licitações informando: Data e hora de abertura, Número, Modalidade, Membros da comissão e Objeto a ser licitado.
- 2.42.Permitir cadastro de comissões Permanente; Especial; Servidores; Pregoeiros; Leiloeiros, informando o ato que a designou, datas de designação e expiração, com membros e funções designadas.
- 2.43.Possuir rotina para classificação das propostas do pregão presencial conforme critérios de classificação determinados pela legislação (Lei 10.520/2002).
- 2.44.Permitir realização de lances para a modalidade pregão presencial com opção de desistência e rotina de reabertura de itens e/ou lotes para nova etapa de lances.
- 2.45.Possibilitar emissão da ata do pregão presencial e histórico dos lances.
- 2.46.Possibilitar utilização de critérios de julgamento das propostas em relação à microempresa e empresa de pequeno porte, de acordo com lei complementar 123/2006.
- 2.47.Permitir parametrização para numerar a licitação de forma sequencial ou por modalidade, possibilitando alterar a numeração sugerida pelo aplicativo.
- 2.48.Relatórios para divulgação na internet, conforme lei 9.755/98 e Demonstrativo das compras efetuadas conforme art. 16 da Lei 8.666/93.
- 2.49.Possibilitar configuração das assinaturas que serão exibidas nos relatórios.
- 2.50.Dispor das Leis 8.666/93 e 10.520/2002 para eventuais consultas diretamente no aplicativo

3.APLICATIVO DE PATRIMÔNIO VIA INTERNET

3.1.O aplicativo de Patrimônio via Internet deverá possuir cadastro para os bens móveis e imóveis do órgão, podendo ser informadas as seguintes características:

- 3.1.1.O processo licitatório, empenho e fornecedor da aquisição do bem;
- 3.1.2.Estado de conservação do bem: "péssimo", "ruim", "regular", "bom" e "ótimo".
- 3.1.3.Moeda de aquisição (permitindo conversão dos valores para moeda atual);
- 3.2.Permitir vinculação da conta contábil e natureza do bem;
- 3.3.Permitir visualização do valor de aquisição, o valor total de depreciação, assim como cadastrar e visualizar as incorporações e desincorporações;
- 3.4.Permitir visualização do valor da última reavaliação do bem;
- 3.5.Permitir armazenamento e visualização da imagem atual do bem por meio dos arquivos: jpg, bmp e pdf;
- 3.6.Visualizar situação do bem como: "ativo", "baixado", "comodato", "locado", "cedido";
- 3.7.Permitir inserir características personalizadas para o cadastro de bens. Por ex.: "Cor", "Altura", "Peso", etc.
- 3.8.Permitir alteração da placa do bem informando a data de alteração, visualizando todas as placas utilizadas pelo bem.
- 3.9.Permitir controle de transferência de bens entre os diversos organogramas, responsáveis e contas da entidade assim como cessões e locações, possibilitando a emissão do relatório de transferências de determinado tipo, incluindo também a emissão como

Termo de Transferência de Bens.

- 3.10.Permitir cadastro das contas patrimoniais, classificá-las por bens móveis e Imóveis e identificar o tipo de bens tangíveis e intangíveis.
- 3.11.Permitir cadastro de conversão de moedas indexadoras, para que ao cadastrar bens adquiridos em outras épocas converta automaticamente para o valor atual ao cadastrar o bem.
- 3.12.Permitir efetuar a reavaliação de bens individual, ou por lote e identificar o tipo de reavaliação: Ajuste ou reavaliação e possibilitando adequar o novo valor de depreciação anual do bem.
- 3.13.Permitir cálculo da depreciação, exaustão e amortização dos bens possibilitando:

- 3.13.1.Executar individualmente;
- 3.13.2.Executar para vários bens (adicionando os filtros necessários);
- 3.13.3.Configurar percentuais simples ou periódicos, simulando a depreciação natural dos bens desde sua aquisição até a data atual.
- 3.14.Permitir realizar baixas individuais ou múltiplas por contas, responsáveis, órgãos e bens, permitindo informar histórico e informações complementares como: lei, portaria e processo licitatório.
- 3.15.Controlar movimentação dos bens encaminhados à manutenção, armazenando os dados básicos desse movimento; tais como:
- 3.15.1.Data de envio e previsão de retorno;
- 3.15.2.Tipo de manutenção (se a manutenção é preventiva ou corretiva);
- 3.15.3.Valor do orçamento;
- 3.15.4.Possibilitar a emissão de relatório contendo os bens que estão ou já sofreram manutenção,
- 3.15.5.Agrupados pelo fornecedor ou pelo motivo da manutenção;
- 3.15.6.Possibilitar gerar transferências para outra unidade administrativa após voltar da manutenção.

3.16.Emitir relatório identificando o bem, valor atualizado, conta ao qual ele pertence, o responsável pelo bem, número patrimonial e a data de aquisição.

3.17.Emitir termo de responsabilidade da guarda dos bens por responsável ou por órgão/centro de custo.

3.18.Emitir relatório de bens em inventário por centro de custo e/ou responsável, permitindo selecionar a situação (em processo de localização, localizados e pertencentes ao setor, localizados, mas pertencentes a outro setor, não localizados ou todas) e emitir também o termo de abertura e encerramento do Inventário.

3.19.Emitir etiquetas de controle patrimonial, inclusive com código de barras para leitura óptica, além de permitir que o usuário possa confeccionar sua própria Etiqueta.

3.20.Permitir cadastro das seguradoras e apólices de seguros (com valor de franquia e valor segurado) para os bens.

3.21.Permitir classificar o bem em desuso de modo que não seja possível realizar movimentações com este até que seja estornado.

3.22.Permitir registro da abertura e do fechamento do inventário, bloqueando a movimentação ou destinação de bens durante a sua realização.

3.23.Emitir relatório de baixas de bens com seleção por período de baixa, por conta, órgão ou por centro de custo.

3.24.Emitir relatório para conferir os lançamentos de inventário, possibilitando a seleção por responsável, por órgão ou por centro de custo.

3.25.Permitir transferência dos bens localizados em inventários quando pertencentes a outro setor.

3.26.Manter registro/histórico de todas as movimentações dos itens patrimoniais realizadas no exercício, possibilitando a emissão de relatório por período e também visualizar as movimentações por centro de custo.

3.27.Permitir depreciação de bem tangível em relação ao percentual anual de depreciação deste, permitindo que o processo seja executado informando as seleções: por conta, por bem, por centro de custo, por natureza do bem.

- 3.28. Emitir relatório de reavaliações de bens com seleção por bem, por conta e período.
- 3.29. Emitir relatório por período dos movimentos das contas dos bens (mostrando de forma analítica e sintética), possibilitando visualizar o saldo anterior ao período, total de entradas, total de saídas e saldo atual da conta.
- 3.30. Emitir relatório com projeção de valorização/depreciação do bem baseado em percentual informado com seleção por conta, bem e/ou unidade administrativa.
- 3.31. Possuir rotina para importação de várias imagens dos bens, armazenando-os no banco de dados.
- 3.32. Permitir vinculação de um ou mais arquivos de imagens, documentos de texto ou documentos digitalizados, ao código do bem.
- 3.33. Permitir configuração das máscaras de centro de custos, contas e código do bem.
- 3.34. Permitir salvamento dos relatórios em formato PDF simples, possibilitando que sejam assinados digitalmente.
- 3.35. Emitir relatório com os movimentos contábeis (aquisições, baixas, depreciações, etc...) ocorridos no patrimônio no período de seleção.
- 3.36. Permitir inserir o número do ato no campo [Nº do Ato] do cadastro de bens com até 10 caracteres ou números.
- 3.37. Permitir transferência dos bens de um responsável, conta, e centro de custo para outro utilizando multi-seleção (ex.: 1, 20, 37).
- 3.38. Para os bens imóveis, permitir cadastrar endereço, registro do imóvel, e informações de arrendamento quando este for arrendado.
- 3.39. Permitir inserir no cadastro dos bens um valor mínimo residual para os bens, para controle das depreciações.
- 3.40. Permitir encerramento mensal de competência, não permitindo movimentos com data retroativa ao mês/ano encerrado, possibilitando o estorno deste encerramento.
- 3.41. Permitir inserir uma data para o início das depreciações dos bens.
- 3.42. Permitir inserir a localização física do bem, possibilitando emitir um relatório por localização física.
- 3.43. Enviar e-mails para cada responsável com a lista de bens sob sua responsabilidade para conferência, assim caso exista alguma inconformidade ele se dirija ao setor de patrimônio para o devido ajuste.
- 3.44. O envio poderá ter um filtro para envio por responsável ou envio para todos.
- 3.45. Permitir cadastro de comissões para inventário e reavaliação de bens com informação do número da portaria, data da portaria, finalidade e membros da comissão.
- 3.46. Enviar e-mails para cada responsável com a lista de bens sob sua responsabilidade que houve transferência para conferência, assim caso exista alguma inconformidade ele se dirija ao setor de patrimônio para o devido ajuste.
- 3.47. Registrar amortização de bens intangíveis.

4. APLICATIVO DE FOLHA DE PAGAMENTO.

- 4.1. O aplicativo de Folha de Pagamento deverá permitir ao Administrador configuração das permissões de acesso aos menus e permissões referente à Inserção, Alteração e Exclusão diferenciada para grupos de usuários ou usuário individual.
- 4.2. Permitir limitação do acesso de usuários às informações de funcionários de determinados grupos funcionais, organogramas e/ou vínculos empregatícios.
- 4.3. Permitir a flexibilização das configurações da folha de acordo com a necessidade e método utilizado pelo órgão público.
- 4.4. Permitir o cadastramento das contas bancárias da pessoa. No caso de pessoas físicas, essas contas poderão ser utilizadas no Cadastro de Funcionários para o depósito de salário.
- 4.5. Possuir validação do dígito verificador de inscrições do PIS/PASEP e CPF no cadastro de pessoas

- 4.6. Possuir cadastro de bases vindas de outras entidades, possibilitando calcular o INSS e o IRRF do funcionário, já incluindo os valores que o funcionário percebe em outras empresas.
- 4.7. Permitir registro de casos de moléstias graves por meio do CID à pessoa, com data inicial e data final quando for o caso. Estas informações servem de base para isenção do I.R.R.F por moléstia grave.
- 4.8. Possuir controle dos dependentes com datas de vencimento do salário-família, da relação de dependência para o IRRF.
- 4.9. Permitir mais de um vínculo empregatício para a pessoa e configurar estes contratos possibilitando informar um vínculo principal com data de admissão anterior ou posterior ao vínculo secundário.
- 4.10. Controlar a lotação e localização física dos servidores.
- 4.11. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente à admissão do funcionário, através da informação do ato.
- 4.12. Permitir indicação para cada funcionário substituto, quem este está substituindo.
- 4.13. Possuir cadastro de servidores com todos os campos exigidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego e possibilitar, inclusive, a dispensa do livro de registro dos servidores, conforme Portaria nº 41, de 28 de março de 2007.
- 4.14. Permitir cadastro de Tipos de Documentos de Funcionários, informando o tipo dos documentos que irão ser gerados na admissão do funcionário. - Cadastro de Documentos de Funcionários, neste cadastro deve-se informar, os documentos solicitados para admissão do funcionário.
- 4.15. Permitir que o usuário controle até quatro tipos de previdência para um mesmo servidor automaticamente, sem a necessidade de manutenção todo mês;
- 4.16. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente à prorrogação de contrato de servidores com contratos de prazo determinado, através da informação do ato.
- 4.17. Permitir inserção de dados adicionais, possibilitando ao cliente informar novos campos para o funcionário, conforme a sua necessidade.
- 4.18. Permitir controle dos planos previdenciários ou assistenciais a que cada servidor esteve ou está vinculado, por período, podendo registrar o número da matrícula do servidor no plano.
- 4.19. Controlar informações referentes aos estagiários vinculados com a entidade, bem como sua escolaridade e outros aspectos para acompanhamento do andamento do estágio.
- 4.20. Possuir cadastro de autônomos que prestam serviços à entidade, permitindo registrar a data e o valor de cada serviço prestado.
- 4.21. Possibilitar cálculo diferenciado para transportadores autônomos conforme legislação e sua informação para SEFIP, inclusive com percentual diferenciado.
- 4.22. Possuir controle dos períodos aquisitivos de férias integrado com o RH, controle dos lançamentos e suspensões por funcionário.
- 4.23. Controlar os períodos aquisitivos de férias em relação à quantidade de dias disponíveis para o gozo de férias e informar a data prevista para o início do gozo de férias.
- 4.24. Permitir programação do gozo e pagamento das férias antecipadamente.
- 4.25. Permitir criação de períodos aquisitivos configuráveis em relação ao período aquisitivo, período de gozo e cancelamentos ou suspensões dos períodos.
- 4.26. Permitir registro dos vínculos previdenciários dos funcionários, planos, matrículas e período de permanência. Entende-se por vínculo previdenciário: o plano previdencial ou assistencial ao qual o funcionário esta vinculado.
- 4.27. Possuir cadastro de processos judiciais que permita que sejam cadastrados os processos judiciais e as reclamações trabalhistas dos funcionários para posterior geração do arquivo SEFIP com código de recolhimento 650.
- 4.28. Permitir validações que não possibilitem inserir na mesma configuração de férias, dois tipos de suspensão de férias que utilizem o mesmo tipo de afastamento.

4.29. Permitir cálculo dos dias úteis e afastamentos dos funcionários com 30 dias

4.30. Garantir que as alterações realizadas irão acompanhar os cálculos de provisão.

4.31. Possuir cadastro de classificação institucional de órgão, unidade e centro de custos integrado com o RH.

4.32. Permitir inserção de dados adicionais, possibilitando ao cliente informar novos campos para a classificação institucional, conforme a sua necessidade.

4.33. Registrar dados dos locais de trabalho, onde efetivamente os funcionários desempenham suas atividades laborais.

4.34. Registrar tipos de administração, ou seja, as várias formas de gerenciamento das entidades.

4.35. Permitir configuração do modo a cadastrar, consultar, alterar e excluir sindicatos que representam as diferentes classes de funcionários existentes na entidade.

4.36. Permitir registro dos possíveis tipos de cargos utilizados.

4.37. Possuir cadastro de Cargos integrado com o RH

4.38. Permitir configuração de férias por cargo

4.39. Permitir configuração de funcionários alocados nos cargos terão direito a 13º salário

4.40. Permitir controle de vagas do cargo, por secretaria e relacionar com os níveis salariais e atribuições do cargo.

4.41. Permitir informar o nível de escolaridade mínimo exigido para o cargo, informando ao usuário se for cadastrar algum servidor que não tenha o nível mínimo exigido.

4.42. Permitir controle de níveis salariais do cargo, como as variações de classes e referências, formando um plano de carreira do servidor com a finalidade de nivelar os salários de certos grupos funcionais.

4.43. Permitir para os níveis salariais no campo "Máscara da Classe" e para o campo "Máscara referência" inserir várias configurações de máscaras.

4.44. Permitir o cadastro de níveis salariais, com definição de ordem de progressão das classes e referências, possibilitando informar uma classe ou referência com tamanho menor que a máscara definida no plano salarial.

4.45. Permitir controle de vagas do cargo por concurso via parâmetro.

4.46. Possuir processo de progressão salarial automatizado.

4.47. Manter informações de progressão salariais registradas no histórico salarial do servidor, com os atos publicados para cada servidor ao longo de sua carreira.

4.48. Permitir inserção de dados adicionais, possibilitando informar novos campos para o cargo.

4.49. Permitir configuração de movimentações de pessoal, conforme a solicitação do Tribunal de Contas.

4.50. Registrar todas as movimentações de pessoal do servidor, tais como: alterações salariais, alterações de cargo, admissão, rescisão, aposentadoria, afastamentos.

4.51. Registrar históricos dos processos de requerimentos de aposentadorias e pensões.

4.52. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente ao requerimento de aposentadorias e pensões, através da informação do ato.

4.53. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente concessão de benefícios de pensão, através da informação do ato.

4.54. Possuir controle de pensionistas permitindo indicar se a pensão é por morte ou judicial, e neste caso, possibilita o encerramento da pensão.

4.55. Calcular automaticamente os valores referentes às pensões, cancelando automaticamente este cálculo quando informada a data de encerramento da pensão.

4.56. Permitir inserção de dados adicionais, possibilitando ao cliente informar novos campos para o Pensionista, conforme a sua necessidade.

4.57. Calcular reajuste de valores dos eventos de pensão e aposentadoria informados no Cadastro de Processos de Pensões e

Aposentadorias.

4.58. Permitir controle da concessão e desconto de vales-transportes e mercado.

4.59. Permitir configurar operadoras e planos de assistência médica que a entidade possui para planos coletivos empresariais, controlar as despesas de mensalidades quanto despesas extraordinárias, estes recursos também serve de base para a DIRF.

4.60. Permitir integração dos valores de folha de pagamento com as contas, elementos, despesas e recursos do aplicativo de contabilidade pública.

4.61. Permitir cópia das despesas do ano do registro que estiver selecionado no Cadastro de despesas do para o ano que você desejar para que seja exportado para o aplicativo contábil.

4.62. Permitir inserir as classificações das origens dos recursos financeiros, sendo que cada instituição terá que implementar seus programas de trabalhos.

4.63. Permitir configuração das tabelas mensais de cálculo, podendo o usuário incluir novas tabelas, definir a quantidade de faixas e ainda nomear essas tabelas de acordo com sua necessidade (INSS, IRRF, salário família, piso salarial, entre outras).

4.64. Permitir configuração de quais proventos e descontos devem ser considerados como automáticos para cada tipo de cálculo (mensal, férias, complementar, etc.) e adicionar as restrições para o cálculo.

4.65. Permitir configuração de todas as fórmulas de cálculo em conformidade com o estatuto dos servidores municipais.

4.66. Permitir cadastro das informações "PNE" e "Consid invalidez parcial" no "Cadastro de Tipos de Salário-Família", onde deverão ser informadas as regras para portadores de necessidades especiais conforme o tipo de salário-família.

4.67. Permitir configuração dos tipos de bases de cálculo utilizados;

4.68. Possibilitar configuração das formas de alteração salarial de modo que seja possível efetuar-las em conformidade com o estatuto do órgão;

4.69. Permitir inclusão e configuração de motivos de rescisão e respectivas verbas rescisórias, assim como respectivos códigos a serem gerados para RAIS, CAGED, SEFIP e saque do FGTS.

4.70. Permitir configuração dos proventos para cálculos de férias, rescisão, 13º salário, abono pecuniário e aviso prévio referentes às médias e vantagens percebidas pelos servidores.

4.71. Possibilitar configuração de quais afastamentos, qual a quantidade de dias afastados e se esta quantidade de dias é contínua, para que o período de aquisição de funcionário seja cancelado.

4.72. Possibilitar configuração de quais afastamentos, qual a quantidade de dias afastados e se esta quantidade de dias é contínua, para que o período de aquisição de funcionário seja postergado.

4.73. Permitir configuração de Férias, informando para cada configuração quantidade de meses necessários para aquisição, quantidade de dias de direito a férias a cada vencimento de período aquisitivo, quantidade de dias que podem ser abonados, configuração de descontos de faltas, ou seja, informar para cada configuração de férias as faixas para descontos de faltas em relação aos dias de direito do período aquisitivo.

4.74. Permitir cadastro das informações configuradas para os proventos e descontos a serem utilizados na geração do "Arquivo Homolognet e TRCT - Portaria 1621/2010".

4.75. Permitir salvar a seleção/filtragem de relatórios rotineiros.

4.76. Permitir configuração da máscara a ser utilizada na classificação institucional de órgão, unidade e centro de custos.

4.77. Configurar vínculos empregatícios que representam a ligação dos funcionários com a entidade.

4.78. Configurar tipos de situações de afastamento do funcionário para base de cálculo, processos do aplicativo (férias, licenças, adicionais, etc.), tempo de serviço para aposentadoria.

4.79. Possuir rotina para processamento de cálculo mensal e adiantamento.

4.80. Possuir rotina para processamento de cálculo complementar.

4.81. Possuir rotina para processamento de 13º salário adiantado e integral.

4.82.Possuir rotina de cálculo automático de rescisão para funcionários com vínculo de prazo determinado, na competência em que expira o contrato.

4.83.Emitir cálculo no mês de Fevereiro proporcional a 28/29 dias, caso o mês de admissão ou demissão seja Fevereiro.

4.84.Possuir rotina para processamento de cálculos de férias individuais e férias coletivas.

4.85.Permitir desconto de faltas no pagamento das férias.

4.86.Permitir pagamento do 13º salário simultaneamente com as férias.

4.87.Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente às férias dos servidores, através da informação do ato.

4.88.Permitir que o pagamento de 1/3 de férias seja integral em cálculo de férias fracionadas. Serve para os cadastros de férias individual, coletiva e programada, onde se deve informar quando o aplicativo deve se comportar conforme essa situação. Os relatórios de férias foram alterados adicionando uma coluna onde será informado a forma de pagamento utilizada para o 1/3 de férias.

4.89.Permitir previsão mensal do valor referente a férias e 13º Salário, correspondente ao avo que o funcionário tem direito. Os valores de Provisão também serão utilizados na integração com o aplicativo contábil.

4.90.Determinar data inicial em que passou a utilizar a provisão.

4.91.Provisionar e baixar da provisão de férias e 13º salário, aos cálculos realizados na respectiva competência de cálculo.

4.92.Permitir visualização dos eventos que faltam ser provisionados e classificados.

4.93.Possuir rotina para processamento de cálculos de rescisões individuais, coletivas e complementares.

4.94.Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente à demissão ou exoneração do funcionário, através da informação do ato.

4.95.Permitir reintegração ou reversão de rescisões ou aposentadorias de funcionários, sob a mesma matrícula.

4.96.Permitir simulações parciais ou totais da folha de pagamento mensal, 13º salário integral, férias e rescisórias, para a competência atual ou para competência futura.

4.97.Não permitir emissão de guias e geração de arquivos para órgãos federais quando o cálculo é simulado.

4.98.Controlar afastamentos do funcionário.

4.99.Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente aos afastamentos do funcionário, através da informação do ato.

4.100.Registrar todo o histórico de alterações no cadastro de funcionários.

4.101.Registrar as alterações cadastrais no histórico de beneficiários de pensões.

4.102.Registrar todo o histórico de alterações de Autônomos.

4.103.Registrar todo o histórico salarial do servidor.

4.104.Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente às alterações salariais do servidor, através da informação do ato.

4.105.Calcular alterações salariais de modo coletivo ou para níveis salariais do plano de cargos.

4.106.Possibilitar adição de classes e referências através do histórico de cargos, salários, informações e níveis salariais.

4.107.Registrar todo o histórico de alterações de cargo do servidor.

4.108.Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente às alterações de cargo do servidor, através da informação do ato.

4.109.Registrar todo o histórico de alterações salariais do cargo.

4.110.Permitir inclusão de proventos ou descontos lançados de modo fixo, em um período determinado, em qualquer tipo de folha de pagamento para determinado funcionário.

4.111.Permitir inclusão de proventos ou descontos lançados de modo fixo, em um período determinado, em qualquer tipo de folha de pagamento, podendo selecionar vários funcionários em um único lançamento.

4.112.Permitir fechar processamentos (Mensal, Adiantamento,

Complementar, 13º Adiantamento, 13º Salário, Férias) de cada competência com data, oferecendo segurança para que o usuário não altere cálculo de folha com processo fechado.

4.113.Bloquear qualquer tentativa de alteração no histórico de funcionário quando o processamento da folha estiver com data informada.

4.114.Permitir consultar e se necessário alterar a data de pagamento de funcionário ou grupo de funcionários que já tenham sido calculados na folha.

4.115.Permitir que o cálculo mensal dos funcionários sejam agrupados em lotes diferentes e possibilita fechar o processamento dos lotes em grupo.

4.116.Permitir lançamento manual dos eventos que compõe a folha de pagamento do funcionário para serem calculados, podem ser lançados em uma competência ou em várias parcelas do período.

4.117.Permitir lançamento manual dos eventos que compõe a folha de pagamento de vários funcionários em um único lançamento, selecionando os funcionários. Pode ser lançado o evento para uma ou mais competências.

4.118.Permitir selecionar os funcionários que utilizam vale transporte, selecionando pela empresa ou linha utilizada. Permite gerar por competência os números de dias que o funcionário utiliza o vale transporte.

4.119.Permitir importação do arquivo do SISOBÍ (Sistema de Controle de Óbitos). Serve para atender ao convênio firmado entre o Ministério da Previdência Social e os governos estaduais e municipais identificarem as pessoas falecidas para cessar o pagamento de aposentados e pensionistas.

4.120.Permitir configuração de cabeçalho e rodapé para quaisquer relatórios emitidos pelo aplicativo, permitindo inclusive a inserção de comentários.

4.121.Permite salvamento de qualquer relatório emitido no formato "xls" (excel), mantendo a mesma formatação visualizada no aplicativo.

4.122.Emitir relatórios da folha de pagamento, de acordo com a necessidade, extratos mensais, líquidos, movimento, férias, rescisões, média e vantagens, etc...

4.123.O relatório resumo mensal apresenta a geração dos dados das verbas gerais mensais e com o modelo normal-encargos apresenta o total dos valores dos encargos no final do relatório nas quebras.

4.124.Emitir relatórios de forma resumidos, de acordo com a necessidade.

4.125.Emitir relatório de Integração Contábil para cálculos simulados. Os modelos deste relatório irão mostrar uma mensagem no cabeçalho identificando quando o relatório possui informações oriundas de cálculos simulados.

4.126.Emitir relatório com o resumo da integração com o aplicativo de contabilidade, possibilitando assim a conferência dos valores de empenhos da folha de pagamento e seus respectivos encargos patronais.

4.127.Possuir relatório com todos os valores relativos ao servidor e à contribuição patronal referentes ao INSS e FGTS, discriminando as possíveis deduções

4.128.Possuir relatório com todos os valores relativos ao servidor e à contribuição patronal referentes à previdência municipal por competência ou acumulado anualmente

4.129.Possuir relatório com todos os valores relativos ao servidor, referente ao IRRF.

4.130.Gerar mensalmente a guia do INSS com o valor para o Instituto Nacional do Seguro Social. Permitir escolher o modelo e quebra para a geração da guia

4.131.Permitir emissão de guias para pagamento de IRRF, GRFC e previdência municipal.

4.132.Gerar em arquivo as informações referentes à GRRF.

4.133.Gerar GFIP em arquivo, permitindo inclusive a geração de arquivos retificadores (RDE, RDT, RRD).

4.134.Possuir vários modelos de Demonstrativo de Folha de

Pagamento para impressão.

4.135.Emitir relatório de Aviso e Recibo de férias, também permitir escolher o modelo do recibo e a seleção.

4.136.Emitir relatório referente Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho.

4.137.Emitir TRCT (Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho) conforme portaria 1621/2010 atualizada pela portaria 1057/2012 . A emissão deste termo passou a ser obrigatória a partir de 2011 para rescisões de funcionários regidos pela CLT.

4.138.Emitir relatórios cadastrais em geral.

4.139.Emitir relatórios cadastrais de:

4.139.1.Grupos Funcionais;

4.139.2.Organogramas;

4.139.3.Locais de trabalho;

4.139.4.Tipos de Administração - Sindicatos;

4.139.5.Tipos de Cargos;

4.139.6.Cargos;

4.139.7.Planos Salariais;

4.139.8.Níveis Salariais;

4.139.9.Horários;

4.139.10.Feriados;

4.139.11.Aposentadorias e Pensões;

4.139.12.Beneficiários;

4.139.13.Pensionistas;

4.139.14.Dados Adicionais.

4.140.Emitir relatórios cadastrais de:

4.140.1.Tipos de Movimentação de Pessoal;

4.140.1.1.Fontes de Divulgação;

4.140.1.2.Atos;

4.140.1.3.Movimentação de Pessoal;

4.140.1.4.Naturezas dos Textos Jurídicos.

4.141.Emitir relatórios referentes aos planos de assistência médica de:

4.141.1.Operadoras de planos de saúde;

4.141.2.Despesas com planos de saúde;

4.141.3.Despesas com planos de saúde com reflexo no cálculo.

4.142.Emitir relatórios cadastrais referente Administração de Vales:

4.142.1.Linhas de Ônibus;

4.142.2.Faixas;

4.142.3.Vales-transportes;

4.142.4.Vales-Mercado

4.143.Emitir relatórios cadastrais referente Integração Contábil:

4.143.1.Condições para Eventos;

4.143.2.Elementos de Despesa;

4.143.3.Despesas;

4.143.4.Despesas por Organograma;

4.143.5.Complementos das Despesas.

4.144.Emitir relatórios cadastrais de:

4.144.1.Cálculo - Tabelas;

4.144.2.Eventos;

4.144.3.Cálculo - Tipos de Bases;

4.144.4.Eventos a Calcular;

4.144.5.Eventos a Calcular de Rescisão;

4.144.6.Médias e Vantagens;

4.144.7.Cancelamentos de férias;

4.144.8.Suspensões de Férias;

4.144.9.Configurações de Férias;

4.144.10.Formas de Alteração Salarial;

4.144.11.Bancos;

4.144.12.Agências Bancárias;

4.144.13.Homolognet.

4.145.Emitir relatórios cadastrais referentes a parametrizações:

4.145.1.Vínculos Empregatícios;

4.145.2.Tipos de Afastamentos;

4.145.3.Tipos de Salário-Família;

4.145.4.Organograma;

4.145.5.Naturezas dos tipos das Diárias;

4.145.6.Tipos de Diárias;

4.145.7.Previdência Federal;

4.145.8.Outras Previdências/Assistência;

4.145.9.Planos de Previdência;

4.145.10.Motivos de Alterações de Cargos;

4.145.11.Motivos de Alterações Salariais;

4.145.12.Motivos de Rescisões;

4.145.13.Motivos de Aposentadorias

4.145.14.Responsáveis.

4.146.Emitir relatório com o nome "Efetivo em cargo comissionado", no qual serão emitidos todos os funcionários que estão atualmente em cargo comissionado, e possuem cargo efetivo em aberto, seja, sem data de saída em Cadastro de Histórico de Cargos.

4.147.Emitir relatório de programação de férias dos funcionários, exibindo todos os períodos de aquisição de férias, períodos de gozo, dias de abono e forma de pagamento.

4.148.Gerar em arquivo magnético a relação de todos os servidores admitidos e demitidos no mês (CAGED).

4.149.Emitir relatórios relacionados à parte salarial dos servidores do tipo alterações salariais, Médias salariais, progressões salariais, inconsistências de cálculo.

4.150.Emitir relação dos salários de contribuição e discriminação destes. Possibilitar a emissão para previdência federal, estadual e/ ou municipal. Permitir a emissão de formulário para preenchimento, caso não haja informações de todas as competências necessárias.

4.151.Emitir relatório de atestado de tempo de serviço para o servidor público apresentando os cargos e o período que exerceu a função.

4.152.Emitir o relatório de datas de vencimentos. A data em que se extingue o prazo do exame médico periódico, do contrato de trabalho e da carteira de motorista do funcionário.

4.153.Emitir um relatório demonstrativo das variáveis lançadas manualmente para qual período foi feito o lançamento. Ainda são oferecidas opções de ordenação e seleção das informações.

4.154.Emitir relatórios com informações de processamentos já calculados.

4.155.Possuir relatórios de provisões de 13º salário, médias e vantagens, férias; que permitam ao usuário ter uma previsão do valor e também da proporcionalidade por direito obtida pelos servidores ativos até o presente momento.

4.156.Verificar na integração contábil o que está sendo provisionado. Relatório de visualização da provisão, quando 13º salário e Férias.

4.157.Emitir comparativo de situações dos servidores entre duas competências, inclusive com anos diferentes.

4.158.Emitir comparativo de valores referentes a proventos e descontos dos servidores entre duas competências, inclusive com anos diferentes.

4.159.Emitir comparativo de líquidos entre duas ou mais competências, inclusive com anos diferentes.

4.160.Permitir configuração dos proventos e descontos que devem compor os valores de cada um dos campos do comprovante de rendimentos.

4.161.Emitir informações dos relatórios anuais necessários, como comprovante de rendimentos e ficha financeira.

4.162.Gerar arquivos da RAIS e da DIRF, assim como o informe do comprovante de rendimentos.

4.163.Permitir visualização das bases de previdência federal, de previdência estadual e municipal, além de fundos de assistência.

4.164.Possuir gerador de relatórios e de arquivos que permita aos usuários criar novos relatórios ou layouts de arquivos ou ainda alterar os relatórios e layouts já existentes;

4.165.Gerar informações da folha de pagamento em arquivo para crédito em conta no banco de interesse da entidade.

4.166.Gerar para entidades que possuem contrato para emissão de holerite eletrônico pela Caixa Econômica Federal o arquivo para envio das informações pertinentes ao holerite do funcionário.

4.167.Permitir consulta prévia das médias e vantagens que cada servidor tem direito a receber em férias, 13º salário ou rescisão de contrato.

4.168.Permitir consulta individual de cada parcela paga relacionada a cada empréstimo cadastro no Cadastro de Empréstimos do módulo RH. Consultar os cálculos efetuados no aplicativo de acordo com a competência informada e o processamento dela para cada funcionário.

4.169.Permitir consulta dos proventos e descontos percebidos pelo servidor, em um período determinado pelo usuário.

4.170.Permitir consulta apenas dos proventos que fazem parte do comprovante de rendimentos.

4.171.Permitir consulta do modo centralizado todo o histórico funcional de todos os contratos do servidor, detalhando as seguintes características:

4.171.1.Períodos aquisitivos, períodos de gozo de férias;

4.171.2.Situações do funcionário, tais como: afastamentos, atestados, faltas, férias e períodos trabalhados.

4.172.Permitir alteração de proventos ou descontos modo fixo, possibilitando as seguintes tarefas:

4.172.1.Alteração do período;

4.172.2.Adição de valor ao valor originalmente lançado;

4.172.3.Substituição do valor originalmente lançado por um novo valor;

4.172.4.Aplicação de um percentual sobre o valor originalmente lançado.

4.173.Permitir reestruturação da classificação institucional de um exercício para outro.

4.174.Permitir readmissão em massa através de "Copiar Funcionários Demitidos". Permitir copiar funcionários demitidos para realizar a readmissão individual ou em lote.

4.175.Possibilitar cadastro de movimentos anteriores à implantação do aplicativo para que o usuário possa gerar os relatórios anuais.

4.176.Permitir integração com o aplicativo de contabilidade para geração automática dos empenhos da folha de pagamento e respectivos encargos patronais.

4.177.Possibilitar rateio de valores das parcelas pagas do parcelamento do FGTS para os servidores contratados à época, conforme instruções da CAIXA.

4.178.Permitir realização de cálculos de datas e de horas.

4.179.Possibilitar classificação "SISPREV WEB 1.0".

4.180.Permitir unificação de pessoas e de cadastros.

4.181.Permitir consulta rápida nos cadastros.

4.182.Possuir campo de ajuda, possibilitando pesquisas referentes ao aplicativo e suas funcionalidades.

4.183.Permitir consultas rápidas dos códigos ou nomes dos registros, dispensando memorização e procura.

4.184.Permitir consultas sobre as situações ocorridas com o funcionário desde sua admissão, considerando os dias de licenças, atestados e faltas.

4.185.Permitir consultas dos cálculos efetuados no aplicativo de acordo com a competência informada e o processamento para

cada funcionário.

4.186.Permitir consulta dos contratos, períodos e situações que a pessoa se encontra nos registros informados.

4.187.Permitir cálculo e conversão de datas, dias, meses e anos.

4.188.Possibilitar cálculo digitando nos botões da calculadora ou usando o teclado. Com opção padrão ou científica.

5.PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

5.1.Permitir a utilização do aplicativo via internet.

5.2.Possuir filtros para seleção de entidades.

5.3.Conter funcionalidade para aumento da granularidade das informações exibidas, contendo a opção de efetuar consulta de todas as unidades de forma consolidada.

5.4.Possuir cadastro de IP autorizado para uploads, para impedir o envio de informações fora do IP cadastrado.

5.5.Possuir cadastro para exibição das consultas, permitindo que o cliente configure qual consulta deseja exibir por entidade que ele tem acesso.

5.6.Possibilitar o relacionamento de documentos com os processos de licitação.

5.7.Permitir realizar a atualização de dados de forma automática, com a utilização de agendas configuradas na periodicidade requisitada pelo usuário.

5.8.Permitir exportar em formato CSV as informações do Transparência, utilizando filtros disponibilizados para cada série de dados.

5.9.Permitir personalizar o nível de detalhamento das consultas apresentadas.

5.10.Permitir consulta de Receitas, Despesas, Frotas, Licitações e quadro de pessoal.

5.11.Permitir download em PDF do Cronograma de ações da Portaria STN Nº 828/2011.

5.12.Permitir download de anexos em PDF (Receita e Despesa por categoria de econômicos, Despesa por programa de trabalho, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Variações Patrimoniais).

ANEXO VII
ORÇAMENTO ESTIMADOS DOS ITENS DA LICITAÇÃO
(MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS)

1.Licenciamento de uso dos aplicativos:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	CUSTO UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL PROPOSTO R\$
1.	48	Mês	Contabilidade Pública	01	324,00		
2.	48	Mês	Compras e Licitações	01	228,00		
3.	48	Mês	Patrimônio via internet	01	146,00		
4.	48	Mês	Folha de Pagamento	01	320,00		
5.	48	Mês	Portal da Transparência	----	155,00		
VALOR TOTAL R\$							

2. Serviços Técnicos:

ITEM	QTDE	UN	SERVIÇOS	PARC.	CUSTO UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL PROPOSTO R\$
1.	01	Serv.	Serviços de Migração, Implantação e Treinamento para os usuários.	01	2.000,00		
2.	2000	KM	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco.	01	0,80		
3.	50	Diária	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco.	01	140,00		
4	100	Hs	Assistência técnica após implantação dos aplicativos quando solicitado.	01	85,00		
VALOR TOTAL R\$							
VALOR GLOBAL PROPOSTO R\$							

Valor da proposta por extenso _____

Validade da proposta _____ dias.

(DATAR ASSINAR E CARIMBAR)

ANEXO VIII

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº/

MODALIDADE LICENCIAMENTO DO DIREITO DE USO DE APLICATIVOS

CONTRATANTE: CAMARA DE VEREADORES DE SALTO VELOSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa a Rua Padre Agostinho Rombaldi, 170, Centro, Salto Veloso-SC, inscrita no CNPJ/MF n. 08.607.626/0001-72, representado neste ato por seu Presidente Sr. VALDENIR JOSÉ ZAMBONI, brasileiro, casado, agricultor, inscrito no CPF n. 744.246.379-72 e RG n. 2.405.884-0, residente e domiciliado na Linha Alto Veloso, Interior, Salto Veloso-SC

[illegible]

Com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e demais normas jurídicas aplicáveis à espécie, as partes contratantes resolvem deliberadamente pactuar a contratação de empresa especializada em aplicativos de informática para Migração, Implantação, Treinamento e Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública e prestação de serviços correlatos, o que fazem mediante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Constitui objeto do presente contrato o Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital, em favor da CONTRATANTE.

2. Bem como, farão parte do objeto a prestação dos seguintes serviços correlatos:

a. Serviços de migração dos dados existentes para funcionamento nos novos aplicativos, quando solicitado.

b. Serviços de implantação, configuração e parametrização de acordo com procedimentos da CONTRATANTE.

c. Treinamento inicial e acompanhamento para os servidores responsáveis pela operacionalização dos aplicativos.

d. Suporte Técnico, após implantação dos aplicativos, quando solicitado.

e. Serviços de manutenção legal e corretiva dos aplicativos implantados.

f. Treinamento reforço para aplicativos implantados, quando solicitado;

3.A manutenção legal, corretiva e evolutiva durante o período contratual, esta última definida de acordo com critérios de viabilidade técnica, conveniência e adequação mercadológica aferida exclusivamente pela CONTRATADA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

1.0 presente instrumento terá data de início em 01 de abril de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado por

interesse das partes, mediante termo aditivo, nos termos do inciso IV, artigo 57 da Lei nº 8.666/93, podendo sofrer acréscimos ou supressões nos termos do art. 65, §1º, da Lei 8.666/93.

2. Flúído o prazo de vigência, os aplicativos licenciados poderão ser automaticamente bloqueados para alterações na base de dados, sendo garantido à obtenção gratuita de cópia da base de dados produzida, em formato "txt".

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. Pelo Licenciamento do Direito de uso dos aplicativos, objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores disposto no Anexo I do presente contrato.

2. O faturamento do licenciamento terá início a partir da cessão do direito de uso, através da liberação de chaves e senhas de acesso.

3. Os serviços de implantação, conversão de dados e treinamento inicial serão pagos em parcela única em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da respectiva nota fiscal, devidamente liquidada pelo setor competente. Em caso de atraso incidirão sobre o valor dos licenciamentos do Direito de Uso multa de 2% (dois por cento), mais juros de 0,030% ao dia.

4. Os valores contratados serão corrigidos automaticamente, de acordo com a menor periodicidade permitida em lei, contados da data limite de apresentação das propostas de preços conforme § 1º, Art. 3º, da lei nº 10.192/2001, de acordo com o IGP-M acumulado no período.

5. Em caso de atraso nos pagamentos será cabível correção monetária, durante o período de inadimplência, de acordo com o IGP-M acumulado no período.

6. Os pagamentos obedecerão ao disposto no Edital de Licitação quanto a prazos e condições de pagamento, sendo que, em caso de eventuais omissões, fica estabelecido o pagamento de qualquer serviço contratado em até quinze dias após sua regular execução e liquidação, desde que emitida e recebida no órgão licitante a competente nota fiscal de prestação de serviços.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VINCULAÇÃO

1. As despesas decorrentes do Licenciamento do Direito de uso dos aplicativos objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Câmara Municipal de Salto Veloso

2019 - Manutenção Das Atividades Legislativas

3.3.90.00.00 - Aplicação Diretas

2. O Presente contrato está vinculado ao Processo Licitatório 001/2015, cujos termos desde logo constituem parte integrante da presente avença.

CLÁUSULA QUINTA - DA LICENÇA DE USO DOS APLICATIVOS

1. A CONTRATADA é a desenvolvedora e/ou licenciadora dos aplicativos licenciados, concedendo a CONTRATANTE as licenças de uso temporárias e não exclusivas estabelecidas no presente contrato.

2. A CONTRATADA deverá possuir irrestrito poder para modificar os códigos-fonte e executáveis durante a vigência contratual, em face de alterações de ordem legal federal ou estadual.

3. Fica vedado a CONTRATANTE realizar a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência dos aplicativos licenciados, assim como a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do(s) referido(s) aplicativos(s).

4. Quando em ambiente web, por exigência ou conveniência administrativa, os aplicativos deverão permanecer on-line por até 96% do tempo de cada mês civil.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

1. Caberá a CONTRATANTE:

a. Efetuar os pagamentos decorrentes do Licenciamento do Direito de Uso dos aplicativos objeto deste contrato no primeiro dia útil do mês subsequente, e, nos demais casos, em até dez dias após a sua efetiva entrega.

b. Facultar o acesso irrestrito dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias à fiel execução do presente contrato.

c. Manter, na operacionalização dos aplicativos, apenas pessoal devidamente treinado pela CONTRATADA.

d. Conceder à CONTRATADA acesso remoto às suas estruturas virtuais, ambiente de rede ou intranet.

e. Manter padrão de clareza nas solicitações de alteração enviadas à CONTRATADA, indicando um responsável que acompanhará as tramitações desta pela internet, respondendo-as com brevidade.

f. Assegurar a configuração adequada do computador e instalação dos aplicativos, manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha do computador, dando prioridade aos técnicos da CONTRATADA na utilização de qualquer recurso necessário à fiel execução do presente contrato.

g. Responsabilizar-se pela completa e correta inserção de dados nos aplicativos.

h. Parametrizar o aplicativo, em nível de usuário, inclusive no tocante às modificações de alíquotas de tributos, multas e contribuições, além de atualizar as fórmulas de cálculo dos aplicativos(s) quando necessário.

i. Manter as bases de dados atualizadas de acordo com a versão de banco de dados adotada pela CONTRATADA, e desde que esta tenha concedido aviso de alteração com prazo mínimo de noventa dias.

j. Promover o prévio cadastro de dúvidas ou erros constatados na página da internet da CONTRATADA, para somente depois de decorridos 60 (sessenta) minutos sem resposta requisitar suporte.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Caberá a CONTRATADA:

a. Quando contratados, conforme valores disposto no Anexo I, converter dados para uso pelos aplicativos, instalar os aplicativos objeto deste contrato, treinar os servidores indicados na sua utilização, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço, bem como, prestar suporte apenas aos servidores devidamente treinados pela CONTRATADA no uso dos aplicativos e que tenham observado, em sua solicitação, a regra disposta na cláusula 6ª alínea "J" do presente contrato.

b. Manter operacionais todas as funcionalidades descritas no Edital.

c. Tratar como confidenciais informações e dados do CONTRATANTE, guardando total sigilo em face de terceiros.

- d. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- e. Avaliar, em prazo razoável, a viabilidade técnica e jurídica das solicitações de alteração específicas encaminhadas eletronicamente pelo CONTRATANTE, e repassar orçamento acompanhado de cronograma para execução dos serviços.
- f. Garantir o atendimento de técnico presencial, quando requisitado, em até quatro dias úteis contados da outorga de autorização expressa para execução de serviços de atendimento in loco.

CLÁUSULA OITAVA - DO TREINAMENTO DE IMPLANTAÇÃO

1. O treinamento na operacionalização do aplicativo, quando contratado, poderá ser realizado nas dependências da CONTRATANTE, na sede CONTRATADA ou, ainda, via internet.
2. A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA a relação de usuários a serem treinados mediante o pagamento da hora técnica respectiva, acrescida das despesas de deslocamento, alimentação e estadia do técnico palestrante quando o treinamento ocorrer das dependências da CONTRATANTE.
3. O treinamento de implantação na sede da CONTRATANTE poderá incluir ou não o fornecimento oneroso de material didático.
4. O treinamento via web será considerado prestado independentemente da ocorrência de problemas com o provedor de internet, com o fornecimento de energia ou com qualquer outro fator correlato de responsabilidade do CONTRATANTE, podendo ser novamente faturado quando refeito sem culpa da CONTRATADA.
5. O treinamento de novos usuários, na sede da entidade ou via web, para a operação ou utilização dos aplicativos em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc., não será considerado como Treinamento de Implantação e deverá ser faturado a parte. Quando solicitado a CONTRATADA formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - DA EVOLUÇÃO, MANUTENÇÃO E ALTERAÇÃO

1. As melhorias/modificações nos aplicativos poderão ser legais, corretivas ou evolutivas.
2. As melhorias/modificações evolutivas serão classificadas em específicas ou gerais, conforme sua iniciativa tenha partido da CONTRATANTE ou da CONTRATADA, respectivamente.
3. As modificações evolutivas de caráter geral serão periodicamente disponibilizadas pela CONTRATADA, com seu custo incluído no preço mensal do licenciamento dos aplicativos.
4. As modificações evolutivas específicas - incluindo aquelas necessárias à adequação dos aplicativos à legislação municipal - serão objeto de análise por parte da CONTRATADA, que declarará a sua viabilidade técnica e formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE, desenvolvendo-as e disponibilizando no prazo que indicar.
5. As modificações de natureza legal para atendimento da legislação federal ou estadual serão introduzidas nos aplicativos durante a vigência do contrato, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, e, caso não haja tempo hábil para implementá-las até o início das respectivas vigências, a CONTRATADA procurará indicar soluções alternativas para atender as determinações legais até a atualização dos aplicativos.
6. As atualizações de cunho corretivo, originadas a partir da verificação de erros de processamento, serão fornecidas sem custo para a CONTRATANTE.
7. As modificações/melhorias evolutivas ou de natureza legal serão introduzidas nos aplicativos originalmente licenciados e distribuídas toda vez que a CONTRATADA as concluir, cabendo à CONTRATANTE implantar cada nova versão no prazo de até 30 (trinta) dias de seu recebimento, findos os quais a CONTRATADA deixará de fornecer suporte à versão antiga.
8. A ausência de disponibilização das modificações evolutivas relacionadas à legislação municipal não implicará em qualquer responsabilidade para a CONTRATADA.
9. Eventuais conversões de dados decorrentes de mudanças de versões poderão ser cobradas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO SUPORTE TÉCNICO

1. Eventuais conversões de dados decorrentes de mudanças de versões poderão ser cobradas pela CONTRATADA.
2. O suporte técnico pós-implantação deverá ser sempre efetuado por técnico habilitado em favor de usuário devidamente treinado, e compreenderá:
3. Esclarecimento de dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos aplicativos
4. Realização de quaisquer atividades técnicas relacionadas a erros derivados de falha dos usuários.
5. Auxiliar na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos caso não haja backup de segurança.
6. Auxiliar o usuário, em caso de dúvidas, na elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos aplicativos.
7. Desenvolver relatórios específicos.
8. Este atendimento será realizado por qualquer meio de comunicação convencional ou eletrônico, e, em último caso, mediante visita in loco de técnico habilitado.
9. O suporte, embora disponibilizado pela CONTRATADA, somente será prestado caso o interlocutor do CONTRATANTE que tenha cumprido com a etapa descrita na cláusula 6ª alínea "J" do presente contrato.
10. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA se responsabilizará por qualquer alteração ou modificação dos aplicativos realizada por pessoas não credenciadas.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

1. A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.
2. A alteração proveniente do reajuste contratual previsto no item 5 da Cláusula 3ª poderá ser executado por simples Apostilamento de acordo com o art. 65, §8º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA RESCISÃO

1. A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.
2. A rescisão contratual poderá ser:

- a. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- b. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DAS PENALIDADES

- 1.A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato.
- 2.Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.
- 3.A penalidade de multa, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as demais penalidades dispostas na Lei nº 10.520/02, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.
- 4.A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.
- 5.Sem prejuízo das penalidades de multa, ficam as licitantes que não cumprirem as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:
- a. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.
- b. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DO FORO

- 1.As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da comarca de Videira-SC. Para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.
- 2.E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Salto Veloso -SC, ____/ ____/ ____

CONTRATANTE

Câmara Municipal de vereadores de Salto Veloso

Repr. por seu presidente.

CONTRATADA

NOME RESPONSÁVEL

CARGO

Testemunha 1:

Testemunha 2:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº/

MODALIDADE LICENCIAMENTO DO DIREITO DE USO DE APLICATIVOS

ANEXO I

15.Licenciamento de uso dos aplicativos:

ITEM	QTDE	UN	APLICATIVOS	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	48	Mês	Contabilidade Pública	01		
2.	48	Mês	Compras e Licitações	01		
3.	48	Mês	Patrimônio via internet	01		
4.	48	Mês	Folha de Pagamento	01		
5.	48	Mês	Portal da Transparência	----		
VALOR TOTAL R\$						

2.Serviços Técnicos:

ITEM	QTDE	UN	SERVIÇOS	PARCELAS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
6.	01	Serv.	Serviços de Migração, Implantação e Treinamento para os usuários.	01	----	
7.	2000	KM	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	01	----	
8.	50	Diária	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	01	----	
9.	100	hs	Assistência técnica após implantação dos aplicativos quando solicitado.	01	----	
VALOR TOTAL R\$						

Salto Veloso-SC,
CONTRANTE
CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO
REPR. POR VALDENIR JOSÉ ZAMBONI
PRESIDENTE

CONTRATADA
NOME

RESPONSÁVEL

CARGO

Testemunha 1:

Ass.: _____

Nome: _____

CI: _____

CPF: _____

Testemunha 2:

Ass.: _____

Nome: _____

CI: _____

CPF: _____

PORTARIA N. 003/2015

PORTARIA N. 003, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a nomeação de Leiloeiro Oficial do Município, para atuar no Processo Licitatório n. 001/2015, Pregão presencial n. 001/2015 da Câmara de Vereadores do Município de Salto Veloso.

VALDENIR JOSÉ ZAMBONI, Presidente da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Salto Veloso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o disposto no art. 3º inciso IV, da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002, RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Sr. ZURIEL BUSSI, leiloeiro oficial do município, para atuar, sem prejuízos de suas atribuições, no PREGÃO PRESENCIAL N. 001/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 26 de março de 2015.

VALDENIR JOSÉ ZAMBONI

Presidente da Mesa Diretora

Santiago do Sul

PREFEITURA

CONTRATO 38-2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	038/2015
Credor	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Devedor	ADÃO BRIZOLA
Objeto	Contrato de Confissão de Dívida de Cadastro Municipal Imobiliário e Acordo para Parcelamento.
Valor	R\$ 6.000,00 (seis mil reais).
Santiago do Sul-SC, 24 de março de 2015.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal	

CONTRATO 39-2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	039/2015
Credor	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Devedora	ALVANI DE FATIMA PADILHA
Objeto	Contrato de Confissão de Dívida de Cadastro Municipal Imobiliário e Acordo para Parcelamento.
Valor	R\$ 6.000,00 (seis mil reais).
Santiago do Sul-SC, 24 de março de 2015.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal	

CONTRATO 40-2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	040/2015
Credor	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Devedora	OLINEDA RODRIGUES
Objeto	Contrato de Confissão de Dívida de Cadastro Municipal Imobiliário e Acordo para Parcelamento.
Valor	R\$ 6.000,00 (seis mil reais).
Santiago do Sul-SC, 24 de março de 2015.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal	

CONTRATO 41-2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	041/2015
Credor	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Devedora	SALETE INES RISSARDO
Objeto	Contrato de Confissão de Dívida de Cadastro Municipal Imobiliário e Acordo para Parcelamento.
Valor	R\$ 6.000,00 (seis mil reais).
Santiago do Sul-SC, 24 de março de 2015.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal	

CONTRATO 42/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	042/2015
Credor	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Devedora	JOSIANE CRISTINA GUEDES FERREIRA
Objeto	Contrato de Confissão de Dívida de Cadastro Municipal Imobiliário e Acordo para Parcelamento.
Valor	R\$ 6.000,00 (seis mil reais).
Santiago do Sul-SC, 24 de março de 2015.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal	

CONTRATO 43/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	043/2015
Credor	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Devedor	IDILIO BRESIANI
Objeto	Contrato de Confissão de Dívida de Cadastro Municipal Imobiliário e Acordo para Parcelamento.
Valor	R\$ 6.000,00 (seis mil reais).
Santiago do Sul-SC, 24 de março de 2015.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal	

CONTRATO 44-2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	044/2015
Credor	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Devedora	CLAUDETE NARDI
Objeto	Contrato de Confissão de Dívida de Cadastro Municipal Imobiliário e Acordo para Parcelamento.
Valor	R\$ 6.000,00 (seis mil reais).
Santiago do Sul-SC, 24 de março de 2015.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
Prefeito Municipal	

CONTRATO 45-2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	045/2015
Credor	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Devedor	AMADEUS RODRIGUES
Objeto	Contrato de Confissão de Dívida de Cadastro Municipal Imobiliário e Acordo para Parcelamento.
Valor	R\$ 6.000,00 (seis mil reais).
Santiago do Sul-SC, 24 de março de 2015.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
Prefeito Municipal	

CONTRATO 46-2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	046/2015
Credor	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Devedora	AVELINO CARMELINDO FUSINATTO
Objeto	Contrato de Confissão de Dívida de Cadastro Municipal Imobiliário e Acordo para Parcelamento.
Valor	R\$ 6.000,00 (seis mil reais).
Santiago do Sul-SC, 24 de março de 2015.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
Prefeito Municipal	

CONTRATO 47-2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	047/2015

Credor	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Devedor	ANTONIO ALVES DE SOUZA
Objeto	Contrato de Confissão de Dívida de Cadastro Municipal Imobiliário e Acordo para Parcelamento.
Valor	R\$ 6.000,00 (seis mil reais).
Santiago do Sul-SC, 24 de março de 2015.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
Prefeito Municipal	

CONTRATO 48/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	48/2015
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	KALIANDRA BRUM DA SILVA DE OLIVEIRA 06963122989
Objeto	Prestação de serviços promoção e realização de shows e baile nas festividades em comemoração ao aniversário do Município, nos dias 16 e 20 de abril de 2015: (Welhington Camargo e Tiago e Matheus, Ari Correia e Grupo Alma da Querência e Tio e Sobrinho), conforme autorizado pela Lei Municipal Nº.773/2015 de 16 de março de 2015.
Vigência	16 de abril a 20 de abril de 2015.
Valor	R\$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais).
Processo	37/2015
Inexigibilidade	01/2015
Santiago do Sul-SC, 26 de março de 2015.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

EDITAL INEXIGIBILIDADE 1/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE	
Processo	Nº.37/2015
Edital	INEXIGIBILIDADE Nº.1/2015
Objeto	Prestação de serviços promoção e realização de shows e baile nas festividades em comemoração ao aniversário do Município, nos dias 16 e 20 de abril de 2015: (Welhington Camargo e Tiago e Matheus, Ari Correia e Grupo Alma da Querência e Tio e Sobrinho), conforme autorizado pela Lei Municipal Nº.773/2015 de 16 de março de 2015.
Rua Das Hortencias, 615, Três Pinheiros, Quilombo/SC.	
Fornecedor	KALIANDRA BRUM DA SILVA DE OLIVEIRA 06963122989
Valor	R\$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais).
Santiago do Sul-SC, 26 de março de 2015.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - RREO - 1º BIMESTRE - ANEXO 1

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	10.450.000,00	10.450.000,00	1.756.840,48	16,81	1.756.840,48	16,81	8.693.159,52
RECEITAS CORRENTES	9.993.100,00	9.993.100,00	1.756.840,48	17,58	1.756.840,48	17,58	8.236.259,52
RECEITA TRIBUTÁRIA	331.700,00	331.700,00	54.905,42	16,55	54.905,42	16,55	276.794,58
IMPOSTOS	269.400,00	269.400,00	30.634,80	11,37	30.634,80	11,37	238.765,20
TAXAS	62.300,00	62.300,00	24.270,62	38,96	24.270,62	38,96	38.029,38
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	26.500,00	26.500,00	6.056,96	22,86	6.056,96	22,86	20.443,04
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	26.500,00	26.500,00	6.056,96	22,86	6.056,96	22,86	20.443,04
RECEITA PATRIMONIAL	97.302,50	97.302,50	25.364,78	26,07	25.364,78	26,07	71.937,72
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	97.302,50	97.302,50	25.364,78	26,07	25.364,78	26,07	71.937,72
RECEITA AGROPECUÁRIA	800,00	800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800,00
Receita da Produção Vegetal	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00
Outras Receitas Agropecuárias	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
RECEITA DE SERVIÇOS	267.395,90	267.395,90	28.316,55	10,59	28.316,55	10,59	239.079,35
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.251.698,60	9.251.698,60	1.636.711,11	17,69	1.636.711,11	17,69	7.614.987,49
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.233.298,60	9.233.298,60	1.634.928,91	17,71	1.634.928,91	17,71	7.598.369,69
Transf. de Pessoas	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
Transf. de Conv.	11.400,00	11.400,00	1.782,20	15,63	1.782,20	15,63	9.617,80
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	17.703,00	17.703,00	5.485,66	30,99	5.485,66	30,99	12.217,34
Multas e Juros de Mora	3.400,00	3.400,00	968,81	28,49	968,81	28,49	2.431,19
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.517,00	1.517,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.517,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	11.700,00	11.700,00	3.224,42	27,56	3.224,42	27,56	8.475,58
RECEITAS DIVERSAS	1.086,00	1.086,00	1.292,43	119,01	1.292,43	119,01	-206,43
RECEITAS DE CAPITAL	456.900,00	456.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	456.900,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	24.900,00	24.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.900,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	24.900,00	24.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.900,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	32.000,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	10.450.000,00	10.450.000,00	1.756.840,48	16,81	1.756.840,48	16,81	8.693.159,52
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Continua 2/3

Continua 2/3

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	10.450.000,00	11.359.932,80	4.141.627,09	4.141.627,09	7.218.305,71	1.377.184,93	1.377.184,93	11.359.932,80	1.054.006,70
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	379.655,55	—	1.756.840,48
TOTAL (XIV) = (XI + XIII)	10.450.000,00	11.359.932,80	4.141.627,09	4.141.627,09	—	1.377.184,93	1.756.840,48	—	2.810.847,18

FONTE:

Santiago do Sul, 26/03/2015

Volmir Antonio Scitile
Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado
Contador SC-020.348/O-5

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - RREO - 1º BIMESTRE - ANEXO 10

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2013 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Santiago do Sul, 26/03/2015

Volmir Antonio Sotille
Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado
Contador SC-020.348/O-5

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - RREO - 1º BIMESTRE - ANEXO 11

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	24.900,00	0,00	24.900,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	24.900,00	0,00	24.900,00
TOTAL	24.900,00	0,00	24.900,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO APAGAR (g) = (d-e)
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00		0,00

FONTE:

Santiago do Sul, 26/03/2015

Volmir Antonio Sotille
Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado
Contador SC-020.348/O-5

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - RREO - 1º BIMESTRE - ANEXO 12

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	273.780,00	273.780,00	31.085,48	11,35
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	63.000,00	63.000,00	0,00	0,00
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	20.000,00	20.000,00	6.500,00	32,50
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	105.000,00	105.000,00	8.678,47	8,27
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	81.400,00	81.400,00	15.456,33	18,99
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	380,00	380,00	33,20	8,74
Dívida Ativa dos Impostos	2.600,00	2.600,00	366,67	14,10
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	1.400,00	1.400,00	50,81	3,63
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	9.453.500,00	9.453.500,00	1.736.729,98	18,37
Cota-Parte FPM	6.300.000,00	6.300.000,00	1.211.141,28	19,22
Cota-Parte ITR	1.900,00	1.900,00	36,31	1,91
Cota-Parte IPVA	130.000,00	130.000,00	16.650,07	12,81
Cota-Parte ICMS	2.950.000,00	2.950.000,00	500.243,24	16,96
Cota-Parte IPI-Exportação	55.600,00	55.600,00	8.659,08	15,57
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	9.727.280,00	9.727.280,00	1.767.815,46	18,17

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	102.300,00	102.300,00	16.174,75	15,81
Provenientes da União	102.300,00	102.300,00	16.174,75	15,81
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	6.272,00	6.272,00	4.607,11	73,46
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	108.572,00	108.572,00	20.781,86	19,14

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.121.056,20	2.193.336,20	832.491,33	37,96	217.713,08	9,93
Pessoal e Encargos Sociais	867.700,00	867.700,00	123.524,74	14,24	120.824,74	13,92
Outras Despesas Correntes	1.253.356,20	1.325.636,20	708.966,59	53,48	96.888,34	7,31
DESPESAS DE CAPITAL	113.000,00	113.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	113.000,00	113.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	113.000,00	113.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	113.000,00	113.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.234.056,20	2.306.336,20	832.491,33	36,10	217.713,08	9,44
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO						
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS Recursos de Operações de Crédito Outros Recursos OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹ DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS² DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	580.148,60	652.428,60	218.598,47	26,26	47.538,47	21,84
	580.148,60	652.428,60	218.598,47	26,26	47.538,47	21,84
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	-	-	0,00	0,00	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	580.148,60	652.428,60	218.598,47	26,26	47.538,47	21,84
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	1.653.907,60	1.653.907,60	613.892,86	73,74	170.174,61	78,16
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5			9,63			
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI - (15 x IIIb)/100]⁶			-94.997,71			

Continua 2/4

Município de Santiago do Sul - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL						
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (l)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
0,00		0,00			0,00	
0,00		0,00			0,00	
TOTAL (VIII)						
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 14 E 16						
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
-		-			-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
Atenção Básica Assistência Hospitalar e Ambulatorial Vigilância Sanitária Vigilância Epidemiológica	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
	2.150.099,20	2.222.379,20	780.831,33		93,79	
	50.760,00	50.760,00	50.760,00		6,10	
	14.022,00	14.022,00	820,00		0,10	
	19.175,00	19.175,00	80,00		0,01	
TOTAL	2.234.056,20	2.306.336,20	832.491,33	100,00	217.713,08	100,00

FONTE:

- 1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- 2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "I" ou com a coluna "II+I" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total I".
- 3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "I" ou com a coluna "II+I" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total II".
- 4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- 5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
- 6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(I+II) - (15 \times IIIb)/100]$

Continúa 3/4

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

Santiago do Sul, 26/03/2015

Volmir Antonio Sotille
Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado
Contador SC-020.348/O-5

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - RREO - 1º BIMESTRE - ANEXO 13

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Santiago do Sul, 26/03/2015

Volmir Antonio Sotille

Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado

Contador SC-020.348/O-5

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - RREO - 1º BIMESTRE - ANEXO 14

Município de Santiago do Sul - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	10.450.000,00
Previsão Atualizada		—	10.450.000,00
Receitas Realizadas		1.756.840,48	1.756.840,48
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	25.198,40
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	10.450.000,00
Créditos Adicionais		—	909.932,80
Dotação Atualizada		—	11.359.932,80
Despesas Empenhadas		4.141.627,09	4.141.627,09
Despesas Liquidadas		1.377.184,93	1.377.184,93
Superavit Orçamentário		—	379.655,55
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		4.141.627,09	4.141.627,09
Despesas Liquidadas		1.377.184,93	1.377.184,93
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			9.603.998,48
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Liquidadas		0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		-239.352,00	-400.745,83
Resultado Primário		-313.350,50	394.182,77
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		8.461,00	0,00
EXECUTIVO		8.461,00	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		9.014,77	0,00
EXECUTIVO		9.014,77	0,00
TOTAL:		17.475,77	0,00
DESPESAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		340.110,10	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		64.178,46	60%
Liquidadas		64.178,46	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	400.000,00
Despesa de Capital Líquida		200.125,29	1.695.589,31
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00
			2048

Continua 1/2

Município de Santiago do Sul - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	24.900,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	170.174,61	15,00	9,63
Liquidadas	170.174,61		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Santiago do Sul, 26/03/2015

Volmir Antonio Sotille
Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado
Contador SC-020.348/O-5

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - RREO - 1º BIMESTRE - ANEXO 2

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea c')										R\$ 1,00	
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		%	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		%	SALDO (e) = (a-d)	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)			No Bimestre	Até o Bimestre (d)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	10.450.000,00	11.359.932,80	4.141.627,09	4.141.627,09	100,00	7.218.305,71	1.377.184,93	1.377.184,93	100,00	9.982.747,87	
Legislativa	395.336,00	395.336,00	81.871,19	81.871,19	1,98	313.464,81	45.208,45	45.208,45	3,28	350.127,55	
Ação Legislativa	395.336,00	395.336,00	81.871,19	81.871,19	1,98	313.464,81	45.208,45	45.208,45	3,28	350.127,55	
Administração	1.598.099,30	1.591.164,30	572.441,17	572.441,17	13,82	1.018.723,13	230.624,33	230.624,33	16,75	1.360.539,97	
Planejamento e Orçamento	633.500,00	635.565,00	232.837,67	232.837,67	5,62	402.727,33	103.667,14	103.667,14	7,53	531.897,86	
Administração Geral	635.599,30	655.599,30	265.965,16	265.965,16	6,42	389.634,14	89.387,25	89.387,25	6,49	566.212,05	
Administração Financeira	222.000,00	222.000,00	62.983,17	62.983,17	1,52	159.016,83	26.914,77	26.914,77	1,95	195.085,23	
Controle Interno	78.000,00	78.000,00	10.655,17	10.655,17	0,26	67.344,83	10.655,17	10.655,17	0,77	67.344,83	
Segurança Pública	1.800,00	1.800,00	0,00	0,00	0,00	1.800,00	0,00	0,00	0,00	1.800,00	
Defesa Civil	1.800,00	1.800,00	0,00	0,00	0,00	1.800,00	0,00	0,00	0,00	1.800,00	
Assistência Social	621.850,00	623.655,74	90.315,87	90.315,87	2,18	533.339,87	41.558,50	41.558,50	3,02	582.097,24	
Assistência à Criança e ao Adolescente	450.850,00	452.655,74	59.280,00	59.280,00	1,43	393.375,74	28.158,74	28.158,74	2,04	424.497,00	
Assistência Comunitária	171.000,00	171.000,00	31.035,87	31.035,87	0,75	139.964,13	13.399,76	13.399,76	0,97	157.600,24	
Saúde	2.234.056,20	2.306.336,20	832.491,33	832.491,33	20,10	1.473.844,87	217.713,08	217.713,08	15,81	2.088.623,12	
Atenção Básica	2.150.099,20	2.222.379,20	780.831,33	780.831,33	18,85	1.441.547,87	213.483,08	213.483,08	15,50	2.008.896,12	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	50.760,00	50.760,00	50.760,00	50.760,00	1,23	0,00	4.230,00	4.230,00	0,31	46.530,00	
Vigilância Sanitária	14.022,00	14.022,00	820,00	820,00	0,02	13.202,00	0,00	0,00	0,00	14.022,00	
Vigilância Epidemiológica	19.175,00	19.175,00	80,00	80,00	0,00	19.095,00	0,00	0,00	0,00	19.175,00	
Educação	1.910.346,50	1.984.065,96	600.523,58	600.523,58	14,50	1.383.542,38	194.644,68	194.644,68	14,13	1.789.421,28	
Alimentação e Nutrição	55.600,00	55.600,00	35.438,78	35.438,78	0,86	20.161,22	5.799,03	5.799,03	0,42	49.800,97	
Ensino Fundamental	1.313.046,50	1.386.765,96	356.095,31	356.095,31	8,60	1.030.670,65	152.091,63	152.091,63	11,04	1.234.674,33	
Ensino Médio	198.800,00	198.800,00	95.495,35	95.495,35	2,31	103.304,65	311,30	311,30	0,02	198.488,70	
Ensino Superior	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	
Educação Infantil	272.900,00	272.900,00	93.758,70	93.758,70	2,26	179.141,30	36.442,72	36.442,72	2,65	236.457,28	
Educação Especial	35.000,00	35.000,00	19.735,44	19.735,44	0,48	15.264,56	0,00	0,00	0,00	35.000,00	
Cultura	103.000,00	103.000,00	15.355,18	15.355,18	0,37	87.644,82	8.735,34	8.735,34	0,63	94.264,66	
Difusão Cultural	103.000,00	103.000,00	15.355,18	15.355,18	0,37	87.644,82	8.735,34	8.735,34	0,63	94.264,66	
Urbanismo	374.300,00	951.848,31	742.820,66	742.820,66	17,94	209.027,65	25.947,11	25.947,11	1,88	925.901,20	
Infra-Estrutura Urbana	117.500,00	695.048,31	558.288,30	558.288,30	13,48	136.760,01	0,00	0,00	0,00	695.048,31	
Serviços Urbanos	256.800,00	256.800,00	184.532,36	184.532,36	4,46	72.267,64	25.947,11	25.947,11	1,88	230.852,89	
Habitação	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	
Habitação Rural	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	
Habitação Urbana	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	
Saneamento	32.000,00	32.000,00	360,00	360,00	0,01	31.640,00	52,00	52,00	0,00	31.948,00	
Saneamento Básico Rural	20.000,00	20.000,00	360,00	360,00	0,01	19.640,00	52,00	52,00	0,00	19.948,00	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Santiago do Sul - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				% (b/Total b)			% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Saneamento	10.450.000,00	11.359.932,80	4.141.627,09	100,00	7.218.305,71	1.377.184,93	100,00	9.982.747,87
Saneamento Básico Urbano	32.000,00	32.000,00	360,00	0,01	31.640,00	52,00	0,00	31.948,00
Gestão Ambiental	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
Agricultura	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
Extensão Rural	1.031.000,00	1.187.714,29	465.387,62	11,24	722.326,67	328.187,25	23,83	889.527,04
Indústria	1.031.000,00	1.187.714,29	465.387,62	11,24	722.326,67	328.187,25	23,83	889.527,04
Promoção Industrial	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00
Comércio e Serviços	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00
Turismo	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
Transporte	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
Transporte Rodoviário	1.636.960,00	1.642.760,00	344.777,41	8,32	1.297.982,59	214.432,01	15,57	1.428.327,99
Desporto e Lazer	1.636.960,00	1.642.760,00	344.777,41	8,32	1.297.982,59	214.432,01	15,57	1.428.327,99
Desporto Comunitário	87.000,00	87.000,00	43.031,08	1,04	43.968,92	10.141,03	0,74	76.858,97
Encargos Especiais	87.000,00	87.000,00	43.031,08	1,04	43.968,92	10.141,03	0,74	76.858,97
Outros Encargos Especiais	352.252,00	352.252,00	352.252,00	8,51	0,00	59.941,15	4,35	292.310,85
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	352.252,00	352.252,00	352.252,00	8,51	0,00	59.941,15	4,35	292.310,85
	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	75.000,00	0,00	0,00	75.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	10.450.000,00	11.359.932,80	4.141.627,09	100,00	7.218.305,71	1.377.184,93	100,00	9.982.747,87

FONTE:

Santiago do Sul, 26/03/2015

Volmir Antonio Sotille
Prefeito MunicipalDomingos Severino Sponchiado
Contador SC-020.348/O-5

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - RREO - 1º BIMESTRE - ANEXO 3

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

RECEITA – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	TOTAL (ÚLT. 12 MES)		
RECEITAS CORRENTES (I)	760.819,73	946.574,19	1.088.938,08	923.986,92	790.038,12	889.673,36	813.831,63	832.844,74	946.743,71	1.251.610,51	1.049.769,42	1.054.767,12	11.338.937,12	11.383.668,40	
RECEITA TRIBUTÁRIA	22.843,58	44.825,46	32.344,64	28.473,97	27.084,46	17.691,18	12.344,16	13.444,66	16.033,25	24.122,29	7.000,99	47.304,53	236.923,57	331.700,00	
IPTU	0,00	11.793,12	15.686,55	9.232,36	8.779,32	3.163,25	227,50	1.066,99	61,36	629,61	0,00	0,00	50.701,96	63.000,00	
IR-RJF	6.662,33	6.578,43	6.766,07	6.527,81	6.605,90	6.241,80	6.599,24	6.798,52	6.598,77	13.221,45	2.216,29	13.140,04	88.066,65	81.400,00	
I.S.S.	7.367,82	4.626,88	4.956,53	8.202,65	7.900,51	7.005,42	3.353,62	4.900,64	7.246,58	8.732,93	3.894,60	4.793,87	72.645,05	105.000,00	
I.T.B.I.	1.920,00	1.800,00	910,00	2.350,00	1.790,00	660,00	2.100,00	650,00	2.100,00	500,00	1.400,00	5.100,00	21.220,00	20.000,00	
Outras Receitas Tributárias	6.686,73	20.027,03	4.043,69	2.164,25	2.008,73	650,71	63,80	108,51	25,54	1.038,30	0,00	0,00	61.299,91	62.300,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.296,32	2.235,82	2.227,25	2.346,25	2.369,94	2.349,04	456,47	2.819,36	2.803,86	4.694,46	3.125,59	2.931,37	30.628,53	26.500,00	
RECEITA PATRIMONIAL	13.523,01	12.530,26	13.457,87	12.014,45	8.390,13	18.677,74	14.658,51	13.773,59	13.155,56	13.958,49	12.074,51	13.290,27	159.484,39	97.302,50	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	16.221,06	9.348,27	9.695,59	24.512,01	29.661,70	17.115,36	32.219,99	36.963,50	29.003,09	22.506,21	9.162,75	19.163,80	256.363,33	267.356,90	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	724.848,39	876.523,96	1.030.506,12	854.513,44	718.915,41	803.224,90	751.710,34	759.885,87	881.688,67	1.180.555,89	1.014.599,87	960.356,89	10.567.459,75	11.142.398,60	
Cota-Parte do FPM	376.793,29	430.046,10	573.086,30	428.779,99	369.126,63	448.426,05	393.082,94	371.303,94	491.732,86	730.906,07	599.339,67	611.606,61	5.886.628,35	6.300.000,00	
Cota-Parte do ICMS	228.714,68	224.097,67	228.446,78	230.323,59	214.314,55	224.567,54	209.041,66	263.387,65	269.041,66	233.387,65	264.810,16	235.433,08	2.872.353,20	2.950.000,00	
Cota-Parte do IPVA	10.877,41	9.730,27	17.356,22	8.767,23	10.387,29	9.347,70	9.485,17	5.949,41	10.306,26	2.399,67	5.700,77	10.949,30	111.148,70	130.000,00	
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	23,78	0,00	456,59	573,32	0,00	6,63	29,29	7,02	1.066,63	1.900,00	
Outras Transferências Correntes	70.470,35	173.124,50	188.506,40	144.774,89	87.792,69	80.154,88	66.701,29	90.344,25	65.226,96	77.812,00	90.966,92	62.997,29	1.178.933,42	1.263.498,60	
Transferências da LC 81/1989	3.101,67	3.379,93	3.676,23	3.501,40	3.597,04	3.707,75	3.489,17	3.736,62	4.290,75	4.233,72	5.429,13	3.229,95	45.373,36	55.600,00	
Transferências da LC 87/1996	0,00	990,77	990,77	990,77	990,77	990,77	990,77	990,77	990,77	1.981,54	0,00	0,00	9.907,70	16.000,00	
Transferências do FUNDEB	34.800,99	35.154,72	38.038,42	36.375,57	33.682,66	36.039,21	36.769,40	38.116,85	40.107,39	39.848,61	48.396,93	44.594,64	463.048,39	425.400,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.079,87	1.110,42	993,41	2.123,40	2.326,48	616,14	2.442,16	534,76	4.047,28	5.792,97	3.059,91	2.429,85	31.577,55	17.571,40	
DEDUÇÕES (II)	123.897,26	133.648,75	164.712,09	134.672,44	119.681,67	137.407,83	126.647,73	126.226,76	155.272,29	162.426,17	175.060,94	172.284,81	1.734.938,64	1.896.700,00	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	123.897,26	133.648,75	164.712,09	134.672,44	119.681,67	137.407,83	126.647,73	126.226,76	155.272,29	162.426,17	175.060,94	172.284,81	1.734.938,64	1.896.700,00	
Outras Transferências - Conv.2014-IR-1403 SOR QBO	0,00	0,00	0,00	0,00	-6,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-6,15	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	636.922,47	812.925,44	924.225,99	789.314,48	670.356,45	722.265,53	684.183,90	706.617,98	791.471,42	1.089.184,34	874.648,58	882.191,90	9.603.988,48	9.992.968,40	
FONTE:															
Santiago do Sul, 29/03/2015															

Domingos Severino Sponchiado
Controlador SC-020.348/O-5

Volmir Antonio Sallie
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - RREO - 1º BIMESTRE - ANEXO 4

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECETAS REALIZADAS
			Até o Bimestre/2015Até o Bimestre/2014
RECETAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00
RECETAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECETAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECETAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atual						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2015		2014	
Caixa			0,00			0,00

Continua 2/4

Município de Santiago do Sul - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	2015	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)				
RECEITAS CORRENTES (VIII)				
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (X) = (VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3/4

Município de Santiago do Sul - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Santiago do Sul, 26/03/2015

Volmir Antonio Sotille

Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado

Contador SC-020.348/O-5

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - RREO - 1º BIMESTRE - ANEXO 5

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	498.650,00	498.650,00	259.298,00
DEDUÇÕES (II)	1.539.455,75	1.539.455,75	1.940.201,58
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.548.470,52	1.548.470,52	2.267.665,52
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	9.014,77	9.014,77	327.463,94
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.040.805,75	-1.040.805,75	-1.680.903,58
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	498.650,00	498.650,00	259.298,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.539.455,75	-1.539.455,75	-1.940.201,58

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2015 (C - A)
VALOR	-400.745,83	-400.745,83

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-239.352,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Santiago do Sul, 26/03/2015

Volmir Antonio Sotille
Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado
Contador SC-020.348/O-5

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - RREO - 1º BIMESTRE - ANEXO 6

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	9.895.797,50	1.731.475,70	1.680.553,29
Receita Tributária	331.700,00	54.905,42	24.425,97
I.P.T.U.	63.000,00	0,00	0,00
I.S.S.	105.000,00	8.678,47	7.714,01
I.T.B.I.	20.000,00	6.500,00	1.400,00
I.R.R.F.	81.400,00	15.456,33	15.311,96
Outras Receitas Tributárias	62.300,00	24.270,62	0,00
Receita de Contribuição	26.500,00	6.056,96	4.580,35
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	26.500,00	6.056,96	4.580,35
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	97.302,50	25.364,78	19.933,18
(-) Aplicações Financeiras	97.302,50	25.364,78	19.933,18
Transferências Correntes	9.251.698,60	1.636.711,11	1.628.788,18
F.P.M.	5.040.000,00	968.913,09	984.019,48
I.C.M.S.	2.360.000,00	400.194,74	372.201,95
Convênios	11.400,00	1.782,20	154,69
Outras Transferências Correntes	1.840.298,60	265.821,08	272.412,06
Demais Receitas Correntes	285.898,90	33.802,21	22.758,79
Dívida Ativa	11.700,00	3.224,42	2.590,37
Diversas Receitas Correntes	274.198,90	30.577,79	20.168,42
RECEITAS DE CAPITAL (II)	456.900,00	0,00	561.580,00
Operações de Crédito (III)	400.000,00	0,00	561.580,00
Amortização de Empréstimos (IV)	32.000,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	24.900,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	9.895.797,50	1.731.475,70	1.680.553,29

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	9.389.218,20	3.177.953,50	2.998.381,89	1.177.059,64	1.039.965,78
Pessoal e Encargos Sociais	4.850.337,30	668.648,68	658.139,43	649.448,68	628.256,83
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	6.881,37	0,00	6.881,37
Outras Despesas Correntes	4.538.880,90	2.509.304,82	2.333.361,09	527.610,96	404.827,58
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	9.389.218,20	3.177.953,50	2.991.500,52	1.177.059,64	1.033.084,41
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.895.714,60	963.673,59	711.844,00	200.125,29	575.314,00
Investimentos	1.656.362,60	724.321,59	612.114,00	160.233,29	575.314,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	239.352,00	239.352,00	99.730,00	39.892,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.656.362,60	724.321,59	612.114,00	160.233,29	575.314,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	75.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	11.120.580,80	3.902.275,09	3.603.614,52	1.337.292,93	1.608.398,41
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.224.783,30	-2.170.799,39	-1.923.061,23	394.182,77	72.154,88
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-313.350,50

FONTE:

Santiago do Sul, 26/03/2015

Volmir Antonio Sotille
Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado
Contador SC-020.348/O-5

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - RREO - 1º BIMESTRE - ANEXO 7

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)		RP NÃO PROCESSADOS										Rs 1,00	
PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)		-	9.014,77	4.729,06	-	4.285,71	-	8.461,00	7.042,40	7.042,40	-	1.418,60	5.704,31
EXECUTIVO													
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		0,00	9.014,77	4.729,06	0,00	4.285,71	0,00	8.461,00	7.042,40	7.042,40	0,00	1.418,60	5.704,31
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	891,29	891,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.061,00	6.717,65	6.717,65	0,00	1.343,35	1.343,35
SEC. MUNIC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	4.285,71	0,00	0,00	4.285,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.285,71
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E FINANÇAS		0,00	3.837,77	3.837,77	0,00	0,00	0,00	400,00	324,75	324,75	0,00	75,25	75,25
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):		0,00	9.014,77	4.729,06	0,00	4.285,71	0,00	8.461,00	7.042,40	7.042,40	0,00	1.418,60	5.704,31

FONTE:

Santiago do Sul, 26/03/2015

Válnir Antônio Scitile
Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado
Contador SC-020.348/O-5

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - RREO - 1º BIMESTRE - ANEXO 8

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	273.180,00	273.180,00	31.085,48	31.085,48	11,38
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	66.080,00	66.080,00	180,36	180,36	0,27
1.1.1- IPTU	65.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	280,00	280,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	2.100,00	2.100,00	154,67	154,67	7,37
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.300,00	1.300,00	25,69	25,69	1,98
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(2.600,00)	(2.600,00)	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	20.000,00	20.000,00	6.500,00	6.500,00	32,50
1.2.1- ITBI	20.000,00	20.000,00	6.500,00	6.500,00	32,50
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	105.700,00	105.700,00	8.948,79	8.948,79	8,47
1.3.1- ISS	105.000,00	105.000,00	8.678,47	8.678,47	8,27
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	100,00	100,00	33,20	33,20	33,20
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	500,00	500,00	212,00	212,00	42,40
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	100,00	100,00	25,12	25,12	25,12
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	81.400,00	81.400,00	15.456,33	15.456,33	18,99
1.4.1- IRRF	81.400,00	81.400,00	15.456,33	15.456,33	18,99
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	9.453.500,00	9.453.500,00	1.736.729,98	1.736.729,98	18,37
2.1- Cota-Parte FPM	6.300.000,00	6.300.000,00	1.211.141,28	1.211.141,28	19,22
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.300.000,00	6.300.000,00	1.211.141,28	1.211.141,28	19,22
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	2.950.000,00	2.950.000,00	500.243,24	500.243,24	16,96
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPVA-Exportação	55.600,00	55.600,00	8.659,08	8.659,08	15,57
2.5- Cota-Parte ITR	1.900,00	1.900,00	36,31	36,31	1,91
2.6- Cota-Parte IPVA	130.000,00	130.000,00	16.650,07	16.650,07	12,81
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	9.726.680,00	9.726.680,00	1.767.815,46	1.767.815,46	18,17
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	84.000,00	84.000,00	21.297,79	21.297,79	25,35
5.1- Transferências do Salário-Educação	50.000,00	50.000,00	17.806,47	17.806,47	35,61
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - FNAE	14.000,00	14.000,00	1.342,00	1.342,00	9,59
5.4- Transferências Diretas - FNATE	20.000,00	20.000,00	2.149,32	2.149,32	10,75
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	228.500,00	228.500,00	733,15	733,15	0,32
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	312.500,00	312.500,00	22.030,94	22.030,94	7,05
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.890.700,00	1.890.700,00	347.345,65	347.345,65	18,37
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.260.000,00	1.260.000,00	242.228,19	242.228,19	19,22
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	590.000,00	590.000,00	100.048,50	100.048,50	16,96
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.200,00	3.200,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPVA-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	11.120,00	11.120,00	1.731,83	1.731,83	15,57
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	380,00	380,00	7,25	7,25	1,91
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	26.000,00	26.000,00	3.329,88	3.329,88	12,81
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	427.400,00	427.400,00	93.674,38	93.674,38	21,94
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	425.400,00	425.400,00	93.333,57	93.333,57	21,94
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	2.000,00	2.000,00	340,81	340,81	17,04
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.465.300,00	-1.465.300,00	-254.012,08	-254.012,08	17,34
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	422.400,00	430.637,30	64.178,46	64.178,46	14,90
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	422.400,00	430.637,30	64.178,46	64.178,46	14,90
14- OUTRAS DESPESAS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	427.400,00	435.637,30	64.178,46	64.178,46	14,73
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					64.178,46
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					68,51
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					31,49
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	2.431.670,00	2.431.670,00	441.953,87	441.953,87	18,17
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	83.000,00	83.000,00	6.246,25	6.246,25	7,53
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	551.400,00	599.637,30	80.192,58	80.192,58	13,37
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	427.400,00	435.637,30	64.178,46	64.178,46	14,73
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	124.000,00	164.000,00	16.014,12	16.014,12	9,76
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	634.400,00	682.637,30	86.438,83	86.438,83	12,66
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-254.012,08
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					340,81
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-253.671,27
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					340.110,10
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					19,24
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	40.670,00	66.152,16	7.824,60	7.824,60	11,83
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	44.100,00	44.100,00	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	84.770,00	110.252,16	7.824,60	7.824,60	7,10
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	719.170,00	792.889,46	94.263,43	94.263,43	11,89

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	93.333,57	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	340,81	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	93.674,38	0,00

Santiago do Sul, 26/03/2015

Volmir Antonio Sotille
Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado
Contador SC-020.348/O-5

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - RREO - 1º BIMESTRE - ANEXO 9

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	400.000,00	0,00			400.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	1.895.714,60	963.673,59	200.125,29	0,00	932.041,01
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.895.714,60	963.673,59	200.125,29	0,00	932.041,01
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.495.714,60	-963.673,59	-	-	-532.041,01

FONTE:

Santiago do Sul, 26/03/2015

Volmir Antonio Sotille
Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado
Contador SC-020.348/O-5

São Bento do Sul

PREFEITURA

ANULAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 288/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
ANULAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 288/2014

O Município de São Bento do Sul através do Secretário Municipal de Administração diante: i) da Ausência de Demonstração de Capacidade Técnica para Desempenho de Serviço; ii) da ausência de Prévio Ato Justificador, após a retificação administrativa do mesmo, apontados no julgamento do Mandado de Segurança nº 0302014-70.2014.8.24.0058, resolve ANULAR o Processo Licitatório n. 288/2014, invalidando todos os seus efeitos, que se trata da OUTORGA DE PERMISSÃO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS, MEDIANTE COBRANÇA DE TARIFAS, OS QUAIS COMPREENDERÃO OBRIGATORIAMENTE: I) A VENDA DE ATAÚDES (URNAS); II) TRANSPORTE DE CADÁVERES; III) HIGIENIZAÇÃO DO CORPO; IV) SERVIÇO DE PREPARAÇÃO DO CADÁVER PARA O VELÓRIO; V) FORNECIMENTO DE, NO MÍNIMO, 4 VELAS POR FUNERAL; VI) ORNAMENTAÇÃO DA URNA COM FLOR NATURAL DA ÉPOCA OU FLOR ARTIFICIAL, A CRITÉRIO DO USUÁRIO; VII) VÉU PARA COBRIR O CORPO; VIII) EDREDON (OU SIMILAR) NA URNA; IX) EMPRÉSTIMO.

São Bento do Sul, 27 de março de 2015.
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 007/2015 FMD

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015 - FMD
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015
MENOR PREÇO POR ITEM

A Fundação Municipal de Desportos DO MUNICÍPIO de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, através do seu Presidente Sr. Hécio Carlos Liebl, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 10.520/02 de 17/07/2002 e Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e suas alterações, que receberá até às 08:45 horas do dia 17/04/2015, na sede da Prefeitura Municipal, rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:
DO OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COM MOTORISTA E COMBUSTÍVEL PARA O TRANSPORTE DOS ATLETAS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS NO ANO DE 2015. Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo na Fundação Municipal de Desportos, na rua Benjamin Constant, 120 - Centro - Antiga Móveis Leopoldo, no horário das 07:30h às 17:00h. Ou ainda pelo site, no endereço: www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 26 de março de 2015.
HÉLCIO CARLOS LIEBL
Presidente da Fundação Municipal de Desportos

FERNANDASPITZNER
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 64/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2015
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 22 de abril de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE FILTROS PARA MÁQUINAS, CAMINHÕES E AUTOMÓVEIS PARA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONFORME RELAÇÃO ANEXA. Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 26 de março de 2015.
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário de Administração

MAURO SIQUEIRA RAMOS
Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 85/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2015
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 27 de abril de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS VARIADAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS CONFORME RELAÇÃO DESCRITIVA COM ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS NO ANEXO I.
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração - Autoridade Competente
SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 88/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2015

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 13 de abril de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE SINALIZAÇÃO PARA VIAS MUNICIPAIS, PARA A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, CONFORME ANEXO. Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de

Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 26 de março de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Pregoeiro

ERRATA 03/2015

ERRATA

Na publicação da Portaria nº 8443/2015, no DOM nº 1712, de 27 de março de 2015, pág. 449, no local que se lê "a partir de 01 de abril de 2015" leia-se "a partir de 24 de março de 2015".

Na publicação da Portaria nº 8444/2015, no DOM nº 1712, de 27 de março de 2015, pág. 449, no local que se lê "a partir de 01 de abril de 2015" leia-se "a partir de 24 de março de 2015".

PORTARIA Nº 8626/2015

PORTARIA Nº 8626, DE 27 DE MARÇO DE 2015

Exonera Coordenador de Serviços

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 27 de março de 2015, ELIANE COPETTI, do cargo de Coordenador de Serviços de Cadastro Imobiliário, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

São Bento do Sul, 27 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8627/2015

PORTARIA Nº 8627, DE 27 DE MARÇO DE 2015

Exonera Coordenador de Setor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 27 de março de 2015, JULIANA BAYERL, do cargo de Coordenador de Setor de Atendimento, na Secretaria Municipal de Finanças.

São Bento do Sul, 27 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8628/2015

PORTARIA Nº 8628, DE 27 DE MARÇO DE 2015

Exonera Coordenador de Setor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 27 de março de 2015, JOSEMERI CAETANO DE ALMEIDA, do cargo de Coordenador de Setor de Recepção Geral, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 27 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8629/2015

PORTARIA Nº 8629, DE 27 DE MARÇO DE 2015

Exonera Chefe de Divisão

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 27 de março de 2015, CASSIANO ROBERT, do cargo de Chefe de Divisão de Serviços Especializados, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 27 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8630/2015

PORTARIA Nº 8630, DE 27 DE MARÇO DE 2015

Nomeia Coordenador de Setor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 27 de março de 2015, ELIANE COPETTI, no cargo de Coordenador de Setor de Atendimento, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

São Bento do Sul, 27 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8631/2015

PORTARIA Nº 8631, DE 27 DE MARÇO DE 2015

Nomeia Coordenador de Setor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 27 de março de 2015, JULIANA BAYERL, no cargo de Coordenador de Setor de Recepção Geral, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 27 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8632/2015

PORTARIA Nº 8632, DE 27 DE MARÇO DE 2015

Nomeia Chefe de Divisão

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 27 de março de 2015, JOSEMERI CAETANO DE ALMEIDA, no cargo de Chefe de Divisão de Merenda Escolar, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 27 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8633/2015

PORTARIA Nº 8633, DE 27 DE MARÇO DE 2015

Nomeia Chefe de Divisão

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 27 de março de 2015, VALDIRENE GREICI MALLON SCHROEDER, no cargo de Chefe de Divisão de Serviços Especializados, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 27 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8634/2015

PORTARIA Nº 8634, DE 27 DE MARÇO DE 2015

Nomeia Coordenador de Serviços

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 27 de março de 2015, VIDIO LEITE, no cargo de Coordenador de Serviços de Limpeza Pública, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

São Bento do Sul, 27 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8635/2015

PORTARIA Nº 8635, DE 27 DE MARÇO DE 2015

Nomeia Coordenador de Serviços

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 27 de março de 2015, LINDOMAR SIQUEIRA, no cargo de Coordenador de Serviços de Roçada, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

São Bento do Sul, 27 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8636/2015

PORTARIA Nº 8636, DE 27 DE MARÇO DE 2015

Nomeia Coordenador de Setor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 27 de março de 2015, JAQUELINE BENOIT, no cargo de Coordenador de Setor do Centro de Referência em Assistência Social - Centenário, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 27 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

São Carlos**PREFEITURA****EXTRATO ATA DE REG N.11-15**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

T Compo Nº.:11/2015

Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

Contratada...:COOP REGIONAL AURIVERDE

Objeto :AQUISIÇÃO DE SEMENTE DE PASTAGENS

-MANUTENÇÃO DE PROGRAMA

Valor :R\$109.590,00(cento e nove mil quinhentos e noventa reais)

PROCESSO:PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 28/2015

Vigência : orçamento vigente

SAO CARLOS,25 de março de 2015

CLEOMAR WEBER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

RESUMO CONTRATO N.16/2015-CIGA

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.:16 /2015

Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

Contratada...:Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA),

Objeto :prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de São Carlos

Valor :R\$ 4.320,00(quatro mil trezentos e vinte reais)

Vigência : :31.12.2015

Licitação :34/2015

SAO CARLOS, 27 de março de 2015.

CLEOMAR WEBER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

São João do Oeste

PREFEITURA

P.P. 09/2015 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

F.M.A.S. DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015 - Exclusivo para empresas

MPES - conforme LC 147/14

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com sistema de registro de preços, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para manutenção dos grupos da terceira idade do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes até as 08:30 horas do dia 15 de abril de 2015 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro - São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail compras@saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 30 de março de 2.015. SÉRGIO LUIS THEISEN - PREFEITO MUNICIPAL.

P.P. 10/2015 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

F.M.A.S. DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015 - Exclusivo para empresas

MPES - conforme LC 147/14

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática, climatizador e cortinas para manutenção das atividades do CRAS do Município de São João do Oeste, com recursos do PBV/SCFV.

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes até as 08:30 horas do dia 16 de abril de 2015 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro - São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail compras@saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 30 de março de 2.015. SÉRGIO LUIS THEISEN - PREFEITO MUNICIPAL.

P.P. 24/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2015 - Exclusivo para empresas

MPES - conforme LC 147/14

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de

PREGÃO PRESENCIAL, com sistema de registro de preços, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática para as diversas secretarias do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes até as 08:00 horas do dia 13 de abril de 2015 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro - São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail compras@saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 30 de março de 2.015. SÉRGIO LUIS THEISEN - PREFEITO MUNICIPAL.

P.P. 25/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2015 - Exclusivo para empresas

MPES - conforme LC 147/14

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com sistema de registro de preços, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Contratação de empresa para efetuar serviços de arbitragem e coordenação de jogos promovidos pela CME do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço global.

Entrega dos envelopes até as 16:30 horas do dia 13 de abril de 2015 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro - São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail compras@saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 30 de março de 2.015. SÉRGIO LUIS THEISEN - PREFEITO MUNICIPAL.

P.P. 26/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2015 - Exclusivo para empresas

MPES - conforme LC 147/14

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para o Programa Municipal de Alimentação Escolar e Mais Educação do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes até as 14:00 horas do dia 10 de abril de 2015 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro - São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail compras@saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 30 de março de 2.015. SÉRGIO LUIS THEISEN - PREFEITO MUNICIPAL.

P.P. 27/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2015 - Exclusivo para empresas

MPES - conforme LC 147/14

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de brinquedos, jogos pedagógicos e material esportivo para educandários da Rede Municipal de Ensino do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes até as 14:00 horas do dia 15 de abril de 2015 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro - São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail compras@saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 30 de março de 2.015. SÉRGIO LUIS THEISEN - PREFEITO MUNICIPAL.

P.P. 28/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2015 - Exclusivo para empresas

MPES - conforme LC 147/14

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de livros de literatura adulta, juvenil e infantil para a Biblioteca Publica Municipal Pe. Afonso Hansen do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes até as 14:00 horas do dia 16 de abril de 2015 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro - São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail compras@saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 30 de março de 2.015. SÉRGIO LUIS THEISEN - PREFEITO MUNICIPAL.

São João do Sul

PREFEITURA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1º BIM_2015

Município de SAO JOAO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	27.668.000,00	27.668.000,00	2.865.308,22	10,36	2.865.308,22	10,36
RECEITAS CORRENTES	17.318.000,00	17.318.000,00	2.603.869,94	15,07	2.603.869,94	15,07
RECEITA TRIBUTÁRIA	731.600,00	731.600,00	86.031,69	11,76	86.031,69	11,76
IMPOSTOS	529.915,00	529.915,00	57.190,99	10,79	57.190,99	10,79
TAXAS	201.685,00	201.685,00	28.840,70	14,30	28.840,70	14,30
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	76.224,00	76.224,00	16.351,33	21,45	16.351,33	21,45
Contrib. p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públi	76.224,00	76.224,00	16.351,33	21,45	16.351,33	21,45
RECEITA PATRIMONIAL	76.113,00	76.113,00	31.070,48	40,82	31.070,48	40,82
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	76.113,00	76.113,00	31.070,48	40,82	31.070,48	40,82
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	2.757,29	0,00	2.757,29	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.228.108,00	16.228.108,00	2.459.162,24	15,15	2.459.162,24	15,15
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	16.128.108,00	16.128.108,00	2.459.162,24	15,25	2.459.162,24	15,25
Transf. de Conv.	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	205.955,00	205.955,00	14.496,91	7,04	14.496,91	7,04
Multas e Juros de Mora	64.064,00	64.064,00	6.411,62	10,01	6.411,62	10,01
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	66.716,00	66.716,00	8.086,29	12,12	8.086,29	12,12
RECEITAS DIVERSAS	75.175,00	75.175,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	10.350.000,00	10.350.000,00	255.438,28	2,47	255.438,28	2,47
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.300.000,00	1.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.300.000,00	1.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.050.000,00	9.050.000,00	255.438,28	2,82	255.438,28	2,82
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	9.050.000,00	9.050.000,00	255.438,28	2,82	255.438,28	2,82
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	27.668.000,00	27.668.000,00	2.865.308,22	10,36	2.865.308,22	10,36
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de SAO JOAO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	27.668.000,00	27.668.000,00	2.865.308,22	10,36	2.865.308,22	10,36
DEFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	27.668.000,00	27.668.000,00	2.865.308,22	10,36	2.865.308,22	10,36
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	45.521,95	—	—	32.222,90	—
Superávit Financeiro	—	45.521,95	—	—	32.222,90	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	27.668.000,00	1.646.458,22	29.314.458,22	6.361.647,95	6.361.647,95	2.008.473,90	2.008.473,90	6,85
DESPESAS CORRENTES	15.120.911,78	55.616,71	15.176.528,49	3.716.929,68	3.716.929,68	1.804.040,87	1.804.040,87	11,89
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.798.600,00	-16.585,27	8.782.014,73	1.280.589,81	1.280.589,81	1.280.589,81	1.280.589,81	14,58
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	76.601,91	0,00	76.601,91	18.202,03	18.202,03	18.202,03	18.202,03	23,76
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.245.709,87	72.201,98	6.317.911,85	2.418.137,84	2.418.137,84	505.249,03	505.249,03	8,00
DESPESAS DE CAPITAL	12.515.088,22	1.590.841,51	14.105.929,73	2.644.718,27	2.644.718,27	204.433,03	204.433,03	1,45
INVESTIMENTOS	11.997.863,80	1.590.841,51	13.588.505,31	2.556.626,71	2.556.626,71	116.341,47	116.341,47	0,86
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	517.424,42	0,00	517.424,42	88.091,56	88.091,56	88.091,56	88.091,56	17,03
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	32.000,00	0,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	27.668.000,00	1.646.458,22	29.314.458,22	6.361.647,95	6.361.647,95	2.008.473,90	2.008.473,90	6,85
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de SAO JOAO DO SUL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	27.668.000,00	1.646.458,22	29.314.458,22	6.361.647,95	6.361.647,95	2.008.473,90	2.008.473,90	27.305.984,32
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	856.834,32	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	27.668.000,00	1.646.458,22	29.314.458,22	6.361.647,95	6.361.647,95	2.008.473,90	2.865.308,22	27.305.984,32

FONTE:

SAO JOAO DO SUL , 26/03/2015

IMOACIR FRANCISCO TEIXEIRA Prefeito, em exercício	ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA Secretário de Finanças	CARLA LUISA T. BARCELLOS Contadora CRC/SC nº 020.314/O-7
CARLA PEREIRA Controle Interno		

Município de SAO JOAO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	605.201,00	605.201,00	68.274,17	11,28
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	152.351,00	152.351,00	271,52	0,18
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	57.913,00	57.913,00	12.623,57	21,80
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	181.659,00	181.659,00	18.600,59	10,24
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	137.992,00	137.992,00	25.695,31	18,62
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.583,00	1.583,00	9,49	0,60
Divida Ativa dos Impostos	47.435,00	47.435,00	6.916,17	14,58
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Divida Ativa	26.268,00	26.268,00	4.157,52	15,83
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.633.745,00	11.633.745,00	1.966.578,51	16,90
Cota-Parte FPM	6.481.367,00	6.481.367,00	1.211.141,28	18,69
Cota-Parte ITR	10.635,00	10.635,00	122,39	1,15
Cota-Parte IPVA	484.204,00	484.204,00	62.229,51	12,85
Cota-Parte ICMS	4.573.937,00	4.573.937,00	681.103,48	14,89
Cota-Parte IPI-Exportação	68.175,00	68.175,00	11.981,85	17,58
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	15.427,00	15.427,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	15.427,00	15.427,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	12.238.946,00	12.238.946,00	2.034.852,68	16,63
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS Provenientes da União Provenientes dos Estados RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	948.255,72	948.255,72	141.849,65	14,96
	786.925,44	786.925,44	132.624,74	16,85
	161.330,28	161.330,28	9.224,91	5,72
	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	958.759,72	958.759,72	2.046,95	19,49
15,01	143.896,60	143.896,60		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)				
DESPESAS CORRENTES Pessoal e Encargos Sociais Outras Despesas Correntes	3.437.104,60	3.437.104,60	29,10	15,71
	2.605.000,00	379.196,09	14,56	14,56
	832.104,60	621.167,25	74,65	19,31

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SAO JOAO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	27.302,40	100.278,59	72.976,19	72,77	0,00	0,00
Investimentos	27.302,40	100.278,59	72.976,19	72,77	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.464.407,00	3.537.383,19	1.073.339,53	30,34	539.870,06	15,26
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	948.255,72	1.021.231,91	323.735,11	30,16	123.677,60	22,91
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	948.255,72	1.021.231,91	323.735,11	30,16	123.677,60	22,91
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	948.255,72	1.021.231,91	323.735,11	30,16	123.677,60	22,91
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.516.151,28	2.516.151,28	749.604,42	69,84	416.192,46	77,09
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 6						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI] - (15 x IIIb)/100]						
			110.964,56			

Continúa 2/4

Continuação 3/4

Município de SAO JOAO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2014		0,00	38,41	2.113,04	-2.113,04		0,00	
TOTAL		0,00	38,41	2.113,04	-2.113,04		0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)				SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
		38,41	0,00			38,41		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2014		38,41		0,00			38,41	
TOTAL (VIII)		38,41		0,00			38,41	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 26 E 28								
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)				SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
		-	-			-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100		
	3.368.000,00	3.440.976,19	1.059.477,36	98,71	527.729,77	97,75		
	39.407,00	39.407,00	4.768,43	0,44	3.850,39	0,71		
	56.000,00	56.000,00	9.093,74	0,85	8.289,90	1,54		
	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL	3.464.407,00	3.537.383,19	1.073.339,53		100,00		539.870,06	100,00

FONTE:

- 1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i)] - (15 \times IIIb)/100$

Continua 3/4

Município de SAO JOAO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

SAO JOAO DO SUL , 26/03/2015

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA Prefeito, em exercício	ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA Secretário de Finanças	CARLA LUISA T. BARCELLC Contadora CRC/SC nº 020.3
CARLA PEREIRA Controlador Interno		

Município de SAO JOAO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			R\$ 1,00
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
								% (b/a)	SALDO (a - b)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)									
Legislativa	27.668.000,00	29.314.458,22	6.361.647,95	6.361.647,95	2.008.473,90	2.008.473,90	2.008.473,90	100,00	27.305.984,32
Ação Legislativa	840.000,00	840.000,00	145.798,35	145.798,35	97.751,12	97.751,12	97.751,12	4,87	742.248,88
Administração	840.000,00	840.000,00	145.798,35	145.798,35	97.751,12	97.751,12	97.751,12	4,87	742.248,88
Planejamento e Orçamento	1.640.010,00	1.640.010,00	510.352,36	510.352,36	200.168,57	200.168,57	200.168,57	9,97	1.439.841,43
Administração Geral	42.000,00	42.000,00	5.152,68	5.152,68	5.152,68	5.152,68	5.152,68	0,26	36.847,32
Administração Financeira	954.590,00	954.590,00	333.136,39	333.136,39	122.274,16	122.274,16	122.274,16	6,09	832.315,84
Segurança Pública	643.420,00	643.420,00	172.063,29	172.063,29	72.741,73	72.741,73	72.741,73	3,62	570.678,27
Policimento	53.202,00	53.202,00	1.963,00	1.963,00	1.307,00	1.307,00	1.307,00	0,07	51.895,00
Assistência Social	53.202,00	53.202,00	1.963,00	1.963,00	1.307,00	1.307,00	1.307,00	0,07	51.895,00
Assistência ao Idoso	1.179.125,00	1.182.712,93	173.498,17	173.498,17	79.871,00	79.871,00	79.871,00	3,98	1.102.841,93
Assistência ao Portador de Deficiência	307.000,00	307.000,00	1.400,00	1.400,00	152,02	152,02	152,02	0,01	306.847,98
Assistência à Criança e ao Adolescente	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00
Assistência Comunitária	339.600,00	339.600,00	57.704,16	57.704,16	17.396,28	17.396,28	17.396,28	0,87	322.203,72
Saúde	511.525,00	515.112,93	114.394,01	114.394,01	62.322,70	62.322,70	62.322,70	3,10	452.790,23
Atenção Básica	3.463.407,00	3.536.383,19	1.073.339,53	1.073.339,53	539.870,06	539.870,06	539.870,06	26,88	2.996.513,13
Vigilância Sanitária	3.368.000,00	3.440.976,19	1.059.477,36	1.059.477,36	527.729,77	527.729,77	527.729,77	26,28	2.913.246,42
Vigilância Epidemiológica	39.407,00	39.407,00	4.768,43	4.768,43	3.850,39	3.850,39	3.850,39	0,19	35.556,61
Educação	56.000,00	56.000,00	9.093,74	9.093,74	8.289,90	8.289,90	8.289,90	0,41	47.710,10
Alimentação e Nutrição	7.559.220,00	9.114.593,48	2.407.453,44	2.407.453,44	623.246,27	623.246,27	623.246,27	31,03	8.491.347,21
Ensino Fundamental	164.000,00	164.000,00	85.755,20	85.755,20	0,00	0,00	0,00	0,00	164.000,00
Ensino Profissional	5.675.734,00	7.230.944,04	2.162.966,01	2.162.966,01	476.631,02	476.631,02	476.631,02	23,73	6.754.313,02
Ensino Superior	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00
Educação Infantil	200.000,00	200.000,00	3.721,20	3.721,20	3.721,20	3.721,20	3.721,20	0,19	196.278,80
Cultura	1.484.486,00	1.484.649,44	155.011,03	155.011,03	142.894,05	142.894,05	142.894,05	7,11	1.341.755,39
Difusão Cultural	115.000,00	115.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115.000,00
Urbanismo	115.000,00	115.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115.000,00
Infra-Estrutura Urbana	261.000,00	261.000,00	169.879,39	169.879,39	37.240,59	37.240,59	37.240,59	1,85	223.759,41
Serviços Urbanos	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Habitação	256.000,00	256.000,00	169.879,39	169.879,39	37.240,59	37.240,59	37.240,59	1,85	218.759,41
Habitação Rural	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SAO JOAO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES/UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)	
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (0)	27.668.000,00	29.314.458,22	6.361.647,95	6.361.647,95	2.008.473,90	2.008.473,90	100,00	6,85	27.305.984,32
Saneamento	5.620.000,00	5.620.000,00	158.700,70	158.700,70	49.203,09	49.203,09	2,45	0,88	5.570.796,91
Saneamento Básico Urbano	5.620.000,00	5.620.000,00	158.700,70	158.700,70	49.203,09	49.203,09	2,45	0,88	5.570.796,91
Gestão Ambiental	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Agricultura	770.278,00	784.577,00	265.272,24	265.272,24	79.428,06	79.428,06	3,95	10,12	705.148,94
Extensão Rural	770.278,00	784.577,00	265.272,24	265.272,24	79.428,06	79.428,06	3,95	10,12	705.148,94
Indústria	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
Promoção Industrial	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
Comércio e Serviços	92.000,00	92.000,00	6.661,92	6.661,92	6.661,92	6.661,92	0,33	7,24	85.338,08
Turismo	92.000,00	92.000,00	6.661,92	6.661,92	6.661,92	6.661,92	0,33	7,24	85.338,08
Transporte	4.859.231,67	4.859.231,67	1.197.811,40	1.197.811,40	149.870,44	149.870,44	7,46	3,08	4.709.361,23
Transporte Rodoviário	4.859.231,67	4.859.231,67	1.197.811,40	1.197.811,40	149.870,44	149.870,44	7,46	3,08	4.709.361,23
Desporto e Lazer	310.000,00	310.000,00	8.022,68	8.022,68	5.365,82	5.365,82	0,27	1,73	304.634,18
Desporto Comunitário	310.000,00	310.000,00	8.022,68	8.022,68	5.365,82	5.365,82	0,27	1,73	304.634,18
Encargos Especiais	851.526,33	851.747,95	242.894,77	242.894,77	138.489,96	138.489,96	6,90	16,26	713.257,99
Serviço da Dívida Interna	594.026,33	594.026,33	106.293,59	106.293,59	106.293,59	106.293,59	5,29	17,89	487.732,74
Outros Encargos Especiais	257.500,00	257.721,62	136.601,18	136.601,18	32.196,37	32.196,37	1,60	12,49	225.525,25

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SAO JOAO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	27.668.000,00	29.314.458,22	6.361.647,95	6.361.647,95	2.008.473,90	2.008.473,90	100,00	6,85
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	32.000,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	27.668.000,00	29.314.458,22	6.361.647,95	6.361.647,95	2.008.473,90	2.008.473,90	100,00	6,85

FONTE:

SAO JOAO DO SUL , 26/03/2015

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA Prefeito, em exercício	ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA Secretário de Finanças	CARLA LUISA T. BARCELLOS Contadora CRC/SC nº 020.314/O-7
CARLA PEREIRA Controle Interno		

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	605.201,00	605.201,00	68.274,17	68.274,17	11,28
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	224.072,00	224.072,00	11.082,34	11.082,34	4,95
1.1.1- IPTU	152.351,00	152.351,00	271,52	271,52	0,18
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	547,00	547,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	46.443,00	46.443,00	6.735,19	6.735,19	14,50
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	24.731,00	24.731,00	4.075,63	4.075,63	16,48
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	57.913,00	57.913,00	12.623,57	12.623,57	21,80
1.2.1- ITBI	57.913,00	57.913,00	12.623,57	12.623,57	21,80
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	185.224,00	185.224,00	18.872,95	18.872,95	10,19
1.3.1- ISS	181.659,00	181.659,00	18.600,59	18.600,59	10,24
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.036,00	1.036,00	9,49	9,49	0,92
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	992,00	992,00	180,98	180,98	18,24
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.537,00	1.537,00	81,89	81,89	5,33
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	137.992,00	137.992,00	25.695,31	25.695,31	18,62
1.4.1- IRRF	137.992,00	137.992,00	25.695,31	25.695,31	18,62
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.948.557,00	11.948.557,00	1.966.578,51	1.966.578,51	16,46
2.1- Cota-Parte FPM	6.796.179,00	6.796.179,00	1.211.141,28	1.211.141,28	17,82
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.796.179,00	6.796.179,00	1.211.141,28	1.211.141,28	17,82
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.573.937,00	4.573.937,00	681.103,48	681.103,48	14,89
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº 87/1996	15.427,00	15.427,00	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	68.175,00	68.175,00	11.981,85	11.981,85	17,58
2.5- Cota-Parte ITR	10.635,00	10.635,00	122,39	122,39	1,15
2.6- Cota-Parte IPVA	484.204,00	484.204,00	62.229,51	62.229,51	12,85
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	12.553.758,00	12.553.758,00	2.034.852,68	2.034.852,68	16,21
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	706.011,00	706.011,00	99.045,71	99.045,71	14,03
5.1- Transferências do Salário-Educação	412.841,00	412.841,00	96.456,48	96.456,48	23,36
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	126.000,00	126.000,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - FNATE	161.170,00	161.170,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	6.000,00	6.000,00	2.589,23	2.589,23	43,15
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.000.000,00	1.000.000,00	255.438,28	255.438,28	25,54
6.1- Transferências de Convênios	1.000.000,00	1.000.000,00	255.438,28	255.438,28	25,54
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	318.817,40	318.817,40	2.826,19	2.826,19	0,89
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.024.828,40	2.024.828,40	357.310,18	357.310,18	17,65
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.326.748,80	2.326.748,80	393.315,22	393.315,22	16,90
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.296.273,40	1.296.273,40	242.228,19	242.228,19	18,69
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	914.787,40	914.787,40	136.220,54	136.220,54	14,89
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.085,20	3.085,20	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	13.635,00	13.635,00	2.396,27	2.396,27	17,57
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.127,00	2.127,00	24,46	24,46	1,15
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	96.840,80	96.840,80	12.445,76	12.445,76	12,85
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	4.303.113,00	4.303.113,00	620.855,90	620.855,90	14,43
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.298.113,00	4.298.113,00	618.579,17	618.579,17	14,39
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	5.000,00	5.000,00	2.276,73	2.276,73	45,53
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	1.971.364,20	1.971.364,20	225.263,95	225.263,95	11,43
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.581.867,80	2.581.867,80	361.245,93	361.245,93	13,99
13.1- Com Educação Infantil	781.867,80	781.867,80	116.976,28	116.976,28	14,96
13.2- Com Ensino Fundamental	1.800.000,00	1.800.000,00	244.269,65	244.269,65	13,57
14- OUTRAS DESPESAS	1.721.245,20	1.721.526,49	87.199,82	87.199,82	5,07
14.1- Com Educação Infantil	522.132,20	522.132,20	21.657,31	21.657,31	4,15
14.2- Com Ensino Fundamental	1.199.113,00	1.199.394,29	65.542,51	65.542,51	5,46
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	4.303.113,00	4.303.394,29	448.445,75	448.445,75	10,42
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					448.445,75
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					58,19
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					14,05
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					27,77
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ²	3.138.439,50	3.138.439,50	508.713,17	508.713,17	16,21
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.441.796,00	1.441.796,00	142.730,61	142.730,61	9,90
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	1.441.796,00	1.441.796,00	142.730,61	142.730,61	9,90
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.304.000,00	1.304.000,00	138.633,59	138.633,59	10,63
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	137.796,00	137.796,00	4.097,02	4.097,02	2,97
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.892.317,00	3.912.598,29	359.305,85	359.305,85	9,18
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.999.113,00	2.999.394,29	309.812,16	309.812,16	10,33
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	893.204,00	913.204,00	49.493,69	49.493,69	5,42
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.334.113,00	5.354.394,29	502.036,46	502.036,46	9,38
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					225.263,95
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					2.276,73
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					281,29
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					227.821,97
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					274.214,49
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					13,48
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	418.841,00	418.841,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.287.170,00	2.806.967,78	102.205,91	102.205,91	3,64
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.706.011,00	3.225.808,78	102.205,91	102.205,91	3,17
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	7.040.124,00	8.580.203,07	604.242,37	604.242,37	7,04

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	33.178,65	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	618.579,17	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	381.013,46	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	381.013,46	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.276,73	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	273.021,09	0,00

SÃO JOÃO DO SUL, 26/03/2015

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito, em exercício

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA
Secretário de Finanças

CARLA LUISA T. BARCELLOS
Contadora CRC/SC nº 020.314/O-7

CARLA PEREIRA
Controle Interno
FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 281,29, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

São José

PREFEITURA

EDITAL Nº 002/2015/SME

PROCESSO SELETIVO EMERGENCIAL SIMPLIFICADO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA O MAGISTÉRIO MUNICIPAL

EDITAL Nº 002/2015/SME

A Prefeitura Municipal de São José, por meio da Secretaria Municipal de Educação, torna público o Edital nº 002/2015/SME que abre as inscrições no Processo Seletivo Emergencial Simplificado para formação de cadastro reserva de Professores e Auxiliares de Ensino para a contratação em caráter temporário no ano letivo de 2015, de acordo com a Lei Municipal nº 4.670, de 15 de setembro de 2008, Lei Municipal nº 4.744, de 20 de fevereiro de 2009, Lei Municipal nº 4.908, de 17 de dezembro de 2009, Lei Municipal nº 5.353, de 03 de dezembro de 2013, e Lei Municipal nº 5.464 de 12 de dezembro de 2014.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.10 Processo Seletivo Emergencial Simplificado será realizado sob a responsabilidade da Fundação Municipal Educacional de São José - FUNDESJ, localizada na Rua Acioni Souza Filho, nº 403, 1º andar- Praia Comprida - São José, CEP 88.103-790 (Prédio Prefeitura Municipal de São José).

1.20 edital do Processo Seletivo Emergencial Simplificado, os demais comunicados e todos os demais atos serão publicados no sítio da Prefeitura Municipal de São José - SC.

1.30s documentos, requerimentos, recursos relacionados ao presente Processo Seletivo Emergencial Simplificado, salvo expressa determinação do edital, devem ser entregues pessoalmente ou por procurador devidamente constituído para tal fim, nos horários e locais abaixo determinados:

Posto de Atendimento

Fundação Municipal Educacional de São José

(Prédio da Prefeitura Municipal de São José)

Rua: Acioni Souza Filho, nº 403, 1º andar

88.103-790- Praia Comprida - São José, SC.

Horário de atendimento: Dias úteis - 10 horas às 12 horas

14 horas às 18 horas

1.40 presente Processo Seletivo Emergencial Simplificado terá validade unicamente para o ano letivo de 2015.

1.5Serão chamados, prioritariamente, os candidatos classificados como habilitados e não habilitados (sem retorno à listagem inicial) no Processo Seletivo Público, objeto do Edital nº 005/2014, datado em 29 de setembro de 2014.

1.6A aprovação e classificação no Processo Seletivo Emergencial Simplificado não criam direito à imediata nomeação do candidato, que será concretizada na medida das necessidades do município e disponibilidades orçamentárias.

2. FUNÇÕES TEMPORÁRIAS, DISCIPLINA, ESCOLARIDADE, CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO

2.1As funções temporárias, disciplinas e as exigências de escolaridade são descritas na tabela abaixo:

FUNÇÃO	ÁREA/DISCIPLINA	ESCOLARIDADE
AUXILIAR DE ENSINO	ENSINO FUNDAMENTAL	Habilitado: (a) Diploma de conclusão de curso superior de licenciatura plena em Pedagogia ou Curso Normal Superior; ou (b) Certificado de conclusão de ensino médio em Magistério. Não habilitado: Certidão de frequência a partir da 2ª fase em curso superior de licenciatura de Pedagogia.
AUXILIAR DE ENSINO	LIBRAS	Habilitado: (a) Diploma de conclusão de curso superior de bacharelado Letras LIBRAS; ou (b) diploma de conclusão de curso superior de licenciatura, com certificado de formação continuada em LIBRAS; ou (c) certificado de conclusão de ensino médio Magistério, com certificado de formação continuada em LIBRAS. Não habilitado: Certidão de frequência a partir de 2ª fase em curso de bacharelado em Letras – LIBRAS.
AUXILIAR DE ENSINO	EDUCAÇÃO ESPECIAL (EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL)	Habilitado: (a) Diploma de conclusão de curso superior de licenciatura plena em Pedagogia com habilitação em Educação Especial; ou (b) Diploma de conclusão de curso superior de licenciatura plena em Pedagogia ou Normal Superior e certificado de curso de formação continuada em Educação Especial; ou (c) Diploma de conclusão de curso superior de licenciatura plena em Pedagogia e certificado de curso de formação continuada em Educação Especial; ou (d) Certificado de conclusão de ensino médio em Magistério e certificado de curso de formação continuada em Educação Especial. Não habilitado: Certidão de frequência a partir da 2ª fase em curso superior de licenciatura.
PROFESSOR	ANOS INICIAIS (1º ao 5º ano), TAS (tempos de aprendizagens) e PLE (Práticas de Leitura e Escrita), Alfabetização de Jovens e Adultos	Habilitado: a) Diploma de conclusão de curso superior de licenciatura plena em Pedagogia ou Curso Normal Superior; ou (b) Certificado de conclusão de ensino médio em Magistério. Não habilitado: Certidão de frequência a partir da 2ª fase em curso superior de licenciatura de Pedagogia ou em Curso Normal Superior.
PROFESSOR	ARTES	Habilitado: Diploma de conclusão de curso superior de licenciatura plena em Artes, Educação Artística, Artes Visuais, Artes Cênicas, Desenho ou Música. Não habilitado: Certidão de frequência a partir da 2ª fase em curso superior de licenciatura plena em Artes, Educação Artística, Artes Visuais, Artes Cênicas, Desenho ou Música.
PROFESSOR	CIÊNCIAS	Habilitado: Diploma de conclusão de curso superior de licenciatura plena em Ciências Biológicas ou Biologia. Não habilitado: Certidão de frequência a partir da 2ª fase em curso superior de licenciatura plena em Ciências Biológicas ou Biologia.

PROFESSOR	EDUCAÇÃO ESPECIAL (AEE)	Habilitado: (a) Diploma de conclusão de curso superior de licenciatura plena em Pedagogia com habilitação em Educação Especial; ou b) Diploma de conclusão de curso superior de licenciatura plena em Pedagogia com certificado de frequência em curso de complementação/aprofundamento em Educação Especial.
PROFESSOR	EDUCAÇÃO FÍSICA – ED. INFANTIL/ ENS. FUNDAMENTAL	Habilitado: Diploma de conclusão de curso superior de licenciatura plena em Educação Física.
PROFESSOR	FÍSICA	Habilitado: Diploma de conclusão de curso superior de licenciatura plena em Física. Não habilitado: Certidão de frequência a partir da 2ª fase em curso superior de licenciatura plena em Física.
PROFESSOR	FILOSOFIA	Habilitado: Diploma de conclusão de curso superior de licenciatura plena em Filosofia. Não habilitado: Certidão de frequência a partir da 2ª fase em curso superior de licenciatura plena em Filosofia.
PROFESSOR	INGLÊS	Habilitado: Diploma de conclusão de curso superior de licenciatura plena em Letras- Inglês. Não habilitado: (a) Certidão de frequência a partir da 2ª fase em curso superior de licenciatura plena em Letras –Inglês; ou b) Certificado de conclusão de curso de ensino médio e declaração de atuação na disciplina por um período de 01 ano e/ou certificado de conclusão em curso de aperfeiçoamento de, no mínimo 200 (duzentas) horas.
PROFESSOR	MATEMÁTICA	Habilitado: Diploma de conclusão de curso superior de licenciatura plena em Matemática. Não habilitado: Certidão de frequência a partir da 2ª fase em curso superior de licenciatura plena em Matemática.
PROFESSOR	PORTUGUÊS	Habilitado: Diploma de conclusão de curso superior de licenciatura plena Letras- Português. Não habilitado: Certidão de frequência a partir da 2ª fase em curso superior de licenciatura plena em Letras – Português.

PROFESSOR	INFORMÁTICA	Habilitado: Diploma de conclusão de curso superior de licenciatura em Informática ou Informática Educacional, ou licenciatura em Tecnologia Educacional. Não habilitado: (a) Diploma de conclusão de curso superior de Ciência da Computação, Sistemas de Informação, Rede de Computadores, Tecnólogo em Informática, Engenharia de Computação; ou (b) Certidão de frequência a partir da 2ª fase em curso superior de graduação em Informática, ou Ciência da Computação, ou Sistemas de Informação, ou Rede de Computadores, ou Manutenção de Computadores, ou Engenharia de Computação, ou Tecnólogo em informática; ou (c) Certificado de conclusão do ensino médio e certificado de curso de aperfeiçoamento na área de informática.
PROFESSOR	SOCIOLOGIA	Habilitado: Diploma de conclusão de curso superior de licenciatura plena em Sociologia. Não habilitado: Certidão de frequência a partir da 2ª fase em curso superior de licenciatura plena em Sociologia.

2.2A comprovação da formação mínima exigida do candidato na área/disciplina de inscrição deverá ser feita, quando da apresentação dos documentos para a admissão.

2.3Os candidatos que não possuem a escolaridade/requisitos exigidos para habilitados, poderão inscrever-se no Processo Seletivo Emergencial Simplificado, na qualidade de não habilitados, de acordo com o item 2.1 deste edital, exceto para Professor de Educação Especial (AEE).

2.4Não serão admitidas as inscrições para candidatos não habilitados cuja a exigência de escolaridade seja licenciatura de graduação plena em Educação Física, conforme Ação Civil Pública nº 064.11.027858-9.

2.5A jornada de trabalho dos candidatos das áreas/disciplinas indicadas no item 2.1 e a remuneração mensal é a descrita no quadro abaixo:

FUNÇÃO		CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO
AUXILIAR DE ENSINO		20 HORAS SEMANAIS	NÍVEL SUPERIOR: R\$ 1.265,23 NÍVEL MÉDIO: R\$ 967,15
		30 HORAS SEMANAIS	NÍVEL SUPERIOR: R\$ 1.897,85 NÍVEL MÉDIO: R\$ 1.450,72
		40 HORAS SEMANAIS	NÍVEL SUPERIOR: R\$ 2.530,46 NÍVEL MÉDIO: R\$ 1.934,30
PROFESSOR		20 HORAS SEMANAIS	NÍVEL SUPERIOR: R\$ 1.265,23 NÍVEL MÉDIO: R\$ 967,15
		40 HORAS SEMANAIS	NÍVEL SUPERIOR: R\$ 2.530,46 NÍVEL MÉDIO: R\$ 1.934,30
PROFESSOR	Lic. Plena	01 HORA/ AULA	R\$ 63,28
	Lic. Curta		R\$ 57,16
	Ensino Médio		R\$ 45,23

2.6O vencimento mensal da função temporária de Professor será

acrescido da gratificação de regência de classe, correspondente ao percentual de 10% (dez por cento).

2.7Em se tratando de Auxiliar de Ensino, a carga horária será de:
a) 40 (quarenta) horas semanais para a função temporária de Auxiliar de Ensino da Educação Especial em Educação Infantil;
b) 30 (trinta) horas semanais para a função temporária de Auxiliar de Ensino de Educação Especial do Ensino Fundamental.

2.8O vencimento mensal para os candidatos com formação superior em licenciatura - habilitados - será equivalente ao vencimento inicial do servidor efetivo.

2.9A carga horária semanal total é composta de horas ou horas-aulas em efetivo exercício de regência de classe, sendo um terço da jornada total destinado ao período de hora-atividade.

2.10O auxílio-alimentação será concedido ao servidor, a título de verba indenizatória, no valor de R\$ 6,35 (seis reais e trinta e cinco centavos), R\$ 9,52 (nove reais e cinquenta e dois centavos) ou R\$ 12,69 (doze reais e sessenta e nove centavos) por dia de efetivo trabalho, de acordo com a sua carga horária semanal, desde que a remuneração total não exceda à R\$ 4.465,38, nos termos da Lei Municipal nº 4.799/2009 e suas alterações posteriores.

2.11O vale-transporte será concedido ao servidor, nos termos do Decreto nº 34.055/2011.

2.12A carga horária mínima permitida para a contratação dos candidatos aprovados neste Processo Seletivo Emergencial Simplificado de professores da disciplina de Educação Física da Educação Infantil e Ensino Fundamental, Inglês dos Anos Iniciais e Finais e demais disciplinas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e Projetos Educacionais será de 15 (quinze) horas-aulas semanais ministradas.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1A participação no Processo Seletivo Emergencial Simplificado iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

3.2A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Processo Seletivo Emergencial Simplificado, tais como se acham estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

3.3São requisitos básicos para a inscrição:

- Ter nacionalidade brasileira;
- Ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos para o ingresso;
- Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, quando do sexo masculino, estar quite também com as obrigações do Serviço Militar;
- Estar ciente com os requisitos de escolaridade exigidos para a função temporária na data de contratação;
- Gozar de boa saúde, condição que será comprovada quando do processo de admissão, através de atestado médico;
- Não ter sido dispensado em processo seletivo anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar;
- Não ter antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos.

3.4A inscrição somente será efetuada via INTERNET, no endereço eletrônico do Processo Seletivo Emergencial Simplificado www.pmsj.sc.gov.br/processos-seletivos, no período de 27 de março a

08 de abril de 2015.

3.5O candidato só poderá se inscrever para uma única função/disciplina.

3.6São de inteira responsabilidade dos candidatos os dados informados, bem como o correto preenchimento do Requerimento de Inscrição.

3.7É de responsabilidade do candidato a atualização do endereço e/ou telefone(s) constante(s) da inscrição. Sua eventual alteração deve ser comunicada diretamente à Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de São José, após a homologação do resultado final.

3.8Para realizar a inscrição o candidato deverá proceder da seguinte maneira:

- Acessar via Internet, o endereço eletrônico do Processo Seletivo Emergencial Simplificado: www.pmsj.sc.gov.br/processos-seletivos;
- Optar pela inscrição como habilitado ou não habilitado;
- Preencher integralmente o Requerimento de Inscrição;
- Conferir atentamente os dados informados;
- Imprimir o Requerimento de Inscrição;
- Imprimir o Boleto Bancário referente à taxa de inscrição da função temporária escolhida, e efetuar o pagamento em qualquer agência bancária, em postos de auto-atendimento ou home banking, até o último dia das inscrições.

3.9A taxa de inscrição é de R\$ 30,00 (trinta reais) para todas as funções e habilitações.

3.10Os candidatos sem acesso à Internet poderão dispor de equipamentos e ter ajuda de pessoal treinado para orientar a sua inscrição na sede da Fundação Municipal Educacional de São José - FUNDESJ, cujo endereço e horário de funcionamento estão descritos no item 1.3 deste Edital.

3.11O atendimento aos candidatos é limitado à disponibilidade de pessoal e equipamentos, sendo ele o único responsável pelas informações prestadas e demais atos relativos a sua inscrição. Em determinados horários e dias poderá ocorrer a formação de filas. No último dia de inscrições só serão atendidos os candidatos que tiverem chegado aos locais determinados até as 16 horas.

3.12Não será possível efetuar o pagamento da taxa de inscrição nos locais de atendimento.

3.13A FUNDESJ e a Prefeitura Municipal de São José não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação, congestionamento de linhas telefônicas ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem a transferência dos dados, impressão dos documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado.

3.14O pagamento da inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento, com o respectivo código de barras, disponível no sítio do Processo Seletivo Emergencial Simplificado na Internet: www.pmsj.sc.gov.br/processos-seletivos. No caso de perda do boleto original uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço.

3.15O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

3.16Será cancelada a inscrição e anulados os atos decorrentes, do candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não satisfizer a todas as condições estabelecidas neste edital, mesmo

que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

3.17A inscrição não poderá ser feita por qualquer outro meio. Também não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

3.18Verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição paga mais recente.

3.19O valor referente ao pagamento da inscrição não será restituído.

3.20DA ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO PARA DOADORES DE SANGUE

3.20.1Será concedida a isenção da taxa de inscrição aos candidatos doadores de sangue ou que integrem Associação de Doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta à doação.

3.20.2Para ter direito à isenção o candidato deverá entregar à FUNDESJ, até o dia 01 de abril de 2015, requerimento de próprio punho pedindo a isenção da taxa de inscrição que deve ser acompanhado dos seguintes documentos:

1)Cópia do requerimento de inscrição;

2)Para o candidato doador de sangue: Documento expedido pela entidade coletora discriminando o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes nos últimos doze meses.

3)Para o candidato integrante de Associação de Doadores: documento específico firmado por entidade coletora oficial ou credenciada, que deverá relacionar, minuciosamente, as atividades desenvolvidas pelo interessado, declarando que o mesmo contribui para estimular a doação de sangue.

3.20.3Não serão aceitos requerimentos entregues por qualquer outro meio.

3.20.4Para obter o benefício da Lei Municipal Nº 5.006/2010, os candidatos que comprovarem não possuir renda deverão, no requerimento de inscrição, assinalar a opção "ISENÇÃO PREVISTA NA LEI MUNICIPAL Nº 5.006/2010" e entregar na FUNDESJ, pessoalmente ou por Procurador, até o dia 01 de abril de 2015, os seguintes documentos:

a)Cópia de requerimento de inscrição;

b)Cópia ou original de comprovante de residência no Município de São José (conta de energia elétrica ou de fornecimento de água). Caso o nome constante na conta não seja o do requerente, deverá anexar declaração do titular da conta de que reside naquele domicílio;

c)Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS (da folha de identificação e do último contrato de trabalho);

d)Declaração firmada pelo candidato de que não é detentor de cargo público;

e)Declaração firmada pelo candidato de que não possui outra fonte de renda;

f)Comprovante de inscrição no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal - CadÚnico, de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

3.20.5O candidato que tiver o seu pedido de isenção indeferido deverá, para participar do certame, efetuar o pagamento da taxa de inscrição na data determinada pelas normas deste edital.

3.20.6A FUNDESJ publicará, no sítio do Processo Seletivo: www.pmsj.sc.gov.br/processos-seletivos, a partir das 16 horas do dia 06 de abril de 2015, o deferimento dos requerimentos de isenção do pagamento da taxa de inscrição.

4. DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA E DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

4.1É assegurado às pessoas portadoras de deficiência o direito de inscrição neste Processo Seletivo Emergencial Simplificado, desde que suas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

4.2Os portadores de deficiência integrarão lista de chamada especial.

4.2.1Será destinado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas aos portadores de deficiência, respeitando-se a Recomendação nº 0001/2015/11PJ/SJO do Ministério Público de Santa Catarina.

4.3Serão consideradas deficiências somente àquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrem nas categorias descritas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/99, na Lei Estadual nº 12.870/04 e suas alterações.

4.4No ato da inscrição, a pessoa portadora de deficiência deverá indicar, no espaço apropriado constante do Requerimento de Inscrição, sua deficiência e as condições especiais de que necessitar para realizar as provas.

4.5O candidato portador de deficiência que necessitar de tempo adicional para realização da prova deverá requerê-lo no ato da inscrição e entregar, no Posto de Atendimento junto à Fundação Municipal Educacional de São José - FUNDESJ, até o último dia de inscrições, laudo médico que justifique a necessidade de tempo adicional, firmado por médico especialista.

4.6Após realizar sua inscrição pela INTERNET, todos os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos portadores de deficiência deverão entregar no Posto de Atendimento, até o último dia de inscrição, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído para tal finalidade, laudo médico com a descrição da deficiência e o respectivo enquadramento na CID (Classificação Internacional de Doenças).

4.6.1O laudo de que trata o item 4.6 deve ser impresso ou manuscrito com letra legível e de fácil entendimento, sob pena de não serem aceitos.

4.7Os candidatos portadores de deficiência aprovados no presente Processo Seletivo Emergencial Simplificado submeter-se-ão, no ato da contratação, à avaliação de equipe multiprofissional que terá a decisão terminativa sobre: a qualificação do candidato como deficiente ou não e o grau de deficiência, capacitante ou não para o exercício da função temporária.

4.8O candidato portador de deficiência participará deste Processo Seletivo Emergencial Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo da prova, avaliação, critérios de aprovação, horário, data, local de aplicação e nota mínima exigida para os demais candidatos.

4.9Na falta de candidatos classificados para as vagas reservadas aos portadores de deficiência, estas serão preenchidas pelos demais classificados com estrita observância da ordem de classificação.

4.10O candidato que precisar de condições especiais, decorrentes de exigência médica, para acessar o local das provas ou para realizá-la, deverá indicar sua condição no requerimento de inscrição e entregar na sede da FUNDESJ, até o último dia de inscrições, requerimento com seus pedidos, acompanhado de laudo médico

que justifique a condição especial e da cópia do requerimento de inscrição e do comprovante de pagamento da respectiva taxa de inscrição.

4.11 Os pedidos de condições especiais serão atendidos, respeitadas a viabilidade e a razoabilidade das petições.

4.12 Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

4.13 Os candidatos serão comunicados, por aviso publicado no sítio do Processo Seletivo Emergencial Simplificado www.pmsj.sc.gov.br/processos-seletivos, a partir das 16 (dezesesseis) horas, na data de 14 de abril de 2015, do deferimento ou não dos pedidos de condições especiais.

4.14 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de requerer no formulário de inscrição atendimento especial, deverá levar no dia da prova um acompanhante maior de 18 anos. A criança ficará sob a sua guarda e responsabilidade em sala reservada para essa finalidade. No momento da amamentação a candidata poderá ausentar-se da sala em companhia de um fiscal. O tempo dispensado para a amamentação não será acrescido ao tempo normal da duração da prova.

5. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

5.1 As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente. O ato de homologação das inscrições e a lista das inscrições não homologadas serão divulgados, a partir das 16 (dezesesseis) horas, na data de 14 de abril de 2015, no endereço eletrônico www.pmsj.sc.gov.br/processos-seletivos.

6. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO EMERGENCIAL SIMPLIFICADO

6.10 Processo Seletivo Emergencial Simplificado, para todas as funções, constará de duas etapas:

- Primeira etapa: Prova escrita com questões objetivas de caráter classificatório;
- Segunda etapa: Prova de títulos acadêmicos de caráter classificatório.

7. DA PROVA ESCRITA

7.1 A prova escrita será realizada no dia 26 de abril de 2015, com a duração de 2 (duas) horas, conforme o cronograma abaixo, em locais que serão divulgados na data de 23 de abril de 2015, no sítio do Processo Seletivo Emergencial Simplificado na Internet: www.pmsj.sc.gov.br/processos-seletivos.

EVENTO	HORÁRIO
Abertura dos portões para ingresso dos candidatos	14 horas
Fechamento dos portões (a partir deste horário não mais será permitida a entrada de candidatos sob qualquer alegação)	14h50 minutos
Abertura dos envelopes e início da distribuição dos cadernos de provas aos candidatos	14h50 minutos
Início da resolução da prova	15 horas
Tempo mínimo para entrega da prova e ou retirada do candidato	15h45min
Término da resolução da prova. A partir deste momento serão recolhidos os cadernos de prova e cartões dos candidatos remanescentes	17 horas

7.2 A prova escrita terá 10 (dez) questões objetivas com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma, das quais uma única será a correta.

7.3 As áreas de conhecimento sobre as quais versarão a prova, o número de questões, constam no seguinte quadro:

Área de Conhecimento	Nº de questões	Peso
Legislação e conhecimentos gerais sobre educação	05	1,0
Conhecimentos da área/disciplina	05	1,0

7.3.10 resultado da prova escrita será apurado computando-se o número total de questões respondidas corretamente.

7.4 Os programas sobre os quais a prova escrita será elaborada encontram-se no Anexo II deste edital.

7.5 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização da prova no horário e data estabelecidos pelo edital munido de documento de identificação com foto, válido e original, não sendo permitido o acesso ao local de prova do candidato que chegar após o horário determinado para seu início ou que não apresentar a devida identificação.

7.6 São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

7.7 Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

7.8 Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

7.9 O candidato só poderá ter consigo no local de prova a ele determinado:

- Caderno de provas e cartão-resposta;
- Caneta esferográfica feita com material transparente com tinta de cor azul ou preta;
- Documento de identificação e cópia do comprovante de pagamento da taxa de inscrição.
- Se assim o desejar: água acondicionada em vasilhame transparente sem rótulos ou etiquetas.

7.10 O candidato receberá para realizar a prova um caderno de questões e um cartão-resposta. Deve ler e conferir todos os dados, informações e instruções, bem como verificar se o caderno de questões corresponde ao seu nome, número de inscrição e disciplina para a qual se candidatou, se contém todas as questões e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a leitura e resolução da prova. Quaisquer erros, falhas ou divergências devem ser comunicados imediatamente ao fiscal de sala.

7.11 O candidato deverá transcrever para o cartão-resposta, utilizando caneta de material transparente com tinta das cores azul ou preta, a alternativa correta de cada uma das questões.

7.12 A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no

cartão-resposta e não terão validade, quaisquer anotações feitas no caderno de prova.

7.13O cartão-resposta não será substituído por erro do candidato.

7.14Será atribuída nota 0,00 (zero) à questão:

- a)Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;
- b)Que contenha emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível (is);
- c)Com mais de uma opção de resposta assinalada;
- d)Não assinalada no cartão de respostas;
- e)Preenchida fora das especificações contidas no cartão-resposta ou nas instruções da prova.

7.15Ao terminar a prova, o candidato entregará, obrigatoriamente, ao fiscal da sala, o cartão de respostas devidamente assinado e o caderno de prova.

7.16A prova e o cartão-resposta não poderão ser entregues antes de 45 (quarenta e cinco) minutos após o seu início.

7.17Por razões de segurança, é vedado ao candidato retirar-se do local de prova, mesmo que desistente ou excluído do Processo Seletivo Emergencial Simplificado, antes de decorridos 45 (quarenta e cinco) minutos do início da prova.

7.18Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo.

7.19A prova e o gabarito provisório serão divulgados no endereço eletrônico www.pmsj.sc.gov.br/processos-seletivos, a partir das 16 horas do dia 27 de abril de 2015.

7.20Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a prova, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.

7.21Não serão fornecidos exemplares ou cópias dos cadernos de questões, bem como o original ou cópia do cartão de respostas, mesmo após o encerramento do Processo Seletivo Emergencial Simplificado.

7.22Durante a prova não será permitido (a):

- a) A comunicação entre os candidatos;
- b) A consulta a qualquer obra ou anotação;
- c) O uso de óculos escuros, salvo por indicação médica que deve ser apresentada ao fiscal, relógio, telefones celulares ou qualquer outro equipamento eletroeletrônico, bem como bonés, chapéus ou qualquer outra cobertura ou o porte de armas;
- d) A saída do candidato de sala sem o acompanhamento de um fiscal;
- e) Fumar ou ingerir alimentos e bebidas, exceto água acondicionada de acordo com o item 7.9 (d).

7.23Os candidatos que trouxerem para o local de prova quaisquer materiais, objetos e ou equipamentos não permitidos, deverão entregá-los, sem outro aviso, antes do início da prova, ao fiscal da sala, sob pena de serem excluídos do Processo Seletivo Emergencial Simplificado.

7.24A simples posse, mesmo que desligado ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do Processo Seletivo Emergencial Simplificado.

7.25O candidato poderá, para atender às normas de segurança, ser filmado e ou submetido e a revista pessoal e ou de seus pertences, a varredura eletrônica e ou identificação datiloscópica.

7.26A Prefeitura Municipal de São José e a FUNDESJ não assumem

qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas.

8DA PROVA DE TÍTULOS

8.1A Prova de Títulos é constituída pela análise e pontuação de documentos comprobatórios da conclusão de curso de pós-graduação, apresentados pelos candidatos, desde que satisfeitos os critérios estabelecidos no presente Edital.

TABELA DE EXIGÊNCIAS E PONTUAÇÃO

Título/documento	Nº máximo	Pontuação
Certificado de curso de pós-graduação em nível de especialização na disciplina/função a que concorre ou em Educação, acompanhado de histórico escolar.	1	0,20
Certificado de curso de pós-graduação em nível de mestrado na disciplina/função a que concorre ou em Educação.	1	0,50
Certificado de curso de pós-graduação em nível de doutorado na disciplina/função a que concorre ou em Educação.	1	1,0

8.2O título apresentado deve ser regularmente emitido por estabelecimento de ensino, reconhecido pelo MEC ou por órgãos públicos dos governos federal ou estadual.

8.3Para participar da Prova de Títulos, o candidato deverá entregar no Posto de Atendimento, até o último dia de inscrição, cópia xerográfica de boa qualidade, do título de pós-graduação, organizado em uma pasta com grampos, ou volume grampeado ou encadernado, na seguinte ordem:

- a)Requerimento de Inscrição na Prova de Títulos devidamente preenchido e assinado;
- b)Cópia xerográfica do documento comprobatório do curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado).

8.4Os títulos de cursos de pós-graduação não serão avaliados cumulativamente, sendo computado, caso o candidato entregue mais de um diploma ou certificado, o de maior valor acadêmico.

8.5Os títulos de cursos de pós-graduação em nível de mestrado e ou doutorado obtidos no exterior deverão ser validados por instituição nacional, na forma da lei.

8.6Os documentos redigidos em língua estrangeira deverão ser acompanhados por tradução feita por tradutor oficial.

8.7Não serão pontuados:

- a)Certidões, atestados ou quaisquer outros documentos que não sejam certificados ou diplomas emitidos na forma da lei e da exigida no presente edital, salvo certidão emitida pela Secretaria do Programa de Pós Graduação atestando ter o candidato concluído todas as etapas do curso de pós-graduação, defendido e ter sido aprovada sem ressalvas a monografia ou dissertação ou tese e lhe ter sido concedido o devido grau, desde que o curso tenha sido concluído após o dia 27 de março de 2015.
- b)Os títulos não entregues no prazo e locais determinados;
- c)Os títulos apresentados em número excedente ao previsto no edital;
- d)Os documentos borrados, rasurados, riscados, incompletos ou cujo inteiro teor não seja facilmente legível.

8.8O candidato declara, para fins de direito, que é titular dos documentos protocolados emitidos com grafia diferente do nome que consta no requerimento de inscrição e que apresentará, no

prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas quando solicitado por qualquer meio, a retificação de registro civil, sentença judicial ou outro documento legalmente emitido que fundamente a alteração ou divergência existente. A não comprovação implicará no cancelamento da inscrição e exclusão automática do Processo Seletivo Emergencial Simplificado, sem prejuízo das sanções legais.

8.9A nota máxima da prova de títulos será 1,00 (um ponto) que será somada a da prova escrita para obtenção da nota final.

9DA CLASSIFICAÇÃO

9.1Os candidatos serão classificados de acordo com a nota final e o grupo para o qual se inscreveram.

9.2A classificação será feita por área/disciplina, em ordem decrescente da nota final obtida, expressa com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento, em duas listas:

- a) Grupo 1: Lista de classificação dos candidatos habilitados;
- b) Grupo 2: Lista de classificação dos candidatos não habilitados.

9.3Para fins deste Edital, candidatos habilitados são aqueles que preenchem esta condição conforme os requisitos de escolaridade, formação e habilitação descritos no item 2.1 do Edital.

9.4Para fins deste Edital, candidatos não habilitados são aqueles que preenchem esta condição conforme os requisitos de escolaridade, formação e habilitação descritos no item 2.1 do Edital.

9.5A classificação será feita de acordo com as informações prestadas no Requerimento de Inscrição, que deverão ser comprovadas exclusivamente quando da efetiva contratação. A não-comprovação da habilitação declarada implicará na desclassificação do candidato.

9.6Ocorrendo empate na pontuação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal nº 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

9.7Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de pontos, o desempate será feito através dos seguintes critérios, por ordem de preferência:

- a) Maior número de acertos nas questões de Conhecimentos Específicos da disciplina;
- b) Maior número de acertos nas questões de Legislação e conhecimentos gerais sobre educação;
- c) Maior idade.

9.8Os portadores de deficiência integrarão listas de classificação em separado, observando-se os mesmos critérios aplicados na classificação dos candidatos de livre concorrência.

10. DOS RECURSOS

10.1Será admitido recurso do indeferimento da inscrição, do gabarito preliminar das questões da prova escrita e do resultado final, que deverão ser interpostos, exclusivamente, pelo candidato ou seu procurador, com finalidade específica, desde que devidamente fundamentados. Os recursos deverão ser interpostos de acordo com o seguinte cronograma:

Indeferimento da inscrição	Até as 16 horas do 1ª dia subsequente à publicação.
Gabarito Preliminar	Até as 16 horas do 1º dia subsequente à publicação.
Resultado Final	Até as 16 horas do 1º dia subsequente à publicação.

10.2Para interposição do recurso o candidato deverá formular requerimento por escrito e entregá-lo junto ao Posto de atendimento da Fundação Municipal Educacional de São José - FUNDESJ.

10.2.1Os recursos só serão examinados se forem interpostos no prazo determinado e se devidamente fundamentados, com argumentação lógica e consistente.

10.3Não serão aceitos recursos interpostos por fac-símile, e-mail ou qualquer outro meio, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e os inconsistentes ou em desacordo com o disposto nas normas do Edital, serão indeferidos.

10.4As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente no endereço: www.pmsj.sc.gov.br/processos-seletivos.

10.5As questões da prova escrita eventualmente anuladas serão consideradas como corretas para todos os candidatos que a responderam.

10.6Em função de alteração de gabarito, anulação de questão ou correção de erro material a pontuação do candidato e ou sua classificação poderão ser alteradas para maior ou menor.

10.7A Comissão de Processo Seletivo Emergencial Simplificado constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões, não caberão recursos ou revisões adicionais.

11. DO RESULTADO

11.1O resultado final será divulgado através do endereço eletrônico: www.pmsj.sc.gov.br/processos-seletivos, a partir das 16 (dezoito) horas, na data de 05 de maio de 2015.

12. DA CONTRATAÇÃO

12.1Os contratos firmados em decorrência deste Processo Seletivo Emergencial Simplificado serão regidos exclusivamente pelo regime jurídico-administrativo especial de contratação por tempo determinado, nos termos e condições definidos pela Lei Municipal nº 4.670/2008, com as alterações dadas pelas Leis Municipais nº 4.744/2009, nº 4.908/2009, 5.353/2013 e 5.464/2014.

12.2Os candidatos classificados serão contratados, obedecendo a ordem de classificação por disciplina/área, na medida das necessidades da Secretaria de Educação, convocando-se inicialmente os integrantes do grupo 1 da classificação (HABILITADOS) e ao término deste, os integrantes do grupo 2 (NÃO HABILITADOS).

12.3Os candidatos classificados na função de Professor poderão ser contratados para exercer outra disciplina, quando todos os candidatos classificados já tiverem sido convocados e ainda remanescerem vagas a serem preenchidas, respeitada a habilitação específica da função e a sua classificação.

12.4A classificação neste Processo Seletivo Emergencial Simplificado não assegura ao candidato o direito de contratação automática. A convocação dos candidatos classificados dar-se-á conforme a conveniência e oportunidade da Administração Pública Municipal, respeitando-se sempre a ordem de classificação, mediante a

existência de vaga.

12.5A escolha de vagas será realizada obedecendo rigorosamente à ordem de classificação, através de ligação telefônica, para a qual serão utilizados o(s) número(s) para contato telefônico informado(s) pelo candidato no ato de inscrição.

12.6O candidato que não se apresentar no dia e horário determinado para a escolha da vaga, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, continuará na ordem de classificação, entretanto, deverá aguardar o término da lista de candidatos habilitados e não habilitados, conforme o caso, para uma nova chamada.

12.7O candidato a ser contratado no ato da escolha da vaga receberá a relação de documentos que deverão ser apresentados, no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, após a data da escolha. Passado o prazo, fica a Secretaria de Educação autorizada a dar continuidade à chamada dos demais candidatos, respeitando a sequência da ordem de classificação.

12.8O candidato poderá escolher até o limite de 40 horas semanais ou 40 horas/aula semanais de jornada de trabalho, observados os vínculos empregatícios em outras instituições.

12.9Depois de efetivada a escolha de vagas, não será permitido ao candidato efetuar a permuta, exceto por interesse da Administração em decorrência da proposta de ensino, projetos e convênios, mediante parecer favorável das chefias imediatas, desde que na mesma função/área/disciplina da vaga escolhida.

12.10Não será autorizada a redução da jornada de trabalho após a escolha da mesma, exceto por interesse da Administração em decorrência de re-enturmação de alunos, e/ou diminuição do número de turmas.

12.11As vagas para o Processo Seletivo Emergencial Simplificado serão para o ano letivo de 2015 e disponibilizadas de acordo com a necessidade de cada unidade escolar, devendo ser escolhidas pelos candidatos classificados na totalidade de sua carga horária semanal.

12.12O candidato que, na entrega dos documentos para a contratação, não comprovar a formação mínima exigida para a área/disciplina declarada no ato de inscrição, não poderá ser contratado.

12.13Para contratação, o candidato deverá apresentar os documentos solicitados pelo Setor de Pessoal da Secretaria de Educação, de acordo com o Anexo I deste edital.

12.14Não será contratado em caráter temporário, o candidato classificado que tenha sido dispensado do exercício das funções, mediante procedimento administrativo disciplinar nos anos letivos de 2012, 2013 e 2014, de acordo com a Lei Municipal nº 4.670/2008 e suas alterações posteriores.

12.15Os profissionais admitidos em caráter temporário terão, no mínimo, uma avaliação de desempenho funcional a ser realizada no ano letivo de 2015.

13. DO FORO

13.1O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo Emergencial Simplificado de que trata este Edital é o da Comarca de São José (SC).

14. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

14.1 Fica delegada competência à FUNDESJ para:

- a) divulgar o Processo Seletivo;
- b) divulgar amplamente o presente Edital;
- c) receber as inscrições e respectivos valores das inscrições;
- d) deferir e indeferir as inscrições;
- e) elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar as provas escrita e de títulos;
- f) receber e julgar os recursos previstos neste Edital;
- g) prestar informações sobre o Processo Seletivo Emergencial Simplificado, no período de realização do mesmo;
- h) definir normas para aplicação das provas;
- i) divulgar os resultados das provas.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 Será excluído do Processo Seletivo Emergencial Simplificado, o candidato que:

- a) fizer, em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexistente;
- b) tornar-se culpado por agressões ou descortesias para com qualquer membro da comissão organizadora do processo Seletivo e da equipe encarregada de realização das provas;
- c) for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- d) for flagrado, utilizando-se de qualquer meio, visando burlar a prova, ou que apresentar falsa identificação pessoal;
- e) não observar quaisquer das normas de segurança do presente edital;
- f) ausentar-se da sala de prova durante a sua realização, sem estar acompanhado de um fiscal;

15.2 O candidato que venha a não corresponder ao proposto pela unidade de ensino onde atua poderá ser dispensado/demitido, mediante parecer da Comissão de Avaliação de Desempenho, instituída pela Secretaria Municipal de Educação, nos termos do artigo 10, VII, da Lei nº 4.670/2008.

15.3 Os casos omissos deste Edital, e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidos pela FUNDESJ e pela Comissão do Processo Seletivo Emergencial Simplificado, ratificados pela Secretária Municipal de Educação.

São José, 26 de março de 2015.
Méiri Terezinha de Melo Hang
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I

- Original e 02 cópias da carteira de identidade;
- Original e 02 cópias do título de eleitor;
- Original e 02 cópias do comprovante da última eleição;
- Original e 02 cópias de certificado de reservista;
- Original e 02 cópias do CPF;
- Original e 02 cópias do PIS-PASEP;
- Original e 02 cópias de certificado que comprove habilitação (escolaridade) exigida para a função que concorrer;
- Original e 02 cópias da certidão de casamento, se casado(a) for;
- Original e 02 cópias da certidão de filhos até a idade de 21 anos;
- Original e 02 cópias da carteira de trabalho da página da fotografia (frente e verso), onde consta a data de emissão - Carteira expedida pela Delegacia Regional do Trabalho;
- 02 fotos - 3x4 preto e branco ou coloridas, iguais;
- Original e 02 cópias da carteira que comprove vacinação monovalente para rubéola (se mulher, com idade até 40 anos incompletos);
- Cópia da conta bancária junto à Agência da Caixa Econômica - operação 037 - nº da conta - agência;
- Original e uma cópia do atestado de aptidão (saúde física e mental) para a função de contratação;

-Declaração de não ter sofrido condenação criminal com pena privativa de liberdade transitada em julgado ou qualquer condenação incompatível com a função pretendida (Fórum);
- Cópia do comprovante de residência recente (luz, água ou telefone).

ANEXO II PROGRAMAS

CONHECIMENTOS GERAIS PARA TODAS AS FUNÇÕES:

Legislação e Conhecimentos Gerais sobre Educação
O Sistema Nacional de Ensino - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Parâmetros Curriculares Nacionais. Política Nacional de Educação: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Proposta Curricular de São José.

Interdisciplinaridade. Teorias da aprendizagem. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. O homem como sujeito histórico. O processo de produção histórica das diferentes sociedades e seus respectivos processos educacionais. A função social da escola pública contemporânea.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

AUXILIAR DE ENSINO-ENSINO FUNDAMENTAL

Educação Infantil na perspectiva histórica; O papel social da educação infantil; Educar e cuidar; A organização do tempo e do espaço na educação infantil; A documentação Pedagógica (planejamento, registro, avaliação); Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: Pedagogia da infância, dimensões humanas; direitos da infância. As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis. Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil. Política Nacional de Educação: pelo direito das crianças de 0 (zero) a 06 (seis) anos à educação.

AUXILIAR DE ENSINO -LIBRAS

Fundamentos e princípios da educação inclusiva. Inclusão escolar de alunos surdos. Legislação educacional que dispõe sobre a língua brasileira de sinais. Lei Federal nº 10.098/00, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Histórico das línguas de sinais. Cultura e identidades surdas. Universais linguísticos e as línguas de sinais. Linguagem e cognição. Estrutura gramatical da Libras (fonologia, sintaxe, morfologia - incluindo uso de classificadores, semântico-pragmáticos).

AUXILIAR DE ENSINO - EDUCAÇÃO ESPECIAL - ED. INFANTIL E ENS. FUNDAMENTAL

Fundamentos e princípios da Educação Inclusiva. A caminhada legislativa na Educação Especial e a legislação vigente. Inclusão escolar de alunos com deficiência. A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Tecnologia assistiva e suas modalidades com ênfase na comunicação alternativa. Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: educar, cuidar, dimensões humanas. Desenvolvimento infantil.

PROFESSOR

ANOS INICIAIS (1º ao 5º ano)/TAS (Tempos de Aprendizagens)/PLE (Prática de Leitura e Escrita)e ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Processo de ensinar e aprender. Pedagogia da Infância, as diferentes dimensões humanas, direitos da infância, Didática e Metodologia do Ensino em Anos Iniciais. Alfabetização e letramento. Linguagem oral e escrita. Produção de textos. Precursores e seguidores da Literatura Infantil no Brasil. Conceitos Metodológicos específicos das áreas do conhecimento de Português, Matemática,

História, Geografia, Ciências e Artes do Ensino Fundamental nos Anos Iniciais. Temas Transversais.

PROFESSOR - ARTES

História e metodologia do ensino de Arte. A arte e a educação. O ensino da arte no currículo: legislação e prática. O conhecimento artístico como produção e fruição. Arte, linguagem e comunicação. Teoria e prática em arte na escola. Elementos básicos das linguagens artísticas. Diversidade das formas de arte e concepções estéticas da cultura regional, nacional e internacional. O currículo de arte no ensino fundamental. Folclore catarinense e nacional. Diversidade cultural no ensino de artes. A importância do ver, fazer e pensar o processo artístico na educação escolar.

PROFESSOR - CIÊNCIAS

Metodologia para o ensino de ciências; Os seres vivos e o ambiente: Habitat, população, comunidade, ecossistema, a biosfera; Noções de a Cadeia Alimentar, fotossíntese; Sexualidade; Fontes e transformação de energia; A ciência como produção humana. Temas Transversais.

PROFESSOR - EDUCAÇÃO ESPECIAL

Fundamentos e princípios da Educação Inclusiva. A caminhada legislativa na Educação Especial e a legislação vigente. Inclusão escolar de alunos com deficiência. A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Tecnologia assistiva e suas modalidades com ênfase na comunicação alternativa.

PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA - ED. INFANTIL/ ENS. FUNDAMENTAL

Metodologias para o ensino da Educação Física. Abordagens de ensino na Educação Física Escolar. Objetivos da Educação Física na Escola. Conteúdos da Educação Física Escolar: atividades rítmicas e expressivas, conhecimento sobre o corpo, ginásticas, jogos, lutas. Fundamentos, concepções e princípios de esporte na escola. Atividade física e saúde na escola. Concepções pedagógicas da Educação Física na educação infantil. Desenvolvimento motor. Metodologias de ensino para a educação física adaptada. Registros e avaliação da educação física escolar.

PROFESSOR - FÍSICA

A Física, o universo e o planeta Terra:O homem e o universo - o que é matéria? As propriedades gerais e específicas da matéria. Os quatro estados da matéria. A energia e suas transformações. Cinemática, estática e dinâmica:Conceitos fundamentais: Repouso, movimento, deslocamento, velocidade, aceleração e gravidade. O conceito de força. A hidrostática. A gravitação universal. As leis de Newton. Eletricidade e magnetismo:A eletricidade estática - conceito, características e principais aplicações. A corrente elétrica. O magnetismo - conceito, campo magnético e eletricidade e principais aplicações. Ímãs - conceito, atração e repulsão entre os polos. O polo magnético da Terra. Som e luz: Conceito, características da onda sonora e suas finalidades. Conceitos fundamentais da óptica geométrica. Lentes, instrumentos e óptica da visão. O som e a luz como características fisiológicas no corpo humano. Aplicações do conhecimento físico no cotidiano.

PROFESSOR - FILOSOFIA

As origens da Filosofia. A evolução da Filosofia. As diferentes filosofias (grega, medieval, moderna e contemporânea) e suas relações com a educação e ciência. O Renascimento e a educação humanista. Concepções de homem. Conhecimento. Lógica. Ética. Moral. Ciência. Política. Estética. Verdade. Razão. Temas Transversais.

PROFESSOR - INGLÊS

Compreensão e análise de textos modernos; Artigos; substantivos (gênero, número, caso genitivo, composto "countable" e "uncountable"); Pronomes (pessoais retos e oblíquos, reflexivos, relativos); Adjetivos e pronomes possessivos, interrogativos,

indefinidos, demonstrativos; Adjetivos e advérbio (ênfase nas formas comparativas e superlativas); preposições; Verbos (tempos, formas e modos: regulares, irregulares, "nonfinites", modais; formas: afirmativa, negativa, interrogativa e imperativa; forma causativa de "have", "questiontags") "Phrasalverbs" (mais usados); Numerais; Discurso direto e indireto; grupos nominais; Períodos simples e compostos por coordenação e subordinação (uso de marcadores de discurso); Aspectos metodológicos teóricos e práticos ligados à abordagem do ensino -aprendizagem da língua inglesa.

Importante: As questões de Conhecimentos da Disciplina e respectivas alternativas, poderão ser formuladas em Língua Inglesa.

PROFESSOR - MATEMÁTICA

Concepções de Matemática; Educação Matemática; Tendências Pedagógicas do Ensino da Matemática no Brasil. A didática e a metodologia do ensino da Matemática. A história da Matemática. Razão e Proporção. Média aritmética e ponderada. Regra de três simples e composta, porcentagens e juros simples. Campos Numéricos: o sistema de numeração, números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais (identificação, propriedades e operações), números decimais, potência de 10, cálculo com radicais. Campos algébricos: expressões algébricas, polinômios, produtos notáveis, frações do 1º grau. Campos Geométricos: sistemas de medidas (comprimento, área, capacidades e massa). Ângulos: operações, ângulos complementares e suplementares opostos pelo vértice. Teorema de Tales. Teorema de Pitágoras. Trigonometria. Razões trigonométricas. Polígonos convexos (triângulos e quadriláteros). Relações métricas no triângulo. Relações métricas de um triângulo qualquer. Circunferência. Tratamento de informação. Temas Transversais.

PROFESSOR - PORTUGUÊS

A didática e a metodologia do ensino da Língua Portuguesa. Princípios de Lingüística Geral. Concepções de linguagem. Variações lingüísticas. Adequação textual: Informação X Argumentação. Coerência textual. Coesão textual. Leitura e Produção de textos. Tipologia textual. Gêneros do discurso. Concordância nominal / verbal. Regência nominal / verbal. Gramática e ensino da língua. Linguagem falada X linguagem escrita. Língua e interdisciplinaridade. Morfossintaxe. Interpretação de textos. Temas Transversais.

PROFESSOR - INFORMÁTICA

Conceitos básicos da informática. Tecnologia, desenvolvimento do pensamento e implicações educacionais. Informática na educação. Abordagem instrucionista X abordagem construtivista. O uso de computadores segundo os princípios construcionistas. O professor no ambiente informatizado. A formação do professor para o uso pedagógico do computador. Computadores e mudanças nas instituições educacionais. A informática e a construção de projetos educacionais pedagógicos. A ligação da informática com o Projeto Pedagógico da escola. Legislação de ensino e o uso do computador. Temas transversais.

PROFESSOR - SOCIOLOGIA

O diálogo metodológico com as demais áreas das Ciências Sociais. A leitura interdisciplinar dos fenômenos sociais que permita a articulação de fatos, conceitos, processos e tendências de forma contextualizada, ressaltando-se especificidades. O enfoque teórico-metodológico da avaliação interdisciplinar. Valorização da autonomia intelectual. A produção de conhecimento e a apreensão de habilidades e competências. Avaliação entre o conteúdo e a capacidade de observar, interpretar, analisar e criticar fenômenos e processos sociais, também como sujeitos da ação social. Eixos interdisciplinares: conceito de espaço e de tempo. O espaço social e suas representações culturais. Noções de pesquisa social. Aplicação de conceitos da área de Ciências Humanas e suas tecnologias: identidade, alteridade, continuidade, ruptura, ideologia, cultura, território, estado nacional, nacionalismo, soberania, etnocentrismo e sistemas políticos. Processo de globalização e fragmentação - territorial, econômica, política e cultural - no mundo contemporâneo. Movimentos sociais: tensões sociopolíticas, geopolíticas e econômicas no mundo atual e os conflitos nacionalistas, regionalistas e étnico-culturais. Relação entre sociedade e natureza no mundo industrial moderno. Dinâmica da população brasileira ao longo do processo histórico: aspectos do crescimento, estrutura e mobilidade no espaço e a desigualdade/heterogeneidade no processo de formação da identidade nacional; interação, resistência e produção cultural dos diferentes grupos étnicos. Origens históricas da questão da terra no Brasil: os conflitos, a estrutura agrária e fundiária e a modernização no campo. Cidadania, participação política e sociedade de consumo no Brasil do século XX: as lutas e a organização dos trabalhadores rurais e urbanos; as disputas entre elites econômico-sociais; a resistência à ditadura militar e a organização da sociedade democrática em debate.

CRONOGRAMA - Edital nº 002/2015

PROCESSO SELETIVO EMERGENCIAL SIMPLIFICADO PARA O MAGISTÉRIO MUNICIPAL

ITEM	ATIVIDADES	DATA INICIAL	DATA FINAL
01	Período de Inscrição	27/03/2015	08/04/2015 até as 18 horas
02	Requerimento dos pedidos de isenção da taxa de inscrição		06/04/2015
03	Resultado dos deferimentos de isenção da taxa de inscrição		08/04/2015
04	Homologação das inscrições		14/04/2015 A partir das 16 horas
05	Recursos – Homologação das inscrições		15/04/2015 Até as 16 horas
06	Resultado dos recursos dos indeferimentos de inscrições		16/04/2015 A partir das 16 horas
07	Publicação dos locais de realização da prova	23/04/2015 A partir das 16 horas	
08	Prova Escrita	----	26/04/2015

09	Publicação da prova e do gabarito preliminar		27/04/2015
10	Recursos - gabarito preliminar		28/04/2015 até as 16 horas
11	Divulgação dos resultados dos recursos do gabarito	---	29/04/2015 A partir das 16 horas
12	Gabarito definitivo	---	29/04/2015 A partir das 16 horas
17	Resultado Final (Provas: Escrita e de títulos)	---	29/04/2015 A partir das 16 horas
18	Recursos – resultado final		30/04/2015 Até as 16 horas
19	Resultado final após recursos		05/05/2015

ANEXO III
REQUERIMENTO - PROVA DE TÍTULOS
DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome		
Função	CPF	Nº inscrição

IMPORTANTE:

Disciplina para a qual se inscreveu:		
Área/ Disciplina em que é licenciado	Caso não seja licenciado escreva nenhuma.	

Instruções

Preencha, com cuidado, todas as informações exigidas.

Para entregar organize em uma pasta ou grampeie todos os documentos, na seguinte ordem:

- 1)Requerimento de inscrição;
- 2)Certificado (é aceito um único) de curso de pós-graduação.

Preencha com atenção o requerimento de inscrição;

Imprima ou copie o requerimento de inscrição;

REQUERIMENTO

Venho perante a Banca Examinadora da Prova de Títulos do Processo Seletivo Emergencial Simplificado da Prefeitura Municipal de São José, requerer o recebimento do título abaixo relacionado que declaro ser cópia autêntica e de igual teor do documento original, do qual sou legítimo portador.

Estou ciente de que só será pontuado o título que atender às disposições das normas editais e que a constatação de qualquer divergência entre o original do documento e cópia apresentada implicará na exclusão do Processo Seletivo Emergencial Simplificado, sem prejuízo das sanções legais.

DOCUMENTOS APRESENTADOS

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO-ESPECIALIZAÇÃO OU MESTRADO OU DOUTORADO

AValiação NÃO CUMULATIVA- SERÁ AVALIADA UM ÚNICO DIPLOMA

INSTITUIÇÃO MINISTRANTE	DATA DE CONCLUSÃO	GRAU OBTIDO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:		

São José, _____ de _____ 2015.

ASSINATURA DO CANDIDATO

PORTARIA Nº 891/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

PORTARIA Nº 891/2015

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O ARTIGO 66, INCISO IV, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ - SC,

RESOLVE:

I - DESIGNAR a Comissão responsável pela organização, coordenação e execução das ações pertinentes ao Processo Seletivo Emergencial Simplificado para o Magistério Público Municipal, em conformidade com o estabelecido na Lei Municipal nº 4.670/2008, e suas alterações posteriores, integrada pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

BRUNO MONGUILHOTT KOWALSKI
GRAZIELA NUNES DA SILVA TESKE
JANINE PACHECO DA LUZ
JENAIR MARIA PATRÍCIO
MÁRCIA CRISTINA FIGUEREDO RIZZARO
PATRÍCIA SERRATINE DA PAIXÃO

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de março de 2015.

MÉRI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação
São José - SC

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO Nº 012/2015

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO Nº 012/2015.

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

OBJETO: O objetivo do presente termo, visa estabelecer cooperação mútua entre a Secretaria Municipal de Educação e a SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, no que diz respeito à colaboração técnica administrativa que será prestada pelos servidores

VIGÊNCIA: data da assinatura até 31/12/2015.

LOCAL E DATA: São José (SC), 10 de março de 2015.

SIGNATÁRIOS: ADELIANA DAL PONT, MERI TEREZINHA DE MELO HANG, MICHEL SCHLEMPER

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO Nº 03/2015

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO Nº 03/2015.

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

OBJETO: O objetivo do presente termo, visa estabelecer cooperação mútua entre a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no que diz respeito à colaboração técnica administrativa que será prestada pelos servidores

VIGÊNCIA: data da assinatura até 31/12/2015.

LOCAL E DATA: São José (SC), 10 de março de 2015.

SIGNATÁRIOS: ADELIANA DAL PONT, MERI TEREZINHA DE MELO HANG e WALDEMAR BORNHAUSEN NETO.

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO Nº 04/2015

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO Nº 04/2015.

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA.

OBJETO: O objetivo do presente termo, visa estabelecer cooperação mútua entre a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e a SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA, no que diz respeito à colaboração técnica administrativa que será prestada pelos servidores

VIGÊNCIA: data da assinatura até 31/12/2015.

LOCAL E DATA: São José (SC), 10 de março de 2015.

SIGNATÁRIOS: ADELIANA DAL PONT, MERI TEREZINHA DE MELO HANG, FRANCISCO DE ASSIS MEDEIROS.

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO Nº 04/2015

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO Nº 04/2015.

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO.

OBJETO: O objetivo do presente termo, visa estabelecer cooperação mútua entre a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e a SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E

TRÂNSITO, no que diz respeito à colaboração técnica administrativa que será prestada pelos servidores

VIGÊNCIA: data da assinatura até 31/12/2015.

LOCAL E DATA: São José (SC), 10 de março de 2015.

SIGNATÁRIOS: ADELIANA DAL PONT, MERI TEREZINHA DE MELO HANG, ANDRÉA IRANY PACHECO RODRIGUES

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO Nº 05/2015
EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO Nº 05/2015.

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

OBJETO: O objetivo do presente termo, visa estabelecer cooperação mútua entre a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e a SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no que diz respeito à colaboração técnica administrativa que será prestada pelos servidores

VIGÊNCIA: data da assinatura até 31/12/2015.

LOCAL E DATA: São José (SC), 10 de março de 2015.

SIGNATÁRIOS: ADELIANA DAL PONT, MERI TEREZINHA DE MELO HANG e FERNANDO SOUZA.

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO Nº 07/2015
EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO Nº 07/2015.

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

OBJETO: O objetivo do presente termo, visa estabelecer cooperação mútua entre a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, no que diz respeito à colaboração técnica administrativa que será prestada pelos servidores

VIGÊNCIA: data da assinatura até 31/12/2015.

LOCAL E DATA: São José (SC), 10 de março de 2015.

SIGNATÁRIOS: ADELIANA DAL PONT, MERI TEREZINHA DE MELO HANG e EDUARDO BASTOR MOREIRA LIMA.

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO Nº 09/2015

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO Nº 09/2015.

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

OBJETO: O objetivo do presente termo, visa estabelecer cooperação mútua entre a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, no que diz respeito à colaboração técnica administrativa que será prestada pelos servidores

VIGÊNCIA: data da assinatura até 31/12/2015.

LOCAL E DATA: São José (SC), 10 de março de 2015.

SIGNATÁRIOS: ADELIANA DAL PONT, MERI TEREZINHA DE MELO HANG e ANDRÉA LUIZ GRANDA.

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO Nº 09/2015

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO Nº 09/2015.

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E FUNDAÇÃO MUNICIPAL CULTURA E TURISMO

OBJETO: O objetivo do presente termo, visa estabelecer cooperação mútua entre a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO, no que diz respeito à colaboração técnica administrativa que será prestada pelos servidores

VIGÊNCIA: data da assinatura até 31/12/2015.

LOCAL E DATA: São José (SC), 10 de março de 2015.

SIGNATÁRIOS: ADELIANA DAL PONT, MERI TEREZINHA DE MELO HANG e CARLOS EDUARDO DE SOUZA MARTINS

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO Nº 10/2015**EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO**

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO Nº 10/2015.

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

OBJETO: O objetivo do presente termo, visa estabelecer cooperação mútua entre a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e a SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, no que diz respeito à colaboração técnica administrativa que será prestada pelos servidores

VIGÊNCIA: data da assinatura até 31/12/2015.

LOCAL E DATA: São José (SC), 10 de março de 2015.

SIGNATÁRIOS: ADELIANA DAL PONT, MERI TEREZINHA DE MELO HANG,
JOSÉ NATAL PEREIRA.

São José do Cedro**PREFEITURA****DECRETO Nº. 055/2015 - SF**

DECRETO Nº. 055/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

08SECRETARIA DA AGRICULTURA

01DEPTO. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

1.016AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS

"415" 4.4.90.52.00.00.1.0034Equipamentos e Material Permanente R\$ 100.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Fonte 1.0034, Recursos Transferências de Convênio/ União, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 26 de março de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 056/2015 - SF

DECRETO Nº. 056/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

15FUNDO DE REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM

01DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

2.095MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DE ATENDIMENTO A EMERGÊNCIAS

"294" 3.3.90.30.00.00.1.0038Material de Consumo
..... R\$4.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais),

Recursos Transferências do SUS/União, Fonte 1.0038, das verbas a seguir discriminadas:

15FUNDO DE REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM
01DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA
2.095MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DE ATENDIMENTO A EMER-
GÊNCIAS
"295" 4.4.90.52.00.00.1.0038Equipamentos e Material Permanen-
te R\$4.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 27 DE MARÇO DE 2015.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 057/2015 - SF

DECRETO Nº. 057/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial Adicional no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 122.000,00 (cento e vinte e dois mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
2.014CONTR. P/ ENTIDADES CULT. ESP. ASSIST. E SOCIAIS
"416" 3.3.50.41.00.00.3.0000 Contribuições
..... R\$122.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior será utilizado o valor de R\$ 122.000,00 (cento e vinte e dois mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 3.0000.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 27 DE MARÇO DE 2015.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 029/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 029/2015

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, o candidato aprovado no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2014, de 19 de setembro de 2014, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.504/2014, de 18 de dezembro de 2014, compareça à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem os cargos a seguir discriminados:

MÉDICO

ANA PAULA CORRÊIA FERNANDES

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,ES-
TADO DE SANTA CATARINA, 26 de março de 2015.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.31/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº31/2015

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 31/2015, Edital de Pregão Nº 31/2015, Objeto: aquisição de equipamentos agrícolas para uso da secretaria da agricultura, que presta os serviços necessários aos agricultores do município, através do programa da patrulha mecanizada. Recurso proveniente do contrato com a caixa n.1.019.961-21/2014, proposta Siconv n.022950/2014 e convênio n.807331/2014. Recebimento dos envelopes até às 16:00 horas do dia 10/04/2015. Abertura dos envelopes às 08:00 horas do dia 13/04/2015, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou. São José do Cedro - SC. Antonio Plinio de Castro Silva - Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

EFAISLO 2015 - REGULAMENTO DO CONCURSO RAINHA E PRINCESAS EFAISLO 2015 - FEIRA COMERCIAL INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

EFAISLO 2015

REGULAMENTO DO CONCURSO RAINHA E PRINCESAS EFAISLO 2015 - FEIRA COMERCIAL INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE.

I - OBJETIVOS:

Art.1 - Para a EFAISLO 2015 serão eleitas uma Rainha e duas Princesas.

Parágrafo Único - As eleitas terão a responsabilidade de divulgar e embelezar a feira e serão representantes oficiais em outros Municípios.

Art. 2 - A eleição da Rainha da EFAISLO 2015 e das duas Princesas será regida pelo presente Regulamento.

Parágrafo Único - A validade do concurso é até a próxima edição do evento

II - DA COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA:

Art. 3 - A Comissão Central Organizadora da EFAISLO 2015, que está representada por: Sr. Altamir Jorge Lemes da Rosa, Lauri Alberto Centenaro, Anilson Spricigo, Jucimar José Garbin, Reinaldo Francisco Guerra Junior, Rosangela de Lima e Marcia Coan Janeski.

Art. 4- Fica sob a responsabilidade da CCO realizar uma pré-seleção das candidatas, caso o número de inscrição seja superior a 10.

III - DA INSCRIÇÃO

REQUISITOS:

- Ser Brasileira, do sexo feminino;
- Ter mais de 16 anos e menos de 26 até 16/05/2015;
- Ter boa conduta e reputação social ilibada, apresentando padrões de comportamento e relacionamento condizentes ao título almejado;
- Não participar de qualquer outro concurso similar até a realização da 5 EFAISLO.;
- Ser solteira, jamais ter sido casada, ainda que um casamento anulado, separada, divorciada (reconhecendo-se como entidade familiar além do casamento a união estável - art. 226, § 3º da CF/88);
- Não ter filhos e não estar grávida;
- Gozar de boa saúde física e mental;
- Ter disponibilidade de horários tanto para as atividades preparatórias do concurso, inclusive aos finais de semana, bem como disponibilidade de participar de toda a programação até a realização da festa de lançamento, no dia 16 de maio.
- Ter domicílio em São Lourenço do Oeste, há pelo menos dois anos;

Art. 5 - A candidata deverá apresentar ficha de inscrição fornecida pela CCO, uma (01) fotografia colorida tamanho (15x21) corpo

inteiro para divulgação, cópias da carteira de identidade, comprovante de residência. As candidatas menores de idade deverão apresentar autorização para participação no concurso reconhecida em cartório pelos pais ou responsáveis.

Art. 6 - As candidatas deverão assinar um termo de compromisso, documento que dispõe sobre os direitos e deveres das eleitas, bem como o termo de cessão de imagem sem ônus, autorizando a CCO da EFAISLO, fazer uso de seu nome, imagem e áudio para divulgação da feira e dos eventos.

Art. 7 - As inscrições serão iniciadas no dia 30 de março de 2015 e encerradas no dia 17 de abril de 2015, impreterivelmente.

Art. 8 - As inscrições deverão ser realizadas na prefeitura municipal, junto ao Gabinete do Prefeito.

Art. 9 - A Comissão reserva-se o direito de vetar qualquer inscrição fora dos critérios exigidos pelo presente regulamento.

IV - DAS REGRAS GERAIS

Art. 10 - Não caberá qualquer espécie de recurso ou contestação contra a decisão dos jurados nem da CCO. A comissão e os jurados são soberanos em suas decisões.

Art. 11 - As candidatas deverão obedecer aos horários para ensaios do concurso, sob pena de cancelamento da inscrição.

Art. 12 - A candidata comprometer-se-á a acatar as determinações e programas estabelecidos pela Comissão Central Organizadora da EFAISLO 2015.

Art. 13 - Caso as candidatas eleitas sejam chamadas para compromissos e se negarem a cumprir por qualquer motivo injustificado ou considerando também qualquer imprevisto que venha a impossibilitar a presença da mesma por motivos adversos, perderão o título, sendo chamada a candidata de classificação subsequente.

Art. 14- A Rainha e as Princesas deverão participar de todos os dias da programação da feira recepcionando autoridades, imprensa, convidados, visitantes e turistas, de acordo com a solicitação da CCO.

Art. 15 - Caso alguma das 10 candidatas selecionadas desista ou não queira mais participar, sem apresentar um motivo justo, ficará impossibilitada de participar de qualquer outro concurso de mesma natureza promovido pela Prefeitura Municipal ou suas Autarquias.

V - DA ESCOLHA DA RAINHA E DAS PRINCESAS

Art. 16- O corpo de jurados será composto por profissionais competentes ligados à área, não envolvidos na organização do evento, sem vínculo de parentesco com as candidatas.

Art. 17- O Presidente da mesa julgadora será escolhido entre os jurados.

Art. 18 - as candidatas receberão notas de 5 (cinco) a 10 (dez), com duas casas após a vírgula, em cada um dos quesitos abaixo:

- 1-Simpatia;
- 2-Beleza;
- 3-Postura e desenvoltura no desfile;

Art. 19- As candidatas não eleitas Rainha e Princesas da EFAISLO 2015 serão convidadas a participarem da feira, recepcionando os visitantes e turistas.

VI - DO VESTUÁRIO

Art. 20 - O primeiro vestido a ser utilizado para o desfile da escolha da Rainha e Princesas da 5ª EFAISLO, bem como os confeccionados após a seleção, as faixas e coroas serão de responsabilidade da CCO.

VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 21 - O concurso será realizado durante o Baile, dia 16 de maio de 2015, na Arena de Eventos Albano Menegatti no Centro de Eventos de São Lourenço do Oeste, SC.

Art. 22 - A Comissão Central Organizadora reserva-se o direito de não acatar qualquer alteração superveniente ao presente regulamento, não cabendo qualquer modificação de última hora que possa comprometer o bom andamento do evento.

Art. 23 - Os casos omissos no presente regulamento serão dirimidos pela Comissão Central Organizadora.

COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA

ANEXOS

TERMO DE COMPROMISSO

Por estar de acordo com as normas e regulamentação do concurso da Rainha da EFAISLO - 2015 assino o presente termo de compromisso, ciente de, como candidata, participar de todos os ensaios e treinamentos organizados e marcados pela CCO, e caso eleita, estar presente em todos os dias da feira nos horários estabelecidos pela CCO e autorizo, sem ônus, a utilização da minha imagem para esta edição e edições posteriores da EFAISLO, bem como qualquer material de divulgação ou mídia realizado pela Administração Municipal, além de me comprometer a comparecer em todos os eventos agendados com a finalidade de divulgação e engrandecimento da EFAISLO 2015 ou eventos

Eu _____
_____, CPF _____, RG _____

Assinatura da Candidata

São Lourenço Do Oeste, SC, _____ de _____ de 2015.

AUTORIZAÇÃO

Eu _____
_____, CPF _____, RG _____

_____, Responsável por _____

Autorizo a mesma, participar do concurso da Rainha da EFAISLO - 2015 e utilizar a sua de imagem, sem ônus, para esta edição e edições posteriores da EFAISLO, bem como qualquer material de divulgação ou mídia realizado pela Administração Municipal, ciente das normas e regulamento do concurso.

Assinatura do Responsável pelo menor

São Lourenço do Oeste, SC, _____ de _____ de 2015.

FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome: _____

_____, CPF: _____, RG: _____

_____, Data de Nascimento: _____ / _____

/ _____, Quantos anos: _____, Telefone para contato:

Residencial _____, Celular _____

Endereço: _____

_____, Grau de Escolaridade: _____

_____, Profissão: _____

_____, Peso: _____

_____, Altura: _____

_____, E-mail: _____

_____, OBS. Uma foto colorida de corpo inteiro

São Lourenço do Oeste, SC, _____ de _____ de 2015

Assinatura da Candidata

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2015, SRP - PR Nº 030/2015.

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 13/04/2015, às 08:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2015, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, OBJETO: AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO DIVERSAS RAÇAS PARA ATENDER O PROGRAMA MUNICIPAL DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste - SC, 30 de março de 2015.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2015, SRP - PR Nº 031/2015.

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 13/04/2015, às 09:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2015, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO A SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste - SC, 30 de março de 2015.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 5.050, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 5.050, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Altera o Decreto nº 4.997, de 28 de novembro de 2014, que designa Equipe Técnica para elaboração do Plano Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 4.997, de 28 de novembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º

I

IV - Elizangela Calegari Tapper, ocupante do Cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 192901, na Secretaria Municipal de Educação;

.....” (NR)

Art. 2º O art. 1º do Decreto nº 4.997, de 28 de novembro de 2014, passa a vigorar acrescido dos incisos XII e XIII com a seguinte redação:

“Art. 1º

I

XII - Josiane Karla Cotz Peron, ocupante do Cargo de Diretora do CEIM Mundo Colorido, matrícula nº 15101;

XIII - Wilmar Conte, ocupante do Cargo de professor da GERED - Gerência Regional de Educação de São Lourenço do Oeste/SC.” (NR)

Art. 3º As demais disposições do Decreto nº 4.997, de 28 de novembro de 2014 permanecem inalteradas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de março de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.051, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 5.051, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, e de acordo com o inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 33.900,00 (trinta e três mil e novecentos reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.			
10.301.4506.2.054 4.4.90.00.00.00.00.0.3.0067		45	Aplicações Diretas	R\$ 33.900,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.191/2014 e o art.43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de março de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.052, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 5.052, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, e de acordo com o inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 7.745,75 (sete mil, setecentos e quarenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), na seguinte dotação orçamentária:

06.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF			
06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF			
06.122.4503.2.008	190	Aplicações Diretas	R\$ 7.745,75	
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0000				

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de março de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO DE COMODATO Nº 02/2015, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO DE COMODATO Nº 02/2015, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

Comodante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Comodatário: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, CNPJ nº 11.402.887/000-60.

Objeto: a cessão em comodato, pelo COMODANTE ao COMODATÁRIO, de 02 (duas) escolas municipais, sendo uma a Escola Básica Municipal Irmã Neuza, localizada na Rua Aderbal Ramos da Silva, 486, Bairro Progresso, onde serão disponibilizados 02 (dois) banheiros, sendo um masculino e outro feminino, e o laboratório de informática, contendo no mínimo 25 (vinte e cinco) computadores em pleno funcionamento, com suas respectivas bancadas e assentos, e quadro branco, em quatro dias da semana, sendo eles compreendidos, de segunda-feira à quinta-feira, no horário das 18h45min às 22h30min. E a outra a Extensão da Escola Básica Municipal Santa Maria Goretti anexa ao Centro Educacional Infantil Municipal Mundo Colorido, localizados na Rua Rio de Janeiro, s/nº - Bairro Perpétuo Socorro, onde serão disponibilizados: 05 (cinco) salas de aula com pelo menos 25 (vinte e cinco) carteiras escolares cada, equipadas com quadro branco, 01 (um) laboratório de informática, contendo no mínimo 25 (vinte e cinco) computadores em pleno funcionamento, com suas respectivas bancadas e assentos, e quadro branco, e 01 (uma) sala para recepção dos alunos e professores a ser também utilizada pelos orientadores, e apoio administrativo para suas atividades, devendo haver um espaço de ao menos 0,5 m³ (meio metro cubico) restrito (leia-se com fechadura) para preservação do patrimônio federal, com alarme, uma vez que a sala também armazenará o material inerente às atividades pedagógicas tais como: projetores multimídias, canetões para quadro branco, apagadores, canetas, perfuradores, material impresso, kit estudantil entre outros, 02 (dois) banheiros, sendo um masculino e outro feminino, em quatro dias da semana, sendo eles compreendidos, de segunda-feira à quinta-feira, no horário das 15h45min às 22h30min, podendo ser ampliado para cinco dias semanais se houver necessidade, para viabilizar a oferta dos cursos por parte do COMODANTE através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego-Pronatec.

Data de Assinatura: 13/03/2015.

Vigência: de 13/03/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Comodante Maria Clara Kaschny (Reitora) pelo Comodatário.

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 07/2015 FMS.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2015 FMS.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL-Registro de Preço

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", menor preço por item para aquisição de passagens, com seguro, para transporte coletivo regular intermunicipal e interestadual de passageiros e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:45 horas do dia 17/04/2015. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:00 às 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

São Miguel da Boa Vista (SC), 27 de março de 2015.

GILNEI ANTONIO GUTH

Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO 23/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2015.

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", por item, na modalidade Pregão Presencial, para aquisição de um ROLO COMPACTADOR, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 8:30 horas do dia 13/04/2015. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 7:00 às 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

São Miguel da Boa Vista (SC), 27 de março de 2015.

GILNEI ANTONIO GUTH

Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO 24/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL-Registro de Preço

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", menor preço por item para aquisição de serviços de arbitragem e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:45 horas do dia 16/04/2015. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:00 às 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

São Miguel da Boa Vista (SC), 27 de março de 2015.

GILNEI ANTONIO GUTH

Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO 25/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 25/2015.

MODALIDADE: CHAMADA PUBLICA

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "CHAMADA PUBLICA PARA MENOR PREÇO", por item para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até as 08:45 horas do dia 23/04/2014. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidas com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta - Feira, horário de expediente, das 07:00 as 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 8.666/93, e Lei Nº. 11.947 de 16/06/2009 e resolução nº. 38 do FNDE de 16/07/2009 e alterações posteriores.

São Miguel da Boa Vista (SC), 27 de março de 2015.

GILNEI ANTONIO GUTH

Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO 26/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL-Registro de Preço

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", menor preço por item para aquisição de centímetros coluna para Publicações Legais da municipalidade e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:45 horas do dia 16/04/2015. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:00 às 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

São Miguel da Boa Vista (SC), 27 de março de 2015.

GILNEI ANTONIO GUTH

Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 09/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 1/9
 Processo Nº.: 21/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 9/2015

No dia 27 do mês de Março do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.124/0001-82, com sede administrativa localizada na RUA SÃO LUIZ, 210, bairro Centro, CEP nº. 89879-000, nesta cidade de São Miguel da Boa Vista/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO., o Sr(a). VALMIR CESAR SCHROTER, inscrito no CPF sob o nº. 781.836.939-20, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 16/2015, Processo Licitatório nº. 21/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) A presente licitação tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS DE FÁBRICA E MÃO DE OBRA PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS DA MUNICIPALIDADE, nas quantidades estimadas e pelo período de 01 (um) ano, conforme itens, quantidades e valores máximos, abaixo: Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
655	AUTO MECANICA IVAL LTDA ME	52, 53, 54, 55, 56, 57, 58
12	MECANICA BOAVISTENSE LTDA	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 61, 62

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AUTO MECANICA IVAL LTDA ME	02.735.563/0001-53	VALCINEI DOMINGOS SIGNORI	036.531.729-26
MECANICA BOAVISTENSE LTDA	73.860.868/0001-35	CLECI MULLER	861.646.439-53

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

A presente licitação tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS DE FÁBRICA E MÃO DE OBRA PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS DA MUNICIPALIDADE, nas quantidades estimadas e pelo período de 01 (um) ano, conforme itens, quantidades e valores máximos, abaixo:

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 12 - MECANICA BOAVISTENSE LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Terminal de direção 335172 do veículo Boxer 330M ano e modelo 2008.	un	CWB	4,000	129,0000	516,00
2	Pivô CWBI 150764 do veículo Boxer 330M ano e modelo 2008.	un	CWB	4,000	119,5000	478,00
3	Filtro de ar ARS-1013 do veículo Boxer 330M ano e modelo 2008.	un	TECFIL	4,000	79,6000	318,40
4	Filtro de combustível PE-3023 do veículo Boxer 330M ano e modelo 2008.	un	TECFIL	4,000	89,8000	359,20

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 2/9
 Processo Nº.: 21/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2015

Fornecedor: 12 - MECANICA BOAVISTENSE LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	Filtro de óleo PSL-156 do veículo Boxer 330M ano e modelo 2008.	un	TECFIL	4,000	59,9000	239,60
6	Disco de freio BD-4681 do veículo Boxer 330M ano e modelo 2008.	un	FREMAX	4,000	134,0000	536,00
7	Jogo de pastilha de freio traseira QH-2234 do veículo Boxer 330M ano e modelo 2008.	un	LONAFLEX	4,000	11,5000	46,00
8	Jogo de pastilha de freio dianteira P-498A do veículo Boxer 330M ano e modelo 2008.	un	LONAFLEX	4,000	99,7000	398,80
10	Rolamento da roda dianteira WB-498448 do veículo Boxer 330M ano e modelo 2008.	un	SKF	4,000	109,0000	436,00
11	Jogo de pastilha de freio PD-88 do veículo Doblo Essence 1.8.	un	LONAFLEX	4,000	89,0000	356,00
12	Palheta do limpador traseiro 14E do veículo Doblo Essence 1.8.	un	CWB	4,000	43,5000	174,00
13	Jogo de palheta do limpador dianteiro 323 do veículo Doblo Essence 1.8.	un	CWB	4,000	89,5000	358,00
14	Filtro de ar ARS-1029 do veículo Doblo Essence 1.8.	un	TECFIL	6,000	69,8000	418,80
15	Filtro de combustível do veículo Doblo Essence 1.8.	un	CWB	6,000	18,7000	112,20
16	Filtro do ar condicionado ACP-131 do veículo Doblo Essence 1.8.	un	TECFIL	6,000	24,7000	148,20
17	Jogo de pastilha de freio PD-68 do veículo Doblo Essence 1.8.	un	LONAFLEX	4,000	69,6000	278,40
18	Barra de direção lateral do veículo Doblo Essence 1.8.	un	DRIVEWAY	4,000	79,7000	318,80
19	Bieleta da barra estabilizadora do veículo Doblo Essence 1.8.	un	SAMPEL	4,000	43,5000	174,00
20	Correia comando 40956x22xS do veículo Doblo Essence 1.8.	un	GATES	4,000	57,0000	228,00
21	Coxim do escape do veículo Doblo Essence 1.8.	un	SAMPEL	4,000	9,5000	38,00
22	Jogo de sapata de freio traseiro F1/136-CP do veículo Doblo Essence 1.8.	un	FRASLE	4,000	119,0000	476,00
23	Terminal de direção lado direito PD-5028 do veículo Doblo Essence 1.8.	un	DRIVEWAY	4,000	78,0000	312,00
24	Terminal de direção lado esquerdo PD- 5029 do veículo Doblo Essence 1.8.	un	DRIVEWAY	4,000	78,0000	312,00
25	Válvula termostática VT313.92 do veículo Doblo Essence 1.8.	un	MTE	4,000	74,5000	298,00
26	Pivo direção VKD4275 do veículo Doblo Essence 1.8.	un	SKF	4,000	69,5000	278,00
27	Filtro de combustível 72/2-VW/FORD.	un	TECFIL	4,000	19,5000	78,00
28	Filtro de combustível PSC410-VW/FORD.	un	TECFIL	4,000	43,7500	175,00
29	Coxim traseiro do motor R-621-VW/FORD.	un	REI	4,000	75,0000	300,00
30	Reparo de válvula relê I83277-VW/FORD.	un	KNORR	4,000	40,0000	160,00
31	Cabo do velocímetro do ônibus 1313/1318-3300MM.	un	FANIA	4,000	71,1000	284,40
32	Cabo múltiplas funções do sistema de aceleração 331484.	un	CABOVEL	4,000	248,0000	992,00
33	Kit barra estabilizadora dianteira da pick-up Strada 131391.	un	SAMPEL	4,000	23,7000	94,80
34	Espelho retrovisor externo LD/LE da pick-up Strada.	un	COFRAN	4,000	134,0000	536,00
35	Disco de freio BD-5056 da pick-up Strada e Doblo.	un	FREMAX	6,000	69,5000	417,00
36	Filtro de combustível GI41.	un	TECFIL	4,000	19,0000	76,00
37	Filtro de óleo PSL-55 da pick-up Strada e Granlivina.	un	TECFIL	4,000	19,0000	76,00
38	Filtro de ar ARL-4150.	un	TECFIL	4,000	19,8000	79,20
39	Bucha de bandeja dianteira da parte frontal.	un	SAMPEL	4,000	20,5000	82,00
40	Mancal suspensão traseira L.E da pick-up Strada.	un	SAMPEL	4,000	89,0000	356,00
41	Mancal suspensão traseira L.D da pick-up Strada.	un	SAMPEL	4,000	89,0000	356,00
42	Rolamento cubo dianteiro da pick-up Strada.	un	SKF	4,000	89,7000	358,80
43	Articulador axial da pick-up Strada.	un	VIEMAR	4,000	79,5000	318,00
44	Kit batente e coifa amortecedor dianteiro da pick-up Strada.	un	SAMPEL	4,000	71,0000	284,00
46	Amortecedor dianteiro da pick-up Strada.	un	CORVEN	6,000	189,7000	1.138,20
47	Amortecedor traseiro da pick-up Strada.	un	CORVEN	6,000	169,0000	1.014,00
48	Filtro de ar ARL-1654 Grandlivina.	un	WEGA	4,000	59,5000	238,00
49	Jogo de pastilha PD-672 Grandlivina.	un	LONAFLEX	4,000	149,0000	596,00
50	Jogo de sapata de freio NS5043 Grandlivina.	un	MAZZICAR	4,000	347,3000	1.389,20
51	Filtro de combustível GI50/7.	un	TECFIL	4,000	24,8000	99,20

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTAPágina: 3/9
Processo Nº.: 21/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2015**Fornecedor: 12 - MECANICA BOAVISTENSE LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
61	Serviços gerais de mão de obra de mecânica para veículos do Fundo Municipal de Saúde Municipal de Saúde.	Hrs		200,000	55,0000	11.000,00
62	Serviços gerais de mão de obra de mecânica para veículos do Fundo Municipal de Assistência Social.	Hrs		100,000	55,0000	5.500,00

Fornecedor: 655 - AUTO MECANICA IVAL LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
52	Filtro 119474 da Retro Escavadeira Caterpillar 416 E.	un	TECFIL	4,000	169,0000	676,00
53	Filtro 1261817 da Retro Escavadeira Caterpillar 416 E.	un	TECFIL	4,000	490,0000	1.960,00
54	Articulac 2043080 da Retro Escavadeira Caterpillar 416 E.	un	CAT	4,000	569,0000	2.276,00
55	Para lama L.D com gaveta da Retro Escavadeira Caterpillar 416 E.	un	CAT	2,000	1.300,0000	2.600,00
56	Para lama L.E com gaveta da Retro Escavadeira Caterpillar 416 E.	un	CAT	2,000	1.300,0000	2.600,00
57	Filtro da transmissão da Moto niveladora Combate 170 HP.	un	COMBAT	3,000	299,0000	897,00
58	Rolamento do tandem da Moto niveladora Combate 170 HP.	un	COMBAT	4,000	2.050,0000	8.200,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 4/9
Processo Nº.: 21/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2015

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 5/9
Processo Nº.: 21/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2015

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 6/9
Processo Nº.: 21/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2015

CLÁUSULA SE TA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO LOCAL E PRA O DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 7/9
Processo Nº.: 21/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2015

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACR SCIMOS E SUPRESS ES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA D CIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 8/9
Processo Nº.: 21/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2015

CLÁUSULA D CIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA D CIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA D CIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel da Boa Vista para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 9/9
Processo Nº.: 21/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2015

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Miguel da Boa Vista, 27 de Março de 2015.

VALMIR CESAR SC ROTHER
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO.

Empresas Participantes:

AUTO MECANICA IVAL LTDA ME

CNPJ: 02.735.563/0001-53

MECANICA BOAVISTENSE LTDA

CNPJ: 73.860.868/0001-35

BALANÇO ORÇAMENTARIO

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.028.760,00	17.028.760,00	1.956.995,15	11,49	10.115.731,66	59,40
RECEITAS CORRENTES	11.392.180,00	11.392.180,00	1.868.395,15	16,40	9.282.805,12	81,48
RECEITA TRIBUTÁRIA	264.000,00	264.000,00	61.590,66	23,33	292.936,39	110,96
IMPOSTOS	250.900,00	250.900,00	60.463,67	24,10	277.545,53	110,62
TAXAS	12.600,00	12.600,00	1.126,99	8,94	15.390,86	122,15
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	18.000,00	18.000,00	3.900,76	21,67	19.340,07	107,44
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	18.000,00	18.000,00	3.900,76	21,67	19.340,07	107,44
RECEITA PATRIMONIAL	76.000,00	76.000,00	17.742,10	23,34	115.905,04	152,51
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	76.000,00	76.000,00	17.742,10	23,34	115.905,04	152,51
RECEITA DE SERVIÇOS	108.700,00	108.700,00	24.065,35	22,14	95.789,23	88,12
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.878.880,00	10.878.880,00	1.755.047,36	16,13	8.717.860,86	80,14
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.801.880,00	10.801.880,00	1.746.315,10	16,17	8.640.568,36	79,99
Transf. de Conv.	77.000,00	77.000,00	8.732,26	11,34	77.292,50	100,38
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	46.600,00	46.600,00	6.048,92	12,98	40.973,53	87,93
Multas e Juros de Mora	19.400,00	19.400,00	2.941,53	15,16	10.843,03	55,89
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	17.200,00	17.200,00	421,46	2,45	12.709,05	73,89
RECEITAS DIVERSAS	10.000,00	10.000,00	2.685,93	26,86	17.421,45	174,21
RECEITAS DE CAPITAL	5.636.580,00	5.636.580,00	88.600,00	1,57	832.926,54	14,78
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEIÇÃO DE BENS	66.000,00	66.000,00	29.020,00	43,97	29.020,00	43,97
ALIEIÇÃO DE BENS MÓVEIS	66.000,00	66.000,00	29.020,00	43,97	29.020,00	43,97
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.670.580,00	4.670.580,00	59.580,00	1,28	803.906,54	17,21
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	4.670.580,00	4.670.580,00	59.580,00	1,28	803.906,54	17,21
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	17.028.760,00	17.028.760,00	1.956.995,15	11,49	10.115.731,66	59,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	17.028.760,00	17.028.760,00	1.956.995,15	11,49	10.115.731,66	59,40
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	17.028.760,00	17.028.760,00	1.956.995,15	11,49	10.115.731,66	59,40
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	933.657,85	—	—	720.579,82	—
Superávit Financeiro	—	933.657,85	—	—	720.579,82	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO A EXECUTAR (f - (g + h))
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)	%	
						No Bimestre (i)	Até o Bimestre (g)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	17.028.760,00	1.774.488,15	18.803.248,15	-471.900,04	9.766.854,57	2.058.743,35	9.683.798,08	83.056,49	51,94	9.036.393,33
DESPESAS CORRENTES	9.313.156,00	1.209.584,04	10.522.740,04	774.017,74	8.259.985,46	1.709.944,36	8.253.103,87	6.881,59	78,50	2.262.754,44
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.128.540,12	-68.835,36	5.059.704,76	1.051.576,02	4.779.115,06	1.053.111,34	4.779.115,06	0,00	94,45	280.589,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	20.000,00	0,00	20.000,00	-540,92	7.459,08	0,00	7.459,08	0,00	37,30	12.540,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.164.615,88	1.278.419,40	5.443.035,28	-277.017,36	3.473.411,32	656.833,02	3.466.529,73	6.881,59	63,81	1.969.623,33
DESPESAS DE CAPITAL	7.710.604,00	564.904,11	8.275.508,11	-1.245.917,78	1.506.869,11	348.798,99	1.430.694,21	76.174,90	18,21	6.768.639,90
INVESTIMENTOS	7.704.604,00	564.904,11	8.269.508,11	-1.245.156,92	1.506.615,49	348.798,99	1.430.440,59	76.174,90	18,22	6.762.892,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	6.000,00	0,00	6.000,00	-760,86	253,62	0,00	253,62	0,00	4,23	5.746,14
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	17.028.760,00	1.774.488,15	18.803.248,15	-471.900,04	9.766.854,57	2.058.743,35	9.683.798,08	83.056,49	51,94	9.036.393,33
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			SALDO A EXECUTAR (f - (g + h))	
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)		%
						No Bimestre (i)	Até o Bimestre (g)			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	17.028.760,00	1.774.488,15	18.803.248,15	-471.900,04	9.766.854,57	2.058.743,35	9.683.798,08	83.056,49	51,94	
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	348.877,09	—	—	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	17.028.760,00	1.774.488,15	18.803.248,15	-471.900,04	9.766.854,57	2.058.743,35	10.115.731,66	53,80	9.036.393,58	

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 13/02/2015

Gilnei Antonio Guth Prefeito Municipal	Serlei Fatima Puntel Contadora - CRC-SC 021.445/0-3	Silvio Richardt Secretario Administrativo e Fazenda
---	--	--

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

MUNICÍPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	4.583.751,54	0,00
Pessoal Ativo	4.305.141,59	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	524,88	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	278.085,07	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	4.583.751,54	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	4.583.751,54	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	9.006.310,53	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	50,89	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	4.863.407,69	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	4.620.237,30	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	4.377.066,92	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 13/02/2015

Gilnei Antonio Guth
Prefeito Municipal

Serlei Fatima Puntel
Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3

Sílvia Richardt
Secretário Administração e Fazenda

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

MUNICÍPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Alienações Bens Destinados Programas Saúde	7.009,61	0,00	7.009,61
Alienações de Bens destinados a Outros Programas	24.369,29	0,00	24.369,29
Assistência Farmacêutica Básica	13.098,11	0,00	13.098,11
Atenção Básica	136.175,38	0,00	136.175,38
Atenção Média e Alta Complexi. Ambul.e Hosp.(MAC)	97.599,11	0,00	97.599,11
Bolsa Família	9.252,87	0,00	9.252,87
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	1.759,47	0,00	1.759,47
Convênio Trânsito - Civil	9.308,22	0,00	9.308,22
Convênio Trânsito - Militar	3.868,88	0,00	3.868,88
Convênio Trânsito - Prefeitura	7.152,14	0,00	7.152,14
Fundo Especial do Petróleo	183.054,44	0,00	183.054,44
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social - FNAS	59.249,81	0,00	59.249,81
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	3.844,62	0,00	3.844,62
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	6.753,66	0,00	6.753,66
Salário Educação	22.764,65	0,00	22.764,65
Superávi_A.Média e Alta Complex.Amb.e Hospitalar	17.640,11	0,00	17.640,11
Superávit_ Atenção Básica	182.574,71	1.993,25	180.581,46
Superávit_Assistência Farmacêutica Básica	4.761,39	0,00	4.761,39
Superávit_Transf.Convênios - Saúde	560,14	0,00	560,14
Superávit_Vigilância em Saúde	18.578,86	0,00	18.578,86
Transferências de Convênios - Educação	31.951,45	306.336,25	(274.384,80)
Transferências de Convênios - Outros	110.093,87	57.420,00	52.673,87
Transferências de Convênios - Saúde	17.143,92	0,00	17.143,92
Transferências do FUNDEB - remuneração dos profissionais do Magistério	10.846,40	0,00	10.846,40
Vigilância em Saúde	31.560,40	0,00	31.560,40
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.010.971,51	365.749,50	645.222,01
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	2.605,95	305,95	2.300,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	25.580,50	14.999,00	10.581,50
Recursos Ordinários	414.882,28	5.519,71	409.362,57
Recursos Ordinários - Próprios	17.775,28	0,00	17.775,28
Superávit_Ações e Serviços Públicos de Saúde(EC 29/00)	3.569,20	0,00	3.569,20
Superávit - Recursos Ordinários - Próprios	3.239,90	0,00	3.239,90
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	467.653,11	20.824,66	446.828,45
TOTAL (III) = (I + II)	1.478.624,62	386.574,16	1.092.050,46
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 13/02/2015

Gilnei Antonio Guth
Prefeito Municipal

Serlei Fatima Puntel
Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3

Sílvia Richardt
Secretario Administracao e Fazenda

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	44.615,76	44.362,14	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	44.615,76	44.362,14	0,00
Interna	44.615,76	44.362,14	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.007.136,98	2.096.265,42	1.401.963,45
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.038.595,61	2.337.956,63	1.478.624,62
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	31.458,63	241.691,21	76.661,17
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-962.521,22	-2.051.903,28	-1.401.963,45
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	8.341.363,03	8.860.429,60	9.006.310,53
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,53%	0,50%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-11,54%	-23,16%	-15,57%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	10.009.635,64	10.632.515,52	10.807.572,64
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	9.008.672,07	9.569.263,97	9.726.815,37

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	44.615,76	44.362,14	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	44.615,76	44.362,14	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	44.615,76	44.362,14	0,00
Previdenciárias	44.615,76	44.362,14	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	26.225,03	482,43
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	347.309,90	2.344.853,79	392.487,05
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 13/02/2015

Gilnei Antonio Guth
Prefeito Municipal

Serei Fatima Puntel
Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3

Silvio Richardt
Secretario Administracao e Fazenda

FONTE:

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)				R\$ 1.000,00				
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			SALDO (a - (b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.028.760,00	18.803.248,15	-471.900,04	9.766.854,57	2.058.743,35	9.883.798,08	100,00	9.036.393,58
Legislativa	550.000,00	617.214,32	71.446,33	556.262,48	90.119,64	556.262,48	5,70	60.951,84
Ação Legislativa	550.000,00	617.214,32	71.446,33	556.262,48	90.119,64	556.262,48	5,70	60.951,84
Administração	2.211.515,00	2.159.797,30	207.029,49	1.702.984,25	334.008,13	1.702.984,25	17,44	456.813,05
Administração Geral	1.574.200,00	1.515.482,30	97.192,91	1.107.408,19	203.210,24	1.107.408,19	11,34	408.074,11
Administração Financeira	575.000,00	582.000,00	97.955,08	541.760,64	118.916,39	541.760,64	5,55	40.239,36
Controle Interno	62.315,00	62.315,00	11.881,50	53.815,42	11.881,50	53.815,42	0,55	8.499,58
Assistência Social	655.100,00	802.890,64	96.446,00	484.387,48	168.398,32	474.387,66	4,96	318.503,16
Assistência ao Idoso	14.700,00	18.462,80	116,00	5.822,01	116,00	5.822,01	0,06	12.640,79
Assistência ao Portador de Deficiência	5.000,00	5.000,00	-1.393,34	2.532,77	0,00	2.532,77	0,03	2.467,23
Assistência à Criança e ao Adolescente	78.000,00	85.979,90	-17.730,89	16.296,58	-15.066,63	16.296,58	0,17	69.683,32
Assistência Comunitária	557.400,00	693.447,94	115.454,23	459.736,12	183.348,95	449.716,30	4,71	233.711,82
Saúde	2.641.401,00	3.191.200,02	107.571,90	2.134.074,35	430.734,91	2.131.304,08	21,85	1.057.125,67
Atenção Básica	2.577.701,00	3.096.949,97	97.857,98	2.086.446,03	420.065,44	2.083.675,76	21,36	1.010.503,94
Vigilância Sanitária	49.500,00	60.068,08	8.109,92	36.405,32	9.065,47	36.405,32	0,37	23.662,76
Vigilância Epidemiológica	14.200,00	34.181,97	1.604,00	11.223,00	1.604,00	11.223,00	0,11	22.958,97
Educação	3.017.444,00	3.557.194,29	21.870,84	2.312.211,40	377.132,71	2.309.911,40	23,67	1.244.982,89
Alimentação e Nutrição	146.400,00	153.444,80	11.583,55	126.690,19	34.244,10	126.690,19	1,30	26.754,61
Ensino Fundamental	2.647.424,00	2.993.681,22	-11.130,76	1.876.714,67	289.978,33	1.876.714,67	19,22	1.116.966,55
Ensino Médio	38.500,00	44.543,33	-5.368,14	32.575,86	15.063,65	32.575,86	0,33	11.967,47
Ensino Profissional	0,00	2.000,00	-700,00	2.000,00	-700,00	2.000,00	0,02	0,00
Ensino Superior	0,00	110.000,00	19.180,36	92.835,43	19.180,36	92.835,43	0,95	17.164,57
Educação Infantil	185.120,00	253.524,94	8.305,83	181.395,25	19.366,27	179.095,25	1,86	72.129,69
Cultura	95.000,00	95.000,00	903,00	35.705,38	4.953,00	35.705,38	0,37	59.294,62
Difusão Cultural	95.000,00	95.000,00	903,00	35.705,38	4.953,00	35.705,38	0,37	59.294,62
Urbanismo	2.058.500,00	2.104.575,84	-9.773,72	201.626,06	33.216,34	201.626,06	2,06	1.902.949,78
Infra-Estrutura Urbana	2.008.500,00	2.054.575,84	-9.773,72	201.626,06	33.216,34	201.626,06	2,06	1.852.949,78
Energia Elétrica	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00

Continua 1/3

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			SALDO (a - (b + c))		
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)		% (b + c)/ Total (b + c)	% (b + c)/a
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)				
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)	17.028.760,00	18.803.248,15	-471.900,04	9.766.854,57	2.058.743,35	9.683.798,08	83.056,49	100,00	51,94	9.036.393,58
Habitação	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Habitação Urbana	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Agricultura	1.529.100,00	1.728.662,85	104.695,72	1.353.055,35	458.494,86	1.285.088,95	67.966,40	13,85	78,27	375.607,50
Abastecimento	40.000,00	305.235,60	22.663,40	304.811,20	227.367,28	282.417,80	22.393,40	3,12	99,86	424,40
Extensão Rural	1.336.100,00	1.233.427,25	47.972,56	908.300,15	197.067,82	862.727,15	45.573,00	9,30	73,64	325.127,10
Promoção da Produção Agropecuária	153.000,00	190.000,00	34.059,76	139.944,00	34.059,76	139.944,00	0,00	1,43	73,65	50.056,00
Indústria	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
Promoção Industrial	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
Transporte	3.695.500,00	4.043.523,40	-1.017.416,62	799.834,65	127.405,96	799.834,65	0,00	8,19	19,78	3.243.688,75
Transporte Rodoviário	3.695.500,00	4.043.523,40	-1.017.416,62	799.834,65	127.405,96	799.834,65	0,00	8,19	19,78	3.243.688,75
Desporto e Lazer	136.000,00	97.000,00	-8.955,85	54.819,86	15.608,72	54.819,86	0,00	0,56	56,52	42.180,14
Desporto Comunitário	136.000,00	97.000,00	-8.955,85	54.819,86	15.608,72	54.819,86	0,00	0,56	56,52	42.180,14
Encargos Especiais	283.200,00	250.189,49	-45.717,13	131.893,31	18.670,76	131.893,31	0,00	1,35	52,72	118.296,18
Serviço da Dívida Interna	26.000,00	26.000,00	-1.301,78	7.712,70	0,00	7.712,70	0,00	0,08	29,66	18.287,30
Outras Transferências	150.000,00	128.050,00	-40.288,53	87.611,47	17.730,58	87.611,47	0,00	0,90	68,42	40.438,53
Outros Encargos Especiais	107.200,00	96.139,49	-4.126,82	36.569,14	940,18	36.569,14	0,00	0,37	38,04	59.570,35

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO (a - (b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% ((b + c)/ Total (b + c))	
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.028.760,00	18.803.248,15	-471.900,04	9.766.854,57	2.058.743,35	9.683.798,08	83.056,49	100,00	9.036.393,58
Reserva de Contingência ¹	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Reserva de Contingência	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	17.028.760,00	18.803.248,15	-471.900,04	9.766.854,57	2.058.743,35	9.683.798,08	83.056,49	100,00	9.036.393,58

FONTE:

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 13/02/2015

Gilnei Antonio Guth Prefeito Municipal	Serlei Fatima Puntel Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3	Silvio Richardt Secretario Administracao e Fazenda
---	---	---

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

DEMONSTRATIVO DA PROJECAO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDENCIA

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
 2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 13/02/2015

Gilnei Antonio Guth
Prefeito Municipal

Serlei Fatima Puntel
Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3

Silvio Richardt
Secretario Administracao e Fa

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014	
	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014		TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	970.988,15	1.064.362,39	762.142,41	826.219,04	1.000.889,10	834.098,83	761.183,15	866.374,74	798.148,40	824.261,96	953.296,26	1.226.897,35	10.878.852,78	13.376.860,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	11.213,79	27.440,52	16.928,01	20.195,34	37.018,42	15.159,91	32.348,46	20.426,07	37.190,73	18.048,54	26.394,39	35.196,27	297.561,45	264.100,00
I.P.T.U.		0,00		0,00	18.909,41	879,58	750,10	29,96	0,00	0,00	0,00	206,80	23.000,00	23.000,00
I.R.R.F	9.362,72	12.650,03	8.231,52	8.723,88	18.909,41	879,58	750,10	29,96	12.844,63	11.301,63	11.186,12	19.596,59	135.525,23	123.000,00
I.S.S.	951,07	5.139,96	1.877,46	2.778,69	2.130,35	1.854,00	4.671,74	3.110,61	7.125,67	2.333,48	11.344,08	8.535,28	51.857,39	55.000,00
I.T.B.I.	900,00	4.320,08	3.481,84	2.260,00	3.461,96	1.820,00	16.113,50	6.268,20	16.502,59	4.152,00	3.440,00	6.149,80	68.669,97	50.000,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	5.330,45	3.337,19	1.291,62	2.387,80	359,20	270,10	308,24	717,84	261,43	419,19	707,80	15.390,86	13.100,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES														
RECEITA PATRIMONIAL	5.003,13	7.649,02	7.755,37	8.321,21	9.774,90	13.373,80	9.546,74	9.304,84	8.174,62	19.259,31	9.524,40	12.161,81	119.849,15	76.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	2.100,77	6.684,64	5.698,70	5.737,78	9.008,03	5.330,69	8.898,95	17.582,01	4.490,85	6.231,46	6.963,74	17.101,61	96.789,23	108.700,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	945.592,50	1.013.370,45	712.309,83	787.005,54	941.646,64	801.086,00	703.367,25	815.889,12	745.238,85	777.249,46	906.406,20	1.156.185,51	10.306.339,35	12.863.460,00
Cota-Parte do F.P.M.	594.831,36	635.192,90	376.792,29	430.045,10	573.089,30	429.779,99	369.126,63	448.426,05	393.069,94	371.503,84	491.732,86	790.906,07	5.904.511,33	7.580.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	231.024,29	219.191,28	221.220,42	216.775,59	220.982,60	222.798,08	207.312,11	217.230,12	232.869,31	240.362,11	264.771,36	254.781,80	2.748.319,07	3.800.800,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	5.402,68	6.510,99	8.730,14	9.544,66	10.524,63	13.196,01	9.054,13	9.505,30	9.502,53	10.138,96	3.891,99	1.275,87	97.277,89	172.500,00
Cota-Parte do ITR	229,72	0,00	0,00	6,24	0,00	0,00	0,00	9,65	515,15	626,70	8,16	7,45	1.403,07	1.400,00
Outras Transferências Correntes	63.632,41	103.496,13	61.072,77	84.598,34	86.823,67	87.700,77	73.390,29	93.325,08	61.206,35	104.398,73	93.195,13	55.813,31	968.614,98	956.760,00
Transferências da LC 61/1989	3.626,46	3.070,24	3.000,03	3.269,50	3.556,11	3.387,01	3.479,51	3.586,62	3.375,19	3.614,54	4.150,57	4.095,41	42.211,19	60.000,00
Transferências da LC 87/1996	958,30	958,30	0,00	958,30	958,30	958,30	958,30	958,30	958,30	958,30	958,30	1.916,60	11.499,60	12.000,00
Transferências do FUNDEB	45.877,28	44.950,61	41.493,18	41.806,81	45.712,03	43.256,84	40.056,28	42.848,00	43.727,08	45.686,28	47.666,83	47.389,00	530.502,22	480.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.087,96	6.178,30	7.873,07	3.440,69	1.956,76	1.771,78	1.699,34	1.679,06	1.530,29	1.717,36	2.077,97	3.970,95	40.973,53	46.800,00
DEDUÇÕES (II)	167.214,39	172.984,56	121.948,58	133.148,36	165.418,65	134.023,71	117.985,94	135.943,05	128.060,49	125.440,72	153.102,53	317.271,27	1.875.542,25	1.984.680,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	167.214,39	172.984,56	121.948,58	133.148,36	165.418,65	134.023,71	117.985,94	135.943,05	128.060,49	125.440,72	153.102,53	160.441,82	1.715.712,80	1.984.680,00
Devolução Item Dep.Banc.Rec.Vinc.Educação-União														
Parcela Ref. à CF. art. 159, I, alínea d - FPM 1%												-3.944,11	-3.944,11	0,00
RECEITA CORRENTE LIQUIDA (III) = (I - II)	803.773,76	891.377,83	630.193,83	693.070,68	835.470,45	700.396,12	643.197,21	730.431,69	670.087,91	698.821,24	800.193,73	909.316,08	9.006.310,53	11.392.180,00
NOTA:														

FONTE:

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 13/02/2015

Cleinei Antonio Guth Prefeito Municipal	Serlei Fátima Puntel Controladora - CRC-SC 021.445/0-3	Silvio Richardt Secretário Administração e Fazenda
--	---	---

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DOS RECURSOS

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	66.000,00	29.020,00	36.980,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	66.000,00	29.020,00	36.980,00
TOTAL	66.000,00	29.020,00	36.980,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	68.811,84	407,98	0,00	68.403,86
Investimentos	68.811,84	407,98	0,00	68.403,86
TOTAL	68.811,84	407,98	0,00	68.403,86

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	2.602,23	28.612,02	31.214,25

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 13/02/2015

Gilnei Antonio Guth
Prefeito Municipal

Serlei Fatima Puntel
Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3

Silvio Richardt
Secretario Administracao e Fazenda

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

MUNICÍPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	8.341.363,03	8.860.429,60	9.006.310,53
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	1.835.099,87	1.949.294,51	1.981.388,32
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	1.651.589,88	1.754.365,06	1.783.249,48

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 13/02/2015

Gilnei Antonio Guth
Prefeito Municipal

Serlei Fatima Puntel
Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3

Silvio Richardt
Secretario Administracao e Fazenda

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PUBLICO PRIVADAS

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 13/02/2015

Gilnei Antonio Guth
Prefeito Municipal

Serlei Fatima Puntel
Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3

Silvio Richardt
Secretario Administracao e Fazenda

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	900.000,00	0,00		900.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	8.275.508,11	1.430.694,21	76.174,90	6.768.639,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	8.275.508,11	1.430.694,21	76.174,90	6.768.639,00
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-7.375.508,11	-1.506.869,11		-5.868.639,00

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 13/02/2015

 Gilnei Antonio Guth
 Prefeito Municipal

 Serlei Fatima Puntel
 Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3

 Silvio Richardt
 Secretario Administracao e Fazenda

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	278.000,00	278.000,00	295.043,42	106,13
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	23.000,00	23.000,00	25.918,00	112,69
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	50.000,00	50.000,00	68.869,97	137,74
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	55.000,00	55.000,00	51.857,39	94,29
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	123.000,00	123.000,00	135.525,23	110,18
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	200,00	200,00	262,98	131,49
Dívida Ativa dos Impostos	11.100,00	11.100,00	7.292,97	65,70
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	15.700,00	15.700,00	5.316,88	33,87
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.426.700,00	11.426.700,00	8.667.057,84	75,85
Cota-Parte FPM	7.580.000,00	7.580.000,00	5.653.737,77	74,59
Cota-Parte ITR	1.400,00	1.400,00	1.403,07	100,22
Cota-Parte IPVA	172.500,00	172.500,00	97.277,89	56,39
Cota-Parte ICMS	3.600.800,00	3.600.800,00	2.749.319,07	76,35
Cota-Parte IPI-Exportação	60.000,00	60.000,00	42.211,19	70,35
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	12.000,00	12.000,00	123.108,85	1.025,91
Desoneração ICMS (LC 87/96)	12.000,00	12.000,00	11.499,60	95,83
Outras	0,00	0,00	111.609,25	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	11.704.700,00	11.704.700,00	8.962.101,26	76,57

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	554.960,00	554.960,00	550.750,53	99,24
Provenientes da União	509.860,00	509.860,00	460.620,77	90,34
Provenientes dos Estados	45.100,00	45.100,00	90.129,76	199,84
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.100,00	1.100,00	360,28	32,75
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	556.060,00	556.060,00	551.110,81	99,11

Continua 1/5

Continuação 2/5

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
DESPESAS CORRENTES	2.323.721,00	2.884.432,63	1.911.675,50	2.770,27	66,37
Pessoal e Encargos Sociais	1.072.840,12	1.031.928,56	971.588,35	0,00	94,15
Outras Despesas Correntes	1.250.880,88	1.852.504,07	940.087,15	2.770,27	50,90
DESPESAS DE CAPITAL	317.680,00	306.767,39	219.628,58	0,00	71,59
Investimentos	317.680,00	306.767,39	219.628,58	0,00	71,59

Continua 2/5

Continuação 3/5

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
DESPESAS DE CAPITAL	317.680,00	306.767,39	219.628,58	0,00	71,59
Investimentos	317.680,00	306.767,39	219.628,58	0,00	71,59
TOTAL (IV)	2.641.401,00	3.191.200,02	2.131.304,08	2.770,27	66,87
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO					
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS Recursos de Operações de Crédito Outros Recursos OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹ DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS² DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	615.540,00	1.099.016,15	593.501,34	-550.750,53	2,00
	554.960,00	1.038.436,15	550.750,53	-550.750,53	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	60.580,00	60.580,00	42.750,81	0,00	2,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	-	-	-	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	615.540,00	1.099.016,15	593.501,34	-550.750,53	2,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = [IV(f+g) - V(h+i)]	2.025.861,00	2.092.183,87		2.091.323,54	98,00
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4					
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [V((h+i) - (15 x IIIb)/100)]					747.008,35

Continua 3/5

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 4/5

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA							
Inscritos em 2013	13.815,27	0,00	25.054,27	-11.239,00	0,00	0,00	
TOTAL	13.815,27	0,00	25.054,27	-11.239,00	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º							
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		0,00			
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00		0,00			
TOTAL (VIII)	0,00	0,00		0,00			
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 24 E 26							
	LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		-			
	-	-		-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)							
Atenção Básica Vigilância Sanitária Vigilância Epidemiológica	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	LIQUIDADAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)		
	2.577.701,00	3.096.949,97	2.083.675,76	2.770,27	97,77		
	49.500,00	60.068,08	36.405,32	0,00	1,71		
	14.200,00	34.181,97	11.223,00	0,00	0,53		
TOTAL	2.641.401,00	3.191.200,02	2.131.304,08	2.770,27	100,00		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

* Essa linha apresentará valor somente no relatório resumido da execução orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 14/2012.

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 13/02/2015

Glinei Antonio Guth Prefeito Municipal	Serlei Fatima Puntel Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3	Silvio Richardt Secretário Administração e Fazenda
---	---	---

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continua 1/4

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/4

Continua 2/4

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/4

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO		DESPESAS EXECUTADAS			
DESPESAS DO FUNDEB RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			Atualizada No Bimestre	Até o Bimestre (e)	
					% (g)=((e+f)/d)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS					
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO e Territorial Urbana - IPTU	481.000,00	527.393,24	122.145,16	527.392,10	100,00
13.1- Com Educação Infantil	112.000,00	125.452,69	9.233,90	125.452,39	100,00
13.2- Com Ensino Fundamental	369.000,00	401.940,55	112.911,26	401.939,71	100,00
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB (13+14)	481.000,00	527.393,24	122.145,16	527.392,10	100,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB			0,00	0,00	0,00
16.1- FUNDEB 60%			0,00	0,00	0,00
16.2- FUNDEB 40%			0,00	0,00	0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB			0,00	0,00	0,00
17.1- FUNDEB 60%			80.700,00	19.973,40	64.667,05
17.2- FUNDEB 40%			55.000,00	19.884,36	51.857,39
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	100,00	100,00	80,700,00	19,857,76	0,00
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	381.000,00	427.393,24	41.445,16	507.534,34	123,72
19.14- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU			0,00	0,00	0,00
19.14- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU			0,00	0,00	0,00
19.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU			0,00	0,00	0,00
19.3- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU			0,00	0,00	0,00
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					
20- RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS			0,00	0,00	0,00
21- DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *			0,00	0,00	0,00
22- RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB	2.926.150,00	2.926.150,00	447.270,82	2.251.660,13	76,95
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)					
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS					
2.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b					
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d					
2.2- Cota-Parte ICMS					
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	187.720,00	236.872,69	14.654,31	174.374,43	74,59
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.585.524,00	1.472.364,55	257.293,17	1.321.343,84	89,74
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	369.000,00	401.940,55	112.911,26	401.939,71	100,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.216.524,00	1.070.424,00	144.381,91	919.404,13	85,89
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.773.244,00	1.709.237,24	271.947,48	1.498.018,27	87,64
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)			0,00	0,00	0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO			1.003.100,00	8.204,10	-1.180.585,52
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50)			993.000,00	7.723,52	517.003,00
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB			10.100,00	480,68	3.517,79
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS			0,00	165,27	4.218,49
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			32.309,31	747.391,55	67,43
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 h)					
FUNDEB					
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-1.172.849,24
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					2.670.867,51
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					29,65
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO					
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)					
10.1- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))					
10.1- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)					
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS					
RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO					
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO					
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO					
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

Continua 3/4

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 4/4

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	RECEITAS ADICIONAIS	1.151.200,00	1.636.457,05	64.463,44	630.020,89	38,50	
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	PREVISÃO	2.924.444,00	3.345.694,29	336.410,92	RECEITAS REALIZADAS	2.128.039,16	63,61
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	277.900,00	277.900,00		CANCELADO EM 2014 (h)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00			0,00	5
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00			0,00	9
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00			0,00	7
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU		1.000,00	1.000,00				
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		(100,00)	(100,00)				
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU							
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013					4.218,49	0,00	4
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE					530.502,22	0,00	4
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE					527.392,10	0,00	0
49.1 Orçamento do Exercício			0,00		527.392,10	0,00	0
49.2 Restos a Pagar			0,00		0,00	0,00	0
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE					3.517,79	0,00	0
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL					10.846,40	0,00	3
1.3.1- ISS		55.000,00	55.000,00	19.804,36	51.857,39	94,29	
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS		100,00	100,00	89,04	199,81	199,81	
SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 13/02/2015		10.100,00	10.100,00	0,00	7.292,97	72,21	
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS		15.500,00	15.500,00	0,00	5.316,88	34,30	
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS			0,00	0,00	0,00	0,00	
Gíndia Arreola - Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF Puntel		123.000,00	123.000,00	30.782,71	135.525,23	110,18	
Prefeito Municipal - RRF Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3		123.000,00	123.000,00	30.782,71	135.525,23	110,18	
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF			0,00	0,00	0,00	0,00	
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF			0,00	0,00	0,00	0,00	
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF			0,00	0,00	0,00	0,00	
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF			0,00	0,00	0,00	0,00	

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do acréscimo do FUNDEB foi de R\$ 4.218,49, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recurso de impostos foi de R\$ 0,00.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PROVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PROVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

R\$ 1,00				
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
			Até o Bimestre/2013	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receltas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receltas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receltas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receltas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receltas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receltas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receltas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS				
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Em 2014	
			LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
			Em 2013	
			LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
			Em 2014		Em 2013		
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre/2013	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014			
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
			Até o Bimestre/2013	
			Até o Bimestre/2013	
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
Valor	0,00			

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
			Até o Bimestre/2013	
			Até o Bimestre/2013	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014		
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS EXECUTADAS						
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Em 2014		Em 2013	
			LIQUIDADAS		LIQUIDADAS Até o Bimestre/2013	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014		
			DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 13/02/2015

Gilnei Antonio Guth	Serlei Fatima Puntel	Silvio Richardt
Prefeito Municipal	Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3	Secretário Administração e Fazenda

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Out 2014 (B)	Em 31 Dez 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	44.615,76	44.362,14	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.007.136,98	1.540.637,90	1.401.963,45
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.038.595,61	1.690.303,13	1.478.624,62
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	31.458,63	149.665,23	76.661,17
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-962.521,22	-1.496.275,76	-1.401.963,45
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-962.521,22	-1.496.275,76	-1.401.963,45

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2014 (C - A)
VALOR	94.312,31	-439.442,23

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Out 2014 (B)	Em 31 Dez 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 13/02/2015

 Gilnei Antonio Guth
 Prefeito Municipal

 Serlei Fatima Puntel
 Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3

 Silvio Richardt
 Secretario Administracao e Fazenda

DEMONSTRATIVO DO RESULTADOR PRIMARIO

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		No Bimestre	Até o Bimestre/2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	11.316.180,00	1.850.653,05	9.166.900,08
Receita Tributária	264.000,00	61.590,66	292.936,39
I.P.T.U.	22.900,00	206,80	21.292,94
I.S.S.	55.000,00	19.884,36	51.857,39
I.T.B.I.	50.000,00	9.589,80	68.869,97
I.R.R.F.	123.000,00	30.782,71	135.525,23
Outras Receitas Tributárias	13.100,00	1.126,99	15.390,86
Receita de Contribuição	18.000,00	3.900,76	19.340,07
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	18.000,00	3.900,76	19.340,07
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	76.000,00	17.742,10	115.905,04
(-) Aplicações Financeiras	76.000,00	17.742,10	115.905,04
Transferências Correntes	10.878.880,00	1.755.047,36	8.717.860,86
F.P.M.	6.210.000,00	1.076.265,90	4.773.764,06
I.C.M.S.	3.020.800,00	415.642,68	2.199.456,28
Convênios	77.000,00	8.732,26	77.292,50
Outras Transferências Correntes	1.571.080,00	254.406,52	1.667.348,02
Demais Receitas Correntes	155.300,00	30.114,27	136.762,76
Dívida Ativa	17.200,00	421,46	12.709,05
Diversas Receitas Correntes	138.100,00	29.692,81	124.053,71
RECEITAS DE CAPITAL (II)	5.636.580,00	88.600,00	832.926,54
Operações de Crédito (III)	900.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	66.000,00	29.020,00	29.020,00
Transferências de Capital	4.670.580,00	59.580,00	803.906,54
Convênios	4.670.580,00	59.580,00	803.906,54
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	4.670.580,00	59.580,00	803.906,54
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	15.986.760,00	1.910.233,05	9.970.806,62

Município de SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
		EM 2014			EM 2013	
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		No Bimestre	Até o Bimestre			
DESPESAS CORRENTES (VIII)	10.522.740,04	1.709.944,36	8.253.103,87	6.881,59	7.718.392,36	15.870,57
Pessoal e Encargos Sociais	5.059.704,76	1.053.111,34	4.779.115,06	0,00	4.371.983,24	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	20.000,00	0,00	7.459,08	0,00	22.507,33	0,00
Outras Despesas Correntes	5.443.035,28	656.833,02	3.466.529,73	6.881,59	3.323.901,79	15.870,57
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	10.502.740,04	1.709.944,36	8.245.644,79	6.881,59	7.695.885,03	15.870,57
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	8.275.508,11	348.798,99	1.430.694,21	76.174,90	595.139,97	327.722,67
Investimentos	8.269.508,11	348.798,99	1.430.440,59	76.174,90	591.515,61	327.722,67
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	6.000,00	0,00	253,62	0,00	3.624,36	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	8.269.508,11	348.798,99	1.430.440,59	76.174,90	591.515,61	327.722,67
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	5.000,00	-	-	-	-	-

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
		EM 2014			EM 2013	
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		No Bimestre	Até o Bimestre			
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	5.000,00	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	18.777.248,15	2.058.743,35	9.676.085,38	83.056,49	8.287.400,64	343.593,24
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.790.488,15	-148.510,30		211.664,75		121.474,50
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-		720.579,82		0,00
Superávit Financeiro	-	-		720.579,82		0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-		0,00		0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 13/02/2015

Gilnei Antonio Guth Prefeito Municipal	Serlei Fatima Puntel Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3	Silvio Richardt Secretário Administracao e Fazenda
---	---	---

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

MUNICÍPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - ANEXO 6 (LRF - art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		RESTOS A PAGAR				EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIENCIA FINANCEIRA)
Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)		
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício			
Alienações Bens Destinados Programas Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	7.009,61	0,00
Alienações de Bens destinados a Outros Progra	0,00	0,00	0,00	0,00	24.369,29	0,00
Assistência Farmacêutica Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	13.098,11	0,00
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	136.175,38	0,00
Atenção Média e Alta Complexi. Ambul.e Hosp. (0,00	0,00	0,00	0,00	97.599,11	0,00
Bolsa Família	0,00	0,00	0,00	0,00	9.252,87	0,00
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômi	0,00	0,00	0,00	0,00	1.759,47	0,00
Convênio Trânsito - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	9.308,22	0,00
Convênio Trânsito - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	3.868,88	0,00
Convênio Trânsito - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	7.152,14	0,00
Fundo Especial do Petróleo	0,00	0,00	0,00	0,00	183.054,44	0,00
Outras Transferências de Recursos do Fundo de	0,00	0,00	0,00	10.019,82	59.249,81	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PN	0,00	0,00	0,00	0,00	3.844,62	0,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escol	0,00	0,00	0,00	0,00	6.753,66	0,00
Salário Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	22.764,65	0,00
Superávit_ A.Média e Alta Complex.Amb.e Hospit	0,00	0,00	0,00	0,00	17.640,11	0,00
Superávit -Assistência Farmacêutica Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	4.761,39	0,00
Superávit_ Atenção Básica	0,00	1.993,25	0,00	0,00	180.581,46	0,00
Superávit_ Assistência Farmacêutica Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	4.761,39	0,00
Superávit_ Transf. Convênios - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	560,14	0,00
Superávit_ Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	18.578,86	0,00
Transferências de Convênios - Educação	0,00	0,00	306.336,25	0,00	(274.384,80)	0,00
Transferências de Convênios - Outros	0,00	57.420,00	0,00	40.080,00	52.673,87	0,00
Transferências de Convênios - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	17.143,92	0,00
Transferências do FUNDEB - remuneração dos	0,00	0,00	0,00	0,00	10.846,40	0,00
Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	31.560,40	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(!)	0,00	59.413,25	306.336,25	50.099,82	649.983,40	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Imp	0,00	0,00	0,00	2.300,00	2.300,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Imp	0,00	14.822,52	0,00	2.770,27	10.581,50	0,00
Recursos Ordinários	0,00	2.425,40	3.094,31	27.886,40	409.362,57	0,00
Recursos Ordinários - Próprios	0,00	0,00	0,00	0,00	17.775,28	0,00
Recursos Ordinários Próprios	0,00	0,00	0,00	0,00	17.775,28	0,00
Recursos Ordinários-Próprios	0,00	0,00	0,00	0,00	17.775,28	0,00

MUNICÍPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Continuação 2/2

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Superávit – Recursos Ordinários - Próprios	0,00	0,00	0,00	0,00	3.239,90	0,00
Superávit - Recursos Ordinários Próprios	0,00	0,00	0,00	0,00	3.239,90	0,00
Superávit _Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	3.569,20	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,00	17.247,92	3.094,31	32.956,67	485.618,91	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	76.661,17	309.430,56	83.056,49	1.135.602,31	0,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------	------

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 13/02/2015

Gilnei Antonio Guth
Prefeito Municipal

Serlei Fatima Puntel
Contadora - CRC-SC 021.445/0 - 3

Silvio Richardt
Secretario Administracao e Fazenda

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

R\$ 1,00

FONTE:

Silvio Richardt
Secretario Administracao e Fazenda

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	17.028.760,00	
Previsão Atualizada		—	17.028.760,00	
Receitas Realizadas		1.956.995,15	10.115.731,66	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	720.579,82	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	17.028.760,00	
Créditos Adicionais		—	1.774.488,15	
Dotação Atualizada		—	18.803.248,15	
Despesas Empenhadas		-471.900,04	9.766.854,57	
Despesas Executadas		2.058.743,35	9.766.854,57	
Liquidadas		2.058.743,35	9.683.798,08	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		—	83.056,49	
Superavit Orçamentário		—	348.877,09	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		-471.900,04	9.766.854,57	
Despesas Executadas		2.058.743,35	9.766.854,57	
Liquidadas		2.058.743,35	9.683.798,08	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		—	83.056,49	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			9.006.310,53	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-439.442,23	0,00
Resultado Primário		0,00	211.664,75	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	347.309,90	290,00	37.589,34	309.430,56
EXECUTIVO	347.309,90	290,00	37.589,34	309.430,56
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	31.458,63	0,00	31.458,63	0,00
EXECUTIVO	31.458,63	0,00	31.458,63	0,00
TOTAL:	378.768,53	290,00	69.047,97	309.430,56
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		2.670.867,51	25%	29,65
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		527.392,10	60%	98,76
Liquidadas		527.392,10		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	900.000,00	
Despesa de Capital Líquida		1.506.869,11	6.768.639,00	

Continua 1/2

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			29.020,00	36.980,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			407,98	68.403,86
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre		Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.091.323,54		15,00	23,34
Liquidadas	1.537.802,74			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	553.520,80			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 13/02/2015

Gilnei Antonio Guth
Prefeito Municipal

Serlei Fatima Puntel
Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3

Silvio Richardt
Secretario Administracao e F:

DEMOSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CREDITO

MUNICÍPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	9.006.310,53	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	1.441.009,68	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	1.296.908,72	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	630.441,74	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 13/02/2015

Gilnei Antonio Guth
Prefeito Municipal

Serlei Fatima Puntel
Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3

Silvio Richardt
Secretario Administracao e Fazenda

DEMOSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

MUNICÍPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Semestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	4.983.528,95	55,33
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	5.403.786,32	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	5.133.597,00	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-1.401.963,45	-15,57
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	10.807.572,64	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	1.981.388,32	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.441.009,68	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	630.441,74	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	83.056,49	1.135.602,31

FONTE:

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 13/02/2015

Gilnei Antonio Guth
Prefeito Municipal

Serlei Fatima Puntel
Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3

Silvio Richardt
Secretario Administracao e Fazenda

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO PROCESSO LICITATÓRIO 19/2015

ATA 02 DE JULGAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO N. 19/2015, DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 01/2015

Às 09(nove) horas do dia 24 de março de 2015 às 09 horas, reuniu-se na Sala de Licitações a Comissão de Licitações para proceder a continuação dos trabalhos da Licitação de Concorrência Pública n.º 01/2015. Tendo sido entregues a comissão de licitações pela Subcomissão Técnica o resultado da análise técnica efetuada da documentação constante no envelope 01, tendo sido o julgamento devidamente juntado ao processo licitatório, tendo sido a ata de julgamento da Subcomissão Técnica neste ato rubricada pelos presentes. Na sequência procedeu-se a abertura do envelope maior constando a documentação n.º2 das empresas participantes. A Subcomissão Técnica, mediante a convocação a ser realizada, passará a efetuar a devida análise da documentação referente ao envelope nº 02 das empresas licitantes, restando suspenso o feito até a data de 30 de março de 2015 às 09 horas, ocasião que deverão ser apresentadas pela Subcomissão Técnica sua análise referente ao envelope de n.º2. Os envelopes de ns. 03 e 04, continuam acondicionados em um envelope maior, devidamente lacrado. Desde já os Licitantes presentes restaram intimados da data designada a nova sessão de licitação. Em relação as demais Licitantes, proceda-se a comunicação formal da nova data de sessão de licitação por meio dos endereços de e-mails anteriormente fornecidos (atendimento@pro3comunicacao.com.br; polojornalismo@gmail.com; tiepo@agenciatig.com.br; planejamento@focopropaganda.ppg.br) Nada mais a tratar encerro a presente Ata, na qual restará assinada pela Comissão de Licitação e dos demais presentes.

DECRETO Nº 8.277/2015 - FICA APROVADO O DESMEMBRAMENTO, DOS LOTES URBANOS Nº51 COM ÁREA DE 136,00M², MATRÍCULA Nº21.001, Nº52 COM 278,30M², MATRÍCULA Nº5.304 E Nº10 COM 1.066,08M², MATRÍCULA Nº19.746, DE PROPRIEDADE DE ZULMIR PELEGRINI, SITUADOS NA ESQUINA DAS RUAS WILLY BARTH E OSVALDO ARANHA, BAIR

DECRETO Nº 8.277/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o DESMEMBRAMENTO, dos lotes urbanos nº51 com área de 136,00m², matrícula nº21.001, nº52 com 278,30m², matrícula nº5.304 e nº10 com 1.066,08m², matrícula nº19.746, de propriedade de Zulmir pelegri, situados na esquina das Ruas Willy Barth e Osvaldo Aranha, Bairro São Gotardo no município de São Miguel do Oeste SC, passando de ora em diante a ter as seguintes confrontações:

DESDOBRAMENTOS

1º- Parte do lote urbano nº51 com 111,33m², confrontando: Ao Nordeste com a Rua Willy Barth, medindo 16,15 metros; Ao

Noroeste com o mesmo lote urbano nº51, por linha seca, medindo 8,24 metros; Ao Oeste com parte do lote urbano nº10, por linha seca, medindo 5,40 metros; Ao Sul com parte do lote urbano nº52, por linha seca, medindo 18,00 metros.

2º- Parte do lote urbano nº52 com 35,70m², confrontando: Ao Nordeste com parte do mesmo lote urbano nº52, por linha seca, medindo 5,49 metros; Ao Oeste com parte do lote urbano nº10, por linha seca, medindo 14,13 metros; Ao Sudeste com a Rua Osvaldo Aranha, medindo 13,00 metros.

3º- Parte do lote urbano nº10 com 133,15m², confrontando: Ao Noroeste com parte do mesmo lote urbano nº10, por linha seca, medindo 21,92 metros; Ao Sudoeste com parte do mesmo lote urbano nº10, por linha seca, medindo 10,66 metros; Ao Leste com parte do lote urbano nº52, por linha seca, medindo 19,12 metros e com parte do lote urbano nº51, por linha seca, medindo 5,40 metros.

4º- Parte do lote urbano nº10 com 557,73, confrontando: Ao Nordeste com a Rua Willy Barth, medindo 12,00 metros; Ao Noroeste com parte do lote urbano nº09, por linha seca, medindo 33,65 metros; Ao Sudoeste com parte do mesmo lote urbano nº10, por linha seca, medindo 10,00 metros; Ao Sudeste com parte do mesmo lote urbano nº10, por linha seca, medindo 3,50 metros; Novamente ao Sudoeste com parte do mesmo lote urbano nº10, por linha seca, medindo 8,15 metros; Novamente ao Sudeste com parte do mesmo lote urbano nº10, por linha seca, medindo 21,92 metros; Ao Leste com parte do lote urbano nº51, por linha seca, medindo 10,29 metros.

REMEMBRAMENTOS

1º- Parte dos lotes urbanos nº51, 52 e 10 com áreas respectivas de 111,33m², 242,60m² e 133,15m², num total de 487,08m², confrontando em conjunto: Ao Nordeste com a Rua Willy Barth, medindo 16,15 metros; Ao Noroeste com o mesmo lote urbano nº51, por linha seca, medindo 30,16 metros; Ao Sudoeste com parte dos mesmos lotes urbanos nº10 e 52, por linha seca, medindo 16,15 metros; Ao Sudeste com a Rua Osvaldo Aranha, medindo 30,16 metros.

2º- Parte dos lotes urbanos nº10 e 51 com áreas respectivas de 557,73m² e 24,67m², num total de 582,40m², confrontando em conjunto: Ao Nordeste com a Rua Willy Barth, medindo 18,15 metros; Ao Noroeste com parte do lote urbano nº09, por linha seca, medindo 33,65 metros; Ao Sudoeste com parte do mesmo lote urbano nº10, por linha seca, medindo 10,00 metros; Ao Sudeste com parte do mesmo lote urbano nº10, por linha seca, medindo 3,50 metros; Novamente ao Sudoeste com parte do mesmo lote urbano nº10, por linha seca, medindo 8,15 metros; Novamente ao Sudeste com parte dos mesmos lotes urbanos nº10 e 51, por linha seca, medindo 30,16 metros.

3º- Parte dos lotes urbanos nº52 e 10 com áreas respectivas de 35,70m² e 375,20m², num total de 410,90m², confrontando em conjunto: Ao Nordeste com parte dos mesmos lotes urbanos nº52 e 10, por linha seca, medindo 24,30 metros; Ao Noroeste com parte do mesmo lote urbano nº10, por linha seca, medindo 3,50 metros; Novamente ao Nordeste com parte do mesmo lote urbano nº10, por linha seca, medindo 10,00 metros; Novamente ao Noroeste com parte do lote urbano nº09, por linha seca, medindo 9,50 metros; Ao Sudoeste com parte do lote urbano nº11, por linha seca, medindo 34,30 metros; Ao Sudeste com a Rua Osvaldo Aranha, medindo 13,00 metros.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se em especial o Decreto nº 8.227 de 07 de janeiro

de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE- SC.
Em, 23 de março de 2015.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretaria de Administração

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8.280/2015 - FICA APROVADO O REMEMBRAMENTO, DE PARTES DA CHÁCARA 77, COM ÁREA DE 502,18 M² E 45,95 M² SITUADO NA RUA SILVA JARDIM, BAIRRO AGOSTINI NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, DE PROPRIEDADE DE VILSON FRANCISCO BENETTI E ANGELO MOTTA, INSCRITO NAS MATRÍCULAS NºS 33.212 E 3.

DECRETO Nº 8.280/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o REMEMBRAMENTO, de Partes da Chácara 77, com área de 502,18 m² e 45,95 m² situado na Rua Silva Jardim, Bairro Agostini no município de São Miguel do Oeste - SC, de propriedade de Vilson Francisco Benetti e Angelo Motta, Inscrito nas matrículas nºs 33.212 e 3.397, passam a ter as seguintes confrontações:

REMEMBRAMENTO

Parte da Chácara 77, com área total de 548,13 m², confrontando-se: ao OESTE - com parte da mesma chácara 77, por linha seca de 26,14; ao NORTE - com parte do mesmo lote 77, medindo 19,10 metros por linha seca; ao LESTE - com a Rua Silva Jardim, medindo 26,81 metros por linha seca; ao SUL - com parte do lote urbano 06 e com o lote Urbano 07, do Loteamento Eduardo João Agostini, por linha seca de 22,40 metros;

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE- SC.
Em, 23 de março de 2015.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária de Administração

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8.281/2015 - FICA APROVADO O DESDOBRAMENTO, DE PARTE DOS LOTES URBANO Nº 05, COM ÁREA DE 470,00M2 E 06, COM ÁREA DE 940,00M2, INSCRITOS NAS MATRÍCULAS NºS 23.848 E, 23.849, LOCALIZADOS NA QUADRA Nº 29, DO LOTEAMENTO ALBERICO AZEVEDO, NA RUA WALDEMAR RAMGRAB, PERÍMETRO URBANO DE SÃO MIGUEL

DECRETO Nº 8.281/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o DESDOBRAMENTO, de parte dos lotes urbano nº 05, com área de 470,00m2 e 06, com área de 940,00m2, inscritos nas matrículas nºs 23.848 e, 23.849, localizados na quadra nº 29, do Loteamento Alberico Azevedo, na Rua Waldemar Ramgrab, perímetro urbano de São Miguel do Oeste, SC, de propriedade de Schaurich & Cia Ltda, passando de ora em diante a ter as seguintes confrontações:

DESDOBRAMENTO:

Parte do lote urbano nº 06, com área de 44,95m2, (não edificável), confrontando: ao norte, com parte do mesmo lote urbano nº 06, em 32,70m, por linha seca; ao oeste, com parte do mesmo lote urbano nº 06, em 1,50m, por linha seca; novamente ao norte, com parte do mesmo lote urbano nº 06, em 4,90m, por linha seca; ao leste, com parte do mesmo lote urbano nº 06, em 2,50m, por linha seca; ao Sul, com parte do lote urbano nº 05, em 37,60m, por linha seca; novamente ao Oeste, com a Rua Waldemar Ramgrab, em 1,00m.

Remembramento:

Parte do lote urbano nº 05, com área de 470,00m2 edificável e parte do lote urbano nº 06, com área de 44,95m2, (não edificável), perfazendo um total de 514,95m2, confrontando em conjunto: ao norte, com parte do mesmo lote urbano nº 06, em 32,70m, por linha seca; ao oeste, com parte do mesmo lote urbano nº 06, em 1,50m, por linha seca; novamente ao norte, com parte do mesmo lote urbano nº 06, em 4,90m, por linha seca; ao leste, com parte dos mesmos lotes urbanos n.º 06 e 05, em 15,00m, por linha seca; ao Sul, com parte do lote urbano nº 04, em 37,60m, por linha seca; novamente ao Oeste, com a Rua Waldemar Ramgrab, em 13,50m.

Remanescente:

Parte do lote urbano nº 06, com área de 895,05m2, confrontando: ao norte, com a Rua Florianópolis, em 37,60m; ao leste, com parte do mesmo lote urbano nº 06, em 22,50m, por linha seca; ao sul, com parte do mesmo lote urbano nº 06, em 4,90m, por linha seca; novamente ao leste, com parte do mesmo lote urbano nº 06, em 1,50m, por linha seca; novamente ao sul, com parte do mesmo lote urbano nº 06, em 32,70m, por linha seca; ao Oeste, com a Rua Waldemar Ramgrab, em 24,00m.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE- SC.

Em, 23 de março de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária de Administração

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 19/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 19/2015
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 02/2015

O Fundo Municipal de Assistência Social do Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir da sua Gestora, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto a Contratação de serviços para permanência dos idosos Altino Pereira dos Santos, cfe Determinação Judicial Autos: 0900043-7.2014.8.24.0067 e do idoso Santo Arruda, cfe Determinação Judicial Autos: 067.12.0004247-5, no Lar Pousada Feliz na Cidade de Cunha Porã - SC, para o período de 12 meses. Contratado: LONI BIRCK - MEI. Valor Total de R\$ 12.292,80. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtida junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sita a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49)36312005.

São Miguel do Oeste - SC, 27 de março de 2015.
Claudete Maria de Oliveira Fabiani
Gestora do Fundo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 47/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.
OBJETO: Contratação de prestação de serviços de uma máquina escavadeira hidráulica equipada com rompedor hidráulico, destinados para serviços de rompimento de rochas das estradas gerais e secundárias do interior desta municipalidade, para o exercício de 2015, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.
Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 14 de abril de 2015
Abertura: às 14h do mesmo dia.
Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.
Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 27 de março de 2015.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

Schroeder**PREFEITURA****EXTRATO DO CONTRATO Nº. 72/2015 - PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 72/2015 - PMS
Processo de licitação nº. 35/2015-PMS - Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 20/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: MAIOCHI VEÍCULOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 05.599.481/0001-17, estabelecida na Rodovia 101, 13.230-KM 37, sala 02, Bairro Costa e Silva, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.220-850

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de caminhão novo basculante com caçamba, com potência mínima de 270cv, tração mínima de 6x4 trucado, com capacidade mínima de 12 metros cúbicos de acordo com o contrato de repasse nº. 805933/2014/ MAPA/CAIXA e contrapartida do Município para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Caminhão Basculante tração mínima 6x4, trancado e traçado: Veiculo novo cor branca de fabricação nacional, ano e modelo 2015, cabina com ar condicionado, acionamento elétricos nos vidros e portas, alarme sonoro de ré, tacógrafo eletrônico com registro diário ou registro semanal ou digital, motor diesel de 06 cilindros em linha turbocooler, mínimo 270 CV de potencia, sistema de injeção de combustível direta com gerenciamento eletrônico, direção servo-assistida totalmente hidráulica, transmissão manual com no mínimo 10 marchas para frente e 2 ré, suspensão dianteira feixe de molas semi-elípticas com amortecedores telescópicos de dupla ação e barra estabilizadora, suspensão traseira com molas semi-elípticas invertidas para operação em terrenos irregulares, freios de serviço a ar comprimido de dois cilindros a tambor, freio de estacionamento com acionamento pneumático, freio a motor eletro-pneumatico podendo atuar com freio de serviço, pneus dianteiros e traseiros 10.00 R 20 PR 16 com câmara, ou pneu dianteiro e traseiro 275/80 R 22.5 sem câmara, peso bruto total 23.000 km; Basculamento padrão, bomba hidráulica hidrodinâmica - acoplada, com tomada de força, cilindros hidráulicos; Caçamba de 12m³ no ferro confeccionada em aço, espessura nas laterais 3/16" e no fundo 1/4", travessas e colunas de reforço em perfis "U".	01	Unidade	259.500,00	259.500,00
TOTAL R\$					259.500,00

Valor do contrato: R\$ 259.500,00 (duzentos e cinquenta e nove mil e quinhentos reais)

Data da Assinatura: 27/03/2015 - Vigência: 27/03/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 06/2015-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 06/2015-FMS

PROCESSO Nº. 10/2015-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data referente ao Edital de Pregão Presencial Registro de Preços nº. 06/2015-FMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de insumos para atender os pacientes que se encaixarem no protocolo de diabetes da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, ficando assim determinado:

Leia-se:

1.2Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

a)Data: 16 de abril de 2015.

b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min.

d) Abertura do processo: às 09h.

3.1.3 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 16 de abril de 2015 às 08h45min, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-b.

Schroeder, 27 de março de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6.005/2015, DE 27 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 6.005/2015, de 27 de março de 2015
NOMEIA MEMBROS PARA COMPORER A COMISSÃO TÉCNICA PARA ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (CTEIV) DE SCHROEDER.

Oswaldo Jurck, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros, abaixo relacionados para comporem a Comissão Técnica para Estudo de Impacto de Vizinhança (CTEIV) de Schroeder, a saber:

I - representante da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças - Valério de Oliveira Onofre

II - representante da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo - Kamile Leoni Molina Negherbon

III - representante da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental - Lorêncio Gilmar Urnau

IV - representante da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - Fabiane Heller

V - representante da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos - Rudibert Tank

VI - representante da Secretaria de Saúde e Assistência Social - Paulo Henrique Gneipel

VII - representante da Associação de Municípios do Vale do Itapocu - Karine Holler

VIII - representante da Associação Empresarial de Schroeder - Hervé Sandmann Souza

VIX - representante da comunidade envolvida - Ademir Bruch

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 27 de março de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

TERMO ADITIVO Nº. A17/2015 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A17/2015 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 237/2014 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Oswaldo Jurck.

CONTRATADA: TRANSPANTANAL TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 80.072.325/0001-19, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 4.184, Centro, na Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pela Senhor Alexandre Marcarini, inscrito no CPF sob o nº 038.311.709-75 e portador da carteira de Identidade nº. 3.576.338-8-SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 237/2014-PMS, celebrado em 28 de outubro de 2014, proveniente do Processo de licitação nº. 191/2014-PMS, Pregão Presencial Registro de Preço nº. 89/2014-PM, visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em transporte escolar coletivo para atendimento dos alunos da rede de ensino municipal e estadual, bem como a disposição do pessoal do magistério; horário matutino, vespertino e noturno, abrangendo todas as unidades escolares do município de Schroeder, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, para o ano de 2015, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Enquadra-se nos termos do artigo 65, § 1º, conforme parecer da Procuradoria Municipal e considerando a solicitação feita pela empresa TRANSPANTANAL TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA, e que a mesma atendeu as condições contratuais para revisão do preço.

Considerando que a segunda colocada para o item 01 é a empresa REANTUR TRANSPORTES LTDA, não aceitou fornecer o item no mesmo valor ofertado na etapa de lances.

Considerando que a Administração Municipal até o momento resta de saldo a Administração 124.713,27 km, para o item 01, até o termino desde contrato.

Considerando que a solicitação realizada pela empresa passando o valor do km para o item 01 que é de R\$ 3,235 (três reais e vinte e três centavos e cinco centésimos de real) para o valor de R\$ 3,50 (Três reais e cinquenta centavos), na quantidade existente de 124.713,27 km, totalizando o valor de reajuste de R\$ 3.187,13 (três mil, cento e oitenta e sete reais e treze centavos).

Considerando a aprovação do aditivo de reajuste pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - A partir deste fica reajustado a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição" no item 01 para o valor de R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE. CONTRATADA	VALOR ATUAL	SALDO CONTRA- TADO	VALOR REAJUS- TADO
01	Contratação de empresa especializada em transporte escolar coletivo para atendimento dos alunos da rede de ensino municipal e estadual, bem como a disposição do pessoal do magistério; horário matutino, vespertino e noturno, abrangendo todas unidades escolares do município de Schroeder. Tendo que a vencedora do certame disponibilizar no ato da contratação, no mínimo 9 (nove) veículos ônibus de 45 lugares, diariamente, para o referido transporte. Em caso de quebra, a empresa vencedora do certame, terá que efetuar a reposição imediata do veículo. É vedado à contratada substituir qualquer veículo (ônibus) por de outra empresa, bem como terceirizar os serviços contratos para outra empresa, que não seja à citada e homologada em contrato.	168.000 km	124.713,27 km	3,235	3,50

Cláusula 2ª - Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta "do valor total do contrato" aditivado ao contrato o valor de R\$ 3.187,13 (três mil, cento e oitenta e sete reais e treze centavos), passando a ser o valor do contrato inicial de R\$ 546.667,13 (quinhentos e quarenta e seis mil, seiscentos e sessenta e sete reais e treze centavos).

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 237/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 27 de março de 2015.

CONTRATADA:

TRANSPANTANAL TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA

Alexandre Marcarini

CPF no 038.311.709-75

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____ 2ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

ATA PREGÃO PRESENCIAL 06/2015-PMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 6/2015 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 10/2015 Data do Processo: 04/03/2015
	Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 7/2015 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de insumos para atender os pacientes que se encaixarem no protocolo de diabetes da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR S.A., DIMACI/SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA., devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. A empresa MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR S.A. encaminhou os envelopes e documentos para credenciamento pelo correio. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatou-se que a empresa MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR S.A. apresentou certidão simplificada com data superior a exigida no edital, esta com data de 13 de março de 2014, documentos este emitido pela junta comercial conforme exigência no edital no item 4.1.3 - "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados (alterações contratuais), bem como para comprovação do porte empresarial da participante, conforme disposto no artigo 8º, da Instrução Normativa DNRC nº 103/07;" sendo assim o representante da empresa MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR S.A não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase do credenciamento. A empresa MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR S.A não tem representante presente na sessão. A empresa DIMACI/SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA. apresentou Procuração assinado pelo Senhor Júlio César Mafacioli outorgando poderes ao Senhor Alison Luiz Pereira, porém o Senhor Júlio César Mafacioli não tem poderes para tal, sendo que este não é sócio da empresa nem administrador nomeado e também não foi apresentado qualquer documento que desse poderes ao Senhor Júlio César Mafacioli para responder em nome da empresa, a empresa também apresentou Contrato Social com autenticação digital porém faltou apresentar a folha impressa na qual constam os códigos que podem ser verificados a autenticidade na internet. Sendo assim o representante da empresa DIMACI/SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA. não está credenciado. Também se verificou que a empresa DIMACI/SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA. apresentou Declaração de Habilitação, documento este exigido no edital no item 4.1.4, assinada pelo Senhor Alison Luiz Pereira, sendo que este não tem poderes para responder pela empresa conforme relatado acima, sendo assim a empresa DIMACI/SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA. não está habilitada para participar na licitação conforme edital no item 4.6. Foram devolvidos os envelopes da empresa DIMACI/SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA. Foi aberto o envelope da proposta comercial da empresa MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR S.A. Constatando vencedora a empresa MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR S.A. cotou apenas o item 02 e o mesmo com valor acima do valor de referência do edital, sendo assim o item será cancelado. As empresas participantes declinam do direito de recurso ao resultado deste pregão. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata ao participante presente.

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 6/2015 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 10/2015 Data do Processo: 04/03/2015

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 7/2015 (Sequência: 1)**

Schroeder, 27 de Março de 2015

COMISSÃO:

Daniela Samuleski	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	- - Equipe de Apoio

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

ALISON LUIZ PEREIRA	- - Representante
Roseane Finta (Duda)	- - Setor Solicitante

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 6/2015 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 10/2015 Data do Processo: 04/03/2015
	Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 7/2015 (Sequência: 1)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de insumos para atender os pacientes que se encaixarem no protocolo de diabetes da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR S.A., DIMACI/SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA., devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. A empresa MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR S.A. encaminhou os envelopes e documentos para credenciamento pelo correio. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatou-se que a empresa MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR S.A. apresentou certidão simplificada com data superior a exigida no edital, esta com data de 13 de março de 2014, documentos este emitido pela junta comercial conforme exigência no edital no item 4.1.3 - "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados (alterações contratuais), bem como para comprovação do porte empresarial da participante, conforme disposto no artigo 8º, da Instrução Normativa DNRC nº 103/07;" sendo assim o representante da empresa MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR S.A não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase do credenciamento. A empresa MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR S.A não tem representante presente na sessão. A empresa DIMACI/SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA. apresentou Procuração assinado pelo Senhor Júlio César Mafacioli outorgando poderes ao Senhor Alison Luiz Pereira, porém o Senhor Júlio César Mafacioli não tem poderes para tal, sendo que este não é sócio da empresa nem administrador nomeado e também não foi apresentado qualquer documento que desse poderes ao Senhor Júlio César Mafacioli para responder em nome da empresa, a empresa também apresentou Contrato Social com autenticação digital porém faltou apresentar a folha impressa na qual constam os códigos que podem ser verificados a autenticidade na internet. Sendo assim o representante da empresa DIMACI/SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA. não está credenciado. Também se verificou que a empresa DIMACI/SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA. apresentou Declaração de Habilitação, documento este exigido no edital no item 4.1.4, assinada pelo Senhor Alison Luiz Pereira, sendo que este não tem poderes para responder pela empresa conforme relatado acima, sendo assim a empresa DIMACI/SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA. não está habilitada para participar na licitação conforme edital no item 4.6. Foram devolvidos os envelopes da empresa DIMACI/SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA. Foi aberto o envelope da proposta comercial da empresa MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR S.A. Constatando vencedora a empresa MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR S.A. cotou apenas o item 02 e o mesmo com valor acima do valor de referência do edital, sendo assim o item será cancelado. As empresas participantes declinam do direito de recurso ao resultado deste pregão. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata ao participante presente.

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 6/2015 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 10/2015 Data do Processo: 04/03/2015

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 7/2015 (Sequência: 1)**

Schroeder, 27 de Março de 2015

COMISSÃO:

Daniela Samuleski	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	- - Equipe de Apoio

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

ALISON LUIZ PEREIRA	- - Representante
Roseane Finta (Duda)	- - Setor Solicitante

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 20/2015-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 15/2015		Data do Registro: 27/03/2015		Válido até: 27/03/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de caminhão novo basculante com caçamba, com potência mínima de 270cv, tração mínima de 6x4 trucado, com capacidade mínima de 12 metros cúbicos de acordo com o contrato de repasse nº: 805933/2014/MAFACA							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Caminhão Basculante tração mínima 6x4, trucado e tracado. Veículo novo cor branca de fabricação nacional, ano e modelo 2015, cabina com ar condicionado, acionamento elétricos nos vidros e portas, alarme sonoro de ré, tacômetro eletrônico com registro diário ou registro semanal ou digital, motor diesel de 06 cilindros em linha turbocooler, mínimo 270 CV de potência, sistema de injeção de combustível direta com gerenciamento eletrônico, direção servo-assistida totalmente hidráulica, transmissão manual com no mínimo 10 marchas para frente e 2 ré, suspensão dianteira feixe de molas semi-elípticas com amortecedores telescópicos de dupla ação e barra estabilizadora, suspensão traseira com molas semi-elípticas invertidas para operação em terrenos irregulares, freios de serviço a ar comprimido de dois cilindros a tambor, freio de estacionamento com acionamento pneumático, freio a motor eletro-pneumático podendo atuar com freio de serviço, pneus dianteiros e traseiros 10.00 R 20 PR 16 com câmara, ou pneu dianteiro e traseiro 275/80 R 22.5 sem câmara, peso bruto total 23.000 km; Basculamento pactado, bomba hidráulica hidrodinâmica - acoplada, com tomada de força, cilindros hidráulicos; Caçamba de 12m³ no ferro confectionada em aço, espessura nas laterais 3/16" e no fundo 1/4", travessas e colunas de reforço em perfis "U".	UN	MAIOCHI VEICULOS LTDA (10473)		0	259.500,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015

Número do Registro de Preços: 15/2015		Data do Registro: 27/03/2015		Válido até: 27/03/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de caminhão novo basculante com caçamba, com potência mínima de 270cv, tração mínima de 6x4 trucado, com capacidade mínima de 12 metros cúbicos de acordo com o contrato de repasse nº. 805933/2014/MAPA/CA							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			W.BREITKOPF COMERCIO DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA (13040)		0	260.000,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 15/2015		Data do Registro: 27/03/2015		Válido até: 27/03/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de caminhão novo basculante com caçamba, com potência mínima de 270cv, tração mínima de 6x4 truçado, com capacidade mínima de 12 metros cúbicos de acordo com o contrato de repasse nº. 805933/2014/MAPA/CA							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2015
PROCESSO Nº 35/2015

(10473) - MAIOCHI VEICULOS LTDA
(13040) - WBREITKOPF COMERCIO DE VEICULOSAUTOMOTORES LTDA

Schroeder, 27 de Março de 2015.

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 073/2015

DECRETO Nº. 073/2015 DE 26 DE MARÇO DE 2015

"ALTERA O DECRETO 205/2014 DE 12/12/2014 QUE DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO FISCAL PRORROGANDO O PRAZO DE VENCIMENTO DO ALVARÁ SANITÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao Código Tributário Municipal - Lei Municipal nº. 403/98,

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado o prazo para pagamento do alvará sanitário, referente ao Exercício de 2015:

ALVARÁ SANITÁRIOVENCIMENTO

Pagamento em cota única	20/05/2015
-------------------------	------------

Art. 2º. Os pagamentos poderão ser efetuados nas agências: BANCO BRASIL, SICOOB CREDITAIPU e CAIXA ECONOMICA FEDERAL, correspondente Bancário de Serra Alta/SC.

Parágrafo Único. Após o vencimento, os impostos sofrerão acréscimo de multa e juros ocorridos no período, na forma do Código Tributário Municipal.

Art. 3º. Ao término do Exercício de 2013, os débitos serão lançados em dívida ativa e os pagamentos somente poderão ser quitados na Tesouraria Municipal.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 26 de Março de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

ERRATA Nº 012/2015

ERRATA Nº. 012/2015 DA LEI MUNICIPAL Nº. 1.019/2015 DE 17/03/2015.

"DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº. 1.019/2015 de 17/03/2015 - Dispõe sobre Alteração do Plano de Cargos e Salários dos Funcionários da Câmara Municipal de Vereadores e da outras providências."

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores, Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, do Município de Serra Alta/SC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica retificado a Lei Municipal nº. 1.019/2015 de 17/03/2015, na forma e nas condições abaixo relacionadas,

ONDE SE LEU:

"LEI MUNICIPAL Nº 1.019, DE 17 DE MARÇO DE 2015."

LEIA-SE

"LEI COMPLEMENTAR Nº 23, DE 27 DE MARÇO DE 2015".

Art. 2º Todos os demais artigos da Lei permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Errata, entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 27 de Março de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

LEI COMPLEMENTAR 023/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 23, DE 27 DE MARÇO 2015.

"ALTERA O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Plano de Cargos e Funções definidos nesta Lei aplica-se a todos os servidores do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º Fica alterado o caput do art. 15 da Lei Complementar nº 008/2012 que "dispõe sobre a implantação da estrutura organizacional e o plano de cargos e salários dos servidores públicos municipais do poder legislativo municipal de serra alta e dá outras providências" passando a vigorar da seguinte forma:

Art. 15. O Regime de trabalho dos funcionários públicos municipais do Poder Legislativo é de até quarenta horas semanais, cumpridas em dias e horários próprios, atendendo a necessidade do trabalho, regulamentado por Portaria do Presidente, que poderá alterar a carga horária, com o respectivo aumento ou redução no vencimento e definir os horários de cumprimento.

Art. 3º Fica alterado o anexo IV da Lei Complementar nº 008/2012, passando a vigorar conforme o anexo I da presente Lei.

Art. 4º Fica alterado o anexo V da Lei Complementar nº 008/2012 no que diz respeito apenas ao cargo de tesoureiro, passando a vigorar conforme o anexo II da presente Lei.

Art. 5º Fica alterado o anexo VI da Lei Complementar nº 008/2012 no que diz respeito apenas ao cargo de assessor jurídico, passando a vigorar conforme o anexo III da presente Lei

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 7º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº

958/2013.

Serra Alta (SC), 27 de março de 2015.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

ANEXO I

(Anexo IV da Lei Complementar nº 008/2012)
QUADRO DE PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE
SERRA ALTA - SC

TABELA REMUNERATÓRIA

GRUPO	CÓD.	CARGO	NÍVEL	VENCIMENTO R\$	CARGA HORÁRIA
1. SERVIÇOS GERAIS (SEG)	01	Auxiliar de serviços gerais	12	R\$ 788,00	20 H/S
	02	Tesoureiro	13	R\$ 1.850,00	20 H/S
2. TÉCNICO CIENTÍFICO	03	Controlador Interno	14	R\$ 700,00	10 H/S
	04	Contador	15	R\$ 1.950,00	20 H/S
	05	Secretário Geral	CC-16	R\$ 1.300,00	20 H/S
	06	Assessor Jurídico	CC-17	R\$ 2.600,00	20 H/S
3. SERVIÇOS OPERACIONAIS (SOP)	07	Motorista	18	R\$ 700,00	20 H/S

ANEXO II

(Anexo V da Lei Complementar nº 008/2012)
QUADRO DE PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE
SERRA ALTA - SC

ESPECIFICAÇÃO DE GRUPOS E CARGOS DO QUADRO PERMANENTE

DESCRIÇÃO ANALÍTICA DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS, CONDIÇÕES PARA INGRESSO, REGIME DE TRABALHO E CARGA HORÁRIA

2. TESOUREIRO

- Requisitar da Prefeitura, por intermédio do Presidente da Câmara, o valor necessário para as despesas do Poder Legislativo;
- Efetuar o pagamento da folha bem como o recolhimento dos encargos sociais e judiciais;
- Organizar e realizar o trabalho de tesouraria, bem como a conciliação bancária;
- Manter em dia o documentário sob sua responsabilidade;
- Alimentar o site oficial da Câmara Municipal de Vereadores, bem como manter as informações atualizadas principalmente no que diz respeito ao Portal da Transparência;
- Desempenhar outras tarefas determinadas pelo Presidente e Secretário da Câmara.

2.1 CONDIÇÕES PARA INGRESSO
Concurso público de provas.

2.2 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
- Tesoureiro: Curso superior completo.

2.3 REGIME DE TRABALHO/ CARGA HORÁRIA
Estatutário / 20 horas semanais.

ANEXO III

(Anexo VI da Lei Complementar nº 008/2012)
QUADRO DE PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE
SERRA ALTA - SC

ESPECIFICAÇÃO DE GRUPOS E CARGOS COMISSIONADOS

DESCRIÇÃO ANALÍTICA DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS, CONDIÇÕES PARA INGRESSO, REGIME DE TRABALHO E CARGA HORÁRIA

2. ASSESSOR JURÍDICO

- Executar os trabalhos de assessoria jurídica da Câmara;
- elaborar parecer sobre consultas formuladas pelo Presidente, Mesa Diretora, Comissões e Vereadores referentes a assuntos de natureza jurídica e administrativa;
- assistir ao Presidente na celebração de contratos e execução de procedimentos licitatórios;
- revisar os atos emanados pelo Poder Legislativo Municipal, assim como, revisar os atos do Poder Executivo Municipal quando em apreciação pelo Poder Legislativo.
- participar, assessorando, nas Comissões de Inquéritos do Poder Legislativo;
- propor ações ou oferecer defesa, na esfera judicial ou extrajudicial, em qualquer repartição, juízo ou tribunal, em atendimento aos interesses da Câmara de Vereadores;
- elaborar e redigir minutas de Resolução, Contrato, Edital, Portaria e Projetos de Lei de iniciativa do Poder Legislativo;
- emitir parecer, quando solicitado, sobre assuntos legislativos, notadamente, sobre as proposições submetidas à apreciação da Câmara;
- fazer-se presente nas sessões do Poder Legislativo;
- elaborar estudos sobre matérias solicitadas pelo Presidente, Mesa Diretora, Vereadores, pelas Comissões, pelo Contador ou pelo Secretário Geral;
- Auxiliar nos estudos e trabalhos das Comissões Permanentes;
- Representar e assistir a Câmara em juízo e fora dele;
- Prestar informação jurídica aos Vereadores, à Administração e aos Servidores quando solicitado;
- Acompanhar todos os processos licitatórios realizados pela Câmara;
- Acompanhar e orientar os processos seletivos e concursos realizados pela Câmara, elaborando e redigindo os atos que forem de competência do Poder Legislativo;

2.1 REGIME DE TRABALHO/ CARGA HORÁRIA
Cargo em Comissão / 20 horas semanais.

2.2 CONDIÇÕES DE INGRESSO
Livre nomeação e Exoneração pelo Presidente da Câmara.

PORTARIA Nº 028/2015

PORTARIA Nº 028/2015 DE 26 DE MARÇO DE 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; e alterações posteriores e lei 692/2006 de 13/04/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir a pedido a contratação de Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de JANETE TEREZINHA EBERHARDT, CPF 064.467.599-32 e RG 4.653.892-5 do Cargo de Professor I, 20 HORAS SEMANAIS, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, GRUPO 6 - MAG, NÍVEL 61, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores, vigentes no município de Serra Alta.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo efeitos a partir do dia 02 de março de 2015, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 26 de Março de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

RREO 1BI

Município de SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.655.181,20	19.655.181,20	2.054.290,39	10,45	2.054.290,39	10,45	17.600.890,81
RECEITAS CORRENTES	18.170.181,20	18.170.181,20	2.052.731,77	11,30	2.052.731,77	11,30	16.117.449,43
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.045.910,54	1.045.910,54	71.860,67	6,87	71.860,67	6,87	974.049,87
IMPOSTOS	676.500,00	676.500,00	64.819,79	9,58	64.819,79	9,58	611.680,21
TAXAS	219.410,54	219.410,54	5.850,62	2,67	5.850,62	2,67	213.559,92
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	150.000,00	150.000,00	1.190,26	0,79	1.190,26	0,79	148.809,74
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	113.500,00	113.500,00	12.561,44	11,07	12.561,44	11,07	100.938,56
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	113.500,00	113.500,00	12.561,44	11,07	12.561,44	11,07	100.938,56
RECEITA PATRIMONIAL	98.100,00	98.100,00	15.926,21	16,23	15.926,21	16,23	82.173,79
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	98.100,00	98.100,00	15.926,21	16,23	15.926,21	16,23	82.173,79
RECEITA AGROPECUÁRIA	98.900,00	98.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98.900,00
Outras Receitas Agropecuárias	98.900,00	98.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98.900,00
RECEITA DE SERVIÇOS	455.400,00	455.400,00	60.177,19	13,21	60.177,19	13,21	395.222,81
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.159.695,66	16.159.695,66	1.877.249,58	11,62	1.877.249,58	11,62	14.282.446,08
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	16.097.530,66	16.097.530,66	1.875.225,27	11,65	1.875.225,27	11,65	14.222.305,39
Transf. de Conv.	62.165,00	62.165,00	2.024,31	3,26	2.024,31	3,26	60.140,69
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	198.675,00	198.675,00	14.956,68	7,53	14.956,68	7,53	183.718,32
Multas e Juros de Mora	65.375,00	65.375,00	6.291,93	9,62	6.291,93	9,62	59.083,07
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.600,00	6.600,00	3.117,56	47,24	3.117,56	47,24	3.482,44
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	76.700,00	76.700,00	5.412,19	7,06	5.412,19	7,06	71.287,81
RECEITAS DIVERSAS	50.000,00	50.000,00	135,00	0,27	135,00	0,27	49.865,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.485.000,00	1.485.000,00	1.558,62	0,10	1.558,62	0,10	1.483.441,38
ALIENAÇÃO DE BENS	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	35.000,00	35.000,00	1.558,62	4,45	1.558,62	4,45	33.441,38
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.250.000,00	1.250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.250.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.250.000,00	1.250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.250.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	19.655.181,20	19.655.181,20	2.054.290,39	10,45	2.054.290,39	10,45	17.600.890,81
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	19.655.181,20	19.655.181,20	2.054.290,39	10,45	2.054.290,39	10,45	17.600.890,81
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	19.655.181,20	19.655.181,20	2.054.290,39	10,45	2.054.290,39	10,45	17.600.890,81
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	162.661,05	—	—	160.000,00	—	—
Superávit Financeiro	—	162.661,05	—	—	160.000,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

[illegible]

Continua 2/3

Município de SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	19.655.181,20	19.817.842,25	4.311.087,42	4.311.087,42	15.506.754,83	1.813.665,47	1.813.665,47	19.817.842,25	1.404.309,28
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	240.624,92	—	2.054.290,39
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	19.655.181,20	19.817.842,25	4.311.087,42	4.311.087,42	—	1.813.665,47	2.054.290,39	—	3.458.599,67

FONTE:

SERRA ALTA, 27/03/2015

FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

CLAIR FÁTIMA ANDREIS
Contadora

CLEITON ALGAYER
Controlador Interno

RREO 1B12015

Município de SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	989.825,19	1.107.138,06	1.126.777,33	1.309.418,92	982.447,87	1.040.562,93	1.034.801,86	989.386,55	1.109.286,25	1.491.821,81	1.113.955,14	1.078.462,34	13.463.814,05
RECEITA TRIBUTÁRIA	49.278,47	25.674,28	101.641,07	214.689,31	55.977,08	40.668,76	64.189,24	32.083,23	35.403,15	31.521,61	33.391,37	38.469,30	723.303,87
IPTU	0,00	0,00	32.034,64	117.593,21	8.018,26	7.433,68	1.936,35	401,34	1.293,63	1.681,43	0,00	625,52	171.419,47
IR-RJF	10.945,17	8.388,23	7.958,58	7.857,37	8.881,15	6.044,17	11.527,21	1.812,80	16.462,18	6.870,89	9.593,68	9.459,27	100.000,00
I.S.S.	11.794,73	9.027,38	12.395,35	12.861,97	14.494,40	9.735,04	13.223,85	18.800,88	10.447,43	12.532,16	13.493,46	10.518,98	148.533,61
I.T.E.D.	5.527,35	1.400,00	6.460,38	5.557,17	9.463,35	8.344,32	30.688,80	7.715,87	3.509,96	5.947,25	7.719,53	13.409,35	105.843,93
Outras Receitas Tributárias	21.011,22	7.078,67	42.791,32	70.950,59	15.298,92	9.014,55	6.773,82	3.174,36	3.690,95	4.489,88	2.894,70	4.455,18	190.926,16
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	4.637,37	3.846,88	5.057,46	4.549,36	5.465,02	5.006,60	5.698,83	4.984,97	6.429,55	4.129,88	4.255,86	6.011,34	60.022,92
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	34,38	5,96	0,00	10,05	0,00	0,00	0,00	0,00	50,39
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	47.669,80	51.233,68	38.180,78	37.763,29	34.677,47	28.732,05	30.394,57	33.073,58	29.812,38	56.247,88	33.094,78	27.082,41	447.952,47
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	857.719,97	1.017.877,88	1.067.944,36	1.036.375,94	861.345,97	956.203,86	924.539,98	917.337,44	1.031.554,15	1.389.729,98	1.036.028,37	999.127,37	12.096.795,07
Cota-Parte do FPM	376.793,29	429.911,54	588.700,97	429.779,99	369.103,63	448.426,05	392.614,14	370.091,25	491.733,33	540.132,51	599.339,67	611.855,61	5.628.467,18
Cota-Parte do ICMS	311.465,12	304.890,74	309.557,61	303.625,66	286.717,43	302.246,24	327.673,53	333.524,88	372.563,30	395.936,90	304.344,94	270.514,39	3.785.590,74
Cota-Parte do IPVA	20.823,15	21.355,46	23.745,99	29.337,21	27.834,84	26.197,65	25.298,57	23.590,18	12.294,74	6.220,23	73.453,64	64.953,09	355.071,75
Cota-Parte do ITR	0,00	23,14	0,00	0,00	0,00	0,00	505,89	1.530,16	82,13	10,74	6,18	20,95	2.179,19
Outras Transferências Correntes	70.365,92	181.193,36	77.888,87	190.307,79	99.927,64	96.458,57	94.303,24	100.852,89	63.140,84	391.245,33	51.546,10	47.467,18	1.464.574,03
Transferências da LC 81/1989	4.223,73	4.600,54	5.003,88	4.765,90	4.896,06	5.046,76	4.749,26	5.086,07	5.840,32	5.782,69	7.338,84	4.356,15	61.680,18
Transferências da LC 87/1996	0,00	1.349,19	1.349,19	1.349,19	1.349,19	1.349,19	1.349,19	1.349,19	1.349,19	2.698,38	0,00	0,00	13.491,90
Transferências do FUNDEB	74.058,76	74.618,71	81.588,87	71.210,20	71.494,18	76.477,10	76.046,16	81.342,82	84.550,10	85.153,20	0,00	0,00	784.750,10
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.519,78	6.305,54	13.903,66	13.623,02	24.927,95	10.024,70	10.089,04	11.855,28	6.051,02	10.192,66	7.164,76	7.777,92	136.689,33
DEDUÇÕES (II)	142.547,73	152.712,07	182.301,43	155.077,94	130.928,10	156.873,15	148.692,24	147.485,19	176.793,35	167.253,44	197.136,96	190.064,34	1.947.844,74
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	142.547,73	152.712,07	182.301,43	155.077,94	130.928,10	156.873,15	148.692,24	147.485,19	176.793,35	167.253,44	197.136,96	189.688,07	1.947.224,29
Remuneração AFB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20,76	20,21	40,97
Remuneração - PMS-SB-EF-ACS-PMQAQ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	96,47	238,36	334,83
Remuneração - Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	127,95	116,70	244,65
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	847.277,46	954.425,99	1.044.425,90	1.154.341,08	851.519,77	883.689,78	886.109,42	851.901,36	932.492,90	1.324.568,37	916.818,28	888.398,00	11.515.969,31
FONTE													

RREO 1B12015

Município de SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre		Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.655.181,20	19.817.842,25	4.311.087,42	4.311.087,42	100,00	1.813.665,47	1.813.665,47	100,00	18.004.176,78	
Legislativa	703.428,14	703.428,14	137.547,43	137.547,43	3,19	93.470,30	93.470,30	5,15	609.957,84	
Ação Legislativa	703.428,14	703.428,14	137.547,43	137.547,43	3,19	93.470,30	93.470,30	5,15	609.957,84	
Administração	2.540.600,00	2.540.600,00	494.784,02	494.784,02	11,48	282.862,71	282.862,71	15,60	2.257.737,29	
Planejamento e Orçamento	623.166,67	623.166,67	151.958,65	151.958,65	3,52	106.952,06	106.952,06	5,90	516.214,61	
Administração Geral	1.917.433,33	1.917.433,33	342.825,37	342.825,37	7,95	175.910,65	175.910,65	9,70	1.741.522,68	
Segurança Pública	139.630,00	139.630,00	4.525,71	4.525,71	0,10	3.876,71	3.876,71	0,21	135.753,29	
Policiamento	139.630,00	139.630,00	4.525,71	4.525,71	0,10	3.876,71	3.876,71	0,21	135.753,29	
Assistência Social	1.194.500,00	1.194.500,00	106.711,07	106.711,07	2,48	71.948,25	71.948,25	3,97	1.122.551,75	
Assistência ao Idoso	70.000,00	70.000,00	8.082,37	8.082,37	0,19	6.971,74	6.971,74	0,38	63.028,26	
Assistência à Criança e ao Adolescente	274.000,00	274.000,00	5.364,48	5.364,48	0,12	5.364,48	5.364,48	0,30	268.635,52	
Assistência Comunitária	840.500,00	840.500,00	93.264,22	93.264,22	2,16	59.612,03	59.612,03	3,29	780.887,97	
Biocombustíveis	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
Saúde	3.430.742,32	3.430.742,32	1.209.282,57	1.209.282,57	28,05	315.892,49	315.892,49	17,42	3.114.849,83	
Atenção Básica	3.380.742,32	3.380.742,32	1.205.229,57	1.205.229,57	27,96	311.839,49	311.839,49	17,19	3.068.902,83	
Vigilância Sanitária	50.000,00	50.000,00	4.053,00	4.053,00	0,09	4.053,00	4.053,00	0,22	45.947,00	
Educação	4.873.688,04	4.873.688,04	866.277,32	866.277,32	20,09	340.210,71	340.210,71	18,76	4.533.477,33	
Alimentação e Nutrição	202.100,00	202.100,00	69.813,43	69.813,43	1,62	132.286,57	6.574,98	0,36	195.525,02	
Educação Infantil	1.168.000,00	1.168.000,00	50.532,89	50.532,89	1,17	1.117.467,11	48.682,24	2,68	1.119.317,76	
Educação Especial	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	35.000,00	
Educação Básica	3.468.588,04	3.468.588,04	745.931,00	745.931,00	17,30	2.722.657,04	284.953,49	15,71	3.183.634,55	
Cultura	527.500,00	527.500,00	7.108,62	7.108,62	0,16	520.391,38	6.808,62	0,38	520.691,38	
Difusão Cultural	527.500,00	527.500,00	7.108,62	7.108,62	0,16	520.391,38	6.808,62	0,38	520.691,38	
Urbanismo	1.735.000,00	1.735.000,00	192.366,73	192.366,73	4,46	1.542.633,27	72.416,78	3,99	1.662.583,22	
Infra-Estrutura Urbana	770.000,00	770.000,00	0,00	0,00	0,00	770.000,00	0,00	0,00	770.000,00	
Serviços Urbanos	765.000,00	765.000,00	192.366,73	192.366,73	4,46	572.633,27	72.416,78	3,99	692.583,22	
Saneamento Básico Urbano	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	
Habituação	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	
Habituação Urbana	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	
Agricultura	1.552.729,70	1.715.390,75	758.074,49	758.074,49	17,58	957.316,26	381.167,06	21,02	1.334.223,69	
Extensão Rural	1.552.729,70	1.715.390,75	758.074,49	758.074,49	17,58	957.316,26	381.167,06	21,02	1.334.223,69	
Indústria	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	
Promoção Industrial	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	
Transporte	1.877.363,00	1.877.363,00	412.564,59	412.564,59	9,57	1.464.798,41	126.683,91	6,98	1.750.679,09	
Transporte Rodoviário	1.877.363,00	1.877.363,00	412.564,59	412.564,59	9,57	1.464.798,41	126.683,91	6,98	1.750.679,09	

Continua 1/2

Município de SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.655.181,20	19.817.842,25	4.311.087,42	4.311.087,42	15.506.754,83	1.813.665,47	100,00	18.004.176,78
Desporto e Lazer	300.000,00	300.000,00	9.741,84	9.741,84	290.258,16	6.224,90	0,34	293.775,10
Desporto de Rendimento	300.000,00	300.000,00	9.741,84	9.741,84	290.258,16	6.224,90	0,34	293.775,10
Encargos Especiais	430.000,00	430.000,00	112.103,03	112.103,03	317.896,97	112.103,03	6,18	317.896,97
Serviço da Divisão Interna	430.000,00	430.000,00	112.103,03	112.103,03	317.896,97	112.103,03	6,18	317.896,97
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	19.655.181,20	19.817.842,25	4.311.087,42	4.311.087,42	15.506.754,83	1.813.665,47	100,00	18.004.176,78

FONTE:

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO 1BI2015

Município de SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	926.251,01	926.251,01	827.348,11
DEDUÇÕES (II)	1.070.088,14	1.070.088,14	1.241.853,81
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.142.828,47	1.142.828,47	1.652.661,80
Demais Haveres Financeiros	1.157,60	1.157,60	1.005,60
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	73.897,93	73.897,93	411.813,59
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-143.837,13	-143.837,13	-414.505,70
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-143.837,13	-143.837,13	-414.505,70

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2015 (C - A)
VALOR	-270.668,57	-270.668,57

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

RREO 1BI2015

Município de SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/MÊS FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	200.000,00	2.737,64	197.262,36
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100.000,00	0,00	100.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100.000,00	0,00	100.000,00
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	0,00	2.737,64	-2.737,64
TOTAL	200.000,00	2.737,64	197.262,36

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO APAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	362.661,05	160.000,00	160.000,00	0,00	0,00	86.993,28	362.661,05
Investimentos	362.661,05	160.000,00	160.000,00	0,00	0,00	86.993,28	362.661,05
TOTAL	362.661,05	160.000,00	160.000,00	0,00	0,00	86.993,28	362.661,05

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	162.661,05	-84.255,64	78.405,41

FONTE:

RREO 1BI2015

Município de SERRAALTA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00			0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	4.270.170,66	461.868,58	435.550,41	0,00	3.808.302,08
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	4.270.170,66	461.868,58	435.550,41	0,00	3.808.302,08
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-4.270.170,66	-461.868,58	-	-	-3.808.302,08

FONTE:

RREO 1BI2015

Município de SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos	Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014			Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014			Saldo Total (c+b)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	73.897,93	-	2.177,40	-	180.515,06	71.755,93	-	110.934,53
EXECUTIVO									
ADMINISTRAÇÃO DIRETA									
Secretaria de Administração e Des. Econômico	0,00	73.897,93	0,00	2.177,40	0,00	159.377,07	64.937,92	0,00	104.439,15
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.449,64	32.575,42	0,00	33.774,22
Secretaria de Assistência Social	0,00	54.428,29	0,00	28,29	0,00	53.957,88	3.883,77	0,00	50.084,11
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	859,14	859,14	0,00	0,00
Secretaria de Planejamento e Finanças	0,00	19.463,64	0,00	2.143,11	0,00	15.874,26	7.731,86	0,00	8.142,40
Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urban	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	923,97	923,97	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL SAÚDE SERRA ALTA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.302,18	18.863,76	0,00	12.438,42
Fundo Municipal de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.135,99	6.818,01	0,00	4.317,98
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	73.897,93	0,00	2.177,40	0,00	180.515,06	71.755,93	0,00	110.934,53

FONTE:

RREO 1B12015

Município de SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	766.075,00	766.075,00	67.710,06	8,84
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	265.500,00	265.500,00	625,52	0,24
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	115.500,00	115.500,00	21.128,88	18,29
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	195.500,00	195.500,00	24.012,44	12,28
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	100.000,00	100.000,00	19.052,95	19,05
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	22.000,00	22.000,00	263,42	1,20
Dívida Ativa dos Impostos	51.200,00	51.200,00	1.643,37	3,21
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	16.375,00	16.375,00	983,48	6,01
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	15.994.417,16	15.994.417,16	1.936.139,46	12,11
Cota-Parte FPM	10.098.617,16	10.098.617,16	1.211.141,28	11,99
Cota-Parte ITR	5.000,00	5.000,00	27,13	0,54
Cota-Parte IPVA	352.000,00	352.000,00	138.406,73	39,32
Cota-Parte ICMS	5.445.000,00	5.445.000,00	574.859,33	10,56
Cota-Parte IPI-Exportação	66.300,00	66.300,00	11.704,99	17,65
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	27.500,00	27.500,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	27.500,00	27.500,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	16.760.492,16	16.760.492,16	2.003.849,52	11,96
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00
	0,00	0,00	34,43	
			34,43	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	34,43	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)				
DESPESAS CORRENTES Pessoal e Encargos Sociais Outras Despesas Correntes	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100
	2.912.992,32	2.912.992,32	1.205.252,57	41,38
			150.311,66	14,28
	1.052.773,12	1.052.773,12	1.054.940,91	56,71
			168.354,83	9,05
DESPESAS DE CAPITAL Investimentos	307.750,00	307.750,00	4.030,00	1,31
			4.030,00	1,31

Continua 1/4

Município de SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	307.750,00	307.750,00	4.030,00	1,31	4.030,00	1,31
Investimentos	307.750,00	307.750,00	4.030,00	1,31	4.030,00	1,31
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.220.742,32	3.220.742,32	1.209.282,57	37,55	315.892,49	9,81
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	706.668,50	706.668,50	152.137,06	12,58	62.435,19	19,76
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	676.668,50	676.668,50	152.137,06	12,58	62.435,19	19,76
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	706.668,50	706.668,50	152.137,06	12,58	62.435,19	19,76
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.514.073,82	2.514.073,82	1.057.145,51	87,42	253.457,30	80,24
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 6						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI] - (15 x IIIb)/100]			-47.120,13			

Continua 2/4

Município de SERRA ALTA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
SALDO INICIAL					
	0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)	0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 26 E 28					
LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
SALDO INICIAL					
	-		-		-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Bimestre (I)	% (I/Total II)*100	
			Até Bimestre (m)	% (m/Total n)*100	
Atenção Básica	3.180.742,32	3.180.742,32	1.205.229,57	99,66	98,72
Vigilância Sanitária	40.000,00	40.000,00	4.053,00	0,34	1,28
TOTAL	3.220.742,32	3.220.742,32	1.209.282,57	100,00	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO 1BI2015

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	766.075,00	766.075,00	67.710,06	67.710,06	8,84
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	350.500,00	350.500,00	3.252,37	3.252,37	0,93
1.1.1- IPTU	265.500,00	265.500,00	625,52	625,52	0,24
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	50.000,00	50.000,00	1.643,37	1.643,37	3,29
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	15.000,00	15.000,00	983,48	983,48	6,56
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	115.500,00	115.500,00	21.128,88	21.128,88	18,29
1.2.1- ITBI	115.500,00	115.500,00	21.128,88	21.128,88	18,29
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	200.075,00	200.075,00	24.275,86	24.275,86	12,13
1.3.1- ISS	195.500,00	195.500,00	24.012,44	24.012,44	12,28
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	2.000,00	2.000,00	263,42	263,42	13,17
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.375,00	1.375,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	100.000,00	100.000,00	19.052,95	19.052,95	19,05
1.4.1- IRRF	100.000,00	100.000,00	19.052,95	19.052,95	19,05
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	15.994.417,16	15.994.417,16	1.936.139,46	1.936.139,46	12,11
2.1- Cota-Parte FPM	10.098.617,16	10.098.617,16	1.211.141,28	1.211.141,28	11,99
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	10.098.617,16	10.098.617,16	1.211.141,28	1.211.141,28	11,99
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.445.000,00	5.445.000,00	574.859,33	574.859,33	10,56
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	27.500,00	27.500,00	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPVA-Exportação	66.300,00	66.300,00	11.704,99	11.704,99	17,65
2.5- Cota-Parte ITR	5.000,00	5.000,00	27,13	27,13	0,54
2.6- Cota-Parte IPVA	352.000,00	352.000,00	138.406,73	138.406,73	39,32
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	16.760.492,16	16.760.492,16	2.003.849,52	2.003.849,52	11,96
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	187.100,00	187.100,00	38.982,81	38.982,81	20,84
5.1- Transferências do Salário-Educação	100.000,00	100.000,00	33.556,95	33.556,95	33,56
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - FNAE	32.100,00	32.100,00	2.412,00	2.412,00	7,51
5.4- Transferências Diretas - FNATE	55.000,00	55.000,00	3.013,86	3.013,86	5,48
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	9.465,00	9.465,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	9.465,00	9.465,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	11.000,00	11.000,00	2.903,97	2.903,97	26,40
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	207.565,00	207.565,00	41.886,78	41.886,78	20,18
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.554.160,00	2.554.160,00	386.583,75	386.583,75	15,14
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.500.000,00	1.500.000,00	242.228,19	242.228,19	16,15
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	964.000,00	964.000,00	134.617,04	134.617,04	13,96
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPVA-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	13.260,00	13.260,00	2.341,01	2.341,01	17,65
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.000,00	1.000,00	5,42	5,42	0,54
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	70.400,00	70.400,00	7.392,09	7.392,09	10,50
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.247.600,00	1.247.600,00	176.867,90	176.867,90	14,18
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.240.000,00	1.240.000,00	176.171,16	176.171,16	14,21
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	7.600,00	7.600,00	696,74	696,74	9,17
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.314.160,00	-1.314.160,00	-210.412,59	-210.412,59	16,01
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	318.000,00	318.000,00	22.357,90	22.357,90	7,03
13.1- Com Educação Infantil	318.000,00	318.000,00	22.357,90	22.357,90	7,03
13.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	318.000,00	318.000,00	22.357,90	22.357,90	7,03
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					22.357,90
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					12,64
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					87,36
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	4.190.123,04	4.190.123,04	500.962,38	500.962,38	11,96
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.168.000,00	1.168.000,00	48.682,24	48.682,24	4,17
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	170.000,00	170.000,00	6.447,91	6.447,91	3,79
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	170.000,00	170.000,00	6.447,91	6.447,91	3,79
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.338.000,00	1.338.000,00	55.130,15	55.130,15	4,12
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-210.412,59
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					696,74
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-209.715,85
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					264.846,00
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					13,22
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	100.000,00	100.000,00	7.833,56	7.833,56	7,83
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.535.125,00	1.535.125,00	167.241,68	167.241,68	10,89
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.635.125,00	1.635.125,00	175.075,24	175.075,24	10,71
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.973.125,00	2.973.125,00	230.205,39	230.205,39	7,74

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	10.291,51	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	10.291,51	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	176.171,16	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	97.177,07	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	97.177,07	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	696,74	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	79.690,83	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

RREO 1BI2015

Município de SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	18.072.081,20	2.036.805,56	2.045.683,34
Receita Tributária	1.045.910,54	71.860,67	60.358,12
I.P.T.U.	265.500,00	625,52	0,00
I.S.S.	195.500,00	24.012,44	24.374,47
I.T.B.I.	115.500,00	21.128,88	10.046,00
I.R.R.F.	100.000,00	19.052,95	15.878,35
Outras Receitas Tributárias	369.410,54	7.040,88	10.059,30
Receita de Contribuição	113.500,00	12.561,44	14.985,42
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	113.500,00	12.561,44	14.985,42
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	98.100,00	15.926,21	-6.499,44
(-) Aplicações Financeiras	98.100,00	15.926,21	-6.499,44
Transferências Correntes	16.159.695,66	1.877.249,58	1.868.490,12
F.P.M.	8.598.617,16	968.913,09	979.692,08
I.C.M.S.	4.481.000,00	440.242,29	505.982,12
Convênios	62.165,00	2.024,31	2.083,54
Outras Transferências Correntes	3.017.913,50	466.069,89	380.732,38
Demais Receitas Correntes	752.975,00	75.133,87	101.849,68
Dívida Ativa	76.700,00	5.412,19	4.483,08
Diversas Receitas Correntes	676.275,00	69.721,68	97.366,60
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.485.000,00	1.558,62	496.942,25
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	500.000,00
Amortização de Empréstimos (IV)	35.000,00	1.558,62	2.813,36
Alienação de Ativos (V)	200.000,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.250.000,00	0,00	-5.871,11
Convênios	1.250.000,00	0,00	-5.871,11
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.250.000,00	0,00	-5.871,11
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	19.322.081,20	2.036.805,56	2.039.812,23

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	15.497.671,59	3.849.218,84	3.135.601,75	1.378.115,06	1.271.573,99
Pessoal e Encargos Sociais	5.788.106,45	770.171,26	665.901,13	745.446,99	647.872,96
Juros e Encargos da Dívida (IX)	80.000,00	13.029,20	11.008,51	13.029,20	11.008,51
Outras Despesas Correntes	9.629.565,14	3.066.018,38	2.458.692,11	619.638,87	612.692,52
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	15.417.671,59	3.836.189,64	3.124.593,24	1.365.085,86	1.260.565,48
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	4.270.170,66	461.868,58	1.688.617,15	435.550,41	1.173.168,95
Investimentos	3.970.170,66	362.794,75	1.645.400,33	336.476,58	1.129.952,13
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	300.000,00	99.073,83	43.216,82	99.073,83	43.216,82
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.970.170,66	362.794,75	1.645.400,33	336.476,58	1.129.952,13
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	50.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	19.437.842,25	4.198.984,39	4.769.993,57	1.701.562,44	2.390.517,61
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-115.761,05	-2.162.178,83	-2.730.181,34	335.243,12	-350.705,38
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00

Município de SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Superávit Primário	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE:

Sombrio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 046/2015

DECRETO Nº 046, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO O IMÓVEL QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso de sua competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990, Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1945 e as Leis 4.132/62 e nº 4.504/64,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação, uma área ideal de terras medindo 150,00m², referente ao prolongamento da Rua Ulisses Luiz da Rosa, de formato irregular, com as seguintes medidas e confrontações: ao Norte onde mede 12,00 metros com prolongamento da Rua Ulisses Luiz da Rosa, ao Leste onde mede 12,50m com lote 07 da quadra Q322 de propriedade de Lucia Machado Idalêncio, Cristiane Machado Idalêncio, Rafael Machado Idalêncio e Daniel Machado Idalêncio, ao Sul onde mede 12,00m com prolongamento da Rua Ulisses Luiz da Rosa e ao Oeste onde mede 12,50m com lote 07-A da quadra Q321 de propriedade de Lucia Machado Idalêncio, Cristiane Machado Idalêncio, Rafael Machado Idalêncio e Daniel Machado Idalêncio, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta cidade sob matrícula nº 49.832, em nome de de propriedade de Lucia Machado Idalêncio, Cristiane Machado Idalêncio, Rafael Machado Idalêncio e Daniel Machado Idalêncio.

Art. 2º. A área ideal declarada de Utilidade Pública no artigo anterior servirá para o prolongamento da Rua Ulisses Luiz da Rosa.

Art.3º. A Desapropriação amigável, sem indenização, sem qualquer tipo de ônus a esta Municipalidade, em virtude da Rua já existir há mais de 09 (nove) anos, sendo mesma de domínio público.

Art. 4º. Fica declarado para efeitos fiscais o valor do imóvel em R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio, 18 de março de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DECRETO Nº. 047/2015

DECRETO Nº 047, DE 20 DE MARÇO DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal do Fundo Municipal de Saúde, crédito suplementar, no valor de R\$ 21.180,18 (vinte e um mil, cento e oitenta reais e dezoito centavos). na seguinte dotação orçamentária:

07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.020 - Atendimento de Saúde Básica

3.3.90.00.00.00.00.00.3065 - Aplicações Diretas R\$ 21.180,18

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do superávit financeiro da fonte 3065 (Rede Cegonha).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 20 de março de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DECRETO Nº. 048/2015

DECRETO Nº 048, DE 20 DE MARÇO DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 37.610,80 (Trinta e sete mil, seiscentos e dez reais e oitenta centavos), na seguinte dotação orçamentária:

03.02 - FUNDO MUN. DE REEQUIP. DO CORPO DE BOMB. MILITAR.

2.011 - Manutenção do Funrebom

3.3.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicações Diretas R\$ 37.610,80

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do superávit financeiro da fonte 63 (FUNREBOM).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 20 de março de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DECRETO Nº. 049/2015

DECRETO Nº 049 DE 20 DE MARÇO DE 2015

INSTITUI E NOMEIA EQUIPE TÉCNICA DE APOIO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, combinado com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 e demais normatizações correlatas.

DECRETA:

Art. 1º. Instituir Equipe Técnica responsável por realizar diagnóstico relativo aos dados educacionais do Município de Sombrio-SC, bem como pela elaboração de Documento-Base do Plano Municipal de Educação, na qualidade de proposta preliminar consonante com os Planos Estadual e Nacional/Decênio 2015-2025.

Parágrafo único. À Equipe Técnica caberá apoiar a Comissão Coordenadora nos trabalhos de adequação do Plano Municipal de Educação, desempenhando suas atribuições mediante funções específicas, tais como:

I - analisar dados e informações sobre a oferta e a demanda educacional no território do Município;

II - formular metas, estratégias e indicadores com base nos levantamentos realizados;

III - avaliar os investimentos necessários para cada meta;

IV - analisar a coerência do conjunto das metas e sua vinculação com as metas estaduais e nacionais;

V - estabelecer coerência e conexão entre o Plano de Educação e o projeto de desenvolvimento local.

Art. 2º. Nomear, para compor a Equipe Técnica de que trata o presente Decreto, os seguintes membros:

I - Josiane dos Santos de Medeiros - Coordenadora;

II - Rosí Gonçalves dos Santos- Suplente;

III -Zulma Antonia Simon- Membro;

IV - Nilvana Borges da Silva - Membro

V - Adria Generoso Silvano - Membro

VI - Janine Raupp Rabelo - Membro

VII - Gisele Bitencourt - Membro

VIII - Graziela Caetano - Membro

XI - Quelen Tais Pereira Medeiros - Membro

X - Fabiani Ferreira Mauricio - Membro

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio (SC), 20 de Março de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Timbé do Sul**PREFEITURA****AVISO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2015**

Estado de Santa Catarina

Município de Timbé do Sul

Edital de Chamada Pública nº 01/2015

O Município de Timbé do Sul torna público que fará realizar chamada pública para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, com entrega do envelope contendo documentação de habilitação e projeto de venda, até as 14:00 horas do dia 20/04/2015.

Cópia deste edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, sito a Rua Pref. Aristides José Bom, 215 - Centro, Fone (48) 3536-1133, no horário das 07h3min as 11h30min e das 13h as 17h.

Timbó

PREFEITURA

PORTARIA NºSEMFA-D0968, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA NºSEMFA-D0968, de 02 de Fevereiro de 2015.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Dicléia Teresinha Koehler da Veiga.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora DICLÉIA TERESINHA KOEHLER DA VEIGA, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 16.01.2015 à 30.04.2015, por cento e cinco (105) dias, conforme Processo RH02-0983;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Fevereiro de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

ATA HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N.º 01 2015 FUMTUR

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2015 - FUMTUR

Às nove horas e dez minutos, do vigésimo sétimo dia, do mês de março de dois mil e quinze, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz e Bárbara Luiza Poffo de Azevedo e, representando a empresa SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA., o Sr. Roberto Carlos Imme, representando a empresa CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA., o Sr. David Alencar da Silva, para abertura dos envelopes de Habilitação da Tomada de Preço nº 01/2015 - FUMTUR.

Entregaram, tempestivamente, os envelopes de Habilitação e Proposta, as seguintes empresas SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA e CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA.

A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade. A senhora Presidente em prosseguimento, passou à abertura dos envelopes de Habilitação, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, de todos os documentos neles contidos.

Aberta a palavra aos participantes, o representante da licitante CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA, em relação

aos documentos apresentados pela licitante SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, se manifestou da seguinte forma:

- a empresa não apresentou a Certidão do Poder Judiciário informando a quantidade de distribuidores existentes no Município sede da proponente, conforme exigência do item 7.1.4 - Qualificação Econômico-financeira, letra "d" do Edital;
- na Certidão de Acervo Técnico - CAT do engenheiro eletricista consta que existem dois atestados de capacidade técnica, porém foi apresentado apenas um.

Na sequência, a Presidente suspendeu a sessão para análise dos documentos, em especial, encaminhamento dos documentos de habilitação ao Setor de Contabilidade e Setor de Engenharia, tendo em vista a necessidade de análise e parecer contábil dos mesmos, em especial do item 7.1.4 - Qualificação Econômico-Financeira e análise e parecer técnico dos documentos de habilitação estabelecidos no item 7.1.6 - Qualificação Técnica do Edital.

Os envelopes de PROPOSTA deverão permanecer no Setor de Licitação, devidamente lacrados, até a data designada para sua abertura.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão e pelos representantes legais presentes.

Registre-se, publique-se, intemem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO

Presidente

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO

Membro

ANDREA TAISE FRANZ

Secretária

CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA
SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 15 2015 PMT - CARNEIRAS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

OBJETO: registro de preços para aquisição de carneiras (gavetas de concreto) e tampas de concreto destinadas aos cemitérios municipais de Timbó, para a confecção de sepulturas. EMPRESA FORNECEDORA: Fábrica de Artefatos de Cimento Irmãos Vicenzi Ltda. TOTAL ESTIMADO: R\$ 83.785,00 (trinta mil reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 26/03/2016

Timbó, 27/03/2015

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário da Fazenda e Administração

EXTRATO CONTRATO 2015.56 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/56

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural

de Timbó.

CONTRATADO: Michel Martins de Souza Me.

OBJETO: A plena execução da recuperação, criação, confecção, instalação, montagem e desmontagem de peças artísticas decorativas em estrutura metálica e outros materiais a serem utilizados como decoração de Páscoa durante o período de 22/03/2015 a 06/04/2015, correspondente ao(s) lote(s) 01 e 02, tudo de conformidade com o Edital de Pregão nº. 04/2015.

VALOR TOTAL: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

PRAZO: de 20/03/2015 a 06/04/2015.

Data da Assinatura 20/03/2015.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

LEI Nº 2774, DE 30 DE MARÇO DE 2015

LEI Nº 2774, DE 30 DE MARÇO DE 2015

Altera os artigos 3º e 4º da Lei 2.754 de 17 de dezembro de 2014, que trata sobre a disponibilização de servidores públicos municipais, fornecimento de merenda escolar bem como de material didático à APAE, durante o exercício de 2015.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Ficam retificados os artigos 3º e 4º da Lei 2.754 de 17 de dezembro de 2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

“[...]

Art.3º O Chefe do Poder Executivo do Município fica autorizado a colocar à disposição da APAE, durante o exercício de 2015, mediante convênio, com encargos para a Municipalidade, 01 (um) professor da rede de ensino público municipal, com carga horária de 40 horas semanais ou 02 (dois) professores da rede de ensino público municipal, com carga horária de 20 horas semanais cada e 02 (dois) servidores ocupantes do cargo de Auxiliar Operacional, com carga horária de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com a seguinte dotação:

[...]

Art.4º Fica autorizado ao Chefe do Poder Executivo Municipal, a fornecer à APAE, durante o exercício de 2015, merenda escolar no valor de até R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) e material didático no valor de até R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais), pelo mesmo procedimento praticado com os estabelecimentos de ensino próprios.

[...]”

Art.2º Ficam ratificados todos os demais termos da Lei 2.754 de 17 de dezembro de 2014.

Art.3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos à 1º de janeiro de 2015.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº FCT-048, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA Nº FCT-048, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Autoriza a contratação temporária de excepcional interesse público para a Fundação Cultural de Timbó.

O Diretor Presidente da FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13 da LC nº 171/2000, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no 2º da Lei Complementar nº 290, de 03/10/2005 e alterações, e Lei Complementar nº 356, de 29/08/2008, ou seja, na manutenção das atividades da Fundação Cultural de Timbó, conforme Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013, nº 3320, de 07/11/2013, nº 3506, de 13/06/2014 e nº 3679, de 1º de dezembro de 2014,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE a servidora abaixo identificada:

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ-FCT				
Cargo: Auxiliar de Operacional I Referencia Salarial: SG-08				
Nome	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Jaqueline Hoffmann (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov. em Conc.Público/Proc.Seletivo)	15/04/89	081.721.529-81	44h	02/02/2015 a 30/04/2015

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de fevereiro de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

JORGE R. FERREIRA

DIRETOR PRESIDENTE FCT

PORTARIA Nº FCT-050, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA Nº FCT-050, de 20 de FEVEREIRO de 2015

Concede exoneração ao Servidor Público Rodrigo Marcel Reibnitz, ocupante do cargo de emprego público de Auxiliar do Arquivo Público, a contar desta data.

O Diretor Presidente da FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13 da LC nº 171/2000, e alterações, c/c art. 7º, inciso II, da Lei Complementar nº 356, de 29 de agosto de 2008, alterada pela Lei Complementar nº 379, de 22/12/2009,

RESOLVE:

Art.1º **CONCEDER EXONERAÇÃO** ao Servidor Público RODRIGO MARCEL REIBNITZ, ocupante do cargo de emprego público de Auxiliar do Arquivo Público, admitido pela Portaria nº 41, de 22 de setembro de 2014, do quadro de Servidores Públicos da Fundação Cultural de Timbó, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de fevereiro de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

JORGE R FERREIRA

DIRETOR PRESIDENTE FCT

PORTARIA Nº FCT-49, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA Nº FCT-49, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidor lotado na Fundação Cultural de Timbó-FCT.

O DIRETOR PRESIDENTE da Fundação Cultural de Timbó-FCT, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 171/2000, Lei nº 2.024, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2.439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320, de 07 de novembro de 2013, nº 3506, de 13 de junho de 2014 e nº 3679, de 1º de dezembro de 2014,

RESOLVE:

Art.1º **ALTERAR** a Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidor abaixo relacionado:

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Irineu Ramos de Andrade	FCT-45 de 17.12.2014	02/03/2015

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de fevereiro de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

JORGE R. FERREIRA

Diretor Presidente FCT

PORTARIA Nº SEMFA-D0969 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº SEMFA-D0969 de 02 de Fevereiro de 2015.

Concede Licença a Gestante à servidora Siliane Maria Erban.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 176 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, e artigos 26 e 27 da Lei Complementar nº 411, de 23 de dezembro de 2.011;

RESOLVE:

Art. 1º - Concede Licença a Gestante à servidora SILIANE MARIA ERBANO, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por cento e vinte (120) dias, a contar de 02 de Fevereiro de 2015 (período 02/02 a 01/06/2015), conforme Processo RH15-0010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Fevereiro de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária da Fazenda e Administração.

PORTARIA Nº SEMFA-D0970 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº SEMFA-D0970 de 02 de Fevereiro de 2015.

Concede Prorrogação da Licença Maternidade à servidora Siliane Maria Erban.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 2º da Lei nº 2559, de 09 de março de 2012:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Prorrogação de 60 dias da Licença Maternidade à servidora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Nº Portaria que concedeu Licença à gestante	Data de término
Siliane Maria Erban	SEMFA-D0969 de 02.02.2015	31.07.2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Fevereiro de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-D0972 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº SEMFA-D0972 de 05 de Fevereiro de 2015.

Concede Licença por Acidente em Serviço a servidora Ruth Withoft Hodecker.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 179 e 180 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pela Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Por Acidente em Serviço a servidora RUTH WITHOF HODECKER, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por quarenta e nove (67) dias, a contar de 23.02 a 30.04.2015, conforme Processo RH15-0011;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 24.01 à 22.02.2015 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 23.02 à 30.04.2015 (67 dias).

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de Fevereiro de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-D0978, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA Nº SEMFA-D0978, de 23 de Fevereiro de 2015

Concede Licença Prêmio a servidora Neusi Crista Ewald.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo a servidora NEUSI CRISTA EWALD, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 20.11.2009 a 19.11.2014, por trinta dias (01.07 à 30.07.2015), conforme Processo RH15-0013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de Fevereiro de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D0971 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA NºSEMFA-D0971 de 04 de Fevereiro de 2015.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Evandro César Sardagna.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor EVANDRO CESAR SARDAGNA, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, conforme Processo RH14-0029;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 20.01 à 18.02.2015 (30 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 19.02 à 22.02.2015 (04 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de Fevereiro de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D0973, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA NºSEMFA-D0973, de 09 de Fevereiro de 2015.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Noeli Henkes.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora NOELI HENKES, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 10.02.2015 à 10.05.2015, por noventa (90) dias, conforme Processo RH14-0188;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 09 de Fevereiro de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D0974 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA NºSEMFA-D0974 de 12 de Fevereiro de 2015.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora Raquel Rufino.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde a servidora RAQUEL RUFINO, ocupante do cargo de Auxiliar de Recreação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo RH15-0012;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 22.01 à 26.01.2015 (05 dias); 27.01 à 13.02.2015 (18 dias); 14.02 à 20.02.2015 (07 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 21.02 à 28.02.2015 (08 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de Fevereiro de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D0975 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA NºSEMFA-D0975 de 16 de Fevereiro de 2015.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Ana Carolina Jurk Tomelin.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora ANA CAROLINA JURK TOMELIN, ocupante do cargo de Secretária de Escola, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 17.02.2015 a 24.08.2015, por cento e oitenta e

nove (189) dias, conforme Processo RH14-0186;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de Fevereiro de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D0976, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA NºSEMFA-D0976, de 16 de Fevereiro de 2015.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Deyse Aparecida Londres.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora DEYSE APARECIDA LONDRES, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 17.02.2015 a 28.02.2015, por doze (12) dias, conforme Processo RH14-0166;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de Fevereiro de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D0977, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA NºSEMFA-D0977, de 20 de Fevereiro de 2015.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Airton Dalpiaz.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor AIRTON DALPIAZ, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, a contar de 03.02.2015 à 20.02.2015, por dezoito (18) dias, conforme Processo RH11-0364;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de Fevereiro de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D0979, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA NºSEMFA-D0979, de 25 de Fevereiro de 2015.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Ivo José Mees.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor IVO JOSÉ MEES, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 26.02.2015 a 30.03.2015, por Trinta e três (33) dias, conforme Processo RH12-0124;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de Fevereiro de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D0980, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA NºSEMFA-D0980, de 25 de Fevereiro de 2015.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Marluce Francisca da Silva Arruda.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora MARLUCE FRANCISCA DA SILVA ARRUDA, ocupante do cargo de Atendente de Odontologia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 26.02.2015 à 30.03.2015, por Trinta e três (33) dias, conforme Processo RH12-0050;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de Fevereiro de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Tunápolis

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2015 PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

1. DO OBJETO

A presente Dispensa de Licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE 838,50 m², de nivelamento e polimento de concreto no Ginásio Municipal de Esportes.

Item	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço máximo Previsto R\$	Preço Total
1	1	global	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE 838,50 m ² , de nivelamento e polimento de concreto no Ginásio Municipal de Esportes.	6.000,00	6.000,00
			Total Geral		6.000,00

2. DA JUSTIFICATIVA

Administração optou pela Dispensa de licitação, após análise, por tratar-se de hipótese de Dispensa, nos termos do art. 24, II, da Lei n.º 8.666/93, posto ser o valor estimado para tal contratação inferior ao limite consignado no artigo.

[...]

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo anterior e para alienação nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez.

Fundamentado na legislação e considerando necessidade, o município visa garantir o bem e atender aos interesses municipais, culturais, esportivos e sociais, dentro da legalidade imposta ao caso, adotando a Dispensa de Licitação para realização do objeto.

Vianeí Luis Hammerschmitt

Secretário Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Responsável por esse anexo

Rubem Both

Presidente da Comissão Municipal dos Esportes

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

3. DO FORNECEDOR

LENOIR CECCON

ENDEREÇO: Rua SÃO PAULO, SN CASA

MUNICÍPIO: IPORÃ DO OESTE - SC CEP: 89.899-000

CNPJ: 14.898.163/00001-48

4. RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

A empresa supracitada foi escolhida pelo menor preço após comparativo de preço entre empresa do mesmo ramo de atividade. Considera-se empresa legalmente constituída.

5. JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

O preço ajustado para a contratação condiz com o praticado no mercado regional. O valor ajustado pela contratação é de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (7) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do de ano de 2015.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

7. DO REGIME DE EXECUÇÃO

Os serviços serão prestados sob o regime de execução indireta por preço unitário. Os exercícios de ginástica laboral serão realizados dois dias por semana, às segundas, quartas, no horário a ser definido pela Administração com aulas de 15 (quinze) minutos cada, na Prefeitura Municipal.

Os horários e dias estabelecidos para prestação dos serviços poderão ser alterados, de acordo com as necessidades da Administração.

8. ENCAMINHAMENTO

Exmo Sr.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Encaminhamos a Vossa Excelência para ratificação, o Processo de Dispensa de Licitação nº 03/2015, para o qual solicitamos a possibilidade de viabilizá-lo, com a expedição do Termo de Ratificação do Processo.
Salientamos que o referido Processo de Dispensa tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de ginástica laboral.

Tunápolis - SC, 26 de março de 2015.
Sheila Inês Bieger
Responsável pelo Setor de Compras

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2015
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

9. DO DESPACHO

Tendo em vista as exposições motivadas neste documento e levando-se em consideração o alto e relevante interesse público municipal e social em questão, com base no inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93, ratifico este Processo de Dispensa e autorizo a efetiva realização da despesa conforme fundamentado nos atos acima invocados. Publique-se de acordo com o artigo 26, da Lei nº 8.666/93.

Tunápolis - SC, 26 de março de 2015.
Enoi Scherer
Prefeito Municipal

9. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Fica homologado e Adjudicado o presente processo de dispensa de Licitação em favor da Empresa J LENOIR CECCON estabelecida na Rua São Paulo, S/N casa, no município de Iporã do Oeste/SC.

Assim, por consequência, determino a elaboração de autorização de fornecimento, com subsequente empenho, nos moldes deste documento, depois de cumpridas todas as exigências impostas pela Lei nº 8.666/93 para a efetivação do mesmo.

Tunápolis - SC, 26 de março de 2015.

Enoi Scherer	Marcos André Bonamigo
Prefeito Municipal	Assessora Jurídica OAB/SC-21.991

MODALIDADE INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2015 PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

MODALIDADE INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2015
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

1. DO OBJETO

A presente inexibilidade de licitação tem por objeto a aquisição óleo lubrificante ambra, destinado para a máquina Motoniveladora 170-b do DMER.

Item	Qtd.	unid	Especificações do Objeto	Preço Unit	Preço total R\$
1	8	balde	Óleo lubrificante AMBRA TRX20W40 APIGLS	395,00	3.160,00
			TOTAL GERAL		3.160,00

2. DA JUSTIFICATIVA

As máquinas necessitam de cuidados especiais para cumprirem, adequadamente, as suas funções, visto que seus mecanismos são bastante solicitados e encontram-se expostos a situações muito adversas. Portanto, fazer-se necessário a aquisição deste óleo para manutenção preventiva, fatores estes que, são determinantes no melhor rendimento da máquina, considerando que esta Máquina Motoniveladora 170-B é necessária para atender a necessidade do Município na continuidade na prestação dos serviços do DMER.

Tunápolis - SC, 27 de março de 2015
Adriano Gassen
Secretário Municipal do DMER

MODALIDADE INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2013
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

3. DO FORNECEDOR.

SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ: 06.224.121.0010-94
Rua Arlindo de Nes, 2241 Bairro Belvedere
CEP: 89.810.460 Chapecó/SC

4. DO VALOR CONTRATADO E DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO.

O valor contrato é R\$ 3.160,00 (três mil cento e sessenta reais).
O preço ajustado para a contratação condiz com o praticado no mercado regional.

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (98) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do de ano de 2015.

Tunápolis - SC, 27 de março de 2015
Sheila Inês Bieger Eidt
Responsável pelo Setor de Compras

MODALIDADE INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2015
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

8. ENCAMINHAMENTO.

Exmo Sr.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Encaminhamos a Vossa Excelência para ratificação, o Processo de inexibilidade de Licitação nº 03/2015, para o qual solicitamos a possibilidade de viabilizá-lo, com a expedição do Termo de Ratificação do Processo.

Tunápolis - SC, 27 de março de 2015
Sheila Inês Bieger Eidt
Responsável pelo Setor de Compras.

MODALIDADE INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2015
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

9. DO DESPACHO.

Tendo em vista as exposições motivadas neste documento e levando-se em consideração o relevante interesse público municipal em questão, com base no Art. 25, inciso III, da Lei nº 8666/93, ratifico este processo de dispensa e autorizo a efetiva realização da despesa conforme fundamentado nos atos acima invocados. Publique-se de acordo com o artigo 26, da Lei nº 8.666/93.

Tunápolis - SC, 27 de março de 2015
Enoi Scherer
Prefeito Municipal

10. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO.

Fica homologado e Adjudicado o presente processo de inexibilidade de Licitação nº 03/2015, em favor de SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, estabelecida na Rua Arlindo de Nes, 2241 Bairro Belvedere, no Município de Chapecó /SC.

Assim, por consequência, determino a elaboração de autorização de fornecimento, com subsequente empenho, nos moldes deste documento, depois de cumpridas todas as exigências impostas pela Lei Federal nº. 8.666/93 para a efetivação do mesmo.

Tunápolis - SC, 27 de março de 2015

Enoi Scherer	Marcos Andre Bonamigo
Prefeito Municipal	Assessor Jurídico OAB/SC 21.991

Urussanga

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO N.92/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Contrato: 92/2015

Data de assinatura: 27/03/2015

Processo de Licitação: 01/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: TRANSPORTE E BORRACHARIA ALEXSANDRO E ELI-SANDRO LTDA ME

CNPJ/CPF: 08.117.797/0001-13

Objeto: prestação de serviço de transporte escolar municipal

Inclusão de novo veículo, com 110km/dia, R\$ 2,49/km

Valor global estimado: R\$ 50.123,70

Vargeão

PREFEITURA

LRF - ANEXO 14 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Município de Vargeão - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	14.985.000,00	
Previsão Atualizada		—	14.985.000,00	
Receitas Realizadas		2.397.814,09	2.397.814,09	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	55.408,98	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	14.985.000,00	
Créditos Adicionais		—	2.639.257,56	
Dotação Atualizada		—	17.624.257,56	
Despesas Empenhadas		5.931.856,14	5.931.856,14	
Despesas Liquidadas		1.605.155,23	1.605.155,23	
Superavit Orçamentário		—	792.658,86	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		5.931.856,14	5.931.856,14	
Despesas Liquidadas		1.605.155,23	1.605.155,23	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			13.785.145,87	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-10.000,00	-713.789,92	7.137,90
Resultado Primário		172.160,00	754.098,71	438,02
RESTOSA PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOSA PAGAR NÃO-PROCESSADOS	657.260,16	0,00	147.481,78	509.778,38
EXECUTIVO	657.260,16	0,00	147.481,78	509.778,38
RESTOSA PAGAR PROCESSADOS	361.246,83	0,00	154.194,46	207.052,37
EXECUTIVO	361.246,83	0,00	154.194,46	207.052,37
TOTAL:	1.018.506,99	0,00	301.676,24	716.830,75
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		443.909,74	25%	20,88
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		192.704,18	60%	58,21
Liquidadas		192.704,18		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		6.493,36	3.860.692,82	

Continua 1/2

Município de Vargeão - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	110,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		455.136,52	15,00	21,41
Liquidadas		455.136,52		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Vargeão, 23/03/2015

AMARILDO PAGLIA
ORDENADOR DA DESPESA

REINALDO VALENTINI
CONTADOR - CRC 027594

ROSECLER DE OLIVEIRA C
CONTROLADORA INTERNA

RREO - ANEXO 1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.985.000,00	14.985.000,00	2.397.814,09	16,00	2.397.814,09	16,00
RECEITAS CORRENTES	14.984.984,00	14.984.984,00	2.341.030,05	15,62	2.341.030,05	15,62
RECEITA TRIBUTÁRIA	627.486,00	627.486,00	44.763,45	7,13	44.763,45	7,13
IMPOSTOS	537.286,00	537.286,00	21.686,45	4,04	21.686,45	4,04
TAXAS	68.200,00	68.200,00	23.068,00	33,82	23.068,00	33,82
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	121.000,00	121.000,00	12.551,27	10,37	12.551,27	10,37
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	121.000,00	121.000,00	12.551,27	10,37	12.551,27	10,37
RECEITA PATRIMONIAL	132.840,00	132.840,00	41.159,51	30,98	41.159,51	30,98
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	132.840,00	132.840,00	41.159,51	30,98	41.159,51	30,98
RECEITA AGROPECUÁRIA	25.300,00	25.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	3.300,00	3.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	36.300,00	36.300,00	6.404,94	17,64	6.404,94	17,64
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.990.028,00	13.990.028,00	2.229.543,01	15,94	2.229.543,01	15,94
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	13.859.028,00	13.859.028,00	2.229.543,01	16,09	2.229.543,01	16,09
Transf. de Conv.	131.000,00	131.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	52.030,00	52.030,00	6.607,87	12,70	6.607,87	12,70
Multas e Juros de Mora	17.600,00	17.600,00	1.208,62	6,87	1.208,62	6,87
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	9.900,00	9.900,00	3.275,36	33,08	3.275,36	33,08
RECEITAS DIVERSAS	13.530,00	13.530,00	2.122,89	15,69	2.122,89	15,69
RECEITAS DE CAPITAL	16,00	16,00	56.784,04	900,25	56.784,04	900,25
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	16,00	16,00	56.784,04	900,25	56.784,04	900,25
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	16,00	16,00	56.784,04	900,25	56.784,04	900,25
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.985.000,00	14.985.000,00	2.397.814,09	16,00	2.397.814,09	16,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.985.000,00	14.985.000,00	2.397.814,09	16,00	2.397.814,09	16,00
DEFIÇIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	14.985.000,00	14.985.000,00	2.397.814,09	16,00	2.397.814,09	16,00
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	527.408,98	—	—	55.408,98	—
Superávit Financeiro	—	527.408,98	—	—	55.408,98	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.985.000,00	2.639.257,56	17.624.257,56	5.931.856,14	5.931.856,14	1.605.155,23	1.605.155,23	9,11
DESPESAS CORRENTES	13.679.662,40	55.408,98	13.735.071,38	4.217.309,81	4.217.309,81	1.598.661,87	1.598.661,87	11,64
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.111.714,40	55.408,98	7.167.123,38	1.341.542,53	1.341.542,53	923.455,15	923.455,15	12,88
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.562.948,00	0,00	6.562.948,00	2.875.767,28	2.875.767,28	675.206,72	675.206,72	10,29
DESPESAS DE CAPITAL	1.283.337,60	2.583.848,58	3.867.186,18	1.714.546,33	1.714.546,33	6.493,36	6.493,36	0,17
INVESTIMENTOS	981.337,60	2.583.848,58	3.565.186,18	1.669.546,33	1.669.546,33	3.894,00	3.894,00	0,11
INVERSOES FINANCEIRAS	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	300.000,00	0,00	300.000,00	45.000,00	45.000,00	2.599,36	2.599,36	0,87
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	22.000,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	14.985.000,00	2.639.257,56	17.624.257,56	5.931.856,14	5.931.856,14	1.605.155,23	1.605.155,23	9,11
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO ALIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	14.985.000,00	2.639.257,56	17.624.257,56	5.931.856,14	5.931.856,14	1.605.155,23	1.605.155,23	16.019.102,33
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	792.658,86	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	14.985.000,00	2.639.257,56	17.624.257,56	5.931.856,14	5.931.856,14	1.605.155,23	2.397.814,09	16.019.102,33

FONTE:
Vargão, 23/03/2015

AMARILDO PAGLIA ORDENADOR DA DESPESA	REINALDO VALENTINI CONTADOR - CRC 027594	ROSEGLER DE OLIVEIRA DE PRA CONTROLADORA INTERNA
---	---	---

RREO - ANEXO 11 - DEMONSTRATIVO A RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICATIVOS DE RECURSOS

Município de Vargeão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	110,00	0,00	0,00	110,00
Investimentos	110,00	0,00	0,00	110,00
TOTAL	110,00	0,00	0,00	110,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Vargeão, 23/03/2015

AMARILDO PAGLIA
ORDENADOR DA DESPESA

REINALDO VALENTINI
CONTADOR - CRC 027594

ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRA
CONTROLADORA INTERNA

RREO - ANEXO 12 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	549.386,00	549.386,00	23.939,42	4,36	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	154.000,00	154.000,00	0,00	0,00	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	33.000,00	33.000,00	7.811,91	23,67	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	212.786,00	212.786,00	13.883,54	6,52	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	137.500,00	137.500,00	0,00	0,00	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00	
Dívida Ativa dos Impostos	7.700,00	7.700,00	2.056,78	26,71	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	2.200,00	2.200,00	187,19	8,51	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	12.697.600,00	12.697.600,00	2.102.302,24	16,56	
Cota-Parte FPM	6.800.000,00	6.800.000,00	1.211.141,28	17,81	
Cota-Parte ITR	22.000,00	22.000,00	310,04	1,41	
Cota-Parte IPVA	380.000,00	380.000,00	35.739,61	9,41	
Cota-Parte ICMS	5.170.000,00	5.170.000,00	840.225,06	16,25	
Cota-Parte IPHExportação	72.600,00	72.600,00	14.886,25	20,50	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	253.000,00	253.000,00	0,00	0,00	
Outras	253.000,00	253.000,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	13.246.986,00	13.246.986,00	2.126.241,66	16,05	

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	873.948,00	873.948,00	122.399,36	14,01	
Provenientes da União	873.948,00	873.948,00	122.399,36	14,01	
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	2,00	2,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	6.050,00	6.050,00	973,60	16,09	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	880.000,00	880.000,00	123.372,96	14,02	

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	
DESPESAS CORRENTES	3.532.005,90	3.532.005,90	1.373.229,30	38,88	15,14
Pessoal e Encargos Sociais	1.888.257,90	1.888.257,90	262.473,06	13,90	13,61
Outras Despesas Correntes	1.643.748,00	1.643.748,00	1.110.756,24	67,57	16,91
DESPESAS DE CAPITAL	185.052,00	185.052,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	185.052,00	185.052,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	185.052,00	185.052,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	185.052,00	185.052,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.717.057,90	3.717.057,90	1.373.229,30	36,94	534.821,22	14,39
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	874.500,00	874.500,00	93.345,67	6,80	79.684,70	14,90
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	858.948,00	858.948,00	93.345,67	6,80	79.684,70	14,90
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	15.552,00	15.552,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	874.500,00	874.500,00	93.345,67	6,80	79.684,70	14,90
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.842.557,90	2.842.557,90	1.279.883,63	93,20	455.136,52	85,10
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						21,41
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]						136.200,27

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (I)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 26 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/total m)*100
Atenção Básica	3.673.007,90	3.673.007,90	1.373.229,30	100,00	534.821,22	100,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	14.300,00	14.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	13.750,00	13.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.717.057,90	3.717.057,90	1.373.229,30	100,00	534.821,22	100,00

FONTE:

¹Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶No último bimestre, será utilizada a fórmula $[M(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Vargão, 23/03/2015

AMARILDO PAGLIA ORDENADOR DA DESPESA	REINALDO VALENTINI CONTADOR - CRC 027/594	ROSECLER DE OLIVEIRA C CONTROLADORA INTERNA
---	--	--

RREO - ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SBFUNCTION

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SBFUNCTION
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SBFUNCTION	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.985.000,00	17.624.257,56	5.931.856,14	5.931.856,14	1.605.155,23	1.605.155,23	100,00	9,11
Legislativa	693.000,00	693.000,00	487.047,40	487.047,40	62.684,77	62.684,77	3,91	9,05
Ação Legislativa	693.000,00	693.000,00	487.047,40	487.047,40	62.684,77	62.684,77	3,91	9,05
Administração	2.127.000,00	2.127.000,00	725.117,47	725.117,47	257.388,67	257.388,67	16,04	12,10
Administração Geral	2.111.000,00	2.111.000,00	725.117,47	725.117,47	257.388,67	257.388,67	16,04	12,19
Administração Financeira	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	23.600,00	23.600,00	1.468,21	1.468,21	537,96	537,96	0,03	2,28
Policimento	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Civil	17.600,00	17.600,00	1.468,21	1.468,21	537,96	537,96	0,03	3,06
Assistência Social	605.000,00	605.000,00	128.034,76	128.034,76	42.902,09	42.902,09	2,67	7,09
Assistência ao Idoso	24.000,00	24.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	80.000,00	80.000,00	60.000,00	60.000,00	10.000,00	10.000,00	0,62	12,50
Assistência Comunitária	501.000,00	501.000,00	68.034,76	68.034,76	32.902,09	32.902,09	2,05	6,57
Saúde	3.856.478,90	3.856.478,90	1.387.623,00	1.387.623,00	549.214,92	549.214,92	34,22	14,24
Atenção Básica	3.673.007,90	3.673.007,90	1.373.229,30	1.373.229,30	534.821,22	534.821,22	33,32	14,56
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	14.300,00	14.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	13.750,00	13.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	133.420,00	133.420,00	14.393,70	14.393,70	14.393,70	14.393,70	0,90	10,79
Abastecimento	6.001,00	6.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	3.816.499,50	4.965.864,48	655.120,57	655.120,57	365.279,39	365.279,39	22,76	7,36
Ensino Fundamental	2.925.198,50	4.074.563,48	543.922,67	543.922,67	290.081,49	290.081,49	18,07	7,12
Ensino Médio	33.000,00	33.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	55.000,00	55.000,00	40.000,00	40.000,00	4.000,00	4.000,00	0,25	7,27
Educação Infantil	803.301,00	803.301,00	71.197,90	71.197,90	71.197,90	71.197,90	4,44	8,86
Cultura	69.500,00	69.500,00	28.600,00	28.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	69.500,00	69.500,00	28.600,00	28.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	514.545,60	2.004.438,18	1.917.796,07	1.917.796,07	30.160,09	30.160,09	1,88	1,50
Infra-Estrutura Urbana	155.965,60	1.645.858,18	1.607.966,07	1.607.966,07	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Urbanos	352.220,00	352.220,00	309.800,00	309.800,00	30.160,09	30.160,09	1,88	8,56
Transporte Rodoviário	6.360,00	6.360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação	51.001,00	51.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural	51.001,00	51.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.985.000,00	17.624.257,56	5.931.856,14	5.931.856,14	1.605.155,23	1.605.155,23	100,00	9,11
Saneamento	11.001,00	11.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	11.001,00	11.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	483.001,00	483.001,00	85.100,41	85.100,41	43.107,21	43.107,21	2,69	8,92
Promoção da Produção Vegetal	30.001,00	30.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	453.000,00	453.000,00	85.100,41	85.100,41	43.107,21	43.107,21	2,69	9,52
Indústria	64.000,00	64.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	64.000,00	64.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	1.829.873,00	1.829.873,00	286.532,31	286.532,31	181.524,45	181.524,45	11,31	9,92
Transporte Rodoviário	1.829.873,00	1.829.873,00	286.532,31	286.532,31	181.524,45	181.524,45	11,31	9,92
Desporto e Lazer	57.500,00	57.500,00	4.400,00	4.400,00	1.400,00	1.400,00	0,09	2,43
Desporto Comunitário	57.500,00	57.500,00	4.400,00	4.400,00	1.400,00	1.400,00	0,09	2,43
Encargos Especiais	750.000,00	750.000,00	225.015,94	225.015,94	70.955,68	70.955,68	4,42	9,46
Outros Encargos Especiais	750.000,00	750.000,00	225.015,94	225.015,94	70.955,68	70.955,68	4,42	9,46
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II)	14.985.000,00	17.624.257,56	5.931.856,14	5.931.856,14	1.605.155,23	1.605.155,23	100,00	9,11

FONTE:

Vargão, 23/03/2015

AMARILDO PAGLIA
ORDENADOR DA DESPESAREINALDO VALENTINI
CONTADOR - CRC 027594ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRA
CONTROLADORA INTERNA

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO - ANEXO 5 - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	190.365,92	190.365,92	145.365,92
DEDUÇÕES (II)	2.452.701,24	2.452.701,24	3.121.491,16
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.810.660,88	2.810.660,88	3.553.154,85
Demais Haveres Financeiros	3.287,19	3.287,19	3.287,19
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	361.246,83	361.246,83	434.950,88
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.262.335,32	-2.262.335,32	-2.976.125,24
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.262.335,32	-2.262.335,32	-2.976.125,24

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2015 (C - A)
VALOR	-713.789,92	-713.789,92

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-10.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Vargão, 23/03/2015

AMARILDO PAGLIA
ORDENADOR DA DESPESA

REINALDO VALENTINI
CONTADOR - CRC 027594

ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRA
CONTROLADORA INTERNA

RREO - ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	14.852.144,00	2.299.870,54	2.299.870,54	2.305.186,15
Receita Tributária	627.486,00	44.763,45	44.763,45	39.650,46
I.P.T.U.	154.000,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	212.786,00	13.883,54	13.883,54	15.551,51
I.T.B.I.	33.000,00	7.811,91	7.811,91	10.056,58
I.R.R.F.	137.500,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	90.200,00	23.068,00	23.068,00	14.042,37
Receita de Contribuição	121.000,00	12.551,27	12.551,27	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	121.000,00	12.551,27	12.551,27	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	132.840,00	41.159,51	41.159,51	49.463,62
(-) Aplicações Financeiras	132.840,00	41.159,51	41.159,51	49.463,62
Transferências Correntes	13.990.028,00	2.229.543,01	2.229.543,01	2.236.872,75
F.P.M.	5.440.000,00	968.913,09	968.913,09	984.019,48
I.C.M.S.	4.136.000,00	670.955,23	670.955,23	637.078,99
Convênios	131.000,00	0,00	0,00	20.400,00
Outras Transferências Correntes	4.283.028,00	589.674,69	589.674,69	595.374,28
Demais Receitas Correntes	113.630,00	13.012,81	13.012,81	28.662,94
Dívida Ativa	9.900,00	3.275,36	3.275,36	2.193,15
Diversas Receitas Correntes	103.730,00	9.737,45	9.737,45	26.469,79
RECEITAS DE CAPITAL (II)	16,00	56.784,04	56.784,04	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	16,00	56.784,04	56.784,04	0,00
Convênios	16,00	56.784,04	56.784,04	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	16,00	56.784,04	56.784,04	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	14.852.160,00	2.356.654,58	2.356.654,58	2.305.186,15
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	13.735.071,38	1.598.661,87	1.598.661,87	1.361.617,78
Pessoal e Encargos Sociais	7.167.123,38	923.455,15	923.455,15	822.140,35
Juros e Encargos da Dívida (IX)	5.000,00	0,00	0,00	427,83
Outras Despesas Correntes	6.562.948,00	675.206,72	675.206,72	539.049,60
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	13.730.071,38	1.598.661,87	1.598.661,87	1.361.189,95
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.867.186,18	6.493,36	6.493,36	25.208,91
Investimentos	3.565.186,18	3.894,00	3.894,00	4.190,00
Inversões Financeiras	2.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	2.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	300.000,00	2.599,36	2.599,36	21.018,91
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.567.186,18	3.894,00	3.894,00	4.190,00

Município de Vargeão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	22.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	17.319.257,56	1.602.555,87	1.602.555,87	1.365.379,95
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.467.097,56	754.098,71	754.098,71	939.806,20
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				172.160,00

FONTE:

Vargeão, 23/03/2015

AMARILDO PAGLIA
ORDENADOR DA DESPESA

REINALDO VALENTINI
CONTADOR - CRC 027594

ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRA
CONTROLADORA INTERNA

RREO - ANEXO 7 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO • FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em 31 de Dezembro de 2014					Em 31 de Dezembro de 2014				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA										
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	275.592,60	154.194,46	-	207.052,37	3.800,00	653.460,16	208.553,02	147.481,78	-	509.778,38
GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO	0,00	154.194,46	0,00	207.052,37	3.800,00	653.460,16	208.553,02	147.481,78	0,00	509.778,38
SECRETARIA M. DA AGRICULTURA, IND. COM. TUF	0,00	24.779,03	0,00	250,00	0,00	15.407,58	1.360,94	1.360,94	0,00	14.046,64
SECRETARIA M. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	3.291,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA M. DE EDUCAÇÃO	0,00	3.592,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA M. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANO	112.632,98	0,00	0,00	0,00	0,00	24.974,49	24.282,13	24.282,13	0,00	712,36
SECRETARIA M. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANO	162.859,62	121.018,90	0,00	45.354,80	3.800,00	84.587,65	31.011,00	31.011,00	0,00	57.356,65
		1.512,05	0,00	161.447,57	0,00	528.510,44	15.198,95	90.847,71	0,00	437.682,73
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
TOTAL (III) = (I + II):	275.592,60	154.194,46	0,00	207.052,37	3.800,00	653.460,16	208.553,02	147.481,78	0,00	509.778,38

Fonte:

FONTE:

Vargão, 23/03/2015

AMARILDO PAGLIA
ORDENADOR DA DESPESA

REINALDO VALENTINI
CONTADOR - CRC 027/594

ROSECLER DE OLIVEIRA DE FRA
CONTROLOADOR INTERNA

RREO - ANEXO 8 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	549.386,00	549.386,00	23.939,42	23.939,42	4,36
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	165.000,00	165.000,00	2.243,97	2.243,97	1,36
1.1.1- IPTU	154.000,00	154.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	6.600,00	6.600,00	2.056,78	2.056,78	31,16
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	2.200,00	2.200,00	187,19	187,19	8,51
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	33.000,00	33.000,00	7.811,91	7.811,91	23,67
1.2.1- ITBI	33.000,00	33.000,00	7.811,91	7.811,91	23,67
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	213.886,00	213.886,00	13.883,54	13.883,54	6,49
1.3.1- ISS	212.786,00	212.786,00	13.883,54	13.883,54	6,52
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	137.500,00	137.500,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1- IRRF	137.500,00	137.500,00	0,00	0,00	0,00
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	12.471.000,00	12.471.000,00	2.102.302,24	2.102.302,24	16,86
2.1- Cota-Parte FPM	6.800.000,00	6.800.000,00	1.211.141,28	1.211.141,28	17,81
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.800.000,00	6.800.000,00	1.211.141,28	1.211.141,28	17,81
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.170.000,00	5.170.000,00	840.225,06	840.225,06	16,25
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996	26.400,00	26.400,00	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	72.600,00	72.600,00	14.886,25	14.886,25	20,50
2.5- Cota-Parte ITR	22.000,00	22.000,00	310,04	310,04	1,41
2.6- Cota-Parte IPVA	380.000,00	380.000,00	35.739,61	35.739,61	9,41
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	13.020.386,00	13.020.386,00	2.126.241,66	2.126.241,66	16,33
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	353.320,00	353.320,00	73.481,08	73.481,08	20,80
5.1- Transferências do Salário-Educação	220.000,00	220.000,00	66.478,78	66.478,78	30,22
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	68.200,00	68.200,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - FNATE	63.800,00	63.800,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	1.320,00	1.320,00	7.002,30	7.002,30	530,48
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	99.003,00	99.003,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	99.003,00	99.003,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	257.400,00	257.400,00	1.384,59	1.384,59	0,54
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	709.723,00	709.723,00	74.865,67	74.865,67	10,55
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.494.200,00	2.494.200,00	421.985,35	421.985,35	16,92
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.360.000,00	1.360.000,00	242.228,19	242.228,19	17,81
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.034.000,00	1.034.000,00	169.269,83	169.269,83	16,37
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	5.280,00	5.280,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	14.520,00	14.520,00	2.977,24	2.977,24	20,50
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	4.400,00	4.400,00	62,00	62,00	1,41
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	76.000,00	76.000,00	7.448,09	7.448,09	9,80
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.106.600,00	2.106.600,00	331.078,10	331.078,10	15,72
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.100.000,00	2.100.000,00	329.302,03	329.302,03	15,68
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	6.600,00	6.600,00	1.776,07	1.776,07	26,91
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-394.200,00	-394.200,00	-92.683,32	-92.683,32	23,51
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.683.960,00	1.683.960,00	192.704,18	192.704,18	11,44
13.1- Com Educação Infantil	316.000,00	316.000,00	66.467,90	66.467,90	21,03
13.2- Com Ensino Fundamental	1.367.960,00	1.367.960,00	126.236,28	126.236,28	9,23
14- OUTRAS DESPESAS	422.640,00	478.048,98	80.433,60	80.433,60	16,83
14.1- Com Educação Infantil	88.000,00	88.000,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	334.640,00	390.048,98	80.433,60	80.433,60	20,62
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.108.600,00	2.162.008,98	273.137,78	273.137,78	12,83
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					273.137,78
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					58,21
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					24,29
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					17,50
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	3.255.096,50	3.255.096,50	531.560,42	531.560,42	16,33
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	794.500,00	794.500,00	66.467,90	66.467,90	8,37
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.548.996,50	2.604.405,48	286.534,59	286.534,59	11,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.702.600,00	1.758.008,98	206.669,88	206.669,88	11,76
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	846.396,50	846.396,50	79.864,71	79.864,71	9,44
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.343.496,50	3.398.905,48	353.002,49	353.002,49	10,39
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-92.683,32
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					1.776,07
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-90.907,25
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					443.909,74
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					20,88
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	220.550,00	220.550,00	3.546,90	3.546,90	1,61
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	385.873,00	1.407.829,00	23.123,70	23.123,70	1,64
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	606.423,00	1.628.379,00	26.670,60	26.670,60	1,64
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.949.919,50	5.027.284,48	379.673,09	379.673,09	7,55

MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		55.408,98	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		329.302,03	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		225.629,41	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		225.629,41	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.776,07	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		160.857,67	0,00

Vargão, 23/03/2015

AMARILDO PAGLIA
ORDENADOR DA DESPESA

REINALDO VALENTINI
CONTADOR - CRC 027594

ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRA
CONTROLADORA INTERNA

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional"

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

RREO - ANEXO 9 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

Município de Vargem - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	3.867.186,18	6.493,36	0,00	3.860.692,82
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	3.867.186,18	6.493,36	0,00	3.860.692,82
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-3.867.186,18	-6.493,36		-3.860.692,82

FONTE:

Vargem, 23/03/2015

AMARILDO PAGLIA
ORDENADOR DA DESPESA

REINALDO VALENTINI
CONTADOR - CRC 027594

ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRA
CONTROLADORA INTERNA

RREO -ANEXO 3 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA

Município de Vargemão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015	R\$ 1,00
				Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	TOTAL (ULT. 12 MESES)		
RECEITAS CORRENTES (I)				1.156.294,01	1.350.300,23	1.458.318,25	1.247.453,41	1.159.201,91	1.240.370,66	1.197.190,07	1.260.435,48	1.359.790,05	1.814.240,94	1.461.263,72	1.301.721,68	16.006.600,41	17.478.184,00
RECEITA TRIBUTÁRIA				14.269,58	10.471,17	119.841,19	57.794,18	21.573,39	93.343,87	35.312,89	18.176,07	22.145,81	150.553,81	25.714,10	596.475,38	627.486,00	627.486,00
Imp.Trib.				0,00	0,00	88.789,29	7.573,21	5.507,65	57.915,47	845,98	246,36	163,35	4.474,74	513,39	166.497,05	154.000,00	
Imp.R.F.				0,00	0,00	0,00	38.469,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	122.144,98	0,00	161.674,54	137.500,00	
I.S.S.				6.201,86	5.971,17	4.743,96	7.176,25	12.897,19	27.355,51	8.654,41	10.630,25	11.243,05	14.685,92	4.870,02	9.013,52	123.233,11	212.786,00
I.T.B.I.				8.097,72	3.000,00	24.906,01	2.281,40	200,00	2.835,00	5.220,96	4.886,40	3.081,00	9.338,07	4.781,91	3.030,00	71.658,47	33.000,00
Outras Receitas Tributárias				0,00	1.500,00	221,93	1.293,96	3.568,52	5.237,89	20.590,54	2.423,06	7.658,41	7.910,10	8.884,03	14.183,97	73.472,41	90.200,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES				0,00	0,00	9.331,27	9.934,57	8.122,66	48.155,69	0,00	0,00	12.143,98	11.849,49	12.551,27	0,00	112.088,93	121.000,00
RECEITA PATRIMONIAL				24.338,34	35.353,19	53.277,62	17.512,42	27.461,49	49.760,27	19.137,91	18.469,42	20.376,31	40.791,08	23.596,72	17.592,79	228.117,02	132.840,00
RECEITA AGRICULTUÁRIA				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.055,93	5.175,19	11.807,18	23.076,49	0,00	48.115,69	25.300,00
RECEITA INDUSTRIAL				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS				3.655,60	748,27	0,00	10.450,71	5.590,73	9.348,18	0,00	707,29	100,22	11.136,28	6.404,94	0,00	46.542,22	36.300,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				1.100.257,52	1.156.298,23	1.268.294,44	1.147.671,62	1.092.351,02	1.316.039,84	1.129.705,78	1.216.601,38	1.273.233,83	1.556.586,72	1.396.328,52	1.253.199,84	14.906.788,74	16.484.226,00
Cota-Parte do FPM.				376.793,29	445.248,72	573.089,30	429.776,99	389.126,63	448.426,05	383.002,94	371.503,84	491.732,86	540.132,51	596.335,67	611.895,61	5.660.067,41	6.800.000,00
Cota-Parte do ICMS.				384.028,23	390.361,78	398.026,16	395.051,60	398.026,16	396.069,87	413.963,47	428.627,81	470.906,27	461.243,31	441.153,02	396.662,04	4.931.533,60	5.170.000,00
Cota-Parte do IRPVA.				36.535,92	32.483,18	55.020,38	40.743,55	40.669,58	42.094,39	44.065,93	30.845,78	15.500,37	9.104,36	10.118,22	25.621,39	382.844,05	380.000,00
Cota-Parte do ITR.				26.953,77	0,00	183,39	93,58	0,00	-26.953,77	4.114,90	12.496,93	381,92	320,70	310,04	0,00	17.901,46	22.000,00
Outras Transferências Correntes				108.946,62	133.491,54	76.715,09	110.556,40	159.330,94	298.227,71	106.144,27	199.032,32	110.475,66	361.054,04	165.554,17	53.399,92	1.890.798,65	1.913.226,00
Transferências da LC 61/1989				5.051,78	5.975,40	6.430,83	10.176,52	6.252,82	6.445,26	6.085,34	6.465,46	7.453,72	9.333,43	5.552,82	82.497,97	72.800,00	72.800,00
Transferências da LC 87/1996				0,00	1.723,67	1.723,67	1.723,67	1.723,67	1.723,67	1.723,67	1.723,67	1.723,67	3.447,34	0,00	0,00	17.236,70	26.400,00
Transferências do FUNDEB				152.286,10	153.497,49	167.770,03	193.766,31	147.221,22	159.975,66	160.485,26	167.675,57	175.054,36	173.924,07	171.113,97	183.188,06	1.945.898,90	2.100.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES				13.732,97	147.429,37	7.773,73	3.888,91	3.272,65	-158.725,65	3.975,66	1.306,13	19.882,72	12.247,07	1.362,92	5.244,95	63.462,43	52.030,00
DEDUÇÕES (II)				162.502,88	173.887,42	205.408,76	178.966,08	157.173,33	176.957,66	172.615,28	170.035,27	197.557,39	204.335,12	213.657,17	206.328,18	2.221.454,54	2.494.200,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB				162.502,88	173.887,42	205.408,76	178.966,08	157.173,33	176.957,66	172.615,28	170.035,27	197.557,39	204.335,12	213.657,17	206.328,18	2.221.454,54	2.494.200,00
RECEITA CORRENTE LIQUIDA (III) = (I - II)				993.791,13	1.176.412,81	1.262.909,49	1.068.457,33	1.002.028,58	1.063.413,00	1.024.574,79	1.162.232,66	1.608.906,82	1.247.636,55	1.093.393,50	1.376.514,67	14.984.984,00	14.984.984,00
FONTE:																	

Vargemão, 23/03/2015

AMARILDO PAGLIA
ORDENADOR DA DESPESA

REINALDO VALENTINI
CONTADOR - CRC 027594

ROSELEUC DE OLIVEIRA DE PRA
CONTROLEDORA INTERNA

Vidal Ramos**PREFEITURA****EXTRATO PUBLICAÇÃO 3º ADITIVO CONTRATO**

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
Extrato Publicação 3º Aditivo Contrato
Contratante: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
Contratada: Diretoria Regional de Santa Catarina - Correios
Objeto: Prestação de Serviços postagem
Valor: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
Prefeito: Laercio da Cruz
Vidal Ramos, 18/01/2015

Videira**PREFEITURA****PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2015 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 39/2015 - PMV. 1. OBJETIVO: AQUISIÇÃO DE LÂMINAS PARA SUBSTITUIÇÃO NAS MOTONIVELADORAS DAS FROTAS 61, 65, 66, 170, 179 E 244. PELA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 23/04/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 27 de Março 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

RE-RATIFICAÇÃO DO RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TP Nº 04/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2015
RE-RATIFICAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NAS RUAS IVO LANG, ARARAS E PARTE DA ERNESTO FANTIN, OTTO A. MULLHBRANDT, FINAL DA RUA PREFEITO CÉSAR AUGUSTO FILHO E FINAL DA RUA SERGIPE E DA RUA PARÁ, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, com a RE-RATIFICAÇÃO do julgamento publicado no DOM/SC em 26/03/2015, restando INABILITADA a empresa Consest Pré-Moldados Ltda ME, HABILITADAS as empresas Palazzo Construtora Ltda ME e Concretos Farroupilha Ltda e HABILITADA COM RESSALVA a empresa Rodrigues e da Silva Ltda - ME. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 26 de março de 2015.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TP Nº 01/2015 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2015 - FMAS

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS E CHURRASQUEIRA NA CASA LAR, COM ÁREA DE 80,20 M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, restando HABILITADA a empresa Femaks Construtora e Incorporadora Ltda. Fica designada a data para abertura das propostas para o dia 10/04/2014, às 16:00 hrs, desde que não haja interposição de recursos.

Videira, 26 de Março de 2015.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TP Nº 05/2015 – PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2015 - PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (C.A.U.Q) DA RUA DOMINGOS LOCATELLI (ACESSO BALNEÁRIO XV) - ETAPA 2, CONFORME PROJETO EXECUTIVO, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, restando HABILITADAS as empresas LB Comércio de Serviços EIRELI ME, SETEP Construções S.A., Viga Pavimentações e Obras Ltda e Planaterra Terraplenagem e Pavimentação Ltda. Fica designada a data para abertura das propostas para o dia 13/04/2014, às 16:00 hrs, desde que não haja interposição de recursos.

Videira, 27 de Março de 2015.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015 - PMV

RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que fica ALTERADO o descritivo do item 01 - objeto do edital de Pregão Presencial nº 37/2015 - PMV, o qual tem por objetivo a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA E ASSESSORIA JURÍDICA) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL). Tendo em vista que a data de abertura do presente certame ocorreria no dia 09 de Abril do corrente ano às 09h00min, e que tais alterações implicam nas condições de participação das possíveis empresas interessadas e também no formulário proposta, fica re-marcada a data de abertura do certame para o dia 15 de Abril de 2015 às 14h00min, a qual atende ao disposto no art. 4º, inciso V da Lei nº 10.520/02. O Edital retificado está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min. Informações através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 27 de Março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

RREO - ANEXO 12_1 BIM 2015

Município de Videira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

R\$ 1,00						
RECETAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECETAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	17.025.000,00	17.025.000,00	2.215.518,94	13,01		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	4.200.000,00	4.200.000,00	292.091,73	6,95		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	2.000.000,00	2.000.000,00	303.796,61	15,19		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	7.800.000,00	7.800.000,00	1.280.213,35	16,41		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.125.000,00	2.125.000,00	179.713,77	8,46		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	75.000,00	75.000,00	7.344,54	9,79		
Dívida Ativa dos Impostos	485.000,00	485.000,00	101.183,56	20,86		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	340.000,00	340.000,00	51.175,38	15,05		
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	62.680.000,00	62.680.000,00	11.083.495,13	17,68		
Cota-Parte FPM	18.500.000,00	18.500.000,00	4.037.137,54	21,82		
Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	392,65	1,96		
Cota-Parte IPVA	6.200.000,00	6.200.000,00	745.293,47	12,02		
Cota-Parte ICMS	37.200.000,00	37.200.000,00	6.191.752,10	16,64		
Cota-Parte IPI-Exportação	580.000,00	580.000,00	108.919,37	18,78		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	79.705.000,00	79.705.000,00	13.299.014,07	16,69		
RECETAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECETAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)* 100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECETAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	17.987.821,00	18.670.762,35	7.799.059,93	41,77	2.575.571,38	13,79
	8.715.056,00	8.715.056,00	1.554.142,44	17,83	1.541.642,44	17,69
	9.272.765,00	9.955.706,35	6.244.917,49	62,73	1.033.928,94	10,39
DESPESAS DE CAPITAL	306.950,00	917.104,74	35.141,92	3,83	7.412,00	0,81
	306.950,00	917.104,74	35.141,92	3,83	7.412,00	0,81

Continua 1/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	306.950,00	917.104,74	35.141,92	3,83	7.412,00	0,81
Investimentos	306.950,00	917.104,74	35.141,92	3,83	7.412,00	0,81
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	18.294.771,00	19.587.867,09	7.834.201,85	40,00	2.582.983,38	13,19
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	5.140.321,00	5.731.417,09	2.508.488,34	32,02	529.219,59	20,49
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	5.140.321,00	5.553.597,27	2.508.488,34	32,02	529.219,59	20,49
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	177.819,82	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	5.140.321,00	5.731.417,09	2.508.488,34	32,02	529.219,59	20,49
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	13.154.450,00	13.856.450,00	5.325.713,51	67,98	2.053.763,79	79,51
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						15,44
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]⁶						58.911,68

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
Inscritos em 2014	225.772,04	100.522,59	125.249,45	0,00	
TOTAL	225.772,04	100.522,59	125.249,45	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º e 2º					
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00		
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
-	-		-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por subfunção)					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Bimestre (l)	% (l/Total j)*100	Até Bimestre (m) % (m/Total m)*100
Atenção Básica	10.765.610,00	11.597.997,20	3.431.795,21	43,81	1.428.185,43
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	6.644.226,00	6.876.226,00	4.179.519,76	53,35	1.034.197,51
Vigilância Sanitária	369.860,00	598.568,89	117.151,39	1,50	48.778,11
Vigilância Epidemiológica	515.075,00	515.075,00	105.735,49	1,35	71.822,33
TOTAL	18.294.771,00	19.587.867,09	7.834.201,85	100,00	2.582.983,38
			100,00		

FONTE:
1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
6 No último bimestre, será utilizada a fórmula [V/(h+i) - (15 x ilib)/100]

VIDEIRA, 12/03/2015

CRISTINA KLOCK Contadora CRC/SC 020534/O-0	ALEXANDRE GANASINI Secretário de Finanças	SANDRA BALDO Coordenadora Controle Interr
WILMAR CARELLI Prefeito Municipal		

RREO - ANEXO 13_1 BIM 2015

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

VIDEIRA, 12/03/2015

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

RREO - ANEXO 14_1 BIM 2015

Município de VIDEIRA - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	141.096.084,00	
Previsão Atualizada		—	141.096.084,00	
Receitas Realizadas		22.058.229,53	22.058.229,53	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	1.385.336,80	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	141.096.084,00	
Créditos Adicionais		—	7.461.982,88	
Dotação Atualizada		—	148.558.066,88	
Despesas Empenhadas		28.147.880,84	28.147.880,84	
Despesas Liquidadas		13.473.967,81	13.473.967,81	
Superavit Orçamentário		—	8.584.261,72	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		28.147.880,84	28.147.880,84	
Despesas Liquidadas		13.473.967,81	13.473.967,81	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			127.031.530,21	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		4.168.639,38	4.168.639,38	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		1.422.363,17	1.422.363,17	
Liquidadas		1.422.363,17	1.422.363,17	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		2.746.276,21	2.746.276,21	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		1.358.000,00	-3.732.262,46	-274,84
Resultado Primário		-7.947.359,48	6.016.147,47	-75,70
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	7.981.003,08	106.566,13	3.219.005,95	4.655.431,00
EXECUTIVO	7.366.018,84	106.566,13	3.080.737,84	4.178.714,87
LEGISLATIVO	12.385,15	0,00	1.057,66	11.327,49
EXECUTIVO	585.099,09	0,00	137.210,45	447.888,64
LEGISLATIVO	17.500,00	0,00	0,00	17.500,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	166.442,62	10,11	164.851,91	1.580,60
EXECUTIVO	156.764,88	0,00	155.184,28	1.580,60
LEGISLATIVO	8.859,84	10,11	8.849,73	0,00
EXECUTIVO	817,90	0,00	817,90	0,00
TOTAL:	8.147.445,70	106.576,24	3.383.857,86	4.657.011,60
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.286.128,47	25%	9,67
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.743.711,76	60%	52,11
Liquidadas		1.743.711,76		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	2.500.000,00	

Continua 1/2

Município de VIDEIRA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Despesa de Capital Líquida			542.084,03	22.466.660,18
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	31.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	2.000,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.053.763,79	15,00	15,44	
Liquidadas	2.053.763,79			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

VIDEIRA, 13/03/2015

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interi

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

RREO - ANEXO 1_1 BIM 2015

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	128.919.084,00	128.919.084,00	21.235.262,65	16,47	21.235.262,65	16,47
RECEITAS CORRENTES	117.802.355,20	117.802.355,20	21.131.470,33	17,94	21.131.470,33	17,94
RECEITA TRIBUTÁRIA	18.653.000,00	18.653.000,00	2.472.331,48	13,25	2.472.331,48	13,25
IMPOSTOS	16.125.000,00	16.125.000,00	2.055.815,46	12,75	2.055.815,46	12,75
TAXAS	2.378.000,00	2.378.000,00	402.556,36	16,93	402.556,36	16,93
Contribuição de Melhoria	150.000,00	150.000,00	13.959,66	9,31	13.959,66	9,31
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	5.282.000,00	5.282.000,00	675.718,81	12,79	675.718,81	12,79
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.982.000,00	3.982.000,00	344.881,00	8,66	344.881,00	8,66
Contrib p/Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.300.000,00	1.300.000,00	330.837,81	25,45	330.837,81	25,45
RECEITA PATRIMONIAL	12.292.759,48	12.292.759,48	3.733.340,00	30,37	3.733.340,00	30,37
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	92.900,00	92.900,00	14.796,49	15,93	14.796,49	15,93
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	12.166.359,48	12.166.359,48	3.708.942,97	30,49	3.708.942,97	30,49
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	25.000,00	25.000,00	9.401,70	37,61	9.401,70	37,61
Outras Receitas Patrimoniais	8.500,00	8.500,00	198,84	2,34	198,84	2,34
RECEITA DE SERVIÇOS	243.890,00	243.890,00	18.414,53	7,55	18.414,53	7,55
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	78.758.505,72	78.758.505,72	13.795.544,51	17,52	13.795.544,51	17,52
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	78.497.889,72	78.497.889,72	13.765.042,68	17,54	13.765.042,68	17,54
Transf. de Pessoas	27.000,00	27.000,00	10.000,00	37,04	10.000,00	37,04
Transf. de Conv.	233.616,00	233.616,00	20.501,83	8,78	20.501,83	8,78
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.572.200,00	2.572.200,00	436.121,00	16,96	436.121,00	16,96
Multas e Juros de Mora	1.031.800,00	1.031.800,00	165.422,82	16,03	165.422,82	16,03
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	685.000,00	685.000,00	89.076,93	13,00	89.076,93	13,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	725.000,00	725.000,00	167.436,99	23,09	167.436,99	23,09
RECEITAS DIVERSAS	130.400,00	130.400,00	14.184,26	10,88	14.184,26	10,88
RECEITAS DE CAPITAL	11.116.728,80	11.116.728,80	103.792,32	0,93	103.792,32	0,93
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS	31.000,00	31.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	26.000,00	26.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	200.000,00	200.000,00	39.044,81	19,52	39.044,81	19,52
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.385.728,80	8.385.728,80	64.747,51	0,77	64.747,51	0,77
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	485.728,80	485.728,80	61.822,51	12,73	61.822,51	12,73
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	7.900.000,00	7.900.000,00	2.925,00	0,04	2.925,00	0,04
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	12.177.000,00	12.177.000,00	822.966,88	6,76	822.966,88	6,76
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	12.177.000,00	12.177.000,00	822.966,88	6,76	822.966,88	6,76
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	12.177.000,00	12.177.000,00	822.966,88	6,76	822.966,88	6,76

Continua 1/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	12.177.000,00	12.177.000,00	822.966,88	6,76	822.966,88	6,76
Contribuição assistência médica	500.000,00	500.000,00	54.733,68	10,95	54.733,68	10,95
CONTRIBUICOES SOCIAIS - INTRA ORCAMENTARIA	11.677.000,00	11.677.000,00	768.233,20	6,58	768.233,20	6,58
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	141.096.084,00	141.096.084,00	22.058.229,53	15,63	22.058.229,53	15,63
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	141.096.084,00	141.096.084,00	22.058.229,53	15,63	22.058.229,53	15,63
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	141.096.084,00	141.096.084,00	22.058.229,53	15,63	22.058.229,53	15,63
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	6.025.371,27	—	—	1.385.336,80	—
Superávit Financeiro	—	6.025.371,27	—	—	1.385.336,80	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	135.649.804,00	142.897.527,82	27.257.955,13	27.257.955,13	115.639.572,69	12.584.042,10	12.584.042,10	130.313.485,72	11.466.849,28
DESPESAS CORRENTES	99.069.225,20	104.030.783,61	24.724.647,10	24.724.647,10	91.988.825,54	12.041.958,07	12.041.958,07	91.988.825,54	11.022.969,47
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	49.395.922,00	50.315.381,35	6.992.840,86	6.992.840,86	43.322.540,49	6.867.907,66	6.867.907,66	43.447.473,69	6.582.877,35
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4.750.000,00	4.750.000,00	774.495,79	774.495,79	3.975.504,21	774.495,79	774.495,79	3.975.504,21	402.061,55
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	44.913.303,20	48.965.402,26	16.957.310,45	16.957.310,45	32.008.091,81	4.399.554,62	4.399.554,62	44.565.847,64	4.038.030,57
DESPESAS DE CAPITAL	20.732.578,80	23.008.744,21	2.533.308,03	2.533.308,03	22.466.660,18	542.084,03	542.084,03	22.466.660,18	443.879,81
INVESTIMENTOS	18.532.078,80	20.808.244,21	2.127.930,29	2.127.930,29	18.680.313,92	136.706,29	136.706,29	20.671.537,92	126.350,49
INVERSOES FINANCEIRAS	500,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	2.200.000,00	2.200.000,00	405.377,74	405.377,74	1.794.622,26	405.377,74	405.377,74	1.794.622,26	317.529,32

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	
			(f)			(h)				(i) = (e-h)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
(d)	(e)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(i) = (e-h)	(j)				
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	135.649.804,00	142.897.527,82	27.257.955,13	27.257.955,13	115.639.572,69	12.584.042,10	12.584.042,10	130.313.485,72	11.466.849,28	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.708.000,00	15.708.000,00	0,00	0,00	15.708.000,00	0,00	0,00	15.708.000,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	5.446.280,00	5.660.539,06	889.925,71	889.925,71	4.770.613,35	889.925,71	889.925,71	4.770.613,35	431.490,61	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.446.280,00	5.660.539,06	889.925,71	889.925,71	4.770.613,35	889.925,71	889.925,71	4.770.613,35	431.490,61	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	141.096.084,00	148.558.066,88	28.147.880,84	28.147.880,84	120.410.186,04	13.473.967,81	13.473.967,81	148.558.066,88	11.898.339,89	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	141.096.084,00	148.558.066,88	28.147.880,84	28.147.880,84	120.410.186,04	13.473.967,81	13.473.967,81	148.558.066,88	11.898.339,89	
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	8.584.261,72	—	22.058.229,53	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	141.096.084,00	148.558.066,88	28.147.880,84	28.147.880,84	—	13.473.967,81	22.058.229,53	—	33.956.569,42	

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 2.716.607,31

FONTE:

VIDEIRA, 27/03/2015

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

RREO - ANEXO 2_1 BIM 2015

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")								
R\$ 1,00								
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	135.649.804,00	142.897.527,82	27.257.955,13	27.257.955,13	96,84	12.584.042,10	12.584.042,10	130.313.485,72
Legislativa	1.373.375,00	1.373.375,00	148.776,76	148.776,76	0,53	136.901,27	136.901,27	1.236.473,73
Ação Legislativa	1.373.375,00	1.373.375,00	148.776,76	148.776,76	0,53	136.901,27	136.901,27	1.236.473,73
Administração	8.789.070,00	8.810.584,59	2.282.501,30	2.282.501,30	8,11	1.248.981,45	1.248.981,45	7.561.583,14
Administração Geral	5.813.000,00	5.813.000,00	1.578.210,19	1.578.210,19	5,61	841.261,85	841.261,85	4.971.738,15
Administração Financeira	1.912.000,00	1.912.000,00	391.323,47	391.323,47	1,39	211.064,31	211.064,31	1.700.935,69
Controle Interno	105.000,00	105.000,00	16.854,81	16.854,81	0,06	16.494,88	16.494,88	88.505,12
Normalização e Fiscalização	694.070,00	715.584,59	143.267,79	143.267,79	0,51	137.947,98	137.947,98	577.616,61
Comunicação Social	265.000,00	265.000,00	152.845,04	152.845,04	0,54	42.212,43	42.212,43	222.787,57
Segurança Pública	897.500,00	1.187.876,10	104.191,95	104.191,95	0,37	24.948,99	24.948,99	1.162.927,11
Policimento	480.500,00	770.876,10	62.201,43	62.201,43	0,22	3.853,50	3.853,50	767.022,60
Defesa Civil	417.000,00	417.000,00	41.990,52	41.990,52	0,15	21.095,49	21.095,49	395.904,51
Assistência Social	4.144.978,00	4.700.407,21	835.021,47	835.021,47	2,97	419.765,95	419.765,95	4.280.641,26
Administração Geral	50.000,00	50.000,00	4.213,63	4.213,63	0,01	3.767,00	3.767,00	46.233,00
Assistência ao Idoso	95.745,00	95.745,00	80.000,00	80.000,00	0,28	14.600,00	14.600,00	81.145,00
Assistência ao Portador de Deficiência	88.410,00	88.410,00	82.000,00	82.000,00	0,29	7.268,10	7.268,10	81.141,90
Assistência à Criança e ao Adolescente	2.104.305,00	2.429.294,48	333.260,63	333.260,63	1,18	201.118,41	201.118,41	2.228.176,07
Assistência Comunitária	1.806.518,00	2.036.957,73	335.547,21	335.547,21	1,19	193.012,44	193.012,44	1.843.945,29
Previdência Social	9.222.000,00	9.222.000,00	1.772.219,23	1.772.219,23	6,30	1.446.935,38	1.446.935,38	7.775.064,62
Previdência do Regime Estatutário	9.222.000,00	9.222.000,00	1.772.219,23	1.772.219,23	6,30	1.446.935,38	1.446.935,38	7.775.064,62
Saúde	17.611.271,00	18.904.367,09	7.734.585,79	7.734.585,79	27,48	2.483.367,32	2.483.367,32	16.420.999,77
Atenção Básica	10.395.110,00	11.227.497,20	3.383.858,21	3.383.858,21	12,02	1.380.248,43	1.380.248,43	9.847.248,77
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	6.409.226,00	6.641.226,00	4.138.792,87	4.138.792,87	14,70	993.470,62	993.470,62	5.647.755,38
Vigilância Sanitária	329.860,00	558.588,89	110.986,53	110.986,53	0,39	42.613,25	42.613,25	515.955,64
Vigilância Epidemiológica	477.075,00	477.075,00	100.948,18	100.948,18	0,36	67.035,02	67.035,02	410.039,98
Educação	32.671.750,00	34.291.854,08	6.469.010,37	6.469.010,37	22,98	2.777.905,79	2.777.905,79	31.513.948,29
Administração Geral	3.025.000,00	3.305.000,00	411.304,69	411.304,69	1,46	344.865,38	344.865,38	2.960.134,62
Alimentação e Nutrição	500.000,00	505.637,80	49.794,48	49.794,48	0,18	5.359,55	5.359,55	500.278,25
Ensino Fundamental	14.397.250,00	14.578.299,37	3.424.427,38	3.424.427,38	12,17	866.369,91	866.369,91	13.711.929,46
Ensino Médio	21.000,00	21.000,00	1.000,00	1.000,00	0,00	141,54	141,54	20.858,46
Ensino Superior	971.000,00	971.000,00	446.415,36	446.415,36	1,59	0,00	0,00	971.000,00
Educação Infantil	13.757.500,00	14.910.916,91	2.136.068,46	2.136.068,46	7,59	1.561.169,41	1.561.169,41	13.349.747,50
Cultura	1.869.000,00	1.869.000,00	537.310,33	537.310,33	1,91	273.463,86	273.463,86	1.595.536,14
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	55.000,00	55.000,00	11.710,51	11.710,51	0,04	2.169,57	2.169,57	52.830,43
Difusão Cultural	734.000,00	734.000,00	250.995,01	250.995,01	0,89	89.431,02	89.431,02	644.568,98

Continua 1/4

Município de VIDEIRA - SC

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				% (b/Total b)			% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Cultura	135.649.804,00	142.897.527,82	27.257.955,13	96,84	115.639.572,69	12.584.042,10	93,40	130.313.485,72
Cultura	1.869.000,00	1.869.000,00	537.310,33	1,91	1.331.688,67	273.463,86	2,03	1.595.536,14
Turismo	1.080.000,00	1.080.000,00	274.604,81	0,98	805.395,19	181.863,27	1,35	898.136,73
Urbanismo	19.156.200,00	19.156.200,00	3.311.975,31	11,77	15.844.224,69	1.261.758,14	9,36	17.894.441,86
Infra-Estrutura Urbana	8.460.200,00	8.460.200,00	801.480,60	2,85	7.658.719,40	288.946,50	2,14	8.171.253,50
Serviços Urbanos	10.671.000,00	10.671.000,00	2.510.494,71	8,92	8.160.505,29	972.811,64	7,22	9.698.188,36
Extensão Rural	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00
Habitação	390.500,00	390.500,00	0,00	0,00	390.500,00	0,00	0,00	390.500,00
Habitação Urbana	390.500,00	390.500,00	0,00	0,00	390.500,00	0,00	0,00	390.500,00
Saneamento	592.500,00	592.500,00	20.544,22	0,07	571.955,78	20.544,22	0,15	571.955,78
Saneamento Básico Urbano	592.500,00	592.500,00	20.544,22	0,07	571.955,78	20.544,22	0,15	571.955,78
Gestão Ambiental	420.000,00	1.371.922,98	1.027.922,98	3,65	344.000,00	16.532,58	0,12	1.355.390,40
Preservação e Conservação Ambiental	420.000,00	1.371.922,98	1.027.922,98	3,65	344.000,00	16.532,58	0,12	1.355.390,40
Agricultura	3.445.000,00	3.445.000,00	582.998,68	2,07	2.862.001,32	375.487,60	2,79	3.069.512,40
Extensão Rural	3.445.000,00	3.445.000,00	582.998,68	2,07	2.862.001,32	375.487,60	2,79	3.069.512,40
Indústria	488.000,00	488.000,00	56.190,10	0,20	431.809,90	55.470,72	0,41	432.529,28
Administração Geral	278.000,00	278.000,00	56.190,10	0,20	221.809,90	55.470,72	0,41	222.529,28
Promoção Industrial	210.000,00	210.000,00	0,00	0,00	210.000,00	0,00	0,00	210.000,00
Transporte	5.200.000,00	5.200.000,00	0,00	0,00	5.200.000,00	0,00	0,00	5.200.000,00
Abastecimento	5.200.000,00	5.200.000,00	0,00	0,00	5.200.000,00	0,00	0,00	5.200.000,00
Desporto e Lazer	1.474.110,00	1.474.110,00	334.099,09	1,19	1.140.010,91	186.692,57	1,39	1.287.417,43
Desporto Comunitário	1.474.110,00	1.474.110,00	334.099,09	1,19	1.140.010,91	186.692,57	1,39	1.287.417,43
Encargos Especiais	12.046.550,00	14.561.850,77	2.040.607,55	7,25	12.521.243,22	1.855.286,26	13,77	12.706.564,51
Outras Transferências	250.050,00	265.350,77	135.200,00	0,48	130.150,77	34.350,77	0,25	231.000,00
Outros Encargos Especiais	11.796.500,00	14.296.500,00	1.905.407,55	6,77	12.391.092,45	1.820.935,49	13,51	12.475.564,51
Reserva de Contingência 1	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00
Outros Encargos Especiais	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	15.708.000,00	15.708.000,00	0,00	0,00	15.708.000,00	0,00	0,00	15.708.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Legislativa	5.446.280,00	5.660.539,06	889.925,71	3,16	4.770.613,35	889.925,71	6,60	4.770.613,35
Ação Legislativa	28.000,00	28.000,00	4.866,17	0,02	23.133,83	4.866,17	0,04	23.133,83
Administração	28.000,00	28.000,00	4.866,17	0,02	23.133,83	4.866,17	0,04	23.133,83
Administração Geral	698.600,00	698.600,00	104.837,77	0,37	593.762,23	104.837,77	0,78	593.762,23
Administração Financeira	435.600,00	435.600,00	60.488,95	0,21	375.111,05	60.488,95	0,45	375.111,05
Controle Interno	191.000,00	191.000,00	32.007,00	0,11	158.993,00	32.007,00	0,24	158.993,00
Controle Interno	11.000,00	11.000,00	1.719,56	0,01	9.280,44	1.719,56	0,01	9.280,44

Continua 2/4

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				(b/Total b)			(d/Total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		5.660.539,06	889.925,71	3,16	4.770.613,35	889.925,71	889.925,71	4.770.613,35
Administração	5.446.280,00	698.600,00	104.837,77	0,37	593.762,23	104.837,77	104.837,77	593.762,23
Normatização e Fiscalização	61.000,00	61.000,00	10.622,26	0,04	50.377,74	10.622,26	10.622,26	50.377,74
Assistência Social	262.300,00	262.300,00	26.476,48	0,09	235.823,52	26.476,48	26.476,48	235.823,52
Assistência à Criança e ao Adolescente	107.100,00	107.100,00	11.432,68	0,04	95.667,32	11.432,68	11.432,68	95.667,32
Assistência Comunitária	155.200,00	155.200,00	15.043,80	0,05	140.156,20	15.043,80	15.043,80	140.156,20
Previdência Social	30.000,00	30.000,00	5.096,69	0,02	24.903,31	5.096,69	5.096,69	24.903,31
Previdência do Regime Estatutário	30.000,00	30.000,00	5.096,69	0,02	24.903,31	5.096,69	5.096,69	24.903,31
Saúde	683.500,00	683.500,00	99.616,06	0,35	583.883,94	99.616,06	99.616,06	583.883,94
Atenção Básica	370.500,00	370.500,00	47.937,00	0,17	322.563,00	47.937,00	47.937,00	322.563,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	235.000,00	235.000,00	40.726,89	0,14	194.273,11	40.726,89	40.726,89	194.273,11
Vigilância Sanitária	40.000,00	40.000,00	6.164,86	0,02	33.835,14	6.164,86	6.164,86	33.835,14
Vigilância Epidemiológica	38.000,00	38.000,00	4.787,31	0,02	33.212,69	4.787,31	4.787,31	33.212,69
Educação	2.656.000,00	2.870.259,06	497.085,02	1,77	2.373.174,04	497.085,02	497.085,02	2.373.174,04
Administração Geral	280.000,00	314.259,06	57.191,02	0,20	257.068,04	57.191,02	57.191,02	257.068,04
Ensino Fundamental	1.121.000,00	1.121.000,00	192.679,57	0,68	928.320,43	192.679,57	192.679,57	928.320,43
Ensino Superior	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Educação Infantil	1.245.000,00	1.425.000,00	247.214,43	0,88	1.177.785,57	247.214,43	247.214,43	1.177.785,57
Cultura	42.000,00	42.000,00	6.802,12	0,02	35.197,88	6.802,12	6.802,12	35.197,88
Turismo	42.000,00	42.000,00	6.802,12	0,02	35.197,88	6.802,12	6.802,12	35.197,88
Urbanismo	650.000,00	650.000,00	96.789,41	0,34	553.210,59	96.789,41	96.789,41	553.210,59
Serviços Urbanos	650.000,00	650.000,00	96.789,41	0,34	553.210,59	96.789,41	96.789,41	553.210,59
Agricultura	235.000,00	235.000,00	35.464,18	0,13	199.535,82	35.464,18	35.464,18	199.535,82
Extensão Rural	235.000,00	235.000,00	35.464,18	0,13	199.535,82	35.464,18	35.464,18	199.535,82
Indústria	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Administração Geral	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Desporto e Lazer	150.880,00	150.880,00	12.891,81	0,05	137.988,19	12.891,81	12.891,81	137.988,19
Desporto Comunitário	150.880,00	150.880,00	12.891,81	0,05	137.988,19	12.891,81	12.891,81	137.988,19

Continua 3/4

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) Desporto e Lazer Desporto Comunitário	5.446.280,00	5.660.539,06	889.925,71	889.925,71	4.770.613,35	889.925,71	889.925,71	4.770.613,35
	150.880,00	150.880,00	12.891,81	12.891,81	137.988,19	12.891,81	12.891,81	137.988,19
	150.880,00	150.880,00	12.891,81	12.891,81	137.988,19	12.891,81	12.891,81	137.988,19
TOTAL (III) = (I + II)	141.096.084,00	148.558.066,88	28.147.880,84	28.147.880,84	120.410.186,04	13.473.967,81	13.473.967,81	135.084.099,07

FONTE:

VIDEIRA, 27/03/2015

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO - ANEXO 3_1 BIM 2015

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

RREO – ANEXO 3 (LRF Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015	
		Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015		TOTAL (ÚLT. 12 MES)
	RECEITAS CORRENTES (I)	10.093.701,41	11.151.618,43	12.294.274,11	9.963.907,63	10.837.782,18	16.273.361,38	10.852.064,15	12.962.462,28	12.487.294,03	13.306.217,72	12.469.232,65	10.900.948,42	143.582.865,39	130.333.355,20
	RECEITA TRIBUTÁRIA	1.103.356,18	1.486.286,68	1.294.897,66	1.076.491,61	1.624.209,88	5.097.124,67	1.790.051,49	1.817.918,37	1.866.016,15	2.043.242,71	1.233.398,36	1.236.398,36	18.663.000,00	18.663.000,00
	I.P.T.U.	2.230,69	0,00	913,65	15.958,08	368.909,29	2.837.229,31	386.380,53	498.033,65	378.606,52	374.975,68	80.010,24	80.010,24	4.200.000,00	4.200.000,00
	I.R.R.F.	117.312,47	193.846,98	174.088,06	134.565,53	193.027,00	135.288,27	170.370,84	164.962,25	175.167,84	545.012,56	1.097,33	178.616,44	2.125.000,00	2.125.000,00
	I.S.S.	630.687,11	640.819,84	665.922,57	636.303,86	674.985,73	724.385,06	778.061,47	719.398,19	688.251,13	759.939,25	676.116,31	604.097,04	7.800.000,00	7.800.000,00
	I.T.B.I.	124.390,41	189.512,33	180.162,04	203.777,07	183.350,09	207.931,01	217.092,53	154.240,08	136.055,76	163.708,07	142.758,23	161.036,38	2.000.000,00	2.000.000,00
	Outras Receitas Tributárias	228.735,50	462.117,73	284.311,36	85.887,07	203.937,77	1.162.290,02	238.196,12	281.294,20	227.936,90	202.607,15	203.888,76	212.627,26	2.628.000,00	2.628.000,00
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	438.379,36	449.205,81	442.100,88	448.302,18	440.605,66	453.005,04	459.319,93	484.184,86	519.325,58	1.107.162,39	220.307,64	455.411,17	5.282.000,00	5.282.000,00
	RECEITA PATRIMONIAL	1.240.431,98	1.209.402,73	1.371.391,18	1.018.738,53	1.450.609,53	3.077.333,00	856.085,42	1.873.269,63	1.797.792,59	936.282,69	2.316.248,65	1.417.104,46	18.564.690,39	12.287.759,48
	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA DE SERVIÇOS	20.013,51	27.293,19	17.232,06	10.966,02	11.487,70	38.172,93	97.400,74	175.808,00	17.750,91	10.829,75	7.394,92	11.019,61	446.369,34	243.890,00
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.032.433,40	7.678.368,30	7.801.673,15	7.204.041,97	6.956.359,12	7.390.468,11	7.394.078,39	7.818.550,62	8.334.387,09	8.767.169,40	8.457.940,13	7.566.303,01	92.401.772,69	91.294.505,72
	Cota-Parte do F.P.M.	1.255.977,64	1.433.487,00	1.910.297,68	1.432.599,96	1.230.422,10	1.494.753,52	1.310.276,44	1.238.346,16	1.039.109,50	1.800.441,71	1.997.785,64	2.039.352,00	18.792.849,25	18.500.000,00
	Cota-Parte do I.C.M.S.	2.852.460,89	2.779.926,05	2.825.713,73	2.866.816,40	2.664.089,22	2.794.922,28	2.996.839,96	3.089.746,13	3.408.823,77	3.283.951,54	3.274.928,22	2.916.823,88	35.754.602,07	37.200.000,00
	Cota-Parte do IPVA	515.979,96	579.980,38	600.672,23	554.451,93	628.496,21	592.036,53	652.140,89	727.924,23	546.846,54	252.963,34	323.264,14	422.029,33	6.398.788,71	6.200.000,00
	Cota-Parte do ITR	63,56	14.914,32	7,59	59,64	24,15	48,55	2.875,37	15.621,31	11.059,67	12.705,07	309,73	82,92	10.771,88	20.000,00
	Outras Transferências Correntes	814.511,04	1.246.937,54	693.780,82	673.071,56	875.048,65	844.453,46	737.512,24	975.976,09	875.321,59	1.576.497,05	1.071.346,03	555.964,03	59.420.420,10	9.314.505,72
	Transferências da LC 61/1989	39.087,04	42.531,18	46.259,63	44.059,63	45.263,17	46.656,33	43.906,02	47.019,65	53.992,58	40.922,24	68.291,73	40.627,64	559.617,04	580.000,00
	Transferências da LC 87/1996	0,00	12.485,63	12.485,63	12.485,63	12.485,63	12.485,63	12.485,63	12.485,63	12.485,63	24.971,26	0,00	0,00	180.000,00	180.000,00
	Transferências do FUNDEB	1.554.354,27	1.566.106,20	1.712.395,84	1.620.497,02	1.500.529,99	1.605.109,81	1.638.041,84	1.711.431,42	1.786.745,81	1.775.217,19	1.722.014,74	1.591.423,21	19.300.000,00	19.300.000,00
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	301.051,52	301.051,52	1.366.979,16	205.367,32	354.510,29	247.257,63	255.128,18	792.730,60	212.021,71	441.530,78	221.936,19	214.721,81	4.871.685,37	2.572.200,00
	DEDUÇÕES (II)	1.245.417,68	1.292.153,97	1.395.633,99	1.303.369,18	1.231.280,10	1.305.491,32	1.350.289,44	1.494.687,12	1.494.687,12	2.028.150,02	1.194.722,65	1.378.707,09	16.551.335,18	16.551.000,00
	Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	197.512,67	198.520,03	195.846,69	196.967,78	193.829,06	193.173,15	199.549,94	197.136,31	196.090,73	594.731,62	47.900,14	201.111,12	2.657.259,24	2.532.000,00
	Contribuição Assist.Médica Servidores Vinc. ao RPPS	115.191,57	123.215,31	120.686,20	124.306,95	121.295,19	124.137,41	128.015,07	164.132,66	350.327,59	350.327,59	45.003,73	93.976,01	1.637.214,46	1.450.000,00
	Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	932.713,44	972.418,63	1.079.089,10	982.094,45	916.155,85	988.180,76	1.003.704,61	1.134.463,73	1.083.090,81	1.083.090,81	1.144.928,78	1.083.782,96	12.536.000,00	12.536.000,00
	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	8.848.283,73	9.859.464,46	10.899.640,12	8.660.538,45	9.606.502,08	14.987.870,06	9.502.794,33	11.612.172,84	10.992.606,91	11.278.067,70	11.284.510,00	9.522.079,33	127.031.530,21	113.815.355,20

CRISTINA KLOCK
Controladora CRCSC 0265340-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

RREO - ANEXO 4_1 BIM 2015

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.283.000,00	13.283.000,00	3.400.406,18	1.612.600,43
RECEITAS CORRENTES	13.283.000,00	13.283.000,00	3.400.406,18	1.612.600,43
Receita de Contribuições dos Segurados	2.532.000,00	2.532.000,00	205.901,26	138.792,68
Pessoal Civil	2.532.000,00	2.532.000,00	205.901,26	138.792,68
Ativo	2.500.000,00	2.500.000,00	199.057,77	135.273,57
Inativo	32.000,00	32.000,00	6.843,49	3.519,11
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	10.663.000,00	10.663.000,00	3.170.062,73	1.464.707,37
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	10.663.000,00	10.663.000,00	3.170.062,73	1.464.707,37
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	88.000,00	88.000,00	24.442,19	9.100,38
Demais Receitas Correntes	55.000,00	55.000,00	24.442,19	9.100,38
RECEITAS DE CAPITAL	33.000,00	33.000,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	11.677.000,00	11.677.000,00	768.233,20	819.720,74
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	24.960.000,00	24.960.000,00	4.168.639,38	2.432.321,17
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	9.222.000,00	9.222.000,00	1.772.219,23	7.765.576,59
ADMINISTRAÇÃO	100.000,00	100.000,00	0,00	3.445,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	100.000,00	100.000,00	0,00	3.445,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	9.122.000,00	9.122.000,00	1.772.219,23	7.761.686,59
Continua 1/4				

Município de VIDEIRA - SC

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	1.358.011,94	7.379.407,02	1.358.011,94	7.379.407,02
Aposentadorias	0,00	0,00	1.147.538,95	6.163.636,57	1.147.538,95	6.163.636,57
Pensões	0,00	0,00	210.177,07	1.214.364,83	210.177,07	1.214.364,83
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	295,92	1.405,62	295,92	1.405,62
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	9.122.000,00	9.122.000,00	414.207,29	385.724,57	88.923,44	382.279,57
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	9.122.000,00	9.122.000,00	414.207,29	385.724,57	88.923,44	382.279,57
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	5.096,69	24.259,27
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	9.252.000,00	9.252.000,00	1.772.219,23	7.768.576,59	1.452.032,07	7.789.390,86
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	15.708.000,00	15.708.000,00	-	-	2.716.607,31	(5.357.069,69)
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
APORTES REALIZADOS						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						0,00
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA						
Valor						15.708.000,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2015		2014	
Caixa			0,00			0,00
						Continua 2/4

Município de VIDEIRA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

BENS E DIREITOS DO RPPS		PERÍODO DE REFERÊNCIA			
		2015		2014	
Bancos Conta Movimento		96.648,09		41.812,48	
Investimentos		123.149.698,70		105.298.510,23	
Outros Bens e Direitos		0,00		0,00	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)		11.677.000,00	11.677.000,00	768.233,20	819.720,74
RECEITAS CORRENTES (VIII)		11.677.000,00	11.677.000,00	768.233,20	819.720,74
Receita de Contribuições Patronais		6.177.000,00	6.177.000,00	314.404,90	392.500,86
Pessoal Civil		6.177.000,00	6.177.000,00	314.404,90	392.500,86
Ativo		6.177.000,00	6.177.000,00	314.404,90	392.500,86
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial		5.500.000,00	5.500.000,00	453.828,30	427.219,88
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)		0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)		11.677.000,00	11.677.000,00	768.233,20	819.720,74

Continua 3/4

Município de VIDEIRA - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	30.000,00	30.000,00	5.096,69	24.259,27	5.096,69	24.259,27
ADMINISTRAÇÃO (XII)	30.000,00	30.000,00	5.096,69	24.259,27	5.096,69	24.259,27
Despesas Correntes	30.000,00	30.000,00	5.096,69	24.259,27	5.096,69	24.259,27
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	30.000,00	30.000,00	5.096,69	24.259,27	5.096,69	24.259,27

FONTE:

VIDEIRA, 27/03/2015

CRISTINA KLOCK	ALEXANDRE GANASINI	SANDRA BALDO	WILMAR CARELLI
Contadora CRC/SC 020534/O-0	Secretário de Finanças	Coordenadora Controle Interno	Prefeito Municipal

RREO - ANEXO 5_1 BIM 2015

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	77.483.575,60	77.483.575,60	77.053.997,14
DEDUÇÕES (II)	37.604.181,92	37.604.181,92	40.906.865,92
Disponibilidade de Caixa Bruta	37.770.624,54	37.770.624,54	42.558.825,13
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	166.442,62	166.442,62	1.651.959,21
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	39.879.393,68	39.879.393,68	36.147.131,22
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	39.879.393,68	39.879.393,68	36.147.131,22

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2015 (C - A)
VALOR	-3.732.262,46	-3.732.262,46

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	1.358.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	119.783.821,14	119.783.821,14	122.282.431,78
Disponibilidade de Caixa Bruta	661.413,27	661.413,27	96.648,09
Investimentos	119.122.407,87	119.122.407,87	122.185.783,69
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-119.783.821,14	-119.783.821,14	-122.282.431,78
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-119.783.821,14	-119.783.821,14	-122.282.431,78

FONTE:

VIDEIRA, 12/03/2015

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

RREO - ANEXO 6_1 BIM 2015

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>RECEITAS PRIMÁRIAS</u>	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	117.812.995,72	18.245.494,24	17.586.037,73
Receita Tributária	18.653.000,00	2.472.331,48	2.029.649,47
I.P.T.U.	4.200.000,00	292.091,73	96,84
I.S.S.	7.800.000,00	1.280.213,35	1.295.740,22
I.T.B.I.	2.000.000,00	303.796,61	344.007,88
I.R.R.F.	2.125.000,00	179.713,77	131.322,58
Outras Receitas Tributárias	2.528.000,00	416.516,02	258.481,95
Receita de Contribuição	17.459.000,00	1.498.685,69	1.380.454,07
Receitas Previdenciárias	14.209.000,00	974.134,46	958.513,42
Outras Contribuições	3.250.000,00	524.551,23	421.940,65
Receita Patrimonial Líquida	126.400,00	24.397,03	23.770,27
Receita Patrimonial	12.292.759,48	3.733.340,00	1.863.636,18
(-) Aplicações Financeiras	12.166.359,48	3.708.942,97	1.839.865,91
Transferências Correntes	78.758.505,72	13.795.544,51	13.689.806,54
F.P.M.	14.800.000,00	3.229.710,09	3.280.064,75
I.C.M.S.	29.760.000,00	4.953.401,84	4.621.236,05
Convênios	233.616,00	20.501,83	34.132,85
Outras Transferências Correntes	33.964.889,72	5.591.930,75	5.754.372,89
Demais Receitas Correntes	2.816.090,00	454.535,53	462.357,38
Dívida Ativa	725.000,00	167.436,99	161.719,87
Diversas Receitas Correntes	2.091.090,00	287.098,54	300.637,51
RECEITAS DE CAPITAL (II)	11.116.728,80	103.792,32	259.293,27
Operações de Crédito (III)	2.500.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	200.000,00	39.044,81	36.698,89
Alienação de Ativos (V)	31.000,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	8.385.728,80	64.747,51	222.594,38
Convênios	7.900.000,00	2.925,00	114.946,75
Outras Transferências de Capital	485.728,80	61.822,51	107.647,63
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	8.385.728,80	64.747,51	222.594,38
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	126.198.724,52	18.310.241,75	17.808.632,11

<u>DESPESAS PRIMÁRIAS</u>	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	109.691.322,67	25.614.572,81	21.548.056,23	12.931.883,78	11.023.773,60
Pessoal e Encargos Sociais	55.975.920,41	7.882.766,57	6.597.322,57	7.757.833,37	6.527.131,17
Juros e Encargos da Dívida (IX)	4.750.000,00	774.495,79	783.665,28	774.495,79	783.665,28
Outras Despesas Correntes	48.965.402,26	16.957.310,45	14.167.068,38	4.399.554,62	3.712.977,15
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	104.941.322,67	24.840.077,02	20.764.390,95	12.157.387,99	10.240.108,32
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	23.008.744,21	2.533.308,03	1.637.420,74	542.084,03	440.404,04
Investimentos	20.808.244,21	2.127.930,29	1.260.906,50	136.706,29	63.889,80
Inversões Financeiras	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	2.200.000,00	405.377,74	376.514,24	405.377,74	376.514,24
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	20.808.744,21	2.127.930,29	1.260.906,50	136.706,29	63.889,80
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	150.000,00	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	15.708.000,00	-	-	-	-

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

<u>DESPESAS PRIMÁRIAS</u>	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
	0,00				
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	141.608.066,88	26.968.007,31	22.025.297,45	12.294.094,28	10.303.998,12
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-15.409.342,36	-8.657.765,56	-4.216.665,34	6.016.147,47	7.504.633,99
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	149.383.938,82
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	149.383.938,82
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-7.947.359,48	

FONTE:

VIDEIRA, 27/03/2015

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

RREO - ANEXO 7_1 BIM 2015

Município de VIDEIRA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

		RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				RP NÃO PROCESSADOS				R\$ 1,00	
PODER/ÓRGÃO	Inscritos	Em Exercícios Anteriores		Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
		Em 31 de Dezembro de 2014	Em 31 de Dezembro de 2014								
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	817,90	165.624,72	164.851,91	1.580,60	10,11		3.293.756,64	3.219.005,95	106.566,13	4.855.431,00	4.857.011,60
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	817,90	155.192,47	154.423,77	1.580,60	0,00		3.283.924,65	3.210.231,62	106.566,13	4.617.060,31	4.618.640,91
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FM.	817,90	49.891,44	50.705,34	0,00	0,00		22.781,55	22.781,55	302,20	44.710,69	44.710,69
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	48.700,19	48.700,19
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	3.520,08	3.520,08	0,00	0,00		129.449,29	125.299,75	15.019,90	126.277,39	126.277,39
FUNDO MUNICIPAL P/REQ. BOMBEIROS VOLUNT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		63.563,29	5.629,28	2.187,72	466.925,20	466.925,20
FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	20.080,89	20.080,89
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		15.571,35	15.571,35	8.273,29	133.337,62	133.337,62
SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		273,02	263,42	9.536,71	2.311,34	2.311,34
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	1.580,60	0,00	1.580,60	0,00		105.784,14	105.784,14	9.536,71	664.259,41	664.259,41
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		49.526,54	49.526,54	3.897,99	644.498,28	644.498,28
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		5.791,29	5.791,29	398,15	2.131,93	2.131,93
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		2.538.752,45	2.537.644,28	38.545,60	1.120.055,80	1.120.055,80
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	0,00	14.908,10	14.908,10	0,00	0,00		15.816,56	15.816,56	3.513,31	49.328,88	49.328,88
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	0,00	85.292,25	85.292,25	0,00	0,00		329.645,23	319.153,52	15.706,72	1.240.051,43	1.240.051,43
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E UF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		1.120,83	1.120,83	479,28	3.258,29	3.258,29
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		683,15	683,15	0,00	6.429,06	6.429,06
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		51.656,96	51.656,96	8.335,57	46.284,51	46.284,51
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA	0,00	1.572,41	1.572,41	0,00	0,00		7.716,67	7.716,67	0,00	9.543,20	9.543,20
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FINEV	0,00	1.572,41	1.572,41	0,00	0,00		7.716,67	7.716,67	0,00	9.543,20	9.543,20
LEGISLATIVO	0,00	8.859,84	8.849,73	0,00	10,11		2.115,32	1.057,66	0,00	28.827,49	28.827,49
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	8.859,84	8.849,73	0,00	10,11		2.115,32	1.057,66	0,00	28.827,49	28.827,49
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	817,90	165.624,72	164.851,91	1.580,60	10,11		3.293.756,64	3.219.005,95	106.566,13	4.855.431,00	4.857.011,60

FONTE:

VIDEIRA, 27/03/2015

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

RREO - ANEXO 8_1 BIM 2015

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1.00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	17.075.000,00	17.075.000,00	2.215.518,94	2.215.518,94	12,98
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.920.000,00	4.920.000,00	409.841,88	409.841,88	8,33
1.1.1- IPTU	4.200.000,00	4.200.000,00	292.417,16	292.417,16	6,96
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	20.000,00	20.000,00	2.631,91	2.631,91	13,16
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	400.000,00	400.000,00	79.807,55	79.807,55	19,95
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	300.000,00	300.000,00	35.310,69	35.310,69	11,77
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	(325,43)	(325,43)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.085.000,00	2.085.000,00	303.796,61	303.796,61	14,57
1.2.1- ITBI	2.000.000,00	2.000.000,00	309.156,61	309.156,61	15,46
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	(5.360,00)	(5.360,00)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	7.945.000,00	7.945.000,00	1.322.166,68	1.322.166,68	16,64
1.3.1- ISS	7.800.000,00	7.800.000,00	1.288.727,22	1.288.727,22	16,52
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	50.000,00	50.000,00	4.712,63	4.712,63	9,43
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	55.000,00	55.000,00	21.376,01	21.376,01	38,87
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	40.000,00	40.000,00	15.864,69	15.864,69	39,66
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	(8.513,87)	(8.513,87)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.125.000,00	2.125.000,00	179.713,77	179.713,77	8,46
1.4.1- IRRF	2.125.000,00	2.125.000,00	179.713,77	179.713,77	8,46
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	62.680.000,00	62.680.000,00	11.083.495,13	11.083.495,13	17,68
2.1- Cota-Parte FPM	18.500.000,00	18.500.000,00	4.037.137,54	4.037.137,54	21,82
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	18.500.000,00	18.500.000,00	4.037.137,54	4.037.137,54	21,82
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	37.200.000,00	37.200.000,00	6.191.752,10	6.191.752,10	16,64
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	580.000,00	580.000,00	108.919,37	108.919,37	18,78
2.5- Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	392,65	392,65	1,96
2.6- Cota-Parte IPVA	6.200.000,00	6.200.000,00	745.293,47	745.293,47	12,02
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	79.755.000,00	79.755.000,00	13.299.014,07	13.299.014,07	16,67
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.630.000,00	1.630.000,00	660.183,37	660.183,37	40,50
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.500.000,00	1.500.000,00	600.075,49	600.075,49	40,01
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	130.000,00	130.000,00	60.107,88	60.107,88	46,24
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.735.000,00	1.735.000,00	151.409,43	151.409,43	8,73
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	3.365.000,00	3.365.000,00	811.592,80	811.592,80	24,12
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	12.536.000,00	12.536.000,00	2.216.698,64	2.216.698,64	17,68
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.700.000,00	3.700.000,00	807.427,45	807.427,45	21,82
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	7.440.000,00	7.440.000,00	1.238.350,26	1.238.350,26	16,64
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	36.000,00	36.000,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	116.000,00	116.000,00	21.783,88	21.783,88	18,78
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	4.000,00	4.000,00	78,52	78,52	1,96
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	1.240.000,00	1.240.000,00	149.058,53	149.058,53	12,02
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	19.460.000,00	19.460.000,00	3.345.931,58	3.345.931,58	17,19
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	19.300.000,00	19.300.000,00	3.313.437,95	3.313.437,95	17,17
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	160.000,00	160.000,00	32.493,63	32.493,63	20,31
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	6.764.000,00	6.764.000,00	1.096.739,31	1.096.739,31	16,21
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	11.676.000,00	11.776.000,00	1.743.711,76	1.743.711,76	14,81
13.1- Com Educação Infantil	1.731.000,00	1.831.000,00	835.395,27	835.395,27	45,63
13.2- Com Ensino Fundamental	9.945.000,00	9.945.000,00	908.316,49	908.316,49	9,13
14- OUTRAS DESPESAS	7.784.000,00	8.396.111,09	973.948,83	973.948,83	11,60
14.1- Com Educação Infantil	6.314.000,00	6.926.111,09	846.555,03	846.555,03	12,22
14.2- Com Ensino Fundamental	1.470.000,00	1.470.000,00	127.393,80	127.393,80	8,67
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	19.460.000,00	20.172.111,09	2.717.660,59	2.717.660,59	13,47
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					712.111,09
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					712.111,09
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					712.111,09
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					2.005.549,50
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					52,11
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					7,83
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					40,06
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					712.111,09
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²					712.111,09
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	19.938.750,00	19.938.750,00	3.324.753,52	3.324.753,52	16,67
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	12.947.000,00	13.659.111,09	1.721.369,65	1.721.369,65	12,60
23.1- Creche	7.768.200,00	8.195.466,65	1.032.821,79	1.032.821,79	12,60
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.827.000,00	5.254.266,65	1.009.170,18	1.009.170,18	19,21
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.941.200,00	2.941.200,00	23.651,61	23.651,61	0,80
23.2- Pré-escola	5.178.800,00	5.463.644,44	688.547,86	688.547,86	12,60
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.218.000,00	3.502.844,44	672.780,12	672.780,12	19,21
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.960.800,00	1.960.800,00	15.767,74	15.767,74	0,80
24- ENSINO FUNDAMENTAL	14.133.250,00	14.777.509,06	1.435.873,26	1.435.873,26	9,72
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	11.415.000,00	11.415.000,00	1.035.710,29	1.035.710,29	9,07
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.718.250,00	3.362.509,06	400.162,97	400.162,97	11,90
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	27.080.250,00	28.436.620,15	3.157.242,91	3.157.242,91	11,10
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.096.739,31
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					32.493,63
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					712.111,09
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					29.770,41
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.871.114,44
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					1.286.128,47
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					9,67
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.630.000,00	1.630.000,00	79.883,20	79.883,20	4,90
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	810.500,00	1.155.501,48	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.440.500,00	2.785.501,48	79.883,20	79.883,20	2,87
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	29.520.750,00	31.222.121,63	3.237.126,11	3.237.126,11	10,37

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	65.240,75	29.770,41
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	24.946,75	20.197,37
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	40.294,00	9.573,04
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	716.138,16	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.313.437,95	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	2.032.029,57	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	2.032.029,57	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	32.493,63	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	2.030.040,17	0,00

VIDEIRA, 12/03/2015

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 712.111,09, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Vitor Meireles

PREFEITURA

PORTARIA Nº 063/2015

PORTARIANº 063/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: JOCELI TEREZINHA DE SOUZA NARDI

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA

Do Quadro de Pessoal de provimento efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Licença para Tratamento de Saúde, por 15 dias, pelo período de 18/03/2015 a 01/04/2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 18 de março de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 27 DE MARÇO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

PORTARIA Nº 064/2015

PORTARIANº 064/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 048/2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: TATIANA PENZ FELICIANO

Cargo: PROFESSOR NIVEL I - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário - ACT, para exercer suas funções na Secretaria de Educação, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, na E.M. Serra da Abelha, com as turmas do 1º ao 5º ano, na disciplina de Educação Física, a partir do dia 30 de março de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 30 de março de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 27 DE MARÇO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

PORTARIA Nº 065/2015

PORTARIANº 065/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve AMPLIAR CARGA HORÁRIA:

de acordo com o Artigo 27, § 2º, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: ROSELENE DO CARMO FERREIRA SOIBERT

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário - ACT, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, contratada pela Portaria 077/2015, de 06 de março de 2015, passando para 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 24 de março de 2015. A ampliação de 20 (vinte) horas da carga horária se dá pela substituição à servidora JOCELI TEREZINHA DE SOUZA NARDI, afastada durante 15 (quinze) dias por licença para tratamento de saúde até 01 de abril de 2015, data em que o contrato será rescindido ou prorrogado automaticamente conforme o período de afastamento da servidora.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 24 de março de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 27 DE MARÇO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 066/2015

PORTARIANº 066/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Orgânica, Lei Municipal Complementar n.º 049, de 23/12/2009 e suas alterações,

Nome: REJANI SCHMITT CLAUDINO DOS SANTOS

Cargo: TELEFONISTA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Função de Confiança FC, para exercer as funções de Responsável pelas ações de controle e gerenciamento das consultas médicas junto à Unidade Básica de Saúde do Município, dentro da Secretaria de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de março de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do

Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 27 DE MARÇO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 067/2015

PORTARIANº. 067/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve INDENIZAR:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: SIMONE SARTOR

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL

Do Quadro de Pessoal de Provisão Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Administração, 10 (dez) dias de férias, referentes ao período aquisitivo de 01/12/2013 a 30/11/2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 27 de março de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 27 DE MARÇO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

PORTARIA Nº 068/2015

PORTARIANº. 068/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: EDUARDO DECARLI

Cargo: PROFESSOR NIVEL II

Do Quadro de Pessoal de Provisão Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, 30 (trinta) dias de férias, pelo período de 26/03/2015 a 24/04/2015, referentes ao período aquisitivo de 01/12/2013 a 30/11/2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 26 de março de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 27 DE MARÇO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

Associações

AMAVI

EXTRATO CONTRATO Nº 09/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 09/2015

Credenciante: Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI.

Credenciada: Fundação Osny José Gonçalves Televisão Bela Aliança.

Objeto: Credenciamento da prestação de serviços de comunicação pela CREDENCIADA de veiculação de informações institucionais da AMAVI, com periodicidade mensal, sendo 9 (nove) inserções de 30 (trinta) segundos cada, ou 12 (doze) inserções de 15 (quinze) segundos cada ou 2 (duas) reportagens de até 5 (cinco) minutos cada, conforme especificado no Edital de Chamamento Público nº 02/2015.

Valor: Pelos serviços objeto deste contrato a CREDENCIANTE pagará à CREDENCIADA o valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) por veiculação mensal.

Vigência: até 31 de junho de 2015, a contar de sua assinatura.

Data de Assinatura: 26/03/2015.

Assinam: Nilson Francisco Stainsack, Presidente da AMAVI e Rubens Gonçalves, representante legal da Fundação Osny José Gonçalves Televisão Bela Aliança.

AMMVI

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº DL – 11/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº DL - 11/2015

Contrato que entre si celebram a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AMMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.779.413/0001-43, neste ato representada pelo seu Presidente, doravante denominada SUBLOCATÁRIA, e a empresa KOERICH SERVIÇOS LTDA Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.512.356/0001-68, com endereço à Rua Humberto de Campos, 400, Bairro Velha, cidade de Blumenau - SC, neste ato representada pelo seu sócio administrador, ELMO FRANCISCO KOERICH JR, casado, inscrito no CPF sob o nº 686.579.519-91, RG n. 1.677.862, residente e domiciliado na Rua São João, 96, Itoupava Norte, Cep 89.052-300, Blumenau/SC doravante denominada simplesmente LOCATÁRIA e de outro lado EVANDRO MACIEL FREYGANG, pessoa física, inscrito no CPF: 605.678.489-49 com endereço comercial na Rua Humberto de Campos, 400, Box 10 - Velha, CEP: 89.036-050. Blumenau - SC, 89036-050, doravante referida LOCADORA para firmarem um CONTRATO DE LOCAÇÃO NÃO RESIDENCIAL, mediante as cláusulas e condições que mutuamente aceitam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto:

A locadora se obriga, neste ato a dar em locação à LOCATÁRIA, o imóvel de sua propriedade, representado por um terreno situado na Rua Alberto Stein, 433 e 444, Velha, cidade de Blumenau, Cep 89.036-200, no Estado de Santa Catarina de propriedade do LOCADOR, que autoriza a SUBLOCAÇÃO a entidade denominada ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AMMVI, de acordo com a documentação e durante o prazo de vigência da presente locação.

CLÁUSULA SEGUNDA :

O prazo do presente contrato de locação é determinado, com duração de 6 (seis) horas, a iniciar-se no dia 06/03/2015 as 18:00 hrs e término em 07/03/2015 as 00:00 hrs, em que a SUBLOCATÁRIA se obriga a restituir o imóvel locado no perfeito estado de conservação em que recebeu.

CLÁUSULA TERCEIRA :

A presente locação destina-se exclusivamente para fins de estacionamento de veículos, estando proibido qualquer alteração desta destinação, salvo mediante concordância expressa por escrito da LOCADORA.

CLÁUSULA QUARTA:

O valor da sublocação e de R\$ 270,00 (Duzentos e setenta reais), montante a ser em até 5 (cinco) dias uteis subsequente, mediante apresentação da Nota Fiscal e liquidação da despesa.

CLÁUSULA QUINTA :

A parte que infringir quaisquer das cláusulas ou condições deste contrato ficará sujeita à multa de 10% do valor total do contrato.

Blumenau (SC), 3 de março de 2015.

<p>_____ PAULO ROBERTO WEISS PRESIDENTE da AMMVI Sublocatário</p>	<p>_____ ELMO FRANCISCO KOERICH JR Locatário</p>
<p>_____ EVANDRO MACIEL FREYGANG Locador</p>	

LICITAÇÃO NO 02/2015 MODALIDADE: CARTA CONVITE

PUBLICAÇÃO OFICIAL DOS ATOS DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AMMVI:

LICITAÇÃO No 02/2015 Modalidade: CARTA CONVITE

OBJETO: Aquisição, Montagem e Instalação de Móveis e Cadeiras para o auditório e edifício sede da AMMVI;

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO: Disponível no site www.ammvi.org.br;

Data de Abertura da Habilitação: 08/04/2015 as 9:00 hs;

Tipo de Julgamento: menor preço por lote;

BASE LEGAL: Lei no 8.666, de 21/06/93.

EGEM**EDITAL Nº 015.2015 - CHAMAMENTO_EVENTOS EGEM**

EDITAL Nº 015/2015

Chamamento para inscrição nos eventos relacionados no quadro a seguir:

As informações na íntegra estão disponíveis na página de cada evento, no site www.egem.org.br

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet

Evento	Data	Local em SC
1. Curso sobre Licitações Públicas e os Benefícios às Pequenas Empresas (MPEs)	07 e 08/04/2015	Fraiburgo
2. Curso de Atualização do Patrimônio Público	14/04/2015	São Miguel do Oeste
3. Curso de Atualização do Patrimônio Público	27/04/2015	Mafra
4. Curso sobre Práticas de Auditoria Fiscal	27 e 28/04/2015	Chapecó
5. 11º Congresso Catarinense de Contadores e 2º Seminário de Práticas Aplicadas ao Setor Público	18 a 20/05/2015	Florianópolis
6. VI Seminário Estadual de Gestores e Trabalhadores da Política de Assistência Social	18 a 20/05/2015	Florianópolis
7. Curso de Formação de Pregoeiros	26 e 27/05/2015	Chapecó
8. Curso sobre Gestão Financeira e Orçamentária do Sistema Único de Assistência Social – SUAS	27 a 29/05/2015	Treze Tílias
9. Curso de Formação de Conselheiros Tutelares: Desafios Teóricos Práticos	28 e 29/05/2015	Criciúma
10. Curso Completo de Licitações Públicas e Contratos Administrativos	25 e 26/06 e 02 e 03/07/2015	Blumenau
11. Curso sobre Gestão Financeira e Orçamentária do Sistema Único de Assistência Social – SUAS	14 a 16/07/2015	Mafra
12. Curso de Temas selecionados sobre Licitação Pública e Contratos Administrativos	17 e 18/08/2015	Maravilha

PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário para programação de pagamento.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário, ou através do envio da cópia do empenho.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.
CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC - CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 - Dados bancários: Banco do Brasil - Agência 5255-8 - Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no

cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

DIREITOS DE IMAGEM

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) A participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM

Resolução nº 03/2015

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito de Penha
Presidente da EGEM

Consórcios

CIGA

EXTRATO CONTRATO 226 - PGT - TURVO

Extrato de Contrato nº 226/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão Tributária - Turvo

CONTRATANTE: Município de Turvo

CNPJ: 82.548.983/0001-60

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 016/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 670,00 (seiscientos e setenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 06 de fevereiro de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 227 - DOM - TURVO

Extrato de Contrato nº 227/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Diário Oficial dos Municípios - Turvo

CONTRATANTE: Município de Turvo

CNPJ: 82.548.983/0001-60

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 017/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Turvo no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 06 de fevereiro de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 228 - DOM - TIMBÓ

Extrato de Contrato nº 228/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Diário Oficial dos Municípios - Timbó

CONTRATANTE: Município de Timbó

CNPJ: 83.102.764/0001-15

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 02015/49

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Timbó no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: 10 parcelas mensais R\$ 852,00 (oitocentos e cinquenta e dois reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 11 de março de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 229 - PGT - TIMBO

Extrato de Contrato nº 229/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão Tributária - Timbó

CONTRATANTE: Município de Timbó

CNPJ: 83.102.764/0001-15

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 2015/50

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.536,00 (Hum mil quinhentos e trinta e seis reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 11 de março de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 230 - PGT - BOMBINHAS

Extrato de Contrato nº 230/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão Tributária - Bombinhas

CONTRATANTE: Município de Bombinhas

CNPJ: 95.815.379/0001-02

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 015/ 2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública

Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: 10 parcelas mensais de R\$ 420,00 (Quatrocentos e vinte reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 25 de março de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 231 - PGC - FLOR DO SERTÃO

Extrato de Contrato nº 231/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmara de Vereadores - Flor do Sertão

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Flor do Sertão

CNPJ: 01.566.621/0001-08

CONTRATO Nº: Contrato Administrativo nº 054/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.875,00 (Hum mil e oitocentos e setenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 24 de março de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 233- PGT - TREZE TÍLIAS

Extrato de Contrato nº 233/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão Tributária - Treze Tílias

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias

CNPJ: 82.777.251/0001-41

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 019/ 2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: 10 parcelas mensais de R\$ 804,00 (Oitocentos e quatro reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 17 de março de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 234 - DOM - TREZE TÍLIAS

Extrato de Contrato nº 234/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Diário Oficial dos Municípios - Treze Tílias

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias

CNPJ: 82.777.251/0001-41

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 020/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Treze Tílias no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: 10 parcelas de R\$ 354,00 (trezentos e cinquenta e quatro reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 17 de março de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

CIMCATARINA

RESOLUÇÃO Nº 0006_2015

Resolução n. 0006/2015.

Dispõe sobre Crédito Adicional Suplementar.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Alcir José Bodanese, Prefeito Municipal de Rio das Antas, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 034 de 17 de dezembro de 2014;

RESOLVE:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA para o exercício de 2015, crédito adicional suplementar no valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais), na seguinte dotação:

01.00 – Consórcio Público		
01.01 – Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA		
04.122.0001.2.002 – Desenvolvimento e Gestão de Contratações Compartilhadas		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.00.0300 (12)	R\$	30.000,00

Total	R\$	30.000,00
-------	-----	-----------

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º desta Resolução, correrão à conta do provável excesso de arrecadação apurado na rubrica abaixo relacionada.

4.1.7.2.3.37.00.00.00 – Transferências a Consórcios Públicos - 0.1.00.0300	R\$	30.000,00
--	-----	-----------

Art. 3º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de março de 2015.

ALCIR JOSÉ BODANESE

Prefeito de Rio das Antas

Presidente do CIMCATARINA

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 10

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não

Período: Fevereiro de 2015 até: Fevereiro de 2015 Indicador de Superávit: Todos

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
Ativo	10000000000000		564.232,44	239.591,99	(133.274,94)	670.549,49
Ativo circulante	11000000000000		455.849,51	239.591,99	(133.274,94)	562.166,56
Caixa e equivalentes de caixa	11100000000000		132.949,86	58.681,99	(84.374,23)	107.257,62
Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional	11110000000000		132.949,86	58.681,99	(84.374,23)	107.257,62
Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional - consolidação	11111000000000		132.949,86	58.681,99	(84.374,23)	107.257,62
Bancos conta movimento - demais contas	11111900000000	F	132.949,86	58.681,99	(84.374,23)	107.257,62
BANCO DO BRASIL MOVIMENTO	11111190001000		132.949,86	58.681,99	(84.374,23)	107.257,62
B. Brasil Sa Movimento 18.520-5	11111190001010	F	15.308,81	80,55	0,00	15.389,36
B. Brasil- Ctp01 Ctr1 - 20.412-9	11111190001020	F	30.403,06	122,62	(12.198,05)	18.327,63
B. Brasil - Cps Maq. - 20.414-5	11111190001030	F	17.563,15	92,41	0,00	17.655,56
B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413-7	11111190001040	F	36.921,62	7.711,11	(23.909,31)	20.723,42
B. Brasil - Ctp3 Proama - 21.525-2	11111190001050	F	10.615,98	55,86	0,00	10.671,84
B. Brasil - PROLICITA 22436-7	11111190001060	F	8.277,91	47.054,39	(42.919,16)	12.413,14
B. Brasil - PROLICITA TELEFONIA 22864-8	11111190001080	F	13.859,33	3.565,05	(5.347,71)	12.076,67
Créditos a curto prazo	12000000000000		250.914,35	179.310,00	(46.940,00)	383.284,35
Créditos de transferências a receber	12300000000000		250.914,35	179.310,00	(46.940,00)	383.284,35
Créditos de transferências a receber - consolidação	12310000000000		250.914,35	179.310,00	(46.940,00)	383.284,35
Créditos de consórcios públicos decorrentes de contrato de rateio	12310200000000	P	250.914,35	179.310,00	(46.940,00)	383.284,35
PROGRAMA 01 CTR1 ADM	12310200010000	O	15.886,35	0,00	0,00	15.886,35
CALMON	12310200011053	P	6.880,00	0,00	0,00	6.880,00
MATOS COSTA	12310200011162	P	2.895,24	0,00	0,00	2.895,24
TIMBÓ GRANDE	12310200011272	P	6.111,11	0,00	0,00	6.111,11
PROGRAMA 04 PROLICITA	12310200040000	P	235.028,00	179.310,00	(46.940,00)	367.398,00
ABDON BATISTA	12310200041001	P	17.790,00	0,00	(1.665,00)	16.125,00
ARROIO TRINTA	12310200041021	P	15.480,00	0,00	0,00	15.480,00
BRUNOPOLIS	12310200041049	P	0,00	15.480,00	(2.580,00)	12.900,00
CAÇADOR	12310200041051	P	0,00	52.890,00	(8.815,00)	44.075,00
CALMON	12310200041053	P	7.200,00	15.480,00	0,00	22.680,00
FRAIBURGO	12310200041093	P	34.292,50	0,00	(3.117,50)	31.175,00
FREI ROGERIO	12310200041094	P	0,00	15.480,00	(2.580,00)	12.900,00
IBIAM	12310200041108	F	15.480,00	0,00	(1.290,00)	14.190,00
IOMERÊ	12310200041117	P	14.190,00	0,00	(1.290,00)	12.900,00
IRANI	12310200041123	P	19.350,00	0,00	(3.225,00)	16.125,00
LEBON REGIS	12310200041148	P	0,00	21.930,00	0,00	21.930,00
MACIEIRA	12310200041154	P	14.190,00	0,00	0,00	14.190,00
MATOS COSTA	12310200041162	P	1.200,00	0,00	(1.200,00)	0,00
MONTE CARLO	12310200041167	P	19.350,00	0,00	0,00	19.350,00
PINHEIRO PRETO	12310200041198	P	14.190,00	0,00	(14.190,00)	0,00
RIO DAS ANTAS	12310200041215	P	0,00	19.350,00	(3.225,00)	16.125,00
SALTO VELOSO	12310200041228	P	19.350,00	0,00	0,00	19.350,00
TANGARÁ	12310200041267	P	0,00	19.350,00	0,00	19.350,00
TIMBÓ GRANDE	12310200041272	P	1.578,00	19.350,00	0,00	20.928,00
VIDEIRA	12310200041289	P	41.387,50	0,00	(3.762,50)	37.625,00
Demais créditos e valores a curto prazo	13000000000000		71.985,30	1.600,00	(1.960,71)	71.624,59
Adiantamentos concedidos a pessoal e a terceiros	13100000000000		1.600,00	1.600,00	0,00	3.200,00
Adiantamentos concedidos a pessoal e a terceiros - consolidação	13110000000000		1.600,00	1.600,00	0,00	3.200,00
Adiantamentos diversos concedidos	13111990000000	P	1.600,00	1.600,00	0,00	3.200,00
Outros créditos a receber e valores a curto prazo	13800000000000		70.385,30	0,00	(1.960,71)	68.424,59
Outros créditos a receber e valores a curto prazo - consolidação	13810000000000		70.385,30	0,00	(1.960,71)	68.424,59
Créditos a receber de entidades estaduais, distritais e municipais	13812900000000	P	70.385,30	0,00	(1.960,71)	68.424,59
MIP FIXO	13812900010000	P	4.997,62	0,00	0,00	4.997,62
MATOS COSTA	13812900010100	P	3.247,62	0,00	0,00	3.247,62
TIMBÓ GRANDE	13812900010200	P	1.750,00	0,00	0,00	1.750,00
MIP VARIÁVEL	13812900020000	P	65.387,68	0,00	(1.960,71)	63.426,97
MATOS COSTA	13812900020300	P	17.459,93	0,00	(1.960,71)	15.499,22
TIMBÓ GRANDE	13812900020400	P	43.445,67	0,00	0,00	43.445,67
TANGARÁ	13812900020600	P	4.482,08	0,00	0,00	4.482,08
Ativo não circulante	12000000000000		108.382,93	0,00	0,00	108.382,93
Imobilizado	12300000000000		108.382,93	0,00	0,00	108.382,93
Bens móveis	12310000000000		108.382,93	0,00	0,00	108.382,93
Bens móveis - consolidação	12311000000000		108.382,93	0,00	0,00	108.382,93
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	12311010000000		23.787,49	0,00	0,00	23.787,49
Máquinas e equipamentos energéticos	12311010700000	P	439,49	0,00	0,00	439,49
Máquinas, equipamentos e utensílios agropecuários	12311011900000	P	15.070,00	0,00	0,00	15.070,00
Outras máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	12311019900000	P	8.278,00	0,00	0,00	8.278,00
Bens de informática	12311020000000		16.032,50	0,00	0,00	16.032,50
Equipamentos de processamento de dados	12311020100000	P	16.032,50	0,00	0,00	16.032,50
Móveis e utensílios	12311030000000		18.123,98	0,00	0,00	18.123,98
Aparelhos e utensílios domésticos	12311030100000	P	95,00	0,00	0,00	95,00
Mobiliário em geral	12311030300000	P	18.028,98	0,00	0,00	18.028,98
Materiais culturais, educacionais e de comunicação	12311040000000		3.779,00	0,00	0,00	3.779,00

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 2 / 10

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não

Período: Fevereiro de 2015 até: Fevereiro de 2015 Indicador de Superávit: Todos

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	123110405000000	P	3.779,00	0,00	0,00	3.779,00
Veículos	123110500000000		45.800,00	0,00	0,00	45.800,00
Veículos de tração mecânica	123110503000000	P	45.800,00	0,00	0,00	45.800,00
Demais bens móveis	123119900000000		859,96	0,00	0,00	859,96
Outros bens móveis	123119999000000	P	859,96	0,00	0,00	859,96



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Pág 3 / 10

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não

Período: Fevereiro de 2015 até: Fevereiro de 2015 Indicador de Superávit: Todos

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
Passivo e patrimônio líquido	20000000000000		(424.676,22)	94.699,71	(190.560,65)	(520.537,16)
Passivo circulante	21000000000000		(132.900,05)	94.699,71	(190.560,65)	(228.760,99)
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo	21100000000000		(5.752,61)	37.188,31	(40.866,40)	(9.430,70)
Pessoal a pagar	21110000000000		0,00	31.435,70	(31.435,70)	0,00
Pessoal a pagar - consolidação	21111000000000		0,00	31.435,70	(31.435,70)	0,00
Pessoal a pagar do exercício	21111010000000		0,00	31.435,70	(31.435,70)	0,00
Salários, remunerações e benefícios do exercício	21111010100000	M	0,00	19.644,15	(19.644,15)	0,00
Salários, remunerações e benefícios do exercício (F)	21111010102000	F	0,00	19.644,15	(19.644,15)	0,00
Férias	21111010300000	M	0,00	11.791,55	(11.791,55)	0,00
Férias (F)	21111010302000	F	0,00	11.791,55	(11.791,55)	0,00
Encargos sociais a pagar	21140000000000		(5.752,61)	5.752,61	(9.430,70)	(9.430,70)
Encargos sociais a pagar - consolidação	21141000000000		0,00	0,00	(2.514,85)	(2.514,85)
FGTS	21141050000000	M	0,00	0,00	(2.514,85)	(2.514,85)
FGTS (F)	21141050002000	F	0,00	0,00	(2.514,85)	(2.514,85)
FGTS do Exercício (F)	21141050002010	F	0,00	0,00	(2.514,85)	(2.514,85)
Encargos sociais a pagar - inter OFSS - união	21143000000000		(5.752,61)	5.752,61	(6.915,85)	(6.915,85)
INSS a pagar	21143010000000		(4.218,58)	4.218,58	(6.915,85)	(6.915,85)
INSS - contribuição sobre salários e remunerações	21143010100000	M	(4.218,58)	4.218,58	(6.915,85)	(6.915,85)
INSS - contribuições sobre salários e remunerações (F)	21143010102000	F	(4.218,58)	4.218,58	(6.915,85)	(6.915,85)
INSS - contribuições sobre salários e remunerações - do exercício	21143010102010	F	(4.218,58)	4.218,58	(6.915,85)	(6.915,85)
FGTS	21143050000000	M	(1.534,03)	1.534,03	0,00	0,00
FGTS (F)	21143050002000	F	(1.534,03)	1.534,03	0,00	0,00
FGTS - do exercício	21143050002010	F	(1.534,03)	1.534,03	0,00	0,00
Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	21300000000000		(123.030,62)	50.141,66	(137.760,41)	(210.649,37)
Fornecedores e contas a pagar nacionais a curto prazo	21310000000000		(123.030,62)	50.141,66	(137.760,41)	(210.649,37)
Fornecedores e contas a pagar nacionais a curto prazo - consolidação	21311000000000		(123.030,62)	50.141,66	(137.760,41)	(210.649,37)
Fornecedores nacionais	21311010000000		(123.030,62)	50.141,66	(137.760,41)	(210.649,37)
Fornecedores não financiados a pagar	21311010100000	M	(123.030,62)	50.141,66	(137.760,41)	(210.649,37)
Fornecedores não financiados a pagar (P)	21311010101000	P	(56.944,63)	0,00	0,00	(56.944,63)
Fornecedores não financiados a pagar - de exercícios anteriores	21311010101020	P	(56.944,63)	0,00	0,00	(56.944,63)
Fornecedores não financiados a pagar (F)	21311010102000	F	(66.085,99)	50.141,66	(137.760,41)	(153.704,74)
Fornecedores não financiados a pagar - do exercício	21311010102010	F	(66.085,99)	50.141,66	(137.760,41)	(153.704,74)
Obrigações fiscais a curto prazo	21400000000000		0,00	0,00	(8,36)	(8,36)
Obrigações fiscais a curto prazo com a união	21410000000000		0,00	0,00	(8,36)	(8,36)
Obrigações fiscais a curto prazo com a união - inter OFSS - união	21413000000000		0,00	0,00	(8,36)	(8,36)
PIS/PASEP a recolher	21413110000000	M	0,00	0,00	(8,36)	(8,36)
PIS/PASEP a recolher (F)	21413110002000	F	0,00	0,00	(8,36)	(8,36)
Demais obrigações a curto prazo	21800000000000		(4.116,82)	7.369,74	(11.925,48)	(8.672,56)
Valores restituíveis	21880000000000		(4.116,82)	5.769,74	(10.325,48)	(8.672,56)
Valores restituíveis - consolidação	21881000000000		(4.116,82)	5.769,74	(10.325,48)	(8.672,56)
Consignações	21881010000000		(4.116,82)	5.769,74	(10.325,48)	(8.672,56)
INSS	21881010200000	F	(3.237,48)	3.237,48	(5.231,11)	(5.231,11)
INSS sobre Folha de Pagamento	21881010201000	F	(1.567,64)	1.567,64	(2.083,95)	(2.083,95)
INSS Conduvale	21881010202000	F	(1.669,84)	1.669,84	(3.147,16)	(3.147,16)
Imposto sobre a renda retido na fonte - irrf	21881010400000	F	(137,14)	1.790,06	(3.891,19)	(2.238,27)
IRRF SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	21881010401000		0,00	1.644,98	(3.883,25)	(2.238,27)
IRRF SERVIÇOS DE TERCEIROS	21881010402000		(137,14)	145,08	(7,94)	0,00
IRRF SERV TERCEIROS IPM INFORMÁTICA LTDA	21881010402010		(17,29)	25,23	(7,94)	0,00
IRRF SERV TERCEIROS NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA	21881010402020	F	(119,85)	119,85	0,00	0,00
ISS	21881010800000	F	(718,74)	718,74	(1.203,18)	(1.203,18)
ISS a Recolher Iomere	21881010801000	F	(9,93)	9,93	(18,08)	(18,08)
ISS a Recolher Rio das Antas	21881010802000	F	(9,16)	9,16	(21,49)	(21,49)
ISS a Recolher Lebon Regis	21881010803000	F	(142,29)	142,29	(20,47)	(20,47)
ISS a Recolher Fraiburgo	21881010804000	F	(74,88)	74,88	(250,23)	(250,23)
ISS a Recolher Arroio Trinta	21881010805000	F	0,00	0,00	(48,84)	(48,84)
ISS a Recolher Videira	21881010806000	F	(135,34)	135,34	(332,29)	(332,29)
ISS a Recolher Cacador	21881010807000	F	(150,15)	150,15	(374,10)	(374,10)
ISS a Recolher Salto Veloso	21881010808000	F	(8,37)	8,37	(19,54)	(19,54)
ISS a Recolher Matos Costa	21881010809000	F	(18,51)	18,51	(54,60)	(54,60)
ISS a Recolher Ibiã	21881010811000	F	(42,42)	42,42	0,00	0,00
ISS a Recolher Pinheiro Preto	21881010813000	F	(7,05)	7,05	(20,43)	(20,43)
ISS a Recolher Tangara	21881010814000	F	(50,09)	50,09	(22,94)	(22,94)
ISS a Recolher Timbo Grande	21881010815000	F	(70,55)	70,55	(20,17)	(20,17)
Retenção relativa a vale transporte	21881011600000	F	(23,46)	23,46	0,00	0,00
Outras obrigações a curto prazo	21890000000000		0,00	1.600,00	(1.600,00)	0,00
Outras obrigações a curto prazo - consolidação	21891000000000		0,00	1.600,00	(1.600,00)	0,00
Suprimentos de fundos a pagar	21891030000000	F	0,00	1.600,00	(1.600,00)	0,00
Patrimônio líquido	23000000000000		(291.776,17)	0,00	0,00	(291.776,17)
Resultados acumulados	23700000000000		(291.776,17)	0,00	0,00	(291.776,17)
Superávits ou déficits acumulados	23710000000000		(291.776,17)	0,00	0,00	(291.776,17)
Superávits ou déficits acumulados - consolidação	23711000000000		(291.776,17)	0,00	0,00	(291.776,17)

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPM151101-022-TFZJT-165156372 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

27/03/2015 11:46

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 4 / 10

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não

Período: Fevereiro de 2015 até: Fevereiro de 2015 Indicador de Superávit: Todos

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
Superávits ou déficits de exercícios anteriores	237110200000000	P	(291.776,17)	0,00	0,00	(291.776,17)


CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Pág 5 / 10

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não

Período: Fevereiro de 2015 até: Fevereiro de 2015 Indicador de Superávit: Todos

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
Variação patrimonial diminutiva	30000000000000		99.929,59	184.387,78	(5.752,61)	278.564,76
Pessoal e encargos	31000000000000		24.928,03	46.619,01	(5.752,61)	65.794,43
Remuneração a pessoal	31100000000000		24.928,03	35.437,29	(5.752,61)	54.612,71
Remuneração a pessoal ativo civil - abrangidos pelo RPPS	31110000000000		19.175,42	24.970,58	0,00	44.146,00
Remuneração a pessoal ativo civil - abrangidos pelo RPPS - consolidação	31111000000000		19.175,42	24.970,58	0,00	44.146,00
Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil - RPPS	31111010000000		19.175,42	24.970,58	0,00	44.146,00
Vencimentos e salários	31111010100000		18.653,98	13.179,03	0,00	31.833,01
Férias - abono constitucional	31111012400000		0,00	2.947,89	0,00	2.947,89
Férias - pagamento antecipado	31111013500000		521,44	8.843,66	0,00	9.365,10
Remuneração a pessoal ativo civil - abrangidos pelo RGPS	31120000000000		5.752,61	10.466,71	(5.752,61)	10.466,71
Remuneração a pessoal ativo civil - abrangidos pelo RGPS - consolidação	31121000000000		5.752,61	10.466,71	(5.752,61)	10.466,71
Contratação por tempo determinado	31121040000000		5.752,61	10.466,71	(5.752,61)	10.466,71
Férias - pagamento antecipado	31121041500000		0,00	37,19	0,00	37,19
Obrigações patronais	31121042500000		0,00	4.001,59	0,00	4.001,59
INSS patronal	31121042600000		4.218,58	0,00	(4.218,58)	0,00
FGTS	31121042700000		1.534,03	0,00	(1.534,03)	0,00
Outras contratações por tempo determinado	31121049900000		0,00	6.427,93	0,00	6.427,93
Encargos patronais	31200000000000		0,00	11.181,72	0,00	11.181,72
Encargos patronais - RGPS	31220000000000		0,00	11.181,72	0,00	11.181,72
Encargos patronais - RGPS - consolidação	31221000000000		0,00	11.181,72	0,00	11.181,72
Contribuições previdenciárias - INSS	31221010000000		0,00	8.199,94	0,00	8.199,94
Outros encargos patronais - RGPS	31221990000000		0,00	2.981,78	0,00	2.981,78
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	33000000000000		74.991,11	137.760,41	0,00	212.751,52
Uso de material de consumo	33100000000000		21.801,11	54.912,43	0,00	76.713,54
Consumo de material	33110000000000		21.801,11	54.912,43	0,00	76.713,54
Consumo de material - consolidação	33111000000000		21.801,11	54.912,43	0,00	76.713,54
Combustíveis e lubrificantes automotivos	33111010000000		136,34	4.107,16	0,00	4.243,50
Material de processamento de dados	33111170000000		865,00	0,00	0,00	865,00
Material elétrico e eletrônico	33111260000000		20.799,77	49.567,20	0,00	70.366,97
Material para manutenção de veículos	33111390000000		0,00	1.238,07	0,00	1.238,07
Serviços	33200000000000		53.190,00	82.847,98	0,00	136.037,98
Serviços terceiros - PF	33220000000000		1.180,00	1.180,00	0,00	2.360,00
Serviços terceiros - PF - consolidação	33221000000000		1.180,00	1.180,00	0,00	2.360,00
Locações	33221210000000		1.180,00	1.180,00	0,00	2.360,00
Locação de imóveis	33221210100000		1.180,00	1.180,00	0,00	2.360,00
Serviços terceiros - PJ	33230000000000		52.010,00	81.667,98	0,00	133.677,98
Serviços terceiros - PJ - consolidação	33231000000000		52.010,00	81.667,98	0,00	133.677,98
Comunicação	33231040000000		1.458,86	749,77	0,00	2.208,63
Manutenção e conservação	33231060000000		0,00	0,89	0,00	0,89
Serviços de apoio	33231070000000		3.535,29	5.585,36	0,00	9.120,65
Serviços de água e esgoto, energia elétrica, gás e outros.	33231080000000		123,80	152,91	0,00	276,71
Locações	33231100000000		4.200,25	5.246,80	0,00	9.447,05
Serviços relacionados a tecnologia da informação	33231110000000		163,00	163,00	0,00	326,00
Serviços de transporte	33231120000000		0,00	86,54	0,00	86,54
Assinaturas de periódicos e anuidades	33231140000000		7.990,00	0,00	0,00	7.990,00
Seguros em geral	33231290000000		2.112,56	0,00	0,00	2.112,56
Serviços bancários	33231320000000		77,26	209,48	0,00	286,74
Serviços técnicos profissionais	33231510000000		1.152,87	0,00	0,00	1.152,87
Outros serviços terceiros - PJ	33231990000000		31.196,11	69.473,23	0,00	100.669,34
Tributárias	37000000000000		10,45	8,36	0,00	18,81
Contribuições	37200000000000		10,45	8,36	0,00	18,81
Contribuições sociais	37210000000000		10,45	8,36	0,00	18,81
Contribuições sociais - consolidação	37211000000000		10,45	8,36	0,00	18,81
PIS/PASEP	37211020000000		10,45	8,36	0,00	18,81

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 6 / 10

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não

Período: Fevereiro de 2015 até: Fevereiro de 2015 Indicador de Superávit: Todos

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
Varição patrimonial aumentativa	4000000000000000		(239.485,81)	0,00	(189.091,28)	(428.577,09)
Varições patrimoniais aumentativas financeiras	4400000000000000		(835,81)	0,00	(672,22)	(1.508,03)
Remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras	4450000000000000		(835,81)	0,00	(672,22)	(1.508,03)
Remuneração de depósitos bancários	4451000000000000		(835,81)	0,00	(672,22)	(1.508,03)
Remuneração de depósitos bancários - consolidação	4451100000000000		(835,81)	0,00	(672,22)	(1.508,03)
Transferências e delegações recebidas	4500000000000000		(238.650,00)	0,00	(188.419,06)	(427.069,06)
Transferências de consórcios públicos	4550000000000000		(238.650,00)	0,00	(179.310,00)	(417.960,00)
Transferências de consórcios públicos - consolidação	4550100000000000		(238.650,00)	0,00	(179.310,00)	(417.960,00)
Execução orçamentária delegada	4570000000000000		0,00	0,00	(9.109,06)	(9.109,06)
Execução orçamentária delegada de consórcios	4572000000000000		0,00	0,00	(9.109,06)	(9.109,06)
Execução orçamentária delegada de consórcios - consolidação	4572100000000000		0,00	0,00	(9.109,06)	(9.109,06)
Execução Orçamentaria delegada ao Consorcio MIP	4572100000100000		0,00	0,00	(5.609,06)	(5.609,06)
Execução Orçamentaria delegada ao Consorcio - Telefonia móvel	4572100000200000		0,00	0,00	(3.500,00)	(3.500,00)

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 7 / 10

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não

Período: Fevereiro de 2015 até: Fevereiro de 2015 Indicador de Superávit: Todos

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
Controles da aprovação do planejamento e orçamento	5000000000000000		4.088.858,42	0,00	0,00	4.088.858,42
Orçamento aprovado	5200000000000000		4.088.858,42	0,00	0,00	4.088.858,42
Previsão da receita	5210000000000000		1.980.000,00	0,00	0,00	1.980.000,00
Previsão inicial da receita	5211000000000000		1.980.000,00	0,00	0,00	1.980.000,00
Previsão inicial da receita bruta	5211100000000000	O	1.980.000,00	0,00	0,00	1.980.000,00
Fixação da despesa	5220000000000000		2.108.858,42	0,00	0,00	2.108.858,42
Dotação orçamentária	5221000000000000		2.108.858,42	0,00	0,00	2.108.858,42
Dotação inicial	5221100000000000		1.980.000,00	0,00	0,00	1.980.000,00
Crédito inicial	5221101000000000	O	1.980.000,00	0,00	0,00	1.980.000,00
Dotação adicional por tipo de crédito	5221200000000000		128.858,42	0,00	0,00	128.858,42
Crédito adicional - suplementar	5221201000000000	O	128.858,42	0,00	0,00	128.858,42

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 8 / 10

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não

Período: Fevereiro de 2015 até: Fevereiro de 2015 Indicador de Superávit: Todos

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
Controles da execução do planejamento e orçamento	6000000000000000		(4.088.858,42)	1.652.643,92	(1.652.643,92)	(4.088.858,42)
Execução do orçamento	6200000000000000		(4.088.858,42)	1.652.643,92	(1.652.643,92)	(4.088.858,42)
Execução da receita	6210000000000000		(1.980.000,00)	58.681,99	(58.681,99)	(1.980.000,00)
Receita a realizar	6211000000000000	O	(1.965.564,19)	58.681,99	0,00	(1.906.882,20)
Receita realizada	6212000000000000	O	(14.435,81)	0,00	(58.681,99)	(73.117,80)
Execução da despesa	6220000000000000		(2.108.858,42)	1.593.961,93	(1.593.961,93)	(2.108.858,42)
Disponibilidades de crédito	6221000000000000		(2.108.858,42)	1.593.961,93	(1.593.961,93)	(2.108.858,42)
Crédito disponível	6221100000000000	O	(1.508.945,87)	1.190.845,12	(133.951,67)	(452.052,42)
Crédito utilizado	6221300000000000		(599.912,55)	403.116,81	(1.460.010,26)	(1.656.806,00)
Crédito empenhado a liquidar	6221301000000000	O	(498.382,96)	314.186,84	(1.190.845,12)	(1.375.041,24)
Crédito empenhado liquidado a pagar	6221303000000000	O	(71.838,60)	88.929,97	(180.235,17)	(163.143,80)
Crédito empenhado liquidado pago	6221304000000000	O	(29.690,99)	0,00	(88.929,97)	(118.620,96)

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 9 / 10

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não

Período: Fevereiro de 2015 até: Fevereiro de 2015 Indicador de Superávit: Todos

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
Controles devedores	7000000000000000		158.524,03	58.681,99	0,00	217.206,02
Administração financeira	7200000000000000		158.524,03	58.681,99	0,00	217.206,02
Disponibilidades por destinação	7210000000000000		158.524,03	58.681,99	0,00	217.206,02
Controle da disponibilidade de recursos	7211000000000000	O	158.524,03	58.681,99	0,00	217.206,02

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 10 / 10

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não

Período: Fevereiro de 2015 até: Fevereiro de 2015 Indicador de Superávit: Todos

Descrição da Conta	Conta Contábil	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
Controles credores	8000000000000000		(158.524,03)	1.599.731,67	(1.658.413,66)	(217.206,02)
Execução da administração financeira	8200000000000000		(158.524,03)	1.599.731,67	(1.658.413,66)	(217.206,02)
Execução das disponibilidades por destinação	8210000000000000		(158.524,03)	1.599.731,67	(1.658.413,66)	(217.206,02)
Execução da disponibilidade de recursos	8211000000000000		(158.524,03)	1.599.731,67	(1.658.413,66)	(217.206,02)
Disponibilidade por destinação de recursos	8211100000000000		498.333,15	1.190.845,12	(192.633,66)	1.496.544,61
Disponibilidade por destinação de recursos - disponível	8211101000000000	O	498.333,15	1.190.845,12	(192.633,66)	1.496.544,61
Disponibilidade por destinação de recursos comprometida por empenho	8211200000000000	O	(498.382,96)	314.186,84	(1.190.845,12)	(1.375.041,24)
Disponibilidade por destinação de recursos comprometida por liquidação e entradas compensatórias	8211300000000000		(132.900,05)	94.699,71	(190.560,65)	(228.760,99)
Comprometida por liquidação	8211301000000000	O	(128.783,23)	88.929,97	(180.235,17)	(220.088,43)
Comprometida por consignações/retenções	8211302000000000	O	(4.116,82)	5.769,74	(10.325,48)	(8.672,56)
Disponibilidade por destinação de recursos utilizada	8211400000000000	O	(25.574,17)	0,00	(84.374,23)	(109.948,40)

Ativo	670.549,49	Passivo	520.537,16
VPD	278.564,76	VPA	428.577,09
Contr. da Exec. do Plan. e Orçamento	4.088.858,42	Contr. da Aprov. do Plan. e Orçamento	4.088.858,42
Controle Credores	217.206,02	Controle Devedores	217.206,02
Total	5.255.178,69	Total	5.255.178,69

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

BALANCETE DO RAZÃO



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Prestação de Contas
AN TC-01 Balancete do Razão
Período: Fevereiro de 2015
Sistema: Todos

Pág 1 / 1

Conta	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício Corrente						Razão	
		Até o Mês Ant.		Do Mês		Acumulado		Saldo Atual	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito		
Controle									
Ativo	348.720,80	253.395,81	37.884,17	239.591,99	133.274,94	492.987,80	171.159,11	670.549,49	
Varição patrimonial aumentativa	0,00	0,00	239.485,81	0,00	189.091,28	0,00	428.577,09	(428.577,09)	
Total do sistema Controle	348.720,80	253.395,81	277.369,98	239.591,99	322.366,22	492.987,80	599.736,20	241.972,40	
Patrimonial									
Passivo e patrimônio líquido	(348.720,80)	31.125,14	107.080,56	94.699,71	190.560,65	125.824,85	297.641,21	(520.537,16)	
Varição patrimonial diminutiva	0,00	99.929,59	0,00	184.387,78	5.752,61	284.317,37	5.752,61	278.564,76	
Controles devedores	144.088,22	14.435,81	0,00	58.681,99	0,00	73.117,80	0,00	217.206,02	
Controles credores	(144.088,22)	732.661,54	747.097,35	1.599.731,67	1.658.413,66	2.332.393,21	2.405.511,01	(217.206,02)	
Total do sistema Patrimonial	(348.720,80)	878.152,08	854.177,91	1.937.501,15	1.854.726,92	2.815.653,23	2.708.904,83	(241.972,40)	
Total Ativo	348.720,80	253.395,81	37.884,17	239.591,99	133.274,94	492.987,80	171.159,11	670.549,49	
Total Passivo	(348.720,80)	31.125,14	107.080,56	94.699,71	190.560,65	125.824,85	297.641,21	(520.537,16)	
Total VPA	0,00	0,00	239.485,81	0,00	189.091,28	0,00	428.577,09	(428.577,09)	
Total VPD	0,00	99.929,59	0,00	184.387,78	5.752,61	284.317,37	5.752,61	278.564,76	
Total Controle da Aprovação do Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total Controle da Execução do Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total Controle Devedores	144.088,22	14.435,81	0,00	58.681,99	0,00	73.117,80	0,00	217.206,02	
Total Controle Credores	(144.088,22)	732.661,54	747.097,35	1.599.731,67	1.658.413,66	2.332.393,21	2.405.511,01	(217.206,02)	
Total Geral	0,00	1.131.547,89	1.131.547,89	2.177.093,14	2.177.093,14	3.308.641,03	3.308.641,03	0,00	
ORÇAMENTO									
Receita orçamentária	0,00	0,00	14.435,81	0,00	58.681,99	0,00	73.117,80	(73.117,80)	
Despesa orçamentária	0,00	101.529,59	0,00	180.235,17	0,00	281.764,76	0,00	281.764,76	
Total Geral	0,00	101.529,59	14.435,81	180.235,17	58.681,99	281.764,76	73.117,80	208.646,96	

BALANÇO FINANCEIRO



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA
AN TC-05 Balanço Financeiro
Período de Referência: Fevereiro / 2015

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)					
Ordinária	73.117,80	0,00	Despesa Orçamentária (VI)	1.056.893,45	0,00
01000200 - Recursos Ordinários	365,03	0,00	Ordinária	15.875,42	0,00
	365,03	0,00	03000200 - Recursos Ordinários - Superavit	15.875,42	0,00
Vinculada	72.752,77	0,00	Vinculada	1.041.018,03	0,00
01000300 - Transferências a Consórcios Públicos	72.752,77	0,00	01000300 - Transferências a Consórcios Públicos	1.026.478,82	0,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00	0,00	03000300 - Transferências a Consórcios Públicos - Superavit	14.539,21	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)			Transferências Financeiras Concedidas (VII)		
Transf. Financeira Recebida	0,00	0,00	Transf. Financeira Concedida	0,00	0,00
Aportes	0,00	0,00			
Recebimentos Extraorçamentários (III)			Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		
Inscrição de restos a pagar	1.667.339,82	0,00	Pagamento de restos a pagar	720.394,77	0,00
Valores restituíveis	1.656.806,00	0,00	Valores restituíveis	118.620,96	0,00
Obrigações de Repartição a Outros Entes	10.533,82	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes	4.099,53	0,00
Outras Variações Aumentativas	0,00	0,00	Outras Variações Diminutivas	0,00	0,00
	0,00	0,00		597.674,28	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	144.088,22	0,00	Saldo em Espécie do Exercício (IX)	107.257,62	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	1.884.545,84	0,00	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	1.884.545,84	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA, Data Emissão 27/03/2015, Hora emissão 11:49:15

Notas:

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRCSC 029.696/O-0

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanço Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2015 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			Janeiro a Fevereiro (b)	%(b/a)	Até Fevereiro (c)	%(c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	1.980.000,00	1.980.000,00	73.117,80	3,69	73.117,80	3,69	1.906.882,20
RECEITAS CORRENTES	1.922.000,00	1.922.000,00	71.113,80	3,70	71.113,80	3,70	1.850.886,20
RECEITA TRIBUTÁRIA	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	10.400,00	10.400,00	1.508,03	14,50	1.508,03	14,50	8.891,97
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	10.400,00	10.400,00	1.508,03	14,50	1.508,03	14,50	8.891,97
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	45.100,00	45.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.100,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.864.000,00	1.864.000,00	69.605,77	3,73	69.605,77	3,73	1.794.394,23
Transferências Intergovernamentais	1.864.000,00	1.864.000,00	69.605,77	3,73	69.605,77	3,73	1.794.394,23
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Multas e Juros de Mora	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	58.000,00	58.000,00	2.004,00	3,46	2.004,00	3,46	55.996,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Alienação de Bens Móveis	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	56.000,00	56.000,00	2.004,00	3,58	2.004,00	3,58	53.996,00
Transferências Intergovernamentais	56.000,00	56.000,00	2.004,00	3,58	2.004,00	3,58	53.996,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	1.980.000,00	1.980.000,00	73.117,80	3,69	73.117,80	3,69	1.906.882,20
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	1.980.000,00	1.980.000,00	73.117,80	3,69	73.117,80	3,69	1.906.882,20
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	208.646,96	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	1.980.000,00	1.980.000,00	73.117,80	3,69	281.764,76	-	-
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00	128.858,42	0,00	0,00	41.635,19	0,00	0,00

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanço Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2015 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

Superávit Financeiro	0,00	128.858,42	0,00	0,00	41.635,19	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanco Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2015 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesas Pagas Até Fevereiro (j)
			Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro (f)		Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro (h)		
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.) (VIII)	1.980.000,00	2.108.858,42	1.656.806,00	1.656.806,00	452.052,42	281.764,76	281.764,76	1.827.093,66	118.620,96
DESPESAS CORRENTES	1.905.500,00	2.006.630,20	1.656.806,00	1.656.806,00	349.824,20	281.764,76	281.764,76	1.724.865,44	118.620,96
Pessoal e Encargos Sociais	465.500,00	467.633,90	361.102,79	361.102,79	106.531,11	65.794,43	65.794,43	401.839,47	56.363,73
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.440.000,00	1.538.996,30	1.295.703,21	1.295.703,21	243.293,09	215.970,33	215.970,33	1.323.025,97	62.257,23
DESPESAS DE CAPITAL	70.500,00	98.228,22	0,00	0,00	98.228,22	0,00	0,00	98.228,22	0,00
Investimentos	70.500,00	98.228,22	0,00	0,00	98.228,22	0,00	0,00	98.228,22	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	1.980.000,00	2.108.858,42	1.656.806,00	1.656.806,00	452.052,42	281.764,76	281.764,76	1.827.093,66	118.620,96
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	1.980.000,00	2.108.858,42	1.656.806,00	1.656.806,00	452.052,42	281.764,76	281.764,76	1.827.093,66	118.620,96
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	1.980.000,00	2.108.858,42	1.656.806,00	1.656.806,00	452.052,42	281.764,76	281.764,76	1.827.093,66	118.620,96

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			Janeiro à Fevereiro (b)	% (b/a)	Até Fevereiro (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Aportes Periódicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesas Pagas Até Fevereiro (j)
			Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro (f)		Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro (h)		
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Data Emissão: 27/mar/2015

Hora de emissão: 12h e 09m

Notas:

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A EMPENHADA



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Prestação de Contas

AN TC-08 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada

LOA: 2015 Dotação: Período: Fevereiro

Valor: Empenhado

Conta	Créditos			Despesas		
	Orcado	Suplementado	Anulado	Valor/Mês	Acumulado	Saldo
Órgão: 01 - CONSORCIO PÚBLICO						
3300000000000000 - Despesas correntes	1.905.500,00	101.130,20	0,00	2.006.630,20	1.556.806,00	349.824,20
3310000000000000 - Pessoal e encargos sociais	465.500,00	2.133,90	0,00	467.633,90	361.102,79	106.531,11
3319000000000000 - Aplicações diretas	465.500,00	2.133,90	0,00	467.633,90	361.102,79	106.531,11
3319004000000000 - Contratação por tempo determinado	0,00	0,00	0,00	0,00	116.037,19	0,00
3319004040000000 - Obrigações patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	41.000,00	0,00
3319004900000000 - Outros serviços temporários	0,00	0,00	0,00	0,00	75.037,19	0,00
3319011000000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	0,00	0,00	0,00	0,00	195.312,99	0,00
3319011010000000 - Vencimentos e salários	0,00	0,00	0,00	0,00	183.000,00	0,00
3319011450000000 - Férias - abono constitucional	0,00	0,00	0,00	0,00	2.947,89	0,00
3319011460000000 - Férias - pagamento antecipado	0,00	0,00	0,00	0,00	9.365,10	0,00
3319013000000000 - Obrigações patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	49.752,61	0,00
3319013010000000 - FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00	13.534,03	0,00
3319013020000000 - Contribuições previdenciárias - INSS	0,00	0,00	0,00	0,00	36.218,58	0,00
3330000000000000 - Outras despesas correntes	1.440.000,00	98.996,30	0,00	1.538.996,30	1.295.703,21	243.293,09
3339000000000000 - Aplicações diretas	1.440.000,00	98.996,30	0,00	1.538.996,30	1.295.703,21	243.293,09
3339030000000000 - Material de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	548.742,18	0,00
3339030010000000 - Combustíveis e lubrificantes automotivos	0,00	0,00	0,00	0,00	10.592,93	0,00
3339030017000000 - Material de processamento de dados	0,00	0,00	0,00	0,00	865,00	0,00
3339030026000000 - Material elétrico e eletrônico	0,00	0,00	0,00	0,00	534.446,18	0,00
3339030309000000 - Material para manutenção de veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	1.238,07	0,00
3339030906000000 - Materiais de consumo - pagto antecipado	0,00	0,00	0,00	0,00	1.600,00	0,00
3339036000000000 - Outros serviços terceiros - pessoa física	0,00	0,00	0,00	0,00	4.720,00	0,00
3339036150000000 - Locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	4.720,00	0,00
3339039000000000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	742.091,03	0,00
3339039010000000 - Assinatura de periódicos e anuidades	0,00	0,00	0,00	0,00	7.990,00	0,00
3339039050000000 - Serviços técnicos profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00	1.152,87	0,00
3339039080000000 - Manutenção de software	0,00	0,00	0,00	0,00	1.956,00	0,00
3339039110000000 - Locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	43.512,85	0,00
3339039190000000 - Manutenção e conservação de veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,89	0,00
3339039430000000 - Serviços de energia elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	1.600,00	0,00
3339039470000000 - Serviços de comunicação em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	62.816,52	0,00
3339039580000000 - Serviços de telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	11.100,00	0,00
3339039690000000 - Seguros em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	2.112,56	0,00
3339039720000000 - Vale-transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	900,00	0,00
3339039810000000 - Serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00
3339039860000000 - Outros serv. terceiros pessoa jurídica - pagamento antecipado	0,00	0,00	0,00	0,00	1.900,00	0,00
3339039870000000 - Despesas de teleprocessamento	0,00	0,00	0,00	0,00	1.600,00	0,00
3339039890000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	6.316,00	0,00
3339047000000000 - Obrigações tributárias e contributivas	0,00	0,00	0,00	0,00	599.133,34	0,00
3339047120000000 - Contribuição para o PIS/PASEP	0,00	0,00	0,00	0,00	150,00	0,00



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Prestação de Contas
AN TC-08 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada
LOA: 2015 Dotação: Período: Fevereiro
Valor: Empenhado

Conta	Créditos			Total	Despesas		Saldo
	Orçado	Suplementado	Anulado		Valor/Mês	Acumulado	
Órgão: 01 - CONSÓRCIO PÚBLICO							
3400000000000000 - Despesas de capital	70.500,00	27.728,22	0,00	98.228,22	0,00	0,00	98.228,22
3440000000000000 - Investimentos	70.500,00	27.728,22	0,00	98.228,22	0,00	0,00	98.228,22
3449000000000000 - Aplicacoes diretas	70.500,00	27.728,22	0,00	98.228,22	0,00	0,00	98.228,22
Total Órgão	1.976.000,00	128.858,42	0,00	2.104.858,42	1.056.893,45	1.656.806,00	448.052,42
Órgão: 99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA							
3900000000000000 - Reserva de contingência	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
3990000000000000 - Reserva de contingência	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
3999900000000000 - Reserva de contingência	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
Total Órgão	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
Total Geral	1.980.000,00	128.858,42	0,00	2.108.858,42	1.056.893,45	1.656.806,00	452.052,42

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 1

Prestação de Contas

Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

Período: Janeiro até Fevereiro de 2015

Lei 4320/64 Artigo 101

Títulos	Conta	Receita		Diferença	
		Orçada	Realizada	Para Mais(+)	Para Menos(-)
Receitas correntes	10000000000000	1.922.000,00	71.113,80		1.850.886,20
Receita tributária	11000000000000	500,00	0,00		500,00
Taxas	11200000000000	500,00	0,00		500,00
Taxas pela prestação de serviços	11220000000000	500,00	0,00		500,00
Receita patrimonial	13000000000000	10.400,00	1.508,03		8.891,97
Receitas de valores mobiliários	13200000000000	10.400,00	1.508,03		8.891,97
Remuneração de depósitos bancários	13250000000000	10.400,00	1.508,03		8.891,97
Receita de serviços	16000000000000	45.100,00	0,00		45.100,00
Serviços administrativos	16001300000000	38.100,00	0,00		38.100,00
Serviços de consultoria, assistência técnica e análise de projetos	16002000000000	5.000,00	0,00		5.000,00
Outras receitas de serviços	16009900000000	2.000,00	0,00		2.000,00
Transferências correntes	17000000000000	1.864.000,00	69.605,77		1.794.394,23
Transferências intergovernamentais	17200000000000	1.864.000,00	69.605,77		1.794.394,23
Transferências dos municípios	17230000000000	1.864.000,00	69.605,77		1.794.394,23
Outras receitas correntes	19000000000000	2.000,00	0,00		2.000,00
Multas e juros de mora	19100000000000	2.000,00	0,00		2.000,00
Multas de outras origens	19190000000000	2.000,00	0,00		2.000,00
Receitas de capital	20000000000000	58.000,00	2.004,00		55.996,00
Alienação de bens	22000000000000	2.000,00	0,00		2.000,00
Alienação de bens móveis	22100000000000	2.000,00	0,00		2.000,00
Alienação de outros bens móveis	22190000000000	2.000,00	0,00		2.000,00
Transferências de capital	24000000000000	56.000,00	2.004,00		53.996,00
Transferências intergovernamentais	24200000000000	56.000,00	2.004,00		53.996,00
Transferências dos municípios	24230000000000	56.000,00	2.004,00		53.996,00
Total Geral		1.980.000,00	73.117,80		1.906.882,20

Data de Emissão: 27/03/2015

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Prestação de Contas
AN TC-03 Conciliação Bancária
Período: 01/02/2015 até 28/02/2015

111111900010100 - B. Brasil Sa Movimento 18.520-5

Saldo da Contabilidade				15.389,36		Saldo de Aplicação		0,00	
Saldo Conciliado				15.389,36		Saldo de Extrato		15.389,36	
						Diferença conciliação (I)		0,00	
Pendências Contábeis				Pendências Bancárias					
Data	Documento	Descrição	Valor	Data	Documento	Descrição	Valor		
Total (II)				0,00		Total (III)			
Diferença Geral (I - II + III)									

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

111111900010200 - B. Brasil- Ctp01 Ctr1 - 20.412-9

Saldo da Contabilidade			18.327,63	Saldo de Aplicação			0,00	
Saldo Conciliado			18.327,63	Saldo de Extrato			18.327,63	
				Diferença conciliação (I)			0,00	
Pendências Contábeis				Pendências Bancárias				
Data	Documento	Descrição	Valor	Data	Documento	Descrição	Valor	
Total (II)			0,00	Total (III)				0,00
Diferença Geral (I - II + III)								0,00

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

111111900010300 - B. Brasil - Cps Maq. - 20.414-5

Pendências Contábeis			Pendências Bancárias				
Data	Documento	Descrição	Valor	Data	Documento	Descrição	Valor
Saldo da Contabilidade			17.655,56	Saldo de Aplicação			0,00
Saldo Conciliado			17.655,56	Saldo de Extrato			17.655,56
Diferença conciliação (I)				Diferença conciliação (I)			0,00
Total (II)			0,00	Total (III)			0,00

IPM - Informática Ltda



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Prestação de Contas
AN TC-03 Conciliação Bancária
Período: 01/02/2015 até 28/02/2015

111111900010300 - B. Brasil - Cps Maq. - 20.414-5

Saldo da Contabilidade	17.655,56	Saldo de Aplicação	0,00
Saldo Conciliado	17.655,56	Saldo de Extrato	17.655,56
		Diferença conciliação (I)	0,00
Pendências Contábeis		Pendências Bancárias	
Diferença Geral (I - II + III)		0,00	

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

111111900010400 - B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413-7

Saldo da Contabilidade	20.723,42	Saldo de Aplicação	0,00
Saldo Conciliado	20.723,42	Saldo de Extrato	20.723,42
		Diferença conciliação (I)	0,00
Pendências Contábeis		Pendências Bancárias	
Data	Documento	Descrição	Valor
Total (II)		Total (III)	0,00
Diferença Geral (I - II + III)		0,00	

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

111111900010500 - B. Brasil - Ctp3 Proama - 21.525-2

Saldo da Contabilidade	10.671,84	Saldo de Aplicação	0,00
Saldo Conciliado	10.671,84	Saldo de Extrato	10.671,84
		Diferença conciliação (I)	0,00
Pendências Contábeis		Pendências Bancárias	
Data	Documento	Descrição	Valor
Total (II)		Total (III)	0,00
Diferença Geral (I - II + III)		0,00	

IPM - Informática Ltda



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Prestação de Contas
AN TC-03 Conciliação Bancária
Período: 01/02/2015 até 28/02/2015

111111900010500 - B. Brasil - Ctp3 Proama - 21.525-2

Saldo da Contabilidade	10.671,84	Saldo de Aplicação	0,00
Saldo Conciliado	10.671,84	Saldo de Extrato	10.671,84
		Diferença conciliação (I)	0,00
Pendências Contábeis		Pendências Bancárias	

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

111111900010600 - B. Brasil - PROLICITA 22436-7

Saldo da Contabilidade	12.413,14	Saldo de Aplicação	0,00
Saldo Conciliado	12.413,14	Saldo de Extrato	12.413,14
		Diferença conciliação (I)	0,00
Pendências Contábeis		Pendências Bancárias	
Data	Documento	Descrição	Valor
Total (II)		Total (III)	0,00
Diferença Geral (I - II + III)			0,00

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

111111900010700 - B. BRASIL - PROILUMINA. 22437-5

Saldo da Contabilidade	0,00	Saldo de Aplicação	0,00
Saldo Conciliado	0,00	Saldo de Extrato	0,00
		Diferença conciliação (I)	0,00
Pendências Contábeis		Pendências Bancárias	
Data	Documento	Descrição	Valor
Total (II)		Total (III)	0,00
Diferença Geral (I - II + III)			0,00

IPM - Informática Ltda



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Prestação de Contas
AN TC-03 Conciliação Bancária
Período: 01/02/2015 até 28/02/2015

111111900010700 - B. BRASIL - PROILUMINA. 22437-5

Saldo da Contabilidade	0,00	Saldo de Aplicação	0,00
Saldo Conciliado	0,00	Saldo de Extrato	0,00
		Diferença conciliação (I)	0,00
Pendências Contábeis		Pendências Bancárias	

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

111111900010800 - B. Brasil - PROLICITA TELEFONIA 22864-8

Saldo da Contabilidade	12.076,67	Saldo de Aplicação	0,00
Saldo Conciliado	12.076,67	Saldo de Extrato	12.076,67
		Diferença conciliação (I)	0,00

Pendências Contábeis				Pendências Bancárias			
Data	Documento	Descrição	Valor	Data	Documento	Descrição	Valor
Total (II)			0,00	Total (III)			0,00
Diferença Geral (I - II + III)							
0,00							

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

Fraiburgo, 28 de fevereiro de 2015

IPM - Informática Ltda

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO_ SUBFUNÇÃO 1 BIMESTRE**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2015 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - Anexo 2(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a-d)
			Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro (b)	%(b) / tot.(b)		Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro (d)	%(d) / tot.(d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	1.980.000,00	2.108.858,42	1.656.806,00	1.656.806,00	100,00	452.052,42	281.764,76	281.764,76	100,00	1.827.093,66
Administração	606.000,00	669.955,24	508.598,22	508.598,22	30,70	161.357,02	107.036,04	107.036,04	37,99	562.919,20
Administração Geral	606.000,00	669.955,24	508.598,22	508.598,22	30,70	161.357,02	107.036,04	107.036,04	37,99	562.919,20
Urbanismo	1.205.000,00	1.241.888,68	1.132.332,36	1.132.332,36	68,34	109.556,32	158.853,30	158.853,30	56,38	1.083.035,38
Serviços Urbanos	1.205.000,00	1.241.888,68	1.132.332,36	1.132.332,36	68,34	109.556,32	158.853,30	158.853,30	56,38	1.083.035,38
Saneamento	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Saneamento Básico Rural	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Gestão Ambiental	133.000,00	143.553,96	0,00	0,00	0,00	143.553,96	0,00	0,00	0,00	143.553,96
Preservação e Conservação Ambiental	133.000,00	143.553,96	0,00	0,00	0,00	143.553,96	0,00	0,00	0,00	143.553,96
Agricultura	18.000,00	35.460,54	15.875,42	15.875,42	0,96	19.585,12	15.875,42	15.875,42	5,63	19.585,12
Extensão Rural	18.000,00	35.460,54	15.875,42	15.875,42	0,96	19.585,12	15.875,42	15.875,42	5,63	19.585,12
Encargos Especiais	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
Outros encargos Especiais	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
Reserva de Contingência	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Reserva de contingência	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00

Despesa Intra-Orçamentária

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a-d)
			Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro (b)	%(b) / tot.(b)		Janeiro à Fevereiro	Até Fevereiro (d)	%(d) / tot.(d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇ.) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	1.980.000,00	2.108.858,42	1.656.806,00	1.656.806,00	100,00	452.052,42	281.764,76	281.764,76	100,00	1.827.093,66

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Data Emissão: 27/mar/2015

Hora de emissão: 12h e 11m

Notas:

 LUIZ FERNANDO RALDI
 Contador
 CRC/SC 029.696/O-0

 ELÓI RONNAU
 Diretor Executivo

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS RECEBIDOS - TC 06**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 2

Prestação de Contas

AN TC-06 Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título

LOA: 2015 Período: Fevereiro

Conta	Recebido no período	Recebido até o período
Receita Orçamentária		
Receita orçamentária	58.681,99	73.117,80
Receitas correntes	57.069,99	71.113,80
Receita patrimonial	672,22	1.508,03
Receitas de valores mobiliários	672,22	1.508,03
Remuneração de depósitos bancários	672,22	1.508,03
Remuneração depósitos de recursos vinculados	499,26	1.143,00
Receita rem. dep. banc. rec. vinc.-outros	499,26	1.143,00
Remuneracao Dep. Bancarios - Municipios Consorciad	499,26	1.143,00
Remuneração depósito de recursos não vinculados	172,96	365,03
Remuneração dep. recur. não vinculados-outros	172,96	365,03
Transferências correntes	56.397,77	69.605,77
Transferências intergovernamentais	56.397,77	69.605,77
Transferências dos municípios	56.397,77	69.605,77
Transferências a consórcios públicos	56.397,77	69.605,77
GRUPO DO PROGRAMA 02 MIP	7.569,77	7.569,77
LEBON REGIS	5.609,06	5.609,06
MATOS COSTA	1.960,71	1.960,71
GRUPO DO PROGRAMA 04 PROLICITA	48.828,00	62.036,00
GRUPO DO PROGRAMA 04 PROLICITA	18.096,00	22.672,00
ABDON BATISTA	1.560,00	3.120,00
BRUNOPOLIS	2.496,00	2.496,00
CAÇADOR	8.528,00	8.528,00
FRAIBURGO	3.016,00	6.032,00
FREI ROGERIO	2.496,00	2.496,00
IBIAM	1.248,00	1.248,00
IOMERÊ	1.248,00	2.496,00
IRANI	3.120,00	3.120,00
MACIEIRA	0,00	2.496,00
MATOS COSTA	1.128,00	1.128,00
PINHEIRO PRETO	13.728,00	14.976,00
RIO DAS ANTAS	3.120,00	3.120,00
VIDEIRA	3.640,00	7.280,00
VIDEIRA	3.500,00	3.500,00
Receitas de capital	1.612,00	2.004,00
Transferências de capital	1.612,00	2.004,00
Transferências intergovernamentais	1.612,00	2.004,00
Transferências dos municípios	1.612,00	2.004,00
Transferências a consórcios públicos	1.612,00	2.004,00
GRUPO DO PROGRAMA 04 PROLICITA	1.612,00	2.004,00
ABDON BATISTA	105,00	105,00
BRUNOPOLIS	84,00	84,00
CAÇADOR	287,00	287,00
FRAIBURGO	101,50	203,00
FREI ROGERIO	84,00	84,00
IBIAM	42,00	42,00
IOMERE	42,00	84,00
IRANI	105,00	105,00
MACIEIRA	0,00	84,00
MATOS COSTA	72,00	72,00
PINHEIRO PRETO	462,00	504,00
RIO DAS ANTAS	105,00	105,00
VIDEIRA	122,50	245,00
Total Receita	58.681,99	73.117,80
Receita Extraorçamentária		
Outros créditos a receber e valores a curto prazo	0,00	(70.385,30)
Outros créditos a receber e valores a curto prazo - consolidação	0,00	(70.385,30)
Créditos a receber de entidades estaduais, distritais e municipais	0,00	(70.385,30)
MIP FIXO	0,00	(4.997,62)

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 2 / 2

Prestação de Contas

AN TC-06 Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título

LOA: 2015 Período: Fevereiro

Conta	Recebido no período	Recebido até o período
Receita Extraorçamentária		
MATOS COSTA	0,00	(3.247,62)
TIMBÓ GRANDE	0,00	(1.750,00)
MIP VARIÁVEL	0,00	(65.387,68)
MATOS COSTA	0,00	(17.459,93)
TIMBÓ GRANDE	0,00	(43.445,67)
TANGARÁ	0,00	(4.482,08)
Total Receita Extraorçamentária	0,00	(70.385,30)
Total Geral	58.681,99	2.732,50

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

RAZÃO ANALÍTICO PARA CONCILIAÇÃO BANCÁRIA**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 2

Gestão Patrimonial e Contábil
Resumido
Razão Contábil para Conciliação
Período: 01/02/2015 até: 28/02/2015

9317 -111111900010100 - B. Brasil Sa Movimento 18.520-5 - 18520-5		
Data		Valor
	Saldo Anterior	15.308,81
27/02/2015		
Receita Orçamentária		80,55
	Total dia 27/02/2015	80,55
	TOTAL	15.389,36
19961 -111111900010200 - B. Brasil- Ctp01 Ctr1 - 20.412-9 - 20412-9		
Data		Valor
	Saldo Anterior	30.403,06
10/02/2015		
Pagamento de Empenho		(7.870,15)
	Total dia 10/02/2015	(7.870,15)
11/02/2015		
Pagamento de Empenho		(4.200,25)
	Total dia 11/02/2015	(4.200,25)
27/02/2015		
Pagamento de Empenho		(7,80)
Pagamento de Nota Extra		(119,85)
Receita Orçamentária		122,62
	Total dia 27/02/2015	(5,03)
	TOTAL	18.327,63
19962 -111111900010300 - B. Brasil - Cps Maq. - 20.414-5 - 20414-5		
Data		Valor
	Saldo Anterior	17.563,15
27/02/2015		
Receita Orçamentária		92,41
	Total dia 27/02/2015	92,41
	TOTAL	17.655,56
19963 -111111900010400 - B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413-7 - 20413-7		
Data		Valor
	Saldo Anterior	36.921,62
10/02/2015		
Pagamento de Empenho		(21.316,77)
Pagamento de Nota Extra		(718,74)
	Total dia 10/02/2015	(22.035,51)
12/02/2015		
Receita Orçamentária		5.609,06
	Total dia 12/02/2015	5.609,06
13/02/2015		
Pagamento de Empenho		(194,00)
	Total dia 13/02/2015	(194,00)
20/02/2015		
Pagamento de Nota Extra		(1.669,84)
	Total dia 20/02/2015	(1.669,84)
27/02/2015		
Pagamento de Empenho		(9,96)
Receita Orçamentária		2.102,05
	Total dia 27/02/2015	2.092,09
	TOTAL	20.723,42
19964 -111111900010500 - B. Brasil - Ctp3 Proama - 21.525-2 - 21525-2		
Data		Valor
	Saldo Anterior	10.615,98
27/02/2015		
Receita Orçamentária		55,86
	Total dia 27/02/2015	55,86
	TOTAL	10.671,84

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 2 / 2

Gestão Patrimonial e Contábil
Resumido
Razão Contábil para Conciliação
Período: 01/02/2015 até: 28/02/2015

19965 -111111900010600 - B. Brasil - PROLICITA 22436-7 - 22436-7		
Data		Valor
	Saldo Anterior	8.277,91
04/02/2015		
Receita Orçamentária		1.612,50
	Total dia 04/02/2015	1.612,50
05/02/2015		
Pagamento de Empenho		(3.541,34)
Receita Orçamentária		2.580,00
	Total dia 05/02/2015	(961,34)
09/02/2015		
Receita Orçamentária		1.342,50
	Total dia 09/02/2015	1.342,50
10/02/2015		
Pagamento de Empenho		(2.768,95)
Receita Orçamentária		15.480,00
	Total dia 10/02/2015	12.711,05
11/02/2015		
Receita Orçamentária		4.425,00
	Total dia 11/02/2015	4.425,00
13/02/2015		
Pagamento de Empenho		(555,77)
	Total dia 13/02/2015	(555,77)
18/02/2015		
Receita Orçamentária		3.117,50
	Total dia 18/02/2015	3.117,50
20/02/2015		
Pagamento de Empenho		(5.445,03)
Pagamento de Nota Extra		(1.567,64)
	Total dia 20/02/2015	(7.012,67)
23/02/2015		
Pagamento de Empenho		(1.600,00)
Receita Orçamentária		8.671,50
	Total dia 23/02/2015	7.071,50
24/02/2015		
Receita Orçamentária		3.368,50
	Total dia 24/02/2015	3.368,50
26/02/2015		
Receita Orçamentária		3.762,50
	Total dia 26/02/2015	3.762,50
27/02/2015		
Pagamento de Empenho		(25.746,76)
Pagamento de Nota Extra		(1.693,67)
Receita Orçamentária		2.694,39
	Total dia 27/02/2015	(24.746,04)
	TOTAL	12.413,14
19967 -111111900010800 - B. Brasil - PROLICITA TELEFONIA 22864-8 - 22864-8		
Data		Valor
	Saldo Anterior	13.859,33
13/02/2015		
Pagamento de Empenho		(3.360,16)
	Total dia 13/02/2015	(3.360,16)
27/02/2015		
Pagamento de Empenho		(1.987,55)
Receita Orçamentária		3.565,05
	Total dia 27/02/2015	1.577,50
	TOTAL	12.076,67

RELAÇÃO DE EMPENHOS EMITIDOS



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Execução Orçamentária

Empenhos Emitidos

Período de Emissão: 01/02/2015 até: 28/02/2015

Empenho	Espécie	Dotação	Vínculo	Emissão	Credor	Empenhado	Estornado	Líquido
1	Estimativo	1.1.0004.0122.0001.2002.33390000000000000000	01000300	02/01/2015	POSTO MACA LTDA	0,00	1.519,53	(1.519,53)
4	Estimativo	1.1.0015.0452.0001.2005.33390000000000000000	01000300	02/01/2015	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA	0,00	4.633,03	(4.633,03)
5	Estimativo	1.1.0015.0452.0001.2005.33390000000000000000	01000300	02/01/2015	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA	0,00	2.417,82	(2.417,82)
24	Estimativo	1.1.0004.0122.0001.2002.33190000000000000000	01000300	19/01/2015	ELÓI RONNAU	0,00	57.000,00	(57.000,00)
25	Estimativo	1.1.0004.0122.0001.2002.33190000000000000000	01000300	19/01/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	17.485,97	(17.485,97)
26	Estimativo	1.1.0004.0122.0001.2002.33190000000000000000	01000300	19/01/2015	INSS	0,00	50.915,32	(50.915,32)
36	Ordinário	1.1.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	03000300	02/02/2015	AUTO ELITE LTDA FILIAL 07	293,59	0,00	293,59
37	Ordinário	1.1.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	03000300	02/02/2015	AUTO ELITE LTDA FILIAL 07	185,52	0,00	185,52
38	Ordinário	1.1.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	03000300	02/02/2015	AUTO ELITE LTDA FILIAL 07	0,89	0,00	0,89
39	Global	1.1.0004.0122.0001.2002.33390000000000000000	01000300	02/02/2015	REVOLUCION SERVICOS DE INFORMATICA LTDA ME	29.401,75	0,00	29.401,75
40	Estimativo	1.1.0004.0122.0001.2002.33390000000000000000	01000300	02/02/2015	SANTA TEREZINHA TRANSP. E TURISMO S.A. - FILIAL	900,00	0,00	900,00
41	Estimativo	1.1.0015.0452.0001.2005.33390000000000000000	03000300	02/02/2015	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA	14.079,21	0,00	14.079,21
42	Estimativo	1.1.0015.0452.0001.2005.33390000000000000000	01000300	02/02/2015	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA	450.000,00	0,00	450.000,00
43	Estimativo	1.1.0015.0452.0001.2005.33390000000000000000	01000300	02/02/2015	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA	500.000,00	0,00	500.000,00
44	Ordinário	1.1.0020.0606.0001.2008.33390000000000000000	03000200	02/02/2015	SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUCAO LTDA	3.446,94	0,00	3.446,94
45	Ordinário	1.1.0020.0606.0001.2008.33390000000000000000	03000200	02/02/2015	SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUCAO LTDA	944,48	0,00	944,48
46	Ordinário	1.1.0020.0606.0001.2008.33390000000000000000	03000200	02/02/2015	SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUCAO LTDA	11.484,00	0,00	11.484,00
47	Ordinário	1.1.0004.0122.0001.2002.33390000000000000000	01000300	20/02/2015	LUIZ FERNANDO RALDI	800,00	0,00	800,00
48	Ordinário	1.1.0004.0122.0001.2002.33390000000000000000	01000300	20/02/2015	LUIZ FERNANDO RALDI	800,00	0,00	800,00
49	Estimativo	1.1.0004.0122.0001.2002.33390000000000000000	01000300	24/02/2015	POSTO MACA LTDA	6.500,00	0,00	6.500,00
50	Ordinário	1.1.0004.0122.0001.2002.33190000000000000000	01000300	24/02/2015	JANETE APARECIDA RAMOS	37,19	0,00	37,19
51	Ordinário	1.1.0004.0122.0001.2002.33190000000000000000	01000300	24/02/2015	ELÓI RONNAU	8.843,66	0,00	8.843,66
52	Estimativo	1.1.0004.0122.0001.2002.33190000000000000000	01000300	24/02/2015	INSS	35.000,00	0,00	35.000,00
53	Estimativo	1.1.0004.0122.0001.2002.33190000000000000000	01000300	24/02/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	6.000,00	0,00	6.000,00
54	Estimativo	1.1.0004.0122.0001.2002.33190000000000000000	01000300	24/02/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	12.000,00	0,00	12.000,00
55	Estimativo	1.1.0004.0122.0001.2002.33190000000000000000	01000300	24/02/2015	CLAUDINEI MARCIO MORSOLETO	75.000,00	0,00	75.000,00
56	Ordinário	1.1.0004.0122.0001.2002.33190000000000000000	01000300	24/02/2015	ELÓI RONNAU	2.947,89	0,00	2.947,89
57	Estimativo	1.1.0004.0122.0001.2002.33190000000000000000	01000300	24/02/2015	INSS	32.000,00	0,00	32.000,00
58	Estimativo	1.1.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000300	24/02/2015	BANCO DO BRASIL SA	200,00	0,00	200,00
Total Empenhos Globais						29.401,75	0,00	29.401,75
Total Empenhos Ordinários						29.764,16	0,00	29.764,16

IPM - Informática Ltda

Identificador: WEO081101-022-OVYCEP-165157393 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

27/03/2015 12:03



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA
Execução Orçamentária
Empenhos Emitidos
Período de Emissão: 01/02/2015 até: 28/02/2015

Pág 2 / 2

Empenho	Espécie	Dotação	Vínculo	Emissão	Credor	Empenhado	Estornado	Líquido
					Total Empenhos Estimativos	1.131.679,21	133.951,67	997.727,54
					Total Geral	1.190.845,12	133.951,67	1.056.893,45

IPM - Informática Ltda

Identificador: WEO081101-022-OVYCEP-165157393 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

27/03/2015 12:03

RELAÇÃO DE PAGAMENTOS EFETUADOS



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Financeiro

Pagamentos Efetuados

Período: 01/02/2015 até: 28/02/2015

Data	Ordem de Pagamento	Credor	Documento	Histórico	Vínculo	Banco	Tipo	Doc. Pagto	Valor
02/02/2015	21	IPM INFORMÁTICA LTDA	18777	Pagamento automático de reti	1000300		Retenção	1	7,94
03/02/2015	35	CONDUVALE ELETRIFICAÇ	1795, 1796, 1797, 1798, 1799, 1800, 1801, 1803, 1804, 1805, 1802, 1806	Pagamento automático de reti	1000300		Retenção	1	4.350,34
05/02/2015	24	CAIXA ECONOMICA FEDER	01/2015		1000300	B. Brasil - PROLICITA 22436-	Débito Bancário		4.350,34
05/02/2015	23	CAIXA ECONOMICA FEDER	01/2015		1000300	B. Brasil - PROLICITA 22436-	Débito Bancário		1.492,32
05/02/2015	22	MITSUMI SUMITOMO SEGU	145/060706472		1000300	B. Brasil - PROLICITA 22436-	Débito Bancário		41,71
10/02/2015	31	HBINFOPROVEDOR LTDA M	18632		1000300	B. Brasil - PROLICITA 22436-	Débito Bancário		2.007,31
10/02/2015	30	HBINFOPROVEDOR LTDA M	3017		1000300	B. Brasil - PROLICITA 22436-	Débito Bancário		3.541,34
10/02/2015	27	REVOLUCION SERVICOS DI	355		1000300	B. Brasil - PROLICITA 22436-	Débito Bancário		149,00
10/02/2015	28	IVETE REGINA ODORIZZI	01/2015		1000300	B. Brasil - PROLICITA 22436-	Débito Bancário		619,00
10/02/2015	26	POSTO MACA LTDA	94302		1000300	B. Brasil - PROLICITA 22436-	Débito Bancário		163,00
10/02/2015	29	IPM INFORMÁTICA LTDA	18777		1000300	B. Brasil - PROLICITA 22436-	Débito Bancário		1.180,00
10/02/2015	12	CONDUVALE ELETRIFICAÇ	1		1000300	B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413-	Débito Bancário		136,34
10/02/2015	3	CONDUVALE ELETRIFICAÇ	1		1000300	B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413-	Débito Bancário		521,61
10/02/2015	5	CONDUVALE ELETRIFICAÇ	1		1000300	B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413-	Débito Bancário		70,55
10/02/2015	2	CONDUVALE ELETRIFICAÇ	1		1000300	B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413-	Débito Bancário		74,88
10/02/2015	8	CONDUVALE ELETRIFICAÇ	1		1000300	B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413-	Débito Bancário		9,93
10/02/2015	10	CONDUVALE ELETRIFICAÇ	1		1000300	B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413-	Débito Bancário		7,05
10/02/2015	32	CONDUVALE ELETRIFICAÇ	1100, 1108, 1107, 1103, 1104, 1106, 1109, 1110, 1111, 1112, 1113, 1114		1000300	B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413-	Débito Bancário		8,37
10/02/2015	9	CONDUVALE ELETRIFICAÇ	1		1000300	B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413-	Débito Bancário		20.799,77
10/02/2015	4	CONDUVALE ELETRIFICAÇ	1		1000300	B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413-	Débito Bancário		9,16
10/02/2015	11	CONDUVALE ELETRIFICAÇ	1		1000300	B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413-	Débito Bancário		42,42
10/02/2015	13	CONDUVALE ELETRIFICAÇ	1		1000300	B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413-	Débito Bancário		50,09
10/02/2015	6	CONDUVALE ELETRIFICAÇ	1		1000300	B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413-	Débito Bancário		135,34
10/02/2015	7	CONDUVALE ELETRIFICAÇ	1		1000300	B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413-	Débito Bancário		142,29
10/02/2015	33	GEINFO TECNOLOGIA DA IN	1549		3000300	B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413-	Débito Bancário		18,51
10/02/2015	25	NP CAPACITAÇÃO E SOLUC	7424		3000300	B. Brasil- Ctp01 Ctr1 - 20.412-	Débito Bancário		517,00
11/02/2015	34	REVOLUCION SERVICOS DI	358		3000300	B. Brasil- Ctp01 Ctr1 - 20.412-	Débito Bancário		7.870,15
13/02/2015	36	OI SA	1502000187312, 1502000220007		1000300	B. Brasil - PROLICITA 22436-	Débito Bancário		32.674,61
SubTotal									4.200,25
SubTotal									555,77

IPM - Informática Ltda

Identificador: WFC161101-022-BWAISG-165157442 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

27/03/2015 12:04



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Financeiro

Pagamentos Efetuados

Período: 01/02/2015 até: 28/02/2015

Data	Ordem de Pagamento	Credor	Documento	Histórico	Vínculo	Banco	Tipo	Doc. Pagto	Valor
13/02/2015	37	OI SA	1502000171301, 1502000174530		3000300	B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413-	Débito Bancário		194,00
13/02/2015	39	TELEFÔNICA BRASIL	73786/02/2015, 73876022015		3000300	B. Brasil - PROLICITA TELEF	Débito Bancário		3.220,80
13/02/2015	38	TELEFÔNICA BRASIL	73923022015		3000300	B. Brasil - PROLICITA TELEF	Débito Bancário		139,36
SubTotal 13/02/2015									4.109,93
20/02/2015	42	INSS	01/2015		3000300	B. Brasil - PROLICITA 22436-	Débito Bancário		2.133,90
20/02/2015	15	ELÓI RONNAU	1		1000300	B. Brasil - PROLICITA 22436-	Débito Bancário		41,71
20/02/2015	16	ELÓI RONNAU	1		1000300	B. Brasil - PROLICITA 22436-	Débito Bancário		1.525,93
20/02/2015	45	CELESC DISTRIBUICAO S A	01-2015137912476628		1000300	B. Brasil - PROLICITA 22436-	Débito Bancário		123,80
20/02/2015	44	FINATTO COMÉRCIO IMPOF	34657		1000300	B. Brasil - PROLICITA 22436-	Débito Bancário		865,00
20/02/2015	41	INSS	01/2015		1000300	B. Brasil - PROLICITA 22436-	Débito Bancário		1.969,97
20/02/2015	40	INSS	01/2015		1000300	B. Brasil - PROLICITA 22436-	Débito Bancário		114,71
20/02/2015	14	CONDUVALE ELETRIFICAÇ/	1		1000300	B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413-	Débito Bancário		1.669,84
20/02/2015	43	EMPRESA BRASILEIRA DE T	182298		1000300	B. Brasil - PROLICITA 22436-	Débito Bancário		237,65
SubTotal 20/02/2015									8.682,51
23/02/2015	46	LUIZ FERNANDO RALDI			1000300	B. Brasil - PROLICITA 22436-	Cheque	850017	800,00
23/02/2015	47	LUIZ FERNANDO RALDI			1000300	B. Brasil - PROLICITA 22436-	Cheque	850017	800,00
SubTotal 23/02/2015									1.600,00
24/02/2015	48	ELÓI RONNAU	02/2015	Pagamento automático de rei	1000300		Retenção	1	2.617,99
24/02/2015	49	CLAUDINEI MARGCIO MORSC	02/2015	Pagamento automático de rei	1000300		Retenção	1	594,95
SubTotal 24/02/2015									3.212,94
27/02/2015	21	IPM INFORMÁTICA LTDA	1		3000300	B. Brasil - PROLICITA 22436-	Débito Bancário		17,29
27/02/2015	60	BANCO DO BRASIL SA	EXTRATO		3000300	B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413-	Débito Bancário		9,96
27/02/2015	58	TELEFÔNICA BRASIL	73927022015		3000300	B. Brasil - PROLICITA TELEF	Débito Bancário		1.987,55
27/02/2015	22	NP CAPACITAÇÃO E SOLUC	1		3000300	B. Brasil- Ctp01 Ctr1 - 20.412	Débito Bancário		119,85
27/02/2015	52	ELÓI RONNAU	02/2015		1000300	B. Brasil - PROLICITA 22436-	Débito Bancário		10.561,04
27/02/2015	53	ELÓI RONNAU	02/2015		1000300	B. Brasil - PROLICITA 22436-	Débito Bancário		2.947,89
27/02/2015	17	ELÓI RONNAU	1		1000300	B. Brasil - PROLICITA 22436-	Débito Bancário		23,46
27/02/2015	19	ELÓI RONNAU	1		1000300	B. Brasil - PROLICITA 22436-	Débito Bancário		1.628,09
27/02/2015	20	ELÓI RONNAU	1		1000300	B. Brasil - PROLICITA 22436-	Débito Bancário		16,89
27/02/2015	55	JANETE APARECIDA RAMO	02/2015		1000300	B. Brasil - PROLICITA 22436-	Débito Bancário		34,21
27/02/2015	50	JANETE APARECIDA RAMO	02/2015		1000300	B. Brasil - PROLICITA 22436-	Débito Bancário	1	2,98
27/02/2015	57	SANTA TEREZINHA TRANSF	5742		1000300	B. Brasil - PROLICITA 22436-	Débito Bancário		86,54
27/02/2015	18	IPM INFORMÁTICA LTDA	1		1000300	B. Brasil - PROLICITA 22436-	Débito Bancário		7,94
27/02/2015	61	BANCO DO BRASIL SA	EXTRATO		1000300	B. Brasil- Ctp01 Ctr1 - 20.412	Débito Bancário		7,80
27/02/2015	59	BANCO DO BRASIL SA	EXTRATO BANCARIO		1000300	B. Brasil - PROLICITA 22436-	Débito Bancário		191,72
27/02/2015	56	CLAUDINEI MARGCIO MORSC	02/2015		1000300	B. Brasil - PROLICITA 22436-	Débito Bancário		5.832,98
27/02/2015	54	ELÓI RÖNNAU	02/2015		1000300	B. Brasil - PROLICITA 22436-	Débito Bancário		6.092,38

Identificador: WFC161101-022-BVAISG-165157442 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

27/03/2015 12:04

IPM - Informática Ltda



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA
Financeiro
Pagamentos Efetuados
Período: 01/02/2015 até: 28/02/2015

Pág 3 / 3

Data	Ordem de Pagamento	Credor	Documento	Histórico	Vínculo	Banco	Tipo	Doc. Pagto	Valor
27/02/2015	51	ELÓI RÖNNAU	02/2015	Pagamento automático de ret	1000300		Retenção	1	2.751,28
SubTotal 27/02/2015									32.319,85
Total Pago Fevereiro									94.699,71
Total Geral									94.699,71

IPM - Informática Ltda

Identificador: WFC161101-022-BWAISG-165157442 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

27/03/2015 12:04

CIS NORDESTE**EXTRATO EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2015****EXTRATO DE EDITAL****Aviso de Licitação**

Pregão Eletrônico nº 002/2015 - CISNORDESTE/SC
Registro de Preços nº 002/2015 - CISNORDESTE/SC
Processo Administrativo nº 03/2015

OBJETO: O REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, de forma parcelada, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - CISNORDESTE/SC: MUNICÍPIOS DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL, BARRA VELHA, CAMPO ALEGRE, CORUPÁ, GARUVA, GUARAMIRIM, ITAPOÁ, JARAGUÁ DO SUL, JOINVILLE, MASSARANDUBA, RIO NEGRINHO, SÃO BENTO DO SUL, SÃO FRANCISCO DO SUL, SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ, SCHROEDER E HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ (autarquia integrante da administração indireta do Município de Joinville), durante o período de 01 de maio de 2015 a 31 de outubro de 2015.

TIPO: Menor preço - POR ITEM

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00 do dia 01/04/2015 até às 09h00 do dia 13/04/2015.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 09h01min às 12h00 do dia 13/04/2015

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13h30 min do dia 13/04/2015

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF)

LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado"

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville, SC

E-mail: cisamunesc@cisamunesc.org.br

Telefone: (47) 3422-9838

Fax: (47) 3422-9838

Site: www.cisamunesc.org.br

Joinville (SC), 30 de março de 2015.

JOSÉ CHAVES

Presidente do CISNORDESTE/SC

CVC**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA CADASTRAMENTO Nº 001/2015**

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES

PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 001/2015

PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELO CORONEL - CVC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica Interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Avenida Santa Catarina, nº 1022, Centro, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu presidente, Sr. MAURI JOSÉ ZUCCO, no uso de suas atribuições e em atendimento ao disposto no art. 114 da Lei nº 8.666/93, solicita o comparecimento de todos os fabricantes e/ou fornecedores de Pneus, Câmaras de ar e protetores, interessados em participar de futuras licitações a serem realizadas pelo

Consórcio, para apresentarem seus produtos em conformidade com as especificações técnicas contidas no ANEXO I desta Convocação e nos termos seguintes:

1- Os fabricantes e/ou fornecedores interessados em obter o Atestado de Aprovação que poderá ser exigido nos certames licitatórios, deverão se dirigir a sede do Consórcio, de segunda a sexta-feira das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, para solicitar a prévia aprovação do produto, conforme modelo de requerimento do ANEXO II em 2 (duas) vias;

2- Nesta oportunidade, os interessados deverão apresentar prospectos ou ficha técnica dos produtos que comercializam, comprovando o atendimento de todas as especificações para cada item apresentado de acordo com as especificações constantes no ANEXO I.

3- Para aprovação dos Itens será feita a Análise (ANEXO III), em até 15 (quinze) dias após o requerimento. Das marcas aprovadas será emitido pela Comissão o Atestado de Aprovação, conforme modelo do ANEXO IV, o qual será publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM, ou outro veículo que venha a ser nomeado como imprensa oficial do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como disponibilizado no site do Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.

4- Quando da publicação dos Editais para aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores citando as marcas aprovadas através deste chamamento, somente poderão ser ofertadas as marcas com atestado de Aprovação.

5- Os atestados de aprovação não serão exclusivos dos fabricantes e/ou fornecedores solicitantes da análise, ficando disponíveis a qualquer interessado para consulta, obtenção de cópias e utilização nas licitações que assim o permitirem.

6- Havendo discordância sobre a decisão a respeito da análise dos produtos tomada pela Comissão Especial de avaliação técnica, caberá recurso pelo fabricante e/ou fornecedor no prazo de até 2 (dois) dias a contar da publicação dos itens aprovados, sendo o mesmo dirigido ao Diretor Executivo deste Consórcio Público.

7- O atestado valerá por tempo indeterminado, desde que perdurem os requisitos exigidos na especificação técnica ou desde que não haja alteração nas características técnicas do produto aprovado.

8- É de responsabilidade do eventual fabricante e/ou fornecedor informar quaisquer alterações que porventura venham a ocorrer com o produto aprovado (alteração da marca, da formulação, etc.) sendo passível, mediante nova análise através da comissão indicada para este fim, a reprovação se o Consórcio detectar omissão de informações e/ou alteração da qualidade do produto.

9- A íntegra deste Chamamento Público e de seus Anexos poderá ser obtida na Internet, no site do Consórcio intermunicipal Velho Coronel - CVC (www.consorciovcv.sc.gov.br), ou ser retirada no endereço que consta do preâmbulo, junto ao Departamento de Compras e Licitações.

Coronel Freitas - SC, 26 de março de 2015.

Mauri José Zucco

Presidente do Consorcio Velho Coronel - CVC

ANEXO I - RELAÇÃO DE PRODUTOS

REFERENTE AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 001/2015

PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES

1- Especificações mínimas de cada item:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO
PN 0001	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 9.5-24 AGRÍCOLA
PN 0002	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000.20
PN 0003	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 10-16.5
PN 0004	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1100 - 20 PARA ROLO COMPACTADOR.
PN 0005	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1100.22
PN 0006	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.4 - 24 AGRÍCOLA
PN 0007	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5 /80-18
PN 0008	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12-16.5 AGRÍCOLA
PN 0009	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 24 AGRÍCOLA
PN 0010	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 28 AGRÍCOLA
PN 0011	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 – 24
PN 0012	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14-17.5
PN 0013	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 16.9 - 28 AGRÍCOLA
PN 0014	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 16.9-30 AGRÍCOLA
PN 0015	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 17.5 – 25
PN 0016	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 30 AGRÍCOLA
PN 0017	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 34 AGRÍCOLA
PN 0018	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 19.5 – 24
PN 0019	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 215/75R17.5 BICO LONGO
PN 0020	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 23.1-30 AGRÍCOLA
PN 0021	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 275/80R22,5
PN 0022	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 295/80R22,5
PN 0023	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 700-16
PN 0024	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16
PN 0025	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO CURTO
PN 0026	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO LONGO
PN 0027	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900.20
PN 0028	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900-16 AGRÍCOLA
PN 0029	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 13 AUTOMÓVEL
PN 0030	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 14 AUTOMÓVEL

PN 0031	Unid	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 15 AUTOMÓVEL
PN 0032	Unid	PNEU 175/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0033	Unid	PNEU 185/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0034	Unid	PNEU 185/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0035	Unid	PNEU 195/80R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0036	Unid	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO DE 12 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0037	Unid	PNEU 225/50R17 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 94, ÍNDICE DE VELOCIDADE W, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0038	Unid	PNEU 225/70R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0039	Unid	PNEU 235/60R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 100, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0040	Unid	PNEU 235/70R16 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 104, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0041	Unid	PNEU 245/70R16 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0042	Unid	PNEU 255/70R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 109, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0043	Unid	PNEU 275/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 25MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0044	Unid	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 20 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0045	Unid	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 26 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0046	Unid	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

PN 0047	Unid	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0048	Unid	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0049	Unid	PNEU 165/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0050	Unid	PNEU 175/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0051	Unid	PNEU 175/70R14 TIPO A, PARA AUTOMOVÉL ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0052	Unid	PNEU 175/70R14 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0053	Unid	PNEU 175/80R14 TIPO A PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0054	Unid	PNEU 185/60R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0055	Unid	PNEU 185/70R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0056	Unid	PNEU 205/70R15 TIPO A, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0057	Unid	PNEU 205/75R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0058	Unid	PNEU 215/75R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0059	Unid	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0060	Unid	PNEU 235/75R15 TIPO A, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0061	Unid	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0062	Unid	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 17,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

PN 0063	Unid	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0064	Unid	PNEU 700-16 TIPO A, 10 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 9 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0065	Unid	PNEU 750-16 TIPO A, 12 LONAS APLICAÇÃO EM TOYOTA EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0066	Unid	PNEU 750-16 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 11 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0067	Unid	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0068	Unid	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO DIRECIONAL OU TRACÇÃO MODERADA, TRANSPORTE URBANO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 17 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0069	Unid	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 24MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0070	Unid	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0071	Unid	PNEU 1100-22 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 150, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 13 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0072	Unid	PNEU 1100R22 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO DIRECIONAL OU TRACÇÃO MODERADA, TRANSPORTE URBANO, ÍNDICE DE CARGA 150, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 14,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0073	Unid	PNEU 1100R22 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 151, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 22,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0074	Unid	PNEU 1100R22 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 150, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

PN 0075	Unid	PNEU 11R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 20,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0076	Unid	PNEU 11R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0077	Unid	PNEU 185/55R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO
PN 0078	Unid	PNEU 185/60R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0079	Unid	PNEU 185/65R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0080	Unid	PNEU 185/70R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0081	Unid	PNEU 185R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 102 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO
PN 0082	Unid	PNEU 195/55R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 85 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0083	Unid	PNEU 195/60R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0084	Unid	PNEU 195/65R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0085	Unid	PNEU 195/70R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 104 ÍNDICE DE VELOCIDADE R APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0086	Unid	PNEU 195/75R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 107, ÍNDICE DE VELOCIDADE, R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITO
PN 0087	Unid	PNEU 205/55R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0088	Unid	PNEU 205/60R15 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 90, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0089	Unid	PNEU 205/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO DE 10 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0090	Unid	PNEU 205/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0091	Unid	PNEU 215/65R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 98 ÍNDICE DE VELOCIDADE, H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITO
PN 0092	Unid	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 13,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

PN 0093	Unid	PNEU 215/80R16 TIPO A, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 107, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0094	Unid	PNEU 225/65R17 TIPO A, PREDOMINANTE ASFALTO, ÍNDICE DE CARGA 101 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0095	Unid	PNEU 225/70R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0096	Unid	PNEU 225/75R15 TIPO A, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0097	Unid	PNEU 225/75R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0098	Unid	PNEU 235/75R15 TIPO A PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0099	Unid	PNEU 245/45R18 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 96, ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0100	Unid	PNEU 245/60R18 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 104 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0101	Unid	PNEU 255/75R15 TIPO A, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 109, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0102	Unid	PNEU 265/75R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0103	Unid	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0104	Unid	PNEU 275/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0105	Unid	PNEU 700-16 TIPO A, 10 LONAS APLICAÇÃO EM TOYOTA EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 100, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0106	Unid	PNEU 750-16 TIPO A, 10 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 114, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0107	Unid	PNEU 750R16 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

PN 0108	Unid	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0109	Unid	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0110	Unid	PNEU 12.4-24 TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0111	Unid	PNEU 18.4-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0112	Unid	PNEU 18.4-34 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3000KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0113	Unid	PNEU 19.5L-24 TIPO A, PARA RETRO, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0114	Unid	PNEU 23.1-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0115	Unid	PNEU 9.5-24 TIPO A, PARA TRATOR, 6 LONAS, INDICE DE CARGA 850KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0116	Unid	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 2065KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0117	Unid	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0118	Unid	PNEU 16.00-25 TIPO A, PARA PÁ CARREGADEIRA 28 LONAS GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO
PN 0119	Unid	PNEU 750-16 TIPO A, PARA IMPLEMENTO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1230KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0120	Unid	PNEU 10.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0121	Unid	PNEU 11L15 TIPO A, IMPLEMENTO 12 LONAS INDICE DE CARGA 1170 KG GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0122	Unid	PNEU 12-16.5 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0123	Unid	PNEU 1300-24 TIPO A, 10 LONAS RETROESCAVADEIRA, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0124	Unid	PNEU 1300-24 TIPO A, 8 LONAS COMPACTADOR LISO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0125	Unid	PNEU 14.9-24 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, INDICE DE CARGA 1600KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0126	Unid	PNEU 14.9-28 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, INDICE DE CARGA 1700KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0127	Unid	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA MOTONIVELADORA COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

PN 0128	Unid	PNEU 1400R24, TIPO A, PARA MOTONIVELADORA, 16 LONAS, DESENHO V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0129	Unid	PNEU 14-17.5 - 14 LONAS PARA RETROESCAVADEIRA
PN 0130	Unid	PNEU 16.9-24 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 2385 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0131	Unid	PNEU 16.9-28, PARA RETROESCAVADEIRA (R4) 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0132	Unid	PNEU 16.9-30 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, INDICE DE CARGA 2000KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0133	Unid	PNEU 17.5-25 TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, INDICE DE CARGA 7300KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0134	Unid	PNEU 23-1-26 COM 12 LONAS COM GARRA PARA ROLO.
PN 0135	Unid	PNEU 750-16 TIPO A, DIRECIONAL PARA TRATOR, 2 OU 3 RAIAS, 8 LONAS, INDICE DE CARGA 870KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0136	Unid	PNEU 900-16 TIPO A, DIRECIONAL PARA TRATOR, 2 OU 3 RAIAS, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1250KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0137	Unid	PNEU 10.16.5 10 LONAS PARA BOB CAT
PN 0138	Unid	PNEU 11L-16 IMPLEMENTO COM MÍNIMO 8 LONAS
PN 0139	Unid	PNEU 12R16,5 R-4 10 LONAS RADIAL COM CARÇAÇA DE AÇO PARA TRAÇÃO DIANTEIRA DE RETROESCAVADEIRA, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0140	Unid	PNEU 12R16,5 R-4 12 LONAS RADIAL COM CARÇAÇA DE AÇO PARA TRAÇÃO DIANTEIRA DE RETROESCAVADEIRA, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0141	Unid	PNEU 1400-24 COM 24 LONAS
PN 0142	Unid	PNEU 1400-24 COM 28 LONAS
PN 0143	Unid	PNEU 1400R24 G2 16 LONAS RADIAL COM CARÇAÇA DE AÇO PARA TRAÇÃO DE MOTONIVELADORA ESCULTURA EM V, COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 26 MM NA BANDA DE RODAGEM GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0144	Unid	PNEU 19.5R24 R4 16 LONAS RADIAL COM PROTEÇÃO DE AÇO NA BANDA DE RODAGEM PARA TRAÇÃO TRAZEIRA DE RETROESCAVADEIRA ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.
PN 0145	Unid	PNEU 5.60-15 PARA FUSCA
PN 0146	Unid	PNEU AGRICOLA 5.00/6 ARO 12
PN 0147	Unid	PNEU MOTO 110/90-17 TRASEIRO
PN 0148	Unid	PNEU MOTO 110-80-18
PN 0149	Unid	PNEU MOTO 120/80-18 TRASEIRO
PN 0150	Unid	PNEU MOTO 2.50-17 DIANTEIRO
PN 0151	Unid	PNEU MOTO 2.75-17 TRASEIRO

PN 0152	Unid	PNEU MOTO 2.75-18 DIANTEIRO
PN 0153	Unid	PNEU MOTO 410X18 TRASEIRO
PN 0154	Unid	PNEU MOTO 80/100-14 TRASEIRO
PN 0155	Unid	PNEU MOTO 80/90 - 21 DIANTEIRO
PN 0156	Unid	PNEU MOTO 90/90 - 21 DIANTEIRO
PN 0157	Unid	PNEU MOTO 90/90-15 TRASEIRO
PN 0158	Unid	PNEU MOTO 90/90-18 TRASEIRO
PN 0159	Unid	PNEU MOTO 90/90-19 DIANTEIRO
PN 0160	Unid	PROTETOR 1000 – 20
PN 0161	Unid	PROTETOR 1100 – 22
PN 0162	Unid	PROTETOR 1400 – 24
PN 0163	Unid	PROTETOR 750 -16
PN 0164	Unid	PROTETOR 900- 20
PN 0165	Unid	PROTETOR PARA PNEU 17.5-25
PN 0166	Unid	PROTETOR PARA PNEU 215/75R17.5

2- A garantia contra defeitos de fabricação deverá ser do fabricante;

3- O índice de carga considerado nas especificações dos itens é de montagem simples;

4- Os pneus cuja especificação conste tipo A, deverão ser homologados em no mínimo uma das seguintes montadoras:

4.1) Para os itens PN 0032 à PN 0109, inclusive, General Motors do Brasil Ltda, Fiat automóveis S.A, Volskwagem do Brasil Ltda, Ford Motor Company Ltda, Renault Nissam do Brasil Ltda, Honda Automóveis do Brasil Ltda, PSA Peugeot Citroen do Brasil, Mercedes Benz do Brasil Ltda; Volkswagen Caminhões e Ônibus Ind. e Com. Ltda, Volvo do Brasil Veículos Ltda, Iveco Latin America Ltda, Agrale S.A e Scania Latin America Ltda;

4.2) Para os itens PN 0110 à PN 0136, inclusive, Valtra do Brasil, AGCO do Brasil Com Ind. Ltda, Agrale S.A, Jhon Deere Brasil Ltda, Cartepillar do Brasil S.A, Semeato S/A Ind. e Comércio e Montana Ind. Maq. Ltda.

5- O atendimento referente ao item 4, deverá ser através de Declaração de um responsável da marca fabricante dos pneus em papel timbrado, carimbada e assinada, constando também a função a qual ocupa na empresa, ou através de prospecto do fabricante.

1

ANEXO II - REQUERIMENTO PARA AVALIAÇÃO DE PRODUTOS

REFERENTE AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES
PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 001/2015

PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES

Nos termos do Chamamento Público para cadastramento de

produtos, apresento os ITENS abaixo relacionados com as marcas e respectivos modelos para serem submetidos à devida análise pela Comissão:

ITEMMM	DESCRIÇÃO DO PNEU	MARCA	MODELO

Local, Data.

Assinatura do Responsável.

ANEXO III - TERMO DE ANÁLISE

REFERENTE AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES
PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 001/2015

PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES

NOME DO FABRICANTE E/OU FORNECEDOR:

		ANÁLISE			
ITEM	DESCRIÇÃO DO PNEU	MARCA	MODELO	APROVAÇÃO SIM OU NÃO	OBSERVAÇÕES

Local, Data.

Assinatura do Presidente da Comissão de Avaliação

ANEXO IV - ATESTADO DE APROVAÇÃO

REFERENTE AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES
PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 001/2015

PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES

Nos termos do Chamamento Público para cadastramento de produtos, em epígrafe, APROVAMOS os seguintes produtos com as respectivas MARCAS E MODELOS dos ITENS discriminados a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PNEU	MARCA	MODELO

Local, Data.

Assinatura do Presidente da Comissão de Avaliação

RESOLUÇÃO N. 03-2015

Resolução n. 003/2015

Dispõe sobre o Regulamento do Sistema de Registro de Preços no âmbito do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, Sr. Mauri José Zucco, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do Consórcio, CONSIDERANDO as disposições do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, do art. 11 da Lei Federal 10.520/02, da Lei Federal 11.107/05 e do Decreto Federal 6.017/05;

RESOLVE:

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, no âmbito do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, através de licitação compartilhada com órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados, obedecerão ao disposto nesta Resolução.

Art. 2º Para os efeitos desta Resolução, são adotadas as seguintes definições:

I.- Sistema de Registro de Preços - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II.- ata de registro de preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

III.- órgão gerenciador - é o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

IV.- órgão participante - o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, os órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados que, participam dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integram a ata de registro de preços ou estão devidamente relacionados no edital de licitação independente de manifestação formal;

V.- órgão não participante - órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de registro de preços; e

VI.- licitação compartilhada - compra ou contratação de bens e serviços, em que o órgão gerenciador conduz os procedimentos para registro de preços do qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados.

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I.quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II.quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III.quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou ente da Federação consorciado, ou para atendimento de programas do Consórcio;

IV.quando for conveniente a contratação de bens e serviços necessários ao Consórcio para o desempenho de seus objetivos e finalidades; e

V.quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pelo Consórcio ou pelos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados.

CAPÍTULO II**DA INTENÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS**

Art. 4º Fica instituído o procedimento de Intenção de Registro de Preços - IRP, a ser operacionalizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, que deverá ser utilizado pelos órgãos e entidades dos entes da Federação consorciados, para registro e divulgação dos itens a serem licitados e para a realização dos atos previstos nos incisos II e V do caput do art. 5º e dos atos previstos no inciso II e caput do art. 6º.

§ 1º A divulgação da intenção de registro de preços poderá ser dispensada, de forma justificada pelo órgão gerenciador.

§ 2º O Consórcio editará norma complementar para regulamentar o disposto neste artigo.

§ 3º Caberá ao órgão gerenciador da Intenção de Registro de Preços - IRP:

I.estabelecer, quando for o caso, o número máximo de participantes na IRP em conformidade com sua capacidade de gerenciamento;

II.aceitar ou recusar, justificadamente, os quantitativos considerados ínfimos ou a inclusão de novos itens; e

III.deliberar quanto à inclusão posterior de participantes que não manifestaram interesse durante o período de divulgação da IRP.

§ 4º Os procedimentos constantes dos incisos II e III do § 3º serão efetivados antes da elaboração do edital e de seus anexos.

§ 5º Para receber informações a respeito das IRPs, os órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados deverão manifestar os bens e serviços de seu interesse.

§ 6º É facultado aos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados, antes de iniciar um processo licitatório, consultar as IRPs em andamento e deliberar a respeito da conveniência de sua participação.

CAPÍTULO III**DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

Art. 5º Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

I.registrar sua intenção de registro de preços;

II.consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III.promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;

IV.realizar pesquisa de preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços para identificação do valor estimado da licitação e, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes, inclusive nas hipóteses previstas nos §§ 2º e 3º do art. 6º desta Resolução;

V.confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência ou projeto básico;

VI.realizar o procedimento licitatório;

VII.gerenciar a ata de registro de preços;

VIII.conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

IX.aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório;
X.aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações e em relação as contratações dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados; e
XI.autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no § 5º do art. 22 desta Resolução, respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante.

Parágrafo único. O órgão gerenciador poderá solicitar auxílio técnico aos órgãos participantes, bem como pareceres técnicos de profissionais especializados no assunto, para execução das atividades previstas nos incisos III, IV e VI do caput.

CAPÍTULO IV

DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

Art. 6º O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I- garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

II- manifestar, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da Intenção de Registro de Preços, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e

III- tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições.

§ 1º No caso de licitação compartilhada, o órgão gerenciador promoverá a pesquisa de preços e a consolidação da demanda dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados.

§ 2º Comprovada a vantajosidade, fica facultado aos órgãos ou entidades devidamente relacionados no edital de licitação independente de manifestação formal a execução da ata de registro de preços e as contratações dela decorrentes.

§ 3º Caso o órgão gerenciador aceite a inclusão de novos itens, o órgão participante demandante elaborará sua especificação ou termo de referência ou projeto básico, conforme o caso, e a pesquisa de preços, observado o disposto do caput.

§ 4º Caso o órgão gerenciador aceite a inclusão de novas localidades para entrega do bem ou execução do serviço, o órgão participante responsável pela demanda elaborará, ressalvada a hipótese prevista no § 1º, pesquisa de preços que contemple a variação de custos locais ou regionais.

CAPÍTULO V

DA LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

Art. 7º A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, ou na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou

ainda com os constantes do sistema de registro de preços.

§ 1º O julgamento por técnica e preço, na modalidade concorrência, poderá ser excepcionalmente adotado, a critério do órgão gerenciador e mediante despacho fundamentado da autoridade máxima do Consórcio.

§ 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Art. 8º O órgão gerenciador poderá dividir a quantidade total do item em lotes, quando técnica e economicamente viável, para possibilitar maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

§ 1º No caso de serviços, a divisão considerará a unidade de medida adotada para aferição dos produtos e resultados, e será observada a demanda específica de cada órgão ou entidade do ente da Federação consorciado participante do certame.

§ 2º Na situação prevista no § 1º, deverá ser evitada a contratação, em um mesmo órgão ou entidade os órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço, em uma mesma localidade, para assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização.

Art. 9º O edital de licitação para registro de preços observará o disposto nas Leis nº 8.666, de 1993, e nº 10.520, de 2002, e contemplará, no mínimo:

I.a especificação ou descrição do objeto, que explicitará o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II.estimativa de quantidades a serem adquiridas pelo órgão gerenciador e órgãos participantes;

III.estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos não participantes, observado o disposto no § 4º do art. 22, no caso de o órgão gerenciador admitir adesões;

IV.quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;

V.condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, e nos casos de serviços, quando cabível, frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem utilizados, procedimentos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;

VI.prazo de validade do registro de preço, observado o disposto no caput do art 12;

VII.órgãos e entidades participantes do registro de preço;

VIII.modelos de planilhas de custo e minutas de contratos, quando cabível;

IX.penalidades por descumprimento das condições;

X.minuta da ata de registro de preços como anexo; e

XI.realização periódica de pesquisa de preço para comprovação da vantajosidade.

§ 1º O edital poderá admitir, como critério de julgamento, o menor preço aferido pela oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, desde que tecnicamente justificado.

§ 2º Quando o edital previr o fornecimento de bens ou prestação de serviços em locais diferentes, é facultada a exigência de apresentação de proposta diferenciada por região, de modo que aos preços sejam acrescidos custos variáveis por região.

§ 3º O exame e a aprovação das minutas do instrumento convocatório e do contrato serão efetuados exclusivamente pela assessoria jurídica do órgão gerenciador.

Art. 10. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

Parágrafo único. A apresentação de novas propostas na forma do caput não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

CAPÍTULO VI

DO REGISTRO DE PREÇOS E DA VALIDADE DA ATA

Art. 11. Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

I. serão registrados na ata de registro de preços os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva;

II. será incluído, na respectiva ata, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

III. o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no site do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (www.consorciovcv.sc.gov.br) e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços; e

IV. a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

§ 1º O registro a que se refere o inciso II do caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21.

§ 2º Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do caput, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

§ 3º A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere o inciso II do caput será efetuada, na hipótese prevista no § 2º do art. 13 e quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21.

Art. 12. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 1º A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 2º Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 3º O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

CAPÍTULO VII

DA ASSINATURA DA ATA E DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

Art. 13. Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual

período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração do Consórcio.

§ 1º A ata de registro de preços, deverá ser assinada por certificação digital.

§ 2º É facultado à administração do Consórcio, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e mantida as condições do primeiro classificado.

Art. 14. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, depois de cumpridos os requisitos de publicidade.

Parágrafo único. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

Art. 15. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 16. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

CAPÍTULO VIII

DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Art. 17. Os preços registrados poderão ser revistos, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 18. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

§ 1º Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

§ 2º A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Art. 19. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I.- Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

a. manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

b. manter o valor de sua proposta classificada;

c. realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II.- Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o

índice comprovado através de documentação.

III.- liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Art. 20. O registro do fornecedor será cancelado quando:

I.descumprir as condições da ata de registro de preços;

II.não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III.não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV.sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

V.não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 21. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I.por razão de interesse público; ou

II.a pedido do fornecedor.

CAPÍTULO IX

DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade dos entes da Federação consorciados que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

§ 1º Os órgãos e entidades dos entes da Federação consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

§ 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 3º As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 4º O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não

participantes que aderirem.

§ 5º Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23. O Consórcio poderá utilizar recursos de tecnologia da informação na operacionalização do disposto nesta Resolução e automatizar procedimentos de controle e atribuições dos órgãos gerenciadores e participantes.

Art. 24. O Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC poderá editar normas complementares a esta Resolução.

Art. 25. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Coronel Freitas - SC, 27 de março de 2015.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC

Prefeito de Coronel Freitas - SC